ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLIV Nº 187
Brasília - DF, quinta-feira, 28 de setembro de 2017

Sumário

PÁGINA

Atos do Poder Executivo 1
Presidência da República 1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 6
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 9
Ministério da Cultura 12
Ministério da Defesa 42
Ministério da Educação 43
Ministério da Fazenda 50
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços 70
Ministério da Integração Nacional 71
Ministério da Justiça e Segurança Pública 71
Ministério da Saúde 76
Ministério das Cidades 91
Ministério de Minas e Energia 103
Ministério do Desenvolvimento Social 110
Ministério do Meio Ambiente 113
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão 114
Ministério do Trabalho 117
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil 122
Ministério Público da União 123
Tribunal de Contas da União 124
Poder Legislativo 124
Poder Judiciário 125
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais . 142

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 9.162, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

Altera o Decreto nº 9.144, de 22 de agosto de 2017, que dispõe sobre as cessões e as requisições de pessoal em que a administração pública federal, direta e indireta, seja parte.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, **caput**, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no art. 49 da Lei nº 13.464, de 10 de julho de 2017,

D E C R E T A :

Art. 1º O Decreto nº 9.144, de 22 de agosto de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 11. .....
.....

VI - quaisquer outras verbas ou vantagens pessoais recebidas que não possuam natureza indenizatória e estejam incorporadas à remuneração do cedido;

VII - provisão de valores necessários a garantir o pagamento futuro de parcelas decorrentes do período da cessão; e

VIII - parcela patronal de assistência à saúde e odontológica, de caráter periódico e de natureza permanente, decorrente de contrato ou convênio de plano de saúde, passível de adesão pela totalidade de empregados e dirigentes da empresa, e que possua valores fixos, conhecidos e preestabelecidos." (NR)

"Art. 12. .....
.....

VII - valores despendidos pela cedente com assistência médica e odontológica que não se enquadrem no previsto no inciso VIII do **caput** do art. 11; e

.....

§ 1º A empresa pública ou a sociedade de economia mista não dependente de recursos do Tesouro Nacional para o custeio de despesas de pessoal ou para o custeio em geral poderá suportar o ônus referente aos valores de parcelas não reembolsáveis se:

I - caracterizado o interesse da entidade na cessão;

II - atendidos os regulamentos internos;

III - por prazo não superior a três anos; e

IV - após encerrados os pagamentos sem reembolso integral, o empregado retorne à entidade de origem e, pelo prazo mínimo igual ao período de cessão sem reembolso integral, permaneça na entidade sem nova cessão.

....." (NR)

"Art. 19. .....
.....

§ 2º As limitações a reembolso estabelecidas no inciso I do **caput** art. 12 e no art. 13 não se aplicam às competências anteriores à data de entrada em vigor deste Decreto.

§ 3º Até a competência de janeiro de 2019, o reembolso da parcela de que trata o inciso II do **caput** do art. 12 poderá ser mantido para as cessões em curso na data de entrada em vigor deste Decreto.

§ 4º Não se aplica o disposto nos art. 15 e art. 16 às cessões em curso na data de entrada em vigor deste Decreto.

§ 5º Não serão considerados períodos anteriores à data de entrada em vigor deste Decreto para fins do disposto nos incisos III e IV do § 1º do art. 12." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor em 1º de outubro de 2017.

Brasília, 27 de setembro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Dyogo Henrique de Oliveira

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 04 a 28	R$ 0,50	R$ 2,00
de 32 a 76	R$ 0,90	R$ 2,40
de 80 a 156	R$ 1,90	R$ 3,40
de 160 a 250	R$ 2,50	R$ 4,00
de 254 a 500	R$ 5,00	R$ 6,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0179

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 364, de 27 de setembro de 2017. Encaminhamento ao Congresso Nacional de autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações:

1 - Portaria nº 38, de 1º de fevereiro de 2016 - Organização Cultural de Difusão Comunitária Vozes do Amanhã, no município Prainha - PA;

2 - Portaria nº 55, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação Tucupi de Arte Cultura e Comunicação, no município de Marituba - PA; e

3 - Portaria nº 278, de 7 de junho de 2017 - Instituto Tauá de Comunicação Comunitária, no município de Santo Antônio do Tauá - PA.

Nº 365, de 27 de setembro de 2017. Encaminhamento ao Senado Federal, para apreciação, do nome da Senhora ALESSANDRA BASTOS SOARES para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor José Carlos Magalhães da Silva Moutinho.

Torna sem efeito a Mensagem nº 313, de 24 de agosto de 2017, que encaminha a indicação de ROBERTO CAMPOS MARINHO, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, publicada no Diário Oficial da União de 25 de agosto de 2017, Seção 1, página 5. Em 27 de setembro de 2017.

CASA CIVIL
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

PORTARIA Nº 565, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

Estabelece a gestão dos processos administrativos aos usuários internos e externos no Sistema Eletrônico de Informações SEI do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21, da Estrutura Regimental deste Instituto, aprovada pelo Decreto nº 8.955, de 11 de janeiro de 2017, publicado no Diário Oficial do dia 12 de janeiro de 2017, combinado com o art. 121, inciso VII, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria/INCRA/P/Nº 49, de 31 de janeiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União do dia seguinte, resolve:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Estabelecer a gestão dos processos administrativos, aos usuários internos e externos, no Sistema Eletrônico de Informações SEI do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra.

Parágrafo único. A legislação de referência, as definições, os termos técnicos e as demais informações e documentos complementares constam nos anexos desta Portaria que estarão disponibilizados por meio da publicação no Boletim de Serviço Interno do Incra.

Art. 2º O SEI é o sistema oficial e único de gestão documental e processo eletrônico, onde devem tramitar todos os documentos e processos do Incra, digitais ou digitalizados.

Art. 3º A execução de procedimentos e tarefas para plena implementação do SEI no Incra terá como responsável o representante máximo da Autarquia, tendo como corresponsáveis dessa implementação todos os representantes e agentes públicos das unidades administrativas do Incra.

§ 1º Constituem-se em grupos de apoio e assessoramento à autoridade máxima da Autarquia os grupos de trabalho SEI (GT SEI) constituídos na Sede e nas Superintendências Regionais, que devem atuar no período de 2017 a 2020.

§ 2º Fica delegada a competência ao GT SEI Sede para analisar as propostas de revisões normativas referentes ao processo eletrônico no âmbito do Incra, de forma colaborativa com os GTs SEI das Superintendências Regionais.

CAPÍTULO II
DAS COMPETÊNCIAS

Art. 4º A Diretoria de Gestão Administrativa - DA e a Diretoria de Gestão Estratégica - DE exercerão a função de Unidade Coordenadora do SEI, sob supervisão do Gabinete da Presidência do Incra, com as seguintes atribuições:

Prestar assistência técnica, orientação e treinamento aos usuários para utilização do SEI

Propor e encaminhar ao Gabinete da Presidência sugestões que alterem as parametrizações do SEI e das normas que afetam o processo eletrônico no âmbito do Incra

Orientar, coordenar e supervisionar a execução das atividades de gestão de processos e documentos a partir do sistema

Promover a racionalização de tipos de processos e de documentos, em conjunto com as demais unidades organizacionais do Incra

Realizar, sempre que necessário, estudos, em conjunto com a Coordenação-Geral de Tecnologia e Gestão de Informação-DET para o aperfeiçoamento do sistema

Orientar para o Incra receber, conferir, digitalizar, registrar no SEI, autenticar e tramitar os documentos de origem externa recebidos no âmbito do Incra, informando ao remetente seu Número Único de Processo - NUP

Normalizar a forma de autorizar a transferência de documentos e processos físicos ao Arquivo Central

Normalizar a forma de arquivar, custodiar, preservar e manter organizados os documentos e processos físicos recebidos, possibilitando a pesquisa desses documentos quando solicitados

Controlar o acesso de usuários internos e externos ao sistema SEI.

Parágrafo único. Em até cento e oitenta (180) dias, a partir da publicação deste instrumento normativo, a Coordenação do GT SEI Sede irá apresentar ao Gabinete da Presidência do Incra sugestões para revisão e atualização do conteúdo desta Portaria.

Art. 5º Compete à Coordenação-Geral de Tecnologia e Gestão de Informação - DET da Diretoria de Gestão Estratégica:

Fornecer suporte tecnológico às unidades organizacionais que utilizam o SEI

Garantir a infraestrutura, realizar manutenções e atualizações para o pleno funcionamento do SEI

Gerir o banco de dados do SEI, zelando pela sua integridade e promover a preservação, a fidedignidade e a autenticidade dos arquivos digitais registrados no banco de dados do SEI

Elaborar anualmente um plano de contingência de TI do SEI, inclusive com mapa de testes de recuperabilidade de dados e de disponibilidade.

Promover alterações quanto aos usuários do SEI na respectiva unidade por exoneração, dispensa, mudança de setor, dispensa de estagiário, dispensa de terceirizado.

Art. 6º Compete às Unidades Administrativas do Incra:

A partir do dia 02/10/2017 iniciar processos e produzir documentos no SEI, assim como contribuir para o processo de aperfeiçoamento da gestão de documentos

Verificar se os registros e as movimentações de processos no âmbito da sua unidade estão sendo efetuados de forma adequada

Conferir as informações e os arquivos digitais dos registros oriundos do Protocolo Geral no ato do recebimento

Solicitar a DET/TI o acesso dos usuários terceirizados no SEI na respectiva unidade por meio de formulário específico

Propor à Diretoria da respectiva área meio ou finalística novos tipos de processos e modelos de documentos padrão nacional específicos de sua área para serem inseridos no SEI mediante justificativa técnica; e

Organizar e preservar os processos e documentos físicos, em fase corrente ou intermediária, mantidos temporariamente nos respectivos setores, para fins de conferência com o original, caso necessário. Após a avaliação de cada unidade setorial, os processos e documentos já finalizados poderão ser transferidos para o Arquivo Central no prazo máximo definido no Plano de Implementação do SEI no Incra, Portaria nº 457, de 02/08/2017.

Art. 7º Compete aos usuários internos do SEI:

Registrar no sistema todos os documentos e processos produzidos ou recebidos no âmbito de suas atividades

Manter a cautela necessária na utilização do SEI, a fim de evitar que pessoas não autorizadas tenham acesso as suas informações

Encerrar a sessão de uso do SEI sempre que se ausentar do computador, impossibilitando o uso indevido das informações por pessoas não autorizadas

Responder pelas consequências decorrentes das ações ou omissões que possam colocar em risco, ou comprometer, a exclusividade de conhecimento de sua senha ou das transações em que esteja habilitado

Não fornecer sua senha de acesso ao SEI a outros usuários, sob pena de responsabilização por disponibilizar acesso indevido.

CAPÍTULO III
DO PROCESSO ELETRÔNICO

Seção I
Das Disposições Gerais

Art. 8º Todos os documentos arquivísticos integrarão processos eletrônicos no âmbito do SEI.

Os documentos arquivísticos natodigitais juntados aos processos eletrônicos no SEI, na forma estabelecida nesta Portaria, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Os documentos digitalizados de originais em suporte físico serão considerados cópias autenticadas administrativamente.

Os documentos digitalizados de cópias de documentos em suporte físico serão considerados cópias simples.

Refutada a integridade do documento digitalizado, mediante alegação motivada e fundamentada de adulteração, deverá ser instaurado incidente para a verificação do documento em questão.

Art. 9º O processo eletrônico deve ser criado e mantido pelos usuários a fim de permitir eficácia na localização e no controle, mediante o preenchimento dos campos próprios do sistema, observados nos seguintes requisitos

Escolher adequadamente o tipo de processo, o qual poderá ser alterado, em caso de incorreção, pela área que criou o processo com aviso prévio ao setor que o processo esteja aberto

Descrever a especificação de forma objetiva, clara e ortograficamente correta, a qual poderá ser alterada, em caso de incorreção ou incompletude, pela área que criou o processo com aviso prévio ao setor que o processo esteja aberto

Informar o(s) interessado(s) e o remetente, verificando antes se cada um encontrase disponível no SEI, nesse caso, deverá ser selecionado e não inserido com nova denominação, a fim de não gerar duplicidade de registros na base de dados do Sistema

Complementar a descrição do processo, caso necessário, utilizando o campo "Observações desta unidade", o qual ficará visível apenas para as unidades que tiverem acesso ao processo, as informações desse campo poderão ser recuperadas somente na pesquisa pela unidade que as inseriu.

Seção II
Da Produção de Documentos

Art. 10. Todo documento oficial produzido no âmbito do Incra deverá ser elaborado por meio do editor de textos do SEI, observando o seguinte:

Processos e documentos gerados no SEI receberão Número Único de Processo - NUP ou Número SEI e, quando aplicável, o número do processo será mantido no SEI

Documentos que demandem análise preliminar formal de sua minuta devem ser formalizados por meio de tipo de documento próprio, de minuta, que não se confunde com o documento final a ser posteriormente formalizado e,

Documentos que demandem assinatura de mais de um usuário devem ser encaminhados somente depois da assinatura de todos os responsáveis.

§ 1º Quanto ao disposto no inciso III, tratandose de documentos redigidos por mais de uma unidade, caso necessário, esta característica deve ser destacada diretamente no teor do documento, indicando as unidades participantes.

§ 2º Quanto ao disposto no inciso III e § 1º, as alterações necessárias podem ser feitas durante toda a fase de minuta pelos responsáveis pelo documento.

§ 3º As assinaturas de elaboradores e demais responsáveis na hierarquia do órgão emissor do documento só serão postas na versão definitiva para encaminhamento, superando, portanto, a fase de minuta.

§ 4º Os documentos externos devem ser capturados para o SEI, preferencialmente, no formato PDF.

§ 5º O limite do tamanho individual de arquivos capturados para o SEI, como documentos externos, será definido diretamente no sistema pelo GT SEI Sede em conjunto com a DET.

§ 6º Os documentos arquivísticos digitais de áudio e vídeo devem ser gravados em formato de compressão que garanta o menor tamanho de arquivo possível, mantendo sua inteligibilidade, garantindo que os arquivos não ultrapassem o limite de que trata o § 5º.

§ 7º Documentos arquivísticos digitais, de qualquer natureza, que ultrapassarem o limite de que trata o § 5º devem ser mantidos em CD ou DVD, a qual deverá ser identificada com o Número SEI relativo ao documento;

§ 8º A mídia a que refere o § 7º será encaminhada para a área responsável pelo processo correspondente para análise e posterior envio ao Arquivo Central ou setorial, conforme o caso.

Art. 11. Excepcionalmente, ante impossibilidade técnica momentânea do SEI, documentos poderão ser elaborados em suporte físico, no entanto, no retorno do sistema deverão ser imediatamente digitalizados e capturados para o SEI.

Seção III

Da Recepção de Documentos e Processos, Captura para o SEI e Digitalização

Art. 12. Os documentos de procedência externa recebidos em suporte físico serão capturados para o SEI observando os seguintes procedimentos:

Verificar se o documento é destinado ao Incra, se o invólucro encontrase íntegro e se o documento será objeto de captura e digitalização para o SEI

Averiguar se o documento recebido é original, cópia autenticada em cartório, cópia autenticada administrativamente ou cópia simples

Identificar se o documento é oficial ou particular, ostensivo ou sigiloso, ordinário ou urgente, fazendo a separação conforme especificações para que sejam tomados os procedimentos específicos

Verificar se o documento recebido já possui NUP de outro órgão do Poder Executivo Federal ou do próprio Incra

Registrar o documento no SEI, anotando no canto superior direito da primeira página o seu número SEI e NUP

Digitalizar o suporte físico em sua integralidade, gerando uma fiel representação digital em formato PDF, com resolução mínima de 200 (duzentos) ou 300 (trezentos) dpi, desde que o(s) arquivo(s) fique(m) legível(is), em tons de cinza e com processamento de Reconhecimento Óptico de Caracteres OCR obrigatório

Capturar o arquivo digital resultante da digitalização para o SEI, informando a data de produção do documento e a identificação adequada do nível de acesso à informação, em conformidade com o disposto na legislação pertinente

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

EIMAR BAZILIO VAZ FILHO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: (61) 3441-9450

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800002

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Conferir e inserir no SEI o arquivo digital resultante da digitalização. O Protocolo Central procederá o arquivamento da via física no arquivo setorial do próprio protocolo ou no Arquivo Central e

Tramitar processo para a unidade de destino por meio do SEI.

§ 1º Em caso de indisponibilidade do sistema, os documentos recebidos serão carimbados com a data e hora de recebimento no Incra.

§ 2º Serão autuados como novos processos no SEI os documentos avulsos de procedência externa que não possuam referência expressa ao número de processo já existente ou se refiram a processo ou documento em suporte físico ainda não convertido para processo eletrônico.

§ 3º Processos de procedência externa recebidos em suporte físico serão protocolizados no SEI com NUP próprio do Incra, exceto se já possuírem NUP, quando deverão ser digitalizados e capturados para o SEI mantendo o NUP do órgão ou entidade do Poder Executivo Federal de origem.

§ 4º O documento, avulso ou processo, recebido de órgão ou entidade não integrante da Administração Pública Federal receberá um NUP e a identificação de origem, se houver, obrigatoriamente, o NUP será mantido como referência.

Parágrafo Único. A unidade ao receber o documento externo pelo SEI e identificar que o documento faz parte de outro processo, utilizará a funcionalidade/SEI - "Mover Documento para Outro Processo" - para inclui-lo a um já existente.

§ 5º Nos casos de restrição técnica ou de grande volume de documentos, devidamente justificados, a digitalização de processos ou documentos de procedência externa recebidos em suporte físico poderá ser efetuada em até 3 (três) dias úteis, desde que seja avaliado pelo responsável do protocolo contados da data de seu recebimento no Incra, nos demais processos o(s) protocolo(s) terá(ão) até 24 horas.

§ 6º Toda correspondência ou documentos externos recebidos pelo Protocolo Geral serão abertos e capturados para o SEI, ressalvado aqueles que sejam sigilosos e serão encaminhados ao setor competente, que procederá à digitalização e o devido registro no SEI imediatamente após o seu recebimento.

§ 7º Nos casos de difícil digitalização pelo mau estado de conservação do documento/processo o mesmo deverá ser previamente copiado e sequencialmente digitalizado com a devida fragmentação do arquivo que será feito upload para o SEI.

X - São atividades de serviço de Protocolo a digitalização e a inclusão no SEI de documentos e de processos externos recebidos pelo setor. A digitalização deverá ser acompanhada da conferência da integridade do documento e/ou do processo digitalizado.

§ 1º A conferência prevista no caput deverá registrar se foi apresentado documento original, cópia autenticada em cartório, cópia autenticada administrativamente ou cópia simples.

§ 2º Os documentos resultantes da digitalização de originais serão considerados cópia autenticada administrativamente, e os resultantes da digitalização de cópia autenticada em cartório, de cópia autenticada administrativamente ou de cópia simples terão valor de cópia simples.

XI - A gestão de documentos e de processos do Incra tem como prioridade proceder à digitalização imediata do documento apresentado e devolvê-lo imediatamente ao interessado.

XII - Considerando que a implantação do SEI no Incra adotou modelo de transição híbrido, os serviços de Protocolo da Autarquia poderão, excepcionalmente, se valer das hipóteses abaixo especificadas:

Determinar que a protocolização de documento original seja acompanhada de cópia simples, hipótese em que o protocolo atestará a conferência da cópia com o original, devolverá o documento original imediatamente ao interessado e descartará a cópia simples após a sua digitalização; e

Receber o documento em papel para posterior digitalização, considerando que:

b.1) os documentos em papel recebidos que sejam originais ou cópias autenticadas em cartório devem ser devolvidos ao interessado, preferencialmente, ou ser mantidos sob guarda do órgão ou da entidade, nos termos da sua tabela de temporalidade e destinação; e

b.2) os documentos em papel recebidos que sejam cópias autenticadas administrativamente ou cópias simples podem ser descartados após realizada a sua digitalização, nos termos do inciso X desse artigo.

Parágrafo único. Na hipótese de ser impossível ou inviável a digitalização do documento recebido, este ficará sob guarda da administração e será admitido o trâmite do processo de forma híbrida, conforme definido em ato de cada órgão ou entidade.

Art. 13. Os documentos de procedência interna em suporte físico serão capturados para o SEI observando os seguintes procedimentos:

Verificar se o documento a ser digitalizado possui ou não registro no sistema SEI

Digitalizar o suporte físico em sua integralidade, gerando uma fiel representação digital em formato PDF, com resolução mínima de mínima de 200 (duzentos) ou 300 (trezentos) dpi, desde que o(s) arquivo(s) fique(m) legível(is), em tons de cinza e com processamento de Reconhecimento Óptico de Caracteres OCR obrigatório

Capturar o arquivo digital resultante da digitalização para o SEI, informando a indicação da real data do documento e a identificação adequada do nível de acesso à informação, em conformidade com o disposto na legislação pertinente

IV - Tramitar processo para a unidade de destino por meio do SEI.

Parágrafo único. Tratando-se de documento avulso interno, que não possua NUP, o processo eletrônico será aberto no SEI e seguirá a numeração automática do sistema.

Art. 14. Não deverão ser objeto de digitalização nem capturados para o SEI, exceto nos casos em que tais documentos venham a se tornar peças processuais:

Jornais, revistas, livros, folders, propagandas e demais materiais que não caracterizem documentos arquivísticos e

Correspondências pessoais que não estejam vinculadas ao exercício do cargo e/ou função pública.

§ 1º As correspondências e encomendas de caráter particulares caso recebidas pelos Protocolos, deverão ser retiradas exclusivamente pelos destinatários nos Protocolos no máximo em 24 (vinte e quatro) horas, não sendo necessário registro no SEI.

§ 2º Documento que possua indicação de classificação da informação nos graus de RESERVADO, SECRETO e ULTRASSECRETO, conforme estabelecido no Artigo 25 do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, não deve ser capturado para o SEI em nenhuma circunstância, sendo cada setor responsável da inserção ou não no SEI.

Seção IV
Da Conversão de Processo Físico para Digital

Art. 15. A conversão de processos em suporte físico para eletrônico deve obedecer aos seguintes procedimentos:

O processo físico deve estar instruído e ser digitalizado em conformidade com o disposto na normatização interna afeta à instrução documental em suporte físico e nesta Portaria

Cada volume deve ter a primeira imagem correspondente à capa do processo, e a segunda imagem a contracapa, e as imagens subsequentes correspondentes ao restante das folhas do processo

As folhas do processo devem ser digitalizadas obrigatoriamente em frente e verso, considerando a existência de conteúdo;

Cada volume do processo deve ter seu próprio arquivo digital, correspondente às sequenciais de suas folhas públicas

Caso o processo possua mídia fisicamente juntada, o volume correspondente deve ser digitalizado com formulário relativo à mídia, referenciando seu conteúdo compactado, preferencialmente, em um único arquivo e capturado para o SEI

VI - O primeiro documento gerado no SEI, logo após a captura dos arquivos, deve ser o Termo de Encerramento de Trâmite Físico no âmbito do Incra, assinado pelo usuário responsável pela conversão, indicando:

O número do processo objeto da conversão e seu interessado

A informação do encerramento da tramitação do processo em suporte físico, sendo vedada qualquer juntada física de novos documentos em tramitação interna no Incra, exceto quando se fizer necessária a inserção no processo de documentos expedidos ou recebidos de outros órgãos. Ressaltando a necessidade de conter a informação do número da folha em que se encerrou a tramitação do processo em suporte físico, bem como a quantidade de volumes e de mídias que o compõe

A informação sobre os arquivos resultantes da sua digitalização transferidos no SEI, devendo constar o número de arquivos referentes aos volumes e conteúdo das mídias

A unidade responsável pela conversão

A data na qual se deu a conclusão do procedimento de conversão; e

Os documentos recebidos e expedidos a outros órgãos serão inseridos no processo físico correspondente, sequencialmente após o Termo de Encerramento de Trâmite Físico no âmbito do Incra, sendo obrigatória a manutenção da ordem cronológica dos documentos inseridos, e dispensado o carimbo e a numeração das folhas, tal procedimento dar-se-á na área em que estiver o processo físico.

VII - O Termo de Encerramento de Trâmite Físico deverá ser impresso e inserido também no processo físico obrigatoriamente, antes de seu arquivamento.

§ 1º O processo objeto da conversão para processo eletrônico deve ser cadastrado no SEI com seu NUP já existente, incluindo o correspondente Dígito Verificador (DV), e mantendo o mesmo interessado e data de autuação do processo.

§ 2º Aplicase à conversão para processo eletrônico o disposto nos §§ 5º a 7º do art. 12 desta Portaria.

§ 3º Aplicase aos procedimentos de conversão para processo eletrônico o disposto nos art. 12, 13 e 14 desta Portaria.

§ 4º Os processos convertidos para o formato eletrônico deverão ser mantidos, nas unidades administrativas, onde aguardarão a sua transferência para o Arquivo Central.

§ 5º Nos casos em que a anexação dos processos originalmente em suporte físico trate de juntada provisória, os processos devem ser convertidos de forma individual, devendo, após a conversão, proceder o relacionamento entre os processos, observado o art. 26 desta Portaria.

Art. 16. Qualquer processo ou documento avulso em suporte físico pode ser convertido para eletrônico diretamente pelas áreas competentes, observando os procedimentos de conversão dispostos nesta Portaria e na normatização afeta à instrução processual em suporte físico.

Seção V
Da Movimentação e Acompanhamento de Processos

Art. 17. Os registros de entrada e saída de processos/documentos no âmbito das unidades administrativas deverão ser realizados por meio do SEI, observada a estrutura regimental do Incra e em conformidade com as demais estruturas parametrizadas do SEI.

§ 1º Os processos de interesse particular dos servidores e de caráter unilateral poderão ser tramitados diretamente para a unidade destinatária.

§ 2º A tramitação de processos no SEI deverá ser realizada exclusivamente por meio da função "Enviar Processo", não sendo permitido o uso de recursos substitutivos como o envio de documento por correio eletrônico.

Art. 18. Em caso de erro na movimentação de processo eletrônico, a área de destino e a área demandante promoverá imediatamente, sob pena de responsabilização:

I - o seu adequado direcionamento ou

II - sua devolução ao remetente.

Art. 19. Poderão ser criadas no SEI unidades de fluxo de trabalho para recebimento e trâmite, correspondentes a atividades que gerem demandas expressivas de movimentação de processos, as quais devem ser vinculadas a uma unidade administrativa formal.

§ 1º As unidades referidas no caput receberão o NUP do órgão.

§ 2º O Gabinete da Presidência e os Superintendentes Regionais deverão aprovar as solicitações de criação de unidade administrativa SEI (virtuais), desde que devidamente justificada em virtude da demanda expressivas na quantidade de movimentação de processos.

Art. 20. A manutenção do processo aberto em mais de uma unidade ocorrerá em caso de trabalho colaborativo.

Seção VI

Da Expedição de Documentos e Processos

Art. 21. Até que a infraestrutura de trâmite de processos entre órgãos públicos seja disponibilizada pelo Poder Executivo Federal, o envio de documentos oficiais para outros órgãos públicos se dará preferencialmente por email ou disponibilização de acesso externo ao processo a partir do SEI, com a inserção da confirmação de recebimento, registrada nos andamentos do processo. As demais formas de envio de processos e/ou documentos já existentes no Incra permanecerão disponíveis neste órgão, até nova deliberação do GT SEI/Sede.

Art. 22. O envio de documentos oficiais para pessoas físicas ou jurídicas será efetivado em meio físico, dando-se preferência à modalidade mais econômica, desde que isto não incorra em atrasos ou prejuízos legais.

Art. 23. Os comprovantes de recebimento de documentos expedidos deverão ser inseridos no respectivo processo no SEI para eventual necessidade de verificação de entrega.

Seção VII
Do Sobrestamento, Relacionamento e Anexação de Processos

Art. 24. Sobrestamento é a interrupção temporária, de forma justificada, do andamento do processo a fim de aguardar a realização de providência necessária ao prosseguimento, com registro no próprio processo objeto do sobrestamento e sob pena de responsabilidade.

Parágrafo único. O sobrestamento deverá ser removido quando não mais subsistir o motivo que o estimulou ou quando for determinada a retomada da regular tramitação.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800003

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 25. O relacionamento de processos será efetivado quando houver a necessidade de associar um ou mais processos entre si, para facilitar à busca de informações.

Parágrafo único. O relacionamento de processos não se confunde com o sobrestamento ou anexação, não havendo vinculação entre suas tramitações, que continuam a ocorrer normalmente e de forma autônoma.

Art. 26. A anexação de processos ocorrerá quando houver necessidade de unificação permanente de processos com mesmo interessado e assunto, para que sejam analisados e decididos de forma conjunta, somente sendo revertida pelo Administrador do Sistema por solicitação de servidor devidamente motivada.

Parágrafo único. Uma vez anexado ao processo principal, o processo acessório deixará de ter independência, não sendo mais possível realizar nele nenhuma ação isolada.

Art. 27. Se for identificada pela área competente a existência de processo no SEI que se refere a um já cadastrado, seja em formato digital ou físico, que permitem juntar de maneira permanente processos do mesmo tipo, com o mesmo interessado e com o mesmo objetivo, uma vez verificado que as informações deveriam ou podem estar agregadas em um processo único, o Protocolo e as Unidades Administrativas procederão:

Caso o processo ainda esteja em suporte físico e esteja na unidade, a mesma efetivará a conversão do físico para eletrônico e, em seguida, procederá à devida anexação do novo processo, ora digitalizado, ao processo já existente no SEI utilizando a função "Anexar Processo". Em seguida, incluir o Termo de Encerramento de Trâmite Físico, bem como também a juntada física do documento no processo;

Caso o processo já esteja em formato digital utilizar somente a função "Anexar Processo" disponível no SEI.

Seção VIII
Do Acesso à Informação e do Pedido de Vistas

Art. 28. O acesso a informação e o pedido de vistas ocorrerá a qualquer momento, mediante o preenchimento do formulário específico e procedimentos operacionais do setor de e-sic (Lei de Acesso à Informação) e do setor de e-ouv (Ouvidoria), de acordo com a legislação vigente.

Seção IX
Da Exclusão, do Cancelamento e da Nulidade de Documentos

Art. 29. O usuário interno pode excluir documentos que ainda não tenham se estabilizado como oficiais, segundo regras próprias do SEI, momento a partir do qual não será possível sua exclusão.

Parágrafo único. O documento excluído deixa de ser exibido na árvore de documentos do processo e não poderá ser recuperado.

Art. 30. Cancelamento de documentos no SEI deverá ser registrado com os dados do responsável pela ação e acompanhado de justificativa.

§ 1º É vedado o cancelamento de documento declarado nulo, tendo em vista a necessidade de acesso para fins de comprovação da instrução processual.

§ 2º É vedado o cancelamento de documento que tenha servido de fundamentação para a produção de decisões ou manifestações técnicas, inclusive de outras unidades.

§ 3º O documento cancelado continuará a ser apresentado na árvore de documentos do processo, porém tornarseá inacessível.

Seção X
Do Encerramento do Processo Eletrônico e do Arquivamento de Documentos Físicos

Art. 31. O encerramento do processo no SEI ocorrerá nas seguintes situações:

Por deferimento ou indeferimento do pleito

Pela expressa desistência ou renúncia do interessado ou

Por decisão motivada e justificada de autoridade competente.

§ 1º Havendo mais de um interessado, o fato descrito no inciso II não prejudicará o prosseguimento do processo para os demais interessados.

§ 2º O processo deverá ser concluído na unidade após o cumprimento da ação administrativa pertinente.

§ 3º Caso o processo não seja concluído, o tempo que permanecer aberto desnecessariamente na unidade será computado como efetivo andamento para fins de estatística no SEI.

Art. 32. A reabertura de processo eletrônico, por expressa anuência da autoridade competente, será realizada quando houver necessidade de retomar ou dar continuidade à ação administrativa.

Art. 33. Os processos eletrônicos serão mantidos até que seus prazos legais de guarda sejam cumpridos, conforme definido na Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo, a ser elaborada no âmbito do Incra.

§ 1º A contagem de temporalidade do processo iniciase quando todas as unidades, nas quais o processo esteja aberto, indicarem sua conclusão no SEI.

§ 2º Os documentos originais, ainda que digitalizados, deverão ser preservados de acordo com o disposto na legislação pertinente.

§ 3º Os processos e documentos em suporte físico, convertidos para eletrônico, e os documentos recebidos em suporte físico no curso do processo cumprirão o mesmo prazo de guarda do processo eletrônico correspondente.

§ 4º Os processos que, por sua natureza, necessitem permanecer acessíveis enquanto perdurar a vigência de seus atos legais, caso não sejam de guarda permanente, somente poderão ter sua destinação final depois de verificada a extinção da vigência do ato correspondente.

§ 5º A eliminação de processos eletrônicos deverá ser realizada pelo Arquivo Central e executada de acordo com os procedimentos definidos na legislação arquivística.

Art. 34. Os processos eletrônicos de guarda permanente deverão receber tratamento de preservação de forma a não haver perda ou corrupção da integridade das informações.

§ 1º A Diretoria de Gestão Estratégica - DE e a Coordenação-Geral de Tecnologia e Gestão de Informação - DET desenvolverão e implementarão Política de Segurança e Preservação de Documentos Arquivísticos Digitais para preservação e recuperação desses documentos à longo prazo.

§ 2º A Política de Segurança e Preservação de Documentos Arquivísticos Digitais observará o disposto na Política de Segurança da Informação do Incra.

Art. 35. Ressalvadas as hipóteses de devolução de documentos ao interessado, os documentos e processos físicos originais deverão ser mantidos nas unidades administrativas, onde aguardarão a sua transferência ao Arquivo Central.

CAPÍTULO IV
DA GESTÃO DOS DOCUMENTOS EM MEIO FÍSICO E DO ARQUIVO CENTRAL

Seção I
Da Transferência dos Documentos Físicos

Art. 36. Os documentos/processos que se encontram nas unidades administrativas deverão ser organizados para posterior envio por meio de memorando da unidade administrativa para o Protocolo/Arquivo Central.

I - A gestão administrativa realizará as atividades técnicas de classificação, organização, higienização e acondicionamento em caixas arquivo dos documentos e/ou processos, respeitadas as normas técnicas pertinentes.

Seção II
Desarquivamento e Digitalização

Art. 37. A solicitação de documentos e/ou processos ao Arquivo Central deverá ocorrer por meio de formulário específico no SEI. O Protocolo/Arquivo Central encaminhará os documentos e/ou processos solicitados em suporte físico à unidade solicitante e esta procederá, obrigatoriamente, a digitalização integral do processo solicitado, bem como a correta inserção no SEI.

Parágrafo único. Os serviços de Protocolo do Incra não têm a atribuição e nem competência regimental para realizar a digitalização de documentos e de processos físicos da Autarquia anteriores ao início do SEI.

Art. 38. O procedimento indicado no artigo anterior se aplicará para as solicitações de processos e/ou documentos que ocorrerem entre as unidades administrativas e o setor de arquivo.

Seção III
Da Contratação de Serviços Técnicos Arquivísticos

Art. 39. A guarda dos processos e/ou documentos do Incra é atividade do Protocolo/Arquivo.

Art. 40. Todas as contratações de serviços de produção, uso, avaliação, arquivamento, restauração, digitalização e microfilmagem de processos e/ou documentos, no âmbito do Incra, deverão ter a anuência da Diretoria de Gestão Administrativa.

Art. 41. O desenvolvimento de qualquer tipo de sistema informatizado que envolva procedimentos de Gestão Documental deverá ter a anuência técnica da Diretoria de Gestão Estratégica - DE.

CAPÍTULO V
DA ASSINATURA ELETRÔNICA

Art. 42. Os documentos eletrônicos produzidos e geridos no âmbito do SEI terão garantia de integridade, de autoria e de autenticidade, mediante utilização de Assinatura Eletrônica na seguinte modalidade:

I - assinatura cadastrada, mediante login e senha de acesso do usuário.

§ 1º A assinatura cadastrada é de uso pessoal e intransferível, sendo responsabilidade do titular sua guarda e sigilo.

§ 2º A opção de assinar documento estará disponível somente para os servidores do Incra. Demais colaboradores internos irão acessar o SEI sem a opção de assinar documentos.

§ 3º Os consultores do Incra não se enquadram em colaboradores internos e poderão acessar aos processos, quando necessário, através da funcionalidade "Gerenciar Disponibilizações de Acesso Externo".

CAPÍTULO VI
DOS NÍVEIS DE ACESSO

Art. 43. Os processos e documentos incluídos no SEI devem obedecer aos seguintes níveis de acesso:

Público, com acesso garantido e sem formalidades a qualquer interessado

Restrito, com acesso apenas às unidades por onde o processo tenha passado durante sua tramitação e

Sigiloso, com acesso apenas às pessoas com credencial de acesso ativa.

§ 1º Os documentos no SEI devem, em regra, ter nível de acesso Público e, excepcionalmente, Restrito ou Sigiloso, com indicação da hipótese legal aplicável.

§ 2º O detentor do processo eletrônico deverá, de ofício, segundo legislação aplicável, definir ou redefinir o nível de acesso sempre que necessário, ampliando ou limitando seu acesso, especialmente quando não mais subsistir a situação de fato ou de direito que justifique a atribuição de nível de acesso Restrito ou Sigiloso.

Art. 44. Os documentos preparatórios e informações neles contidas deverão ter nível de acesso Restrito, segundo a hipótese legal correspondente, até a conclusão do ato ou decisão subsequente, momento a partir do qual é obrigatória a redefinição de seu nível de acesso para Público, exceto se incidir outra hipótese legal de sigilo sobre os correspondentes documentos.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica quando o documento preparatório for publicado em decorrência de sua consulta pública ou de outras hipóteses previstas em lei ou em regulamentação específica.

CAPÍTULO VII
DO USUÁRIO EXTERNO

Art. 45. O cadastro de usuário externo é ato pessoal, intransferível, indelegável e dar-se-á a partir do preenchimento de dados e apresentação de documentação no Sistema Eletrônico de Informações:

I - pessoa física:

Documento de identidade

Cadastro de Pessoal Física CPF

Comprovante de residência

II - pessoa física representante de pessoa jurídica:

Documento de identidade e CPF do representante legal

Ato constitutivo e suas alterações, devidamente registrados

Ato de nomeação ou eleição de dirigente, devidamente registrado e

Cadastro Nacional de Pessoal Jurídica CNPJ.

§ 1º O Incra poderá solicitar documentação complementar para efetivação do cadastro.

§ 2º O resultado da análise da documentação será informado por mensagem eletrônica.

§ 3º A autorização para o credenciamento de usuário externo será indeferida nos casos de descumprimento de prazos ou de não atendimento às exigências de apresentação de documentação.

§ 4º Havendo indício de irregularidade, a qualquer momento, o usuário externo poderá ter a liberação suspensa até a verificação.

Art. 46. O cadastro de representante como usuário externo poderá ocorrer nas seguintes hipóteses:

Para pessoas naturais ou jurídicas outorgadas

Para fornecedores que tenham, ou pretendam ter, contrato de fornecimento de bens ou serviços com o Incra ressalvados os casos em que o Incra figure como usuário de serviço público.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800004

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 1º A partir do cadastro do usuário externo, todos os atos e comunicação processual entre o Incra e a entidade representada se darão por meio eletrônico, não sendo admitida protocolização por meio diverso, exceto em situações tecnicamente inviáveis ou em caso de indisponibilidade do meio eletrônico cujo prolongamento cause dano relevante à celeridade do processo, ou outra exceção prevista em instrumento normativo próprio.

§ 2º Enquanto não implantadas funcionalidades de controle de representação das pessoas jurídicas por pessoas naturais no SEI, as pessoas jurídicas deverão indicar, por petição, que trate exclusivamente deste tema, até 5 (cinco) representantes cadastrados para o recebimento das intimações que lhes devam ser dirigidas.

§ 3º Ausente a indicação de que trata o § 2º, o Incra intimará a pessoa jurídica por meio de quaisquer dos representantes que, em outros processos físicos ou eletrônicos, tenham comprovado poderes de representação.

Art. 47. O cadastro implicará na aceitação de todos os termos e condições que regem o processo eletrônico no Incra, conforme previsto nesta Portaria e demais normas aplicáveis, habilitando o usuário externo a assinar contratos, convênios, termos, acordos e outros instrumentos congêneres celebrados com o Incra.

Parágrafo único. O disposto neste artigo poderá se dar por meio de sistemas integrados ao SEI.

Art. 48. São da exclusiva responsabilidade do usuário externo:

O sigilo de sua senha de acesso, não sendo oponível, em qualquer hipótese, alegação de uso indevido

A conformidade entre os dados informados no formulário eletrônico os constantes do documento protocolizado, incluindo o preenchimento dos campos obrigatórios e anexação dos documentos essenciais e complementares

A confecção dos documentos digitais em conformidade com os requisitos estabelecidos pelo sistema, no que se refere ao formato e ao tamanho dos arquivos transmitidos eletronicamente

A conservação dos originais em papel de documentos digitalizados, enviados por meio eletrônico até decair o direito da Administração de rever os atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados ao Incra para qualquer tipo de verificação

A verificação, por meio do recibo eletrônico de protocolo, do recebimento de documentos transmitidos eletronicamente

A realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais entre o Incra, o usuário ou a entidade porventura representada, não sendo admitidas intimação ou protocolização por meio diverso, exceto nas situações em que for tecnicamente inviável, ou em caso de indisponibilidade do meio eletrônico cujo prolongamento cause dano relevante à celeridade do processo ou outra exceção prevista em instrumento normativo próprio

A observância de que os atos processuais em meio eletrônico se consideram realizados no dia e na hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os atos praticados até as 23 (vinte e três) horas e 59 (cinquenta e nove) minutos e 59 (cinquenta e nove) segundos do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília.

As condições de sua rede de comunicação, o acesso a seu provedor de internet e a configuração do computador utilizado nas transmissões eletrônicas

CAPÍTULO VIII
DO BOLETIM DE SERVIÇO ELETRÔNICO E DA PUBLICAÇÃO DE DOCUMENTOS

Art. 49. O Boletim de Serviço Eletrônico é o veículo oficial para a publicação dos atos oficiais de caráter interno, bem como dos atos administrativos normativos, de caráter geral do Incra, ressalvados aqueles cuja publicação decorrer de disposição legal, os quais obrigatoriamente serão publicados no Diário Oficial da União DOU.

Parágrafo único. Documentos gerados no SEI, que exigirem publicação no DOU, devem ser publicados no Boletim de Serviço Eletrônico somente após confirmação de sua publicação no DOU, indicando em campos próprios a Seção, Página e Data correspondente, de forma a disponibilizar todos os documentos oficiais publicados em página única e própria do SEI.

Art. 50. Serão de exclusiva publicação no Boletim de Serviço Eletrônico do SEI, entre outros:

Atos administrativos de caráter interno ou que não sejam de interesse geral

Atos administrativos concernentes à vida funcional dos servidores do Incra, que não se enquadrem nos itens relacionados para publicação na Seção 2, do Diário Oficial da União, de que trata o art. 4º do Decreto nº 4.520, de 16 de dezembro de 2002, tais como:

Movimentação interna, promoções, licenças, concessão de vantagens pecuniárias, gratificações, indenizações, outros despachos e decisões, na forma da legislação pertinente

Apostilas de correção a inexatidões materiais que não afetem a substância dos atos singulares de caráter de pessoal (nomeação, promoção, transferência, entre outros)

Lista de antiguidade e avaliação de desempenho

Substituição para função de confiança, exceto para cargos em comissão, Função Comissionada do Poder Executivo e de Direção e Assessoramento Superiores

Designação de comissões sobre a gestão e fiscalização de contratos e convênios, de grupos de trabalho, salvo se interpoderes, interministerial, entre mistérios e órgãos vinculados, entre ministérios e suas extensões regionais, ou se composto por membros sem vínculo com a Administração Pública

Designação de comissões de sindicância, processo administrativo disciplinar e inquérito, entre outras, exceto quando constituídas por membros de órgãos diversos ou, por determinação expressa, devam atuar em âmbito externo

Atos de elogio, penalidades, homenagens e agradecimentos

Atos de designação, autorização de viagens e diárias no País

Estágio probatório

Ordem de serviço.

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto neste artigo os atos relativos a pessoal, cuja publicação decorrer de disposição legal, os quais serão publicados no DOU.

III - Atos administrativos normativos, de caráter geral, tais como:

Atos de delegação e sua revogação

Modelos de requerimentos, formulários, carteiras e outros documentos

Manifestações da Assessoria Jurídica do Incra que versem sobre matéria de interesse coletivo e sejam aprovadas pela autoridade competente para deliberar sobre a matéria, mediante indicação formal do Assessor Jurídico do Incra com essa finalidade

Atas e relatórios de comissões e grupos de trabalho

Demais atos administrativos de caráter interno

Manuais instituídos por portaria, de caráter interno

Instruções normativas, portaria aprovando e instituindo a aplicação de normas ou manuais internos.

Art. 51. As unidades dos integrantes da estrutura regimental do Incra, com autonomia administrativa, ficarão responsáveis pela gestão e publicação de seus respectivos atos administrativos oficiais no Boletim de Serviço Eletrônico do SEI.

§ 1º A autorização e supervisão da publicação do Boletim de Serviço Eletrônico do SEI, será da Chefia da respectiva unidade, integrante da estrutura regimental desta Autarquia. Na autorização conterá data, nome e assinatura.

§ 2º O resumo da publicação deve ser preenchido, conforme o caso, com a íntegra da ementa, o assunto ou o resumo do teor do documento.

§ 3º Para retificação ou republicação diante de incorreção na publicação original de documento gerado no SEI, deve ser gerado documento por meio de funcionalidade própria do SEI, relacionado à publicação anterior.

Art. 52. Não é possível a publicação de documentos externos por meio de veículos de publicação do SEI.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 53. As unidades devem recusar processos e documentos que estiverem em desacordo com esta Portaria, restituindo-os às unidades que os encaminharam.

Art. 54. O uso inadequado do SEI ficará sujeito à apuração de responsabilidade, na forma da legislação em vigor.

Art. 55. O disposto nesta Portaria é obrigatório no âmbito do Incra.

Art. 56. As atividades de implementação do SEI no Incra incluem o período de 2017 a 2020, conforme Anexo III desta Portaria, disponibilizado no Boletim de Serviço Interno do Incra.

Art. 57. A atualização dos "Tipos de Processos" e dos "Tipos de Documentos" dentro do SEI será realizada exclusivamente pelo Incra Sede.

§ 1º As demandas sobre "Tipos de Processos" deverão ser aprovadas pelas Diretorias das áreas específicas e posteriormente encaminhadas por memorando para a Coordenação do GT SEI da Sede para análise final e classificação arquivística.

§ 2º As demandas sobre "Tipos de Documentos" devem ser apresentadas na formação de modelo padrão nacional da Autarquia e deverão ser aprovadas pelas Diretorias das áreas específicas e posteriormente encaminhadas por memorando para a Coordenação do GT SEI da Sede para análise final e encaminhadas à Diretoria de Gestão Estratégica para conversão de linguagem html e inclusão no SEI.

Art. 58. Os grupos de apoio e de assessoramento à autoridade máxima da Autarquia - os grupos de trabalho SEI (GT SEI) na Sede e nas Superintendências Regionais - devem atuar no período de 2017 a 2020.

Art. 59. A cada ano de etapa de implementação do SEI, no período de 2017 a 2020, a Coordenação Nacional do GT SEI da Sede, de forma colaborativa com os GTs SEI das Superintendências Regionais, deverá apresentar à autoridade máxima do órgão relatório com os resultados alcançados.

§ 1º A Coordenação Nacional do GT SEI da Sede deverá apresentar o relatório consolidado com os resultados alcançados na implementação até o dia 31/03 de cada ano, em relação ao ano anterior.

Art. 60. Os GTs SEI Sede e das Superintendências Regionais realização pelo menos uma reunião ordinária mensal no período de 02/10/2017 a 31/03/2021 com registro em ata das atividades de monitoramento e acompanhamento das etapas de implementação do SEI no Incra.

Parágrafo único. A partir de 1º de abril de 2021 ficam encerradas as atividades dos GTs SEI da Sede e das Superintendências Regionais.

Art. 61. A partir de 1º de abril de 2021serão criados os Comitês de Gestão do SEI na Sede e nas Superintendências Regionais mediante Ordem de Serviço publicada no Boletim de Serviço Eletrônico.

Art. 62. Considerando o porte do Incra, ver Anexo V disponibilizado no Boletim de Serviço Interno do Incra, sugere-se como padrão de governança a realização de um Encontro Nacional para gestão do SEI nos anos 2018, 2019 e 2020.

Art. 63. Os casos omissos deverão ser encaminhados para o Gabinete da Presidência do Incra para apreciação e tomada de decisão.

Art. 64. Os cinco (5) anexos desta Portaria estarão disponíveis por meio da publicação no Boletim de Serviço Interno do Incra.

Art. 65. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO GÓES SILVA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL

COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL

RESOLUÇÃO Nº 15, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL (CDR) DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - SR(16)MS, órgão colegiado criado de acordo com os artigos 2.º e 20 da Estrutura Regimental do Incra, aprovada pelo Decreto nº. 8.955, de 11 de janeiro de 2017, por seu Coordenador, no uso das atribuições previstas no Inciso VI do artigo 130 do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria/INCRA/P/Nº. 49, de 31 de janeiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 1º de fevereiro do mesmo ano, tendo em vista a decisão adotada na sua 378ª reunião, realizada em 18 de setembro de 2017;

Considerando o inciso I, do artigo 13, do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria/INCRA/P/Nº 49, de 31 de janeiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União em 1º de fevereiro de 2017;

Considerando o disposto na Norma de Execução nº 33, de 14 de julho de 2003, publicada no Diário Oficial da União de 23 de julho de 2003;

Considerando a proposição apresentada pela Divisão de Desenvolvimento através do Relatório Voto/Incra/CDR/Nº21/2017/SR-16/Relatório/INCRA/SR-16/D/Nº12/2017, processo administrativo nº 54290.000223/2017-34, resolve:

Art. 1º Aprovar a Cessão de Uso de bens imóveis localizados no núcleo urbano do Projeto de Assentamento-PA Pedro Ramalho, município de Mundo Novo ao município de Mundo Novo/MS, discriminados a seguir: 03 (três) áreas, com as seguintes identificações: Sede, com área de 3,5384 ha, com benfeitorias indenizadas pelo INCRA; Núcleo Social 02, com área de 3,0000 ha, com benfeitorias; e, Núcleo Social 03, com área de 3,8032 ha, sem benfeitorias indenizadas pelo INCRA, tendo como objetivo implantar nas referidas áreas aparelhos institucionais e equipamentos comunitários a exemplo de Posto de Saúde, Escola, Igrejas, Associações, Cooperativas e outros, beneficiando assim os assentados daquele PA (beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA), em conformidade com a Norma de Execução INCRA/Nº 33/2003.

Art. 2º Autorizar o senhor Superintendente Regional do Incra no Estado de Mato Grosso do Sul, para no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, inciso VI, do Regimento Interno do Incra, assinar o respectivo Contrato de Cessão de Uso, conforme previsto na citada Norma de Execução e demais atos necessários.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800005

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 3º Estabelecer que as áreas objeto da cessão de uso, sejam revertidas de pleno direito, para posse, domínio e administração do INCRA, independente de notificação ou indenização, se, no todo ou em parte, lhe for dada aplicação diversa da destinação estabelecida no item anterior.

Art. 4º Determinar que a Divisão de Desenvolvimento, desta Superintendência Regional adote as providências decorrentes da presente autorização.

HUMBERTO CÉSAR MOTA MACIEL
Coordenador do Comitê

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PIAUÍ

RETIFICAÇÃO

Na Portaria INCRA/SR-24/PI, nº 18, de 11/11/2008, publicada no DOU nº 220, de 12/11/2008, Seção 1, pág. 90, B.S. nº 46, de 17/11/2018, que criou o Projeto de Assentamento Federal Santa Helena I, localizado no município de Teresina, no Estado do Piauí, Código SIPRA : PI0702000, **onde se lê:** com área de 174,0000 ha (cento e setenta e quatro hectares), **leia-se:** com área de 134,0289 (cento e trinta e quatro hectares, dois ares e oitenta e nove centiares).

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SÃO PAULO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria INCRA/SR-08/SP/N° 074, de 17 de dezembro de 1999, publicada no DOU n° 16 de 24 de janeiro de 2000, Seção 1, pág. 59 e BS n° 04 de 24 de janeiro de 2000 que criou o PA SANTA ROSA II Código SIPRA n° SP0107000, **onde se lê** ...área de 766,000 (Setecentos e sessenta e seis hectares), **leia-se**, 230,6700 (Duzentos e trinta hectares e sessenta e sete ares), **onde lê** 27(vinte e sete) unidades agrícolas familiares..." **leia-se** ...13(treze) unidades agrícolas familiares.

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE
Em 26 de setembro de 2017

Entidade: AR ATENDER CERTIFICADO DIGITAL
Processos nº: 99990.000642/2017-17

Acolhe-se o Parecer Técnico no 266/2017/CGAF/DAFN e Despacho Decisório nº 255, que opina pelo deferimento do pedido de alteração do endereço da IT ATENDER CERTIFICADO DIGITAL da AR ATENDER CERTIFICADO DIGITAL vinculada à AC VALID BRASIL e AC VALID RFB, listado abaixo, para as Políticas de Certificados credenciadas.

Anterior: Rua Jacui n° 1886, Loja 09, Térreo, Floresta, Belo Horizonte-MG

Atual: Alameda Oscar Niemeyer, n° 222, Conjunto 201, Vale do Sereno, Nova Lima-MG

GASTÃO JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DO MINISTRO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 38, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, EM EXERCÍCIO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto na Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, na Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, no Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017, e o que consta do Processo nº 21000.038010/2017-44, resolve:

Art. 1° Fica revogada a Instrução Normativa nº 33, de 8 de setembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 25 subsequente, Seção 1, página 2.

Art. 2° Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

EUMAR ROBERTO NOVACKI

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PORTARIA Nº 111, DE 11 DE SETEMBRO DE 2017 (*)

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe conferem os arts. 18 e 53 do Anexo I do Decreto no 8 852, de 21 de setembro de 2016, tendo em vista o disposto no art. 31 da Lei no 9.784, de 29 de janeiro de 1999, na Lei n 1.283, de 18 de dezembro de 1950, na Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, regulamentadas pelo Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017, e o que consta do Processo nº 21000.037647/2017-13, resolve:

Art. 1º Submeter à Consulta Pública, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação desta Portaria, a proposta de Instrução Normativa anexa que institui os procedimentos para o trânsito e a certificação sanitária de matérias-primas e produtos de origem animal comestíveis e não comestíveis, produzidos em estabelecimentos registrados no Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal - DIPOA/SDA e a Declaração de Conformidade de Produtos de Origem Animal - DCPOA.

Art. 2º O objetivo da presente Consulta Pública é permitir a ampla divulgação da proposta de Instrução Normativa, para receber sugestões ou comentários de órgãos, entidades ou pessoas interessadas.

Parágrafo único. As sugestões e comentários previstos no caput poderão ser públicas e, portanto, serem visualizadas por qualquer contribuinte.

Art. 3º As sugestões de que trata o art. 2º desta Portaria, tecnicamente fundamentadas, deverão ser apresentadas em formulário específico acessado

Através deste LINK ou, em caso de dificuldades de acesso, pelo seguinte Link: http://sistemas.agricultura.gov.br/agroform/site/formulario.php?id_aplicacao=228 ou ainda enviadas para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Coordenação de Normas Técnicas da Coordenação-Geral de Programas Especiais, do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal, da Secretaria de Defesa Agropecuária: CNT/CGPE/DIPOA no endereço Esplanada dos Ministérios - Bloco D - Anexo A - Sala 414 A - CEP 70.043-900 - Brasília - DF.

§ 1º Os critérios para aceitação das sugestões de alteração, inclusão ou exclusão nos textos levarão em conta a obediência aos demais ditames legais e acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário, bem como a relevância e o impacto positivo da contribuição para a confiabilidade do Serviço de Inspeção Federal.

§ 2º As sugestões deverão ser encaminhadas respeitando os campos abaixo, sendo todos de preenchimento obrigatório:

I - item: identificação do item (Exemplo: art. 1º, § 1º, inciso I, da proposta de instrução normativa);

II - texto da minuta: citação da parte do texto original a que se refere;

III - sugestão: texto sugerido com alteração, inclusão ou exclusão;

IV - justificativa: embasamento técnico (ou legal) devidamente fundamentado de modo a subsidiar a discussão; e

V - contribuinte: responsável pela sugestão, identificado com o nome completo (se pessoa física) ou razão social (se pessoa jurídica), endereço eletrônico e telefone para contato.

Art. 4º A inobservância de qualquer inciso do art. 3º desta Portaria implicará na recusa automática da sugestão ou comentário encaminhado.

Art. 5º Findo o prazo estabelecido no art. 1º desta Portaria, a Coordenação de Normas Técnicas deverá avaliar as sugestões recebidas e proceder às adequações pertinentes.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL

ANEXO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº ....., DE ..... DE ..... DE 2017

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe conferem os arts. 18 e 53 do Anexo I do Decreto no 8.852, de 21 de setembro de 2016, tendo em vista o disposto na Lei n 1.283, de 18 de dezembro de 1950, na Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, regulamentadas pelo Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017, e o que consta do Processo nº 21000.037647/2017-13, resolve:

Art. 1º. Ficam instituídos os procedimentos para o trânsito e a certificação sanitária de matérias-primas e produtos de origem animal comestíveis e não comestíveis, produzidos em estabelecimentos registrados no Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal - DIPOA/SDA e a Declaração de Conformidade de Produtos de Origem Animal - DCPOA.

Art. 2º. Para os fins desta Instrução Normativa são adotados os seguintes conceitos:

I - Certificação sanitária: procedimento pelo qual a autoridade competente do MAPA assegura, por via física ou eletrônica, que as matérias-primas e os produtos de origem animal estão de acordo com os requisitos técnicos e legais.

II- Certificado sanitário: documento oficial impresso em papel ou em formato eletrônico, emitido por autoridade competente, para o trânsito nacional ou internacional de matérias-primas e de produtos de origem animal, em atendimento aos requisitos técnicos e legais.

III - Central de Certificação: unidade administrativa do MAPA que dispõe de serviço de inspeção federal responsável por emitir certificação sanitária.

IV - Declaração de Conformidade de Produtos de Origem Animal - DCPOA: documento emitido pelo representante do estabelecimento para fins de solicitação de certificação sanitária e de comprovação de que as matérias-primas e os produtos de origem animal a serem certificados cumprem com os requisitos técnicos e legais.

V - Guia de trânsito: documento oficial impresso em papel ou em formato eletrônico, emitido por autoridade competente, para o trânsito nacional de matérias primas e de produtos de origem animal, em atendimento aos requisitos técnicos e legais.

Art. 3º. A emissão de Certificado Sanitário Nacional - CSN para o trânsito de matérias-primas e de produtos de origem animal é obrigatória nas seguintes situações:

I - entre estabelecimentos registrados no DIPOA/SDA quando destinados ao comércio internacional, para atender requisitos sanitários estabelecidos em acordos bilaterais ou multilaterais;

II - de estabelecimento registrado no DIPOA/SDA para estabelecimento registrado em outro órgão fiscalizador quando destinados ao processamento e posterior exportação, para atender requisitos sanitários estabelecidos em acordos bilaterais ou multilaterais;

III - de estabelecimento registrado no DIPOA/SDA para portos, aeroportos, postos de fronteira, aduanas especiais ou recintos especiais de despacho aduaneiro de exportação que disponham de unidade do Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional, com operações de transbordo de carga com fins de exportação.

IV - de portos, aeroportos, postos de fronteira, aduanas especiais ou recintos especiais de despacho aduaneiro de exportação no caso de transferência de matérias-primas e produtos de origem animal para estabelecimento registrado no DIPOA/SDA,

V - entre estabelecimentos registrados no DIPOA/SDA quando destinados ao aproveitamento condicional ou à condenação;

VI - entre estabelecimentos registrados no DIPOA/SDA para pescado fresco em embalagens que impossibilitem a aposição de rótulos; e

VII - quando não tenham livre trânsito no território nacional, decorrente de instruções específicas relativas à saúde animal.

Parágrafo único. O CSN poderá ser substituído por Guia de Trânsito - GT nos casos previstos nos incisos V, VI e VII, desde que as matérias-primas ou os produtos de origem animal não se destinem à exportação .

Art. 4º. A emissão de CSI para o trânsito de matérias-primas e de produtos de origem animal é obrigatória nas seguintes situações:

I - de estabelecimento registrado no DIPOA/SDA para portos, aeroportos, postos de fronteira, aduanas especiais ou recintos especiais de despacho aduaneiro de exportação que disponham de unidade do Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional, sem a necessidade de operações de transbordo de carga para fins de exportação: e

II - de portos, aeroportos, postos de fronteira, aduanas especiais ou recintos especiais de despacho aduaneiro de exportação, na exportação de cargas respaldadas por CSN.

Parágrafo único. A critério do DIPOA pode ser dispensada a emissão de CSI para exportação de matérias-primas e de produtos de origem animal.

Art. 5º. As matérias-primas e produtos de origem animal, quando devidamente rotulados, e não se enquadrarem nas situações de trânsito previstas nesta Instrução Normativa estão dispensados de certificação sanitária.

Art. 6º. As cargas de matérias-primas e produtos de origem animal para fins de certificação sanitária ou emissão de GT devem ser lacradas pelo estabelecimento de forma a garantir a sua inviolabilidade e rastreabilidade.

Parágrafo único. O lacre deve ser identificado por numeração de forma sequencial, acrescida do número do registro do estabelecimento, separados por barra.

Art. 7º. O CSN de que trata esta Instrução Normativa deve ser emitido e assinado exclusivamente por Auditor Fiscal Federal Agropecuário - AFFA com formação em medicina veterinária.

§ 1º. A emissão de que trata o **caput** deve ser realizada por AFFA em atividade de inspeção e fiscalização no estabelecimento solicitante.

§ 2º. Na impossibilidade de atender ao estabelecido no parágrafo anterior, a emissão do CSN deve ocorrer em Central de Certificação divulgadas no sitio eletrônico do MAPA.

§ 3º. No caso de transferência de matéria-prima e produto de origem animal de portos, aeroportos, postos de fronteira, aduanas especiais ou recintos especiais de despacho aduaneiro de exportação para estabelecimento registrado no DIPOA/SDA, a emissão do CSN deve ocorrer em unidade do Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional.

§ 4º Poderá ser emitido um CSN para mais de um lote de produção.

Art. 8º. O CSI de que trata esta Instrução Normativa deve ser emitido e assinado exclusivamente por AFFA com formação em medicina veterinária.

§ 1º. A emissão de que trata o **caput** deve ser realizada por AFFA em atividade de inspeção e fiscalização no estabelecimento solicitante.

§ 2º. Na impossibilidade de atender ao estabelecido no parágrafo anterior, a emissão do CSI deve ocorrer em Central de Certificação divulgadas no sitio eletrônico do MAPA.

§ 3º. No caso de transbordo em portos, aeroportos, postos de fronteira, aduanas especiais ou recintos especiais de despacho aduaneiro de exportação a emissão CSI deve ocorrer em unidade do Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional.

§ 4º. O CSI deve ser emitido em vernáculo e em inglês ou em vernáculo e no idioma do país importador, para atendimento a exigência específica.

§ 5º. Poderão ser emitidos mais de um CSI para um único contentor e um CSI para mais de um contentor.

§ 6º. Poderão ser emitidos mais de um CSI para um único lote de produção ou um CSI para mais de um lote de produção.

Art. 9º. A GT de que trata esta Instrução Normativa deve ser emitida e assinada exclusivamente por Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal - AISIPOA em atividade de inspeção e fiscalização no estabelecimento solicitante.

Art. 10. É obrigatória a emissão da DCPOA pelo estabelecimento registrado no DIPOA/SDA para a solicitação da certificação sanitária e comprovação de que as matérias-primas e os produtos de origem animal a serem certificados cumprem com os requisitos técnicos e legais.

§ 1º. A DCPOA deve estar embasada nos programas de autocontrole, em atendimento aos requisitos higiênico-sanitários e tecnológicos estabelecidos na legislação, com vistas a assegurar a

inocuidade, a identidade, a qualidade e a integridade de seus produtos, desde a obtenção e recepção da matéria-prima, dos ingredientes e dos insumos, até a expedição destes, com registros sistematizados e auditáveis.

§ 2º. O estabelecimento deve manter os documentos e os registros que respaldaram a DCPOA pelo período de dois anos após expirado o prazo de validade das matérias-primas e dos produtos;

§ 3º. O estabelecimento deve ainda, atender aos requisitos sanitários específicos dos países ou dos blocos de países importadores.

Art. 11. A emissão de DCPOA, CSN, GT e CSI de que trata esta Instrução Normativa deve ser realizada por meio de sistema informatizado e disponibilizado no sítio eletrônico do Mapa identificado como www.agricultura.gov.br.

§ 1º. A emissão de que trata o **caput** deve atender aos modelos oficiais constantes do sistema informatizado, não sendo permitida nenhuma alteração em seu conteúdo pelo emitente.

§ 2º A DCPOA deve ser emitida conforme modelo constante do Anexo I a esta Instrução Normativa.

§ 3º. Todos os campos da DCPOA, do CSN, da GT e do CSI devem estar devidamente preenchidos e os espaços em branco inutilizados com a letra "X".

§ 4º. No caso de indisponibilidade temporária do sistema ou impossibilidade de acesso à internet, a emissão de que trata o **caput** pode ser realizada por meio de preenchimento de formulários eletrônicos disponibilizados pelo DIPOA/SDA.

§ 5º. Os certificados emitidos no caso de impossibilidade de acesso à internet devem ser lançados no sistema informatizado semanalmente.

§ 6º. Os DCPOAs, CSNs, GT e CSIs emitidos no caso de indisponibilidade temporária do sistema devem ser lançados imediatamente após a sua regularização.

Art. 12. A DCPOA, o CSN, a GT e o CSI devem conter informações relativas à rastreabilidade, identificação do estabelecimento, identificação e caracterização do produto e destino.

Art. 13. A solicitação da certificação sanitária deve ser realizada por meio da emissão da DCPOA no sistema informatizado e disponibilizado no sítio eletrônico do Mapa.

§ 1º. A solicitação de acesso ao sistema informatizado pelo estabelecimento deve ser realizada pelo seu representante legal, mediante cadastramento do(s) usuário(s), por meio de senha pessoal e intransferível para praticar as atividades relacionadas à solicitação de certificação sanitária e emissão da DCPOA.

§ 2º. Para fins de cadastramento no sistema o representante legal do estabelecimento deve encaminhar os documentos abaixo relacionados:

I - cópia do instrumento social do estabelecimento;

II - cópia do documento de identificação pessoal do representante legal e

III -cópia do documento de identificação pessoal do(s) usuário(s).

§ 3º. É de exclusiva responsabilidade do usuário a manutenção do sigilo sobre a senha que integra a sua identificação eletrônica, não sendo admitida, em qualquer hipótese, alegação do seu uso indevido.

§ 4º. O representante legal do estabelecimento deve manter atualizada a lista dos seus respectivos usuários no sistema informatizado.

Art. 14. A certificação sanitária deve ter respaldado em todas as fases do processo produtivo e tem por objetivo garantir a conformidade e a rastreabilidade requeridas para as matérias-primas e os produtos de origem animal e para o fim a que se destina.

Parágrafo único. No interesse da fiscalização o DIPOA/SDA pode requerer ao estabelecimento a apresentação, por meio eletrônico, de documentos que respaldem a certificação.

Art. 15. A DCPOA, o CSN, a GT e o CSI serão numerados automaticamente pelo sistema informatizado cuja numeração será única, nacional, de forma sequencial crescente, composta de nove números, acrescido do número do registro do estabelecimento e das siglas das unidades descentralizadas - SFA, UTRA, SVA ou UVAGRO, conforme a unidade emitente, seguido por dois dígitos correspondente ao ano de emissão, separados por barra.

Art. 16. Os CSI, CSN e GT devem ser emitidos em papel de tamanho A4, em duas vias, com aposição do carimbo, identificando a 1ª via como "Original", que acompanhará o produto até o local de destino e a 2ª via, identificada como "Cópia", que deverá permanecer arquivada na unidade administrativa que emitiu os certificados ou a GT.

§ 1º. Poderá ocorrer a emissão de CSI em papel especial, para atender aos acordos bilaterais ou multilaterais.

§ 2º As assinaturas nos CSN, CSI e GT devem ser identificadas com carimbo personalizado e padronizado conforme modelo constante do Anexo II a esta Instrução Normativa.

§ 3º No caso de emissão da certificação sanitária ser realizada exclusivamente por via eletrônica, fica dispensado o atendimento do **caput,** e dos § 1º e § 2º.

Art. 17. É permitida a correção, a substituição ou o cancelamento de CSN, CSI e GT mediante solicitação do estabelecimento junto a autoridade administrativa emitente, acompanhada dos certificados sanitários ou da GT originais, e de justificativa.

§ 1º. A autoridade administrativa deve realizar a análise da solicitação de que trata o **caput** e pode requerer informações e documentação complementar.

§ 2º. Na impossibilidade da apresentação imediata dos certificados sanitários ou GT originais, o estabelecimento deve informar o prazo para o seu atendimento, não podendo exceder a trinta dias.

Art. 18. A autenticidade dos certificados sanitários e da GT emitidos poderá ser averiguada mediante acesso ao sítio eletrônico do MAPA no seguinte endereço: http://www.agricultura.gov.br/csi

Art. 19. As orientações para utilização do sistema informatizado de que trata esta Instrução Normativa estarão disponíveis no sítio eletrônico do MAPA.

Art. 20. O descumprimento do disposto nesta Instrução Normativa implicará na suspensão da certificação, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas prevista na legislação vigente.

Art. 21. Os casos omissos ou as dúvidas que suscitarem na execução desta Instrução Normativa serão resolvidos pelo Diretor do DIPOA/SDA.

Art. 22. Fica revogada a Instrução Normativa nº 10, de 1º de abril de 2014 e os Capítulos II, III, IV, o § 2º, do art. 35 e os arts. 36, 47, 48, 49, da Instrução Normativa nº 34, de 6 de novembro de 2009.

Art. 23. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

(*) Republicada por ter saído, no DOU nº 182, de 21 de setembro de 2017, Seção 1, páginas 20 e 21, com incorreção no original.

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

DCPOA Nº XXXXXXXX/SIF/ANO

Estabelecimento Sob Serviço de Inspeção Federal Nº

1 - Verificação do Veículo

Data: Tipo Veículo: (descrever o tipo de veículo) Placa:

Horário: Carreta Placa:

Condições Gerais do furgão/contentor: (descrever satisfatória)

Condições Higiênicas do furgão/contentor: (descrever satisfatória)

Gerador de frio: Temperatura:

2 - Verificação do Carregamento

Data de início: Horário: Data fim: Horário:

Destino dos Produtos: (Aproveitamento Condicional, Exportação, País (es), Consumo a Bordo, Estocagem/Exportação. Aqui a empresa poderá descrever mais de uma opção, por exemplo: Exportação e listar o país ou países para os quais a mercadoria está habilitada)

Identificação dos Produtos: (Descrever: Marca de Embarque e Selo Lacre UE)

Temperatura: Início ºC; Meio: ºC Fim: ºC Lacração horário: xx:xx e ºC

Produto Carregado: (Descrever: congelado; resfriado, ultracongelado, ambiente)

Finalidade: (Descrever: comestível, não comestível, comestível - Cota Hilton)

4 - Rastreabilidade dos produtos embarcados

Nomenclatura do Produto (Conforme o Rótulo)	Rótulo aprovado nº	Marca	Lote	Código de Rastreabilidade	Data de Produção (dd/mm/aa)	Validade	Natureza dos volumes	Nº de Volumes	Peso Líquido (Kg)
Nº dos documentos desdobrados:									

Obs: Serão considerados documentos para desdobramento da DCPOA: GT, CSN, CSI

Lacre Nº:

5- Os respaldos para a certificação (laudos de análise, declarações de campo e etc) estão disponíveis de forma a cobrir a carga citada (produto, datas, destinos e etc)?

6- Os programas de Autocontrole referentes aos produtos embarcados foram revisados e estão conformes?

7- Foi utilizada matéria-prima proveniente de estabelecimento estrangeiro?

7.1 - O (s) estabelecimento (s) estrangeiro (s) é(são) habilitados para o mercado a que se destinam os produtos?

7.2 - As matérias-primas utilizadas para produção dos produtos acima descritos estão habilitados para o(s) mercado(s) pretendidos, com menção de habilitação no CSI de origem?

8 - Descrever o (s) Nº (os) do (s) Certificado(s) Sanitário(s) de importação ou CTPI para o caso de produtos importados:

9 - Foi conferido o modelo de certificado sanitário, selecionado no SIGSIF, e o mesmo se destina a exportação dos produtos acima relacionados e respectivo mercado.

"DECLARO para os devidos fins que assumo as responsabilidades pela veracidade das informações aqui prestadas, e estar ciente de que, a qualquer momento, poderão ser confrontadas, pela autoridade registraria competente.

DECLARO, ainda, estar ciente de que prestar declaração falsa é crime previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro, sujeitando o declarante às suas penas, sem prejuízo de aplicação de outras sanções descritas no Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017. "

ANEXO II

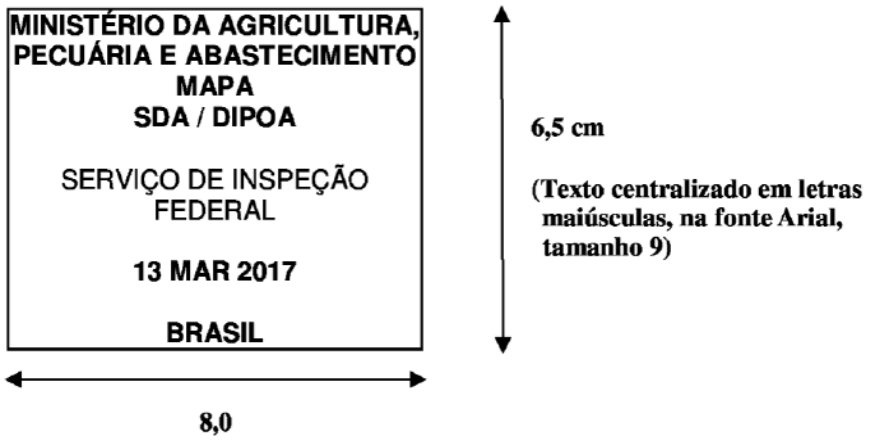
MODELOS DE CARIMBOS DE USO NOS DOCUMENTOS PARA CERTIFICAÇÃO SANITÁRIA

Os carimbos para utilização nos procedimentos para certificação sanitária devem obedecer a forma e conteúdo abaixo especificados:

1. Carimbo Datador:

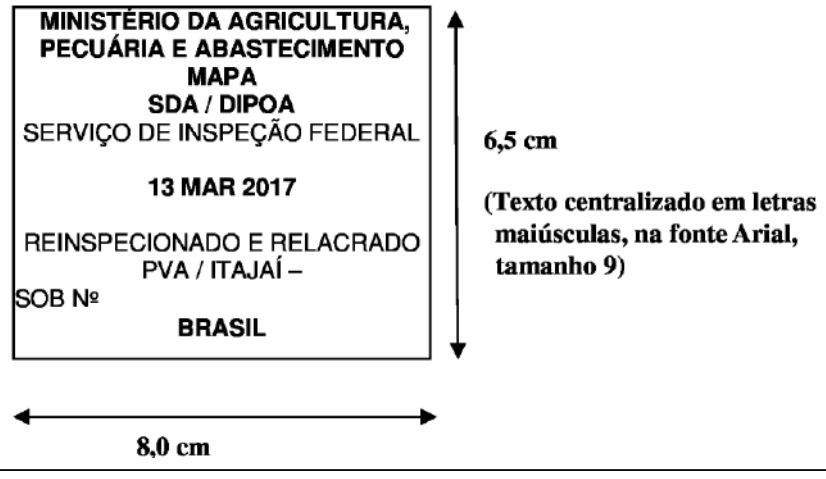
a) Modelo 1

Para uso do serviço de inspeção federal e da vigilância agropecuária internacional.



b) Modelo 2

Para uso na reinspeção de matérias primas e produtos de origem animal pelo serviço de inspeção federal e pela vigilância agropecuária internacional.



2. Carimbo de Identificação
a) Modelo 1
Uso do Auditor Fiscal Federal Agropecuário - AFFA, para aposição nos Certificados Sanitários.

NOME COMPLETO DO AFFA
AUDITOR FISCAL FEDERAL AGROPECUÁRIO
MÉDICO VETERINÁRIO
CARTEIRA FISCAL Nº

Texto centralizado. As letras do nome do Auditor serão em letras maiúsculas, fonte ARIAL, tamanho 10 e para a carteira, tamanho 9.

b) Modelo 2

Uso do Agente de Inspeção de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal - AISIPOA para aposição na Guias de Trânsito.

NOME COMPLETO DO AISIPOA
UF/MAPA

CARTEIRA FISCAL Nº

Texto centralizado. As letras do nome do AISIPOA, lotação, serão em letra maiúscula, tipo ARIAL, tamanho 10 e para a carteira, tamanho 9.

SERVIÇO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE CULTIVARES

DECISÕES DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

O Serviço Nacional de Proteção de Cultivares em cumprimento ao art. 46 da Lei nº 9.456/97, de 25 de abril de 1997, resolve tornar público o ARQUIVAMENTO dos pedidos de proteção:

Nº 65: das cultivares de mirtilo (*Vaccinium* L.), relacionadas na tabela abaixo, apresentados pela empresa Mountain Blue Orchards Pty Ltd:, da Austrália:

DENOMINAÇÃO	Nº PROCESSO
RIDLEY 1111	21806.000300/2015-88
RIDLEY 0501	21806.000333/2015-28
RIDLEY 1403	21806.000066/2016-70
RIDLEY 3402	21806.000067/2016-14
RIDLEY 1812	21806.000068/2016-69

Nº 66: da cultivar de kiwi (*Actinidia* Lindt.), relacionada na tabela abaixo, apresentado pele empresa Enza Limited, da Nova Zelândia:

DENOMINAÇÃO	Nº PROCESSO
SKELTON A19	21806.000300/2015-88

Os pedidos foram arquivados com base no disposto nos §§5º e 6º do art.18 da Lei nº 9.456, de 1997.

RICARDO ZANATTA MACHADO
Coordenador do Serviço

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS COORDENAÇÃO-GERAL DE AGROTÓXICOS E AFINS

ATO Nº 81, DE 26 DE SETEMBRO DE 2017

1. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada pelos órgãos federais de registro a alteração da composição quali-quantitativa do produto Panther 120 EC, registro nº 02499, conforme processo nº 21000.003264/2012-37.

2. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, foram aprovadas as inclusões dos formuladores Arysta Lifescience do Brasil Indústria Química e Agropecuária Ltda. - Salto de Pirapora/SP, Tagma Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. - Paulínia/SP e Iharabras S.A. Indústrias Químicas - Sorocaba/SP, no produto Panther 120 EC, registro nº 2499.

3. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, o IBAMA reclassificou o produto Fusilade 250 EW, registro nº 5796, da Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente, para a Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

4. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, atendendo solicitação da empresa proprietária, cancelamos o registro do produto Lance, registro nº 1768605.

5. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, atendendo solicitação da empresa proprietária, cancelamos o registro do produto Shavit Agricur 250 EC, registro nº 6401.

6. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Ouro Fino Química Ltda. - CNPJ Nº 09.100.671/0001-07 - Uberaba/MG, a importar o produto Regent Técnico, registro nº 5894, uma vez que a mesma consta como formuladora do produto Singular BR, registro nº 6912.

7. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002 e Ato n° 70, de 11 de setembro de 2013, foram aprovadas as inclusões dos produtos técnicos Fipronil Técnico Adama, registro nº 26016, e Fipronil Técnico Adama BR, registro nº 25916, no produto formulado Albatross, registro nº 13512.

8. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002 e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foram aprovadas as inclusões dos produtos técnicos 2,4-D Técnico AL, registro nº 7314, e 2,4-D Ácido Técnico Milenia BR, registro nº 16012, no produto formulado Bruto BR, registro nº 20916.

9. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, atendendo solicitação da empresa proprietária, cancelamos o registro do produto Mavrik, registro nº 1128594.

10. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, atendendo solicitação da empresa proprietária, cancelamos o registro do produto Dimetoato EC, registro nº 2458708.

11. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, atendendo solicitação da empresa proprietária, cancelamos o registro do produto Shavit Agricur Técnico, registro nº 1301.

12. De acordo com o Artigo 22, §1º, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da razão social da empresa Chemtura Indústria Química do Brasil Ltda. para Lanxess Indústria de Poliuretanos e Lubrificantes Ltda. - permanecendo o endereço Av. Brasil, 5333 - Distrito Industrial - CEP: 13505-600 - Rio Claro/SP, esta alteração se aplica a todos os registros onde esta conste como fabricante e/ou formulador, conforme processo nº 21000.041317/2017-22.

13. De acordo com o Decreto n° 4074 de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Atanor do Brasil Ltda. - CNPJ nº 01.789.121/0004-70 - Resende/RJ, a importar o produto 2,4-D Técnico AL, registro nº 7314, uma vez que a mesma é formuladora do produto 2,4-D Amina 840 SL, registro nº 5002.

14. De acordo com o Artigo 22, § 1º, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial do pleito de registro do produto Heat Ultra, para a marca comercial Optill, conforme processo nº 21000.010466/2011-54.

15. De acordo com o Artigo 22, §1º, Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a transferência de titularidade dos pleitos de registro dos produtos Valis M WG, processo nº 21000.008579/2009-75; Valis Star WG, processo nº 21000.002130/2010-37; Valifenalate Técnico Isagro, processo nº 21000.009662/2009-61; da empresa Isagro Brasil Comércio de Produtos Agroquímicos Ltda. - sito à Rua Joaquim Floriano, nº 466, coj. 1205 e 1206, Brascam Century Plaza, Bairro Itaim Bibi, CEP: 04534-002 - São Paulo/SP, para a empresa FMC Química do Brasil Ltda. - sito à Av. Dr. José Bonifácio Coutinho Nogueira nº 150, Conj. 103, 105, 107, 108 e 109, Jardim Madalena, CEP: 13091-611 - Campinas/SP.

CARLOS RAMOS VENÂNCIO
Coordenador-Geral

ATO Nº 82, DE 26 DE SETEMBRO DE 2017

O Coordenador-Geral de Agroquímicos e Afins, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no uso da atribuição que lhe confere o inciso V, art. 74, da Portaria nº 99 de 12 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, considerando o artigo nº 43, § 1º no Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, considerando os artigos 5º na Portaria nº 84, de 16 de agosto de 2016 e atendendo as conclusões da Comissão Técnica de Reavaliação Agronômica de Produtos Formulados de Agrotóxicos e Afins Registrados para o Controle de *Phakopsora pachyhizi* na cultura da Soja, decide:

1. Prorrogar por mais 90 (noventa) dias corridos o prazo previsto no item 1 do Ato nº 70, de 21 de agosto de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 24 de agosto de 2017, relativo a adequação das bulas às recomendações para o controle da doença Ferrugem asiática (*Phakopsora pachyrhizi*) na cultura da soja, conforme as recomendações da 6ª Reunião da Comissão Técnica de Reavaliação Agronômica de Produtos Formulados de Agrotóxicos e Afins, ocorrida em 01 de agosto de 2017.

2. Os rótulos e bulas dos produtos formulados de agrotóxicos e afins envolvidos deverão ser aportados no sistema Agrofit no prazo de 20 dias a partir desta publicação, conforme previsto no Art. 7° da Instrução Normativa SDA n° 16, de 18 de maio de 2017.

3. Vencido o prazo disposto no item 1 desse Ato, a bula dos produtos fabricados a partir desta data, deverão estar adequadas as recomendações da Comissão Técnica de Reavaliação Agronômica de Produtos Formulados de Agrotóxicos e Afins Registrados para o Controle de *Phakopsora pachyhizi* na cultura da Soja.

4. Os produtos fabricados anteriormente a data do prazo determinado pelo item 1 desse Ato, dentro do respectivo prazo de validade, poderão ser comercializados até seu esgotamento, conforme previsto no parágrafo segundo do Art. 43 do Decreto n° 4.074, de 04 de janeiro de 2002.

5. Conforme as recomendações da Comissão Técnica de Reavaliação Agronômica de Produtos Formulados de Agrotóxicos e Afins Registrados para o Controle de *Phakopsora pachyhizi* na cultura da Soja, os produtos listados a seguir devem ajustar as respectivas recomendações de uso para controle desta doença para: Orkestra SC, registro nº 8813, doses de 300 a 350 mL/ha; Fox, registro nº 13509, dose de 400 mL/ha; Sphere Max, registro nº 8608, dose de 200 mL/ha; Fagot, registro nº 5903, dose de 400 mL/ha; Vessarya, registro nº 19916, doses de 600 a 900 mL/ha; Cypress 400 EC, registro nº 6710, doses de 250 a 300 mL/ha; Elatus, registro n° 2414, doses de 200 a 300 g/ha, Desali, registro n° 25716, doses de 200 a 300 g/ha e Effort, registro nº 3616, doses de 200 a 300 g/ha.

CARLOS RAMOS VENÂNCIO
Coordenador-Geral

RETIFICAÇÕES

No DOU de 11 de abril de 2017, em Ato nº 24 de 07 de abril de 2017, Seção 1, item 27, onde se lê: ...foi aprovada a inclusão do fabricante Indofil Industries Limited - Plot N7 -1/Z8, Sez Dahej Limited, Sez Dahej, Dist. Bharuch 392 130 Taluka Vagra, Gujarat-Índia, no produto Mancozeb Técnico Indofil nº 11011, leia-se: ...foi aprovada a inclusão do fabricante Indofil Industries Limited - Plot No. Z7-1/Z8, Sez Dahej Limited, Sez Dahej, Taluka: Vagra, Dist-Bharuch, Gujarat - 392 130 - Índia, no produto Mancozeb Técnico Indofil, registro nº 11011.

No DOU de 26 de setembro de 2017, em Ato nº 80 de 20 de setembro de 2017, Seção 1, item 9, onde se lê: ...Diurex WG registro nº 1106, leia-se: ...Diurex WG, registro nº 7307.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800008

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.346/SEI, DE 28 DE JUNHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no art. 21, inciso XII, alínea "a", da Constituição Federal, e, tendo em vista o que consta do Processo nº 53900.011389/2015-26, resolve:

Art. 1º Consignar à Câmara do Deputados, o canal 287 E (duzentos e oitenta e sete educativo), classe B1, do Plano Básico de Distribuição de Canais em Frequência Modulada, para execução do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), na localidade de Campos dos Goytacazes/RJ, aprovando, ainda, o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos.

Art. 2º Fica autorizado o funcionamento em caráter provisório, o qual está condicionado à autorização para uso da radiofrequência.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.311/SEI, DE 24 DE AGOSTO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no Município de SÃO FELIPE D'OESTE, Estado de RONDÔNIA, por meio do canal 16 (dezesseis), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório para funcionamento em tecnologia analógica, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.022074/2017-74 e da Nota Técnica nº 16684/2017/SEI-MCTIC.

Parágrafo único. A Entidade deverá encaminhar o projeto técnico para funcionamento em tecnologia digital à Agência Nacional de Telecomunicações no prazo máximo de nove meses antes da data prevista para o desligamento do sinal analógico na localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ou a qualquer tempo, após a autorização do respectivo serviço, respeitado o prazo máximo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPETIÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE

Nº 286/2017 - Processo nº 53500.016656/2016-45.

1. Homologar a Oferta de Referência de Produto de Atacado de INTERLIGAÇÃO, apresentada pelo Grupo ALGAR em cumprimento à obrigação imposta aos Grupos detentores de Poder de Mercado Significativo (PMS) no Mercado Relevante de Oferta Atacadista de Infraestrutura de Rede Fixa de Transporte Local e de Longa Distância para Transmissão de Dados em Taxas de Transmissão Iguais ou Inferiores a 34 Mbps nos Municípios, nos termos do Plano Geral de Metas de Competição - PGMC.

2. Estabelecer, em conformidade com o art. 11 do Anexo I do PGMC, que o Grupo ALGAR deverá submeter para revisão nova Oferta de Referência de Produto de Atacado INTERLIGAÇÃO em 6 (seis) meses a contar da entrada em vigor do presente Despacho Decisório.

3. Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

ABRAÃO BALBINO E SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS

ATOS DE 30 DE AGOSTO DE 2017

O Gerente Regional da Anatel no Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 82, inciso IX do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612/2013, torna pública a EXTINÇÃO, por caducidade, as autorizações para exploração do Serviço de Rádio do Cidadão (Código 400), de interesse restrito, expedidas às entidades a seguir relacionadas, por descumprimento do disposto no art. 8º, caput, da Lei nº 5.070, de 07//07/1966, c/c o art. 11, caput, do Regulamento para Arrecadação de Receitas do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel), aprovado pela Resolução nº 255, de 29/03//2001. A sanção aplicada não acarreta isenção de eventuais débitos, decorrentes da(s) autorização(ões) anteriormente expedida(s).

(PROCESSO, INTERESSADO, CPF, NÚMERO DO ATO)

53524.002115/2017-42; FLAVIO AUGUSTO MENDES PEREIRA; 80108352692; 014.599.056-79; 11768.

53524.002136/2017-68; GILSON RODRIGUES SILVEIRA; 80108385787; 905.065.706-06; 11769.

53524.002315/2017-03; JAMERSON PAULO DA SILVA; 80107519100; 045.685.706-03; 11764.

53524.002320/2017-16; JOAO BATISTA DE MOURA; 80107940159; 349.968.006-82; 11765.

53524.002323/2017-41; JOAO EUSTAQUIO PINTO BARBOSA; 80107037530; 268.747.686-20; 11766.

53524.002328/2017-74; JOSE APARECIDO DA SILVA; 80108834689; 015.046.586-63; 11767.

53524.002329/2017-19; JOSE BONIFACIO DOS REIS JUNIOR; 80108514340; 293.727.556-72; 11771.

53524.002333/2017-87; JOSE FRANCISCO ROSA DE SOUZA; 80108506592; 907.281.146-15; 11772.

53524.002337/2017-65; JOSE JOSAFA FERREIRA DA SILVA; 80107662752; 034.467.214-01; 11773.

53524.002341/2017-23; JOSE ROBERTO VAROLO; 80108901467; 069.334.518-79; 11774.

53524.002356/2017-91; LUCAS RESENDE DE FREITAS; 80107384760; 103.557.676-78; 11775.

53524.002357/2017-36; LUCIANO PEDRO DOS SANTOS; 80108489566; 816.725.436-49; 11776.

53524.002359/2017-25; LUIZ EDUARDO ANGUETH DE ARAUJO; 80108871614; 017.090.206-44; 11777.

HERMANN BERGMANN GARCIA E SILVA

ATOS DE 31 DE AGOSTO DE 2017

O Gerente Regional da Anatel no Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 82, inciso IX do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612/2013, torna pública a EXTINÇÃO, por caducidade, as autorizações para exploração do Serviço de Rádio do Cidadão (Código 400), de interesse restrito, expedidas às entidades a seguir relacionadas, por descumprimento do disposto no art. 8º, caput, da Lei nº 5.070, de 07//07/1966, c/c o art. 11, caput, do Regulamento para Arrecadação de Receitas do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel), aprovado pela Resolução nº 255, de 29/03//2001. A sanção aplicada não acarreta isenção de eventuais débitos, decorrentes da(s) autorização(ões) anteriormente expedida(s).

(PROCESSO, INTERESSADO, CPF, NÚMERO DO ATO)

53524.002796/2017-49; MARCELO RODRIGUES DA SILVA; 80107657082; 050.134.016-58; 11805.

53524.002798/2017-38; MARCIO FERREIRA DA SILVA; 80108044874; 01.978.626-32; 11806.

53524.002816/2017-81; NICOLAU FALONI DE CARVALHO; 80108160351; 476.177.991-87; 11808.

53524.002823/2017-83; PAULO ROGERIO RODRIGUES; 80108540340; 623.582.436-04; 11809.

MARCELO LÚCIO NUNES
Substituto

ATOS DE 4 DE SETEMBRO DE 2017

O Gerente Regional da Anatel no Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 82, inciso IX do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612/2013, torna pública a EXTINÇÃO, por caducidade, as autorizações para exploração do Serviço de Rádio do Cidadão (Código 400), de interesse restrito, expedidas às entidades a seguir relacionadas, por descumprimento do disposto no art. 8º, caput, da Lei nº 5.070, de 07//07/1966, c/c o art. 11, caput, do Regulamento para Arrecadação de Receitas do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel), aprovado pela Resolução nº 255, de 29/03//2001. A sanção aplicada não acarreta isenção de eventuais débitos, decorrentes da(s) autorização(ões) anteriormente expedida(s).

(PROCESSO, INTERESSADO, CPF, NÚMERO DO ATO)

53524.003214/2017-41; RILDO BRITO VALIM; 80107215578; 918.660.577-15; 11926.

53524.003218/2017-20; ROBSON OLIVEIRA PENIDO; 80107625989; 040.863.146-57; 11927.

53524.003440/2017-22; TARCISO SIMEAO DOS SANTOS; 80107033380; 033.793.696-08; 11916.

53524.003449/2017-33; VALDECI DA SILVA; 80108619109; 043.748.766-00; 11917.

53524.003452/2017-57; VALMIR RODRIGUES DE SOUZA; 80107371782; 032.796.256-96; 11918.

53524.003453/2017-00; VALTER GRACIEL VITOR OLIVEIRA; 80108853632; 057.499.446-70; 11919.

53524.003456/2017-35; VANDERLEI ROSA; 80107223325; 393.333.026-20; 11920.

53524.003459/2017-79; WALLACE FERNANDO DE CAMPOS; 80107657325; 011.951.426-50; 11921.

53524.003460/2017-01; WALTER ALMEIDA SOARES; 80108785378; 627.112.706-10; 11922.

53524.003462/2017-92; WANDERSON DA SILVA; 80108923606; 947.272.106-06; 11923.

53524.003466/2017-71; WELLINGTON ADORNO DE MORAIS; 80106950762; 246.092.448-88; 11924.

53524.003467/2017-15; WELLINGTON JOSE FERNANDES; 80107312859; 038.640.696-02; 11925.

MARCELO LÚCIO NUNES
Substituto

DESPACHO DO GERENTE

O Gerente Regional da Anatel no Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 82, inciso IX do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612/2013, torna públicas as decisões proferidas nos processos a seguir relacionados. A íntegra das decisões pode ser acessada por meio do site da Agência (www.anatel.gov.br/institucional/index.php/processos-administrativos) (PROCESSOS).

535240023172017-94; 535240023212017-52; 535240023312017-98; 535240023432017-12; 535240023462017-56; 535240023472017-09; 535240023502017-14; 535240023582017-81; 535240027972017-93; 535240027992017-82.

HERMANN BERGMANN GARCIA E SILVA

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATOS DE 11 DE SETEMBRO DE 2017

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado à(ao):

Nº 12.050 - COLEGIO DANTE ALIGHIERI, CNPJ nº 61.365.805/0001-23;

Nº 12.051 - COMERCIO DE GAS LIQUEFEITO CAIEIRAS LTDA, CNPJ nº 64.541.998/0001-14

Prorroga autorização para uso de radiofrequência(s) associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado à(ao):

Nº 12.052 - TV STUDIOS DE BRASILIA LTDA, CNPJ nº 54.065.370/0001-36

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

ATOS DE 12 DE SETEMBRO DE 2017

Prorroga autorização para uso de radiofrequência(s) associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado à(ao):

Nº 12.087 - PETROLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS, CNPJ nº 33.000.167/0108-40

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado à(ao):

Nº 12.095 - VISATUR VIACAO SANTO ANTONIO DE TURISMOLTDA, CNPJ nº 51.996.890/0001-74;

Nº 12.100 - UNISER SEGURANCA PRIVADA LTDA - ME, CNPJ nº 08.457.204/0001-68

Expede autorização para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço à(ao):

Nº 12.109 - CLUBE ESPERIA, CNPJ nº 62.215.223/0001-23

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

ATOS DE 13 DE SETEMBRO DE 2017

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado à(ao) :

Nº 12.138 - USINA ITAJOBI LTDA - ACUCAR E ALCOOL, CNPJ nº 43.533.819/0003-99;

Nº 12.175 - PETER PAUL RICHTER, CPF nº 051.411.828-86

RICARDA CAROLINA RENDE
Gerente
Substituta

ATOS DE 15 DE SETEMBRO DE 2017

Expede autorização para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço à(ao):

Nº 12.237 - TEXTIL J SERRANO LTDA, CNPJ nº 49.870.173/0002-30;

Nº 12.241 - CONDOMINIO CATARINA FASHION OUTLET, CNPJ nº 18.626.057/0001-66;

Nº 12.258 - PALACIO TANGARA DESENVOLVIMENTO IMOBILIARIO E EXPLORACAO HOTELEIRA LTDA, CNPJ nº 13.812.932/0002-61;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800009

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado à(ao):

Nº 12.252 - COLGATE PALMOLIVE INDUSTRIAL LTDA, CNPJ nº 03.816.532/0001-90

RICARDA CAROLINA RENDE
Gerente
Substituta

ATOS DE 19 DE SETEMBRO DE 2017

Expede autorização para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço à(ao):

Nº 12.322 - CARLOS ALBERTO HONORATO, CPF nº 076.870.378-63;

Nº 12.323 - COMERCIO DE GAS RIZARDI PERUS LTDA - EPP, CNPJ nº 58.837.691/0001-62
Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado à(ao):

Nº 12.324 - SERGIO DONIZETTI PAVANI, CPF nº 035.169.248-70;

Nº 12.350 - GOCIL SERVICOS DE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 50.844.182/0001-55

RICARDA CAROLINA RENDE
Gerente
Substituta

ATOS DE 21 DE SETEMBRO DE 2017

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado à(ao):

Nº 12.435 - PEDRA AGROINDUSTRIAL S/A, CNPJ nº 71.304.687/0028-17;

Nº 12.438 - TIM CELULAR S.A., CNPJ nº 04.206.050/0001-80

RICARDA CAROLINA RENDE
Gerente
Substituta

ATOS DE 22 DE SETEMBRO DE 2017

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado à(ao):

Nº 12.454 - CARLOS JOSE COSTA DE FARIA JUNIOR, CPF nº 036.176.248-80

Expede autorização para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço à(ao):

Nº 12.472 - TRANSPRANDO TRANSPORTES E SERVICOS LTDA - EPP, CNPJ nº 08.918.499/0001-22

RICARDA CAROLINA RENDE
Gerente
Substituta

ATOS DE 25 DE SETEMBRO DE 2017

Expede autorização RICARDO para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço à(ao):

Nº 12.487 - MENDES TAHAN SOBRINHO, CPF nº 960.010.468-91;

Nº 12.497 - QUALIMAN ENGENHARIA E MONTAGENS LTDA, CNPJ nº 67.558.361/0001-29

RICARDA CAROLINA RENDE
Gerente
Substituta

ATOS DE 26 DE SETEMBRO DE 2017

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado à(ao):

Nº 12.545 - CLARIANT S.A, CNPJ nº 31.452.113/0001-51;

Nº 12.554 - CONDOMINIO DO SHOPPING CENTER MORUMBI, CNPJ nº 53.825.121/0001-39

RICARDA CAROLINA RENDE
Gerente
Substituta

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS
UNIDADE OPERACIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

ATO Nº 12.222, DE 14 DE SETEMBRO DE 2017

Processo nº 53548.001331/2017-01.
Expede autorização à VALE DO RIO NOVO ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA, CNPJ nº 50344902000547, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JOSÉ AFONSO COSMO JUNIOR
Gerente

ATO Nº 12.239, DE 15 DE SETEMBRO DE 2017

Processo nº 53548.001311/2017-21.
Expede autorização à BRASILWOOD REFLORESTAMENTO S.A., CNPJ nº 09264803000209, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JOSÉ AFONSO COSMO JUNIOR
Gerente

ATO Nº 12.448, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017

Processo nº 53548.001218/2017-17.
Expede autorização à OTIMIZA DO BRASIL EIRELI - ME, CNPJ nº 19.693.089/0001-47, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JOSÉ AFONSO COSMO JUNIOR
Gerente

ATOS DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

Outorga autorização para uso de radiofrequências associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado a: Nº 12.586 - FABIO PEREZ TANNER, CPF nº 562.742.031-68; Nº 12.587 - BRENCO - COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA RENOVAVEL, CNPJ nº 08.070.566/0016-88; Nº 12.588 - ROVILSON ALVES CORREA, CPF nº 090.872.491-87; Nº 12.589 - RUTH DE ANDRADE REIS, CPF nº 790.687.908-20.

JOSÉ AFONSO COSMO JUNIOR
Gerente

CONSELHO NACIONAL DE CONTROLE DE EXPERIMENTAÇÃO ANIMAL

EXTRATO DE PARECER CONCEA Nº 45/2017

A Coordenadora do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - CONCEA, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 42, Parágrafo único do Decreto nº 6.899, de 15 de julho de 2009; e art. 7º, inciso IV da Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015, torna público que o CONCEA apreciou e emitiu Parecer Técnico para o seguinte pedido de cancelamento de credenciamento:
Processo nº.: 01200.000149/2013-28 (44)
CNPJ: 07.721.749/0017-34 FILIAL
Razão Social: DIOCESE DE QUIXADÁ
Nome da Instituição: FACULDADE CATÓLICA RAINHA DO SERTÃO
Endereço da Instituição: Rua Juvêncio Alves, n° 660 - Centro - CEP: 63.900-000 - Quixadá/CE.
CIAEP Nº: 01.0054.2013
Modalidade de solicitação: requerimento do cancelamento de credenciamento da instituição.
Decisão: DEFERIDO
CIAEP Nº: 01.0054.2013 CANCELADO
O CONCEA, após análise do pedido de cancelamento de CIAEP da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO, conforme o Parecer nº 57/2017/CONCEA/MCTIC.
A instituição apresentou todos os documentos, conforme disposto na Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015.
O CONCEA esclarece que este parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no País e das normas estabelecidas pelo CONCEA, aplicáveis ao objeto do requerimento.

MONICA L. ANDERSEN

EXTRATO DE PARECER CONCEA Nº 46/2017

A Coordenadora do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - CONCEA, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5o, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008; arts. 34 e 35 do Decreto nº 6.899, de 15 de julho de 2009; e Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015, torna público que o CONCEA apreciou e emitiu Parecer Técnico para o seguinte pedido de credenciamento:
Processo nº.: 01200.002166/2015-61 (446)
CNPJ: 10.744.098/0001-45 - MATRIZ
Razão Social: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
Nome da Instituição: INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ - REITORIA
Endereço da Instituição: Rua Doutor José Lourenço, n° 3000 - Joaquim Távora - CEP: 60.115-282 - Fortaleza/CE
Modalidade de solicitação: requerimento de credenciamento da instituição.
Decisão: DEFERIDO
CIAEP: 01.0493.2017
O CONCEA, após análise do pedido de credenciamento da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO, conforme o Parecer nº 58/2017/CONCEA/MCTIC.
A instituição apresentou todos os documentos conforme disposto na Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015, além de comprovar constituição de CEUA nos termos do art. 8° da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008.
O CONCEA esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no País e das normas estabelecidas pelo CONCEA, aplicáveis ao objeto do requerimento.

MONICA L. ANDERSEN

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
COMITÊ DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

O Coordenador do COMITÊ DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPq, designado pela Portaria CNPq nº 215/2014, de 6 de agosto de 2014, considerando o disposto nos Decretos nº 7.579, de 11 de outubro de 2011 e nº 8.638 de 15 de janeiro de 2016, na Instrução Normativa SLTI/MP nº 4, de 12 de novembro de 2010 e na Estratégia de Governança Digital (EGD) do Governo Federal, Portaria MP nº 68, de 07/03/2016, e a devida homologação pelo Presidente deste Conselho, conforme Processo SEI nº 01300.007914/2017-36, estabelece que:
Art. 1º Fica instituído o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações - PDTIC do CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPq para os exercícios de 2017 a 2020.
Art. 2º O PDTIC poderá ser revisto sempre que necessário a fim de assegurar seu alinhamento às prioridades e estratégias institucionais, à disponibilidade financeira e orçamentária e às mudanças na legislação pertinente.
Art. 3º O PDTIC 2017/2020 encontra-se disponível para consulta via Internet no sítio do CNPq: http://www.cnpq.br/web/guest/pdtic/
Art. 4º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

CARLOS ROBERTO FORTNER

DIRETORIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHO DO DIRETOR
Em 27 de setembro de 2017

697ª RELAÇÃO DE CREDENCIAMENTO - LEI 8.010/90

Entidade	Credenciamento	CNPJ
Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB	900.1264/2017	43.776.491/0001-70

CARLOS ROBERTO FORTNER

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO

PORTARIAS DE 26 DE SETEMBRO DE 2017

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, no uso da competência que lhe foi delegada por meio da Portaria MCTIC nº 2881, publicada no D.O.U. de 05 de junho de 2017, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar às Entidades abaixo relacionadas a penalidade de suspensão, que por este ato fica convertida em multa.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.047450/2013	Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão - FADEP/JF	FME	Juiz de Fora	MG	Multa	1.633,53	Art. 38, alínea "c" da Lei nº 10.610/2002	Portaria DECEF n° 4444, de 26/09/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53000.028148/2013	Fundação de Radiodifusão Educativa Nossa Senhora Milagrosa	FME	Maracanaú e Sobral	CE	Multa	1.778,82	Art. 38, alínea "c" da Lei nº 10.610/2002	Portaria DECEF n° 4625, de 26/09/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 858/2008
53900.044014/2016	Fundação João XXIII	FM/OM	Rio Negro, Itaiópolis, Mafra e Penha	PR, SC	Multa	39.293,81	Art. 38, alínea "c" da Lei nº 10.610/2002	Portaria DECEF n° 4935, de 26/09/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53900.017474/2016	Fundação Cultural Fátima de Comunicações	FM/OM	Vacaria	RS	Multa	9.459,62	Art. 38, alínea "c" da Lei nº 10.610/2002	Portaria DECEF n° 5172, de 26/09/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53000.040302/2013	Governo Do Estado De Goiás - Agência Goiana De Comunicação	TV/FM/OC/OM/OT	Goiânia	GO	Multa	48.649,46	Art. 38, alínea "c" da Lei nº 10.610/2002	Portaria DECEF n° 5222, de 26/09/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53900.058352/2016	Fundação Nossa Senhora Aparecida	OM/OT	Anápolis	GO	Multa	12.474,22	Art. 38, alínea "b" da Lei nº 12.872/2013	Portaria DECEF n° 5271, de 26/09/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53900.042718/2016	Sociedade Emissora Vale do Mel Ltda	FM	Irati	PR	Multa	3.169,52	Art. 38, alínea "b" da Lei nº 10.610/2002	Portaria DECEF n° 5503, de 26/09/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 858/2008
53900.037898/2016	Fundação Frei Joao Batista Vogel	FM/OM	Anápolis, Catalão	GO	Multa	30.561,86	Art. 38, alínea "b" e "c" da Lei nº 10.610/2002	Portaria DECEF n° 5551, de 26/09/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53000.030893/2013	Rádio FM de Iporá Ltda	FM	Alto Paraíso de Goiás, Iporá, Piranhas e Canápolis	GO, MG	Multa	9.168,97	Art. 38, alínea "c" da Lei nº 10.610/2002	Portaria DECEF n° 5668, de 26/09/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 858/2008

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo III, artigo 77, § 2º, X do Regimento Interno da Secretaria de Radiodifusão, aprovado pela Portaria MCTIC nº 1.729, de 31 de março de 2017, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar às Entidades abaixo relacionadas a penalidade multa.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.004854/2014	Associação Comunitária de Radiodifusão Amigos do Rio Santa Rosa	RADCOM	Araioses	SP	Multa	684,16	Art. 40, inciso VI e XXIX do Decreto n° 2.615/1998.	Portaria DECEF n° 5447, de 26/09/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53000.000533/2014	Terra FM Ltda	FM	São Geraldo do Araguaia, Tailândia, Tucumã e Xinguara	PA	Multa	17.911,69	Art. 62 da Lei nº 4.117/1962.	Portaria DECEF n° 5469, de 26/09/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53900.009540/2014	Associação Comunitária de Radiodifusão de Careaçu	RADCOM	Careaçú	MG	Multa	435,37	Art. 40, inciso VI do Decreto n° 2.615/1998.	Portaria DECEF n° 5475, de 26/09/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 858/2008
53900.011297/2014	Associação Comunitária, Educativa, Cultural e Artística	RADCOM	Laranjal Paulista	SP	Multa	799,63	Art. 40, inciso VI do Decreto n° 2.615/1998.	Portaria DECEF n° 5479, de 26/09/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53000.008806/2014	Associação Nossa Senhora das Dores de Cândido Mota	RADCOM	Cândido Mota	SP	Multa	799,63	Art. 40, inciso VI do Decreto n° 2.615/1998.	Portaria DECEF n° 5480, de 26/09/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53900.015039/2014	Associação Católica, Cultural e de Promoção Pe. Cassimiro Mikucki	RADCOM	Rio Bonito	SP	Multa	435,37	Art. 40, inciso VI do Decreto n° 2.615/1998.	Portaria DECEF n° 5529, de 26/09/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 858/2008
53000.014814/2014	Fundação Manoel Paes	RADCOM	Brejão	PE	Multa	799,63	Art. 40, inciso VI do Decreto n° 2.615/1998.	Portaria DECEF n° 5530, de 26/09/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53000.020209/2014	Associação Beneficente Artística Comunitária Ana Nunes Rêgo	RADCOM	Portalegre	RN	Multa	435,37	Art. 40, inciso VI do Decreto n° 2.615/1998.	Portaria DECEF n° 5534, de 26/09/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 858/2008

Art. 1º Aplicar às Entidades abaixo relacionadas a penalidade multa, em função de processo administrativo instaurado pela Anatel, nos termos do Convênio celebrado entre o Ministério das Comunicações e Anatel em 08/08/2011.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53504.011589/2013	Fundação Ernesto Benedito de Camargo	TVE	Guarulhos	SP	Multa	5.483,18	Art. 28, item 12, alínea "h" do Decreto nº 52.795/1963	Portaria DECEF n° 5612, de 26/09/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53532.003463/2013	DETELPE - Departamento de Telecomunicações de Pernambuco	RTV	Floresta	PE	Multa	1.142,33	Art. 27 c/c art. 31 do Decreto nº 5.371/2005	Portaria DECEF n° 5616, de 26/09/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53539.000427/2013	Prefeitura Municipal de Cubati	RTV	Cubati	PB	Multa	1.142,33	Art. 31 do Decreto 5.371/2005	Portaria DECEF n° 5622, de 26/09/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

PORTARIA Nº 5.104/SEI, DE 12 DE SETEMBRO DE 2017

A COORDENADORA-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76,parágrafo 6°, inciso VI, do Regimento Interno do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, aprovado pela Portaria nº 1729, de 31 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 04 de abril de 2017 e considerando o Processo Administrativo nº 53900.003168/2014-11, resolve:

Art. 1º Autorizar a Associação Novaboavistense de Radiodifusão Comunitária, a transferir o local de instalação do sistema irradiante da Avenida Jacob Wagner Sobrinho, N°1297-Fundos - Centro para a Avenida Jacob Wagner Sobrinho, N°1600 - Centro, na localidade de Nova Boa Vista / RS. A entidade foi autorizada pela Portaria de Autorização n° 683/2009 publicada no Diário Oficial da União em 14 de fetembro de 2009, a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária. O referido ato de autorização foi deliberado pelo Congresso Nacional, conforme Decreto Legislativo nº 181/2013, publicado no Diário Oficial da União em 20 de fevereiro de 2013, conforme consta nos autos do Processo de Autorização n° 53000.003497/2008.

Parágrafo único. O sistema irradiante da estação transmissora da entidade, em razão do disposto no caput, localizar-se-á nas coordenadas geográficas com latitude em 27°59'54"S e longitude 52°58'52"W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

INALDA CELINA MADIO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 5.355/SEI, de 14 de setembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 27 de setembro de 2017, Seção 1, página 6, que trata de consignação de canal digital à Fundação Setorial de Radiodifusão Educativa de Sons e Imagens, onde se lê: "... O Diretora do Departamento de Radiodifusão Comercial...", leia-se: "... A Diretora do Departamento de Radiodifusão Comercial ...", e na assinatura, onde se lê: "... Gilberto Kassab ...", leia-se: "... Inez Joffily França ...".

COORDENAÇÃO-GERAL DE OUTORGAS

DESPACHOS DO COORDENADOR-GERAL

Em 11 de setembro de 2017

Nº 1.067/SEI - O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 53000.016531/2014-94, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, no município de PONTA GROSSA, estado do PARANÁ, utilizando o canal digital nº 27 (vinte e sete), nos termos da Nota Técnica nº 15003/2017/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE
DE OLIVEIRA BARROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800011

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Em 5 de setembro de 2017

Nº 1.444/SEI - A COORDENADORA-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 53000.006973/2013-41, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da TV ARATU S.A, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, no município de SANTA MARIA DA VITÓRIA, estado da Bahia, utilizando o canal digital nº 26 (vinte e seis), classe C, nos termos da Nota Técnica nº 19470/2017/SEI-MCTIC.

Nº 1.502/SEI - A COORDENADORA-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 53000.046186/2010-90, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da TV ÔMEGA LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter primário, no município de CAMPOS DOS GOYTACAZES, estado do Rio de Janeiro, utilizando o canal 10- (dez decalado para menos), nos termos da Nota Técnica nº 20208/2017/SEI-MCTIC.

ROSANGELA PETRI DUARTE

Em 20 de setembro de 2017

Nº 1.527/SEI - COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.049549/2017-70, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos do SISTEMA IMAGEM DE COMUNICAÇÃO TV CANDELÁRIA LTDA, autorizatário do Serviço de Retransmissão de Televisão, no município de BURITIS, estado de Rondônia, utilizando o canal digital nº 34 (trinta e quatro), classe C, nos termos da Nota Técnica nº 20598/2017/SEI-MCTIC.

Nº 1.596/SEI - O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso III, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.049010/2017-11, resolve autorizar a alteração de características técnicas para utilização em tecnologia digital da estação do SISTEMA VALE DO TOCANTINS DE COMUNICAÇÕES LTDA., autorizatário do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, no município de SANTARÉM, estado do PARÁ, utilizando o canal digital nº 41 (quarenta e um), em substituição ao canal analógico 52(cinquenta e dois), nos termos da Nota Técnica nº 21430/2017/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE
DE OLIVEIRA BARROS

COORDENAÇÃO-GERAL PÓS DE OUTORGAS

DESPACHOS DO COORDENADOR-GERAL
Em 25 de agosto de 2017

Nº 1.443/SEI - O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.051545/2017-51, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da RADIO FRONTEIRA D OESTE LTDA - ME, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Terra Roxa-PR, utilizando o canal n.º 263 (duzentos e sessenta e três), classe C, nos termos da Nota Técnica n.º 19461/2017/SEI-MCTIC.

Em 14 de setembro de 2017

Nº 1.534/SEI - O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.053790/2017-01, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da SOCIEDADE BARRABUGRENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Barra do Bugres-MT, utilizando o canal n.º 259 (duzentos e cinquenta e nove), classe C, nos termos da Nota Técnica n.º 20732/2017/SEI-MCTIC.

Em 21 de setembro de 2017

Nº 1.579/SEI - O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.055629/2017-64, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da FUNDAÇÃO EDUCATIVA NORDESTE, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Soledade-RS, utilizando o canal n.º 263 (duzentos e sessenta e três), classe A3, nos termos da Nota Técnica n.º 21225/2017/SEI-MCTIC.

Em 21 de setembro de 2017

Nº 1.599/SEI - O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.057436/2017-48, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da RÁDIO DIFUSORA DE IVINHEMA LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de IVINHEMA/MS, utilizando o canal n.º 276 (duzentos e setenta e seis), classe C, nos termos da Nota Técnica n.º 21451/2017/SEI-MCTIC.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

Ministério da Cultura

SECRETARIA DA CIDADANIA E DA DIVERSIDADE CULTURAL

PORTARIA Nº 7, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a divulgação da lista das inscrições habilitadas e inabilitadas no Edital de Seleção Pública n.º 1, de 26 de maio de 2017, Culturas Populares - Edição Leandro Gomes de Barros.

A Secretária da Cidadania e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Art. 13 do Decreto nº 8.837, de 17 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º Ratificar as decisões da Comissão Técnica de Habilitação designada pela Portaria n.º 06, de publicada no Boletim Administrativo, de 26 de setembro de 2017, que procedeu a análise documental das inscrições enviadas por via postal e pelo SalicWeb ao Edital de Seleção Pública n.º 1, de 26 de maio de 2017, Culturas Populares - Edição Leandro Gomes de Barros, publicado no Diário Oficial da União de 29 de maio de 2017, Seção 3, páginas 19 a 21, em conformidade com o item 9 e seus subitens.

Art. 2º Divulgar, com base no item 9.3 do Edital, a relação das inscrições habilitadas e inabilitadas.

Art. 3º Aos candidatos inabilitados será facultado o direito de pedido de reconsideração à Comissão Técnica de Habilitação, no prazo de 5 (cinco) dias corridos contados a partir da data de publicação do resultado desta fase no Diário Oficial da União - DOU, obrigatoriamente por meio de formulário (Anexo 6) que será disponibilizado no portal eletrônico www.cultura.gov.br.

Art.4º O pedido de reconsideração deve estar devidamente assinado pelo candidato, e pode ser encaminhado por via postal, para o endereço constante no item 8.6.4, ou por meio do endereço eletrônico: coedi@cultura.gov.br.

Parágrafo único - Conforme estabelecido no item 9.6 do Edital, o pedido de reconsideração que tenha por finalidade encaminhar documentação que não foi entregue no prazo previsto de inscrição, constante no item 8.10 e subitens 8.10.1, 8.10.2, 8.10.3 e 8.10.4, será indeferido, observando-se ainda o Edital n.º 4, de 27 de julho de 2017, publicado no Diário Oficial da União, de 28 de julho de 2017, Seção 3, página 12, que prorrogou o prazo de inscrição até o dia 28 de agosto de 2017.

I - PESSOA FÍSICA (MESTRES E MESTRAS) HABILITADOS:

Nº	Candidato(a)	CPF	Cidade	UF	Inabilitado
1	Adalberto Gomes da Silva	224.974.045-34	Pé de Serra	BA	Habilitado
2	Adallyz Torres Araújo	047.440.085-93	Salvador	BA	Habilitado
3	Adelícia Amorim Rocha	525.131.226-15	Almenara	MG	Habilitado
4	Ademir José de Santana	338.232.945-04	Vera Cruz	BA	Habilitado
5	Ademir Santana Silva	340.927.495-20	Curaçá	BA	Habilitado
6	Aderaldo Luciano dos Santos	312.239.315-87	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
7	Adriana da Silva Gomes	969.413.089-15	Foz do Iguaçu	PR	Habilitado
8	Adriana da Silva Souza	030.082.557-95	Petrópolis	RJ	Habilitado
9	Adriano Almeida Alves	803.004.645-68	Goiânia	GO	Habilitado
10	Adriano dos Santos Gomes da Silva	043.122.754-32	Currais Novos	RN	Habilitado
11	Adrião Sisnando de Araújo	400.847.283-53	Juazeiro do Norte	CE	Habilitado
12	Aécio de Oliveira Teixeira	789.214.812-49	Sena Madureira	AC	Habilitado
13	Afonso Miguel Aguiar	106.175.313-15	Teresina	PI	Habilitado
14	Agda de Andrade Cavalheiro	976.909.379-34	Rebouças	PR	Habilitado
15	Agenor da Silva Gomes	379.944.172-72	Belém	PA	Habilitado
16	Agenor Vieira de Abreu	051.849.083-15	Teresina	PI	Habilitado
17	Agnaldo Daniel da Silva	029.239.516-70	Araguari	MG	Habilitado
18	Agnaldo Ribeiro dos Santos	498.197.803-06	São Raimundo Nonato	PI	Habilitado
19	Agnaldo Souza Pinho	360.098.576-00	Belo Horizonte	MG	Habilitado
20	Agostinho Gomes	029.356.228-80	Cananeia	SP	Habilitado
21	Agripino Soares de Magalhães	022.626.491-20	Corumbá	MS	Habilitado
22	Aguinaldo Barbosa de França Júnior	040.621.794-74	Paulista	PE	Habilitado
23	Aguinaldo da Silva	149.404.344-00	Olinda	PE	Habilitado
24	Aguinaldo de Almeida Tavares	483.007.991-68	Taguatinga Norte	DF	Habilitado
25	Aguinaldo José Gomes de Mélo	186.530.734-34	Macapá	AP	Habilitado
26	Aidner Mendez Neves	831.136.065-00	Lençóis	BA	Habilitado
27	Ailton Machado Ferreiro	233.688.530-15	Rio Pardo	RS	Habilitado
28	Airton Lopes Campos	172.982.531-15	Nova Xavantina	MT	Habilitado
29	Airton Masciano da Silva	324.949.981-15	Gama	DF	Habilitado
30	Alba Cristina Soares	469.386.565-68	Ilhéus	BA	Habilitado
31	Alcemi Ferreira Cardoso	Não Informado	Cariacica	ES	Habilitado
32	Alcides José Ramos Sales	207.976.644-91	Maceió	AL	Habilitado
33	Alcides Ribeiro dos Santos	Não informado	Cuiabá	MT	Habilitado
34	Alderley Silva de Carvalho	708.193.432-34	Belém	PA	Habilitado

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800012

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

35	Alessandra Cristina Bernadino	851.248.939-15	Joinville	SC	Habilitado
36	Alessandro de Jesus Castro	005.307.093-33	São Luís	MA	Habilitado
37	Alessandro Elias da Silveira	006.459.051-86	Inhumas	GO	Habilitado
38	Alex Gomes da Silva	576.700.484-68	Arapiraca	AL	Habilitado
39	Alexandre Alberto Santos de Oliveira	037.821.774-79	Olinda	PE	Habilitado
40	Alfrânio Gomes de Brito	284.996.034-91	Campina Grande	PB	Habilitado
41	Alice Bites Leão Leite	147.352.961-15	Valparaíso	GO	Habilitado
42	Alice Fernandes de Morais Bezerra	358.343.074-34	Contagem	MG	Habilitado
43	Aliduino Zanella	076.269.839-04	Caçador	SC	Habilitado
44	Allan Cardoso	305.711.209-97	Florianópolis	SC	Habilitado
45	Almerito Almeida Santos	810.497.228-68	Cotia	SP	Habilitado
46	Almir Dionísio dos Santos	569.613-675-34	Andorinha	BA	Habilitado
47	Altair Leal Ferreira	047.443.254-83	Paulista	PE	Habilitado
48	Alziro Pedro	838.696.496-34	Guaraqueçaba	PR	Habilitado
49	Amanda Ionara Farias de Oliveira	103.356.224-61	Natal	RN	Habilitado
50	Amarildo Pereira Marcos	100.980.858-32	Lagoinha	SP	Habilitado
51	Ana Celina Alves Fernandes	904.702.494-04	Natal	RN	Habilitado
52	Ana Clara Vieira de Vasconcelos	325.948.284-91	Maceió	AL	Habilitado
53	Ana Cléia Neri Alves	337.875.902-00	Manaus	AM	Habilitado
54	Ana Gomes de Sousa Silvas	545.663.983-15	Crato	CE	Habilitado
55	Ana Lúcia Araújo Silva	108.493.904-51	Currais Novos	RN	Habilitado
56	Ana Lúcia Galvão de Castro	598.332.205-25	Itaparica	BA	Habilitado
57	Ana Lúcia Rodrigues do Nascimento	396.699.044-04	Conde	PB	Habilitado
58	Ana Margareth Ferreira Lopes Junghans	703.587.454-20	Currais Novos	RN	Habilitado
59	Ana Maria Aparecida Silva Godinho	523.997.536-15	Pratápolis	MG	Habilitado
60	Ana Maria Diniz da Silva	715.346.874-91	Ilhéus	BA	Habilitado
61	Ana Maria Pires de Carvalho	592.329.517-20	São José dos Campos	SP	Habilitado
62	Ana Martins da Costa	797.283.757-00	Fernando de Noronha	PE	Habilitado
63	Ana Olga Freitas dos Santos Nascimento	253.404.685-34	Muritiba	BA	Habilitado
64	Ana Soares de Sá Oliveira	048.751.528-50	Umari	CE	Habilitado
65	Anabel Maria Galdino de Amorim	003.484.279-99	Guaraquecaba	PR	Habilitado
66	Anadeje Moraes da Silva	478.565.484-87	Maceió	AL	Habilitado
67	Anahy dos Santos Muniz	511.481.457-53	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
68	Anatanildes Pereira Bomfim	261.642.995-00	Camaçari	BA	Habilitado
69	André Barbosa Cavalcante	677.861.464-15	Boca da Mata	AL	Habilitado
70	Andriolli de Brites da Costa	725.537.071-34	São Leopoldo	RS	Habilitado
71	Angélica Celeste Mirinha	345.992.150-15	Porto Alegre	RS	Habilitado
72	Angélica Lins da Paz	072.634.404-40	Olinda	PE	Habilitado
73	Ângelo José de Castro Fonsêca	121.483.692-52	Belém	PA	Habilitado
74	Anicide de Toledo	016.515.758-51	Capivari	SP	Habilitado
75	Anselmo Serrat	050.209.305-63	Jiquiriça	BA	Habilitado
76	Antenor Neres	215.876.803-78	Rosário	MA	Habilitado
77	Antonia Beserra da Silva	026.810.233-35	Cajazeiras	PB	Habilitado
78	Antônia Cazuza da Silva	018.666.384-67	Poço de José de Moura	PB	Habilitado
79	Antonia de Maria Lopes Sousa	867.087.753-87	Cantanhede	MA	Habilitado
80	Antônia Luzia Barbosa da Costa	111.175.597-34	Nova Iguaçu	RJ	Habilitado
81	Antonia Maria Rodrigues	047.175.584-21	Ilha de Itamaracá	PE	Habilitado
82	Antonia Mota do Nascimento	423.786.134-15	Natal	RN	Habilitado
83	Antônio Alves	655.827.992-49	Terra Alta	PA	Habilitado
84	Antonio Carlos Araújo dos Santos	133.002.885-68	Salvador	BA	Habilitado
85	Antonio Carlos Batista Neves Junior	037.433.045-03	Feira de Santana	BA	Habilitado
86	Antonio Cícero Viana Braz	003.313.543-65	Novo Oriente	CE	Habilitado
87	Antonio Coutinho	023.002.494-72	Recife	PE	Habilitado
88	Antonio da Costa Silva	806.439.734-00	Itabaiana	PB	Habilitado
89	Antônio Damião Joaquim dos Santos	008.346-155-84	Paritinga	BA	Habilitado
90	Antonio de Lisboa Filho	199.939.004-00	Recife	PE	Habilitado
91	Antônio de Pádua Elias de Sousa	364.466.296-72	Formiga	MG	Habilitado
92	Antonio de Souza Salvino	570.059.404-82	Taperoá	PB	Habilitado
93	Antônio do Nascimento	886.174.329-34	Foz do Iguaçu	PR	Habilitado
94	Antonio Fernando Soares Pereira	186.825.452-68	Bragança	PA	Habilitado
95	Antônio Ferreira Evangelista	710.047.503-15	Juazeiro do Norte	CE	Habilitado
96	Antonio Francisco da Silva	556.611.655-87	Poço Redondo	SE	Habilitado
97	Antonio Francisco Teixeira de Melo	322.986.764-53	Mossoró	RN	Habilitado
98	Antonio Galdino	488.661.647-04	São Mateus	ES	Habilitado
99	Antônio Joaquim de Santana	650.420.424-15	Vicência	PE	Habilitado
100	Antônio Jorge de Jesus	560.597.525-00	Itacaré	BA	Habilitado
101	Antonio Jorge Moura Galvão	221.439.474-53	Natal	RN	Habilitado
102	Antônio Luiz de Matos	016.030.828-32	Minas Novas	MG	Habilitado
103	Antonio Manuel da Silva	044.096.298-67	Vista Serra	PB	Habilitado
104	Antonio Maria da Silva	465.478.516-72	Contagem	MG	Habilitado
105	Antônio Maria da Silva	076.400.698-31	São Luís do Paraitinga	SP	Habilitado
106	Antonio Marques da Silva	051.884.613-34	Araçoiaba	CE	Habilitado
107	Antônio Miguel Neves Barroso	105.503.132-49	Marapanim	PA	Habilitado
108	Antonio Ribeiro da Conceição	041.849.045-72	Camaçari	BA	Habilitado
109	Antonio Roberto da Paixão	181.807.364-15	Conde	PB	Habilitado
110	Antônio Roberto Nogueira Barros	064.408.434-00	Olinda	PE	Habilitado
111	Aparecida de Lima Silva	050.720.044-65	Belo Jardim	PE	Habilitado
112	Aparecido Garuti	242.987.788-00	Sorocaba	SP	Habilitado
113	Argeu Carvalho Peclat	029.382.857-10	Silva Jardim	RJ	Habilitado
114	Arivaldo Batista dos Santos	036.101.795-20	Ilhéus	BA	Habilitado
115	Arlene Maria Camargo	492.967.367-49	Nova Iguaçu	RJ	Habilitado
116	Arlinda Áurea de Souza Silva	694.615.385-53	Lagarto	SE	Habilitado
117	Arlindo Carneiro dos Santos	134.960.264-72	Recife	PE	Habilitado
118	Arnaldo Jose da Silva	359.745.404-68	Olinda	PE	Habilitado
119	Arnilson Cavalcante Montenegro Júnior	032.456.804-57	Taperoá	PB	Habilitado
120	Arodinei Gaia de Sousa	602.826.062-20	Cametá	PA	Habilitado
121	Aroldo Silva	470.869.477-68	Fundão	ES	Habilitado
122	Artemis da Silva Rocha	147.340.792-34	Belém	PA	Habilitado
123	Arysttotenes da Silva Prata	025.750.374-92	Prata	PB	Habilitado
124	Asarias Freitas de Lima	123.328.364-20	Ouricuri	PE	Habilitado
125	Augusto de Souza Araújo Filho	079.204.825-34	Feira de Santana	BA	Habilitado
126	Avelino Ventura Santos	167.698.725-87	Muritiba	BA	Habilitado
127	Bárbara Higa Silva	455.522.258-05	Praia Grande	SP	Habilitado
128	Beatriz Rodrigues da Rosa	912.993.810-49	Porto Alegre	RS	Habilitado
129	Beatriz Vidal Leite Ribeiro	879.739.877-20	Vassouras	RJ	Habilitado
130	Benedita Carvalho Vilaça	271.639.463-68	Bacabeira	MA	Habilitado
131	Benedita Silva Costa	509.359.923-91	Bacurituba	MA	Habilitado
132	Benedito Carlos Gonçalves Lima	063.559.911-72	Corumbá	MS	Habilitado
133	Benedito da Silva Lemes	567.855.858-72	São Bernardo do Campo	SP	Habilitado
134	Benedito Diniz Pestana	178.791.243-49	Bacabal	MA	Habilitado
135	Benedito Domingos dos Santos	019.309.118-66	São José dos Campos	SP	Habilitado
136	Benedito dos Santos	738.360.878-04	São Luís do Paraitinga	SP	Habilitado
137	Benedito Epifânio	317.395.397-53	Cariacica	ES	Habilitado
138	Benedito Galvão Frade Júnior	019.606.088-51	São Luís do Paraitinga	SP	Habilitado
139	Benedito Luiz Amauro	720.562.748-68	São Luís do Paraitinga	SP	Habilitado
140	Benedito Reis dos Santos Costa	237.743.632-34	São Miguel Guamá	PA	Habilitado
141	Bertulina Nunes Barbosa	382.452.994-72	Marechal Deodoro	AL	Habilitado
142	Bianca da Cunha de Aquino	015.511.057-80	Teresópolis	RJ	Habilitado

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800013

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

143	Brayann Ivanovick Iezhov Bessa Elvas de Sá	020.301.123-64	Teresina	PI	Habilitado
144	Caio Costa Nunes Amaro da Silva	783.008.941-87	Mogi das Cruzes	SP	Habilitado
145	Caio Vitor Gonzaga Padilha	054.405.914-00	Natal	RN	Habilitado
146	Camila Chaves Mariano	120.926.556-71	Contagem	MG	Habilitado
147	Canuta Caetano	742.683.417-49	Cachoeira de Itapemirim	ES	Habilitado
148	Carlindo dos Santos Souza	936.064.601-63	Júlio Borges	PI	Habilitado
149	Carlito Francisco de Moraes	151.205.465-87	São Sebastião	AL	Habilitado
150	Carlos Alberto de Souza Barbosa	028.738.692-91	Belém	PA	Habilitado
151	Carlos Alberto Furtado	269.049.933-91	São Luís	MA	Habilitado
152	Carlos Alberto Gomides de Freitas	204.498.286-20	Juazeiro do Norte	CE	Habilitado
153	Carlos Augusto de Castro Pinheiro	344.243.422-04	Manaus	AM	Habilitado
154	Carlos Eduardo Giglio	937.016.327-15	Volta Redonda	RJ	Habilitado
155	Carlos Ferreira da Silva	194.525.437-87	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
156	Carlos Henrique da Silva Vicente	074.179.837-90	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
157	Carlos Raymundo	050.297.608-06	Iguape	SP	Habilitado
158	Carlos Roberto Kelner Fontes	010.205.464-32	Recife	PE	Habilitado
159	Carlos Soares da Silva	681.685.604-00	Cupira	PE	Habilitado
160	Carmen Tereza Salvini	006.685.319-24	Pinhalzinho	SC	Habilitado
161	Caroline Daiane Araújo de Oliveira	064.881.176-02	Poços de Caldas	MG	Habilitado
162	Cássia Maria Kesselring da França	321.166.839-04	Curitiba	PR	Habilitado
163	Cecília Maria da Silva Oliveira	080.132.251-00	Ladário	MS	Habilitado
164	Cecília Maria de Oliveira	126.735.954-49	Olinda	PE	Habilitado
165	Célia da Silva Nascimento	076.669.678-29	Guarulhos	SP	Habilitado
166	Célia Maria do Monte Silva	256.048.724-15	Olinda	PE	Habilitado
167	Célia Maria Nunes Catanhede	266.683.271-68	Central do Maranhão	MA	Habilitado
168	Celice Maria de Souza Silveira	288.270.235-34	Salvador	BA	Habilitado
169	Celino dos Santos	936.056.175-49	Terra Nova	BA	Habilitado
170	Celso Geraldo de Carvalho	277.833.426-34	Betim	MG	Habilitado
171	César Augusto Mello	324.257.163-00	Aracaú	CE	Habilitado
172	Charles Miguel Alves	708.194.086-20	Itabuna	BA	Habilitado
173	Cícero Evangelista de Magno	109.561.905-53	Feira de Santana	BA	Habilitado
174	Cícero Frank Severino da Silva	600.804.193-30	Juazeiro do Norte	CE	Habilitado
175	Cícero Ribeiro de Menezes	033.077.023-83	Missão Velha	CE	Habilitado
176	Cidney Epifânio Spiza	073.167.567-30	Cariacica	ES	Habilitado
177	Cinthya Viviani Mercês Leal	678.933.925-68	Santo Antônio de Jesus	BA	Habilitado
178	Cirleide do Nascimento Silva	093.588.764-41	Glória do Goitá	PE	Habilitado
179	Claudecy de Souza Santos	038.527.637-03	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
180	Claúdio Afonso Carvalho Ramos	189.386.802-82	Belém	PA	Habilitado
181	Claudio Agenor de Andrade	651.109.869-91	Florianópolis	SC	Habilitado
182	Claúdio Domingos Fortuna	751.764.168-91	Pardinho	SP	Habilitado
183	Claudio dos Reis Reynaldo	859.678.586-87	Varginha	MG	Habilitado
184	Claudio Luiz Cassiani	051.364.608-65	Pedreira	SP	Habilitado
185	Claudio Machado de Oliveira	456.170.318-72	Embu-Guaçu	SP	Habilitado
186	Clébio Matins Beserra	645.109.484-68	Guarabira	PB	Habilitado
187	Cleide de Oliveira Fernandes Monteiro	274.585.158-64	São Paulo	SP	Habilitado
188	Cleucir Sulenta	627.089.379-87	Concórdia	SC	Habilitado
189	Cleumara Monte Verdes Bentes	605.243.082-68	Parintins	AM	Habilitado
190	Cleydson Monteiro Silva	053.887.984-02	Timbaúba	PE	Habilitado
191	Cleyton Soares da Silva	044.550.283-58	Novo Oriente	CE	Habilitado
192	Clodoaldo Barbosa Lopes	913.333.425-00	Lauro de Freitas	BA	Habilitado
193	Clodoaldo Procópio	167.585.178-61	São Paulo	SP	Habilitado
194	Clóvis Martins Beserra	518.899.004-00	Guarabira	PB	Habilitado
195	Codrato da Rosa Germano	301.868.977-15	Angra dos Reis	RJ	Habilitado
196	Crisolina Guimarães Farias	976.325.466-34	Belo Horizonte	MG	Habilitado
197	Crispina de Jesus	022.535.125-08	Terra Nova	BA	Habilitado
198	Cristina Aparecida Rosa de Paula	961.679.046-34	Dona Eusébia	MG	Habilitado
199	Cristina Sebastiana de Souza Santos	630.642.117-68	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
200	Cristovão Augusto da Silva	076.958.824-70	Pão de Açúcar	AL	Habilitado
201	Dagson Tertuliano Silva	081.894.526-57	Belo Horizonte	MG	Habilitado
202	Dalila Adriana da Costa Lopes	519.193.890-91	Porto Alegre	RS	Habilitado
203	Dalva Damiana de Freitas	093.363.975-91	Cachoeira	BA	Habilitado
204	Damasceno Gregório dos Santos	362.486.732-68	Salvaterra	PA	Habilitado
205	Damião Cosme de Oliveira	055.361.924-18	Monte Alegre	RN	Habilitado
206	Damião Levi Brasil Bezerra	982.789.834-53	Monte Horebe	PB	Habilitado
207	Daniel da Costa Ângelo	071.683.234-82	Itajá	RN	Habilitado
208	Delzuita Beata Rabelo Santos	530.454.593-15	Axixá	MA	Habilitado
209	Denísia Martins Borba	577.971.706-06	Belo Horizonte	MG	Habilitado
210	Dennilton dos Santos	942.259.155-49	Carmópolis	SE	Habilitado
211	Deonice Francisca Conceição da Silva	887.465.854-00	Olinda	PE	Habilitado
212	Deusdeth Ezequiel dos Santos	046.233.618-29	Euclides da Cunha	BA	Habilitado
213	Dilcileia Tavares de Oliveira Brasil	851.954.137-20	Nilópolis	RJ	Habilitado
214	Dilzete Nascimento	721.357.867-72	São Mateus	ES	Habilitado
215	Dina Maria Martins Lima	111.956.903-63	Canindé	CE	Habilitado
216	Dinorá Couto Cançado	573.629.981-04	Brasília	DF	Habilitado
217	Dirceu Ferreira Sergio	320.166.036-15	Ribeirão das Neves	MG	Habilitado
218	Djalma Martins de Oliveira	253.349.056-34	Carmo do Cajuru	MG	Habilitado
219	Domerina Nicolau da Silva	132.080.204-49	João Pessoa	PB	Habilitado
220	Domingas Francisca de Almeida	030.137.946-74	Vázea da Palma	MG	Habilitado
221	Domingas Martins Chaves	691.421.572-34	Barcarena	PA	Habilitado
222	Domingos Ailton Ribeiro de Carvalho	625.288.745-53	Jequié	BA	Habilitado
223	Domingos da Fonseca Sobrinho	639.623.818-72	Arapiraca	AL	Habilitado
224	Domingos José da Paixão	149.410.745-72	Feira de Santana	BA	Habilitado
225	Domingos Sérgio Freitas Silva	359.652.585-34	Salvador	BA	Habilitado
226	Donata Glorinha Ferreira Nacimento	345.401.301-10	Diamantino	MT	Habilitado
227	Donatila Ferreira Kuller	897.514.189-68	São João do Triunfo	PR	Habilitado
228	Douglas Evangelista de Oliveira	087.556.346-56	Ipatinga	MG	Habilitado
229	Duadino Martines	011.694.231-24	Amambai	MS	Habilitado
230	Ducilei Duarte da Silva Santos	636.721.205-10	Andorinha	BA	Habilitado
231	Durval Antônio da Silva	941.132.898-91	São Paulo	SP	Habilitado
232	Durval José Martins	267.776.221-87	Aparecida de Goiânia	GO	Habilitado
233	Durval Santos	530.941.826-15	Montes Claros	MG	Habilitado
234	Edigar Diniz Ferreira Junior	893.007.504-53	Olinda	PE	Habilitado
235	Edilson de Oliveira	314.916.118-55	Embu-Guaçu	SP	Habilitado
236	Edilson dos Santos Graça	363.020.038-90	Cunha	SP	Habilitado
237	Edilson Oliveira da Silva	047.443.254-83	Goiana	PE	Habilitado
238	Edimilson Pereira de Araújo	714.789.063-91	Castelo do Piauí	PI	Habilitado
239	Edinalda Aparecida de Andrade Ricardo	965.629.517-04	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
240	Edisvânio José Antônio Lima	955.149.105-04	Santa Luz	BA	Habilitado
241	Edite Dias de Oliveira Silva	883.949.213-53	Crato	CE	Habilitado
242	Edite José da Silva	873.170.604-53	Alagoa Grande	PB	Habilitado
243	Edivanio Brandão de Souza	003.577.455-07	Seabra	BA	Habilitado
244	Edmaura Félix dos Santos	037.141.035-54	Barra	BA	Habilitado
245	Edna Nunes Ferreira	414.914.755-87	Itabuna	BA	Habilitado
246	Ednaura Silva Peixoto	050.095.366-09	Montes Claros	MG	Habilitado
247	Edney Santana dos Santos	813.272.691-04	Várzea Grande	MT	Habilitado
248	Eduardo Bonis do Nascimento	509.578.210-34	Porto Alegre	RS	Habilitado
249	Eduardo Lopes Teles	025.172.865-07	Barra dos Coqueiros	PE	Habilitado
250	Eduardo Martins de Oliveira	003.278.423-69	Quixadá	CE	Habilitado

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

251	Eduardo Nazaré Vieira Pereira	043.852.252-49	Belém	PA	Habilitado
252	Edvaldo Nascimento da Cunha	058.157.724-88	João Pessoa	PB	Habilitado
253	Eliana Costa	376.485.513-49	Brasília	DF	Habilitado
254	Elias Fortunato de Souza	488.222.484-49	Arapiraca	AL	Habilitado
255	Elida Carina Santos Torres	432.117.803-78	Icatu	MA	Habilitado
256	Elieser Carlos Serafim Nonato Brandão	610.706.962-34	Soure	PA	Habilitado
257	Elizabete de Souza	405.737.455-87	Camaçari	BA	Habilitado
258	Elizabeth Horta Correa	872.367.458-04	Atibaia	SP	Habilitado
259	Elizabeth Martins dos Sanots Cunha	392.255.777-53	Nilópolis	RJ	Habilitado
260	Eloísa Maria Ávilla de Carvalho	094.702.668-11	Igarapava	SP	Habilitado
261	Elthon Lopes Cardoso	022.000.435-89	São Félix	BA	Habilitado
262	Emaneuel Cândido Gonçalves	157.279.634-00	Natal	RN	Habilitado
263	Emanuel Anderson de Souto Veríssimo	059.080.774-96	Caicó	RN	Habilitado
264	Emygdio Floriano Diniz Vieira	089.087.524-39	Pombal	PB	Habilitado
265	Enoque Ferreira da Silva Filho	042.756.504-92	Camaragibe	PE	Habilitado
266	Enoque Raimundo de Menezes	252.304.685-72	Lagarto	SE	Habilitado
267	Epitácio Fabrício dos Santos	757.309.873-15	Barbalha	CE	Habilitado
268	Erenilton Barbosa Gomes	049.813.855-01	Barra	BA	Habilitado
269	Eribertp Aparecido do Santos Silva	046.694.516-77	Cambuí	MG	Habilitado
270	Éricles Alencar Oliveira	067.022.583-56	Capitão Gervásio Oliveira	PI	Habilitado
271	Erinaldo Pereira Campos	067.706.364-41	Petrolina	PE	Habilitado
272	Erismar Andrade de Oliveira	857.613.035-15	Anagé	BA	Habilitado
273	Erivelton da Cunha Nóbrega	044.716.054-02	Pocinhos	PB	Habilitado
274	Ernane Texeira da Silva	218.262.266-72	Almenara	MG	Habilitado
275	Erneides Antonio Cursino do Nascimento	055.437.895-72	São Paulo	SP	Habilitado
276	Eron Carlos da Costa	386.156.651-68	Brasília	DF	Habilitado
277	Esmeraldina dos Santos	0600.020.052-34	Macapá	AP	Habilitado
278	Estevam Estefano de Oliveira Silva	079.237.977-22	Rio das Flores	RJ	Habilitado
279	Eufraudisio Modesto filho	805.789.858-53	Vázea Paulista	SP	Habilitado
280	Eugenio Silva de Alencar	221.658.350-20	Porto Alegre	RS	Habilitado
281	Eulávio Leite	651.626.846-00	João Neiva	ES	Habilitado
282	Eunice de Cássia Fonseca de Almeida	360.529.868-08	Jundiaí	SP	Habilitado
283	Eunice Farias Cortes	075.762.467-74	Niterói	RJ	Habilitado
284	Eunice Santos Souza	187.964.435-53	Salvador	BA	Habilitado
285	Euzébio dos Santos	197.730.805-87	Salvador	BA	Habilitado
286	Eva Eli Kuffner	255.622.740-00	Maçambara	RS	Habilitado
287	Evaldo Pereira	161.860.298-59	São Sebastião	SP	Habilitado
288	Evaldo Severino Estendio	872.770.934-53	Sumé	PB	Habilitado
289	Evandro Cardoso	630.637.350-00	Porto Alegre	RS	Habilitado
290	Evandro da Silva Gomes	042.876.614-51	Pocinhos	PB	Habilitado
291	Evandro José Ramos de Mesquita	050.525.052-72	Bragança	PA	Habilitado
292	Evanilson Vieira da Silva	518.083.235-72	Aracaju	SE	Habilitado
293	Expedito Antonino dos Santos	038.457.453-04	Teresina	PI	Habilitado
294	Expedito Antônio do Nascimento	Não informado	Juazeiro do Norte	CE	Habilitado
295	Expedito Antônio do Nascimento	399.377.123-00	Juazeiro do Norte	CE	Habilitado
296	Ezequiel firmo de Oliveira Junior	530.872.915-87	Feira de Santana	BA	Habilitado
297	Fábio Almeida Mateus	044.143.047-33	São João de Meriti	RJ	Habilitado
298	Fábio Aurélio Castilho	036.544.589-47	Balneário Camboriú	SC	Habilitado
299	Fabio Evaldo Santana Marcos	054.540.354-59	Campinas	SP	Habilitado
300	Fabiula Souza e Silva	713.093.141-87	Brasília	DF	Habilitado
301	Fabrícia Ferreira Novais	086.842.526-59	Jacinto	MG	Habilitado
302	Fernanda Colli	350.905.598-56	Araçatuba	SP	Habilitado
303	Fernanda Cristina Machado Dias	070.725.257-18	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
304	Fernanda Gonçalves Martins	784.990.039-15	Florianópolis	SC	Habilitado
305	Fernandes Rodrigues de Oliveira	456.733.574-00	Vitória de Santo Antão	PE	Habilitado
306	Fernando Lima Monteiro	375.634.912-87	Belém	PA	Habilitado
307	Flávia Pereira de Oliveira	033.438.215-78	Santa Rita de Cássia	BA	Habilitado
308	Flávio Araújo Barros	988.677.683-87	São Luís	MA	Habilitado
309	Flavio Monteiro do Nascimento	037.529.762-68	Belém	PA	Habilitado
310	Florice Maria Cordeiro de Oliveira	288.455.365-72	Santa Barbara	BA	Habilitado
311	Floripes Correia da Silva Gomes	025.377.187-04	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
312	Florisbela Alves Lima	387.962.873-49	Novo Oriente	CE	Habilitado
313	Floriza Silva Luz	452.473.153-91	Bacabal	MA	Habilitado
314	Francinaldo da Silva Moura	067.207.034-04	Currais Novos	RN	Habilitado
315	Francisca Maia de Sousa	107.998.503-49	Fortaleza	CE	Habilitado
316	Francisca Maria da Silva	704.370.253-49	Assaré	CE	Habilitado
317	Francisca Nazira Barbosa da Silva	112.824.873-53	Fortaleza	CE	Habilitado
318	Francisco Antônio de Oliveira	915.070.308-00	São Félix do Caribe	BA	Habilitado
319	Francisco Aurelino de Mesquita	895.855.587-15	Boa Viagem	CE	Habilitado
320	Francisco Bezerra de Lima	065.221.144-53	Caruaru	PE	Habilitado
321	Francisco Canindé do Nascimento	201.739.114-04	Nísia Floresta	RN	Habilitado
322	Francisco das Chagas da Costa	779.749.993-49	Limoeiro do Norte	CE	Habilitado
323	Francisco das Chagas Fernandes Maia Filho	043.277.224-30	Catolé do Rocha	PB	Habilitado
324	Francisco de Assis Alves dos Santos	687.325.973-04	Juazeiro do Norte	CE	Habilitado
325	Francisco de Assis Calixto Montenegro	174.162.644-72	Arcoverde	PE	Habilitado
326	Francisco de Assis Gomes	243.203.584-49	Pajuçara	RN	Habilitado
327	Francisco de Assis Silva	219.671.484-49	Campina Grande	PB	Habilitado
328	Francisco Edisio Lorena	316.484.364-04	Marcelino Vieira	RN	Habilitado
329	Francisco Emílio de Morais	350.945.244-53	Uiraúna	PB	Habilitado
330	Francisco Ferreira dos Santos	777.891.723-87	Anajatuba	MA	Habilitado
331	Francisco Flávio Borges Almeida	500.117.311-68	Goiânia	GO	Habilitado
332	Francisco Gabosi	187.783.729-68	Londrina	PR	Habilitado
333	Francisco Gomes Neves	136.415.653-91	Juazeiro do Norte	CE	Habilitado
334	Francisco Gonçalo da Silva	050.137.498-26	Brasília	DF	Habilitado
335	Francisco Guilherme Calixto Moreira	102.103.693-53	Quixadá	CE	Habilitado
336	Francisco Gustavo de Castro Dourado	223.219.341-15	Brasília	DF	Habilitado
337	Francisco José Figueira Ferreira	884.087.957-91	Valencia	RJ	Habilitado
338	Francisco Jose Ribeiro	106.553.999-17	Rebouças	PR	Habilitado
339	Francisco Joventino da Silva	308.150.613-15	Juazeiro do Norte	CE	Habilitado
340	Francisco Macedo	494.167.403-06	São Luis	MA	Habilitado
341	Francisco Neto da Silva	385.843.283-00	Fortaleza	CE	Habilitado
342	Francisco Vieira dos Santos	914.454.183-04	Juazeiro do Norte	CE	Habilitado
343	Francisco Xavier Cipriano de Oliveira	600.957.254-15	São Jose de Piranhas	PB	Habilitado
344	Francismar dos Santos de Oliveira	140.602.213-68	Barbalha	CE	Habilitado
345	Fredson Rodrigues de Araujo	105.329.557-06	Serrolândia	BA	Habilitado
346	Genildo Firmino Santana	855.443.534-68	Tabira	PE	Habilitado
347	Genildo Mateus Pinto	150.465.164-20	Natal	RN	Habilitado
348	Genival Nicolau da Silva	035.748.064-34	Paraíso do Tocantins	TO	Habilitado
349	Genivaldo Sampaio da Silva	695.306.961-91	Valparaíso de Goiás	GO	Habilitado
350	Geraldo de Macêdo Maia	322.878.284-00	Natal	RN	Habilitado
351	Geraldo de Paula Santana Filho	057.867.668-02	Taubaté	SP	Habilitado
352	Geraldo Magela Lima de Albuquerque	708.075.746-00	Jequitinhonha	MG	Habilitado
353	Geraldo Mendes	471.174.353-72	São Luis	MA	Habilitado
354	Geraldo Ubirajara da Silva	019.663.563-38	Lorena	SP	Habilitado
355	Germano Conceição Barbosa	832.642.215-00	Cachoeira	BA	Habilitado
356	Gersion de Castro Silva	516.814.551-53	São Sebastião	DF	Habilitado
357	Gerson Francisco de Assis	447.486.204-04	Belo Jardim	PE	Habilitado
358	Gerson Roberto Silva Figueiredo	094.850.312-20	Belém	PA	Habilitado

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800015

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

359	Gessi Cassiano	979.617.607-68	Conceição da Barra	ES	Habilitado
360	Gilberto Augusto da Silva	041.107.678-73	Piquete	SP	Habilitado
361	Gilberto Ferreira de Araújo	585.003.403-04	Icapui	CE	Habilitado
362	Gilda de Castro Meirelles	062.534.827-34	Vassouras	RJ	Habilitado
363	Gildasio Vieira Freitas	098.970.975-20	Lauro de Freitas	BA	Habilitado
364	Gildete Barbosa Lopes	367.897.805-30	Salvador	BA	Habilitado
365	Gilmar Ferreira	548.571.005-72	Simão Dias	SE	Habilitado
366	Gilson Cesar da Silva	424.481.404-30	Belo Horizonte	MG	Habilitado
367	Gilson de Paula Moreira	576.159.006-97	Sete Lagoas	MG	Habilitado
368	Gilsonei Rodrigues Santos	559.127.025-53	Ilhéus	BA	Habilitado
369	Giusy De Luca	009.059.529-79	Curitiba	PR	Habilitado
370	Glória Malaquias Rodrigues	002.058.979-40	Rebouças	PR	Habilitado
371	Gonçalo Bispo dos Santos	100.075.713-72	São Luís	MA	Habilitado
372	Grigório Papea dos Reis	038.812.938-20	Presidente Juscelino	MA	Habilitado
373	Hélcio Dieter Liesenberg	533.822.420-87	Blumenau	SC	Habilitado
374	Helder Dantas de Sousa	062.687.254-50	Cachoeira dos Índios	PB	Habilitado
375	Helder Lins Marinho Dantas	288.776.594-91	Natal	RN	Habilitado
376	Helenice Camargo Henne	009.114.058-79	Itanhaém	SP	Habilitado
377	Helio Mota Alves Peixoto Junior	010.173.008-01	Vassouras	RJ	Habilitado
378	Herikson Oliveira Da Silva	119.345.927-30	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
379	Higor Matheus da Silva Ferreira Cerqueira	154.342.217-96	Duque de Caxias	RJ	Habilitado
380	Hilda da Costa Freire	812.326.671-53	Alexânia	GO	Habilitado
381	Hiltamar Curvelo da Silva	123.338.838-04	Itariri	SP	Habilitado
382	Hudson José Antunes	742.614.527-15	Anchieta	ES	Habilitado
383	Humberto Cabral Pedrancini	221.692.101-72	Brasília	DF	Habilitado
384	Humberto dos Santos Monteiro	061.764.372-53	Marapanim	PA	Habilitado
385	Humberto Messias Sales Almeida	330.098.528-51	São Sebastião	SP	Habilitado
386	Iara Aparecida Ferreira	035.200.536-08	Uberlândia	MG	Habilitado
387	Iara Mônica Coutinho de Oliveira	660.000.682-04	Belém	PA	Habilitado
388	Idalina Souza	589.629.567-72	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
389	Iêda Muniz Carvalho de Melo	198.192.853-72	Fortaleza	CE	Habilitado
390	Inimá Afonso dos Santos	596.583.636-87	Cotia	SP	Habilitado
391	Ione dos Santos Severo Formiga	649.276.014-04	Pombal	PB	Habilitado
392	Iraci Soares dos Santos	755.044.995-35	Barra	BA	Habilitado
393	Irandilva Miranda Dantas	558.040.552-91	Soure	PA	Habilitado
394	Iraquitan Gomes da Silva	274.671.394-20	Olinda	PE	Habilitado
395	Irenildes Diogo dos Santos	222.170.615-34	Ilhéus	BA	Habilitado
396	Irma Cristina Silva Galhardo	440.405.201-49	Palmas	TO	Habilitado
397	Isabel Cristina Alves Rodrigues dos Santos	220.046.478-92	Hortalândia	SP	Habilitado
398	Isabel do Nascimento Cardoso	586.135.523-15	Cajapió	MA	Habilitado
399	Isabele de Aguiar Corrêa	054.687.697-86	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
400	Isac dos Santos Lopes	109.321.736-75	Coluna	MG	Habilitado
401	Ismael Valério	257.843.906-00	Ouro Preto	MG	Habilitado
402	Israelita Mercedes Souza	372.866.682-34	Belém	PA	Habilitado
403	Itagiba Cardoso Ferreira	051.533.737-46	Cariacica	ES	Habilitado
404	Itaicy Guaçú Cunha Figueiredo	856.673.403-30	São Gonçalo	RJ	Habilitado
405	Italo Teixeira de Oliveira	035.509.924-16	Maceió	AL	Habilitado
406	Itamar da Conceição Magalhães	414.883.187-00	Niterói	RJ	Habilitado
407	Itamar dos Anjos Silva	378.609.685-68	Caravelas	BA	Habilitado
408	Ivaldo Duarte dos Santos	253.572.473-15	São Luís	MA	Habilitado
409	Ivan Irineu Queiroz de Vasconcelos	350.416.680-00	Cidreira	RS	Habilitado
410	Ivan Marinho de Barros Filho	400.446.104-91	Cabo de Santo Agostinho	PE	Habilitado
411	Ivani Victorino	243.331.477-00	Rio das Flores	RJ	Habilitado
412	Ivo Rodrigues da Silva	245.132.884-34	Olinda	PE	Habilitado
413	Izabel Mesquita dos Santos	095.638.903-10	São Luís	MA	Habilitado
414	Jacira Narciso da Silva	068.490.297-46	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
415	Jader Júlio dos Santos	051.850.777-78	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
416	Jairo da Silva Dornellas	935.340.514-91	Olinda	PE	Habilitado
417	Jairo Rodrigues de Freitas	709.433.624-15	Olinda	PE	Habilitado
418	Jandira de Fatima Pimentel da Silva Motas	673.584.202-25	Belém	PA	Habilitado
419	Janduhi Dantas Nóbrega	507.136.554-53	Juazeirinho	PB	Habilitado
420	Jane Bruggemann	711.752.379-49	Florianópolis	SC	Habilitado
421	Janete dos Santos Oliveira	121.033.732-00	Castanhal	PA	Habilitado
422	Janio Rozedo Teixeira	040.996.788-22	São Sebastião	SP	Habilitado
423	Januário Neto A Silva	049.619.874-25	Sousa	PB	Habilitado
424	Jarbas Eustáquio Cardoso	140.246.326-04	Belo Horizonte	MG	Habilitado
425	Jarid Arraes Batista	053.540.933-84	São Paulo	SP	Habilitado
426	Jean Paulo Murat	075.289.457-90	Valença	RJ	Habilitado
427	Jeane Alves Guimarães	038.363.581-07	Inhumas	GO	Habilitado
428	Jeferson Alves de Oliveira	066.167.148-88	Guaratinguetá	SP	Habilitado
429	Jeruza Alves Bonfim	422.158.625-72	São Gabriel	BA	Habilitado
430	Jéssica de Almeida Santana	141.580.107-05	Salvador	BA	Habilitado
431	Jésus Eduardo Florentino	044.077.416-00	Ouro Preto	MG	Habilitado
432	Jesus Pereira de Lima	106.517.918-8	São José dos Campos	SP	Habilitado
433	Jesus Pereira de Lima	106.517.918-98	São José dos Campos	SP	Habilitado
434	Joana Darc da Silva Cavalcante	029.563.414-64	Recife	PE	Habilitado
435	Joanna D'Arc de Oliveira	045.772.837-00	Cachoeiro de Itapemirim	ES	Habilitado
436	João Alfredo Marques dos Santos	418.598.474-04	Caruaru	PE	Habilitado
437	João Alves	887.901.506-00	Taiobeiras	MG	Habilitado
438	João Azevedo Cavalcante	123.865.138-07	São João	PE	Habilitado
439	João Batista Cardoso Travassos	736.772.213-15	Monção	MA	Habilitado
440	João Batista Falossi	048.950.858-80	Pardinho	SP	Habilitado
441	João Batista Pinto	Não informado	Pardinho	SP	Habilitado
442	João Candido da Silva	086.368.508-00	São Paulo	SP	Habilitado
443	João de Assunção Alves Ribeiro	043.752.622-49	Belém	PA	Habilitado
444	João Francisco Barbalho	437.992.994-91	Abaré	BA	Habilitado
445	João Gualberto Soares	953.016.156-53	Jequitibá	MG	Habilitado
446	João Lourentino da Silva	607.140.774-53	Feira Nova	PE	Habilitado
447	João Mário Teixeira Braga Machado	310.481.658-17	Santana de Parnaíba	SP	Habilitado
448	João Martins Bogéa	896.401.443-04	Anajatuba	MA	Habilitado
449	João Pedro de Carvalho Neto	192.858.763-15	Fortaleza	CE	Habilitado
450	João Pereira Lima	076.048.404-00	Maceió	AL	Habilitado
451	João Pinheiro de Campo	281.898.255-34	Laranjeiras	SE	Habilitado
452	João Raimundo Santana	041.527.925-90	Araci	BA	Habilitado
453	João Santana Mauger	892.183.291-20	Brasília	DF	Habilitado
454	Joaquim de Holanda Duarte	196.076.603-15	Assaré	CE	Habilitado
455	Joaquim Ferreira Filho	793.979.134-68	Vicência	PE	Habilitado
456	Joaquim Francisco Parente	541.827.943-20	Tianguá	CE	Habilitado
457	Joaquim Luiz Rodrigues da Silva	345.316.611-68	Cáceres	MT	Habilitado
458	Jocilon Ferreira do Nascimento	620.935.175-15	Barra	BA	Habilitado
459	Joel Redede Alves	222.233.809-30	Morretes	PR	Habilitado
460	Joel Valeiro dos Santos	681.768.056-53	Baependi	MG	Habilitado
461	Jonas da Conceição	095.874.625-72	Camaçari	BA	Habilitado
462	Jonas Pereira Gomes	267.835.416-49	Chapada Gaúcha	MG	Habilitado
463	Jonatas de Campos Bueno	217.830.708-62	Caraguatatuba	SP	Habilitado
464	Jorge Alberto Reyes Ortiz Junior	071.338.347-07	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
465	Jorge Calheiros da Silva	786.489.984-68	Maceió	AL	Habilitado
466	Jorge de Souza Conceição	096.050.375-72	Salvador	BA	Habilitado

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800016

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

467	Jorge dos Santos	297.572.827-15	São Cristóvão	SE	Habilitado
468	Josafá Paulino de Lima	515.060.044-00	Lagoa Seca	PB	Habilitado
469	José Acaci Rodrigues	294.206.524-91	Parnamirim	RN	Habilitado
470	José Aderivaldo Silva da Nobrega	059.051.004-54	Santa Luzia	PB	Habilitado
471	José Agostinho Santos de Andrade	946.456.985-91	Monte Santo	BA	Habilitado
472	José Aldenir Aguiar	195.769.603-63	Crato	CE	Habilitado
473	José Alexandre da Silva	890.691.614-00	Ferreiros	PE	Habilitado
474	José Álvaro Costa	176.213.563-91	São Luís	MA	Habilitado
475	José Alves de Carvalho	556.422.504-00	Imaculada	PB	Habilitado
476	José Antonio da Silva	904.646.134-34	Mossoró	RN	Habilitado
477	José Antônio da Silva	547.014.144-68	Jaboatão dos Guararapes	PE	Habilitado
478	José Antônio da Silva	182.965.644-91	Mossoró	RN	Habilitado
479	José Antônio de Oliveira	465.491.026-34	Ribeirão das Neves	MG	Habilitado
480	José Antônio dos Santos	103.232.285-34	Aracaju	SE	Habilitado
481	José Antônio dos Santos	347.221.573-91	Juazeiro do Norte	CE	Habilitado
482	Jose Antonio Marcondes Filho	740.698.378-68	Guaratinguetá	SP	Habilitado
483	José Antônio Pires de Carvalho	126.486.043-91	São Paulo	SP	Habilitado
484	José Arimatéa da Silva	305.505.804-68	Paulista	PE	Habilitado
485	José Bernardino da Costa	053.611.374-21	Pedro Velho/ RN	RN	Habilitado
486	José Cândido Carneiro	093.524.815-34	Riachão do Jacuípe	BA	Habilitado
487	Jose Carlos Alves da Silva	060.662.954-89	Juru	PB	Habilitado
488	José Carlos dos Santos	126.472.845-04	Serra do Ramalho	BA	Habilitado
489	José Carlos Monteiro	929.613.718-72	São Luís do Paraitinga	SP	Habilitado
490	José Carlos Paulo da Silva	050.075.598-14	Aporá	BA	Habilitado
491	José Carlos Rodrigues Martins	892.255.548-34	Itapetininga	SP	Habilitado
492	José Cesismando Coelho do Vale	857.167.152-49	Marapanim	PA	Habilitado
493	José Cláudio de Oliveira Lino	849.471.798-72	Botucatu	SP	Habilitado
494	José Cláudio Rosa da Silva	040.628.494-61	Patu	RN	Habilitado
495	José Cleodon de Oliveira	144.787.063-87	Fortaleza	CE	Habilitado
496	José Copi	220.506.998-59	Sorocaba	SP	Habilitado
497	José Coreia Torres Neto	466.694.264-53	Natal	RN	Habilitado
498	José das Dores Fernandes	059.689.921-15	Brasília	DF	Habilitado
499	José de Abreu Brasil	164.206.403-34	Aquitraz	CE	Habilitado
500	José de Jesus Figueiredo	134.933.883-49	São Luís	MA	Habilitado
501	José de Oliveira Dias	066.230.699-68	Blumenau	SC	Habilitado
502	José de Souza do Nascimento	883.155.335-68	Camaçari	BA	Habilitado
503	José Demetrio de Araujo	195.796.833-87	Crato	CE	Habilitado
504	José Edivaldo Lopes	367.330.244-20	Mogi das Cruzes	SP	Habilitado
505	José Elói Santos Filho	424.450.275-00	Aracaju	SE	Habilitado
506	José Emílio de Morais	488.853.844-00	Cajazeiras	PB	Habilitado
507	José Eugenio de Souza	289.743794-49	Ilha de Itamaracá	PE	Habilitado
508	José Evangelista Rodrigues Cavalcanti	333.343.744-91	Olinda	PE	Habilitado
509	José Felipe da Silva	071.528.594-77	Riachuelo	RN	Habilitado
510	José Flavio dos Santos	787.126.294-72	Maceió	AL	Habilitado
511	José Francisco Barbosa	938.174.368-15	Carapicuíba	SP	Habilitado
512	José Francisco Borges	080.446.604-10	Bezerros	PE	Habilitado
513	José Francisco Ferreira	018.659.168-14	Olímpia	SP	Habilitado
514	José Francisco Rocha	166.116.323-87	Fortaleza	CE	Habilitado
515	José Franklin da Silveira	593.635.097-53	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
516	José Geraldo Xavier	720.552.786-49	Ouro Preto	MG	Habilitado
517	José Gomes dos Santos	644.976.154-72	Satuba	AL	Habilitado
518	José Gomes Sobrinho	239.634.258-49	Guarujá	SP	Habilitado
519	José Hilton Lopes Feitosa	190.847.574-91	Maceió	AL	Habilitado
520	José Itelme Silva do Nascimento	033.051.748-11	Campo Limpo Paulista	SP	Habilitado
521	José João da Silva	410.023.934-34	Carpina	PE	Habilitado
522	José Júlio Souza de Melo	135.549.134-72	Recife	PE	Habilitado
523	José Juvêncio Pereira Leite	157.048.153-91	Assaré	CE	Habilitado
524	José Leal Pereira da Silva	884.65.971-68	Natividade	TO	Habilitado
525	José Lopes da Silva Filho	035.710.778-06	Glória do Goitá	PE	Habilitado
526	José Lourenço Gonzaga	346.802.683-87	Juazeiro do Norte	CE	Habilitado
527	José Luiz Natividade Costa	268.080.804-53	Salvador	BA	Habilitado
528	José Luiz Pereira	576.280.769-04	Jaraguá do Sul	SC	Habilitado
529	José Manoel da Silva	076.738.414-87	Recife	PE	Habilitado
530	José Manoel dos Santos	149.735.884-15	Camaragibe	PE	Habilitado
531	José Marcello Machado dos Santos	643.142.513-87	Fortaleza	CE	Habilitado
532	Jose Marciano dos Santos	154.529.2015-91	Aracaju	SE	Habilitado
533	José Maria Catanhede	601.363.493-90	São Luis	MA	Habilitado
534	José Maria de Freitas Cordeiro	Não informado	Santa Barbara	PA	Habilitado
535	José Maria de Paula Almeida	060.898.283-00	Maracanaú	CE	Habilitado
536	José Mariano de França	153.374.994-91	Camaragibe	PE	Habilitado
537	José Martins Filho	321.567.159-04	Paranguá	PR	Habilitado
538	José Maurício de São Severino	026.725.137-83	Paraíba do Sul	RJ	Habilitado
539	José Mauricio dos Santos	277.001.353-04	Juazeiro do Norte	CE	Habilitado
540	José Mendes dos Santos Júnior	877.101.455-15	Santo Antônio de Jesus	BA	Habilitado
541	José Nelson dos Santos	381.503.104-44	Maceió	AL	Habilitado
542	José Nilson Francisco dos Santos	417.619.286-00	Santa Luzia	MG	Habilitado
543	José Paulino Gonçalves	342.326.726-72	São Lourenço	MG	Habilitado
544	José Pedro da Silva Neto	292.800.298-78	São Paulo	SP	Habilitado
545	José Pereira	414.358.269-49	Cananeia	SP	Habilitado
546	José Pereira de Oliveira	893.567.803-15	Novo Oriente	CE	Habilitado
547	José Pereira de Souza	675.882.208-72	Afenas	MG	Habilitado
548	José Queiroz Barbosa	379.117.405-34	Barra	BA	Habilitado
549	José Raimundo de Matos	172.343.953-34	Nova Olinda	CE	Habilitado
550	José Renato Fonseca Nascimento	259.303.116-68	Três Marias	MG	Habilitado
551	José Ribamar de Carvalho Alves	392.900.854-87	Mossoró	RN	Habilitado
552	José Ribamar dos Reis	710.727.053-20	Cachoeira Grande	MA	Habilitado
553	José Ribamar Tavares	128.040.103-68	São Luís	MA	Habilitado
554	José Ricardo dos Santos Neto	460.304.174-87	Água Branca	AL	Habilitado
555	José Rivaldo Amâncio Meneses	714.206.224-04	Recife	PE	Habilitado
556	José Roberto Ribeiro de Souza	890.595.576-20	Miradouro	MG	Habilitado
557	José Robeval de Lima	415.799.414-00	Bezerros	PE	Habilitado
558	José Rodrigues da Silva	250.135.722-15	Marabá	PA	Habilitado
559	José Ronaldo de Menezes	269.806.905-82	Laranjeiras	SE	Habilitado
560	José Santana de Farias	435.921.126-00	Coronel Fabriciano	MG	Habilitado
561	José Severino dos Santos	194.788.874-91	Lagoa de Itaenga	PE	Habilitado
562	José Silva dos Santos	034.561.978-10	Santo André	SP	Habilitado
563	José Soares da Silva	506.252.094-00	Caruaru	PE	Habilitado
564	José Targino Filho	655.170.324-00	Lagoa Salgada	RN	Habilitado
565	Jose Teodorico Pereira de Abreu	032.144.783-20	São Luís	MA	Habilitado
566	José Verissimo da Silva	084.324.654-53	Garanhuns	PE	Habilitado
567	José Verissimo Pereira Filho	358.189.724-53	São Gonçalo do Amarante	RN	Habilitado
568	José Viatlino da Silva	732.324.324-68	Nazaré da Mata	PE	Habilitado
569	José Vieira Dias	021.955.421-87	Brasília	DF	Habilitado
570	José Vítor da Silva	Não informado	Machado	MG	Habilitado
571	José Amaro da Silva	196.174.408-22	Juazeiro do Norte	CE	Habilitado
572	Josefa de Oliveira Santos	171.527.395-87	Aracaju	SE	Habilitado
573	Josefa Rodrigues dos Santos Silva	775.655.254-72	Petrolina	PE	Habilitado
574	Josefa Santos de Jesus	273.458.155-87	Simão Dias	SE	Habilitado

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800017

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

575	Joseilda de Sousa Diniz	854.490.594-34	Campina Grande	PB	Habilitado
576	Josenilda Pinheiro da Silva	063.427.602-68	Belém	PA	Habilitado
577	Josileide Divina Cavalcante	519.735.375-91	Barra	BA	Habilitado
578	Josineide Ribeiro da Silva	013.543.595-18	Rio Grande	RS	Habilitado
579	Josivan Ângelo da Costa	565.926.714-91	Itajá	RN	Habilitado
580	Josivanea da Silva Gomes	907.812.604-34	Amapá	AP	Habilitado
581	Josué Faustino de Souza	085.253.311-04	Terezina de Goiás	GO	Habilitado
582	Josuel Ramos Teixeira	420.271.525-04	Paratinga	BA	Habilitado
583	Joventino Bernardino de Sena	512.497.664-00	Bodó	RN	Habilitado
584	Juaci Carvalho de Araújo	773.153.161-91	Silvanópolis	TO	Habilitado
585	Juarez Nunes Costa	811.415.804-20	Ouricuri	PE	Habilitado
586	Juçara Costa	370.936.816-20	Belo Horizonte	MG	Habilitado
587	Juliana de Jesus Santana	056.726.895-05	Salvador	BA	Habilitado
588	Julio César Pereira	030.076.968-79	Brasília	DF	Habilitado
589	Júlio Posenato	106.343.980-91	Porto Alegre	RS	Habilitado
590	Jurivaldo Alves da Silva	131.109.005-30	Feira de Santana	BA	Habilitado
591	Jussara Pereira de Almeida	956.505.76-15	Vassouras	RJ	Habilitado
592	Justino Viana da Silva Filho	572.396.655-34	Ilhéus	BA	Habilitado
593	Juvenal Assis Alves	215.713.927-34	Muqui	ES	Habilitado
594	Kelimar de Jesus Ferreira	014.103.997-37	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
595	Kelvia dos Santos Vital	041.990.044-67	Santana do Ipanema	AL	Habilitado
596	Kleber de Souza Teixeira	029.017.194-65	São Gonçalo do Amarante	RN	Habilitado
597	Kleyner Arley Pontes Nogueira	039.279.084-01	Pombal	PB	Habilitado
598	Ladim Lobo da Silva	577.681.612-20	Marapanim	PA	Habilitado
599	Laura Maria da Silva	232.202.795-20	Ilhéus	BA	Habilitado
600	Laurene da Costa Ataíde	121.854.772-34	Belém	PA	Habilitado
601	Laurinete de Moraes Cavalcante de Albuquerque	987.911.254-72	Recife	PE	Habilitado
602	Lauro Louri das Neves	009.254.202-63	Porto Velho	RO	Habilitado
603	Lázaro de Jesus Costa	215.897.043-04	Bacurituba	MA	Habilitado
604	Leandro Alves da Silva	003.265.413-81	Porto Alegre	RS	Habilitado
605	Leila Cristina Gibson Coelho Leal	421.825.224-68	Olinda	PE	Habilitado
606	Leonor Pereira dos Santos Neta	017.281.595-98	Barra	BA	Habilitado
607	Leovegildo Anizio Mota Leite	030.465.402-72	Brasília	DF	Habilitado
608	Lia Maria Marcello da Motta	381.823.867-72	Duque de Caxias	RJ	Habilitado
609	Ligia Morais Saraiva Morais	968.431.014-53	Mossoró	RN	Habilitado
610	Ligia Tristão Prieto	026.016.611-19	Campo Grande	MS	Habilitado
611	Lindete Maria Xavier	561.905.653-87	Barbalha	CE	Habilitado
612	Lindomar Sancho Paiva	399.298.505-97	Uibaí	BA	Habilitado
613	Lionel Jacinto da Rosa	985.896.878-72	Salto de Pirapora	SP	Habilitado
614	Lourenço Juventino da Silva	469.090.368-91	São José dos Campos	SP	Habilitado
615	Lourival Monteiro Barros	047.840.902-82	Belém	PA	Habilitado
616	Luan Gustavo Rodrigues	065.137.679-38	Curitiba	PR	Habilitado
617	Luana Florentino Correia	042.380.053-17	Fortaleza	CE	Habilitado
618	Lucas Ferreira Lopes da Silva	078.686.044-84	Currais Novos	RN	Habilitado
619	Lucas Pacheco Bragança	137.140.742-87	Belém	PA	Habilitado
620	Lucas Rabello Trindade Pulice	399.128.968-74	São José dos Campos	SP	Habilitado
621	Lúcia Maria de Oliveira Félix	532.063.206-15	Ubaporanga	MG	Habilitado
622	Luciana Maria Rodrigues de Melo	411.403.466-87	São José dos Campos	SP	Habilitado
623	Luciano Carneiro de Lima	400.603.303-68	Grata	CE	Habilitado
624	Luciano de Almeida da Silva	082.627.577-00	Valença	RJ	Habilitado
625	Luciano José Draetta Ferreira	150.928.648-93	São Sebastião	SP	Habilitado
626	Luciano Ribeiro de Jesus	598.140.631-34	Anápolis	GO	Habilitado
627	Luciene de Souza Nascimento	935.450.885-53	Barra	BA	Habilitado
628	Lucieth da Socorro Nunes Pantoja	518.828.502-97	Belém	PA	Habilitado
629	Luís Pereira da Silva Filho	643.169.478-34	São João do Piauí	PI	Habilitado
630	Luiz Antonio da Silva	124.392.154-49	Caruaru	PE	Habilitado
631	Luiz Antonio de Albuquerque Lins e Filho	452.361.602-78	Belém	PA	Habilitado
632	Luiz Augusto Bomfim dos Santos	532.384.005-68	Aracaju	SE	Habilitado
633	Luiz Barbosa Neto	205.275.784-87	Pombal	PB	Habilitado
634	Luiz Carlos Alves Oliveira	416.174.525-72	Itabuna	BA	Habilitado
635	Luiz Carlos de Abreu Brandão	036.910.203-72	Maranguape	CE	Habilitado
636	Luiz Carlos de Menezes Dantas	400.302.025-15	Itabuna	BA	Habilitado
637	Luiz Carlos Morais Bruzaca	064.612.043-34	São Luís	MA	Habilitado
638	Luiz do Nascimento Camargo	146.092.458-41	São Paulo	SP	Habilitado
639	Luiz Fernando da Silva Anastacio	302.416.688-24	São Paulo	SP	Habilitado
640	Luiz Galdino de Oliveira	569.145.553-20	Crato	CE	Habilitado
641	Luiz Gonzaga de Lima	084.682.734-49	Garanhuns	PE	Habilitado
642	Luiz Gonzaga de Oliveira e Silva	073.374.694-20	Gravatá	PE	Habilitado
643	Luiz Gonzaga Tavares Calisto	109.427.424-00	Campina Grande	PB	Habilitado
644	Luiz Ricardo Estevão	127.660.677-01	Cariacica	ES	Habilitado
645	Luma de Camargo Silva Rodrigues	386.640.398-44	São Paulo	SP	Habilitado
646	Luzia Assunção Costa	148.498.363-72	São Luís	MA	Habilitado
647	Luzia de Araújo Dantas	049.244.964-30	Currais Novos	RN	Habilitado
648	Luzitano Belfort	178.852.723-20	Itapecuru Mirim	MA	Habilitado
649	Lydia Brasileira de Britto	201.467.794-87	Caicó	RN	Habilitado
650	Maciel Salustiano Soares	932.139.804-04	Recife	PE	Habilitado
651	Magaly Gomes de Holanda Martins	785.456.684-49	Mossoró	RN	Habilitado
652	Manoel Alves dos Santos	288.609.343-20	Morros	MA	Habilitado
653	Manoel Chaves Ribeiro	246.611.862-00	Marapanim	PA	Habilitado
654	Manoel da Silva Fermiano	341.647.749.91	Sombrio	SC	Habilitado
655	Manoel do Socorro Duarte Pereira	633.370.762-34	Mazagão Velho	AP	Habilitado
656	Manoel dos Santos Almeida	185.639.138-83	Monteiro Lobato	SP	Habilitado
657	Manoel Ferreira da Silva	009.379.591-20	São Gonçalo do Amarante	RN	Habilitado
658	Manoel Firmino dos Santos	266.372.945-00	Santo Amaro das Brotas	SE	Habilitado
659	Manoel João dos Santos	153.723.167-72	Vassouras	RJ	Habilitado
660	Manoel Moreira Junior	191.621.893-87	Diadema	SP	Habilitado
661	Manoel Risomar Figueiredo Viega	186.609.752-00	São Caetano de Oliveira	PA	Habilitado
662	Manuel Bandeira de Caldas	055.016.101-59	Bayeux	PB	Habilitado
663	Marcelo Alves Soares	169.878.964-53	João Pessoa	PB	Habilitado
664	Marcelo Muniz	432.954.449-00	Florianópolis	SC	Habilitado
665	Marcelo Roque Belarmino	473.445.045-53	Aracaju	SE	Habilitado
666	Márcia Gomes de Lima	285.780.108-41	São José dos Campos	SP	Habilitado
667	Márcia Oliveira Costa	330.252.662-87	Soure	PA	Habilitado
668	Marcio Eustáquio Antunes de Souza	800.824.596-49	Belo Horizonte	MG	Habilitado
669	Márcio Fernandes Penha Rodrigues	097.215.927-49	Guaraciaba do Norte	CE	Habilitado
670	Márcio Pereira Guilhermon	735.230.542-49	Vilhena	RO	Habilitado
671	Marco Antonio Moreira Xavier	485.607.820-87	Pelotas	RS	Habilitado
672	Marcone Alves de Sousa	027.229.814-08	São Lourenço da Mata	PE	Habilitado
673	Marcos Alexandre Fonseca dos Santos	364.585.894-68	Teresópolis	RJ	Habilitado
674	Marcos Pimenta Borges	082.715.196-97	Montes Claros	MG	Habilitado
675	Margareth Assis Marinho	331.061.186-87	Juiz de Fora	MG	Habilitado
676	Maria Alice Ribeiro	555.308.348-68	Campinas	SP	Habilitado
677	Maria Amélia	071.091.317-69	Conceição da Barra	ES	Habilitado
678	Maria Amélia da Silveira Santos	737.473.357-72	Pinheral	RJ	Habilitado
679	Maria Angélica de Moura Miranda	886.040.718-49	São Sebastião	SP	Habilitado
680	Maria Anunciada Andrade do Nascimento	592.852.304-15	Vicência	PE	Habilitado
681	Maria Arcelina Venâncio	485.539.724-53	Camaragibe	PE	Habilitado
682	Maria Benedita dos Santos	578.008.454-68	Maceió	AL	Habilitado

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800018

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

683	Maria Bispo Pereira Alves	354.589.765-68	São Francisco do Conde	BA	Habilitado
684	Maria Célia dos Santos Sarmento	440.813.672-72	Soure	PA	Habilitado
685	Maria Cristina Soledade Fontes	352.370.075-20	Ilhéus	BA	Habilitado
686	Maria Cristina Vidal de Oliveira	495.975.404-44	Campina Grande	PB	Habilitado
687	Maria da Conceição dos Santos	752.422.655-15	Palmas de Monte Alto	BA	Habilitado
688	Maria da Conceição Tomaz	315.306.566-72	Morro do Pilar	MG	Habilitado
689	Maria da Glória Braz de Almeida	22.804.924-91	Olinda	PE	Habilitado
690	Maria da Gloria Santos Abreu	036.434.095-91	Salvador	BA	Habilitado
691	Maria da Glória Viana Soares	572.568.029-00	Florianópolis	SC	Habilitado
692	Maria da Nazareth do Nascimento Souza	159.013.273-49	Bacabal	MA	Habilitado
693	Maria da Penha Teixeira Martins	620.693.737-20	Cariacica	ES	Habilitado
694	Maria das Dores Mendes	080.596.346-40	Rubim	MG	Habilitado
695	Maria das Graças Silva Santos	163.417.755-04	Buerarema	BA	Habilitado
696	Maria de Fátima Araújo dos Santos	101.685.914-72	Camaragibe	PE	Habilitado
697	Maria de Fátima Brasileiro Danylo	209.788.394-04	Maceió	AL	Habilitado
698	Maria de Fátima Dutra Bastos	302.354.051-91	Alexânia	GO	Habilitado
699	Maria de Fátima Marinho	089.526.714-49	Recife	PE	Habilitado
700	Maria de Jesus Mendes dos Santos	178.404.302-87	Belém	PA	Habilitado
701	Maria de Jesus Pantoja Sales	362.343.382-91	Soure	PA	Habilitado
702	Maria de Jesus Santana	381.265.321-49	Santa Maria	DF	Habilitado
703	Maria de Loudes de Lima	663.461.184-04	Natal	RN	Habilitado
704	Maria de Loudes Morais Coelho	331.763.883-49	São Luis	MA	Habilitado
705	Maria de Lourdes Nunes Ramalho	007.915.714-91	Campina Grande	PB	Habilitado
706	Maria de Nazaré do Ó Ribeiro	043.757.502-00	Belém	PA	Habilitado
707	Maria de Ribamar Montelo Lopes	158.153.722-53	Marituba	PA	Habilitado
708	Maria do Amparo de Oliveira Ribeiro	269.740.453-87	Imperatriz	MA	Habilitado
709	Maria do Carmo Barbosa Sousa	057.887.376-13	Turmalina	MG	Habilitado
710	Maria do Carmo dos Santos	068.876.524-63	Belo Jardim	PE	Habilitado
711	Maria do Carmo Menezes de Morais	313.681.743-53	Paracuru	CE	Habilitado
712	Maria do Rosário Lustosa da Cruz	15.835.923-34	Juazeiro do Norte	CE	Habilitado
713	Maria do Socorro Fernandes Castro	247.995.483-87	Baturité	CE	Habilitado
714	Maria do Socorro Gomes Ferreira	806.421.602-87	São Sebastião da Boa Vista	PA	Habilitado
715	Maria do Socorro Gomes Lima	263.144.284-91	Cabeceiras	PB	Habilitado
716	Maria do Socorro Jacó da Silva	000.878.545-70	Juazeiro do Norte	CE	Habilitado
717	Maria do Socorro Nascimento	739.587.513-34	Missão Velha	CE	Habilitado
718	Maria Dolores Carneiro Cassiano	373.305.434-20	Maceió	AL	Habilitado
719	Maria dos Anjos Mendes Gomes	069.762.715-20	João Pessoa	PB	Habilitado
720	Maria dos Santos Cantanhede	055.817.702-63	São Luís	MA	Habilitado
721	Maria Dulce de Lima Pessoa	419.629.404-97	Tabira	PE	Habilitado
722	Maria Elizoneide Barnabe Souza Nascimento	042.001.744-56	Nova Iguaçu	RJ	Habilitado
723	Maria Eunice Matins Luz	160.208.395-95	Santo Amaro	BA	Habilitado
724	Maria Fernandes de Carlos Oliveira	039.435.184-34	Alexandria	RN	Habilitado
725	Maria Gilza Silva Barbosa	327.327.164-72	Recife	PE	Habilitado
726	Maria Girlaine Freitas Fernandes e Silva	971.496.406-72	Mateus Leme	MG	Habilitado
727	Maria Gomes Rodrigues	810.598.251-04	Novo Oriente	CE	Habilitado
728	Maria Goreti Costa Heredia Luiz	909.782.776-00	Contagem	MG	Habilitado
729	Maria Idalina Conceição da Silva	563.766.504-49	Maceió	AL	Habilitado
730	Maria Ieda da Silva Medeiros	018.556.044-00	Carnaúba dos Santos	RN	Habilitado
731	Maria Isabel Vitorino	725.305.107-68	Belford Roxo	RJ	Habilitado
732	Maria Jacinta Sampaio da Silva	711.002.454-72	Santa Maria da Boa Vista	PE	Habilitado
733	Maria José da Silva	829.876.703-97	Juazeiro do Norte	CE	Habilitado
734	Maria José de Oliveira Santos	352.786.685-04	Santo Amaro das Brotas	SE	Habilitado
735	Maria José dos Santos	382.875.284-53	Corupe	AL	Habilitado
736	Maria José Ferreira da Silva	539.953.254-91	Maceió	AL	Habilitado
737	Maria José Gomes de Araújo	481.208.474-15	Currais Novos	RN	Habilitado
738	Maria José Lobato Rosa	643.203.243-15	São Luís	MA	Habilitado
739	Maria José Luna Oliveira	172.670.993-00	Crato	CE	Habilitado
740	Maria José Oliveira	605.102.006-30	Coruripe	AL	Habilitado
741	Maria José Reis de Menezes	280.227.343-49	São Luís	MA	Habilitado
742	Maria Josileide dos Santos	471.205.924-91	Bezerros	PE	Habilitado
743	Maria Liduina da Silva	222.687.903-04	Barbalha	CE	Habilitado
744	Maria Lilia Silva Diniz	333.347.813-72	Brasília	DF	Habilitado
745	Maria Lúcia Coutinho dos Santos	855.787.896-68	Bueno Brandão	MG	Habilitado
746	Maria Luciê Nogueira da Silva	559.980.623-53	Crato	CE	Habilitado
747	Maria Luiza Carvalho	126.784.813-87	São Luis	MA	Habilitado
748	Maria Luiza Marcelino	927.094.436-00	Ubá	MG	Habilitado
749	Maria Luzenilma da Costa Ferreira	280.164.672-53	Curuçá	PA	Habilitado
750	Maria Madalena de Souza Castro	779.849.274-72	Olinda	PE	Habilitado
751	Maria Neire da Silva	186.643.342-34	Belém	PA	Habilitado
752	Maria Normélia Melo	015.848.675-74	Japaratuba	SE	Habilitado
753	Maria Orlane dos Anjos Ribeiro	313.016.575-49	Lagarto	SE	Habilitado
754	Maria Pastora Meirelles de Santana	394.171.235-72	Boquim	SE	Habilitado
755	Maria Pereira dos Santos	160.797.875-04	Itarantim	BA	Habilitado
756	Maria Raimunda de Sousa Sobral	705.990.253-87	Bacabal	MA	Habilitado
757	Maria Rita Silva Machado Dos Santos	195.860.945-53	Sauara	BA	Habilitado
758	Maria Valníria Pinheiro	696.383.658-20	Milhã	CE	Habilitado
759	Maria Zilda Vacelina das Flores	026.365.715-90	Eunápolis	BA	Habilitado
760	Marieta de Souza	811.077.731-72	Pirenópolis	GO	Habilitado
761	Marieta Santos	336.584.045-15	São Cristóvão	SE	Habilitado
762	Marileide Dias da Silva	186.079.935-34	Ilhéus	BA	Habilitado
763	Marineide Pereira Moreira da Silva	494.483.151-04	Pirenópolis	GO	Habilitado
764	Marinez Pereira do Nascimento	306.403.262-34	Juazeiro do Norte	CE	Habilitado
765	Mário Antonia Martins de oliveira	135.365.912-72	Manaus	AM	Habilitado
766	Mário Gonçalves de Oliveira Junior	298.438.648-59	Palmital	SP	Habilitado
767	Mário Martins Canuto	133.791.602-10	Marapanim	PA	Habilitado
768	Mário Sergio Arruda Antunes	422.529.629-68	Lages	SC	Habilitado
769	Marisa Zambom Borsari Couto	594.725.881-15	Ilhéus	BA	Habilitado
770	Marlene Leopoldino Vital	716.139.514-34	Monteiro	PB	Habilitado
771	Marlene Silva	890.510.683-87	Alcântara	MA	Habilitado
772	Marliete Rodrigues da Silva	214.009.114-00	Caruaru	PE	Habilitado
773	Marlon Lopes Leal	427.646.368-81	São Paulo	SP	Habilitado
774	Marta Leonardo de Oliveira	372.874.351-87	Brasília	DF	Habilitado
775	Martonio Gomes Holanda	262.596.643-20	Sobral	CE	Habilitado
776	Massisxte de Souza Batista	050.210.324-88	Sumé	Pb	Habilitado
777	Maviael Melo dos Santos	628.326.624-04	Salvador	BA	Habilitado
778	Meletino Ferreira da Silva	940.589.112-04	Maraparim	PA	Habilitado
779	Miguel Fontoura Dias	005.154.184-04	Axixá	MA	Habilitado
780	Milton José Primo da Cruz	464.924.105-72	São Francisco do Conde	BA	Habilitado
781	Milton Pereira de Pinho	829.899.908-87	Cuiabá	MT	Habilitado
782	Mirian Araújo Souza Melo	087.217.974-72	Maceió	AL	Habilitado
783	Moisaniel Nascimento	563.589.543-34	Axixá	MA	Habilitado
784	Moisés Barbosa Freitas	007.744.905-35	Barra	BA	Habilitado
785	Moisés Jordano da Silva	061.479.816-76	Tiradentes	MG	Habilitado
786	Moizes Raimundo Lobato Nobre	256.010.593-49	São Luis	MA	Habilitado
787	Mozart Sobreira de Vasconcelos	222.224.803-53	Maceió	AL	Habilitado
788	Nancy de Souza Silva	399.952.087-68	Salvador	BA	Habilitado

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800019

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

789	Narcisa Pereira da Cunha	326.665.511-72	Pirenópolis	GO	Habilitado
790	Natanael da Costa Oliveira	118.163.255-20	São Paulo	SP	Habilitado
791	Nedilma Bezerra Silva Nscimento	042.301.273-83	Novo Oriente	CE	Habilitado
792	Neide da Rocha Palumbo	610.256.748-04	São Sebastião	SP	Habilitado
793	Nelson dos Santos	028.754.164-99	Marechal Deodoro	AL	Habilitado
794	Nelson dos Santos	009.957.418-28	São Sebastião	SP	Habilitado
795	Nelson Felipe Pinheiro Brandão de Oliveira	118.735.657-39	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
796	Nelson Martins da Silva	552.481.447-87	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
797	Nemésio Costa	147.481.509-04	Paranaguá	PR	Habilitado
798	Nestor Santos	664.523.928-91	Pitatã	BA	Habilitado
799	Ney Manoel Ferreira	624.235.689-91	Lapa	PR	Habilitado
800	Nilma Chagas Arraes	300.952.042-53	Belém	PA	Habilitado
801	Nilo Barbosa da Silva	578.086.607-44	Conceição da Barra	ES	Habilitado
802	Nilton Francisco Alves	000.823.728-02	Embu das Artes	SP	Habilitado
803	Nilza Peres Oliveira	633.060.420-72	Jaguarão	RS	Habilitado
804	Nivaldo Amador de Sousa	112.469.524-91	São João do Rio do Peixe	PB	Habilitado
805	Nivaldo Jorge da Silva	337.775.944-15	Ilha de Itamaracá	PE	Habilitado
806	Nivaldo Oliveira Barbosa	700.457.125-49	São Cristóvão	SE	Habilitado
807	Nivaldo Sales	756.033.653-15	Barbalha	CE	Habilitado
808	Noé Souto Maior Barbosa	190.030.304-30	Surubim	PE	Habilitado
809	Noeli Pinheiro Brandão de Oliveira	928.975.927-53	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
810	Olegário Alfredo da Silva	217.795.386-34	Belo Horizonte	MG	Habilitado
811	Olegário Fernandes Filho	034.297.144-19	Caruaru	PE	Habilitado
812	Olímpio Joaquim dos Santos	368.712.905-59	Serrolândia	BA	Habilitado
813	Olinto de Araújo	979.891.506-20	Belo Horizonte	MG	Habilitado
814	Olival Graça	327.872.437-20	Cariacica	ES	Habilitado
815	Onã da Silva Apolinário	269.160.451-91	Guará II	DF	Habilitado
816	Ondina Barros da Silva	169.170.224-20	Olinda	PE	Habilitado
817	Orlando Pereira Gomes	016.896.685-98	Ibicoara	BA	Habilitado
818	Ormy Caetano	681.920.887-15	Cachoeira de Itapemirim	ES	Habilitado
819	Osmar Cunha	095.063.223-68	São Luis	MA	Habilitado
820	Osório Mendes Neto	255.679.423-20	Imperatriz	MA	Habilitado
821	Osvaldo Inácio de Souza	352.707.996-34	Três Corações	MG	Habilitado
822	Otavio Neves Santana	173.722.245-00	Curaçá	BA	Habilitado
823	Ozenita Maria do Amparo Santos	414.935.325-53	Ilhéus	BA	Habilitado
824	Paula Wenke Motta de Castilho	505.589.351-68	Vassouras	RJ	Habilitado
825	Paulo Capel Narvai	173.619.409-78	São Paulo	SP	Habilitado
826	Paulo Cesar de Oliveira da Cunha	023339.947-03	Mage	RJ	Habilitado
827	Paulo Cesar Dias Torres	280.727.315-72	Curaçá	BA	Habilitado
828	Paulo César Pereira de Oliveira	006.312.598-64	Ribeirão Preto	SP	Habilitado
829	Paulo Henrique Dias dos Santos	102.311.304-06	Lajedo	PE	Habilitado
830	Paulo José Maués Corrêa	374.059.262-15	Belém	PA	Habilitado
831	Paulo Luis Silva Corrêa	485.794.160-00	Porto Alegre	RS	Habilitado
832	Paulo Oliveira Costa	Não informado	Jequitinhonha Guaranilândia	MG	Habilitado
833	Paulo Renato Ribeiro Celente	005.040.810-04	Pelotas	RS	Habilitado
834	Paulo Roberto Oliveira da Silva	207.850.382-72	Belém	PA	Habilitado
835	Paulo Roberto Volles	420.640.319-87	Blumenau	SC	Habilitado
836	Paulo Rogério da Silva	020.405.667-59	Miracema	RJ	Habilitado
837	Paulo Salaia Costa de Jesus	197.028.333-53	São Luis	MA	Habilitado
838	Paulo Sérgio Bispo dos Santos	914.904.801-53	Paranoá	DF	Habilitado
839	Paulo Sérgio da Silva	251.486.068-78	São Paulo	SP	Habilitado
840	Paulo Sérgio Saldanha Procópio	222.276.234-49	Natal	RN	Habilitado
841	Pedro Altamir de Deus	496.734.599-91	Rebouças	PR	Habilitado
842	Pedro Bandeira Pereira de Caldas	010.565.573-20	Juazeiro do Norte	CE	Habilitado
843	Pedro Ernesto de Morais de Jesus	735.453.093-04	Crato	CE	Habilitado
844	Pedro Henrique Macerani	167.293.198-36	Tietê	SP	Habilitado
845	Pedro Martins Lima	034.436.053-97	Santa Rita	MA	Habilitado
846	Pedro Monteiro de Assis	292.350.062-87	Maracanã	PA	Habilitado
847	Pedro Paulo Caetano	681.937.507-72	Cachoeira de Itapemirim	ES	Habilitado
848	Pedro Rosário dos Santos	119.894.402-15	Macapá	PA	Habilitado
849	Procópia dos Santos	770.996.721-34	Monte Alegre	GO	Habilitado
850	Rafael Bruno Avelar Silva	964.790.862-87	Belém	PA	Habilitado
851	Rafael Côbo da Silva	141.966.497-26	Nova Iguaçu	RJ	Habilitado
852	Rafael de Araújo Melo	082.071.504-24	Campina Grande	PB	Habilitado
853	Rafael Santos Borges	012.946.535-63	Água Fria	BA	Habilitado
854	Raimunda de Sousa Martins Silva Lima	270.263.883-04	Bacabal	MA	Habilitado
855	Raimunda Domingas de Oliveira Carneiro	318.901.482-53	Belém	PA	Habilitado
856	Raimunda Nonata Oliveira Dorneles	853.838.053-20	Axixá	MA	Habilitado
857	Raimundo da Silva Freitas	108.288.422-72	Belém	PA	Habilitado
858	Raimundo Dantas Machado	015.683.452-91	Belém	PA	Habilitado
859	Raimundo Gomes	055.141.913-03	Monção	MA	Habilitado
860	Raimundo Gonzaga da Silva	575.912.453-68	Aracati	CE	Habilitado
861	Raimundo Justino Oliveira	603.810.523-97	Bacabal	MA	Habilitado
862	Raimundo Leão Ferreira Filho	039.468.942-91	Belém	PA	Habilitado
863	Raimundo Lopes	905.214.803-10	Cantanhede	MA	Habilitado
864	Raimundo Nonato Borges de Oliveira	070.400.946-30	Itacarambi	MG	Habilitado
865	Raimundo Nonato Carvalho Silva	964.712.473-20	Buriti dos Lopes	PI	Habilitado
866	Raimundo Oswald Cavalcante Barroso	074.436.093-53	Fortaleza	CE	Habilitado
867	Raimundo Pereira Marques	498.205.913-68	São Raimundo Nonato	PI	Habilitado
868	Raimundo Pinto da Silva	170.428.522-49	Baião	PA	Habilitado
869	Raimundo Rafael Filho	045.672.668-38	São Sebastião	SP	Habilitado
870	Raimundo Rodrigues Borges	254.564.232-00	Quatipuru	PA	Habilitado
871	Raiumundo Ferreira Evangelista	030.292.593-74	Juazeiro do Norte	CE	Habilitado
872	Ramom de Moura Lima Ferreira	120.520.987-55	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
873	Raphael Gustavo Soares Ferreira	071.801.854-00	Vitória de Santo Antão	PE	Habilitado
874	Raquel Alves Pereira	038.020.235-28	Barra	BA	Habilitado
875	Regina Célia David Santos	683.497.264-15	Curaçá	BA	Habilitado
876	Reginaldo Jose de Lima	020.954.387-60	Nilópolis	RJ	Habilitado
877	Reginaldo Raimundo de Souza	003.091.415-91	Salvador	BA	Habilitado
878	Reginaldo Vasconcelos de Oliveira	026.200.664-25	São Paulo	SP	Habilitado
879	Reinaldo Sales Marques	012.636.934-82	Natal	RN	Habilitado
880	Reizi Rozemberg Simões	069.507.407-51	Mendes	RJ	Habilitado
881	Renato da Silva Moura	146.661.384-04	Palmas	TO	Habilitado
882	Renato Moreira de Araújo	630.099.946-72	Uberaba	MG	Habilitado
883	Renilson dos Santos Bomfim	224.733.941-72	Recanto da Ema	DF	Habilitado
884	Renô Martins de Castro	146.010.528-15	São Luís do Paraitinga	SP	Habilitado
885	Ricardo de Campos	802.753.389-91	Canoinhas	SC	Habilitado
886	Rita de Cássia Costa Bacelar Pinheiro	360.457.135-91	Salvador	BA	Habilitado
887	Rita de Cássia Sena Dias	724.720.902-00	Belém	PA	Habilitado
888	Rivaildo Moraes Peixoto	564.632.352-53	Abaetetuba	PA	Habilitado
889	Rivaldo Júnior da Silva	095.936.714-47	Vertente do Lério	PE	Habilitado
890	Rivani Nasario de Oliveira do Espírito Santo	497.918.344-15	Olinda	PE	Habilitado
891	Roberley Camara de Assis	515.941.532-72	Manaus	AM	Habilitado
892	Roberto Belo de Lima	063.742.694-03	Recife	PE	Habilitado
893	Roberto Viana Alfaia	534.814.107-00	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
894	Robson da Costa Dias	865.116.887-04	São Gonçalo	RJ	Habilitado
895	Robson de Almeida Silva Araújo	014.261.985-07	Conceição do Coité	BA	Habilitado

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800020

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

896	Robson Eleutério da Silva	183.490.721-72	Brasília	DF	Habilitado
897	Robson Rogério Florêncio da Silva	030.275.904-21	Bezerros	PE	Habilitado
898	Rogério Alves de Oliveira	511.052.505-63	Alagoinhas	BA	Habilitado
899	Rogério de Castro Fernandes	760.115.186-72	Belo Horizonte	MG	Habilitado
900	Rogério Elisiário	013.476.817-52	Paraíba do Sul	RJ	Habilitado
901	Rogerio Feitosa Matos	443.180.575-34	Ilhéus	BA	Habilitado
902	Rogério Silva de Moraes	008.507.237-01	Duque de Caxias	RJ	Habilitado
903	Rogério Vieira Machado	022.623.837-74	Cachoeira de Itapemirim	ES	Habilitado
904	Romana Bispo de Jesus Pimenta	742.245.063-00	São Paulo	SP	Habilitado
905	Romário Gonçalves de Lima	051.171.155-70	Senhor do Bonfim	BA	Habilitado
906	Romélia dos Santos de Lima Souza	365.859.045-91	Cachoeira	BA	Habilitado
907	Romildo de Oliveria Bastos	018.806.937-20	São Gonçalo	RJ	Habilitado
908	Ronábo Lima	057.593.535-94	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
909	Ronaldo da Silva Pio	378.621.386-20	Santana do Riacho	MG	Habilitado
910	Ronaldo dos Santos Silva	086.037.902-72	Belém	PA	Habilitado
911	Ronaldo Gomes da Silva	792.146.494-72	Currais Novos	RN	Habilitado
912	Rony Peterson Rodrigues da Silva	023.002.245-32	São Paulo	SP	Habilitado
913	Roque de Lima	017.938.965-34	Maragogipe	BA	Habilitado
914	Rosa dos Santos Dealdina	019.802.757-50	São Mateus	ES	Habilitado
915	Rosa Maria Lima do Espírito Santo	577.357.602-30	Marapanim	PA	Habilitado
916	Rosana Ribeiro Fernandes	004.322.093-28	São Luis	MA	Habilitado
917	Rosangela Vilas Boas Higino	780.447.235-87	Salvador	BA	Habilitado
918	Rose Mary Costa Sousa	287.232.101-25	Brasília	DF	Habilitado
919	Rosiane Conceição dos Santos Siqueira da Silveira	139.149.587-07	Queimados	RJ	Habilitado
920	Rosivan Santos de Jesus	070.261.425-42	Salvador	BA	Habilitado
921	Rosvel de Menezez	704.350.148-20	Araçatuba	SP	Habilitado
922	Rui Barroso Barbosa	158.432.203-97	Morros	MA	Habilitado
923	Sabastião Ezeqiel do Nascimento	615.618.517-87	Silva Jardim	RJ	Habilitado
924	Samuel Tortato	044.428.859-74	Florianópolis	SC	Habilitado
925	Sandra Aparecida Furtado	318.835.178-00	Juquitiba	SP	Habilitado
926	Sandra dos Santos Silva	311.045.842-04	Parauapebas	PA	Habilitado
927	Sandra Helena do Carmo Rodrigues	992.254.926-34	Minduri	MG	Habilitado
928	Sandra Regina Baron	669.339.279-20	Bombinhas	SC	Habilitado
929	Sandro Charles Medeiros	600.038.396-72	Belo Horizonte	MG	Habilitado
930	Sandro Valerio de Sousa Monteiro	234.532.143-15	Fortaleza	CE	Habilitado
931	Santino Justino de Souza	083.721.954-04	Nazaré da Mata	PE	Habilitado
932	Sara da Silva Cristóvão	108.886.944-07	Tabira	PE	Habilitado
933	Sara Nascimento de Oliveira	128.660.177-06	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
934	Saulo Roberto Batista da Rocha Oliveira	718.281.171-53	Mansidão	BA	Habilitado
935	Sebastiana Ferreira Ribeiro	018.307.999-08	Irati	PR	Habilitado
936	Sebastião Alves Cordeiro Filho	170.746.494-49	Caruaru	PE	Habilitado
937	Sebastião Carlos Menezes	974.533.077-91	Paraíba do Sul	RJ	Habilitado
938	Sebastião dos Santos Sousa	821.433.073-49	Vargem Grande	MA	Habilitado
939	Sebastião Felix de Oliveira Jucá	811.832.403-68	Fortaleza	CE	Habilitado
940	Sebastiao Marinho da Silva	007.273.108-79	São Paulo	SP	Habilitado
941	Sebastião Martins Canuto	177.804.542-15	Maraparim	PA	Habilitado
942	Sebastião Rodrigues da Cruz	250.525.949-68	São José do Cerrito	SC	Habilitado
943	Sebastião Salomão de Oliveira	200.112.458-91	São Sebastião	SP	Habilitado
944	Sebastião Trajano da Silva	263.567.914-20	Várzea Nova, Santa Rita	PB	Habilitado
945	Sebebastião Rodrigues Pereira	727.290.076-87	Chapada Gaúcha	MG	Habilitado
946	Serginaldo Lopes	620.705.503-97	Barbalha	CE	Habilitado
947	Sérgio Cleto de Medeiros	031.171.064-64	Currais Novos	RN	Habilitado
948	Sérgio Romão Pereira	857.926.756-00	Ouro Preto	MG	Habilitado
949	Sérgio Vieira	117.522.158-93	Pardinho	SP	Habilitado
950	Severina Luís de França	081.691.937-29	Araçagi	PB	Habilitado
951	Severino Alves Correia	211.447.964-15	Bezerros	PE	Habilitado
952	Severino Alves dos Santos	391.100.794-91	Curaçá	BA	Habilitado
953	Severino Apolinário da Lucena Filho	022.338.354-68	Surubim	PE	Habilitado
954	Severino Ferreira da Silva	196.652.614-87	Olinda	PE	Habilitado
955	Severino Francisco Bernardo	420.972.154-91	São Lourenço da Mata	PE	Habilitado
956	Severino Francisco da Silva	639.523.784-53	Bezerros	PE	Habilitado
957	Severino Joventino dos Santos	317.918.404-34	Lagoa do Itaenga	PE	Habilitado
958	Severino Manoel Honorato	299.575.404-91	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
959	Severino Pereira dos Santos	360.934.754-68	Caruaru	PE	Habilitado
960	Sheila Borges da Silva	053.286.874-93	Fagundes	PB	Habilitado
961	Shirley Izabela de Lima Rodrigues	038.391.214-85	Recife	PE	Habilitado
962	Silas Fonseca	320.086.786-87	Sabará	MG	Habilitado
963	Silvana Machado Coelho Quintela	483.667.306-20	Lavras Novas	MG	Habilitado
964	Silvânia Lúcia Lacerda da Fonseca	570.322.207-97	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
965	Silvestre Alves Gomes	427.425.109-82	Ponta Grossa	PR	Habilitado
966	Silvestres de Oliveira Santos	018.373.249-99	Fernandes Pinheiro	PR	Habilitado
967	Silvia Helena Marinho de Queiroz	295.584.683-04	Fortaleza	CE	Habilitado
968	Silvo Antônio de Oliveira	109.803.288-88	Mogi das Cruzes	SP	Habilitado
969	Sílvo de Siqueira	141.254.716-49	Jaboticatubas	MG	Habilitado
970	Sineia Pereira Hosana de Sousa	076.744.652-68	Icoaraci	PA	Habilitado
971	Sirley da Silva Amaro	207.463.340-87	Pelotas	RS	Habilitado
972	Solange Gonçalves Machado	254.902.588-10	Guarulhos	SP	Habilitado
973	Solemar Cristina da Silva	135.076.408-64	Embu das Artes	SP	Habilitado
974	Sonia Jaqueline da Silva Oliveira	072.831.298-04	Porto Feliz	SP	Habilitado
975	Sônia Maria de Lucena	163.710.704-87	Maceió	AL	Habilitado
976	Sonia Maria Ignácio	069.533.207-45	Paraíba do Sul	RJ	Habilitado
977	Suel Gonzaga de Melo	095.917.379-04	Bombinhas	SC	Habilitado
978	Sueli de Matos	947.058.793-68	Barbalha	CE	Habilitado
979	Susana Micaele Viera	062.972.384-21	Salgueiro	PE	Habilitado
980	Tânia Lúcia Soares Santos	359.511.841-34	São Luís	MA	Habilitado
981	Tarciso Mendes da Silva	326.991.823-20	Juazeiro do Norte	CE	Habilitado
982	Tatá Ricardo Pereira Tavares	795.335.745-34	Camaçari	BA	Habilitado
983	Teresinha Dias da Silva Rocha	306.824.872-87	Boa Hora	PI	Habilitado
984	Tereza Cristina Bispo dos Santos	425.365.455-04	Salvador	BA	Habilitado
985	Terezinha da Silva Cerneiro	203.292.374-20	Cabedelo	PB	Habilitado
986	Terezinha Dos Santos Rodrigues	29.802.825-53	Remanso	BA	Habilitado
987	Terezinhas dos Santos Tavares	670.701.752-72	Bragança	PA	Habilitado
988	Thamyres da Silva Santos	076.150.485-08	Barra	BA	Habilitado
989	Thomaz Aquino Leão	010.106.114-53	Recife	PE	Habilitado
990	Tiago Carneiro Rolim Esmeraldo	623.818.573-20	Brasília	DF	Habilitado
991	Tony Jorge dos Santos	678.469.864-68	Maceió	AL	Habilitado
992	Ubiraci Santos de Jesus	507.545.725-87	Salvador	BA	Habilitado
993	Ulisses Mendes	388.492.676-49	Itinga	MG	Habilitado
994	Valdeci Ferreira Vieira	558.993.587-34	Cariacica	ES	Habilitado
995	Valdeci Rocha Santana Souza	093.987.325-72	Serra Grande- Uruçuca	BA	Habilitado
996	Valdeck Costa de Oliveira	385.316.747-00	Guararema	SP	Habilitado
997	Valdelice Pereira dos Santos	395.058.715-20	Salvador	BA	Habilitado
998	Valdemar Rodrigues de Sousa	46.443.681.134	Palmas	TO	Habilitado
999	Valdemiro Pereira Filho	458.794.519-68	Florianópolis	SC	Habilitado
1000	Valdério Soares da Costa	462.770.641-34	Brasília	DF	Habilitado
1001	Valdir Lemos de Freitas	775.894.404-34	Juazeiro	BA	Habilitado
1002	Valdir Soares Fernando	153.430.904-78	Olinda	PE	Habilitado
1003	Valentim Martins Quaresma Neto	601.087.544-72	Umari	CE	Habilitado

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800021

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1004	Valentin Frezza	195.690.339-91	Formosa do Sul	SC	Habilitado
1005	Valéria Barbosa da Silva	531.116.307-06	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
1006	Valkriria Fernandes da Silva	978.880.871-91	Cuiabá	MT	Habilitado
1007	Vaneci Santos do Nascimento	942.104.205-06	São Paulo	SP	Habilitado
1008	Vânia Maria de Oliveira Santos	300.347.284-49	Maceió	AL	Habilitado
1009	Vânia Maria Nogueira de Vasconcelos	299.409.583-15	Tianguá	CE	Habilitado
1010	Venício Rodrigues de Souza	046.357.697-71	Paraíba do Sul	RJ	Habilitado
1011	Veronildes Rodrigues da Silva	543.498.424-20	Maceió	AL	Habilitado
1012	Vicente de Souza	150.057.388-43	São Luis do Paraitinga	SP	Habilitado
1013	Vicente Ludgero da Paixão	621.726.463-34	Barbalha	CE	Habilitado
1014	Victor Alvim Itahim Garcia	024.755.207-01	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
1015	Vilmar José de Sousa	015.694.021-32	Senador Canedo	GO	Habilitado
1016	Vinicius Vieira de Souza	000.854.180-99	Porto Alegre	RS	Habilitado
1017	Vitor Herminio Castro	106.876.533-04	Manaus	AM	Habilitado
1018	Vitorino Bertoldo Moreira	046.010.845-04	Ilhéus	BA	Habilitado
1019	Waldemar Pereira	118.912.178-60	São Paulo	SP	Habilitado
1020	Walter Ferreira de França	189.728.534-53	Recife	PE	Habilitado
1021	Wander Silva de Oliveira	576.240.547-87	Serra	ES	Habilitado
1022	Washington da Silva Roza	106.436.357-18	Campos dos Goytacazes	RJ	Habilitado
1023	Wellington Amorim da Silva	010.527.664-20	Petrolina	PE	Habilitado
1024	Wiclea Alcântara	476.695.195-68	Japaratuba	SE	Habilitado
1025	Wilson Carlos Pereira Gomes	099.104.252-20	Capanema	PA	Habilitado
1026	Wilson Diniz Cecon	121.857.137-36	Cachoeiro do Itapemirim	ES	Habilitado
1027	Wilson Ribeiro da Silva	278.159.434-29	Recife	PE	Habilitado
1028	Wiviane Lima de Melo	685.375.305-49	Salvador	BA	Habilitado
1029	Zanny Adairalba Dantas de Góes	765.965.594-91	Boa Vista	RR	Habilitado
1030	Zeferino Gonçalves dos Santos	010.653.352-53	Salvaterra	PA	Habilitado
1031	Zenaide Pérpetua Conceição Coelho	156.308.895-91	Juazeiro	BA	Habilitado
1032	Zenalva Lima do Vaz	616.643.911-34	Rondonópolis	MT	Habilitado
1033	Zilda Pereira Lisbôa	817.957.856-91	Belo Horizonte	MG	Habilitado
1034	Zulene Galdino Sousa	011.940.303-00	Crato	CE	Habilitado

II - PESSOAS JURÍDICAS HABILITADAS:

Nº	Instituição	CNPJ	Cidade	UF	Fase de Habilitação
1	A Câmara Clara Instituto de Memória e Imagem	09.047.330/0001-07	Florianópolis	SC	Habilitado
2	Ação Social "São Benedito"	32.711.616/0001-67	Japaratuba	SE	Habilitado
3	Afrogibe Centro de Cultura Educação e Artes Afre Brasileira	23.650.136/0001-42	Camaragibe	PE	Habilitado
4	Agremiação Boi Diamante	19.345.421/0001-82	Arcoverde	PE	Habilitado
5	Agrupamento de Umbanda do Cruzeiro Divino- Choupana do Sr. Ogum Sete ondas	07.662.947/0001-07	Porto Alegre	RS	Habilitado
6	Aliança Bayeux Franco Braileira	22.690.582/0001-18	Bayeux	PB	Habilitado
7	APA	23.458.632/0001-07	Piau	MG	Habilitado
8	Artecei Produções Artísticas e Culturais	07.480.912/0001-57	Ceilândia	DF	Habilitado
9	Artesanato- Cursos de Artesanato Gratuito	05.911.882/0001-60	Mariana	MG	Habilitado
10	Associação Agropecuária, Cultural e Religiosa dos Foliões do Vale da Mata e Taquari do Município de Monte do Carmo - TO	09.347.028/0001-74	Monte do Carmo	TO	Habilitado
11	Associação Artística Cultural Ói Nóiz Akí	07.839.572/0001-08	Macapá	AP	Habilitado
12	Associação Artística Cultural Oswaldo Goeldi	07.105.230/0001-64	Taubaté	SP	Habilitado
13	Associação Artística Janet Finatti	07.969.858/0001-08	Varginha	MG	Habilitado
14	Associação Balaio Cultural	04.851.194/0001-90	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
15	Associação Beneficente Brilho da Liberdade	05.426.423/0001-91	São Luís	MA	Habilitado
16	Associação Beneficente e Cultural por um Mundo Melhor e Solidário	13.349.783/0001-65	São Paulo	SP	Habilitado
17	Associação Beneficente Educativa e Cultural- ABEC	12.846.599/0001-68	Remanso	BA	Habilitado
18	Associação Brasileira Comunidade carioca	10.384.116/0001-25	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
19	Associação Canavial	18.904.311/0001-40	Aliança	PE	Habilitado
20	Associação Caraívaviva	11.423.403/0001-60	Porto Seguro	BA	Habilitado
21	Associação Carnavalesca de Bois Malhadinhos	24.778.231/0001-99	Quissamã	RJ	Habilitado
22	Associação Casa de Cultura e Lazer Júlia Rocha	10.455.883/0001-88	Nazarezinho	PB	Habilitado
23	Associação Clube Osquindô	10.471.314/0001-26	Mariana	MG	Habilitado
24	Associação Companhia Teatral EmCena	11.739.598/0001-51	São João Batista	SC	Habilitado
25	Associação Comunitária Clave de Sol	05.536.162/0001-62	Itapecerica da Serra	SP	Habilitado
26	Associação Comunitária de Santa Efigênia	09.109.576/0001-66	Niquelândia	GO	Habilitado
27	Associação Comunitária e Cultural do Cavalo Marinho Tira-Teima de Zé de Bibi	20.464.666/0001-08	Glória do Goitá	PE	Habilitado
28	Associação Comunitária Legua Boji Bua da Trindade	19.282.406/0001-32	São Luís	MA	Habilitado
29	Associação Comunitária Menino Jesus de Alegre II	04.658.797/0001-70	Itatira	CE	Habilitado
30	Associação Comunitária Projeto Amo o Salgueiro	08.369.705/0001-89	São Gonçalo	RJ	Habilitado
31	Associação Comunitária Sócio Cultural de Major Sales	07.815.380/0001-61	Major Sales	RN	Habilitado
32	Associação Comunitária Trupe Brasília de Minas	03.621.181/0001-61	Brasília de Minas	MG	Habilitado
33	Associação Coral São Vicente de Paulo	14.840.380/0001-87	Baldim	MG	Habilitado
34	Associação Cultural Andora	28.174.834/0001-23	Vitória	ES	Habilitado
35	Associação Cultural Balaio Nordeste	10.559.786/0001-35	João Pessoa	PB	Habilitado
36	Associação Cultural Balão Dourado	23.275.840/0001-62	Natal	RN	Habilitado
37	Associação Cultural Bumba Meu Boi Novo Capricho	05.430.985/0001-09	São Luís	MA	Habilitado
38	Associação Cultural Carnavalesca Carnacatu	22.106.094/0001-10	Caeté	MG	Habilitado
39	Associação Cultural Casa das Artes	10.646.923/0001-79	Imperatriz	MA	Habilitado
40	Associação Cultural Comunitária Afropop Tambores Urbanos - ACCAPTU	17.262.468/0001-57	Feira de Santana	BA	Habilitado
41	Associação Cultural de Quadrilha Nova Geração	13.819.600/0001-28	Sabará	MG	Habilitado
42	Associação Cultural do Boi da Manta de Pedro Leopoldo	28.113.519/0001-03	Pedro Leopoldo	MG	Habilitado
43	Associação Cultural do Congado de Bela Vista de Minas	18.267.583/0001-87	Bela Vista de Minas	MG	Habilitado
44	Associação Cultural e Artística de Anápolis - ACAA	05.268.397/0001-10	Anápolis	GO	Habilitado
45	Associação Cultural e Beneficente Antônio Pereira Barbosa - ACAPEB	04.292.648/0001-30	Gongogi	BA	Habilitado
46	Associação Cultural e Carnavalesca Afoxé Kambalagwanze	05.252.262/0001-67	Salvador	BA	Habilitado
47	Associação Cultural e Educacional Afro Brasileira Maracatu Nação Iracema	05.982.233/0001-50	Fortaleza	CE	Habilitado
48	Associação Cultural e Folclórica Tia Valdelice	11.606.289/0001-03	São Vicente	SP	Habilitado
49	Associação Cultural e Quadrilha Junina Dona Ciça	26.766.828/0001-49	Arapiraca	AL	Habilitado
50	Associação Cultural e Quadrilha Junina Retirantes do Sertão	09.491.906/0001-20	Frei Paulo	SE	Habilitado
51	Associação Cultural e Recreativa de Belém	03.861.448/0001-98	Santa Maria de Jetibá	ES	Habilitado
52	Associação Cultural e Religiosa Sítio de Paz	09.625.943/0001-84	Lauro de Freitas	BA	Habilitado
53	Associação Cultural e Social Arraial Coração Nordestino	22.198.805/0001-24	São Gonçalo do Amarante	RN	Habilitado
54	Associação Cultural e Social de Timbaúba dos Batistas	10.965.598/0001-53	Timbaúba dos Batistas	RN	Habilitado
55	Associação Cultural Esportiva Recreativa Beatos do Espírito Santo - ACERBES	13.105.391/0001-50	Vila Velha	ES	Habilitado
56	Associação Cultural Esportiva Social Perecolândia - ACESP	14.357.394/0001-44	Itabira	MG	Habilitado
57	Associação Cultural Eu Sou Angoleiro	03.407.176/0001-50	Belo Horizonte	MG	Habilitado
58	Associação Cultural Grupo Indígena Os Guaranis	06.213.705/0001-73	Itaparica	BA	Habilitado
59	Associação Cultural Itinerante de Ações - ACUIA	13.568.215/0001-55	Várzea Grande	MT	Habilitado
60	Associação Cultural Junina Teresina Show	14.690.147/0001-65	Teresina	PI	Habilitado
61	Associação Cultural Mais Cultura	13.237.324/0001-90	Pinhalzinho	SC	Habilitado
62	Associação Cultural Maracatu Vozes da África	02.875.935/0001-47	Fortaleza	CE	Habilitado
63	Associação Cultural Menino de Ceilândia	08.347.285/0001-43	Brasília	DF	Habilitado
64	Associação Cultural Mistura Caipira	22.281.302/0001-18	Paulistana	PI	Habilitado
65	Associação Cultural Opereta	00.367.883/0001-72	Poá	SP	Habilitado
66	Associação Cultural Povo da Rua	08.659.330/0001-03	Porto Alegre	RS	Habilitado
67	Associação Cultural Quadrilha Junina Meu Xamego	27.633.860/0001-19	Tobias Barreto	SE	Habilitado
68	Associação Cultural Raízes Nordestinas - ACRANE	07.717.704/0001-29	Poço Redondo	SE	Habilitado
69	Associação Cultural Samba de Coco Irmãs Lopes	04.352.908/0001-15	Arcoverde	PE	Habilitado
70	Associação Cultural Supernova	17.901.084/0001-37	São Sebastião	DF	Habilitado
71	Associação Cultural Troupe Garimpeiros da Arte	15.545.741/0001-25	Arcoverde	PE	Habilitado

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800022

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

72	Associação Cultural, Educação, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Diversidade Amazônica - ACEMDA	23.509.685/0001-00	Vilhena	RO	Habilitado
73	Associação da Banda de Congo São Benedito	09.546.822/0001-47	João Neiva	ES	Habilitado
74	Associação da Irmandade das Companhias de Folias de Reis e Congadas de Conceição do Rio Verde	09.343.878/0001-02	Conceição do Rio Verde	MG	Habilitado
75	Associação da Juventude Poética de Tabira - AJUPTA	15.226.654/0001-05	Tabira	PE	Habilitado
76	Associação da Resistência Cultural Afro-Brasileira Casa de Caridade Pai Jacob do Oriente	19.265.081/0001-80	Belo Horizonte	MG	Habilitado
77	Associação das Entidades Administradoras e Usuárias do Canal Comunitário da Cidade de Taubaté	05.356.414/0001-71	Taubaté	SP	Habilitado
78	Associação de Afro Envolvimento Casa Preta	19.244.750/0001-37	Belém	PA	Habilitado
79	Associação de Amigos da Cultura da Região de Januária-MG	07.459.932/0001-46	Januária	MG	Habilitado
80	Associação de Amigos do Cais - Núcleo de Atenção Psicossocial do Instituto Philippe Pinel - AMOCAIS	02.687.500/0001-79	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
81	Associação de Amigos do Grupo Folclórico Pacheco	05.215.557/0001-63	Sombrio	SC	Habilitado
82	Associação de Arte e Cultura de Guarabira-PB	08.782.984/0001-11	Guarabira	PB	Habilitado
83	Associação de Arte e Cultura Xique Xique do Sertão	20.008.316/0001-37	Quixeramobim	CE	Habilitado
84	Associação de Artesãos Artefor de Formosa do Sul	08.895.580/0001-34	Formosa do Sul	SC	Habilitado
85	Associação de Artesãos de Nova Lima - Artes da Terra	05.499.960/0001-61	Nova Lima	MG	Habilitado
86	Associação de Artesãos de São Mateus	02.353.249/0001-06	Juiz de Fora	MG	Habilitado
87	Associação de Bordadeiras de Itaperuna - Bordando o Futuro	09.261.406/0001-00	Itaperuna	RJ	Habilitado
88	Associação de Congada e Moçambique Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Mercês de Piedade do Rio Grande-MG	20.429.337/0001-65	Piedade do Rio Grande	MG	Habilitado
89	Associação de Cultura e Tradições de Matriz Africana - Ojinjé	27.592.392/0001-81	Navegantes	SC	Habilitado
90	Associação de Cultura Popular Mandicuera	12.699.927/0001-40	Paranaguá	PR	Habilitado
91	Associação de Empreendimentos de Artesanato Solidários - AEMARTES - (Espaço de Comércio Justo e Solidário)	15.358.403/0001-84	Joinville	SC	Habilitado
92	Associação de Moradores do Bairro Coqueiro - AMBC	69.616.480/0001-16	Luís Correia	PI	Habilitado
93	Associação de Pais e Professores da Escola Estadual Básica "Maria Rita Flor"	80.484.942/0001-92	Bombinhas	SC	Habilitado
94	Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e Infância de Lagoa Redonda - APAMILR	06.963.078/0001-98	Fortaleza	CE	Habilitado
95	Associação do Grupo de Siriri Flor de Atalaia	21.464.966/0001-50	Cuiabá	MT	Habilitado
96	Associação do Povoado Olho D'Água do Meio	00.991.859/0001-00	Feira Grande	AL	Habilitado
97	Associação do Repentistas do Vale do Jaguaribe	41.286.527/0001-01	Limoeiro do Norte	CE	Habilitado
98	Associação dos Artesãos de Dário Meira	16.757.047/0001-34	Dário Meira	BA	Habilitado
99	Associação dos Artesãos de Francisco Badaró	22.695.001/0001-30	Francisco Badaró	MG	Habilitado
100	Associação dos Carreiros de Planaltina e Entorno - ASCAPE	23.509.117/0001-09	Planaltina	DF	Habilitado
101	Associação dos Congadeiros de Machado	19.017.326/0001-50	Machado	MG	Habilitado
102	Associação dos Corredores de Cavalhada de São José Operário de Honorio Bicalho/ Nova Lima-MG	15.430.746/0001-02	Nova Lima	MG	Habilitado
103	Associação dos Doceiros e Agricultores Familiares de São Bartolomeu	11.701.087/0001-40	Ouro Preto	MG	Habilitado
104	Associação dos Filhos e Amigos de Vicência	04.361.434/0001-78	Vicência	PE	Habilitado
105	Associação dos Grupos Folclóricos Germânicos do Médio Vale do Itajaí	05.218.423/0001-04	Blumenau	SC	Habilitado
106	Associação dos Pequenos Agricultores do Estado de Sergipe	05.693.469/0001-77	Monte Alegre	SE	Habilitado
107	Associação dos Pescadores e Marisqueiraz da Reserva Extrativista do Batoque	15.191.532/0001-57	Aquiraz	CE	Habilitado
108	Associação dos Remanescentes de Quilombolas do Sítio Veiga	04.518.003/0001-72	Quixadá	CE	Habilitado
109	Associação dos Remanescentes do Quilombo de Baía Formosa	19.798-168/0001-12	Cabo Frio	RJ	Habilitado
110	Associação dos Sambadores e Sambadeiras do Estado da Bahia	07.101.132/0001-28	Santo Amaro	BA	Habilitado
111	Associação dos Violeiros e Trovadores de Alagoas	12.481.974/0001-13	Maceió	AL	Habilitado
112	Associação Faces da Arte de Pirapora	15.618.891/0001-11	Pirapora	MG	Habilitado
113	Associação Filarmônica Lira Santana	16.223.513/0001-00	Simão Dias	SE	Habilitado
114	Associação Folclórica Beneficente Bumba Boi Estrela Maior	11.493.815/0001-76	Paço do Lumiar	MA	Habilitado
115	Associação Folclórica de Bumba-Meu-Boi Linda Jóia do Povoado Jacareí	14.772.585/0001-72	Monção	MA	Habilitado
116	Associação Folclórica e Cultural Bumba Meu Boi do Tibiri	06.221.098/0001-93	São Luís	MA	Habilitado
117	Associação Folclórica e Cultural de Urbano Santos - AFOCUS	02.995.632/0001-68	Urbano Santos	MA	Habilitado
118	Associação Folclórica e Cultural Unidos Venceremos	03.698.773/0001-81	São Luís	MA	Habilitado
119	Associação Folclórica Os Cantores da Paz	15.061.761/0001-20	Itajaí	SC	Habilitado
120	Associação Folclórica Reisado Sergipano e Bumba Meu Boi de Guarujá	08.920.317/0001-58	Guarujá	SP	Habilitado
121	Associação Folclórica Tambor de Crioula Arte Nossa	07.998.309/0001-61	São Luís	MA	Habilitado
122	Associação Folclórica, Cultural e Beneficente Oriente	01.882.225/0001-81	São Luís	MA	Habilitado
123	Associação Fundação Cultural Professor Jairo José Campos da Costa	27.390.122/0001-98	Francisco Dantas	RN	Habilitado
124	Associação Grupo Teatral Marco Zero do Equador	23.066.731/0001-35	Macapá	AP	Habilitado
125	Associação Ideologia Calabar	11.844.473/0001-91	Salvador	BA	Habilitado
126	Associação Ilê Asé Danadana	16.415.911/0001-10	Caetité	BA	Habilitado
127	Associação Imagem Comunitária - Grupo de Pesquisa e Experimentação em Mídias de Acesso Público	02.291.981/0001-07	Belo Horizonte	MG	Habilitado
128	Associação Imbitubense de Teatro	18.788.272/0001-63	Imbituba	SC	Habilitado
129	Associação Joinvilense de Tiro ao Alvo - AJTA	86.888.104/0001-08	Joinville	SC	Habilitado
130	Associação JP Consciente	22.777.088/0001-95	João Pinheiro	MG	Habilitado
131	Associação Juliano Varela	86.835.535/0001-06	Campo Grande	MS	Habilitado
132	Associação Ludocriarte	07.208.982/0001-50	Brasília	DF	Habilitado
133	Associação Luz do Cerrado Arte e Cultura	14.033.249/0001-08	Quirinópolis	GO	Habilitado
134	Associação Madrilenus de Produções Artísticas, Recreativas, Culturais e Educativas - AMPARCE	14.941.030/0001-07	São Luís	MA	Habilitado
135	Associação Meninos de Aracy	09.048.763/0001-87	Itirapina	SP	Habilitado
136	Associação Musical União Lira Paulistana	97.456.727/0001-10	Frei Paulo	SE	Habilitado
137	Associação Obras Sociais da Diocese de Abaetetuba	02.727.757/0001-07	Abaetetuba	PA	Habilitado
138	Associação Padre Enzo	03.620.722/0001-37	Tamandaré	PE	Habilitado
139	Associação Papanguarte de Cultura Popular	18.149.780/0001-00	Bezerros	PE	Habilitado
140	Associação Pedagógica Waldorf Santos	23.400.953/0001-42	Santos	SP	Habilitado
141	Associação Pela Família	61.330.817/0001-12	São Paulo	SP	Habilitado
142	Associação Pitanga Rosa	26.605.946/0001-75	Chapecó	SC	Habilitado
143	Associação Positiva de Brasilia	03.637.022/0001-55	Brasília	DF	Habilitado
144	Associação Quilombola de Professor Jamil	12.094.377/0001-36	Professor Jamil	GO	Habilitado
145	Associação Reviva	06.187.248/0001-90	Olinda	PE	Habilitado
146	Associação Rural de Atendimento Infanto Juvenil de Comercinho - ARAIC	04.021.056/0001-83	Comercinho	MG	Habilitado
147	Associação Salve Rainha Café Sobrenatural	23.929.511/0001-98	Teresina	PI	Habilitado
148	Associação São Joaquim de Apoio à Maturidade	08.423.734/0001-95	Carapicuíba	SP	Habilitado
149	Associação Sócio-Cultural de Matarandiba - ASCOMAT	11.512.868/0001-97	Vera Cruz	BA	Habilitado
150	Associação Teatral Eternos Aprendizes	00.572.381/0001-83	Florianópolis	SC	Habilitado
151	Associação Terra Fértil - ATF	13.772.962/0001-00	São Luís do Paraitinga	SP	Habilitado
152	Associação Tropa Cultural	27.080.360/0001-05	Arcoverde	PE	Habilitado
153	Associazione Bellunesi Nel Mondo di Concórdia	02.381.714/0001-12	Concórdia	SC	Habilitado
154	Balé Popular Terras Potiguares	17.746.492/0001-61	Passa e Fica	RN	Habilitado
155	Banda de Música José Viriato Bahia Mascarenhas	20.139.086-0001-45	Pitangui	MG	Habilitado
156	Banda Musical e Comercial 05 de Junho	11.490.646/0001-10	Itaquitinga	PE	Habilitado
157	Banda Treml	86.050.499/0001-67	São Bento do Sul	SC	Habilitado
158	Bloco Caravanaandaluza do Engenho Abreus	00.981.659/0001-76	Tracunhaém	PE	Habilitado
159	Bloco Carnavalesco Misto Banhistas do Pina	10.554.764/0001-82	Recife	PE	Habilitado
160	Bloco Carnavalesco Tradicional os Foliões	35.180.942/0001-83	São Luís	MA	Habilitado
161	Casa de Barro - Cultura, Arte, Educação	07.552.020/0001-14	Cachoeira	BA	Habilitado
162	Casa de Cultura Afro Gerais - CCAG	16.525.897/0001-07	Pirapora	MG	Habilitado
163	Casa de Cultura Cavaleiro de Jorge	10.680.513/0001-44	Alto Paraíso de Goiás	GO	Habilitado
164	Casa de cultura ile ase d' osoguia-iao	10.773.447/0001-57	João Pessoa	PB	Habilitado
165	Casa do Artista Riograndense	88.316.336/0001-09	Porto Alegre	RS	Habilitado
166	Casa do Figureiro Maria da Conceição Frutuoso Barbosa	01.362.187/0001-36	Taubaté	SP	Habilitado
167	Cavalo Marinho Estrela de Ouro	08.491.745/0001-02	Condado	PE	Habilitado
168	Centro Cultural Austríaco de Ijuí	91.261.677/0001-39	Ijuí	RS	Habilitado
169	Centro Cultural Cambinda Estrela	08.798.225/0001/47	Recife	PE	Habilitado
170	Centro Cultural Coco do Amaro Branco	10.456.777/0001-19	Olinda	PE	Habilitado
171	Centro Cultural Italo Brasileiro Dante Alighieri-PB	02778814/0001-87	João Pessoa	PB	Habilitado
172	Centro Cultural Piollin	09.291.279/0001-89	João Pessoa	PB	Habilitado
173	Centro Cultural Raio de Luz do Açude de Pedra	14.946.655/0001-61	Lagoa de Itaenga	PE	Habilitado
174	Centro de Criação Galpão das Artes	10.627.192/0001-14	Limoeiro	PE	Habilitado
175	Centro de Desenvolvimento Criativo Se Essa Rua Fosse Minha	07.212.454/0002-56	São João do Meriti	RJ	Habilitado
176	Centro de Documentação e Comunicação Popular - CECOP	10.873.370/0001-97	Natal	RN	Habilitado
177	Centro de Educação Popular Assunção - CEPA	05.859.720/0001-20	Caruaru	PE	Habilitado
178	Centro de Estudos e Pesquisas Visão de Futuro	21.194.269/0001-26	Paço do Lumiar	MA	Habilitado

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800023

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

179	Centro de Promoção para um Mundo Melhor - CEPROMM	71.752.745/0001-55	Campinas	SP	Habilitado
180	Centro de Teatro do Oprimido - CTO-Rio	01.633.889/0001-07	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
181	Centro de Tradição Gaúcha Saudade da Querência	15.032.626/0001-57	Rondonópolis	MT	Habilitado
182	Centro de Tradições Gaúchas CTG Relembrando os Pagos	15.072.200/0001-27	Juína	MT	Habilitado
183	Centro de Tradições Gaúchas Gildo de Freitas	94.595.824/0001-03	Porto Alegre	RS	Habilitado
184	Centro Popular de Inclusão Social - CEPIS	08.111.888/0001-41	Vitória da Conquista	BA	Habilitado
185	Centro Social Marista de Porto Alegre	92.706.308/0001-75	Porto Alegre	RS	Habilitado
186	Chegança dos Marujos Fragata Brasileira	12.238.792/0001-16	Saubara	BA	Habilitado
187	Cia Bagana de Teatro	10.921.909/0001-36	Mossoró	RN	Habilitado
188	Cia Boca de Cena	07.335.936/0001-12	João Pessoa	PB	Habilitado
189	Circolo Trentino Di Rodeio	79.358.800/0001-39	Rodeio	SC	Habilitado
190	Clube Carnavalesco Bonfim	10.653.674/0001-49	Bonfim	MG	Habilitado
191	Clube Carnavalesco Mixto Seu Malaquias	10.052.496/0001-49	Recife	PE	Habilitado
192	Clube Cultural de Bumba-boi de Zabumba e Tambor de Crioula MA	05.162.047/0001-75	São Luís	MA	Habilitado
193	Clube de Mães de Dom Avelar	16.303.000/0001-09	Salvador	BA	Habilitado
194	Coletivo AfroCaeté	19.017.116/0001-61	Maceió	AL	Habilitado
195	Comissão Ouropretana de Folclore	05.456.845/0001-00	Ouro Preto	MG	Habilitado
196	Companhia Cultural Ciranduís	04.061.386/0001-00	Janduís	RN	Habilitado
197	Companhia de Danças Parafolclóricas Zabelê	24.782.638/0001-90	Pirapora	MG	Habilitado
198	Companhia Pão Doce de Teatro	06.198.739/0001-36	Mossoró	RN	Habilitado
199	Companhia Teatral Arte Viva	70.302.039/0001-49	Santa Cruz	RN	Habilitado
200	Conselho de Pais de Campos Sales	06.738.447/0001-49	Campos Sales	CE	Habilitado
201	Coral Cantus Lux	19.242.990/0001-00	Ouro Fino	MG	Habilitado
202	Corporação Musical Divino Espírito Santo	19.141.332/0001-14	Lamim	MG	Habilitado
203	Corporação Musical Heitor Villa Lobos	05.635.901/0001-73	Ribeirão das Neves	MG	Habilitado
204	Corporação Musical Lyra da Paz	25.465.881/0001-47	Conceição do Mato Dentro	MG	Habilitado
205	Corporação Musical Nossa Senhora das Candeias	20.929.196/0001-00	Candeias	MG	Habilitado
206	Corporação Musical Santa Cecília	25.655.267/0001-48	Ibituruna	MG	Habilitado
207	Corporação Musical Sete de Setembro	21.362.454/0001/82	São Romão	MG	Habilitado
208	CULTA (Ações Culturais, Esportivas, Ambientais e de Cidadania)	03.914.489/0001-03	São Luís do Piraitinga	SP	Habilitado
209	El-Shadai Casaibahia-Centro de Apoio Cocial aos Adolescentes e Idosos da Bahia	04.533.648/0001-84	Salvador	BA	Habilitado
210	Escola de Mestre Sala, Porta Bandeira e Porta Estandarte de RS/ Padedê do Samba	17.631.661/0001-18	Porto Alegre	RS	Habilitado
211	Espaço Cultural Coração da Boa Vista/ Instituto de Desenvolvimento Social- IDS	07.012.306/0001-07	Recife	PE	Habilitado
212	Fanfarra Monsenhor Ignácio Gióia - FAMIG.	65.057.499/0001-19	São Luís do Paraitinga	SP	Habilitado
213	Federação das Agremiações Carnavalescas de Camaragibe	11.870.169/0001-19	Camaragibe	PE	Habilitado
214	Federação Prudentina de Teatro e Artes Integradas	04.794.477/0001-47	Presidente Prudente	SE	Habilitado
215	Festa do Divino Espírito Santo - Comunidade Maranhense no Rio de Janeiro	04.580.877/0001-50	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
216	Filarmônica 28 de Junho	11.226.644/0001-19	Condado	PE	Habilitado
217	Flor de Pequi	12.042.112/0001-94	Pirenópolis	GO	Habilitado
218	Fórum Cultural da Baixada Fluminense	08.413.191/0001-25	Duque de Caxias	RJ	Habilitado
219	Frente de Assistência à Criança Carente	11.664.638/0001-43	Fortaleza	CE	Habilitado
220	Fundação Antonio Almeida e Silva - FUNDAL	01.347.902/0001-61	Ipirá	BA	Habilitado
221	Fundação Conscienciarte	00.521.168/00001-42	Paracatu	MG	Habilitado
222	Fundação Cultural Professora Ludetana Araújo	03.043.373/0001-00	Campo Maior	PI	Habilitado
223	Fundação de Desenvolvimento Integrado do São Francisco - FUNDIFRAN	13.648.852/0001-31	Ibotirama	BA	Habilitado
224	Fundação Dom Abel	04.449.485/0001-56	Goiás	GO	Habilitado
225	Fundação Educacional de Criciúma	83.661.074/0001-04	Criciúma	SC	Habilitado
226	Fundação Frederico Ozanande Itaúna	20.654.927/0001-52	Itaúna	MG	Habilitado
227	Fundação Nordestina do Cordel - FUNCOR	03.379.853/0001-74	Teresina	PI	Habilitado
228	Fundação Pavel	04.089.250/0001-09	Barão de Grajaú	MA	Habilitado
229	Fundação Pedro Coelho de Resende	02.631.696/0001-80	Boa Hora	PI	Habilitado
230	Fundação São Miguel	07.335.615/0001-18	Fortaleza	CE	Habilitado
231	Grêmio Recreativo Bloco Carioca Acadêmicos da Vila Estrela	14.537.216/0001-03	Belo Horizonte	MG	Habilitado
232	Grêmio Recreativo Cultural e Carnavalesco Deixa Falar	83.270.850/0001-37	Belém	PA	Habilitado
233	Grupo Arte-é-ria Teatro e Dança	00.921.998/0001-67	Felipe Guerra	RN	Habilitado
234	Grupo Atrás do Pano	21.700.513/0001-85	Nova Lima	MG	Habilitado
235	Grupo Caxambu de Andorinha	18.004.149/0001-04	Jerônimo Monteiro	ES	Habilitado
236	Grupo Cultural Bacamarteiros do Bonito (Batalhão 08)	27.528.271/0001-70	Bonito	PE	Habilitado
237	Grupo Cultural Cru de Teatro e Boi de Mamão	00.473.307/0001-00	Jaguaruna	SC	Habilitado
238	Grupo Cultural e Parafolclórico Eco Marajoara	63.845.671/0001-73	Soure	PA	Habilitado
239	Grupo Curumim Gestação e Parto	24.565.954/0001-00	Recife	PE	Habilitado
240	Grupo de Bumba-Meu-Boi Riso da Mocidade	05.390.244/0001-41	Timon	MA	Habilitado
241	Grupo Folclórico Italiano Valsugana	95.778.460/0001-51	Criciúma	SC	Habilitado
242	Grupo Ruas e Praças	35.326.156/0001-41	Recife	PE	Habilitado
243	Grupo Teatral Anjos da Noite	04.848.978/0001-69	Tijucas	SC	Habilitado
244	Grupo Teatral de Tangará da Serra - Associação GRUTTA (Grupo Os de Fora)	03.986.185/0001-43	Tangará da Serra	MT	Habilitado
245	GTP+ Grupo de Trabalhos em Prevenção Posithivo	05.087.086/0001-55	Recife	PE	Habilitado
246	Humpame Kuban Bewa Lemin	13.040.169/0001-17	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
247	I T S Instituto Terceiro Setor	02.603.185/0001-54	Brasília	DF	Habilitado
248	Imbuaça Produções Artísticas - IMPAR	13.161.351/0001-26	Aracaju	SE	Habilitado
249	Instituição Filantrópica Abassá Lumyjacarê	07487874/0001-64	Nova Iguaçu	RJ	Habilitado
250	Instituição Padre Haroldo Rahm	50.068.188/0001-88	Campinas	SP	Habilitado
251	Instituto Amazônia	05.158.585/0001-96	Manaus	AM	Habilitado
252	Instituto Ana Cohen - SHEMA	06.205.192/0001-59	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
253	Instituto Assum Preto de Arte, Cultura, Cidadania e Meio Ambiente	13.068.653/0001-54	Senador Pompeu	CE	Habilitado
254	Instituto Boimamão - Presevação e Formento da Cultura	02.897.358/0001-94	Bombinhas	SC	Habilitado
255	Instituto Brinquedim de Inclusão Social	09.596.714/0001-89	Pindoterama	CE	Habilitado
256	Instituto Chão Caipira Malvina Borges de Faria	12.020.147/0001-22	Paraibuna	SP	Habilitado
257	Instituto Cultural Abrapalavra	18.861.009/0001-51	Belo Horizonte	MG	Habilitado
258	Instituto Cultural Aníbal Machado - Borrachalioteca	08.346.954/0001-62	Sabará	MG	Habilitado
259	Instituto Cultural Arte Brasil	03.476.141/0001-73	Londrina	PR	Habilitado
260	Instituto Cultural Congo Nya	06.108.454/0001-67	Brasília	DF	Habilitado
261	Instituto Cultural Sul Mineiro - Casa de Artes e Ofício	08.752.568/0001-70	Caldas	MG	Habilitado
262	Instituto de Cultura e Empreendedorismo Social	10.722.480/0001-58	Salvador	BA	Habilitado
263	Instituto de Imagem e Cidadania	03.808.720/0001-76	Bom Jardim	RJ	Habilitado
264	Instituto de Música do Oeste Paulista	20.248.759/0001-03	Presidente Prudente	SP	Habilitado
265	Instituto Espiral da Arte	14.621.511/0001-35	Olinda	PE	Habilitado
266	Instituto Famiguê	11.965.172/0001-16	Montes Claros	MG	Habilitado
267	Instituto Histórico e Geográfico de Piúma - IHGP	19.801.420/0001-03	Piúma	ES	Habilitado
268	Instituto Hórus Cultura Educação Integral e Desenvolvimento Humano	17.005.525/0001-12	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
269	Instituto Kariús	10.773.750/0001-50	Santana do Cariri	CE	Habilitado
270	Instituto Lumeeiro	11.504.964/0001-93	Maceió	AL	Habilitado
271	Instituto Maria Quitéria - IMAQ	02.799.335/0001-47	Feira de Santana	BA	Habilitado
272	Instituto Nação	11.106.968/0001-13	São Paulo	SP	Habilitado
273	Instituto Renato Borghetti de Cultura e Música - IRB	11.658.205/0001-85	Porto Alegre	RS	Habilitado
274	Instituto Social Cultural de Apoio a Vida Padre Alcides Tres	18.959.075/0001-60	Monsenhor Tabosa	CE	Habilitado
275	Instituto Viva a Cidade	10.354.831/0001-15	Joinville	SC	Habilitado
276	Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito	21.243.662/0001-62	Uberlândia	MG	Habilitado
277	Irmandade dos Atores de Pândega	04.385.756/0001-57	Lagoa Santa	MG	Habilitado
278	Junta Salvador Pernambués em Ação	13.564.977/0001-83	Salvador	BA	Habilitado
279	Laborarte	06.347.959/0001-84	São Luis	MA	Habilitado
280	Laboratório de Intervenção Artística - LAIA	10.370.048/0001-45	Camaragibe	PE	Habilitado
281	Liga Esportiva Arte e Cultural Beneficente - LEACB	06.113.660/0001-65	Fortaleza	CE	Habilitado
282	Maracambuco	01.949.530/0001-43	Olinda	PE	Habilitado
283	Maracatu Estrela Brilhante de Igarassú	02.321.085/0001-35	Igarassú	PE	Habilitado
284	Maracatu Leão de Ouro	12.813.127/0001-09	Condado	PE	Habilitado
285	Maracatu Nação Raízes de Pai Adão	05.485.524/0001-33	Recife	PE	Habilitado
286	Maracatu Rural Águia Formosa	05.501.757/0001-82	Tracunhaém	PE	Habilitado

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800024

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

287	Maracatu Rural Cambinda Dourada de Camaragibe	40.811.929/0001-15	Camagaribe	PE	Habilitado
288	Matakiterani Associação Cultural	04.844.827/0001-32	Lages	SC	Habilitado
289	Movimento Ciranda Alternativa	24.025.937/0001-80	Santo Amaro das Brotas	SE	Habilitado
290	Movimento Cultural Boca do Lixo	05.260.785/0001-55	Olinda	PE	Habilitado
291	Movimento Oficina Cultural	01.440.663/0001-90	Extrema	MG	Habilitado
292	Museu Coleção Karandash de Arte Popular e Contemporânea	12.095.389/0001-85	Maceió	AL	Habilitado
293	Museu do Samba	04.248.634/0001-19	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
294	Nação do Maracatu Aurora Africana	06.074.201/0001-10	Jaboatão dos Guararapes	PE	Habilitado
295	Núcleo de Educadores Populares do Sertão de Pernambuco - NEPS	02.255.489/0001-78	Dormentes	PE	Habilitado
296	Núcleo de Estudos de Cultura Popular - NECUP	19.221.018/0001-41	Belo Horizonte	MG	Habilitado
297	Núcleo Sócio-Cultural Semente do Amanhã	07.466.994/0001-85	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
298	Oca Associação da Aldeia de Carapicuíba	04.069.395/0001-30	Carapicuíba	SP	Habilitado
299	Oficina Escola As Mãos de Luz	04.313.889/0001-18	Nova Friburgo	RJ	Habilitado
300	Oigalê Cultural	12.750.818/0001-00	Porto Alegre	RS	Habilitado
301	ONG Roda Baiana	07.970.875/0001-65	Santo Amaro	BA	Habilitado
302	ONG T.E.R.R.A- Teatro, Educação e Responsabilidade com as Raízes Afro-Brasileiras	11.635.440/0001-31	Cavalcante	GO	Habilitado
303	Organização Cultural Remanescentes de Tia Ciata - ORTC	11.425.933/0001-47	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
304	Orquestra de Tambores de Alagoas	11.552.435/0001-65	Maceió	AL	Habilitado
305	Os Ciclomáticos Companhia de Teatro	04.417.889/0001-68	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
306	Piquete Sonho de Infância	12.163.403/0001-30	Laguna	SC	Habilitado
307	Projeto Uaná	08.237.163/0002-85	Ilha de Itamaracá	PE	Habilitado
308	Projeto Verde Vida	03.324.672/0001-40	Crato	CE	Habilitado
309	Prosa na Serra	11.159.952/0001-79	Iporanga	SP	Habilitado
310	Ritmos do Coração	11.433.432/0001-02	São Paulo	SP	Habilitado
311	Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Barro Alto	16.251.795/0001-40	Barro Alto	BA	Habilitado
312	Sociedade Aliança de Desenvolvimento - SAD	04.258.022/0001-07	Cuité	PB	Habilitado
313	Sociedade Artística e Cultural Beto Bittencourt	03.638.886/0001-91	São Luís	MA	Habilitado
314	Sociedade de Assistência a Criança - SOAF	06.747.141/0001-59	Milagres	CE	Habilitado
315	Sociedade dos Amigos do Memorial Manuelzão e de Revitalização de Andrequicé - SAMARRA	07.428.656/0001-59	Três Marias	MG	Habilitado
316	Sociedade Filarmônica Minerva	13.228.655/0001-63	Morro do Chapéu	BA	Habilitado
317	Sociedade Maracatu Cambinda Brasileira	12.813.234/0001-37	Nazaré da Mata	PE	Habilitado
318	Sociedade Musical de São Geraldo	23.839.175/0001-92	São Geraldo	MG	Habilitado
319	Sociedade Musical São Sebastião	20.223.541/0001-96	Mariana	MG	Habilitado
320	Sociedade Porvir Científico	92.741.990/00001-37	Porto Alegre	RS	Habilitado
321	Sociedade Recreativa Cultural Escola de Samba Vila Isabel	78.625.720/0001-30	Laguna	SC	Habilitado
322	SOLAZER- O Clube dos Excepcionais	28.008.530/0001-03	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
323	Teia - Casa de Criação	05.140.204/0001-41	São Carlos	SP	Habilitado
324	Trupo Lírico Musical um Bloco em Poesia	13.047.086/0001-50	Recife	PE	Habilitado
325	União do Povo de Santa Edwiges	35.653.325/0001-37	Fortaleza	CE	Habilitado
326	União dos Moradores Beneficente, Educacional, Recreativa e Folclórica São Benedito do Rio Grande	12.121.133/0001-03	Paço do Lumiar	MA	Habilitado
327	União dos Moradores da Vila Embratel II	12.485.264/0001-61	São Luís	MA	Habilitado
328	União Popular Pela Vida	12.462.859/0001-00	Missão Velha	CE	Habilitado
329	Via de Acesso à Arte e Cultura - VAAC	12.657.030/0001-54	Fortaleza	CE	Habilitado
330	Viraminas Associação Cultural	09.241.877/0001-49	Três Corações	MG	Habilitado
331	Viva Vida Construindo a Cidadania	07.506.374/0001-04	Miguel Alves	PI	Habilitado

III - GRUPOS/COMUNIDADES HABILITADOS:

Nº	Nome do Coletivo Cultural (Grupo)	Representante do Coletivo Cultural (Grupo)	CPF	Cidade	UF	Fase de Habilitação
1	Grupo Comunidade Nossa Senhora Aparecida	Abel de Sena Ferreira	471.206.491-91	Silvanópolis	TO	Habilitado
2	Grupo Cultural Família Tetra	Adailton Francisco de Carvalho Silva	911.938.937-04	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
3	Folia de Reis dos Palmeiras	Adão de Souza Landim	051.435.846-71	Lagoa Grande	MG	Habilitado
4	Grupo Folclórico da Marujada	Adão Matias Souza	838.347.538-15	Couto de Magalhães de Minas	MG	Habilitado
5	Bando de Teatro Novos Ares	Adauto Lima Cardoso	990.146.452-87	Botucatu	SP	Habilitado
6	Junina Sanfonar	Adeilton Rodrigues dos Santos	110.932.644-03	Afogados da Ingazeira	PE	Habilitado
7	Filhos da Terra	Adelice Peixoto dos Santos	906.453.595-72	Santo Antônio de Jesus	BA	Habilitado
8	Bloco de Marchinhas Carnavalescas- Cai aqui, Cai Acolá	Ademir Souza Oliveira	880.081.425-53	Tucano (Caldas do Jorro)	BA	Habilitado
9	Quadrilha Junina Farofa de Capeta	Adenizo Xavier	897.577.502.04	Sena Madureira	AC	Habilitado
10	PAVAN - Patrulha de Violeiros Amadores	Adeval Soares do Nascimento	821.530.784-15	Tabira	PE	Habilitado
11	Ceramistas do Povoado de Passagem	Adilma Pereira dos Santos Lacerda	902.873.715-49	Xique-Xique	BA	Habilitado
12	Movimento dos Pescadores Artesanais do Litoral do Paraná-MOPEAR	Adnã Chagas das Dores	721.151.069-20	Guaraqueçaba	PR	Habilitado
13	Folia de Santos Reis	Adolfo José Pereira	393.963.046-20	Arapuá	MG	Habilitado
14	Grupo de Dança de São Gonçalo- Pardinho SP	Adriana Aparecida de Oliveira	195.745.528-45	Pardinho	SP	Habilitado
15	Terra Indígena Tremembé da Barra do Mundáu	Adriana Carneiro de Castro	857.179.083-34	Itapipoca	CE	Habilitado
16	Treze de Maio - Samba do Cururuquara	Adriana da Silva	114.566.318-45	Santana de Parnaíba	SP	Habilitado
17	Banda de Congo Nossa Senhora da Conceição	Adriana do Nascimento Santos Divino	031.546.397-05	Serra	ES	Habilitado
18	Mães de Barro	Adriana dos Santos Nascimento	070.019.784-26	Conde	PB	Habilitado
19	Cruz e Sousa e o Simbolismo	Adriana Pereira	006.110.299-79	Florianópolis	SC	Habilitado
20	Grupo Arco3- Comunidade da Baixa do Tubo	Adriano Cerqueira de Santana	029.535.785-10	Salvador	BA	Habilitado
21	Grupo de Expressão Cultural Massarimbó	Adriano de Almeida Souza	017.399.322-26	Igarapé Miri	PA	Habilitado
22	Movimento jovens pela mudança - MJM	Adriano Santos Medeiros	031.400.863-26	Caxias	MA	Habilitado
23	Grupo Sócioambiental	Ageu Nascimento Limas	837.930.209-59	Criciúma	SC	Habilitado
24	Grupo Raízes do Samba de Tócos	Agnaldo Carvalho de Oliveira	874.260.805-87	Antonio Cardoso	BA	Habilitado
25	Grupo Folclórico Reisado Boi Surubim	Agripino de Oliveira Costa	046.111.543-35	Redenção	CE	Habilitado
26	Grupo Cangáia/Trakino D'Lart	Ailton do Nascimento Carvalho	047.299.624-00	São Gonçalo do Amarante	RN	Habilitado
27	Conjunto de Carimbó "Tambores do Pacoval"	Ailton Silva Favacho	675.221.652-53	Soure	PA	Habilitado
28	Troça Carnavalesca Mista "Osso duro de roer"	Aimée Soares de Souza	110.024.224-42	Recife	PE	Habilitado
29	Encantados Contadores de Histórias	Alana Meneghel Reis	064.249.049-05	Imbituba	SC	Habilitado
30	Moçamnique Sol e Lua	Albanir Rocha da Cruz	481.002.266-87	Grupiara	MG	Habilitado
31	Grupo de Teatro Amanhã eu digo o nome- AEDNOME	Aldenita Pereira da Silva	456.119.984-53	Olinda	PE	Habilitado
32	Festejo de São Sebastião	Aldiva Siqueira Campos	069.648.261-49	Silvanópolis	TO	Habilitado
33	Família Santos	Alentícia Bertoza Ribeiro	003.731.935-30	Cachoeira	BA	Habilitado
34	Escolinha de Mestre sala e Porta bandeira Mirim João Falconery de Sena	Alessandra Azevedo da Costa	513.642.632-20	Macapá	AP	Habilitado
35	Casa de Mina Jeje Nago de Abe Manja Toy Gbade	Aleteia Michele da Rocha Cabral	575.735.222-15	Marituba	PA	Habilitado
36	Paneleiras do Riacho dos Caldeirões	Alex Charles Gomes Maia	775.784.905-59	Macururé	BA	Habilitado
37	Grupo de valsa noite de encantos	Alexander Izaias da Conceição	082.798.257-70	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
38	Cia Teatral Artemanha	Alexandre dos Santos Ferreira	457.019.338-22	São Paulo	SP	Habilitado
39	Terreirada Cearense	Alexandre Fernandes Bento	085.813.737-20	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
40	Afro Arte	Alexandre Lourenço Avelino	105.755.314-01	Ipanguaçu	RN	Habilitado
41	Coletivo Camaradas, Projeto Brinquedoteca Popular	Alexandre Lucas Silva	757.045.873-72	Crato	CE	Habilitado
42	Asé Dãn Fé Erro/ Movimento Agô	Alexandre Luna Lasprilla	073.509.627-97	Goiânia	GO	Habilitado
43	Corpo Coreográfico Folclórico Filhos da Terra	Alexandre Nazareno Miranda Costa	264.818.552-68	Belém	PA	Habilitado
44	Coletivo Roda Fita	Alexandro Lopes dos Santos	073.706.234-75	Recife	PE	Habilitado
45	Grupo Cultural Junino Forró Asa Branca da Bahia	Alexsandro de Jesus Santos	930.388.285-72	Salvador	BA	Habilitado
46	Lajão Esportivo Cultural	Alexsandro Rocha de Azevedo	057.642.377-77	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
47	Festival de Quadrilhas Juninas Folia na Roça	Alexssandro Nunes de Oliveira	613.651.223-87	Fortaleza	CE	Habilitado
48	Equipe de Coordenação do Festival de Cuscuz de Sumidouro	Aline Gonçalves Jales	103.152.946-20	Mariana	MG	Habilitado
49	Coral Nsamborô Kwá Ononoxi (Canto de Estrela)	Alisson Francisco dos Santos	039.075.045-00	Estância	SE	Habilitado
50	Reisado Estrelinha do Nordeste	Allan Wolney Santos de Moraes	021.627.345-59	Aracaju	SE	Habilitado
51	TIPAKUM	Allisson de Oliveira Rodrigues	078.782.486-05	Contagem	MG	Habilitado
52	Grupo de Dança de São Gonçalo do Povoado de Mato Grosso	Almir Francisco dos Santos	003.326.475-95	Xique-Xique	BA	Habilitado
53	Grupo de Dança de São Gonçalo	Almira Rodrigues de Jesus Lima	693.146.086-20	Guaicuí	MG	Habilitado
54	Banda Musical União Quissamaense	Alrenio Belarmindo Barreto	077.731.357-03	Quissamã	RJ	Habilitado
55	Dança do Gamba e São João do Bom Jardim	Altino Soares Sobrinho	338.170.226-20	Várzea da Palma	MG	Habilitado
56	Paixão de Cristo em Canudos	Aluízio Costa de Freitas	257.852.572-20	Belém	PA	Habilitado

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800025

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

57	CIA. Bate Palmas	Aluízio Moisés de Medeiros	190.037.653-91	Fortaleza	CE	Habilitado
58	Coral Comunitá Boa Vista do Sul	Alvanni Carminatti	662.271.430-49	Boa Vista do Sul	RS	Habilitado
59	Companhia Arte N'Veia- CAV	Amanda Iasmim Maria de Morais	100.650.484-23	Gov. Dix-Sept Rosado	RN	Habilitado
60	Confraria do Conto	Amauri Gonçalves de Oliveira	112.605.288-47	Santa Bárbara d' oeste	SP	Habilitado
61	Bloco Carnavalesco O Conto do Vigário	Ana Acácia do Amaral Nogueira	078.089.317-48	Barra do Piraí	RJ	Habilitado
62	Cia de Artes do Baque Bolado	Ana Carolina Silva Nascimento	372.575.868-96	São Paulo	SP	Habilitado
63	"Resgatando a Cultura Local Sem Preconceito"	Ana Cássia Batista da Silva Lima	065.008.314-89	Esperança	PB	Habilitado
64	Maracatu Cambinda Africano	Ana Claudia Santos Melo	077.784.244-01	Recife	PE	Habilitado
65	Grupo Depois das Cinco	Ana Cristina de Araújo França de Souza	863.507.491-20	Brasília	DF	Habilitado
66	VivA!Emau	Ana Paula Scheffer	016.658.790-76	Casca	RS	Habilitado
67	Tambor de Cumba	Ana Paula Viana Catão	120.661.057-32	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
68	Grupo Cultural "Jornada de São Gonçalo" de Boa Esperança	Ana Rosa Câmara (Dona Rosa de Chana- Festeira de São Gonçalo)	248.425.913-15	Cajapió	MA	Habilitado
69	Bumba Meu Boi Eldorado de Axixá	Analete Rabelo Santos	279.047.683-72	Axixá	MA	Habilitado
70	Teatro Folclórico Pernas de Pau	Anastácio Barbosa Lima	473.404.365-53	Santo Amaro das Brotas	SE	Habilitado
71	Casa do Pife	Anderson José Francisco Silva	070.875.724-31	Caruaru	PE	Habilitado
72	Caipiras da Cuesta Canto e Viola	Anderson Pires	141.841.358-54	Pardinho	SP	Habilitado
73	Samba do Pé Vermêio - Samba Rural Paulista	André Bastianon Pontes	344.914.488-09	Santana de Parnaíba	SP	Habilitado
74	Samba de Roda do Quilombo da Igazeira	André da Conceição	013.645.825-46	Ituberá	BA	Habilitado
75	Folia de Reis Mirim do Morro da Formiga	André Leonardo Silva de Carvalho	011.837.667-50	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
76	Baque do Zé Limeira	André Luiz da Costa	222.303.038-64	Limeira	SP	Habilitado
77	Guarda de Moçambique de Nossa Senhora do Rosário da Colônia Santa Isabel	André Luiz de Jesus Bueno	090.811.036-79	Betim	MG	Habilitado
78	Mangalô: Preservação e Difusão da Cultura Regional Mineira	André Luiz Ribeiro de Araújo	067.546.816-75	São João Del Rei	MG	Habilitado
79	Sport Brasil Diamantina	André Monteiro Lima Ruas	063.237.706-28	Diamantina	MG	Habilitado
80	Grupo de Danças Folclóricas Alemã De Estrela: Tradição De Pai Pra Filho	Andreas Ulrich Hamester	396.715.600-87	Estrela	RS	Habilitado
81	Grupo de Danças Folclóricas Alemãs de Estrela	Andreas Ulrich Hamester	396.718.600-87	Estrela	RS	Habilitado
82	Bloco Embalo de Saracuruna	Andréia Regina Souza dos Santos	122.336.647-28	Duque de Caxias	RJ	Habilitado
83	Grupo Folia de Reis de Campinas: Companhia Estrela Guia, Companhia de Reis Voz do Oriente; Companhia São José operário; Companhia Azes do Brasil e Companhia Grupo Folclórico Campinense	Anesio Manoel	581.016.838-87	Campinas	SP	Habilitado
84	No Pique do Frevo	Anette Carla Araújo Alencar	073.894.844-62	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
85	Grupo Folclórico Boi da Cara Preta	Angela Bergmann Alves de Jesus	003.674.379-88	Rio Negrinho	SC	Habilitado
86	Coletivo Maracastelo	Angela Gaeta Pereira dos Santos	214.097.628-23	João Pessoa	PB	Habilitado
87	Museu Quilombola do Ipiranga	Aniela Nascimento da Costa	072.072.614-03	Conde	PB	Habilitado
88	Produção de Mulheres Quilombolas da Biojóias	Aniele Nascimento da Costa	072.072.884-33	Conde	PB	Habilitado
89	Samba de Roda É na pisada ê	Anita do Nascimento	244.470.995-00	Xique-Xique	BA	Habilitado
90	"Amigas da Arte"	Anita Maria Razia Daronco	913.698.600-30	Pejuçara	RS	Habilitado
91	Coletivo Madalena Anastácia	Anna Carolina Nascimento da Rocha	155.611.307-22	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
92	Grupo de Xilógrafos da Lira Nordestina	Anna Christina Farias de Carvalho	219.075.444-53	Juazeiro do Norte	CE	Habilitado
93	Banda Musical de Capanema Amigos da Cultura	Antonia Cleudiane Miranda Maia	632.128.202-25	Capanema	PA	Habilitado
94	Marujada de São Benedito- Subestação da Celpa Bairro Dom João VI	Antônia Francisca de Lima Sales	157.485.962-53	Capanema	PA	Habilitado
95	Grupo Parafolclórico Mago Véi	Antonio Alexandre Fernandes Paixão	039.963.263-86	Pacajus	CE	Habilitado
96	Folia de Reis Miguel Sotani	Antonio Alves	404.770.531-49	Naviraí	MS	Habilitado
97	Grupo de Jongo N'Zungu	Antonio Carlos Crivellente Cunha	247.626.348-67	São Paulo	SP	Habilitado
98	Canto de Capina	Antônio Carlos Gomes Martins	012.067.316-99	Ponto Chique	MG	Habilitado
99	Associação Cultural Rec. Filhos de Gandhi	Antônio Carlos Machado Vieira	262.976.637-34	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
100	Turma de Batucada Tijupá de Picadas	Antonio Carlos Serra Aguiar	405.781.353-53	Cajapió	MA	Habilitado
101	Aparte Percussiva	Antônio José do Nascimento	339.543.484-20	Olinda	PE	Habilitado
102	Grupo Junino Beija Flor do Sertão - Quadrilhas Juninas	Antonio Lucas Alves da Silva	069.004.843-28	Pimenteiras	PI	Habilitado
103	Jongo Cafundó Turivimba	Antônio Luiz Júnior	347.408.958-70	Salto de Pirapora	SP	Habilitado
104	Maracatu AZ de Ouro	Antonio Marcos Gomes da Silva	310.092.713-34	Fortaleza	CE	Habilitado
105	Banda de Pífanos Tonho Preto - Boquim/SE	Antonio Modesto	103.813.255-04	Boquim	SE	Habilitado
106	Descendentes da Imigração Ucraniana em Iracema, município de Itaiópolis/ Santa Catarina	Antonio Nazarko	863.621.869-15	Itaiópolis	SC	Habilitado
107	Grupo de Teatro Berro	Antônio Neiberto Coelho Almeida	032.743.113-08	Tejuçuoca	CE	Habilitado
108	Ribeirinhos do Velho Chico	Aparecido Pereira da Silva	007.508.475-90	Sítio do Mato	BA	Habilitado
109	Quadrilha Forró da Alegria	Apolinária das Virgens Oliveira	480.216.365-72	Feira de Santana	BA	Habilitado
110	Bumba Meu Boi Anjo do Meu Sonho (Sotaque de Zabumba)	Arcangelo Reis	113.670.245-87	São Luis	MA	Habilitado
111	Coco de Roda de Forte Velho	Ardesson Reis Santana	087.276.924-00	Santa Rita	PB	Habilitado
112	Os Veteranos de Passagem Larga	Arimatéia Gonçalves da Silva	512.370.407-87	Reriutaba	CE	Habilitado
113	Clube Dançante Nossa Senhora do Rosário- Congado do Ipaneminha	Aristeu Rosalino de Almeida	441.719.786-53	Ipatinga	MG	Habilitado
114	Alla Ursa Jamaica	Armando Fernandes Sales	089.997.874-60	Bayeux	PB	Habilitado
115	Grupo Folclórico Boi de Mamão da Ponta das Pedras	Artur Nunes Flores	052.341.959-70	Laguna	SC	Habilitado
116	Grupo de Fandango Esperança de Cananeia	Ataliberte Lauro Pereira	544.869.988-04	Cananeia	SP	Habilitado
117	Terreiro Ilê N'Zambi	Ataualpa de Figueiredo Neto	540.838.778-04	Caraguatatuba	SP	Habilitado
118	Flor da Esperança	Benedito dos Santos Ferreira	005.897.662-01	Marapanim	PA	Habilitado
119	Cia Folclorica do Pq. São Cristovão	Benedito Guilherme Ramos de Faria	515.621.548.34	Taubaté	SP	Habilitado
120	Marujada de São Benedito- Vila de Tauari- Capanema- PA	Benedito Ramos da Silva	578.402.022-68	Vila de Tauari	PA	Habilitado
121	Os Karas	Bento Manoel de Sousa	733.928.043-04	Campo Grande do Piauí	PI	Habilitado
122	Feira Viva	Bernardo Xavier dos Santos Santiago	119.434.137-38	Silva Jardim	RJ	Habilitado
123	Grupo Florescer-Icoaraci	Bianca Arcanjo dos Santos	031.055.152-83	Belém	PA	Habilitado
124	Grupo de Expressões Folclóricas Charme Caboclo	Bruna Letícia Chagas Rabelo Fernandes	015.335.562-02	Belém	PA	Habilitado
125	Grupo Surgiu Na Hora	Bruno Ferreira de França	116.487.787-98	Nilópolis	RJ	Habilitado
126	Grupo Jongo Folha de Amendoeira	Camila Barros Moraes	139.300.967-06	São Gonçalo	RJ	Habilitado
127	Lobato em Evidência	Carina da Silva Batista Fernandes	025.748.205-92	Salvador	BA	Habilitado
128	Coletivo Chico Véi	Carlene Santana dos Santos	858.423.355-57	Muritiba	BA	Habilitado
129	Cacumbi do Mestre Batinga	Carlos César Batinga Santos	590.894.405-00	Japaratuba	SE	Habilitado
130	MCR- Movimento Cultural de Rolim de Moura	Carlos Cesar Neves da Silva	025.430.478-83	Rolim de Moura	RO	Habilitado
131	Arraia dos Namorados	Carlos Cruz da Silva	102.544.267-94	São Francisco de Itabapoana	RJ	Habilitado
132	As mocinhas da Cidade	Carlos Eduardo Ferreira	065.379.759-13	Araquari	SC	Habilitado
133	Baianas Ganga Zumba	Carlos Gilberto dos Santos Nascimento	023.689.374-20	Maceió	AL	Habilitado
134	Coletivo Nambuaçu- Festejo de St. Antonio	Carmelita Gomes Lima	488.087.503-10	Rosário	MA	Habilitado
135	Coletivo Cerratense	Carmem Liciane Rocha de Carvalho	595.775.410-20	Planaltina	DF	Habilitado
136	Caboclos de Sabinópolis	Cássia Queiroz Pinto	730.187.676-91	Sabinópolis	MG	Habilitado
137	Boi de Reis do Bom Pastor	Cassiano Pontes da Silva	704.346.894-91	Natal	RN	Habilitado
138	Cine EATPOV	Catiane Leandro Cunha	859.090.065-76	Salvador	BA	Habilitado
139	Carimbó Ouricuri	Célia Maria Lola dos Santos	510.952.542-00	Capanema	PA	Habilitado
140	Quadrilha Míi Torrado	Ceuzita Alves de Oliveira Martinho	047.559.074-03	São José dos Cordeiros	PB	Habilitado
141	Grupo de Cultura Culturalizarte	Charliston Thame Alves	691.547.085-91	Potiraguá	BA	Habilitado
142	Grupo de Teatro do Oprimido Cor do Brasil	Christiano Cesar Mattos Dias	028.970.127-90	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
143	Companhia de teatro imaginart	Cícero Rodrigues dos Santos	867.599.734-53	Petrolina	PE	Habilitado
144	Comissão da Festa de Cristo Rei	Clailton José Ferreira	741.581.714-15	Cabo de Santo Agostinho	PE	Habilitado
145	Grupo de Carimbó de Mulheres Sereia do Mar	Claudete Freire Barroso	198.269.582-04	Marapanim	PA	Habilitado
146	Comunidade Surda	Claudiane Souza Carvalho Ungaratti	025.502.651-06	Juína	MT	Habilitado
147	Coletivo SertãoPerifa	Claudiney Nonato Fialho	050.788.726-39	São Paulo	SP	Habilitado
148	Banda de Congado e Marújo Nossa Senhora do Rosário Comunidade Morro	Claudio dos Santos Fernandes	032.598.128-06	Piranga	MG	Habilitado
149	Grupo de Folia de Vieiras e Região	Claudio Ferreira Luiz	988.380.166-15	Vieiras	MG	Habilitado
150	Família Salustiano e a Rabeca Encantada	Cleiton Salustiano Soares	007.816.324-20	Cidade Tabajara	PE	Habilitado
151	Tropeirinhos do Rancho	Cleonice de Andrade Oliveira	275.357.648-35	Tatuí	SP	Habilitado
152	Da Mata Que Viemos	Cleverton de Jesus dos Santos	055.845.355-40	Salvador	BA	Habilitado
153	Junina Assanhados na Roça	Cleyber Roberto do Nascimento e Silva	724.687.852-15	Rio Branco	AC	Habilitado
154	Tropa de Danças Regionais	Clodoaldo José de Araújo Souza	051.735.964-22	Joca Claudino	PB	Habilitado
155	Reisado Nossa Senhora de Fatima	Crisliano Candido Rocha	014.680.683-26	Fortaleza	CE	Habilitado
156	Invernada Artística Gaúchos de Coração	Cristiane Fátima dos Santos Demaman	025.023.320-79	Tunas	RS	Habilitado
157	Grupo de Bacamarteiros São João	Cristiane Ferreira da Cruz	033.214.465-88	Santo Amaro das Brotas	SE	Habilitado

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800026

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

158	Meninos do Batuque	Cristiane Santana Santos	611.550.395-72	Lauro de Freitas	BA	Habilitado
159	Grupo Teatral Opara	Cristiano Pereira	014.291.394-47	Pão de Açúcar	AL	Habilitado
160	Sabão da Terra	Cristina da Rosa Nascimento	850.023.560-87	Porto Alegre	RS	Habilitado
161	UNEGRO Juína	Cristiniana Souza da Costa	011.765.151-60	Juína	MT	Habilitado
162	Grupo Folclorico Reisados de Pombal	Dakiana Almeida Santana Santos	065.550.894-58	Pombal	PB	Habilitado
163	Auto da Lua Crescente	Daniel Carlos Rodrigues de Souza	023.368.302-05	Belém	PA	Habilitado
164	A Máfia das Caretas	Daniel Gois de Farias	806.156.865-91	Ribeira do Pombal	BA	Habilitado
165	Bloco Cultural Loucos da Missão	Daniel Michel dos Santos França	053.283.315-59	Japaratuba	SE	Habilitado
166	Grupo Trovão das Minas	Daniela Moraes Souza Ramos	062.457.316-82	Belo Horizonte	MG	Habilitado
167	Raizes Africanas	Daniela Pereira dos Santos	049.205.043-06	São Raimundo Nonato	PI	Habilitado
168	Brincantes da Pedra Branca	Daniella Crespim Villalta	140.522.948-90	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
169	Grupo Flor do Cariri de Cultura e Tradição	Dariany Sami de Sousa	053.782.163-54	Crato	Ce	Habilitado
170	Companhia de Dança e Cultura Popular Macambirais	Daris Firmino do Nascimento Junior	069.557.584-89	Passa e Fica	RN	Habilitado
171	Quadrilha Junina Filhos da Terra	Darlan Barreto Leitão	062.129.333-40	Limoeiro do Norte	CE	Habilitado
172	GFER- Grupo Folclórico Explosão de Redenção	Darlan Silva Santtos	324.451.992-04	Redenção	PA	Habilitado
173	Grupo de Mestres Artesãos de Ofício de Modelagem em Balata	Darlindo José de Oliveira Pinto	126.390.792-04	Belém	PA	Habilitado
174	Encontro de Forrozeiros	David Celestino Santana	013.223.156-55	Belo Horizonte	MG	Habilitado
175	Grupo de Danças Típicas do Interior	David Costa de Almeida	410.084.057-87	Saracuruna	RJ	Habilitado
176	Bumba meu Boi Fênix	David Ferreira dos Santos	096.615.174-79	Maceió	AL	Habilitado
177	Grupo Cultural Boi da Gente	David Henrique Nunes de Lima	104.395.754-51	Belo Jardim	PE	Habilitado
178	Grupo Cultural e Social Junina Luar do Nordeste	Deivid dos Santos Silva	055.921.505-39	Barreiras	BA	Habilitado
179	Banda de Congo Santa Izabel	Delizete Cardoso da Silva	719.601.477-49	Cariacica	ES	Habilitado
180	Grupo Boreal	Denis Marinho Pinheiro Bezerra	039.142.143-33	Fortaleza	CE	Habilitado
181	Cia Raízes da Paz	Denise Alves da Costa Azeredo	770.453.514-53	Ivoti	RS	Habilitado
182	OSCAIPORA	Denison Johnson Alves da Silva	029.215.743-65	Teresina	PI	Habilitado
183	Folia de Reis de São Cristovão	Dercy Ferreira	194.526.917-00	Cabo Frio	RJ	Habilitado
184	Capitães da Areia	Diego Cardoso Pereira	040.043.719-88	Florianópolis	SC	Habilitado
185	Herança de Pampa	Diego Luís Faleiro Herencio	001.093.810-92	Taquari	RS	Habilitado
186	Grupo Junino Pavão	Dinamar Santos da Silva	963.107.402-10	Belém	PA	Habilitado
187	Banda Filarmônica São Geraldo	Diorgenes Claudino de Oliveira	072.926.904-32	Poço de José de Moura	PB	Habilitado
188	Samba de Roda de Pirapora de Pirapora do Bom Jesus	Dirceu Fellippe	133.095.858-67	Pirapora do Bom Jesus	SP	Habilitado
189	Quadrilha Roceira Junina Revelação da Cremação	Douglas Sebastião Mendes dos Santos	875.465.742-34	Belém	PA	Habilitado
190	Folia de Reis Boas Novas de Belém	Dylson Messias	587.628.417-34	Nova Iguaçu	RJ	Habilitado
191	Fanfarra 30 de Setembro	Eder Kenedy Fernandes Lorena	109.654.894-18	Mossoró	RN	Habilitado
192	Conjunto de Carimbó Sayonara	Edgar Monteiro Chagas Junior	599.011.602-00	Vila de Vista Alegre do Maú- Terra Alta-Pa	PA	Habilitado
193	Tambor de Crioula Devoção de São Benedito	Edilsa Carvalho Sousa	602.158.533-00	Cachoeira Grande	MA	Habilitado
194	Festejos Juninos: Fortalecimento da Identidade Cultural da Comunidade Manoel Dias	Edinalva Campos de Aquino	030.494.745-80	Muquém do São Francisco	BA	Habilitado
195	Abassá da Deusa Ósún de Idjemin	Edineusa Santos Sousa	421.460.895-04	Paulo Afonso	BA	Habilitado
196	Folia de Reis de Rio Manso	Edmilsom Geraldo de Alcantra	502.159.906-25	Rio Manso	MG	Habilitado
197	Repentistas amigos de SP	Edmo Fernandes de Oliveira	935.854.118-00	São Paulo	SP	Habilitado
198	Alma Lusitana Música Portuguesa	Edna B. de Souza Câmara	000.569.470-11	Porto Alegre	RS	Habilitado
199	Companhia Teatral Trupe Dum	Edson Alexandre Rossa	007.276.219-55	Florianópolis	SC	Habilitado
200	Terno de Congado Camisa Verde	Edson do Nascimento	526.298.566-15	Uberlândia	MG	Habilitado
201	CTI - Cia. Teatro da Investigação	Eduardo Brito de Sousa	298.122.438-79	Suzano	SP	Habilitado
202	Grupo de Maracatu de Baque Virado Buriti Nagô	Eduardo Diniz Botelho	111.479.526-71	Cuiabá	MT	Habilitado
203	DOuroPreto Bordado Solidário	Eduardo Espeschit Braga	355.778.196-87	Ouro Preto	MG	Habilitado
204	Coco de Roda Balança Mas Não Cai	Eduardo Kellvy Rodrigues	091.664.254-25	Arapiraca	AL	Habilitado
205	Mineiro Pau	Edvanio Tenório da Silva	066.199.785-50	Santa Brígida	BA	Habilitado
206	Grupo de Jongo "Tambores mirins"	Eira Crisney Zuqui	089.927.877-90	Anchieta	ES	Habilitado
207	Coco/ Sambada do Pneu	Elaine Conceição Gomes da Silva	065.609.554-78	Olinda	PE	Habilitado
208	Grupo Folclórico Coração Caipira	Elaine Lima	005.756.892-85	Itaituba	PA	Habilitado
209	Núcleo de práticas afro-brasileiras	Eleandro da Silva	058.861.027-52	Cariacica	ES	Habilitado
210	Os Cabras de Lampião	Elenilton Tavares dos Santos	590.935.105-25	Japaratuba	SE	Habilitado
211	Festejo de Santo Antônio	Eliane do Socorro Paixão de Alfaia	732.662.992-72	Barcarena	PA	Habilitado
212	Guarda de Moçambique e Congo Nossa Senhora do Rosário e Sagrado Coração de Jesus- Irmandade Os Carolinos	Elias Gibran de Valadares Cunha	047.259.916-00	Belo Horizonte	MG	Habilitado
213	Comunidade Santo Antônio	Eliene Maria de Jesus	000.743.665-30	Mulungu do Morro	BA	Habilitado
214	Projeto Cultural Nilé ayó	Elienice Santos Souza	291.176.905-87	Itaparica	BA	Habilitado
215	Caminhos do Rio	Elisângela Rodrigues dos Santos	025.805.914-19	Conde	PB	Habilitado
216	Congada de São Benedito de Cotia	Elisete Aparecida de Castro	052.824.488-40	Cotia	SP	Habilitado
217	Marujada de São Sebastião- Comunidade de Santa Luzia	Eliton Miguel Araujo de Souza	820.169.412-00	Capanema	PA	Habilitado
218	Grupo de Teatro Amigos (Gruta)	Elivanio Nunes Santos	965.439.065-53	Simão Dias	SE	Habilitado
219	Associação Cultural Caxambu do Salgueiro	Elizabete dos Sanrtos	636.226.537-87	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
220	Academia Brasileira de Black Soul	Elmo Juciano da Silva	960.596.216-00	Siderúrgica	MG	Habilitado
221	Grupo de Teatro Pirei na Cenna	Eloana Carolina da Silva Gentil	120.029.197-20	Niterói	RJ	Habilitado
222	MaracaGrande	Emerson Praxedes da Silva	028.144.424-22	Campina Grande	PB	Habilitado
223	Choro de Coreto	Emilio Tiago de Souza Moreira	300.839.048-08	Rio Claro	SP	Habilitado
224	Samba Brasileiro da Várzea Nova	Érica Anne dos Santos Oliveira	051.715.545-10	Jacobina	BA	Habilitado
225	Grupo Cultural Nova Arte da Dança e Moda (NAD-MODELS)	Erico Rocha Franco	839.873.803-06	Baturité	CE	Habilitado
226	Ganzarandá	Erika Ribeiro Soares	447.394.068-37	Taboão da Serra	SP	Habilitado
227	Reisado de Zabelê	Eronildo Lopes de Andrade	485.134.744-87	Zabelê	PB	Habilitado
228	Repórter de Rua	Esdra Marchezan Sales	012.087.814-30	Mossoró	RN	Habilitado
229	Kaburé Maracatu	Estevam Martins de Souza	615.917.859-87	Foz do Iguaçu	PR	Habilitado
230	Roda de São Gonçalo de Morros de Lúcio	Eudes Pereira Pioo	037.262.895-85	Central	BA	Habilitado
231	Quadrilha do Milagreiro	Euriano sales de Souza	656.289.343-72	Itaitinga	CE	Habilitado
232	Nucleo Masa Irati	Eva Borszowki	956.875.729-53	Irati	PR	Habilitado
233	Coco de Roda Paixão Nordestina	Evandro Lopes de Oliveira	066.475.874-62	Maceió	AL	Habilitado
234	Equipe de Professores	Evanete Alves de Oliveira	254.988.478-74	Brotas de Macaúbas	BA	Habilitado
235	Grupo Folclórico Cheiro da Terra	Evani Lima Lopes	997.250.533-20	Baturité	CE	Habilitado
236	Grupo Populart	Expedito Garcia Souza Filho	710.311.703-91	Fortaleza	CE	Habilitado
237	Grupo Folclórico Bergfreunde de Campinho	Fabiana de Carvalho Littig Merscher Ewald	111.674.447-36	Domingos Martins	ES	Habilitado
238	Congo Mirim da Ilha	Fábio Carvalho de Souza	007.719.777-19	Vitória	ES	Habilitado
239	CIA de danças folclóricas Trilhas da Amazônia	Fabio de Almeida Ferreira	682.833.932-00	Belém	PA	Habilitado
240	Núcleo de Artes Poções das Gerais	Fábio José Gonçalves	608.576.506-10	Claro dos Poções	MG	Habilitado
241	Centro Cultural Zumbiarte	Fabio Laurintino da Silva	313.590.188-24	Taubaté	SP	Habilitado
242	Polo de Desenvolvimento Cultural do Andaraí (PodeC! Andaraí)	Fabio Pereira Batista	088.097.217-30	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
243	Grupo Junino Girassol	Fabricio Canuto Braz	603.761.913-17	Novo Oriente	CE	Habilitado
244	Coletivo Cerâmica Caparaó	Felipe Barbosa Andrikopoulos	100.726.537-01	Divino de São Lourenço	ES	Habilitado
245	Batá Kossô Centro Cultural	Felipe Cardoso Costa de França	059.331.744-08	Olinda	PE	Habilitado
246	Banda de Coco Cultura Congo	Felipe da Vitoria Correa	109.122.467-66	Serra	ES	Habilitado
247	Cultura Popular da Juventude	Felipe Oliveira Martins	326.594.778-50	São Carlos	SP	Habilitado
248	Coletivo Gira Contos pela valorização e reconhecimento da oralidade afro-brasileira e afro-indigena na cultura popular	Fernanda Mara Ferreira Santos	042.528.586-31	João Pessoa	PB	Habilitado
249	Coletivo Estação do Cordel	Fernando Antonio Soares dos Santos	323.982.124-91	Natal	RN	Habilitado
250	Associação Cultural Sorridente	Fernando Roosevelt Souza Cirino	070.017.444-33	Maceió	AL	Habilitado
251	Companhia de Dança Junina Amantes da Dança	Flavia Araujo dos Santos	094.700.534-00	São José dos Cordeiros	PB	Habilitado
252	Taguatinga Tem Concerto	Flavia Bezerra Veras	783.309.981-34	Brasília	DF	Habilitado
253	Grupo Cultural Afrolaje	Flavia Souza da Cruz	054.508.447-43	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
254	Grupo Pontões	Flávio Sales Rufino	063.389.774-14	Pombal	PB	Habilitado
255	Centro cultural caminho do artesanato	Flora Maria Mello Gonçalves	071.534.046-86	São Lourenço	MG	Habilitado
256	Grupo de medicina tradicional do Vale do Curu	Florêncio Braga de Sales	753.606.244-34	São Luís do Curu	CE	Habilitado
257	Projeto Cultural Quadrilha Duelo Pistoleiros na Roça	Francisca Cascaes de Sousa	273.768.422-68	Manaus	AM	Habilitado
258	Maracatu Nação Bom Jardim	Francisco Alef Feitosa	046.718.553-05	Fortaleza	CE	Habilitado
259	Filhos de Antônia	Francisco Carlos Siqueira	372.793.941-91	Santo Antônio do Descoberto	GO	Habilitado
260	QZM- Quadrilha Junina Zé Moringa Adulta	Francisco César da Silva Soares	486.183.493-72	Fortaleza	CE	Habilitado
261	Grupo de Carimbó Pica Pau	Francisco Chaves Ribeiro	299.385.702-91	Marapanim	PA	Habilitado
262	Terno de Reis Rosa Menina	Francisco Cruz do Nascimento	146.343.505-30	Salvador	BA	Habilitado
263	Grupo junino parafolclorico xodo do mangal	Francisco de Assis dos Santos Liberato	617.642.992-72	Tucuruí	PA	Habilitado
264	Grupo junino infantil haja paixão	Francisco Emerson de Almeida Coutinho	038.974.073-02	Fortaleza	CE	Habilitado
265	Guerreiros Santa Joana D'arc	Francisco Erinaldo Lourenço Silva	061.454.923-09	Juazeiro do Norte	CE	Habilitado
266	Estrela Dalva	Francisco Fernandes de Souza Silva	212.832.817-91	Cabo Frio	RJ	Habilitado

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800027

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

267	Coletivo Cultural Acena	Francisco Rodrigues Alves Filho	473.873.782-15	Belém	PA	Habilitado
268	Grupo Folclórico e Cultural Macúas e Malês.	Francisco Santos da Cunha	054.834.663-14	Bacabal	MA	Habilitado
269	Claudson Faustino, Francisco Valderí Liberato da Costa e Henrique José	Francisco Valderí Liberato da Costa	078.841.734-76	Currais Novos	RN	Habilitado
270	Grupo Artístico Dodó Figueirêdo- GADOFI	Francisco Wellington de Lima	567.039.613-87	Jaguaruana	CE	Habilitado
271	Cia. Teatral Mamularte	Frank Sinatra Matos da Silva	217.280.033-34	Teresina	PI	Habilitado
272	Sambada Caboatã	Gabriel Caldas Soares da Silva	013.159.724-84	Paulista	PE	Habilitado
273	Laboratório LGBT de Teatro do Oprimido	Gabriel dos Anjos Horsth	158.124.607-28	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
274	Trupe Monito	Gabriel Fernando Mello da Silva	032.049.912-02	Colorado do Oeste	RO	Habilitado
275	GJC Grandes Jovens Cristãos	Gabriela Rosa do Nascimento Pinto	074.363.055-65	Brotas de Macaúbas	BA	Habilitado
276	Grupo de Carimbó Filhos de Maiandeua	Genelsom de Souza Pinto "Catitu"	003.657.202-08	Maracanã	PA	Habilitado
277	Grupo Folclórico Samba de Aboio	Genilson Mata de Assis	609.415.455-04	Carmopólis	SE	Habilitado
278	Observatório de Saberes Populares	Geraldo da Silva Bastos	903.073.137-00	Nova Iguaçu	RJ	Habilitado
279	Grupo Cultural Resgate Popular	Geraldo Ferreira Lima (Gerlado Valério)	233.191.274-20	Jaboatão dos Guararapes	PE	Habilitado
280	Quadrilha Junina Chiclete com Banana	Gervásio Bezerra Montero Filho	616.548.844-72	Jaboatão dos Guararapes	PE	Habilitado
281	Companhia Artística Encantos	Gilberlan Ferreira dos Santos	040.810.444-90	Santa Luzia	PB	Habilitado
282	Cia de Teatro Mistura	Gilberto Gesses Morais Junior	029.887.945-02	Ibotirama	BA	Habilitado
283	Mamulengo Arte da Alegria Mestre Bel	Gilberto Souza Lopes da Silva (Mestre Bel)	076.945.534-48	Gloria do Goitá	PE	Habilitado
284	Quilombo do Palmital	Gilcinea Vera Reis Silva	107.635.366-52	Nazareno	MG	Habilitado
285	Arraia do Sucupira II	Gildeane Mota Queiroz	019.182.955-22	Serrinha	BA	Habilitado
286	Bois de Reis de Sá Martinha	Gildete Freitas do Nascimento	492.751.276-20	Itacarambi	MG	Habilitado
287	IAOTO - Ilè Asé Odé T'Ojú Omó	Gildo da Silva Aguiar	008.007.397-28	Serra	ES	Habilitado
288	Quadrilha Junina Rei do Cangaço	Gilvan Lima de Oliveira	068.808.454-01	Curral de Cima	PB	Habilitado
289	Os Fabrincantes	Giovani Silva Pereira	304.264.268-27	São Paulo	SP	Habilitado
290	Grupo cultural drama gravatá	Gisaldo Euflausino do Nascimento	230.126.924-87	Nísia Floresta	RN	Habilitado
291	Chegança Santa Cruz	Giselma de Jesus Menezes	012.939.735-05	Itabaiana	SE	Habilitado
292	Congada de Santa Efigênia de Mogi das Cruzes	Gislaine Donizete Afonso	307.357.588-08	Mogi das Cruzes	SP	Habilitado
293	Grupo Folclórico Chegança "Almirante Barroso"	Givaldson de Almeida Santos	015.296.985-37	Laranjeiras	SE	Habilitado
294	Coletivo Cultural Ibomin	Gleidson Miranda Almeida	010.719.845-27	Lauro de Freitas	BA	Habilitado
295	Observatório Cultural Jovem - Entre Mãos	Gleison Fernando Matos Gonçalves	053.143.243-26	Icatu	MA	Habilitado
296	Pastoras da Lama Preta	Grace Issa Queiroz	194.755.005-53	Simões Filho	BA	Habilitado
297	Pescadores de Água-Viva	Habacuque Siqueira de Oliveira	377.869.778-13	São Sebastião	SP	Habilitado
298	Brasil Negro	Haluane do Nascimento Silva	360.163.858-40	São Caetano do Sul	SP	Habilitado
299	Manguinhos em cena	Haroldo Cesar de Castro Silva	731.462.507-72	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
300	Grupo de Cultura Popular "Rojão /Baile de São Gonçalo"	Hellem do Livramento Padilha Reis	331.934.793-49	Monção	MA	Habilitado
301	Grupo de embolada: zezinho e carlos batista	Henrique César dos Santos Cardim	311.943.988-63	São Sebastião	SP	Habilitado
302	Projeto Pifercussão	Heráclito Dornelles Araújo Coutinho de Melo	050.693.024-69	João Pessoa	PB	Habilitado
303	Cia. Malungos do Baque	Heriberto de Araújo Teófilo	226.904.918-77	Bragança Paulista	SP	Habilitado
304	Grêmio Recreativo Boi Manhoso	Herley José da Silva	068.656.364-65	Recife	PE	Habilitado
305	Troça Carnavalesca Mista Bacalhau do Beco	Hermes José da Silva	280.502.744-20	Recife	PE	Habilitado
306	Fandango do Morro Seco	Hermes Modesto Pereira	063.872.308-61	Igrape	SP	Habilitado
307	Folia de Reis Sagrada Família da Mangueira	Hevalcy Ferreira da Silva	014.382117-24	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
308	Grupo de Carimbó "Tangará da Serra"	Huarley Mateus do Vale Monteiro	426.596.472-91	Marapanim	PA	Habilitado
309	Associação Cultural e Esportiva Arraial do Pé Roxo	Hudson Carlo Silva	071.182.196-81	Nova Lima	MG	Habilitado
310	Projeto Cultural Sexta da Boa Música	Hudson Roger de Sena Verçosa	038.956.834-18	Teotônio Vilela	AL	Habilitado
311	Pássaro Junino Sabiá	Humberto Jardel Freitas de Melo	709.061.732-72	Belém	PA	Habilitado
312	Mirorós Arte e Dança Popular	Idalina de Sousa Vieira	488.140.595-00	Ibipeba	BA	Habilitado
313	Pastoril encanto do Natal	Igor Teixeira de Souza	053.092.113-81	Fortaleza	CE	Habilitado
314	Grupo de pescadores tradicionais, ribeirinhos e comunitários da festa de bom Jesus do navegantes	Ikaro Israel Santos	080.643.735-90	Nilo Peçanha	BA	Habilitado
315	Mazurca Pé Quente do Alto do Mouro	Ildaci Maria dos Santos Felix	627.428.764-72	Caruaru	PE	Habilitado
316	Caravana de Reis- Folia Velha	Ildete Santana Barbosa	820.500.586-91	Cordisburgo	MG	Habilitado
317	Terno de Reis de Abaíra, Chapada Diamantina, Bahia	Ildimar França Nascimento	004.703.245-62	Abaíra, Chapada Diamantina	BA	Habilitado
318	Cia de Teatro UNISUL	Ilza Bittencourt Laporta	064.246.009-49	Tubarão	SC	Habilitado
319	Grupo das Pastorinhas	Inês Bernadina Lemos	067.160.406-68	Couto de Magalhães de Minas	MG	Habilitado
320	Comunidade Rural de Linha São Paulo	Inês Fátima Bianchini	687.654.959-34	Concórdia	SC	Habilitado
321	Núcleo de Apoio à Cultura Popular	Ione Amaral Cruz	796.484.606-04	Lagoa Santa	MG	Habilitado
322	Pássaro Junino Tucano	Iracema Jesus de Oliveira	036.500.222-49	Belém	PA	Habilitado
323	Grupo Junino Ararajuba	Iraci de Oliveira martins	268.049.722-87	Belém	PA	Habilitado
324	Obá Aiyê	Irailda Bezerra Montenegro	094.813.374-05	Arcoverde	PE	Habilitado
325	Grupo Párafolclórico Coco do Calemba	Irani Machado Barbosa	131.095.614-68	São Gonçalo do Amarante	RN	Habilitado
326	Caixa para o Divino Espirito Santo	Iranir Vieira e Silva	330.788.582-00	São Luis	MA	Habilitado
327	Terço Cantado	Irene Candida Mandira Coutinho	292.177.948-05	Cananeia	SP	Habilitado
328	Reisado do Agostinho	Isabel Xavier da Mota	869.927.243-04	Apuiarés	CE	Habilitado
329	Povoado São Braz	Isabela Bispo dos Santos Santana	000.846.145-79	São Cristóvão	SE	Habilitado
330	Grupo de Teatro e Xaxado na Pisada de Lampião	Italo do Nascimento Santos	052.931.235-21	Poço Redondo	SE	Habilitado
331	Samba em Rede	Ítalo Leopardi Bosco de Azevedo	368.572.938-13	São Paulo	SP	Habilitado
332	Maracatrupe	Itamar Salviano Borges de Araújo (Itamar Bambaia)	036.067.056-38	Ouro Preto	MG	Habilitado
333	Maracatu Batuki Kianda	Iumie Almeida Watanabe Kirkaldy	221.674.118-39	Ilhabela	SP	Habilitado
334	Fado de Quissamã	Ivail dos Santos	030.510.777-12	Quissamã	RJ	Habilitado
335	Grupo União	Ivaldo Teixeira Dal'Sasso	409.610.286-53	Senador Firmino	MG	Habilitado
336	Comunidade de Gerais Velho	Ivânia Martins da Silva	002.983.976-92	Ubaí	MG	Habilitado
337	Coletivo de Tradição e Expressaõ Cultural do Marajó	Ivone Gaia Maués	397.973.762-49	Soure	PA	Habilitado
338	"Pagode Comigo Ninguém Pode"	Ivonete Ferreira da Silva	758.479.224-34	Maceió	AL	Habilitado
339	Grupo de Folia de Pastorinhas de Vila União	Jaceane Mendes Andrade	085.395.626-00	Lontra	MG	Habilitado
340	Quadrilha Junina Zabumba	Jailson Monteiro da Silva	799.539.304-06	Camaragibe	PE	Habilitado
341	Quadrilha Junina Pé no Chão	Jailton Junior Teixeira Barbosa	426.053.693-15	Apuiarés	CE	Habilitado
342	Ajayô Projeto Comunidade Samba do Monte	Jaime Lopes de Cerqueira Barboza	301.207.528-32	São Paulo	SP	Habilitado
343	Grupo Pintou Melodia na Poesia	Jair Soares de Sousa	019.643.203-05	Fortaleza	CE	Habilitado
344	Grupo Cultural Pedra Sonora	Jamile Whately Silva	100.931.397-56	Itatiaia	RJ	Habilitado
345	Nortess Coletivo de Dança	Janaína Santos de Oliveira	064.853.974-18	Igarassu	PE	Habilitado
346	Banda de Congo São Pedro	Janaina Vicente	154.464.087-05	Ibiraçu	ES	Habilitado
347	Educar com Samba de Roda	Jandiara Viana Santos	005.918.775-11	Muquém do São Francisco	BA	Habilitado
348	Samba da Nega	Janine dos Santos Mathias	000.649.301-73	Curitiba	PR	Habilitado
349	Valente Nordeste	Jaqueline Helena da Silva	700.410.384-60	Icó	CE	Habilitado
350	Rotaract Club de Ibitinga	Jean Ricardo Hernandez	383.831.318-60	Ibitinga	SP	Habilitado
351	Coletivo Malungos - Juventude de Terreiro do RJ	Jeferson rodrigues da silva	114.136.507-32	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
352	Grupo Parafolclórico Cabra Arretado	Jheveson Andrade Duarte	045.200.283-45	Tejuçuoca	CE	Habilitado
353	Nós do Barbante	Jhonata de Carvalho	150.177-287-24	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
354	Irmandade do Boi Rosado	Joacy Severino da Silva	405.563.364-53	Contagem	MG	Habilitado
355	Bambaê de Caixa de Dona Saviana Serra	Joana Fernanda Serra Santos	050.731.123-00	Cajapió	MA	Habilitado
356	Mães Pretas de Fé	Joana Neta Martins Freitas	055.701.583-91	Palmeirândia	MA	Habilitado
357	Grupo Congo Real	João Antonio Alves	069.162.746-03	Ituiutaba	MG	Habilitado
358	Grupo Cultural Canários do Munim	João Batista Gomes Santos Junior	282.151.413-15	Axixá	MA	Habilitado
359	Bloco do Gato Mole	João Luiz Alves Da Silva	098.894.767-62	Queimados	RJ	Habilitado
360	Coletivo Teatral Pé da Quixabeira	João Rivaldo de Oliveira Júnior	266.260.508-18	São Paulo	SP	Habilitado
361	Grupo de Dança da Mangaba	João Teles da Silva	007.440.763-58	Bom Jardim	MA	Habilitado
362	Vândalos Inc.	João Vitor Assis de Jesus	128.140.487-08	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
363	Festejos do Senhor do Bomfim	Joaquim da Silva Guimarães	796.183.401-04	Ipueiras	TO	Habilitado
364	Congada Do São Benedito Alto Do Cristo	Joaquina De Oliveira	098.714.878-86	Taubaté	SP	Habilitado
365	Unzó Kuna inkisi Tombensi Malaula Mululu (Comunidade Terreiro de Angola)	Jocelia Santos Vaz	217.993.505-68	Itapitanga	BA	Habilitado
366	Grupo Raízes da Piedade	Jocelino da Conceição Silva Júnior	124.958.387-07	Vitória	ES	Habilitado
367	Cavalo Marinho Infantil Sementes do Mestre João do Boi	Jocilene Cunha da Silva	032.217.234-90	João Pessoa	PB	Habilitado
368	Núcleo Baiano de Animação e Stop Motion	Joelias Santana Coelho	073.258.785-91	Salvador	BA	Habilitado
369	CIA de Teatro e Dança Afro Aiê Orum	Jonathan Santos Silva	056.150.224-26	Maceió	AL	Habilitado
370	Dança Nordestina Descendentes de Lampião	Jonilson do Carmo Duarte	238.406.092-91	Manaus	AM	Habilitado

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800028

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

371	Grupo comitiva esperança viola caipira	Jordejaro Gonçalves Maciel	970.262.206-91	Contagem	MG	Habilitado
372	Coração Junino	Jorge José Meneses Costa	008.802.343-50	Ilha Grande	PI	Habilitado
373	Folia de Reis de Cardoso Moreira	Jorge Ray da Silva Gomes	111.137.897-51	Cardoso Moreira	RJ	Habilitado
374	Folia de Rua Potiguar	Jorge Santos	357.892.984-00	Natal	RN	Habilitado
375	Tambores de Olokun	José Alexandre Santos de Oliveira	931.629.444-49	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
376	Dançando Para São Gonçalo	José Amiraldo Maia dos Santos	179.076.243-04	Carutapera	MA	Habilitado
377	Grupo de Encomendadores de Almas de Andrequieé	José Antônio Vicente de Souza	411.529.306-30	Três Marias	MG	Habilitado
378	Guarda de Marujo de Congado Nossa Senhora do Rosário	José Batista	254.090.266-91	Nova Lima	MG	Habilitado
379	Cavalo Marinho da Paraíba	José Bento de Oliveira	095.637.414-04	Bayeux	PB	Habilitado
380	Boi do Ricardão	José Braz	987.649.936-04	Faria Lemos	MG	Habilitado
381	Banda de Pífanos Raça Negra Boavistana- O som do Velho Chico	José da Silva Araújo	105.342.374-87	Santa Maria da Boa Vista	PE	Habilitado
382	Quadrilha Junina Explosão Jovem	José Dário Ferreira e Silva	086.135.564-42	Tabira	PE	Habilitado
383	Grupo Cultural Cangaceiros do Sertão	José de Lima	063.683.215-55	Laranjeiras	SE	Habilitado
384	Teatro História do Mamulengo	José Edvan Ferreira de Lima (Mestre Bila)	063.495.484-93	Gloria do Goitá	PE	Habilitado
385	Associação das Folias de Reis de Uberaba-ASFORU	José Eustáquio Secundino	262.777.516-20	Uberaba	MG	Habilitado
386	Novo Horizonte de Nossa Terra Cultural	José Félix da Silva Neto	051.434.004-57	Chã Preta	AL	Habilitado
387	Banda de Pífano São José	José Ferreira da Silva	803.428.414-91	Maceió	AL	Habilitado
388	Côro Santo Antônio	José Fioretti	386.440.538-68	Americana	SP	Habilitado
389	Capela de Luzia	José Gevildo Viana	036.453.164-93	Rafael Fernandes	RN	Habilitado
390	Escola de Folia de Reis Mestre Diniz	José Henrique Silva	666.110.247-00	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
391	Grupo Cheiro Mato	José Irene dos Santos	132.877.531-34	Cananéia	SP	Habilitado
392	Reisado Domingos Amaro	José Ivan Guedes de Melo e Dias	054.038.464-09	Tabira	PE	Habilitado
393	Turma de Batucada Alegria do Samba	José Júlio Soares	603.541.463-00	Bacurituba	MA	Habilitado
394	Companhia Teatral Colisão da Arte	José Luís do Carmo Reis	608.818.602-04	Marituba	PA	Habilitado
395	Lapinha Jesus de Nazaré 3ª Idade de João Pessoa	José Maciel de Souza	518.532.488-00	João Pessoa	PB	Habilitado
396	Clube de Orquestra Sai da Frente Dona Emília	José Marcelo Fernandes de Sousa	019.534.984-93	João Pessoa	PB	Habilitado
397	Grupo Junino e Cultural Beija- Flor	José Martins da Silva Junior	955.073.613-04	Jaguruana	CE	Habilitado
398	Grupo Cultural Xique Xique de Alagoas	José Nilton Rodrigues Silva	047.957.224-04	Maceió	AL	Habilitado
399	Boi da Mamuca	José Oliveira Rocha	083.689.104-04	Correntes	PE	Habilitado
400	Grupo de Carimbó os Brasileirinho do Guamá	José Pedro dos Santos Costa	061.925.212.04	São Miguel do Guamá	PA	Habilitado
401	Samba de Roda Filhos do Caquende	José Pereira da Conceição	465.452.635-87	Cachoeira	BA	Habilitado
402	Grupo Teatral Velho Chico	José Raimundo da Cruz	103.397.875-20	Simão Dias	SE	Habilitado
403	Turma de batucada espelho do samba do quilombo centrinho	José Raimundo Silva	129.021.013-68	Santa Rita	MA	Habilitado
404	Rede Funk Social	José Renato Pereira de Sousa	103.130.427-48	São Gonçalo	RJ	Habilitado
405	Grupo Cultural Explosão do Forró	José Ricardo Francisco da Sila	049.221.554-57	Olinda	PE	Habilitado
406	Grupo Ginga de Corpo	José Roberto Nazareth Soares	005.099.487-58	Niterói	RJ	Habilitado
407	Reisado Baile Estrela	José Roberto Santana Santos	044.282.125-50	Moita Bonita	SE	Habilitado
408	Grupo Boi Bumbá Treme Terra - Marabá	José Sergio Bandeira Teixeira	359.304.893-00	Marabá	PA	Habilitado
409	Grupo Cultural Louvor Sertanejo	José Uesele Oliveira Nascimento	017.473.115-96	Lagarto	SE	Habilitado
410	Lúden Cia de Dança	José Valdomiro Marques da Anunciação	061.517.464-73	Recife	PE	Habilitado
411	Grupo Junino Raio de Luz	José Vanuso de Freitas	774.741.473-00	Limoeiro do Norte	CE	Habilitado
412	Quadrilha Junina Fogueir'art	José Wilson Wanderley Barbosa	948.508.284-34	Solidão	PB	Habilitado
413	Levanta Cultura	Joseane Taís Dréa	016.887.990-52	Santa Maria	RS	Habilitado
414	Sociedade dos Amigos do Parque dos Mamulengos Gigantes	Joselito Severino da Silva	544.137.354-53	Surubim	PE	Habilitado
415	Bandeira Guia do Oriente	Josiane da Silva Figueira	130.122.557-61	Paty do Alferes	RJ	Habilitado
416	Danda e seu Regional de Ouro	Josivaldo Cassemiro de Lima	440.765.254-34	Jaboatão dos Guararapes	PE	Habilitado
417	Escola da Mata Atlântica	Julia Grillo Botafogo	098786337-13	Niterói	RJ	Habilitado
418	Samba de Roda de Dona Maria	Júlia Ritez Martins	330.800.598-08	Valinhos	SP	Habilitado
419	Cia Incomodados de Teatro e Música	Juliana da Silva Lima	337.186.358-10	Guarujá	SP	Habilitado
420	Vila de Araguaya	Juliana Dadalto Borgo	100.605.097-32	Vitória	ES	Habilitado
421	Coletivo Intervenção Cultural - Ponto de Cultural	Juliana Resende Dutra	005.855.360-66	Imbituba	SC	Habilitado
422	Arraiá do Patativa	Karina de Oliveira Pedraza Duran	023.173.373-96	Assaré	CE	Habilitado
423	As Calungas	Katiusca Lamara dos Santos Barbosa	057.310.024-10	João Pessoa	PB	Habilitado
424	Irmandade do Grande Sertão / Comunidade de Ribeirão de Areia	Ladyjane Mendes Macedo	057.087.056-98	Chapada Gaúcha	MG	Habilitado
425	Boi Estrela do Giqui	Lailson Ferreira Ribeiro	017.096.593-78	Jaguaruana	CE	Habilitado
426	Congada de São Benedito do Conjunto Santo Angelo	Laudelina Estácia Souza	060.637.548-14	Mogi das Cruzes	SP	Habilitado
427	Jongo Quilombo do Campinho	Laura Maria dos Santos	600.594.867-91	Paraty	RJ	Habilitado
428	Bumba meu Boi "Canto do Munim"(Sotaque de Orquestra)	Laurina Oliveira das Neves Pinto	292.978.003-78	Cachoeira Grande	MA	Habilitado
429	Folia de Reis do Morro do Abrigo	Laurindo Rosa dos Santos	801.478.791-68	São Sebastião	SP	Habilitado
430	Batuqueiras	Layza Chrystiane Seabra de Almeida	039.786.981-96	Taguatinga	DF	Habilitado
431	Grupo Cultural Cururu	Lázaro Edwiges de Araújo	424.369.742-68	Belém	PA	Habilitado
432	Grupo de Tambor de Crioula Brinquedo de São Benedito	Lázaro Martins Santos	089.585.133-49	Cantanhede	MA	Habilitado
433	Imagens Faladas	Leandro Artur Anton	636.737.540-68	Porto Alegre	RS	Habilitado
434	Grupo Angola Brasil	Leandro da Silva Miranda	986.512.260-04	Canoas	RS	Habilitado
435	Grupo Incubadora Cultural	Leandro Ferreira Nascimento	033.364.745-90	Itarantim	BA	Habilitado
436	Grupo de Dança- Pés na Areia	Leandro Gonçalves de Souza	117.402.786-07	Buritizeiro	MG	Habilitado
437	Transições companhia de dança e artes	Leandro Gustavo Lira Costa	733.679.901-91	Brasília	DF	Habilitado
438	Cordel do Pau Quebrado	Leidson Macedo Felix	088.070.104-88	Currais Novos	RN	Habilitado
439	Grupo Produtores Cultrais	Leonardo Alves Ferreira	134.540.157-40	Vitória	ES	Habilitado
440	Reisado do ESCUTA (Espaço Cultural Frei Tito de Alencar)	Leonardo Furtado Sampaio	520.779.858-87	Fortaleza	CE	Habilitado
441	Associação dos Artesãos de Feira de Santana	Licia Maria Jorge	179.432.805-04	Feira de Santana	BA	Habilitado
442	Pega Rex Social Clube	Lilian Maia Rabello	728.043.607-25	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
443	Coral Som de Paz	Lilian Sebastiana Nascimento	366.479.266-15	Patrocínio	MG	Habilitado
444	Cultura Corporal: Jiu Jitsu - Tucandeira	Lincoln Ramos Lima	993.658.802-97	Humaitá	AM	Habilitado
445	Roda de Violeiros de Indiara	Lívia Fagundes Alves de Araújo	909.241.851-04	Indiara	GO	Habilitado
446	Entidade Cultural Afoxé Ará Omim	Lourival dos Santos	64.943.922	Recife	PE	Habilitado
447	Agbara Obinrin	Luana Vitor Campos	124.757.207-27	Duque de Caxias	RJ	Habilitado
448	Bloco Carnavalesco Infantil Formiguinha do Amanhã	Lúcia Maria Ignácio Penha	008.885.497-33	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
449	Rede de Jovens Lideranças Jongueiras do Sudeste	Luciana dos Santos Carvalho	422.871.298-39	São José dos Campos	SP	Habilitado
450	Bandeira Visita dos Magos	Luciane Corrêa Lima	102.896.917-10	Paty dos Alferes	RJ	Habilitado
451	Grupo Cultural Souzart	Luciene da Conceição Souza Pena Perdigão	370.286.186-68	Alvinopólis	MG	Habilitado
452	Moçambique Ouro de Maria	Luciene Gonçalves da Silva	059.746.066-39	Patrocínio	MG	Habilitado
453	Batalhão Nossa Senhora Aparecida	Luciene Oliveira da Silva Fernandes	298.893.738-90	Mogi das Cruzes	SP	Habilitado
454	Coletivo Afro Ilê Dandara	Lucimary Elisabete dos Passos	124.393.714-91	Caruaru	PE	Habilitado
455	Grupo Cultural de Dança Regional	Lucineide Amorim da Silva	799.122.731-68	Planaltina	DF	Habilitado
456	As Pastorinhas de Ilha Grande	Lucio Carlos Pereira dos Santos	112.064.228-07	Ilha Grande	PI	Habilitado
457	Casa do Coreiro do Maranhão	Luís Carlos Diniz Araújo	830.847.463-20	São Luís	MA	Habilitado
458	Sertão Maracatu	Luís Moreira da Silva	747.724.304-15	Arcoverde	PE	Habilitado
459	As Bandeirinhas de Touros	Luiz Cláudio Penha da Silva	465.319.554-49	Natal	RN	Habilitado
460	Grupo de Dança Junina Arraia Levanta Poeira	Luiz de Souza Morais Pascoal	097.121.284-82	Felipe Guerra	RN	Habilitado
461	Futurafrica	Luiz Fernando Marques Dias	098.019.328-13	Santos	SP	Habilitado
462	Sarau do Velho	Luiz Fernando Pereira Pinto	127.327.287-05	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
463	Maracatu Nação Elefante	Luiz Henrique Silva do Nascimento	118.189.784-07	Olinda	PE	Habilitado
464	Catupé de São Benedito	Luzia Abadia Santos Costa	460.294.276-87	Patrocínio	MG	Habilitado
465	Grupo Guerreiros de Oyá Ojú Obá	Magna Maria de Lima Silva	923.974.504-10	São Miguel dos Campos	AL	Habilitado
466	Grupo Folclórico de Quadrilha da Prainha Branca	Magno Celestino da Silva	034.857.398-71	Guarujá	SP	Habilitado
467	Patrimônio Histórico da Fazenda Acauã	Maiane Carla Queiroga Silva	075.260.134-23	Aparecida	PB	Habilitado
468	Grupo de Teatro do Oprimido Maré 12	Maiara Carvalho de Mendonça	151.065.827-09	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
469	Quadrilha Infantil Junina Balão Mágico	Maiara da Silva Santos	090.817.294-03	Trindade	PE	Habilitado
470	Coletivo Emaranhado	Maicom Souiza e Silva	115.090.307-43	Vitória	ES	Habilitado
471	Folia de Reis São Francisco de Assis do Valo Velho	Maikon Vasconcelos Oliveira	347.400.148-58	São Paulo	SP	Habilitado
472	Grupo de Teatro e Danças Chamas Vivas	Maísa de Almeida Miranda	013.495.265-09	Muquém do São Francisco	BA	Habilitado
473	"Conjunto de Carimbó Uirapuru"	Manoel Aguinaldo Farias Pinto	270.855.702-53	Marapanim	PA	Habilitado
474	Grupo de Reisado de Lagoinha	Manoel Bernardo	230.364.945-53	São Gabriel	BA	Habilitado
475	Grupo Irmãos Ferreira	Manoel Ferreira Lima	623.420.881-91	Porto Nacional	TO	Habilitado
476	Banda cabaçal os monteiros	Manoel Monteiro dos Santos	118.253.798-74	Cachoeira dos Índios	PB	Habilitado
477	Rede Catarinense de Engenhos de Farinha	Manuela Valim Braganholo	048.450.299-95	Florianópolis	SC	Habilitado
478	Afoxé Oba Ágodô	Marcelle Christine Silva de Bulhões	007.445.034-42	Maceió	AL	Habilitado

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800029

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

479	Grupo TIA (Teatro, Ideia, Ação)	Marcelo de Souza Militão	952.090.340-20	Canoas	RS	Habilitado
480	Projeto Sociocultural Tambores de Angola	Marcelo Ragner Guerra da Silva	070.295.334-29	Olinda	PE	Habilitado
481	Cia Grand Sertão	Marcelo Rodrigues dos Santos	067.820.626-07	Urucuia	MG	Habilitado
482	Grupo de Terno de Reis Estrela do Oriente do Morrinhos	Márcia Cristina Ferreira	704.012.419-04	Bombinhas	SC	Habilitado
483	Grupo de Jongo Mistura da Raça	Márcia dos Santos Cunha	035.917.067-60	São José dos Campos	SP	Habilitado
484	GRIOT	Marcia Fonseca	014.250.157-35	Cabo Frio	RJ	Habilitado
485	Grupo Renascer	Márcia Valeria da Silva	112.510.594-14	Novo Lino	AL	Habilitado
486	Ciranda de Carrossel	Marcilete Alves dos Santos	062.284.783-03	São Luis	MA	Habilitado
487	Afoxé Ylé Awá	Marcio Amorim Amarante	057.506.914-70	João Pessoa	PB	Habilitado
488	Maracatu Nação Camaleão	Márcio Carvalho de Lima	793.615.604-68	Olinda	PE	Habilitado
489	Cia. Sonhos Teatrais	Márcio dos Reis de Souza	115.878.636-000	Patrocínio	MG	Habilitado
490	Cia Alavanca	Marcione Pantoja Quaresma Pereira	859.882.942-00	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
491	Clube de Orquestra Ciganos de Esplanada	Marcos Antônio dos Santos	206.693.304-00	João Pessoa	PB	Habilitado
492	Quadrilha TITITI	Marcos Antônio Ferreira da Silva	020.499.497-74	Duque de Caxias	RJ	Habilitado
493	Encanta Cantadores!	Marcos Aurélio da Guerra Dantas	785.916.513-91	Presidente Dutra	MA	Habilitado
494	Projeto Social Origens- Saber de Mãe	Marcos Aurélio Soares da Paz Bandeira	058.355.457-11	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
495	Grupo Maracatu Estrela na Mata	Marcos de Oliveira	041.916.366-26	Juiz de Fora	MG	Habilitado
496	Coletivo Cultural Boi da Juventude de Miranda do Norte	Marcos Ronilson do Nascimento	761.354.383-87	Miranda do Norte	MA	Habilitado
497	Grupo Calangos Manifestações Folclóricas	Marcos Vinicius Rios Costa	127.468.176-67	Belo Horizonte	MG	Habilitado
498	União Folclorista São Benedito do Belém	Maria Aparecida Bonifacio	057.863.418-01	Taubaté	SP	Habilitado
499	Coletivo Cultural da Nossa Gente Alagoana	Maria Aparecida dos Santos Pereira	699.217.174-72	Maceió	AL	Habilitado
500	Cavalhada de São Sebastião da Estrela	Maria Aparecida Mourão Avelar	067.238.466-30	Santo Antônio do Amparo	MG	Habilitado
501	Cavalo Marinho Boi Matuto de Olinda- Educação e Cultura	Maria Betânia Salustiano Soares	040.678.844-86	Cidade Tabajara	PE	Habilitado
502	Grupo Reaprendendo a Viver	Maria Carolina Medeiros Trajano	705.226.024-79	João Pessoa	PB	Habilitado
503	Companhia Banto- Grupo de Pesquisa das Manifestações Populares	Maria da Conceição da Luz	920.920.477-87	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
504	Mulheres Rendeiras de Zabelê	Maria da Conceição de Dsousa Ventura	024.048.164-03	Zabelê	PB	Habilitado
505	Grupo Cultural Mandacaru	Maria da Glória Araújo Aragão	274.771.263-04	Ilha Grande	PI	Habilitado
506	Grupo Vivavós	Maria da Graça Anunciação Nascimento	291.769.215-49	Salvador	BA	Habilitado
507	Tambor de Crioula e Amigos de Cururupu	Maria da Graça Borges Ribeiro	147.759.803-00	Belém	PA	Habilitado
508	Museu das Remoções	Maria da Penha Macena	860.142.347-72	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
509	Trupe da Cultura	Maria da Salete Rêgo Barros Melo	312.194.704-49	Recife	PE	Habilitado
510	Terecô de Caixa de Santa Rosa dos Pretos	Maria das Dores Belfort Mota	148.223.773-34	Itapecuru Mirim	MA	Habilitado
511	Grupo Folclórico e Cultural Bumba -Meu-Boi Luz Brilhante	Maria de Fátima da Silva Santiago	030.290.443-35	Bacabal	MA	Habilitado
512	Nordeste e Alma	Maria de Fátima dos Santos Soares Farias	053.193.524-84	Santa Cecília	PB	Habilitado
513	Maneiro pau	Maria de Fátima Gomes	183.065.018-10	Portalegre	RN	Habilitado
514	Grupo Parafolclórico Xiquexique	Maria de Fátima Leonor Lima	359.988.653-91	Canindé	CE	Habilitado
515	Maracatu Rei de Paus	Maria de Fátima Morais de Lima	032.323.774-67	Mossoró	RN	Habilitado
516	São Leonardo Murialdo	Maria de Lourdes Castro	334.417.152-68	Belém	PA	Habilitado
517	Urso Branco do Zé	Maria de Lourdes da Silva	453.328.514-72	Recife	PE	Habilitado
518	Espaço Cultural Maria Sabão	Maria de Lourdes Mota Baeta Neves	500.917.006-04	Mariana	MG	Habilitado
519	Companhia arte na ruína	Maria de Lurdes Alves da Silva	321.827.672-15	Xapuri	AC	Habilitado
520	Quadrilha Arraiá Pé de Serra	Maria do Socorro Alves Pereira Castro	536.058.704-06	Patu	RN	Habilitado
521	Afoxé Axé Omo Odé	Maria do Socorro Rodrigues Alves	510.034.141-68	Aparecida de Goiânia	GO	Habilitado
522	BatuquEducação	Maria Eduarda Rezende Brasil Vieira	476.498.248-02	Tremembé	SP	Habilitado
523	Associação Folclórica e Cultural Filhos Selva	Maria Elane Passos Morais	689.051.652-49	Humaitá	AM	Habilitado
524	Reisado da Comunidade Quilombola do Inhanhum	Maria Emilia Lopes da Silva	027.567.284-03	Santa Maria da Boa Vista	PE	Habilitado
525	Literartes	Maria Eulina Fraga da Silva Mendes	026.432.584-28	Recife	PE	Habilitado
526	Pastoril "Recordar é Viver"	Maria Gilvaneide de Sousa	255.459.064-87	Maceió	AL	Habilitado
527	Guerreiro São Pedro Alagoano	Maria Helena da Silva	911.552.744-15	Maceió	AL	Habilitado
528	Batalhão Senhor do Bomfim	Maria Itajaci Lima Moura da Cruz	805.535.595-91	Santo Amaro das Brotas	SE	Habilitado
529	Grupo de Teatro do Oprimido Marias do Brasil	Maria Izabel Monteiro Lourenço	884.527.607-44	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
530	Maracatu Nação BAOBAB	Maria Janaína Severo da Silva	641.833.943-68	Fortaleza	CE	Habilitado
531	Grupo Infância Rimada	Maria José Queiroz Peixe	976.767.724-00	Tabira	PE	Habilitado
532	Grupo da Melhor Idade de Canafístula- Arapiraca/AL	Maria Luíza Muritiba da Fonseca	060.820.764-00	Arapiraca	AL	Habilitado
533	Cultura Quilombola	Maria Madalena do Sacramento Rocha	908.290.501-91	Iaciara	GO	Habilitado
534	Gonzagão	Maria Nadja da Silva Cavalcante	038.949.134-95	Arapiraca	AL	Habilitado
535	Tambor de Crioula Caprichoso de Posto Selelção	Maria Raimunda de Jesus Serra	505.048.273-91	Cajapió	MA	Habilitado
536	Banda de Couro de Pirenópolis	Maria Simone de Sá Chapini	963.525.311-72	Pirenópolis	GO	Habilitado
537	Associação dos Agricultores e Moradores	Maria Sônia da Silva	962.181.345-04	Poço Redondo	SE	Habilitado
538	Brincantes das Ladeiras	Mariana Ingrid Guilherme de Araujo	106.878.564-00	Olinda	PE	Habilitado
539	Grupo Revitalizar	Mariangela Araújo de Souza Borges	410.543.265-68	Amargosa	BA	Habilitado
540	Terço de São Gonçalo Família Fonseca	Mariela da Fonseca Augusto	033.181.756-09	Três Corações	MG	Habilitado
541	Ponto de Cultura Conexão Afro Amazonas	Marieny Matos Nascimento	275.541.472-34	Manaus	AM	Habilitado
542	Terno das Pastorinhas	Marilda Borges de Oliveira	033.181.786-16	Itacarambi	MG	Habilitado
543	Quadrilha Junina Lengo Tengo do Agreste	Marilene dos Santos	348.275.604-04	Arapiraca	AL	Habilitado
544	Casamento Caipira do Cipó	Marilia Fernanda Martins Schunck	307.924.968-25	Embu Guaçu	SP	Habilitado
545	Grupo Pássaro Junino Tem- Tem	Marilza do Socorro Amaral Tavares	586.441.562-68	Belém	PA	Habilitado
546	Turma de batucada flor do samba do quilombo sitio do meio	Marinaldo Nascimento Viana	000.700.523-79	Rosário	MA	Habilitado
547	Barra Mansa e Caetano da Ingazeira	Mário José da Silva	487.526.224-87	Timbaúba	PE	Habilitado
548	Quadrilha Junina Século XX	Mário Leo de Oliveira Rodrigues	803.519.725-87	Aracaju	SE	Habilitado
549	Grupo Fandango Caiçara de Ubatuba	Mario Ricardo de Oliveira	263.650.018-94	Ubatuba	SP	Habilitado
550	Projeto Música é Vida	Marley Alves de Melo	462.585.151-34	Luziânia	GO	Habilitado
551	Reisado Grupo da Alegria	Marli Silva Cardoso Silva	260.781.205-49	São Domingos	BA	Habilitado
552	Guerreiros de Tata Jurema	Marlon da Silva Trindade	363.635.628-30	São Paulo	SP	Habilitado
553	O Brasil é feito por nós	Marlon Rodrigues da Silva	885.794.091-87	Silvanópolis	TO	Habilitado
554	Movimento Sócio Ambiental e Cultural da Vila dos Pescadores	Marly Vicente da Silva	041.499.848-08	Cubatão	SP	Habilitado
555	Coletivo Cultural Raízes de Chico	Marta Viana Moreira de Meireles	523.308.504-68	Pedro Velho	RN	Habilitado
556	Instituto Cadê Zumbi?	Mateus Ceni de Oliveira	625.652.570-15	Porto Alegre	RS	Habilitado
557	Roda de Leitura Carolina Maria de Jesus	Matheus Frazão de Almeida Silva	163.551.377-42	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
558	Coletivo Histórias Incríveis	Mathias Dalcol Townsend	014.312.870-16	Silveira Martins	RS	Habilitado
559	Baianas Mensageiras de Santa Luzia	Maura Goes dos Santos	034.251.808-94	Maceió	AL	Habilitado
560	Maracatu Oxum Mirim	Mauricéia Inácio da Paixão de Melo	433.519.804-34	Recife	PE	Habilitado
561	Coletivo Cultural Sebastião barbosa	Maurismar Feitosa Chaves	809.554.094-00	São João do Tigre	PB	Habilitado
562	MUQUIFU - Museu dos Quilombos e Favelas Urbanos	Mauro Luiz da Silva	562.331.756-15	Belo Horizonte	MG	Habilitado
563	Circo Cambada	Mauro Pires Neto	288.467.258-32	Santos	SP	Habilitado
564	Trem Tan Tan	Mauro Sérgio Camilo	232.359.506-72	Belo Horizonte	MG	Habilitado
565	Bumba Meu Boi Mimoso da Mata (Sotaque de Pindaré)	Mauro Sérgio Cardoso Amorim	054.476.113-85	Monção	MA	Habilitado
566	Vou fazer você sorrir	Maviael Ribeiro de Barros	234.741.304-04	Jaboatão dos Guararapes	PE	Habilitado
567	Jornal de Poesias Cabeça de Rato	Messias Alexandre Ramos da Silva	051.899.114-89	Sumé	PB	Habilitado
568	Vidigal Cultural	Messias Nogueira Freitas	088.694.117-29	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
569	Bumba Meu Boi Pingo de Ouro	Micael Santos da Costa	609.540.483-50	Fortaleza	CE	Habilitado
570	Maracatu Abayomi	Michele Távora Julio	333.879.228-09	Bauru	SP	Habilitado
571	Eu Negro	Michelle Cristina Santos da Silva	074.827.765.08	Barra	BA	Habilitado
572	Grupo de Educação Popular Batuque com Arte	Michelli Neves Magno	700.500.072-20	Belém	PA	Habilitado
573	Grupo de Reisado de Lagoa do Cedro	Miguel Eduardo Martins dos Santos	010.290.685-85	Ibipeba	BA	Habilitado
574	Ponto de Memória Grande Bom Jardim - Museu Comunitário da Identidade Territorial Grande Bom Jardim	Miguel Ferreira Neto	319.094.933-68	Fortaleza	CE	Habilitado
575	Tempo Eco Arte - Oficina de Artes e Ofícios	Mirella Ribeiro Dias	020.873.821-58	Brasília	DF	Habilitado
576	Grupo de recomendadores de alma de Campo Belo do Sul/SC	Moisés de Oliveira	195.156.699-87	Campo Belo do Sul	SC	Habilitado
577	Vida na Música	Mônica Helena Nagyidai	009.970.627-03	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
578	Baile Pastoril Queimada da Palhinha	Mônica Maria de Souza Silveira	358.165.205-63	Simões Filho	BA	Habilitado
579	Quilombo do Cadoz	Mônica Maria Silva	903.324.904-91	Limoeiro de Anadia	AL	Habilitado
580	Cia Beluna de Arte	Mônica Pinho Santos	033.531.345-06	Salvador	BA	Habilitado
581	Terreirada cultural da literatura da periferia	Nadia Maria de Almeida	749.042.483-68	Fortaleza	CE	Habilitado
582	Grupo Pavão Dourado	Nadjane Estrela Soares	018.814.515-00	Serrinha	BA	Habilitado
583	As Três Marias, o Sol e a Lua	Natali Conceição Santos	345.796.748-20	São Paulo	SP	Habilitado
584	Grupo Folclórico Dança de São Gonçalo do Amarante	Neilton Santana dos santos	044.844.335-08	Laranjeiras	SE	Habilitado
585	Cavalo Marinho Estrela da Paraíba	Nélio Bezerra Torres	160.603.344-15	Bayeux	PB	Habilitado

586	Cartografia Social: Mapeando e Resgatando Cultura	Nelma Martins Freitas	906.141.943-34	São José de Ribamar	MA	Habilitado
587	Grupo Folia de Reis Estrela Guia	Nelson Antonio de Souza	330.3226.926-91	Piau	MG	Habilitado
588	Grupo Organizador do Projeto Cultural "Auto da Padroeira"	Neuza Rodrigues da Silva	047.249.252-72	Abaetetuba	PA	Habilitado
589	Pintores de Letras	Nicole Castro Scheffer Rodrigues	088.046.079-20	Criciúma	SC	Habilitado
590	Boi Bumbá Luar do Marco	Nilson Rodrigues da Silva	661.782.152-15	Belém	PA	Habilitado
591	Irmandade do Divino Espírito Santo	Nilzete dos Santos Ferreira	785.858.642-49	Castanhal	PA	Habilitado
592	Grupo Arte e Cultura Nova Vida	Niolene Pereira dos Santos	018.232.635-77	Remanso	BA	Habilitado
593	Tambor de Crioula: Resgate Juvenil	Nivaldo Martins Freitas	751.232.743-91	Moinho- Icatu	MA	Habilitado
594	Boi do Rosário	Noel Carvalho	407.425.288-04	Pirenópolis	GO	Habilitado
595	Ação Local Espaço Cultural Viaduto de Realengo	Oberdan Mendonça Ferreira	104.886.057-41	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
596	Companhia de Dança Folclórica Forrozão Junino	Olívia Santos Lopes	150.454.447-19	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
597	Flor da Canoa- Igreja do Santo Daime	Oscar Antonio Della Santa	112.687.468-00	Aracati	CE	Habilitado
598	Grupo de Cantigas de Roda Umbuzeiros	Oscarino Aguiar Cordeiro	105.761.506-49	Porteirinha	MG	Habilitado
599	Bloco Afro Cultural Lamento Negro	Osmair José de Melo	933.118.934-68	Paulista	PE	Habilitado
600	Guarda de Congado	Osmar Aparecido de Carvalho	707.329.496-53	Caetanópolis	MG	Habilitado
601	Coletivo de Cultura Sertaneja de Raiz do Lindeia, Regina, Durval de Barros e região	Osvaldo Marco Alves	969.403.016-15	Belo Horizonte	MG	Habilitado
602	Produtores de Cultura da Serra Bahia	Otávio da Silva Pereira	854.776.645-68	Serra Dourada	BA	Habilitado
603	Grupo Cultural Fuzuê	Patrícia Fernandes Barbosa	055.345.234-76	Olinda	PE	Habilitado
604	Adjokè Contos e Encantos	Patrícia Pereira de Matos	702.854.463-04	Fortaleza	CE	Habilitado
605	Grupo Junino K Pra Nois	Paulo Antonio de Souza Neto	065.437.714-61	Pedro Velho	RN	Habilitado
606	Grupo da União- Trovão Azul/ Pífaros do Serrote	Paulo Bispo Jordão	470.110.765-49	Serrolândia	BA	Habilitado
607	Maracatu Mantiqueira	Paulo Cesar de Azeredo	977.658.648-15	Paraisópolis	MG	Habilitado
608	Grupo dos Mascarados e Fanfarras de Maragojipe	Paulo Cesar Fernandes dos Santos	650.379.105-44	Maragojipe	BA	Habilitado
609	Mesa de Samba Autoral de Pernambuco	Paulo Cesar Mendes	384.638.307-49	Recife	PE	Habilitado
610	Maracatu Ouro do Congo	Paulo Felix Pinheiro	335.382.008-66	São Paulo	SP	Habilitado
611	Grupo de Tambor Tio Anorio	Paulo Geovane da Silva Guimarães	803.959.101-43	Silvanópolis	TO	Habilitado
612	Acervo Cultural "Um Pouco Do Que É Nosso"	Paulo Sérgio Almeida Corrêa	334.529.382-04	São Domingos do Capim	PA	Habilitado
613	Força Jovem Lamarãoense	Paulo Silva Souza	990.273.135-04	Lamarão	BA	Habilitado
614	Arraiá Nação Junina	Paulo Victor Rocha Alves	084.468.344-21	Mossoró	RN	Habilitado
615	Grupo de Reisado Santos Reis Guaranilândia	Pedro Alves Pereira	134.110.126-68	Jequitinhonha	MG	Habilitado
616	Grupo Sem Pantim de Música Folclórica Nordestina e Afrobrasileira	Pedro Henrique Ursini Fernandes Pires	488.123.518-40	São Vicente	SP	Habilitado
617	Coco da gente	Pedro Paulo Marques Campolina	040.953.176-63	Belo Horizonte	MG	Habilitado
618	Santo de Casa - Tecnologias Populares	Pércila Márcia da Silva	062.461.448-45	São José dos Campos	SP	Habilitado
619	Caboclos- Malhação de Judas e Rei de Congo do Mestre Bebé	Perpétua Simone da Silva Alves	093.489.614-38	Major Sales	RN	Habilitado
620	Banda Os Floriano do Pífano	Poliana Emiliano Martins	007.452.954-44	Fagundes	PB	Habilitado
621	Arraial do Sem Nome	Pollyanna Cristina da Silva Lourenço de Jesus	087.622.626-88	Belo Horizonte	MG	Habilitado
622	Coletivo Mulheres de Ori	Priscila Aparecida Novaes	318.759.248-17	São Paulo	SP	Habilitado
623	Grupo Zanzar	Priscila Maria de Barros	110.720.767-30	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
624	C4: Cultura, Arte Corpo e Movimento	Rafael Antônio da Silva	071.796.864-25	Aliança	PE	Habilitado
625	LiterAtos	Rafael Augusto Costa de Oliveira	038.202.944-57	Vitória de Santo Antão	PE	Habilitado
626	Contatroupe	Rafael Francis	026.883.989-11	São Miguel Arcanjo	SP	Habilitado
627	Rafael Inacio da Silva	Rafael Inácio da Silva	311.059.668-79	Mauá	SP	Habilitado
628	Coletivo Quizomba	Rafael Junqueira Moreira	395.395.518-70	Londrina	PR	Habilitado
629	Grupos de Danças Folclóricas Alemãs de Ivoti/RS	Rafael Luan Jahnel	025.795.740-50	Ivoti	RS	Habilitado
630	Grupo de Rabeca	Rafael Sousa da Fonseca e Silva	092.778.964-77	Natal	RN	Habilitado
631	Jongo da Lapa	Rafael Valladão	058.328.017-09	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
632	Congada de São Benedito e Nossa Senhora do Rosário de Carapicuiba	Rafaela dos Santos Felipe	313.916.698-27	Carapicuíba	SP	Habilitado
633	Teatro Público	Rafaela Kênia Alves da Silva	073.157.146-00	Belo Horizonte	MG	Habilitado
634	Grupo de Tambor de Crioula "Mimo de São Benedito" do Quilombo Local	Raimunda Cardoso	786.242.313-53	Rosário	MA	Habilitado
635	Reisado do Saruê	Raimunda Maria da Silva Nascimento	572.170.844-15	Santa Maria da Boa Vista	PE	Habilitado
636	Grupo Parafolclórico Frutos do Pará	Raimunda Nazaré Conceição de Azevedo	424.345.212-15	Belém	PA	Habilitado
637	Grupo de São Gonçalo	Raimunda Roza de Souza	258.486.314-68	Salgueiro	PE	Habilitado
638	Tenda de Umbanda São Raimundo	Raimundo Alves Pereira	290.939.703-30	Bacabal	MA	Habilitado
639	Estrela D' Alva	Raimundo Bruno dos Santos	438.445.885-15	Ibiquera	BA	Habilitado
640	Cordelando no São Francisco	Raimundo Nonato Medrado do Nascimento	027.638.734-13	Santa Maria da Boa Vista	PE	Habilitado
641	Companhia de Reis de São Lucas	Raquel Groppo Nunes Cerqueira	332.476.128-07	Limeira	SP	Habilitado
642	Projeto Negro Sim	Regiane Carvalho Leal	013.458.661-19	Paraíba do Sul	RJ	Habilitado
643	Balanço do Coqueiro	Regilane Alves Dos Santos	063.820.833-56	Itapipoca	CE	Habilitado
644	Banda de Congo Kosnchaça	Regina Maria Paranhos	015.297.617-51	Serra	ES	Habilitado
645	Congo Rosário de Maria	Renata Cristy Ferreira de Franca	109.263.326-00	Patrocínio	MG	Habilitado
646	Grupo de danças kizomba	Renata Lobato Viana	009.957.853-09	Imperatriz	MA	Habilitado
647	GRBC esse não deixa furo de Nilopolis	Renato Fernando Marques	792.952.317-91	Nilópolis	RJ	Habilitado
648	Corporação Musical Yolanda Ascencio	Renato Rainatto	306.828.248-95	São Caetano do Sul	SP	Habilitado
649	Quadrilha Junina Explosão Matuta	Renato Sérvulo Monteiro Cavalcante	073.005.934-70	Rodolfo Fernandes	RN	Habilitado
650	"Grupo de Jongo Tambores de São Mateus"	Renelio Santos Mendes	970.053.717-04	Anchieta	ES	Habilitado
651	Grupo Parafolclórico Estrela de São João	Richardson Rodrigues Gutterres	012.307.622-64	Tucuruí	PA	Habilitado
652	Quadrilha Junina Arraiá	Risoneide Pereira da Silva	090.325.564-28	Escada	PE	Habilitado
653	Boi de Reis Sete Estrelas	Rita de Cássia Machado Amaral	058.774.764-16	São José do Campestre	RN	Habilitado
654	Coco de Roda Raridades	Robert dos Santos Batista	053.881.994-85	Maceió	AL	Habilitado
655	Cordiart	Roberto Diego Lima	013.761.334-23	Olinda	PE	Habilitado
656	Boi Tira Teima	Roberto Gercino da Silva	167.814.064-34	Caruaru	PE	Habilitado
657	Quadrilha Junina Pó de Serra do Coroné Canuto	Roberto Gomes do Nascimento	738.782.004-04	João Pessoa	PB	Habilitado
658	Agentes de Cultura Serramanhenses- BA	Robevan Neves de Almeida	066.777.055-01	Serra do Ramalho	BA	Habilitado
659	Bumba Meu Boi de Zabumba Cidade de São Paulo	Robson Luiz Miguez Dias	269.398.783-00	São Paulo	SP	Habilitado
660	Grupo de Fandango Batido São Gonçalo	Rodolfo Guimarães Vidal	295.044.018-56	Cananeia	SP	Habilitado
661	Mestras da Culinária de Igarapé	Rodrigo Alves Marques	079.735.476-06	Igarapé	MG	Habilitado
662	Garoa do Recôncavo - Mestre Ananias	Rodrigo Bruno Lima	279.685.728-00	São Paulo	SP	Habilitado
663	Sobrado das Artes	Rogério Barbosa dos Santos	317.743.678-90	Santos	SP	Habilitado
664	Grupo Musical "Atrevidas do Chorinho"	Romildo Manoel da Silva	098.688.444-87	Maceió	Al	Habilitado
665	Quadrilha Explosão Junina	Rômulo Emanuel de Morais Vale	110.906.524-88	Gov. Dix-Sept Rosado	RN	Habilitado
666	Grêmio Cultural e Recreativo Quadrilha Junina Balancê Mineiro	Ronneli Pietro Pereira	108.423.466-19	Belo Horizonte	MG	Habilitado
667	Quadrilha Junina Zé Monteiro	Rosa Soares da Fonseca	131.791.794-49	João Pessoa	PB	Habilitado
668	Reisado Belas Estrelas	Rosana dos Santos	008.030.725-62	Santo Amaro das Brotas	SE	Habilitado
669	Grupo Folclórico Polonês Krakus	Rosane Martins	000.978.790-96	Ijuí	RS	Habilitado
670	Embaixadores da Maloca do Barbosa	Roseli Feliciano Arouca Calixto dos Santos	093.918.818-07	Santo André	SP	Habilitado
671	Bumba Boi Novilho de Ouro	Rosely da Cruz Lima	352.114.823-87	Chapadinha	MA	Habilitado
672	"Dança dos Velhinhos"	Rosemaria Souza Assunção	005.599.155-60	Nilo Peçanha	BA	Habilitado
673	Grupo de Carimbó Revelação do Zimba (Raiz)	Rosemiro Gonçalves Freire	776.273.182-20	Marapanim	PA	Habilitado
674	Ciranda da Alegria	Rosilda de Fátima Soares da Silva	674.024.024-87	Conde	PB	Habilitado
675	Arraiá da Roça	Rosilda dos Santos Costa	011.890.804-94	Bom Jesus	RN	Habilitado
676	Boi Bumbá Tira Fama	Rosimara Corsino da Silva	808.696.702-63	Itacoatiara	AM	Habilitado
677	Blumenauer Volkstanzgruppe	Roswitha Ziel	902.691.879-87	Gaspar	SC	Habilitado
678	Cordão de Passaro Bragantino	Rubenilson da Silva e Silva	842.101.922-87	Bragança	PA	Habilitado
679	Quadrilha Mistura de Raça mantendo firme as tradições	Rubens Cassio Barbosa Chagas	011.314.283-82	Pentecoste	CE	Habilitado
680	Grupo Afro Filhos do Barbosão	Rui Barbosa dos Santos	986.843.450-53	Venâncio Aires	RS	Habilitado
681	Grupo de Fandango Caiçara Família Neves	Salvador Alberto das Neves	269.177.408-29	Cananeia	SP	Habilitado
682	Grupo "Trilha os Escolhidos"	Samuel de Paula Santoro	351.140.198-48	Cunha	SP	Habilitado
683	Maracatu Uinu Ere	Samuel Pereira do Nascimento	026.347.983-85	Crato	CE	Habilitado
684	Os Canarinhos da Vila de Araquaim	Sandoval Soares	235.752.982-20	Curuçá	PA	Habilitado
685	Sarau Porreta	Sandra Lima de Andrade	014.862.217-85	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
686	Maracatu Nação Tigre	Sandra Maria da Silva	795.780.394-68	Olinda	PE	Habilitado
687	Grupo Cultural Luz do Sertão	Sandro Manoel de Alencar	106.807.524-47	Salgueiro	PE	Habilitado
688	Grupo de Samba de Roda e Marinheiro das Comunidade Quilombola da Lagoa Santa de Ituberá Bahia	Santilia Ramos dos Santos	330.936.605-72	Ituberá	BA	Habilitado
689	Coletivo Porta 84	Saulo Sandro Alves Dias	828.411.606-53	Uberlândia	MG	Habilitado
690	Banda Viola Cabocla	Sebastião Carvalho Pedrosa	302.950.096-91	Patrocínio	MG	Habilitado
691	As caluas de pirituba	Severina Rosa da Cunha	035.971.094-89	Vitória de Santo Antão	PE	Habilitado
692	Grupo Paracauari	Sheila da Cunha Alves	822.004.192-04	Salvaterra	PA	Habilitado

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800031

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

693	Rede Local de Bibliotecas Comunitárias: "Tecendo uma Rede de Leitura"	Shirley da Rosa Garrido	823.191.389-47	Duque de Caxias	RJ	Habilitado
694	Congada do Divino Espírito Santo	Sidineia dos Santos	179.064.738-09	Mogi das Cruzes	SP	Habilitado
695	Tambor de Crioula: em Samba de Roda	Silvana Rodrigues Quintilhano	026.027.189-18	Cambé	PR	Habilitado
696	Congado de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Graças	Silvânia Aparecida dos Santos Borges	408.511.336-49	Ouro Preto	MG	Habilitado
697	Companhia Arteira	Silvia de Araujo Silveira	025.847.087-95	Nova Friburgo	RJ	Habilitado
698	Folia da Padroeira Santana	Silvia Ferreira dos Santos Menezes	557.275.651-20	Silvanópolis	TO	Habilitado
699	Cia. Porto de Luanda	Silvio Ribeiro Viana	134.301.608-80	São Paulo	SP	Habilitado
700	Samba de Roda Vóvó no Samba	Simone Santos Souza	783.035.325-53	Aracaju	SE	Habilitado
701	Grupo Encenando a Tradição	Sirlene Matos da Silva	020.564.321-37	Mateiros	TO	Habilitado
702	Guardiões da Tradição Boi Bumbá Corre Campo	Socorro de Souza Batalha	782.653.392-91	Manaus	AM	Habilitado
703	Grupo de Carimbó Mojuim	Stélio de Almeida Moura	116.659.632-04	São Caetano de Odivelas	MA	Habilitado
704	Terno do Sol	Sueli Ribeiro	024.636.795-49	Salvador	BA	Habilitado
705	Bloco Carnavalesco do Baraúnas	Sulivan Dias da Mota	791.777.944-00	Mossoró	RN	Habilitado
706	Toques para Odudua	Suzana Gabriela Matias do Nascimento	089.599.847-52	Nova Iguaçu	RJ	Habilitado
707	Grupo Içá Interação Cultura e Arte	Tadeu Arquimedes Ribeiro de Oliveira	322.642.118-22	Lagoinha	SP	Habilitado
708	Associação Beneficente, Cultural e Educativa Casa da Felicidade	Taiana Brigida Santana Santos	848.684.655-20	Salvador	BA	Habilitado
709	Coco das Estrelas	Taichichuan Felipe da Costa	084.802.284-07	Recife	PE	Habilitado
710	Casa da Cultura - Góes Artigas	Taisa Lewitzki	062.242.399-16	Inácio Martins	PR	Habilitado
711	Percussão para Cultura e Cidadania	Tarcísio Soares Resende	907.751.714-68	Recife	PE	Habilitado
712	Grupo Teatre-se: Teatro e protagonismo Juvenil Feminino nas Favelas do Pavão, Pavãozinho e Cantagalo	Tatiana Bastos de Sousa	086.560.257-07	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
713	Festejos de Senhor do Bomfim 2 Região Quilombola Bandeira	Tatyelle Rodrigues de Menezez	051.038.041-12	Silvanópolis	TO	Habilitado
714	Bumba Meu Boi de Bequimão (Sotaque de orquestra)	Teodoro Costa Martins	146.711.903-20	São Luis	MA	Habilitado
715	Mulheres Artesãs da Enseada da Baleia- MAE	Terezinha do Carmo Mendonça Cardoso	288.600.528-23	Cananéia	SP	Habilitado
716	A Hora do Coco	Thalyane Ferreira de Moraes	089.469.414-64	Recife	PE	Habilitado
717	Arturos Filhos de Zambi	Thiago Antonio Silva dos Santos	072.141.996-88	Contagem	MG	Habilitado
718	Grupo de Folia de Reis de Andrequicé	Thiago dos Reis Gomes Venâncio	079.731.616-78	Três Marias	MG	Habilitado
719	Reisado do T'Nato	Thiago Soares de Sousa Santos	022.993.683-02	Trairi	CE	Habilitado
720	Movimento Honório Gurgel	Tuila Brezolini	144.787.627-08	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
721	Luar do Sertão Grupo de Danças	Ubiratânia Queiroz Batista	780.778.694-91	Custódia	PE	Habilitado
722	Flor da Aroeira	Valdenir Alves dos Santos	265.304.218-58	São Paulo	SP	Habilitado
723	Maracatu Raízes do Sertão	Valderlan Alves Freitas Baltazar	097.351.334-90	Arcoverde	PE	Habilitado
724	Folia de reis de todos os santos	Valdir Rivero Garcia	133.124.828-01	Osasco	SP	Habilitado
725	Orquestra Canta Viola	Valério Francisco Alves	491.361.276-04	Patrocínio	MG	Habilitado
726	Associação Trevisani Nel Mondo	Valério Simonetti	098.980.430-68	Bento Gonçalves	RS	Habilitado
727	Mamulengo Sem Fronteira	Valtermir Cedro dos Santos	873.358.831-72	Vicente Pires	DF	Habilitado
728	Bloco Carnavalesco Galo da Madrugada	Vanderlânia Jaenia Morais Varela	094.468.044-50	Mossoró	RN	Habilitado
729	Quadrilha Junina Raio de Sol	Vandré Araújo Cechinel	043.626.014-06	Olinda	PE	Habilitado
730	Grupo de Dança Suça Tia Benvinda	Veroni Tavares Albuquerque	033.357.504-03	Natividade	TO	Habilitado
731	Cia. Fragatas de Teatro	Vileide Ferreira Soares	073.220.616-24	Pirapora	MG	Habilitado
732	Grupo Artesanato Sustentável/ Comunidade Quilombola do Corcovado	Vilma Novais Damacena	042.367.435-82	Palmeiras	BA	Habilitado
733	Vila Cultural	Vinícius Ferreira Natal	113.725.477-70	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
734	Grupo Cultural Baque Virado da Borborema	Virgínia Silva Passos	826.258.674-34	Campina Grande	PB	Habilitado
735	Grupo Lambadeiros de Elite	Vlademir Oliveira dos Reis	007.108.821-06	Cuiabá	MT	Habilitado
736	Grupo de Jongo Tambores de Machadinha	Wagner Nunes Firmino	134.222.407-80	Quissamã	RJ	Habilitado
737	Amigos das Artes	Waldete Moraes Correa	062.747.813-15	São Luis	MA	Habilitado
738	Folia de Reis João Timóteo	Walério dos Reis Ferreira Cesar	635.713.661-15	Brasília	DF	Habilitado
739	Grupo Tá no Sangue	Wallace Frank da Silva	109.459.306-07	Inhapim	MG	Habilitado
740	Grupo Atiro	Wallace Gonçalves Lino	127.556.957-90	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
741	Boi Bumbá regional Clamor de um Povo	Wallace Wander Matos das Chagas	590.562.662-68	Manaus	AM	Habilitado
742	Pavãozinho Capanemense	Walmeire Alves de Melo Costa	049.350.982-87	Capanema	PA	Habilitado
743	Cia de Reis "Família Barbosa"	Walter Gaspar dos Reis Anastácio	214.276.156-91	Lavras	MG	Habilitado
744	Movimento de dança Wanderson José	Wanderson José da Silva	040.341.374-52	Gravatá	PE	Habilitado
745	Quadrilha Pé de Serra do Bairro Baraúnas	Wanderson Santana dos Santos	068.899.425-31	Brumado	BA	Habilitado
746	Coco de Olga	Wandson Edson Tavares Batista	085.171.134-03	Igarassú	PE	Habilitado
747	Biblioteca Comunitária Mestre Batista	Wanessa Kariny Gonçalves dos Santos	061.645.124-50	Aliança	PE	Habilitado
748	Ponto de Cultura e Mídia Livre Serpentário Produções	Washington Kuipers de Moraes	867.812.862-34	Vilhena	RO	Habilitado
749	Som do Sisal	Webson Santana de Almeida	057.384.335-05	Conceição do Coité	BA	Habilitado
750	Boi Treloso	Wesley Maximo da Silva	094.212.244-50	Recife	PE	Habilitado
751	Samba de Coco Mestre Zé Zuca	Willams Lucian Belo Ramo	095.563.924-75	Queimadas	PB	Habilitado
752	Grupo de Teatro da Paixão de Cristo	William de Assunção Rafael	334.799.278-40	São Paulo	SP	Habilitado
753	Biblioteca Comunitária "Livros do Tambor"	Williams Lima Cabral	064.998.434-07	Campina Grande	PB	Habilitado
754	Afoxé Omó Oxum	Williane Lessa dos Santos	059.225.215-94	Aracaju	SE	Habilitado
755	Folia de Reis Mestre Joaquim Mulato	Willianful Vieira de Andreza	992.214.383-68	Barbalha	CE	Habilitado
756	Raízes de Portugal	Wilna Moraes Correa Pereira	427.857.153-49	São Luis	MA	Habilitado
757	Galeota das Artes	Wilson Sena Martins	006.254.055-60	Curaçá	BA	Habilitado
758	Congo Estrela Guia	Yuri Adriano de Souza	131.634.356-10	Patrocínio	MG	Habilitado
759	Afoxé Omilodê	Zélio Hermínio da Rosa de Souza	030.880.619-09	Joinville	SC	Habilitado
760	Quadrilha Junina Buscapé	Zenaide dos Santos Diogo Rosa	770.064.885-91	Juazeiro	BA	Habilitado

IV - HERDEIROS DE MESTRES E MESTRAS IN MEMORIAM HABILITADOS:

N.º	Candidato Responsável (herdeiro)	CPF	Nome do Mestre *in Memoriam*	Cidade	UF	Fase de Habilitação
1	Adailton Moreira Costa	766.237.507-20	Beatriz Moreira Costa	Nova Iguaçu	RJ	Habilitado
2	Adeildo Paraíso da Silva	122.479.954-20	Severina Paríso da Silva	Olinda	PE	Habilitado
3	Ademilson Rodrigues	356.187.524-68	Manuel Eudócio Rodrigues	Caruaru	PE	Habilitado
4	Ademir Barbosa da Cruz	096.961.642-20	Tomaz Barbosa da Cruz	Soure	PA	Habilitado
5	Ailton Gomes de Oliveira	002.497.146-47	Maria Simplício Gomes	Almenara	MG	Habilitado
6	Arcênio Araújo	700.314.958-34	André Araújo	Água Fria	BA	Habilitado
7	Arvanley Augusto Santos Wanderley	012.724.245-70	José Augusto dos Santos	São Cristóvão	SE	Habilitado
8	Creuza Ana Bomfim	376.986.644-49	Nivaldo Abdias Bomfim	Maceió	AL	Habilitado
9	Daniel Alves da Silveira	382.180.718-06	Geraldo Alves da Silveira	São Luís do Paraitinga	SP	Habilitado
10	Ednaldo Manoel da Silva	055.999.509-13	Manoel Honorato da Silva	Porto Belo	SC	Habilitado
11	Eleonora Aparecida Alves	068.748.918-04	Maria de Lourdes Alves	Hortolândia	SP	Habilitado
12	Francisca Dias	608.278.150-34	Severina Maria Francisca Dias	Osório	RS	Habilitado
13	Galdino Oliveira Souza	001.457.295-83	Marcos Gonçalves de Souza	Feira de Santana	BA	Habilitado
14	Gláucio Teixeira da Câmara	011.240.754-45	Lucas Teixeira de Moura	São Gonçalo do Amarante	RN	Habilitado
15	Isabel Casimira Gasparino	988.564.136-04	Isabel Casimira das Dores Gasparino	Belo Horizonte	MG	Habilitado
16	Jefferson da Silva Souza	100.499.564-42	Carlos Roberto Souza	Cabo de Santo Agostinho	PE	Habilitado
17	Joel de Araújo	003.002.627-01	Vitório Manoel de Araújo	Cariacica	ES	Habilitado
18	José Plácido Sousa dos Santos	570.447.323-72	Bartolomeu dos Santos	São Luís	MA	Habilitado
19	José Regivaldo Pereira da Silva	024.865.313-00	MARIA FRANCISCA PEREIRA DA SILVA	Imperatriz	MA	Habilitado
20	Julio Pereira da Silva	724.020593-20	Maria Luzia Pereira da Silva	Bacabal	MA	Habilitado
21	Karlla Christine Araújo Souza	033.773.584-04	João Archanjo de Souza	Itapetim	PE	Habilitado
22	Lucélia Pereira Ferreira	040.496.866-00	João do Lino Mar	Bocaiúva	MG	Habilitado
23	Mailson Costa Passarinho	733.147.902-44	Manoel Chaves Passarinho	Marapanim	PA	Habilitado
24	Maria Bernadete da Costa Prado	109.561.768-01	Joaquim Pereira da costa	São Bento do Sapucaí	SP	Habilitado
25	Maria Rodrigues Loures	001.870.477-82	Carlos Roberto Loures	Cariacica	ES	Habilitado
26	Mateus Silva dos Santos	059.013.145-14	Antônio Marcolino dos Santos	Morro do Chapéu	BA	Habilitado
27	Odaiza de Pontes Galvão	009.459.374-40	Manoel Lopes Galvão	Natal	RN	Habilitado
28	Paulo Gilberto Montelo Pimenta	601.472.423-04	José de Ribamar Pimenta	Turiaçú	MA	Habilitado
29	Raimunda Carvalho das Neves	521.850.523-49	Raimunda Carvalho das Neves	Bacabal	MA	Habilitado
30	Raimundo Rodrigo dos Santos Silva	742.763.012-20	Domingos da Silva	Marapanim	PA	Habilitado

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800032

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

31	Roman Ruiz Maranhão	284.727.804-49	Liêdo Maranhão de Souza	Olinda	PE	Habilitado
32	Severina Baracho da Silva	709.873.944-87	Antonio Baracho da Silva	Abreu e Lima	PE	Habilitado
33	Valentina Monteiro da Silva	424.539.334-34	Manoel Monteiro da Silva	Campina Grande	PB	Habilitado
34	Walter Mello Ferreira	828.876.750-87	Walter Calixto Ferreira	Viamão	RS	Habilitado
35	William Moraes Corrêa	427.845.653-00	William Moraes Corrêa	São Luis	MA	Habilitado
36	Yorrana da Silva Ferreira	086.869.494-01	Selma Ferreira da Silva	Olinda	PE	Habilitado

V - PESSOA FÍSICA (MESTRES E MESTRAS) INABILITADOS:

Nº	Candidato(a)	CPF	Cidade	UF	Inabilitado	Motivo em caso de inabilitação
1	Adaewerton Henrique de Lima Santos	108.425.024-16	São Miguel dos Campos	AL	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alínea "b".
2	Ademilson Aparecido Antunes	072.862.048-07	Pratânia	SP	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.6 e Edital nº 4, de 27/07/2017.
3	Adenilson Avellar dos Santos	084.601.367-36	Vassouras	RJ	Inabilitado	Em desacordo com o item 1.4.
4	Adílio Quirino da Silva	656.814.287-53	Cachoeiro de Itapemirim	ES	Inabilitado	Em desacordo com os itens 8.5 e 8.10.1, alínea "b"
5	Aécio Rodrigues de Oliveira	991.448.598-72	Crato	CE	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.4.
6	Afrísio Acácio	216.047.204-25	Arapiraca	AL	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1 alínea "b".
7	Agleison Rodrigues dos Santos	699.516.242-00	Epitaciolândia	AC	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alínea "b".
8	Aidêe Nascimento Anjos	262.997.985-72	Lauro de Freiras	BA	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1 alínea "b"
9	Alberto Gonçalves da Silva	267.007.864-87	Tracunhaém	PE	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a" e "b".
10	Alberto José de Freitas	659.811.468-34	Guarujá	SP	Inabilitado	Em desacordo com o item 1.4
11	Alcino José de Souza Filho	976.960.307-44	São Gonçalo	RJ	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a", "b" e "c".
12	Aldeci Gomes da Silva	016.932.307-20	Cachoeiro do Itapemirim	ES	Inabilitado	Em desacordo com o item 1.4.
13	Almah Mamudy da Silva Zacarias	473.274.642-04	Manaus	AM	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a", "b" e "c".
14	Almir Simões Pereira	624.467.467-72	Duque de Caxias	RJ	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alínea "b".
15	Amir Haddad	046.996.537-15	Rio de Janeiro	RJ	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "b" e "c".
16	Ana Carla Nunes Pereira	794.038.595-04	Amargosa	BA	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a" e "b".
17	Ana Maria de Jesus	029.674.776-99	São Lourenço	MG	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alínea "b"
18	Ana Maria Sierra Marques	274.951.358-83	São Sebastião	SP	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a" e "b"
19	Ana Teresa dos Santos	663.367.165-20	Simão Dias	SE	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1 alínea "b".
20	Ananias da Paixão Barata	297.649.802-44	Marapanim	PA	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alínea "b".
21	André Joaquim dos Santos	383.007.704-10	Maceió	AL	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1 alínea "a".
22	André Luiz Siqueira Silva	783.163.915-20	Lauro de Freitas	BA	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a", "b" e "c".
23	Andrea da Silva	039.318.876-00	Contagem	MG	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1 alínea "a".
24	Anne Karolynne Santos de Negreiros	075.664.184-59	Campina Grande	PB	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alínea "b".
25	Antonio Bezerra dos Santos	083.803.332-68	Belém	PA	Inabilitado	Em desacordo com o item 1.4
26	Antonio Cardoso Andrade	302.559.968-53	São Paulo	SP	Inabilitado	Em desacordo com o item 1.4.
27	Antonio Carlos Correia Matos	000.122.025-09	Nossa Senhora do Socorro	SE	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a" e "b".
28	Antonio Carlos Santos da Silva	278.238.065-68	Salvador	BA	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1 alíneas "a".
29	Antônio José da Silva Neto	172.281.584-15	Recife	PE	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1 alínea "b".
30	Antônio Laudivam de Freitas	050.308.404-27	São João do Tigre	PB	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a", "b" e "c".
31	Antônio Marcos Lopes	029.324.764-16	Rio Formoso	PE	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1 alínea "a"
32	Antônio Michel	186.912.346-87	Igarapé	MG	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a", "b" e "c".
33	Antônio Pereira dos Santos	030.920.364-33	São João do Piauí	PI	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alínea "c".
34	Antônio Reis Gomes Viegas	236.774.142-53	São Caetano de Odivelas	PA	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alínea "b".
35	Antônio Venâncio	233.053.477-91	Vassouras	RJ	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.5.
36	Ari Edurado Collletti	047.930.508-08	Marília	SP	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1 alínea "a".
37	Arlley Canário da Silva	079.363.336-22	Belo Horizonte	MG	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a" e "b"
38	Assis Bueno	817.786.866-72	Cambuí	MG	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1 alínea "a".
39	Auguste Renoir Feliciano dos Santos	321.870.908-33	São Paulo	SP	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a" e "b"
40	Benedito Aparecido Pinheiro	065.371.938-85	Joanópolis	SP	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alínea "b"
41	Benedito Marques dos Santos	585.247.625-00	Japaratuba	SE	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.3 e 9.2 do Edital.
42	Carla Alberta Gonzalez y Gonzalez Lemos	035.109.834-83	Natal	RN	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a", "b" e "c".
43	Carlos Afonso da Paixão Maia	456.334.796-53	Montes Claros	MG	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alínea "b"
44	Carlos Alberto Moreira Dias	676.047.654-91	João Pessoa	PB	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a" .
45	Carlos Canuto Vieira	297.736.362-91	Marapanim	PA	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alínea "b".
46	Carlos Daniel Alves	213.041.648-96	São Manoel	SP	Inabilitado	Em desacordo com o item 1.4.
47	Carlos Henrique Januário	141.239.166-00	Cariacica	ES	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1 alínea "b"
48	Carlos Roberto Moreira Dias	676.047.654.91	Conde	PB	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1 alínea "b".
49	Carlos Teodório dos Santos	016.604.657-45	Nova Iguaçu	RJ	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alínea "b".
50	Carolina Neves Rafhael dos Santos Burnier	122.173.317-60	Rio de Janeiro	RJ	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1 alíneas "a", "b" e "c".
51	Cássia Regina Ribeiro da Silva	829.906.547-04	Duque de Caxias	RJ	Inabilitado	Em desacordo com o item alínea "a".
52	Catarina Paula Correia Santos	767.070.243-53	Icatu	MA	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a", "b" e "c"
53	Celso Alberto Gomes	979.794.576-68	Ouro Preto	MG	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alínea "a"
54	Charlis Abraão de Oliveira	033.495.526-25	Pimenta	MG	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a", "b" e "c"
55	Cícero José da Silva	370.455.474-04	Caruaru	PE	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1 alínea "b".
56	Cimael Aparecido Campos	052.190.166-95	Capelinha	MG	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a", "b" e "c".
57	Cládio Luiz Gonçalves	003.247.337-04	Vassouras	RJ	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.5.
58	Clair Hahn Fermiano	460.459.379-53	Sombrio	SC	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.4.
59	Clara Olinda Drumond	007.078.287-58	Santo Antônio de Pádua	RJ	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1 alínea "b".
60	Cláudio Cardoso de Andrade Costa	134.917.682-68	Belém	PA	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alínea "b".
61	Claudio Ferreira de Souza	339.818.332-87	Santarém	PA	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1 alínea "c"
62	Cláudio Henrique dos Santos	985.208.226-49	Pará de Minas	MG	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a" e "b".
63	Claudio Lopes Lima da Silva	840.327.663-04	Juazeiro do Norte	CE	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a" e "b".
64	Claudionor Rosa	153.340.827-00	Resende	RJ	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a", "b" e "c".
65	Claunéia Pereira de Matos	962.632.370-15	Nova Santa Rita	RS	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a" e "b".
66	Crisomonte Michel Medeiros Lima	041.903.733-03	São Gonçalo do Amarante	CE	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "b" e "c".
67	Cristiane dos Santos Gurjão	083.796.877-10	Duque de Caxias	RJ	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a" e "b"..
68	David Sousa Rosa	168.253.118-08	Campinas	SP	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a" e "b".
69	Debora Dantas Pio da Costa	109.547.707-22	Rio de Janeiro	RJ	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alínea "b".
70	Décio Luís de Jesus Dias	067.061.485-80	Tucano	BA	Inabilitado	Em desacordo com o item 1.4.
71	Derli da Silva Costa	507.165.497-00	Rio de Janeiro	RJ	Inabilitado	Em desacordo com o item 1.4
72	Deyvid Correa Martins	008.917.909-93	Abdon Batista	SC	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a", "b" e "c".
73	Divanei Cardoso Neri	318.843.932-68	Belém	PA	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alínea "b".
74	Djalma Alves da Mota	393.586.074-91	Caicó	RN	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1 alínea "b".
75	Domingas Leonor da Silva	109.114.481-87	Cuiabá	MT	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alínea "a".
76	Domingos Carlos Alves do Amaral	037.999.613-80	Icatu	MA	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a", "b" e "c".
77	Donzílio Luiz de Oliveira	128.087.501-10	Brasília	DF	Inabilitado	Em desacordo com os itens 8.4 e 8.10.1, alínea "b".
78	Douglas Gomes da Silva	111.538.954-80	Feira de Santana	BA	Inabilitado	Em desacordo com os itens 1.4 e 8.10.1, alíneas "a","b" e "c"
79	Dulce Tupy Caldas	618.326.427-04	Saquarema	RJ	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a" e "b".
80	Edivan dos Santos Guajajara	036.926.253-08	Árame	MA	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a", "b" e "c"
81	Edmar Barbosa Bonfim	582.172.157-15	João Pessoa	PB	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alínea "a".
82	Edmundo Morais Favacho	396.222.902-72	Marapanim	PA	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alínea "b".
83	Edna Maria da Costa e Silva	892.568.756-91	Ananindeua	PA	Inabilitado	Em desacordo com o item 1.4 do edital.
84	Elaine de Oliveira da Rosa	985.188.870-20	Fontoura Xavier	RS	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a", "b" e "c"
85	Elaine Michel	050.971.056-56	Igarapé	MG	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a", "b" e "c".
86	Elisângela Alves dos Santos	032.817.325-85	Caculé	BA	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1 alíneas "a", "b" e "c".
87	Elizabete Matos Medrado da Silva	219.149.905-87	Juazeiro	BA	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alínea "a".
88	Elizabeth dos Santos Braz	119.767.108-04	São Sebastião	SP	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a", "b" e "c".
89	Elizabeth Leite Pantoja	097.984.632-34	Belém	PA	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alínea "c" e com Edital nº 4, de 27/07/2017.
90	Elsa Annie Guillot	600.091.583-75	Aquiraz	CE	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a", "b" e "c".
91	Emília dos Santos	872.963.903-44	Catanhede	MA	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alínea "c".
92	Erotildes Pereira da Silva	015.254.667-71	Cachoeiro de Itapemirim	ES	Inabilitado	Em desacordo com os itens 2.5 e 8.10.1, alínea "b" .
93	Euclides José Alves	439.320.707-63	Rio de Janeiro	RJ	Inabilitado	Em desacordo com o item 1.4
94	Fabiane Maria Pereira	887.030.454-04	Camaragibe	PE	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a", "b" e "c".
95	Felipe Antonio Battistoni	415.728.628-66	Campinas	SP	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1 alíneas "a" e "b".
96	Felipe Pereira Vasques	079.769.344-06	Natal	RN	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a", "b" e "c".

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800033

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

97	Felipe Simões	383.172.348-60	Carapicuíba	SP	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a" e "b"
98	Fernanda Lopes Machado	012.264.021-78	Águas Claras	DF	Inabilitado	Em desacordo com o item 1.4
99	Fernando Albino de Alcântara	174.275.717-03	Paraty	RJ	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a" e "b"
100	Fernando André da Silva	629.100.606-59	Muriaé	MG	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a", "b" e "c"
101	Flávio Junior Freitas Ferreira	046.768.184-83	João Pessoa	PB	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a", "b" e "c".
102	Florentina Pereira Santos	552.866.401-25	Alto Paraíso de Goiás	GO	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alínea "b".
103	Fortunato Francisco Teixeira	737.508.677-04	Vassouras	RJ	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.5.
104	Francisca Dalvania Pereira Soraio	085.949.874-39	Sousa	PB	Inabilitado	Em desacordo com o item 1.4
105	Francisco Alves	278.963.154-91	Bayeux	PB	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.6 e Edital nº 4, de 27/07/2017.
106	Francisco Cavalcanti de Lima	001.834.928-54	Cambuí	MG	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1 alínea "a".
107	Francisco Cazuza da Silva Sobrinho	022.955.184-07	Poço de José de Moura	PB	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alínea "b".
108	Francisco Correia Lima	107.236.413-15	Juazeiro do Norte	CE	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alínea "b".
109	Francisco de Assis Paiva Araújo	446.104.162-04	Bela Cruz	CE	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a", "b" e "c".
110	Francisco de Assis Silva	413.627.564-15	Brasília	DF	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alínea "b".
111	Francisco Diassis Souza Barboza	079.532.464-22	Rafael Fernandes	RN	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a" e "b".
112	Francisco Ferreira Lima	098.500.234-49	João Pessoa	PB	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1 alínea "b".
113	Francisco Oliveira	045.805.514-00	Delmiro Gouveia	AL	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a", "b" e "c".
114	Francisco Ramony Justino Dos Santos	069.888.514-70	João Pessoa	PB	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a", "b" e "c".
115	Francisco Simões de Oliveira Neto	244.428.441-00	Brasília	DF	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a"e "b".
116	Gedeão Faustino Nunes Filho	622.512.604-04	Sumé	PB	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.4.
117	Georgia da Cunha Marques	080.285.626-80	Arraias	TO	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a"e "b".
118	Geraldo dos Santos Maia	090.527.714-72	Santa Cruz	RN	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1 alínea "b".
119	Geraldo Magela Toledo	114.260.121-87	Brasília	DF	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alínea "b".
120	Gilberto Saldanha de Oliveira	399.851.722-72	Marituba	PA	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1 alínea "b".
121	Gilsimar de Oliveira Alves	121.052.347-71	Vassouras	RJ	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.5.
122	Giovani de Oliveira Facchini Castanharo	412.827.568-93	Guarulhos	SP	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a" e "b".
123	Givanilton de Araújo Barbosa	069.391.654-01	João Pessoa	PB	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a" e "b".
124	Guilherme dos Santos Junior	102.046.507-71	Rio de Janeiro	RJ	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.5
125	Hamilton Aleixo do Rosário	039.300.682-49	Marapanim	PA	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alínea "b".
126	Helson dos Santos Alves	664.484.257-72	Rio de Janeiro	RJ	Inabilitado	Em desacordo com o item 9.2 e item 8.10.1 alínea "b".
127	Humberto Salustiano Galdino	087.619.597-40	Niterói	RJ	Inabilitado	Em desacordo com o item 1.4.
128	Ieda Francischetti	069.760.728-37	Marília	SP	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a" e "b"
129	Irton Mário da Silva	835.472.404-25	Recife	PE	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alínea "b"
130	Izaías Quirino da Silva	310.603.407-63	Cachoeiro de Itapemirim	ES	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alínea "b".
131	Izaura Nocolau	803.556.924-45	Macveió	AL	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.6 e Edital nº 4, de 27/07/2017.
132	Jaime Nicola de Oliveira	243.833.924-15	Jaboatão dos Guararapes	PE	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alínea "b".
133	Jane de Assis Nascimento Lima	059.783.474-17	Santa Luzia	PB	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a" e "b".
134	Janete Lainha Coelho	158.948.355-34	Ilhéus	BA	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.5
135	Jean Rosa Manhaes	144.735.177-05	Engenheiro Paulo de Frontin	RJ	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a" e "b".
136	Jéssica Brenda Bernardo	410.735.708-27	São Paulo	SP	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a" e "b".
137	Joana Monteiro Neves	262.650.522-68	Marapanim	PA	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alínea "b".
138	João Batista da Silva	934.188.418-72	Ubatuba	SP	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alínea "b".
139	João Batista Ferreira Lima	213.566.453-72	Ipú	CE	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1 alínea "b".
140	João Carlos dos Santos	668.470.606-20	Mariana	MG	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a" e "b"..
141	João Colares Nogueira	020.416.773-68	São Paulo	SP	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a" e "b".
142	João Ferreira Gonçalves	949.416.617-53	Nova Iguaçu	RJ	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a" e "b".
143	João Mario Guimarães Pereira	139.618.697-23	Vassouras	RJ	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.5.
144	João Nicodemos de Araújo Neto	015.664.996-52	João Pessoa	PB	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1 alínea "b".
145	João Venâncio Barbosa	207.794.884-15	Maceió	AL	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1 alínea "a".
146	João Wanderley Roberto Militão	209.624.953-87	Fortaleza	CE	Inabilitado	Em conformidade com o item 8.4 do edital.
147	Joaquim Francisco Parente	541.827.943-20	Tianguá	CE	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.6 e Edital nº 4, de 27/07/2017.
148	Joelson Silva de Araújo	082.929.164-40	Florânia	RN	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a" e "b"
149	Jorge Everton Ribeiro dos Santos Pires	153.404.087-01	Juncó do Seridó	PB	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1 alíneas "a" e "b".
150	Jorge Leite	419.334.787-72	São Gonçalo	RJ	Inabilitado	Em desacordo com o item 1.4.
151	Jorge Rezende Silva	270.172.226-87	Betim	MG	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1 alíneas "a".
152	Jorge Seixas de Paiva	062.043.682-49	Belém	PA	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.5.
153	Jorgeval Mário Lisboa Santos	140.521.644-15	Maceió	AL	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alínea "a"
154	José Agostinho da Fonseca Neto	028.620.002-30	Santarém	PA	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alínea "b".
155	José Amaro de Souza Filho	038.966.684-04	Recife	PE	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alínea "b".
156	José Augusto Esnidel	479.576.896-04	Três Corações	MG	Inabilitado	Em desacordo com o item 1.4.
157	José Aurino Mendonça	010.474.173-24	Cajari	MA	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1 alínea "c".
158	José Bartolomeu da Silva Filho	013.616.003-49	Recife	PE	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alínea "b".
159	José Damasceno Telles Camilo	254.817.206-63	Contagem	MG	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1 alínea "a".
160	José do Nascimento Ferreira	395.794.683-20	Parnaíba	PI	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "b" e "c".
161	José dos Santos Pinto	663.475.488-87	São Paulo	SP	Inabilitado	Em desacordo com o item 1.4
162	José Edvaldo Batista	212.578.684-20	Tracunhaém	PE	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a", "b" e "c".
163	José Eloi Iglesias Comesanha	007.331.408-07	Ananindeua	PA	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alínea "b".
164	José Francisco de Souza	346.197.478-15	Carapicuíba	SP	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alínea "b".
165	José Gomes Garcia	423.677.862-91	Marapanim	PA	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alínea "b"
166	José Kleber Soares	068.688.744-13	Natal	RN	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a"e "b".
167	José Manoel dos Santos	381.361.715-72	Araci	BA	Inabilitado	Em desacordo com o item 1.4.
168	José Marciano	427.478.056-20	Ipatinga	MG	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "b" e "c".
169	José Maria Tavares de Andrade	206.624.919-04	João Pessoa	PB	Inabilitado	Em desacordo com os itens 2.1 e 8.10.1, alínea "b".
170	José Orestes de Albuquerque	117.453.041-34	Cruz	CE	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a" e "b".
171	José Otaviano da Silva Filho	446.240.774-15	Agrestina	PE	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1 alínea "b" e item 8.2.
172	José Pedro de Lima	262.922.034-68	João Pessoa	PB	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1 alínea "b".
173	José Ronaldo Xavier de Moura Alves	705.748.634-00	Ingazeira	PE	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a" e "b".
174	José Santos de Araújo	252.281.375-72	São Cristóvão	SE	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alínea "b".
175	José Vagno Cabral da Costa	045.514.758-23	Guarujá	SP	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a", "b" e "c".
176	Josefa Claudivânia Firmino do Nascimento	116.350.844-66	Anadia	AL	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1 alínea "b" e "c".
177	Jucilene Santos de Negreiros	884.789.984-20	Campina Grande	PB	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alínea "b".
178	Jucivaldo Pereira Dias	792.857.083-15	São Raimundo Nonato	PI	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alínea "c".
179	Juliana Cavalcante Coutinho	900.266.402-87	Manaus	AM	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a" e "b".
180	Juliana Plasmo Lima da Silva	021.826.001-67	Brasília	DF	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1 alíneas "b" e "c".
181	Kelly Nascimento Lima	789.002.983-72	Fortaleza	CE	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a", "b" e "c".
182	Kelly Thaísy Bezerra Cabral	085.554.014-10	Pesqueira	PE	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a", "b" e "c".
183	Laudicéia Gomes Favacho	689.806.982-91	Marapanim	PA	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alínea "b".
184	Leonardo Figueredo Soares	122.788.657-81	Vassouras	RJ	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.5.
185	Letícia Silva Lima	424.680.208-55	Cotia	SP	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a" e "b".
186	Libero Santana Nunes Neto	003.177.577-25	Curitiba	PR	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a" e "b"
187	Lindomar Manoel Martins	034.858.805-40	Caetité	BA	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a", "b" e "c".
188	Lourdes Pereira	Não Informado	Aquidauana	MS	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1 alínea "c".
189	Lourdes Valadares da Silva	041.293.187-72	Vassouras	RJ	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.5.
190	Luany Guilherme Ferreira	020.950.982-18	Belém	PA	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a" e "b".
191	Luciano Magnavita Langman	356.769.305-00	Maceió	AL	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1 alínea "b".
192	Luiz Carlos Cruz Alves	076..293.376-39	Pedra Azul	MG	Inabilitado	Em desacordo com o item 1.4.
193	Luiz Cláudio Braga	545.999.547-72	Nazareno	MG	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alínea "b"
194	Luiz Cláudio da Silva	458.265.953-53	Juazeiro do Norte	CE	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1 alínea "c".
195	Luiz Oliveira de Santana	496.976.765-34	Araci	BA	Inabilitado	Em desacordo com o item 1.4.
196	Mailon da Silva Martins	130.365.457-17	Vassouras	RJ	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.5.
197	Manoel Caldeira	094.745.109-97	Itapoá	SC	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1 alínea "b".
198	Manoel de Deus Pareira	117.952.202-87	Curuçá	PA	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alínea "b"
199	Manoel Maria dos Santos Pinto	353.149.312-49	Marapanim	PA	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alínea "b"
200	Marcelo dos Santos Honório	058.655.014-37	São Gonçalo do Amarante	RN	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alínea "b".
201	Marcelo Nascimento dos Reis	098.536.637-08	Vitória	ES	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alínea "b"
202	Marcelo Oliveira de Oliveira	785.152.620-53	Gravataí	RS	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1 alínea "b".
203	Márcia José Vieira	888.476.087-91	São Gonçalo	RJ	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1 alínea "b".
204	Marcilo Pedro Carneiro Pinto	177.801.952-87	Marapanim	PA	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alínea "b".

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800034

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

205	Márcio Roberto da Silva Rosa	133.955.638-39	Guarujá	SP	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.4.
206	Marco Antonio Belarmino da Silva	691.099.404-30	João Pessoa	PB	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1. alínea "d" e item 1.4.
207	Marcone Rodrigues do Nascimento	691.973.004-97	Conde	PB	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1 alínea "a".
208	Marcos Alberto Simplício	016.853.068-61	Campinas	SP	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a", e "c".
209	Marcos Paulo Gomes Andrade	426.697.698-45	São Paulo	SP	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1 alíneas "a", "b" e "c" do Edital.
210	Marcos Vinícius Barroso da Silva	105.254.057-04	Vassouras	RJ	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.5.
211	Marcus Vinícius Riente	105.723.377-36	Rio de Janeiro	RJ	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alínea "b".
212	Maria Aparecida Ivanov	051.267.828-60	São Sebastião	SP	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alínea "b".
213	Maria Cristina de Alencar Rheinschmitt	061.558.475-68	Salvador	BA	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alínea "c"
214	Maria da Conceição Chaves Monteiro	397.649.742-87	Marapanim	PA	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alínea "b"
215	Maria das Graças Lopes da Paixão	210.370.942-04	Marapanim	PA	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alínea "b".
216	Maria das Mercedes Sampaio de Menezes	867.882.643-68	Itapecuru Mirim	MA	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alínea "a"
217	Maria de Fátima de Araujo	962.127.565-20	Itaberaba	BA	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a", "b" e "c".
218	Maria de Fátima Pereira Soraio	079.046.074-25	Sousa	PB	Inabilitado	Em desacordo com os itens 1.4 e 8.10.1, alínea "c".
219	Maria de Loudes de Lima	663.461.184-04	Natal	RN	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alínea "c".
220	Maria de Lourdes de Sousa Barata	353.088.692-00	Marapanim	PA	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alínea "b".
221	Maria do Socorro Corrêa Viegas	450.142.132-00	Belém	PA	Inabilitado	Em desacordo com o item 18.10.1 alíneas "a" e "b".
222	Maria Eliene da Silva	037.592.994-07	Umbuzeiro	PB	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alínea "c".
223	Maria Flor dos Santos	331.961.844-04	Maceió	AL	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a" e "b".
224	Maria Francisca de Oliveira	384.148.135-34	Biritinga	BA	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1 alínea "b".
225	Maria Ione Nascimento	336.416.505-00	LAGARTO	SE	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a"e "b".
226	Maria Jacira de Sousa Corrêa	353.091.212-34	Marapanim	PA	Inabilitado	Em desacordo com os itens 8.5 e 8.10.1, alínea "b"
227	Maria Luiza de Paiva Diniz	071.367.038-08	Praia Grande	SP	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alínea "b"
228	Maria Salete da Costa Nascimento	451.940.685-48	Aracaju	SE	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1 alínea "b".
229	Marilene dos Santos Moura	201.993.845-68	Japaratuba	SE	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.6 e Edital nº 4, de 27/07/2017.
230	Mário Cândido da Silva	032.811.668-81	São Sebastião	SP	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1 alínea "b"
231	Mário Pereira Teles	133.476.246-53	Divinópolis	MG	Inabilitado	Em desacordo dom o item 8.3.
232	Maurício Soares Lima Júnior	110.903.787-26	Cachoeiro de Itapemirim	ES	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alínea "b".
233	Maurilo Ferreira Alves	423.680.142-68	Marapanim	PA	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alínea "b".
234	Maurismar Feitosa Chaves	089.554.094-00	Caruaru	PE	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a" e "b".
235	Mauro Sergio de Andrade	819.353.154-04	Olinda	PE	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a", "b" e "c".
236	Michelly Ribeiro Bitencourt	959.637.073-15	Teresina	PI	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a" e "b".
237	Milca Maria Cavalcanti de Paula	707.150.924-72	Olinda	PE	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a" e "b".
238	Milena Lima da Sousa	038.990.292-67	Parauapebas	PA	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a", "b" e "c".
239	Milton Alves de Lima	377.042.066-72	Baependi	MG	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1 alínea "b".
240	Moisés da Silva Neves	828.410.557-87	São Gonçalo	RJ	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1 alínea "c".
241	Muller Militão Nicácio-Apony	087.042.744-07	Botucatu	SP	Inabilitado	Em desacordo com o item 1.4.
242	Murilo de Paula Abrita	129.907.096-57	Cataguases	MG	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a" e "b".
243	Naiara Cristina Silva Santos	035.202.615-45	Serra do Ramalho	BA	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.6 e Edital nº 4, de 27/07/2017.
244	Natanael dos Santos	787.009.065-49	Salvador	BA	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alínea "b".
245	Neurisete da Silva	488.194.257-34	Queimados	RJ	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alínea "a".
246	Newton Valdemar Macedo	050.973.768-46	Taquara	RS	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a", "b" e "c"
247	Nilza Neves Maciel	Não informado	Ibirité	MG	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alínea "b".
248	Oscarino de Carvalho Lima Neto	480.010.072-00	Marapanim	PA	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alínea "b"
249	Osvaldina de Sousa Corrêa	571.165.802-63	Marapanim	PA	Inabilitado	Em desacordo com os itens 8.5 e 8.10.1, alínea "b"
250	Patrícia Santos Luz	016.158.271-02	Nova Bandeirantes	MT	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a", "b" e "c".
251	Paulo Roberto Lucindo da Silva	014.076.216-31	Taubaté	SP	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1 alínea "a".
252	Paulo Sérgio Varela de Morais	405.467.134-91	São Gonçalo do Amarante	RN	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1 alínea "a".
253	Pedro Antônio da Silva	151.709.182-91	Belém	PA	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a" e "b"
254	Pedro Arcelino de Lima	965.488.784-34	Santa Rita	PB	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1 alínea "b".
255	Pedro Caetano dos Santos	886.059.578-91	Caraguatatuba	SP	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1 alíneas "a", "b" e "c".
256	Pedro Carlos de Lima	466.215.634-34	Nísia Floresta	RN	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a" e "b"
257	Pedro Cassiano dos Santos	079.392.564-91	Rio Largo	AL	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alínea "a".
258	Pedro Jorge Mendonça	310.872.565-34	Aracaju	SE	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a" e "b"
259	Pedro Motta Popoff	472.256.958-43	Bauru	SP	Inabilitado	De acordo com o art. 10 da lei 9.784 de 29/01/1999.
260	Pedro Seixas de Paiva	154.207.442-87	Belém	PA	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.5.
261	Rafael da Costa Chagas	104.540.837-93	Cabo Frio	RJ	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1 alínea "b" e "c".
262	Rafael de Oliveira Rodrigues	345.615.538-83	Guarujá	SP	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1 alínea "a".
263	Rafael Vieira Bragança	088.146.067-22	São Gonçalo	RJ	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alínea "b".
264	Raimundo Miguel Ferreira	216.270.373-49	São Luís	MA	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.4.
265	Raphael de Souza Araújo Lima	309.838.618-54	Santos	SP	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "b" e "c".
266	Reginaldo de Souza Viana	467.867.402-00	Belém	PA	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a" e "b".
267	Reginaldo Neves Vieira	360.926.732-15	Marapanim	PA	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alínea "b".
268	Reinaldo Joaquim de Santana	783.498.268-00	São Sebastião	SP	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1 alínea "a".
269	René Gomes Scholz	356.974.589-91	Curitiba	PR	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a" e "b"
270	Ricardo Andrade Dascanio	331.406.648-18	Jundiaí	SP	Inabilitado	Em desacordo com os itens 1.4 e 8.10.1, alíneas "a" e "b".
271	Rita de Cássia de Souza Oliveira	775.198.417-15	Vassouras	RJ	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.5.
272	Rodrigo da Silva Holanda	728.553.632-68	Castanhal	PA	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1 alíneas "a", "b" e "c" do Edital.
273	Roger Avanzi	043.871.985-91	São Paulo	SP	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alínea "b".
274	Roger Machado Sarquis	009.532.108-23	Santa Maria	RS	Inabilitado	Em desacordo com os itens 1.4 e 8.10.1, alíneas "a" e "b".
275	Rommel Barbosa Monteiro	134.805.977-00	São Paulo	SP	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a", "b" e "c".
276	Roque Magno dos Santos	168.485.949-20	Londrina	PR	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1 alínea "b".
277	Rosangela Maria Piovesan do Nascimento	927.410.960-15	Jóia	RS	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a", "b" e "c".
278	Rosemberg Silva Batista	974.066.435-00	Simão Dias	SE	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1 alínea "b".
279	Rui Rey Pereira Coelho	076.656.103-82	Codó	MA	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1 alínea "b".
280	Sandemberg Oliveira de Almeida	876.942.984-72	Natal	RN	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a" e "b".
281	Sebastião Cardoso de Souza	322.277.872-87	Mâncio Lima	AC	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a", "b" e "c".
282	Sebastião Glberto Castilho	716.488.286-04	Formiga	MG	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1 alínea "c".
283	Sérgio Pablo Sanchez	232.363.338-47	Guarujá	SP	Inabilitado	Em desacordo com os itens 1.4 e 8.10.1, alíneas "a" e "b".
284	Sérgio Tavares de Figueiredo	487.597.244-04	Olinda	PE	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1 alínea "a".
285	Shanti Zumbo Coronel Guevara	094.665.156-67	Moeda	MG	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alínea "b".
286	Silvio José Correia Borges	764.830.374-49	Bezerros	PE	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1 alínea "b".
287	Sinvaline Pinheiro	232.801.661-87	Uruaçu	GO	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alínea "b"
288	Tailson de Jesus Souza	065.293.065-44	Simões Filho	BA	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a" e "b".
289	Tarcísio Mendes da Silva	326.991.825-20	Juazeiro do Norte	CE	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1 alínea "a".
290	Teodorico Boa Morte	364.854.037-87	Serra	ES	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1 alínea "b"
291	Teófanes Antônio Leite da Silveira	087.185.714-68	Arapiraca	AL	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alínea "b".
292	Thatiane Barboza Gama de Oliveira	106.922.017-50	Nova Iguaçu	RJ	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alínea "b".
293	Tiago da Silva Carvalho	056.626.744-69	Petrolina	PE	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a" e "b".
294	Ubiraci Maria da Rocha	923.107.967-00	São Gonçalo	RJ	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1 alínea "b".
295	Valdeci Maria da Silva Oliveira	681.850.144-34	Salgueiro	PE	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1 alíneas "a" e "b".
296	Vânia Santos Barbosa	044.713.564-37	Anadia	AL	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1 alínea "b" e "c".
297	Verônica Tamaoki	065.817.438-01	São Paulo	SP	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alínea "b".
298	Vilma da Conceição Araújo Guimarães	590.916.905-00	Japaratuba	SE	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.6 e Edital nº 4, de 27/07/2017.
299	Vilson José Kotviski	026.654.969-17	Porto União	SC	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1 alínea "b".
300	Wagner Francisco de Oliveira	154.442.087-09	Vassouras	RJ	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.5.
301	Wagner Teixeira Lima	885.916.891-00	Brasília	DF	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a", "b" e "c".
302	Zuleide Alves da Silva	256.056.314-20	Recife	PE	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.1, alíneas "a" e "b"

VI - PESSOAS JURÍDICAS INABILITADAS:

Nº	Instituição	CNPJ	Cidade	UF	Região	Fase de Habilitação	Motivo em caso de inabilitação
1	Ação Animatógrafho de Promoção e Integração Cultural e Social	05.075.785/0001-85	Niterói	RJ	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2, alínea "b".
2	AÇÃO: Arte, Cultura, Atitude e Objetividade	10.891.664/0001-41	Feira de Santana	BA	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2, alínea "d".
3	APAE de Blumenau	82.656.554/0001-06	Blumenau	SC	Sul	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2, alíneas "c" e "d".
4	Associação Afro-Brasileira Congo da Libertação	13.272.989/0001-34	Ituiutaba	MG	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2 alínea "c" e "d".

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800035

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

5	Associação Assistencial Liberdade	58.378.382/0001-27	Campinas	SP	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2, alínea "d".
6	Associação Ateliê de Ideias	06.044.098/0001-65	Vitória	ES	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2, alíneas "a" e "b".
7	Associação Beneficente Casa Caiada	00.678.625/0001-07	João Pessoa	PB	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2, alínea "a" e "b".
8	Associação Beneficente Priscila Sena Lima	02.948.814/0001-88	Rafael Fernandes	RN	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2, alíneas "a" e "e".
9	Associação Casa da Criança de Salto	05.611.472/0001-02	Salto	SP	Sudeste	Inabilitado	Em conformidade com o item 1.4.
10	Associação Casa da Vó Joaquina	10.447.952/0001-01	Joinville	SC	Sul	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2, alíneas "b"e "d".
11	Associação Comun. de Comunicação Sócio-Cultural de Bocaiúva - ACOMSOL	02.485.879/0001-34	Bocaiúva	MG	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2, alínea "a" ,"b", "c", "d" e "e".
12	Associação Comunitária de Santa Rosa	01.026.290/0001-05	Ingazeira	PE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2, alíneas "a", "b" e "d"
13	Associação Cultural Afrobrasileira Maracatu Rei Zumbi	22.709.019/0001-44	Fortaleza	CE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2 alíneas "a".
14	Associação Cultural Aldo Barbosa da Silva	10.490.927/0001-00	Macaú	RN	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2, alíneas "a" e "b".
15	Associação Cultural Boi Maracatu	15.545.753/0001-50	Arcoverde	PE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2 alíneas "a" e "b".
16	Associação Cultural Bumba Meu Boi de Itapera	03.488.147/0001-60	São Luis	MA	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2 alíneas "a" e "b".
17	Associação Cultural de Juripiranga-PB (Studio X)	09.484.996/0001-22	Juripiranga	PB	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2, alíneas "a" e "b".
18	Associação Cultural de Umbanda Candomblé e Jurema Mãe Anália Maria de Souza	19.612.440/0001-28	Puxinanã	PB	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2, alíneas "a" ,"b" e "d".
19	Associação Cultural Desportiva Magia da Juventude	24.299.617/0001-18	Pedra Branca do Amapari	AP	Norte	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2, alíneas "c" e "d".
20	Associação Cultural do Grupo Uiracaba de Danças e Teatro	05.869.800/0001-67	Surubim	PE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2, alínea "a" ,"b", "c", "d" e "e".
21	Associação Cultural do Sítio Logradouro - Grupo Maria Bonita	07.945.668/0001-50	Umari	CE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2, alínea "c".
22	Associação Cultural Milho Verde	07.984.544/0001-84	Quixada	CE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.4.
23	Associação Cultural Solidariedade e Arte	07.456.172/0001-13	Fortaleza	CE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2, alínea "a" e com o item 8.4 do Edital.
24	Associação Cultural Teatro de Retalhos	22.280.278/0001-00	Arcoverde	PE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2, alínea "d".
25	Associação da Comunidade Quilombolo Santa Tereza/Familia Malaquias - ACOQUIST	22.689.353/0001-83	Figueirão	MS	Centro-oeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2 alínea "a" e "b".
26	Associação da Quadrilha Junina Poeirinha do Sertão	19.972.319/0001-07	Laranjeiras	SE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2, alíneas "a" e "b"
27	Associação de Capoeira Energia da Terra	05.594.391/0001-33	Poções	BA	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 1.4.
28	Associação de Capoeira Muleki é Tu	09.393.245/0001-09	Cachoeira	BA	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 1.4.
29	Associação de Congadeiros João Flora	09.035.316/0001-93	São Gonçalo do Sapucaí	MG	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2, alíneas "a", "b", "c", "d" e "e".
30	Associação de Cultura Popular Mestre Pedro Teixeira de Chã-Preta - ASCUMPET	10.560.710/0001-20	Chã Preta	AL	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2, alíneas "a", "b" e "d".
31	Associação de Desenvolvimento Comunitário São Sebastião	06.158.187/0001-32	Paritinga	BA	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2 alínea "b".
32	Associação de Idosos do Brasil - AIB	33.601.840/0001-69	Goiânia	GO	Centro-oeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2, alínea "d".
33	Associação de Moradores de Silvanópolis/TO	04.478.571/0001-97	Silvanópolis	TO	Norte	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2, alíneas "a" e "b".
34	Associação de Mulheres de Nazaré da Mata - AMUNAM	12.813.226/0001-90	Nazaré da Mata	PE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2 alínea "c".
35	Associação de Mulheres Quilombolas Guerreiras de Cardeal da Silva - AMQGCS	27.468.838/0001-60	Cardeal da Silva	BA	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2, alíneas "a", "b" e "d".
36	Associação de Pais e Amigos dos Músicos do Estanhado	27.760.879/0001-26	União	PI	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2, alíneas "a" ,"b", "c", "d" e "e".
37	Associação de Teatro de Olinda - ATO	12.585.980/0001-10	Olinda	PE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2 alínea "d".
38	Associação do Bloco Enterro do Zé Pereira	26.821.534/0001-72	Ritápolis	MG	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2, alíneas "a", "b" e "d".
39	Associação dos Amigos do Museu Casa Guimarães Rosa	00.431.915/0001-51	Cordisburgo	MG	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2 alíneas "b" e "d".
40	Associação dos Artesãos de Paraíba do Sul	04.769.500/0001-43	Paraíba do Sul	RJ	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2 alínea "d".
41	Associação dos Artesãos e Arte da Terra de Diamantina - ASSART	07.864.319/0001-04	Diamantina	MG	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2, alínea "a" e "b".
42	Associação dos Cantadores Repentistas e Escritores Populares do Distrito Federal e Entorno - ACRESPO	26.503.003/0001-31	Brasília	DF	Centro-oeste	Inabilitado	Em desacordo com os itens 8.4 e 8.10.2, alíneas "a", "b" e "d".
43	Associação dos Folguedos Populares de Alagoas - ASFOPAL	12.621.710/0001-18	Maceió	AL	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2 alíneas "a".
44	Associação dos Moradores do Bairro novo Horizonte	01.314.535/0001-08	Virgem da Lapa	MG	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2, alíneas "a" e "b".
45	Associação dos Músicos da Banda Municipal de Ipaumirim	17.982.043/0001-12	Ipaumirim	CE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2, alínea "a" ,"b", "c"e "d".
46	Associação dos Músicos de Itaú	07.482.766/0001-07	Itaú	RN	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2 alíneas "a" e "b".
47	Associação dos Voluntários para o Bem Comum - AVBEM	07.196.461/0001-20	Juazeiro do Norte	CE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2 alíneas "a" e "b".
48	Associação e Bem Mato Grosso - ASSCEBMT	28.212.315/0001-11	Sapezal	MT	Centro-oeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2, alíneas "a", "b", "c" e "d".
49	Associação Folclórica Boi Glorioso	11.128.243/0001-26	Bonito	PE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2 alíneas "a" e "b".
50	Associação Folclórica e Cultural Flor do Sertão	05.695.971/0001-17	São José de Ribamar	MA	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2 alíneas "a" e "b".
51	Associação G.R.B.C. Spanta Neném	07.094.273/0001-91	Rio de Janeido	RJ	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2 alíneas "c" e "d".
52	Associação Indígena da Aldeia Sede do Posto do Municipio de Nonoai	08.863.007/0001-49	Nonoai	RS	Sul	Inabilitado	Em desacordo com o item 1.4.
53	Associação Ler e Saber na Comunidade	24.585.346/0001-67	Rio de Janeiro	RJ	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2, alínea "b".
54	Associação Meninar e Viver - AMEVIVER	11.160.658/0001-87	Itabira	MG	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2, alíneas "a" e "b".
55	Associação Musical e Cultural a Cocada	09.541.416/0001-91	Olinda	PE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2 alíneas "a".
56	Associação Musical e Cultural de Cavaleiro.	06.864.616/0001-97	Jaboatão dos Guararapes	PE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2, alínea "c".
57	Associação Nordeste Brasileira de Educação e Cultura - Externato São Francisco de Assis	10.970.689/0010-21	Aracaju	SE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2, alíneas "c" e "d".
58	Associação Pernambucana de Teatro de Bonecos	02.026.077/0001-66	Recife	PE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2, alíneas "a", "b", e "d".
59	Associação Quartum Crescente	01.664.180/0001-79	Mauá	SP	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2, alíneas "a" e "b".
60	Associação Quilombola Os Rufino	20.335.074/0001-96	Pombal	PB	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2 alíneas "a" e "b".
61	Associação Quilombola Rincão dos Fernandes	14.414.040/0001-94	Uruguaiana	RS	Sul	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2, alíneas "a", "b", "c" e "d"
62	Associação Recreativa Cultural e Folclórica Quadrilha Marupiaras do Amazonas	34.489.765/0001-59	Manaus	AM	Norte	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2, alínea "d".
63	Associação Recreativa, Beneficente, Folclórica e Cultural de Maracanã	07.172.018/0001-10	São Luis	MA	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2 alíneas "a" e "b".
64	Associação Religiosa e Cultural Terreiro Caxuté Tempo Marvila Senzala do Dendê - ACULTEMA	12.501.981/0001-30	Valença	BA	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2, alínea "a"
65	Associação São Jorge Filho da Goméia	02.732.028/0001-49	Lauro de Freitas	BA	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2, alíneas "a", "b" e "d".
66	Associação Sosaci	06.113.073/0001-76	São Luís do Paraitinga	SP	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2, alíneas "a" ,"b" e "d".
67	Banda de Congo José Lúcio Rocha	11.353.106/0001-95	Paula Cândido	MG	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2 alíneas "a" e "b".
68	Base Educultural de Ação e Trabalho de Organização Social - BEATOS	13.123.285/0001-08	Crato	CE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2, alíneas "c" e "d".
69	Bloco Lírico Amante das Flores	04.875.370/0001-23	Camaragibe	PE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2 alínea "a".
70	Boi Disnove	22.563.650/0001-88	Timbaúba	PE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2, alíneas "a" e "b".
71	Cáritas Diocesana de Pesqueira	19.516.205/0001-52	Pesqueira	PE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2, alíneas "a" e "e".
72	Centro Comunitário de Cachoeira	07.986.961/0001-66	Maranguape	CE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2 alíneas "a" e "b".
73	Centro de Arte e Cultura Grupo Bongar	10.392.473/0001-35	Olinda	PE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2, alínea "a" e "b".
74	Centro Sócio-Cultural de Promoção a Cidadania - Carcará	06.871.227/0001-99	Cabo de Santo Agostinho	PE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2 alínea "b".
75	Cia Teatro Porão	24.384.065/0001-46	Rio de Janeiro	RJ	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com os itens 7.1, alínea "a", e 8.10.2, alíneas "a" e "b".
76	Clube de Malha Inhapinhense	22.701.205/0001-37	Inhapim	MG	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2 alínea "a" e "b".
77	Coletivo Cultural Trupe Contadores de Histórias Palavras Encantadas	26.406.261/0001-08	Além Paraíba	MG	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2, alíneas "a", "b", "c" e "d".
78	Companhia de Ritmos e Danças Populares	09.177.344/0001-45	Fortaleza	CE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2 alíneas "c" e "d".
79	Companhia de Teatro Livre Mente	12.484.820/0001-85	Juazeiro do Norte	CE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2, alínea "a" e "b".

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800036

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

80	Comunidade Kolping Nossa Senhora do Carmo	08.212.336/0001-20	Ribeirão das Neves MG	MG	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2., alínea "a".
81	Conexão Cultural Clara Guerreira - Instituto de Pesquisa e Ação pela Cultura	04.776.568/0001-50	Caetanópolis	MG	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2 alíneas "a" e "b".
82	Confraria do Divino Espírito Santo de Joanópolis	15.347.249/0001-45	Joanópolis	SP	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2, alíneas "a", "b", "c", "d" e "e"
83	Cooperativa de Trabalho Agrícola Assistência Técnica e Serviços - COOATES	03.997.641/0001-50	Barreiros	PE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 2.1. e com o item 8.10.2 alínea "e".
84	Cooperativa de Trabalho Catarse - Coletivo de Comunicação e Produção Cultural Ltda.	07.236.218/0001-99	Porto Alegre	RS	Sul	Inabilitado	Em desacordo com o item 7.1, alínea "a".
85	Corporação Musical Lira Santa Rita	20.321.683/0001-96	Viçosa	MG	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2, alínea "a".
86	Corporação Musical São Sebastião	01.930.274/0001-42	Santa Cruz de Minas	MG	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2, alínea "a".
87	CTG Tropilha da Serra	90.170.077/0001-00	Estação	RS	Sul	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2, alínea "a" ,"b", "c", "d".
88	Diretório Regional de Congado e Monsambique de Nossa Senhora do Rosário	02.447.655/0001-38	Rio Manso	MG	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2, alíneas "a", "b" e "d".
89	Egbe Ile Iya Omidaye Ase Obalayo	03.089.571/0001-32	Nova Iguaçu	RJ	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2, alínea "a".
90	Fábrica de Cultura Popular	07.816.939/0001-78	Capanema	PA	Norte	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2 alínea "a" e "b".
91	Folclore Ucraniano Kalena	00.129.329/0001-57	União da Vitória	PA	Norte	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2 alíneas "a", "b" e "d".
92	Fórum Permanente em Defesa do Manguezal	04.708.876/0001-48	Bayeux	PB	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2, alíneas "a", "b", "c", "d" e "e".
93	Fraternidade da TOFS-Ordem Franciscana Secular	05.547.252/0001-59	Abaetetuba	PA	Norte	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2 alíneas "c" e "d".
94	Fundação Casa Grande Memorial do Homem Kariri	41.337.569/0001-24	Nova Olinda	CE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2, alínea "a".
95	Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura	05.330.436/0001-62	Fortaleza	CE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2 alíneas "b".
96	Fundação Jader de Andrade - FUNJADER	13.653.378/0001-36	Timbaúba	PE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o Item 8.10.2, alíneas "a" e "d".
97	Fundação Municipal de Cultura de Bombinhas	09.362.501/0001-92	Bombinhas	SC	Sul	Inabilitado	Em desacordo com o item 7.1 alínea "g".
98	Grêmio Cultural e Popular Escola de Samba Bohêmios da Cinelândia	22.280.126/0001-08	Rio de Janeiro	RJ	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2, alíneas "c" e "d"
99	Grêmio Recreativo Boi Pavão	09.570.536/0001-17	Limoeiro	PE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2, alíneas "a", "b", e "d".
100	Grupo Açor Sul Catarinense	05.808.479/0001-00	Sombrio	SC	Sul	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.4.
101	Grupo Afrocultural Aganju	00.415.655/0001-20	Queimados	RJ	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2 alínea "d".
102	Grupo Cultural Recreativo e Carnavalesco Bloco Afro Ókánbí	07.137.251/0001-61	Salvador	BA	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2 alíneas "a", "b" e "d".
103	Grupo de Agenres Culturais Barrica e Bicho Terra	00.982.681/0001-30	São Luis	MA	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2 alíneas "a", "b" e "d".
104	Grupo de Mulheres Cidadania Feminina	06.303.793/0001-02	Recife	PE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2 alíneas "a","b" e "d".
105	Grupo Folclórico Bumba-Meu-Boi e Tambor de Crioula União da Baixada	04.831.267/0001-81	São Luís	MA	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.4.
106	Grupo Folclórico Camrás - Boi Camarás	05.908.525/0001-43	Camaragibe	PE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2, alínea "c".
107	Grupo Mamulengo de Cheiroso	15.606.932/0001-50	Aracaju	SE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2, alíneas "a" e "b"
108	Grupo Pele de Fulô	16.925.717/0001-84	Natal	RN	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2, alínea "d".
109	Grupo Teatral Magiluth	10.814.688/0001-05	Recife	PE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2, alínea "a" e "b".
110	Ilú Obá De Min Educação, Cultura e Arte Negra	08.027.962/0001-46	São Paulo	SP	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2, alíneas "a", "b" e "d".
111	Instituto Canarinhos de Sergipe	10.544.840/0001-79	Aracaju	SE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2 alíneas "a" e "b".
112	Instituto de Apoio ao Desenvolvimento e Inclusão Social - IADIS	22.309.040/0001-52	Paudalho	PE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 1.4.
113	Instituto Histórico e Geográfico da Vitória de Santo Antão	09.031.436/0001-12	Vitória de Santo Antão	PE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2, alíneas "a" e "b".
114	Instituto Intercidadania	07.553.412/0001-06	Recife	PE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2, alíneas "a", "b","d" e "e".
115	Instituto Jatobás	07.362.917/0002-66	Pardinho	SP	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2, alíneas "a" e "b".
116	Instituto Roland Henze	20.893.883/0001-13	Rio das Ostras	RJ	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com os itens 1.4 e 8.10.2, alíneas "b", "c", "d" e "e".
117	Instituto Rosa e Sertão	09.251.933/0001-26	Chapada Gaúcha	MG	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2, alínea "a".
118	Instituto Socio Cultural do Samba Imperador da Ilha - Banda do Buggy	08.312.263/0001-48	Guarujá	SP	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.4.
119	Instituto Teribre	06.305.616/0001-57	Luciara	MT	Centro-oeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 1.4.
120	Instituto Ylúguerê de Educação, Política e Cultura Afro-Brasileira	24.951.534/0001-61	São Luís	MA	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2, alínea "c".
121	Irmandade de Nossa Senhora do Rosário	22.694.889/0001-97	Virgem da Lapa	MG	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2 alínea "a" e "b".
122	Jeferson Araujo Dos Santos	24.748.450/0001-25	São Sebastião de Lagoa de Roça	PB	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2, alínea "a" ,"b", "c", "d" e "e".
123	Lindro Amor	06.268.273/0001-06	Lamarão	BA	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2, alíneas "a" ,"b", e "d".
124	Maracatu Rural Águia Dourada	02.688.375/0001-11	Glória do Goitá	PE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2, alíneas "a" e "b".
125	Marya Bunita Produções Artísticas LTDA	17.416.999/0001-57	Aracaju	SE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 7.1 alínea "a".
126	Movimento da Quixabeira	04.705.282/0001-83	Serrinha	BA	Nordeste	Inabilitado	Em descordo com o item 8.10.2 "a", "b" e "d".
127	Movimento Teatral Ziriquigum Art Circus - ZIRARTC	02.351.731/0001-07	Pesqueira	PE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2 alíneas "a" e "b".
128	Nação de Maracatu Porto Rico	10.052.454/0001-60	Recife	PE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2, alínea "a" e "b".
129	Núcleo de Culktura Afro Brasileira Iyá Ogun-té	01.316.881/0001-17	Maceió	AL	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2 alíneas "a" e "b".
130	Núcleo Incubador de Empresas de Pindorama - NIEP	06.012.971/0001-38	Cururipe	AL	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2 alíneas "a" e "b".
131	ONG Associação Progresso	06.185.369/0001-00	São Vicente	SP	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2., alíneas "a", "b", "c" e "d".
132	ONG Viver e Crescer em Comunidade	11.875.565/0001-39	Biritinga	BA	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2, alínea "a","b", "c"e "d".
133	Ordem Brasileira dos Poetas de Literatura de Cordel - OBPLC	15.652.456/0001-03	Salvador	BA	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2 alínea "b".
134	Paróquia Jesus Bom Pastor	01.226.927/0023-12	Indiara	GO	Centro-Oeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2 alíneas "a" e "b".
135	Piquete de Laçadores Tia Bilica	19.913.768/0001-84	Braga	RS	Sul	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2, alíneas "a", "b", "c" e "d".
136	Ponto de Cultura Caiçaras	19.606.859/000177	Cananeia	SP	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2, alíneas "a","b" e "c".
137	Ponto de Cultura Grupo de Teatro	03.416.351/0001-76	São Luis de Montes Belos	GO	Centro-oeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2 alíneas "a" ,"b" e "d".
138	Prefeitura Municipal de Cabaceiras	08.702.862/0001-78	Cabaceiras	PB	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 7.1 alínea "g".
139	Projeto Artem Cultura e Vida - Batuque Afro-Brasileiro	18.118.317/0001-92	Rio Pomba	MG	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2 alíneas "a", "b", "d" e "e".
140	Projeto Reviver S/C	05.884.621/0001-07	Natal	RN	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com os itens 8.4 e 8.10.2 alíneas "a", "b" e "d".
141	Rita de Cássia Pereira da Silva Serviços - EPP	19.667.544/0001-30	São Paulo	SP	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com os itens 7.1, alínea "a" e 8.10.2, alíneas "a", "b", "c" e "d".
142	Serra Trovão - Centro Cultural e Ecológico	05.214.429/00001-03	Ouro Preto	MG	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2 alíneas "a" e "b".
143	Sociedade Artística Beneficente Rodrigues dos Santos	05.111.463/0001-44	São Caetano de Odivelas	PA	Norte	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2, alínea "b".
144	Sociedade Cultura e Beneficiente União	91.340.661/0001-11	Santa Cruz do Sul	RS	Sul	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2, alíneas "a", "b","d" e "e".
145	Sociedade Cultural e Religiosa de Minas Gerais - SCRMG	15.621.747/0001-34	Contagem	MG	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2, alíneas "a" e "b".
146	Sociedade de Desenvolvimento e Solidariedade Humana	10.820.604/0001-38	Guaiúba	CE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2, alíneas "a", "b" e "d".
147	Sociedade Filarmônica 19 de Setembro de Ibipeba	05.262.619/0001-98	Ibipeba	BA	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2, alíneas "a" e "b".
148	Sociedade Filarmônica Santa Ana	05.248.354/0001-73	Congo	PB	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2 alínea "d".
149	Sociedade Filarmônica São Tomé	07.822.096/0001-12	Sumé	PB	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2 alínea "c".
150	Sociedade Recreativa e Cultural Escola de Samba Turma do Quinto	07.305.980/0001-80	São Luís	MA	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2 alíneas "a" e "b".
151	Terno Moçambique Estrela Guia	06.207.190/0001-07	Uberlândia	MG	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.2 alíneas "a" e "b".
152	Tribo Indígena Tapirapé	08.734.972/0001-11	Recife	PE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 1.4.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800037

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VII - GRUPOS/COMUNIDADES INABILITADOS:

Nº	Nome do Coletivo Cultural (Grupo)	Representante do Coletivo Cultural (Grupo)	CPF	Cidade	UF	Região	Fase de Habilitação	Motivo em caso de inabilitação
1	Associação Comunitária Quilombola Jacinta Souza	Adair David	534.126.310-49	Rio Pardo	RS	Sul	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3 alínea "b".
2	Quadrilha junina arraiá: uma tradição que nasce do povo	Adeildo de França Araújo	055.388.174-40	Recife	PE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alínea "d".
3	Reisado de Caretas Boi Coração	Adriano Bessa dos Santos	030.096.743-84	Quixadá	CE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.4.
4	Projeto Cultural Edita Mariano	Aécio Rodrigues de Oliveira	991.448.598-72	Crato	CE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com os itens 8.4 e 8.10.3 alínea "b".
5	Folia de Santos Reis	Alcilene Ferreira dos Santos	036.866.101-12	Silvanópolis	TO	Norte	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.5.
6	Grupo de Brincantes do Paralelo 30	Alessandra Santos de Souza	019.385.470-80	Porto Alegre	RS	Sul	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alínea "a".
7	Ita Cidadania	Alexandre Ferreira de Oliveira	066.776.606-56	Itamarati de Minas	MG	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 1.4 do edital.
8	Coletivo As 3 Marias	Alice Ladeira Azanha	021.496.901-01	São Roque	SP	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alíneas "b"e "c".
9	Grupo Junino Cheiro da Terra	Alissandra Gadelha da Silveira	032.850.273-12	Horizonte	CE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3 alínea "c".
10	Arte Como Eu Faço	Ana Carolina Marques de Sousa	037.545.731-36	Cidade Ocidental	GO	Centro-oeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alínea "c".
11	Bloco do Caipira e Bloco do Beijo	Ana Rosa de Toledo Andrade Moradei	185.645.238-76	São Luís do Paraitinga	SP	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alíneas "a".
12	Quilombolas de Lagoinha	Anatália Souza Duarte	074.785.585-42	Uibai	BA	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3 alínea "d".
13	Projeto Parakumde	Anderson Vieira de Camargo	251.779.658-05	Guarujá	SP	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alínea "b"e "c".
14	Quadrilha e Pau de Fita	Andreia Cristiane Sousa dos Santos	788.704.885-00	Camamu	BA	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alíneas "a" e "c".
15	Comunidade do movimento de mulheres camponesas de Caetité	Aneli Rodrigues de Oliveira	181.931.025-68	Caetité	BA	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alíneas "a", "c" e "d".
16	Festejos do Divino Espírito Santo	Angela Maria Rodrigues Bomfim	485.436.911-68	Silvanópolis	TO	Norte	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.5
17	Festejo de Nossa Senhora do Livramento Zona Rural	Anilton Correia de Assunção	024.314.821-62	Silvanópolis	TO	Norte	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.5
18	Q-Riso Teatro de Bonecos	Antero Assis de Moura	036.232.814-50	Igarassu	PE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alínea "c".
19	Kitungo Quilombo Santa Luzia	Antonilson Noberto Joaquim	770.377.236-49	Montanha	ES	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alínea "c".
20	Folia do Divino Espírito Santo Missões DNO	Antonio Barbosa	043.270.201-68	Dianópolis	TO	Norte	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.5.
21	Festejos de Santos Reis Zona Rural	Antonio de Souza e Silva	821.777.321-15	Silvanópolis	TO	Norte	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.5
22	Reisado do Mestee Carrero	Antônio Gonçalves Barbosa	139.928.643-91	Crato	CE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3 alínea "b".
23	Grupo de Quadrilha Vem K Morena	Antônio Marcos Hilário Manso	142.487.487-46	Paraíba do Sul	RJ	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alíneas "a" e "c".
24	Quilombo Custaneira	Arnaldo de Lima	838.413.503-72	Paquetá	PI	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3 alínea "c".
25	Não informado	Aurélio Bonfim Teixeira Sousa	388.863.161-00	Silvanópolis	TO	Norte	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alíneas "a", "b" e "c".
26	Nordeste Cultura Online	Ayara Isabel Fonseca Lima	090.902.544-47	Jardim do Seridó	RN	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3 alíneas "b", "c" e "d".
27	Grupo de Capoeira Miscigenação	Bartolomeu Paes do Rosário	153.789.718-70	Várzea Branca	PI	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 1.4.
28	Nação Zamberacatu	Caio Higor Morais Araujo	020.107.440-04	Parnamirim	RN	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alíneas "a", "b" e "c".
29	Quadrilha Mala Veia, em busca da terra prometida	Carlos Alexandre Bezerra Ferreira	825.234.521-20	Brasília	DF	Centro-oeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alíneas "a", "b" e "c".
30	Movimento Ruista - Encontros Culturais com Dudu Fagundes, o maestro das ruas	Carlos Eduardo Lopes Fagundes	022.098.877-39	Rio de Janeiro	RJ	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3 alíneas "c".
31	Coco Massa - Coletivo de cultura, educação e entretenimento	Carlos Eduardo Paulino Soares	010.660.184-99	Rio Tinto	PB	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alíneas "b" e "c".
32	Bloco Carnavalesco Alegria de Nilópolis	Carlos Henrique dos Santos Cruz	073.829.807-74	Nilópolis	RJ	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alínea "c".
33	Terno de Congada Marinheiros de Itaú de Minas	Cesar Silva Possancini	874.891.986-15	Itaú de Minas	MG	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3 alínea "a"
34	Tribo de Índio Tupinambá	Cidiclei Simões de Melo	891.463.444-20	Recife	PE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 1.4.
35	Pastoril de Forges	Cládia Maria Ramos Santos	588.357.245-04	Japaratuba	SE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3 alínea "a".
36	Bloco Afro Africatarina	Cládia Prado da Rosa	556.817.600-06	Florianópolis	SC	Sul	Inabilitado	Em desacordo com o item 2.2.
37	Grupo Cultural Zambiapunga	Claudio Mendes Oliveira	423.885.465-94	Nilo Peçanha	BA	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3 alínea "c".
38	Espaço Cultural Rede Boas Atitudes - Vó Chica Vive	Cláudio Roberto Pagno Costa	409.008.190-49	Porto Alegre	RS	Sul	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alínea "c".
39	Grupo de Dança de Fandango Vida Feliz	Cleuza da Silva dos Reis	121.226.938-19	Cananeia	SP	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3 alínea "d"
40	Não Há Nada que Uma Roda de Capoeira Não Possa Curar	Cleyton dos Santos Oliveira	053.206.637-57	Rio de Janeiro	RJ	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com os itens 1.4 e 8.10.3, alíneas "b" e "c".
41	Folia de Santos Reis - Niquelândia/GO	Cristiano Barbosa de Oliveira	860.823.101-87	Niquelândia	GO	Centro-oeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alínea "a".
42	Quadrilha Junina Cacimba Nova	Cristiano Dias de Menezes	029.197.225-06	Aracaju	SE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alíneas "b" e "c".
43	Folia de Nossa Senhora do Livtramento Giro de Cima	Daiane Araújo Bomfim	053.702.221-00	Santa Rosa	TO	Norte	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.5
44	Retalhos do Contestado - Peça teatral	Dainara Zanardi	002.118.860-25	Lebon Régis	SC	Sul	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alíneas "a", "b" e "c".
45	Coletivo Forró da Quebrada	Davi da Silva Emídio	469.804.418-92	São Paulo	SP	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3 alínea "a".
46	Folia de Reis Boas Novas de Belém	Dylson Messias	587628417-34	Nova Iguaçu	RJ	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alínea "c".
47	Grupo Estilizarte - Xaxado	Edivaldo Barbosa dos Santos	883.196.284-15	Lagoa Grande	PE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alíneas "a" e "b".
48	Cartografia do Tambor de Mão	Eduardo Airton Arruda	016.609.320-33	Caxias do Sul	RS	Sul	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alínea "b"e "c".
49	Fica Comigo	Eduardo Pereira da Silva	040.986.006-92	Cachoeira de Pajeú	MG	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alínea "a"
50	Rainha Crespa	Elaine dos Santos Rosa	113.760.447-65	Rio de Janeiro	RJ	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alínea "b"e"d".
51	Cia de Danças e Andanças Ritmos Gaúchos	Eliane Paloschi Nunes	959.068.780-68	Gravataí	RS	Sul	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3 alínea "d".
52	Raio de Luz	Elias Barata Modesto	361.910.002-00	Curuçá	PA	Norte	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alínea "b"
53	Zabumbadores do Mestre Adão	Elias dos Santos Marinho	066.850.845-02	Japaratuba	SE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.6 e Edital nº 4, de 27/07/2017.
54	Grupo Cultural Junino Explosão do Agreste	Elinaldo Carvalho Pires	051.666.225-29	Cardeal da Silva	BA	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alíneas "b" e "c".
55	Folia de Nossa Senhora do Livramento	Emival Moreira Duarte	825.960.181-87	Silvanópolis	TO	Norte	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.5
56	Associação Comunitária de Amparo Ambiental e Escola de Música União Marapaniense	Ethenne Narazera Carvalho Pinheiro	673.950.822-49	Marapanim	PA	Norte	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3 alínea "b" e "c".
57	Folia do Divino Espírito Santo Giro de Cima 2	Eva Rodrigues Campos	009.189.798-03	Silvanópolis	TO	Norte	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.5.
58	Tirinete de Coco	Evaldo Bastista dos Santos	026.285.354-08	Campina Grande	PB	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3 alínea "a"
59	Bloco Afro É Di Santo	Everton Alves da Silva	639.324.315-53	São Paulo	SP	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alínea "c".
60	Igbá Asé Omo Loiyá Guerè	Fabiano de Souza Magalhães	051.398.157-88	São Gonçalo	RJ	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3 alínea "d".
61	Obirim	Faeina Jorge Oliveira	021.347.793-43	Crato	CE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alíneas "a", "b" e "c".

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800038

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

62	Grupo de Capoeira - Projeto Capoeira em Ação	Fernando Costa Penha	071.190.006-08	Divisópolis	MG	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 1.4.
63	Grupo de Maculelê Axé Brasil	Francinaudo Sousa da Silva	925.036.325-72	Irecê	BA	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alíneas "a", "b" e "c".
64	Grupo de Teatro Maravilhas da Pedra Preta	Francisco Donizate da Silva	110.987.704-80	Itaú	MG	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3 alínea "c"
65	Os Sons da Mata	Francisco Gleidison Cordeiro Lima	042.163.913-03	Aratuba	CE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3 alínea "a".
66	Arraiá dos Amigos Mirins	Francisco Henrique da Silva	422.840.905-91	Santa Bárbara	BA	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3 alínea "b".
67	Comissão Organizadora do Encontro de Bandeiras de Folia de Reis da Cidade de Londrina	Francisco Muriel Antunes Pereira	042.855.559-48	Londrina	PR	Sul	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3 alínea "a"
68	Grupo Cultural Quadrilha Junina NASCER DO SOL	Francisco Ramony Justino Dos Santos	069.888.514-70	João Pessoa	PB	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alíneas "a" e "c".
69	Banda Cabaçal dos Irmãos Aniceto de Almeida	Francisco Wlirian Nobre	681.174.263-15	Crato	CE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3 alínea "b".
70	Grupo Cultural Cangaceiros do Sertão	Francislene da Costa Souza Gomes	842.986.935-20	Laranjeiras	SE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alíneas "a", "b", "c" e "d".
71	Projeto A FRÔ	Gabriel da Silva Alves	437.429.038-96	São Paulo	SP	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alíneas "a", "b" e "c".
72	Cia. De teatro múltiplas faces - juventude viva	Geliane Maria da silva	008.522.024-82	Maceió	AL	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alíneas "a", "b" e "c".
73	Das Vargens - A Várzea em Cordel	Gelson Luis Pereira Pessoa	489.778.884-68	Parnamirim	RN	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com os itens 8.4 e 8.10.3, alíneas "b" e "c".
74	Comunidade Quilombola de Contendas de Maniaçu	Geraldo Olavo da Silva	474.371.385-49	Caetité	BA	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alíneas "a", "c" e "d".
75	Grupo de Tocadores e Repentistas de Samba de Coco	Gerivaldo Araújo de Lima	516.047.105-78	Indiaroba	SE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 9.2.
76	Grupo Cultural Toque de Senzala	Giuliano de Freitas Ferreira	022.295.553-83	Fortaleza	CE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3 alínea "c".
77	Grupo de Mulheres da Casa de Doce Sabor da Fruta	Grazielle Sodré Mendes	016.957.675-27	Brotas de Macaúbas	BA	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3 alínea "d".
78	Cuité Feliz Idade	Helena Cristina Moura Pereira	738.291.534-49	Cuité	PB	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alínea "a".
79	Chuva no Sertão	Helio Castro Lima Junior	658.408.953-34	Fortaleza	CE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alínea "b"
80	Coletivo Siyanda - Cinema Experimental do Negro	Hugo Marcelo Ferreira de Deus Lima	059.110.787-24	Rio de Janeiro	RJ	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alíneas "a" e "c".
81	Ian e Campelos	Ian Campelo Romanhol Tavares	093.541.976-47	Itamarati de Minas	MG	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alíneas "a", "b", "c" e "d".
82	Bloco Carnavalesco Vem Que Eu Tô Atôa	Isabel Cristina de Souza Duarte	825.855.047-00	Rio de Janeiro	RJ	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alínea "c".
83	N' Kórin Olòórum	Isabelle Hypólito Campelo	891.824.137-20	Rio de Janeiro	RJ	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alínea "c".
84	Hetohoky-Casa Grande - Festa Tradional Milenar do Povo Karajá	Izaque Waxia Karajá	628.099.381-72	Lagoa da Confusão	TO	Norte	Inabilitado	Em desacordo com o item 1.4.
85	Grupo Cultural Raízes do Bolão	Izilnete Santos Nascimento	509.991.842-53	Macapá	AP	Norte	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3 alínea "c".
86	Núcleo de Moradores do Vale das Sucupiras	Jackson de Jesus dos Reis	051.952.465-99	Camaçari	BA	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3 alínea "e".
87	Grupo Teatral Menores Unidos	Jairo Ariel Pinheiro de Campos Souza	062.466.595-00	Laranjeiras	SE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3 alíneas "b" e "c".
88	Grupo Cultural Abrac Capoeira	Jaison Pereira da Silva	036.261.653-10	Regeneração	PI	Nordeste	Inabilitado	Em deacordo com o item 8.10.3 alínea "b" e em desacordo com o item 1.4.
89	Sábia da Amazônia	Jefferson Cabral Silva	661.502.802-68	Curuçá	PA	Norte	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alínea "b".
90	Quadrilha Nação Nordestina	Jhone Barros Soares Correia	035.534.143-32	Juazeiro do Norte	CE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alínea "b".
91	Um Bloco em Poesia	João Araújo da Silva	004.198.934-15	Recife	PE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alíneas "a", "b" e "c".
92	Festejos de Santos Reis	Jocilene Rodrigues Pereira	849.116.701-34	Silvanópolis	TO	Norte	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.5
93	Poesia de Esquina	Jonathan Macedo dos Santos Soares	110.633.247-42	Rio de Janeiro	RJ	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alínea "a".
94	Festejo de Nossa Senhora do Livramento	Jorge Alberto Clementino Amorim	040.237.761-30	Silvanópolis	TO	Norte	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.5.
95	Banda Cabaçal dos Irmãos Aniceto	José Adriano Pereira da Silva	878.201.533-34	Crato	CE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3 alínea "b".
96	Quadrilha Junina Pisa na Brasa	José Alberto Araújo de Lima	456.700.654-34	Indiaroba	SE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 9.2.
97	Banda Cabaçal Santo Antônio	José Antônio da Silva	171.651.213-15	Juazeiro do Norte	CE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3 alínea "d".
98	Damas de Reis de Baile	José Clenilson dos Santos	686.109.554-00	Santa Cruz	RN	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3 alínea "c".
99	Folia de Reis dos Nobres	José da Silva Ramos Filho	951.573.108-97	Viçosa	MG	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3 alínea "a".
100	Bumba Meu Brilho da Noite (Sotaque da Baixada)	José Maria Carvalho	090.461.793-97	Cajapió	MA	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alínea "d".
101	Reisado Santa Luzia	José Mesias dos Santos	653.744.793-34	Juazeiro do Norte	CE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alínea "c"
102	Guarda de congo Santa Izabel	José Roberto de Souza	159.219.306-44	Sete Lagoas	MG	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alínea "a".
103	Grupo Boi de Reis Barrancas do São Francisco	Jose Tarcisio Santos Rosa	045.168.028-64	Jandira	SP	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alíneas "b", "c" e "d'.
104	Grupo quadrilha junina rosa linda, linda rosa	José Winderbug Gusmão	041.433.504-08	Paudalho	PE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alíneas "a", "b" e "c".
105	Grupo Varal de Cordel	Joseilton Ferreira do Nascimento	834.785.665-68	Salvador	BA	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alínea "a".
106	Coletivo de Folias de Reis de Ituberá	Josenildo dos Santos Normandia	002.976.945-02	Ituberá	BA	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3 alínea "c".
107	Grupo Zabelê de Cultura Popular	Juliana Clabunde dos Santos	269.483.358-61	Cubatão	SP	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alínea "b".
108	Caxambú de Caramgola	Juliano Cézar Bernardo Oliveira	113.615.746-82	Carangola	MG	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3 alínea "c".
109	O Folclores e os dramas da minha terra	JuscileideSantos Guimarães	029.048.795-10	Japaratuba	SE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.6 e Edital nº 4, de 27/07/2017.
110	Quadrilha Junina Nação Matuta	Juvinete de Lourdes Silva	181.920.764-15	João Pessoa	PB	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alíneas "a", "b", "c" e "d".
111	Feira de Arte com Sabor em Souza	Karina França de Menezes	088.076.466-09	Rio Manso	MG	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alínea "a".
112	Crioulas do Quilombo de São Benedito	Keilah Maria da Silva Fonseca	440.985.022-91	Manaus	AM	Norte	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alínea "c".
113	Marujada Nossa Senhora do Rosário	Ladislau Coimbra de Oliveira	068.245.966-63	Alvorada de Minas	MG	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.3.
114	Grupo de Catira Sola da Bota	Leandro de Souza Calazans	116.050.276-50	Unaí	MG	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alínea "c".
115	Grupo Fandanguará	Leandro Diéguiz Gonçalves	054.398.579-23	Guaraqueçaba	PR	Sul	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alínea "c".
116	Folia do Divino Espírito Santo	Leomara Soares Barbosa da Silva	734.492.291-68	Silvanópolis	TO	Norte	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.5.
117	Comunidade Vila Meu Boi	Lorena Cintia Soares de Matos	013.952.523-86	Fortaleza	CE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alínea "b".
118	Samba de Roda Esmola Cantada da Ladeira da Cadeia	Luciana da Cruz Marques	020.334.795-10	Cachoeira	BA	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3 alíneas "b" e "c".
119	Grupo Memórias e Danças Populares	Luciano Guimarães de Freitas	100.962.367-28	Água Doce do Norte	ES	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alínea "b"e "c".
120	Junina Brilho de Ouro	Lucilene Santos da Silva Oliveira	038.905.764-94	Cabo de Santo Agostinho	PE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3 alínea "c".
121	Protagonistas da Paz	Lucimar Ferreira dos Santos	200.116.604-49	Natal	RN	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3 alínea "c"

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800039

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

122	Centro de Estudos e Pesquisas Afro Alagoano Quilombo - CEPA Quilombo	Lucival Salgueiro da Silva	841.938.594-87	Maceió	AL	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3 alínea "b".
123	Coletivo Cultural da Restinga	Luis Antônio Martins Pereira	439.949.380-15	Porto Alegre	RS	Sul	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3 alínea "b".
124	Grupo de percussão origens	Luís Paulo Barão Vieira	428.542.373-15	Rio de Janeiro	RJ	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alíneas "a", "b" e "c".
125	Mestre Grilo Cultura e Arte	Luiz Antônio de Abreu Coelho Novo	907.670.477-53	Rio de Janeiro	RJ	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 1.4.
126	Festejos do Divino Espírito Santo Missões DNO	Luzimaria Soares Barbosa Nunes	002.838.151-32	Dianópolis	TO	Norte	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.5.
127	Integração da comunidade através da difusão do choro enquanto tradição oral e ritmo dançado e tocado	Maicira Maria Oliveira Trevisan	053.384.548-31	São Paulo	SP	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alíneas "a", "b", "c" e "d".
128	Movimento Reação	Maico Silva dos Santos	053.852.415-47	Japaratuba	SE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.6 e Edital nº 4, de 27/07/2017.
129	Grupo Cultural Zampiapunga de Valença	Manoel Antonio Mariete Mamede	176.137.525-34	Valença	BA	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alíneas "b" e "c"
130	Grupo Clamores Antigos	Manoel Cosmo da Silva	834.699.404-44	Conde	PB	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3 alínea "c".
131	Bumba Meu Boi Rei Milagre (Sotaque da Baixada)	Manoel Maria Mendonça	645.644.873-53	Cajari	MA	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alínea "d".
132	Os Gaúchos Remanescentes em Cristo	Márcio Leocindo Fiorentin	803.720.159-72	Xanxerê	SC	Sul	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3 alínea "c".
133	Rio Alegrearte	Marco Antônio da Silva Francisco	029.462.767-75	Rio de Janeiro	RJ	Sul	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alínea "c".
134	Centro Comunitário Luiz Tinoco	Marco Antônio Honório	941.076.617-68	Duque de Caxias	RJ	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3 alíneas "c" e "d".
135	Quadrilha Junina Nova Sensação	Marco Silva dos Santos	741.840.162-00	Oiapoque	AP	Norte	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alínea "c"
136	Cia do Macaco Prego	Marcos Fernando Silva	435.237.142-49	Epitaciolândia	AC	Norte	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alíneas "b", "c" e "d'.
137	Cothinha - Contadores de História de Inhangapi	Marcos Roberto Lameira de Moraes	428.378.122-34	Inhangapi	PA	Norte	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3 alíneas "a" e "c".
138	Grupo Musical Africanto	Maria da Conceição de Matos Peixoto	716.691.167-00	Goiânia	GO	Centro-oeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alínea "c".
139	Arraiá da Cristiane e do kikila	Maria das Graças Silva	594.495.946-00	Inhapim	MG	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3 alíneas "b" e "c".
140	Samaúma Artes Amazônia	Maria de Nazaré Marques de Sarges	679.318.202-15	Abaetetuba	PA	Norte	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3 alínea "c".
141	Conjunto de Dançarinos de Carimbó - Felicidade não tem idade	Maria Dinar Cardoso Abreu	254.495.912-68	Marapanim	PA	Norte	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3 alínea "b".
142	Grupo de embolada: zezinho e carlos batista	Maria do Céu da Silva	927.702.234-53	Mamanguape	PB	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alínea "b"e "c".
143	Festejos de Nossa Senhora do Rosário	Maria Evaneth Pinheiro Sirqueira	861.078.951-91	Silvanópolis	TO	Norte	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.5
144	Festejos de Santos Reis 2	Maria Ferreira dos Santos	265.827.161-15	Silvanópolis	TO	Norte	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.5.
145	Passagem de Areia	Maria Francisca da Silva	657.893.695-53	Caetité	BA	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alíneas "a", "c" e "d".
146	Grupo As Pastorinhas	Maria Goreti Esterlina Cassemiro	854.519.836-15	Paraguaçu	MG	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.6 e Edital nº 4, de 27/07/2017.
147	Quadrilha junina coronel José Lins do Rêgo	Maria José Alves de Araújo	461.207.504-87	Pilar	PB	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alínea "c".
148	Zezé e Zezita	Maria José da Silva	471.700.854-53	Bezerros	PE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3 alínea "b".
149	Quadrilha junina arraiá: uma tradição que nasce do povo	Maria Jose Pereira da Silva	051.338.504-50	Escada	PE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alíneas "a", "b", "c" e "d".
150	Grupo Tradição Cultural Herança Tche/UFRGS	Maria Luisa Oliveira da Cunha	566.040.170-87	Porto Alegre	RS	Sul	Inabilitado	Em desacordo com o item 7.1 alínea "f" inciso "iii".
151	Trupe Art'Manha Pirapora	Maria Madalena de Almeida Raposo	822.311.336-87	Pirapora	MG	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3 alínea "b".
152	Terreiro de Candomblé Santa Barbara	Maria Natalia Silva do Nascimento	053.787.764-90	São Paulo	SP	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alínea "a".
153	Grupo Beija-fulô	Maria Zeneide da Silva Alves	046.269.248-59	São Paulo	SP	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alínea "b"e "c".
154	Junina Rosa dos Ventos	Maria Zuleide de Oliveira Souza	045.784.764-64	Junco do Seridó	PB	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alíneas "a", "b" e "c"
155	Festejo de Nossa Senhora do Rosário	Marina Custodia Neres	387.770.881-15	Silvanópolis	TO	Norte	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.5.
156	Grupo cultural bumba-meu-boi de ouro	Marinalva do Nascimento	379.230.355-53	Valença	BA	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alínea "b"e "c".
157	Centro de Umbanda Luz dos Orixás	Michel Fábio de Souza	035.303.499-17	Joinville	SC	Sul	Inabilitado	Em desacordo com o item 1.4
158	Bloco Carnavalesco Balada Net & Os Lagotitos	Michel Marcos Barroso	332.004.988-70	Paraipaba	CE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alíneas "a", "b" e "c"
159	APEMA - Associação de Permacultores da Mata Atlântica	Michele Correa Lau	346.353.238-70	Nova Friburgo	RJ	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alínea "c".
160	Congos do Pombal	Miguel Ferreira da Silva	585.044.864-00	Pombal	PB	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3 alínea "c".
161	Grupo Fólclórico Boi de Máscaras Rei do Campo	Nivaldo Figueiredo Viegas	086.996.822-04	Belém	PA	Norte	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3 alíneas "a", "b" e "c".
162	Grupo Cultural Cultura Viva	Núbia Camilo da Silva	083.309.114-03	Anadia	AL	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3 alíneas "b", "c" e "d".
163	Quilombo Córrego do Inhambú	Nubia Cristina Teodoro Franco	917.779.841-49	Almeirindonópolis	GO	Centro-Oeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3 alínea "b".
164	Grupo Cultural Cumpadi Pêdo	Palmeiron Alves Andrade	030.372.565-67	Jequié	BA	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3 alíneas "b" e "c".
165	Coletivo cerâmica Pataxó	Paulo Roberto de Souza	035.134.638-47	Lins	SP	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alíneas "a" e "c".
166	Grupo Romanceiro o Rabicho da Geralda	Pedro Marcelo Silva Ribeiro	033.296.675-59	Aracaju	SE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3 alínea "a".
167	Congo de Calçolas	Pedro Santos Correia	018.948.404-70	Natal	RN	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3 alínea "d".
168	Cia Rascunho de Teatro	Ramon Patrick de Holanda	103.937.204-03	Mossoró	RN	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alínea "b".
169	Viver Arte-Vivendo a Cidadania	Roberto Pereira Rocha	017.885.975-32	Encruzilhada	BA	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alínea "c".
170	Grupo Abaô Capoeira Angola	Robson Martins Ramos Santos	575.588.845-00	Aracaju	SE	Nordeste	Inabilitado	De acordo com o Item 1.4. do edital.
171	Banda de Música Quilombola Tocoiós	Robson Ribeiro dos Santos	120.759.456-32	Francisco Badaró	MG	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alínea "d"
172	Conjunto de Carimbó Flor da Cidade	Rogério dos Santos Silva	870.739.192-72	Marapanim	PA	Norte	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alíneas "b" e "c".
173	Comunidade Indígena Kaxixó	Ronilda Balbina da Silva Oliveira	001.412.066-67	Martinho Campos	MG	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 1.4.
174	Valorizando Talentos	Roselice Terezinha de Freitas Fiorentin	005.081.519-96	Xanxerê	SC	Sul	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3 alínea "c".
175	Capoeira Meninos do Sertão	Rosimary de Oliveira Matos Ayres	815.475.103-82	Icatu	MA	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 1.4.
176	Associação Folclórica Cultural e Desportiva Marupiara	Salismar Trajano Fernandes	493.433.602-82	Humaitá	AM	Norte	Inabilitado	Em desacordo com os itens 1.4 e 8.10.3, alíneas "b" e "d"
177	Quadrilha Revelação Junina de Marapanim	Sandra Eli Barata Favacho	726.235.782-49	Marapanim	PA	Norte	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alíneas "b" e "c"
178	Cultura de Raiz	Sayonara Azeitune	718.317.977-04	Teresópolis	RJ	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alínea "c".
179	Festejo de Nossa Senhora do Livramento Zona Rural	Sebastião Pereira da Silva	207.516.213-15	Silvanópolis	TO	Norte	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.5.
180	Grupo Herdeiro de Zumbi da Comunidade Quilombola da Praia de Sibaúma	Sérgio Marques Caetano	064.843.754-02	Tibau do Sul	RN	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com os itens 1.4 e 8.10.3, alíneas "b", "c" e "d".
181	Folia de Nossa Senhora do Livramento Giro de Baixo	Sérgio Santana Parente Fontoura	285.911.002-04	Santa Rosa	TO	Norte	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.5.
182	Grupo de Dança Nhengatu	Shirley Alves Constantino	640.774.382-68	Marapanim	PA	Norte	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alíneas "b" e "c".
183	Festejos de Senhor Bom Jesus da Lapa região Curralinho	Suely Alves Pereira	006.279.911-81	Silvanópolis	TO	Norte	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alínea "c"

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800040

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

184	Quadrilha junina forró xaxado	Tarsila Manuela de Souza Barros	070.601.084-16	Petrolina	PE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alínea "a".
185	Fala Favela	Temistocles Rosa Filho	100.679.596-01	Ouro Preto	MG	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 1.4 e item 9.2.
186	#FavelaCultural	Thayane Aleixo Macedo	171.980.187-85	Rio de Janeiro	RJ	Sudeste	Inabilitado	De acordo com o art. 10 da lei 9.784 de 29/01/1999.
187	Não informado	Thiago Francisco Dutra Galvão	095.823.114-10	Recife	PE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alíneas "a", "b", "c" e "d".
188	Tambor de Crioula - Capoeira Nêgo na Roda	Udalarmes de Jesus Matos	055.556.593-93	Palmeirândia	MA	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 1.4.
189	Mazuca de Agretina	Valdir Manoel da Silva	037.291.024-60	Agrestina	PE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3 alíneas "b" e "c" e item 9.2.
190	Trupe de Habilidades Circenses	Valéria Diniz de Amorim	031.402.541-30	Imperatriz	MA	Nordeste	Inabilitado	Lei nº 9.784/1999 - Art. 10
191	Grupo Folclórico da Terceira Idade	Vanilda Giangiulio de Brito	133.964.368-57	Guarujá	SP	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alínea "b"
192	Grupo Arco-íres	Vera Lúcia Lima Souza	012.337.615-79	Lamarão	BA	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alíneas"b" e "c".
193	Sociedade Filarmônica Lyra Musical Joãodauradene	Vilvane Rosa de Miranda	950.163.415-91	João Dourado	BA	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alíneas "a"e "c".
194	Núcleo mineiro de cultura feijão queimado	Vinicius Coelho Mendes	130.407.776-45	Belo Horizonte	MG	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alínea "b".
195	Maracatu Nação Noronha	Waldeck de Souza Lima Junior	039.867.794-85	Fernando de Noronha	PE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alínea "c"
196	Sociedade Musical e Cultural Juventude do Riacho Velho	Walmira Lopes dos Santos Ferreira	034.854.564-97	Marechal Deodoro	AL	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alínea "b".
197	Projeto Erêcarente	Wibber Fairbancks de Aguiar	073.076.744-24	Igarassu	PE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alíneas "a" e "b" .
198	Junina Levanta Poeira	Wildo Lucena Borges	026.901.684-80	Ibimirim	PE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3 alínea "c".
199	Quilombo dos Marques	William de Souza Franco	093.323.936-05	Carlos Chagas	MG	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3 alínea "d".
200	SAPECA - Sociedade dos Poetas, Escritores, Compositores e Artistas de Sertânia	Wilton Augusto de Almeida	862.385.584-15	Sertânia	PE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3 alínea "b".
201	Festejo do Divino Espírito Santo	Zorenilton Tavares Reis	051.199.073-18	Gilbués	PI	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.3, alíneas "c" e "d"

VIII - HERDEIROS DE MESTRES E MESTRAS IN MEMORIAM INABILITADOS:

N.º	Candidato Responsável (herdeiro)	CPF	Nome do Mestre *in Memoriam*	Cidade	UF	Região	Fase de Habilitação	Motivo em caso de inabilitação
1	Ângela Maria Brito de Jesus	918.443.715-49	Antonia Pereira Brito	Santa Bárbara	BA	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.4 alínea "b"
2	Angela Teresinha Rodrigues	424.731.010-00	Maria Teresinha de Souza Franco	Rio Pardo	RS	Sul	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.4 alínea "c".
3	Aricelia Cantanhede Sales	987.172.433-00	José Eloy Cantanhede	São Luis	MA	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.4 alíneas "b", "c" e "d".
4	Benedito Marques dos Santos	585.247.625-00	Agostinho dos Santos	Japaratuba	SE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.3 e 9.2 do Edital.
5	Cibele Silva Laurentino	018.640.104-36	José Laurentino Silva	Campina Grande	PB	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.4, alínea "e".
6	Cleuza Maria Santana Santos	167.748.255-91	Benício Souza	Cachoeira	BA	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.4, alínea "e".
7	Cosmo Braz de Lemos	444.155.403-68	Inocêncio Medeiros da Costa	Juazeiro do Norte	CE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.4 alínea "c".
8	Damião Calisto Montenegro	187.791.404-59	Luiz Calisto Montenegro	Arcoverde	PE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.4, alínea "e".
9	Digna Maria dos Santos	996.495.944-34	Antônio Patrício da Mulatinha	Campina Grande	PB	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.4, alínea "e".
10	Domingos dos Santos Rocha	745.724.583-91	Miguel Francisco da Rocha	Juazeiro do Norte	CE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 10.1.4 alínea "c".
11	Eliza Antônia de Carvalho Soares	138.693.838-60	Maria Aparecida Batista de Carvalho	Franca	SP	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.4, alínea "c".
12	Ezequiel de Assis Nascimento	078.048.897-04	Prudêncio da Conceição Nascimento	Cariacica	ES	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.4, alínea "e".
13	Francisco Belchior Lira da Rocha	595.422.842-68	Raimundo Nonato da Rocha	Epitaciolândia	AC	Norte	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.4, alíneas "b", "c", "d" e "e".
14	Francisco Bezerra das Chagas Filho	405.680.404-49	Francisco Bezerra das Chagas	Currais Novos	RN	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.4. alíneas "b" e "c".
15	Hugo Messia do Nascimento	304.018.458-00	Olga de Santana Batista	Igarassú	PE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.4 alínea "e".
16	Isaías Moreira Cavalcante	220.599.975-34	Rodolfo Coelho Cavalcante	Salvador	BA	Nordeste	Inabilitado	Em decacordo com o item 8.10.4. alínea "d".
17	Jandira Borges de Souza	689.604.925-15	Geraldo Ferreira de Souza	Bom Jesus da Lapa	BA	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.4, alíneas "a", "d" e "e".
18	Jessica Emanuelly de Almeida Lemos	073.287.914-03	Maria Anunciada Lins de Almeida	Escada	PE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.4, alínea "e".
19	João Tomaz da Silva	224.597.744-00	José Tomaz da Silva	Cabo de Santo Agostinho	PE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.4 alínea "c".
20	José Guilherme Santos	320.007.405-10	Marcionilia dos Santos	Ilhéus	BA	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.5
21	José Rildo Mota Santos	039.120.485-84	Reginaldo Xavier dos Santos	Abaré	BA	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.4. alínea "c".
22	Ladislau Coimbra de Oliveira	068.245.966-63	Hipólito Soares de Oliveira	Alvorada de Minas	MG	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.3.
23	Laurênencia Marta Santos	848.127.743-91	Jacinto Ribeiro	São Luis	MA	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.4, alínea "c".
24	Liege Teresinha Rodrigues Rodrigues	268.313.680-34	Liege Teresinha Rodrigues Rodrigues	Rio Pardo	RS	Sul	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.4 alínea "e".
25	Lília de Fatima Raymundo	954.597.907-00	Maria da Glória Antonio Raymundo	Valença	RJ	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.4, alíneas "c" e "d".
26	Lúcia de Fátima Ferreira Santos	203.544.444-68	Edite Ferreira de Lima	João Pessoa	PB	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.4, alíneas "b" e "d".
27	Lucilene Maria da Conceição	674.155.394-00	Lenita do Nascimento Santos	Conde	PB	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 10.1.4 alínea "d".
28	Manoele Espírito Santo dos Santos	000.259.382-31	Ana Pimentel do Espírito Santo	Belém	PA	Norte	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.4, alínea "e"
29	Maria Acácia dos Santos	267.397.045-20	José Gonçalo dos Santos	São Cristóvão	SE	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.4, alíneas "c" e "e".
30	Maria Conceição Assis da Silva	202.632.520-00	Albertina Santos de Assis	Rio Pardo	RS	Sul	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.4, alínea "c".
31	Maria de Lourdes Lopes	935.349.906-25	João Francisco de Campos	Ipuiuna	MG	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.4, alínea "d".
32	Maria Lúcia Ramos	776.995.996-91	Pedro Antônio Ramos	Poços de Caldas	MG	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 1.4.
33	Mario Pereira Teles	133.476.246-53	Geraldo Teles de Oliveira - GTO	Divinópolis	MG	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.3.
34	Martinha Cruz dos Santos	125.401.453-53	José Tomás dos Santos	Icatu	MA	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.4 alínea "d".
35	Nadir Olga Cruz	251.795.433-04	Apolonio Melonio	São Luis	MA	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.4. alíneas "c" e "d".
36	Nauriane Chaves Corrêa	024.659.192-70	Raimundo de Souza Corrêa	Marapanim	PA	Norte	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.4, alínea "e"
37	Otácilio Launé Barbosa	288.463.543-20	Venâncio Eurico Barbosa	Santa Rita	MA	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.4 alíneas "c".
38	Rafael Felipe	009.001.158-90	Sebastião Felipe	Carapicuíba	SP	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.4, alínea "c".
39	Raimundo Ivan Monteiro dos Santos	950.279.982-87	Manoel Soares dos Santos	Curuçá	PA	Norte	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.4, alíneas "b", "c" e "e".
40	Raimundo Silva de Oliveira	279.055.433-15	Jorge Itaici de Oliveira	São Luis	MA	Nordeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.4 alínea "b".
41	Ranilson da Silva Bentes	262.531.862-72	Lucindo Rebelo da Costa	Marapanim	PA	Norte	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.4, alíneas "d" e "e".
42	Renato Romero da Silva	303.814.600-53	Renato Romero da Silva	Rio Pardo	RS	Sul	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.4 alínea "e".
43	Suzan Monteverde Martins	004.687.412-75	Lindolfo Marinho da Silva	Manaus	AM	Norte	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.4, alínea "b".
44	Waldir Moura dos Santos	766.978.008-87	Paulo Minervino Luciano	São Paulo	SP	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.4. alínea "e".
45	Wilson de Paula Moreira	815.959.996-04	Luiz de Paula Moreira	Sete Lagoas	MG	Sudeste	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.4, alínea "e".
46	Zuleide Pereira Alves	353.117.702-87	Bento da Trindade Alves	Marapanim	PA	Norte	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.10.4, alínea "e".

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DÉBORA FERNANDA PINTO ALBUQUERQUE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800041

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 122, DE 25 DE SETEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DO AUDIOVISUAL DO MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 11 do Anexo I do Decreto nº 8.837, de 17 de agosto de 2016, e, tendo em vista o disposto no Edital nº 07, de 21 de julho de 2017 - Edital Filme Cultura Edição 63 - Temática: Mulheres, Câmeras e Telas, resolve:

Art. 1° - Tornar público o resultado preliminar do referido Edital conforme Anexo I (projetos selecionados para publicação na revista impressa e no portal da revista Filme Cultura), Anexo II (projetos selecionados para publicação no portal da revista Filme Cultura), Anexo III (projetos desclassificados de acordo com o subitem 6.3 do edital) e Anexo IV (projetos desclassificados de acordo com o subitem 1.5 ou 6.4 do edital).

Art. 2º - Abrir prazo de pedido de reconsideração a ser enviado nos 02 (dois) dias úteis seguintes à data da publicação desta portaria, o qual deverá ser realizado exclusivamente mediante o envio de formulário específico para o endereço eletrônico: audiovisual@cultura.gov.br

Art. 3 º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO BATISTA SILVA

ANEXO I

Projetos selecionados para publicação na revista impressa e no portal da revista Filme Cultura:

Nº da Proposta	PRONAC	Título	Autor(a)	Nota
267833	175757	O triunfo de Gilda de Abreu e a brasilidade em O ébrio	Letícia Magalhães Pereira	9,0
262733	175746	Autoimagem de uma cineasta negra	Ana Cristina Carvalho Rodrigues Coelho (Dandara)	8,5
267829	175756	No Home Movie	Waleska Antunes	8,5
267845	175758	Do Pará para o mundo: a mulher e a realidade amazônica no cinema de Jorane Castro	Igor Mesquita Ferreira	8,5
267779	175752	Identidade, empoderamento feminino e crise da família tradicional em Como Nossos Pais	Igor Mesquita Ferreira	8,5
267866	175762	Representação de gênero pautado na herança usineira em O som ao redor e Boa sorte, meu amor	Lara Barqueta Bione	8,0
267870	175767	Outros jeitos de ser mulher: a reformulação das maneiras de apresentar o feminino no cinema independente nacional	Pedro Armando Sobrinho Moreira	8,0
267824	175754	Tão longe é aqui: histórias que transformam	Ana Carolina Domingues	8,0
264086	175742	Testes de representatividade: a mulher no sucesso de bilheteria	Natalia de Andrade Brandino	7,5
257032	175740	A direção feminina no cinema brasileiro contemporâneo	Emanuella Leite Rodrigues de Moraes	7,5
267785	175764	Heroína ou Queeroína: Interseccionalidade, o feminino e protagonismo no mundo contemporâneo	Eleonora Menezes del Bianchi	7,5
267792	175753	Interseccionalidade e vídeo performance: aproximações possíveis entre os documentários Corpo Manifesto e Mulheres negras: projetos de mundo	Débora Machado Visini	6,0
267794	175749	Fazedoras de cinema: sobre protagonismos femininos e narrativas que insistem em esquecê-las	Alice Fátima Martins	5,5
267631	175743	Terror de mulherzinha	Andrezza Catharina Camera	5,5

ANEXO II

Projetos selecionados para publicação no portal da revista Filme Cultura:

Nº da Proposta	PRONAC	Título	Autor(a)	Nota
267869	175765	Sexo, feminismo e pornografia: A Santíssima Trindade analisada	Lívia Maria Pinto da Rocha Amaral Cruz	6,0
267846	175759	O feminino no cinema de Dorota Kedzierzawska: análise do filme Nada (NIC), de 1998	Beatriz Lizavieta Vasconcelos Viana	6,0

ANEXO III

Projetos desclassificados de acordo com o subitem 6.3 do edital:

Nº da Proposta	PRONAC	Título	Autor(a)	Nota
267864	175761	Entrevista Ruth de Souza	Carolina Marques Henriques Ficheira e Giovana Oliveira Santos Manfredi	6,5
267713	175745	As Hipermulheres: fluxos de documentário e ficção	Philipi Emmanuel Lustosa Bandeira	6,0
267637	175744	Entrevista com Takumã Kuikuro - As Hipermulheres (Coletivo Kuikuro de Cinema)	Philipi Emmanuel Lustosa Bandeira	6,0
267778	175755	O Encontro precioso	Ana Carolina Bernardino	4,5
267865	175766	Representação da mulher no cinema: movimento e transformação em Helena Ignez e Angela Carne e Osso	Sarah Pusch Nogueira	4,0
267788	175751	Mulher Olho de Peixe	Adriana de Menezes dos Santos	3,5
267766	175748	Laboratório Cineclube: partilha e empoderamento	Fernanda Carvalho da Silva	3,0
267848	175760	S, o processo criativo de um curta metragem experimental	Karina Buzzi	2,5
257853	175741	Mulheres, Câmeras e Telas	Luiz Guilherme Farias de Paula	2,5
267715	175747	Por que feminista?	Paloma Gomide	2,0

ANEXO IV

Projetos desclassificados de acordo com o subitem 1.5 ou 6.4 do edital:

Nº da Proposta	Título	Autor(a)
258349	Valorização das mulheres cis/trans nas mídias desmitificando e quebrando preconceitos	Rubi Martins dos Santos Correia
259230	A melhor Idade é a que Dança	Klesley Hiago da Rocha Tavares
267423	Terça Nobre	Flavio Roberto Barbosa dos Santos
267642	Distribuição Cultura	Gilson Pereira de Sousa
267817	Três Pioneiras do Cinema Americano	Juliana Vieira Costa
267838	Filme sobre os imigrantes Sírios	Lydia Vindilina Tavares
267867	Heroína ou Queeroína: Interseccionalidade, o feminino e protagonismo no mundo contemporâneo	Eleonora Menezes del Bianchi

Ministério da Defesa

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA NORMATIVA Nº 33/MD, DE 4 DE SETEMBRO DE 2017

Aprova a Diretriz Ministerial que coordena as ações para a implantação e o funcionamento do Sistema de Atividades Internacionais do Ministério da Defesa (SIATI-MD).

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no inciso VII do art. 1º do Anexo I do Decreto nº 8.978, de 1º de fevereiro de 2017, e considerando o que consta do Processo nº 60420.000542/2017-10, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º Fica aprovada a Diretriz Ministerial que coordena as ações para a implantação e o funcionamento do Sistema de Atividades Internacionais do Ministério da Defesa (SIATI-MD).

CAPÍTULO II

DO OBJETIVO

Art. 2º O SIATI-MD tem por objetivo difundir informações sobre as atividades do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), da Secretaria de Produtos de Defesa (SEPROD) e das Forças Singulares (FS), na área internacional, a fim de permitir melhores condições de planejamento, coordenação e condução dessas atividades pelas partes interessadas.

CAPÍTULO III

DA ATUAÇÃO INTERNACIONAL DA DEFESA E DOS CRITÉRIOS

Art. 3º A atuação internacional da Defesa deverá ocorrer de forma integrada e cooperativa, a fim de proporcionar o melhor aproveitamento possível dos recursos humanos, materiais e orçamentários disponibilizados pela União.

Art. 4º São critérios para o planejamento e a condução das atividades da Defesa na área internacional:

I - planejamento oportuno e efetivo;

II - coordenação das ações entre o MD e as FS;

III - atuação integrada no âmbito da administração central do Ministério da Defesa;

IV - unidade de esforços; e

V - uso racional dos recursos disponíveis, buscando a melhor relação custo-benefício para realização da atividade.

Parágrafo único. O SIATI-MD foi concebido como uma ferramenta para aumentar a consciência sobre as atividades da Defesa na área internacional e permitir melhores condições para seu planejamento e sua condução, observados os critérios mencionados no art. 4º, bem como o interesse da Defesa no aprimoramento da troca de informações acerca das atividades na área internacional entre o EMCFA, a SEPROD e as FS.

CAPÍTULO IV

DAS CARACTERÍSTICAS E DAS CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO

Art. 5º O SIATI consistirá no armazenamento de informações em planilha eletrônica, em área de compartilhamento de arquivos (MD-Box) hospedada de forma segura nos servidores do Departamento de Tecnologia da Informação (DEPTI) da Secretaria-Geral do MD.

Art. 6º O acesso ao SIATI- MD será via rede mundial de computadores.

Art. 7º Serão órgãos participantes do SIATI-MD:

I - Gabinete do EMCFA;

II - Chefia de Assuntos Estratégicos (CAE);

III - Chefia de Operações Conjuntas (CHOC);

IV - Chefia de Logística e Mobilização (CHELOG);

V - Secretaria de Produtos de Defesa (SEPROD);

VI - Estado-Maior da Armada (EMA);

VII - Estado-Maior do Exército (EME); e

VIII - Estado-Maior da Aeronáutica (EMAer).

Art. 8º As atividades a serem inseridas no SIATI-MD serão aquelas previstas para ocorrerem no exterior, cujo conhecimento pelos participantes é relevante para fins de planejamento, coordenação e condução de atividades da área internacional.

Parágrafo único. Dentre as atividades a serem inseridas no SIATI-MD destacam-se as seguintes:

I - visitas oficiais de autoridades militares;

II - atendimento por autoridades militares a eventos internacionais (convites);

III - visitas de comandos, organizações militares ou estabelecimentos de ensino militares;

IV - atendimento a reuniões de Estado-Maior;

V - atendimento a reuniões no âmbito de organismos multilaterais militares ou de interesse militar;

VI - atendimento a reuniões de grupos de trabalho bilaterais ou multilaterais;

VII - atendimento a reuniões militares setoriais; e

VIII - participação em conferências, congressos, seminários, jornadas de estudos e workshops.

Art. 9º As atividades deverão ser inseridas no SIATI-MD logo que forem planejadas pelo órgão/FS, sendo que as que forem canceladas deverão ter seus registros imediatamente removidos.

Art. 10. As atividades que envolvam dois ou mais órgãos participantes deverão ser lançadas apenas pelo órgão que coordena o evento.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800042

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAPÍTULO V
DAS ATRIBUIÇÕES
Art. 11. A CAE/EMCFA será a gestora do SIATI-MD, cabendo-lhe:
I - coordenar o funcionamento do Sistema;
II - gerenciar usuários e senhas; e
III - manter históricos de informações armazenadas.
Art. 12. O DEPTI/MD deverá viabilizar a sustentação técnica necessária para a plena operação do MDBox.
Art. 13. Os órgãos participantes do SIATI-MD deverão designar operadores, que atuarão com senhas cadastradas pelo gestor do sistema e serão responsáveis pela inserção de dados.
CAPÍTULO VI
DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 14. A primeira inserção de dados no SIATI-MD, pelo órgão participante, deverá ocorrer em até quinze dias após o recebimento da senha de acesso de seu operador.
Art. 15. A fase inicial de operação do SIATI-MD, com duração de seis meses, terá caráter experimental e, concluída essa fase, o Sistema poderá ser ampliado em termos de número de participantes e volume de informações a serem inseridas, conforme os ensinamentos obtidos nessa fase inicial de funcionamento.
Parágrafo único. Durante a ampliação, mencionada no caput, passarão a ser contempladas, também, atividades internacionais que ocorrerem no Brasil.
Art. 16. Os dados com classificação sigilosa não serão inseridos no SIATI-MD.
Art. 17. Esta Portaria Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

RAUL JUNGMANN

PORTARIA Nº 3.523/GM/MD, DE 26 DE SETEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, de acordo com o disposto no Inciso II do Art. 17, do Decreto n° 7.822, de 5 de outubro de 2012, e na qualidade de Presidente Efetivo do Conselho da Ordem do Mérito Aeronáutico, resolve:
Admitir:
I - no Corpo de Graduados Especiais da Ordem do Mérito Aeronáutico, as seguintes personalidades brasileiras:
a) no grau de COMENDADOR, Chefe da Assessoria Especial de Projetos (MD) FELIPE OSCAR SAMPAIO GOMES DE ALMEIDA; e Assessora Especial (MD) ANDREA CAVALCANTE.

RAUL JUNGMANN

COMANDO DA MARINHA

GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA Nº 235/MB, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

Altera a subordinação da Diretoria de Gestão Orçamentária da Marinha (DGOM) e dá outras providências.

O COMANDANTE DA MARINHA, no uso das atribuições que lhe conferem os art. 4º e 19 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, alterada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, e o art. 26, inciso V, do Anexo I, do Decreto nº 5.417, de 13 de abril de 2005, resolve:
Art. 1º Alterar o artigo 1º da Portaria nº 64/MB, de 2 de fevereiro de 2012, transferindo a Diretoria de Gestão Orçamentária da Marinha (DGOM) à subordinação da Secretaria-Geral da Marinha (SGM).
Art. 2º O Secretário-Geral da Marinha baixará os atos complementares que se fizerem necessários à execução desta Portaria.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na presente data.

EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA

PORTARIA Nº 236/MB, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

Transfere a subordinação da Diretoria de Finanças da Marinha (DFM) e dá outras providências.

O COMANDANTE DA MARINHA, no uso das atribuições que lhe conferem os art. 4º e 19 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, alterada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, e o art. 26, inciso V, do Anexo I, do Decreto nº 5.417, de 13 de abril de 2005, resolve:
Art. 1º Transferir a subordinação da Diretoria de Finanças da Marinha (DFM) da Diretoria de Coordenação do Orçamento da Marinha (COrM) para a Secretaria-Geral da Marinha (SGM).
Art. 2º O Secretário-Geral da Marinha baixará os atos complementares que se fizerem necessários à execução desta Portaria.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na presente data.
Art. 4º Revoga-se a Portaria nº 65/MB, de 2 de fevereiro de 2012.

EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA

PORTARIA Nº 237/MB, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

Extingue a Diretoria de Coordenação do Orçamento da Marinha (COrM) e dá outras providências.

O COMANDANTE DA MARINHA, no uso das atribuições que lhe conferem os art. 4º e 19 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, alterada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, e o art. 26, inciso V, do Anexo I, do Decreto nº 5.417, de 13 de abril de 2005, resolve:
Art. 1º Extinguir, dentro da Estrutura Organizacional do Comando da Marinha, a COrM, criada pela Portaria nº 63/MB, de 2 de fevereiro de 2012.
Art. 2º As atribuições atualmente de responsabilidade da COrM serão desempenhadas, a partir desta data, pela Secretaria-Geral da Marinha (SGM), que baixará os atos complementares que se fizerem necessários à execução desta Portaria.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na presente data.

EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA

PORTARIA Nº 238/MB, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

Altera a Portaria nº 237/MB, de 3 de agosto de 2016, que delega competência aos Titulares dos Órgãos de Direção-Geral, de Direção Setorial, de Assistência Direta e Imediata, Vinculados e de outras Organizações Militares da Marinha.

O COMANDANTE DA MARINHA, de acordo com os art. 4º e 19 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, alterada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, com o art. 26, inciso I, do Anexo I ao Decreto nº 5.417, de 13 de abril de 2005, e com as delegações de competência previstas na Portaria nº 1.839/MD, de 9 de dezembro de 2010, e no Decreto nº 8.798, de 4 de julho de 2016, resolve:
Art. 1º Efetuar as seguintes alterações na Portaria nº 237/MB, de 3 de agosto de 2016, publicada no DOU nº 149, de 4 de agosto de 2016, Seção 1, páginas 14 a 20, em concordância com a Portaria nº 291, de 12 de setembro de 2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, publicada no DOU nº 176, de 13 de setembro de 2017, Seção 1, páginas 70 e 71:
I - Incluir no inciso IV do art. 2º do Anexo F a seguinte alínea:
"e) incentivada, sem remuneração, quando a possibilidade de concessão for instituída em programas do Governo Federal."; e
II - Incluir no inciso V do art. 2º do Anexo F a seguinte alínea:
"o) concessão de jornada de trabalho reduzida, com remuneração proporcional."
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na presente data.

EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA

DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PORTARIA Nº 276/DPC, DE 26 DE SETEMBRO DE 2017

Dispensa da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no art. 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário em Águas sob Jurisdição Nacional - LESTA), resolve:
Art. 1º Dispensar da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem a embarcação empregada na navegação de apoio marítimo, abaixo listada, comandada pelo Capitão de Longo Curso ROBERTO FONSECA DE ARAÚJO (CIR: 021P2001168865) e pelo Capitão de Cabotagem GUY NOEL MBOUNDOU (CIR: 381P2002007774), com arqueação bruta (AB) acima de 3.000 e menor ou igual a 5.000, que atende ao preconizado no inciso 5, da alínea c, do item 0404 das Normas da Autoridade Marítima para o Serviço da Praticagem - NORMAM-12/DPC (1ª Revisão):

NOME DA EMBARCAÇÃO	NÚMERO DE INSCRIÇÃO	LOCAL DE INSCRIÇÃO	PORTOS DE OPERAÇÃO AUTORIZADOS
PSV BATUIRA	3813886140	Capitania dos Portos do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro, Niterói, Sepetiba, Ilha Guaíba, Ilha Grande (TEBIG), Angra dos Reis, Forno e Açu (RJ)

Art. 2º A dispensa da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem está limitada aos portos e terminais mencionados, devendo ser respeitadas as restrições operacionais e características dos respectivos portos e terminais.
Art. 3º Os comandantes da embarcação dispensada deverão observar a alínea d, do item 0404, da NORMAM-12/DPC (1ª Revisão), comunicando obrigatoriamente à Estação de Praticagem e/ou ao Serviço de Tráfego de Embarcação (VTS) a sua movimentação dentro da Zona de Praticagem.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 195, datada de 23 de junho de 2016, publicada no DOU de 14 de julho de 2016.

WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO
Vice-Almirante

Ministério da Educação

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA

PORTARIA 1.046, DE 26 DE SETEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA, no uso de suas atribuições legais e conforme consta do Processo n°. 23063.002255/2016-60, resolve:
Art. 1º. - Prorrogar, por um ano, a partir de 28 de setembro de 2017, o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado para preenchimento de vagas de Professor Substituto das Unidades Maracanã, Nova Friburgo, Petrópolis e Valença, de que trata o Edital nº. 015, de 12/08/2016, publicado no DOU de 12/09/2016, seção 3, página 30, e homologado através da Portaria nº. 1169 de 26/09/2016, publicada no DOU de 28/09/2016, seção 1, página 52;
Art. 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ressalvado o disposto no Art. 1º.

CARLOS HENRIQUE FIGUEIREDO ALVES

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

ATO Nº 1.546, DE 25 DE SETEMBRO DE 2017

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais; resolve:
Homologar o resultado final do Concurso Público de Provas e Títulos, para o provimento de cargos da Carreira do Magistério Superior, para as unidades e áreas de ensino, respectivamente, da forma como segue:
CAMPUS "MINISTRO REIS VELLOSO" - PARNAÍBA/PI
1 CLÍNICA MÉDICA/MEDICINA INTERNA/SAÚDE DO ADULTO

Ordem	Nome do candidato	Resultado
1.	CÍCERO DE OLIVEIRA SANTOS NETO	Habilitado e Classificado (1º)
2.	GUSTAVO EDUARDO PIRES FONTENELLE	Habilitado e Classificado (2º)

2 ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA

Ordem	Nome do candidato	Resultado
1.	DEODATO NARCISIO DE OLIVEIRA CASTRO NETO	Habilitado e Classificado (1º)
2.	MARINA SOUSA CARVALHO	Habilitada e Classificada (2ª)
3.	MATHEUS PINHO BEZERRA	Habilitado

3 GINECOLOGIA / OBSTETRÍCIA

Ordem	Nome do candidato	Resultado
1.	ANTÔNIO MARÇAL DE SOUSA VAL	Habilitado e Classificado (1º) (1°)
2.	SABRINA VERGANI ARAÚJO TEIXEIRA COSTA	Habilitada e Classificada (2ª)

4 PEDIATRIA

Ordem	Nome do candidato	Resultado
1.	JULIANA LIMA ALMEIDA	Habilitada e Classificada (1ª)
2.	CINTIA ALEKSANDRA UREL RODRIGUES	Habilitada e Classificada (2ª)
3.	ANGELA CARVALHO DE ALMEIDA BRITO	Habilitado

5 PSICOLOGIA E SAÚDE COLETIVA

Ordem	Nome do candidato	Resultado
1.	GUILHERME AUGUSTO SOUZA PRADO	Habilitado e Classificado (1º)
2.	ANA RAQUEL DE OLIVEIRA	Habilitada
3.	TALITA LEITE TAVARES	Habilitada

6 MEDICINA DE FAMÍLIA E COMUNIDADE

NÃO HOUVE CANDIDATO APROVADO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800043

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

7 MEDICINA LEGAL

Ordem	Nome do candidato	Resultado
1.	FERNANDO AGUIAR LUZ	Habilitado e Classificado (1º)
2.	WILLIAMS CARDEC DA SILVA	Habilitado

8 FARMACOLOGIA/FARMACOLOGIA CLÍNICA/FARMACOTERAPIA

Ordem	Nome do candidato	Resultado
1.	KLINGER ANTÔNIO DA FRANCA RODRIGUES	Habilitado e Classificado (1º)
2.	JANYERSON DANNYS PEREIRA DA SILVA	Habilitado

CAMPUS "MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA" - CCHL
1 LETRAS/LIBRAS: LÍNGUA E LITERATURA EM LÍNGUA DE SINAIS

Ordem	Nome do candidato	Resultado
1.	RHUAN LUCAS BRAZ SILVA	Habilitado e Classificado (1º)

CAMPUS "MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA" - CCN
1 LETRAS/LIBRAS: ESTUDOS CULTURAIS E DA TRADUÇÃO

Ordem	Nome do candidato	Resultado
1.	JONATHAN SOUSA DE OLIVEIRA	Habilitado e Classificado (1º)

(Considerando o Edital nº. 09/2017 - UFPI, publicado no D.O.U. de 13/06/2017; o Processo nº. 23111.016450/2017-19).

JOSÉ ARIMATÉIA DANTAS LOPES

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

PORTARIA Nº 582, DE 22 DE JUNHO DE 2017

O REITOR DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - UNIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas mediante o artigo 7º da Lei n° 7.011, de 08 de julho de 1982; o artigo 11 do Estatuto da UNIR; o Decreto Presidencial publicado no DOU nº 222, de 21 de novembro de 2016, seção 2, p.1; e considerando o que consta no Memorando nº 177/PROGRAD, de 21/06/2017, resolve:

Art. 1º Reservar o código de vaga nº 920659, referente ao cargo efetivo de Professor do Magistério Superior do Departamento Acadêmico de Medicina Veterinária do Campus de Rolim de Moura, em cumprimento ao agravo de instrumento, com antecipação da tutela, conforme os autos dos Processos nº 1000907-94.2017.4.01.0000 e nº 1000014-25.2017.4.01.4100, da 1ª Região, corroborado pelo Parecer de Força Executória n. 00026/2017/NMA/PFRO/PGF/AGU, emitido em 06/06/2017, pela Procuradoria Federal no Estado de Rondônia, até o julgamento final do presente mandamus.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARI MIGUEL TEIXEIRA OTT

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA CONJUNTA Nº 58, DE 26 SETEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010, e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, com base nas recomendações do Grupo de Apoio Técnico MEC/MCTIC apresentadas na reunião ordinária de 16 de agosto de 2017, resolvem:

Art. 1º. Fica autorizada, pelo período de 01 (um) ano, a Fundação de Apoio e Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia - FACTO, CNPJ nº 03.832.178/0001-97, para atuar como fundação de apoio ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - IFPE, processo nº 23000.031489/2017-13 .

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO LUIZ RABELO
Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação
Substituto

JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE
Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

PORTARIA CONJUNTA Nº 59, DE 26 SETEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010, e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, com base nas recomendações do Grupo de Apoio Técnico MEC/MCTIC apresentadas na reunião ordinária de 16 de agosto de 2017, resolvem:

Art. 1º. Fica autorizada, pelo período de 01 (um) ano, a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Computação Científica - FACC, CNPJ nº 06.220.430/0001-03, para atuar como fundação de apoio ao Observatório Nacional - ON, processo nº 23000.000749/2017-17.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

MAURO LUIZ RABELO
Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação
Substituto

JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE
Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

PORTARIA CONJUNTA Nº 60, DE 26 SETEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010, e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, com base nas recomendações do Grupo de Apoio Técnico MEC/MCTIC apresentadas na reunião ordinária de 16 de agosto de 2017, resolvem:

Art. 1º. Fica autorizada, pelo período de 01 (um) ano, a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa - FUNDEP, CNPJ nº 18.720.938/0001-41, para atuar como fundação de apoio ao Instituto Nacional de Tecnologia - INT, processo nº 23000.0025490/2017-17.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO LUIZ RABELO
Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação
Substituto

JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE
Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

PORTARIA CONJUNTA Nº 61, DE 26 SETEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010, e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, com base nas recomendações do Grupo de Apoio Técnico MEC/MCTIC apresentadas na reunião ordinária de 16 de agosto de 2017, resolvem:

Art. 1º. Fica autorizada, pelo período de 01 (um) ano, a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa - FUNDEP, CNPJ nº 18.720.938/0001-41, para atuar como fundação de apoio ao Instituto de Aeronáutica e Espaço - IAE, processo nº 23000.022789/2017-10.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO LUIZ RABELO
Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação
Substituto

JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE
Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

PORTARIA CONJUNTA Nº 62, DE 26 SETEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010, e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, com base nas recomendações do Grupo de Apoio Técnico MEC/MCTIC apresentadas na reunião ordinária de 16 de agosto de 2017, resolvem:

Art. 1º. Fica autorizada, pelo período de 01 (um) ano, a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa - FUNDEP, CNPJ nº 18.720.938/0001-41, para atuar como fundação de apoio junto ao Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA, processo nº 23000.022676/2016-25.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO LUIZ RABELO
Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação
Substituto

JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE
Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

PORTARIA CONJUNTA Nº 63, DE 26 SETEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010, e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, com base nas recomendações do Grupo de Apoio Técnico MEC/MCTIC apresentadas na reunião ordinária de 16 de agosto de 2017, resolvem:

Art. 1º. Fica autorizada, pelo período de 01 (um) ano, a Fundação Parque de Alta Tecnologia da Região Iperó e Adjacências - PÁTRIA, CNPJ nº 71.558.068/0001-39, para atuar como fundação de apoio à Amazônia Azul Tecnologias de Defesa - AATD, processo nº 23000.011017/2017-44.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO LUIZ RABELO
Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação
Substituto

JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE
Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

PORTARIA CONJUNTA Nº 64, DE 26 SETEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010, e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, com base nas recomendações do Grupo de Apoio Técnico MEC/MCTIC apresentadas na reunião ordinária de 16 de agosto de 2017, resolvem:

Art. 1º. Fica autorizada, pelo período de 01 (um) ano, a Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - FAURGS, CNPJ nº 74.704.008/0001-75, para atuar como fundação de apoio ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS, processo nº 23000.044356/2016-26.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO LUIZ RABELO
Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação
Substituto

JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE
Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

PORTARIA CONJUNTA Nº 65, DE SETEMBRO 26 DE 2017

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010, e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, com base nas recomendações do Grupo de Apoio Técnico MEC/MCTIC apresentadas na reunião ordinária de 16 de agosto de 2017, resolvem:

Art. 1º. Fica autorizada, pelo período de 01 (um) ano, a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa - FUNDEP, CNPJ nº 18.720.938/0001-41, para atuar como fundação de apoio ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT, processo nº 23000.003356/2017-57.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO LUIZ RABELO
Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação
Substituto

JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE
Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

PORTARIA CONJUNTA Nº 66, DE 26 SETEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010, e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, com base nas recomendações do Grupo de Apoio Técnico MEC/MCTIC apresentadas na reunião ordinária de 16 de agosto de 2017, resolvem:

Art. 1º. Fica autorizada, pelo período de 01 (um) ano, a Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais - FUNCATE, CNPJ nº 51619104/0001-10, para atuar como fundação de apoio ao Instituto de Aplicações Operacionais - IAOP, processo nº 23000.029219/2017-42.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO LUIZ RABELO
Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação
Substituto

JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE
Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

PORTARIA CONJUNTA Nº 67, DE 26 SETEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010, e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, com base nas recomendações do Grupo de Apoio Técnico MEC/MCTIC apresentadas na reunião ordinária de 16 de agosto de 2017, resolvem:

Art. 1º. Fica autorizada, pelo período de 01 (um) ano, a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa - FUNDEP, CNPJ nº 18720938/0001-41, para atuar como fundação de apoio ao Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia - INPA, processo nº 23000.028701/2017-65.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO LUIZ RABELO
Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação
Substituto

JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE
Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

PORTARIA CONJUNTA Nº 68, DE 26 SETEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010, e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, com base nas recomendações do Grupo de Apoio Técnico MEC/MCTIC apresentadas na reunião ordinária de 16 de agosto de 2017, resolvem:

Art. 1º. Fica autorizada, pelo período de 01 (um) ano, a Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - FAURGS, CNPJ nº 74.704.008/0001-75, para atuar como fundação de apoio à Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre - UFCSPA, processo nº 23000.013685/2017-14.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO LUIZ RABELO
Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação
Substituto

JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE
Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

PORTARIA CONJUNTA Nº 69, DE 26 SETEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010, e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, com base nas recomendações do Grupo de Apoio Técnico MEC/MCTIC apresentadas na reunião ordinária de 16 de agosto de 2017, resolvem:

Art. 1º. Fica autorizada, pelo período de 01 (um) ano, a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP), CNPJ nº 18.720.938/0001-41, para atuar como fundação de apoio ao Instituto de Fomento e Coordenação Industrial (IFI), processo nº 23000.004093/2017-01.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO LUIZ RABELO
Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação
Substituto

JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE
Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

PORTARIA CONJUNTA Nº 70, DE 26 SETEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010, e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, com base nas recomendações do Grupo de Apoio Técnico MEC/MCTIC apresentadas na reunião ordinária de 16 de agosto de 2017, resolvem:

Art. 1º. Fica autorizada, pelo período de 01 (um) ano, a Fundação de Apoio à Pesquisa - FUNAPE, CNPJ nº 00.799.205/0001-89, para atuar como fundação de apoio ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - IFG, processo nº 23000.028555/2017-78.

Art. 3º. A validade da autorização fica condicionada à apresentação, em 30 (trinta) dias a contar da publicação da presente Portaria, da ata de deliberação do órgão colegiado superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, manifestando prévia concordância com a pedido de renovação (art. 4º, IV, da Portaria Interministerial nº 191/2012) e da ratificação do relatório anual de gestão pelo mesmo órgão colegiado superior, dentro do prazo de 90 dias de sua emissão (art. 5º, I, da Portaria Interministerial nº 191/2012).

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO LUIZ RABELO
Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação
Substituto

JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE
Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 1.019, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista o Decreto n° 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa n° 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC, listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação, conforme planilha anexa, ministrados pelas Instituições de Ensino Superior, nos termos do disposto no artigo 35, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na planilha anexa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO (Autorização de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	201504852	PEDAGOGIA (Licenciatura)	60 (sessenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO NORTE PAULISTA	SOCIEDADE ASSISTENCIAL DE EDUCACAO E CULTURA	AVENIDA ALFREDO ANTONIO DE OLIVEIRA, 2077, - ATÉ 2398/2399, JARDIM MARAJÓ, SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP
2.	201600734	FARMÁCIA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE REGIONAL DA BAHIA	CENTRO UNIVERSITARIO DA BAHIA LTDA	AVENIDA DEPUTADO LUÍS EDUARDO MAGALHÃES, SN, SUBAÉ, FEIRA DE SANTANA/BA
3.	201600735	PSICOLOGIA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE REGIONAL DA BAHIA	CENTRO UNIVERSITARIO DA BAHIA LTDA	AVENIDA DEPUTADO LUÍS EDUARDO MAGALHÃES, SN, SUBAÉ, FEIRA DE SANTANA/BA
4.	201600780	ODONTOLOGIA (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADES INTEGRADAS PITÁGORAS	SOCIEDADE PADRAO DE EDUCACAO SUPERIOR LTDA	AVENIDA PROFESSORA AIDA MAINARTINA PARAÍSO, 80, IBITURUNA, MONTES CLAROS/MG
5.	201600783	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	60 (sessenta)	FACULDADE MÁRIO QUINTANA	CONSULTORIA EDUCACIONAL E EMPRESARIAL MARIO QUINTANA LTDA - ME	PRAÇA CÔNEGO MARCELINO, 107, CIDADE BAIXA, PORTO ALEGRE/RS
6.	201600802	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE DE GESTAO E NEGOCIOS DE SALVADOR	FACULDADE DE GESTAO E NEGOCIOS DE SALVADOR LTDA	AVENIDA TAMBURUGY, 88, ANTIGO 474, PATAMARES, SALVADOR/BA
7.	201600819	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE SANT ANA	ASSOCIACAO MISSIONARIA DE BENEFICENCIA	RUA SENADOR PINHEIRO MACHADO, 189, CENTRO, PONTA GROSSA/PR
8.	201600841	MEDICINA VETERINÁRIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE ENFERMAGEM NOVA ESPERANÇA DE MOSSORÓ - FACENE/RN	ESCOLA DE ENFERMAGEM NOVA ESPERANCA LTDA	AVENIDA PRESIDENTE DUTRA, 701, ALTO DE SÃO MANOEL, MOSSORÓ/RN

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800045

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.	201600851	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADE DE TECNOLOGIA FAESA	ASSOCIACAO DE ASSISTENCIA AO ENSINO	RUA ANSELMO SERRAT, 199, MONTE BELO, VITÓRIA/ES
10.	201600958	RADIOLOGIA (Tecnológico)	160 (cento e sessenta)	FACULDADE REGIONAL DA BAHIA	CENTRO UNIVERSITARIO DA BAHIA LTDA	AVENIDA DEPUTADO LUÍS EDUARDO MAGALHÃES, SN, SUBAÉ, FEIRA DE SANTANA/BA
11.	201600997	BIOMEDICINA (Bacharelado)	60 (sessenta)	INSTITUTO NACIONAL DE ENSINO SUPERIOR E PÓS-GRADUAÇÃO PADRE GERVÁSIO	ODONTO RAD LTDA - ME	RUA JOÃO BASÍLIO, 219, CENTRO, POUSO ALEGRE/MG
12.	201601096	RADIOLOGIA (Tecnológico)	100 (cem)	INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE	FUNORTE FACULDADES UNIDAS DO NORTE MINAS LTDA	AVENIDA HUM, INDÚSTRIAL, MONTES CLAROS/MG
13.	201601171	ENGENHARIA MECÂNICA (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE DE CIÊNCIAS E EMPREENDEDORISMO	CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE SANTO ANTONIO DE JESUS S/C - EPP	RUA VIRIATO LOBO, 132, CAJUEIRO, SANTO ANTÔNIO DE JESUS/BA
14.	201601199	ENGENHARIA AMBIENTAL E SANITÁRIA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE RUY BARBOSA	ABEP - ACADEMIA BAIANA DE ENSINO PESQUISA E EXTENSAO LTDA	RUA THEODOMIRO BAPTISTA, 422, MORRO DAS VIVENDAS, RIO VERMELHO, SALVADOR/BA
15.	201601220	MARKETING (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE INTEGRAL DIFERENCIAL	INTEGRAL - GRUPO DE ENSINO SUPERIOR DO PIAUI S/C LTDA	RUA VETERINÁRIO BUGYJA BRITO, 1354, HORTO FLORESTAL, TERESINA/PI
16.	201601221	PROCESSOS GERENCIAIS (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE INTEGRAL DIFERENCIAL	INTEGRAL - GRUPO DE ENSINO SUPERIOR DO PIAUI S/C LTDA	RUA VETERINÁRIO BUGYJA BRITO, 1354, HORTO FLORESTAL, TERESINA/PI
17.	201601458	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS DA BAHIA	FATEC -BA FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIENCIAS DA BAHIA LTDA	RUA QUINZE DE NOVEMBRO, 925 A, SANTA ISABEL, ALAGOINHAS/BA
18.	201601465	DESIGN DE INTERIORES (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE BRASILEIRA DE TECNOLOGIA	CENTRO UNIVERSITARIO DA BAHIA LTDA	AV. MARECHAL CANDIDO DA SILVA RONDON, S/N, JABOTIANA, ARACAJU/SE
19.	201601529	DESIGN DE INTERIORES (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DEVRY DE SÃO LUÍS	DEVRY EDUCACIONAL DO BRASIL S/A	AVENIDA DOS HOLANDESES, 10, LETRA: A, CALHAU, SÃO LUÍS/MA
20.	201601670	OFTÁLMICA (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE REGIONAL DA BAHIA	CENTRO UNIVERSITARIO DA BAHIA LTDA	AVENIDA DEPUTADO LUÍS EDUARDO MAGALHÃES, SN, SUBAÉ, FEIRA DE SANTANA/BA
21.	201601678	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE INTERAÇÃO AMERICANA	IBREPE - INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS	RUA ODEON, 150, VILA ALCÂNTARA, SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP
22.	201601719	ENGENHARIA ELÉTRICA (Bacharelado)	161 (cento e sessenta e uma)	FACULDADE PITÁGORAS DE FEIRA DE SANTANA	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A	AVENIDA JOSÉ FALCÃO DA SILVA, 1283, BARAÚNA, FEIRA DE SANTANA/BA
23.	201601746	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADE POLIS DAS ARTES	ASSOCIACAO EDUCACIONAL DE EMBU DAS ARTES - AEEA	RUA TANCREDO NEVES, 17, JARDIM SANTA EMÍLIA, EMBU/SP
24.	201601782	ENGENHARIA MECÂNICA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE JOAQUIM NABUCO DE OLINDA	CENTRO EDUCACIONAL E DESPORTIVO FASE LTDA	RUA MARFIM, 375, JARDIM ATLÂNTICO, OLINDA/PE
25.	201601841	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE JOAQUIM NABUCO DE OLINDA	CENTRO EDUCACIONAL E DESPORTIVO FASE LTDA	RUA MARFIM, 375, JARDIM ATLÂNTICO, OLINDA/PE
26.	201601965	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE VALE DO CRICARÉ	INSTITUTO VALE DO CRICARE LTDA	RUA HUMBERTO DE ALMEIDA FRANCKLIN, 01, UNIVERSITÁRIO, SÃO MATEUS/ES
27.	201602083	ENGENHARIA DE ALIMENTOS (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE CESUMAR	CESUMAR - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGA LTDA	RUA ITAJUBÁ, 673, BAIRRO PORTÃO, CURITIBA/PR
28.	201602084	ENGENHARIA FLORESTAL (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE CESUMAR	CESUMAR - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGA LTDA	RUA ITAJUBÁ, 673, BAIRRO PORTÃO, CURITIBA/PR
29.	201602178	LOGÍSTICA (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADE SANTA TEREZINHA	ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE S LUIZ	AVENIDA CASEMIRO JÚNIOR, 12, ANIL, SÃO LUÍS/MA
30.	201602250	ENGENHARIA ELÉTRICA (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE DE CIÊNCIAS E EMPREENDEDORISMO	CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE SANTO ANTONIO DE JESUS S/C - EPP	RUA VIRIATO LOBO, 132, CAJUEIRO, SANTO ANTÔNIO DE JESUS/BA
31.	201602887	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DO MACIÇO DO BATURITÉ	IESTEC- INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR TEOLOGICO CRISTAO - ME	RUA EDMUNDO BASTOS, S/N, SANHARÃO, BATURITÉ/CE
32.	201602928	ENGENHARIA QUÍMICA (Bacharelado)	100 (cem)	UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAI	AVENIDA CELSO JOAQUIM DA SILVA - RODOVIA SC 407 KM 4, S/N, SERTÃO DO MARUIM, SÃO JOSÉ/SC
33.	201602943	ENGENHARIA FLORESTAL (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE CESUMAR DE PONTA GROSSA	CESUMAR - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGA LTDA	RUA DESEMBARGADOR WESTPHALEM, 60, OFICINAS, PONTA GROSSA/PR
34.	201602946	GESTÃO AMBIENTAL (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE CESUMAR DE PONTA GROSSA	CESUMAR - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGA LTDA	RUA DESEMBARGADOR WESTPHALEM, 60, OFICINAS, PONTA GROSSA/PR
35.	201602963	IRRIGAÇÃO E DRENAGEM (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE IRECÊ	FACULDADE IRECE	RUA RIO IGUAÇÚ, 397, RECANTO DAS ÁRVORES, IRECÊ/BA
36.	201603113	SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (Tecnológico)	101 (cento e uma)	FACULDADE DEVRY DE SÃO LUÍS	DEVRY EDUCACIONAL DO BRASIL S/A	AVENIDA DOS HOLANDESES, 10, LETRA: A, CALHAU, SÃO LUÍS/MA
37.	201603179	MATEMÁTICA (Licenciatura)	100 (cem)	FACULDADE IRECÊ	FACULDADE IRECE	RUA RIO IGUAÇÚ, 397, RECANTO DAS ÁRVORES, IRECÊ/BA
38.	201603443	RADIOLOGIA (Tecnológico)	160 (cento e sessenta)	FACULDADE DE ENFERMAGEM NOVA ESPERANÇA DE MOSSORÓ - FACENE/RN	ESCOLA DE ENFERMAGEM NOVA ESPERANCA LTDA	AVENIDA PRESIDENTE DUTRA, 701, ALTO DE SÃO MANOEL, MOSSORÓ/RN
39.	201603543	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE NOVA ROMA	CENTRO BRASILEIRO DE PROFISSIONALIZACAO EMPRESARIAL LTDA	ESTRADA DO BONGI, 425, PRADO, RECIFE/PE
40.	201603672	RADIOLOGIA (Tecnológico)	80 (oitenta)	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR MÚLTIPLO	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR MULTIPLO S/C LTDA - EPP	AVENIDA BOA VISTA, 700, PARQUE SÃO FRANCISCO, TIMON/MA
41.	201605910	ENGENHARIA ELÉTRICA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE UNA DE SETE LAGOAS	MINAS GERAIS EDUCACAO SA	AVENIDA SECRETÁRIO DIVINO PADRÃO, 1.411, A, SANTO ANTÔNIO, SETE LAGOAS/MG

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800046

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

42.	201606607	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	170 (cento e setenta)	FACULDADE ESAMC SÃO PAULO - ESAMC	CENTRO DE ESTUDOS DE ADMINISTRACAO E MARKETING CEAM LTDA	AV. ADOLFO PINHEIRO, 893, FACULDADE ESAMC, SANTO AMARO, SÃO PAULO/SP
43.	201606611	AGRONOMIA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE ANHANGUERA DE PASSO FUNDO	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	RUA PAISSANDU, 1200, CENTRO, PASSO FUNDO/RS
44.	201606615	AGRONOMIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE ANHANGÜERA DE BAURU	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	AVENIDA MOUSSA NAKHL TOBIAS, 3-33, PARQUE RESIDENCIAL DO CASTELO, BAURU/SP
45.	201606632	PSICOLOGIA (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE DA REGIÃO SISALEIRA	GRUPO M.C EDUCACAO E ASSESSORIA LTDA - ME	FAZENDA PINDA BA 409 KM 10, KM 10, RODOVIA, CONCEIÇÃO DO COITÉ/BA
46.	201606658	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE ANHANGUERA DE MATÃO	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	VIA AUGUSTO BAMBOZZI, 100, BOA VISTA, MATÃO/SP
47.	201606672	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	110 (cento e dez)	FACULDADE PITÁGORAS DE FEIRA DE SANTANA	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A	AVENIDA JOSÉ FALCÃO DA SILVA, 1283, BARAÚNA, FEIRA DE SANTANA/BA
48.	201606684	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE DIOCESANA DE MOSSORÓ	FUNDACAO SANTA TEREZINHA DE MOSSORO	PRAÇA DOM JOÃO COSTA, 511, SANTO ANTÔNIO, MOSSORÓ/RN
49.	201606686	GASTRONOMIA (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DIOCESANA DE MOSSORÓ	FUNDACAO SANTA TEREZINHA DE MOSSORO	PRAÇA DOM JOÃO COSTA, 511, SANTO ANTÔNIO, MOSSORÓ/RN
50.	201606763	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE SUMARÉ	INSTITUTO SUMARE DE EDUCACAO SUPERIOR ISES LTDA	RUA LUÍS DA FONSECA GALVÃO, 64, PARQUE MARIA HELENA, SÃO PAULO/SP

PORTARIA Nº 1.020, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista o Decreto n° 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa n° 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC, listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação, conforme planilha anexa, ministrados pelas Instituições de Ensino Superior, nos termos do disposto no artigo 35, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na planilha anexa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO (Autorização de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	201606834	BIOMEDICINA (Bacharelado)	45 (quarenta e cinco)	UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	FUNDACAO DE INTEGRACAO, DESENVOLVIMENTO E EDUCACAO DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - FIDENE	RUA DO COMÉRCIO, 3000, UNIVERSITÁRIO, IJUÍ/RS
2.	201606953	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (Tecnológico)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE SUMARÉ	INSTITUTO SUMARE DE EDUCACAO SUPERIOR ISES LTDA	RUA LUÍS DA FONSECA GALVÃO, 64, PARQUE MARIA HELENA, SÃO PAULO/SP
3.	201606954	REDES DE COMPUTADORES (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADE SUMARÉ	INSTITUTO SUMARE DE EDUCACAO SUPERIOR ISES LTDA	RUA LUÍS DA FONSECA GALVÃO, 64, PARQUE MARIA HELENA, SÃO PAULO/SP
4.	201606974	ENGENHARIA QUÍMICA (Bacharelado)	160 (cento e sessenta)	FACULDADE ESAMC SÃO PAULO - ESAMC	CENTRO DE ESTUDOS DE ADMINISTRACAO E MARKETING CEAM LTDA	AV. ADOLFO PINHEIRO, 893, FACULDADE ESAMC, SANTO AMARO, SÃO PAULO/SP
5.	201606977	ENGENHARIA AMBIENTAL E SANITÁRIA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE ESAMC SÃO PAULO - ESAMC	CENTRO DE ESTUDOS DE ADMINISTRACAO E MARKETING CEAM LTDA	AV. ADOLFO PINHEIRO, 893, FACULDADE ESAMC, SANTO AMARO, SÃO PAULO/SP
6.	201606996	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE PITÁGORAS DE JOÃO PESSOA	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A	RUA RADIALISTA ASSUNÇÃO DE JESUS, 89, JARDIM CIDADE UNIVERSITÁRIA, JOÃO PESSOA/PB
7.	201607001	GASTRONOMIA (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE ANHANGUERA DE ANÁPOLIS	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	AVENIDA UNIVERSITÁRIA, 683, CENTRO, ANÁPOLIS/GO
8.	201607016	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE ANHANGUERA JARAGUÁ DO SUL	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	RUA MAJOR JÚLIO FERREIRA, S/N, VILA LALAU, JARAGUÁ DO SUL/SC
9.	201607019	MEDICINA VETERINÁRIA (Bacharelado)	125 (cento e vinte e cinco)	FACULDADE PITÁGORAS DE UBERLÂNDIA	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A	AVENIDA DOS VINHEDOS, 1200, MORADA DA COLINA, UBERLÂNDIA/MG
10.	201607021	MEDICINA VETERINÁRIA (Bacharelado)	140 (cento e quarenta)	FACULDADE ANHANGUERA DE JOINVILLE	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	RUA PRESIDENTE CAMPOS SALLES, 850, GLÓRIA, JOINVILLE/SC
11.	201607053	GASTRONOMIA (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE ANHANGÜERA DE SOROCABA	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	AVENIDA DR. ARMANDO PANNUNZIO, 1478, ITANGUÁ, SOROCABA/SP
12.	201607055	MEDICINA VETERINÁRIA (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE ANHANGÜERA DE SOROCABA	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	AVENIDA DR. ARMANDO PANNUNZIO, 1478, ITANGUÁ, SOROCABA/SP
13.	201607089	EDUCAÇÃO FÍSICA (Licenciatura)	80 (oitenta)	FACULDADE ANHANGÜERA DE PIRACICABA	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	RUA SANTA CATARINA, S/N, SÍTIO SANTA NEUZA I, PIRACICAMIRIM, PIRACICABA/SP
14.	201607104	ESTÉTICA E COSMÉTICA (Tecnológico)	90 (noventa)	FACULDADE REGIONAL DA BAHIA	CENTRO UNIVERSITARIO DA BAHIA LTDA	AVENIDA DEPUTADO LUÍS EDUARDO MAGALHÃES, SN, SUBAÉ, FEIRA DE SANTANA/BA
15.	201607157	ODONTOLOGIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE BOA VIAGEM	FBV - FACULDADE BOA VIAGEM S.A.	AVENIDA JEAN EMILE FAVRE, 422, IMBIRIBEIRA, RECIFE/PE
16.	201607177	REDES DE COMPUTADORES (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DE BELO HORIZONTE	BAIAO CONSULTORIA & CONTABILIDADE LTDA - EPP	AVENIDA ANTÔNIO CARLOS, 521, 1º AO 4º ANDAR, LAGOINHA, BELO HORIZONTE/MG
17.	201607194	PEDAGOGIA (Licenciatura)	240 (duzentas e quarenta)	UNAMA FACULDADE DA AMAZÔNIA DE SANTARÉM	INSTITUTO SANTARENO DE EDUCACAO SUPERIOR	RUA ROSA VERMELHA, 335, AEROPORTO VELHO, SANTARÉM/PA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800047

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

18.	201607219	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE ESAMC SÃO PAULO - ESAMC	CENTRO DE ESTUDOS DE ADMINISTRACAO E MARKETING CEAM LTDA	AV. ADOLFO PINHEIRO, 893, FACULDADE ESAMC, SANTO AMARO, SÃO PAULO/SP
19.	201607220	CIÊNCIAS ECONÔMICAS (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE ESAMC SÃO PAULO - ESAMC	CENTRO DE ESTUDOS DE ADMINISTRACAO E MARKETING CEAM LTDA	AV. ADOLFO PINHEIRO, 893, FACULDADE ESAMC, SANTO AMARO, SÃO PAULO/SP
20.	201607312	AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE CESUMAR	CESUMAR - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGA LTDA	RUA ITAJUBÁ, 673, BAIRRO PORTÃO, CURITIBA/PR
21.	201607322	RADIOLOGIA (Tecnológico)	170 (cento e setenta)	FACULDADE CESUMAR	CESUMAR - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGA LTDA	RUA ITAJUBÁ, 673, BAIRRO PORTÃO, CURITIBA/PR
22.	201607346	RADIOLOGIA (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE CIÊNCIAS DO TOCANTINS	FACULDADE DE CIENCIAS DO TOCANTINS LTDA - FACIT - ME	RODOVIA TO-222,LT 02-A,GLEBA 03, LOTEAMENTO:ZONA LONTRA, ARAGUAÍNA/TO
23.	201607348	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE ORÍGENES LESSA	ASSOCIACAO LENCOENSE DE EDUCACAO E CULTURA	RODOVIA OSNI MATEUS, S/N, KM 108, SÃO JUDAS TADEU, LENÇÓIS PAULISTA/SP
24.	201607363	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE CASTRO ALVES	CENTRO UNIVERSITARIO DA BAHIA LTDA	RUA RUBEM BERTA, 138, PITUBA, SALVADOR/BA
25.	201607368	BIOMEDICINA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE CASTRO ALVES	CENTRO UNIVERSITARIO DA BAHIA LTDA	RUA RUBEM BERTA, 138, PITUBA, SALVADOR/BA
26.	201607385	ODONTOLOGIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DO NORTE DE MATO GROSSO	ACADEMIA JUINENSE DE ENSINO SUPERIOR LTDA - ME	RUA OITIS, S/N, INDUSTRIAL, GUARANTÃ DO NORTE/MT
27.	201607420	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DEVRY DE SÃO LUÍS	DEVRY EDUCACIONAL DO BRASIL S/A	AVENIDA DOS HOLANDESES, 10, LETRA: A, CALHAU, SÃO LUÍS/MA
28.	201607421	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	40 (quarenta)	FACULDADE ESTÁCIO DE FLORIANÓPOLIS - ESTÁCIO FLORIANÓPOLIS	ASSOCIACAO DE ENSINO DE SANTA CATARINA	RODOVIA SC 401 KM 01, 407, KM 1, ITACORUBI, FLORIANÓPOLIS/SC
29.	201607440	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE ESTÁCIO DE CASTANHAL	FACULDADES INTEGRADAS DE CASTANHAL LTDA - EPP	RODOVIA BR 316 KM 60, S/N, APEÚ, CASTANHAL/PA
30.	201607452	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	114 (cento e quatorze)	FACULDADE UNA DE CATALÃO	INSTITUTO POLITECNICO DE ENSINO LTDA.	RUA ADEMAR FERRUGEM, 840, SANTO ANTÔNIO, CATALÃO/GO
31.	201607522	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE DE IMPERATRIZ	A. REGIAO TOCANTINA DE EDUCACAO E CULTURA LTDA.	AVENIDA PRUDENTE DE MORAIS, S/N, RESIDENCIAL KUBITSCHEK, IMPERATRIZ/MA
32.	201607525	ENGENHARIA ELÉTRICA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE DE IMPERATRIZ	A. REGIAO TOCANTINA DE EDUCACAO E CULTURA LTDA.	AVENIDA PRUDENTE DE MORAIS, S/N, RESIDENCIAL KUBITSCHEK, IMPERATRIZ/MA
33.	201607579	ENGENHARIA DE ALIMENTOS (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE INTEGRAL DIFERENCIAL	INTEGRAL - GRUPO DE ENSINO SUPERIOR DO PIAUI S/C LTDA	RUA VETERINÁRIO BUGYJA BRITO, 1354, HORTO FLORESTAL, TERESINA/PI
34.	201607603	MANUTENÇÃO INDUSTRIAL (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE INTEGRAL DIFERENCIAL	INTEGRAL - GRUPO DE ENSINO SUPERIOR DO PIAUI S/C LTDA	RUA VETERINÁRIO BUGYJA BRITO, 1354, HORTO FLORESTAL, TERESINA/PI
35.	201607666	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE ROSEIRA	CENTRO DE ESTUDOS AMBIENTAIS DO VALE DO PARAIBA - CEAVAP - ME	RODOVIA PRESIDENTE DUTRA - KM 77, S/N, ROSEIRA VELHA, ROSEIRA/SP
36.	201607741	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE METROPOLITANA DE MARABÁ	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARABA LTDA	ROD. BR 230 KM 05, 000, NOVA MARABÁ, MARABÁ/PA
37.	201607756	ENGENHARIA ELÉTRICA (Bacharelado)	125 (cento e vinte e cinco)	ESCOLA SUPERIOR DA AMAZÔNIA	ESCOLA SUPERIOR DA AMAZONIA S/C LTDA - ESAMAZ	RUA MUNICIPALIDADE, 530, REDUTO, BELÉM/PA
38.	201607862	LOGÍSTICA (Tecnológico)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE SALESIANA DOM BOSCO	INSPETORIA SALESIANA MISSIONARIA DA AMAZONIA	AVENIDA COSME FERREIRA, 5122, ZUMBI DOS PALMARES, MANAUS/AM
39.	201607952	GESTÃO COMERCIAL (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADE RUY BARBOSA	ABEP - ACADEMIA BAIANA DE ENSINO PESQUISA E EXTENSAO LTDA	RUA THEODOMIRO BAPTISTA, 422, MORRO DAS VIVENDAS, RIO VERMELHO, SALVADOR/BA
40.	201607960	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE DOM ALBERTO	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DOM ALBERTO LTDA	RAMIRO BARCELOS, 892, CENTRO, SANTA CRUZ DO SUL/RS
41.	201607976	GESTÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL (Tecnológico)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE DA INDÚSTRIA SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	INSTITUTO EUVALDO LODI NUCLEO REGIONAL DO PARANA	AVENIDA RUI BARBOSA, 5881, AFONSO PENA, SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR
42.	201608007	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADES UNIDAS DE PESQUISA, CIÊNCIAS E SAÚDE LTDA	CENTRO EDUCACIONAL MARIA MILZA LTDA - ME	AVENIDA MARGINAL JEQUIEZINHO, 605, SUÍÇA, JEQUIÉ/BA
43.	201608010	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	40 (quarenta)	FACULDADES UNIDAS DE PESQUISA, CIÊNCIAS E SAÚDE LTDA	CENTRO EDUCACIONAL MARIA MILZA LTDA - ME	AVENIDA MARGINAL JEQUIEZINHO, 605, SUÍÇA, JEQUIÉ/BA
44.	201608012	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	60 (sessenta)	FACULDADES UNIDAS DE PESQUISA, CIÊNCIAS E SAÚDE LTDA	CENTRO EDUCACIONAL MARIA MILZA LTDA - ME	AVENIDA MARGINAL JEQUIEZINHO, 605, SUÍÇA, JEQUIÉ/BA
45.	201608013	PEDAGOGIA (Licenciatura)	100 (cem)	FACULDADES UNIDAS DE PESQUISA, CIÊNCIAS E SAÚDE LTDA	CENTRO EDUCACIONAL MARIA MILZA LTDA - ME	AVENIDA MARGINAL JEQUIEZINHO, 605, SUÍÇA, JEQUIÉ/BA
46.	201608015	TEOLOGIA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE CESUMAR	CESUMAR - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGA LTDA	RUA ITAJUBÁ, 673, BAIRRO PORTÃO, CURITIBA/PR
47.	201608026	GESTÃO AMBIENTAL (Tecnológico)	90 (noventa)	ESCOLA DE ENSINO SUPERIOR FABRA	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR FABRA	RUA POUSO ALEGRE, 49, BARCELONA, SERRA/ES
48.	201608057	EDUCAÇÃO FÍSICA (Licenciatura)	100 (cem)	FACULDADE DE CIÊNCIAS E EMPREENDEDORISMO	CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE SANTO ANTONIO DE JESUS S/C - EPP	PRAÇA DR. RENATO MACHADO, 10C, CENTRO, SANTO ANTÔNIO DE JESUS/BA
49.	201608062	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE CAMBURY	CENTRO TECNOLOGICO CAMBURY LTDA	AVENIDA C 07, 1094, QUADRA 08 LOTE 01 E, SETOR SOL NASCENTE, GOIÂNIA/GO
50.	201608084	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (Bacharelado)	40 (quarenta)	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SAO FRANCISCO	RUA JOÃO FERREIRA DOS SANTOS, S/N, CAMPUS UNIVERSITÁRIO, CAMPESTRE, SÃO RAIMUNDO NONATO/PI

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800048

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 1.021, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista o Decreto n° 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa n° 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC, listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação, conforme planilha anexa, ministrados pelas Instituições de Ensino Superior, nos termos do disposto no artigo 35, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na planilha anexa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO (Autorização de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	201608160	SISTEMAS PARA INTERNET (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE CESUMAR	CESUMAR - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGA LTDA	RUA ITAJUBÁ, 673, BAIRRO PORTÃO, CURITIBA/PR
2.	201608233	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE NORDESTE	DEVRY EDUCACIONAL DO BRASIL S/A	AV. BEZERRA DE MENEZES, 2450, SÃO GERARDO, FORTALEZA/CE
3.	201608252	COMÉRCIO EXTERIOR (Bacharelado)	48 (quarenta e oito)	UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE	FUNDACAO EDUCACIONAL DA REGIAO DE JOINVILLE	RODOVIA DUQUE DE CAXIAS, S/Nº, POSTE 128 KM 8, IPEROBA, SÃO FRANCISCO DO SUL/SC
4.	201608295	DESIGN DE PRODUTO (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE INTEGRADA METROPOLITANA DE CAMPINAS	GRUPO IBMEC EDUCACIONAL S.A	RUA DOUTOR SALLES DE OLIVEIRA , 1.661, VILA INDUSTRIAL, CAMPINAS/SP
5.	201608301	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE CAPITAL FEDERAL	FEDERAL EDUCACIONAL LTDA.	AVENIDA VIDA NOVA, 166, JARDIM MARIA ROSA, TABOÃO DA SERRA/SP
6.	201608305	GESTÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL (Tecnológico)	80 (oitenta)	FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO	ASSOCIACAO BRASILIENSE DE EDUCACAO	RUA JOSÉ POSSER, 275, PELEGRINO, MARAU/RS
7.	201608370	ESTÉTICA E COSMÉTICA (Tecnológico)	60 (sessenta)	FACULDADE DE TECNOLOGIA FINACI	INACI ASSOCIACAO DE ENSINO	AVENIDA BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO, 2867, - DE 2253 A 3139 - LADO ÍMPAR, JARDIM PAULISTA, SÃO PAULO/SP
8.	201608372	GESTÃO COMERCIAL (Tecnológico)	80 (oitenta)	FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO	ASSOCIACAO BRASILIENSE DE EDUCACAO	RUA JOSÉ POSSER, 275, PELEGRINO, MARAU/RS
9.	201608376	FARMÁCIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE IDEAU DE PASSO FUNDO	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL DE PASSO FUNDO LTDA	AVENIDA RUI BARBOSA, 103, QUADRA 138, VILA PETRÓPOLIS, PASSO FUNDO/RS
10.	201608379	MEDICINA VETERINÁRIA (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE METROPOLITANA DA GRANDE FORTALEZA	EMPREENDIMENTO EDUCACIONAL MARACANAU LTDA.	RUA CONSELHEIRO ESTELITA, 500, CENTRO, FORTALEZA/CE
11.	201608400	BIOMEDICINA (Bacharelado)	85 (oitenta e cinco)	FACULDADE UNA DE UBERLÂNDIA	INSTITUTO POLITECNICO DE ENSINO LTDA.	ALAMEDA PAULINA MARGONARI, 59, JARDIM KARAÍBA, UBERLÂNDIA/MG
12.	201608436	ENGENHARIA AMBIENTAL E SANITÁRIA (Bacharelado)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA	RODOVIA MUNICIPAL DELLA CAMPUS MEA, EDUCACIONAL/PARADA BENITO, CRUZ ALTA/RS
13.	201608487	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE IDEAU DE PASSO FUNDO	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL DE PASSO FUNDO LTDA	AVENIDA RUI BARBOSA, 103, QUADRA 138, VILA PETRÓPOLIS, PASSO FUNDO/RS
14.	201608499	FARMÁCIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DO ESPÍRITO SANTO	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DO ESPIRITO SANTO - IESES	RODOVIA GUMERCINDO MOURA NUNES, 147, NOVO PARQUE, CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM/ES
15.	201608570	RADIOLOGIA (Tecnológico)	160 (cento e sessenta)	UNIVERSIDADE POTIGUAR	APEC - SOCIEDADE POTIGUAR DE EDUCACAO E CULTURA LTDA	RUA JOÃO DA ESCÓCIA, 1.561, NOVA BETÂNIA, MOSSORÓ/RN
16.	201608621	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE EUROPÉIA DE ADMINISTRAÇÃO E MARKETING	ENSIGEST - BRASIL LTDA - EPP	RUA CÂNDIDO FERREIRA, 343, PIEDADE, JABOATÃO DOS GUARARAPES/PE
17.	201608622	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE EUROPÉIA DE ADMINISTRAÇÃO E MARKETING	ENSIGEST - BRASIL LTDA - EPP	RUA CÂNDIDO FERREIRA, 343, PIEDADE, JABOATÃO DOS GUARARAPES/PE
18.	201608633	ESTÉTICA E COSMÉTICA (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE ESPECIALIZADA NA ÁREA DE SAÚDE DO RIO GRANDE DO SUL	COMPLEXO DE ENSINO SUPERIOR ESPECIALIZADA NA AREA DE SAUDE S/S - ME	RUA ANGÉLICA OTTO, 160, LOTEAMENTO SÃO GERALDO, PASSO FUNDO/RS
19.	201608655	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE METROPOLITANA DE MANAUS	IME INSTITUTO METROPOLITANO DE ENSINO LTDA	AV CONSTANTINO NERY 1937, 1937, CHAPADA, MANAUS/AM
20.	201608658	DESIGN DE INTERIORES (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE EDUCAÇÃO SÃO FRANCISCO	COLEGIO SAO FRANCISCO	RUA ABÍLIO MONTEIRO, 1736, ENGENHO, PEDREIRAS/MA
21.	201608659	ESTÉTICA E COSMÉTICA (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE GETÚLIO VARGAS	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL DO ALTO URUGUAI LTDA	RUA JACOB GREMMELMAIER, 215, CENTRO, GETÚLIO VARGAS/RS
22.	201608662	FILOSOFIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE SALESIANA DOM BOSCO	INSPETORIA SALESIANA MISSIONARIA DA AMAZONIA	AVENIDA COSME FERREIRA, 5122, ZUMBI DOS PALMARES, MANAUS/AM
23.	201608664	ESTÉTICA E COSMÉTICA (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE IDEAU DE PASSO FUNDO	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL DE PASSO FUNDO LTDA	AVENIDA RUI BARBOSA, 103, QUADRA 138, VILA PETRÓPOLIS, PASSO FUNDO/RS
24.	201608831	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (Bacharelado)	50 (cinquenta)	FACULDADE DE TECNOLOGIA BANDEIRANTES	EDUCARE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA.	RUA ESTELA, 268, VILA MARIANA, SÃO PAULO/SP
25.	201608879	MARKETING (Tecnológico)	85 (oitenta e cinco)	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR MÚLTIPLO	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR MULTIPLO S/C LTDA - EPP	AVENIDA BOA VISTA, 700, PARQUE SÃO FRANCISCO, TIMON/MA
26.	201609007	MEDICINA VETERINÁRIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE IRECÊ	FACULDADE IRECE	RUA RIO IGUAÇÚ, 397, RECANTO DAS ÁRVORES, IRECÊ/BA
27.	201609114	ENGENHARIA AMBIENTAL (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADES INTEGRADAS DE SERGIPE	ASSOCIACAO DE APOIO A EDUCACAO CIENCIA E TECNOLOGIA DO ESTADO DE SERGIPE - APEC-SE - EPP	RUA LARGO DO GLICERINO CERQUEIRA, 387, CENTRO, TOBIAS BARRETO/SE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800049

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

PORTARIA Nº 2.056, DE 22 DE SETEMBRO DE 2017

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, usando da atribuição que lhe confere O ART. 39, XXI, DO REGIMENTO GERAL DA UFRN. CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009; CONSIDERANDO, ainda, o que estabelece o artigo 12 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; e CONSIDERANDO, por fim o Edital nº 002/2016; resolve:

Prorrogar, por um ano, a validade do Concurso Público de Provas e Títulos para o cargo de Professor de Magistério Superior, de que trata o Edital nº 002/2016-PROGESP, publicado no DOU nº 89 de 11/05/2016, homologado através da Resolução nº 172/2016-CONSEPE, publicado no DOU nº 193, de 06/10/2016, Seção 1, página 17; Resolução nº 177/2016-CONSEPE, publicado no DOU nº 203, de 21/10/2016, Seção 1, página 18, republicada no DOU nº 212, de 04/11/2016, Seção 1, página 20; Resolução nº 195/2016-CONSEPE, publicado DOU nº 203, de 21/10/2016, Seção 1, página 18; Resolução nº 202/2016-CONSEPE, publicado no DOU nº 216, de 10/11/2016, Seção 1, página 24; e Resolução nº 212/2016-CONSEPE, publicado no DOU nº 231, de 02/12/2016, Seção 1, página 28.

ÂNGELA MARIA PAIVA CRUZ

PORTARIA 2.057, DE 22 DE SETEMBRO DE 2017

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, usando da atribuição que lhe confere O ART. 39, XXI, DO REGIMENTO GERAL DA UFRN. CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009; CONSIDERANDO, ainda, o que estabelece o artigo 12 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; e CONSIDERANDO, por fim o Edital nº 003/2016; resolve:

Prorrogar, por um ano, a validade do Concurso Público de Provas e Títulos para o cargo de Professor de Magistério Superior, de que trata o Edital nº 003/2016-PROGESP, publicado no DOU nº 89 de 11/05/2016, homologado através da Resolução nº 222/2016-CONSEPE, publicado no DOU nº 241, de 16/12/2016, Seção 1, página 174.

ÂNGELA MARIA PAIVA CRUZ

PORTARIA 2.058, DE 22 DE SETEMBRO DE 2017

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, usando da atribuição que lhe confere O ART. 39, XXI, DO REGIMENTO GERAL DA UFRN. CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009; CONSIDERANDO, ainda, o que estabelece o artigo 12 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; e CONSIDERANDO, por fim o Edital nº 006/2016; resolve:

Prorrogar, por um ano, a validade do Concurso Público de Provas e Títulos para o cargo de Professor de Magistério Superior, de que trata o Edital nº 006/2016-PROGESP, publicado no DOU nº 128 de 06/07/2016, homologado através da Resolução nº 232/2016-CONSEPE, publicado no DOU nº 245, de 22/12/2016, Seção 1, página 51.

ÂNGELA MARIA PAIVA CRUZ

PORTARIA 2.059, DE 22 DE SETEMBRO DE 2017

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, usando da atribuição que lhe confere O ART. 39, XXI, DO REGIMENTO GERAL DA UFRN. CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009; CONSIDERANDO, ainda, o que estabelece o artigo 12 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; e CONSIDERANDO, por fim o Edital nº 007/2016; resolve:

Prorrogar, por um ano, a validade do Concurso Público de Provas e Títulos para o cargo de Professor de Magistério Superior, de que trata o Edital nº 007/2016-PROGESP, publicado no DOU nº 128 de 06/07/2016, homologado através da Resolução nº 234/2016-CONSEPE, publicado no DOU nº 245, de 22/12/2016, Seção 1, página 51.

ÂNGELA MARIA PAIVA CRUZ

PORTARIA 2.060, DE 22 DE SETEMBRO DE 2017

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, usando da atribuição que lhe confere O ART. 39, XXI, DO REGIMENTO GERAL DA UFRN. CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009; CONSIDERANDO, ainda, o que estabelece o artigo 12 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; e CONSIDERANDO, por fim o Edital nº 008/2015; resolve:

Prorrogar, por um ano, a validade do Concurso Público de Provas e Títulos para o cargo de Professor de Magistério Superior, de que trata o Edital nº 008/2015-PROGESP, publicado no DOU nº 193 de 08/10/2015, homologado através da Resolução nº 178/2016-CONSEPE, publicado no DOU nº 203, de 21/10/2016, Seção 1, página 18.

ÂNGELA MARIA PAIVA CRUZ

PORTARIA 2.061, DE 22 DE SETEMBRO DE 2017

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, usando da atribuição que lhe confere O ART. 39, XXI, DO REGIMENTO GERAL DA UFRN. CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009; CONSIDERANDO, ainda, o que estabelece o artigo 12 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; e CONSIDERANDO, por fim o Edital nº 009/2015; resolve:

Prorrogar, por um ano, a validade do Concurso Público de Provas e Títulos para o cargo de Professor de Magistério Superior, de que trata o Edital nº 009/2015-PROGESP, publicado no DOU nº 243 de 21/12/2015, homologado através da Resolução nº 196/2016-CONSEPE, publicado no DOU nº 203, de 21/10/2016, Seção 1, página 19.

ÂNGELA MARIA PAIVA CRUZ

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 718, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.053913/2017-38 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado da Coordenadoria Especial de Biociências e Saúde Única - BSU do Centro de Curutibanos, instituído pelo Edital nº 48/DDP/PRODEGESP/2017, de 31 de agosto de 2017, publicado no Diário Oficial da União nº 169, Seção 3, de 01/09/2017.

Área/Subárea de conhecimento: Medicina Veterinária/ Clínica Crúrgica Animal/ Clínica Crúrgica de Grandes Animais

Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais

N° de Vagas: 01 (uma)

NÃO HOUVE CANDIDATOS INSCRITOS

ELIETE WARQUEN BAHIA COSTA

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 418, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição e tendo em vista o disposto no § 2º do art. 25 da Portaria nº 6.209/MPS, de 16 de dezembro de 1999, resolve:

Art. 1º Estabelecer que, para o mês de agosto de 2017, o valor médio da renda mensal do total de benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS é de R$ 1.198,70 (um mil e cento e noventa e oito reais e setenta centavos).

Art. 2º O INSS e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - DATAPREV adotarão as providências necessárias ao cumprimento do disposto nesta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO REFINETTI GUARDIA

PORTARIA Nº 419, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA ,SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e no art. 31 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, resolve:

Art. 1º Estabelecer que, para o mês de setembro de 2017, os fatores de atualização:

I - das contribuições vertidas de janeiro de 1967 a junho de 1975, para fins de cálculo do pecúlio (dupla cota) correspondente, serão apurados mediante a aplicação do índice de reajustamento de 1,000509 - utilizando-se a Taxa Referencial-TR do mês de agosto de 2017;

II - das contribuições vertidas de julho de 1975 a julho de 1991, para fins de cálculo de pecúlio (simples), serão apurados mediante a aplicação do índice de reajustamento de 1,054368 - utilizando-se a Taxa Referencial-TR do mês de agosto de 2017 mais juros;

III - das contribuições vertidas a partir de agosto de 1991, para fins de cálculo de pecúlio (novo), serão apurados mediante a aplicação do índice de reajustamento de 1,000509 - utilizando-se Taxa Referencial-TR do mês de agosto de 2017; e

IV - dos salários-de-contribuição, para fins de concessão de benefícios no âmbito de Acordos Internacionais, serão apurados mediante a aplicação do índice de 0,999700.

Art. 2º A atualização monetária dos salários-de-contribuição para a apuração do salário-de-benefício, de que trata o art. 33 do Regulamento da Previdência Social - RPS, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, e a atualização monetária das parcelas relativas aos benefícios pagos com atraso, de que trata o art. 175 do referido Regulamento, no mês de agosto de 2017, será efetuada mediante a aplicação do índice de 0,999700.

Art. 3º A atualização de que tratam os §§ 2º a 5º do art. 154 do RPS, será efetuada com base no mesmo índice a que se refere o art. 2º.

Art. 4º Se após a atualização monetária dos valores de que tratam os §§ 2º a 5º do art. 154 e o art. 175 do RPS, os valores devidos forem inferiores ao valor original da dívida, deverão ser mantidos os valores originais.

Art. 5º As respectivas tabelas com os fatores de atualização, mês a mês, encontram-se na rede mundial de computadores, no sítio http://www.previdencia.gov.br, página "Legislação".

Art. 6º O Ministério da Fazenda, o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - DATAPREV adotarão as providências necessárias ao cumprimento do disposto nesta Portaria.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO REFINETTI GUARDIA

PORTARIA Nº 420, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

Divulga os róis dos percentis de frequência, gravidade e custo, por Subclasse da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.0, calculados em 2017; fixa a data e a forma de disponibilização do resultado do processamento do Fator Acidentário de Prevenção - FAP em 2017, com vigência para o ano de 2018; e dispõe sobre o processamento e julgamento das contestações e recursos apresentados pelas empresas em face dos índices FAP a elas atribuídos.

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA,SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, bem como o art. 41, inciso X, da Medida Provisória nº 782, de 31 de maio de 2017, e tendo em vista o disposto no inciso II do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; no art. 10 da Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003; no art. 202-A, § 5º, e 202-B, ambos do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1.999, e na Resolução do MF/CNP nos 1.329, de 25 de abril de 2017, resolve:

Art. 1º Divulgar, na forma do Anexo Único, os róis dos percentis de frequência, gravidade e custo, por Subclasse da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE, calculados em 2017, considerando informações dos bancos de dados da previdência social relativas aos anos de 2015 e 2016.

Art. 2º O Fator Acidentário de Prevenção - FAP calculado em 2017 e vigente para o ano de 2018, juntamente com as respectivas ordens de frequência, gravidade, custo e demais elementos que possibilitem o estabelecimento (CNPJ completo) verificar o respectivo desempenho dentro da sua Subclasse da CNAE, serão disponibilizados pelo Ministério da Fazenda - MF no dia 30 de setembro de 2017, podendo ser acessados nos sítios da Previdência (http://www.previdencia.gov.br) e da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB (http://www.receita.fazenda.gov.br).

Parágrafo único. O valor do FAP de todos os estabelecimentos (CNPJ completo), juntamente com as respectivas ordens de frequência, gravidade, custo e demais elementos que compuseram o processo de cálculo, serão de conhecimento restrito do contribuinte mediante acesso por senha pessoal.

Art. 3º O FAP atribuído aos estabelecimentos (CNPJ completo) pelo Ministério da Fazenda - MF poderá ser contestado perante a Subsecretaria do Regime Geral de Previdência Social - SRGPS da Secretaria de Previdência - SPREV do Ministério da Fazenda - MF, exclusivamente por meio eletrônico, através de formulário que será disponibilizado nos sítios da Previdência e da RFB.

§ 1º A contestação de que trata o caput deverá versar exclusivamente sobre razões relativas a divergências quanto aos elementos previdenciários que compõem o cálculo do FAP.

§ 2º Os elementos previdenciários que compõem o cálculo do FAP contestados deverão ser devidamente identificados, conforme incisos abaixo, sob pena de não conhecimento da contestação:

I - Comunicação de Acidentes do Trabalho - CAT - seleção das CATs relacionadas para contestação.

II - Benefícios - seleção dos Benefícios relacionados para contestação.

III - Massa Salarial - seleção da(s) competências(s) do período-base, inclusive o 13º salário, informando o valor de massa salarial (campo "REMUNERAÇÃO" - GFIP) que o estabelecimento (CNPJ completo) considera correto ter declarado em GFIP para cada competência selecionada.

IV - Número Médio de Vínculos - seleção da(s) competências(s) do período-base, informando a quantidade de vínculos (campo "EMPREGADOS E TRABALHADORES AVULSOS" - GFIP) que o estabelecimento (CNPJ completo) considera correta ter declarado em GFIP para cada competência selecionada.

V - Taxa Média de Rotatividade - seleção do(s) ano(s) do período-base, informando as quantidades de rescisões (campo "MOVIMENTAÇÕES"* - GFIP), admissões (campo "ADMISSÃO"** - GFIP) e de vínculos no início do ano (campo X GFIP competência) que o estabelecimento (CNPJ completo) considera corretas ter declarado em GFIP para cada ano do período-base selecionado.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800050

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(*) Códigos das MOVIMENTAÇÕES considerados no cálculo: I1 e I3.

(**) Códigos das ADMISSÕES das categorias considerados no cálculo: 1, 2, 4, 7, 12, 19, 20, 21 e 26.

§ 3º Ainda sob pena de não conhecimento, qualquer referência aos elementos contestados deverá identificá-los pelos seus respectivos números: CAT (número da CAT), benefícios (número do benefício), trabalhador (número do NIT).

§ 4º O formulário eletrônico de contestação deverá ser preenchido e transmitido no período de 1º de novembro de 2017 a 30 de novembro de 2017.

§ 5º O resultado do julgamento proferido pela SRGPS será publicado no Diário Oficial da União (DOU), e o inteiro teor da decisão será divulgado nos sítios da Previdência e da RFB, com acesso restrito ao estabelecimento (CNPJ completo).

§ 6º O processo administrativo de que trata este artigo tem efeito suspensivo, que cessará esgotado o prazo para o recurso previsto no art. 4º sem que este tenha sido interposto.

Art. 4º Da decisão proferida pela SRGPS caberá recurso, exclusivamente por meio eletrônico, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data da publicação do resultado do julgamento no DOU.

§ 1º O recurso deverá ser encaminhado através de formulário eletrônico, que será disponibilizado nos sítios da Previdência e da RFB, e será examinado em caráter terminativo pela SPREV.

§ 2º Não será conhecido o recurso sobre matérias que não tenham sido objeto de impugnação em primeira instância administrativa.

§ 3º O resultado do julgamento proferido pela SPREV será publicado no DOU, e o inteiro teor da decisão será divulgado nos sítios da Previdência e da RFB, com acesso restrito ao estabelecimento (CNPJ completo).

§ 4º O efeito suspensivo cessará na data da publicação do resultado do julgamento proferido pela SPREV.

Art. 5º A propositura, pelo contribuinte, de ação judicial que tenha por objeto idêntico pedido sobre o qual versa o processo administrativo de que trata esta Portaria importa em renúncia ao direito de recorrer à esfera administrativa e desistência da impugnação interposta.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO REFINETTI GUARDIA

ANEXO ÚNICO

Róis dos Percentis de Frequência, Gravidade e Custo, por Subclasse da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)

Subclasse da CNAE	Percentil de Frequência	Percentil de Gravidade	Percentil de Custo
111301	40,07	53,12	53,57
111302	39,59	48,04	48,25
111303	92,18	74,46	55,8
111399	70,87	54,3	49,12
112101	73,67	80,41	83,54
112102	0	0	0
112199	10,94	70,41	99,76
113000	80,45	79,77	87,44
114800	50,84	54,54	85,13
115600	79,49	75,72	75,04
116401	0	0	0
116402	0	0	0
116403	0	0	0
116499	16,05	30,58	46,97
119901	0	0	0
119902	0	0	0
119903	66,16	76,68	47,21
119904	12,14	51,13	22,25
119905	4,16	7,58	8,66
119906	12,3	60,18	51,35
119907	50,12	47,32	37,59
119908	5,19	13,45	18,2
119909	4,72	50,74	97,54
119999	43,02	23,13	11,12
121101	37,99	41,29	55,32
121102	34,24	0	0
122900	31,05	47,8	37,75
131800	74,22	78,58	83,31
132600	60,74	36,69	66,29
133401	12,54	98,57	99,68
133402	90,9	80,88	94,83
133403	5,04	12,58	7,78
133404	22,67	45,9	54,29
133405	56,75	53,27	60,09
133406	0	0	0
133407	75,1	93,26	98,09
133408	67,2	39,79	43,87
133409	63,21	98,49	29,01
133410	49,96	34,87	58,58
133411	0	63,43	28,13
133499	52,04	31,3	20,82
134200	74,62	71,76	76,31
135100	83,72	86,83	80,36
139301	0	0	0
139302	21,39	93,49	81,08
139303	0	59,06	34,81
139304	0	0	0
139305	99,84	52,96	60,81
139306	19	26,14	57,63
139399	16,77	76,91	85,77
141501	26,42	20,75	17
141502	70,71	70,33	65,18
142300	60,9	64,3	29,72
151201	85,56	91,27	67,8
151202	67,44	89,69	79,17
151203	56,59	84,85	89,19
152101	15,89	44,63	26,62
152102	51,8	77,63	62,79
152103	21,95	32,65	23,36
153901	29,53	74,69	31,31
153902	49,64	37,72	20,5
154700	99,68	93,1	92,37
155501	67,92	82,39	79,57
155502	95,05	72,47	61,28
155503	0	85,01	99,6
155504	65,84	89,53	54,69
155505	62,89	72,23	69,87
159801	12,22	75,25	96,58
159802	25,38	68,03	11,52
159803	0	0	0
159804	0	0	0
159899	30,49	40,74	16,05
161001	39,91	45,82	45,94
161002	80,93	96,51	58,66
161003	76,94	69,93	82,51
161099	39,35	43,91	54,92
162801	0	0	0
162802	0	0	0
162803	47,65	82,55	39,74
162899	66,08	84,21	80,05
163600	67,04	82,23	78,69
170900	38,15	86,04	14,62
210101	71,19	60,41	65,74
210102	98,4	78,18	26,7
210103	86,91	86,2	81,4
210104	61,06	88,18	30,68
210105	68,96	92,07	98,49
210106	51,24	52,16	59,93
210107	81,17	97,14	94,12
210108	54,83	65,65	61,13
210109	0	0	0
210199	69,52	45,98	18,04
220901	91,54	97,22	97,22
220902	46,69	90,64	96,18
220903	46,85	92,94	25,03
220904	0	0	0
220905	0	0	0
220906	18,52	59,46	86,09
220999	24,83	58,35	96,66
230600	81,09	71,68	85,29
311601	18,04	94,45	98,81
311602	32,57	90,16	92,05
311603	39,03	86,67	72,1
311604	57,15	94,92	44,51
312401	0	56,05	18,83
312402	0	0	0
312403	74,78	99,52	46,74
312404	0	0	0
321301	0	0	0
321302	59,54	35,11	22,01
321303	23,55	64,62	19,15
321304	0	0	0
321305	96,73	100	62,56
321399	86,19	93,65	91,97
322101	56,51	60,33	24,95
322102	8,31	49,15	92,45
322103	-	-	-
322104	7,03	50,42	16,61
322105	44,06	90,72	37,2
322106	50,6	99,84	14,46
322107	66,64	45,18	24,4
322199	29,69	66,68	35,53
500301	99,52	99,92	99,28
500302	0	36,61	8,74
600001	73,9	31,06	22,33
600002	0	0	0
600003	28,26	72,95	39,42
710301	47,89	20,43	41,57
710302	38,07	30,74	66,93
721901	17,64	3,61	5,71
721902	0	0	0
722701	92,5	99,37	44,43
722702	58,1	53,59	31,15
723501	31,93	29,63	9,77
723502	0	0	0
724301	62,73	45,02	67,56
724302	6,79	49,39	95,31
725100	0	0	0
729401	0	0	0
729402	22,11	18,61	19,94
729403	76,62	52,24	21,77
729404	85,8	41,77	63,43
729405	34,88	25,9	15,57
810001	67,68	90,32	70,03
810002	82,92	95,32	95,79
810003	37,83	64,46	38,23
810004	73,75	77,07	88,63
810005	40,87	61,68	30,52
810006	58,42	79,22	86,72
810007	84,92	97,46	92,61
810008	79,97	97,86	51,9
810009	92,58	95,8	72,97
810010	49,56	26,78	17,24
810099	85	91,04	93,16
891600	49,49	34,08	43,64
892401	53	43,04	35,61
892402	0	0	0
892403	83,4	81,6	33,06
893200	77,89	49,23	83,62
899101	10,14	5,52	71,86
899102	52,28	99,29	99,84
899103	40,63	39,55	10,09
899199	71,27	72,79	71,7
910600	79,89	44,94	39,1
990401	39,67	34,63	21,46
990402	19,32	77,87	20,98
990403	61,77	79,45	51,74
1011201	99,04	95,87	87,6
1011202	55,07	99,68	65,42
1011203	11,18	71,12	50,63
1011204	0	0	0
1011205	77,26	84,69	81,87
1012101	86,03	73,82	77,42
1012102	51	93,02	97,46
1012103	99,44	92,15	81,56
1012104	93,3	14,4	20,18
1013901	92,66	92,3	93,96
1013902	94,65	97,3	92,77
1020101	74,46	81,67	69,63
1020102	88,51	88,73	90,54
1031700	66,88	70,09	52,46
1032501	44,3	47,09	24,56
1032599	80,85	86,28	74,08
1033301	88,67	50,97	64,54
1033302	68,08	66,36	86,41
1041400	78,21	68,9	59,54
1042200	75,98	63,11	76,55
1043100	97,69	77,47	78,38
1051100	77,42	88,42	77,5
1052000	76,7	70,01	51,19
1053800	47,25	47,4	38,31
1061901	84,04	92,86	93,8
1061902	88,43	98,97	88
1062700	88,75	78,26	80,28
1063500	64,41	83,5	70,27
1064300	48,37	67,79	84,74
1065101	82,44	80,01	66,69
1065102	0	0	0
1065103	0	0	0
1066000	90,1	84,77	76,07
1069400	80,37	88,97	82,59
1071600	92,42	80,09	87,36
1072401	97,77	88,5	90,06
1072402	0	0	0
1081301	92,02	89,29	89,82
1081302	42,62	56,21	52,3
1082100	97,05	66,28	53,02
1091100	51,96	59,7	63,83
1092900	68,88	59,62	74,96
1093701	61,62	56,84	57,23
1093702	95,53	80,17	62,32
1094500	72,71	66,52	57,15
1095300	62,25	51,53	52,54
1096100	69,91	69,06	58,1
1099601	64,81	41,61	73,13
1099602	69,2	47,01	54,37
1099603	24,27	3,85	4,05
1099604	53,87	85,8	98,25
1099605	68,24	96,43	83,46
1099606	0	95,4	19,63
1099699	69,75	65,41	61,2
1111901	60,82	75,65	73,37
1111902	68,4	74,93	89,67
1112700	68,16	50,81	38,15
1113501	15,09	43,36	8,42
1113502	93,78	76,04	50,95
1121600	60,1	60,02	76,71
1122401	95,29	87,7	69,08
1122402	9,66	87,23	32,74
1122403	64,17	62,79	29,41
1122499	55,47	67,63	23,2
1210700	53,32	36,46	20,74
1220401	47,41	35,27	26,94
1220402	0	20,03	33,7
1220403	0	0	0
1220499	36,8	58,03	88,39
1311100	70,55	76,84	88,23
1312000	75,9	75,8	87,92
1313800	79,33	78,9	79,81
1314600	52,6	80,56	75,51
1321900	79,25	74,14	82,83
1322700	77,02	88,1	91,33
1323500	81,41	61,13	46,5
1330800	54,91	63,03	69,23
1340501	63,53	56,68	64,23
1340502	82,6	85,88	86,56
1340599	44,22	55,97	64,78
1351100	58,02	66,92	78,85
1352900	63,45	55,89	93,48
1353700	95,93	83,34	75,28
1354500	83,16	79,61	89,03
1359600	69,12	68,35	79,01
1411801	39,11	34,39	55,48
1411802	7,11	16,15	40,93
1412601	35,92	45,5	58,34
1412602	22,43	42,17	62
1412603	19,56	41,06	49,36
1413401	33,68	46,29	56,12
1413402	28,5	42,88	49,68
1413403	28,98	34,47	18,67
1414200	31,85	48,83	69,31
1421500	63,37	62,48	58,9
1422300	67,84	57,48	62,08
1510600	86,35	93,57	94,36
1521100	33,52	31,85	60,89
1529700	54,51	65,17	71,22
1531901	43,58	36,38	40,77
1531902	20,44	37,17	73,61
1532700	37,67	39,95	32,19
1533500	52,92	64,14	49,04
1539400	32,17	41,45	61,52

1540800	50,36	64,78	77,18
1610201	93,38	99,6	98,57
1610202	91,62	99,21	97,85
1621800	82,36	95,64	89,27
1622601	81,73	99,05	76,87
1622602	89,79	98,65	97,93
1622699	75,34	97,78	97,61
1623400	98,16	99,13	98,17
1629301	87,47	98,18	98,01
1629302	41,5	90,88	90,22
1710900	75,58	46,53	57,87
1721400	92,98	81,04	71,46
1722200	87,07	94,61	91,18
1731100	78,61	86,35	77,02
1732000	65,76	82,31	88,15
1733800	89,63	92,38	93,24
1741901	31,69	95,08	99,36
1741902	74,54	71,28	80,52
1742701	94,01	90	82,03
1742702	20,28	96,35	99,21
1742799	84,36	83,74	68,6
1749400	88,59	83,58	70,98
1811301	82,12	70,65	75,91
1811302	58,26	53,91	83,07
1812100	79,09	25,27	26,78
1813001	40,23	46,93	69
1813099	47,73	45,66	57,39
1821100	40,71	42,48	60,73
1822900	34,64	43,44	70,67
1830001	56,83	72,71	55,64
1830002	5,27	14,64	10,17
1830003	12,94	5,6	4,12
1910100	87,39	87,62	15,1
1921700	69,6	19,32	11,92
1922501	73,51	99,44	13,66
1922502	77,58	50,34	53,89
1922599	40,79	36,53	57,71
1931400	91,7	79,29	77,58
1932200	93,62	48,75	16,21
2011800	85,08	79,93	56,99
2012600	81,57	61,84	9,21
2013400	90,82	60,49	55,56
2014200	29,85	17,81	20,26
2019301	95,37	30,27	13,74
2019399	85,32	60,25	54,21
2021500	28,66	9,32	16,92
2022300	89,39	70,25	18,91
2029100	73,43	38,12	38,87
2031200	69,04	63,9	78,14
2032100	78,69	43,12	36,96
2033900	76,46	40,34	45,7
2040100	96,49	47,64	42,76
2051700	40,55	31,22	41,73
2052500	44,46	50,18	19,31
2061400	53,79	49,94	44,67
2062200	70,39	47,72	59,38
2063100	63,85	42,8	49,76
2071100	64,33	37,8	40,06
2072000	58,82	65,73	9,69
2073800	62,57	71,04	76,47
2091600	70,15	49,7	77,66
2092401	61,22	26,7	20,66
2092402	49,01	72,15	23,12
2092403	96,57	90,96	30,44
2093200	61,46	35,5	31,23
2094100	49,41	43,28	12,39
2099101	38,23	54,23	12,95
2099199	65,61	35,58	41,33
2110600	59,7	23,29	40,61
2121101	55,55	27,41	29,33
2121102	3,6	27,25	12
2121103	47,01	37,41	13,35
2122000	54,03	18,45	7,23
2123800	56,03	56,61	45,46
2211100	90,98	88,81	93,32
2212900	74,94	87,54	83,86
2219600	76,38	78,34	90,62
2221800	93,22	82,71	83,15
2222600	90,58	86,59	77,26
2223400	96,65	85,32	79,09
2229301	70,79	71,6	63,51
2229302	83,56	76,12	76,63
2229303	84,52	79,14	74,4
2229399	76,22	73,98	73,45
2311700	98,08	88,89	80,13
2312500	74,06	66,44	82,67
2319200	85,88	77,31	66,61
2320600	89,55	60,1	60,97
2330301	87,71	96,67	96,1
2330302	74,3	95,72	96,98
2330303	96,01	82,07	79,33
2330304	18,6	89,85	49,2
2330305	80,61	93,81	94,59
2330399	71,51	89,13	78,61
2341900	62,81	93,89	96,82
2342701	98,32	91,67	79,49
2342702	65,21	94,13	94,2
2349401	85,24	87,31	58,82
2349499	64,73	83,42	89,9
2391501	73,35	91,51	96,5
2391502	71,83	85,96	75,43
2391503	78,53	88,66	84,02
2392300	80,13	71,2	56,2
2399101	85,16	82,15	74,56
2399199	79,65	71,84	68,12
2411300	92,74	88,02	88,08
2412100	63,93	53,99	54,77
2421100	19,8	14,88	34,41
2422901	57,39	34,15	64,7
2422902	52,52	23,92	73,85
2423701	46,53	26,06	27,26
2423702	66,72	34,71	68,04
2424501	89,31	69,3	67,64
2424502	98,24	97,7	96,74
2431800	94,89	82,79	86,49
2439300	90,74	83,18	66,85
2441501	69,68	70,89	85,21
2441502	88,35	93,42	92,13
2442300	46,29	56,53	41,09
2443100	98,64	98,02	98,97
2449101	38,63	65,33	89,74
2449102	0	0	0
2449103	50,68	98,89	99,05
2449199	82,76	89,37	88,95
2451200	99,92	97,38	96,34
2452100	97,53	92,54	86,01
2511000	93,54	94,68	91,81
2512800	82,04	89,92	91,02
2513600	93,46	91,19	70,59
2521700	95,69	96,27	95,63
2522500	90,34	84,13	43,08
2531401	96,33	96,03	87,84
2531402	61,93	93,97	93,56
2532201	92,1	86,51	94,28
2532202	87,87	77,55	95,07
2539000	86,43	89,77	91,89
2541100	85,4	70,81	71,06
2542000	82,52	89,45	84,97
2543800	78,77	68,51	68,92
2550101	99,6	95	67,17
2550102	98,96	84,61	61,76
2591800	86,51	77,15	83,38
2592601	76,78	80,48	76,15
2592602	88,03	88,58	89,59
2593400	84,68	92,23	93,64
2599301	93,06	92,7	90,3
2599399	91,38	85,48	87,76
2610800	60,58	56,76	58,42
2621300	42,06	21,94	35,84
2622100	72,47	62	46,66
2631100	49,8	26,54	24,16
2632900	96,81	96,99	75,59
2640000	78,13	89,21	82,35
2651500	54,27	30,11	34,65
2652300	29,22	58,11	26,46
2660400	51,64	19,4	22,89
2670101	17,01	32,09	83,23
2670102	68	46,69	13,82
2680900	8,71	61,37	17,72
2710401	94,81	41,14	44,19
2710402	80,77	81,99	75,99
2710403	81,33	67,95	36,32
2721000	82,84	91,99	33,14
2722801	86,59	94,37	84,18
2722802	48,29	94,05	33,78
2731700	75,66	48,28	48,17
2732500	67,52	60,97	77,98
2733300	88,27	84,05	61,68
2740601	17,32	48,2	78,54
2740602	66,8	80,64	94,51
2751100	90,5	81,36	63,91
2759701	77,34	79,69	95,23
2759799	51,72	51,77	65,02
2790201	84,84	59,94	34,89
2790202	58,34	64,38	50,87
2790299	59,94	59,22	51,98
2811900	83,08	66,13	45,62
2812700	88,91	73,19	48,96
2813500	72,07	75,96	84,26
2814301	76,14	72	67,09
2814302	55,15	61,44	12,15
2815101	62,09	33,44	9,53
2815102	89,94	87,07	55,24
2821601	90,26	81,83	80,68
2821602	70,31	75,41	25,91
2822401	87,15	85,09	81,16
2822402	91,14	85,4	68,2
2823200	88,99	82,47	78,06
2824101	55,71	74,61	20,02
2824102	94,57	97,06	86,33
2825900	78,29	63,27	52,94
2829101	59,78	54,15	87,28
2829199	85,95	76,36	73,69
2831300	95,13	61,29	87,52
2832100	72,23	60,81	59,22
2833000	95,85	91,11	79,97
2840200	90,02	70,73	67,49
2851800	69,99	27,65	36,48
2852600	96,17	91,91	95,47
2853400	98,88	96,75	96,9
2854200	96,89	81,12	60,25
2861500	89,47	85,64	92,21
2862300	91,3	87,39	84,66
2863100	84,44	81,2	95,39
2864000	56,43	60,89	72,33
2865800	65,13	54,86	54,05
2866600	72,55	79,53	75,12
2869100	87,31	77,79	72,89
2910701	93,14	94,76	98,33
2910702	98,72	90,8	25,83
2910703	73,82	0	0
2920401	83,48	73,74	97,77
2920402	75,02	79,85	82,75
2930101	97,13	97,94	93,88
2930102	99,76	85,56	89,43
2930103	91,86	69,85	59,14
2941700	82,28	67,87	68,28
2942500	99,2	94,29	78,3
2943300	94,97	87,94	92,92
2944100	84,2	87,15	94,75
2945000	51,16	55,49	81,24
2949201	60,26	62,24	83,7
2949299	91,06	78,82	91,26
2950600	49,33	61,05	68,76
3011301	94,33	90,4	95,87
3011302	91,78	78,42	78,46
3012100	58,66	69,38	72,65
3031800	96,41	80,33	41,25
3032600	98,8	96,59	50,79
3041500	65,29	37,65	62,95
3042300	87,63	54,46	47,61
3050400	0	0	0
3091100	95,77	94,21	67,25
3092000	75,74	83,82	85,05
3099700	90,18	90,08	80,6
3101200	77,66	91,75	90,94
3102100	81,25	84,29	82,43
3103900	55,23	61,76	72,18
3104700	72,95	74,06	68,84
3211601	47,57	96,19	99,13
3211602	19,16	16,23	35,13
3211603	13,49	95,56	52,62
3212400	33,21	27,49	47,37
3220500	72,15	68,82	91,41
3230200	57,31	67,47	85,69
3240001	14,29	65,97	45,15
3240002	6,07	83,97	99,52
3240003	20,92	81,44	28,29
3240099	71,67	65,49	73,29
3250701	57,55	33,28	48,09
3250702	72,87	53,35	15,49
3250703	59,86	63,51	51,27
3250704	87,23	38,04	12,87
3250705	65,53	44,23	44,59
3250706	15,33	19,72	65,58
3250707	47,17	35,98	40,3
3250708	0	0	0
3291400	63,69	58,19	63,11
3292201	3,92	19,64	22,17
3292202	57,07	57,32	88,71
3299001	87,55	40,66	11,44
3299002	83,32	42,01	52,22
3299003	52,68	62,16	86,64
3299004	79,81	90,56	95,95
3299005	59,3	37,88	53,41
3299099	57,23	63,59	88,55
3311200	79,57	82,94	79,89
3312102	62,01	32,17	36,08
3312103	22,35	21,38	5,87
3312104	0	0	0
3313901	64,97	66,76	36,24
3313902	0	18,29	0
3313999	72,31	40,9	39,58
3314701	85,48	46,61	18,35
3314702	62,49	45,58	24,08
3314703	86,11	55,18	46,89
3314704	34,32	25,43	24,24
3314705	79,01	56,29	23,84
3314706	69,83	64,54	32,35
3314707	66,48	59,38	72,41
3314708	79,41	71,44	27,58
3314709	17,56	37,01	21,53
3314710	69,28	53,51	65,66
3314711	82,68	88,34	75,83
3314712	85,64	94,53	95,55
3314713	82,2	63,67	41,41
3314714	78,93	24,24	38,71
3314715	39,51	47,96	13,11
3314716	77,18	92,46	86,25
3314717	57,78	95,16	98,73
3314718	66,96	58,59	70,19
3314719	88,19	64,86	62,24
3314720	48,05	78,74	35,77
3314721	84,12	42,72	44,83
3314722	78,85	68,98	50,47
3314799	70,23	61,52	77,1
3315500	93,7	61,92	65,9
3316301	96,25	62,08	74
3316302	73,98	59,78	97,06
3317101	98,48	95,48	81,72
3317102	30,33	39,71	15,73
3319800	78,45	64,22	51,03
3321000	72,39	71,92	74,8
3329501	58,98	69,77	69,47
3329599	76,54	78,98	81
3511500	57,62	31,38	31,63
3512300	60,18	52,4	53,33
3513100	5,91	2,74	3,01
3514000	80,05	48,59	50,15
3520401	33,44	10,43	28,61
3520402	6,87	0	0
3530100	57,78	44,71	12,63
3600601	87,95	59,3	48,48
3600602	37,43	57,95	33,46
3701100	81,01	53,67	38,07
3702900	86,83	74,3	71,38
3811400	99,28	95,24	88,31
3812200	97,61	90,24	61,44
3821100	96,97	72,39	59,85
3822000	94,17	83,66	63,19
3831901	66,32	94,84	91,65
3831999	85,72	88,26	90,38
3832700	92,9	98,33	97,3
3839401	96,09	53,43	65,26

3839499	89,87	97,54	96,42	4633803	0	0	0	4742300	42,14	49,78	56,75
3900500	77,97	45,34	35,69	4634601	92,82	80,96	80,44	4743100	63,13	76,28	81,79
4110700	60,5	74,53	71,78	4634602	51,32	82,63	79,73	4744001	48,61	60,57	63,03
4120400	65,92	82,86	86,96	4634603	59,46	64,94	67,88	4744002	71,35	93,73	94,99
4211101	79,73	80,8	81,32	4634699	57,47	75,88	26,54	4744003	51,48	63,98	80,84
4211102	83	75,09	67,33	4635401	51,4	69,54	27,02	4744004	38,39	66,84	91,57
4212000	80,29	74,85	74,88	4635402	88,11	85,17	84,5	4744005	45,1	62,32	72,25
4213800	62,33	75,57	75,36	4635403	39,75	57,08	80,2	4744099	41,42	57,72	66,21
4221901	77,74	38,44	56,43	4635499	52,76	57,16	51,11	4751200	22,19	21,7	37,36
4221902	90,66	85,24	85,53	4636201	24,67	58,27	86,88	4752100	21,79	21,3	34,33
4221903	94,25	86,91	87,68	4636202	38,47	21,78	47,69	4753900	42,94	50,02	60,49
4221904	80,53	76,52	64,15	4637101	68,56	72,08	57,95	4754701	27,38	35,74	51,66
4221905	81,88	74,77	68,68	4637102	37,04	84,93	54,53	4754702	20,12	20,67	28,21
4222701	70,47	70,96	71,14	4637103	88,83	62,95	21,93	4754703	28,1	30,51	18,12
4222702	53,48	59,86	34,97	4637104	64,25	67	58,74	4755501	11,58	16,54	39,66
4223500	71,75	32,73	35,05	4637105	61,85	72,63	80,92	4755502	10,06	15,12	43,72
4291000	77,5	81,75	82,99	4637106	55,87	56,13	73,21	4755503	30,41	22,33	31,47
4292801	86,67	83,9	84,34	4637107	41,11	48,91	32,98	4756300	11,5	22,89	64,62
4292802	74,86	65,57	70,74	4637199	50,44	44,39	51,43	4757100	36,4	46,37	60,41
4299501	61,38	81,91	92,29	4639701	50,92	51,85	58,02	4759801	32,49	40,82	56,91
4299599	77,81	81,28	84,42	4639702	46,93	55,02	47,53	4759899	33,13	37,57	43,79
4311801	33,92	40,5	74,64	4641901	37,36	39,31	45,31	4761001	14,13	12,81	14,3
4311802	52,84	59,14	56,51	4641902	21,63	19,95	47,85	4761002	16,93	20,83	37,28
4312600	70,63	76,2	79,65	4641903	23,07	27,17	34,73	4761003	13,73	17,5	37,51
4313400	62,17	73,66	84,1	4642701	23,39	29,16	29,17	4762800	4,88	7,02	18,59
4319300	63,61	84,45	72,49	4642702	26,98	14,72	20,1	4763601	16,85	15,19	39,18
4321500	68,32	64,7	78,22	4643501	17,4	21,54	23,52	4763602	21,47	15,35	26,86
4322301	62,97	57,64	64,38	4643502	22,51	14,8	8,58	4763603	16,61	22,25	28,69
4322302	61,54	51,05	54,84	4644301	32,01	21,14	19,87	4763604	13,41	20,59	46,82
4322303	56,35	46,13	42,12	4644302	25,62	24,56	49,28	4763605	41,98	48,12	17,88
4329101	67,28	73,58	50,07	4645101	30,89	23,05	31,71	4771701	24,91	19,88	25,99
4329102	0	0	0	4645102	32,81	5,99	4,2	4771702	18,68	16,78	19,07
4329103	74,7	63,19	39,02	4645103	22,59	30,98	47,77	4771703	9,9	10,75	9,93
4329104	83,24	53,75	65,5	4646001	23,47	18,53	19,71	4771704	20,52	27,57	33,86
4329105	24,99	51,45	94,04	4646002	39,99	30,9	48,56	4772500	15,97	12,74	19,55
4329199	68,64	66,05	82,91	4647801	31,61	28,68	41,81	4773300	19,48	18,84	30,76
4330401	54,59	59,54	72,81	4647802	30,17	23,84	20,58	4774100	7,67	7,98	21,06
4330402	59,22	67,16	76,95	4649401	31,29	25,03	57,47	4781400	16,13	15,04	27,74
4330403	37,59	50,26	75,75	4649402	55,39	85,72	64,07	4782201	17,09	14,56	27,18
4330404	48,13	69,46	82,27	4649403	31,77	39,63	64,46	4782202	20,84	19,08	32,11
4330405	45,26	50,66	65,34	4649404	53,4	40,03	60,33	4783101	9,03	9,24	21,3
4330499	62,41	73,9	89,98	4649405	53,63	28,05	55,16	4783102	8,95	17,57	13,9
4391600	86,27	91,43	94,91	4649406	19,72	28,84	10,64	4784900	59,38	86,99	85,85
4399101	69,44	73,03	69,71	4649407	3,28	42,41	94,67	4785701	11,34	33,68	93
4399102	73,11	54,78	66,77	4649408	51,88	37,96	37,04	4785799	45,57	56,45	54,61
4399103	69,36	87,78	89,11	4649409	29,14	29,32	40,54	4789001	8,87	11,15	38,79
4399104	71,43	73,5	74,16	4649410	12,62	10,51	17,96	4789002	30,97	41,53	58,26
4399105	73,59	95,95	84,58	4649499	31,45	33,84	42,05	4789003	14,53	21,46	56,67
4399199	72,63	79,06	90,14	4651601	21,16	12,02	10,25	4789004	22,27	26,3	32,27
4511101	32,33	26,86	45,07	4651602	17,8	11,47	63,59	4789005	32,41	32,81	58,5
4511102	13,97	22,1	49,6	4652400	19,64	17,02	16,29	4789006	5,67	15,59	10,01
4511103	41,82	26,94	33,62	4661300	62,65	54,7	46,42	4789007	27,22	24,16	31,95
4511104	70,95	43,6	55	4662100	64,65	45,42	36,4	4789008	9,11	12,5	44,99
4511105	73,19	83,02	75,2	4663000	44,78	40,1	50	4789009	30,73	55,73	90,7
4511106	26,66	14,16	5,32	4664800	18,92	10,99	13,27	4789099	44,62	46,05	61,36
4512901	36,24	24,48	27,5	4665600	42,7	32,25	37,83	4911600	58,58	36,3	55,96
4512902	12,46	13,29	19,39	4669901	63,29	52,48	30,28	4912401	0	8,61	0
4520001	48,93	69,22	78,93	4669999	45,34	29,79	36,8	4912402	91,94	56,37	40,46
4520002	36	50,5	64,86	4671100	91,46	96,11	95,15	4912403	99,36	67,32	33,22
4520003	35,68	47,88	52,06	4672900	65,45	65,25	58,18	4921301	58,5	78,03	91,49
4520004	54,75	62,4	55,72	4673700	39,43	34,23	32,03	4921302	47,49	77,23	89,51
4520005	34,56	50,1	59,3	4674500	95,61	89,05	66,13	4922101	46,61	78,1	93,72
4520006	55,79	87,86	87,2	4679601	35,2	44,15	66,05	4922102	55,95	86,12	96,26
4520007	48,21	56,92	79,25	4679602	63,77	83,1	76,23	4922103	0	3,69	61,6
4530701	43,9	48,36	48,41	4679603	97,93	84,53	92,69	4923001	23,15	35,66	44,75
4530702	46,77	50,58	38,63	4679604	64,09	68,58	63,75	4923002	23,71	35,42	47,13
4530703	44,86	58,67	63,27	4679699	45,73	53,83	56,83	4924800	16,37	29,95	62,48
4530704	44,7	68,66	62,64	4681801	34,8	25,75	17,64	4929901	35,04	51,29	73,53
4530705	48,77	58,43	63,67	4681802	44,54	52,8	48,64	4929902	33,6	42,96	69,79
4530706	11,74	18,21	11,68	4681803	63,05	98,41	98,41	4929903	15,41	91,83	98,89
4541201	43,98	55,42	24,48	4681804	65,05	86,43	97,69	4929904	25,94	70,57	97,14
4541202	45,42	48,51	49,52	4681805	30,57	32,41	24,79	4929999	35,76	51,37	16,84
4541203	36,48	46,77	56,36	4682600	97,21	92,78	73,92	4930201	60,02	77,39	88,79
4541204	36,72	52	47,45	4683400	56,67	48,67	50,71	4930202	65,68	78,5	85,61
4541205	32,89	51,61	45,78	4684201	60,66	41,85	15,89	4930203	66,24	74,38	70,51
4542101	19,4	12,66	16,69	4684202	0	0	0	4930204	47,33	72,87	76,39
4542102	50,52	77,71	30,2	4684299	59,14	37,25	35,45	4940000	80,69	65,01	38,55
4543900	41,58	71,36	45,54	4685100	92,34	79,37	83,94	4950700	43,5	22,02	6,51
4611700	44,38	66,2	77,82	4686901	64,01	68,43	69,39	5011401	76,86	77,95	82,11
4612500	49,17	33,12	11,84	4686902	68,48	63,82	62,87	5011402	4,96	12,42	6,27
4613300	38,55	62,63	52,7	4687701	81,65	91,35	96,03	5012201	89,23	96,83	98,65
4614100	55,63	30,19	34,18	4687702	91,22	96,91	95,71	5012202	0	0	0
4615000	14,69	28,2	57,79	4687703	87,79	93,18	90,78	5021101	65,37	90,48	97,38
4616800	5,35	7,26	8,1	4689301	76,06	91,59	91,1	5021102	93,93	93,34	87,12
4617600	41,35	52,72	31	4689302	27,86	19,16	28,53	5022001	43,18	68,11	64,31
4618401	4,24	7,74	17,56	4689399	54,99	49,31	46,26	5022002	9,82	65,89	80,76
4618402	30,65	40,26	12,07	4691500	58,74	46,21	41,49	5030101	83,64	52,64	41,97
4618403	0	4,41	5,64	4692300	64,57	73,34	70,43	5030102	67,12	55,65	72,57
4618499	20,6	26,22	10,72	4693100	51,56	39,23	36	5091201	26,02	27,89	10,88
4619200	35,84	42,25	53,25	4711301	71,99	69,62	51,59	5091202	72,79	57,4	60,65
4621400	75,26	86,75	68,52	4711302	66,4	53,19	48,88	5099801	30,09	54,62	13,59
4622200	71,59	75,33	59,06	4712100	21,87	28,28	48,01	5099899	0	0	0
4623101	32,65	68,27	94,44	4713001	34,4	34,95	72,02	5111100	57,94	29,24	29,88
4623102	58,18	84,37	74,72	4713002	14,93	19	29,96	5112901	23,87	18,68	36,56
4623103	75,5	80,25	92,53	4713003	42,38	17,97	12,31	5112999	38,95	44,31	27,66
4623104	95,21	49,86	29,64	4721101	26,26	43,2	65,82	5120000	31,21	13,77	5,08
4623105	3,84	6,39	6,11	4721102	28,18	40,18	56,28	5130700	0	0	0
4623106	43,26	53,04	30,36	4721103	24,51	33,2	53,49	5211701	79,17	67,71	77,34
4623107	0	0	0	4721104	13,65	18,76	38,47	5211702	16,29	11,94	7,07
4623108	53,95	75,49	74,24	4722901	61,69	68,74	66,45	5211799	60,34	57,24	64,94
4623109	38,79	54,38	57,55	4722902	28,58	41,37	44,11	5212500	68,72	72,31	83,78
4623199	78,37	65,81	55,4	4723700	40,39	60,73	65,97	5221400	84,76	45,74	59,77
4631100	56,91	61,21	81,95	4724500	34,08	30,35	42,92	5222200	83,8	55,1	52,14
4632001	80,21	76,99	70,11	4729601	12,06	23,6	71,54	5223100	34,96	36,14	43,16
4632002	41,9	75,17	81,48	4729699	29,06	33,36	40,85	5229001	23,23	44,07	88,87
4632003	51,08	68,19	61,92	4731800	26,34	35,03	50,31	5229002	66	83,26	86,17
4633801	39,83	52,08	69,55	4732600	25,15	30,43	53,73	5229099	52,2	66,6	74,32
4633802	39,27	41,93	52,86	4741500	37,91	51,69	55,88	5231101	43,34	25,59	15,97

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800053

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

5231102	48,69	38,2	85,37
5232000	45,89	35,19	52,38
5239700	53,71	36,22	39,98
5240101	56,11	23,68	28,45
5240199	54,19	30,82	45,23
5250801	15,25	10,36	29,25
5250802	18,12	17,42	33,3
5250803	24,03	20,91	22,97
5250804	71,11	44,47	67,96
5250805	54,35	29,71	13,98
5310501	100	99,76	85,93
5310502	27,06	31,93	35,37
5320201	90,42	98,1	93,08
5320202	81,96	97,62	93,4
5510801	41,27	39,15	48,33
5510802	25,31	36,93	42,6
5510803	28,02	44,79	71,62
5590601	19,96	41,22	23,92
5590602	30,01	70,17	31,79
5590603	26,18	41,69	66,37
5590699	15,81	26,38	46,58
5611201	35,36	39,47	50,55
5611202	27,14	36,06	44,27
5611203	36,32	32,01	43,4
5612100	41,66	47,48	49,44
5620101	84,28	67,24	67,41
5620102	43,42	46,45	46,1
5620103	75,42	69,14	69,95
5620104	52,12	67,55	61,05
5811500	19,88	20,51	37,43
5812300	24,11	19,56	40,14
5813100	7,75	4,33	23,76
5819100	32,97	31,7	71,3
5821200	37,2	22,18	34,02
5822100	40,31	32,89	46,34
5823900	50,76	34,55	48,8
5829800	45,49	49,07	66,53
5911101	21,08	35,34	76,79
5911102	10,3	10,12	5,56
5911199	11,9	6,07	43
5912001	0	51,92	14,7
5912002	4,8	11,55	25,11
5912099	9,74	5,28	36,88
5913800	3,2	3,29	4,68
5914600	28,42	17,65	23,6
5920100	8,55	6,31	6,35
6010100	7,19	6,63	17,4
6021700	46,37	28,76	28,93
6022501	3,68	16,38	9,37
6022502	4	19,8	23,68
6110801	27,94	25,98	35,29
6110802	67,6	15,27	8,02
6110803	50,04	49,62	36,64
6110899	30,81	27,01	28,85
6120501	49,25	32,49	16,37
6120502	50,28	58,51	28,37
6120599	37,28	28,36	6,75
6130200	6,71	2,98	3,49
6141800	77,1	71,52	77,9
6142600	17,17	47,56	37,99
6143400	49,72	61,6	53,97
6190601	43,1	48,43	53,1
6190602	32,25	38,6	14,06
6190699	53,56	58,91	59,69
6201500	13,18	7,34	15,25
6202300	13,1	6,86	7,62
6203100	12,38	5,44	9,61
6204000	18,76	8,05	15,33
6209100	22,83	13,37	14,14
6311900	16,45	13,13	20,34
6319400	7,59	3,93	3,89
6391700	3,36	2,66	2,85
6399200	28,9	38,99	61,84
6410700	0	63,35	4,84
6421200	34,48	8,93	5,16
6422100	86,99	92,62	68,36
6423900	36,08	40,98	34,25
6424701	7,83	3,14	3,17
6424702	4,64	2,82	3,73
6424703	9,58	7,18	11,76
6424704	7,99	5,75	9,45
6431000	13,81	8,29	5,79
6432800	21	9,09	3,97
6433600	47,97	6,94	3,41
6434400	22,99	15,51	8,34
6435201	0	21,22	5,24
6435202	3,44	4,09	7,15
6435203	0	0	0
6436100	15,57	10,04	8,82
6437900	32,73	55,57	17,8
6438701	-	-	-
6438799	-	-	-
6440900	0	0	0
6450600	21,31	13,85	3,25
6461100	38,87	8,13	9,13
6462000	40,15	23,21	24,71
6463800	30,25	28,52	47,29
6470101	0	0	0
6470102	0	0	0
6470103	0	0	0
6491300	6,63	4,88	5,48
6492100	5,11	4,17	53,18
6493000	15,01	13,61	46,18
6499901	0	0	0
6499902	0	0	0
6499903	0	0	0
6499904	0	0	0
6499905	26,5	24,95	3,57
6499999	17,88	15,75	35,92
6511101	15,65	6,55	9,05
6511102	58,9	38,84	100
6512000	14,77	9,64	5,4
6520100	18,2	6,79	4,36
6530800	0	0	0
6541300	36,96	11,7	30,12
6542100	27,54	11,78	37,67
6550200	76,3	22,41	25,19
6611801	0	0	0
6611802	0	89,61	0
6611803	0	3,37	3,09
6611804	4,4	3,53	0
6612601	5,99	3,45	3,33
6612602	13,89	4,48	3,65
6612603	19,24	15,99	6,83
6612604	4,32	7,82	7,86
6612605	0	0	0
6613400	17,96	14,48	12,47
6619301	64,49	98,73	26,15
6619302	6,47	6,47	26,23
6619303	0	0	0
6619304	0	0	0
6619305	10,78	31,46	12,55
6619399	27,62	31,77	27,34
6621501	26,1	21,86	35,21
6621502	3,52	13,05	3,81
6622300	8,63	6,15	11,04
6629100	15,73	14,08	31,39
6630400	14,45	8,21	4,44
6810201	50,2	67,39	70,35
6810202	33,29	42,09	59,46
6821801	13,25	15,67	42,68
6821802	22,03	17,1	27,89
6822600	25,7	22,65	38,39
6911701	9,98	6,71	16,76
6911702	17,72	16,46	5
6911703	6,39	9,8	5,95
6912500	4,48	4,25	25,35
6920601	14,85	9,17	14,94
6920602	12,86	4,01	10,96
7020400	25,07	12,34	18,51
7111100	25,23	33,92	54,45
7112000	55,31	47,17	48,72
7119701	26,82	31,62	62,16
7119702	68,8	55,81	67,01
7119703	29,61	42,33	60,01
7119704	24,35	28,13	32,51
7119799	44,94	27,09	40,38
7120100	44,14	22,57	21,22
7210000	45,81	12,89	18,75
7220700	12,7	9,88	9,29
7311400	7,35	7,1	15,65
7312200	48,85	42,64	41,89
7319001	29,93	37,49	75,67
7319002	36,56	38,76	43,95
7319003	14,05	11,39	7,38
7319004	20,04	8,37	21,69
7319099	35,28	35,82	32,9
7320300	25,78	9,4	6,67
7410201	4,56	5,83	12,23
7410202	43,82	40,58	45,86
7420001	15,49	16,62	25,67
7420002	0	0	0
7420003	29,77	17,89	42,44
7420004	8,23	4,96	38,95
7420005	9,5	7,5	6,03
7490101	10,86	27,81	74,48
7490102	94,73	76,6	53,81
7490103	29,37	28,92	18,43
7490104	49,09	34	39,5
7490105	9,26	5,04	4,28
7490199	42,22	24,79	32,66
7500100	24,75	20,11	27,97
7711000	31,37	31,54	47,05
7719501	41,74	72,55	18,99
7719502	0	0	0
7719599	45,97	62,56	84,9
7721700	20,36	29,87	73,77
7722500	10,62	11,31	71,94
7723300	27,3	36,77	36,72
7729201	6,23	9,56	54,13
7729202	42,3	39,87	60,57
7729203	13,02	38,91	7,3
7729299	34,72	55,34	21,85
7731400	46,05	80,72	92,85
7732201	71,91	81,52	86,8
7732202	83,88	73,27	65,1
7733100	25,54	20,35	41,01
7739001	71,03	60,65	33,38
7739002	53,08	24,4	23,28
7739003	67,76	78,66	89,35
7739099	64,89	57,87	70,9
7740300	26,9	11,62	4,52
7810800	45,02	38,68	63,99
7820500	52,44	43,52	82,19
7830200	38,31	31,14	50,23
7911200	11,1	13,53	27,1
7912100	5,75	10,83	70,82
7990200	27,46	18,13	34,49
8011101	35,52	43,67	57,07
8011102	42,46	65,09	91,73
8012900	78,05	75,01	84,82
8020000	54,67	62,71	59,61
8030700	32,09	87,47	42,2
8111700	36,88	33,52	49,92
8112500	21,71	22,73	39,82
8121400	53,16	52,32	68,44
8122200	48,45	55,26	67,72
8129000	75,18	58,83	63,35
8130300	60,42	54,07	79,41
8211300	41,03	38,36	42,52
8219901	16,53	19,24	44,03
8219999	25,86	23,44	41,17
8220200	26,74	25,35	31,55
8230001	28,74	34,31	43,48
8230002	33,05	44,86	24,87
8291100	14,21	13,69	32,43
8292000	73,27	58,75	85,45
8299701	83,96	67,08	69,15
8299702	18,84	18,05	30,84
8299703	0	0	0
8299704	11,82	12,97	8,89
8299705	61,3	98,25	23,44
8299706	6,31	10,91	26,3
8299707	13,57	14,24	13,43
8299799	45,65	36,85	52,78
8411600	16,21	16,07	33,94
8412400	17,48	20,27	30,04
8413200	89,07	32,57	25,51
8421300	0	0	0
8422100	94,49	34,79	33,54
8423000	5,43	10,67	13,03
8424800	29,45	38,52	49,84
8425600	0	0	0
8430200	8,47	4,72	14,86
8511200	22,91	13,93	29,48
8512100	10,38	8,77	30,6
8513900	24,59	17,73	30,92
8520100	16,69	8,53	22,49
8531700	23,31	5,91	17,32
8532500	37,51	9,01	18,28
8533300	31,13	8,69	17,08
8541400	15,17	7,9	29,8
8542200	6,15	3,22	4,76
8550301	21,55	33,6	34,57
8550302	60,98	17,18	20,42
8591100	8,15	13,21	16,45
8592901	10,22	11,07	7,94
8592902	10,46	30,66	11,6
8592903	7,43	4,56	21,38
8592999	20,68	9,72	6,43
8593700	5,51	3,77	6,19
8599601	11,66	18,37	29,09
8599602	0	6,23	0
8599603	6,55	5,12	6,99
8599604	14,61	10,28	22,57
8599605	8,79	5,2	6,91
8599699	43,74	16,7	22,65
8610101	99,12	54,94	45,38
8610102	97,85	45,26	43,24
8621601	73,03	49,47	39,9
8621602	89,15	37,33	26,07
8622400	81,81	69,7	28,05
8630501	84,6	18,92	26,38
8630502	94,09	29,39	37,12
8630503	40,95	11,86	25,27
8630504	10,7	7,66	16,13
8630506	22,75	2,9	2,93
8630507	93,86	29,08	20,9
8630599	74,14	21,62	11,2
8640201	59,06	14	10,33
8640202	81,49	19,48	27,82
8640203	94,41	29,47	32,59
8640204	33,76	5,67	10,41
8640205	35,44	17,26	27,42
8640206	48,53	12,1	8,18
8640207	17,24	12,26	8,97
8640208	12,78	14,96	10,48
8640209	98,56	29,55	13,19
8640210	57,7	25,67	7,54
8640211	20,76	9,96	4,92
8640212	92,26	27,97	17,48
8640213	0	0	0
8640214	97,45	23,37	9,85
8640299	66,56	16,86	14,78
8650001	33,37	26,46	41,65
8650002	9,34	15,91	4,6
8650003	7,27	4,64	6,59
8650004	11,98	8,85	28,77
8650005	18,28	38,28	25,59
8650006	10,54	3,06	10,8
8650007	24,43	30,03	24
8650099	56,99	15,83	22,73
8660700	95,45	17,34	14,38
8690901	11,02	5,36	7,46
8690902	0	0	0
8690999	89,71	24,63	32,82
8711501	61,14	63,75	25,75
8711502	42,54	49,54	62,72
8711503	98	25,19	24,32
8711504	14,37	25,51	7,7
8711505	52,36	64,06	81,64
8712300	39,19	25,82	50,39
8720401	36,16	14,32	11,36
8720499	97,37	43,83	58,98
8730101	35,6	22,81	12,71
8730102	70,07	24,32	87,04
8730199	53,24	39,07	46,02
8800600	56,27	21,06	31,87
9001901	5,59	15,43	15,41
9001902	18,44	24,87	42,28
9001903	13,33	39,39	99,44
9001904	0	52,88	44,35
9001905	54,11	98,81	53,65
9001906	43,66	57,56	55,08

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800054

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9001999	23,63	32,33	62,4
9002701	28,34	23,52	21,61
9002702	7,51	22,49	13,51
9003500	26,58	16,31	8,26
9101500	3,76	8,45	11,28
9102301	11,26	4,8	14,22
9102302	20,2	29	24,64
9103100	97,29	57,8	39,34
9200301	0	0	0
9200302	75,82	57	14,54
9200399	0	0	0
9311500	36,64	28,44	10,56
9312300	46,21	47,24	40,69
9313100	9,18	9,48	19,47
9319101	24,19	33,76	15,02
9319199	31,53	43,99	47,93
9321200	67,36	50,89	40,22
9329801	18,36	45,1	90,86
9329802	37,12	76,44	19,23
9329803	8,39	73,42	99,92
9329804	19,08	10,59	23,05
9329899	34,16	32,96	37,91
9411100	41,19	24	22,81
9412000	23,79	16,94	39,26
9420100	21,24	22,97	56,04
9430800	37,75	24,08	43,56
9491000	35,12	26,62	43,32
9492800	8,07	20,99	31,07
9493600	27,78	20,19	15,18
9499500	47,81	27,33	34,1
9511800	25,46	25,11	25,43
9512600	46,13	40,42	51,51
9521500	38,71	48,99	60,17
9529101	6,95	10,2	15,81
9529102	46,45	73,11	72,73
9529103	33,84	58,99	22,09
9529104	5,83	42,56	8,5
9529105	40,47	74,22	90,46
9529106	27,7	35,9	22,41
9529199	42,86	52,56	56,59
9601701	42,78	51,21	73,05
9601702	59,62	43,75	77,74
9601703	86,75	70,49	88,47
9602501	7,91	12,18	36,16
9602502	9,42	11,23	29,56
9603301	56,19	62,87	51,82
9603302	74,38	76,76	21,14
9603303	49,88	46,85	42,36
9603304	29,3	37,09	57,31
9603305	54,43	0	0
9603399	45,18	44,55	44,91
9609201	11,42	23,76	19,79
9609202	4,08	7,42	12,79
9609203	23,95	24,71	17,16
9609204	0	0	0
9609299	28,82	28,6	42,84
9700500	34	33,04	78,77
9900800	47,09	27,73	16,53

Convenção:
"-" Não foram encontrados vínculos válidos para as empresas que compuseram a Subclasse, no período de 2015 a 2016;

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DIRETORIA COLEGIADA

CIRCULAR Nº 3.850, DE 26 DE SETEMBRO DE 2017

Dispõe sobre procedimento para o cálculo da taxa de juros "J_m" de que trata o art. 2º da Resolução nº 4.600, de 25 de setembro de 2017.

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 26 de setembro de 2017, tendo em vista o disposto no art. 6º da Resolução nº 4.600, de 25 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º A taxa "J_m" de que trata o art. 2º da Resolução nº 4.600, de 25 de setembro de 2017, será calculada com base nas taxas relativas ao prazo de cinco anos apuradas a cada dia útil a partir da estrutura a termo de taxas de juros das Notas do Tesouro Nacional, Série B (NTN-B) - TD, de acordo com a seguinte fórmula:

$$J_m = \frac{\sum_{i=1}^{n} TD_i}{n}$$, em que:

I - TD_i corresponde a i-ésima taxa de juros relativa ao prazo de cinco anos apurada a partir da estrutura a termo de taxas de juros das NTN-B, disponível nos três meses imediatamente anteriores ao dia de apuração da taxa "J_m", contados de data a data, expressa sob a forma anual, considerando a convenção de 252 dias úteis, com duas casas decimais;

II - n corresponde ao número de dias úteis com taxas TD disponíveis nos três meses imediatamente anteriores ao dia de apuração da taxa "J_m", contados de data a data.

Parágrafo único. A taxa "J_m" será expressa sob a forma anual, considerando a convenção de 252 dias úteis, com duas casas decimais.

Art. 2º As taxas TD mencionadas no inciso I do art. 1º serão calculadas a partir da estrutura a termo de taxas de juros das NTN-B a ser estimada diariamente com base na seguinte fórmula, conforme determinado pelo art. 3º da Resolução nº 4.600, de 2017:

$$r(\tau) = \beta_0 + \beta_1\left(\frac{1-e^{-\lambda_1\tau}}{\lambda_1\tau}\right) + \beta_2\left(\frac{1-e^{-\lambda_1\tau}}{\lambda_1\tau} - e^{-\lambda_1\tau}\right) + \beta_3\left(\frac{1-e^{-\lambda_2\tau}}{\lambda_2\tau} - e^{-\lambda_2\tau}\right)$$, em que:

I - τ corresponde ao prazo, em anos, considerando a convenção de 252 dias úteis;

II - β_0, β_1, β_2, β_3, λ_1 e λ_2 correspondem aos parâmetros calculados a partir de metodologia de minimização de erros gerados no processo de estimação de que trata o art. 5º;

III - $r(\tau)$ corresponde à taxa de juros à vista, com capitalização contínua, relativa ao prazo τ, expressa sob a forma anual, considerando a convenção de 252 dias úteis.

Parágrafo único. Para fins de apuração das taxas de juros a que se refere o caput, será aplicada conversão ao regime de capitalização anual, considerando a convenção de 252 dias úteis.

Art. 3º A base de dados para a estimação da estrutura a termo de taxas de juros de que trata o art. 2º serão as operações definitivas com NTN-B realizadas no mercado secundário, registradas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), excluídas as operações que apresentarem taxas discrepantes, de acordo com tratamento estatístico.

§ 1º O vencimento de NTN-B que sistematicamente não apresentar negociações no mercado secundário será excluído da base de dados.

§ 2º Se determinado vencimento de NTN-B não apresentar negociação no mercado secundário no dia ou não apresentar número suficiente de negócios que possibilite a estimação adequada de sua taxa, será utilizada taxa de juros indicativa que tenha ampla aceitação como referência de preços no mercado financeiro nacional, para a NTN-B daquele vencimento.

Art. 4º Para cada vencimento de NTN-B que compõe a base de dados de que trata o art. 3º será calculada, a cada dia útil, a taxa de juros média - TM, de acordo com a seguinte fórmula:

$$TM_k = \frac{\sum_{j=1}^{m} F_j \times i_j}{\sum_{j=1}^{m} F_j}$$, em que:

I - F_j corresponde ao montante financeiro da j-ésima operação definitiva do k-ésimo vencimento de NTN-B;

II - i_j corresponde à taxa de juros da j-ésima operação definitiva do k-ésimo vencimento de NTN-B, expressa sob a forma anual, considerando a convenção de 252 dias úteis;

III - m corresponde ao número de operações definitivas com o k-ésimo vencimento de NTN-B.

Art. 5º Os parâmetros β_0, β_1, β_2, β_3, λ_1 e λ_2 mencionados no art. 2º serão calculados diariamente a partir da minimização da média dos quadrados dos erros de estimação.

§ 1º Os erros de estimação consistem na diferença entre o preço médio de cada vencimento de NTN-B que compõe a base de cálculo e o respectivo preço teórico.

§ 2º O preço médio de cada vencimento de NTN-B corresponde ao somatório de seus pagamentos descontados pela taxa de juros média calculada de acordo com o art. 4º.

§ 3º O preço teórico de cada vencimento de NTN-B corresponde ao somatório de seus pagamentos descontados pelas taxas de juros estimadas conforme a estrutura a termo de taxa de juros de que trata o art. 2º para cada prazo de pagamento.

§ 4º O quadrado do erro de estimação de cada vencimento de NTN-B será ponderado pelo valor inverso da medida da duração do título a que se refere.

§ 5º Na eventual impossibilidade de estimar, para um determinado dia, os parâmetros mencionados no caput, inclusive em virtude de insuficiência de informações, serão adotados no cálculo da taxa de juros relativa ao prazo de cinco anos os parâmetros utilizados no dia útil imediatamente anterior.

Art. 6º Fica o Departamento de Operações do Mercado Aberto (Demab) autorizado a adotar as medidas julgadas necessárias à execução do disposto nesta Circular.

Art. 7º Esta Circular entra em vigor na data de sua publicação.

REINALDO LE GRAZIE
Diretor de Política Monetária

BANCO DO BRASIL S/A
BB BANCO DE INVESTIMENTO S/A

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO ACIONISTA REALIZADA EM 17 DE OUTUBRO DE 2016

I. DATA, HORA E LOCAL: Em 17 de outubro de 2016, às dez horas e trinta minutos, na Sede Social do BB Banco de Investimento S.A., CNPJ 24.933.830/0001-30; NIRE: 3.330.027.730-7, situada na Rua Senador Dantas, nº 105, 36º andar, centro, Rio de Janeiro (RJ). II. MESA: Presidente: Antonio Mauricio Maurano. Secretário: Aurislon José Ferreira III. PRESENÇA: BANCO DO BRASIL S.A., único acionista, representado pelo seu Vice-Presidente José Mauricio Pereira Coelho. IV. CONVOCAÇÃO: Dispensada, na forma do § 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença do acionista representante da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura constante no Livro de Presença de Acionistas. V. ORDEM DO DIA: Eleição de Diretores. VI. DELIBERAÇÃO: Em virtude da renúncia apresentada nesta data pelo Sr. Luiz Cláudio Ligabue, o acionista aprovou a eleição dos Srs. Fernando Florêncio Campos e Wilsa Figueiredo (remanejamento), a seguir qualificados, para completarem o mandato 2014/2017 nos cargos de Diretor-Gerente e Diretora de Controles Internos, esclarecido que os eleitos atendem às exigências legais e estatutárias e que a remuneração paga a eles pelo Banco do Brasil S.A. abrange as funções que exercerão no BB Banco de Investimento S.A.: Diretor-Gerente: FERNANDO FLORÊNCIO CAMPOS, brasileiro, casado, graduado em ciências contábeis, inscrito no CPF sob o nº 087.755.588-58, portador da Carteira de Identidade nº 11.781.758-2, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Endereço: Av. Paulista, 2163 - 14º andar - São Paulo (SP); Diretora de Controles Internos: WILSA FIGUEIREDO, brasileira, divorciada, bancária, inscrita no CPF/MF sob o nº 457.398.546-87, portadora da Carteira de Identidade nº MG-2.504.435, expedida em 30.04.2012 pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais. Endereço: SAUN Quadra 5, Lote B, Torre 1, Ed. BB, 9º andar. VII. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos da Assembleia Geral Extraordinária do Acionista do BB Banco de Investimento S.A., da qual eu, ass.) Aurislon José Ferreira, Secretário, mandei lavrar esta ata que, lida e achada conforme, é devidamente assinada. Ass.) Antonio Mauricio Maurano, Diretor-Presidente do BB Banco de Investimento S.A., Presidente da Assembleia, e José Mauricio Pereira Coelho, Representante do Banco do Brasil S.A. ESTE DOCUMENTO CONFERE COM O ORIGINAL LAVRADO NO LIVRO 09, FOLHA 61. Atestamos que este documento foi submetido a exame do Banco Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito dos atos praticados consta de carta emitida à parte - Departamento de Organização do Sistema Financeiro-DEORF - 8.350.709-4 - Priscila Guerra Barbosa da Silva - Analista. A Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro certificou o deferimento em 13.02.2017, sob número 00003007395, Bernardo F. S. Berwanger - Secretário Geral.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
VICE-PRESIDÊNCIA DE FUNDOS DE GOVERNO E LOTERIAS

CIRCULAR Nº 781, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

Dispõe sobre o Orçamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, para o exercício de 2017, e dá outras providências.

A Caixa Econômica Federal - CAIXA, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 7º, inciso II, da Lei nº 8.036, de 11/05/90, e o artigo 67, inciso II, do Anexo ao Decreto nº 99.684, de 08/11/90, com a redação dada pelo Decreto nº 1.522, de 13/06/95, em cumprimento às disposições estabelecidas nas Resoluções Nº 702, de 04/10/12, Nº 825, de 25/10/16, Nº 840, de 21/03/17, e Nº 847, de 17/05/17, todas do Conselho Curador do FGTS, e nas Instruções Normativas Nº 32, de 28/12/16, Nº 33, de 29/12/16, Nº 05, de 12/01/17, Nº 13, de 15/03/17, Nº 15, de 24/03/17, Nº 16, de 28/03/17, Nº 17, de 13/04/17, Nº 20, de 08/05/17, Nº 32, de 01/08/17, e Nº 35, de 06/09/2017, todas do Ministério das Cidades, resolve:

1 Divulgar nova distribuição do Orçamento Operacional do FGTS para 2017, por Programa e Unidade da Federação, bem como estabelecer diretrizes e procedimentos gerais com vistas ao cumprimento das determinações emanadas do Conselho Curador do FGTS e do Gestor da Aplicação, no que se refere à distribuição, aplicação e ao controle dos recursos do FGTS, no exercício de 2017.

2 Os empregos e as metas físicas, expressos em número de unidades habitacionais nos programas da Área de Habitação Popular e demais operações habitacionais, e em número de habitantes beneficiados nos programas das Áreas de Saneamento Básico e Infraestrutura Urbana, constituem o Anexo I desta Circular.

2.1 A distribuição dos recursos das Áreas de Habitação Popular e Saneamento Básico, segregados por programa e Unidade da Federação constitui, respectivamente, os Anexos II e III desta Circular.

3 No âmbito da Área de Habitação Popular ficam destinados, no máximo, R$ 32.600.000.000,00 (trinta e dois bilhões e seiscentos milhões de reais) para a concessão de financiamentos, a pessoas físicas ou jurídicas, que beneficiem famílias com renda mensal bruta limitada à R$ 4.000,00 (quatro mil e reais).

3.1 A aplicação dos recursos destinados à concessão de descontos nos financiamentos a pessoas físicas observará os dispositivos a seguir relacionados:

a) R$ 3.450.000.000,00 (três bilhões e quatrocentos e cinqüenta milhões de reais), alocados na forma do Anexo IV, para financiamentos, em áreas urbanas ou rurais, destinados à construção ou aquisição de unidades habitacionais novas, incluindo aquelas resultantes de intervenções para reabilitação urbana, passíveis de enquadramento nos limites operacionais definidos pelo art. 20, inciso II, e pelo art. 30, inciso II, ambos da Resolução nº 702, de 04 de outubro de 2012, do Conselho Curador do FGTS;

b) R$ 6.250.000.000,00 (seis bilhões e duzentos e cinqüenta milhões de reais), alocados na forma do Anexo IV, para financiamentos, em áreas urbanas ou rurais, destinados à construção ou aquisição de unidades habitacionais novas, incluindo aquelas resultantes de intervenções para reabilitação urbana, passíveis de enquadramento nos limites operacionais definidos pelo art. 20, inciso I, e pelo art. 30, inciso I, ambos da Resolução nº 702, de 04 de outubro de 2012, do Conselho Curador do FGTS;

c) R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), alocados na forma do Anexo IV, para financiamentos, exclusivamente, em áreas urbanas, destinados à aquisição de unidades habitacionais usadas ou produção de lotes urbanizados.

4 Nas aplicações dos recursos constantes do Orçamento Operacional, especificamente destinados às demais operações habitacionais, na forma definida pelo art. 13, § 2º, da Resolução nº 702, de 04 de outubro de 2012, do Conselho Curador do FGTS, será observada a seguinte distribuição:

a) R$ 7.540.000.000,00 (sete bilhões e quinhentos e quarenta milhões de reais) para execução do Programa Especial de Crédito Habitacional ao Cotista do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - Pró-Cotista, alocados entre as 5 (cinco) regiões do território nacional, de acordo com a demanda que vier a ser apresentada pelos Agentes Financeiros, observados os seguintes dispositivos:

a.1) no mínimo, 60% (sessenta por cento) devem ser destinados ao financiamento de imóveis novos;

a.2) no mínimo, R$ 6.040.000.000,00 (seis bilhões e quarenta milhões de reais) destinados ao financiamento de imóveis cujo valor de venda não ultrapasse R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais); e

a.3) até R$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais) destinados ao financiamento de imóveis cujo valor de venda não ultrapasse os limites fixados pelo Conselho Monetário Nacional para as operações de crédito celebradas no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação - SFH;

b) R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) para operações urbanas consorciadas, nas condições estabelecidas na Circular CAIXA nº 730 de 10/08/16.

c) R$ 1.860.000.000,00 (um bilhão e oitocentos e sessenta milhões de reais) para aplicação em operações habitacionais, previstas pelo art. 13, § 2º, da Resolução Nº 702, de 04/10/12, do Conselho Curador do FGTS, na forma a seguir especificada:

c.1) R$ 1.100.000.000,00 (um bilhão e cem milhões de reais), alocados em nível nacional, destinados à contratação de operações de crédito para produção de imóveis cujo valor de venda não ultrapasse os limites definidos pelo art. 20, § 4º, da Resolução Nº 702, de 04/10/12, com a redação dada pela Resolução Nº 836, de 06/02/17, ambas do Conselho Curador do FGTS, em que figurem, como mutuários, pessoas jurídicas do ramo da construção civil; e

c.2) R$ 760.000.000,00 (setecentos e sessenta milhões de reais), alocados em nível nacional, destinados à contratação de operações de crédito para aquisição de imóveis novos cujo valor de venda não ultrapasse os limites definidos pelo art. 20, § 4º, da Resolução Nº 702, de 04/10/12, com a redação dada pela Resolução Nº 836, de 06/02/17, ambas do Conselho Curador do FGTS, em que figurem, como mutuários, pessoas físicas.

5 O Orçamento Operacional do FGTS referente à Área de Habitação Popular e demais operações habitacionais deverá ser executado de forma mensalizada, observada a proporcionalização indicada na tabela a seguir:

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
-	-	-	-	-	-	-	7,50%	8,00%	7,50%	8,00%	9,00%	100 %

a) Esgotados os recursos de determinado mês antes de seu decurso, as contratações deverão ser suspensas até que se inicie o mês seguinte, quando serão retomadas.

b) As eventuais sobras orçamentárias de um determinado mês deverão ser somadas ao volume de recursos do mês imediatamente posterior.

6 Na aplicação dos recursos alocados à área orçamentária de Saneamento Básico serão observados os seguintes dispositivos, sem prejuízo da distribuição entre Unidades da Federação constante do Anexo III desta Circular CAIXA:

a) destinar até R$ 3.300.000.000,00 (três bilhões e trezentos milhões de reais) para operações de crédito no âmbito do Programa Saneamento para Todos - Setor Público; e

b) destinar até R$ 2.700.000.000,00 (dois bilhões e setecentos milhões de reais) para operações de crédito no âmbito do Programa Saneamento para Todos - Setor Privado;

b.1) do valor estabelecido para operações de crédito com mutuários do setor privado poderá ser disponibilizado no máximo 20% (vinte por cento) para contratação de operações de crédito na Modalidade Tratamento Industrial de Água e Efluentes Líquidos e Reuso de Água.

7 Na aplicação dos recursos alocados à área orçamentária de Infraestrutura Urbana serão observados os seguintes dispositivos:

a) destinar até R$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais) para operações de crédito vinculadas à área de Infraestrutura Urbana, setor público;

b) destinar até R$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais) alocados em nível nacional, setor privado.

8 No exercício de 2017, os saldos remanescentes, de que trata o art. 1º, § 2º, da Instrução Normativa Nº 7, de 01/03/2012, o subitem 2.1.1 do Anexo I da Instrução Normativa Nº 11, de 28/05/2012 e subitem 2.1.1 do Anexo da Instrução Normativa Nº 40, de 24/10/12, todas do Ministério das Cidades, para aquisição de cotas de Fundos de Investimento Imobiliário - FII, cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC, debêntures e de Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI, obedecerão aos seguintes limites:

a) R$ 970.000.000,00 (novecentos e setenta milhões de reais) em aquisição de cotas de Fundos de Investimento Imobiliário - FII, de cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC, de Debêntures e de Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI, que possuam lastro em operações de habitação lançadas por incorporadoras, empresas da construção civil, Sociedades de Propósito Específico - SPE, cooperativas habitacionais ou entidades afins, nas condições estabelecidas na Circular CAIXA nº 740 de 14/12/16.

b) R$ 867.519.000,00 (oitocentos e sessenta e sete milhões e quinhentos e dezenove mil reais) em aquisição de cotas de Fundos de Investimento Imobiliário - FII, de cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC, de Debêntures e de Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI, que possuam lastro em operações do setor de saneamento, lançados por empresas públicas ou privadas, Sociedades de Propósito Específico - SPE ou entidades afins, nas condições previstas na Circular CAIXA nº 746, de 17/01/17.

c) R$ 1.680.417.200,00 (um bilhão, seiscentos e oitenta milhões, quatrocentos e dezessete mil e duzentos reais) em aquisição de cotas de Fundos de Investimento Imobiliário - FII, de cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC, de Debêntures e de Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI, que possuam lastro em operações do setor de infraestrutura urbana, nas condições previstas na Circular CAIXA nº. 686, de 11/08/15.

9 Nas aplicações dos recursos constantes do Orçamento Operacional, especificamente destinados para aplicação no Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS será observado o seguinte limite:

a) R$ 11.416.208.987,17 (onze bilhões, quatrocentos e dezesseis milhões e duzentos e oito mil e novecentos e oitenta e sete reais e dezessete centavos) para aplicação no Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS, na forma e condições estabelecidas pela Lei nº 11.491, de 20/06/07, e pela Resolução Nº 699, de 28/08/12, do Conselho Curador do FGTS;

a.1) esse valor adicionado ao montante de R$ 22.883.791.012,83 (vinte e dois bilhões, oitocentos e oitenta e três milhões, setecentos e noventa e um mil e doze reais e oitante e três centavos), aplicado de 2008 a 2016, totaliza R$ 34.300.000.000,00, autorizados pelo Conselho Curador do FGTS.

a.2) considerando o disposto no art. 2º da Resolução nº 840 do Conselho Curador do FGTS, fica suspenso até 1º de janeiro de 2018, a autorização para subscrição e integralização de cotas do FI-FGTS correspondentes à sexta e à sétima parcelas, que foram objeto, respectivamente, das Resoluções nº 699, de 28/08/12, e nº 775, de 26/05/15, restando para aplicação o saldo de R$ 1.416.208.987,17 (um bilhão, quatrocentos e dezesseis milhões, duzentos e oito mil e novecentos e oitenta e sete reais e dezessete centavos).

10 O volume total de recursos para aplicação pelo FGTS em 2017 está demonstrado no Anexo V.

11 Esta Circular e os respectivos anexos estão disponíveis ao público interessado por intermédio do site da CAIXA, no endereço http://www.caixa.gov.br, escolher a opção download, item Circulares CAIXA e FGTS.

12 Os casos omissos serão dirimidos pelo Agente Operador, no que lhe couber.

13 Esta Circular entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Circular CAIXA nº 764, de 09/05/17.

DEUSDINA DOS REIS PEREIRA
Vice-Presidente de Fundos de Governo e Loterias

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
1ª SEÇÃO
2ª CÂMARA

ATA DE JULGAMENTO

Ata de julgamento dos recursos das sessões ordinárias da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 1ª Seção

A integra das decisões proferidas - acórdãos e resoluções - serão publicadas no sitio do CARF em https://carf.fazenda.gov.br , podendo ser pesquisadas pelo número do acórdão ou da resolução, pelo número do processo ou pelo nome do contribuinte.

Os processos administrativos poderão ser acompanhados pelo sitio do CARF https://carf.fazenda.gov.br mediante cadastramento no sistema PUSH.

19 DE SETEMBRO DE 2017 A 21 DE SETEMBRO DE 2017

Aos dezenove dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete, às nove horas, Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 1ª Seção, estando presentes os conselheiros Roberto Caparroz de Almeida (Presidente), Eva Maria Los, Luis Fabiano Alves Penteado, Luis Henrique Marotti Toselli, Paulo Cezar Fernandes de Aguiar, Gisele Barra Bossa, Jose Carlos de Assis Guimaraes, Rafael Gasparello Lima e eu, Jose Antonio da Silva, Chefe de Secretaria, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Processo: 10600.720035/2013-86 - ARCELORMITTAL BRASIL S.A. - Acórdão: 1201-001.871

Processo: 16643.720041/2011-51 - ARCELORMITTAL BRASIL S.A. - Acórdão: 1201-001.872

Processo: 10166.902493/2008-41 - SARKIS & SARKIS LTDA - Acórdão: 1201-001.873

Processo: 10166.902484/2008-50 - SARKIS & SARKIS LTDA - Acórdão: 1201-001.874

Processo: 10166.902267/2008-60 - SARKIS & SARKIS LTDA - Acórdão: 1201-001.875

Processo: 10166.902466/2008-78 - SARKIS & SARKIS LTDA - Acórdão: 1201-001.876

Processo: 19647.011771/2006-59 - D'MARCAS COMERCIO LTDA. - Retirado de pauta.

JOSE ANTONIO DA SILVA
Chefe de Secretaria

ROBERTO CAPARROZ DE ALMEIDA
Presidente da Turma

Aos dezenove dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete, às quatorze horas, Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 1ª Seção, estando presentes os conselheiros Roberto Caparroz de Almeida (Presidente), Eva Maria Los, Luis Fabiano Alves Penteado, Luis Henrique Marotti Toselli, Paulo Cezar Fernandes de Aguiar, Gisele Barra Bossa, Jose Carlos de Assis Guimaraes, Rafael Gasparello Lima e eu, Jose Antonio da Silva, Chefe de Secretaria, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Processo: 10630.720364/2008-11 - COMERCIAL AGRICOLA CARVALHO LTDA - ME - Acórdão: 1201-001.877

Processo: 10630.720369/2007-54 - COMERCIAL AGRICOLA CARVALHO LTDA - ME - Acórdão: 1201-001.878

Processo: 16682.720878/2013-04 - FURNAS-CENTRAIS ELETRICAS S.A. - Acórdão: 1201-001.879

Processo: 10935.721604/2011-67 - USINA DE BENEFICIAMENTO DE LEITE LATCO LTDA - Acórdão: 1201-001.880

Processo: 10510.000364/2005-14 - BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S/A - Acórdão: 1201-001.881

Processo: 15586.000582/2009-12 - ELKEM PARTICIPACOES, INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - Acórdão: 1201-001.882

Processo: 16561.720087/2011-81 - COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV - Acórdão: 1201-001.883

Processo: 16327.001122/2006-74 - MORRO DOS ANJOS LLF AGROPECUARIA EIRELI - EPP - Acórdão: 1201-001.884

Processo: 16327.001451/2010-00 - MAUA INVESTIMENTOS LTDA. - Retirado de pauta.

Processo: 19647.010988/2006-41 - POLIGONO-PRODUTOS E LIGAS PLASTICAS DO BRASIL S/A - Acórdão: 1201-001.885

Processo: 12448.736514/2011-98 - BELGRAVIA SERVICOS E PARTICIPACOES S/A - Retirado de pauta.

Processo: 16643.720038/2013-08 - CAMARGO CORREA S/A - Pedido de vista.

Processo: 13855.000726/2009-80 - JOSE EDUARDO ANIBAL ME - Retirado de pauta.

Processo: 13629.000814/2008-74 - MARCO AURELIO MARTINS CORREA ME - Acórdão: 1201-001.886

Processo: 13629.000135/2008-03 - MARCO AURELIO MARTINS CORREA - ME - Acórdão: 1201-001.887

JOSE ANTONIO DA SILVA
Chefe de Secretaria

ROBERTO CAPARROZ DE ALMEIDA
Presidente da Turma

Aos vinte dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete, às nove horas, Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 1ª Seção, estando presentes os conselheiros Roberto Caparroz de Almeida (Presidente), Eva Maria Los, Luis Fabiano Alves Penteado, Luis Henrique Marotti Toselli, Paulo Cezar Fernandes de Aguiar, Gisele Barra Bossa, Jose Carlos de Assis Guimaraes, Rafael Gasparello Lima e eu, Jose Antonio da Silva, Chefe de Secretaria, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Processo: 10932.000491/2008-97 - CAR RENTAL SYSTEMS DO BRASIL LOCACAO DE VEICULOS LTDA - Acórdão: 1201-001.888

Processo: 12898.000222/2009-09 - ARMAZENS GERAIS MURUNDU LTDA. - Acórdão: 1201-001.889

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800056

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo: 10530.901191/2009-31 - COMPERACO COMERCIO E INDUSTRIA DE FERRO E ACO LTDA - Resolução: 1201-000.273

Processo: 10530.901185/2009-83 - COMPERACO COMERCIO E INDUSTRIA DE FERRO E ACO LTDA - Resolução: 1201-000.274

Processo: 10530.901186/2009-28 - COMPERACO COMERCIO E INDUSTRIA DE FERRO E ACO LTDA - Resolução: 1201-000.275

Processo: 10530.901192/2009-85 - COMPERACO COMERCIO E INDUSTRIA DE FERRO E ACO LTDA - Resolução: 1201-000.276

Processo: 10530.901193/2009-20 - COMPERACO COMERCIO E INDUSTRIA DE FERRO E ACO LTDA - Resolução: 1201-000.277

Processo: 10530.901194/2009-74 - COMPERACO COMERCIO E INDUSTRIA DE FERRO E ACO LTDA - Resolução: 1201-000.278

Processo: 10530.901195/2009-19 - COMPERACO COMERCIO E INDUSTRIA DE FERRO E ACO LTDA - Resolução: 1201-000.279

Processo: 10530.901196/2009-63 - COMPERACO COMERCIO E INDUSTRIA DE FERRO E ACO LTDA - Resolução: 1201-000.280

Processo: 10530.901197/2009-16 - COMPERACO COMERCIO E INDUSTRIA DE FERRO E ACO LTDA - Resolução: 1201-000.281

Processo: 10530.901198/2009-52 - COMPERACO COMERCIO E INDUSTRIA DE FERRO E ACO LTDA - Resolução: 1201-000.282

Processo: 10530.901199/2009-05 - COMPERACO COMERCIO E INDUSTRIA DE FERRO E ACO LTDA - Resolução: 1201-000.283

Processo: 10530.901200/2009-93 - COMPERACO COMERCIO E INDUSTRIA DE FERRO E ACO LTDA - Resolução: 1201-000.284

Processo: 10530.901201/2009-38 - COMPERACO COMERCIO E INDUSTRIA DE FERRO E ACO LTDA - Resolução: 1201-000.285

Processo: 10530.901527/2009-65 - COMPERACO COMERCIO E INDUSTRIA DE FERRO E ACO LTDA - Resolução: 1201-000.286

Processo: 10530.901528/2009-18 - COMPERACO COMERCIO E INDUSTRIA DE FERRO E ACO LTDA - Resolução: 1201-000.287

Processo: 10530.901529/2009-54 - COMPERACO COMERCIO E INDUSTRIA DE FERRO E ACO LTDA - Resolução: 1201-000.288

Processo: 10530.901530/2009-89 - COMPERACO COMERCIO E INDUSTRIA DE FERRO E ACO LTDA - Resolução: 1201-000.289

Processo: 10530.901532/2009-78 - COMPERACO COMERCIO E INDUSTRIA DE FERRO E ACO LTDA - Resolução: 1201-000.290

Processo: 10530.903367/2009-99 - COMPERACO COMERCIO E INDUSTRIA DE FERRO E ACO LTDA - Resolução: 1201-000.291

Processo: 11080.905749/2008-84 - ARCA EMPREENDIMENTOS LTDA - Acórdão: 1201-001.890

Processo: 10600.720014/2016-11 - FUNDACAO CULTURAL DE MINAS GERAIS - FUNDAC - Acórdão: 1201-001.891

Processo: 10940.001890/2005-23 - IBEMA COMPANHIA BRASILEIRA DE PAPEL - Resolução: 1201-000.292

Processo: 16682.720412/2013-09 - COMPANHIA BRASILEIRA DE PETROLEO IPIRANGA - Acórdão: 1201-001.892

Processo: 10880.021073/91-12 - SULIVER S.A COMERCIO EXTERIOR - Acórdão: 1201-001.893

Processo: 10530.724538/2015-63 - ATACADAO RECONCAVO COMERCIO DE CEREAIS LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 16327.721297/2012-40 - ITAU UNIBANCO HOLDING S.A. - Acórdão: 1201-001.894

Processo: 16327.720527/2012-53 - ITAU UNIBANCO HOLDING S.A. - Acórdão: 1201-001.895

JOSE ANTONIO DA SILVA
Chefe de Secretaria

ROBERTO CAPARROZ DE ALMEIDA
Presidente da Turma

Aos vinte dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete, às quatorze horas, Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 1ª Seção, estando presentes os conselheiros Roberto Caparroz de Almeida (Presidente), Eva Maria Los, Luis Fabiano Alves Penteado, Luis Henrique Marotti Toselli, Paulo Cezar Fernandes de Aguiar, Gisele Barra Bossa, Jose Carlos de Assis Guimaraes, Rafael Gasparello Lima e eu, Jose Antonio da Silva, Chefe de Secretaria, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Processo: 11065.720650/2015-21 - GERDAU ACOS ESPECIAIS S.A. - Acórdão: 1201-001.896

Processo: 11516.721044/2015-78 - INBRANDS S.A - Acórdão: 1201-001.897

Processo: 10314.722189/2014-19 - GL ELETRO-ELETRONICOS LTDA. - Acórdão: 1201-001.898

Processo: 10580.720493/2015-62 - INSTITUTO MANTENEDOR DE ENSINO SUPERIOR DA BAHIA LTDA - ME - Retirado de pauta.

Processo: 19515.005187/2009-11 - COOPERATIVA DE PRODUTORES DE CANA-DE-ACUCAR, ACUCAR E ALCOOL DO ESTADO DE SAO PAULO. - Acórdão: 1201-001.899

Processo: 13116.721701/2013-53 - GEOLAB INDUSTRIA FARMACEUTICA S/A - Acórdão: 1201-001.900

Processo: 10580.730172/2014-95 - BOMIX INDUSTRIA DE EMBALAGENS LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 15586.720754/2013-46 - COMERCIAL DE VEICULOS CAPIXABA S/A - Retirado de pauta.

Processo: 10314.728318/2015-63 - FIBRIA CELULOSE S/A - Retirado de pauta.

Processo: 15586.720635/2013-93 - RECREIO VITORIA VEICULOS S.A. - Retirado de pauta.

Processo: 19515.005788/2009-15 - MARCOMAR COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 13116.720927/2014-18 - A.S.E. DISTRIBUICAO LTDA. - ME - Retirado de pauta.

Processo: 15504.730268/2014-80 - TERRATIVA MINERAIS S/A - Pedido de vista.

JOSE ANTONIO DA SILVA
Chefe de Secretaria

ROBERTO CAPARROZ DE ALMEIDA
Presidente da Turma

Aos vinte e um dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete, às nove horas, Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 1ª Seção, estando presentes os conselheiros Roberto Caparroz de Almeida (Presidente), Eva Maria Los, Luis Fabiano Alves Penteado, Luis Henrique Marotti Toselli, Paulo Cezar Fernandes de Aguiar, Gisele Barra Bossa, Jose Carlos de Assis Guimaraes, Rafael Gasparello Lima e eu, Jose Antonio da Silva, Chefe de Secretaria, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Processo: 13855.723294/2015-27 - CONSTRUTORA OAS S.A. EM RECUPERACAO JUDICIAL - Acórdão: 1201-001.901

Processo: 13896.723538/2015-95 - PEM ENGENHARIA LTDA - Acórdão: 1201-001.902

Processo: 15868.720069/2013-53 - TINTO HOLDING LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 13896.721116/2015-85 - TIISA - INFRAESTRUTURA E INVESTIMENTOS S.A - Retirado de pauta.

Processo: 13896.723245/2014-27 - SANTA BARBARA S/A - Retirado de pauta.

Processo: 16682.720122/2012-76 - BANCO BTG PACTUAL S.A. - Acórdão: 1201-001.903

Processo: 16682.720838/2011-92 - COMPANHIA LOCADORA DE EQUIPAMENTOS PETROLIFEROS - CLEP - Retirado de pauta.

Processo: 19515.720307/2014-62 - ARMARINHOS FERNANDO LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 10820.720891/2011-85 - S/A CENTRAL DE IMOVEIS E CONSTRUCOES EM LIQUIDACAO - Retirado de pauta.

Processo: 10925.002305/2007-62 - AMERICA MICRO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - Retirado de pauta.

JOSE ANTONIO DA SILVA
Chefe de Secretaria

ROBERTO CAPARROZ DE ALMEIDA
Presidente da Turma

Aos vinte e um dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete, às quatorze horas, Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 1ª Seção, estando presentes os conselheiros Roberto Caparroz de Almeida (Presidente), Eva Maria Los, Luis Fabiano Alves Penteado, Luis Henrique Marotti Toselli, Paulo Cezar Fernandes de Aguiar, Gisele Barra Bossa, Jose Carlos de Assis Guimaraes, Rafael Gasparello Lima e eu, Jose Antonio da Silva, Chefe de Secretaria, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Processo: 10380.728015/2013-95 - CASEBRAS CAIXA ASSISTENCIAL DO SERVIDOR BRASILEIRO - Retirado de pauta.

Processo: 10920.721410/2011-21 - AM- FACTORING FOMENTO COMERCIAL LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 10240.720220/2013-15 - ECLIPSE REPARACAO E MANUTENCAO DE COMPUTADORES LTDA - ME - Retirado de pauta.

Processo: 10073.720174/2014-04 - RIGOTEX INDUSTRIA TEXTIL LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 10140.721913/2014-26 - PERI ALIMENTOS LTDA - ME - Retirado de pauta.

Processo: 13819.001586/2003-16 - BRASCOLA LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL - Retirado de pauta.

Processo: 10768.909285/2006-21 - BHP BILLITON METAIS SA - Retirado de pauta.

Processo: 15374.721967/2008-13 - BHP BILLITON METAIS SA - Retirado de pauta.

Processo: 13971.724408/2014-49 - SANTA PAULINA STRASBOURG VEICULOS LTDA. - Retirado de pauta.

Processo: 16707.001866/2009-67 - TRD SERVICOS E ADMINISTRACAO LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 10932.720041/2015-43 - STAR METAL'S INDUSTRIA E COMERCIO DE METAIS LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 10315.000269/2002-76 - CEVEMA CEARA VEICULOS MAQUINAS E ACESSORIO LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 10315.000270/2002-09 - CEVEMA CEARA VEICULOS MAQUINAS E ACESSORIO LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 19679.005081/2003-41 - INSTITUTO DE ASSESSORIA MERCADOLOGICA E MERCADOMETRICA LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 19679.005082/2003-95 - INSTITUTO DE ASSESSORIA MERCADOLOGICA E MERCADOMETRICA LTDA - Retirado de pauta.

JOSE ANTONIO DA SILVA
Chefe de Secretaria

ROBERTO CAPARROZ DE ALMEIDA
Presidente da Turma

2ª SEÇÃO
2ª CÂMARA
1ª TURMA ORDINÁRIA

ATA DE JULGAMENTO

Ata de julgamento dos recursos das sessões ordinárias da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção

A íntegra das decisões proferidas - acórdãos e resoluções - serão publicadas no sítio do CARF em https://carf.fazenda.gov.br , podendo ser pesquisadas pelo número do acórdão ou da resolução, pelo número do processo ou pelo nome do contribuinte.

Os processos administrativos poderão ser acompanhados pelo sítio do CARF https://carf.fazenda.gov.br mediante cadastramento no sistema PUSH.

12 DE SETEMBRO DE 2017 A 14 DE SETEMBRO DE 2017

Aos doze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete, às nove horas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Sala 402, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção, estando presentes os conselheiros Carlos Henrique de Oliveira (Presidente), Ana Cecilia Lustosa da Cruz, Dione Jesabel Wasilewski, Jose Alfredo Duarte Filho, Marcelo Milton da Silva Risso, Carlos Alberto do Amaral Azeredo, Daniel Melo Mendes Bezerra, Rodrigo Monteiro Loureiro Amorim e eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe de Equipe da 2ª Câmara, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Processo: 10875.722953/2014-09 - FORT LUB PRODUTOS AUTOMOTIVOS EIRELI - ME - Acórdão: 2201-003.859

Processo: 10976.000751/2009-07 - CEMA CENTRAL MINEIRA ATACADISTA LTDA - Acórdão: 2201-003.860

Processo: 10665.003514/2008-12 - CARMAC - CARVOARIA MARTINHO CAMPOS LTDA - Resolução: 2201-000.288

Processo: 10665.003515/2008-67 - CARMAC - CARVOARIA MARTINHO CAMPOS LTDA - Resolução: 2201-000.289

Processo: 10665.003516/2008-10 - CARMAC - CARVOARIA MARTINHO CAMPOS LTDA - Resolução: 2201-000.290

Processo: 10665.003520/2008-70 - CARMAC - CARVOARIA MARTINHO CAMPOS LTDA - Acórdão: 2201-003.861

Processo: 14098.720038/2012-17 - AGROPECUARIA MAGGI LTDA - Acórdão: 2201-003.862

Processo: 10480.724177/2015-98 - UNA ACUCAR E ENERGIA LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL - Acórdão: 2201-003.863

Processo: 15868.000264/2010-11 - FRIGORIFICO ILHA SOLTEIRA LTDA. - Acórdão: 2201-003.864

Processo: 15868.000263/2010-76 - FRIGORIFICO ILHA SOLTEIRA LTDA. - Acórdão: 2201-003.865

Processo: 15868.000265/2010-65 - FRIGORIFICO ILHA SOLTEIRA LTDA. - Acórdão: 2201-003.866

Processo: 15868.720164/2014-38 - FRIGORIFICO ILHA SOLTEIRA LTDA. - Acórdão: 2201-003.867

Processo: 18471.001451/2008-49 - PETROBRAS GAS S/A. - Acórdão: 2201-003.868

Processo: 18471.001575/2008-24 - PETROBRAS GAS S/A. - Acórdão: 2201-003.869

Processo: 10380.732712/2011-89 - COMPANHIA ENERGETICA DO CEARA - Acórdão: 2201-003.870

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe de Equipe da 2ª Câmara

CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA
Presidente da Turma

Aos doze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete, às quatorze horas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Sala 402, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção, estando presentes os conselheiros Carlos Henrique de Oliveira (Presidente), Ana Cecilia Lustosa da Cruz, Dione Jesabel Wasilewski, Jose Alfredo Duarte Filho, Marcelo Milton da Silva Risso, Carlos Alberto do Amaral Azeredo, Daniel Melo Mendes Bezerra, Rodrigo Monteiro Loureiro Amorim e eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe de Equipe da 2ª Câmara, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800057

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo: 14041.000458/2007-71 - PALLISSANDER ENGENHARIA LTDA - Acórdão: 2201-003.871
Processo: 14041.000473/2007-10 - PALLISSANDER ENGENHARIA LTDA - Acórdão: 2201-003.872
Processo: 14041.000463/2007-84 - PALLISSANDER ENGENHARIA LTDA - Acórdão: 2201-003.873
Processo: 14041.000483/2007-55 - PALLISSANDER ENGENHARIA LTDA - Acórdão: 2201-003.874
Processo: 14041.000462/2007-30 - PALLISSANDER ENGENHARIA LTDA - Acórdão: 2201-003.875
Processo: 14041.000482/2007-19 - PALLISSANDER ENGENHARIA LTDA - Acórdão: 2201-003.876
Processo: 14041.000471/2007-21 - PALLISSANDER ENGENHARIA LTDA - Acórdão: 2201-003.877
Processo: 14041.000465/2007-73 - PALLISSANDER ENGENHARIA LTDA - Acórdão: 2201-003.878
Processo: 14041.000464/2007-29 - PALLISSANDER ENGENHARIA LTDA - Acórdão: 2201-003.879
Processo: 14041.000470/2007-86 - PALLISSANDER ENGENHARIA LTDA - Acórdão: 2201-003.880
Processo: 15586.001905/2010-11 - ORION DO BRASIL INTERNACIONAL EIRELI - Acórdão: 2201-003.881
Processo: 10314.729353/2014-19 - JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA. - Acórdão: 2201-003.882

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe de Equipe da 2ª Câmara

CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA
Presidente da Turma

Aos treze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete, às nove horas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Sala 402, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção, estando presentes os conselheiros Carlos Henrique de Oliveira (Presidente), Ana Cecilia Lustosa da Cruz, Dione Jesabel Wasilewski, Jose Alfredo Duarte Filho, Marcelo Milton da Silva Risso, Carlos Alberto do Amaral Azeredo, Daniel Melo Mendes Bezerra, Rodrigo Monteiro Loureiro Amorim e eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe de Equipe da 2ª Câmara, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Processo: 10640.720138/2007-21 - BROOKFIELD ENERGIA RENOVAVEL MINAS GERAIS S.A. - Acórdão: 2201-003.883
Processo: 10183.003835/2005-97 - GUAVIRA INDUSTRIAL E AGROFLORESTAL LTDA. - Acórdão: 2201-003.884
Processo: 10880.730661/2011-10 - MARISTELA DE OLIVEIRA - Acórdão: 2201-003.885
Processo: 12448.721122/2016-39 - MARTHA BERRO DE FARIA - Acórdão: 2201-003.886
Processo: 13819.721735/2012-40 - NILTON XAVIER MOL - Acórdão: 2201-003.887
Processo: 15374.001990/2005-45 - RICARDO LUIZ PERRONE - Acórdão: 2201-003.888
Processo: 11080.720907/2010-42 - JOAO CARLOS TIMMERS - Pedido de vista.
Processo: 18470.725943/2015-62 - JOSE MOREIRA DE SOUZA FILHO - Acórdão: 2201-003.889
Processo: 12448.722223/2014-65 - KLAUS LUDWIG REBEL - Acórdão: 2201-003.890
Processo: 12448.722262/2014-62 - KLAUS LUDWIG REBEL - Acórdão: 2201-003.891
Processo: 12448.722870/2015-58 - LUIZ FELIPPE ESTRELLA - Acórdão: 2201-003.892
Processo: 10909.005558/2007-96 - ALCEU DOS SANTOS FILHO - Resolução: 2201-000.291
Processo: 10640.723631/2011-80 - ARISTOTELES LADEIRA ROCHA - Acórdão: 2201-003.893
Processo: 11516.001441/2008-09 - JAIRO BRINCAS - Acórdão: 2201-003.894

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe de Equipe da 2ª Câmara

CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA
Presidente da Turma

Aos treze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete, às quatorze horas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Sala 402, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção, estando presentes os conselheiros Carlos Henrique de Oliveira (Presidente), Ana Cecilia Lustosa da Cruz, Dione Jesabel Wasilewski, Jose Alfredo Duarte Filho, Marcelo Milton da Silva Risso, Carlos Alberto do Amaral Azeredo, Daniel Melo Mendes Bezerra, Rodrigo Monteiro Loureiro Amorim e eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe de Equipe da 2ª Câmara, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Processo: 13005.000856/2010-67 - ALFREDO HENRIQUE SCHULTE - Acórdão: 2201-003.895
Processo: 13005.001515/2008-94 - ALFREDO HENRIQUE SCHULTE - Acórdão: 2201-003.896
Processo: 10120.721224/2011-15 - ALVARO TOLDA LIMA - Acórdão: 2201-003.897
Processo: 10166.724002/2012-09 - AREDIO GERTRUDES - Acórdão: 2201-003.898
Processo: 10680.907052/2012-01 - JOSE CARNEIRO DE ARAUJO - Resolução: 2201-000.292
Processo: 10850.900815/2013-66 - ELIANA ZANCANER CASTILHO - Acórdão: 2201-003.899
Processo: 10850.900816/2013-19 - ELIANA ZANCANER CASTILHO - Acórdão: 2201-003.900
Processo: 10140.721861/2011-45 - JAMIL NAME - Acórdão: 2201-003.901
Processo: 10410.724425/2011-09 - DOMINGOS DE ARAUJO LIMA NETO - Acórdão: 2201-003.902
Processo: 10410.722323/2011-41 - MARIA DE LOURDES COSTA CAVALCANTE - Acórdão: 2201-003.903
Processo: 10410.722381/2011-74 - ROMMEL ACCIOLY VASCONCELOS - Acórdão: 2201-003.904
Processo: 10580.723163/2011-03 - VALMIR GOMES DA SILVA - Acórdão: 2201-003.905
Processo: 19515.002805/2005-39 - VERA LUTFALLA JAFET - Pedido de vista.
Processo: 10952.000723/2008-79 - LEONORA FERREIRA LOPES - Acórdão: 2201-003.906
Processo: 19515.001201/2007-37 - LOIC FRESNEL - Acórdão: 2201-003.907

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe de Equipe da 2ª Câmara

CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA
Presidente da Turma

Aos quatorze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete, às nove horas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Sala 402, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção, estando presentes os conselheiros Carlos Henrique de Oliveira (Presidente), Ana Cecilia Lustosa da Cruz, Dione Jesabel Wasilewski, Jose Alfredo Duarte Filho, Marcelo Milton da Silva Risso, Carlos Alberto do Amaral Azeredo, Daniel Melo Mendes Bezerra, Rodrigo Monteiro Loureiro Amorim e eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe de Equipe da 2ª Câmara, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Processo: 10730.006143/2006-38 - OSCAR JOSE DE CASTRO LACERDA - Acórdão: 2201-003.908
Processo: 10746.720373/2013-63 - JOSE EDUARDO SENISE - Acórdão: 2201-003.909
Processo: 19515.001198/2007-51 - CLAUDE ALFRED ARMAND FRESNEL - Acórdão: 2201-003.910
Processo: 19515.001199/2007-04 - FRANZ JULIUS ROBERT VIKTOR KIENAST - Acórdão: 2201-003.911
Processo: 19515.001200/2007-92 - HANNA KLARA EDITH MARIA KIENAST - Acórdão: 2201-003.912
Processo: 19515.004814/2010-21 - CLAUDE ALFRED ARMAND FRESNEL - Acórdão: 2201-003.913
Processo: 15540.720193/2011-40 - EUNICE CORDEIRO RIVERA MOREIRA - Acórdão: 2201-003.914
Processo: 19515.000132/2011-21 - FRANZ JULIUS ROBERT VIKTOR KIENAST - Acórdão: 2201-003.915
Processo: 19515.004815/2010-76 - HANNA KLARA EDITH MARIA KIENAST - Acórdão: 2201-003.916
Processo: 19515.000131/2011-86 - PETER JORG SCHALLOWETZ KRATSCHMER - Acórdão: 2201-003.917
Processo: 10183.722534/2015-38 - NEYDE MARIA DA COSTA LEAL - Acórdão: 2201-003.918
Processo: 11080.724537/2012-84 - WALDEREZ ADELAIDE CAMOZZATO - Acórdão: 2201-003.919
Processo: 13886.000868/2010-13 - ALCIDE SANTAROSA DIAN - Acórdão: 2201-003.920
Processo: 15463.720006/2016-01 - CIRO MENDONCA DA CONCEICAO - Acórdão: 2201-003.921
Processo: 13888.721692/2015-21 - JOSE NILTON DE OLIVEIRA - Acórdão: 2201-003.922
Processo: 10830.726141/2014-41 - RICARDO FORTUNATO ZEGANIN - Acórdão: 2201-003.923
Processo: 10730.720264/2016-68 - MANOEL ALBERTO REBELO DOS SANTOS - Acórdão: 2201-003.924

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe de Equipe da 2ª Câmara

CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA
Presidente da Turma

Aos quatorze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete, às quatorze horas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Sala 402, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção, estando presentes os conselheiros Carlos Henrique de Oliveira (Presidente), Ana Cecilia Lustosa da Cruz, Dione Jesabel Wasilewski, Jose Alfredo Duarte Filho, Marcelo Milton da Silva Risso, Carlos Alberto do Amaral Azeredo, Daniel Melo Mendes Bezerra, Rodrigo Monteiro Loureiro Amorim e eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe de Equipe da 2ª Câmara, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Processo: 11020.721352/2015-75 - ELAINE TEREZINHA CENCI - Acórdão: 2201-003.925
Processo: 12448.723200/2015-59 - MARIA DO CARMO DANTAS MARTINS - Acórdão: 2201-003.926
Processo: 13746.720445/2014-41 - MARLENE DE CAMPOS MOURA - Acórdão: 2201-003.927
Processo: 13819.720816/2014-94 - ZILDA DE SOUZA SANTOS - Acórdão: 2201-003.928
Processo: 11080.722321/2015-27 - CARLOS PEDROSO - Acórdão: 2201-003.929
Processo: 10380.720482/2015-39 - MARIA LINDALVA ALVES DE ABREU - Acórdão: 2201-003.930
Processo: 10680.004598/2005-71 - MARIA CAMARDELI LAGE - Acórdão: 2201-003.931
Processo: 13769.720304/2013-80 - PEDRO EUSTAQUIO SARAIVA BARBOSA - Acórdão: 2201-003.932
Processo: 19515.002029/2003-13 - PAULO AFFONSO DE CARDOSO - Resolução: 2201-000.293
Processo: 11060.722951/2015-30 - HERMOGENIO DA SILVA - Acórdão: 2201-003.933
Processo: 13653.720298/2013-68 - THERESE EL KHOURI - Acórdão: 2201-003.934
Processo: 14112.000411/2010-22 - OLYNTHO DAMASCENO LYRIO - Acórdão: 2201-003.935

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe de Equipe da 2ª Câmara

CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA
Presidente da Turma

2ª TURMA ORDINÁRIA

ATA DE JULGAMENTO

Ata de julgamento dos recursos das sessões ordinárias da 2ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção

A íntegra das decisões proferidas - acórdãos e resoluções - serão publicadas no sítio do CARF em https://carf.fazenda.gov.br , podendo ser pesquisadas pelo número do acórdão ou da resolução, pelo número do processo ou pelo nome do contribuinte.

Os processos administrativos poderão ser acompanhados pelo sítio do CARF https://carf.fazenda.gov.br mediante cadastramento no sistema PUSH.

12 DE SETEMBRO DE 2017 A 14 DE SETEMBRO DE 2017

Aos doze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete, às nove horas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Sala 403, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 2ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção, estando presentes os conselheiros Marco Aurelio de Oliveira Barbosa (Presidente), Waltir de Carvalho, Dilson Jatahy Fonseca Neto, Fabia Marcilia Ferreira Campelo, Virgilio Cansino Gil, Rosy Adriane da Silva Dias, Junia Roberta Gouveia Sampaio, Martin da Silva Gesto e eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe de Equipe da 2ª Câmara, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Processo: 16682.720680/2014-01 - EISA - ESTALEIRO ILHA S/A - Acórdão: 2202-004.125
Processo: 15504.721410/2013-17 - ESTADO DE MINAS GERAIS - Acórdão: 2202-004.126
Processo: 15504.721409/2013-92 - ESTADO DE MINAS GERAIS - Acórdão: 2202-004.127
Processo: 15504.014525/2008-94 - ESTADO DE MINAS GERAIS-GOVERNO - Resolução: 2202-000.798
Processo: 14485.001537/2007-81 - BANCO SANTANDER BRASIL S/A - Acórdão: 2202-004.128
Processo: 10670.720034/2010-65 - HOSPITAL SAO VICENTE DE PAULO DE BRASILIA DE MINAS - Acórdão: 2202-004.129
Processo: 10935.000707/2011-90 - MASCARELLO - CARROCERIAS E ONIBUS LTDA - Pedido de vista.
Processo: 10283.720246/2015-11 - SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE - SUSAM - Acórdão: 2202-004.130

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe de Equipe da 2ª Câmara

MARCO AURELIO DE OLIVEIRA BARBOSA
Presidente da 2ª Turma Ordinária

Aos doze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete, às quatorze horas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Sala 403, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 2ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção, estando presentes os conselheiros Marco Aurelio de Oliveira Barbosa (Presidente), Waltir de Carvalho, Dilson Jatahy Fonseca Neto, Fabia Marcilia Ferreira Campelo, Virgilio Cansino Gil, Rosy Adriane da Silva Dias, Junia Roberta Gouveia Sampaio, Martin da Silva Gesto e eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe de Equipe da 2ª Câmara, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Processo: 19515.723057/2013-31 - VIP INDUSTRIA E COMERCIO DE CAIXAS E PAPELAO ONDULADO LTDA - Acórdão: 2202-004.131
Processo: 10140.722196/2011-15 - CONACENTRO COOPERATIVA DOS PRODUTORES DO CENTRO OESTE - Acórdão: 2202-004.132
Processo: 10380.013738/2009-18 - VG BRASIL - ATIVIDADES HOTELEIRAS LTDA. - Retirado de pauta.
Processo: 13601.000366/2007-36 - COMAU DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 13603.723158/2012-56 - MECATRON INDUSTRIAL LTDA - ME - Resolução: 2202-000.799
Processo: 10930.720306/2011-08 - VOO DA AGUIA COMERCIO DE CALCADOS LTDA - Resolução: 2202-000.800

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe de Equipe da 2ª Câmara

MARCO AURELIO DE OLIVEIRA BARBOSA
Presidente da 2ª Turma Ordinária

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800058

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Aos treze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete, às nove horas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Sala 403, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 2ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção, estando presentes os conselheiros Marco Aurelio de Oliveira Barbosa (Presidente), Waltir de Carvalho, Dilson Jatahy Fonseca Neto, Fabia Marcilia Ferreira Campelo, Virgilio Cansino Gil, Rosy Adriane da Silva Dias, Junia Roberta Gouveia Sampaio, Martin da Silva Gesto e eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe de Equipe da 2ª Câmara, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Processo: 13808.000736/2002-12 - THEREZA ZAKI ABUCHAN ASSUMPCAO - Resolução: 2202-000.801

Processo: 19515.004715/2003-11 - UBIRAJARA SILVEIRA ESPOLIO - Pedido de vista.

Processo: 19515.004976/2003-31 - VALTER GOUVEIA FRANCO - Acórdão: 2202-004.133

Processo: 19515.004413/2003-42 - WALDEMAR ROSOLIA - Acórdão: 2202-004.134

Processo: 19515.001123/2002-66 - MARIZILDA TOLEDO SILVA - Resolução: 2202-000.802

Processo: 10680.009752/2007-62 - SOLANGE JOSE LEITE PENA - Acórdão: 2202-004.135

Processo: 10380.011656/2008-40 - MARCIO MILITAO SABINO - Acórdão: 2202-004.136

Processo: 16004.001387/2010-00 - NILSON RIGA VITALE - Resolução: 2202-000.803

Processo: 10980.720493/2014-79 - JOAO MELITAO CAGNI - Acórdão: 2202-004.137

Processo: 13558.720468/2013-92 - DIDIER LESSA PEREIRA - Acórdão: 2202-004.138

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe de Equipe da 2ª Câmara

MARCO AURELIO DE OLIVEIRA BARBOSA
Presidente da 2ª Turma Ordinária

Aos treze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete, às quatorze horas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Sala 403, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 2ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção, estando presentes os conselheiros Marco Aurelio de Oliveira Barbosa (Presidente), Waltir de Carvalho, Dilson Jatahy Fonseca Neto, Fabia Marcilia Ferreira Campelo, Virgilio Cansino Gil, Rosy Adriane da Silva Dias, Junia Roberta Gouveia Sampaio, Martin da Silva Gesto e eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe de Equipe da 2ª Câmara, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Processo: 13855.721378/2014-45 - HENRIQUE DUARTE PRATA - Acórdão: 2202-004.139

Processo: 19515.003603/2007-76 - MARCOS TEIXEIRA - Pedido de vista.

Processo: 10880.730153/2012-12 - EDUARDO JOSE DE FARIAS - Acórdão: 2202-004.140

Processo: 18088.000355/2008-15 - ANGELA MARIA DE MORAES URQUIZA - Resolução: 2202-000.804

Processo: 10166.722621/2010-99 - JUVENIL ANTONIO CENCI - Acórdão: 2202-004.141

Processo: 10166.722509/2010-58 - ANADIR CENCI - Acórdão: 2202-004.142

Processo: 11060.003242/2007-41 - ELZA MARIA VIDAL MARCON - Resolução: 2202-000.805

Processo: 15563.000030/2010-06 - ANA PAULA APARECIDA MAYWORM JENS - Acórdão: 2202-004.143

Processo: 15563.000093/2010-54 - ABILIO BRANDAO DE ALMEIDA - Acórdão: 2202-004.144

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe de Equipe da 2ª Câmara

MARCO AURELIO DE OLIVEIRA BARBOSA
Presidente da 2ª Turma Ordinária

Aos quatorze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete, às nove horas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Sala 403, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 2ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção, estando presentes os conselheiros Marco Aurelio de Oliveira Barbosa (Presidente), Waltir de Carvalho, Dilson Jatahy Fonseca Neto, Fabia Marcilia Ferreira Campelo, Virgilio Cansino Gil, Rosy Adriane da Silva Dias, Junia Roberta Gouveia Sampaio, Martin da Silva Gesto e eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe de Equipe da 2ª Câmara, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Processo: 10930.001543/2005-10 - ADALBERTO LUIZ NIERO - Acórdão: 2202-004.145

Processo: 19709.000007/2007-67 - CUNHATAMM LTDA - ME - Acórdão: 2202-004.146

Processo: 10730.720228/2010-17 - FAZENDAS REUNIDAS SAO JOAQUIM E PIEDADE S/A - Acórdão: 2202-004.147

Processo: 10730.720226/2010-10 - FAZENDAS REUNIDAS SAO JOAQUIM E PIEDADE S/A - Acórdão: 2202-004.148

Processo: 10730.720230/2010-88 - FAZENDAS REUNIDAS SAO JOAQUIM E PIEDADE S/A - Acórdão: 2202-004.149

Processo: 10730.720229/2010-53 - FAZENDAS REUNIDAS SAO JOAQUIM E PIEDADE S/A - Acórdão: 2202-004.150

Processo: 10730.720227/2010-64 - FAZENDAS REUNIDAS SAO JOAQUIM E PIEDADE S/A - Acórdão: 2202-004.151

Processo: 10730.720231/2010-22 - FAZENDAS REUNIDAS SAO JOAQUIM E PIEDADE S/A - Acórdão: 2202-004.152

Processo: 10235.001252/2005-79 - REFRIGERANTES FAZENDINHA S/A - ME - Resolução: 2202-000.806

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe de Equipe da 2ª Câmara

MARCO AURELIO DE OLIVEIRA BARBOSA
Presidente da 2ª Turma Ordinária

Aos quatorze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete, às quatorze horas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Sala 403, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 2ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção, estando presentes os conselheiros Marco Aurelio de Oliveira Barbosa (Presidente), Waltir de Carvalho, Dilson Jatahy Fonseca Neto, Fabia Marcilia Ferreira Campelo, Virgilio Cansino Gil, Rosy Adriane da Silva Dias, Junia Roberta Gouveia Sampaio, Martin da Silva Gesto e eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe de Equipe da 2ª Câmara, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Processo: 14479.000916/2007-32 - ERICSSON SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LTDA - Acórdão: 2202-004.153

Processo: 18471.003146/2003-87 - SH FORMAS ANDAIMES E ESCORAMENTOS LTDA - Pedido de vista.

Processo: 10580.720250/2015-24 - JOSEVAL BRITO CARNEIRO - Acórdão: 2202-004.154

Processo: 10830.006178/2006-49 - CLARICE SZPIGEL - Acórdão: 2202-004.155

Processo: 10580.720968/2009-72 - ANTONIO FERNANDES DAS NEVES FILHO - Pedido de vista.

Processo: 13971.720402/2011-50 - RUI ALTENBURG - Acórdão: 2202-004.156

Processo: 10410.006423/2010-45 - ELVIO CAVALCANTE COSTA - Acórdão: 2202-004.157

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe de Equipe da 2ª Câmara

MARCO AURELIO DE OLIVEIRA BARBOSA
Presidente da 2ª Turma Ordinária

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA EXECUTIVA

ATO DECLARATÓRIO Nº 20, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

Ratifica o Convênio ICMS 99/17.

O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso X, do art. 5°, e pelo parágrafo único do art. 37 do Regimento desse Conselho, declara ratificado o Convênio ICMS 99/17, que autoriza o Estado do Pará a conceder isenção e redução da base de cálculo do ICMS, na forma que especifica, celebrado na 289ª Reunião Extraordinária do CONFAZ, realizada no dia 6 de setembro de 2017.

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.745, DE 26 DE SETEMBRO DE 2017

Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.603, de 15 de dezembro de 2015, que estabelece procedimentos de habilitação de importadores, exportadores e internadores da Zona Franca de Manaus para operação no Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex) e de credenciamento de seus representantes para a prática de atividades relacionadas ao despacho aduaneiro.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 16 da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, e nos arts. 2º e 3º da Portaria MF nº 350, de 16 de outubro de 2002, resolve:

Art. 1º Os arts. 2º e 21 da Instrução Normativa RFB nº 1.603, de 15 de dezembro de 2015, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º .....

.....

§ 3º Nos casos de habilitação de que tratam os itens 1, 3 e 5 da alínea "a" do inciso I do caput na submodalidade expressa prevista na referida alínea "a", o pedido será feito no Portal Habilita, disponível no endereço <https://portalunico.siscomex.gov.br/portal>." (NR)

"Art. 21. Novo requerimento de revisão de estimativa, protocolado nos termos do art. 5º será apreciado somente após decorrido o prazo de 6 (seis) meses contado da data do protocolo do último requerimento que tiver sido indeferido." (NR)

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PAULO RICARDO DE SOUZA CARDOSO

SUBSECRETARIA DE GESTÃO CORPORATIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE PROGRAMAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 118, DE 26 DE SETEMBRO DE 2017

Subdelega competência para autorizar servidores a dirigir veículos de transporte individual de passageiros.

O COORDENADOR-GERAL DE PROGRAMAÇÃO E LOGÍSTICA SUBSTITUTO DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso X do art. 312 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, resolve:

Art. 1º Subdelegar ao Coordenador-Geral de Combate ao Contrabando e Descaminho da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) a competência de que trata a Portaria SRF nº 244, de 10 de março de 1999, para autorizar servidores públicos federais a ele subordinados a dirigir veículos oficiais de transporte individual de passageiros no interesse do serviço e no exercício de suas próprias atribuições, desde que possuidores de Carteira Nacional de Habilitação (CNH), quando houver insuficiência de servidores ocupantes do cargo de Motorista Oficial.

Art. 2º A autorização de que trata a presente portaria de subdelegação de competência, que será concedida pelo prazo máximo de 12 (doze) meses, conterá a identificação funcional do servidor (nome, matrícula, lotação), o nº da respectiva CNH, categoria e prazo de validade, e a declaração de que o condutor autorizado se submete ao Código Nacional de Trânsito e demais normas civis e penais aplicáveis.

Art. 3º A autorização será concedida sempre em caráter pessoal e intransferível.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO COIMBRA MIRANDA

SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO
COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 477, DE 22 DE SETEMBRO DE 2017

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

EMENTA: NÃO CUMULATIVIDADE. FRETE DE VEÍCULOS E AUTOPEÇAS. ÔNUS DO ADQUIRENTE. DIREITO A CRÉDITO.

No regime de apuração não cumulativa, é vedado o desconto de créditos em relação a fretes cujo ônus é do adquirente relativos à aquisição de veículos classificados nos códigos 87.01 a 87.05 da TIPI, destinados à revenda.

É vedado o desconto de créditos em relação a fretes cujo ônus é do adquirente relativos à aquisição de autopeças relacionadas nos Anexos I e II da Lei nº 10.485, de 2002, de pneus novos de borracha do código 40.11 da TIPI, e de câmaras-de-ar de borracha do código 40.13 da TIPI, destinadas à revenda, ainda que essas mercadorias estejam associadas à prestação de serviços de manutenção e de reparo de veículos automotores.

Podem ser descontados créditos em relação a fretes cujo ônus seja do adquirente e que integrem o custo de aquisição de autopeças não relacionadas nos Anexos I e II da Lei nº 10.485, de 2002 (não sujeitas à tributação concentrada dessas contribuições), destinadas à revenda.

DISPOSITIVOS LEGAIS: arts. 2º e 3º da Lei nº 10.637, de 30 de 2002; Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002; art. 289 do Decreto nº 3.000, de 1999.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS

EMENTA: NÃO CUMULATIVIDADE. FRETE DE VEÍCULOS E AUTOPEÇAS. ÔNUS DO ADQUIRENTE. DIREITO A CRÉDITO.

No regime de apuração não cumulativa, é vedado o desconto de créditos em relação a fretes cujo ônus é do adquirente relativos à aquisição de veículos classificados nos códigos 87.01 a 87.05 da TIPI, destinados à revenda.

É vedado o desconto de créditos em relação a fretes cujo ônus é do adquirente relativos à aquisição de autopeças relacionadas nos Anexos I e II da Lei nº 10.485, de 2002, de pneus novos de borracha do código 40.11 da TIPI, e de câmaras-de-ar de borracha do código 40.13 da TIPI, destinadas à revenda, ainda que essas mercadorias estejam associadas à prestação de serviços de manutenção e de reparo de veículos automotores.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800059

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Podem ser descontados créditos em relação a fretes cujo ônus seja do adquirente e que integrem o custo de aquisição de autopeças não relacionadas nos Anexos I e II da Lei nº 10.485, de 2002 (não sujeitas à tributação concentrada dessas contribuições), destinadas à revenda.

DISPOSITIVOS LEGAIS: arts. 2º e 3º da Lei nº 10.833, de 2003; Lei nº 10.485, de 2002; art. 289 de Decreto nº 3.000, de 1999.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 487, DE 25 DE SETEMBRO DE 2017

ASSUNTO: Contribuições Sociais Previdenciárias

EMENTA: SERVIDOR PÚBLICO. AFASTAMENTO OU LICENCIAMENTO SEM DIREITO À REMUNERAÇÃO. PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR (PSS). MANUTENÇÃO. POSSIBILIDADE. 1. A Medida Provisória nº 689, de 2015, alterou o § 3º do art. 183 da Lei nº 8.112, de 1990, para majorar a contribuição para o PSS do servidor afastado ou licenciado do cargo sem direito a remuneração, que pretenda manter sua vinculação a esse Plano. 2. Mencionada Medida Provisória produziu efeitos no período compreendido entre 1º de dezembro de 2015 a 6 de fevereiro de 2016, quando teve sua vigência encerrada por decurso de prazo. 3. O Projeto de Decreto Legislativo nº 320, de 2016, do Congresso Nacional, que buscava regular as relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória nº 689, de 2015, foi arquivado em face do término do prazo para sua aprovação, sendo que as relações constituídas e decorrentes de atos praticados durante a vigência dessa Medida conservar-se-ão por ela regidas. 4. Nas competências de dezembro de 2015 e janeiro de 2016, a contribuição do servidor público federal afastado ou licenciado sem remuneração, para fins de manutenção de seu vínculo ao PSS, passou a ser de 33% (trinta e três por cento) sobre a remuneração total do cargo a que faz jus no exercício de suas atribuições, podendo o servidor optar ou não pela manutenção desse vínculo. 5. No caso de servidor público federal licenciado sem remuneração para acompanhamento de cônjuge, ocorre a manutenção do vínculo ao PSS, independentemente de contribuições, nas competências de dezembro de 2015 e janeiro de 2016, devendo, contudo, ser recolhidas as contribuições no percentual da Medida Provisória nº 689, de 2015, caso pretenda contar esse período como tempo de contribuição. 6. A partir da competência de fevereiro de 2016, com o restabelecimento do § 3º do artigo 183 da Lei nº 8.112, de 1990, com a redação dada pela Lei nº 10.667, de 14 de maio de 2003, a contribuição do servidor, para fins de manutenção de seu vínculo ao PSS, voltou a ser de 11% (onze por cento) sobre a remuneração do cargo a que faz jus, ficando a União, suas autarquias e fundações responsáveis pelo recolhimento da contribuição patronal correspondente ao dobro desse percentual, no montante de 22% (vinte e dois por cento) sobre a referida remuneração, podendo o servidor optar ou não pela manutenção desse vínculo.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Constituição Federal de 1988, art. 62, §§ 3º, 7º e 11; Lei nº 8.112, de 1990, art. 183, §§ 2º e 3º; Lei nº 10.887, de 2004, arts. 4º e 8º; Medida Provisória nº 689, de 2015, arts. 1º e 2º; Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002, art. 11, §§ 1º a 3º; Ato Declaratório do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 1, de 2016; Parecer PGFN/CAT nº 1.832, de 2015, Parecer Normativo Cosit nº 1, de 2016, e Instrução Normativa RFB nº 1.332, de 2013, arts. 7º e 16.

ASSUNTO: Normas Gerais de Direito Tributário

EMENTA: CONSULTA INEFICAZ. Não produz efeitos a consulta que não visa obter interpretação de dispositivos da legislação tributária federal, mas manifestação sobre matéria de natureza procedimental.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Decreto nº 70.235, de 1972, art. 46, caput, e art. 52, I; Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 2013, art. 1º, caput, e art. 18, XIV, e Parecer CST/SIPR nº 448, de 1990.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 489, DE 26 DE SETEMBRO DE 2017

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS

EMENTA: COFINS-IMPORTAÇÃO. RECOLHIMENTO APÓS O REGISTRO DA DECLARAÇÃO DE IMPORTAÇÃO. LANÇAMENTO DE OFÍCIO. CRÉDITO. NÃO CUMULATIVIDADE.

A pessoa jurídica sujeita à apuração não cumulativa da Cofins pode descontar crédito, para fins de determinação dessa contribuição, com base no disposto no art. 15 da Lei nº 10.865, de 2004, em relação ao recolhimento da Cofins-Importação, posteriormente apurada e constituída por lançamento lavrado em auto de infração.

O efetivo pagamento da Cofins-Importação, ainda que ocorra em momento posterior ao do registro da respectiva Declaração de Importação, enseja o direito ao desconto de crédito previsto no art. 15 da Lei nº 10.865, de 2004, desde que atendidas todas as demais condições legais de creditamento.

O direito ao desconto do crédito abrange tão somente os montantes efetivamente pagos, ocorrendo o recolhimento a título de Cofins-Importação, independentemente do momento em que ocorra o pagamento, seja em posterior lançamento de ofício ou, posteriormente, de forma parcelada.

O valor do crédito em questão será obtido de acordo com o disposto no § 3º do art. 15 da Lei nº 10.865, de 2004, aplicando-se a alíquota prevista no caput do art. 2º da Lei nº 10.833, de 2003, sobre o valor que serviu de base de cálculo da contribuição, acrescido do valor do IPI vinculado à importação, quando integrante do custo de aquisição.

Sendo assim, no caso de lançamento de ofício, deve ser excluído do cálculo do crédito a ser descontado do valor apurado da Cofins a parcela do crédito tributário constituído referente a eventuais multas aplicadas e aos juros de mora, já que esses não serviram de base de cálculo da contribuição.

Vinculada parcialmente à Solução de Divergência Cosit nº 21, de 08 de agosto de 2017, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 13 de setembro de 2017.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 5.172, de 1966 (CTN), art. 111; e Lei nº 10.865, de 2004, arts. 1º, 3º, 4º, 5º, 7º, 13 e 15; IN SRF nº 680, de 2006, art.11.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

EMENTA: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP-IMPORTAÇÃO. RECOLHIMENTO. CRÉDITO. NÃO CUMULATIVIDADE.

A pessoa jurídica sujeita à apuração não cumulativa do PIS/Pasep pode descontar crédito, para fins de determinação dessa contribuição, com base no disposto no art. 15 da Lei nº 10.865, de 2004, em relação ao recolhimento da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação, posteriormente apurada e constituída por lançamento lavrado em auto de infração.

O efetivo pagamento do PIS/Pasep-Importação, ainda que ocorra em momento posterior ao do registro da respectiva Declaração de Importação, enseja o direito ao desconto de crédito previsto no art. 15 da Lei nº 10.865, de 2004, desde que atendidas todas as demais condições legais ao creditamento.

O direito ao desconto do crédito abrange tão somente os montantes efetivamente pagos, ocorrendo o recolhimento a título de PIS/Pasep-Importação, independentemente do momento em que ocorra o pagamento, seja em posterior lançamento de ofício ou, posteriormente, de forma parcelada.

O valor do crédito em questão será obtido de acordo com o disposto no § 3º do art. 15 da Lei nº 10.865, de 2004, aplicando-se a alíquota prevista no caput do art. 2º da Lei nº 10.637, de 2002, sobre o valor que serviu de base de cálculo da contribuição, acrescido do valor do IPI vinculado à importação, quando integrante do custo de aquisição.

Sendo assim, no caso de lançamento de ofício, deve ser excluído do cálculo do crédito a ser descontado do valor apurado a título de PIS/Pasep a parcela do crédito tributário constituído referente a eventuais multas aplicadas e aos juros de mora, já que esses não serviram de base de cálculo da contribuição.

Vinculada parcialmente à Solução de Divergência Cosit nº 21, de 08 de agosto de 2017, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 13 de setembro de 2017.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 5.172, de 1966 (CTN), art. 111; e Lei nº 10.865, de 2004, arts. 1º, 3º, 4º, 5º, 7º, 13 e 15; IN SRF nº 680, de 2006, art.11.

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI

EMENTA: NÃO CUMULATIVIDADE. CRÉDITOS. LANÇAMENTO DE OFÍCIO.

Os estabelecimentos industriais e os que lhes são equiparados podem creditar-se do IPI vinculado à importação, devido no desembaraço aduaneiro de bens, ainda que pago mediante parcelamento, decorrente, na espécie, de lançamento de ofício, excluídos os valores correspondentes a multas e juros, eis que não há previsão legal para o creditamento destes últimos, desde que atendidos os demais requisitos previstos na legislação para o direito ao crédito.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Constituição Federal, art. 153, § 3º, inciso II; Lei nº 5.172, de 1966 (Código Tributário Nacional), arts. 46, inciso I, e 49; Decreto nº 7.212, de 2010 (Regulamento do IPI), art. 226, inciso V.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 490, DE 26 DE SETEMBRO DE 2017

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS

EMENTA: NÃO CUMULATIVIDADE. CRÉDITO. DISPÊNDIOS COM COMBUSTÍVEIS E MANUTENÇÃO DE FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIA DO VENDEDOR. ÔNUS DO TRANSPORTE SUPORTADO PELO VENDEDOR. IMPOSSIBILIDADE.

Não há permissão legal para apuração de créditos da não cumulatividade da Cofins em relação a dispêndios com combustíveis, lubrificantes e peças de reposição para manutenção de frota própria de veículos utilizada no transporte de mercadorias revendidas com ônus suportado pelo vendedor.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.833, de 2003, arts. 2º, 3º e 10.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

EMENTA: NÃO CUMULATIVIDADE. CRÉDITO. DISPÊNDIOS COM COMBUSTÍVEIS E MANUTENÇÃO DE FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIA DO VENDEDOR. ÔNUS DO TRANSPORTE SUPORTADO PELO VENDEDOR. IMPOSSIBILIDADE.

Não há permissão legal para apuração de créditos da não cumulatividade da Contribuição para o PIS/Pasep em relação a dispêndios com combustíveis, lubrificantes e peças de reposição para manutenção de frota própria de veículos utilizada no transporte de mercadorias revendidas com ônus suportado pelo vendedor.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.637, de 2002, arts. 2º e 8º; Lei nº 10.833, de 2003, art. 3º c/c o art. 15, II.

ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL CONSULTA. INEFICÁCIA.

EMENTA: Não produzirá efeitos a consulta formulada quando versar sobre constitucionalidade ou legalidade da legislação tributária.

DISPOSITIVOS LEGAIS: IN RFB nº 1.396, de 2013, art. 18, VIII.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 491, DE 26 DE SETEMBRO DE 2017

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS

EMENTA: SERVIDOR PÚBLICO. UNIÃO. SEGURIDADE SOCIAL. CONTRIBUIÇÃO. CPSS. MANDATO ELETIVO. AFASTAMENTO DO CARGO. A contribuição patronal devida pelo órgão/entidade de origem relativa ao servidor público que se afastou do cargo efetivo para o desempenho de mandato eletivo e que optou pela remuneração do cargo eletivo tem como base a remuneração do cargo efetivo e deverá ser recolhida nos prazos fixados no § 2º do artigo 7º da Instrução Normativa RFB nº 1.332, de 2013, sendo o vencimento fixado em função da data de pagamento referente ao cargo a que faz jus o servidor afastado, e incidindo acréscimos na forma do § 3º desse artigo quando o recolhimento for efetuado fora do prazo.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 8.112, de 1990, arts. 94 e 102, V; Lei nº 10.887, de 2004, arts. 4º, 8º e 8º-A; Instrução Normativa RFB nº 1.332, de 2013, art. 7º, §§ 2º, 3º e 4º e arts. 13, 17 e 18.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

CENTRO DE CLASSIFICAÇÃO FISCAL DE MERCADORIAS

SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA Nº 98.039, DE 22 DE SETEMBRO DE 2017

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Reforma de ofício a Solução de Consulta SRRF/6ªRF/Diana nº 24, de 23 de junho de 2005.

Código NCM: 8418.30.00 Mercadoria: Congelador (freezer) horizontal, com abertura superior efetuada por meio de portas deslizantes de vidro transparente, com temperatura de trabalho abaixo de -18 ºC e capacidade de 650 litros, medindo 205 cm x 95 cm x 95 cm, destinado a conservação e exposição de alimentos, comercialmente denominado "Ilha de congelados".

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 84.18) e RGI 6 (texto da subposição 8418.30) da NCM constante da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 8.950, de 2016.

CLAUDIA ELENA FIGUEIRA CARDOSO NAVARRO
Presidente do Comitê

SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA Nº 98.040, DE 22 DE SETEMBRO DE 2017

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Reforma de ofício a Solução de Consulta SRRF/4ªRF/Diana nº 10, de 10 de junho de 2010.

Código NCM: 8481.80.99 Mercadoria: Painel em estrutura modular com válvulas e tubulações para acesso rápido e individualizado à rede canalizada de gases medicinais, podendo conter pontos eletro-eletrônicos (por exemplo, tomada de energia elétrica), para instalação em instituições hospitalares (quartos, UTIs, centros cirúrgicos etc), em três modelos: "horizontal", "vertical", e "coluna aérea", denominado comercialmente "Painel Medicinal".

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (textos da Nota 3 da Seção XVI e da posição 84.81) e RGI 6 (texto da subposição 8481.80) e da Regra Geral Complementar RGC 1 (texto do item 8481.80.9 e do subitem 8481.80.99) da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), constante da Tarifa Externa Comum, aprovada pela Resolução Camex nº 125/2016, e da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (Tipi), aprovada pelo Decreto nº 8.950/2016, e em subsídios extraídos das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado (Nesh), aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela Instrução Normativa RFB nº 807, de 2008, e alterações posteriores.

CLAUDIA ELENA FIGUEIRA CARDOSO NAVARRO
Presidente do Comitê

SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA Nº 98.041, DE 22 DE SETEMBRO DE 2017

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Reforma de ofício a Solução de Consulta SRRF/7ªRF/Diana nº 16, de 27 de março de 2008.

Código NCM: 9102.12.20 Mercadoria: Relógio de pulso para esportes, fabricado em caixa de plástico não reforçada com fibra de vidro, que agrega funções adicionais de cronômetro, calendário, e medição da frequência cardíaca, com mostrador exclusivamente digital e bateria, acompanhado de cinta torácica.

Código NCM: 9102.12.90 Mercadoria: Relógio de pulso para esportes, fabricado em caixa de plástico reforçada com fibra de vidro, que agrega funções adicionais de cronômetro, calendário e medição da frequência cardíaca, com mostrador exclusivamente digital e bateria, acompanhado de cinta torácica.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800060

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 91.02) e RGI 6 (textos das subposições de primeiro nível 9102.1 e de segundo nível 9102.12) e RGC 1 (textos dos itens 9102.12.20 e 9102.12.90) da NCM constante da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 8.950, de 2016; e em subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 2008, e alterações posteriores.

CLAUDIA ELENA FIGUEIRA CARDOSO NAVARRO
Presidente do Comitê

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.363, DE 4 DE SETEMBRO DE 2017

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8541.40.21 Mercadoria: Placa de circuito impresso (PCB), em formato de régua (550 mm x 20,6 mm x 1,6 mm), com diversos diodos emissores de luz (LED) montados em sua superfície (SMD), mas sem circuitos de controle para ajuste da corrente elétrica, empregada como componente de lâmpadas e tubos de LED, luminárias e outros aparelhos de iluminação.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 85.41), RGI 6 (texto da subposição 8541.40) e RGC 1 (textos do item 8541.40.2 e do subitem 8541.40.21) da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 2008, e alterações posteriores.

MARCO ANTÔNIO RODRIGUES CASADO
Presidente da 5ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.371, DE 12 DE SETEMBRO DE 2017

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8714.10.00 Mercadoria: Conjunto de transmissão para ciclomotores, tais como, motocicletas, motonetas, triciclos e quadriciclos, composto de coroa, corrente e pinhão, contidos em uma mesma embalagem, caracterizando um sortido acondicionado para venda a retalho.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 87.14), RGI 3c e RGI 6 (texto da subposição 8714.10) da NCM/SH constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto n.º 8.950, de 2016, com alterações posteriores, e em subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e consolidadas pela IN RFB nº 807, de 2008, com alterações posteriores.

IVANA SANTOS MAYER
Vice-Presidente da 1ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.375, DE 13 DE SETEMBRO DE 2017

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 3926.90.90 Mercadoria: Artigo de polietileno de alta densidade, reforçado estruturalmente com fibra de vidro ou aço, medindo 200cm x 9cm x 9cm, próprio para suportar cabos e isoladores elétricos, do tipo que se monta perpendicularmente na porção superior de postes de distribuição de energia elétrica, comercialmente denominado "Cruzeta de Poste".

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 39.26) e RGI 6 (texto da subposição 3926.90) e RGC 1 (texto do item 3926.90.90) da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 8.950, de 2016, e em subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e consolidadas pela IN RFB nº 807, de 2008, com alterações posteriores.

CARLOS HUMBERTO STECKEL
Presidente da 2ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.376, DE 13 DE SETEMBRO DE 2017

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8505.90.10 Mercadoria: Eletroímã de forma tubular com seis bobinas para produzir um campo eletromagnético principal de 3 T e duas bobinas para limitar a dispersão deste campo, com um tanque de cerca de 1.500 litros com hélio líquido para resfriamento, destinado a integrar aparelho de eletrodiagnóstico por ressonância magnética nuclear.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI/SH 1 (Nota 2 do Capítulo 90 e texto da posição 85.05), RGI/SH 6 (texto da subposição 8505.90) e RGC/NCM 1 (texto do item 8505.90.10) da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto n.º 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das NESH, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 2008, e alterações posteriores.

LUIZ HENRIQUE DOMINGUES
Presidente da 4ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.377, DE 13 DE SETEMBRO DE 2017

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8505.90.10 Mercadoria: Eletroímã de forma tubular com seis bobinas para produzir um campo eletromagnético principal de 3 T e duas bobinas para limitar a dispersão deste campo, com um tanque de cerca de 2.000 litros com hélio líquido para resfriamento, destinado a integrar aparelho de eletrodiagnóstico por ressonância magnética nuclear.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI/SH 1 (Nota 2 do Capítulo 90 e texto da posição 85.05), RGI/SH 6 (texto da subposição 8505.90) e RGC/NCM 1 (texto do item 8505.90.10) da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto n.º 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das NESH, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 2008, e alterações posteriores.

LUIZ HENRIQUE DOMINGUES
Presidente da 4ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.378, DE 13 DE SETEMBRO DE 2017

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8505.90.10 Mercadoria: Eletroímã de forma tubular com seis bobinas para produzir um campo eletromagnético principal de 1,5 T e duas bobinas para limitar a dispersão deste campo, com um tanque de cerca de 1.700 litros com hélio líquido para resfriamento, destinado a integrar aparelho de eletrodiagnóstico por ressonância magnética nuclear.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI/SH 1 (Nota 2 do Capítulo 90 e texto da posição 85.05), RGI/SH 6 (texto da subposição 8505.90) e RGC/NCM 1 (texto do item 8505.90.10) da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto n.º 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das NESH, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 2008, e alterações posteriores.

LUIZ HENRIQUE DOMINGUES
Presidente da 4ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.379, DE 13 DE SETEMBRO DE 2017

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8505.90.10 Mercadoria: Eletroímã de forma tubular com seis bobinas para produzir um campo eletromagnético principal de 1,5 T e duas bobinas para limitar a dispersão deste campo, com um tanque de cerca de 1.500 litros com hélio líquido para resfriamento, destinado a integrar aparelho de eletrodiagnóstico por ressonância magnética nuclear.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI/SH 1 (Nota 2 do Capítulo 90 e texto da posição 85.05), RGI/SH 6 (texto da subposição 8505.90) e RGC/NCM 1 (texto do item 8505.90.10) da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto n.º 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das NESH, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 2008, e alterações posteriores.

LUIZ HENRIQUE DOMINGUES
Presidente da 4ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.386, DE 15 DE SETEMBRO DE 2017

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 1905.90.90 Ex Tipi 01 Mercadoria: Pão tipo ciabatta, assado e congelado, composto de farinha de trigo, água, fermento, sal, melhorador de farinha e conservador de propionato de cálcio, em formato alongado e retangular, pesando de 85g a 110g, embalado em filme plástico e acondicionado em caixa de papelão com capacidade de 3,1 kg.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 19.05) e 6 (texto da subposição 1905.90) e RGC 1 (texto do item 1905.90.90), da NCM constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 15 de dezembro de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016; RGC/Tipi-1 (texto do Ex 01 do código 1905.90.90) e em subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 27 de janeiro de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 11 de janeiro de 2008, e alterações posteriores.

DANIELLE CARVALHO DE LACERDA
Presidente da 3ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.391, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 2208.70.00 Mercadoria: Bebida com teor alcoólico de 16,5% em volume, constituída pela mistura de álcool etílico potável, açúcar, leite condensado, coco ralado e água potável, apresentada em garrafas de 900 ml, denominada comercialmente "coquetel de leite e coco".

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (textos da Nota 3 do Capítulo 22 e da posição 22.08) e RGI 6 (texto da subposição 2208.70) da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 15 de dezembro de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 2008, e alterações posteriores.

CLAUDIA ELENA FIGUEIRA CARDOSO NAVARRO
Presidente do Comitê

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.392, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 2208.70.00 Mercadoria: Bebida com teor alcoólico de 16,5% em volume, constituída pela mistura de álcool etílico potável, açúcar, leite condensado, amido de milho, chocolate em pó, aroma de chocolate branco, corante caramelo-150d e água potável, apresentada em garrafas de 900 ml, denominada comercialmente "coquetel de leite e chocolate branco".

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (textos da Nota 3 do Capítulo 22 e da posição 22.08) e RGI 6 (texto da subposição 2208.70) da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 15 de dezembro de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 2008, e alterações posteriores.

CLAUDIA ELENA FIGUEIRA CARDOSO NAVARRO
Presidente do Comitê

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.393, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 2208.70.00 Mercadoria: Bebida com teor alcoólico de 16,5% em volume, constituída pela mistura de álcool etílico potável, açúcar, leite condensado, amendoim torrado, corante caramelo 150d e água potável, apresentada em garrafas de 900 ml, denominada comercialmente "coquetel de leite e amendoim".

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (textos da Nota 3 do Capítulo 22 e da posição 22.08) e RGI 6 (texto da subposição 2208.70) da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 15 de dezembro de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 2008, e alterações posteriores.

CLAUDIA ELENA FIGUEIRA CARDOSO NAVARRO
Presidente do Comitê

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.394, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 2208.70.00 Mercadoria: Bebida com teor alcoólico de 16,5% em volume, constituída pela mistura de álcool etílico potável, açúcar, leite condensado, extrato natural de cacau, corante caramelo 150d e água potável, apresentada em garrafas de 900 ml, denominada comercialmente "coquetel de álcool etílico potável e extrato de cacau".

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (textos da Nota 3 do Capítulo 22 e da posição 22.08) e RGI 6 (texto da subposição 2208.70) da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 15 de dezembro de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 2008, e alterações posteriores.

CLAUDIA ELENA FIGUEIRA CARDOSO NAVARRO
Presidente do Comitê

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.395, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 2208.70.00 Mercadoria: Bebida com teor alcoólico de 16,5% em volume, constituída pela mistura de álcool etílico potável, açúcar, leite condensado, extrato de marula, extrato de cacau, extrato de guaraná, corante caramelo 150d e água potável, apresentada em garrafas de 900 ml, denominada comercialmente "coquetel de leite com aroma de marula, cacau e guaraná".

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (textos da Nota 3 do Capítulo 22 e da posição 22.08) e RGI 6 (texto da subposição 2208.70) da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 15 de dezembro de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 2008, e alterações posteriores.

CLAUDIA ELENA FIGUEIRA CARDOSO NAVARRO
Presidente do Comitê

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.396, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 2208.70.00 Mercadoria: Bebida com graduação alcóolica de 15% em volume, constituída pela mistura de álcool etílico potável, açúcar, leite condensado, polpa de pêssego, conservador sorbato de potássio-202, corante artificial amarelo crepúsculo-110 e água potável, apresentada em garrafas de 900 ml, denominada comercialmente "licor de pêssego e leite condensado fino".

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800061

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (textos da Nota 3 do Capítulo 22 e da posição 22.08) e RGI 6 (texto da subposição 2208.70) da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 15 de dezembro de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 2008, e alterações posteriores.

CLAUDIA ELENA FIGUEIRA CARDOSO NAVARRO
Presidente do Comitê

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.399, DE 25 DE SETEMBRO DE 2017

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8473.40.90 Mercadoria: Cartucho de tinta para duplicador digital a estêncil, apresentado em diversos modelos.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (Nota 2 b) da Seção XVI e texto da posição 84.73), RGI 6 (texto da subposição 8473.40) e RGC 1 (texto do item 8473.40.90) da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 8.950, de 2016.

MARCO ANTÔNIO RODRIGUES CASADO
Presidente da 5ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.400, DE 25 DE SETEMBRO DE 2017

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8517.70.91 Mercadoria: Carcaça plástica para transceptor portátil de voz do tipo walkie talkie.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (Nota 2 b) da Seção XVI e texto da posição 85.17), RGI 6 (texto da subposição 8517.70) e RGC 1 (textos do item 8517.70.9 e do subitem 8517.70.91) da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 8.950, de 2016.

MARCO ANTÔNIO RODRIGUES CASADO
Presidente da 5ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.401, DE 25 DE SETEMBRO DE 2017

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8517.70.99 Mercadoria: Botão seletor de canal, de plástico (poliuretano e policarbonato), para transceptor portátil de voz do tipo walkie talkie.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (Nota 2 b) da Seção XVI e texto da posição 85.17), RGI 6 (texto da subposição 8517.70) e RGC 1 (textos do item 8517.70.9 e do subitem 8517.70.99) da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 8.950, de 2016.

MARCO ANTÔNIO RODRIGUES CASADO
Presidente da 5ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.402, DE 25 DE SETEMBRO DE 2017

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8517.70.99 Mercadoria: Botão regulador de volume, de plástico (poliuretano e policarbonato), para transceptor portátil de voz do tipo walkie talkie.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (Nota 2 b) da Seção XVI e texto da posição 85.17), RGI 6 (texto da subposição 8517.70) e RGC 1 (textos do item 8517.70.9 e do subitem 8517.70.99) da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 8.950, de 2016.

MARCO ANTÔNIO RODRIGUES CASADO
Presidente da 5ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.403, DE 25 DE SETEMBRO DE 2017

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 5911.90.00 Mercadoria: Artigo de falso tecido, revestido de matéria adesiva, apresentado em forma circular com corte ao longo de uma secante da sua circunferência, utilizado para proteger os alto-falantes de determinados walkie talkies contra o acúmulo de resíduos.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (Nota 7 b) do Capítulo 59 e texto da posição 59.11) e RGI 6 (texto da subposição 5911.90.00) da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 2008, e alterações posteriores.

MARCO ANTÔNIO RODRIGUES CASADO
Presidente da 5ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.404, DE 25 DE SETEMBRO DE 2017

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 9507.10.00 Mercadoria: Acessório plástico a ser fixado em vara de pesca telescópica com o intuito de acomodar a linha, comercialmente denominado "enrolador de linha para varas telescópicas".

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (Nota 3 do Capítulo 95 e texto da posição 95.07) e RGI 6 (Nota 3 do Capítulo 95 e texto da subposição 9507.10.00) da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 2008, e alterações posteriores.

MARCO ANTÔNIO RODRIGUES CASADO
Presidente da 5ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.410, DE 25 DE SETEMBRO DE 2017

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 1404.90.90 Mercadoria: Endocarpo do babaçu, camada dura mais interna da casca do coco de babaçu, comercializado em blocos ou pedaços picados, utilizado como combustível de caldeiras.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 14.04), RGI 6 (texto da subposição 1404.90) e RGC-1 (texto do item 1404.90.90), da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 2008, e alterações posteriores.

MARCO ANTÔNIO RODRIGUES CASADO
Presidente da 5ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.411, DE 25 DE SETEMBRO DE 2017

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8483.60.19 Mercadoria: Embreagem do ventilador do sistema de arrefecimento dos motores de veículos automóveis, cuja atuação (acoplamento e desacoplamento) utiliza um óleo viscoso (silicone) confinado no reservatório formado entre a tampa e a placa divisória da embreagem, comercialmente denominada "embreagem viscosa do ventilador" (Visco Fan Clutch).

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (Nota 2 a) da Seção XVI e texto da posição 84.83), RGI 6 (texto da subposição 8483.60) e RGC-1 (textos do item 8483.60.1 e do subitem 8483.60.19), da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 2008, e alterações posteriores.

MARCO ANTÔNIO RODRIGUES CASADO
Presidente da 5ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.412, DE 25 DE SETEMBRO DE 2017

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8516.71.00 Mercadoria: Cafeteira automática, destinada à preparação de cafés expressos e bebidas quentes com leite, como cappuccino e latte macchiato, com recipiente de café em grãos (500 g), moedor de café, reservatório de água removível (2,5 litros), recipientes extras para café e água, jarra de leite integrada (0,5 litro), interface multibebidas e display de LCD, comercialmente denominada "cafeteira espresso automática".

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 85.16) e RGI 6 (textos da subposição de primeiro nível 8516.7 e da subposição de segundo nível 8516.71), constantes da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 2008, e alterações posteriores.

MARCO ANTÔNIO RODRIGUES CASADO
Presidente da 5ª Turma

COORDENAÇÃO DE TRIBUTOS SOBRE A PRODUÇÃO E O COMÉRCIO EXTERIOR

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 99.120, DE 25 DE SETEMBRO DE 2017

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS

EMENTA: BEBIDAS FRIAS. SUCESSÃO DE REGIMES TRIBUTÁRIOS. ESTOQUE DE ABERTURA. CRÉDITOS. ALÍQUOTA. LEI APLICÁVEL.

Em 01.05.2015, as bebidas frias que se sujeitavam ao regime de tributação da Cofins previsto nos arts. 58-A a 58-V da Lei nº 10.833/2003 passaram a ser tributadas pelo regime previsto nos arts. 14 e 24 a 39 da Lei nº 13.097/2015.

A aquisição de bebidas frias sob a égide do regime da Lei nº 10.833/2003 não gera direitos aos créditos básicos e presumidos da Cofins previstos, respectivamente, nos arts. 30 e 31 da Lei nº 13.097/2015.

Desde 01.05.2015, as receitas decorrentes das vendas das bebidas frias citadas no art. 14 da Lei nº 13.097/2015 sujeitam-se ao regime tributário dos arts. 14 a 39 dessa lei, ainda que essas bebidas tenham sido adquiridas na vigência do regime tributário dos arts. 58-A a 58-V da Lei nº 10.833/2003.

Vinculada à Solução de Consulta Cosit nº 420, de 12 de setembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2017

DISPOSITIVOS LEGAIS: CTN, art. 108; Lei nº 13.097/2015, arts. 14 a 39; Lei nº 10.833/2003, art. 3º, inciso I e §§ 1º e 13 e art. 12, § 5º.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

EMENTA: BEBIDAS FRIAS. SUCESSÃO DE REGIMES TRIBUTÁRIOS. ESTOQUE DE ABERTURA. CRÉDITOS. ALÍQUOTA. LEI APLICÁVEL.

Em 01.05.2015, as bebidas frias que se sujeitavam ao regime de tributação da Contribuição para o PIS/Pasep previsto nos arts. 58-A a 58-V da Lei nº 10.833/2003 passaram a ser tributadas pelo regime previsto nos arts. 14 e 24 a 39 da Lei nº 13.097/2015.

A aquisição de bebidas frias sob a égide do regime da Lei nº 10.833/2003 não gera direitos aos créditos básicos e presumidos da Contribuição para o PIS/Pasep previstos, respectivamente, nos arts. 30 e 31 da Lei nº 13.097/2015.

Desde 01.05.2015, as receitas decorrentes das vendas das bebidas frias citadas no art. 14 da Lei nº 13.097/2015 sujeitam-se ao regime tributário dos arts. 14 a 39 dessa lei, ainda que essas bebidas tenham sido adquiridas na vigência do regime tributário dos arts. 58-A a 58-V da Lei nº 10.833/2003.

Vinculada à Solução de Consulta Cosit nº 420, de 12 de setembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2017

DISPOSITIVOS LEGAIS: CTN, art. 108; Lei nº 13.097/2015, arts. 14 a 39; Lei nº 10.637, de 2002, art. 3º, inciso I e § 1º, e art. 11, § 3º; Lei nº 10.833/2003, art. 3º, § 13 c/c art. 15, II.

OTHONIEL LUCAS DE SOUSA JUNIOR
Coordenador

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 47, DE 19 DE SETEMBRO DE 2017

Declara a nulidade do Ato Cadastral no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, da pessoa jurídica (MEI) que menciona, por ter sido constatado vício no mesmo.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, EM FORTALEZA-CE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 1º, inciso I da Portaria DRF/FOR/CE nº 142, de 16 de julho de 2012 (DOU de 17/07/2012) e art. 302, inciso IX; art. 303 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil -RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17.5.2012, c/c a Portaria RFB nº1.751 de 17 de dezembro de 2015 (DOU de 18/12/2015) e com base no inciso II, e parágrafos 1º e 2º, do artigo 35, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016 (DOU de 9.5.2016, SEÇÃO 1, PÁG.39), com observância da Ordem de Serviço SRRF03 nº 6, de 5 de maio de 2015, e tendo em vista o que consta no processo administrativo nº 10940.721.170/2017-11, declara:

NULA a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda CNPJ de Nº27.336.600/0001-81 do Microempreendedor Individual -MEI - VALDINEI DA COSTA PEREIRA (CPF Nº005.790.879-64), com endereço registrado na Rua Costa Freire, 2218, Parque São José, Fortaleza, Ceará, CEP: 60730-255, por ter sido constatado vício no ato cadastral da supracitada pessoa jurídica, com efeitos a partir de 20/03/2017, conforme o disposto no artigo 35, § 2º, da Instrução Normativa supracitada.

INIDÔNEOS e não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros, os documentos emitidos por essa pessoa jurídica, a partir de 20/03/2017.

EDILBERTO CAVALCANTE PORTO FILHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 48, DE 19 DE SETEMBRO DE 2017

Declara baixada de ofício a inscrição no Cadastral no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, da entidade que menciona, por ter sido constatado o cancelamento do seu registro no respectivo órgão de registro, em cumprimento de sentença judicial.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, EM FORTALEZA-CE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 1º, inciso I da Portaria DRF/FOR/CE nº 142, de 16 de julho de 2012 (DOU de 17/07/2012) e art. 302, inciso IX; art. 303 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil -RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17.5.2012, c/c a Portaria RFB nº1.751 de 17 de dezembro de 2015 (DOU de 18/12/2015) e com base no inciso II, e parágrafos 1º e 2º, do artigo 35, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016 (DOU de 9.5.2016, SEÇÃO 1, PÁG.39) e tendo em vista o que consta no processo administrativo nº 10380.727.295/2017-48, declara:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800062

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BAIXADA DE OFÍCIO a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda CNPJ de Nº07.307.717/0001-20 (Matriz), NE: FUNDAÇÃO EDUCATIVA DE ROTARIANOS DO CEARÁ com endereço registrado na Rua Dona Leopoldina, 663, Centro, Fortaleza, Ceará, CEP: 60110-000, por ter sido constatado o cancelamento do seu registro no respectivo órgão de registro, em cumprimento de sentença judicial, com efeitos a partir de 02/03/2005.

INIDÔNEOS e não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros, os documentos emitidos por essa pessoa jurídica, a partir de 02/03/2005.

EDILBERTO CAVALCANTE PORTO FILHO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 27, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL/RN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n º 203, de 14 de maio de 2012, considerando o disposto no Art. 2º da Instrução Normativa RFB 976, de 7 de dezembro de 2009, com as alterações dadas pela Instrução Normativa nº 1.011, de 23 de fevereiro de 2010 e Instrução Normativa nº 1.048, de 29 de junho de 2010 e face ao que consta do processo nº 10469.724434/2017-10, resolve:

Art. 1º - Conceder a inscrição no REGISTRO ESPECIAL instituído pela Lei nº 11.945, de junho de 2009 e alterações posteriores, ao contribuinte PARAMETRO AGENCIA DE NOTICIAS, COMUNICAÇÃO, MARKETING E EVENTOS LTDA, CNPJ 12.152.402/0001-90, situado na Rua SERIDO 747, PETROPOLIS, Natal/RN, que realiza operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, nas atividades de usuário (UP), sob o número UP-04201/00117.

Art. 2º - O estabelecimento inscrito fica obrigado ao cumprimento das normas previstas na Instrução Normativa RFB no 976/2009 e demais atos normativos que regem a matéria, sob pena de cancelamento do registro, na forma do Artigo 7° da mesma Instrução Normativa.

Art. 3° - Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO AURÉLIO DE ALBUQUERQUE FILHO

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4.034, DE 26 DE SETEMBRO DE 2017

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

LUCRO PRESUMIDO. SERVIÇOS HOSPITALARES. PERCENTUAL DE PRESUNÇÃO.

Para utilização do percentual de presunção de 8% (oito por cento), a ser aplicado sobre a receita bruta auferida no período de apuração pela pessoa jurídica, com vistas à determinação da base de cálculo do imposto, consideram-se serviços hospitalares aqueles que se vinculam às atividades desenvolvidas pelos hospitais, voltados diretamente à promoção da saúde, prestados pelos estabelecimentos assistenciais de saúde que desenvolvem as atividades previstas nas atribuições 1 a 4 da RDC Anvisa nº 50, de 2002. Desse conceito estão excluídas as simples consultas odontológicas, que não se identificam com as atividades prestadas no âmbito hospitalar, mas nos consultórios odontológicos.

Para fazer jus ao percentual de presunção referido, a prestadora dos serviços hospitalares deve, ainda, estar organizada, de fato e de direito, como sociedade empresária e atender às normas da Anvisa. Caso contrário, a receita bruta advinda da prestação dos serviços, ainda que caracterizados como hospitalares, estará sujeita ao percentual de presunção de 32% (trinta e dois por cento).

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA ÀS SOLUÇÕES DE CONSULTA COSIT NOS 36, DE 19 DE ABRIL DE 2016, E 150, DE 04 DE JUNHO DE 2014.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.249, de 1995, art. 15, caput e §§ 1º, III, "a" e 2º; IN RFB nº 1.234, de 2012, art. 30 (com redação dada pela IN RFB nº 1.540, de 2015); Nota Explicativa PGFN/CRJ nº 1.114, de 2012, Anexo, item 52.

Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

LUCRO PRESUMIDO. SERVIÇOS HOSPITALARES. PERCENTUAL DE PRESUNÇÃO.

Para utilização do percentual de presunção de 12% (doze por cento), a ser aplicado sobre a receita bruta auferida no período de apuração pela pessoa jurídica, com vistas à determinação da base de cálculo da contribuição, consideram-se serviços hospitalares aqueles que se vinculam às atividades desenvolvidas pelos hospitais, voltados diretamente à promoção da saúde, prestados pelos estabelecimentos assistenciais de saúde que desenvolvem as atividades previstas nas atribuições 1 a 4 da RDC Anvisa nº 50, de 2002. Desse conceito estão excluídas as simples consultas odontológicas, que não se identificam com as atividades prestadas no âmbito hospitalar, mas nos consultórios odontológicos.

Para fazer jus ao percentual de presunção referido, a prestadora dos serviços hospitalares deve, ainda, estar organizada, de fato e de direito, como sociedade empresária e atender às normas da Anvisa. Caso contrário, a receita bruta advinda da prestação dos serviços, ainda que caracterizados como hospitalares, estará sujeita ao percentual de presunção de 32% (trinta e dois por cento).

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA ÀS SOLUÇÕES DE CONSULTA COSIT NOS 36, DE 19 DE ABRIL DE 2016, E 150, DE 04 DE JUNHO DE 2014.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.249, de 1995, art. 15, caput e §§ 1º, III, "a" e 2º, e art. 20; IN RFB nº 1.234, de 2012, art. 30 (com redação dada pela IN RFB nº 1.540, de 2015); Nota Explicativa PGFN/CRJ nº 1.114, de 2012, Anexo, item 52.

FLÁVIO OSÓRIO DE BARROS
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4.035, DE 26 DE SETEMBRO DE 2017

Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

LUCRO PRESUMIDO. PERCENTUAL. SERVIÇOS MÉDICOS E HOSPITALARES.

A prestadora de serviços médicos e hospitalares elencados na legislação de regência pertinente, organizada sob a forma de sociedade simples e/ou que os execute com utilização de ambiente de terceiro, não poderá empregar o percentual reduzido, correspondente a 12% (doze por cento), incidente sobre a receita bruta auferida com a atividade, na determinação da base de cálculo presumida da CSLL. Destarte, aplica-se, na espécie, o percentual de 32% (trinta e dois por cento).

VINCULAÇÃO ÀS SOLUÇÕES DE CONSULTA COSIT Nº 227, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015, Nº 36, DE 19 DE ABRIL DE 2016, E Nº 260, DE 26 DE MAIO DE 2017.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.249, de 1995, arts. 15 e 20; Lei nº 9.430, de 1996, arts. 1º, 25, 28 e 29; Lei nº 10.406, de 2002, arts. 966 e 982; Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012, arts. 30, 31 e 38, II; Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 2017, arts. 33 e 215.

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

LUCRO PRESUMIDO. PERCENTUAL. SERVIÇOS MÉDICOS E HOSPITALARES.

A prestadora de serviços médicos e hospitalares elencados na legislação de regência pertinente, organizada sob a forma de sociedade simples e/ou que os execute com utilização de ambiente de terceiro, não poderá empregar o percentual reduzido, correspondente a 8% (oito por cento), incidente sobre a receita bruta auferida com a atividade, na determinação da base de cálculo presumida do IRPJ. Destarte, aplica-se, na espécie, o percentual de 32% (trinta e dois por cento).

VINCULAÇÃO ÀS SOLUÇÕES DE CONSULTA COSIT Nº 227, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015, Nº 36, DE 19 DE ABRIL DE 2016, E Nº 260, DE 26 DE MAIO DE 2017.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.249, de 1995, arts. 15 e 20; Lei nº 9.430, de 1996, arts. 1º, 25, 28 e 29; Lei nº 10.406, de 2002, arts. 966 e 982; Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012, arts. 30, 31 e 38, II; Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 2017, arts. 33 e 215.

FLÁVIO OSÓRIO DE BARROS
Chefe

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 5ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 29 DE AGOSTO DE 2017

Declara alfandegada a instalação portuária de propriedade da empresa TERMINAL PORTUÁRIO COTEGIPE S/A, nos termos e condições que menciona.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 5ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência estabelecida no artigo 26 da Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, e tendo em vista o que consta do processo administrativo nº 12689.000534/2005-46, declara:

Art. 1o Alfandegada, a título permanente e em caráter precário, a instalação portuária marítima, modalidade terminal de uso privado, localizada na rodovia BA-528, Estrada da Base Naval de Aratu, s/n - Ponta do Fernandinho, São Tomé de Paripe, Salvador/BA, administrada pela empresa TERMINAL PORTUÁRIO COTEGIPE S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 40.561.649/0001-04, estabelecida no mesmo endereço, autorizada pela Secretaria dos Portos da Presidência da República - SEP/PR, com a interveniência da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, mediante o Contrato de Adesão nº 07/2016 - SEP/PR, de 15 de abril de 2016, a explorar o referido terminal, para movimentação e armazenagem de granéis sólidos, carga geral e carga conteinerizada, provenientes de transporte aquaviário ou a ele destinados.

Art. 2º O prazo de vigência do alfandegamento corresponde ao do Contrato de Adesão nº 07/2016 - SEP/PR, de 15 de abril de 2016, ou seja, 14 de abril de 2041, sendo o alfandegamento passível de suspensão ou cancelamento por aplicação de sanção administrativa, nos termos da legislação pertinente, ou extinção a pedido do interessado.

Parágrafo único. A instalação portuária será ainda desalfandegada no caso de anulação ou cassação da autorização, previstas na cláusula décima quinta do Contrato de Adesão nº 07/2016 - SEP/PR, de 15 de abril de 2016.

Art. 3º A área alfandegada abrange 11 (onze) silos, 2 (dois) armazéns e 1 (um) píer com 2 (dois) berços de atracação, perfazendo uma área total de 179.955,40 m2, com capacidade total de armazenamento de 396.000 toneladas.

Art. 4º A fiscalização aduaneira será exercida, em caráter eventual, sobre as operações previstas nos incisos I a VI do art. 28 da Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011.

Art. 5º O recinto ora alfandegado ficará sob a jurisdição da Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Salvador, que poderá estabelecer as rotinas operacionais necessárias.

Art. 6º Fica mantido o código Siscomex 5.92.14.03 para o recinto alfandegado.

Art. 7º Fica anulado o Ato Declaratório Executivo SRRF05 nº 3, de 22 de maio de 2017, publicado no D.O.U. em 29 de maio de 2017, por ter sido editado com erro na referência ao ato de autorização para exploração da instalação portuária e, consequentemente, no prazo de alfandegamento.

Art. 8º Fica revogado o Ato Declaratório Executivo nº 21, de 9 de setembro de 2015.

Art. 9º Este ato entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 29 de maio de 2017, ficando convalidados todos os atos praticados desde esta data.

FRANCISCO LESSA RIBEIRO JÚNIOR

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 13, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

Atualiza as capacidades dos recipientes, relativo ao Registro Especial nº 06104/027.

O CHEFE DA SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA-MG, por delegação de competência conferida através do artigo 5º da Portaria DRF/JFA/MG nº 59, de 14 de junho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 19 de junho de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e de acordo com o processo administrativo nº 10640.000010/2001-52, declara:

Art.1º - O estabelecimento da empresa ALAMBIQUE CALAMBAU LTDA - ME, CNPJ 02.953.275/0001-75, situada na Fazenda Novo Calambau,s/nº, Engenho Novo, Mar de Espanha, MG, está inscrito no Registro Especial sob o nº 06104/048 e 06104/027, como produtor e engarrafador, conforme Atos Declaratórios Executivos nº 9, de 30 de abril de 2003 e nº 21, de 2 de maio de 2005, da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Juiz de Fora - MG.

Art. 2º - O estabelecimento supra citado está autorizado a produzir, engarrafar e comercializar os produtos abaixo discriminados:

MARCAS COMERCIAIS	CAPACIDADE DOS RECIPIENTES (ml)
CAIPIRONA	50, 600, 670, 700 e 1000
FONTE VELHA	50, 600, 670, 700 e 1000
LEVIANA	50, 670, 700 e 1000
MANOEL & JUAQUIM	50, 670, 700 e 1000

Art. 3º - A presente autorização poderá ser cancelada a qualquer tempo em caso de inobservância, pela beneficiária, de qualquer dos requisitos que condicionaram a concessão do Registro Especial.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DIOGO RAMALHO VASCONCELOS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERLÂNDIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 23, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

Habilita pessoa jurídica ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi) instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERLÂNDIA-MG, no uso da competência prevista no inciso VI do art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e no art. 11 da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, tendo em vista o disposto nos arts. 1º a 5º da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de junho de 2007, e na Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e considerando o que consta do Processo nº 10825.722245/2017-06, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800063

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º Conceder à pessoa jurídica a seguir identificada a habilitação para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi), instituído pela Lei nº 11.488, de 2007, e regulamentado pelo Decreto nº 6.144, de 2007:

Nome Empresarial: Guimarania I Solar SPE Ltda.
CNPJ: 24.440.015/0001-39.
Descrição do Projeto: Projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada "UFV Guimarania 1", cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.MG.034073-1.01, compreendendo: I - Trinta Unidades Geradoras de 1.000 kW, totalizando 30.000 kW de capacidade instalada; e II - Sistema de Transmissão de Interesse Restrito constituído de uma Subestação Elevadora de 20/138 kV, junto à Central Geradora, e uma Linha de Transmissão em 138 kV, com cerca de dois quilômetros de extensão, em Circuito Duplo, interligando a Subestação Elevadora ao Seccionamento da Linha de Transmissão Patrocínio - Patos de Minas 1, de propriedade da Cemig Distribuição S.A.
Localidade do Projeto: Município de Guimarânia-MG.
Titular do Projeto: Guimarania I Solar SPE Ltda., CNPJ nº 24.440.015/0001-39.
Nº da Portaria de Aprovação do Projeto: Portaria nº 238, de 9 de agosto de 2017, da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério das Minas e Energia, publicada no DOU de 10 de agosto de 2017, seção 1, págs. 61 e 62.
Período de Execução: de 01/06/2017 a 30/09/2018.
Setor de Infraestrutura: Energia.

Art. 2º No caso de aquisição com suspensão da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, a pessoa jurídica vendedora ou prestadora de serviços deve fazer constar na nota fiscal o número da portaria que aprovou o projeto, o número do ato que concedeu a habilitação ao Reidi à pessoa jurídica adquirente, conforme determina o art. 11 do Decreto nº 6.144, de 2007, e, conforme o caso, a expressão:

I - "Venda de bens efetuada com suspensão da exigência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins", com a especificação do dispositivo legal correspondente; ou

II - "Venda de serviços efetuada com suspensão da exigência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins", com a especificação do dispositivo legal correspondente.

Art. 3º Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado, no prazo de trinta dias, contado da data em que adimplido o objeto do contrato, o cancelamento da respectiva habilitação.

Art. 4º O cancelamento da habilitação ocorrerá de ofício, sempre que se apure que o beneficiário não satisfazia ou deixou de satisfazer, ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para habilitação ao regime.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

VALTAIR SOARES FERREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 24, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

Habilita pessoa jurídica ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi) instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERLÂNDIA-MG, no uso da competência prevista no inciso VI do art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e no art. 11 da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, tendo em vista o disposto nos arts. 1º a 5º da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de junho de 2007, e na Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e considerando o que consta do Processo nº 10825.722244/2017-53, resolve:

Art. 1º Conceder à pessoa jurídica a seguir identificada a habilitação para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi), instituído pela Lei nº 11.488, de 2007, e regulamentado pelo Decreto nº 6.144, de 2007:

Nome Empresarial: Guimarania II Solar SPE Ltda.
CNPJ: 24.440.032/0001-76.
Descrição do Projeto: Projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada "UFV Guimarania 2", cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.MG.034074-0.01, compreendendo: I - Trinta Unidades Geradoras de 1.000 kW, totalizando 30.000 kW de capacidade instalada; e II - Sistema de Transmissão de Interesse Restrito constituído de uma Subestação Elevadora de 20/138 kV, junto à Central Geradora, e uma Linha de Transmissão em 138 kV, com cerca de dois quilômetros de extensão, em Circuito Duplo, interligando a Subestação Elevadora ao Seccionamento da Linha de Transmissão Patrocínio - Patos de Minas 1, de propriedade da Cemig Distribuição S.A.
Localidade do Projeto: Município de Guimarânia-MG.
Titular do Projeto: Guimarania II Solar SPE Ltda., CNPJ nº 24.440.032/0001-76.
Nº da Portaria de Aprovação do Projeto: Portaria nº 237, de 9 de agosto de 2017, da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério das Minas e Energia, publicada no DOU de 10 de agosto de 2017, seção 1, pág. 61.
Período de Execução: de 01/06/2017 a 30/09/2018.
Setor de Infraestrutura: Energia.

Art. 2º No caso de aquisição com suspensão da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, a pessoa jurídica vendedora ou prestadora de serviços deve fazer constar na nota fiscal o número da portaria que aprovou o projeto, o número do ato que concedeu a habilitação ao Reidi à pessoa jurídica adquirente, conforme determina o art. 11 do Decreto nº 6.144, de 2007, e, conforme o caso, a expressão:

I - "Venda de bens efetuada com suspensão da exigência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins", com a especificação do dispositivo legal correspondente; ou

II - "Venda de serviços efetuada com suspensão da exigência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins", com a especificação do dispositivo legal correspondente.

Art. 3º Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado, no prazo de trinta dias, contado da data em que adimplido o objeto do contrato, o cancelamento da respectiva habilitação.

Art. 4º O cancelamento da habilitação ocorrerá de ofício, sempre que se apure que o beneficiário não satisfazia ou deixou de satisfazer, ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para habilitação ao regime.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

VALTAIR SOARES FERREIRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VOLTA REDONDA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

Prorroga outorga para prestação de serviços de perícia para identificação e quantificação de mercadorias importadas e a exposrtar.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VOLTA REDONDA-RJ, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 13 da Instrução Normativa RFB nº 1.020 de 31 de março de 2010, resolve:

Art. 1º Prorrogar pelo período de 2 (dois) anos, a outorga para prestação de serviços de perícia para identificação e quantificação de mercadorias importadas e a exportar no âmbito da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Volta Redonda, aos profissionais credenciados pelo Ato Declaratório Executivo n° 31, de 28 de setembro de 2015, publicado no DOU de 30 de setembro de 2015, Seção 1, página 24.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos no período de 01/10/2017 a 30/09/2019.

ALEXANDRE CORRÊA LISBÔA

PORTARIA Nº 44, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

Delega Competência

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VOLTA REDONDA-RJ, no uso de suas atribuições, considerando as normas estabelecidas pelos artigos 11 e 12 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentadas pelo Decreto nº 83.937, de 06 de setembro de 1979, e suas alterações, artigo 12 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, considerando, ainda, o art. 306 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria do Ministro de Estado da Fazenda nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012, resolve:

Art. 1º Delegar competência aos servidores lotados na Seção de Tecnologia da Informação - SATEC para praticarem o seguinte ato:

I. executar os procedimentos necessários à atualização dos cadastros da RFB;

Art. 2° - Em todos os atos praticados em função das competências ora delegadas, deverão ser mencionados, após a assinatura, o número e a data da presente Portaria.

Art. 3° - Fica expressamente vedada à subdelegação das atividades cuja competência foi delegada através desta Portaria.

Art. 4° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando convalidados os atos praticados pelas chefias ora delegadas.

ALEXANDRE CORRÊA LISBÔA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 148, DE 26 DE SETEMBRO DE 2017

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação para operar no Regime de Suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS para aquisição de matérias-primas (MP), produtos intermediários (PI) e materiais de embalagem (ME) por pessoa jurídica preponderantemente exportadora, instituído pela Lei 11.196, de 2005

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012 e, considerando o que consta do processo nº 11707.720458/2017-02, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime de Suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS para aquisição de matérias-primas (MP), produtos intermediários (PI) e materiais de embalagem (ME), instituído pela Lei 11.196, de 2005, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 595, de 27 de dezembro de 2005, publicada no D.O.U. de 30 de dezembro de 2005.

EMPRESA: GLENCORE IMPORTADORA E EXPORTADORA S.A.

CNPJ nº 32.441.636/0001-65

Art. 2º - Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MONICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 149, DE 26 DE SETEMBRO DE 2017

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa SRF nº 758/2007.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 11, caput, da Instrução Normativa nº 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007, com suas alterações posteriores e, considerando o que consta do processo nº 11707.720527/2017-70, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007, consoante o disposto no artigo 11, da Instrução Normativa nº 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007, com suas alterações posteriores, nos exatos termos da Portaria (SPDEMME) nº 109/2017, de 2 de maio de 2017 do Ministério de Minas e Energia, publicada no D.O.U. de 3 de maio de 2017.

EMPRESA: ITUMBIARA TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A

CNPJ nº 07.081.467/0001-52

CEI Nº - Não possui, art.19, II, "c" e o art 26, I, ambos, da IN RFB 971/2009

NOME DO PROJETO: Reforços na Subestação Ribeirãozinho.

ATO AUTORIZATIVO: Resolução autorizativa ANEEL nº 6.118, de 8 de novembro de 2016 combinado com art.4º , inciso III , da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013.

SETOR DE INFRAESTRUTURA: Geração e Transmissão de Energia.

PRAZO ESTIMADO DE EXECUÇÃO: 31/05/2017 a 31/05/2019, conforme o disposto na Portaria (SPDEMME) nº 109/2017.

Art. 2º - O benefício no REIDI poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 05 (cinco) anos contados da data da habilitação da pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura (Lei nº 11.488/2007, art. 5º).

Art. 3º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 4º - Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MONICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 150, DE 26 DE SETEMBRO DE 2017

Concede, à pessoa jurídica que menciona, co-habilitação para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa SRF nº 758/2007.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 11, caput, da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007, com suas alterações posteriores e, considerando o que consta do processo nº 11707.720737/2017-68, resolve:

Art. 1º - Co-Habilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007, consoante o disposto no artigo 11, da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007, com suas alterações posteriores, considerando para tal ter sido contratada pela empresa titular do projeto - GUAIMBÉ II PARQUE SOLAR S.A. CNPJ nº: 21.904.039/0001-03, para prestar serviços relacionados à execução do projeto aprovado pela Portaria (SPDE) nº 349 de 23 de novembro de 2015, do Ministério de Minas e Energia, publicada no D.O.U. de 24 de novembro de 2015, o qual, mencione-se, está habilitado no REIDI por intermédio do ADE nº 705, de 29 de agosto de 2016, publicado no D.O.U. de 31 de agosto de 2016, emitido pela DRF/RIO DE JANEIRO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800064

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

EMPRESA: COBRA BRASIL SERVIÇOS, COMUNICAÇÕES E ENERGIA S.A.

CNPJ nº 08.928.273/0001-02

CEI nº 51.239.13279/78.

NOME DO PROJETO: UFV Guaimbé II,

ATO AUTORIZATIVO: PORTARIA MME Nº 258 DE 11 DE JUNHO DE 2015 - Leilão nº 08/2014 - ANEEL

SETOR DE INFRAESTRUTURA: Transmissão de Energia. Elétrica

PRAZO ESTIMADO DE EXECUÇÃO: junho/2015 a julho/2017 .

Art. 2º - Os benefícios do REIDI poderão ser usufruídos nas aquisições e importações realizadas no período de 05 (cinco) anos contados da data da habilitação da pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura (Lei nº 11.488/2007, art. 5º c/c art. 4º, § único do Decreto nº 6.144/2007).

Art. 3º - A presente co-habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 4º - Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MONICA PAES BARRETO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL

PORTARIA Nº 91, DE 26 DE SETEMBRO DE 2017

Transfere, temporariamente, competências entre Unidades da 8ª Região Fiscal, relativas à exclusão de contribuintes do Simples e do Simples Nacional e à suspensão de imunidades e isenções tributárias.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 8ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 300 e o parágrafo 1º do artigo 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e tendo em vista as competências previstas nos artigos 226, inciso VII, 241, inciso III, 242, 226, inciso III, e 302, incisos II e VII, do mesmo Regimento Interno, resolve:

Art. 1º Transferir, temporariamente, da Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Administração Tributária - DERAT-SP para a Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Fiscalização - DEFIS-SP a competência para a execução das seguintes atividades, em relação às empresas que estejam em procedimentos de fiscalização, iniciados pela DEFIS-SP:

I - exclusão de contribuintes do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) e do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples);

II - suspensão de imunidades e isenções tributárias.

Art. 2º A competência constante do artigo anterior será exercida pela DEFIS-SP sem prejuízo da competência original da DERAT-SP.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, com vigência até 31 de dezembro de 2018.

JOSÉ GUILHERME ANTUNES DE VASCONCELOS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARARAQUARA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 18, DE 26 DE SETEMBRO DE 2017

Concede habilitação no Regime Especial de Entreposto Industrial sob Controle Informatizado do Sistema Público de Escrituração Digital (Recof-Sped) à pessoa jurídica que especifica.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da(s) atribuição(ões) que lhe confere(m) o(s) inciso(s) II, VII e IX do art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 7º da Instrução Normativa RFB nº 1.612, de 26 de Janeiro de 2016, e no art. 3º da Portaria Coana nº 47 de 30 de Junho de 2016, declara:

Art. 1º Fica a empresa HUSQVARNA DO BRASIL IND. E COM. DE PROD. P/FLOR. E JARDIM LTDA, CNPJ n° 04.098.470/0001-90, e seus estabelecimentos abaixo relacionados, habilitada a operar o Regime Especial de Entreposto Industrial sob Controle Informatizado do Sistema Público de Escrituração Digital (Recof-Sped), nos termos e condições estabelecidos pela Instrução Normativa RFB n° 1.612, de 2016, e pela Portaria Coana nº 47 de 30 de Junho de 2016;

RELAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DA EMPRESA AUTORIZADOS A OPERAR NO REGIME:

Relação de CNPJ
04.098.470/0001-90

Art. 2º A habilitação a que se refere o artigo anterior é concedida a título precário, podendo ser cancelada ou suspensa a qualquer momento, nos casos de descumprimento das condições estabelecidas ou de infringência de disposições legais ou regulamentares, sem prejuízo da aplicação de penalidade específica.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MICHEL RENATO MANZOLLI BALLESTERO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUNDIAÍ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 31, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUNDIAÍ/SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 302, IX, e 314, VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012, e tendo em vista o estabelecido nos arts. 1°, 2° e 3° da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e o que consta no dossiê nº 10010.038594/0817-17, declara:

Artigo 1º - Autorizar o fornecimento de 19.200 (Dezenove Mil e Duzentos) selos de controle "Uísque/Amarelo", para produto estrangeiro a ser selado no exterior, conforme pedido protocolado em 22/08/2017, ao contribuinte BACARDI MARTINI DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, CNPJ nº 59.104.737/0015-00, inscrito no Registro Especial para atividade de Importador de bebidas alcoólicas, sob nº 08124/080 - ADE nº 12, de 27 de Março de 2017, conforme tabela abaixo:

Marca Comercial	Características do produto	Unidades	Caixas
Jim Beam Black	Em caixas de 12 garrafas de 1000 ml de Bourbon Whisky de graduação alcoólica de 40%	3.528	294
Jim Beam White	Em caixas de 12 garrafas de 1000 ml de Bourbon Whisky de graduação alcoólica de 40%	15.672	1306

Artigo 2º - O importador terá o prazo de quinze dias, contados da publicação deste Ato Declaratório Executivo, para efetuar o pagamento dos selos e retirá-los nesta Delegacia da Receita Federal do Brasil.

Artigo 3º - Ocorrendo o descumprimento do prazo a que se refere o artigo 2º deste Ato Declaratório Executivo, fica sem efeito a autorização para a importação.

Artigo 4º - O presente Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial da União.

ANTONIO ROBERTO MARTINS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 32, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUNDIAÍ/SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 302, IX, e 314, VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012, e tendo em vista o estabelecido nos arts. 1°, 2° e 3° da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e o que consta no dossiê nº 10010.049399/0817-12, declara:

Artigo 1º - Autorizar o fornecimento de 11.232 (Onze Mil, Duzentos e Trinta e Dois) selos de controle "Uísque/Amarelo", para produto estrangeiro a ser selado no exterior, conforme pedido protocolado em 28/08/2017, ao contribuinte BACARDI MARTINI DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, CNPJ nº 59.104.737/0015-00, inscrito no Registro Especial para atividade de Importador de bebidas alcoólicas, sob nº 08124/080 - ADE nº 12, de 27 de Março de 2017, conforme tabela abaixo:

Marca Comercial	Características do produto	Unidades	Caixas
Dewar's 12YO	Em caixas de 06 garrafas de 1 litro, 40GL, idade 12 anos.	7200	1200
Dewar's 18YO	Em caixas de 06 garrafas de 750 ml, 40GL, idade 18 anos.	372	62
Dewar's Signature	Em caixas de 04 garrafas de 750 ml, 40GL, idade 12 anos.	60	15
Dewar's 12YO	Em caixas de 06 garrafas de 750 ml, 40GL, idade 12 anos.	3600	600

Artigo 2º - O importador terá o prazo de quinze dias, contados da publicação deste Ato Declaratório Executivo, para efetuar o pagamento dos selos e retirá-los nesta Delegacia da Receita Federal do Brasil.

Artigo 3º - Ocorrendo o descumprimento do prazo a que se refere o artigo 2º deste Ato Declaratório Executivo, fica sem efeito a autorização para a importação.

Artigo 4º - O presente Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial da União.

ANTONIO ROBERTO MARTINS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 33, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUNDIAÍ/SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 302, IX, e 314, VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012, e tendo em vista o estabelecido nos arts. 1°, 2° e 3° da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e o que consta no dossiê nº 10010.009071/0917-26, declara:

Artigo 1º - Autorizar o fornecimento de 28.500 (Vinte e Oito Mil e Quinhentos) selos de controle "Uísque/Amarelo", para produto estrangeiro a ser selado no exterior, conforme pedido protocolado em 06/09/2017, ao contribuinte BACARDI MARTINI DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, CNPJ nº 59.104.737/0015-00, inscrito no Registro Especial para atividade de Importador de bebidas alcoólicas, sob nº 08124/080 - ADE nº 12, de 27 de Março de 2017, conforme tabela abaixo:

Marca Comercial	Características do produto	Unidades	Caixas
Maker's Mark	Em caixas de 12 garrafas de 750 ml, 40GL, idade até 4 anos.	5700	475
Jim Beam Black	Em caixas de 12 garrafas de 1.000 ml, 40GL, idade até 8 anos.	5700	475
Jim Beam White	Em caixas de 12 garrafas de 1.000 ml, 40GL, idade até 8 anos.	17100	1425

Artigo 2º - O importador terá o prazo de quinze dias, contados da publicação deste Ato Declaratório Executivo, para efetuar o pagamento dos selos e retirá-los nesta Delegacia da Receita Federal do Brasil.

Artigo 3º - Ocorrendo o descumprimento do prazo a que se refere o artigo 2º deste Ato Declaratório Executivo, fica sem efeito a autorização para a importação.

Artigo 4º - O presente Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial da União.

ANTONIO ROBERTO MARTINS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800065

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 62, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

Cancela Registro Especial de Bebidas que trata a IN RFB nº1.432/2013.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA/SP, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 302 e 314, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil- RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e de acordo com o disposto no artigo 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, na forma do despacho exarado no processo 10010.028113/0917-28, declara:

CANCELADOS de ofício os Registros Especiais de Produtor nº 08110/0042 e de Engarrafador nº 08110/0043 de produtos que trata a IN RFB nº 1.432/2013 e alterações posteriores, do estabelecimento da empresa CANA BRAZILIS INDUSTRIA E COMERCIO DE BEBIDAS LTDA, CNPJ nº 08.634.070/0001-03, com endereço na Rodovia SP 157, Km 09, s/nº, bairro Fazenda Flora do Pinhal, Itapetininga-SP.

Ficam revogados os Atos Declaratórios Executivos nºs 15 e 16, ambos de 22 de abril de 2009.

O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO JOSE BRANCO PESSOA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 63, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

Cancela Registro Especial de Bebidas que trata a IN RFB nº1.432/2013.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA/SP, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 302 e 314, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil- RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e de acordo com o disposto no artigo 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, na forma do despacho exarado no processo 10010.028122/0917-19, declara:

CANCELADO de ofício o Registro Especial de Produtor e de Engarrafador nº 08110/0027 de produtos que trata a IN RFB nº 1.432/2013 e alterações posteriores, do estabelecimento da empresa Octton Industria e Comercio de Bebidas Ltda - ME, CNPJ nº 08.704.814/0001-19, com endereço na Avenida Itavuvu, 3.715, setor B, jardim Santa Cecilia, Sorocaba-SP.

Fica revogado o Ato Declaratório Executivo nº 14, de 18 de outubro de 2007.

O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO JOSE BRANCO PESSOA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 64, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

Cancela Registro Especial de Bebidas que trata a IN RFB nº1.432/2013.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA/SP, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 302 e 314, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil- RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e de acordo com o disposto no artigo 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e no artigo 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, na forma do despacho exarado no processo 10010.028173/0917-41, declara:

CANCELADO de ofício o Registro Especial de Produtor e de Engarrafador nº 08110/0020 de produtos que trata a IN RFB nº 1.432/2013 e alterações posteriores, do estabelecimento da empresa Coal de São Roque Comercio e Representação Ltda, CNPJ nº 96.388.145/0001-80, com endereço à Travessa da Estrada do Vinho nº 139/50, bairro Sorocamirim, São Roque-SP.

Fica revogado o Ato Declaratório Executivo nº 33, de 13 de outubro de 2003.

O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO JOSE BRANCO PESSOA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 65, DE 27 SETEMBRO DE 2017

Cancela Registro Especial de Bebidas que trata a IN RFB nº1.432/2013.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA/SP, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 302 e 314, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil- RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e de acordo com o disposto no artigo 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e no artigo 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, na forma do despacho exarado no processo 10010.028168/0917-38, declara:

CANCELADO de ofício o Registro Especial de Produtor e Engarrafador nº 08110/0024 de produtos que trata a IN RFB nº 1.432/2013 e alterações posteriores, do estabelecimento da empresa CAETE S/A INDUSTRIA E COMERCIO DE BEBIDAS, CNPJ Nº 70.939.558/0001-12, com endereço na Rodovia Raposo Tavares, KM 48, s/nº , bairro Vargem Grande, São Roque-SP.

Fica revogado o Ato Declaratório Executivo nº 3, de 03 de fevereiro de 2000.

O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO JOSE BRANCO PESSOA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 66, DE 27 DE SETEMBBRO

Cancela Registro Especial de Bebidas que trata a IN RFB nº1.432/2013.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA/SP, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 302 e 314, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil- RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e de acordo com o disposto no artigo 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e no artigo 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, na forma do despacho exarado no processo 10010.028128/0917-96, declara:

CANCELADOS de ofício os Registros Especiais de Produtor nº 08110/0062, de Engarrafador nº 08110/0063, e de Importador nº 08110/0060, de produtos que trata a IN RFB nº 1.432/2013 e alterações posteriores, do estabelecimento da empresa ADEGA ADIVANA INDUSTRIA E COMERCIO DE BEBIDAS E ALIMENTOS LTDA, CNPJ nº 13.414.573/0001-03, com endereço na avenida Vereador José Angelo Biagioni, 850, Ala C, bairro Pau D'Alho, Boituva-SP.

Ficam revogados os Atos Declaratórios Executivos nºs 13 e 14, ambos de 26 de fevereiro de 2013, e nº 83, de 18 de agosto de 2011.

O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO JOSE BRANCO PESSOA

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DE BRASIL DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 88, DE 25 DE SETEMBRO DE 2017

Declara a Baixa de Ofício de empresa perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e inidoneidade dos documentos fiscais por ela emitidos.

O AUDITOR-FISCAL DA RFB, matrícula SIAPECAD nº 1573224, com base no Art. 1º da Portaria Delex nº 123, de 05 de julho de 2016, publicada no DOU de 11/07/2016, que altera a Portaria Delex nº 5, de 3 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 03/02/2014, resolve:

Declarar BAIXADA a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da pessoa jurídica abaixo identificada, com fundamento no § 1º do Art. 80 da Lei nº 9.430/96 c/c a alínea "b" do inciso II do Art. 29 da IN RFB nº 1.634/2016, por sua inexistência de fato e tudo o mais que consta no processo administrativo abaixo mencionado:

Empresa: DTECH BRASIL COMERCIO DE MATERIAL PARA ESCRITORIO EIRELI

CNPJ: 10.389.234/0001-26

Processo: 10314.721975/2017-41

Declara-se a inidoneidade dos documentos fiscais emitidos pela empresa a partir da data de publicação deste ADE.

VICTOR VIGGIANO NEVES DE FREITAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 89, DE 25 DE SETEMBRO DE 2017

Declara a Baixa de Ofício de empresa perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e inidoneidade dos documentos fiscais por ela emitidos.

O AUDITOR-FISCAL DA RFB, matrícula SIAPECAD nº 1573224, com base no Art. 1º da Portaria Delex nº 123, de 05 de julho de 2016, publicada no DOU de 11/07/2016, que altera a Portaria Delex nº 5, de 3 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 03/02/2014, resolve:

Declarar BAIXADA a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da pessoa jurídica abaixo identificada, com fundamento no § 1º do Art. 80 da Lei nº 9.430/96 c/c as alíneas "a" e "d" do inciso II do Art. 29 da IN RFB nº 1.634/2016, por sua inexistência de fato e tudo o mais que consta no processo administrativo abaixo mencionado:

Empresa: JUMBO COMERCIO DE PRODUTOS ELETRONICOS EIRELI

CNPJ: 08.645.628/0001-56

Processo: 10314.721976/2017-96

Declara-se a inidoneidade dos documentos fiscais emitidos pela empresa a partir da data de publicação deste ADE.

VICTOR VIGGIANO NEVES DE FREITAS

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 187, DE 26 DE SETEMBRO DE 2017

Anular inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

O DELEGADO DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, com fundamento no artigo 305, VIII da Portaria MF nº 203 de 14 de maio de 2012, bem como no artigo 35, parágrafo 1º da Instrução Normativa RFB nº 1634 de 06 de maio de 2016, resolve:

Anular a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do contribuinte descrito abaixo. A anulação da inscrição é motivada pelo vício na inscrição, conforme previsto no inciso II do art. 35 e artigo 36 da Instrução Normativa RFB nº 1634 de 06 de maio de 2016.

PROCESSO: 13422.720053/2015-16

CONTRIBUINTE: ADRIANA DE OLIVEIRA 04456082429

CNPJ: 13.161.413/0001-08

PROCESSO: 14055.720277/2015-16

CONTRIBUINTE: FABIANO MATHNE ARAUJO 86368729104

CNPJ: 14.872.423/0001-06

PROCESSO: 11290.720206/2015-42

CONTRIBUINTE: RONIERI DOS SANTOS CORDEIRO 80345190572

CNPJ: 16.368.555/0001-20

PROCESSO: 11040.720933/2015-51

CONTRIBUINTE: DARCY NUNES RODRIGUES 30198712049

CNPJ: 21.327.116/0001-00

PROCESSO: 11290.720204/2015-53

CONTRIBUINTE: LUIZ CARLOS DE JESUS SOUZA BOMFIM 00247938505

CNPJ: 18.240.230/0001-93

PROCESSO: 10880.722875/2015-46

CONTRIBUINTE: ANTONIO CARLOS OLIVEIRA SILVA 04615209401

CNPJ: 20.970.538/0001-36

PROCESSO: 13407.720162/2015-21

CONTRIBUINTE: JOÃO DALVINO DA SILVA FILHO 04055326440

CNPJ: 18.156.357/0001-29

PROCESSO: 13062.720119/2015-12

CONTRIBUINTE: LUANA CAROLINA HEUSNER 01568305079

CNPJ: 15.256.413/0001-09

PROCESSO: 10880.722929/2015-73

CONTRIBUINTE: MARLON DIEGO FREIRE ROCHA 04780176506

CNPJ: 14.794.480/0001-14

Data de efeitos: a partir da data de abertura da inscrição

GUILHERME BIBIANI NETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 188, DE 26 DE SETEMBRO DE 2017

Anular inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

O DELEGADO DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, com fundamento no artigo 305, VIII da Portaria MF nº 203 de 14 de maio de 2012, bem como no artigo 35, parágrafo 1º da Instrução Normativa RFB nº 1634 de 06 de maio de 2016, resolve:

Anular a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do contribuinte descrito abaixo. A anulação da inscrição é motivada pelo vício na inscrição, conforme previsto no inciso II do art. 35 e artigo 36 da Instrução Normativa RFB nº 1634 de 06 de maio de 2016.

PROCESSO: 13560.720090/2015-40

CONTRIBUINTE: ARISTIDES LIMA DE JESUZ CAVALCANTE 52876713500

CNPJ: 14.660.093/0001-95

PROCESSO: 10880.722986/2015-52

CONTRIBUINTE: JOSE SANTOS DE JESUS 73722987504

CNPJ: 14.738.351/0001-09

PROCESSO: 10880.722984/2015-63

CONTRIBUINTE: CARLOS HENRIQUE BESERRA DE MORAES 43499562391

CNPJ: 14.668.466/0001-74

PROCESSO: 10380.723375/2015-62

CONTRIBUINTE: TEREZA CRISTINA DE FREITAS OLIVEIRA 32087616353

CNPJ: 14.674.661/0001-07

PROCESSO: 10907.720692/2015-41

CONTRIBUINTE: ELISANDRA DOS SANTOS LEITE 03084176906

CNPJ: 16.603.266/0001-69
PROCESSO: 10183.722468/2015-04
CONTRIBUINTE: EDNALDO VASCONCELOS BASTOS 70189250100
CNPJ: 21.461.378/0001-62
PROCESSO: 10880.723035/2015-09
CONTRIBUINTE: MAGALI INACIO DE SOUZA 00916993124
CNPJ: 14.917.425/0001-74
PROCESSO: 10880.723078/2015-86
CONTRIBUINTE: MAGNOVALDO ALVES CUNHA 36410047568
CNPJ: 20.861.634/0001-46
PROCESSO: 13556.720071/2015-82
CONTRIBUINTE: ELOISA DE JESUS MEDEIROS 94726906534
CNPJ: 14.753.599/0001-49
Data de efeitos: a partir da data de abertura da inscrição.

GUILHERME BIBIANI NETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 189, DE 26 DE SETEMBRO DE 2017

Anular inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

O DELEGADO DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, com fundamento no artigo 305, VIII da Portaria MF nº 203 de 14 de maio de 2012, bem como no artigo 35, parágrafo 1º da Instrução Normativa RFB nº 1634 de 06 de maio de 2016, resolve:

Anular a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do contribuinte descrito abaixo. A anulação da inscrição é motivada pelo vício na inscrição, conforme previsto no inciso II do art. 35 e artigo 36 da Instrução Normativa RFB nº 1634 de 06 de maio de 2016.

PROCESSO: 13556.720072/2015-27
CONTRIBUINTE: ROSANIA DE OLIVEIRA SOUZA 01901824586
CNPJ: 15.429.686/0001-08
PROCESSO: 19985.722151/2015-07
CONTRIBUINTE: CARLOS EDUARDO KLOC 03408585911
CNPJ: 21.914.021/0001-92
PROCESSO: 10231.720104/2015-69
CONTRIBUINTE: SEULLYA DA SILVA BRAGA 83830685220
CNPJ: 16.907.449/0001-78
PROCESSO: 13433.720819/2015-33
CONTRIBUINTE: RANDESON CAMARA DA SILVA 05639418478
CNPJ: 21.699.048/0001-00
PROCESSO: 13408.720198/2015-03
CONTRIBUINTE: JOSE MICHEL DOS SANTOS 06673812443
CNPJ: 21.105.928/0001-00
PROCESSO: 13062.720254/2015-50
CONTRIBUINTE: RIVAIL LUIZ PEREIRA 93351933991
CNPJ: 15.258.040/0001-05
PROCESSO: 14311.720064/2015-16
CONTRIBUINTE: JOEL VAZ SIMAS 57543160030
CNPJ: 15.225.520/0001-70
PROCESSO: 17613.720865/2015-75
CONTRIBUINTE: QUELIOS MATOS DA SILVA 05225831567
CNPJ: 17.269.308/0001-30
PROCESSO: 13804.723562/2015-14
CONTRIBUINTE: ISABEL DA CONCEIÇÃO RAMOS 29075337892
CNPJ: 14.256.262/0001-26
Data de efeitos: a partir da data de abertura da inscrição.

GUILHERME BIBIANI NETO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FOZ DO IGUAÇU

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 92, DE 26 DE SETEMBRO DE 2017

Declara Nulidade de Inscrições no CPF.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FOZ DO IGUAÇU-PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 302, do Regulamento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, com fundamento nos artigos 17 a 19 e § 1º da Instrução Normativa RFB nº 1.548, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

Art. único - Declarar a NULIDADE das inscrições no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) abaixo identificadas, com efeitos retroativos à data da inscrição, tendo em vista a constatação de fraude, conforme apurado no processo administrativo fiscal nº 10945.720683/2016-84.

CPF	NOME
012.285.726-74	LUIS FELIPE CAMILO LOPES
012.329.276-00	LUIZ FELIPE CAMILO LOPES
012.785.886-55	LUIZ FELIPE CAMILO LOPES
012.913.707-30	LUIZ FELIPE CAMILO LOPES
089.340.486-11	LUIS FELIPE CAMILO LOPEZ
011.973.426-56	LUIZ FELIPE DA CONCEICAO E SILVA
014.791.036-67	LUIZ FELIPE DA CONCEICAO E SILVA
062.536.066-46	LUIZ FELIPE DA CONCEICAO
068.622.456-60	LUIZ FELIPE DA CONCEICAO
091.775.956-70	LUIS FELIPE DA CONCEICAO E SILVA
100.655.386-09	LUIZ FILIPE DA CONCEICAO
108.719.706-60	LUIZ FELIPE DA CONCEICAO E SILVA

OSVALDO TOSHIO YAMASHITA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LONDRINA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 36, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

Declara baixa de ofício da inscrição que menciona no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LONDRINA - PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 302, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e considerando o disposto no art. 29, inciso II e 31 da IN RFB nº 1634, de 06 de maio de 2016 e, ainda, a representação formalizada no processo administrativo nº 11634.720146/2017-91, resolve:

Art. 1º Baixar de ofício por INEXISTENTE DE FATO no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, desde o dia 15/02/2012, a inscrição nº 14.511.980/0001-00, da empresa LEANDRO JUNIOR CAPELANES RODRIGUES, em virtude de falta de atendimento à intimação referida no parágrafo 1º do artigo 31 da IN RFB 1634/2016.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

DAVID JOSÉ DE OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 10, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017

Declara alfandegada Instalação Portuária no município de Rio Grande-RS.

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 10ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência estabelecida pelos arts. 9º e 13 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, pelo art. 1º da Portaria SRF nº 1.743, de 12 de agosto de 1998, pelo art. 26 da Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, e, ainda, considerando o que consta do processo nº 11050.721620/2015-00, declara:

Art. 1º. Alfandegado, como Instalação Portuária, para operar exclusivamente com granéis líquidos e gasosos, o recinto administrado pela empresa Braskem S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 41.150.391/0039-43, localizado na 2ª Secção da Barra, no Distrito Industrial, na cidade do Rio Grande-RS, contendo as seguintes especificações:

I - 10 (dez) Tanques para armazenamento de granéis líquidos (produtos petroquímicos, solventes e combustíveis), identificados como 94TQ01, 94TQ02, 94TQ301, 94TQ302, 94TQ303, 94TQ304, 94TQ305, 94TQ306, 94TQ307 e 94TQ308, com capacidade total de 40.609,168 litros, e tubulações;

II - 02 (duas) plataformas rodoviárias para carga e descarga de caminhões;

III - píer de atracação de embarcações com 75,72 metros.

Art. 2º. O presente alfandegamento, nos termos do art. 28, § 1º, inc. I, da Portaria RFB nº 3.518/2011, é concedido até 01/02/2018, data de vencimento do Contrato de Transição nº 876/2017, celebrado entre a administradora do Recinto e a Superintendência do Porto do Rio Grande/SUPRG

Art. 3º O recinto ora alfandegado ficará sob a jurisdição da Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto do Rio Grande-RS, que poderá estabelecer regras, condições e exigências, bem como rotinas operacionais que se fizerem necessárias ao controle fiscal.

Art. 4º Fica atribuído ao recinto o código nº 0.92.38.01-8, do Siscomex.

Art. 5º A fiscalização aduaneira será exercida em horários determinados definidos pela Unidade de Jurisdição, ficando o recinto autorizado a executar, sob controle aduaneiro, as seguintes operações:

I - Entrada ou saída, atracação, estacionamento ou trânsito de veículos procedentes do exterior ou a ele destinados;

II - Carga, descarga, transbordo, baldeação, redestinação, armazenagem ou passagem de mercadorias ou bens procedentes do exterior ou a ele destinadas;

V - Despacho de importação;

VI - Despacho de exportação;

VII - Embarque, desembarque ou trânsito de viajantes e dos bens que portem consigo, procedentes do exterior ou a ele destinados.

Art. 6º Sem prejuízo de outras penalidades, a presente autorização sujeita a pessoa jurídica responsável pela administração do recinto às sanções administrativas previstas em Lei, bem como poderá ser extinta a pedido do interessado. Da mesma forma, poderá a Secretaria da Receita Federal do Brasil revê-la, a qualquer tempo, com vistas a adequá-la às normas aplicáveis.

Art. 7º Obriga-se a empresa beneficiária do regime aduaneiro especial a ressarcir o Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização - Fundaf, instituído pelo Decreto-Lei nº 1.437, de 17 de dezembro de 1975, alterado pelas Leis nºs 7.711, de 22 de dezembro de 1988, e 9.532, de 10 de dezembro de 1997, em face das despesas administrativas relativas às atividades extraordinárias de fiscalização, conforme estabelecido no art. 22 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, no art. 815 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, e na da Instrução Normativa SRF nº 48, de 23 de agosto de 1996.

Art. 8º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PAULO RENATO SILVA DA PAZ

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA N° 801, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, tendo em vista o disposto na Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e de acordo com o disposto na Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, na Resolução CMN nº. 2.471, de 26 de fevereiro de 1998 e na Portaria MF nº 538, de 12 de fevereiro de 2009, resolve:

Art. 1º Autorizar o cancelamento de 674 (seiscentos e setenta e quatro) Certificados do Tesouro Nacional - CTN, observando-se as seguintes características:

TÍTULO	DATA DE EMISSÃO	DATA DE VENCIMENTO	PREÇO UNITÁRIO (R$) EM 01/09/2017	QUANTIDADE	FINANCEIRO (R$)
ECTN 9807	01/07/1998	01/07/2018	3.945,84	35	138.104,40
ECTN 9811	01/11/1998	01/11/2018	3.812,08	420	1.601.073,60
ECTN 9812	01/12/1998	01/12/2018	3.788,34	184	697.054,56
ECTN 9901	01/01/1999	01/01/2019	3.735,95	35	130.758,25
TOTAL				674	2.566.990,81

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ FRANCO MEDEIROS DE MORAIS

CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS

RESOLUÇÃO Nº 424, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

O CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS - CCFCVS, na forma do artigo 27 da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, e dos incisos II e III do artigo 1º do Regulamento anexo ao Decreto nº 4.378, de 16 de setembro de 2002, em sua 103ª reunião, realizada em 27 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Alterar os incisos V e XII e incluir os incisos XXXVI a XL, do subitem 2.11, do Roteiro de Análise do Fundo de Compensação de Variações Salariais, conforme redação a seguir:

(...)

V - Contratação com recursos do Subprograma RECON em condições divergentes das permitidas;

(...)

XII - Sub-rogação sem apresentação de solicitação formal assinada até 30/06/1986, realizada no período de 01/07/1986 a 14/02/1990 para os agentes Tabajara, Caixa Econômica Federal e BRJ, e de 01/07/1986 a 31/03/1987 para os demais agentes;

(...)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800067

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

XXXVI - Contrato oriundo de transferência realizada a partir de 19/10/1993 sem solicitação formal assinada até 24/04/1993;

XXXVII - Ausência de contrato de sub-rogação;

XXXVIII - Data de assinatura do contrato não convalidada em decorrência do recolhimento de ITBI em data posterior à do registro do contrato no CRI;

XXXIX - Inexistência de evento motivador de participação do FCVS;

XL - Existência de cláusula contratual com menção a documento cuja data seja posterior à assinatura do contrato.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FABIANO MAIA PEREIRA
Presidente do Conselho
Em exercício

RESOLUÇÃO Nº 425, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

O CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS - CCFCVS, na forma do artigo 27 da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, e dos incisos II e III do artigo 1º do Regulamento anexo ao Decreto nº 4.378, de 16 de setembro de 2002, em sua 103ª reunião, realizada em 27 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Alterar o subitem 15.10 do MNPO/FCVS, conforme redação abaixo:

15.10 Extinção da responsabilidade do FCVS nos contratos com saldo nulo ou com negativa de cobertura

A CAIXA, observado o prazo citado no subitem 11.4.1, deve promover, no SICVS, a partir do processamento mensal com posicionamento de 1º de fevereiro de 2018, a baixa dos contratos habilitados pelas instituições financeiras ao ressarcimento do Fundo que se apresentem com saldo devedor nulo ou com negativa de cobertura pelo FCVS, inscritos em RCV e auditados, excetuados os contratos assinados até 05 de dezembro de 1990 com indício de multiplicidade de financiamento no CADMUT.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FABIANO MAIA PEREIRA
Presidente do Conselho
Em exercício

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO

PORTARIA Nº 934, DE 26 DE SETEMBRO DE 2017

Dispõe sobre os planos de benefícios habilitados ao envio de Demonstrações Atuariais Simplificadas, relativamente ao encerramento do exercício de 2017, nos termos da Instrução Previc nº 12, de 13 de outubro de 2014.

O DIRETOR DA DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO - DIFIS, DA SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - PREVIC, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 3º da Portaria nº 696, de 24 de dezembro de 2014, e

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 44011.007423/2017-53, resolve:

Art. 1º Divulgar, na forma do Anexo Único desta Portaria, os planos de benefícios classificados como de probabilidade e impacto baixos, segundo critérios da metodologia de Supervisão Baseada em Risco adotados pela Previc, e que enviaram Demonstrações Atuariais - DA na forma completa no encerramento de um dos quatro exercícios imediatamente anteriores.

Parágrafo único. Aos planos de benefícios referenciados no caput será facultado o envio das Demonstrações Atuariais Simplificadas, relativamente ao encerramento de exercício com referência a 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º Os planos de benefícios constituídos na modalidade de contribuição definida cujos saldos contábeis sejam nulos nas contas "Benefício Definido" do grupo de contas das provisões matemáticas estão dispensados da elaboração e encaminhamento das Demonstrações Atuariais - DA.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO DJUNDI TANIGUCHI

ANEXO ÚNICO

I - Planos de benefícios na modalidade de Benefício Definido - BD:

CNPB	PLANO	EFPC	MODALIDADE
1980000492	CENTRUS	PBB	BD
1983000256	ECOS	ECOS	BD
1988000947	ENERPREV	PLANO I	BD
1989001165	ENERSUL	PLANO I	BD
1996002211	FACEAL	PBPFACEAL 02	BD
1988002729	FASERN	PLANO BD	BD
1985000318	FIOPREV	BDF	BD
1995002518	FUMPRESC	COMCAPREV	BD
1988000319	GERDAU	PLANO DE APOSENTADORIA	BD
1988002011	GERDAU	PBPI	BD
1980001383	IBM	IBM BD	BD
1988003083	ICATUFMP	PLANO BD	BD
2000000118	ICATUFMP	CA - CELULAR	BD
2000001092	ICATUFMP	PBS - TELE CELULAR SUL	BD
1980000956	INSTITUTO AMBEV	INSTITUTO AMBEV	BD
1979003718	ITAUSAINDL	PLANO BD	BD
1994000465	MULTIPLA	PREVISENAC	BD
1994000538	MULTIPLA	PREVISESC	BD
1989000274	PREVI - SIEMENS	BÁSICO	BD
1991002165	PREVI-ERICSSON	PLANO BÁSICO - BD	BD
1985000229	SOMUPP	PBCOOPER	BD
1985001365	SUPREV	PB PIRATINI	BD
1994002883	SUPREV	PB DME	BD
1988001129	TELOS	PBD	BD
1988001374	VWPP	PECÚLIO	BD
1988001374	VWPP	PECÚLIO	BD

II - Planos de benefícios na modalidade de Contribuição Variável - CV:

CNPB	PLANO	EFPC	MODALIDADE
1999005074	ALPAPREV	TEXTIL PREV	CV
2010003438	CAPAF	PREV AMAZONIA	CV
2010001419	CAPEF	PLANO CV I	CV
2011000165	DESBAN	PLANO CV	CV
2005000965	DUPREV	DUPREV CD	CV
2000005683	ELETROS	CV ONS	CV
2009002938	ELETROS	PLANO EPE	CV
1997000611	FASC	PCD	CV
2011000319	FUMPRESC	MAISPREV	CV
1993003411	GEBSA-PREV	GEBSA PREV	CV
1996002619	HP PREV	PLANO HP PREV	CV
1999003829	HP PREV	AGILENT	CV
1989001238	ICATUFMP	LUFTHANSA	CV
1999001656	ICATUFMP	PPG	CV
2006000438	ICATUFMP	PREVIKODAK	CV
2008003256	ICATUFMP	SABIC-PREV	CV
2012000347	ICATUFMP	METALSA	CV
2013001983	ICATUFMP	CARESTREAMPREV	CV
1994002956	IFM	AZENPREV	CV
1995002674	IFM	PREVPISA	CV
1997001918	IFM	SWPREV	CV
2006003747	IFM	PLANO DE BENEFÍCIOS MINERAÇÃO DESCALVADO	CV
2014001065	MAIS VIDA PREV	PLANO DE APOSENTADORIA MOTOROLA SOLUTION	CV
2016001356	MAIS VIDA PREV	PLANO ARRIS	CV
2002001847	MBPREV	MBPREV	CV
2007001365	MERCERPREV	SAVE PLUS	CV
2010004647	MULTIBRA INSTITUIDOR	CELPREV	CV
1997000229	MULTIPENSIONS	FOLHAPREV	CV
2005002429	MULTIPENSIONS	PIM	CV
2015000283	MULTIPENSIONS	PB GENERAL CABLE PREV	CV
1993000992	MULTIPREV	PLANO DE BENEFÍCIOS DEUTSCHE BANK	CV
1993002847	MULTIPREV	CABOT	CV
1993003811	MULTIPREV	NOVO NORDISK	CV
1994003138	MULTIPREV	PREVTOWERS	CV
1995000183	MULTIPREV	PLANO DE BENEFÍCIOS AIR PRODUCTS	CV
1996000829	MULTIPREV	JPMORGANCHASE	CV
1998002365	MULTIPREV	DESERETPREV	CV
2006006111	MULTIPREV	GMAC	CV
2007000611	MULTIPREV	SEALED PREV	CV
2007003465	MULTIPREV	NATURALPREV	CV
2008000729	MULTIPREV	VEYANCE	CV
2012001092	MULTIPREV	MARSPREV	CV
1993002529	PORTOPREV	PORTOPREV	CV

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800068

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

2004002018	PREV PEPSICO	PREV PEPSICO	CV
2008004619	PREVDATA	PREVDATA II	CV
2002000174	PREVI NOVARTIS	PLANO D	CV
2002000174	PREVI NOVARTIS	PLANO D	CV
1985001047	PREVI-GM	PLANO	CV
2009001583	PREVIHONDA	PLANO DE APOSENTADORIA DO BANCO HONDA	CV
2005002747	PREVUNISUL	UNIPREV	CV
1994000211	RANDONPREV	RANDONPREV	CV
1995003018	ROCHEPREV	ROCHEPREV	CV
1992000719	SEGURIDADE	PLANO DE APOSENTADORIA	CV
2006000911	SYNGENTA PREVI	PLANO DE BENEFÍCIOS SYNGENTA	CV
2005000647	VIVA	GEAPREV	CV

III - Planos de benefícios na modalidade de Contribuição Definida - CD:

CNPB	PLANO	EFPC	MODALIDADE
1999002229	ABBPREV	ABBPREV	CD
1993000811	ABRILPREV	PLANO DE BENEFÍCIOS	CD
2005001211	BB PREVIDENCIA	COTRIJAL PREV	CD
2014000565	BB PREVIDENCIA	SGDPREV	CD
2002000956	CAFBEP	PREV-RENDA	CD
2010005538	CARGILLPREV	PLANO CARGILL-PREV	CD
2005006165	COMSHELL	COMSHELL CD	CD
2004001992	CYAMPREV	CYAMPREV	CD
1999000919	EMBRAER PREV	EMBRAER PREV	CD
1996002074	FGV-PREVI	PLANO FGV	CD
2008004392	FUNASA	PCD - FUNASA	CD
1998002756	FUNSSEST	FUNSSEST - PLANO IV	CD
1988000483	GERDAU	PLANO CD GERDAU	CD
1996000365	IBM	IBM - CD	CD
2000005111	ICATUFMP	INTELIG	CD
2001002092	ICATUFMP	STARRETT	CD
2006002074	ICATUFMP	COPENOR CD	CD
2006002147	ICATUFMP	BASELL CD	CD
2006002611	ICATUFMP	DETEN CD	CD
2006002783	ICATUFMP	FCC CD	CD
2006002856	ICATUFMP	ACRINOR CD	CD
1993002219	IFM	MCPREV	CD
2005005811	IFM	PLANO DE BENEFÍCIOS II FMC QUÍMICA	CD
2011002265	IFM	PREV-MOSAIC 2	CD
2008004465	INERGUS	PCD - INERGUS	CD
2006004638	MONGERAL	PLANO DE BENEFÍCIOS MONGERAL	CD
2005004774	MULTIPENSIONS	JOHN DEERE	CD
2016000147	MULTIPENSIONS	AXALTA PREV	CD
1992002029	MULTIPREV	HOLCIMPREV	CD
1993003274	MULTIPREV	DCPREV	CD
2007002256	MULTIPREV	AVAYA	CD
2008000338	MULTIPREV	AMERICAN EXPRESS	CD
2010001338	MULTIPREV	PLANO MJN PREV	CD
2011001056	MULTIPREV	PREVSTYRON	CD
2014000247	MULTIPREV	HMB PREV	CD
1999000838	PREVCUMMINS	PREVCUMMINS	CD
2005005592	PREVICOKE	PREVICOKE CD	CD
2000007538	PREVIDÊNCIA USIMINAS	PLANO MISTO	CD
1999004418	PREVINDUS	CD III - FIRJAN E CIRJ	CD
1999004574	PREVINDUS	CD III - PREVINDUS	CD
1999004647	PREVINDUS	CD III - SEBRAE - RJ	CD
1999004711	PREVINDUS	CD III - SENAI - RJ	CD
1999004892	PREVINDUS	CD III - SESI - RJ	CD
1999005392	PREVINDUS	CD III - SENAC - ARRJ	CD
1999005465	PREVINDUS	CD III - SESC - ARRJ	CD
1985000938	PREVIPLAN	PREVIPLAN	CD
2006005847	PREVISC	PREVSENAI-MA	CD
1999004019	PREVUNIAO	PCD	CD
2005001783	PROMON	MULTIFLEX	CD
1992001529	SANTANDERPREVI	PLANO DE APOSENTADORIA DA SANTANDERPREVI	CD
2009000838	VISÃO PREV	VISÃO MULTI	CD
2011001919	VISÃO PREV	PLANO DE BENEFÍCIOS VISÃO TELEFÔNICA	CD
1990001165	VIVA	VIVAPREV	CD

DIRETORIA COLEGIADA

PORTARIA Nº 855, DE 4 DE SETEMBRO DE 2017

Aprova o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI 2017-2020.

A DIRETORIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - PREVIC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009 e o Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, tendo em vista o disposto no artigo 4° da Instrução Normativa SLTI/MP n° 04, de 11 de setembro de 2014, considerando o constante dos autos do processo nº 44011.006575/2017-39, resolveu, em sua 53ª Sessão Extraordinária, realizada no dia 16 de agosto de 2017:

Art. 1º Aprovar e tornar público o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, para o período 2017-2020.

Art. 2º A íntegra do PDTI será publicada no portal da instituição, no endereço eletrônico http://www.previc.gov.br.

FABIO HENRIQUE DE SOUSA COELHO
Diretor-Superintendente
Substituto

DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA Nº 931, DE 25 DE SETEMBRO DE 2017

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo SEI nº 44011.006001/2017-61 e Juntada nº 0069196, resolve:

Art. 1º Aprovar o 5º termo aditivo a convênio de adesão das empresas Ambev S.A., CNPJ nº 07.526.557/0001-00, Arosuco Aromas e Sucos Ltda., CNPJ nº 03.134.910/0001-55, CRBS S.A., CNPJ nº 56.228.356/0001-31, dentre outras, na condição de patrocinadoras do Plano de Benefícios de Contribuição Definida, CNPB nº 1996.0041-74, e a entidade Instituto AMbev de Previdência Privada.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 933, DE 26 DE SETEMBRO DE 2017

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001 e art. 22, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.006589/2017-52 e Documento SEI nº 0065908, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano Único da AES SUL, antiga denominação do Plano Único da RGE SUL, CNPB nº 1979.0043-74, administrado pela Fundação CEEE de Seguridade Social - ELETROCEEE.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800069

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

CIRCULAR Nº 558, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

Altera os prazos de recadastramento para corretores de seguros e para as sociedades corretoras.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, na forma do inciso X do art. 10 do Regimento Interno, de que trata a Resolução CNSP nº 346, de 2 de maio de 2017, considerando o disposto no art. 1º da Resolução CNSP nº 303, de 16 de dezembro de 2013 e no art. 36, alínea "b", do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do Processo Susep nº 15414.625450/2017-71, resolve:

Art. 1º Alterar os artigos 4º e 5º da Circular Susep nº 552, de 17 de maio de 2017, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º O período de recadastramento para corretores de seguros será de 1º de junho de 2017 a 15 de dezembro de 2017, repetindo-se a cada 3 (três) anos.

Art. 5º O período de recadastramento para as sociedades corretoras será de 1º de março de 2018 a 30 de agosto de 2018, repetindo-se a cada 3 (três) anos."

Art. 2º Esta Circular entra em vigor na data de sua publicação.

JOAQUIM MENDANHA DE ATAÍDE

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHOS DO MINISTRO

Processo nº 00095.001932/2017-14
Interessado: PROCURADORIA DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

O MINISTRO DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, SUBSTITUTO, no uso da atribuição constante do art. 47 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994; art. 69 do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996; e conforme Decreto nº 9.004, de 13 de março de 2017, e Decreto nº 9.067, de 31 de maio de 2017, DECIDE acolher o PARECER Nº 7/2017/SEMPE-DREI, de 21 de julho de 2017, e a NOTA Nº 00481/2017/CONJUR-MDIC/CGU/AGU, de 2 de agosto de 2017, para CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO interposto contra a decisão do Plenário da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro.

Referência: Processo n° 00095.001932/2017-14 e Processo JUCERJA nº 00-16/400375-4

Recorrente: Procuradoria da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Recorrido: Plenário da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

(CD - Rio Serviços e Participações Ltda.)

Processo nº 00095.001927/2017-10
Interessado: ATS MIRASSOL- SISTEMAS EM PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA, PROCURADORIA DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, ATSbrazil Soluções em Informática Ltda

O MINISTRO DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, SUBSTITUTO, no uso da atribuição constante do art. 47 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994; art. 69 do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996; e conforme Decreto nº 9.004, de 13 de março de 2017, e Decreto nº 9.067, de 31 de maio de 2017, DECIDE acolher o PARECER Nº 38/2017/SEMPE-DREI, de 10 de abril de 2017, e o PARECER Nº 00179/2017/CONJUR-MDIC/CGU/AGU, de 11 de maio de 2017, para CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO interposto contra a decisão do Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Referência: Processo n° 00095.001927/2017-10 e Processo JUCESP nº 995106/16-2

Recorrente: ATS Mirassol - Sistemas em Processamento de Dados Ltda.

Recorrido: Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo

(ATSBRAZIL Soluções em Informática Ltda.)

Processo nº 00095.000963/2017-58
Interessado: Parise Comércio e Serviços Eireli ME, PARIZI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA

O MINISTRO DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, SUBSTITUTO, no uso da atribuição constante do art. 47 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994; art. 69 do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996; e conforme Decreto nº 9.004, de 13 de março de 2017, e Decreto nº 9.067, de 31 de maio de 2017, DECIDE acolher o PARECER Nº 41/2017/SEMPE-DREI, de 11 de abril de 2017, e o PARECER Nº 00178/2017/CONJUR-MDIC/CGU/AGU, de 8 de maio de 2017, para CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO interposto contra a decisão do Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Referência: Processo n° 00095.000963/2017-58 e Processo JUCESP nº 995078/16-6

Recorrente: Parizi Indústria e Comércio de Confecções Ltda.

Recorrido: Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo

(Parise Comércio e Serviços Eireli - ME)

Processo nº 00095.000966/2017-91
Interessado: MPD PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA - EPP, MPD ENGENHARIA LTDA

O MINISTRO DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, SUBSTITUTO, no uso da atribuição constante do art. 47 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994; art. 69 do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996; e conforme Decreto nº 9.004, de 13 de março de 2017, e Decreto nº 9.067, de 31 de maio de 2017, DECIDE acolher o PARECER Nº 24/2017/SEMPE-DREI, de 10 de abril de 2017, e o PARECER Nº 00190/2017/CONJUR-MDIC/CGU/AGU, de 12 de maio de 2017, para CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO interposto contra a decisão do Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Referência: Processo n° 00095.000966/2017-91 e Processo JUCESP nº 995098/16-5

Recorrente: MPD Engenharia Ltda.

Recorrido: Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo

(MPD Participações Societárias Ltda. - EPP)

Processo nº 00095.001925/2017-12
Interessado: JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

O MINISTRO DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, SUBSTITUTO, no uso da atribuição constante do art. 47 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994; art. 69 do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996; e conforme Decreto nº 9.004, de 13 de março de 2017, e Decreto nº 9.067, de 31 de maio de 2017, DECIDE acolher o PARECER Nº 9/2017/SEMPE-DREI, de 13 de julho de 2017, e o PARECER Nº 00378/2017/CONJUR-MDIC/CGU/AGU, de 25 de julho de 2017, para CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO interposto contra a decisão do Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Referência: Processo n° 00095.001925/2017-12 e Processo JUCESP nº 995093/16-7

Recorrente: Qualibus Qualidade em Transportes S.A.

Recorrido: Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo

(Qualibus Transportes e Turismo Ltda.)

Processo nº 00095.000967/2017-36
Interessado: JOSÉ ANTÔNIO GALHARDO ABDALLA, ATLÂNTICO TRANSPORTES E TURISMO LTDA, JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

O MINISTRO DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, SUBSTITUTO, no uso da atribuição constante do art. 47 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994; art. 69 do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996; e conforme Decreto nº 9.004, de 13 de março de 2017, e Decreto nº 9.067, de 31 de maio de 2017, DECIDE acolher o Parecer 34/2017/SEMPE-DREI, de 12 de maio de 2017 e o PARECER Nº 00244/2017/CONJUR-MDIC/CGU/AGU, de 26 de maio de 2017, para CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO interposto contra a decisão do Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Referência: Processo n° 00095.000967/2017-36 e Processo JUCESP nº 990145/15-3

Recorrente: José Antonio Galhardo Abdalla

Recorrido: Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo

(Atlântico Transportes e Turismo Ltda.)

Processo nº 00095.001926/2017-67
Interessado: LVK SISTEMAS LTDA, JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

O MINISTRO DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, SUBSTITUTO, no uso da atribuição constante do art. 47 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994; art. 69 do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996; e conforme Decreto nº 9.004, de 13 de março de 2017, e Decreto nº 9.067, de 31 de maio de 2017, DECIDE acolher o PARECER Nº 54/2017/SEMPE-DREI, de 8 de maio de 2017, e o PARECER Nº 00213/2017/CONJUR-MDIC/CGU/AGU, de 17 de maio de 2017, para CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO interposto contra a decisão do Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Referência: Processo n° 00095.001926/2017-67 e Processo JUCESP nº 995108/16-0

Recorrente: LVK Sistemas Ltda.

Recorrido: Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo

(LVK Tecnologia da Informação Ltda.-ME)

Processo nº 00095.001929/2017-09
Interessado: OLIROPA COMERCIO DE SERVIÇOS EMPRESARIAIS ARTÍSTICOS LTDA, TRATEDENT COMÉRCIO DE SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS LTDA, ANTONIO CARLOS OLIVERIO & CIA LTDA

O MINISTRO DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, SUBSTITUTO, no uso da atribuição constante do art. 47 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994; art. 69 do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996; e conforme Decreto nº 9.004, de 13 de março de 2017, e Decreto nº 9.067, de 31 de maio de 2017, DECIDE acolher o PARECER Nº 46/2017/SEMPE-DREI, de 20 de abril de 2017, e o PARECER Nº 00167/2017/CONJUR-MDIC/CGU/AGU, de 2 de maio de 2017, para CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO interposto contra a decisão do Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Referência: Processo n° 00095.001929/2017-09 e Processo JUCESP nº 995099/16-9

Recorrente: Antônio Carlos Olivério

Recorrido: Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo

Processo nº 00095.000965/2017-47
Interessado: DIROSQUE BALTHAZAR LAY, PROCURADORIA DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

O MINISTRO DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, SUBSTITUTO, no uso da atribuição constante do art. 47 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994; art. 69 do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996; e conforme Decreto nº 9.004, de 13 de março de 2017, e Decreto nº 9.067, de 31 de maio de 2017, DECIDE acolher o PARECER Nº 43/2017/SEMPE-DREI, de 20 de abril de 2017, e o PARECER Nº 00200/2017/CONJUR-MDIC/CGU/AGU, de 17 de maio de 2017, para CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO interposto contra a decisão do Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Referência: Processo n° 00095.000965/2017-47 e Processo JUCESP nº 995087/16-7

Recorrente: Procuradoria da Junta Comercial do Estado de São Paulo

Recorrido: Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo

(Dirosque Balthazar Lay)

MARCOS JORGE DE LIMA

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 259, DE 25 DE SETEMBRO DE 2017

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA Inmetro, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o parágrafo 3º do art.4º da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e tendo em vista o disposto no inciso XV do art.12,da Lei nº 12.545, de 14 de dezembro de 2011, sobre a concessão de bolsas de apoio técnico e científico à pesquisa, desenvolvimento e inovação, pelo Inmetro através do Programa Nacional de Apoio ao Desenvolvimento da Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Pronametro instituído através da Portaria Inmetro n.º 174 de 28 de junho de 2017, publicada no DOU de 03 de julho de 2017.

CONSIDERANDO, os altos investimentos realizados pelo Inmetro e Organismos de Fomento na aquisição de equipamentos de alta complexidade para os laboratórios de Metrologia Científica do Inmetro;

CONSIDERANDO a implantação de um Centro Multiusuário com os equipamentos especiais e com características únicas, instalados nos laboratórios do Inmetro para atender as demandas científicas e industriais, da sociedade;

CONSIDERANDO que o Centro de Equipamentos de Alta Tecnologia do Inmetro (CEATIM), implantado nesta Autarquia e composto de equipamentos com características únicas, , busca atender aos projetos de pesquisa da academia, centros de pesquisa e indústria promovendo inovação com resultados para a sociedade;

CONSIDERANDO o interesse do INMETRO na utilização da infraestrutura objetivando cooperação para pesquisas nas áreas da metrologia científica, tecnológica e industrial e da metrologia aplicada às ciências da vida,

CONSIDERANDO a necessidade de haver técnicos especialistas na operacionalização, reparos e manutenção dos equipamentos de alta complexidade e ao mesmo tempo interagir apoiando científica e tecnicamente os projetos de pesquisa dos usuários, maximizando o uso dos equipamentos com resultados melhores e mais rápidos;

CONSIDERANDO a necessidade de que os técnicos especialistas tenham conhecimento e domínio nas áreas de mecânica, elétrica e eletrônica para dar apoio aos projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, em curso;

CONSIDERANDO a necessidade de que o Inmetro estabeleça parcerias com entidades de ensino, pesquisa e desenvolvimento industrial, visando à formação e especialização profissional nas áreas de sua atuação;

CONSIDERANDO a necessidade de atrair pesquisadores e técnicos nacionais e do exterior, para atuar em áreas de fronteira da Metrologia, fortalecendo estrategicamente o Inmetro; resolve:

Art. 1º Instituir o subprograma Pronametro-Multiusuários do Programa Nacional de Apoio ao Desenvolvimento da Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Pronametro, para atendimento ao previsto no inciso XV do art. 12, da Lei nº 12.545, de 14 de dezembro de 2011.

Art. 2º Este subprograma objetiva conceder bolsas em áreas específicas, a especialistas e técnicos, que atuem no país ou no exterior, para desenvolver atividades de apoio a Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação no CEATIM inserido nos laboratórios da Diretoria de Metrologia Científica e Tecnologia (Dimci) e da Diretoria de Metrologia Aplicada às Ciências da Vida (Dimav).

Art. 3º O subprograma Pronametro-Multiusuários concederá bolsas, nas áreas de pesquisas estabelecidas no subprograma e suas Chamadas Públicas, bem como aquelas definidas pelo Inmetro através das Diretorias Dimci e Dimav, fortalecendo a inovação tecnológica de processos e produtos, incentivando e criando as condições básicas

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800070

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

para apoiar o desenvolvimento e a competitividade das atividades industriais. Os níveis e respectivos valores de bolsas estão definidos no Anexo I - Quadro de Níveis e Valores de Bolsas, publicado na Portaria nº 174, de 28/06/2017, que estabelece as normas gerais do Pronametro.

Art. 4° A concessão de bolsas busca dar condições para que o CEATIM atue fortemente na geração de conhecimento e transferência de tecnologia de ponta, mediante diversas modalidades de parcerias com instituições de pesquisa, desenvolvimento e inovação, dos setores público e privado.

Art. 5º A Comissão Gestora, específica para este subprograma, será composta pelo Comitê Gestor do CEATIM, nomeado na portaria de criação do Centro.

Art. 6° A Comissão Gestora, a seu critério e necessidade, nomeará em número variável, os membros do Comitê Consultivo conforme definido na Portaria Inmetro n.º 174, de 28/06/2017, publicada no DOU de 03/07/2017 - Portaria Geral do Pronametro. Os membros da Comissão de Gerenciamento dos Equipamentos (CGE) da Unidade de Equipamentos Multiusuários (UEM) são membros permanentes do Comitê Consultivo.

Art.7º A Comissão Gestora definirá para cada edital, de acordo com as prioridades do CEATIM, os temas para elaboração de projetos.

Art. 8º O acompanhamento diário das atividades do CEATIM bem como o desempenho dos bolsistas e a evolução dos projetos será responsabilidade da CGE.

Art. 9º O acompanhamento do desempenho do CEATIM será realizado pela Comissão Gestora através de Relatórios trimestrais elaborados pela CGE e responsáveis pelos equipamentos, sem prejuízo dos demais formulários e relatórios exigidos no edital.

Art. 10 Esta Portaria engloba todo o regramento estabelecido na Portaria Inmetro nº 174, de 28/06/2017, publicada no DOU de 03/07/2017, que estabelece as regras gerais do Pronametro.

Art. 11 Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS AUGUSTO DE AZEVEDO

PORTARIA Nº 261, DE 26 DE SETEMBRO DE 2017

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o parágrafo 3º do art.4º da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e tendo em vista o disposto na Portaria nº 214, de 08 de agosto de 2017, que cria o subprograma Pronametro-CBA, em conformidade com a Portaria nº 174, de 28 de junho de 2017, que trata das normas gerais do Programa Nacional de Apoio ao Desenvolvimento da Metrologia, Qualidade e Tecnologia do Inmetro - Pronametro, resolve:

Art. 1º Aprovar a concessão de bolsas para desenvolvimento de projetos selecionados através do Edital 01/2017 - Programa de Bolsas Pronametro para o Centro de Biotecnologia da Amazônia - CBA, recomendadas por Comitê Consultivo composto de 3 (três) servidores do Inmetro e 2 (dois) Pesquisadores da USP, designados pela Comissão Gestora do Subprograma Pronametro-CBA, conforme tabela abaixo, cujas propostas foram avaliadas e acolhidas nos termos do Regulamento da Portaria Inmetro nº 214, de 08 de agosto de 2017, publicada no DOU de 10/08/2017;

Art. 2º As bolsas terão vigência de 12 (doze) meses, a contar do dia 01 de outubro de 2017.

I - Recomendados Com Prioridade

Nome do Candidato	Modalidade de Bolsa (100%)
Alessandra Karisa Costa Lima do Nascimento	DCT-4B
Alvicler Magalhães	DCT-3A
Ana Maria Silva dos Santos	DCT-5A
Antonio Batista do Nascimento Filho	DCT-7A
Arlena Maria Guimarães Gato	DCT-3B
Dacio Montenegro Mendonça	DCT-5A
Daniele de Carvalho Rodrigues	DCT-5A
Efigênia Lopes da Silva	DCT-8B
Emanuel Francisco de Lima	DCT-7A
Ester Neta Pinheiro	DCT-7A
Eudson Danilo dos Santos Costa	DCT-4B
Fabiana Greyce Oliveira Almeida	DCT-3C
Felipe Padilha	DCT-5A
Flávio Augusto de Freitas	DCT-3C
Flavio Freires Ferreira	DCT-4B
Ginarajadaça Ferreira dos Santos Oliveira	DCT-3C
Iavanete Ferreira de Souza	DCT-5B
Ingrid Reis	DCT-3B
Iracelma Henriques Pereira	DCT-4A
Isaque Ferreira da Silva	DCT-4B
Jaqueline Oliveira da Silva	DCT-6A
Kaori Katiuska Yamaguchi Isla	DCT-3B
Laís Medeiros de Assunção	DCT-7A
Marcelo Caitano da Rocha	DCT-7A
Márcia Neiva	DCT-3B
Maria Geane Grangeiro Gomes Freire	DCT-7A
Maria Katherine Santos de Oliveira	DCT-3B
Mariana Dettmer de Castro Mello	DCT-5A
Mariangela Burgos Martins de Azevedo	DCT-3A
Nádia Cristina Falcão Bucker	DCT-3B
Nélly Mara Vinhote Marinho	DCT-4A
Nilcivane Santos e Silva	DCT-4A
Olinda Maria Figueira Canhoto	DCT-3A
Pedro Rafael Macêdo de Carvalho	DCT-7A
Priscila Pauly Ribas	DCT-3B
Richardson Almeida Alves	DCT-3B
Robert Mause	DCT-3B
Rosangela Santana Martins de Matos	DCT-5B
Rosimeiry Belém Dutra Viegas	DCT-7A
Sandra Patricia Zanotto	DCT-3A
Siglia Maria Braga Neves	DCT-3C
Simone da Silva	DCT-3A
Vanderlei Sabóia dos Santos	DCT-5B
Vanessa Leal de Queiroz Hermino	DCT-7A
Vitor Rafael Pereira Marinho	DCT-5A
Waléria Dasso Pinheiro	DCT-5B

II - Recomendados Sem Prioridade

Nome do Candidato	Classificação	Modalidade de Bolsa (100%)
Danielle Monteiro de Oliveira	2º	DCT-3C
Julio César de Souza	1º	DCT-3C

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS AUGUSTO DE AZEVEDO

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 487, DE 12 DE SETEMBRO DE 2017

Altera a Portaria n. 280, de 6 de junho de 2017, que aprovou os Regimentos Internos das unidades integrantes da estrutura do Ministério da Integração Nacional

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso de suas atribuições e conforme o Decreto n. 8.980, de 1º de fevereiro de 2017, resolve:

Art. 1º Revogar o inciso VIII do artigo 12, Anexo II da Portaria MI n. 280, de 6 de junho de 2017.

Art. 2º Alterar os artigos 12 e 35 do Anexo II da Portaria MI n. 280, de 6 de junho de 2017, que passam a vigorar com a seguinte redação, respectivamente:

"Art. 12. .....

V - efetuar o registro contábil do(s) responsável(eis) pelo débito apurado decorrente de Tomada de Contas Especial;

.....

VII - com base em apurações de atos e fatos inquinados de ilegais ou irregulares, efetuar os registros pertinentes e adotar as providências necessárias à responsabilização do agente, comunicando o fato à autoridade a quem o responsável esteja subordinado e ao órgão ou unidade do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal a que estejam jurisdicionados;....."

.....

"Art. 35. À Divisão de Tomadas de Contas Especiais compete:

.....

V - elaborar o relatório de Tomada de Contas Especial para fins de instrução do processo de Tomada de Contas Especial."

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

HELDER BARBALHO

PORTARIA Nº 518, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

Autoriza empenho e transferência de recursos ao Município de Garibaldi-RS, para ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Garibaldi-RS, no valor de R$ 763.902,00 (setecentos e sessenta e três mil, novecentos e dois reais), para a execução de obras de recuperação de danos causados por chuvas intensas, descritas no Plano de Trabalho juntado ao processo n. 59007.000012/2016-92.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.6503; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0300; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em uma parcela.

Art. 4° Considerando a natureza e o volume das ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 5º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 6º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER BARBALHO

PORTARIA Nº 519, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

Autoriza empenho e transferência de recursos ao Município de Manoel Xaxim/SC, para ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Xaxim/SC, no valor de R$ 82.985,10 (oitenta e dois mil, novecentos e oitenta e cinco reais e dez centavos), para a execução de obras de recuperação de danos causados por chuvas intensas, descritas no Plano de Trabalho juntado ao processo n. 59050.000746/2015-65.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.6503; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0300; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em uma parcela.

Art. 4° Considerando a natureza e o volume das ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 5º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 6º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER BARBALHO

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 156, DE 22 DE SETEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, nomeado pela Portaria n. 1.799, publicada no DOU, de 31 de agosto de 2016, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria MI n. 195, de 14 de agosto de 2015, publicada no DOU, de 17 de agosto de 2015, e tendo em vista as disposições da Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, da Portaria MI n. 384, de 23 de outubro de 2014, e, ainda, o contido no Processo Administrativo n. 59050.001018/2014-90, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo de execução das ações de Reconstrução previsto no art. 5º da Portaria n. 321, de 04 de dezembro de 2014, que autorizou empenho e transferência de recursos ao Município de Laranjeiras do Sul - PR, para ações de Defesa Civil, para até 22/01/2018.

Art. 2º Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

RENATO NEWTON RAMLOW

Ministério da Justiça e Segurança Pública

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

PAUTA DA 112ª SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO A SER REALIZADA EM 4 DE OUTUBRO DE 2017

Dia: 04.10.2017
Início: 10h
Processo nº 08700.010322/2012-23
Representante: Acesso Restrito
Representado: Acesso Restrito
Relator: Conselheiro João Paulo de Resende
Processo nº 08700.010319/2012-18
Representante: Acesso Restrito
Representado: Acesso Restrito
Relator: Conselheiro Paulo Burnier da Silveira
Requerimento nº 08700.002688/2017-33
Requerentes: Acesso Restrito
Advogados: Acesso Restrito
Requerimento nº 08700.003012/2017-67
Requerentes: Acesso Restrito
Advogados: Acesso Restrito
Requerimento nº 08700.004797/2017-95
Requerentes: Acesso Restrito
Advogados: Acesso Restrito
Requerimento nº 08700.007837/2016-70
Requerentes: Acesso Restrito
Advogados: Acesso Restrito
Requerimento nº 08700.007867/2016-86
Requerentes: Acesso Restrito

Advogados: Acesso Restrito
Requerimento nº 08700.000865/2017-47
Requerentes: Acesso Restrito
Advogados: Acesso Restrito
Requerimento nº 08700.003670/2017-59
Requerentes: Acesso Restrito
Advogados: Acesso Restrito

ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA
Presidente do Conselho

PAULO EDUARDO SILVA DE OLIVEIRA
Secretário do Plenário

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE-GERAL
Em 27 de setembro de 2017

Nº 1.433 - Ato de Concentração nº 08700.005521/2017-24. Requerentes: Elfa Participações S.A. e Majela Medicamentos Ltda. Advogados: Paulo Leonardo Casagrande, Ana Paula Paschoalini e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Interino

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL

PORTARIA Nº 458, DE 22 DE SETEMBRO DE 2017

Altera a Portaria GAB DEPEN nº 141, de 13 de abril de 2017, que institui o Núcleo de Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito do Departamento Penitenciário Nacional.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria/MJ nº 674/2008, tendo em vista o que dispõe o art. 123 da Lei nº 11.907, de 20 de março de 2008, resolve:

Art. 1º O art. 5º da Portaria GAB DEPEN nº 141, de 13 de abril de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º Os servidores designados a exercerem suas competências no NTIC serão subordinados, de forma imediata, ao Coordenador do Sistema Nacional de Informação Penitenciária e Tecnologia da Informação - COSISDEPEN" (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MARCO ANTÔNIO SEVERO SILVA

PORTARIA Nº 465, DE 26 DE SETEMBRO DE 2017

Estabelece as regras de remoção a pedido, a critério da administração, para integrantes das Carreiras da Área Penitenciária Federal em exercício no Departamento Penitenciário Nacional.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL, no uso das atribuições delegadas pela Portaria SE/MJ nº 501, de 29 de maio de 2014, e tendo em vista o disposto no art. 36 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Art. 1º Estabelecer regras gerais para remoção a pedido, a critério da administração, prevista no art. 36, parágrafo único, inciso II da Lei nº 8.112/90, dos integrantes das Carreiras da Área Penitenciária Federal, a que se refere a Lei nº 11.907, de 02 de fevereiro de 2009, no âmbito do Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN.

§ 1º. Consideram-se, para os fins desta Portaria, as seguintes lotações:

1) Presídio Federal em Campo Grande - MS;
2) Presídio Federal em Catanduvas - PR;
3) Presídio Federal em Mossoró - RN;
4) Presídio Federal em Porto Velho - RO;
5) Presídio Federal em Brasília - DF; e
6) Sede do Departamento Penitenciário Nacional, em Brasília - DF.

§ 2º A remoção a pedido, a critério da administração, somente ocorrerá por Concurso de Remoção, por meio de Permuta e para União de Cônjuges ocupantes de cargo efetivo de Carreiras da Área Penitenciária Federal, nos termos desta Portaria.

Art. 2º O concurso de remoção será realizado conforme necessidade da Administração.

Art. 3º É vedada a participação no concurso de remoção, ao servidor:

I - que estiver requisitado, cedido ou em exercício provisório em outro órgão da Administração;

II - que tiver retornado ao DEPEN há menos de doze meses após o fim de período de exercício provisório, a contar da data de publicação do edital do concurso;

III - que esteja em gozo de licença por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro e licença para tratar de interesses particulares; e

IV - que tiver sido removido, a pedido ou de ofício, há menos de doze meses, a contar da data de publicação do edital do concurso de remoção.

Art. 4º O edital de abertura do concurso de remoção deverá estabelecer as regras de concorrência entre os integrantes das Carreiras da Área Penitenciária Federal que ocupam o mesmo cargo público, assim como as regras de classificação, em função do quadro de vagas existentes em cada lotação.

Parágrafo único. O edital designará uma Comissão Organizadora, com indicação de seu Presidente e respectivas obrigações.

Art. 5º A remoção a pedido para União de Cônjuges, a critério da administração, ocorrerá por preenchimento de formulário específico no SEI, que conterá os requisitos necessários para sua análise.

Art. 6º As permutas realizadas por integrantes das Carreiras da Área Penitenciária Federal poderão ser realizadas a qualquer tempo, independente da realização de concurso de remoção, mediante preenchimento de formulário específico no SEI, que conterá os requisitos necessários para sua análise.

Parágrafo único. Consideram-se permutas, para os fins desta Portaria, as remoções realizadas em decorrência do interesse de servidores ocupantes de cargo de mesma natureza, com lotações distintas, que se propõem à alteração recíproca de suas lotações.

Art. 7º Caso o servidor esteja respondendo a sindicância ou procedimento administrativo disciplinar, o ato de remoção somente será efetivado após a conclusão da sindicância ou procedimento.

Art. 8º Fica revogada a Portaria DEPEN nº 298, de 25 de maio de 2016.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTÔNIO SEVERO SILVA

PORTARIA Nº 468, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 2º da Portaria SE nº 501, de 29 de maio de 2014, resolve:

Art. 1º Suspender, pelo período de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis, os efeitos da Portaria GAB DEPEN nº 296, de 14 de junho de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 19 de junho de 2017.

Art. 2º Enquanto perdurarem os efeitos da suspensão, referida no artigo anterior, deverão ser utilizadas folhas de ponto para atestar a frequência dos servidores sujeitos a regimes que requeiram tal procedimento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTÔNIO SEVERO SILVA

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 4.194, DE 14 DE AGOSTO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/52933 - DPF/PGZ/PR, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PROVIGILANCIA SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 10.348.059/0001-29, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 1720/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.707, DE 5 DE SETEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/46081 - DPF/AGA/TO, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TRANS KOTHE TRANSPORTES RODOVIARIOS SA, CNPJ nº 03.052.564/0003-28 para atuar em Tocantins.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.708, DE 5 DE SETEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/46865 - DELESP/DREX/SR/DPF/RS, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PETROLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS, CNPJ nº 33.000.167/0102-55 para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 1951/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.710, DE 5 DE SETEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/65480 - DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa LIVRARIA CULTURA EDITORA S/A, CNPJ nº 62.410.352/0004-15 para atuar em Pernambuco.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.713, DE 5 DE SETEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/57972 - DELESP/DREX/SR/DPF/AM, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa NILO TAVARES COUTINHO S/A - ESTALEIRO SAO JOAO, CNPJ nº 04.561.684/0001-51 para atuar no Amazonas.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.817, DE 12 DE SETEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/67211 - DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ESPARTA SEGURANÇA LTDA., CNPJ nº 37.162.435/0006-57, sediada no Distrito Federal, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

5 (cinco) Armas de choque elétrico de lançamento de dardos energizados

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.863, DE 14 DE SETEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/62674 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CETREL-CENTRO DE TREINAMENTO DE VIGILANTES LTDA - ME, CNPJ nº 17.019.775/0001-01, sediada no Ceará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

27810 (vinte e sete mil e oitocentas e dez) Munições calibre .380
4860 (quatro mil e oitocentas e sessenta) Munições calibre 12
42120 (quarenta e duas mil e cento e vinte) Munições calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (uma) Máquina de recarga calibre 38, 380

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.889, DE 15 DE SETEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/68437 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa EVIK SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 01.111.567/0001-06, sediada em São Paulo, para adquirir:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800072

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
240 (duzentas e quarenta) Munições calibre .380
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.948, DE 19 DE SETEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/56499 - DELESP/DREX/SR/DPF/AM, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa F H DE OLIVEIRA PEIXOTO - EIRELI, CNPJ nº 15.809.486/0001-80, para atuar no Amazonas.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.968, DE 20 DE SETEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/70491 - DELESP/DREX/SR/DPF/AL, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0166-43, sediada em Alagoas, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
2 (duas) Espingardas calibre 12
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.969, DE 20 DE SETEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/70650 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa BELFORT SEGURANCA DE BENS E VALORES LTDA, CNPJ nº 62.447.032/0001-97, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1500 (uma mil e quinhentas) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.000, DE 22 DE SETEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/71437 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO JARDIM ANALIA FRANCO, CNPJ nº 03.573.756/0001-18 para atuar em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.011, DE 22 DE SETEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/55356 - DPF/PDE/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ASSOCIAÇÃO PRUDENTINA DE EDUCAÇÃO E CULTURA - APEC, CNPJ nº 44.860.740/0001-73 para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2055/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 33.990, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08385.009513/2017-77 - DELESP/DREX/SR/PF/PR, resolve:

CONCEDER autorização à empresa SOUZA LIMA SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA., CNPJ nº 64.911.290/0007-01, sediada no Paraná, para adquirir:

Da empresa cedente SEGPOLIS SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA., CNPJ: 14.777.907/0001-76:
30 (TRINTA) revólveres calibre 38;
352 (TREZENTOS E CINQUENTA E DOIS) cartuchos de munição calibre 38.
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 8.052, DE 15 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 22725/2016, decide:

ARQUIVAR o Processo nº 2014/7719 instaurado em desfavor de a RC & JT VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, 16.575.740/0001-96, sediada no Distrito Federal.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 8.127, DE 16 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 22928/2016, decide:

ARQUIVAR o Processo nº 2014/3027 instaurado em desfavor de a ASSOC. MORADORES E PROPRIETARIOS ALPES DE CAIEIRAS , 56.346.547/0001-06, sediada em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 8.128, DE 16 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 22929/2016, decide:

ARQUIVAR o Processo nº 2014/3028 instaurado em desfavor de a DESERT EAGLE SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA , 06.962.917/0001-53, sediada em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 8.129, DE 16 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 22930/2016, decide:

ARQUIVAR o Processo nº 2014/3051 instaurado em desfavor de a PROSERVI SERVIÇO DE VIGILANCIA LTDA, 89.108.054/0001-89, sediada no Rio Grande do Sul.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 8.187, DE 16 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 23035/2016, decide:

ARQUIVAR o Processo nº 2014/3261 instaurado em desfavor de a VILA FORTE VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, 01.354.797/0001-98, sediada no Rio de Janeiro.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 8.188, DE 16 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 23036/2016, decide:

ARQUIVAR o Processo nº 2014/3286 instaurado em desfavor de a VILA FORTE VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, 01.354.797/0001-98, sediada no Rio de Janeiro.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 8.269, DE 17 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 23266/2016, decide:

ARQUIVAR o Processo nº 2014/3319 instaurado em desfavor de a VILA FORTE VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, 01.354.797/0001-98, sediada no Rio de Janeiro.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 8.270, DE 17 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 23267/2016, decide:

ARQUIVAR o Processo nº 2014/3320 instaurado em desfavor de a VILA FORTE VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, 01.354.797/0001-98, sediada no Rio de Janeiro.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 8.272, DE 17 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 23269/2016, decide:

ARQUIVAR o Processo nº 2014/3323 instaurado em desfavor de a TRANSEXPERT VIGILANCIA E TRANSPORTE DE VALORES S/A., 04.086.371/0002-70, sediada no Rio de Janeiro.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 8.273, DE 17 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 23270/2016, decide:

ARQUIVAR o Processo nº 2014/3329 instaurado em desfavor de a POSTO E JARDIM ITATIAIA LTDA, 31.457.278/0001-16, sediada no Rio de Janeiro.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 8.347, DE 21 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 23602/2016, decide:

ARQUIVAR o Processo nº 2014/5591 instaurado em desfavor de a ENGEFORT SISTEMA AVANÇADO DE SEGURANÇA LTDA, 02.301.755/0007-47, sediada em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 8.422, DE 21 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 23862/2016, decide:

ARQUIVAR o Processo nº 2014/4958 instaurado em desfavor de a CJF DE VIGILANCIA LTDA, 19.009.885/0003-80, sediada no Rio de Janeiro.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 8.426, DE 21 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 23866/2016, decide:

ARQUIVAR o Processo nº 2014/4966 instaurado em desfavor de a STAR SYSTEM VIGILANCIA E SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA, 00.353.222/0001-98, sediada em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 8.693, DE 27 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 24840/2016, decide:

ARQUIVAR o Processo nº 2016/22962 instaurado em desfavor de a A.S.F SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, 11.880.303/0001-62, sediada em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800073

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 8.798, DE 29 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 25264/2016, decide:

ARQUIVAR o Processo nº 2014/6049 instaurado em desfavor de a ELFORT CURSOS DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, 09.112.231/0001-61, sediada na Paraíba.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 9.026, DE 5 DE JULHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 26099/2016, decide:

ARQUIVAR o Processo nº 2014/1585 instaurado em desfavor de a TREINAR CENTRO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, 10.476.847/0001-09, sediada em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 9.090, DE 6 DE JULHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 26241/2016, decide:

ARQUIVAR o Processo nº 2014/2261 instaurado em desfavor de a ATLANTICO SUL SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELLI, 05.164.958/0001-31, sediada em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 9.992, DE 26 DE JULHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 29616/2016, decide:

ARQUIVAR o Processo nº 2014/13367 instaurado em desfavor de a ENGEFORT SISTEMA AVANÇADO DE SEGURANÇA LTDA, 02.301.755/0007-47, sediada em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 10.185, DE 28 DE JULHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 30254/2016, decide:

ARQUIVAR o Processo nº 2014/14634 instaurado em desfavor de a SIVUCA SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, 02.940.325/0002-60, sediada no Espírito Santo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 11.013, DE 10 DE AGOSTO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 32473/2016, decide:

ARQUIVAR o Processo nº 2015/975 instaurado em desfavor de a VIGLIS VIGILANCIA LTDA, 11.018.334/0001-09, sediada em Minas Gerais.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 11.433, DE 18 DE AGOSTO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 33818/2016, decide:

ARQUIVAR o Processo nº 2014/1584 instaurado em desfavor de a TREINAR CENTRO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, 10.476.847/0001-09, sediada em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 12.078, DE 26 DE AGOSTO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 35572/2016, decide:

ARQUIVAR o Processo nº 2014/8928 instaurado em desfavor de a IATE CLUBE DE SANTOS , 48.693.832/0002-48, sediada em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 12.243, DE 29 DE AGOSTO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 35994/2016, decide:

ARQUIVAR o Processo nº 2014/9811 instaurado em desfavor de a GRANDSEG SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, 11.413.243/0001-78, sediada em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 12.244, DE 29 DE AGOSTO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 35995/2016, decide:

ARQUIVAR o Processo nº 2014/10081 instaurado em desfavor de a 318 VALENTES SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PRIVADA EIRELI, 12.652.261/0001-75, sediada em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 12.290, DE 30 DE AGOSTO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 36262/2016, decide:

ARQUIVAR o Processo nº 2014/10110 instaurado em desfavor de a FOCUS SEGURANCA E VIGILANCIA EIRELI, 03.457.699/0003-73, sediada em Minas Gerais.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 12.349, DE 30 DE AGOSTO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 36449/2016, decide:

ARQUIVAR o Processo nº 2015/5692 instaurado em desfavor de a RIMA SEGURANÇA LTDA., 09.081.459/0005-65, sediada em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 12.780, DE 5 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 37524/2016, decide:

ARQUIVAR o Processo nº 2015/9342 instaurado em desfavor de a TREINAR CENTRO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, 10.476.847/0001-09, sediada em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 12.781, DE 5 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 37525/2016, decide:

ARQUIVAR o Processo nº 2015/9348 instaurado em desfavor de a TREINAR CENTRO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, 10.476.847/0001-09, sediada em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 13.149, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 38601/2016, decide:

ARQUIVAR o Processo nº 2015/5922 instaurado em desfavor de a ÁGAPE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, 10.448.380/0001-85, sediada no Paraná.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 13.320, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 39003/2016, decide:

ARQUIVAR o Processo nº 2016/57374 instaurado em desfavor de a MAG SEGUR SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, 10.452.314/0003-40, sediada no Espírito Santo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 13.489, DE 19 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 39756/2016, decide:

ARQUIVAR o Processo nº 2014/16055 instaurado em desfavor de a TRANSEXPERT VIGILANCIA E TRANSPORTE DE VALORES S/A., 04.086.371/0006-01, sediada no Rio de Janeiro.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 13.492, DE 19 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 39759/2016, decide:

ARQUIVAR o Processo nº 2014/16702 instaurado em desfavor de a ALTO MIUDEZAS COMERCIAL LTDA , 06.144.877/0001-32, sediada no Maranhão.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 13.494, DE 19 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 39761/2016, decide:

ARQUIVAR o Processo nº 2014/16779 instaurado em desfavor de a RC & JT VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, 16.575.740/0001-96, sediada no Distrito Federal.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 13.834, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 41411/2016, decide:

ARQUIVAR o Processo nº 2015/5552 instaurado em desfavor de a GOLD ALFA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI, 12.058.738/0001-99, sediada em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 13.881, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 41607/2016, decide:

ARQUIVAR o Processo nº 2014/11171 instaurado em desfavor de a RRJ TRANSPORTE DE VALORES, SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, 02.459.497/0001-36, sediada em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 13.882, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 41608/2016, decide:

ARQUIVAR o Processo nº 2014/11172 instaurado em desfavor de a RRJ TRANSPORTE DE VALORES, SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, 02.459.497/0001-36, sediada em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 13.974, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 41700/2016, decide:

ARQUIVAR o Processo nº 2016/29210 instaurado em desfavor de a CONDOMINIO RIVIERA DE PONTA NEGRA I, 15.575.031/0001-48, sediada no Amazonas.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 13.975, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 41701/2016, decide:

ARQUIVAR o Processo nº 2016/29216 instaurado em desfavor de a DELIMA COMERCIO E NAVEGAÇÃO LTDA, 05.089.941/0001-67, sediada no Amazonas.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800074

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 13.983, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 41780/2016, decide:

ARQUIVAR o Processo nº 2016/38422 instaurado em desfavor de a SEGURANCA ESPECIAL EXOTERIC LTDA , 00.761.024/0001-63, sediada na Bahia.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 13.984, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 41781/2016, decide:

ARQUIVAR o Processo nº 2016/38424 instaurado em desfavor de a SEGURANCA ESPECIAL EXOTERIC LTDA , 00.761.024/0001-63, sediada na Bahia.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 13.985, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 41782/2016, decide:

ARQUIVAR o Processo nº 2016/38426 instaurado em desfavor de a SEGURANCA ESPECIAL EXOTERIC LTDA , 00.761.024/0001-63, sediada na Bahia.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 13.986, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 41783/2016, decide:

ARQUIVAR o Processo nº 2016/38428 instaurado em desfavor de a SEGURANCA ESPECIAL EXOTERIC LTDA , 00.761.024/0001-63, sediada na Bahia.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 13.987, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 41784/2016, decide:

ARQUIVAR o Processo nº 2016/38431 instaurado em desfavor de a SEGURANCA ESPECIAL EXOTERIC LTDA , 00.761.024/0001-63, sediada na Bahia.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 13.993, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 41790/2016, decide:

ARQUIVAR o Processo nº 2015/6564 instaurado em desfavor de a MASP SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA , 06.933.715/0001-83, sediada no Amazonas.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 13.994, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 41791/2016, decide:

ARQUIVAR o Processo nº 2015/6565 instaurado em desfavor de a MASP SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA , 06.933.715/0001-83, sediada no Amazonas.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 13.996, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 41793/2016, decide:

ARQUIVAR o Processo nº 2015/6577 instaurado em desfavor de a MASP SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA , 06.933.715/0001-83, sediada no Amazonas.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 14.021, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 41893/2016, decide:

ARQUIVAR o Processo nº 2015/7649 instaurado em desfavor de a ITAPAGÉ S/A - CELULOSE,PAPEIS E ARTEFATOS, 06.110.761/0001-82, sediada no Maranhão.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 14.023, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 41895/2016, decide:

ARQUIVAR o Processo nº 2015/7651 instaurado em desfavor de a CARVALHO E FERNANDES LTDA, 11.596.442/0056-32, sediada no Maranhão.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 14.197 DE 5 DE OUTUBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 42444/2016, decide:

ARQUIVAR o Processo nº 2015/7043 instaurado em desfavor de a MARCAR SEGURANÇA LTDA, 05.502.438/0001-91, sediada em Goiás.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 14.208, DE 5 DE OUTUBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 42457/2016, decide:

ARQUIVAR o Processo nº 2015/7067 instaurado em desfavor de a PROTEX SEGURANÇA LTDA, 07.101.265/0001-25, sediada no Rio de Janeiro.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 14.218 DE 5 DE OUTUBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 42467/2016, decide:

ARQUIVAR o Processo nº 2015/7698 instaurado em desfavor de a BRINK'S SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., 60.860.087/0170-93, sediada no Pará.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 14.590, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 43241/2016, decide:

ARQUIVAR o Processo nº 2014/8547 instaurado em desfavor de a ATUS VIGILANCIA LTDA, 00.557.250/0001-27, sediada em Santa Catarina.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 14.602, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 43253/2016, decide:

ARQUIVAR o Processo nº 2015/4493 instaurado em desfavor de a BERTILLON CURSO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, 22.918.957/0001-54, sediada no Pará.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 33.989, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08385.009513/2017-77 - DELESP/DREX/SR/PF/PR, resolve:

Cancelar a Autorização de Funcionamento concedida à empresa SEGPOLIS SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA., CNPJ: 14.777.907/0001-76, localizada no PARANÁ.

CARLOS ROGÉRIO FERREIRA COTA

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA E CIDADANIA

PORTARIAS DE 25 DE SETEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de maio de 2016, tendo em vista a decisão judicial proferida em 24 de agosto de 2017, no processo nº 5000583-08.2016.4.04.7107/RS, pelo juiz federal, Rafael Martins Costa Moreira, da 4ª Vara Federal de Caxias do Sul, resolve:

Nº 208 - CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do artigo 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o artigo 111, da Lei nº 6.815/1980, com redação dada pela Lei nº 6.964/1981, regulamentada pelo Decreto nº 86.715/1981, alterado pelo Decreto nº 8.757/2016, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

ABDERRAHIM ELAHMAR - G083657-F, natural do Marrocos, nascido em 30 de março de 1989, filho de Mbarek Bem El Mahjoub e de Messaduda Bent Abdesslam, residente no Estado do Paraná teve sua solicitação de adaptação de nome indeferida, por não se enquadrar nas hipóteses elencadas no artigo 43 da Lei 6.815 de 1980 (Processo nº 08491.000536/2017-17);

AGUSTIN HERRERO MARTIN - V503422-9, natural da Espanha, nascido em 31 de janeiro de 1973, filho de Agustin Herrero Villanueva e de Asuncion Martin Padilla, residente no Estado do Ceará (Processo nº 08270.307302/2016-11);

AMIT BEN ARIEH - V222737-Z, natural de Israel, nascido em 12 de novembro de 1968, filho de David Ben Arieh e de Ora Ben Arieh, residente no Estado de Rio de Janeiro (Processo nº 08460.304229/2016-81);

BALMER DE ALMEIDA DO NASCIMENTO - V429718-R, natural de São Tomé e Príncipe, nascido em 12 de setembro de 1985, filho de Francisco Menezes do Nascimento e de Maria Nazare de Almeida do Nascimento, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 08354.301616/2016-72);

CARLOS ALBERTO ALVAREZ DUARTE - V916452-P, natural do Paraguai, nascido em 18 de outubro de 1990, filho de Eligio Alvarez Benitez e de Lucila Duarte de Alvarez, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08386.007731/2016-86);

FEDERICO PEREZ BESSI - V478414-M, natural da Argentina, nascido em 23 de novembro de 1979, filho de Ruben Hugo Perez e de Daniela Bessi, residente no Distrito Federal (Processo nº 08280.300524/2016-86);

HASSAN ABDUL HADI BASSAL - V504416-0, natural do Iraque, nascido em 15 de julho de 1981, filho de Abdul Hadi Bassal e de Wafaa Yassen, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08389.008009/2016-39);

HUSSEIN AWALA - V595163-H, natural do Líbano, nascido em 23 de julho de 1981, filho de Hassan Awala e de Salma Youssef Awala, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.002435/2017-76);

INACIO SANGUEVE PACHECO - V581285-T, natural da Angola, nascido em 18 de maio de 1979, filho de Tito Pacheco e de Valentina Chokalie, residente no Estado do Amazonas (Processo nº 08797.000152/2017-51);

LUIS ALEJANDRO MONTES ARENAS - V490121-S, natural da Colômbia, nascido em 04 de julho de 1979, filho de Jesus Maria Montes Gonzalez e de Magnolia Arenas Cardona, residente no Estado da Bahia (Processo nº 08260.004518/2016-39);

LYSGRETH SANCHEZ CARRERA PIZZI - V497760-X, natural de Cuba, nascida em 20 de abril de 1982, filha de Mario Santiago Sanchez Mojarrieta e de Giselda Felicita Carrera Vara, residente no Estado de Alagoas (Processo nº 08230.011359/2016-86);

MANUEL CENTEIO ARAUJO - G187869-A, natural do Cabo Verde, nascido em 03 de abril de 1947, filho de João Lopes Araujo e de Natalia Centeio Araujo, residente no Estado do Ceará (Processo nº 08270.305617/2016-16);

MARIA BOBLAK CRUZ - V849633-W, natural da Rússia, nascida em 03 de fevereiro de 1983, filha de Mikhail Boblak e de Vera Boblak, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08460.303656/2016-41);

MOAZ BSES - V872671-4, natural da Síria, nascido em 09 de janeiro de 1987, filho de Badee Bses e de Seham Estamboli, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.323312/2016-95);

NAJIA EL ABID - V611704-X, natural do Marrocos, nascida em 01 de janeiro de 1978, filha de Mohammed Ben M`Hamed e de Mbarka Bent Ahmed, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08386.301731/2016-70);

NOUR AL HOUDA TOUFICK - V952201-9, natural do Líbano, nascida em 16 de outubro de 1992, filha de Hassan Toufic e de Yousr Haidar, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08389.017143/2016-21);

RAFAEL ALEXANDRE MAGALHÃES DE VASCONCELOS - V554654-R, natural de Portugal, nascido em 28 de janeiro de 1968, filho de Antonio Alexandre Vasconcelos e de Maria Rosa Pinto de Magalhães, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº 08280.025014/2016-14);

RAMI KAMAL AHMED HUSSEIN - V641728-1, natural da República Árabe do Egito, nascido em 17 de novembro de 1979, filho de Kamal Ahmed Hussein e de Mahdia Mostafa Khalifa, residente no Distrito Federal (Processo nº 08280.002315/2017-51) e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800075

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUALY SOFIA DOS REIS LIMA ALBERNAZ - G065441-3, natural de Cabo Verde, nascida em 05 de fevereiro de 1988, filha de Ildo da Cruz Lima e de Fernanda Gomes dos Reis, residente no Estado do Tocantins (Processo nº 08297.301823/2016-59).

Nº 209 - AUTORIZAR a emissão de Certificado Provisório de Naturalização, as pessoas abaixo relacionadas, nos termos do artigo 12, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o artigo 111, da Lei nº 6.815/1980, com redação dada pela Lei nº 6.964/1981, regulamentada pelo Decreto nº 86.715/1981, alterado pelo Decreto nº 8.757/2016, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

DANIELA VALENTINA SARCOS CASTILLO, natural da Venezuela, nascida em 16 de março de 2009, filha de Luis Manuel Sarcos Ocando e de Sirley Karina Castillo de Sarcos, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo: 08000.049744/2017-91);

IVANOVICH ALKHOURI, natural da Síria, nascido em 05 de janeiro de 2015, filho de Mouhannad Alkhouri e de Nour Haddad, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo: 08000.033151/2017-11) e

VICTORIA ALEJANDRA ALMEIDA CASTRILLO, natural da Venezuela, nascida em 17 de dezembro de 2002, filha de Fernando Alejandro Almeida Alonso e de Midbelis Teresa Castrillo Mendoza, residente no Estado de São Paulo (Processo: 08506.010133/2017-61).

Nº 210 - CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do artigo 12, II, "b", da Constituição Federal, e em conformidade com o artigo 111, da Lei nº 6.815/1980, com redação dada pela Lei nº 6.964/1981, regulamentada pelo Decreto nº 86.715/1981, alterado pelo Decreto nº 8.757/2016, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

NILTON ELISEO TORREZ CHAVEZ - Z278334-2, natural da Bolívia, nascido em 14 de junho de 1971, filho de Constancio Torrez Serrano e de Nieves Chavez de Torrez,residente no Estado do Acre (Processo nº 08220.302771/2016-21).

Nº 211 - CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do artigo 12, II, "b", da Constituição Federal, e em conformidade com o artigo 111, da Lei nº 6.815/1980, com redação dada pela Lei nº 6.964/1981, regulamentada pelo Decreto nº 86.715/1981, alterado pelo Decreto nº 8.757/2016, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

SARA EMMA CORONEL - W618362-T, natural da Argentina, nascida em 28 de julho de 1933, filha de Miguel Geronimo Coronel e de Petrona Belinda Ferreira, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.302991/2016-69).

ASTÉRIO PEREIRA DOS SANTOS

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 2.441, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

Altera o Anexo XII da Portaria nº 966, de 19 de maio de 2014.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse, regular e automático, de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 1.651, de 28 de setembro de 1995, que regulamenta o Sistema Nacional de Auditoria no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando a Portaria nº 1.378/GM/MS, de 9 de julho de 2013, que regulamenta as responsabilidades e define diretrizes para execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária;

Considerando a Portaria nº 3.276/GM/MS, de 26 de dezembro de 2013, que regulamenta o incentivo financeiro de custeio às ações de vigilância, prevenção e controle das DST/AIDS e Hepatites Virais, previsto no art. 18, inciso II, da Portaria nº 1.378/GM/MS, de 9 de julho de 2013, com a definição de critérios gerais, regras de financiamento e monitoramento;

Considerando a Portaria nº 966/GM/MS, de 19 de maio de 2014, que habilita estados e seus municípios ao recebimento do Incentivo às Ações de Vigilância, Prevenção e Controle das DST, Aids e Hepatites Virais;

Considerando a Portaria nº 1.955/GM/MS, de 2 de dezembro de 2015, que altera e acresce dispositivos à Portaria nº 1.378/GM/MS, de 9 de julho de 2013, que regulamenta as responsabilidades e define diretrizes para execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária;

Considerando a necessidade de alteração dos valores do Incentivo às Ações de Vigilância, Prevenção e Controle das DST, Aids e Hepatites Virais de Minas Gerais e seus municípios; e

Considerando a Resolução CIB-SUS/MG nº 2.482, de 27 de abril de 2017, resolve:

Art. 1º Fica alterado o Anexo XII da Portaria nº 966, de 19 de maio de 2014, que passa a vigorar na forma do anexo a esta Portaria.

Art. 2º Ficam definidos que os valores do Incentivo às Ações de Vigilância, Prevenção e Controle das DST, Aids e Hepatites Virais serão transferidos em parcelas mensais, correspondentes a 1/12 (um doze avos) dos valores pactuados, para os Fundos Municipais e Estadual de Saúde de Minas Gerais, de acordo com o anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. Quando a divisão por 1/12 (um doze avos) dos valores anuais, de cada ente federativo, implicar em dízima, os valores serão truncados em duas casas decimais.

Art. 3º Na hipótese de execução integral do objeto originalmente pactuado e verificada sobra de recursos financeiros, o ente federativo poderá efetuar o remanejamento dos recursos e a sua aplicação nos termos da Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007.

Art. 4º Nos casos em que for verificada a não execução integral do objeto originalmente pactuado e a existência de recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Distrital e Municipais não executados, seja parcial ou totalmente, o ente federativo estará sujeito à devolução dos recursos financeiros transferidos e não executados, acrescidos da correção monetária prevista em lei, observado o regular processo administrativo.

Art. 5º Nos casos em que for verificado que os recursos financeiros transferidos pelo FNS foram executados, total ou parcialmente em objeto distinto ao originalmente pactuado, aplicar-se-á o regramento disposto na Lei Complementar nº 141, de 3 de janeiro de 2012, e no Decreto nº 7.827, de 16 de outubro de 2012.

Art. 6º O ente federativo beneficiado, constante desta Portaria, que esteja com repasse do Piso Fixo de Vigilância em Saúde (PFVS) e do Piso Variável de Vigilância em Saúde (PVVS) do Bloco de Vigilância em Saúde bloqueado, por não alimentação do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), do Sistema de Informações de Nascidos Vivos (SINASC) e do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), não fará jus aos recursos previstos nesta Portaria caso a regularização da alimentação dos sistemas ocorra após 90 (noventa) dias da data de publicação do bloqueio, conforme disposto no § 2º do art. 39 da Portaria nº 1.378/GM/MS, de 9 de julho de 2013.

Art. 7º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidas nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em conformidade com os processos de pagamentos instruídos.

Art. 8º Os recursos financeiros para a execução das atividades de que trata esta Portaria são oriundos do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho - 10.302.2015.20AC - Incentivo Financeiro a Estados e Municípios para ações de Prevenção e Qualificação da Atenção em HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência seguinte ao da sua publicação.

Art. 10. Fica revogada a Portaria nº 2.058/GM/MS, de 15 de dezembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União nº 240, de 16 de dezembro de 2015, Seção 1, página 51.

RICARDO BARROS

ANEXO

IBGE	Estado / Municípios	Valor Anual (R$)	Valor Mensal (R$)
310000	SES Minas Gerais	2.267.833,48	188.986,12
310090	Aguas Formosas	78.236,52	6.519,71
310150	Além Paraíba	82.547,84	6.878,98
310160	Alfenas	122.452,45	10.204,37
310260	Andradas	81.865,42	6.822,11
310340	Araçuaí	70.069,44	5.839,12
310350	Araguari	149.902,88	12.491,90
310400	Araxá	116.305,60	9.692,13
310560	Barbacena	155.101,04	12.925,08
310620	Belo Horizonte	3.740.016,38	311.668,03
310630	Belo Oriente	10.000,00	833,33
310670	Betim	305.633,86	25.469,48
310900	Brumadinho	10.000,00	833,33
311060	Cambuí	10.000,00	833,33
311330	Carangola	80.983,89	6.748,65
311340	Caratinga	10.000,00	833,33
311430	Carmo do Paranaíba	10.000,00	833,33
311530	Cataguases	10.000,00	833,33
311800	Congonhas	10.000,00	833,33
311830	Conselheiro Lafaiete	162.994,63	13.582,88
311860	Contagem	426.550,34	35.545,86
311930	Coromandel	10.000,00	833,33
311940	Coronel Fabriciano	144.053,19	12.004,43
312090	Curvelo	10.000,00	833,33
312160	Diamantina	98.943,62	8.245,30
312230	Divinópolis	283.101,52	23.591,79
312410	Esmeraldas	10.000,00	833,33
312420	Espera Feliz	10.000,00	833,33
312510	Extrema	97.771,15	8.147,59
312610	Formiga	10.000,00	833,33
312650	Francisco Badaró	10.000,00	833,33
312710	Frutal	93.808,71	7.817,39
312770	Governador Valadares	151.724,79	12.643,73
312870	Guaxupé	10.000,00	833,33
312980	Ibirité	110.741,74	9.228,47
313010	Igarapé	10.000,00	833,33
313130	Ipatinga	253.408,55	21.117,37
313160	Iraí de Minas	10.000,00	833,33

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800076

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

313170	Itabira	114.230,87	9.519,23
313190	Itabirito	84.717,89	7.059,82
313240	Itajubá	169.428,99	14.119,08
313303	Itaobim	85.409,71	7.117,47
313380	Itaúna	10.000,00	833,33
313420	Ituiutaba	106.610,92	8.884,24
313440	Iturama	10.000,00	833,33
313510	Janaúba	63.570,76	5.297,56
313620	João Monlevade	107.726,74	8.977,22
313665	Juatuba	10.000,00	833,33
313670	Juiz de Fora	784.709,88	65.392,49
313720	Lagoa da Prata	10.000,00	833,33
313760	Lagoa Santa	10.000,00	833,33
313820	Lavras	137.597,40	11.466,45
313862	Limeira do Oeste	10.000,00	833,33
313880	Luz	10.000,00	833,33
313940	Manhuaçu	113.737,16	9.478,09
313950	Manhumirim	10.000,00	833,33
314000	Mariana	10.000,00	833,33
314070	Mateus Leme	10.000,00	833,33
314170	Mesquita	10.000,00	833,33
314280	Monte Alegre de Minas	10.000,00	833,33
314310	Monte Carmelo	10.000,00	833,33
314330	Montes Claros	310.840,67	25.903,38
314390	Muriaé	166.368,27	13.864,02
314480	Nova Lima	69.822,66	5.818,55
314520	Nova Serrana	10.000,00	833,33
314560	Oliveira	10.000,00	833,33
314610	Ouro Preto	71.666,14	5.972,17
314630	Padre Paraíso	10.000,00	833,33
314700	Paracatu	10.000,00	833,33
314710	Pará de Minas	10.000,00	833,33
314730	Paraisópolis	89.915,64	7.492,97
314790	Passos	148.622,96	12.385,24
314800	Patos de Minas	200.828,34	16.735,69
314810	Patrocínio	10.000,00	833,33
315120	Pirapora	121.233,63	10.102,80
315180	Poços de Caldas	164.714,23	13.726,18
315200	Pompéu	10.000,00	833,33
315210	Ponte Nova	134.857,58	11.238,13
315250	Pouso Alegre	154.444,88	12.870,40
315280	Prata	10.000,00	833,33
315460	Ribeirão das Neves	144.957,17	12.079,76
315670	Sabará	95.793,38	7.982,78
315780	Santa Luzia	83.628,20	6.969,01
315895	Santana do Paraíso	10.000,00	833,33
315960	Santa Rita do Sapucaí	82.049,25	6.837,43
316070	Santos Dumont	75.867,69	6.322,30
316250	São João Del Rei	145.920,98	12.160,08
316292	São Joaquim de Bicas	10.000,00	833,33
316370	São Lourenço	139.414,74	11.617,89
316470	São Sebastião do Paraíso	113.907,98	9.492,33
316720	Sete Lagoas	243.415,34	20.284,61
316860	Teófilo Otoni	178.822,08	14.901,84
316870	Timóteo	125.696,13	10.474,67
316930	Três Corações	123.717,95	10.309,82
316940	Três Pontas	135.325,68	11.277,14
316990	Ubá	10.000,00	833,33
317010	Uberaba	315.872,68	26.322,72
317020	Uberlândia	538.768,84	44.897,40
317040	Unaí	125.642,81	10.470,23
317070	Varginha	168.566,09	14.047,17
317120	Vespasiano	157.435,92	13.119,66
317130	Viçosa	133.515,93	11.126,32
	Total	16.003.421,20	1.333.618,03

PORTARIA Nº 2.453, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

Suspende a transferência de incentivos financeiros referentes à Estratégia Saúde da Família, no Município de Alvorada do Sul (PR).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando os esforços do Ministério da Saúde pela transparência nos repasses de recursos para a Atenção Básica;

Considerando a Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS);

Considerando a responsabilidade do Ministério da Saúde pelo monitoramento da utilização dos recursos da Atenção Básica transferidos aos municípios e Distrito Federal; e

Considerando a existência de irregularidades na gestão das ações financiadas por meio do Incentivo Financeiro, Parte Variável do Piso da Atenção Básica - PAB, para a Estratégia Saúde da Família, resolve:

Art. 1º Fica suspensa, a partir da competência financeira agosto/2017, a transferência do incentivo financeiro referente à Equipe de Saúde da Família e Saúde Bucal, do Município de Alvorada do Sul (PR), em virtude de irregularidades/impropriedades detectadas pelo Ministério Público Federal, devidamente verificadas pela Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, especialmente no que tange ao Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES, conforme preconiza a Política Nacional de Atenção Básica.

Art. 2º Em conformidade com a Política Nacional de Atenção Básica, a suspensão ora formalizada dar-se-á em 3 (três) Equipes de Saúde da Família e 2 (duas) Equipes de Saúde Bucal modalidade I e 1 (uma) Equipe de Saúde Bucal modalidade II, e perdurará até a adequação das irregularidades por parte do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

PORTARIA N° 2.454, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

Restabelece a transferência de recursos financeiros do Componente de Vigilância Sanitária, do Bloco de Vigilância em Saúde, a Municípios desbloqueados da Portaria n° 1.402/GM/MS, de 7 de junho de 2017.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e considerando a Portaria nº 1.402/GM/MS, de 7 de junho de 2017, que suspende a transferência de recursos financeiros do Componente de Vigilância Sanitária, do Bloco de Vigilância em Saúde, a Municípios que não cadastraram ou atualizaram os serviços de vigilância sanitária no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SNCES) ou não alimentaram regularmente o Sistema de Informação Ambulatorial (SIA/SUS), nos meses de outubro de 2016 a fevereiro de 2017, resolve:

Art. 1º O terceiro desbloqueio de que trata esta Portaria restabelece a transferência dos recursos financeiros do Bloco de Vigilância em Saúde, do Componente de Vigilância Sanitária, referente às parcelas 05/2017, 06/2017, 07/2017 e 08/2017 aos Municípios constantes dos anexos a esta Portaria que, de acordo com monitoramento realizado em 18 de agosto de 2017, regularizaram as informações no SCNES e SIA/SUS.

Art. 2º Os Recursos Financeiros necessários para a presente Portaria totalizam R$ 155.644,40 (cento e cinquenta e cinco mil seiscentos e quarenta e quatro reais e quarenta centavos), a serem custeados com dotações orçamentárias constantes do Programa de Governo "Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde - SUS" nas seguintes unidades orçamentárias:

I - Fundo Nacional de Saúde (FNS): no montante de R$ 127.067,48 (cento e vinte e sete mil sessenta e sete reais e quarenta e oito centavos), na Ação Orçamentária 10.304.2015.20AB "Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Execução de Ações de Vigilância Sanitária"; e

II - Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA): no montante de R$ 28.576,92 (vinte e oito mil quinhentos e setenta e seis reais e noventa e dois centavos), na Ação Orçamentária 10.304.2015.8719 "Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes, Tecidos, Células e Órgãos Humanos - Nacional".

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO I - Municípios regularizados quanto ao SCNES - monitoramento em 18 de agosto de 2017	
MINAS GERAIS	Cód IBGE
São Sebastião do Maranhão *	316450
TOTAL	1

RIO GRANDE DO SUL	Cód IBGE
Dom Pedro de Alcântara *	430655
TOTAL	1

TOTAL BRASIL	2

* os municípios permanecem bloqueados no SIA/SUS

ANEXO II - Municípios regularizados quanto ao SIA/SUS - monitoramento em 18 de agosto de 2017	
ALAGOAS	Cód IBGE
Mar Vermelho	270490
TOTAL	1

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800077

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AMAZONAS	Cód IBGE
Pauini	130350
TOTAL	1

BAHIA	Cód IBGE
Piraí do Norte	292467
TOTAL	1

GOIÁS	Cód IBGE
Itaberaí	521040
TOTAL	1

MARANHÃO	Cód IBGE
Monção	210690
Porto Rico do Maranhão	210905
Santa Helena	210980
Senador Alexandre Costa	211174
TOTAL	4

MATO GROSSO	Cód IBGE
Nova Monte Verde	510895
TOTAL	1

MINAS GERAIS	Cód IBGE
Albertina	310140
Ijaci	313040
TOTAL	2

PARÁ	Cód IBGE
Goianésia do Pará	150309
TOTAL	1

PARANÁ	Cód IBGE
Altamira do Paraná	410045
Paiçandu	411750
TOTAL	2

PERNAMBUCO	Cód IBGE
Araripina	260110
Cabrobó	260300
Ouricuri	260990
TOTAL	3

PIAUÍ	Cód IBGE
Wall Ferraz	221170
TOTAL	1

RIO GRANDE DO SUL	Cód IBGE
Xangri-lá	432380
TOTAL	1

SANTA CATARINA	Cód IBGE
Salto Veloso	421540
TOTAL	1

SÃO PAULO	Cód IBGE
Paulínia	353650
TOTAL	1

TOCANTINS	Cód IBGE
Babaçulândia	170300
Juarina	171180
Taguatinga	172090
TOTAL	3

TOTAL BRASIL	24

PORTARIA Nº 2.468, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

Desabilita e habilita o Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) do Município de Abaiara (CE).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando as Portarias nº 599/GM/MS e nº 600/GM/MS, de 23 de março de 2006, que estabelecem critérios de credenciamento/habilitação dos serviços especializados denominados Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) e suas formas de financiamento;

Considerando a Portaria nº 226/GM/MS, 12 de fevereiro de 2008, que habilita Centros de Especialidades Odontológicas CEO a receberem os incentivos financeiros destinados à implantação e ao custeio dos serviços especializados de saúde bucal; e

Considerando a alteração promovida pelos gestores municipais no cadastro dos estabelecimentos de saúde no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), resolve:

Art. 1º Fica desabilitado o serviço Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) da Unidade de Saúde abaixo:

UF	CÓD. M.	MUNICÍPIO	NOME DE FANTASIA	CÓDIGO NO CNES	TIPO DE REPASSE	CLASSIFICA-ÇÃO CEO TIPO
CE	230010	Abaiara	Unidade Básica de Saúde São Francisco	2726319	Municipal	I

Art. 2º Fica habilitado o serviço Centro de Especialidades Odontológica (CEO) da Unidade de Saúde abaixo:

UF	CÓD. M.	MUNICÍPIO	NOME DE FANTASIA	CÓDIGO NO CNES	TIPO DE REPASSE	CLASSIFI-CAÇÃO CEO TIPO
CE	230010	Abaiara	CEO de Abaiara	7476590	Municipal	I

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

PORTARIA Nº 2.469, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

Estabelece a suspensão da transferência de recursos do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar e do Componente Limite Financeiro da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado de São Paulo e do Município de Santa Bárbara d'Oeste (SP).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria n° 2.395/GM/MS, de 11 de outubro de 2011, que organiza o Componente Hospitalar da Rede de Atenção às Urgências no âmbito do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria n° 52/GM/MS, de 7 de janeiro de 2014, que aprova alterações da Etapa I do Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências do Estado e Municípios de São Paulo, e aloca recursos financeiros; e

Considerando a Deliberação da Comissão Intergestores Bipartite do Estado de São Paulo - CIB/SP nº 32, de 25 de agosto de 2015, que homologa a readequação da RUE da RRAS 15 - Hospital Santa Bárbara d'Oeste, com redução de 40 para 30 leitos de retaguarda clínica para a RUE, resolve:

Art. 1º Fica estabelecida a suspensão da transferência de recursos do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar e do Componente Limite Financeiro da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado de São Paulo e do Município de Santa Bárbara d'Oeste (SP), no montante anual de R$ 775.625,00 (setecentos e setenta e cinco mil e seiscentos e vinte e cinco reais) ao Fundo Municipal de Saúde de Santa Bárbara d'Oeste (SP).

Parágrafo único. A suspensão estabelecida refere-se à habilitação e à qualificação de leitos de enfermaria clínica de retaguarda do Hospital Santa Bárbara, CNES 2079232, gestão municipal, localizado no Município de Santa Bárbara d'Oeste (SP), custeados por meio da Portaria n° 52/GM/MS, de 7 de janeiro de 2014, e é decorrente de monitoramento do cumprimento de requisitos e critérios estabelecidos pela Portaria nº 2.395/GM/MS, de 11 de outubro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

RETIFICAÇÃO

No art. 1º da Portaria nº 2.191/GM/MS, de 30 de agosto de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 169, de 1º de setembro de 2017, Seção 1, página 138, onde se lê: "Fica habilitado", leia-se: "Fica alterado".

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA COLEGIADA

DECISÕES DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através do Circuito Deliberativo nº 1 de 26/09/2017, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo: 33910.014671/2017-09.

Decisão: Aprovada à unanimidade a Nota Técnica nº 1/2017/COAINES/GEPIN/DIRAD-DIDES/DIDES que trata da publicação do D-TISS em formato aberto, agendado para 29/09/2017, em cumprimento ao 3º lote do cronograma do PDA (Plano de Dados Abertos) 2017, na opção que sugere a ocultação de três colunas, para preservar as condições de sigilo legal do conteúdo das informações.

Os autos do processo em referência encontram-se à disposição dos interessados no SEI.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através do Circuito Deliberativo nº 1 de 26/09/2017, julgou o seguinte processo administrativo:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800078

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo: 33902.054624/2010-12

Decisão: Aprovada à unanimidade a Nota Técnica nº 343/2017/CCADE/GERH/DIRAD-DIGES/DIGES que trata da alteração do período de afastamento do país do servidor EDUARDO VIEIRA NETO, Especialista em Regulação, lotado na GMOA/DIRAD/DIPRO, que está participando do programa de Doutorado-Sanduíche no Exterior - PDSE da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, não havendo alteração do período total do afastamento: 1º de junho de 2017 a 30 de novembro de 2017 - período no exterior; e de 1º de dezembro de 2017 a 31 de dezembro de 2017 - período no Brasil

Os autos do processo em referência encontram-se à disposição dos interessados no SEI.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através do Circuito Deliberativo nº 1 de 26/09/2017, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo: 33903.012293/2015-48.

Decisão: Aprovadas à unanimidade a Repactuação e Prorrogação do Contrato 43/2015, celebrado entre a ANS e a empresa Plansul Planejamento e Consultoria EIRELI, cujo objeto é a prestação de serviço de apoio administrativo nas dependências da ANS em Brasília/DF, por mais 12 (doze) meses, pelo período de 13/10/2017 a 13/10/2018.

Os autos do processo em referência encontram-se à disposição dos interessados no SEI.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através do Circuito Deliberativo nº 1 de 26/09/2017, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo: 33910.000026/2017-09.

Decisão: Aprovada à unanimidade a republicação de Edital, com reformulação do Termo de Referência, em relação à contratação de empresa especializada na prestação de serviço de administração, gestão, controle e pagamento de despesas de táxi, por meio de plataforma web e aplicativo smartphone

Os autos do processo em referência encontram-se à disposição dos interessados no SEI.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 em deliberação através da 470ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 07 de agosto de 2017, aprovou o voto relator nos seguintes processos administrativos:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Relator	Tipo de Infração	Valor da Multa (R$)
25773.003494/2016-30	All Care Administradora de Benefícios S.A.	DIPRO	Obrigações de natureza contratual - Art.78 c/c art.10, inciso IV da RN 124/2006.	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25789.037607/2015-41	Assistência Médica São Miguel Ltda	DIPRO	Urgência e emergência - Arts. 79 c/c 10, inciso III c/c art.8º, inciso III, todos da RN nº 124/2006.	54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais)
33903.002662/2013-22	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIPRO	Negativa de cobertura - Arts. 77 c/c 10, inciso V c/c art.7º, inciso III c/c art.8º, inciso III, todos da RN nº 124/2006.	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
25789.094048/2014-95	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIPRO	Negativa de cobertura - Art.77 c/c art.10, inciso V e art.7º, inciso III, todos da RN 124/2006.	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25779.045995/2015-52	Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIPRO	Negativa de cobertura - Art.77 c/c art.10, inciso III e art.7º, inciso III, todos da RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25773.006721/2015-06	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIPRO	Mudança de Faixa Etária - Art.57 c/c art.10, inciso V e art.7º, inciso III, todos da RN 124/2006.	49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
25789.020569/2014-14	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	DIPRO	Obrigações de natureza contratual - Art.78 c/c art.10, inciso V e art.7º, inciso III, todos da RN 124/2006.	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25789.095680/2014-56	Unimed Paulista Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico	DIPRO	Suspensão ou Rescisão Unilateral de Contrato Individual - Art.82 c/c art.10, inciso V, ambos da RN 124/2006.	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25772.010657/2013-06	Amil Assistência Médica Internacional S/A	DIPRO	Negativa de cobertura - Art.77 c/c art.10, inciso V e art.7º, inciso III, todos da RN 124/2006.	176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais)
33902.845929/2013-89	GS Plano Global de Saúde Ltda	DIPRO	Negativa de cobertura - Art. 77 c/c art. 10, inciso II da RN nº 124/2006.	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25772.015716/2013-24	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIPRO	Obrigações de natureza contratual - Art.78 c/c art.10, inciso V, ambos da RN 124/2006.	60.000,00 (sessenta mil reais)
25783.026909/2013-81	Oralclass Assistência Médica e Odontológica S/S Ltda	DIPRO	Suspensão ou Rescisão Unilateral de Contrato Individual - art.82 c/c art.10, inciso II, ambos da RN 124/2006.	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25789.062786/2015-54	Medisanitas Brasil Assistência Integral A Saúde S/A	DIPRO	Negativa de Cobertura - Arts. 77, 10, III e 7º, III da RN 124/2006.	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25789.087171/2015-31	Assistência Medico Hospitalar São Lucas S/A	DIPRO	Negativa de Cobertura - Arts. 77, 8º, III e 10, III da RN 124/2006.	43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais)
25789.059702/2015-03	Unimed Campinas Cooperativa de Trabalho Médico	DIPRO	Negativa de Cobertura - Arts. 77, 10, V e 7º, III da RN 124/2006.	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.094297/2015-61	H.B. Saúde S/A	DIPRO	Suspensão ou Rescisão Unilateral de Contrato Individual - Arts. 82 e 10, III da RN 124/2006.	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33903.022819/2014-17	GEAP Autogestão em Saúde (Geap - Fundação de Seguridade Social)	DIPRO	Negativa de Cobertura - Arts. 77, 10, V e 7º, III da RN 124/2006.	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25773.003062/2014-67	Unimed de Fortaleza Sociedade Cooperativa Médica Ltda.	DIPRO	Obrigações de Natureza Contratual - Arts. 78, 10, V e 7º, III da RN 124/2006.	132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais)
25772.012171/2012-13	Unimed do Oeste da Bahia Cooperativa de Trabalho Médico	DIPRO	Obrigações de Natureza Contratual - Arts. 78 e 10, II da RN 124/2006.	24.000,00 (vinte e quatro mil reais)
25773.018619/2013-83	Odontoart Planos Odontologicos Ltda	DIPRO	Suspensão ou Rescisão Unilateral de Contrato Individual - Arts. 82 e 10, III da RN 124/2006.	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25789.059793/2014-98	Bio Saúde Serviços Médicos Ltda	DIPRO	Mudança de Faixa Etária - Arts. 57 e 10, II da RN 124/2006.	18.000,00 (dezoito mil reais)
25783.026198/2013-45	Unimed do Estado de São Paulo - Federação Estadual das Cooperativas Médicas	DIPRO	Negativa de Cobertura - Arts. 77 e 10, V da RN 124/2006.	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.011237/2014-31	Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico - Em Liquidação Extrajudicial	DIPRO	Mudança de Faixa Etária - Arts. 57 e 10, V da RN 124/2006.	90.000,00 (noventa mil reais)
25789.002481/2015-93	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIPRO	Obrigações de Natureza Contratual - art. 78 da RN 124/06	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33902.086254/2016-78	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIPRO	Obrigações de Natureza Contratual - art. 78 da RN 124/06	60.000,00 (sessenta mil reais)
25772.002541/2015-57	Unimed Norte/Nordeste-Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	DIPRO	Negativa de Cobertura - art. 77 da RN 124/06	57.600,00 (cinquenta e sete mil e seiscentos reais)
25789.004327/2015-56	Odontoprev S/A	DIPRO	Negativa de Cobertura - art. 77 da RN 124/06	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
25789.106476/2014-78	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	DIPRO	Obrigações de Natureza Contratual - art. 78 da RN 124/06	60.000,00 (sessenta mil reais)
25773.019238/2015-83	Free Life Operadora de Planos de Saúde Ltda.	DIPRO	Suspensão ou Rescisão Unilateral de Contrato Individual - art. 82 da RN 124/06	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25780.008864/2015-55	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIPRO	Mudança de Faixa Etária - art. 57 da RN 124/06	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
25789.102803/2014-12	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	DIPRO	Obrigações de Natureza Contratual - art. 78 da RN 124/06	54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais)
25789.004373/2015-55	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIPRO	Obrigações de Natureza Contratual - art. 78 da RN 124/06	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25789.052508/2013-27	Unimed de Belém Cooperativa de Trabalho Médico	DIPRO	Obrigações de Natureza Contratual - art. 78 da RN 124/06	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25783.000419/2015-17	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIPRO	Obrigações de Natureza Contratual - art. 78 da RN 124/06	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33902.049004/2016-57	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIPRO	Informações devidas a consumidores - Art. 74 da RN 124/06	75.000,00 (setenta e cinco mil reais)
25773.008529/2015-46	Hapvida Assistência Médica Ltda	DIPRO	Reajuste acima do permitido - Art. 59 da RN 124/06	44.500,00 (quarenta e quatro mil e quinhentos reais)
25789.064462/2014-70	Qualicorp Administradora de Benefícios S/A	DIPRO	Obrigação de natureza contratual - Art. 78 da RN 124/06	54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais)
33903.008112/2015-89	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIPRO	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.337919/2014-55	Amil Assistência Médica Internacional S/A.	DIPRO	Suspensão ou Rescisão Unilateral de Contrato Individual - Art. 82 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.404753/2014-90	Qualicorp Administradora de Benefícios S/A	DIPRO	Cláusulas de garantias legais - Art. 66 da RN 124/06	30.000,00 (trinta mil reais)
25789.080594/2015-20	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIPRO	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
25783.002339/2014-15	Unimed Federação Interfederativa das Cooperativas Médicas do Centro-Oeste e Tocantins	DIPRO	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
25780.011448/2015-34	Caixa Econômica Federal	DIPRO	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
33902.448748/2014-99	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIPRO	Suspensão ou Rescisão Unilateral de Contrato Individual - Art. 82 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
25779.000969/2016-86	Cooperativa de Usuários Assistência Médico-Hospitalar do Sicoob Ltda - Vivamed Saúde	DIPRO	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	32.000,00 (trinta e dois mil reais)

25779.044225/2015-92	Administradora Brasileira de Assistência Medica Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art.77 da RN 124/2006	52,800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25779.044304/2015-01	Administradora Brasileira de Assistência Medica Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art.77 da RN 124/2006	52,800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25789.014324/2016-10	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	DIPRO	Obrigação de Natureza Contratual - Art.78 da RN 124/2006	59.400,00 (cinquenta e nove mil e quatrocentos reais)
25789.000367/2016-18	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	DIPRO	Obrigação de Natureza Contratual - Art.78 da RN 124/2006	66,000,00 (sessenta e seis mil reais)
25782.000187/2014 - 26	Amil Assistência Medica Internacional S/A	DIPRO	Suspensão ou Rescisão Unilateral de Contrato Individual - Art.82 da RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.068578/2013-05	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIPRO	Ingresso de Consumidor em Plano - Art.62 da RN 124/2006	50.000,00 (cinquenta mil reais)
25783.007575/2014-28	Unimed Maceió Cooperativa de Trabalho Medico	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art.77 da RN 124/2006	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
25789.031230/2014-35	Amil Assistência Medica Internacional S/A	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art.77 da RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.060124/2014-69	Green Line Sistema de Saúde S/A	DIPRO	Reajuste - Art.59 da RN 124/2006	144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais)
33903.020597/2014-06	Unimed Seguros Saúde S/A	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art.77 da RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.033079/2015-51	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIPRO	Alteração de contrato em desacordo com a legislação - Art.69 da RN 124/2006	35.000,00 (trinta e cinco mil reais)
25779.016012/2015-71	Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda. - em Liquidação Extrajudicial	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art. 77 da RN 124/06	52,800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25782.010025/2014-04	Unimed Regional Maringá Coop. de Trabalho Médico	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art. 77 da RN 124/06	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25782.010732/2014-92	Caixa Econômica Federal	DIPRO	Obrigações de Natureza Contratual - Art. 78 da RN 124/06	54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais)
25783.006048/2015-87	Esmale Assistência Internacional de Saúde Ltda.	DIPRO	Reajuste acima do Permitido - Art. 59 da RN 124/06	27.000,00 (vinte e sete mil reais)
25789.036844/2015-94	Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico - Em Liquidação Extrajudicial	DIPRO	Publicação ou Divulgação de Informações e Alteração do Contrato em Desacordo com a Legislação - Arts. 40 e 69 da RN 124/06	30.240,00 (trinta mil duzentos e quarenta reais) e Advertência
25789.063509/2014-88	Green Line Sistema de Saúde S.A.	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.097884/2014-21	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.297135/2012-15	Grupo Hospitalar do Rio de Janeiro Ltda.	DIPRO	Cláusulas de Garantias Legais - Art. 66 da RN 124/06	30.000,00 (trinta mil reais)
33902.449307/2014-12	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	DIPRO	Obrigações de Natureza Contratual e Cláusulas de Garantias Legais - Arts. 78 e 66 da RN 124/06	99,000,00 (noventa e nove mil reais)
33903.000335/2014-17	Geap Autogestão em Saúde	DIPRO	Exonerados, Demitidos ou Aposentados - Art. 84 da RN 124/06	30.000,00 (trinta mil reais)
33903.036082/2013-39	Unimed Palmas Cooperativa de Trabalho Médico	DIPRO	Redução de Rede Hospitalar - Art. 88 da RN 124/06	631.771,89 (seiscentos e trinta e um mil setecentos e setenta e um reais e oitenta e nove centavos)
25782.002685/2016-75	Unimed Porto Alegre - Cooperativa Médica Ltda	DIPRO	Negativa de cobertura - art. 77 RN 124/2006	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
25783.018559/2014-61	Hapvida Assistênica Médica Ltda	DIPRO	Art. 62-A RN 124/2006	50.000,00 (cinquenta mil reais)
25782.006201/2013-14	Nossa Saúde - Operadora Planos Privados de Assistência à Saúde Ltda	DIPRO	Art. 88 RN 124/2006	120.650,53 (cento e vinte mil seiscentos e cinquenta reais e cinquenta e três centavos)
25780.009027/2015-43	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIPRO	Obrigações de Natureza Contratual - art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25783.000386/2014-24	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIPRO	Art. 74 RN 124/2006	25.000,00 (vinte e cinco mil reais)
25773.010553/2013-83	Geap Autogestão em Saúde	DIPRO	Negativa de cobertura - art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25779.015988/2015-26	Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda - Em liquidação extrajudicial	DIPRO	Negativa de cobertura - art. 77 RN 124/2006	52,800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25779.048977/2015-22	Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda - Em liquidação extrajudicial	DIPRO	Negativa de cobertura - art. 77 RN 124/2006	48,000,00 (quarenta e oito mil reais)
25789.015874/2016-48	Vision Med Assistência Médica Ltda	DIPRO	Negativa de cobertura - art. 77 RN 124/2006	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
25785.017649/2014-14	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIPRO	Obrigações de Natureza Contratual - art. 78 RN 124/2006	66,000,00 (sessenta e seis mil reais)
25772.018197/2015-18	Odontoprev S/A	DIPRO	Negativa de cobertura - art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.071843/2014-13	Unimed São José dos Campos - Cooperativa de Trabalho Medico.	DIPRO	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
25782.000532/2016-93	Unimed Montes Claros Cooperativa de Trabalho Médico Ltda.	DIPRO	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	48,000,00 (quarenta e oito mil reais)
25789.062348/2015-96	Assistência Médico Hospitalar São Lucas S.A.	DIPRO	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25789.038335/2015-04	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIPRO	Suspensão ou Rescisão Unilateral de Contrato - Art. 82 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25779.017877/2015-54	Coopus - Cooperativa de Usuários do Sistema de Saúde de Campinas	DIPRO	Obrigações de Natureza Contratual - Art. 78 da RN 124/06	36.000,00 (trinta e seis mil reais)
25783.013440/2015-82	Unimed Norte/Nordeste - Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico.	DIPRO	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25783.000494/2015-88	Porto Seguro - Seguro Saúde S.A.	DIPRO	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
25773.002083/2015-46	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIPRO	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
25783.025089/2015-72	Hapvida Assistência Médica Ltda	DIPRO	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25779.010455/2015-58	Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda. - em Liquidação Extrajudicial	DIPRO	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	52,800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25779.046153/2015-18	Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda. - em Liquidação Extrajudicial	DIPRO	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	48,000,00 (quarenta e oito mil reais)
25789.062962/2014-77	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art. 77 da RN n° 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25782.011302/2014-98	Geap Autogestão em Saúde	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art. 77 da RN n° 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.027007/2014-93	Green Line Sistema de Saúde S.A.	DIPRO	Mudança de Faixa Etária - Art. 57 da RN n° 124/2006	99,000,00 (noventa e nove mil reais)
33903.025781/2013-53	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art. 77 da RN n° 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33903.016737/2015-14	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art. 77 da RN n° 124/2006 (6x)	528.000,00 (quinhentos e vinte e oito mil reais)
25789.090249/2013-32	Massa Falida Lam Operadora de Planos de Saúde Ltda	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art. 77 da RN n° 124/2006 (2x)	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
25780.008952/2015-57	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIPRO	Mudança de Faixa Etária - Art. 57 da RN n° 124/2006	49,500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
25789.033358/2015-14	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIPRO	Mudança de Faixa Etária - Art. 57 da RN n° 124/2006	49,500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
25773.019913/2015-74	Hapvida Assistência Médica Ltda	DIPRO	Suspensão ou Rescisão Unilateral de Contrato Individual - Art. 82 da RN n° 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.098663/2014-71	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIPRO	Mudança de Faixa Etária - Art. 57 da RN n° 124/2006	49,500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
25789.077415/2015-77	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	DIPRO	Obrigações de Natureza Contratual - Art. 78 da RN n° 124/2006	66,000,00 (sessenta e seis mil reais)
25773.006882/2016-72	Unimed do Rio Grande do Norte - Federação das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	DIPRO	Urgência e emergência - Art. 79 da RN 124/06	60.000,00 (sessenta mil reais)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800080

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

25773.010035/2013-60	Unimed de Fortaleza Sociedade Cooperativa Médica Ltda.	DIPRO	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
25779.004958/2016-75	União Saúde Ltda.	DIPRO	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais)
25782.010490/2014-37	Unimed Federação Interfederativa das Cooperativas Médicas do Centro-Oeste e Tocantins	DIPRO	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06, por duas vezes.	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
25783.000106/2014-88	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIPRO	Mudança de faixa etária - Art. 57 da RN 124/06, por duas vezes.	99.000,00 (noventa e nove mil reais)
25789.006612/2016-92	Green Life Saúde Assistência Médica Ltda.	DIPRO	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	28.800,00 (vinte e oito mil e oitocentos reais)
25789.026752/2014-15	Unimed Uberlândia Cooperativa Regional Trabalho Médico Ltda	DIPRO	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06, por duas vezes.	134.400,00 (cento e trinta e quatro mil e quatrocentos reais)
25789.062341/2015-74	Geap Autogestão em Saúde	DIPRO	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.092649/2014-63	Medisanitas Brasil Assistência Integral à Saúde S/A	DIPRO	Suspensão ou rescisão unilateral de contrato individual - Art. 82 da RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33902.336343/2014-17	Salutar Saúde Seguradora S/A	DIPRO	Obrigações de natureza contratual - Art. 78 da RN 124/06	36.000,00 (trinta e seis mil reais)
33903.021189/2013-82	Unimed de Macaé Cooperativa de Assistência à Saúde	DIPRO	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25773.005050/2015-58	Postal Saúde Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios	DIPRO	Obrigações de Natureza Contratual - Art. 78 RN 124/06	54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais)
25779.027575/2015-94	Massa Falida de Minas Center Med LTDA	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art. 77 RN 124/06	17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais)
25780.000624/2016-93	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art. 77 RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.001564/2015-65	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Mauá	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art. 77 RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25789.004305/2015-96	Massa Falida de Saúde Assistência Medica Internacional Ltda	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art. 77 RN 124/06	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
25789.043244/2015-82	Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico - Em Liquidação Extrajudicial	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art. 77 RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.058865/2015-61	Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art. 77 RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.096587/2014-69	Garantia de Saúde Ltda	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art. 77 RN 124/06	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
33903.011186/2014-11	Unimed Cuiabá Cooperativa de Trabalho Médico	DIPRO	Obrigações de Natureza Contratual - Art. 78 RN 124/06	60.000,00 (sessenta mil reais)
25779.005020/2016-72	Administradora Brasileira de Assistência Medica Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art. 77 RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33902.443007/2016-83	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	DIOPE	Negativa de Cobertura - Art. 77 RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
33903.022407/2012-15	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIPRO	Negativa de cobertura - art. 77, RN nº 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
25789.076033/2012-83	Coopus - Cooperativa de Usuários do Sistema de Saúde de Campinas	DIPRO	Negativa de cobertura - art. 77, RN nº 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33902.421511/2012-07	All Care Administradora de Benefícios S.A	DIPRO	Obrigação de natureza contratual - art. 78 RN nº 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25789.044224/2015-29	Care Plus Medicina Assistencial Ltda	DIPRO	Obrigação de natureza contratual - art. 78 RN nº 124/2006	36.000,00 (trinta e seis mil reais)
25779.018588/2015-72	Associação de Saúde Portuguesa de Beneficência	DIPRO	Obrigação de natureza contratual - art. 78 RN nº 124/2006	36.000,00 (trinta e seis mil reais)
25789.058336/2015-67	Associação Auxiliadora das Classes Laboriosas	DIPRO	Obrigação de natureza contratual - art. 78 RN nº 124/2006	24.000,00 (vinte e quatro mil reais)
33903.024806/2015-63	Vision Med Assistência Médica Ltda.	DIPRO	Negativa de cobertura - art. 77, RN nº 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.035879/2016-97	Medisanitas Brasil Assistência Integral À Saúde S/A	DIPRO	Negativa de cobertura - art. 77, RN nº 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.004550/2016-84	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico Do Rio de Janeiro	DIPRO	Obrigação de natureza contratual - art. 78 RN nº 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25789.023555/2016-14	Ibbca 2008 Gestão em Saúde Ltda	DIPRO	Obrigação de natureza contratual - art. 78 RN nº 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25779.035076/2015-71	Omint Serviços de Saúde Ltda	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art. 77 RN 124/06	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
25789.012531/2015-41	COOPUS - Cooperativa de Usuários do Sistema de Saúde de Campinas	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art. 77 RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25785.018585/2014-79	Amil Assistência Médica Internacional S.A	DIPRO	Suspensão ou Rescisão Unilateral de Contrato Coletivo- Art. 82 RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
25782.012344/2014-46	Unimed Regional Maringá Coop.de Trabalho Médico	DIPRO	Descumprimento Contratual -Art.78 RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25789.015679/2016-18	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Rio Claro	DIPRO	Suspensão ou Rescisão Unilateral de Contrato Coletivo- Art. 82 RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25780.011318/2015-00	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIPRO	Descumprimento Contratual -Art.78 RN 124/06	32.400,00 (trinta e dois mil e quatrocentos reais)
25789.035232/2015-84	GEAP Autogestão em Saúde	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art. 77 RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.088903.2015-18	Biovida Saúde Ltda.	DIPRO	Suspensão ou Rescisão Unilateral de Contrato Coletivo- Art. 82 RN 124/06	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25779.031603/2015-78	Sinttrocel - Sindicato dos Transportes Rodoviários de Coronel Fabriciano - MG	DIPRO	Autorização de Funcionamento-Art. 18 RN 124/06	480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais)
25773.006592/2015-48	Salutar Saúde Seguradora S/A	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art. 77 RN 124/06	158.400,00 (cento e cinquenta e oito mil e quatrocentos reais)
25773.012231/2015-31	Free Life Operadora de Planos de Saúde Ltda	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art. 77 RN 124/06	31.680,00 (trinta e um mil seiscentos e oitenta reais)

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

LEANDRO FONSECA
Diretor - Presidente
Substituto

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO - RDC Nº 178, DE 26 DE SETEMBRO DE 2017

Altera a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 142, de 17 de março de 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 15, III e IV aliado ao art. 7º, III e IV da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o art. 53, V, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve adotar a seguinte Resolução da Diretoria Colegiada, conforme deliberado em reunião realizada em 19 de setembro de 2017, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1º Os §§ 3º e 4º do art. 51 e o Anexo III da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 142, de 17 de março de 2017, que dispõe sobre a regularização de produtos de higiene pessoal descartáveis destinados ao asseio corporal, que compreendem escovas e hastes para higiene bucal, fios e fitas dentais, absorventes higiênicos descartáveis, coletores menstruais e hastes flexíveis, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 51. .....

.....

§3º Os produtos novos ainda poderão ser regularizados por meio do processo de comunicação prévia por carta até o prazo máximo de 12 (doze) meses após a publicação dessa Resolução e comercializados até o fim do seu prazo de validade.

§4º Os produtos regularizados conforme o disposto no §3º deste artigo deverão ser cadastrados conforme procedimentos descritos no Art. 4º desta Resolução em até 24 (vinte e quatro) meses após sua publicação.

....." (NR)

.....

Art. 2º Fica revogado o inciso IV do art. 43 da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 142, de 2017.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.

"ANEXO III

REQUISITOS SOBRE ROTULAGEM OBRIGATÓRIA GERAL PARA PRODUTOS DESCARTÁVEIS

REF.	ÍTEM
1	Nome do produto e grupo/tipo a que pertence no caso de não estar implícito no nome
2	Marca
3	Autorização de Funcionamento da Empresa - AFE
4	Lote ou Partida
5	Prazo de validade (exceto nos casos que a norma dispense)
6	Conteúdo
7	País de origem
8	Detentor do produto e CNPJ

9	Domicílio do detentor do produto
10	Instrução de uso
11	Advertências e Restrições de uso específicas
12	Rotulagem Específica
13	Composição
14	Canal de comunicação com o consumidor

1 - Como composição do produto devem ser informados, minimamente, os ingredientes que possam migrar para a pele e ou mucosas.

2- Quando estiver disponível, a descrição qualitativa dos componentes da fórmula deverá ser declarada por meio de sua designação genérica, utilizando a codificação de substâncias estabelecida pela Nomenclatura Internacional de Ingredientes Cosméticos (INCI)." (NR)

RESOLUÇÃO - RDC N° 180, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

Altera a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 107, de 06 de setembro de 2016 e dá outras providências.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 15, III e IV aliado ao art. 7º, III e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o art. 53, V, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve adotar a seguinte Resolução da Diretoria Colegiada, conforme deliberado em reunião realizada em 19 de setembro de 2017, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1º A Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 107, de 06 de setembro de 2016, passa a vigorar com a seguinte alteração (inclusão no anexo I):

PRODUTO	CONCENTRAÇÃO DO PRINCÍPIO ATIVO	SINÔNIMOS	FORMA FARMACÊUTICA	INDICAÇÃO	MODO DE USAR	ADVERTÊNCIA	LINHA DE PRODUÇÃO
Solução de cloreto de sódio	0,9% de cloreto de sódio	Solução nasal de cloreto de sódio 0,9% sem conservante	Solução	Fluidificante e descongestionante nasal.	Aplique a solução nas narinas, conforme necessidade.	Contraindicação: pacientes com antecedentes de hipersensibilidade aos componentes da fórmula	Líquidos

Art. 2º As empresas que possuem notificado o medicamento "solução nasal de cloreto de sódio 0,9% - estéril" cuja fabricação não ocorra em linha de produtos estéreis deverão, em um prazo máximo de 180 dias, promover a adequação da notificação do medicamento.

Art. 3º Fica revogada a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 132, de 09 de dezembro de 2016.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.

CONSULTA PÚBLICA N° 397, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o art. 53, III, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, proposta de ato normativo em Anexo, conforme deliberado em reunião realizada em 19 de setembro de 2017, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1º Fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias para envio de comentários e sugestões ao texto da proposta de resolução que dispõe sobre os aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia autorizados para uso em leite em pó, conforme Anexo.

Parágrafo único. O prazo de que trata este artigo terá início 7 (sete) dias após a data de publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

Art. 2º A proposta de ato normativo estará disponível na íntegra no portal da Anvisa na internet e as sugestões deverão ser enviadas eletronicamente por meio do preenchimento de formulário específico, disponível no endereço: http://formsus.datasus.gov.br/site/formulario.php?id_aplicacao=34521

§1º As contribuições recebidas são consideradas públicas e estarão disponíveis a qualquer interessado por meio de ferramentas contidas no formulário eletrônico, no menu "resultado", inclusive durante o processo de consulta.

§2º Ao término do preenchimento do formulário eletrônico será disponibilizado ao interessado número de protocolo do registro de sua participação, sendo dispensado o envio postal ou protocolo presencial de documentos em meio físico junto à Agência.

§3º Em caso de limitação de acesso do cidadão a recursos informatizados será permitido o envio e recebimento de sugestões por escrito, em meio físico, durante o prazo de consulta, para o seguinte endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária/ Gerência-Geral de Alimentos - GGALI, SIA trecho 5, Área Especial 57, Brasília-DF, CEP 71.205-050.

§4º Excepcionalmente, contribuições internacionais poderão ser encaminhadas em meio físico, para o seguinte endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Assessoria de Assuntos Internacionais - AINTE, SIA trecho 5, Área Especial 57, Brasília-DF, CEP 71.205-050.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, ao final, publicará o resultado da consulta pública no portal da Agência.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com órgãos e entidades envolvidos com o assunto, bem como aqueles que tenham manifestado interesse na matéria, para subsidiar posteriores discussões técnicas e a deliberação final da Diretoria Colegiada.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.

ANEXO

PROPOSTA EM CONSULTA PÚBLICA
Processo nº: 25351.301200/2017-56
Assunto: Proposta de Consulta Pública que dispõe sobre os aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia autorizados para uso em leite em pó
Agenda Regulatória 2015-2016: Não é tema
Tema Mercosul: Sim
Regime de Tramitação: Comum
Área responsável: Gerência-Geral de Alimentos - GGALI
Relator: Fernando Mendes Garcia Neto

DESPACHOS DO DIRETOR-PRESIDENTE

Em 26 de setembro de 2017

Nº 72 - A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, aliado ao art. 53, IX, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve aprovar a proposta de iniciativa em Anexo, bem como dar conhecimento e publicidade ao processo de elaboração de proposta de atuação regulatória da Agência, conforme deliberado em reunião realizada em 19 de setembro de 2017, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

ANEXO

Processo SEI nº: 25351.903249/2017-76
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema n. 14.4
Assunto: Proposta de iniciativa para alteração da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 142, de 17 de março de 2017, que dispõe sobre a regularização de produtos de higiene pessoal descartáveis destinados ao asseio corporal, que compreendem escovas e hastes para higiene bucal, fios e fitas dentais, absorventes higiênicos descartáveis, coletores menstruais e hastes flexíveis.
Área responsável: GECOS
Regime de Tramitação: Comum
Diretor Relator: Fernando Mendes Garcia Neto

Nº 73 - A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o art. 53, IX, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve aprovar proposta de iniciativa em Anexo bem como dar conhecimento e publicidade ao processo de elaboração de proposta de atuação regulatória da Agência, conforme deliberado em reunião realizada em 19 de setembro de 2017, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

ANEXO

Processo nº: 25351.901595/2017-10
Agenda Regulatória 2015-2016: Não é tema da Agenda.
Assunto: Proposta de iniciativa para revisão da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 64/2009, que dispõe sobre o registro de radiofármacos no país.
Área responsável:GPBIO/GGMED
Regime de Tramitação: Comum
Diretor Relator:William Dib

Em 27 de setembro de 2017

Nº 76 - A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o art. 53, IX, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve aprovar proposta de iniciativa em Anexo bem como dar conhecimento e publicidade ao processo de elaboração de proposta de atuação regulatória da Agência, conforme deliberado em reunião realizada em 19 de setembro de 2017, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.

ANEXO

Processo nº: 25351.131714/2014-11
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema 18.4
Assunto: Proposta de iniciativa para revisão da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 86/2016, que dispõe sobre os procedimentos para o recebimento de documentos em suporte eletrônico pela Anvisa, e da Instrução Normativa - IN nº 08/2016, que torna pública a lista de assuntos de petições a serem protocoladas em suporte eletrônico.
Área responsável: Gerência-Geral de Conhecimento, Inovação e Pesquisa (GGCIP)
Regime de Tramitação: Comum
Diretor Relator: Fernando Mendes Garcia Neto

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

PORTARIA Nº 1.205, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

Dispõe sobre aprovação da Revisão 2017 do Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2016 - 2019 da Funasa.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II, do Art. 14, Decreto 8.867, de 03/10/2016, publicado no D.O.U. de 04/10/2016, e considerando a orientação da Instrução Normativa nº 04, de 11 de setembro de 2014, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG; e Considerando a Resolução nº 01, de 30 de agosto de 2017, do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação - CGTI da Fundação Nacional de Saúde, resolve:

Art. 1° - Aprovar a revisão 2017 do Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI 2016 - 2019 da Fundação Nacional de Saúde - Funasa, que abrange a Presidência e as Superintendências Estaduais da Fundação Nacional de Saúde.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO SERGIO DIAS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800082

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 1.324, DE 7 DE AGOSTO DE 2017

Desabilita estabelecimentos de saúde como Unidade de Mamografia Móvel (código 32.01).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria n° 2.304/GM/MS, de 4 de outubro de 2012, que institui o programa de Mamografia Móvel no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria n° 1.228/SAS/MS, de 30 de outubro de 2012, que regulamenta a habilitação para o Programa de Mamografia Móvel;

Considerando a Portaria n° 827/SAS/MS, de 23 de julho de 2013, que inclui incremento de 44,88% no valor do componente SA do procedimento Mamografia bilateral para rastreamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 1.398, de 5 de dezembro de 2014, que habilita estabelecimento de saúde como Unidade de Mamografia Móvel; e

Considerando a avaliação da Secretaria de Atenção à Saúde - Departamento de Atenção Especializada e Temática - Coordenação-Geral de Atenção Especializada/DAET/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Ficam desabilitados os estabelecimentos de saúde a seguir, como Unidade de Mamografia Móvel (código 32.01):

UF	COD. IBGE	Município	Gestão	CNES	Estabelecimento de Saúde
DF	530010	Brasília	Estadual	7048998	Carreta da Mulher 1
DF	530010	Brasília	Estadual	7241097	Carreta da Mulher 2
DF	530010	Brasília	Estadual	7241119	Carreta da Mulher 3
DF	530010	Brasília	Estadual	7391374	Carreta da Mulher 4

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.498, 14 DE SETEMBRO DE 2017

Remaneja o limite financeiro anual referente à assistência de média e alta complexidade hospitalar e ambulatorial do Estado do Paraná.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 1.097/GM/MS, de 22 de maio de 2006, que define a Programação Pactuada e Integrada da Assistência em Saúde, alterada pela Portaria nº 1.699/GM/MS, de 27 de julho de 2011;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento; e

Considerando as planilhas encaminhadas pela Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Paraná, por meio do Ofício nº 30/2017-CIB/PR, de 28 de julho de 2017, e as Deliberações nº. 35/ CIB/PR, de 24 de agosto de 2017 e n°. 220 de 24 de agosto de 2017, resolve:

Art. 1º Fica remanejado o limite financeiro anual referente à Assistência de Média e Alta Complexidade Hospitalar e Ambulatorial sob gestão estadual, conforme descrito no Anexo I desta Portaria, e sob gestão dos municípios, conforme detalhado nos Anexos II e III.

§ 1º O total de recurso financeiro anual do Estado do Paraná, referente ao bloco de financiamento da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, corresponde a R$ 2.547.637.771,85, assim distribuído:

Destino	Valor Anual	Detalhamento
Total dos recursos transferidos ao Fundo Estadual de Saúde - FES	1.026.326.013,59	Anexo I
Total dos recursos transferidos aos Fundos Municipais de Saúde - FMS	1.452.235.352,84	Anexo II
Total dos recursos retidos no Fundo Nacional de Saúde	69.076.405,42	Anexo III

§ 2º Estão inclusos neste bloco de financiamento os valores referentes aos incentivos do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO, no valor de R$ 12.797.400,00 e do Serviço de Atendimento Móvel às Urgências - SAMU, no valor de R$ 74.677.902,00.

§ 3º O estado e os municípios farão jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores descritos nos Anexos desta Portaria.

Art. 2º O remanejamento de recurso concedido por meio desta Portaria não acarretará impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor mensal para o Fundo Estadual de Saúde e Fundos Municipais de Saúde, correspondentes.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o seguinte Programa de Trabalho: 10.302.2015.8585-0041 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir da 10° parcela de de 2017 e com efeitos operacionais nos sistemas de informação a partir do mês subsequente.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

ANEXO I

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PARANÁ

PPI ASSISTENCIAL - VALORES DE REPASSE AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - (valores anuais)	
ESPECIFICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
Limites Referentes aos recursos programados na SES	447.225.477,34
Valores a receber referentes a estabelecimentos sob gestão estadual	579.100.536,25
Valores a receber referentes a TCEP com transferências diretas ao FES	0,00
Valores a serem RETIRADOS pelo FNS e transferidos diretamente às unidades prestadoras universitárias federais (-)	0,00
VALORES TRANSFERIDOS AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	1.026.326.013,59

ANEXO II

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PARANÁ

PPI ASSISTENCIAL - VALORES DE REPASSE AOS FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE (valores anuais)										
IBGE	Município	Assistência Ambulatorial e Hospitalar		Incentivos permanentes de custeio *	Ajustes	Valores de TCEP com transferências realizadas ao FES	Valores de Estabelecimentos sob gestão estadual	Valores retidos no Fundo Nacional de Saúde	Valores recebidos de outras UFs	Total
		Próprio	Referenciado							
410010	ABATIA	194.384,04	3.720,99	0,00	0,00	0,00	198.105,03	0,00	0,00	0,00
410020	ADRIANOPOLIS	38.213,02	0,00	0,00	0,00	0,00	38.213,02	0,00	0,00	0,00
410030	AGUDOS DO SUL	22.940,77	0,00	263.028,00	0,00	0,00	22.940,77	0,00	0,00	263.028,00
410040	ALMIRANTE TAMANDARE	2.155.011,30	658.813,71	0,00	0,00	0,00	2.416.790,01	0,00	0,00	397.035,00
410045	ALTAMIRA DO PARANA	193.712,76	12.883,68	0,00	26.212,44	0,00	0,00	0,00	0,00	232.808,88
410050	ALTONIA	905.219,56	37.200,00	263.028,00	121.968,96	0,00	0,00	0,00	0,00	1.327.416,52
410060	ALTO PARANA	320.238,96	28.404,00	0,00	0,00	0,00	348.642,96	0,00	0,00	0,00
410070	ALTO PIQUIRI	70.626,12	0,00	0,00	196.313,04	0,00	0,00	0,00	0,00	266.939,16
410080	ALVORADA DO SUL	107.063,10	0,00	130.980,48	0,00	0,00	148.043,58	0,00	0,00	90.000,00
410090	AMAPORA	85.596,67	24.402,51	22.963,80	0,00	0,00	132.962,98	0,00	0,00	0,00
410100	AMPERE	579.574,47	34.758,19	0,00	147.402,36	0,00	395.258,02	0,00	0,00	366.477,00
410105	ANAHY	3.397,01	0,00	90.000,00	0,00	0,00	3.397,01	0,00	0,00	90.000,00
410110	ANDIRA	925.428,94	45.456,44	0,00	0,00	0,00	631.225,38	0,00	0,00	339.660,00
410115	ANGULO	468,90	0,00	0,00	0,00	0,00	468,90	0,00	0,00	0,00
410120	ANTONINA	412.555,21	59.539,47	263.028,00	0,00	0,00	472.094,68	0,00	0,00	263.028,00
410130	ANTONIO OLINTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
410140	APUCARANA	19.769.102,82	11.570.768,48	8.435.330,16	1.512.467,29	0,00	0,00	0,00	0,00	41.287.668,75
410150	ARAPONGAS	19.508.798,69	9.782.498,48	9.892.535,15	0,00	0,00	34.828.357,33	0,00	0,00	4.355.474,99
410160	ARAPOTI	1.083.269,27	37.515,38	118.800,00	0,00	0,00	676.174,65	0,00	0,00	563.410,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800083

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

410165	ARAPUA	0,00	0,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00
410170	ARARUNA	309.890,00	19.347,83	0,00	0,00	0,00	329.237,84	0,00	0,00	0,00
410180	ARAUCARIA	18.754.194,72	2.117.381,16	1.614.600,00	549.667,53	0,00	0,00	0,00	0,00	23.035.843,41
410185	ARIRANHA DO IVAI	0,00	0,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00
410190	ASSAI	511.277,00	277.831,84	263.028,00	0,00	0,00	789.108,84	0,00	0,00	263.028,00
410200	ASSIS CHATEAUBRIAND	931.851,65	165.663,29	90.000,00	0,00	0,00	1.097.514,94	0,00	0,00	90.000,00
410210	ASTORGA	1.508.933,91	161.100,99	1.030.215,48	0,00	0,00	2.113.090,38	0,00	0,00	587.160,00
410220	ATALAIA	47.354,43	0,00	46.290,24	0,00	0,00	93.644,67	0,00	0,00	0,00
410230	BALSA NOVA	138.543,25	13.983,03	25.214,04	0,00	0,00	177.740,33	0,00	0,00	0,00
410240	BANDEIRANTES	2.773.276,31	309.546,35	902.988,48	0,00	0,00	3.646.151,14	0,00	0,00	339.660,00
410250	BARBOSA FERRAZ	585.797,27	44.411,89	353.028,00	0,00	0,00	630.209,16	0,00	0,00	353.028,00
410260	BARRACAO	422.642,76	40.914,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	463.557,60
410270	BARRA DO JACARE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
410275	BELA VISTA DO CAROBA	71.799,12	0,00	0,00	84.199,80	0,00	0,00	0,00	0,00	155.998,92
410280	BELA VISTA DO PARAISO	716.597,68	49.081,13	263.028,00	0,00	0,00	426.018,81	0,00	0,00	602.688,00
410290	BITURUNA	485.857,75	13.926,36	90.000,00	0,00	0,00	499.784,11	0,00	0,00	90.000,00
410300	BOA ESPERANCA	72.729,21	10.262,33	0,00	0,00	0,00	82.991,54	0,00	0,00	0,00
410302	BOA ESPERANCA DO IGUACU	55.369,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55.369,32
410304	BOA VENTURA DE SAO ROQUE	25.771,59	0,00	0,00	0,00	0,00	25.771,59	0,00	0,00	0,00
410305	BOA VISTA DA APARECIDA	108.539,05	0,00	0,00	0,00	0,00	40.339,09	0,00	0,00	68.199,96
410310	BOCAIUVA DO SUL	97.027,74	7.669,19	157.500,00	0,00	0,00	104.696,93	0,00	0,00	157.500,00
410315	BOM JESUS DO SUL	103.016,40	0,00	0,00	8.560,68	0,00	0,00	0,00	0,00	111.577,08
410320	BOM SUCESSO	433.258,90	0,00	37.714,44	0,00	0,00	131.313,34	0,00	0,00	339.660,00
410322	BOM SUCESSO DO SUL	9.092,30	0,00	0,00	0,00	0,00	9.092,30	0,00	0,00	0,00
410330	BORRAZOPOLIS	187.006,72	18.786,58	0,00	0,00	0,00	205.793,30	0,00	0,00	0,00
410335	BRAGANEY	2.435,93	0,00	0,00	0,00	0,00	2.435,93	0,00	0,00	0,00
410337	BRASILANDIA DO SUL	492.428,64	0,00	0,00	5.839,56	0,00	0,00	0,00	0,00	498.268,20
410340	CAFEARA	10.249,39	0,00	0,00	0,00	0,00	10.249,39	0,00	0,00	0,00
410345	CAFELANDIA	287.953,39	131.732,22	0,00	0,00	0,00	419.685,61	0,00	0,00	0,00
410347	CAFEZAL DO SUL	20.273,76	0,00	263.028,00	8.716,80	0,00	0,00	0,00	0,00	292.018,56
410350	CALIFORNIA	18.643,61	0,00	0,00	0,00	0,00	18.643,61	0,00	0,00	0,00
410360	CAMBARA	868.239,73	8.721,34	403.831,92	0,00	0,00	1.033.292,99	0,00	0,00	247.500,00
410370	CAMBE	7.676.885,92	655.392,27	3.774.600,47	0,00	0,00	6.091.827,77	0,00	0,00	6.015.050,89
410380	CAMBIRA	369.336,24	0,00	90.000,00	0,00	0,00	29.676,24	0,00	0,00	429.660,00
410390	CAMPINA DA LAGOA	440.797,78	35.587,82	0,00	0,00	0,00	476.385,61	0,00	0,00	0,00
410395	CAMPINA DO SIMAO	11.889,94	0,00	0,00	0,00	0,00	11.889,94	0,00	0,00	0,00
410400	CAMPINA GRANDE DO SUL	6.050.895,85	48.229.899,83	17.817.114,36	0,00	0,00	71.218.250,04	0,00	0,00	879.660,00
410405	CAMPO BONITO	1.782,92	0,00	0,00	0,00	0,00	1.782,92	0,00	0,00	0,00
410410	CAMPO DO TENENTE	72.803,19	5.823,56	32.866,80	0,00	0,00	111.493,55	0,00	0,00	0,00
410420	CAMPO LARGO	30.055.885,80	14.337.040,50	777.000,00	0,00	0,00	43.518.531,30	0,00	0,00	1.651.395,00
410425	CAMPO MAGRO	425.859,31	0,00	157.500,00	0,00	0,00	86.199,31	0,00	0,00	497.160,00
410430	CAMPO MOURAO	17.481.017,65	18.389.227,92	4.515.268,68	1.535.573,35	0,00	0,00	0,00	0,00	41.921.087,60
410440	CANDIDO DE ABREU	491.307,03	17.016,41	0,00	0,00	0,00	508.323,45	0,00	0,00	0,00
410442	CANDOI	539.298,51	170.416,68	118.800,00	0,00	0,00	619.715,19	0,00	0,00	208.800,00
410445	CANTAGALO	385.140,22	17.223,04	0,00	0,00	0,00	402.363,26	0,00	0,00	0,00
410450	CAPANEMA	477.567,32	108.800,43	0,00	192.737,52	0,00	382.027,31	0,00	0,00	397.077,96
410460	CAPITAO LEONIDAS MARQUES	406.542,90	330.727,88	0,00	0,00	0,00	737.270,78	0,00	0,00	0,00
410465	CARAMBEI	144.026,05	7.257,38	0,00	0,00	0,00	151.283,43	0,00	0,00	0,00
410470	CARLOPOLIS	255.389,21	6.523,01	16.284,84	0,00	0,00	278.197,06	0,00	0,00	0,00
410480	CASCAVEL	50.621.571,74	25.648.855,30	16.479.757,20	0,00	0,00	74.461.675,80	0,00	0,00	18.288.508,44
410490	CASTRO	5.940.460,23	159.862,13	405.900,00	0,00	0,00	2.160.662,23	0,00	0,00	4.345.560,13
410500	CATANDUVAS	283.308,41	19.833,79	0,00	0,00	0,00	303.142,20	0,00	0,00	0,00
410510	CENTENARIO DO SUL	278.024,55	77.064,65	276.538,08	0,00	0,00	368.599,28	0,00	0,00	263.028,00
410520	CERRO AZUL	359.864,63	60.118,46	0,00	0,00	0,00	419.983,09	0,00	0,00	0,00
410530	CEU AZUL	234.366,54	12.543,85	0,00	0,00	0,00	246.910,39	0,00	0,00	0,00
410540	CHOPINZINHO	1.916.761,74	480.850,35	1.321.680,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.719.292,09
410550	CIANORTE	9.685.426,21	7.118.721,51	3.491.339,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.295.487,24
410560	CIDADE GAUCHA	282.582,78	0,00	0,00	0,00	0,00	282.582,78	0,00	0,00	0,00
410570	CLEVELANDIA	590.075,67	0,00	263.028,00	0,00	0,00	590.075,67	0,00	0,00	263.028,00
410580	COLOMBO	5.211.506,96	1.710.724,02	2.037.421,51	0,00	0,00	7.611.857,49	0,00	0,00	1.347.795,00
410590	COLORADO	1.870.426,09	480.837,72	1.781.786,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.133.050,17
410600	CONGONHINHAS	1.718.135,96	0,00	102.945,96	0,00	0,00	162.081,92	0,00	0,00	1.659.000,00
410610	CONSELHEIRO MAIRINCK	71.533,57	0,00	41.298,24	0,00	0,00	112.831,81	0,00	0,00	0,00
410620	CONTENDA	612.391,40	20.955,08	13.713,60	0,00	0,00	307.400,08	0,00	0,00	339.660,00
410630	CORBELIA	421.151,55	348.599,94	90.000,00	0,00	0,00	769.751,49	0,00	0,00	90.000,00
410640	CORNELIO PROCOPIO	3.976.820,15	3.924.079,84	9.151.884,55	0,00	0,00	10.878.055,54	0,00	0,00	6.174.729,00
410645	CORONEL DOMINGOS SOARES	31.402,06	0,00	0,00	0,00	0,00	31.402,06	0,00	0,00	0,00
410650	CORONEL VIVIDA	3.277.600,39	0,00	551.028,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.828.628,39
410655	CORUMBATAI DO SUL	48.828,16	0,00	0,00	0,00	0,00	628,12	0,00	0,00	48.200,04
410657	CRUZEIRO DO IGUACU	25.870,32	0,00	0,00	8.080,68	0,00	0,00	0,00	0,00	33.951,00
410660	CRUZEIRO DO OESTE	1.640.753,40	140.870,88	485.028,00	284.319,40	0,00	0,00	0,00	0,00	2.550.971,68
410670	CRUZEIRO DO SUL	155.209,28	0,00	353.028,00	0,00	0,00	155.209,28	0,00	0,00	353.028,00
410680	CRUZ MACHADO	465.889,76	0,00	90.000,00	0,00	0,00	465.889,76	0,00	0,00	90.000,00
410685	CRUZMALTINA	5.463,05	0,00	90.000,00	0,00	0,00	5.463,05	0,00	0,00	90.000,00
410690	CURITIBA	319.848.904,60	150.349.835,28	144.281.407,33	46.423.191,46	0,00	8.556.222,24	69.076.405,42	0,00	583.270.711,01
410700	CURIUVA	205.429,80	103.050,07	74.946,60	0,00	0,00	383.426,47	0,00	0,00	0,00
410710	DIAMANTE DO NORTE	159.875,18	0,00	8.674,56	0,00	0,00	168.549,74	0,00	0,00	0,00
410712	DIAMANTE DO SUL	841,64	0,00	0,00	0,00	0,00	841,64	0,00	0,00	0,00
410715	DIAMANTE D'OESTE	56.441,90	4.048,35	0,00	0,00	0,00	60.490,25	0,00	0,00	0,00
410720	DOIS VIZINHOS	2.616.253,84	591.847,49	282.828,00	188.879,40	0,00	0,00	0,00	0,00	3.679.808,73
410725	DOURADINA	334.928,49	23.544,91	0,00	0,00	0,00	159.277,71	0,00	0,00	199.195,69
410730	DOUTOR CAMARGO	123.010,37	18.547,22	0,00	0,00	0,00	141.557,59	0,00	0,00	0,00
410740	ENEAS MARQUES	74.050,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	74.050,68
410750	ENGENHEIRO BELTRAO	305.107,17	8.487,63	455.412,60	0,00	0,00	679.007,40	0,00	0,00	90.000,00
410752	ESPERANCA NOVA	2.625,12	0,00	0,00	3.624,72	0,00	0,00	0,00	0,00	6.249,84
410753	ENTRE RIOS DO OESTE	78.956,81	12.469,49	0,00	0,00	0,00	91.426,31	0,00	0,00	0,00
410754	ESPIGAO ALTO DO IGUACU	2.226,55	0,00	90.000,00	0,00	0,00	2.226,55	0,00	0,00	90.000,00
410755	FAROL	0,00	0,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00
410760	FAXINAL	570.929,41	197.338,24	263.028,00	0,00	0,00	768.267,65	0,00	0,00	263.028,00
410765	FAZENDA RIO GRANDE	3.589.375,41	263.946,91	157.500,00	0,00	0,00	1.356.287,32	0,00	0,00	2.654.535,00
410770	FENIX	131.815,88	5.018,95	0,00	0,00	0,00	136.834,83	0,00	0,00	0,00
410773	FERNANDES PINHEIRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
410775	FIGUEIRA	145.320,12	18.779,95	69.346,44	0,00	0,00	233.446,51	0,00	0,00	0,00
410780	FLORAI	107.402,78	3.384,48	0,00	0,00	0,00	110.787,26	0,00	0,00	0,00
410785	FLOR DA SERRA DO SUL	35.658,84	0,00	0,00	9.217,80	0,00	0,00	0,00	0,00	44.876,64
410790	FLORESTA	128.368,33	12.505,48	0,00	0,00	0,00	140.873,80	0,00	0,00	0,01
410800	FLORESTOPOLIS	473.593,10	0,00	61.118,88	0,00	0,00	195.051,98	0,00	0,00	339.660,00
410810	FLORIDA	4.717,15	0,00	0,00	0,00	0,00	4.717,15	0,00	0,00	0,00
410820	FORMOSA DO OESTE	265.886,33	103.587,89	0,00	0,00	0,00	369.474,21	0,00	0,00	0,00
410830	FOZ DO IGUACU	5.268.800,23	10.450,88	8.537.386,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.816.637,91
410832	FRANCISCO ALVES	194.437,92	0,00	0,00	36.214,56	0,00	0,00	0,00	0,00	230.652,48
410840	FRANCISCO BELTRAO	14.890.930,09	14.532.902,82	1.289.508,00	544.816,96	0,00	0,00	0,00	0,00	31.258.157,87
410845	FOZ DO JORDAO	13.376,04	0,00	0,00	0,00	0,00	13.376,04	0,00	0,00	0,00
410850	GENERAL CARNEIRO	488.910,51	67.607,55	90.000,00	0,00	0,00	556.518,06	0,00	0,00	90.000,00
410855	GODOY MOREIRA	57.446,98	3.452,52	90.000,00	0,00	0,00	60.899,50	0,00	0,00	90.000,00
410860	GOIOERE	1.750.795,56	919.135,92	948.467,52	248.410,52	0,00	0,00	0,00	0,00	3.866.809,52
410865	GOIOXIM	11.265,67	0,00	0,00	0,00	0,00	11.265,67	0,00	0,00	0,00
410870	GRANDES RIOS	180.389,57	15.484,65	0,00	0,00	0,00	195.874,22	0,00	0,00	0,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800084

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

410880	GUAIRA	3.171.286,16	253.761,96	116.652,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.541.700,12
410890	GUAIRACA	121.258,19	0,00	108.700,56	0,00	0,00	139.958,75	0,00	0,00	90.000,00
410895	GUAMIRANGA	17.943,19	0,00	0,00	0,00	0,00	17.943,19	0,00	0,00	0,00
410900	GUAPIRAMA	18.908,17	0,00	60.000,00	0,00	0,00	78.908,17	0,00	0,00	0,00
410910	GUAPOREMA	4.485,54	0,00	0,00	0,00	0,00	4.485,54	0,00	0,00	0,00
410920	GUARACI	25.817,35	0,00	0,00	0,00	0,00	25.817,35	0,00	0,00	0,00
410930	GUARANIACU	525.071,99	306.919,00	0,00	0,00	0,00	831.990,99	0,00	0,00	0,00
410940	GUARAPUAVA	18.608.014,96	8.861.071,81	8.871.506,40	0,00	0,00	29.030.898,17	0,00	0,00	7.309.695,00
410950	GUARAQUECABA	115.551,10	9.446,87	0,00	0,00	0,00	124.997,97	0,00	0,00	0,00
410960	GUARATUBA	1.178.422,27	41.694,44	353.028,00	0,00	0,00	880.456,71	0,00	0,00	692.688,00
410965	HONORIO SERPA	177.324,30	0,00	9.267,12	0,00	0,00	186.591,42	0,00	0,00	0,00
410970	IBAITI	821.918,52	74.621,35	0,00	0,00	0,00	896.539,88	0,00	0,00	0,00
410975	IBEMA	165.097,92	0,00	0,00	0,00	0,00	165.097,92	0,00	0,00	0,00
410980	IBIPORA	4.516.425,05	288.271,44	1.784.943,84	0,00	0,00	2.908.413,68	0,00	0,00	3.681.226,65
410990	ICARAIMA	1.079.062,08	0,00	353.028,00	19.581,48	0,00	0,00	0,00	0,00	1.451.671,56
411000	IGUARACU	53.011,10	88.108,99	1.501,20	0,00	0,00	142.621,29	0,00	0,00	0,00
411005	IGUATU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
411007	IMBAU	1.579,86	0,00	0,00	0,00	0,00	1.579,86	0,00	0,00	0,00
411010	IMBITUVA	579.010,96	93.598,94	0,00	0,00	0,00	672.609,90	0,00	0,00	0,00
411020	INACIO MARTINS	207.040,55	0,00	10.939,80	0,00	0,00	217.980,35	0,00	0,00	0,00
411030	INAJA	52.628,62	0,00	42.070,80	0,00	0,00	94.699,42	0,00	0,00	0,00
411040	INDIANOPOLIS	112.702,36	37.481,64	0,00	0,00	0,00	150.184,01	0,00	0,00	0,00
411050	IPIRANGA	401.060,60	6.712,53	0,00	0,00	0,00	407.773,14	0,00	0,00	0,00
411060	IPORA	631.315,08	55.894,68	0,00	85.445,40	0,00	0,00	0,00	0,00	772.655,16
411065	IRACEMA DO OESTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
411070	IRATI	3.475.090,11	1.459.479,94	3.322.747,92	0,00	0,00	7.860.282,97	0,00	0,00	397.035,00
411080	IRETAMA	181.026,84	12.432,36	263.028,00	62.834,76	0,00	0,00	0,00	0,00	519.321,96
411090	ITAGUAJE	68.229,13	139.464,11	0,00	0,00	0,00	207.693,24	0,00	0,00	0,00
411095	ITAIPULANDIA	103.621,96	0,00	157.500,00	0,00	0,00	103.621,96	0,00	0,00	157.500,00
411100	ITAMBARACA	154.216,24	0,00	0,00	0,00	0,00	154.216,24	0,00	0,00	0,00
411110	ITAMBE	111.057,67	21.270,96	27.306,00	0,00	0,00	159.634,63	0,00	0,00	0,00
411120	ITAPEJARA D'OESTE	36.636,72	0,00	0,00	78.583,20	0,00	0,00	0,00	0,00	115.219,92
411125	ITAPERUCU	748.266,53	249.206,81	90.000,00	0,00	0,00	657.813,34	0,00	0,00	429.660,00
411130	ITAUNA DO SUL	127.833,90	0,00	64.438,28	0,00	0,00	146.562,18	0,00	0,00	45.710,00
411140	IVAI	387.531,79	6.325,67	0,00	0,00	0,00	393.857,47	0,00	0,00	0,00
411150	IVAIPORA	4.468.245,64	3.750.847,40	90.000,00	0,00	0,00	7.879.433,04	0,00	0,00	429.660,00
411155	IVATE	60.447,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.447,36
411160	IVATUBA	72.194,98	0,00	33.973,80	0,00	0,00	106.168,78	0,00	0,00	0,00
411170	JABOTI	124.541,81	45.410,44	0,00	0,00	0,00	169.952,25	0,00	0,00	0,00
411180	JACAREZINHO	2.424.375,39	1.828.251,07	2.251.715,12	0,00	0,00	6.107.306,58	0,00	0,00	397.035,00
411190	JAGUAPITA	241.515,61	0,00	8.747,88	0,00	0,00	250.263,49	0,00	0,00	0,00
411200	JAGUARIAIVA	1.446.880,05	122.699,11	90.000,00	0,00	0,00	1.229.919,16	0,00	0,00	429.660,00
411210	JANDAIA DO SUL	1.181.858,53	4.583.723,09	263.028,00	0,00	0,00	5.765.581,62	0,00	0,00	263.028,00
411220	JANIOPOLIS	175.290,72	5.884,32	0,00	40.023,60	0,00	0,00	0,00	0,00	221.198,64
411230	JAPIRA	12.020,31	0,00	90.000,00	0,00	0,00	12.020,31	0,00	0,00	90.000,00
411240	JAPURA	236.105,43	8.894,54	0,00	0,00	0,00	244.999,96	0,00	0,00	0,00
411250	JARDIM ALEGRE	313.362,78	7.633,39	0,00	0,00	0,00	320.996,16	0,00	0,00	0,00
411260	JARDIM OLINDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
411270	JATAIZINHO	203.664,68	57.127,61	0,00	0,00	0,00	260.792,29	0,00	0,00	0,00
411275	JESUITAS	227.075,63	25.675,69	0,00	0,00	0,00	252.751,32	0,00	0,00	0,00
411280	JOAQUIM TAVORA	290.722,73	3.662,67	0,00	0,00	0,00	294.385,40	0,00	0,00	0,00
411290	JUNDIAI DO SUL	47.263,29	0,00	52.143,72	0,00	0,00	99.407,01	0,00	0,00	0,00
411295	JURANDA	288.416,08	4.288,54	0,00	0,00	0,00	202.704,62	0,00	0,00	90.000,00
411300	JUSSARA	78.708,43	0,00	38.350,32	0,00	0,00	117.058,75	0,00	0,00	0,00
411310	KALORE	439.490,55	48.883,95	19.789,92	0,00	0,00	168.504,42	0,00	0,00	339.660,00
411320	LAPA	2.807.858,40	137.866,34	157.500,00	581.120,52	0,00	1.987.185,26	0,00	0,00	1.697.160,00
411325	LARANJAL	7.060,29	0,00	0,00	0,00	0,00	7.060,29	0,00	0,00	0,00
411330	LARANJEIRAS DO SUL	1.840.286,50	1.907.592,98	1.427.169,36	0,00	0,00	4.835.388,84	0,00	0,00	339.660,00
411340	LEOPOLIS	11.760,74	0,00	0,00	0,00	0,00	11.760,74	0,00	0,00	0,00
411342	LIDIANOPOLIS	5.111,37	0,00	0,00	0,00	0,00	5.111,37	0,00	0,00	0,00
411345	LINDOESTE	103.282,84	30.043,02	90.000,00	0,00	0,00	133.325,86	0,00	0,00	90.000,00
411350	LOANDA	1.301.442,62	738.275,54	263.028,00	0,00	0,00	1.700.058,16	0,00	0,00	602.688,00
411360	LOBATO	5.031,33	0,00	0,00	0,00	0,00	5.031,33	0,00	0,00	0,00
411370	LONDRINA	121.837.589,62	71.358.405,77	31.114.044,88	6.646.714,87	0,00	0,00	0,00	0,00	230.956.755,14
411373	LUIZIANA	14.725,45	0,00	0,00	0,00	0,00	14.725,45	0,00	0,00	0,00
411375	LUNARDELLI	157.895,97	204.038,32	90.000,00	0,00	0,00	361.934,29	0,00	0,00	90.000,00
411380	LUPIONOPOLIS	52.794,86	17.896,35	35.985,24	0,00	0,00	106.676,45	0,00	0,00	0,00
411390	MALLET	328.720,17	8.651,38	0,00	0,00	0,00	337.371,56	0,00	0,00	0,00
411400	MAMBORE	546.220,41	117.385,80	90.000,00	101.543,29	0,00	12.134,97	0,00	0,00	843.014,53
411410	MANDAGUACU	551.659,41	277.624,65	90.000,00	0,00	0,00	829.284,06	0,00	0,00	90.000,00
411420	MANDAGUARI	2.288.239,46	791.912,46	281.300,27	207.207,70	0,00	0,00	0,00	0,00	3.568.659,89
411430	MANDIRITUBA	701.279,63	35.039,90	247.500,00	0,00	0,00	396.659,53	0,00	0,00	587.160,00
411435	MANFRINOPOLIS	12.340,56	0,00	0,00	5.949,96	0,00	0,00	0,00	0,00	18.290,52
411440	MANGUEIRINHA	700.023,55	39.327,27	263.028,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.002.378,82
411450	MANOEL RIBAS	196.526,62	4.851,74	141.015,84	0,00	0,00	252.394,20	0,00	0,00	90.000,00
411460	MARECHAL CANDIDO RONDON	1.834.320,51	4.269.342,51	0,00	0,00	0,00	6.103.663,02	0,00	0,00	0,00
411470	MARIA HELENA	92.210,52	0,00	0,00	36.794,16	0,00	0,00	0,00	0,00	129.004,68
411480	MARIALVA	1.420.764,31	200.452,74	0,00	0,00	0,00	1.281.557,05	0,00	0,00	339.660,00
411490	MARILANDIA DO SUL	374.972,65	0,00	90.000,00	0,00	0,00	35.312,65	0,00	0,00	429.660,00
411500	MARILENA	117.978,07	0,00	65.813,40	0,00	0,00	93.791,47	0,00	0,00	90.000,00
411510	MARILUZ	258.795,00	0,00	0,00	18.602,64	0,00	0,00	0,00	0,00	277.397,64
411520	MARINGA	89.858.620,96	63.191.658,03	12.935.864,40	4.101.326,88	0,00	0,00	0,00	0,00	170.087.470,27
411530	MARIOPOLIS	20.185,24	0,00	0,00	0,00	0,00	20.185,24	0,00	0,00	0,00
411535	MARIPA	155.858,31	17.561,99	0,00	0,00	0,00	173.420,30	0,00	0,00	0,00
411540	MARMELEIRO	2.352.912,12	150.302,88	0,00	155.808,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.659.023,00
411545	MARQUINHO	6.097,42	0,00	0,00	0,00	0,00	6.097,42	0,00	0,00	0,00
411550	MARUMBI	77.372,00	28.237,90	118.949,40	0,00	0,00	134.559,30	0,00	0,00	90.000,00
411560	MATELANDIA	658.947,56	375.622,45	263.028,00	0,00	0,00	1.034.570,01	0,00	0,00	263.028,00
411570	MATINHOS	535.365,86	51.371,83	353.028,00	0,00	0,00	586.737,69	0,00	0,00	353.028,00
411573	MATO RICO	9.283,99	0,00	90.000,00	0,00	0,00	9.283,99	0,00	0,00	90.000,00
411575	MAUA DA SERRA	14.262,98	0,00	0,00	0,00	0,00	14.262,98	0,00	0,00	0,00
411580	MEDIANEIRA	2.502.936,52	1.039.809,18	2.191.372,80	0,00	0,00	4.172.378,50	0,00	0,00	1.561.740,00
411585	MERCEDES	17.136,85	0,00	0,00	0,00	0,00	17.136,85	0,00	0,00	0,00
411590	MIRADOR	2.175,15	0,00	0,00	0,00	0,00	2.175,15	0,00	0,00	0,00
411600	MIRASELVA	27.440,29	0,00	54.018,72	0,00	0,00	81.459,01	0,00	0,00	0,00
411605	MISSAL	338.150,86	14.952,37	263.028,00	0,00	0,00	353.103,23	0,00	0,00	263.028,00
411610	MOREIRA SALES	101.983,92	0,00	0,00	0,00	0,00	101.983,92	0,00	0,00	0,00
411620	MORRETES	381.327,86	85.697,32	353.028,00	0,00	0,00	467.025,18	0,00	0,00	353.028,00
411630	MUNHOZ DE MELO	55.650,95	26.219,61	39.057,48	0,00	0,00	120.928,04	0,00	0,00	0,00
411640	NOSSA SENHORA DAS GRACAS	31.713,28	0,00	48.152,52	0,00	0,00	79.865,80	0,00	0,00	0,00
411650	NOVA ALIANCA DO IVAI	2.237,92	0,00	0,00	0,00	0,00	2.237,92	0,00	0,00	0,00
411660	NOVA AMERICA DA COLINA	8.699,57	0,00	0,00	0,00	0,00	8.699,57	0,00	0,00	0,00
411670	NOVA AURORA	350.337,53	80.943,51	90.000,00	0,00	0,00	431.281,04	0,00	0,00	90.000,00
411680	NOVA CANTU	191.445,37	9.048,90	0,00	0,00	0,00	200.494,27	0,00	0,00	0,00
411690	NOVA ESPERANCA	1.192.063,01	256.857,41	0,00	0,00	0,00	1.109.260,42	0,00	0,00	339.660,00
411695	NOVA ESPERANCA DO SUDOESTE	164.960,97	12.216,00	14.449,56	47.987,64	0,00	120.614,25	0,00	0,00	118.999,92
411700	NOVA FATIMA	142.078,34	4.423,55	0,00	0,00	0,00	146.501,88	0,00	0,00	0,00
411705	NOVA LARANJEIRAS	276.367,99	62.722,43	0,00	0,00	0,00	339.090,42	0,00	0,00	0,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800085

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

411710	NOVA LONDRINA	342.106,13	0,00	353.028,00	0,00	0,00	432.106,13	0,00	0,00	263.028,00
411720	NOVA OLIMPIA	71.422,52	56.991,58	64.125,36	104.286,00	0,00	169.810,74	0,00	0,00	127.014,72
411721	NOVA SANTA BARBARA	9.533,02	0,00	0,00	0,00	0,00	9.533,02	0,00	0,00	0,00
411722	NOVA SANTA ROSA	109.498,43	0,00	26.478,12	0,00	0,00	135.976,55	0,00	0,00	0,00
411725	NOVA PRATA DO IGUACU	327.317,69	2.172,00	0,00	118.933,32	0,00	252.459,53	0,00	0,00	195.963,48
411727	NOVA TEBAS	241.762,98	3.902,91	90.000,00	0,00	0,00	245.665,89	0,00	0,00	90.000,00
411729	NOVO ITACOLOMI	7.584,28	0,00	0,00	0,00	0,00	7.584,28	0,00	0,00	0,00
411730	ORTIGUEIRA	1.046.266,13	148.231,54	0,00	0,00	0,00	854.837,67	0,00	0,00	339.660,00
411740	OURIZONA	43.916,84	28.773,82	36.948,72	0,00	0,00	109.639,38	0,00	0,00	0,00
411745	OURO VERDE DO OESTE	7.149,24	0,00	0,00	0,00	0,00	7.149,24	0,00	0,00	0,00
411750	PAICANDU	1.123.390,59	0,00	157.500,00	0,00	0,00	783.730,59	0,00	0,00	497.160,00
411760	PALMAS	3.240.558,84	918.016,20	263.028,00	300.585,68	0,00	0,00	0,00	0,00	4.722.188,72
411770	PALMEIRA	1.358.964,45	71.151,02	413.598,48	0,00	0,00	1.345.653,95	0,00	0,00	498.060,00
411780	PALMITAL	414.085,16	20.011,76	99.000,00	0,00	0,00	434.096,92	0,00	0,00	99.000,00
411790	PALOTINA	1.192.901,18	4.511,04	480.000,00	0,00	0,00	857.752,22	0,00	0,00	819.660,00
411800	PARAISO DO NORTE	236.808,77	154.477,76	90.000,00	0,00	0,00	391.286,53	0,00	0,00	90.000,00
411810	PARANACITY	169.732,83	40.494,35	0,00	0,00	0,00	210.227,18	0,00	0,00	0,00
411820	PARANAGUA	6.059.752,05	2.198.725,92	1.951.968,00	0,00	0,00	7.918.817,97	0,00	0,00	2.291.628,00
411830	PARANAPOEMA	80.701,92	7.105,76	25.689,00	0,00	0,00	113.496,67	0,00	0,00	0,00
411840	PARANAVAI	5.899.647,79	5.044.964,75	5.620.849,56	0,00	0,00	13.422.599,10	0,00	0,00	3.142.863,00
411845	PATO BRAGADO	73.669,05	24.540,16	0,00	0,00	0,00	98.209,21	0,00	0,00	0,00
411850	PATO BRANCO	16.209.046,19	20.017.437,77	2.668.566,00	2.330.040,84	0,00	0,00	0,00	0,00	41.225.090,80
411860	PAULA FREITAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
411870	PAULO FRONTIN	145.131,98	12.399,03	0,00	0,00	0,00	157.531,01	0,00	0,00	0,00
411880	PEABIRU	367.886,28	23.540,69	0,00	0,00	0,00	391.426,97	0,00	0,00	0,00
411885	PEROBAL	20.349,36	0,00	0,00	10.379,28	0,00	0,00	0,00	0,00	30.728,64
411890	PEROLA	225.201,25	0,00	0,00	190.968,24	0,00	0,00	0,00	0,00	416.169,49
411900	PEROLA D'OESTE	44.331,48	0,00	0,00	90.224,76	0,00	0,00	0,00	0,00	134.556,24
411910	PIEN	673.391,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	673.391,88
411915	PINHAIS	5.382.642,72	3.783.380,15	619.500,00	0,00	0,00	6.191.627,87	0,00	0,00	3.593.895,00
411920	PINHALAO	182.622,12	40.623,70	0,00	0,00	0,00	223.245,82	0,00	0,00	0,00
411925	PINHAL DE SAO BENTO	37.844,28	0,00	0,00	57.545,64	0,00	0,00	0,00	0,00	95.389,92
411930	PINHAO	1.170.252,22	119.635,05	0,00	0,00	0,00	950.227,27	0,00	0,00	339.660,00
411940	PIRAI DO SUL	966.978,01	25.122,59	0,00	0,00	0,00	652.440,60	0,00	0,00	339.660,00
411950	PIRAQUARA	2.792.672,51	8.570.540,15	1.367.718,96	0,00	0,00	11.699.036,62	0,00	0,00	1.031.895,00
411960	PITANGA	1.417.788,55	462.351,35	1.403.239,56	0,00	0,00	2.621.519,46	0,00	0,00	661.860,00
411965	PITANGUEIRAS	8.846,79	0,00	0,00	0,00	0,00	8.846,79	0,00	0,00	0,00
411970	PLANALTINA DO PARANA	79.709,17	10.343,19	28.844,52	0,00	0,00	118.896,87	0,00	0,00	0,00
411980	PLANALTO	445.868,32	0,00	90.000,00	308.212,92	0,00	372.506,92	0,00	0,00	471.574,32
411990	PONTA GROSSA	30.482.894,89	9.158.798,82	11.776.104,55	0,00	0,00	45.005.703,26	0,00	0,00	6.412.095,00
411995	PONTAL DO PARANA	109.741,36	0,00	263.028,00	0,00	0,00	109.741,36	0,00	0,00	263.028,00
412000	PORECATU	246.171,09	6.948,26	47.614,20	0,00	0,00	300.733,55	0,00	0,00	0,00
412010	PORTO AMAZONAS	136.220,35	2.177,81	29.855,76	0,00	0,00	168.253,92	0,00	0,00	0,00
412015	PORTO BARREIRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
412020	PORTO RICO	64.438,13	1.730,89	37.933,08	0,00	0,00	104.102,10	0,00	0,00	0,00
412030	PORTO VITORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
412033	PRADO FERREIRA	40.581,81	9.208,01	46.462,80	0,00	0,00	96.252,62	0,00	0,00	0,00
412035	PRANCHITA	283.593,40	621.202,51	0,00	103.273,32	0,00	820.190,86	0,00	0,00	187.878,37
412040	PRESIDENTE CASTELO BRANCO	95.214,88	0,00	0,00	0,00	0,00	95.214,88	0,00	0,00	0,00
412050	PRIMEIRO DE MAIO	194.909,78	4.221,16	306.137,16	0,00	0,00	242.240,10	0,00	0,00	263.028,00
412060	PRUDENTOPOLIS	2.442.921,49	54.215,21	854.705,40	0,00	0,00	2.444.822,10	0,00	0,00	907.020,00
412065	QUARTO CENTENARIO	507,98	0,00	0,00	0,00	0,00	507,98	0,00	0,00	0,00
412070	QUATIGUA	184.374,79	106.678,71	0,00	0,00	0,00	291.053,50	0,00	0,00	0,00
412080	QUATRO BARRAS	476.610,75	44.071,05	0,00	0,00	0,00	181.021,80	0,00	0,00	339.660,00
412085	QUATRO PONTES	44.633,91	7.004,75	0,00	0,00	0,00	51.638,65	0,00	0,00	0,00
412090	QUEDAS DO IGUACU	853.418,60	121.357,47	116.652,00	0,00	0,00	974.776,07	0,00	0,00	116.652,00
412100	QUERENCIA DO NORTE	259.434,73	0,00	0,00	0,00	0,00	259.434,73	0,00	0,00	0,00
412110	QUINTA DO SOL	112.737,95	22.284,31	0,00	0,00	0,00	135.022,26	0,00	0,00	0,00
412120	QUITANDINHA	315.489,24	4.453,29	247.500,00	0,00	0,00	319.942,53	0,00	0,00	247.500,00
412125	RAMILANDIA	63.732,82	0,00	0,00	0,00	0,00	63.732,82	0,00	0,00	0,00
412130	RANCHO ALEGRE	34.307,33	0,00	90.000,00	0,00	0,00	34.307,33	0,00	0,00	90.000,00
412135	RANCHO ALEGRE D'OESTE	4.965,39	0,00	90.000,00	0,00	0,00	4.965,39	0,00	0,00	90.000,00
412140	REALEZA	797.546,75	0,00	841.680,00	113.377,08	0,00	318.743,27	0,00	0,00	1.433.860,56
412150	REBOUCAS	1.506.895,89	645.356,49	90.000,00	0,00	0,00	2.152.252,38	0,00	0,00	90.000,00
412160	RENASCENCA	203.445,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	203.445,84
412170	RESERVA	633.858,56	53.463,09	0,00	0,00	0,00	687.321,66	0,00	0,00	0,00
412175	RESERVA DO IGUACU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
412180	RIBEIRAO CLARO	261.335,76	0,00	220.935,24	0,00	0,00	482.271,00	0,00	0,00	0,00
412190	RIBEIRAO DO PINHAL	400.808,39	23.150,23	0,00	0,00	0,00	423.958,62	0,00	0,00	0,00
412200	RIO AZUL	305.116,90	13.964,31	0,00	0,00	0,00	319.081,21	0,00	0,00	0,00
412210	RIO BOM	9.967,59	0,00	90.000,00	0,00	0,00	9.967,59	0,00	0,00	90.000,00
412215	RIO BONITO DO IGUACU	24.020,30	12.444,76	0,00	0,00	0,00	36.465,06	0,00	0,00	0,00
412217	RIO BRANCO DO IVAI	11.276,51	0,00	90.000,00	0,00	0,00	11.276,51	0,00	0,00	90.000,00
412220	RIO BRANCO DO SUL	894.731,30	89.799,37	0,00	0,00	0,00	644.870,67	0,00	0,00	339.660,00
412230	RIO NEGRO	690.444,53	251.762,94	598.185,00	0,00	0,00	937.704,47	0,00	0,00	602.688,00
412240	ROLANDIA	4.345.046,71	1.262.600,03	3.252.094,83	0,00	0,00	6.033.906,57	0,00	0,00	2.825.835,00
412250	RONCADOR	339.952,28	102.005,27	90.000,00	0,00	0,00	441.957,55	0,00	0,00	90.000,00
412260	RONDON	245.248,19	54.273,59	263.028,00	0,00	0,00	299.521,78	0,00	0,00	263.028,00
412265	ROSARIO DO IVAI	159.547,22	65.082,94	0,00	0,00	0,00	224.630,16	0,00	0,00	0,00
412270	SABAUDIA	12.001,04	0,00	0,00	0,00	0,00	12.001,04	0,00	0,00	0,00
412280	SALGADO FILHO	101.211,24	0,00	0,00	8.313,00	0,00	0,00	0,00	0,00	109.524,24
412290	SALTO DO ITARARE	106.334,03	5.727,06	120.000,00	0,00	0,00	232.061,09	0,00	0,00	0,00
412300	SALTO DO LONTRA	373.147,80	0,00	90.000,00	112.067,64	0,00	286.558,32	0,00	0,00	288.657,12
412310	SANTA AMELIA	105.929,92	0,00	0,00	0,00	0,00	105.929,92	0,00	0,00	0,00
412320	SANTA CECILIA DO PAVAO	25.174,54	0,00	60.000,00	0,00	0,00	85.174,54	0,00	0,00	0,00
412330	SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO	133.758,69	0,00	0,00	0,00	0,00	43.758,69	0,00	0,00	90.000,00
412340	SANTA FE	248.466,24	66.202,60	0,00	0,00	0,00	314.668,84	0,00	0,00	0,00
412350	SANTA HELENA	531.332,59	36.984,08	0,00	0,00	0,00	568.316,67	0,00	0,00	0,00
412360	SANTA INES	5.890,88	0,00	0,00	0,00	0,00	5.890,88	0,00	0,00	0,00
412370	SANTA ISABEL DO IVAI	205.056,50	74.237,18	0,00	0,00	0,00	279.293,68	0,00	0,00	0,00
412380	SANTA IZABEL DO OESTE	544.570,08	0,00	0,00	179.353,68	0,00	0,00	0,00	0,00	723.923,76
412382	SANTA LUCIA	103.438,72	4.617,56	0,00	0,00	0,00	108.056,27	0,00	0,00	0,00
412385	SANTA MARIA DO OESTE	689.679,22	12.457,71	0,00	0,00	0,00	362.476,93	0,00	0,00	339.660,00
412390	SANTA MARIANA	138.507,53	0,00	75.360,84	0,00	0,00	213.868,37	0,00	0,00	0,00
412395	SANTA MONICA	3.577,65	0,00	0,00	0,00	0,00	3.577,65	0,00	0,00	0,00
412400	SANTANA DO ITARARE	123.794,99	0,00	125.186,04	0,00	0,00	158.981,03	0,00	0,00	90.000,00
412402	SANTA TEREZA DO OESTE	2.801,62	0,00	0,00	0,00	0,00	2.801,62	0,00	0,00	0,00
412405	SANTA TEREZINHA DE ITAIPU	1.534.474,05	664.580,44	927.828,00	0,00	0,00	999.054,49	0,00	0,00	2.127.828,00
412410	SANTO ANTONIO DA PLATINA	2.799.476,14	888.857,03	217.800,00	0,00	0,00	3.258.673,17	0,00	0,00	647.460,00
412420	SANTO ANTONIO DO CAIUA	44.843,97	0,00	43.556,88	0,00	0,00	88.400,85	0,00	0,00	0,00
412430	SANTO ANTONIO DO PARAISO	44.532,98	0,00	47.133,72	0,00	0,00	91.666,70	0,00	0,00	0,00
412440	SANTO ANTONIO DO SUDOESTE	978.904,34	17.431,96	263.028,00	198.888,12	0,00	518.944,98	0,00	0,00	939.307,44
412450	SANTO INACIO	115.036,95	104.320,42	0,00	0,00	0,00	219.357,37	0,00	0,00	0,00
412460	SAO CARLOS DO IVAI	103.927,64	0,00	26.626,68	0,00	0,00	130.554,32	0,00	0,00	0,00
412470	SAO JERONIMO DA SERRA	122.643,31	42.036,36	53.930,16	0,00	0,00	218.609,83	0,00	0,00	0,00
412480	SAO JOAO	82.635,34	37.536,61	0,00	0,00	0,00	120.171,95	0,00	0,00	0,00
412490	SAO JOAO DO CAIUA	110.348,04	0,00	19.398,72	0,00	0,00	129.746,76	0,00	0,00	0,00
412500	SAO JOAO DO IVAI	374.776,05	300.000,00	90.000,00	0,00	0,00	674.776,05	0,00	0,00	90.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800086

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

412510	SAO JOAO DO TRIUNFO	278.287,18	5.633,47	0,00	0,00	0,00	283.920,64	0,00	0,00	0,00
412520	SAO JORGE D'OESTE	322.641,17	0,00	0,00	132.742,56	0,00	223.118,09	0,00	0,00	232.265,64
412530	SAO JORGE DO IVAI	128.851,31	22.471,80	0,00	0,00	0,00	151.323,11	0,00	0,00	0,00
412535	SAO JORGE DO PATROCINIO	438.419,95	199.628,62	26.252,88	33.502,63	0,00	112.724,40	0,00	0,00	585.079,68
412540	SAO JOSE DA BOA VISTA	142.647,17	40.262,43	0,00	0,00	0,00	182.909,60	0,00	0,00	0,00
412545	SAO JOSE DAS PALMEIRAS	83.177,82	50.590,83	0,00	0,00	0,00	133.768,64	0,00	0,00	0,00
412550	SAO JOSE DOS PINHAIS	30.292.514,40	4.100.738,79	2.236.788,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.630.041,19
412555	SAO MANOEL DO PARANA	5.221,44	0,00	0,00	0,00	0,00	5.221,44	0,00	0,00	0,00
412560	SAO MATEUS DO SUL	1.178.223,94	112.216,37	713.234,64	0,00	0,00	1.574.014,95	0,00	0,00	429.660,00
412570	SAO MIGUEL DO IGUACU	1.293.227,30	166.205,15	421.428,00	0,00	0,00	1.119.772,45	0,00	0,00	761.088,00
412575	SAO PEDRO DO IGUACU	138.572,08	9.435,11	0,00	0,00	0,00	148.007,19	0,00	0,00	0,00
412580	SAO PEDRO DO IVAI	311.693,22	80.245,71	0,00	0,00	0,00	391.938,93	0,00	0,00	0,00
412590	SAO PEDRO DO PARANA	5.784,39	0,00	0,00	0,00	0,00	5.784,39	0,00	0,00	0,00
412600	SAO SEBASTIAO DA AMOREIRA	189.604,35	11.783,95	0,00	0,00	0,00	201.388,29	0,00	0,00	0,00
412610	SAO TOME	18.075,60	0,00	0,00	0,00	0,00	18.075,60	0,00	0,00	0,00
412620	SAPOPEMA	53.224,63	11.480,97	0,00	0,00	0,00	64.705,60	0,00	0,00	0,00
412625	SARANDI	7.339.366,41	5.655.139,24	5.074.646,88	0,00	0,00	16.314.617,53	0,00	0,00	1.754.535,00
412627	SAUDADE DO IGUACU	11.557,94	0,00	0,00	0,00	0,00	11.557,94	0,00	0,00	0,00
412630	SENGES	475.251,52	8.764,65	0,00	0,00	0,00	484.016,17	0,00	0,00	0,00
412635	SERRANOPOLIS DO IGUACU	75.119,47	0,00	0,00	0,00	0,00	75.119,47	0,00	0,00	0,00
412640	SERTANEJA	43.287,93	0,00	48.356,16	0,00	0,00	91.644,08	0,00	0,00	0,00
412650	SERTANOPOLIS	346.005,25	11.549,61	263.028,00	0,00	0,00	357.554,86	0,00	0,00	263.028,00
412660	SIQUEIRA CAMPOS	522.533,34	71.675,52	0,00	0,00	0,00	594.208,86	0,00	0,00	0,00
412665	SULINA	11.698,89	0,00	0,00	0,00	0,00	11.698,89	0,00	0,00	0,00
412667	TAMARANA	145.327,96	4.514,50	289.933,44	0,00	0,00	176.747,90	0,00	0,00	263.028,00
412670	TAMBOARA	69.763,57	0,00	38.580,12	0,00	0,00	108.343,69	0,00	0,00	0,00
412680	TAPEJARA	306.844,26	11.689,28	0,00	0,00	0,00	318.533,54	0,00	0,00	0,00
412690	TAPIRA	249.609,36	0,00	0,00	12.888,24	0,00	0,00	0,00	0,00	262.497,60
412700	TEIXEIRA SOARES	162.465,99	30.605,98	0,00	0,00	0,00	193.071,98	0,00	0,00	0,00
412710	TELEMACO BORBA	5.268.606,98	2.213.596,99	0,00	0,00	0,00	5.942.543,97	0,00	0,00	1.539.660,00
412720	TERRA BOA	1.666.458,96	413.745,50	263.028,00	81.038,09	0,00	0,00	0,00	0,00	2.424.270,55
412730	TERRA RICA	284.094,88	10.597,78	371.210,76	0,00	0,00	312.875,42	0,00	0,00	353.028,00
412740	TERRA ROXA	370.812,89	4.258,57	0,00	0,00	0,00	375.071,46	0,00	0,00	0,00
412750	TIBAGI	304.714,00	0,00	0,00	0,00	0,00	304.714,00	0,00	0,00	0,00
412760	TIJUCAS DO SUL	495.249,48	26.578,20	157.500,00	0,00	0,00	521.827,68	0,00	0,00	157.500,00
412770	TOLEDO	16.231.026,87	3.792.358,40	5.458.111,32	0,00	0,00	19.747.101,59	0,00	0,00	5.734.395,00
412780	TOMAZINA	321.023,40	8.902,98	246.680,51	0,00	0,00	576.606,89	0,00	0,00	0,00
412785	TRES BARRAS DO PARANA	326.306,52	89.961,84	90.000,00	0,00	0,00	416.268,36	0,00	0,00	90.000,00
412788	TUNAS DO PARANA	8.068,66	0,00	60.000,00	0,00	0,00	68.068,66	0,00	0,00	0,00
412790	TUNEIRAS DO OESTE	191.196,71	4.074,87	0,00	0,00	0,00	195.271,58	0,00	0,00	0,00
412795	TUPASSI	183.278,08	85.617,55	0,00	0,00	0,00	268.895,64	0,00	0,00	0,01
412796	TURVO	305.087,24	48.202,46	250.616,52	0,00	0,00	603.906,22	0,00	0,00	0,00
412800	UBIRATA	2.513.679,33	615.964,12	585.228,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.714.871,45
412810	UMUARAMA	15.745.861,29	14.965.839,05	6.005.221,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.716.922,14
412820	UNIAO DA VITORIA	5.510.632,78	2.892.191,49	3.018.838,20	0,00	0,00	11.082.002,47	0,00	0,00	339.660,00
412830	UNIFLOR	30.466,53	0,00	0,00	0,00	0,00	30.466,53	0,00	0,00	0,00
412840	URAI	287.083,53	87.025,99	0,00	0,00	0,00	374.109,52	0,00	0,00	0,00
412850	WENCESLAU BRAZ	370.523,74	10.781,55	0,00	0,00	0,00	381.305,29	0,00	0,00	0,00
412853	VENTANIA	22.598,32	0,00	0,00	0,00	0,00	22.598,32	0,00	0,00	0,00
412855	VERA CRUZ DO OESTE	208.232,06	0,00	90.000,00	0,00	0,00	208.232,06	0,00	0,00	90.000,00
412860	VERE	240.645,07	0,00	0,00	145.149,84	0,00	176.575,87	0,00	0,00	209.219,04
412862	ALTO PARAISO	143.645,88	0,00	0,00	6.091,92	0,00	0,00	0,00	0,00	149.737,80
412863	DOUTOR ULYSSES	23.341,27	0,00	0,00	0,00	0,00	23.341,27	0,00	0,00	0,00
412865	VIRMOND	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
412870	VITORINO	21.214,64	0,00	0,00	0,00	0,00	21.214,64	0,00	0,00	0,00
412880	XAMBRE	65.671,20	0,00	0,00	9.905,88	0,00	0,00	0,00	0,00	75.577,08
TOTAL FUNDO MUNICIPAL										1.452.235.352,84

ANEXO III

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PARANÁ

PPI ASSISTENCIAL - DETALHAMENTO DOS VALORES A SEREM DESCONTADOS DA PPI DOS MUNICÍPIOS PARA RETENÇÃO DOS RECURSOS PELO FNS E TRANSFERÊNCIA DIRETA ÀS UNIDADES PRESTADORAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS (valores anuais)						
Gestão	Cód. IBGE - Nome do Município	Nome da Unidade	Código CNES	Número do Contrato	Data de Publicação do Extrato do Contrato	Valor ANUAL a ser destinado ao Fundo de Saúde
Municipal	410690 - CURITIBA	Hospital de Clínicas	2384299	15545	11-11-2004	69.076.405,42
TOTAL						69.076.405,42

PORTARIA Nº 1.514, DE 19 DE SETEMBRO DE 2017

Defere, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Fundação Coronel João de Almeida, com sede em Rio Pardo de Minas (MG).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista na Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, que redefine os procedimentos relativos à certificação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde; e

Considerando a Nota Técnica nº 126-SEI/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.131739/2016-69, que concluiu na fase recursal, pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Fundação Coronel João de Almeida, CNPJ nº 16.926.479/0001-21, com sede em Rio Pardo de Minas (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 28 de janeiro de 2017 à 27 de janeiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica sem efeito a Portaria nº 452/SAS/MS, de 23 de fevereiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 40, de 24 de fevereiro de 2017, seção 1, página 79.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.515, DE 19 DE SETEMBRO DE 2017

Defere, em grau de Reconsideração, a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, do Hospital de Caridade São Pedro, com sede em Mallet (PR).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 61 da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, que redefine os procedimentos relativos à certificação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde; e

Considerando a Nota Técnica nº 134/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS constante do Processo nº 25000.032248/2013-93, que concluiu na fase recursal, pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida, em grau de Reconsideração, a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Hospital de Caridade São Pedro, CNPJ nº 78.897.519/0001-01, com sede em Mallet (PR).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 03 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica sem efeito a Portaria nº 838/SAS/MS, de 28 de abril de 2017, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 82, de 2 de maio de 2017, Seção 1, página 73.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.516, DE 19 DE SETEMBRO DE 2017

Defere, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Fundação Hospitalar Rural Social de São Gabriel, com sede em São Gabriel da Palha (ES).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista na Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, que redefine os procedimentos relativos à certificação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde; e

Considerando a Nota Técnica nº 119/2017-SEI-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.165498/2015-71/MS, que concluiu na fase recursal, pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800087

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º Fica deferida, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Fundação Hospitalar Rural Social de São Gabriel, CNPJ nº 27.503.754/0001-10, com sede em São Gabriel da Palha (ES).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 05 de outubro de 2015 a 04 de outubro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica sem efeito a Portaria nº 2.157/SAS/MS, de 20 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 244, de 21 de dezembro de 2016, Seção 1, página 97.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.518, DE 20 DE SETEMBRO 2017

Concede autorização e renovação de autorização a estabelecimentos e equipes de saúde para retirada e transplante de órgãos.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009, que aprova o regulamento técnico do Sistema Nacional de Transplantes (SNT), e tudo no que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, resolve:

Art. 1º Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

RETIRADA DE ÓRGÃOS E TECIDOS: 24.20

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

PARÁ

I - Nº do SNT: 2 11 17 PA 01
II - denominação: CEMEP - Naim e Pessoa LTDA
III - CNPJ: 08.633.904/0001-66
IV - CNES: 3969738
V - endereço: Av. Presidente Vargas, n° 1439, Bairro: Centro, Santarém/PA, CEP: 68.005-393.

Art. 2º Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de medula óssea autogênico, alogênico aparentado e alogênico não aparentado ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

RETIRADA DE ÓRGÃOS E TECIDOS: 24.20

MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01

MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICO APARENTADO: 24.02

MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICO NÃO APARENTADO: 24.03

RIO GRANDE DO NORTE

I - Nº do SNT: 2 21 17 RN 02 II - denominação: Hospital Natal Center III - CNPJ: 02.109.397/0001-80 IV - CNES: 2656930 V - endereço: Av. Afonso Pena, n° 754, Bairro: Tirol, Natal/RN, CEP: 59.020-100.

Art. 3° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de rim ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

RIM: 24.08

PARANÁ

I - Nº do SNT: 2 01 15 PR 05
II - denominação: Hospital e Maternidade Nossa Senhora do Rocio
III - CNPJ: 75.802.348/0001-00
IV - CNES: 0013846
V - endereço: Rua Maria Aparecida de Oliveira, n° 599, Bairro: Loteamento São Jerônimo, Campo Largo/PR, CEP: 83.606-177.

Art. 4° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de fígado ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

FÍGADO: 24.09

CEARÁ

I - Nº do SNT: 2 02 09 CE 01
II - denominação: Hospital Geral de Fortaleza - HGF
III - CNPJ: 07.954.571/0014-29
IV - CNES: 2497654
V - endereço: Rua Ávila Goulart, nº 900, Bairro: Papicu, Fortaleza/CE, CEP: 60.177-295.

Art. 5° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

RIO DE JANEIRO

I - Nº do SNT: 2 11 10 RJ 10
II - denominação: Clínica de Olhos Dra. Maria Lúcia Figueiredo LTDA
III - CNPJ: 31.848.203/0001-66
IV - CNES: 2815117
V - endereço: Rua Dezoito B, nº 61, Bairro: Vila Santa Cecília, Volta Redonda/RJ, CEP: 27.260-100.

DISTRITO FEDERAL

I - Nº do SNT: 2 11 03 DF 01
II - denominação: Clínica Oftalmológica Teixeira Pinto
III - CNPJ: 00.601.179/0001-32
IV - CNES: 2643154
V - endereço: SDS Conic Edifício Eldorado, 3° andar, sala n° 306, Bairro: Asa Sul, Brasília/DF, CEP: 70.392-901.

RIO GRANDE DO SUL

I - Nº do SNT: 2 11 15 RS 02
II - denominação: Fundação Hospitalar Oftalmológica Universitária Lions
III - CNPJ: 00.765.384/0001-33
IV - CNES: 2244969
V - endereço: Campus 1, Prédio 2, Quadra K, s/nº, Bairro: São José, Passo Fundo/RS, CEP: 99.050-970.

Art. 6° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de rim e pâncreas conjugado ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

RIM/PÂNCREAS: 24.05

PARANÁ

I - Nº do SNT: 2 31 15 PR 06
II - denominação: Hospital e Maternidade Nossa Senhora do Rocio
III - CNPJ: 75.802.348/0001-00
IV - CNES: 0013846
V - endereço: Rua Maria Aparecida de Oliveira, n° 599, Bairro: Loteamento São Jerônimo, Campo Largo/PR, CEP: 83.606-177.

Art. 7° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de pâncreas ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

PÂNCREAS: 24.04

PARANÁ

I - Nº do SNT: 2 32 15 PR 07
II - denominação: Hospital e Maternidade Nossa Senhora do Rocio
III - CNPJ: 75.802.348/0001-00
IV - CNES: 0013846
V - endereço: Rua Maria Aparecida de Oliveira, n° 599, Bairro: Loteamento São Jerônimo, Campo Largo/PR, CEP: 83.606-177.

Art. 8° Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano às equipes de saúde a seguir identificadas:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

RIO DE JANEIRO

I - Nº do SNT 1 11 17 RJ 74
II - responsável técnico: Edigezir Barbosa Gomes, oftalmologista, CRM 52354026.

I - Nº do SNT 1 11 17 RJ 75
II - responsável técnico: Edigezir Barbosa Gomes, oftalmologista, CRM 52354026.

PARÁ

I - Nº do SNT 1 11 17 PA 01
II - responsável técnico: Natália Perim Belo, oftalmologista, CRM 12516;
III - membro: Janderson Figueira dos Santos, oftalmologista, CRM 10282.

Art. 9° Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de medula óssea autogênico, alogênico aparentado e alogênico não aparentado à equipe de saúde a seguir identificada:

MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01

MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICO APARENTADO: 24.02

MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICO NÃO APARENTADO: 24.03

I - Nº do SNT: 1 21 17 RN 02
II - responsável técnico: Rodolfo Daniel de Almeida Soares, hematologista, CRM 4973;
III - membro: James Farley Rafael Maciel, hemoterapeuta, CRM 4453;
IV - membro: Cassandra Teixeira Valle, hematologista pediátrica, CRM 4355;
V - membro: Vicente Luthiani Diógenes Rego, intensivista, CRM 5714;
VI - membro: Charmy Cleiton Fernandes Araújo, nefrologista, CRM 4543;
VII - membro: Kleber Giovane Luz, infectologista, CRM 2602.

Art. 10 Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de rim às equipes de saúde a seguir identificadas:

RIM: 24.08

PARANÁ

I - Nº do SNT 1 01 15 PR 03
II - responsável técnico: Anibal Wood Branco, urologista, CRM 16710;
III - membro: Henrique Contieri Neto, urologista, CRM 12041;
IV - membro: Paulo Eduardo Dietrich Jaworski, urologista, CRM 23663;
V - membro: Murilo Minoru Murata, urologista, CRM 23816;
VI - membro: Fabiana Loss de Carvalho Contieri, nefrologista, CRM 11472;
VII - membro: Arthur Ruzzon Cardoso, anestesiologista, CRM 27902;
VIII - membro: Raquel Yukie Casado, anestesiologista, CRM 28536;
IX - membro: Cristina Clebis Martins, anestesiologista, CRM 23711;
X - membro: Mileni Furlaneto Celinski Nercolini, anestesiologista, CRM 28573;
XI - membro: Karoline Sesiuk Martins, nefrologista, CRM 25818.

I - Nº do SNT 1 01 15 PR 02
II - responsável técnico: Fabíola Pedron Peres da Costa, nefrologista, CRM 19082;
III - membro: Fabio Silveira, cirurgião geral e do aparelho digestivo, CRM 20009;
IV - membro: Fabio Porto Silveira, cirurgião geral e do aparelho digestivo, CRM 19570;
V - membro: Nestor Saucedo Saucedo Junior, cirurgião geral, CRM 22900;
VI - membro: Henrique César Higa, cirurgião geral, CRM 29620;
VII - membro: Bruno de Figueiredo Pimpão, urologista, CRM 22657;
VIII - membro: Arthur Ruzzon Cardoso, anestesiologista, CRM 27902;
IX - membro: Raquel Yukie Casado, anestesiologista, CRM 28536;
X - membro: Cristina Clebis Martins, anestesiologista, CRM 23711;
XI - membro: Mileni Furlaneto Celinski Nercolini, anestesiologista, CRM 28573;
XII - membro: Caroline Meneguelli Biondo, nefrologista, CRM 32895.

Art. 11 Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de fígado às equipes de saúde a seguir identificadas:

FÍGADO: 24.09

RIO GRANDE DO SUL

I - Nº do SNT 1 02 09 RS 03
II - responsável técnico: Guido Pio Gracco Cantisani, cirurgião geral, CRM 3153;
III - membro: Ajacio Bandeira de Mello Brandão, gastroenterologista e hepatologista, CRM 3450;
IV - membro: Alfeu de Medeiros Fleck Junior, gastroenterologista, CRM 22460;
V - membro: André Prato Schmidt, anestesiologista, CRM 36939;
VI - membro: André Schwertner, anestesiologista, CRM 36939;
VII - membro: Ane Micheli Costabeber, gastroenterologista, CRM 31777;
VIII - membro: Claudio Augusto Marroni, gastroenterologista e hepatologista, CRM 3478;
IX - membro: Eduardo Soares Schlindwein, cirurgião geral, CRM 18036;
X - membro: Guillermo Kiss, cirurgião geral, CRM 23546;
XI - membro: Ian Leipnitz, cirurgião geral, CRM 21389;
XII - membro: Jaqueline Betina Broenstrup Correa, anestesiologista, CRM 23068;
XIII - membro: Juliano Martini, cirurgião geral e do aparelho digestivo, CRM 31025;
XIV - membro: Luiz Fernando Ribeiro de Menezes, anestesiologista, CRM 18833;
XV - membro: Marcos Mucenic, gastroenterologista e hepatologista, CRM 20968;
XVI - membro: Maria Lucia Zanotelli, cirurgiã geral, CRM 13752;
XVII - membro: Mario Henrique Mendes de Mattos Meine, cirurgião geral, CRM 22253;
XVIII - membro: Pedro Henrique Iaione Beltrame, anestesiologista, CRM 34398;
XIX - membro: Victor Hugo Bazan da Rocha, anestesiologista, CRM 17005.

CEARÁ

I - Nº do SNT 1 02 09 CE 02
II - responsável técnico: Ivelise Regina Canito Brasil, cirurgião geral, CRM 6205;
III - membro: José Eudes Bastos de Pinho, cirurgião geral, CRM 4016;
IV - membro: Ronaldo de Matos Esmeraldo, cirurgião geral e urologista, CRM 4102;
V - membro: Germana Alves Corsino, gastroenterologista, CRM 8714;
VI - membro: Romero de Matos Esmeraldo, cirurgião geral, CRM 1178;
VII - membro: Ticiana Mota Esmeraldo, gastroenterologista, CRM 7060;
VIII - membro: Ana Lourdes Sousa Teotônio de Oliveira, gastroenterologista, CRM 7568;
IX - membro: Alessandra Maria mont'Alverne Pierre, gastroenterologista e clínica médica, CRM 8994;
X - membro: Rita Chelly Félix Tavares, gastroenterologista, CRM 9896;
XI - membro: Verônica Melo Benevides Queiroga, gastroenterologista e clínica médica, CRM 9518;
XII - membro: Marina Seixas Studart e Neves, intensivista, CRM 15454;
XIII - membro: Francisco André Macedo Fernandes, cirurgião geral, CRM 12630;
XIV - membro: Paulo Henrique Dourado Figueiredo, cirurgião geral, CRM 4035;
XV - membro: Juliana Custódio Lima, gastroenterologista, CRM 9469;
XVI - membro: Francisco Alan Barbosa Leal, cirurgião geral, CRM 11435;
XVII - membro: David Silveira Marinho, anestesiologista, CRM 10942;
XVIII - membro: José Carlos Rodrigues Nascimento, cirurgião geral, CRM 8579;
XIX - membro: Roberto dos Santos Bandeira, anestesiologista, CRM 7925.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800088

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 12 Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano às equipes de saúde a seguir identificadas:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

RIO DE JANEIRO

I - Nº do SNT 1 11 13 RJ 12
II - responsável técnico: Leila de Castro Morais, oftalmologista, CRM 52923435.

I - Nº do SNT 1 11 15 RJ 06
II - responsável técnico: Edigezir Barbosa Gomes, oftalmologista, CRM 52354026.

I - Nº do SNT 1 11 16 RJ 02
II - responsável técnico: Thiago Padilha Velasco de Magalhães, oftalmologista, CRM 52774162;
III - membro: Maria Lúcia Mendes de Moraes Figueiredo, oftalmologista, CRM 52237734;
IV - membro: Leila Monteiro Auler, oftalmologista, CRM 52462552;
V - membro: André Pedrote de Carvalho, anestesiologista, CRM 52665983.

DISTRITO FEDERAL

I - Nº do SNT 1 11 00 DF 03
II - responsável técnico: Anderson Gustavo Teixeira Pinto, oftalmologista, CRM 12049;
III - membro: Camila Haydee Rosas Salaroli, oftalmologista, CRM 17277.

RIO GRANDE DO SUL

I - Nº do SNT 1 11 15 RS 05
II - responsável técnico: Carlos Ricardo de Camargo Ramos, oftalmologista, CRM 30534;
III - membro: Adriano Bertoni Frasson, oftalmologista, CRM 24418;
IV - membro: Carlos Buhler Junior, oftalmologista, CRM 32787;
V - membro: Monique Lazzaretti Avozani, oftalmologista, CRM 30219;
VI - membro: Paulo Caldas Silber, oftalmologista, CRM 22273;
VII - membro: Priscilla de Almeida Jorge, oftalmologista, CRM 30270.

MATO GROSSO DO SUL

I - Nº do SNT 1 11 05 MS 02
II - responsável técnico: Marcelo Albuquerque de Santana, oftalmologista, CRM 3862.

Art. 13 Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido músculo esquelético à equipe de saúde a seguir identificada:

TECIDO MÚSCULO ESQUELÉTICO: 24.22

RIO GRANDE DO SUL

I - Nº do SNT 1 12 05 RS 02
II - responsável técnico: Tercildo Knop, ortopedista e traumatologista, CRM 7085;
III - membro: Diego Cassol Dozza, neurocirurgião, CRM 27281;
IV - membro: Gustavo Pileggi Castro, cirurgião geral e pediátrico, CRM 31552;
V - membro: José Idílio Saggin, ortopedista e traumatologista, CRM 7748;
VI - membro: Jung Ho Kim, ortopedista e traumatologista, CRM 23429;
VII - membro: Luís Gustavo Calieron, ortopedista e traumatologista,
CRM 25557;
VIII - membro: Luiz Henrique Penteado da Silva, ortopedista e traumatologista, CRM 19805;
IX - membro: Maria Sônia Dal Bello, ortopedista e traumatologista, CRM 17655;
X - membro: Paulo César Faiad Piluski, ortopedista e traumatologista
CRM 28116;
XI - membro: Samuel Faccioni, ortopedista e traumatologista CRM 28883.

Art. 14 Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de rim e pâncreas conjugado à equipe de saúde a seguir identificada:

RIM/PÂNCREAS: 24.05

PARANÁ

I - Nº do SNT 1 31 15 PR 04
II - responsável técnico: Fábio Silveira, cirurgião geral, CRM 20009;
III - membro: Fábio Porto Silveira, cirurgião geral, CRM 19570;
IV - membro: Nestor Saucedo Saucedo Junior, cirurgião geral, CRM 22900;
V - membro: Henrique Cesar Higa, cirurgião geral, CRM 29620;
VI - membro: Bruno Figueiredo Pimpão, urologista, CRM 22657;
VII - membro: Fabiola Pedron Peres da Costa, nefrologista, CRM 19082;
VIII - membro: Fabiana Loss de Carvalho Contieri, nefrologista,
CRM 11472;
IX - membro: Arthur Ruzzon Cardoso, anestesiologista, CRM 27902;
X - membro: Cristina Clebis Martins, anestesiologista, CRM 23711;
XI - membro: Raquel Yukie Casado, anestesiologista, CRM 28526;
XII - membro: Mileni Furlaneto Celinski Nercolini, anestesiologista, CRM 28573;
XIII - membro: Leda Regina Cavalin Nicollelli, endocrinologista, CRM 19914.

Art. 15 Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de pâncreas à equipe de saúde a seguir identificada:

PÂNCREAS: 24.04

PARANÁ

I - Nº do SNT 1 32 15 PR 05
II - responsável técnico: Fábio Silveira, cirurgião geral, CRM 20009;
III - membro: Fábio Porto Silveira, cirurgião geral, CRM 19570;
IV - membro: Nestor Saucedo Saucedo Junior, cirurgião geral, CRM 22900;
V - membro: Henrique Cesar Higa, cirurgião geral, CRM 29620;
VI - membro: Fabiola Pedron Peres da Costa, nefrologista, CRM 19082;
VII - membro: Fabiana Loss de Carvalho Contieri, nefrologista, CRM
11470;
VIII - membro: Bruno de Figueiredo Pimpão, urologista, CRM 22657;
IX - membro: Arthur Ruzzon Cardoso, anestesiologista, CRM 27902;
X - membro: Raquel Yukie Casado, anestesiologista, CRM 28536;
XI - membro: Cristina Clebis Martins, anestesiologista, CRM 23711;
XII - membro: Mileni Furlaneto Celinski Nercolini, anestesiologista, CRM 28573;
XIII - membro: Leda Regina Cavalin Nicollelli, endocrinologista, CRM 19914.

Art. 16 As autorizações e renovações de autorizações concedidas por meio desta portaria - para equipes especializadas e estabelecimentos de saúde - terão validade de dois anos a contar desta publicação, em conformidade com o estabelecido nos §§ 5º, 6º, 7º e 8º do art. 8º do Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, e na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009.

Art. 17 Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.519, DE 20 DE SETEMBRO DE 2017

Indefere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Fundação Médica Santa Cecília, com sede em Aquidabã (SE).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, que redefine os procedimentos relativos à certificação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 99-SEI/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.072330/2017-84, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014 e da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Fundação Médica Santa Cecília, CNPJ nº 05.977.636/0001-01, com sede em Aquidabã (SE).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.520, DE 20 DE SETEMBRO 2017

Concede autorização e renovação de autorização a estabelecimentos e equipes de saúde para retirada e transplante de órgãos.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009, que aprova o regulamento técnico do Sistema Nacional de Transplantes (SNT), e tudo no que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, resolve:

Art. 1º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de rim aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:

RIM: 24.08

BAHIA

I - Nº do SNT: 2 01 13 BA 03
II - denominação: Real Sociedade Portuguesa de Beneficência Dezesseis de Setembro - Hospital Português
III - CNPJ: 15.166.416/0001-51
IV - CNES: 0004251
V - endereço: Avendia Princesa Isabel, nº 914, Bairro: Barra Avenida, Salvador/BA, CEP: 40.140-901.

MINAS GERAIS

I - Nº do SNT: 2 01 14 MG 01
II - denominação: Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora
III - CNPJ: 21.195.755/0002-40
IV - CNES: 2218798
V - endereço: Avendia Eugênio do Nascimento, s/nº, Bairro: Aeroporto, Juiz de Fora/MG, CEP: 36.038-330.

RIO DE JANEIRO

I - Nº do SNT: 2 01 15 RJ 02
II - denominação: Clínica São Gonçalo Ltda - Hospital Icaraí
III - CNPJ: 31.671.480/0003-08
IV - CNES: 6734014
V - endereço: Rua Marques de Paraná, nº 233, Bairro: Centro, Niterói/RJ, CEP: 24.030-215.

Art. 2° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de fígado aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:

FÍGADO: 24.09

BAHIA

I - Nº do SNT: 2 02 01 BA 01
II - denominação: Real Sociedade Portuguesa de Beneficência Dezesseis de Setembro - Hospital Português
III - CNPJ: 15.166.416/0001-51
IV - CNES: 0004251
V - endereço: Avendia Princesa Isabel, nº 914, Bairro: Barra Avenida, Salvador/BA, CEP: 40.140-901.

SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 2 02 13 SP 09
II - denominação: Hospital do Rim e Hipertensão - Fundação Oswaldo Ramos
III - CNPJ: 52.803.319/0001-59
IV - CNES: 2089785
V - endereço: Rua Borges Lagoa, nº 960, Bairro: Vila Clementino, São Paulo/SP, CEP: 04.038-002.

Art. 3° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante coração ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

CORAÇÃO: 24.11

SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 2 02 13 SP 09
II - denominação: Hospital do Rim e Hipertensão - Fundação Oswaldo Ramos
III - CNPJ: 52.803.319/0001-59
IV - CNES: 2089785
V - endereço: Rua Borges Lagoa, nº 960, Bairro: Vila Clementino, São Paulo/SP, CEP: 04.038-002.

Art. 4° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

CEARÁ

I - Nº do SNT: 2 11 01 CE 02
II - denominação: Clínica Dr. José Nilson Ltda - Oftalmoclínica
III - CNPJ: 12.209.664/0001-44
IV - CNES: 2482258
V - endereço: Avenida Treze de Maio, nº 1806, Bairro: Fátima, Fortaleza/CE, CEP: 60040-531.

Art. 5° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de medula óssea autogênico ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01

CEARÁ

I - Nº do SNT: 2 21 15 CE 03
II - denominação: Sociedade Beneficente São Camilo - Hospital Cura D´Ars
III - CNPJ: 60.975.737/0035-09
IV - CNES: 2611686
V - endereço: Rua Costa Barros, n° 833, Bairro: Centro, Fortaleza/CE, CEP: 60.160-280.

Art. 6° Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de rim à equipe de saúde a seguir identificada:

RIM: 24.08

RIO DE JANEIRO

I - Nº do SNT 1 01 17 RJ 76
II - responsável técnico: Renato Torres Gonçalves, nefrologista, CRM 52410450;
III - membro: José Monteiro Sad Pereira, urologista, CRM 52459998;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800089

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

IV - membro: Hermógenes Petean Filho, cirurgião vascular, CRM 52189658;
V - membro: Marilúcia da Rocha Teixeira Gonçalves, nefrologista, CRM 52476324.

Art. 7° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de rim às equipes de saúde a seguir identificadas:

RIM: 24.08

BAHIA

I - Nº do SNT 1 01 13 BA 03
II - responsável técnico: Rogério da Hora Passos, nefrologista, CRM 14481;
III - membro: Maurício Fucs Machado da Silva, urologista, CRM 9594;
IV - membro: Ana Paula Maia Baptista, nefrologista, CRM
17993;
V - membro: Andrea Carvalho Pedroza, nefrologista, CRM 10648;
VI - membro: Fábio Ricardo Dantas Dutra, nefrologista, CRM 14116;
VII - membro: Maria Fernanda Ramos Coelho Alves,
nefrologista, CRM 10749;
VIII - membro: Maurício Urpia Monte, urologista, CRM 12323;
IX - membro: Paulo Sampaio Furtado, urologista, CRM
13186;
X - membro: Cássio Muniz David Pugas, urologista, CRM 12034.

MINAS GERAIS

I - Nº do SNT 1 01 14 MG 01
II - responsável técnico: Helady Sanders Pinheiro, nefrologista, CRM 30067;
III - membro: Moisés Carminatti, nefrologista, CRM 41897;
IV - membro: Fabiana Oliveira Bastos Bonato, nefrologista, CRM 46974;
V - membro: Humberto Elias Lopes, urologista, CRM 25598;
VI - membro: André Avarese de Figueiredo, urologista, CRM 38618.

RIO DE JANEIRO

I - Nº do SNT 1 01 15 RJ 14
II - responsável técnico: Pedro Henrique Barbosa D'Almeida, nefrologista, CRM 52885878;
III - membro: Jose Genilson Alves Ribeiro, urologista, CRM 52410638;
IV - membro: Angelo Maurilio Fosse Junior, urologista, CRM 52688746;
V - membro: Heleno Augusto Moreira da Silva, urologista, CRM 52781533;
VI - membro: Paula Lira de Moura Gonçalves, nefrologista, CRM 52862860.

Art. 8° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano à equipe de saúde a seguir identificada:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

MATO GROSSO DO SUL

I - Nº do SNT 1 11 01 MS 02
II - responsável técnico: Marco Antonio Bonini, oftalmologista, CRM 240.

Art. 9° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de medula óssea autogênico à equipe de saúde a seguir identificada:

MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01

CEARÁ

I - Nº do SNT: 1 21 15 CE 04
II - responsável técnico: Edilson Diógenes Pinheiro, hematologista e hemoterapeuta, CRM 11329;
III - membro: Ronald Feitosa Pinheiro, hematologista e hemoterapeuta, CRM 7558.

Art. 10 As autorizações e renovações de autorizações concedidas por meio desta portaria - para equipes especializadas e estabelecimentos de saúde - terão validade de dois anos a contar desta publicação, em conformidade com o estabelecido nos §§ 5º, 6º, 7º e 8º do art. 8º do Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, e na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009.

Art. 11 Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.521, DE 20 DE SETEMBRO DE 2017

Inclui membro em equipe de transplante.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009, que aprova o regulamento técnico do Sistema Nacional de Transplantes (SNT), e tudo no que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, resolve:

Art. 1º Fica incluído na equipe de transplante habilitada pela Portaria nº 1.372/SAS/MS, de 31 de dezembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União nº 1, de 4 de janeiro de 2016, seção 1, página 11, o membro a seguir:

FÍGADO: 24.09

ACRE

I - Nº do SNT 1 02 13 AC 01
II - membro: Alex Nunes Callado, anestesiologista, CRM 1295.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.522, DE 20 DE SETEMBRO DE 2017

Exclui membro de equipe de transplante

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009, que aprova o regulamento técnico do Sistema Nacional de Transplantes (SNT), e a manifestação favorável dos respectivos gestores estaduais de saúde, resolve:

Art. 1º Fica excluído da equipe de transplante habilitada pela Portaria nº 5/SAS/MS, de 2 de janeiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 5, de 06 de janeiro de 2017, Seção 1, página 34, os membros a seguir:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

PERNAMBUCO

I - Nº do SNT 1 11 12 PE 05
II - Responsável Técnico: Ana Maria Coutinho Pessoa, oftalmologista, CRM 13470.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.523, DE 20 DE SETEMBRO DE 2017

Exclui habilitação e autorização de estabelecimento e respectiva equipe de transplante

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009, que aprova o regulamento técnico do Sistema Nacional de Transplantes (SNT); e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujo âmbito de atuação se encontram o estabelecimento e a equipe de saúde, resolve:

Art. 1º Ficam excluídas a habilitação e a autorização para realizar retirada de órgãos e tecidos e transplantes de medula óssea autogênico, alogênico aparentado e alogênico não aparentado do estabelecimento a seguir identificado:

RETIRADA DE ÓRGÃOS E TECIDOS: 24.20

MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01

MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICO APARENTADO: 24.02

MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICO NÃO APARENTADO: 24.03

RIO GRANDE DO NORTE

I - Nº do SNT: 2 21 16 RN 01
II - denominação: STMO/ Hemato-Oncologistas Associados
III - CNPJ: 13.940.378/0001-17
IV - CNES: 7768796
V - endereço: Rua Afonso Pena, n° 754, Bairro: Tirol, Natal/RN, CEP: 59.020-100.

Art. 2º Ficam excluídas a habilitação e a autorização para realizar retirada de órgãos e tecidos e transplantes de medula óssea autogênico, alogênico aparentado e alogênico não aparentado da equipe a seguir identificada:

RETIRADA DE ÓRGÃOS E TECIDOS: 24.20

MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01

MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICO APARENTADO: 24.02

MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICO NÃO APARENTADO: 24.03

RIO GRANDE DO NORTE

I - Nº do SNT: 1 21 16 RN 01
II - responsável técnico: Henrique Eduardo Macedo Fonseca, oncologista e hematologista, CRM 2986;
III - membro: Wilson Cleto de Medeiros Filho, pediatra, CRM 4208;
IV - membro: Rodolfo Daniel Almeida Soares, hemoterapeuta, CRM 4973;
V - membro: Vicente Luthiani Diógenes Rego, intensivista, CRM 5714;
VI - membro: Charmy Cleython Fernandes de Araújo, nefrologista, CRM 4543;
VII - membro: Kleber Giovane Luz, infectologista, CRM 2602.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.524, DE 20 DE SETEMBRO DE 2017

Substitui responsável técnico de equipe de transplante

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009, que aprova o regulamento técnico do Sistema Nacional de Transplantes (SNT), e a manifestação favorável dos respectivos gestores estaduais de saúde, resolve:

Art. 1º Fica substituído o responsável técnico, Ana maria Coutinho Pessoa, Oftalmologista, CRM 13470, constante na Portaria nº 05/SAS/MS, de 2 de janeiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 5, de 6 de janeiro de 2017, Seção 1, página 34, conforme nº de SNT 1 11 12 PE 05, e fica nomeado como responsável técnico pela equipe, Lorenza Morgane Français, oftalmologista, CRM 15394.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.525, DE 20 DE SETEMBRO DE 2017

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, do Hospital Geral Dr. Francisco Tozzi Santa Casa de Misericórdia, com sede em Águas de Lindóia (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, que redefine os procedimentos relativos à certificação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 94-SEI/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.412327/2017-16/MS, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Portaria nº 834/GM/MS de 26 de abril de 2016, do Decreto nº 8.242 de 23 de maio de 2014 e da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Hospital Geral Dr. Francisco Tozzi Santa Casa de Misericórdia, CNPJ nº 46.439.733/0001-28, com sede em Águas de Lindóia (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2018 à 31 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.526, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017.

Remaneja recurso do limite financeiro mensal do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, do Componente Fundo de Ações Estratégicas e Compensação - FAEC, destinado ao custeio da Nefrologia no Estado de São Paulo.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 1.112/GM/MS, de 13 de junho de 2002, que determina que os procedimentos da Tabela do Sistema de Informações Ambulatoriais - SIA/SUS, do Grupo Terapia Renal Substitutiva - TRS, cobrados na APAC, sejam financiados pelo Fundo de Ações Estratégicas e Compensação - FAEC;

Considerando a Portaria nº 963/GM/MS, de 10 de maio de 2016, que estabelece recurso anual a ser adicionado aos limites financeiros dos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinado ao custeio da Nefrologia,

Considerando a Portaria nº 1.830/GM/MS, de 11 de outubro de 2016, que estabelece recurso a ser adicionado aos limites financeiros dos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinado ao custeio do reajuste de Procedimentos da Terapia Renal Substitutiva;

Considerando a Portaria nº 35/GM/MS, de 6 de janeiro de 2017, que estabelece que recurso a ser adicionado aos limites financeiros dos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinado ao custeio do reajuste de Procedimentos da Terapia Renal Substitutiva, e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800090

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Considerando o Ofício nº 39, de 28 de agosto de 2017, da Comissão Intergestores Bipartite do Estado de São Paulo, resolve:

Art. 1º Fica remanejado recurso do limite financeiro mensal do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, do Componente Fundo de Ações Estratégicas e Compensação - FAEC, destinado ao custeio da Nefrologia no Estado de São Paulo, conforme discriminado no quadro a seguir:

Código	Município/Estado	Valor alterado mensal (R$)
350000	Gestão Estadual	(5.049,20)
350190	Amparo	2.524,60
354970	São José do Rio Pardo	2.524,60
350190	Amparo	(2.524,60)
353080	Mogi Mirim	2.524,60

Art. 2º O Remanejamento não acarretará impacto financeiro para o Ministério da Saúde.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência do valor mensal para os Fundos Municipais de Saúde até o limite estabelecido, após a apuração da produção no Banco de dados do Sistema de Informação Ambulatorial.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência setembro de 2017.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.529, DE 22 DE SETEMBRO DE 2017

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Congregação das Filhas de Nossa Senhora Stella Maris, com sede em Guarulhos (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, que redefine os procedimentos relativos à certificação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde, e

Considerando o Parecer Técnico nº 102-SEI/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.053149/2010-01/MS, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Portaria nº 834/GM/MS de 26 de abril de 2016, do Decreto nº 8.242 de 23 de maio de 2014 e da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Congregação das Filhas de Nossa Senhora Stella Maris, CNPJ nº 49.052.533/0002-97, com sede em Guarulhos (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.532, DE 25 DE SETEMBRO DE 2017

Indefere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Associação Beneficente Bento Cavalheiro, com sede em São Joaquim (SC).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, que redefine os procedimentos relativos à certificação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde, e

Considerando o Parecer Técnico nº 98-SEI/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000. 008390/2017-43/MS, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Portaria nº 834/GM/MS de 26 de abril de 2016, do Decreto nº 8.242 de 23 de maio de 2014 e da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Associação Beneficente Bento Cavalheiro, CNPJ nº 86.159.340/0001-85, com sede em São Joaquim (SC).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.533, DE 25 DE SETEMBRO DE 2017

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, do Centro de Triagem e Obras Sociais do V do Ivaí Centos, com sede em Jandaia do Sul (PR).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, que redefine os procedimentos relativos à certificação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde, e

Considerando o Parecer Técnico nº 92-SEI/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.418618/2017-18/MS, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Portaria nº 834/GM/MS de 26 de abril de 2016, do Decreto nº 8.242 de 23 de maio de 2014 e da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Centro de Triagem e Obras Sociais do V do Ivaí Centos, CNPJ nº 75.753.442/0001-08, com sede em Jandaia do Sul (PR).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 2 de junho de 2018 a 1º de junho de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE

RETIFICAÇÃO

No Anexo da Portaria nº 294, de 26 de setembro de 2017, publicada no DOU nº 186, de 27 de setembro de 2017, Seção 1, página 64:

Onde se lê:

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.040031/2017-81	NIURKA LILIANA CARMENATTY BUSTAMANTE	1200273	AC	1501226

Leia-se:

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.040031/2017-81	NIURKA LILIANA CARMENATTY BUSTAMANTE	1200273	AC	Cruzeiro do Sul

Ministério das Cidades

SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 212, DE 26 DE SETEMBRO DE 2017

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (DENATRAN), no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 632, de 30 de novembro de 2016, do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), e na Portaria nº 27, de 25 de janeiro de 2017, do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.026110/2017-97, resolve:

Art. 1º Conceder, por quatro anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §1º do art. 8º da Resolução nº 632, de 30 de novembro de 2016, do CONTRAN, renovação da licença de funcionamento à pessoa jurídica CERTIFICAR INSPEÇÃO VEICULAR LTDA - ME, CNPJ nº 65.306.599/0001-31, situada no Município de Belo Horizonte - MG, Rua Aída Souza Castro, nº 15, Vila Oeste, CEP: 30.532-130 para atuar como Instituição Técnica Licenciada - ITL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELMER COELHO VICENZI

CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO

RESOLUÇÃO Nº 689, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

Estabelece o Registro Nacional de Gravames - RENAGRAV e dispõe sobre o Registro de Contratos com cláusula de Alienação Fiduciária em operações financeiras, consórcio, Arrendamento Mercantil, Reserva de Domínio ou Penhor, nos órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, para anotação no Certificado de Registro de Veículos - CRV.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), no uso da competência que lhe confere o art. 12, incisos I, II e X, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e, conforme o Decreto nº 4.711, de 29 de maio de 2003, que trata da coordenação do Sistema Nacional de Trânsito (SNT).

Considerando o disposto no §1º do art. 1.361 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que instituiu o Código Civil;

Considerando a Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974, que dispõe sobre o tratamento tributário das operações de Arrendamento Mercantil e dá outras providências;

Considerando o disposto no art. 6º da Lei nº 11.882, de 23 de dezembro de 2008, que dispõe que em operação de Arrendamento Mercantil ou qualquer outra modalidade de crédito ou financiamento a anotação da Alienação Fiduciária de veículo automotor no Certificado de Registro de Veículo - CRV produz plenos efeitos probatórios contra terceiros sendo dispensado qualquer outro registro público;

Considerando o Relatório de Auditoria nº 201412890 da Controladoria-Geral da União - CGU;

Considerando a necessidade de estabelecer e padronizar os procedimentos para o Registro de Contratos com cláusula de Alienação Fiduciária em operações financeiras, consórcio, Arrendamento Mercantil, Reserva de Domínio ou Penhor, nos órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, para anotação no Certificado de Registro de Veículos - CRV;

Considerando o que consta no Processo Administrativo nº 80000.106578/2016-83, resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º Esta norma estabelece o Registro Nacional de Gravames - RENAGRAV, sob a coordenação e gerenciamento do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, e dispõe sobre o Registro de Contratos com cláusula de Alienação Fiduciária em operações financeiras, consórcio, Arrendamento Mercantil, Reserva de Domínio ou Penhor, nos órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, para anotação no Certificado de Registro de Veículos - CRV.

Art. 2º O RENAGRAV é um subsistema do Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, destinado à realização de Apontamento e do Protocolo para a realização do Registro de contratos de garantias de alienação fiduciária em operações financeiras ou consórcio, arrendamento mercantil, reserva de domínio ou penhor, pelos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal para anotação do Gravame no campo de observações do Certificado de Registro de Veículos (CRV) e do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículos (CRLV).

Art. 3º Compete ao DENATRAN:

I - organizar, manter e gerenciar o RENAGRAV;

II - desenvolver e padronizar os procedimentos operacionais do sistema;

III - assegurar correta gestão do RENAGRAV;

IV - definir as atribuições operacionais dos órgãos e entidades integradas;

V - cumprir e fazer cumprir esta Resolução e as instruções complementares;

VI - arbitrar conflitos entre os participantes;

VII - credenciar as entidades interessadas em realizar a prestação dos serviços inerentes ao Apontamento, previsto nesta Resolução.

Art. 4º O Registro de Contratos de garantias de Alienação Fiduciária em operações financeiras, consórcio, Arrendamento Mercantil, Reserva de Domínio ou Penhor, será realizado pelos órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, conforme o §1º do art. 1.361 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que instituiu o Código Civil.

Parágrafo único. Havendo divergência entre os dados constantes do apontamento e o do registro do contrato, o órgão executivo de trânsito requererá da instituição financeira ou entidade credora esclarecimentos para fins de confronto, prevalecendo, em persistindo a divergência, os dados relativos ao registro do contrato para fins de anotação da garantia real e expedição do Certificado de Registro de Veículo - CRV.

Seção I

Das Definições

Art. 5º Para fins desta Resolução, considera-se:

I - Apontamento: é a anotação prévia e provisória de Gravame no RENAGRAV, feita pelas instituições financeiras, as administradoras de consórcios, as sociedades de Arrendamento Mercantil ou entidades de registro e de liquidação financeira, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, por meio das empresas credenciadas pelo DENATRAN

II - Registro de Contrato: procedimento realizado pelos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, mediante solicitação do Declarante, com base em instrumento público ou particular, com garantia de alienação fiduciária em operações financeiras, consórcio, Arrendamento Mercantil, Reserva de Domínio ou Penhor de veículo automotor, produzindo plenos efeitos probatórios contra terceiros;

III - Gravame: a anotação efetuada pelos órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, no campo de observações do CRV e CRLV, decorrente do Registro de Contratos de garantias de Alienação Fiduciária em operações financeiras, consórcio, Arrendamento Mercantil, Reserva de Domínio ou Penhor.

IV - Alienação Fiduciária: transferência feita por um devedor ao credor de propriedade resolúvel e da posse indireta do veículo, como garantia de seu débito, resolvendo-se o direito do adquirente com o adimplemento da obrigação, ou melhor, com o pagamento da dívida garantida.

V - Arrendamento Mercantil: negócio jurídico realizado entre pessoa jurídica, na qualidade de arrendadora, e pessoa física ou jurídica, na qualidade de arrendatária, e que tenha por objeto o arrendamento de bens adquiridos pela arrendadora, segundo especificações da arrendatária e para uso próprio desta.

VI - Reserva de Domínio ou Penhor: modalidade de negociação em que o vendedor de coisa móvel tem a garantia da propriedade da coisa vendida a prazo, até que seja pago integralmente.

VII - Propriedade Fiduciária: origina-se com o registro do contrato, celebrado por instrumento público ou particular, que lhe serve de título, no órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal competente para o licenciamento do veículo, fazendo-se a anotação no CRV.

CAPÍTULO II

DO APONTAMENTO

Art. 6º Antecedendo o envio das informações para registro do contrato, a instituição credora deverá requerer, de forma preliminar, por meio de Empresa Credenciada pelo DENATRAN (ECD), o Apontamento da informação destinada à inserção do Gravame correspondente ao registro de contratos de garantias de alienação fiduciária em operações financeiras, consórcio, Arrendamento Mercantil, Reserva de Domínio ou Penhor.

§1º O Apontamento será realizado pela ECD, exclusivamente por meio eletrônico no Sistema RENAGRAV, e constará em campo próprio do cadastro do veículo, enquanto não realizado o registro do contrato, devendo a instituição credora armazenar arquivo eletrônico relativo à proposta de financiamento ou documento equivalente, para fins de consulta pelos órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal.

§ 2º O Apontamento somente terá validade se for realizado no Sistema RENAGRAV.

§ 3º O apontamento, vedada sua simultaneidade com o registro do contrato, servirá para controle de análise e garantia do crédito pela instituição financeira ou entidade credora de garantia real, não podendo ser utilizado como meio, forma ou condição exclusiva para fins de registro do contrato.

§ 4º O Apontamento não poderá ser realizado em momento posterior ao registro do contrato.

§ 5º O registro do contrato pelo órgão ou entidade executivo de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, após conferência com as informações transmitidas por meio do RENAGRAV, é condição obrigatória para anotação do Gravame no campo de observações do Certificado de Registro de Veículo - CRV.

§ 6º Somente será possível realizar novo apontamento sobre o veículo caso o primeiro esteja devidamente baixado ou quando não mais persistirem obrigações decorrentes do registro do contrato e ainda não realizada a operação constante do § 2º do art. 9º desta Resolução.

§ 7º Em caso de desistência da celebração do contrato de financiamento, o Apontamento poderá ser retirado a qualquer momento.

Art. 7º Caso não seja realizado o registro do contrato no órgão ou entidade executivo de trânsito de registro do veículo, no prazo de 30 (trinta) dias, haverá o cancelamento automático do Apontamento.

Parágrafo único. Quando o veículo estiver devidamente registrado, na forma disciplinada pelo CONTRAN, em Estoque de Estabelecimento que comercializa veículos novos e usados, e for objeto de garantia em operações de crédito, o Apontamento poderá ser incluído e retirado nos termos da regulamentação do Sistema Registro Nacional de Veículos em Estoque - RENAVE, a pedido do credor sem a necessidade do registro do contrato com cláusula de Alienação Fiduciária e, tampouco, aplica-se o disposto no caput.

CAPÍTULO III

DO REGISTRO DOS CONTRATOS

Seção I

Disposições Gerais

Art. 8º Os contratos de garantias de Alienação Fiduciária em operações financeiras, consórcio, Arrendamento Mercantil, Reserva de Domínio ou Penhor, celebrados por instrumentos público ou privado, serão, obrigatoriamente, registrados no órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal em que for registrado e licenciado o veículo, nos termos desta Resolução.

§1º O registro dos contratos previsto no caput é ato bastante e suficiente para dar ampla publicidade e produz plenos efeitos probatórios contra terceiros, dispensado qualquer outro registro público.

§2º Os procedimentos constantes desta Resolução destinam-se à autenticidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos decorrentes do registro dos contratos.

Art. 9º. Para o registro dos contratos de garantias de Alienação Fiduciária em operações financeiras, consórcio, Arrendamento Mercantil, Reserva de Domínio ou Penhor, o Declarante deverá fornecer os seguintes dados aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal em que for registrado o veículo para efetivar o registro do contrato:

I - tipo de operação realizada;

II - número do contrato;

III - identificação do credor e do devedor, contendo respectivos endereço, telefone e, quando possível, o endereço eletrônico (e-mail);

IV - a descrição do veículo objeto do contrato e os elementos indispensáveis à sua identificação nos termos do Código de Trânsito Brasileiro - CTB;

V - o total da dívida, ou sua estimativa;

VI - o local e a data do pagamento;

VII - quantidade de parcelas do financiamento;

VIII - o prazo, ou a época do pagamento;

IX - taxa de juros, comissões cuja cobrança for permitida, cláusula penal e correção monetária, com a indicação dos índices aplicados, se houver.

§1º Os registros de contratos receberão numeração sequencial de assentamento e aos seus respectivos aditivos será aplicada, mediante averbação, numeração de referência vinculada ao registro inicial.

§ 2º A instituição credora deverá encaminhar no prazo de até 10 (dez) dias à ECD, que deverá atualizar imediatamente o RENAGRAV, e ao órgão ou entidade executivo de trânsito dos Estados e do Distrito Federal por meio da empresa registradora de contratos, que deverão atualizar imediatamente seus registros, a informação relativa à quitação das obrigações do devedor, a qual será averbada junto ao registro do contrato, destinando-se à comprovação do término da garantia vinculada ao veículo registrado no órgão ou entidade executivo de trânsito dos Estados e do Distrito Federal.

§ 3º A instituição credora deverá informar ao órgão ou entidade executiva de trânsito dos Estados e do Distrito Federal de registro do veículo, ou por meio da empresa registradora de contratos, qualquer alteração ocorrida no Contrato, cabendo a estes procederem aos devidos registros.

§4º Os órgãos ou entidades executivos de trânsito dos estados e do Distrito Federal, bem como as Empresas Credenciadas pelo DENATRAN atuarão dentro dos limites impostos nesta seção, sendo vedado impor outras exigências adicionais à instituição credora ou ao devedor para a realização dos registros dos contratos.

§ 5º Os órgãos e entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal poderão editar normas que julgarem necessárias para o controle e estabelecimento de procedimentos do registro por eles realizado.

Seção II

Dos Procedimentos de Registro dos Contratos

Art. 10. O protocolo das informações para o registro do Contrato será realizado por empresa registradora de contratos, por meio da obtenção dos dados encaminhados pelas instituições credoras e daqueles constantes do RENAGRAV, a qual transmitirá as informações aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal para efetivação do registro do contrato.

§1º Os órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal deverão implementar os novos procedimentos para registro dos contratos nos termos desta Resolução, cabendo-lhes a supervisão e o controle de todo o processo de forma privativa e intransferível, podendo sua execução ser realizada por terceiros, mediante credenciamento e/ou contratação.

§2º Os órgãos e entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal poderão operacionalizar o registro dos contratos através de credenciamento ou outra forma concorrencial, mesmo que haja outro modelo vigente.

§3º A empresa credenciada e/ou contratada pelos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal para realização do registro de contrato deverá solicitar ao DENATRAN acesso exclusivo ao Sistema RENAGRAV, nos termos do normativo que disciplina o acesso aos sistemas e subsistemas informatizados do DENATRAN.

§ 4º Não poderão atuar como registradoras de contrato junto aos órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal as:

I - empresas credenciadas pelo DENATRAN para realizarem o apontamento;

II - empresas coligadas ou subsidiárias e todas as demais pessoas jurídicas que, direta ou indiretamente, tenham participação societária com as empresas constantes do inciso I deste parágrafo, ainda que por meio de seus sócios-proprietários, cônjuges ou parentes até o terceiro grau;

III - pessoas jurídicas que tenham em posição de controle ou de administração, pessoa física que mantenha vínculo trabalhista, contratual ou qualquer forma de nomeação, indicação ou subordinação imediata ou mediata, remunerada ou não, a qualquer título, com as pessoas jurídicas descritas no inciso I deste parágrafo;

IV - pessoas jurídicas que mantenham sociedade ou qualquer outra forma de participação, ou que contrate ou venha a contratar, entidades que exerçam, direta ou indiretamente, as atividades descritas nos incisos I a III deste parágrafo.

Art. 11. Independentemente do envio eletrônico dos dados exigidos no art. 9º desta Resolução, a instituição credora deverá encaminhar ao órgão ou entidade de trânsito de registro do veículo, por meio da empresa registradora de contrato, arquivo digitalizado do contrato firmado com o devedor, integralmente preenchido e assinado pelas partes, no prazo de até 30 (trinta) dias, sob pena de baixa do Gravame.

Parágrafo único. Em caso de divergência de informações será instaurado procedimento administrativo para cancelamento do registro do contrato e da anotação da Alienação Fiduciária no CRV, notificando-se a instituição credora, que, caso não se pronuncie no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação, será considerado omisso ou remisso para todos os fins de direito.

Art. 12. Inexiste qualquer responsabilidade do órgão ou entidade executivo de trânsito dos Estados e do Distrito Federal sobre as informações originalmente enviadas, a quem competirá apenas observar o cumprimento dos dispositivos legais pertinentes a esta Resolução, em relação ao Apontamento, ao registro do contrato e ao Gravame.

Parágrafo único. A constatação de erro ou divergência na informação prestadas aos órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal para o Registro de Contrato resultará na obrigação ao credor da garantia real de refazer o procedimento de registro do contrato e de arcar com os valores correspondentes aos serviços de correção de dados cadastrais e, se for o caso, com os possíveis custos relativos à emissão de novos CRV e CRLV.

Art. 13. A autorização de emissão do CRV e do CRLV de veículos objeto de contratos de garantias de Alienação Fiduciária em operações financeiras, consórcio, Arrendamento Mercantil, Reserva de Domínio ou Penhor com o respectivo Gravame só será concedida após inserção de informação ao Sistema RENAGRAV por parte do órgão executivo de trânsito de registro e licenciamento do veículo dos dados constantes do contrato, para fins de validação com as informações constantes no Apontamento.

Parágrafo único. As empresas registradoras de contrato, quando solicitado pelos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, após a realização do registro do contrato, poderão inserir as informações necessárias ao gravame.

Seção III

Dos Procedimentos de Consultas

Art. 14. O DENATRAN poderá autorizar consulta ao Sistema RENAVAM, para fins de verificação da propriedade e existência de eventuais Gravames e outras restrições sobre o veículo, sendo mantidos sob sigilo, os dados e informações referente ao conteúdo dos contratos registrados, nos termos da legislação vigente.

§ 1º O dever de sigilo de que trata o caput é extensivo à ECD em relação às operações que realizar e as informações que obtiver no exercício de suas atribuições.

§2º A celebração do acordo formal para os fins previstos no caput observará as disposições constantes no normativo que estabelece os procedimentos para o acesso aos dados dos sistemas e subsistemas informatizados do DENATRAN.

CAPÍTULO IV

DA ANOTAÇÃO E DA BAIXA DA GARANTIA REAL

Art. 15. Os órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, após registrarem o contrato na forma prevista nesta Resolução, farão constar o Gravame e a identificação da instituição credora no campo observações do CRV e do CRLV.

Parágrafo único. A anotação do Gravame no campo de observações do CRV e do CRLV somente terá validade quando observados os procedimentos de Apontamento e Registro de Contrato efetuados por meio no Sistema RENAGRAV.

Art. 16. Após cumprida pela instituição credora a obrigação de prestar informação relativa a quitação das obrigações do devedor perante a instituição, o órgão ou entidade de trânsito de registro do veículo procederá, de forma obrigatória, automática e eletrônica, a baixa do Gravame constante no cadastro do veículo, no prazo máximo de 10 dias, sem qualquer custo para o Declarante, independentemente da transferência de propriedade do veículo em razão do contrato que originou o Gravame ou da existência de débitos incidentes sobre o veículo.

Parágrafo único. A instituição credora poderá solicitar ao registrador do contrato a baixa definitiva da garantia, a qualquer tempo, independentemente da quitação das obrigações do devedor para com a instituição credora, no âmbito do contrato que originou o respectivo Gravame.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800092

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 17. Após a informação da baixa do Gravame o CRLV será expedido no próximo licenciamento do veículo, obrigatoriamente, sem a anotação do Gravame e sem custos adicionais.

§ 1º Caso o proprietário do veículo necessite do CRV e do CRLV antes do próximo licenciamento do veículo sem anotação do Gravame, deverá arcar com os possíveis custos e despesas para essa nova emissão.

§ 2º O disposto no caput não se aplica ao Arrendamento Mercantil, devendo haver a imediata transferência de propriedade, no caso de quitação do respectivo contrato.

Art. 18. Os órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal fornecerão certidões, relativas ao contrato registrado, única e exclusivamente aos devedores ou às instituições credoras quando solicitados, no prazo máximo de 10 dias.

Parágrafo único. A certidão poderá ser assinada e enviada eletronicamente para o solicitante, garantidas a segurança quanto à divulgação, adulteração e manutenção do conteúdo.

CAPÍTULO V

DO CREDENCIAMENTO DAS EMPRESAS PARA REALIZAREM O APONTAMENTO

Art. 19. As pessoas jurídicas interessadas em realizar a prestação de serviços de Apontamento deverão requerer seu credenciamento junto ao DENATRAN.nio ou Penhor deverão requerer seu credenciamento junto ao DENATRAN.

Parágrafo único. O Credenciamento será concedido pelo prazo de 4 (quatro) anos, podendo ser renovado por igual período, sem limite de renovações.

Art. 20. Com o credenciamento, possibilitar-se-á acesso às informações necessárias para as atividades inerentes à verificação da propriedade e existência de eventuais Gravames ou outras restrições sobre veículos, por meio do Sistema RENAGRAV.

§ 1º A ECD deverá observar o sigilo e a confidencialidade das informações a que tiver acesso nos termos desta Resolução e da legislação vigente.

§ 2º O ato administrativo de credenciamento é equivalente ao Termo de Autorização para fins de acesso aos Sistemas e Subsistemas informatizados do DENATRAN.

Art. 21. Será credenciada pelo DENATRAN, a pessoa jurídica que comprovar:

I - habilitação jurídica;

II - regularidade fiscal e trabalhista;

III - qualificação econômica e financeira;

IV - qualificação técnica.

Parágrafo único. A ECD deverá manter, durante o prazo de validade do credenciamento, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta Resolução, podendo o DENATRAN, a qualquer momento, exigir tal comprovação.

Art. 22. A documentação relativa à habilitação jurídica consiste da apresentação de:

I - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, acompanhado das alterações posteriores ou da última consolidação e alterações posteriores ou instrumento congênere de constituição;

II - ata da eleição de diretoria em exercício, quando couber;

III - cédula de identidade e Cadastro Nacional de Pessoas Físicas (CPF) do (s) representantes(s);

IV - endereço completo (com identificação de logradouro, bairro, cidade, unidade da federação e CEP); número de telefone e e-mail, da pessoa jurídica, sócios e representantes legais;

V - prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

VI - declaração de que o interessado não se enquadra em quaisquer das situações que configuram conflito de interesses envolvendo ocupantes de cargo emprego no âmbito do Poder Executivo Federal, na forma da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013;

VII - declaração de que o interessado não se enquadra em situação de violação ou indício de violação de qualquer dispositivo legal, nacional ou estrangeiro, contra prática de corrupção ou atos lesivos à administração pública.

Art. 23. A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista consiste em:

I - prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do interessado, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível aos fins pretendidos para o credenciamento;

II - prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicilio ou sede do solicitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

III - prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

IV - prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa;

V - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, obtido no endereço eletrônico http://www.portaldatransparencia.gov.br;

VI - lista de inidôneos do Tribunal de Contas da União - TCU, obtido no endereço eletrônico http://portal2.tcu.gov.br;

VII - Cadastro Nacional de Condenações Civis por Ato de improbidade Administrativa, obtido no endereço eletrônico http://cnj.jus.br.

Art. 24. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira consiste da apresentação de:

I - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa e Patrimônio Líquido mínimo de R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), atualizado anualmente pelo IPCA ou outro índice oficial que o substitua, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

II - certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

Art. 25. A documentação relativa à qualificação técnica consiste da apresentação de:

I - Atestado técnico emitido por profissional que possua certificações CISSP - Certified Information Systems Security Professional, ITIL e COBIT, que ateste:

a) que a ECD dispõe de instalações, aparelhamento (incluindo hardwares e software) e pessoal técnico, adequados e disponíveis, para realização dos serviços, acompanhando da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

b) que a ECD possui em seu quadro permanente, profissional de nível superior em Tecnologia da Informação, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes;

c) que a ECD possui disponibilidade de plataforma tecnológica apta a preservar a integridade e o sigilo dos dados armazenados, e indique que as estruturas tecnológicas envolvidas no fornecimento do serviço seguem as melhores práticas de segurança da informação, inclusive quanto a plano de recuperação em caso de desastre, com infraestrutura de cópia de segurança para o armazenamento dos dados e das autorizações;

d) que a ECD possui adequabilidade da política de segurança da informação sobre a criação, guarda, utilização e descarte de informações no âmbito interno e externo, inclusive quanto à transferência ou utilização de informações por outras empresas prestadoras de serviço contratadas;

e) que a ECD possui a adequabilidade da política de estabelecimento da responsabilidade, principalmente nos quesitos sigilo e proteção das informações, privacidade de dados dos clientes e prevenção e tratamento de fraudes;

f) que a ECD possui Planos de contingência e recuperação, com detalhamento dos procedimentos a serem adotados no caso de falhas operacionais, necessários à continuidade dos serviços na hipótese de falhas de equipamentos ou programas de computador, ou de interrupção, por qualquer razão, do fornecimento de energia elétrica, dos serviços de telecomunicação ou de qualquer outro insumo, incluindo instalação e operação de centro de processamento secundário que permita a retomada do efetivo funcionamento do sistema em prazo não superior a 2 horas e previsão de procedimentos de emergência, no caso de simultâneo impedimento dos centros de processamento principal e secundário;

g) que a ECD possui armazenamento das informações relativas aos registros efetuados em seus sistemas, de modo a permitir a sua rastreabilidade;

h) que a ECD possui mecanismos e salvaguardas adotados pelo sistema para administração do risco operacional;

i) que a ECD possui regras que zelem pela veracidade das informações e mantenham os registros devidamente atualizados;

j) que a ECD possui procedimentos que visam à qualidade das informações registradas;

k) que a ECD possui comprovação de que as informações serão armazenadas pelo prazo de 5 (cinco) anos, após a liquidação do contrato que originou o Gravame, para finalidade de auditoria;

l) que a ECD possui comprovação quanto ao atendimento dos requisitos exigidos pelo SERPRO de conexão e de segurança do Sistema, conforme o descrito no manual RENAVAM, para integração do sistema.

m) que os dados afetos ao Protocolo de Apontamento e o Protocolo para o Registro de Contratos de que tratam esta Resolução somente encontram-se registrados em banco de dados em território nacional;

n) que o sistema integrado com o DENATRAN conta com um servidor web, instalado em datacenters redundantes com atualização de dados em tempo real, condições apropriadas de refrigeração, manutenção 24 horas, gerência própria dos sistemas básicos, cabeamento-estruturado e firewall, onde estarão os servidores de arquivamento central do sistema, com todos os dados relevantes dos registros armazenados de forma segura e com garantia de disponibilidade do sistema de registro de informações sobre garantias constituídas sobre veículos de no mínimo 99,8%;

o) que comprove uso de rede de telecomunicações com linhas de duas operadoras distintas para conexão integrada a todas as instituições credoras, bem como, ao RENAGRAV.

p) que dispõe de Responsável Técnico com experiência e formação na área técnica, qualificados para a execução ou manutenção das ações previstas no projeto.

II - A ECD deverá manter serviço de atendimento aos seus clientes.

Parágrafo único. O laudo técnico em referência no inciso I deverá ser renovado e encaminhado ao DENATRAN a cada quatro anos.

Art. 26. O contrato de prestação de serviços entre a ECD e a instituição credora deverá estabelecer, no mínimo:

a) dever de sigilo, pela ECD, de todas e quaisquer informações fornecidas e recebidas em função de seus acessos ao RENAGRAV, sob pena de rescisão contratual por justo motivo, sem prejuízo da indenização pelos danos eventualmente causados;

b) dever de proteção aos dados, pela ECD, obtidos em função da atividade desempenhada, respondendo de forma objetiva em caso de acesso indevido por terceiros.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 27. Os procedimentos estabelecidos nesta Resolução não desobrigarão o proprietário ou adquirente do veículo do cumprimento dos demais procedimentos legais e administrativos exigidos para a expedição do CRV e CRLV.

Parágrafo único. Para fins de registro do veículo e expedição do CRV e CRLV, o registro eletrônico do contrato desonera a instituição credora e o devedor da apresentação de documento referente ao contrato firmado e da respectiva quitação.

Art. 28. Os órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal deverão adotar as medidas administrativas necessárias para o cumprimento do disposto no §1º do art. 6º da Lei n.º 11.882, de 2008, que considera nulos quaisquer convênios celebrados entre entidades de títulos e registros públicos e as repartições de trânsito competentes para o licenciamento de veículos, bem como portarias e outros atos normativos por elas editados, que disponham de modo contrário ao disposto no caput do referido artigo, e, também, desta Resolução.

Art. 29. Verificada, mediante ação de auditoria ou fiscalização do DENATRAN ou dos órgãos de controle interno ou externo da União, dos Estados e do Distrito Federal, a não observância das disposições contidas nesta Resolução, o DENATRAN providenciará a autuação de Processo Administrativo para apuração, sem prejuízo de outras medidas legais e ou administrativas cabíveis.

Art. 30. Os órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal deverão cancelar os credenciamentos realizados em desconformidade com os termos desta Resolução.

Art. 31. O DENATRAN poderá editar ato administrativo contendo as instruções complementares necessárias para o pleno funcionamento do disposto nesta Resolução.

Art. 32. Os órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal deverão encaminhar ao DENATRAN, as informações da base de Gravames e Registro de Contratos ativos até a data da entrada em vigor desta Resolução, para fins de povoamento sistêmico do RENAGRAV, conforme cronograma a ser estabelecido pelo DENATRAN.

Art. 33. Os custos relativos ao Apontamento e ao protocolo do Registro de Contrato serão determinados e pagos diretamente ao DENATRAN, pela ECD ou empresa registradora de contrato, respectivamente, ficando à cargo do órgão ou entidade executivo de trânsito dos Estados e do Distrito Federal o efetivo registro do contrato e a determinação do respectivo valor, através de taxa, tarifa ou preço público, para esse procedimento.

Art. 34. O órgão ou entidade executivo de trânsito dos Estados e do Distrito Federal é responsável pela cobrança do respectivo valor de registro do contrato.

Art. 35. O DENATRAN poderá descredenciar a ECD, mediante procedimento administrativo e garantia à ampla defesa:

I - se algum de seus representantes legais for condenado por crime contra a administração pública, contra a fé pública ou a administração da justiça;

II - caso a credenciada deixe de obedecer aos requisitos previstos nesta Resolução;

III - caso haja constatação de violação dos deveres inerentes ao sigilo das informações, independentemente de dolo ou culpa da credenciada ou qualquer de seus colaboradores.

Art. 36. Fica vedado aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal estabelecerem normativos complementares ou relativos ao Apontamento que se refere esta Resolução.

Art. 37. Ficam revogadas a Resolução CONTRAN nº 320, de 5 de junho de 2009, e a Resolução CONTRAN nº 470, de 18 de dezembro de 2013.

Art. 38. Esta Resolução entra em vigor em 1 (um) ano após a sua publicação para os aspectos relacionados ao Sistema RENAGRAV e no dia da sua publicação para os procedimentos relativos ao Registro de Contratos com cláusula de Alienação Fiduciária em operações financeiras, consórcio, Arrendamento Mercantil, Reserva de Domínio ou Penhor.

ELMER COELHO VICENZI
Presidente

PEDRO DE SOUZA DA SILVA
Ministério da Justiça e Segurança Pública

RONE EVALDO BARBOSA
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

DJAILSON DANTAS DE MEDEIROS
Ministério da Educação

LUIZ OTÁVIO MACIEL MIRANDA
Ministério da Saúde

PAULO CESAR DE MACEDO
Ministério do Meio Ambiente

NOBORU OFUGI
Agência Nacional de Transportes Terrestres

THOMAS PARIS CALDELLAS
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

RESOLUÇÃO Nº 690, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

Aprova o Volume VII - Sinalização Temporária, do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), no uso da competência que lhe confere o art. 12, incisos I e X, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro e nos termos do disposto no Decreto nº 4.711, de 29 de maio de 2003, que trata da coordenação do Sistema Nacional de Trânsito (SNT).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800093

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Considerando o disposto no art.19, incisos XVIII e XIX, e no art. 90, § 2º, ambos do Código de Trânsito Brasileiro (CTB);

Considerando o que consta no Processo Administrativo nº 80000.000518/2017-39, resolve:

Art. 1° Fica aprovado o Volume VII - Sinalização Temporária, do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, na forma do anexo a esta Resolução.

Parágrafo único. O Anexo desta Resolução ficará disponível no sítio eletrônico www.denatran.gov.br.

Art. 2º O item 5 do Anexo da Resolução CONTRAN nº 160, de 22 de abril de 2004, passa a vigorar conforme o Anexo desta Resolução, com o título de "Sinalização Temporária".

Art. 3º A sinalização temporária que tenha sido implantada antes da entrada em vigor desta Resolução, desde que em conformidade com a Resolução CONTRAN nº 160/2004, poderá permanecer em via pública até que seja necessária sua substituição ou remoção.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial.

ELMER COELHO VICENZI
Presidente

PEDRO DE SOUZA DA SILVA
Ministério da Justiça e Segurança Pública

RONE EVALDO BARBOSA
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

DJAILSON DANTAS DE MEDEIROS
Ministério da Educação

LUIZ OTÁVIO MACIEL MIRANDA
Ministério da Saúde

PAULO CESAR DE MACEDO
Ministério do Meio Ambiente

NOBORU OFUGI
Agência Nacional de Transportes Terrestres

THOMAS PARIS CALDELLAS
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

RESOLUÇÃO Nº 691, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

Dispõe sobre o exame toxicológico de larga janela de detecção, em amostra queratínica, para a habilitação, renovação ou mudança para as categorias C, D e E, decorrente da Lei nº 13.103, de 02 de março de 2015.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), no uso da competência que lhe confere o art. 12, incisos I, X e XV, art. 141 e os §§1º e 7º do art. 148-A, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro e nos termos do disposto no Decreto nº 4.711, de 29 de maio de 2003, que trata da coordenação do Sistema Nacional de Trânsito (SNT).

Considerando que a regulamentação do processo de habilitação para condução de veículos automotores é competência do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, conforme art. 141 do CTB;

Considerando a edição da Lei nº 13.103, de 02 de março de 2015, que dispõe sobre o exercício da profissão de condutor e tornou obrigatório o exame toxicológico de larga janela de detecção para a habilitação, renovação ou mudança para as categorias C, D e E;

Considerando a necessidade de aprimoramento da regulamentação contida na Resolução CONTRAN nº 583, de 23 de março de 2016; e

Considerando o que consta no Processo Administrativo nº 80000.010366/2017-82, resolve:

Art. 1º O exame toxicológico de larga janela de detecção, em amostra queratínica, para a habilitação, renovação ou mudança para as categorias C, D e E, destinado à verificação do consumo, ativo ou não, de substâncias psicoativas, com análise retrospectiva mínima de 90 (noventa) dias, decorrente da Lei nº 13.103, de 02 de março de 2015, deverá ser realizado de acordo com as diretrizes estabelecidas nesta Resolução.

Art. 2º O exame toxicológico deve possuir todas as suas etapas, pré-analíticas, analíticas e pós-analíticas, protegidas por cadeia de custódia com validade forense, incluindo desde o procedimento de coleta do material biológico até o registro na base de dados do RENACH e a entrega do laudo do exame ao condutor, garantindo a rastreabilidade operacional, contábil e fiscal de todo o processo, aí compreendidas todas as etapas analíticas (descontaminação, extração, triagem e confirmação).

Art. 3º O exame toxicológico somente poderá ser realizado por laboratórios credenciados pelo DENATRAN.

Art. 4º O credenciamento junto ao DENATRAN será concedido aos laboratórios que comprovarem a condição de laboratório regularmente estabelecido, regularidade fiscal, alvará de funcionamento concedido pela autoridade responsável, acreditação junto a organismo de acreditação e atendimento integral às exigências estabelecidas nesta Resolução.

§ 1º Os laboratórios deverão estar acreditados junto ao INMETRO ou entidade internacional com a qual o INMETRO possua acordo de reconhecimento mútuo, de acordo com a norma ISO/IEC 17025, com atendimento dos requisitos que incluam integralmente as "Diretrizes sobre o exame de substâncias psicoativas em cabelos e pelos: Coleta e Análise" da Sociedade Brasileira de Toxicologia - SBTOX (versão publicada oficialmente em dezembro de 2015), ou junto ao CAP-FDT (acreditação forense para exames toxicológicos de larga janela de detecção do Colégio Americano de Patologistas), e requisitos forenses específicos para exames toxicológicos de larga janela de detecção contidos nesta Resolução.

§ 2º Será permitido que laboratórios credenciados junto ao DENATRAN utilizem laboratório de apoio localizado fora do país, os quais deverão possuir a acreditação descrita no §1º.

Art. 5º A coleta de material biológico destinado ao exame toxicológico de larga janela de detecção deverá ser realizada pelo próprio laboratório credenciado junto ao DENATRAN ou por Posto de Coleta Laboratorial (PCL) por ele contratado, de forma exclusiva, e atendendo às exigências estabelecidas nesta Resolução.

Art. 6º Para os fins de realização do exame toxicológico de larga janela de detecção, conforme estabelecido nesta Resolução, todas as atividades desenvolvidas pelo laboratório de apoio, e pelo Posto de Coleta Laboratorial serão conduzidas sob a responsabilidade única e exclusiva do laboratório credenciado pelo DENATRAN, cabendo a este responder pelos demais.

Art. 7º Os laboratórios credenciados deverão disponibilizar Médico Revisor com capacidade técnica para atender às exigências contidas nesta Resolução.

Art. 8º Os laboratórios devem entregar ao condutor, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data da coleta, laudo laboratorial detalhado, em meio físico ou digital, em que conste a relação de substâncias testadas, seus respectivos resultados, bem como inserir o resultado do exame no Sistema RENACH.

§ 1º Os resultados detalhados dos exames, as informações sobre a cadeia de custódia e os arquivos de vídeo com registro de coleta, quando aplicável, devem ficar armazenados em formato eletrônico pelo laboratório credenciado pelo período mínimo de 5 (cinco) anos.

§ 2º O material biológico coletado deve ficar armazenado no laboratório credenciado por no mínimo 5 (cinco) anos.

Art. 9º O exame toxicológico de larga janela de detecção, exigido para a habilitação, renovação ou mudança para as categorias C, D e E, dentro do processo de habilitação para condução de veículos automotores, deverá ser realizado em etapa anterior aos exames realizados pelo órgão executivo de trânsito, previstos no art. 147 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

Parágrafo único. A validade do exame toxicológico será de 90 dias, contados a partir da data da coleta da amostra, podendo seu resultado ser utilizado neste período para todos os fins previstos no caput.

Art. 10. O DENATRAN será responsável pelo credenciamento dos laboratórios para a realização do exame toxicológico de larga janela de detecção que atendam aos requisitos constantes desta Resolução.

§ 1° O credenciamento dos laboratórios terá validade de 4 (quatro) anos, podendo ser revogado a qualquer tempo, se não mantidos, no todo ou em parte, os requisitos exigidos para o credenciamento.

§ 2º O credenciamento poderá ser renovado a pedido, por igual período, sem limite de renovações, desde que atendidos os requisitos de credenciamento estabelecidos nesta Resolução.

§ 3° Para garantir segurança, fidedignidade e precisão ao exame toxicológico, bem como a necessária eficiência e higidez da cadeia de custódia, o laboratório credenciado, sob sua única, exclusiva e indelegável responsabilidade, deverá realizar a comercialização direta com os condutores a serem testados, sem intermediários ou delegação a terceiros a qualquer título, definindo de forma pública, transparente e clara o preço total do exame, que deverá incluir o serviço de análise das amostras de queratina, o serviço de coleta das amostras biológicas, o kit de coleta, o transporte das amostras, o envio do laudo do exame toxicológico ao consumidor final e qualquer outra despesa acessória.

I - Todas as etapas do procedimento devem possuir trilhas de auditoria comprobatórias, desde a comercialização do exame até a entrega final do laudo ao condutor e inserção dos dados no Sistema RENACH, afastando integralmente o risco de o condutor, na qualidade de consumidor, deixar de receber todas as informações necessárias ao seu pleno entendimento sobre todas as condições comerciais de forma clara, precisa e definitiva no que se refere ao exame e, em especial, o seu preço final;

II - É atribuição dos Postos de Coleta Laboratorial (PCL) responsáveis pela coleta das amostras, o exercício dessa atividade de coleta, sempre de acordo com o estabelecido nesta Resolução, ficando vedada a revenda dos exames toxicológicos, bem como a cobrança direta ao condutor de qualquer valor relativo a serviço relacionado, direta ou indiretamente, ao exame toxicológico de larga janela de detecção, por iniciativa dos mencionados Postos de Coleta Laboratorial.

§ 4° Os laboratórios credenciados pelo DENATRAN são obrigados a fornecer aos condutores informações adequadas, claras e precisas sobre todas as etapas e procedimentos relativos ao exame toxicológico de larga janela de detecção, com especificação das características do exame, lista dos postos de coleta laboratorial exclusivos, tributos incidentes e preço total que o condutor deverá pagar, incluindo o direito à contraprova.

§5º O PCL deverá informar ao condutor de maneira clara e escrita qual o laboratório credenciado que realizará o exame toxicológico.

§ 6° A emissão da nota fiscal de serviço ao consumidor final deve ser realizada diretamente pelo laboratório credenciado pelo DENATRAN, sendo vedada a sub-rogação dessa responsabilidade. O número de série e a data de emissão da referida nota fiscal de prestação de serviço, emitida pelo laboratório credenciado pelo DENATRAN, deverá ser registrada em campo específico no sistema RENACH, bem como o CNPJ do posto de coleta e o CPF do coletor.

Art. 11. A coleta do material biológico destinado ao exame toxicológico de larga janela de detecção deverá ser realizada sob a responsabilidade do laboratório credenciado pelo DENATRAN, de acordo com o disposto nesta Resolução e seus Anexos.

§ 1º A coleta deverá ser realizada pelo laboratório credenciado junto ao DENATRAN ou por Posto de Coleta Laboratorial (PCL), formalmente contratado pelo laboratório credenciado pelo DENATRAN, desde que possua registro no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES) específico para esta atividade e alvará de funcionamento concedido pela autoridade de vigilância sanitária competente.

§ 2° Cada laboratório credenciado junto ao DENATRAN para realização do exame toxicológico poderá proceder à coleta em suas instalações, desde que tais instalações atendam a todas as exigências feitas a um Posto de Coleta Laboratorial, e/ou manter rede de Postos de Coleta Laboratorial para coleta do material biológico, com vínculo exclusivo, a fim de garantir a segurança e a precisão do exame, bem como a rastreabilidade de sua cadeia de custódia.

§ 3º Para a realização do exame toxicológico de larga janela de detecção, definido nesta Resolução, somente serão permitidas coletas nos endereços dos laboratórios credenciados pelo DENATRAN ou nos endereços dos Postos de Coleta Laboratorial que forem formalmente contratados por laboratório credenciado pelo DENATRAN, não cabendo outros tipos de coleta, tais como coleta laboratorial em unidade móvel, domiciliar, em empresa ou qualquer outra que venha a ser criada.

§ 4º Para a realização dos exames toxicológicos devem ser coletadas duas amostras na presença de uma testemunha devidamente identificada, cujos dados deverão ser inseridos em campo específico do formulário RENACH, contendo obrigatoriamente nome completo, CPF, nome de pai e mãe, quando houver, número do documento de identidade com órgão expedidor e declaração de vínculo empregatício com o Posto de Coleta Laboratorial ou com o laboratório credenciado pelo DENATRAN.

§ 5º A figura da testemunha poderá ser dispensada no caso em que o condutor consentir expressamente na realização da filmagem do procedimento de coleta e o laboratório credenciado junto ao DENATRAN ou Posto de Coleta Laboratorial dispuser de estrutura tecnológica capaz de registrar em vídeo contínuo, sem cortes, os rostos do doador e do coletor, todo o procedimento de coleta, no qual o material coletado deve estar à vista durante todo o procedimento, até o momento em que for acondicionado e lacrado, devendo os números dos lacres ser registrados de forma inequívoca.

§ 6º O não cumprimento de qualquer das exigências previstas neste artigo acarretará a invalidação do material coletado para o fim do exame toxicológico definido nesta Resolução.

§ 7º A coleta das duas amostras será feita conforme procedimentos de custódia indicados pelo laboratório credenciado, observando-se os seguintes requisitos:

I - para proceder ao exame completo, a amostra deverá ser analisada individualmente, com a necessária adoção dos procedimentos de descontaminação, extração, triagem e confirmação, sendo vedada a análise conjunta de amostras ("pool de amostras");

II - deverá ser armazenada no laboratório, por no mínimo 05 (cinco) anos, para fim de realização da contraprova, por meio de solicitação formal do condutor ao laboratório credenciado pelo DENATRAN;

III - ao solicitar a realização da contraprova, o condutor assinará termo através do qual dará ciência de que a partir do momento em que o material biológico for utilizado para realização da contraprova, não haverá mais qualquer material a ser analisado futuramente.

IV - a contraprova deverá ser analisada pelo mesmo laboratório que promoveu a análise da amostra original e deverá ser emitido laudo positivo ou negativo.

Art. 12. Os laboratórios credenciados pelo DENATRAN ou os postos de coleta laboratorial deverão adotar os procedimentos a seguir, que constituem a primeira etapa da cadeia de custódia do exame, devendo ser também utilizados na hipótese de questionamento do resultado pelo condutor:

I - Verificação da identidade do doador;

II - Assinatura e coleta da impressão digital do condutor no formulário de coleta;

III - Captura da biometria do condutor por sistema eletrônico e sua confirmação, caso disponível sistema do DENATRAN;

IV - Verificação da identidade do coletor;

V - Assinatura e coleta da impressão digital do coletor no formulário de coleta;

VI - Captura da biometria do coletor por sistema eletrônico;

VII - Verificação da identidade da testemunha;

VIII - Assinatura e coleta da impressão digital da testemunha no formulário de coleta; e

IX - Captura da biometria da testemunha por sistema.

Art. 13. A análise do material coletado será realizada sob a responsabilidade dos laboratórios credenciados pelo DENATRAN, atendendo integralmente aos requisitos previstos nesta Resolução e seus Anexos, bem como às normas de vigilância sanitária aplicáveis.

§ 1º Os exames toxicológicos devem testar a presença das substâncias definidas no Anexo I desta Resolução, conforme os valores (cutoff) de triagem e confirmação estabelecidos.

§ 2º O laudo emitido pelo laboratório credenciado deve ser detalhado, contendo a relação e os níveis das substâncias testadas, bem como seus respectivos resultados, garantida a sua confidencialidade.

§ 3º No caso de realização de exames em laboratórios diferentes, com resultados diferentes, para o mesmo processo de habilitação, prevalecerá aquele que for positivo.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800094

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 14. O laboratório credenciado deverá inserir a informação contendo o resultado da análise do material coletado (se negativo ou positivo para cada uma das substâncias testadas) no prontuário do condutor por meio do Sistema de Registro Nacional de Condutores Habilitados (RENACH), no prazo máximo de 15 dias contados a partir da coleta.

§ 1º O condutor deverá autorizar, por escrito e previamente à realização do exame toxicológico, a inclusão da informação do resultado no RENACH. Se não houver esta autorização, o exame não terá validade para os fins desta Resolução e não poderá ser utilizado para qualquer outra finalidade junto ao Sistema Nacional de Trânsito.

§ 2º A informação de que trata o caput deverá ser considerada confidencial no RENACH, sendo de responsabilidade dos laboratórios credenciados, dos Órgãos Executivos de Trânsito dos Estados e do Distrito Federal e do DENATRAN manter essa confidencialidade.

Art. 15. Na hipótese de o exame acusar o consumo de qualquer uma das substâncias constantes do Anexo I desta Resolução, em níveis que configurem o uso da substância detectada, o candidato será considerado reprovado no exame toxicológico e terá como consequência a suspensão do direito de dirigir pelo período de 3 (três) meses.

Art. 16. No caso de o candidato ser reprovado no exame toxicológico é garantido a ele o direito de contraprova e de recurso administrativo, nos termos da Lei 13.103/2015.

Art. 17. Independentemente do resultado apurado, todos os exames toxicológicos de larga janela de detecção realizados com base nesta Resolução serão utilizados, de forma anônima e com fins estatísticos, para a formação de Banco de Dados para análise da saúde dos condutores, com vistas à implementação de políticas públicas de saúde.

Parágrafo único. As informações armazenadas, contendo o resultado dos exames toxicológicos de larga janela de detecção, poderão ser disponibilizadas mediante determinação judicial para instrução de processos relativos a acidentes e crimes de trânsito.

Art. 18. Os órgãos executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal deverão disponibilizar em seus sítios eletrônicos a relação de todos os laboratórios credenciados pelo DENATRAN.

Art. 19. Os laboratórios credenciados pelo DENATRAN devem disponibilizar Médico Revisor - MR com capacidade técnica para interpretar os laudos toxicológicos positivos, relacionando ou não o uso de determinada substância com condição ou tratamento médico.

§ 1º Cabe ao MR a interpretação do exame toxicológico e emissão de relatório médico, concluindo pelo uso indevido ou não de substância psicoativa, considerando o comprometimento da capacidade do condutor.

§ 2º O MR deve considerar, dentre outras situações, além dos níveis da substância detectada no exame, o uso de medicamento prescrito, devidamente comprovado.

§ 3º O relatório emitido pelo MR deve conter:

a) nome e CPF do condutor;

b) data da coleta da amostra;

c) número de identificação do exame;

d) identificação do laboratório que realizou o exame;

e) data da emissão do laudo laboratorial;

f) data da emissão do laudo do MR;

g) relatório conclusivo sobre o uso indevido ou não de substância psicoativa, com indicação de níveis e tipo de substância;

h) nome, CPF, assinatura e CRM do Médico Revisor - MR.

Art. 20. O exame toxicológico realizado por condutores na forma do art. 5º da Lei nº 13.103/2015 será aceito para a renovação ou mudança para as categorias C, D e E da CNH, respeitado o prazo de validade previsto na referida lei.

Art. 21. A direção de veículo por condutor que não tiver realizado o exame toxicológico, 30 (trinta) dias após os prazos descritos pelos §§2º e 3° do art. 148-A do CTB, configura a infração prevista no inciso V do art. 162, do CTB.

§ 1º A não realização do exame toxicológico descrito nos §§2º e 3° do art. 148-A do CTB implica no impedimento do condutor para a condução de veículos em qualquer categoria.

§ 2º A mudança de categoria dos condutores das categorias C, D e E para as categorias A e/ou B, antes do final do prazo de validade do exame toxicológico, afastará a aplicação da sanção referida no caput.

§ 3º Cabe aos órgãos executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, às autoridades de trânsito ou seus agentes consultar a base de dados do RENACH, verificando a realização do exame para a eventual imposição das sanções legais.

§ 4º Os exames previstos nos §§2º e 3º, do art. 148-A do CTB, somente serão exigidos para os motoristas que já tenham realizado o exame toxicológico de que trata esta Resolução.

Art. 22. O DENATRAN, anualmente e a qualquer tempo, fiscalizará in loco os laboratórios credenciados para verificar a manutenção dos requisitos e documentos pertinentes e necessários ao credenciamento, conforme estabelecido nesta Resolução.

Art. 23. Os laboratórios credenciados pelo DENATRAN, assim como os laboratórios de apoio, ficam obrigados a realizar auditorias periódicas regulares, com periodicidade de 1 (um) ano, que deverão incluir:

I - Aprovação em Programa de Ensaios de Proficiência, emitido por provedores que sejam organismos de avaliação de conformidade acreditados pelo INMETRO, por entidade internacional com a qual o INMETRO possua acordo de reconhecimento mútuo ou por provedores acreditados junto ao Sistema Nacional de Acreditação - DICQ, ao Organismo Nacional de Acreditação - ONA ou ao Programa de Acreditação de Laboratórios Clínicos - PALC, segundo a norma ISO/IEC 17043, seguindo as orientações contidas nos Anexos desta Resolução;

II - Aprovação em Programa de Amostras Cegas, emitido por provedores que sejam organismos de avaliação de conformidade acreditados pelo INMETRO, por entidade internacional com a qual o INMETRO possua acordo de reconhecimento mútuo ou por provedores acreditados junto ao Sistema Nacional de Acreditação - DICQ, ao Organismo Nacional de Acreditação - ONA ou ao Programa de Acreditação de Laboratórios Clínicos - PALC, segundo a norma ISO/IEC 17043, seguindo as orientações contidas nos Anexos desta Resolução; e

III - Aprovação em Programa de Controle de Qualidade das atividades realizadas em todas as etapas da cadeia de custódia, inclusive pelos pontos de coleta próprios do laboratório credenciado junto ao DENATRAN quanto pelos Postos de Coleta Laboratorial da sua rede exclusiva, assim como pelos laboratórios credenciados e seus laboratórios de apoio. Este programa deverá ser conduzido por organismos de avaliação de conformidade acreditados pelo INMETRO, por entidade internacional com a qual o INMETRO possua acordo de reconhecimento mútuo ou por provedores acreditados junto ao Sistema Nacional de Acreditação - DICQ, ao Organismo Nacional de Acreditação - ONA ou ao Programa de Acreditação de Laboratórios Clínicos - PALC, ou CAP-FDT. O Programa deverá auditar pelo menos 25% do universo de pontos de coleta de cada laboratório credenciado, a cada ano, de forma que, ao término de 4 (quatro) anos, todo o seu universo de pontos de coleta tenha sido obrigatoriamente auditado.

§ 1º As auditorias de conformidade regulatória referidas neste artigo deverão ser contratadas junto a organismos de avaliação de conformidade, de notória e reconhecida especialização, acreditados pelo INMETRO, por entidade internacional com a qual o INMETRO possua acordo de reconhecimento mútuo ou por provedores acreditados junto ao Sistema Nacional de Acreditação - DICQ, ao Organismo Nacional de Acreditação - ONA ou ao Programa de Acreditação de Laboratórios Clínicos - PALC.

§ 2º O laboratório credenciado deverá submeter os relatórios de auditorias periódicas regulares de conformidade regulatória ao DENATRAN que poderá solicitar esclarecimentos e informações complementares.

§ 3º O descumprimento, total ou parcial, da obrigação prevista no caput ou no caso de o relatório de auditoria de conformidade regulatória concluir pela não adequação do laboratório credenciado, no todo ou em parte, aos critérios e parâmetros desta Resolução, o DENATRAN aplicará as sanções previstas nesta Resolução.

§ 4º No caso de identificação de não-conformidades em alguma das auditorias de conformidade regulatória, o laboratório credenciado terá 30 (trinta) dias para sanar as não-conformidades e ser submetido a nova auditoria.

Art. 24. O descumprimento, no todo ou em parte, das regras previstas nesta Resolução sujeitará o laboratório credenciado às sanções administrativas abaixo descritas, assegurados o contraditório e a ampla defesa:

I - advertência;

II - suspensão do credenciamento por 30 (trinta) dias;

III - suspensão do credenciamento por 60 (sessenta) dias; e

IV - revogação do credenciamento.

§ 1º Constatado o descumprimento, o DENATRAN expedirá advertência ao laboratório credenciado para que sane a irregularidade, no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 2º Decorrido o prazo previsto no §1º sem que o laboratório tenha sanado a irregularidade, o DENATRAN determinará a suspensão do credenciamento pelo prazo de 30 (trinta) dias.

§ 3º Durante o período de suspensão, o laboratório não poderá realizar o exame toxicológico nem enviar material para ser analisado por seus laboratórios de apoio, assim como seus pontos de coleta estarão impedidos de realizar coletas para os fins desta Resolução.

§ 4º Durante o período de suspensão, o laboratório terá seu acesso bloqueado ao Sistema RENACH e os órgãos executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal deverão destacar em seus sítios eletrônicos que o referido laboratório credenciado junto ao DENATRAN está com suas atividades suspensas e que sua rede de pontos de coleta está impedida de realizar coletas para o exame toxicológico definido nesta Resolução.

§ 5º Decorridos os 30 (trinta) dias previstos no § 2º sem que a irregularidade tenha sido comprovadamente sanada, o DENATRAN determinará a suspensão do credenciamento pelo prazo adicional de 60 (sessenta) dias.

§ 6º Decorridos os 60 (sessenta) dias previstos no § 5º sem que a irregularidade tenha sido comprovadamente sanada, o DENATRAN revogará o credenciamento.

§ 7º Na hipótese de revogação do credenciamento, somente após 02 (dois) anos da publicação da revogação, poderá o laboratório credenciado junto ao DENATRAN requerer um novo credenciamento. No caso de laboratórios credenciados junto ao DENATRAN que utilizem laboratório de apoio localizado fora do país, o laboratório de apoio localizado fora do país ficará impedido de realizar o exame toxicológico de larga janela de detecção para qualquer outro laboratório credenciado junto ao DENATRAN pelo mesmo período.

§ 8º Caso o DENATRAN constate, a qualquer momento, alguma irregularidade que possa colocar em risco a integridade dos resultados dos exames toxicológicos de larga janela de detecção realizados sob a responsabilidade do laboratório credenciado, será emitida uma notificação, para apresentação de defesa em 5 (cinco) dias e poderá ser decretada a imediata suspensão do laboratório até que a não conformidade seja sanada.

Art. 25. Fica concedido aos laboratórios credenciados pelo DENATRAN o prazo de 90 (noventa) dias, contados da data da publicação dessa Resolução, para que adotem todas as medidas necessárias ao seu integral atendimento, sob pena de descredenciamento, devendo entregar os laudos previstos no art. 23 no prazo de um ano.

Art. 26. Integram a presente Resolução os seguintes Anexos:

Anexo I - Tabela com os Níveis de Corte (cutoff).

Anexo II - Organização e Gestão da Etapa Pré-analítica da Cadeia de Custódia com Validade Forense.

Anexo III - Organização e Gestão da Etapa Analítica da Cadeia de Custódia com Validade Forense.

Anexo IV - Resultado dos Exames e Atendimento ao Cliente.

Anexo V - Definições, Siglas e Abreviaturas.

Anexo VI - Exigências de comprovação documental para credenciamento de laboratório junto ao DENATRAN.

Art. 27. Ficam revogados o Anexo XXII - Exame Toxicológico, da Resolução CONTRAN nº 425, de 2012, inserido pela Resolução CONTRAN nº 517, de 2015, a alínea "g" do inciso III e o § 3º do art. 4º, assim como o Capítulo VII - DO EXAME TOXICOLÓGICO DE LARGA JANELA DE DETECÇÃO da Resolução CONTRAN nº 425, de 27 de novembro de 2012 e a Resolução CONTRAN nº 583, de 2016.

Art. 28. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ELMER COELHO VICENZI
Presidente

PEDRO DE SOUZA DA SILVA
Ministério da Justiça e Segurança Pública

RONE EVALDO BARBOSA
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

DJAILSON DANTAS DE MEDEIROS
Ministério da Educação

LUIZ OTÁVIO MACIEL MIRANDA
Ministério da Saúde

PAULO CESAR DE MACEDO
Ministério do Meio Ambiente

NOBORU OFUGI
Agência Nacional de Transportes Terrestres

THOMAS PARIS CALDELLAS
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

ANEXO I

Níveis de Corte (cutoff)

Fase de Triagem		Fase de Confirmação	
Grupo de substâncias	Valor de *cutoff* (ng/mg)	Analito a ser testado	Valor de *cutoff* (ng/mg)
Anfetaminas	0.2	Anfetamina	0.2
		Metanfetamina	0.2
		MDA	0.2
		MDMA	0.2
		Anfepramona	0.2
		Femproporex	0.2
Mazindol	0.5	Mazindol	0.5
Canabinoides	0.1 (THC) ***or*** 0.001 (THC-COOH)		

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800095

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

		Carboxy THC (THC-COOH)	0.0002
Cocaína	0.5	Cocaína	0.5
		Benzoilecgonina	0.05
		Cocaetileno	0.05
		Norcocaína	0.05
Opiáceos	0.2	Morfina	0.2
		Codeína	0.2
		Heroína	0.2

Fonte: Adaptado da Society of Hair Testing - SoHT / Consensus - 2012

Observações:

1. Para analitos agrupados (ou seja, dois ou mais analitos que estão na mesma classe de drogas e têm o mesmo cut-off):

- Imunoensaio: o teste deve ser calibrado com um analito do grupo identificado como o analito ativo. A reatividade cruzada do imunoensaio para o(s) outro(s) analito(s)dentro do grupo deve ser 80% ou maior;

Caso contrário, devem ser utilizados imunoensaios separados para os analitos dentro do grupo.

- Tecnologia alternativa (por exemplo, LC-MS/MS): um analito ou todos os analitos do grupo devem ser usados para calibração, dependendo da tecnologia. Pelo menos um analito dentro do grupo deve ter uma concentração igual ou maior que o cut-off ou, alternativamente, a soma dos analitos presentes (ou seja, igual ou maior que o limite de quantificação validado do laboratório) deve ser igual ou maior que o cut-off.

2. Para o resultado de cocaína, pelo menos um dos componentes deve ser identificado, em um mínimo de concentração de 0.05 ng/mg (Benzoilecgonina, Cocaetileno, ou Norcocaína). Além disso, para Benzoilecgonina, a relação de Benzoilecgonina para cocaína deve ser pelo menos de 0,05 se Benzoilecgonina for o único metabólito identificado à concentração de 0.05 ng/mg ou superior a esta.

ANEXO II

Organização e Gestão da Etapa Pré-analítica da Cadeia de Custódia com Validade Forense.

1. Coletor: o profissional contratado e comprovadamente qualificado para a realização das coletas de cabelos, pelos ou unhas, capacitado pelo laboratório credenciado junto ao DENATRAN para atuar nas instalações do laboratório credenciado ou em Postos de Coleta Laboratorial.

O coletor deverá ser treinado pelo laboratório credenciado de forma a cumprir integralmente todos os procedimentos referentes à cadeia de custódia com validade forense, desde os procedimentos da obtenção do material biológico às obrigações de coleta de informações para o Formulário de Cadeia de Custódia - FCC.

O treinamento do coletor poderá ser presencial ou à distância e deverá ser comprovado pelo laboratório credenciado.

É mandatório que não haja qualquer relação profissional ou familiar entre o coletor e o condutor a ser testado.

Não poderá haver a participação de técnico analista na coleta, que permita a associação do condutor com o resultado do exame.

O treinamento do coletor deverá conter informações básicas sobre a legislação relacionada, todas as etapas e materiais necessários para a coleta de amostras de cabelo, pelos e unhas, descrição de possíveis falhas e erros no procedimento de coleta e como evitar tais situações, bem como a responsabilidade legal do coletor na manutenção da integridade da amostra, na confidencialidade da informação e na fidedignidade dos registros.

O treinamento também deve contemplar as orientações precisas sobre o preenchimento do Formulário de Cadeia de Custódia, identificação das amostras, do condutor, da testemunha e a dele próprio, os procedimentos de acondicionamento, a lacração dos dois envelopes, primários e secundário, e normas para filmagem da colet.

O laboratório credenciado deve disponibilizar treinamento de atualização e de correção de erros e não-conformidades na coleta, quando forem detectadas falhas e necessidades de revisão dos procedimentos realizados pelo coletor. O coletor que for novamente treinado deve ser reavaliado, demonstrando sua proficiência e qualificação para poder desempenhar novamente a sua função.

2. Testemunha: A testemunha é um funcionário do Posto de Coleta Laboratorial, que acompanha o procedimento de coleta para garantir que não haja troca de amostras, fraude na coleta, adulterações ou falhas na identificação do condutor, bem como outros desvios de conduta por parte do coletor ou do condutor, que possam comprometer a veracidade do procedimento. Quando a coleta for realizada em instalações do laboratório credenciado, a testemunha será funcionário do laboratório credenciado, com vínculo trabalhista àquele laboratório, desde que não seja integrante da equipe técnica do laboratório credenciado.

A figura da testemunha é dispensada quando o PCL ou laboratório credenciado optar por registrar em vídeo todo o procedimento de coleta, e for autorizado pelo condutor.

3. Gestão da Qualidade da Etapa Pré-analítica da Cadeia de Custódia com Validade Forense.

O laboratório credenciado deve possuir processo de gestão da qualidade documentado para garantir sistematicamente o cumprimento de todos os requisitos da execução do exame toxicológico de larga janela de detecção com validade forense em todas as suas etapas.

Todas as exigências doravante apresentadas como obrigatórias para os Postos de Coleta Laboratorial serão também obrigatórias para os Postos de Coleta mantidos pelos laboratórios credenciados junto ao DENATRAN.

Caberá ao Posto de Coleta Laboratorial, que pretenda realizar coletas de cabelo, pelo ou unha, para os laboratórios credenciados pelo DENATRAN para realização do exame toxicológico de larga janela de detecção, apresentar CERTIFICADO DE CONFORMIDADE emitido por organismos de inspeção de conformidade acreditados pelo INMETRO, por entidade internacional com a qual o INMETRO possua acordo de reconhecimento mútuo ou por provedores acreditados junto ao Sistema Nacional de Acreditação - DICQ, ao Organismo Nacional de Acreditação - ONA ou ao Programa de Acreditação de Laboratórios Clínicos - PALC, cuja validade será de seis meses.

Caso o Posto de Coleta Laboratorial troque o laboratório credenciado, em período inferior a seis meses da emissão do CERTIFICADO DE CONFORMIDADE, este deverá ser reemitido, seguindo a padronização de procedimentos estabelecida pelo laboratório credenciado ao qual estiver ligado.

O sistema de gestão da qualidade deve estar preparado para dar suporte às diversas atividades do processo de coleta do material biológico, monitorando as falhas ocorridas, os problemas de preenchimento do Formulário de Cadeia de Custódia, atrasos no transporte das amostras, ocorrências de falta de informações, mantendo sempre estreita relação com os gestores dos Postos de Coleta Laboratorial, por meio de mecanismos eficazes de comunicação e interação.

O processo de gestão da qualidade, assegurado por inspeções regulares promovidas por organismos de inspeção de conformidade acreditados pelo INMETRO, por entidade internacional com a qual o INMETRO possua acordo de reconhecimento mútuo ou por provedores acreditados junto ao Sistema Nacional de Acreditação - DICQ, ao Organismo Nacional de Acreditação - ONA ou ao Programa de Acreditação de Laboratórios Clínicos - PALC OU CAP-FDTdeve assegurar um canal de comunicação com os condutores, de modo a auxiliar no esclarecimento dos resultados dos exames, garantindo a rastreabilidade e a confidencialidade das informações.

Para o monitoramento do processo de gestão da qualidade, o organismo de inspeção de conformidade responsável por inspecionar o Posto de Coleta Laboratorial deve avaliar os seguintes indicadores objetivos:

a - Índice com número de coletas que precisaram ser refeitas;

b - Índice com número de extravios de amostras;

c - Índice com o número de registros errôneos no Formulário de Cadeia de Custódia e nos envelopes de acondicionamento das amostras;

d - Falha no registro do código de identificação das amostras;

e - Coincidência entre testemunha e coletor;

f - Ausência ou inexistência do código de identificação da prova e da contraprova;

g - Ausência ou deficiência de identificação da fonte biológica;

h - Ausência ou deficiência da identificação da testemunha;

i - Ausência ou deficiência da identificação do coletor;

j - Ausência ou deficiência da identificação do condutor;

k - Ausência ou deficiência da rubrica do condutor e/ou coletor;

l - Comprometimento da fidedignidade da amostra;

m - Amostra com quantidade insuficiente de material biológico;

n - Mistura de fontes biológicas;

o - Coleta impropria (falta da película de alumínio);

p - Ausência ou deficiência na coleta da impressão digital do condutor, do coletor ou da testemunha;

q - Ausência da prova ou da contraprova;

r - Falha na identificação da raiz do cabelo;

s - Ausência ou deficiência na lacração do envelope;

t - Registro em vídeo da coleta de forma indevida (quando aplicável), que não contemple as informações que obrigatoriamente devem ser registradas; e

u - Índice de satisfação dos condutores, contendo minimamente as seguintes informações: índice com número de reclamações, com detalhamento sobre atraso de laudo, extravio de amostra, refazimento de coletas, expiração da validade do laudo, falha da inclusão do resultado no RENACH.

Os responsáveis pelo Posto de Coleta Laboratorial devem assegurar que:

a - Todos os seus coletores tenham sido treinados pelo laboratório credenciado pelo DENATRAN, dentro dos últimos 12 meses, e haja evidências de que este treinamento foi realizado;

b - O acesso de pessoas não autorizadas à sala de coleta seja proibido, de modo a preservar a amostra, permitir a privacidade do condutor, evitando-se adulterações nas amostras;

c - A sala de coleta esteja devidamente identificada, sinalizando a proibição da entrada de pessoas não autorizadas;

d - No local estejam disponíveis todos os materiais e insumos para a coleta, armário fechado para armazenamento temporário e superfícies limpas para a disposição e lacração dos envelopes com as amostras, bem como o preenchimento do Formulário de Cadeia de Custódia;

e - Os materiais de coleta (kit) estejam armazenados em local restrito, sem acesso às pessoas não autorizadas para manuseio dos mesmos;

f - Quando houver registro em vídeo da coleta, que o equipamento esteja disponível e pronto para ser usado, sendo possível fazer o armazenamento digital do arquivo gerado imediatamente após a coleta; e

g - O coletor atenda apenas um condutor por vez, de modo a prevenir erros de identificação, troca de amostras ou qualquer outra desatenção que possa comprometer a segurança da amostra.

4. Materiais e Insumos para a Realização da Coleta

4.1 Conteúdo do Kit de Coleta

O laboratório credenciado deve providenciar os materiais necessários à coleta das amostras de cabelo, pelos ou unhas, organizados nos Kits de Coleta, que deverão ser compostos pelos seguintes itens:

a - Kit de Coleta de cabelo: dois invólucros para acondicionamento da amostra, dois envelopes de papel identificados, sendo um para a amostra e outro, para a contraprova, dois envelopes plásticos identificados e invioláveis (para a amostra e a contraprova), , o formulário de cadeia de custódia pode ser digital ou físico, neste último caso, deve possuir no mínimo, três vias de igual conteúdo, um envelope de papel ou de plástico, para acondicionamento dos envelopes da amostra e da contraprova. No local também devem estar disponíveis as luvas descartáveis para o coletor, uma tesoura, presilhas de cabelo, álcool gel e papel toalha;

b - Kit de Coleta de pelos: além dos materiais listados no item "a", caso o condutor não tenha cabelos disponíveis no tamanho necessário, o coletor poderá selecionar como amostra pelos corporais do condutor. Para tal procedimento, há a necessidade da disponibilização de lâminas de barbear descartáveis;

c - Kit para Coleta de unhas: são necessários os materiais listados no item "a", além de um cortador de unhas, álcool gel e papel toalha. O procedimento de coleta de unhas ocorre nos casos do condutor ser portador de alopecia universal ou de outra patologia, comprovada por médico dermatologista, que impeça a coleta de cabelo/pelos;

d - Para o preenchimento do Formulário da Cadeia de Custódia no local devem estar disponíveis canetas esferográficas; e

e - Declaração do condutor quanto à autenticidade da amostra, permissão para a realização do exame toxicológico no laboratório credenciado e autorização para inclusão do resultado no prontuário do condutor no RENACH.

4.2. Recomendações para o Envelope de Acondicionamento das Amostras

O Kit de Coleta deve conter três envelopes para coleta e acondicionamento da amostra, sendo dois envelopes primários menores e um envelope secundário maior, destinado a abrigar os dois primários. Os envelopes designados para acondicionamento e transporte das amostras devem conter informações mínimas específicas. O envelope primário que contém a amostra deve ser de papel ou plástico resistente, identificando seu conteúdo (Amostra A e Amostra B), considerando-se que uma destina-se ao exame de contraprova, seja por meio do título do envelope ou por diferenciação de cor.

Para os envelopes primários que contenham as amostras (A e B), as informações mínimas necessárias são:

a - Identificação do laboratório credenciado responsável pelo exame toxicológico de larga janela de detecção, identificação como "ENVELOPE DE COLETA", a fonte de coleta (cabeça, perna, púbis, axila, tórax ou unha), , rubricas do coletor, do condutor doador e da testemunha (que devem cobrir parte da etiqueta e parte do envelope). Caso tenha sido optado pelo registro em vídeo da coleta, fica dispensada a figura da testemunha.

O envelope secundário, que abriga e protege os envelopes primários, deve ser capaz de auxiliar na preservação da amostra durante o processo de transporte e armazenamento.

4.3. Identificação do condutor

Quando o condutor se apresentar para a coleta, o coletor deve esclarecer sobre os procedimentos e solicitar a apresentação de um documento de identificação com fotografia, para averiguação da veracidade de sua identificação. Os documentos aceitos são o RG - Registro Geral e a CNH - Carteira Nacional de Habilitação. A coleta somente terá prosseguimento quando for possível a identificação positiva, com foto, do condutor.

Dados do documento devem ser averiguados, como a confirmação da assinatura do documento e a realizada no Formulário de Cadeia de Custódia.

Além disto, deverá ser feita a captura biométrica do condutor em equipamento eletrônico digital, bem como identificação caso o sistema do DENATRAN esteja disponível.

4.4. Coleta da Amostra e Acondicionamento

a - Seleção da área para a coleta: a amostra do cabelo pode ser obtida de diferentes áreas da cabeça, priorizando-se a região do vértice posterior, local de menor variação na taxa de crescimento do cabelo;

b - O coletor deverá calçar as luvas, obrigatoriamente, e separar uma mecha de cabelos do vértice posterior da cabeça, levantando-a e prendendo-a na área anterior da cabeça, com o auxílio de um prendedor ou presilha;

c - O coletor deve selecionar os fios de cabelo posicionados logo abaixo da mecha separada, para que a coleta não deixe falhas visíveis. Esses fios de cabelo posicionados logo abaixo da mecha separada devem ser cortados o mais próximo possível do couro cabeludo;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800096

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

d - Em casos de alopecia universal ou de outra patologia, comprovada por médico dermatologista, que impeça a coleta de cabelo/pelos, apresentado no momento da coleta, o coletor pode realizar a coleta de unhas;

e - No caso do condutor se apresentar no momento da coleta, com os cabelos e pelos corporais raspados, a coletor comunica que não pode dar prosseguimento à coleta e esclarece ao condutor que deve retornar ao posto de coleta laboratorial, assim que apresentar volume de cabelo ou pelos suficientes para a realização dos exames;

f - De posse das amostras de cabelos ou pelos corporais, o coletor deve dispor as amostras A e B, em papel alumínio separadamente, dobrando-o de modo a prender as amostras em seu interior. A parte proximal do cabelo em relação ao couro cabeludo deve ser inequivocamente definida, de acordo com seu posicionamento no papel alumínio. Após dobrados os dois papéis de alumínio contendo as amostras separadas A e B, o coletor deve acondicionar cada amostra em um dos envelopes de coleta, identificados com letras (A e B) ou cores diferentes;

g - As informações dos envelopes primários devem ser preenchidas antes da coleta, com os dados do condutor (nome, assinatura, CPF, data, impressão digital), a declaração de autenticidade da amostra e a autorização da inclusão do resultado do exame no RENACH;

h - Dados da testemunha e do coletor também devem constar nos envelopes (nome, assinatura, CPF);

i - Cada amostra do condutor deve ser acondicionada nesses envelopes próprios, lacrados e invioláveis

j - Após lacrar os envelopes, o coletor e o condutor devem rubricar o envelope, garantindo que a abertura indevida do envelope possa ser facilmente averiguada; e

k - Os dois envelopes primários devem ser acondicionados em um envelope secundário, garantindo a preservação da amostra. Este envelope secundário será fechado por fita adesiva.

4.5. Formulário de cadeia de custódia

O Formulário de Cadeia de Custódia - FCC é um documento que agrega o conjunto de informações relativas aos procedimentos empregados, de modo a assegurar a obtenção de todos os dados necessários à identificação da amostra, do condutor, das condições de coleta, garantindo a veracidade dos dados, a validade forense e jurídica da coleta e da amostra, e a rastreabilidade de todas as etapas, desde os procedimentos de coleta, manuseio, acondicionamento, preservação, transporte, até a chegada ao laboratório. Os formulários de Cadeia de Custódia devem possuir, necessariamente, condições para que sejam rastreados através de maios eletrônicos, sendo vedado o uso de cópias carbonadas.

Os laboratórios podem adotar o preenchimento eletrônico do Formulário de Cadeia de Custódia.

4.6 Boas práticas de transporte da amostra

O Coletor deve atender aos procedimentos estabelecidos pelo laboratório credenciado, quanto às formas de envio da amostra. O Posto de Coleta Laboratorial deve responsabilizar-se pelo armazenamento temporário dos envelopes contendo as amostras, em local fechado, restrito ao acesso de terceiros, longe da luz direta, do sol, em condições de temperatura ambiente e protegidas da umidade.

O transporte da amostra pelo Posto de Coleta Laboratorial para o Laboratório credenciado deverá garantir a segurança e inviolabilidade da amostra, com a necessária rastreabilidade de todas as etapas a fim de garantir a integridade da cadeia de custódia.

ANEXO III

Organização e Gestão da Etapa Analítica da Cadeia de Custódia com Validade Forense.

1. Boas práticas de laboratório

1.1 Medidas de segurança

O laboratório acreditado deve controlar o acesso aos locais de teste, onde são manuseadas e localizadas as amostras, alíquotas e seus registros. Os visitantes autorizados somente poderão adentrar em determinados locais, sempre acompanhados pela equipe do laboratório, exceto em casos de auditoria, quando um auditor ou inspetor estiver vistoriando as áreas do laboratório (representante de órgão do Estado ou de um organismo de acreditação), ou nos casos da entrada autorizada da equipe de emergência (bombeiros ou equipe de resgate médico). O laboratório deverá manter o registro documentado da identificação dos visitantes, quem os acompanhou, a data e o horário de entrada e de saída, bem como o objetivo do acesso dos visitantes às áreas restritas.

1.2 Recebimento e registro da amostra

O laboratório deve designar um profissional devidamente treinado para proceder ao recebimento do envelope contendo a amostra destinada ao exame toxicológico de larga janela de detecção, de acordo com Procedimento Operacional Padronizado (POP) e, diretrizes do sistema de gestão da qualidade. O recebimento da amostra deve ser registrado, no FCC externo, ou em outro documento ou sistema interno de cadastro de amostras, onde deve constar a identificação do profissional que recebeu a amostra, data, horário e assinatura (manuscrita ou eletrônica).

Esse profissional deverá verificar inicialmente, a integridade do envelope, e da etiqueta de lacre, as assinaturas e rubricas e a legibilidade das informações que constam nas faces externas do envelope. Também deverá averiguar os dados do envelope e do Formulário da Cadeira de Custódia, como o número de identificação da etiqueta, adequada identificação da amostra, o correto e completo preenchimento do FCC, a existência das assinaturas e rubricas obrigatórias no FCC e no envelope da amostra.

Posteriormente, o envelope da amostra será aberto e outras averiguações devem ser realizadas e documentadas, conforme Procedimento Operacional Padronizado do laboratório (POP): inspeção visual da amostra, verificação da integridade e preservação da amostra e se a quantidade contida no envelope é adequada para a realização do exame. Todas as amostras serão cadastradas no sistema de informações do laboratório, caso a amostra seja invalidada, o teste será cancelado. Caso contrário, ela será encaminhada ao setor técnico, acompanhada de protocolo de "Ordem de Serviço" ou similar, para início das análises. Assim, todo manuseio, profissionais envolvidos e datas devem ser registrados, fazendo parte da cadeia de custódia interna do laboratório, permitindo completa rastreabilidade do processo.

Se houver alguma inconsistência de informações, falhas, incorreções, rasuras ou dados incompletos no FCC ou no envelope da amostra, o laboratório deve entrar em contato com o coletor, para verificar se as informações faltantes podem ser recuperadas. Neste caso, o coletor deve fornecer as informações necessárias ao laboratório no mesmo dia em que for notificado. O laboratório deve reter as amostras em local adequado, protegido, pelo período de quinze dias úteis, até que se obtenham as informações necessárias. Ao receber as informações faltantes o laboratório credenciado iniciará os procedimentos de encaminhamento da amostra para a execução do exame.

Caso o coletor não forneça as informações faltantes, dentro desse período de quinze dias úteis, o exame será cancelado, sendo o coletor, o doador e as partes interessadas (empregador) comunicados que houve o cancelamento do exame em função de discrepâncias e inconsistências do FCC, e que a amostra será descartada, devendo-se proceder à nova coleta.

Desta forma, cabe ao laboratório credenciado a responsabilidade pelo cancelamento do exame, nos casos de inconsistência de informações e erros de preenchimento do FCC. O coletor passará por processo de treinamento específico relacionado ao preenchimento do FCC que causou o cancelamento do exame, bem como adoção de medidas corretivas e registro de não-conformidades, dentro de um período máximo de 30 dias.

1.3 Critérios para rejeição da amostra

Os critérios de rejeição da amostra e, as medidas adotadas nesse caso, devem constar em um Procedimento Padronizado Próprio do laboratório (POP). São considerados critérios para a rejeição da amostra as seguintes situações:

a - Formulário de Cadeia de Custódia com dados incompletos, inconsistentes, rasurados, imprecisos, ilegíveis, folhas rasgadas e manchadas, ausência da impressão digital do doador na via do laboratório;

b - Envelope de coleta sem as devidas informações, sem as assinaturas e rubricas, envelopes abertos, furados ou rasgados, com etiqueta de lacre molhada, rasgada, manchada ou quando essa foi removida;

c - Envelope de transporte (envelope secundário) contendo apenas uma única amostra;

d - Envelope de coleta contendo amostra em quantidade inferior ao requerido pela metodologia do exame;

e - Ausência do Formulário de Cadeia de Custódia; e

f - O laboratório manterá os registros de aceitação e rejeição das amostras, conforme POP específico.

1.4. Armazenamento da Amostra e da Contraprova

O laboratório deve prover condições adequadas de armazenamento da amostra e de sua contraprova, de modo a preservá-las e _rotege-las, evitando sua degradação e perda do analito, em local isento de substâncias químicas, protegido de fontes de luz ultravioleta e da umidade e mantido a temperatura ambiente (25ºC). As amostras serão mantidas em seus envelopes originais, ainda lacrados, e armazenados juntamente com a "Ordem de Serviços", documento similar, ou identificação inequívoca com etiqueta de código de barras ou similar. O local de armazenamento será uma área segura e com acesso permitido apenas às pessoas autorizadas do laboratório. A área segura pode ser uma sala restrita, um local reservado do laboratório, ou mesmo um freezer ou geladeira (para as alíquotas e extratos). O laboratório deve manter um POP específico para armazenamento de amostras e alíquotas.

Todos as amostras, positivas ou negativas, deverão ser mantidas seguras dentro do seu envelope original pelo período de cinco anos.

Procedimentos específicos e validados para controle de potenciais fontes de contaminação externa devem ser adotados.

1.5. Descontaminação da Amostra

Quando amostra de cabelo é utilizada para identificar usuários de drogas, a potencial contaminação externa precisa ser minimizada, caso contrário poderá acarretar em resultados errados e uma detecção incorreta de um atual usuário de drogas.

Geralmente, a estratégia de descontaminação que envolve a remoção de contaminação ambiental deve incluir um protocolo de lavagem anterior à análise da amostra. O protocolo de lavagem pode ser uma combinação de solventes aquosos e/ou orgânicos, que tenham sido validados pelo laboratório e que não afetem as drogas e seus metabólitos, incorporados no interior do cabelo. Os resíduos da lavagem podem ser armazenados, para análises posteriores, se necessários.

1.6. Extração da amostra

Após a lavagem de descontaminação, o segmento de cabelo é submetido ao protocolo de extração validado que deve envolver a secagem, pulverização, corte em pequenos pedaços ou desintegração química da amostra de cabelo.

Existem vários métodos de extração, para a remoção da droga dos cabelos, publicados e reconhecidos internacionalmente, sendo alguns específicos de acordo com a substância psicoativa a ser analisada:

a - Incubação com metanol;

b - Incubação com solução ácida;

c - Incubação com solução alcalina;

d - Incubação com solução tampão; e

e - Incubação enzimática.

Técnicas adicionais de preparação da amostra, tais como extração fase sólida ou fase líquida podem ser aplicadas para extração, sendo frequentemente utilizados os métodos de cromatografia e espectrometria de massa para isolamento e purificação das substâncias da amostra matriz.

Alguns extratos obtidos ainda devem passar por etapa de derivatização, necessária à análise confirmatória, especialmente quando são adotados métodos de cromatografia gasosa e espectrometria de massa.

Alguns fatores influem na obtenção do extrato e, consequentemente, nos resultados analíticos. Dentre os fatores mais conhecidos podem ser listados:

a - Tempo de extração;

b - Temperatura de incubação;

c - Solvente da fase estacionária;

d - Substâncias empregadas na fase aceptora;

e - Tipo e velocidade de agitação (agitação por barra magnética ou por ultrassom); e

f - Tempo e temperatura de derivatização, entre outros.

Por este motivo, os procedimentos de extração podem ser variados, sendo obrigatória a sua validação antes da utilização. Recomenda-se a utilização de técnicas de extração fase líquido-líquido ou em fase sólida (SPE), seguida ou não por derivatização, de modo a melhorar a condição do extrato e a relação sinal/ruído no momento de leitura.

1.7. Análise de triagem

A análise preliminar, ou de triagem, possui o objetivo de rapidamente eliminar as amostras negativas e identificar as possíveis amostras positivas, por meio de técnicas qualitativas, indicando se a mesma possui ou não as substâncias psicoativas a serem examinadas. Embora não seja um método obrigatório, podem ser empregadas técnicas imunoenzimáticas, nessa fase preliminar. Cabe a obrigatoriedade da verificação da qualidade dos kits imunoenzimáticos disponíveis no mercado, a especificação do tipo de matriz a que o kit se destina (queratina), sua capacidade de detecção em termos de valores de corte (cut off), dos seus limites inferiores de detecção, validade e condições de armazenamento e preservação, acompanhados de garantia expressa dada pelo fornecedor. Caso os testes imunoenzimáticos sejam empregados na Fase de Triagem, o laboratório deve registrar todos os dados do kit, tais como lote, validade, fornecedor, em seus registros de dados brutos, para garantir a rastreabilidade do ensaio. Da mesma forma que na fase da extração, a Fase de Triagem com o emprego de técnicas imunoenzimáticas deverá ser validada, comparando seus resultados com os obtidos por outra técnica de análise.

A Fase de Triagem também poderá ser realizada por meio dos ensaios que empreguem a Cromatografia Líquida (LC-MS/MS) ou Gasosa (GC-MS/MS), acoplada a detectores de espectrometria de massa, os quais fornecem dados qualitativos e quantitativos das substâncias psicoativas encontradas.

Caso a análise de triagem seja realizada exclusivamente pelos métodos GC-MS/MS ou LC-MS/MS, os resultados positivos deverão ser confirmados, por meio do preparo de novo extrato, proveniente da mesma amostra (outra porção original do cabelo ou da unha), e nova análise pelo mesmo método (ou diferente método GC-MS/MS ou LC-MS/MS). A identificação de positividade e negatividade será baseada nos valores de referência ou níveis de corte, denominados cut off, estabelecidos no Anexo I desta Resolução.

Assim, os valores detectados igual ao acima do cut off são considerados positivos para substância psicoativa analisada, e abaixo desse valor, o resultado será considerado negativo.

Para fins de validação da análise de triagem, a precisão do ensaio em torno do valor de corte (cut off) deverá ser demonstrada, segundo os seguintes critérios de validação e aceitação:

a - Acurácia em torno dos valores de corte (cut off): verificação da performance do teste nos valores próximos ao cut off, usando amostras de diferentes concentrações, entre 0 e 200% da concentração de cut off;

b - Repetibilidade: devem ser realizados no mínimo 25 testes da mesma amostra (de cabelo, pelo ou unhas), analisadas no mínimo com três diferentes lotes analítico (de suprimentos), de modo a verificar a ocorrência de desvio padrão relativo. Serão aceitos desvios inferiores a 30%;

c - Reprodutibilidade: um mesmo técnico analista deverá realizar os ensaios, da mesma amostra (cabelo, pelo ou unhas), com um mesmo lote analítico de suprimentos, repetindo com no mínimo dez espécies (amostras diferentes), sendo aceitos desvios inferiores a 30%;

d - Sensibilidade: serão analisadas amostras autênticas de cabelos, nas quais foram adicionados analitos de concentrações conhecidas. Espera-se uma sensibilidade superior a 90%;

e - Potencial de efeito da matriz: se forem utilizados tipos de amostras diferentes dos aprovados pelo fabricante, o teste será realizado com amostras negativas e positivas (acima do valor de cut off);

f - Carry-over: a ser calculado em concentrações altas;

g - A linearidade (faixa de concentração efetiva do teste): a validação de um novo método de imunoensaio deve incluir concentrações muito elevadas (20 a 200 vezes o valor de cut off) para demonstrar que as elevadas concentrações não irão produzir leituras inferiores ao valor inicial de cut off, devido à depleção seja do anticorpo ou do substrato do kit imunoenziático ("Efeito Hook"); e

h - Especificidade (potencial de interferência de outras substâncias): o laboratório deverá avaliar o efeito de compostos normalmente encontrados (por exemplo, produtos cosméticos) e estruturalmente ou farmacologicamente relacionados às drogas a serem analisadas, na resposta dos imunoensaios (fase de triagem). O objetivo é verificar se a presença desses compostos pode reduzir ou aumentar a resposta nos imunoensaios, para o analito alvo.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800097

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.8. Análise Confirmatória

Os resultados positivos obtidos na análise preliminar, Fase de Triagem, devem ser confirmados pelo emprego de metodologias bem definidas e cientificamente aceitas de espectrometria de massa (GC-MS-MS, LC-MS-MS). O laboratório deve elaborar e disponibilizar os POPs definindo os métodos, seus limites, interferentes, nos ambientes onde o exame ocorre. O técnico analista treinado e capacitado para esse exame segue as instruções do POP e registra os resultados obtidos, os desvios e ocorrências ao longo do exame. Caso ocorram alterações do procedimento, o técnico analista deve reiniciar o exame, desde a fase de descontaminação e extração da amostra, utilizando outra porção da mesma amostra original. Todas essas ocorrências devem ser registradas, informando as possíveis fontes de desvios de processo, a fase, o técnico e data.

Caso na fase preliminar ou de triagem haja presuntividade positiva, este deve ser novamente analisado em alíquotas separadas do original, por métodos cientificamente aceitos, tal como cromatografia e espectrometria de massa (GC-MS/MS ou LC-MS/MS), para a confirmação da positividade. O laboratório deve elaborar, manter e disponibilizar o POP com o detalhamento desse processo confirmatório. Neste procedimento, o laboratório define e declara seus valores de cut off, confirmando sua competência técnica em atingir os valores de corte legais e os estabelecidos nos Programas de Testes de Proficiência.

Em caso de resultados falso-positivos, na fase confirmatória, o laboratório deve realizar o procedimento de "análise de causa-raiz", com a supervisão do responsavel por garantir todo o funcionamento e qualidade técnica laboratorial e do daquele que garante a liberação de um resultado certo através de uma certificação técnica, de modo a determinar a origem do resultado obtido, dentro de um prazo de trinta dias, após a comunicação com o doador, ou com o órgão provedor dos testes de proficiência. O mesmo se aplica nos casos específicos de adulteração da amostra ou substituição. O resultado da análise da causa raiz devem ser registrados e adotadas medidas corretivas para se evitar a recorrência das falhas.

Para os ensaios de confirmação, os parâmetros de validação e os critérios de aceitação estabelecidos são:

a - Linearidade: devem ser analisadas cinco replicatas, de cinco concentrações diferentes (incluindo valores acima e abaixo do cut off). Os valores do coeficiente de correlação r2 devem ser iguais ou superiores a 0,99;

b - Exatidão: deve ser calculada a partir de dois controles diferentes, ao longo do intervalo de linearidade. A inexatidão aceita será menor que 20%. Esse parâmetro também poderá ser avaliado nos ensaios de proficiência;

c - Repetibilidade: serão aceitos desvios padrões relativos inferiores a 20%;

d - Limite de Detecção e Limite inferior de quantificação: devem possuir valores inferiores aos valores de cut off;

e - Estabilidade dos extratos intermediários e finais que são sujeitos a armazenamento, durante o período de análise;

f - As proporções de íons para a substância a ser analisada e seu padrão interno correspondente estão em conformidade com as recomendações da Seção 2.1;

g - Carry-over: calculado às altas concentrações;

h - Interferência (substâncias relacionadas e não relacionadas);

i - Parâmetros do método, incluindo a seleção apropriada de íons;

j - Efeitos da matriz, para os métodos LC-MS/MS e GC-MS/MS;

k - Otimização de parâmetros de instrumentos, para os métodos LC-MS/MS e GC-MS/MS;

l - Estudos comparativos de doadores, incluindo um mínimo de 40 contendo medicamentos (4 abaixo e 36 acima dos valores de cut off) e 10 espécies negativos (amostras sem drogas). Se as espécies autênticas não estiverem disponíveis, amostras contaminadas podem ser utilizadas; e

m - Procedimentos validados para controle de potencial de contaminação externa. Isso pode ser realizado por procedimentos de lavagem, análise das soluções de lavagem, critérios de metabólitos ou uma combinação desses processos.

Uma avaliação breve do instrumento deve ser realizada antes da implementação de um instrumento/equipamento adicional. Para ser considerado do mesmo modelo do equipamento já validado, o equipamento adicional ou substituto do teste confirmatório para uso de drogas deverá ter o mesmo modelo, dos instrumentos de cromatografia e de espectrometria de massa, bem como seus componentes (tais como o mesmo modelo de bomba, mesma coluna de fase, e do mesmo fabricante). Para validação do equipamento o laboratório deverá realizar os seguintes estudos:

a - Determinação dos limites de detecção, limite de quantificação e limite inferior de detecção;

b - Avaliação de transição;

c - Avaliação de efeito da matriz, para métodos LC-MS/MS e GC-MS/MS; e

d - Instrumentos de parametrização, para métodos LC-MS/MS e GC-MS/MS.

1.9. Teste da Contraprova

De acordo com diretrizes reconhecidas para exame toxicológico forense de cabelo, pelos e unhas, o laboratório deve armazenar a amostra de contraprova em seu envelope original de modo seguro e protegido, em área com restrição de acesso, para que seja possível a realização do exame nessa amostra intacta, quando solicitado pelos órgãos envolvidos.

As amostras cujos resultados confirmatórios foram positivos também devem ter a contraprova armazenada protegida.

O prazo de armazenamento da contraprova será de 5 (cinco) anos, a fim de se dirimirem eventuais litígios. Da mesma forma, os registros, a cadeia de custódia e todos os documentos internos relativos ao exame devem ser armazenados, de forma física ou arquivos eletrônicos, pelo período de 5 (cinco) anos.

O exame toxicológico de larga janela de detecção da contraprova deve ser realizado conforme os mesmos POPs e metodologias adotadas no exame da primeira amostra.

O teste da contraprova B para a detecção de drogas e seus metabólitos não está vinculada a comparação de seus valores de cut-off. O laboratório deve somente confirmar a presença da droga e seu metabólito, o qual foi reportado como positivo na Amostra "A" - devido a não homogeneidade da distribuição da droga na queratina.

2.Garantia da Qualidade

2.1. Documentação da Qualidade e Seus Registros

O laboratório tem seus procedimentos documentados na forma de Procedimentos Operacionais Padronizados, nos registros, no Formulário de Cadeia de Custódia e nas instruções de trabalho, quando aplicável. Os procedimentos são periodicamente revisados (bienalmente) e atualizados . Todas as alterações são datadas e assinadas por ele. Todo o programa da qualidade deve ser claramente definido, registrado (meio físico ou eletrônico), estando disponível aos seus usuários (técnicos, analistas e supervisores). Os documentos da qualidade devem estar organizados de modo a permitir acesso e revisões regulares. .

Os documentos obsoletos são recolhidos e arquivados, em papel ou formato eletrônico, para referência.

O laboratório deve possuir procedimentos operacionais padronizados (POPs) para todas as operações do laboratório. Quando seguidos os procedimentos asseguram que todas as amostras são testadas a analisadas da mesma forma e com os mesmos procedimentos. Os Procedimentos Operacionais Padronizados devem incluir, mas não se limitar às descrições detalhadas a seguir:

a - Índice ou sumário;

b - Procedimento de cadeia de custódia;

c - Escopo e adesão;

d - Segurança;

e - Controle de qualidade e programas de garantia da qualidade;

f - Métodos analíticos, procedimentos técnicos, métodos de validação e de verificação;

g - Programas de manutenção e calibração de equipamentos;

h - Programas de segurança ocupacional;

i - Treinamento de pessoal;

j - Registros de procedimentos; e

k - Sistema de gestão da informação do laboratório e segurança de softwares e computadores.

O laboratório deverá também ter os procedimentos técnicos documentados, os quais devem incluir as seguintes informações:

a - Amostra matriz a ser analisada;

b - Princípios de cada método;

c - Protocolos para a realização do ensaio;

d - Informações para calibração e verificações de equipamentos;

e - Desvios dos resultados analíticos;

f - Limites de detecção, de quantificação, linearidade, especificidades do método (interferentes);

g - Valores de cut off empregados na fase de triagem e na confirmatória;

h - Registros no caso de resultados abaixo do valor de corte (cut off);

i - Critério de aceitação e de rejeição dos resultados;

j - Controles empregados nos ensaios;

k - Requisitos especiais de segurança, observações importantes;

l - Potencial de carry-over e as medidas corretivas quando este for identificado;

m - Informações farmacológicas sobre as substâncias psicoativas (drogas) analisadas; e

n - Referências dos métodos.

2.2. Preservação e Armazenamento da Amostra

O local de armazenamento das amostras, alíquotas ou extratos é restrito a algumas pessoas autorizadas do laboratório. Entende-se como área segura um armário fechado, uma sala separada do laboratório, ou mesmo uma geladeira ou um freezer.

O laboratório deve adotar uma política de retenção das amostras cujos resultados foram negativos, por um período de 5 (cinco) anos, suficiente para que todo o exame seja finalizado, incluindo o tempo de testes confirmatório, re-análises, emissão do resultado, comunicação ao doador e encerramento do processo relativo àquela amostra.

A destinação final das amostras positivas e negativas deve ser registrada na cadeia de custódia interna.

2.3. Pessoal: Habilitação e Treinamento

O laboratório deve ser provido de equipe técnica adequadamente qualificada e treinada, sob a supervisão e orientação do Diretor Científico, o qual deve possuir, pelo menos uma das qualificações:

a - Mestrado em análises clínicas e/ou patologia forense, com pelo menos dois anos de experiência em análises toxicológicas; e

b - Doutorado em ciências químicas ou biológicas, com pelo menos dois anos de experiência em análises toxicológicas.

O Diretor Científico do laboratório ainda deverá comprovar sua experiência em aplicações forenses das análises toxicológicas, como testemunho judicial, participação de programas de educação continuada, pesquisas e publicações em toxicologia analítica. O Cientista Certificado é nomeado pelo Diretor Científico do laboratório. Todas as qualificações e documentos comprobatórios de sua experiência e formação devem ser arquivados.

2.4. Equipamentos e Instrumentos

Nos exames toxicológicos, em especial na fase confirmatória, são empregadas vidrarias para o preparo de padrões, soluções, amostras controle entre outras que requerem precisão volumétrica. Assim, o laboratório deve disponibilizar pipetas e balões volumétricos calibrados, com certificado de acurácia (Classe A, ou certificadas pelo INMETRO) ou, se não for certificada, que o laboratório adote procedimento específico para validação da vidraria, por meio de verificações gravimétricas, colorimétricas, ou algum outro processo de validação de vidraria. A verificação da acurácia deve ser realizada antes de seu primeiro uso e, em intervalos anuais. Os dados da validação da vidraria devem ser analisados pelo CQ do laboratório, de acordo com os desvios aceitáveis (Quadro 2), registrados e arquivados.

Quadro 2 - Especificações de acurácia para pipeta volumétrica Classe A (ASTM).

Capacidade nominal (mL)	Desvio (+/- mL)
0,5 a 2,0	0,006
3,0 a 7,0	0,01
8,0 a 10,0	0,02
15,0 a 30,0	0,03
40,0 a 50,0	0,05
100,0	0,08

No caso de micropipetas, as mesmas podem ser encaminhadas para calibração, apresentando posteriormente o certificado com os desvios encontrados.

Para os equipamentos, as seguintes especificações devem ser seguidas:

a - Balança analítica: posicionadas em local que não sofre influência de vibrações, corrente de ventos e poeira. As balanças devem ser limpas, testadas diariamente para verificação da acurácia (verificações intermediárias), com a mensuração de pesos padrão (RBC/INMETRO ou norma internacional equivalente), todas as vezes em que a balança for utilizada, sendo os resultados registrados adequadamente, além da calibração anual realizada por prestadores de serviços acreditados (RBC/INMETRO ou norma internacional equivalente), ou quando se observar variações nas verificações internas. A balança deve ser verificada todas as vezes em que se estiver preparando soluções de calibração, ou controles a partir de materiais padrão, assim como quando forem realizadas validações das pipetas. O laboratório deve elaborar POP específico e manter os registros de manutenção e calibração.

b - Ensaio de triagem com imunoensaio: para verificação do desempenho da fase de triagem de imunoensaio, o equipamento a ser utilizado deve ser operado de acordo com POP específico, considerando-se:

i - Extrato do calibrador: em cada bateria de teste o extrato calibrador (solução de calibração) deve ser analisado; e

ii - Controle de qualidade diário: o controle de qualidade diário deve ser realizado de acordo com o controle de qualidade interno, item 2.10;

i - Dados analíticos: os dados analíticos devem permitir a revisão pelo analista, confirmando a data de calibração dos controles e outros dados relevantes;

ii - Detecção de transição: o laboratório deve adotar procedimento para detectar potencial de transição.

C - Cromatógrafo e Espectômetro de Massas: seja para a realização de cromatografia líquida ou gasosa, o equipamento deve ser operado, conforme POP específico. Os seguintes itens devem constar do protocolo de validação:

i - Calibração e verificação: diariamente o analista deve proceder a verificação de performance do equipamento, por meio da análise de soluções de calibração ou controles, em vários pontos da curva, em especial próximo dos valores de cut off. Os registros devem ser realizados e arquivados;

ii - Performance da coluna: diariamente deve-se proceder a verificação da performance da coluna, por meio da análise de padrões internos (sendo um padrão interno para cada classe de analito), amostras controle. Os critérios de avaliação são: tempo de retenção (se aplicável), tempo de retenção relativo, separação de compostos de interesse muito próximos. A resposta do detector e a qualidade da cromatografia devem deve ser estabilizada e monitorada. Os registros devem ser mantidos;

iii - Extrato calibrador: em cada corrida ou bateria de ensaios deve ser analisado o extrato calibrador, normalmente nos valores de corte para ponto único de calibração, ou com múltiplos calibradores, com valores acima e abaixo do cut off;

iv - CQ diário: o controle de qualidade diário deve ser realizado, conforme item 1.2.10;

v - Padrões internos: o padrão interno será utilizado conforme apropriado. O laboratório deve definir um procedimento para definir a utilização de padrão interno;

vi - Registros: são registrados e mantidos os seguintes documentos: ordem de serviço, gráfico com registro do pico de ensaio, tempo de retenção do calibrador, controles;

vii - Dados analíticos: devem permitir a revisão dos dados pelo analista, da data da calibração, os controles e outros dados relevantes.

viii - Detecção de carry-over: o laboratório deverá adotar procedimento de detecção do potencial de carry-over;

ix - Reinjeção e reanálise: o laboratório deverá adotar determinação escrita para definir as situações nas quais a reanálise e a reinjeção serão recomendadas;

x - Verificação das linhas de gás, para GC: um procedimento escrito deverá especificar a forma de averiguação das linhas de gás e conexões, para constatar que houve manipulação das conexões; e

xi - O critério de identificação para espectrômetro de massa de simples estágio deverá ser definido, empregando-se a relação de íons do calibrador analisado em cada corrida de ensaio, dentro de uma faixa de aceitação prescrita ou limite de tolerância. Este limite deverá ser fundamentado em literatura científica, ou por meio de experimentos realizados.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800098

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

NOTA: Um critério aceitável e comumente utilizado para identificação de compostos por GC-MS/MS utilizando a relação de íons é que o resultado desconhecido deve ter uma relação de íons dentro de um limite de tolerância ou aceitação (em geral 20% dos obtidos pela solução de calibração). Tais limites de tolerância da relação de íons podem diferenciar de acordo com a tecnologia empregada (GC-MS/MS ou LC-MS/MS), bem como o analito a ser determinado (em geral os compostos com os principais íons em pequena concentração); assim, um limite de tolerância definido para todos os métodos e todos os analitos não pode ser estabelecido. Geralmente, para métodos que empregam LC-MS/MS a relação de íons de 30% é prática e alcançável.

Identificação empregando a relação de íons requer o uso de pelo menos duas relações de íons. No entanto, uma relação de íons (ou transição MRM) de dois íons característicos pode ser aceitável se houver apenas algumas relações de íons E se houver outras características que favoreçam a identificação, geralmente, tempo de retenção e não há compostos eluentes isobáricos muito próximos. A identificação do padrão interno deve ser monitorada com pelo menos uma relação de íons. Se o espectro total de íons for coletado, a identificação deve ser baseada na relação de íons determinada pelo espectro total da análise e, deve preencher totalmente os mesmos critérios dados acima para a identificação da relação de íons.

a) Avaliação do efeito matriz: os procedimentos de ensaios de cromatografia líquida LC-MS/MS incluem uma avaliação de uma possível supressão de íon, ou melhoria da amostra do doador, durante os testes de rotina. Essa supressão de íons pode resultar num falso-negativo. O monitoramento diário da intensidade do sinal do padrão interno pode ser empregado como indicador para averiguar a ocorrência de supressão ou magnificação em uma amostra.

2.5 Materiais, Padrões, Insumos e Serviços

A verificação dos reagentes padrões, calibradores, controles deve ser estabelecida em POP específico e registrada. No POP específico constará o detalhamento dos métodos de avaliação e aceitação dos materiais e insumos adquiridos, relacionados com o teste de controle dos materiais de referências e padrões. O objetivo é analisar a qualidade dos materiais adquiridos e averiguar sua qualidade e validade, antes de serem utilizados nos exames.

Os reagentes, materiais de referência e padrões devem estar devidamente identificados, com etiquetas que descrevam o conteúdo, a quantidade, a validade, a concentração ou título, requisitos para armazenamento, data de preparo, data de validade, informações de precaução e segurança, data de abertura, e, no caso de soluções, o técnico analista responsável. Tais informações também podem ser armazenadas eletronicamente, sendo apenas registrado na etiqueta de identificação, uma numeração inequívoca atribuída pelo laboratório.

Quando atingida a data de validade, os reagentes deverão ser descartados, conforme legislação própria de meio ambiente e descarte de produtos químicos.

Padrões de Calibração, Padrões Certificados ou Materiais de Referência Certificados (Certificados Internacionais NIST ou ABNT ISO Guia 34). Os padrões certificados são os materiais de referência primária, de concentração e conteúdo conhecidos. Os calibradores, ou soluções calibradoras são soluções preparadas internamente, à partir do Padrão Primário ou Material de Referência Certificado (MRC), e que constituirão os materiais de referência secundários, os quais são testados pelo laboratório, para verificações internas. O laboratório poderá utilizar os dados de incerteza fornecidos pelo certificado dos padrões primários, mas deverá também, analisar a acurácia dos padrões secundários (soluções calibradoras) elaborados no laboratório. A solução calibradora deverá ser analisada pelo mesmo método de análise de confirmação da positividade das amostras. Procedimentos específicos deverão ser elaborados para detalhamento do preparo dos padrões internos (solução calibradora) e controles. Se o laboratório prepara suas soluções calibradoras e controles, deve usar diferentes fontes ou lotes do Padrão Primário (se possível) da droga, ou pelo menos, prepará-las separadamente.

O material de controle negativo e o mix de calibração serão preparados a partir de um mix de amostras de cabelos originais (livres de drogas) (em geral de amostras de cabelo digeridas ou extraídas). O mix produzido deve demonstrar a ausência das substâncias psicoativas a serem analisadas. Outros materiais não devem ser utilizados. Os registros do preparo dos calibradores e da amostra controle e sua validação devem ser registrados e arquivados.

Para os casos em que seja necessário emitir o resultado quantitativo com precisão da verificação dos materiais de controle, recomenda-se o estabelecimento de uma faixa de desvios estatisticamente aceitáveis, para averiguação de cada lote de materiais, a serem analisados em repetibilidade e comparados com outros materiais de controle já testados.

Os prestadores de serviços contratados pelo laboratório, tais como manutenção de equipamentos, calibrações, entre outros, devem ser analisados para a verificação da competência técnica para a realização dos mesmos, assegurando que serão igualmente acreditados e capazes de fornecer relatórios dos serviços prestados, certificados de calibração, com rastreabilidade aos padrões utilizados.

2.6. Manuseio de Itens de Ensaio e Calibração

Para a aquisição e utilização de certos materiais, compostos químicos e padrões classificados como substâncias controladas, o laboratório deverá providenciar sua licença junto aos órgãos responsáveis (Ministério da Defesa/Comando do Exército, Polícia Federal, Polícia Civil, ANVISA), sem a qual não terá autorização para aquisição e manuseio.

2.7. Acomodações e Condições Ambientais

O laboratório credenciado junto ao DENATRAN deve disponibilizar instalações adequadas para a realização dos exames forenses toxicológicos, incluindo as fontes de iluminação, energia, bem como as condições ambientais, de modo que não invalidem os resultados.

As instalações para a coleta serão providas pelo laboratório credenciado junto ao DENATRAN ou por Posto de Coleta Laboratorial - PCL, formalmente contratado pelo laboratório credenciado pelo DENATRAN, desde que possua registro no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde - CNES específico para esta atividade e alvará de funcionamento concedido pela autoridade de vigilância sanitária.

O laboratório credenciado deve monitorar, controlar e registrar as condições ambientais, tais como temperatura do ar e umidade, especialmente nas salas de extração da amostra e análise cromatográfica acoplada a espectrometria de massa. As medições da temperatura (mínima e máxima) e da umidade do ar serão diárias, empregando-se equipamentos calibrados para esse fim. Para garantir a fidedignidade das leituras, equipamento deve ser resetado, antes do início do período de monitoramento. As especificações do método e de operação do equipamento irão definir os limites aceitáveis de temperatura e umidade do ar, nas áreas monitoradas. Procedimento específico deve ser adotado para correções das oscilações de temperatura e umidade nos locais monitorados. Todas as alterações e as medições diárias devem ser registradas.

A coleta deve ser feita em uma área separada, identificada, que permita o atendimento privado e o respeito da integridade física e moral do doador. O acesso à área de coleta deve ser controlado.

Os reagentes, padrões, controles e substâncias controladas devem ser armazenados, conforme especificações para sua preservação (algumas em freezer ou geladeira), em locais identificados, fechados e com controle de acesso.

2.8. Métodos, Medições e Validação de Ensaios

O laboratório credenciado deve ter procedimentos escritos para a validação de todos os métodos analíticos. Os métodos adotados devem ser validados, além de fundamentados em conhecimento científico. Cada novo método a ser adotado pelo laboratório deve ser feito seguindo as instruções escritas e observando o comportamento das reações e as respostas obtidas. O registro do método deve ser o mais completo possível, fornecendo subsídios para que o Diretor Científico do laboratório possa avaliar os resultados, visando a aprovação e a sua adoção como rotina do laboratório, confirmando que possui condições de adotar tais métodos, antes de sua completa implantação. O Procedimento de Validação deve conter, no mínimo, os seguintes elementos:

a - Acurácia (comparação com métodos de referência ou padrões de referência);

b - Precisão (determinada pelos valores de cut off);

c - Sensibilidade analítica (limite de detecção) deve ser determinado por procedimentos confirmados;

d - Especificidade analítica (interferentes relevantes);

e - Linearidade para métodos quantitativos (LQ que deve ser determinado);

f - Potencial carry-over.

Os métodos confirmatórios devem ter sua performance anualmente verificadas por meio de:

a - Precisão (determinada pelos valores de cut off);

b - Sensibilidade analítica (LD);

c - Linearidade (incluindo LQ);

d - Potencial carry-over.

Os testes com equipamentos devem seguir as instruções do fabricante. Somente após aprovado pelo Diretor Científico é que o método poderá ser adotado com amostras de doadores. O laboratório deve assegurar a adoção dos métodos apropriados, em sua versão mais recente.

Em se tratando de métodos não normalizados ou desenvolvidos pelo laboratório, a equipe técnica se compromete em realizar a validação do método, ou seja, fornecimento de subsídios e informações de que no ensaio a ser realizado verificar se o método atende às necessidades e expectativas. O processo de validação deve ser abrangente e minucioso.

2.9. Controle de Documentos e Registros

O laboratório deve adotar uma política que defina quais registros devam ser arquivados e, por quanto tempo, para manutenção da rastreabilidade relacionada às informações do cliente e dos exames, atendendo aos requisitos legais, regulatórios e os de acreditação de seus ensaios.

O laboratório credenciado deve manter, pelo período mínimo de cinco anos, os seguintes registros:

a - Logs de acesso à segurança do laboratório;

b - Vias de acesso aos registros;

c - Registros de cadeia de custódia e requerimentos;

d - Dados analíticos das fases preliminares ou de triagem e, da fase confirmatória;

e - Registros da amostra;

f - Registros do programa de controle de qualidade do laboratório;

g - Registros de manutenção e de calibração dos equipamentos;

h - Registros dos reagentes, padrões, preparação dos controles e de soluções, e suas verificações;

i - Registros de validação da performance dos métodos (pelo menos cinco anos após a realização de testes por este método e a sua exclusão do POP);

j - Arquivos pessoais de todas as pessoas envolvidas nos exames forenses toxicológicos;

k - Resultados dos testes de proficiência, sua avaliação e ações corretivas quando aplicável;

l - Auditorias prévias (seja do INMETRO, ANVISA, CAP/FDT ou outras agências de acreditação) e seus registros, bem como as ações corretivas quando aplicáveis; e

m - Auditorias internas e seus registros, bem como as ações corretivas e relatórios de atendimento às não conformidades.

2.10. Controle de Qualidade Interno

Para os testes de triagem e confirmatório, o laboratório deve adotar controles baseados na metodologia utilizada, com valores próximos ao valor de corte (cut off), os quais são analisados de modo a verificar a confiabilidade dos ensaios.

Os controles obrigatórios são:

a - Amostra controle livre das substâncias psicoativas (drogas), ou controle negativo;

b - Amostra preparada com uma concentração de drogas 25% abaixo do valor de corte;

c - Amostra preparada com uma concentração de drogas 25% acima do valor de corte;

d - Amostra cega, pelo menos 1% para cada bateria de amostras e, pelo menos, uma amostra cega por bateria;

e - Pelo menos uma amostra controle fortificada no final de cada bateria de ensaios; e

f - As amostras controle devem representar pelo menos 10% das amostras da bateria de testes.

Em alguns casos torna-se impraticável o controle com valores 25% abaixo do cut off, neste caso, o laboratório deverá estabelecer critérios escritos para os controles (não devem exceder 50% do cut off) de todos os testes de triagem e para todas as matrizes testadas. O analista pode ter conhecimento de que um dos controles será amostra cega, porém não terá conhecimento de seu conteúdo.

No teste confirmatório, o controle de qualidade pode ser realizado por meio do exame de uma matriz combinada de substâncias psicoativas (drogas), a serem analisadas, em apenas um ponto da curva de calibração relacionado aos valores de corte:

a - Amostra controle livre de substâncias psicoativas (drogas), ou controle negativo;

b - Para testes confirmatórios, usando um simples ponto de calibração:

i - Amostra controle com concentração 25% abaixo do valor de cut off e próxima dos limites de quantificação;

ii - Amostra controle com concentração 25% acima dos valores confirmatórios de cut off;

c - Para testes confirmatórios, usando multipontos de calibração: amostras controle para comparar (confrontar) com os valores de cut off em uso; e

d - As amostras controles devem representar pelo menos 10% das amostras em uma bateria de ensaios.

O programa de análise de amostras internas cegas faz parte do Sistema de Gestão da Qualidade do laboratório credenciado. O procedimento de controle de qualidade dos ensaios de amostra cega simples deve ser definido, bem como os critérios de aceitação e rejeição, considerando-se que não haverá requisitos ou concentrações a serem confirmadas. Pelo menos uma amostra por bateria de ensaios deverá ser amostra cega e, pelo menos 1% das amostras de triagem devem fazer parte do controle de amostras cegas. Os resultados sejam positivos ou negativos das amostras cegas devem ser revistos e verificados quanto à aceitação. As amostras de controle interno de qualidade e amostras cegas internas devem incluir pelo menos 20% das amostras positivas e incluir classes de drogas a serem testadas no laboratório. O controle de qualidade empregando amostras cegas faz parte dos procedimentos de rotina do laboratório e devem ser revisados pelo , antes do registro dos resultados das análises de rotina.

É exigido que o laboratório participe de controles internos e, os quais são programas de ensaios de proficiência e Programa de Amostra cega, nas quais nem a identidade da droga, nem sua concentração são conhecidas.

Os critérios de aceitação e de rejeição dos controles internos devem ser definidos em POPs específicos, da mesma forma que os controles das amostras cegas internas.

2.10.1 Monitoramento, Precisão, Exatidão e Tendência

Os controles devem ser revisados e avaliados semanalmente pelo Diretor Científico ou seu designado, de modo a identificar desvios do procedimento analítico, ou mau funcionamento dos equipamentos.

Os controles realizados durante o mês serão analisados pelo Diretor Científico, incluindo a análise dos registros das amostras controle, amostras cegas, análise de tendências, e verificação das ações corretivas adotadas. O Diretor Científico é responsável por todo o programa de gestão da qualidade, e a sua análise do programa deve ser registrada, incluindo a revisão da performance, acompanhamento dos desvios e tendências, pelo menos uma vez ao mês.

O procedimento de controle de qualidade requer o monitoramento da precisão de cada ensaio confirmatório, em valores próximos ao cut off aceito. Este procedimento de monitoramento pode ser realizado por meio da análise dos controles com valores de cut off, para a determinação da precisão do ensaio. O laboratório deve registrar e salvar tais registros.

Os resultados dos controles quantitativos serão registrados, salvos e analisados para a identificação de tendências em equipamentos e desvios dos procedimentos.

2.10.2 Auditoria Interna

O laboratório deve elaborar seu Programa de Auditorias Internas, planejando a intervalos regulares, de modo a abranger todas as áreas e atividades, verificando-se o atendimento aos requisitos da norma e aderência dos procedimentos. O gerente da qualidade é responsável pelo planejamento das auditorias internas, sua organização, treinamento da equipe interna e elaboração do cronograma. Recomenda-se que o ciclo de auditoria seja completado no prazo de um ano. Caso a auditoria constate algum fator que possa causar dúvidas e influenciar os resultados, o laboratório adotará medidas corretivas imediatas, comunicado ao doador, caso haja suspeita de interferências nos resultados. As constatações e ações corretivas devem nortear os planos de melhoria e a análise da eficácia das ações adotadas.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800099

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

2.11. Controle de Qualidade Externo

2.11.1 Programas de Ensaio de Proficiência

O controle de qualidade externo deve ser realizado por meio da participação do laboratório nos Programas de Ensaio de Proficiência, também conhecidos como Testes de Proficiência. O laboratório deve participar dos programas, contratando organismos acreditados pelo INMETRO, por entidade internacional com a qual o INMETRO possua acordo de reconhecimento mútuo ou por provedores acreditados junto ao Sistema Nacional de Acreditação - DICQ, ao Organismo Nacional de Acreditação - ONA ou ao Programa de Acreditação de Laboratórios Clínicos - PALC, para conduzir o processo e emitir um Certificado de Conformidade a cada 6 (quatro) meses, de modo a verificar sua performance em todos os analitos ou classes, que fazem parte do exame toxicológico de larga janela de detecção, para as substâncias psicoativas especificadas no Anexo I desta Resolução.

O laboratório deve elaborar procedimentos para a participação nos Ensaios de Proficiência, em toda a sua extensão e escopo de análises toxicológicas. O procedimento envolverá detalhamento da recepção e manuseio da amostra de proficiência, análises, emissão dos resultados e revisão, investigação e correção dos problemas identificados no ensaio de proficiência, identificados pelos resultados inaceitáveis e, investigação dos resultados que, embora estejam dentro dos limites aceitáveis, demonstraram viés e tendências. Da mesma forma, o POP deverá estabelecer quais as ações a serem adotadas quando o laboratório não for classificado no Ensaio de Proficiência (nos casos de envio tardio dos resultados ao provedor, falhas no envio, o laboratório não completou o ensaio corretamente, ou ocorreram erros de salvamento dos dados no site). O laboratório deverá salvar seus registros e arquivá-los.

O relatório do Ensaio de Proficiência será assinado pelo responsável por garantir todo o funcionamento e qualidade labotórial e fará parte da documentação exigida pelos organismos acreditados pelo INMETRO, por entidade internacional com a qual o INMETRO possua acordo de reconhecimento mútuo ou por provedores acreditados junto ao Sistema Nacional de Acreditação - DICQ, ao Organismo Nacional de Acreditação - ONA ou ao Programa de Acreditação de Laboratórios Clínicos - PALC, para conduzir as inspeções e emitir um Certificado de Conformidade.

O laboratório credenciado deverá integrar a amostra do Ensaio de Proficiência à rotina do laboratório, sendo que a mesma deverá ser analisada com os mesmos métodos adotados, com os mesmos técnicos analistas que costumam analisar por este método, empregando os mesmos suprimentos e processos adotados para as demais amostras. Todos os registros devem ser arquivados e submetidos à verificação e análise posterior, como importante parte do processo de educação continuada dos analistas. As evidências da conformidade são: procedimento apropriado escrito informando o manuseio e ensaio das amostras do Ensaio de Proficiência, impressão dos relatórios e o armazenamento dos dados e preenchimento completo das folhas de resultados do ensaio de proficiência.

Caso haja resultado insatisfatório no ensaio de proficiência, o laboratório deverá cessar suas análises de rotina até que sejam corrigidas as causas do resultado insatisfatório, repetido o ensaio de proficiência e comprovado seu resultado satisfatório. Só então poderá retomar seus exames de rotina.

Previamente à retomada dos exames de rotina, deverão ser apresentadas as evidências de conformidade: comunicado de suspensão dos exames por um período definido de tempo ou, relatório do laboratório atestando que nesse período os exames de amostras de doadores não foram realizados.

Nos Programas de Testes/Ensaios de Proficiência, as amostras preparadas pelos organismos provedores devem possuir as seguintes especificações:

a - A amostra pode conter uma ou mais substâncias psicoativas a serem analisadas conforme requisitos legais e forenses, e devem satisfazer um dos seguintes parâmetros:

A concentração da droga ou metabólito será pelo menos100% acima dos valores de cut off, para a droga em questão;

A concentração da droga ou metabólito pode ser tão baixa quanto 50% dos valores de cut off no teste confirmatório, quando o ensaio de proficiência for designado como uma amostra de re-teste;

A amostra do Ensaio de proficiência pode conter uma substância interferente, um adulterante ou uma substânciadiluída ou que propicie um resultado inválido;

i - Uma amostra negativa no Ensaio de Proficiência é aquela que não contém concentração mensurável do analito; e

Um laboratório deve atender aos seguintes critérios, em um ensaio de proficiência:

a - Não apresentar resultados falso-positivos nem falso negativos;

b - Obter um score de aprovação de pelo menos 80% em duas rodadas do Teste de Proficiência - TP; e

c - Identificar corretamente pelo menos 80% das substâncias psicoativas (drogas) para cada teste inicial, em mais de duas rodadas do TP.

2.11.2 Organismos Provedores de Ensaios de Proficiência

O DENATRAN receberá certificados de conformidade resultante de auditoria nos laboratórios credenciados, emitidos por organismos provedores de ensaios de proficiência que sejam acreditados pelo INMETRO, por entidade internacional com a qual o INMETRO possua acordo de reconhecimento mútuo ou por provedores acreditados junto ao Sistema Nacional de Acreditação - DICQ, ao Organismo Nacional de Acreditação - ONA ou ao Programa de Acreditação de Laboratórios Clínicos - PALC. Estes organismos provedores de ensaios de proficiência conduzirão auditorias de conformidade para verificar o atendimento às exigências desta Resolução, emitindo Certificados de Conformidade a cada 06 (seis) meses.

2.11.3 Programas de Proficiência Específicos - Verificações Periódicas com Amostras Cegas

O laboratório credenciados junto ao DENATRAN deverão participar de Programas de Proficiência Específicos de Verificação Periódica com amostras cegas, além dos Ensaios de Proficiência regulares (mencionados no item 9.7.11.1). Considerando-se que o exame toxicológico de larga janela de detecção, definido pela Lei 13.103/2015, é de cunhocoercitivo sancionador, os laboratórios devem periodicamente checar sua performance, com as amostras cegas que são efetivas nesta verificação e propiciam evidências objetivas de que os laboratórios participantes encontram-se tecnicamente preparados e que seus ensaios e resultados possuem acurácia e precisão.

Organismos provedores de ensaios de proficiência, acreditados pelo INMETRO, por entidade internacional com a qual o INMETRO possua acordo de reconhecimento mútuo ou por provedores acreditados junto ao Sistema Nacional de Acreditação - DICQ, ao Organismo Nacional de Acreditação - ONA ou ao Programa de Acreditação de Laboratórios Clínicos - PALC, conduzirão programas com amostras cegas para verificar o atendimento às exigências desta Resolução, emitindo Certificados de Conformidade a cada 06 (seis) meses.

O laboratório credenciado junto ao DENATRAN deverá participar anualmente de duas rodadas consecutivas dos programas de proficiência específicos, com intervalos semestral, sendo as amostras cegas submetidas aos métodos de triagem e de confirmação, adotadas pelo laboratório.

Os provedores de ensaios de proficiência, acreditados pelo INMETRO, por entidade internacional com a qual o INMETRO possua acordo de reconhecimento mútuo ou por provedores acreditados junto ao Sistema Nacional de Acreditação - DICQ, ao Organismo Nacional de Acreditação - ONA ou ao Programa de Acreditação de Laboratórios Clínicos - PALC, conduzirão programas com amostras cegas e fornecerão cinco amostras, de cabelos autênticos de usuários de drogas, por rodada de amostras cegas. Sessenta por cento (60%) das amostras enviadas anualmente terão resultados positivos e quarenta por cento (40%), resultados negativos.

Essas amostras de cabelo serão obtidas previamente a partir de testes positivos para o uso de drogas, com resultados positivos e negativos, para o teste de uma ou mais drogas e seus metabólitos, de acordo com a listagem de drogas estabelecidas no Anexo I desta Resolução. Especificamente, o programa de ensaio de proficiência e amostras cegas específico deve ser positivo para: anfetamina, metanfetamina e seus metabólitos, cocaína (com um ou mais metabólitos), opiáceos (morfina assim como os analitos com codeína e/ou 6-acetil-morfina), maconha e metabólitos. Alguma amostra específica pode ser positiva para uma ou mais drogas.

As amostras positivas terão uma concentração de substâncias psicoativas de no máximo 100% acima dos valores de cut off, com tolerância de + ou - 10% para todos os analitos.

Os organismos provedores do Programa de Ensaio de Proficiência e Amostras Cegas Específico devem:

a - Ser acreditados pelo INMETRO, por entidade internacional com a qual o INMETRO possua acordo de reconhecimento mútuo ou por provedores acreditados junto ao Sistema Nacional de Acreditação - DICQ, ao Organismo Nacional de Acreditação - ONA ou ao Programa de Acreditação de Laboratórios Clínicos - PALC como provedores para prestar o serviço de certificação de conformidade para ensaios de proficiência, de acordo com a Norma ISO/IEC 17.043;

b - Prover um certificado de conformidade; e

c - Produzir quantidade de cada amostra cega suficiente para os laboratórios que contratarem seus serviços e reter amostra suficiente para re-testes em casos de discrepâncias nos resultados ou questões duvidosas sobre as amostras.

Ao participar do Programa de Ensaio de Proficiência e Amostras Cegas Específico, o laboratório credenciado pelo DENATRAN:

a - Não poderá obter resultado falso positivo nem falso negativo sem apresentar as medidas tomadas para evitar a reincidência de suas causas;

b - Deverá demonstrar ser capaz de identificar, confirmar e relatar corretamente, pelo menos, 80% do total de substâncias examinadas nas duas rodadas;

c - Deverá demonstrar ser capaz de identificar corretamente, pelo menos 50% de cada uma das substâncias examinadas, para cada triagem, nas duas rodadas (em geral, se forem duas positividades para anfetaminas, em duas rodadas, apenas um falso negativo poderá ser permitido);

d - Deverá demonstrar ser capaz de atingir um score de 80%, em cada rodada; e

e - Deverá demonstrar ser capaz de identificar corretamente (negativo e positivo) todos os ensaios com uma pontuação geral de pelo menos 70%.

Os organismos provedores do Teste de Proficiência Específico com amostras cegas irá fornecer um certificado de conformidade, acompanhado de relatório, aos laboratórios participantes, e os comentários regulatórios relevantes, em até 30 dias após o envio dos resultados de cada rodada. Os laboratórios credenciados pelo DENATRAN deverão analisar seus resultados, identificar as causas das não-conformidades encontrada e apresentar ao DENATRAN, em 30 dias, as soluções implementadas.

A manutenção do credenciamento do laboratório junto ao DENATRAN fica condicionada ao atendimento aos critérios de qualidade, por duas rodadas consecutivas do Programa de Ensaio de Proficiência e Amostras Cegas Específico.

ANEXO IV

Resultado dos exames e atendimento ao cliente

Apresentação dos resultados

Para os resultados abaixo dos valores de corte cut off, o exame é considerado negativo e se encerra após a Fase de Triagem, quando deverá ser emitido o laudo confirmando o resultado negativo.

No caso de resultados superiores ou iguais ao valor de cut off, o resultado da Fase de Triagem será considerado "presumido positivo" e deverá ser realizado o teste de confirmação, que não pode ser considerado contraprova. O resultado do exame confirmatório será definitivo e o laudo será emitido com os dados desta última fase.

Caso o condutor discorde do resultado alcançado, ele poderá solicitar a realização da contraprova, conforme amparado pela Lei 13.103/2015.

Supervisão e validação dos resultados

Os resultados do exame toxicológico devem ser protegidos, em todas as suas etapas, pela Cadeia de Custódia.

Os resultados de ensaios dos controles devem ser averiguados em termos de aceitabilidade dos ensaios, antes da elaboração do relatório de resultados do condutor. Assim, quando os resultados dos controles estiverem fora do limite de aceitação esperado, o resultado da amostra não poderá ser considerado confiável.

O laboratório credenciado deve prestar todos os esclarecimentos necessários aos condutores, em relação a todas as etapas, incluindo os resultados dos exames.

O laboratório credenciado deve ter um procedimento específico para a emissão dos laudos, assegurando que todas as informações estão corretas e devidamente registradas no seu sistema de gestão.

O Supervisor de Resultados possui a função de validação dos resultados. No entanto, não há exigência de averiguação de cada um dos exames realizados para os laudos com resultados negativos. Para os laudos com resultados positivos, o Supervisor de Resultados deverá verificar individualmente todas informações necessárias antes de emitir o laudo definitivo.

Emissão dos resultados

O laboratório credenciado elaborará procedimento específico para a emissão dos laudos aos condutores. O laudo do exame toxicológico de larga janela de detecção deve incluir os seguintes itens:

a - Identificação do laboratório credenciado junto ao DENATRAN que realizou o exame;

b - Nome e CPF do condutor;

c - Número de identificação do exame;

d - Data da coleta da amostra;

e - Data de recebimento da amostra no laboratório credenciado;

f - Listagem das substâncias psicoativas analisadas;

g - Níveis de corte (cut off) para as fases de triagem e confirmatória;

h - Resultados, sejam positivos ou negativos;

i - Data da emissão do laudo;

j - Assinatura do responsável técnico pelo laudo;

k - Número do documento fiscal do laboratório credenciado que deu origem ao exame; e

l - Comprimento do cabelo ou pelo coletado.

No laudo do exame, apenas os casos positivos constatados na fase confirmatória serão reportados.

A interpretação dos resultados do exame toxicológico de larga janela de detecção, assim como a emissão do relatório médico, será de responsabilidade do Médico Revisor do laboratório.

Envio dos resultados ao condutor e às partes interessadas

O laboratório credenciado adotará procedimentos específicos para envio dos resultados, por meios físicos ou eletrônicos, respeitando-se a confidencialidade dos resultados, de modo que apenas o condutor possa acessar as informações.

Retenção dos registros e proteção da informação

Todos os registros serão armazenados e protegidos, pelo prazo de cinco anos.

Os registros devem ser mantidos arquivados em local seguro, acessível apenas às pessoas autorizadas.

Atendimento ao Cliente

Cabe ao laboratório credenciado estabelecer vias de comunicação com os condutores para o atendimento em casos de dúvidas.

Reclamações

O laboratório credenciado deve elaborar um procedimento específico para atendimento de reclamações dos condutores. As reclamações serão registradas em sistema próprio, para posterior análise e verificação de pontos de melhora.

ANEXO V

Definições, Siglas e Abreviaturas

Definições

AMOSTRA CEGA

É aquela que o item de ensaio de proficiência é indistinguível dos itens normais de clientes ou amostras recebidas pelo laboratório.

AMOSTRA DE QUERATINA

Refere-se à amostra de cabelo, pelo ou unha.

CONDUTOR

É a pessoa que precisa fazer o exame toxicológico para renovar ou obter a Carteira Nacional de Habilitação.

CONTRAPROVA

Parte da amostra coletada, que é embalada separadamente (Amostra B) e que pode ser usada em caso de dúvida com relação ao resultado da análise da amostra de prova (Amostra A).

POSTO DE COLETA LABORATORIAL

Serviço vinculado a um laboratório clínico, que realiza atividade laboratorial, mas não executa a fase analítica dos processos operacionais.

RENACH

Sistema do Departamento Nacional de Trânsito que permite o controle de todo o processo para a emissão da Carteira Nacional de Habilitação (CNH)

Siglas e Abreviaturas

ABNT Associação Brasileira de Normas Técnicas

CAP College of American Pathologists

CNH Carteira Nacional de Habilitação

CONTRAN Conselho Nacional de Trânsito

CQ Controle de Qualidade

CTB Código de Trânsito Brasileiro

DENATRAN Departamento Nacional de Trânsito

DICLA Divisão de Acreditação de Laboratórios

EAFM Exame de Aptidão Física e Mental

FCC Formulário de Cadeia de Custódia

FDT Forensic Drug Testing

GC-MS Cromatografia gasosa acoplada a espectrofotometria de massa

HHS Health and Human Services

IEC International Electrotechnical Commission

ILAC International Laboratory Accreditation Cooperation

INMETRO Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia

ISO International Standards Organization

LD Limite de detecção

LQ Limite de quantificação

LC-MS Cromatografia líquida acoplada a espectrofotometria de massa

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800100

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MTE Ministério do Trabalho e Emprego
MR Médico Revisor
NBR Norma Brasileira
POP Procedimento Operacional Padronizado
SBTox Sociedade Brasileira de Toxicologia
SGQ Sistema de Gestão da Qualidade
SoHT Society of Hair Testing
CNES Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde
TP Teste de Proficiência
PCL Posto de coleta laboratorial
ANEXO VI
Exigências de comprovação documental para credenciamento de laboratório junto ao DENATRAN
I - habilitação jurídica;
II - qualificação técnica;
III - qualificação econômico-financeira;
IV - regularidade fiscal e trabalhista; (Redação dada pela Lei nº 12.440, de 2011)
V - cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7° da Constituição Federal. (Incluído pela Lei nº 9.854, de 1999)
Formulário de Solicitação de Credenciamento (Nome Empresarial, CNPJ, Endereço, Bairro, Complemento, CEP, Município, Unidade Federal, telefone, sítio eletrônico, e-mail);
Apresentação do Médico Revisor/CRM;
Contrato Social do Laboratório;
Ata de eleição da diretoria em exercício, quando couber;
Cópia do cartão do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ; e
Cédula de identidade e Cadastro de Pessoa Física - CPF do(s) representante(s) legal(is);
Certidão do Ministério da Fazenda (vigente);
Certidão da Fazenda Municipal (vigente);
Certidão da Fazenda Estadual (vigente);
Certidão de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (vigente); e
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT (vigente).
Declaração de que dispõe de capacidade técnica;
Acreditação forense pelo CAP-FDT (tradução juramentada) ou acreditação concedida pelo INMETRO (Norma ABNT NBR ISO/IEC 17025 e NIT-DICLA 069;
Escopo da acreditação, quando acreditado pelo INMETRO;
Registro de responsabilidade técnica do CRF/CRB; e
Comprovação de que possui certificação digital A3.
Relatório das auditorias "a" e "b"
Os documentos necessários ao credenciamento poderão ser apresentados no original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração Pública ou publicação em órgão da imprensa oficial.
Poderá ser admitida a apresentação de certidões internacionais equivalentes às exigidas neste Anexo, no caso de laboratórios instalados fora do país, desde que acompanhadas de tradução juramentada.

RESOLUÇÃO Nº 692, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

Altera a Resolução CONTRAN nº 299, de 4 de dezembro de 2008, que "dispõe sobre a padronização dos procedimentos para apresentação de defesa de autuação e recurso, em 1ª e 2ª instâncias, contra a imposição de penalidade de multa de trânsito" para disciplinar a protocolização de defesa ou recurso administrativo e dá outras providências.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), no uso da competência que lhe confere o art. 12, inciso I, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro e nos termos do disposto no Decreto nº 4.711, de 29 de maio de 2003, que trata da coordenação do Sistema Nacional de Trânsito (SNT).

Considerando a necessidade de padronização dos procedimentos adotados pelos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito para o recebimento de defesas e recursos apresentados por via postal ou protocolizados em órgão ou entidade de trânsito diverso do órgão ou entidade autuadora em localidade distinta do domicílio do proprietário ou infrator, pelos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito; e

Considerando o que consta no Processo Administrativo nº 80000.034249/2015-42, resolve:

Art. 1° Esta Resolução altera o art. 6º da Resolução nº 299, de 4 de dezembro de 2008 para disciplinar a protocolização de defesa ou recurso administrativo; e dá outras providências.

Art. 2º O art. 6º da Resolução nº 299, de 4 de dezembro de 2008, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 6º…

§ 1º Para verificação da tempestividade, deverá ser considerada:

I - a data da entrega na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), no caso de defesa ou recurso apresentado por via postal; ou

II - a data de protocolo no órgão ou entidade de trânsito da residência ou domicílio do proprietário ou infrator, quando utilizada a forma prevista no art. 287 do CTB.

§ 2º Para efeito do inciso II do § 1º, o protocolo de recebimento da defesa ou recurso deverá conter, pelo menos, a identificação e assinatura do recebedor, a identificação do órgão ou entidade de trânsito e a data do recebimento.

§ 3º A defesa ou recurso recebida na forma do inciso II do §1º deverá ser imediatamente remetida ao órgão ou entidade que efetuou a autuação.

§ 4º A protocolização de defesa ou recurso poderá ser feita por meio eletrônico, desde que disponibilizado pelo órgão ou entidade de trânsito que efetuou a autuação;"

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ELMER COELHO VICENZI
Presidente

PEDRO DE SOUZA DA SILVA
Ministério da Justiça e Segurança Pública

RONE EVALDO BARBOSA
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

DJAILSON DANTAS DE MEDEIROS
Ministério da Educação

LUIZ OTÁVIO MACIEL MIRANDA
Ministério da Saúde

PAULO CESAR DE MACEDO
Ministério do Meio Ambiente

NOBORU OFUGI
Agência Nacional de Transportes Terrestres

THOMAS PARIS CALDELLAS
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

RESOLUÇÃO Nº 693, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

Altera o art. 2º da Resolução CONTRAN nº 632, de 30 de novembro de 2016, que estabelece procedimentos para a prestação de serviços por Instituição Técnica Licenciada (ITL) e Entidade Técnica Pública ou Paraestatal (ETP), para emissão do Certificado de Segurança Veicular (CSV), de que trata o art. 106, do Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), no uso da competência que lhe confere o art. 12, inciso I, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro e nos termos do disposto no Decreto nº 4.711, de 29 de maio de 2003, que trata da coordenação do Sistema Nacional de Trânsito (SNT).

Considerando o que consta no Processo Administrativo nº 80001.014912/2006-91, resolve:

Art. 1° Esta resolução altera o art. 2º da Resolução CONTRAN nº 632, de 30 de novembro de 2016, que estabelece os procedimentos para a prestação de serviços por Instituição Técnica Licenciada (ITL) e Entidade Técnica Pública ou Paraestatal (ETP), para emissão do Certificado de Segurança Veicular (CSV).

Art. 2º O art. 2º da Resolução CONTRAN nº 632, de 30 de novembro de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Compete as ITL e as ETP a prestação do serviço de inspeção de segurança de veículos:

I - modificados, fabricados artesanalmente ou aqueles em que tenha havido substituição de equipamento de segurança especificado pelo fabricante, montador ou encarroçador, de que trata o art. 106 do Código de Trânsito Brasileiro;

II - recuperados de sinistro de média monta;

III - de transporte de carga e de passageiros em circulação no Mercosul;

IV - regulamentados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT);

V - protótipos, para fins de emissão do Certificado de Capacitação Técnica (CCT) do INMETRO;

VI - importados de maneira independente objetos de processos de obtenção do Certificado de Adequação a Legislação de Trânsito (CAT) junto ao DENATRAN;

VII - quando regulamentados pelo Departamento Nacional de Trânsito ou pelo Conselho Nacional de Trânsito."

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ELMER COELHO VICENZI
Presidente

PEDRO DE SOUZA DA SILVA
Ministério da Justiça e Segurança Pública

RONE EVALDO BARBOSA
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

DJAILSON DANTAS DE MEDEIROS
Ministério da Educação

LUIZ OTÁVIO MACIEL MIRANDA
Ministério da Saúde

PAULO CESAR DE MACEDO
Ministério do Meio Ambiente

NOBORU OFUGI
Agência Nacional de Transportes Terrestres

THOMAS PARIS CALDELLAS
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

RESOLUÇÃO Nº 694, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

Revogar a Resolução CONTRAN nº 647, de 10 de janeiro de 2017, que referenda a Deliberação nº 158, de 28 de dezembro de 2016, que suspende a expedição do Certificado de Segurança Veicular (CSV) de que trata o parágrafo único do art. 5º da Resolução CONTRAN nº 563, de 25 de novembro de 2015, que dispõe sobre o sistema de segurança para a circulação de veículos e implementos rodoviários do tipo carroceria basculante, até que o novo Sistema de Emissões e Controle de Certificado de Segurança Veicular (SISCSV) seja implantado.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), no uso da competência que lhe confere o art. 12, inciso I, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro e nos termos do disposto no Decreto nº 4.711, de 29 de maio de 2003, que trata da coordenação do Sistema Nacional de Trânsito (SNT).

Considerando a implantação do Sistema de Controle e Emissão de Certificado de Segurança Veicular (SISCSV); e

Considerando o que consta no Processo Administrativo nº 80000.125472/2016-89, resolve:

Art. 1° Revogar a Resolução CONTRAN nº 647, de 10 de janeiro de 2017, que referenda a Deliberação nº 158, de 28 de dezembro de 2016, que suspende a expedição do Certificado de Segurança Veicular (CSV) de que trata o parágrafo único do art. 5º da Resolução CONTRAN nº 563, de 25 de novembro de 2015, que dispõe sobre o sistema de segurança para a circulação de veículos e implementos rodoviários do tipo carroceria basculante, até que o novo Sistema de Emissões e Controle de Certificado de Segurança Veicular (SISCSV) seja implantado.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ELMER COELHO VICENZI
Presidente

PEDRO DE SOUZA DA SILVA
Ministério da Justiça e Segurança Pública

RONE EVALDO BARBOSA
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

DJAILSON DANTAS DE MEDEIROS
Ministério da Educação

LUIZ OTÁVIO MACIEL MIRANDA
Ministério da Saúde

PAULO CESAR DE MACEDO
Ministério do Meio Ambiente

NOBORU OFUGI
Agência Nacional de Transportes Terrestres

THOMAS PARIS CALDELLAS
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

RESOLUÇÃO Nº 695, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

Revogar a Resolução CONTRAN nº 649, de 10 de janeiro de 2017, que referenda a Deliberação nº 156, de 28 de dezembro de 2016, que suspende a vigência do disposto no § 2º do art. 31 da Resolução CONTRAN nº 632, de 30 de novembro de 2016, que trata da concessão de autorização prévia para a inspeção de veículos sinistrados classificados em média monta, até que o novo Sistema de Emissões e Controle de Certificado de Segurança Veicular (SISCSV) seja implantado.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), no uso da competência que lhe confere o art. 12, inciso I, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro e nos termos do disposto no Decreto nº 4.711, de 29 de maio de 2003, que trata da coordenação do Sistema Nacional de Trânsito (SNT).

Considerando a implantação do Sistema de Controle e Emissão de Certificado de Segurança Veicular (SISCSV); e

Considerando o que consta no Processo Administrativo nº 80000.125472/2016-89, resolve:

Art. 1° Revogar a Resolução CONTRAN nº 649, de 10 de janeiro de 2017, que referenda a Deliberação nº 156, de 28 de dezembro de 2016, que suspende a vigência do disposto no § 2º do art. 31 da Resolução CONTRAN nº 632, de 30 de novembro de 2016, que trata da concessão de autorização prévia para a inspeção de veículos sinistrados classificados em média

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800101

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

monta, até que o novo Sistema de Emissões e Controle de Certificado de Segurança Veicular (SISCSV) seja implantado.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ELMER COELHO VICENZI
Presidente

PEDRO DE SOUZA DA SILVA
Ministério da Justiça e Segurança Pública

RONE EVALDO BARBOSA
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

DJAILSON DANTAS DE MEDEIROS
Ministério da Educação

LUIZ OTÁVIO MACIEL MIRANDA
Ministério da Saúde

PAULO CESAR DE MACEDO
Ministério do Meio Ambiente

NOBORU OFUGI
Agência Nacional de Transportes Terrestres

THOMAS PARIS CALDELLAS
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

RESOLUÇÃO Nº 696, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

Revogar a Resolução CONTRAN nº 656, de 10 de janeiro de 2017, que referenda a Deliberação nº 157, de 28 de dezembro de 2016, que suspende a expedição do Certificado de Segurança Veicular (CSV) de que trata o parágrafo único do art. 3º da Resolução CONTRAN nº 508, de 27 de novembro de 2014, que dispõe sobre os requisitos de segurança para a circulação, a título precário, de veículo de carga ou misto transportando passageiros no compartimento de cargas, até que o novo Sistema de Emissões e Controle de Certificado de Segurança Veicular (SISCSV) seja implantado.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), no uso da competência que lhe confere o art. 12, inciso I, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro e nos termos do disposto no Decreto nº 4.711, de 29 de maio de 2003, que trata da coordenação do Sistema Nacional de Trânsito (SNT).

Considerando a implantação do Sistema de Controle e Emissão de Certificado de Segurança Veicular (SISCSV); e

Considerando o que consta no Processo Administrativo nº 80000.125472/2016-89, resolve:

Art. 1° Revogar a Resolução CONTRAN nº 656, de 10 de janeiro de 2017, que referenda a Deliberação nº 157, de 28 de dezembro de 2016, que suspende a expedição do Certificado de Segurança Veicular (CSV) de que trata o parágrafo único do art. 3º da Resolução CONTRAN nº 508, de 27 de novembro de 2014, que dispõe sobre os requisitos de segurança para a circulação, a título precário, de veículo de carga ou misto transportando passageiros no compartimento de cargas, até que o novo Sistema de Emissões e Controle de Certificado de Segurança Veicular (SISCSV) seja implantado.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ELMER COELHO VICENZI
Presidente

PEDRO DE SOUZA DA SILVA
Ministério da Justiça e Segurança Pública

RONE EVALDO BARBOSA
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

DJAILSON DANTAS DE MEDEIROS
Ministério da Educação

LUIZ OTÁVIO MACIEL MIRANDA
Ministério da Saúde

PAULO CESAR DE MACEDO
Ministério do Meio Ambiente

NOBORU OFUGI
Agência Nacional de Transportes Terrestres

THOMAS PARIS CALDELLAS
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

ATA DA 160ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 15 DE 1GOSTO DE 2017

Aos quinze dias do mês de agosto de dois mil e dezessete, o Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN reuniu-se no Gabinete do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, no Setor de Autarquias Sul, Quadra 01, Bloco H, Sala 501, Brasília-DF, contando com a presença de seus integrantes, representantes dos Ministérios dos Transportes, Portos e Aviação Civil; da Saúde; do Meio Ambiente; da Defesa; das Cidades; da Educação; da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; e da Agência Nacional de Transportes Terrestres, sob a Presidência do Senhor Elmer Coelho Vicenzi, para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta. I - ABERTURA DA REUNIÃO: Após a confirmação da existência de quórum regulamentar, a reunião foi aberta pelo Senhor Presidente. II - ASSUNTOS GERAIS: 1) Os Conselheiros deliberaram e aprovaram a Ata da 159ª Reunião Ordinária de 2017. 2) Foram convidados à reunião para auxiliar na apresentação dos processos: Fernando Ferrazza Nardes, Coordenador-Geral de Instrumental Jurídico e da Fiscalização; Juliana Lopes Nunes, Coordenadora-Geral de Infraestrutura de Trânsito; Daniel Mariz Tavares, Coordenador-Geral de Planejamento Normativo e Estratégico; e Roberto Marconne Celestino de Souza, Chefe de Serviço do DENATRAN. 3) O servidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Adilson Antônio Paulus, participou da reunião como ouvinte. III - ORDEM DO DIA: Processo nº 80000.058544/2010-80; Interessado: SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE COMPONENTES PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES - SINDIPEÇAS; Assunto: Análise de Minuta de Resolução a ser editada pelo CONTRAN objetivando estabelecer a forma e as condições de implantação e operação do Programa de Inspeção Técnica Veicular em atendimento ao disposto no art. 104 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro (CTB). Os Conselheiros representantes dos Ministérios da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; da Saúde; da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; dos Transportes, Portos e Aviação Civil; e do Meio Ambiente, apresentaram sua considerações acerca do tema, assim como a Coordenadora-Geral de Infraestrutura de Trânsito do DENATRAN explanou sobre o assunto. Diante da complexidade da matéria, o Presidente sugeriu que todos os Conselheiros se reúnam no dia 28 de agosto de 2017, de forma não deliberativa, apenas para que todas as sugestões sejam consolidadas em uma nova Minuta de Resolução, e, por conseguinte, esta seja deliberada na próxima reunião do CONTRAN. 2) Processo nº 80000.017155/2014-28; Interessado: CÂMARA TEMÁTICA DE ESFORÇO LEGAL; Assunto: Análise de Minuta de Resolução a ser editada pelo CONTRAN objetivando, além de revogar a Resolução CONTRAN nº 724/1988, definir veículo inacabado ou incompleto e estabelecer os equipamentos obrigatórios para efeitos de trânsito em vias públicas. Após as considerações da Coordenadora-Geral de Infraestrutura de Trânsito, e do Conselheiro representante do Ministério da Saúde, que, por sua vez, se manifestou de forma contrária, o Conselho decidiu aprovar, por maioria, a Resolução CONTRAN que recebeu o nº 686/2017, cuja ementa é: "Estabelece os requisitos para circulação de veículos inacabados ou incompletos para efeitos de trânsito em vias públicas." 3) Processo nº 80000.030572/2015-47; Interessado: NTC - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE DE CARGAS E LOGÍSTICA; Assunto: Análise de Minuta de Resolução a ser editada pelo CONTRAN objetivando alterar o subitem 6.5.2 do item 6.5 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 168, de 14 de dezembro de 2004. Após as considerações do Coordenador-Geral de Instrumental Jurídico e da Fiscalização, o Conselho decidiu aprovar, por unanimidade, a Resolução CONTRAN que recebeu o nº 685/2017, cuja ementa é: "Altera os itens 6.1, 6.2 e 6.5 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 168, de 14 de dezembro de 2004, e dá outras providências." 4) Processo nº 80000.106578/2016-83; Interessado: DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN; Assunto: Análise de Minuta de Resolução a ser editada pelo CONTRAN objetivando estabelecer o Registro Nacional de Gravames - RENAGRAV. O Conselheiro representante do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, em razão da necessidade de compilação das considerações dos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal acerca do tema, pediu prorrogação de vista do processo, o que fora aprovado pelo Plenário, pelo prazo de 20 (vinte) dias. 5) Processo nº 80000.004806/2017-62; Interessado: FÓRUM NACIONAL DOS CONSELHOS DE TRÂNSITO - FOCOTRAN; Assunto: Análise de Minuta de Resolução a ser editada pelo CONTRAN objetivando estabelecer diretrizes para a gestão e operacionalização, bem como para a elaboração do Regimento Interno dos Conselhos Estaduais de Trânsito (CETRAN) e do Conselho de Trânsito do Distrito Federal (CONTRANDIFE). Após as considerações do Coordenador-Geral de Planejamento Normativo e Estratégico, o Conselho decidiu aprovar, por unanimidade, a Resolução CONTRAN que recebeu o nº 688/2017, cuja ementa é: "Estabelece diretrizes para a elaboração do Regimento Interno, gestão e operacionalização das atividades dos Conselhos Estaduais de Trânsito (CETRAN) e do Conselho de Trânsito do Distrito Federal (CONTRANDIFE)." 6) Processo nº 80000.015736/2012-63; Interessado: DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN; Assunto: Análise de Minuta de Resolução a ser editada pelo CONTRAN objetivando alterar o art. 8º-A, da Resolução CONTRAN nº 598/2016, acrescentado pela Resolução CONTRAN nº 684/2017. Após as considerações do Coordenador-Geral de Instrumental Jurídico e da Fiscalização, o Conselho decidiu aprovar, por unanimidade, a Resolução CONTRAN que recebeu o nº 687/2017, cuja ementa é: "Altera o art. 8º-A, da Resolução CONTRAN nº 598, de 24 de maio de 2016, acrescentado pela Resolução CONTRAN nº 684, de 25 de julho de 2017." 7) Processo nº 80000.020317/2017-58; Interessado: DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN; Assunto: Análise da Minuta de Resolução a ser editada pelo CONTRAN objetivando alterar a Resolução CONTRAN nº 371, de 10 de dezembro de 2010, que instituiu o Manual Brasileiro de Fiscalização de Trânsito - MBFT, Volume I - Infrações de competência municipal, incluindo as concorrentes dos órgãos e entidades estaduais de trânsito e rodoviários, e a Resolução CONTRAN nº 561, de 15 de outubro de 2015, que instituiu o Manual Brasileiro de Fiscalização de Trânsito - MBFT, Volume II - Infrações de competência dos órgãos e entidades executivos estaduais de trânsito e rodoviários. O Presidente decidiu retirar o presente processo da pauta para revisão da matéria a ser realizada pela Coordenação-Geral de Instrumental Jurídico e da Fiscalização. 8) Processo nº 80000.009912/2017-32; Interessado: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SANTA CATARINA - DETRAN/SC; Assunto: Análise de Minuta de Resolução a ser editada pelo CONTRAN objetivando alterar a Resolução CONTRAN nº 4/1998, com redação dada pela Resolução CONTRAN nº 554, de 17 de setembro de 2015, de forma a permitir a circulação de caminhões usados incompletos antes de sua transferência, por prazo determinado. Após as ponderações da Coordenadora-Geral de Infraestrutura de Trânsito, todos os Conselheiros pediram vista do processo, o qual fora deferido pelo Presidente pelo prazo de 20 (vinte) dias. Entretanto, o Presidente salientou aos Conselheiros que estes devem encaminhar à ATEC as suas ponderações a respeito deste processo em até 05 (cinco) dias de antecedência da próxima reunião deste Colegiado. 9) Processo nº 80000.125583/2016-95; Interessado: OBSERVATÓRIO NACIONAL DE SEGURANÇA VIÁRIA - ONSV; Assunto: Análise conclusiva pelo CONTRAN de material que consiste em referencial teórico para fundamentação teórica e estruturação dos conteúdos pedagógicos da educação para o trânsito no ensino fundamental e aprendizagem de condução. Após as considerações do Conselheiro representante do Ministério da Saúde, que, por sua vez, se comprometeu a enviar à Assistência Técnica-Administrativo do Conselho Nacional de Trânsito (ATEC) as suas considerações conclusivas para que o ONSV corrija algumas informações no material analisado, o Colegiado aprovou na íntegra o material trazido à baila a ser utilizado como referencial teórico para fundamentação teórica e estruturação dos conteúdos pedagógicos da educação para o trânsito no ensino fundamental e aprendizagem de condução, e, consequentemente, anuiu com o envio deste para o Ministério da Educação. Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos pelo Senhor Presidente e determinada a lavratura da presente Ata, que, depois de aprovada, será assinada pelos membros presentes, representantes de seus respectivos Ministérios.

ELMER COELHO VICENZI
Presidente

PEDRO DE SOUZA DA SILVA
Ministério da Justiça e Segurança Pública

RONE EVALDO BARBOSA
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

DJAILSON DANTAS DE MEDEIROS
Ministério da Educação

LUIZ OTÁVIO MACIEL MIRANDA
Ministério da Saúde

PAULO CESAR DE MACEDO
Ministério do Meio Ambiente

NOBORU OFUGI
Agência Nacional de Transportes Terrestres

THOMAS PARIS CALDELLAS
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800102

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVANº 6.654, DE 26 DE SETEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processos nº 48500.004862/1999-65. Interessado: Destilaria Alcídia S.A. Objeto: Transferir para a empresa Destilaria Alcídia S.A. parcela da autorização (69,2%) da UTE Alcídia, cadastrado sob o CEG UTE.AI.SP.027913-7.01. A íntegra desta Resolução consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.305, DE 26 DE SETEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.002705/2017-11. Interessados: Companhia Energética do Piauí - Cepisa, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica-CCEE, Centrais Elétricas do Maranhão - CEMAR, Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF, da Centrais Elétricas do Norte do Brasil - ELETRONORTE, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2017 da Companhia Energética do Piauí - Cepisa, a vigorar a partir de 28 de setembro de 2017 a 27 de setembro de 2018, e dá outras providências. A íntegra desta Resolução e de seus anexos estão juntados aos autos e disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.306, DE 26 DE SETEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.002707/2017-01. Interessados: Companhia Energética de Alagoas - Ceal, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica-CCEE, Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2017 da Companhia Energética de Alagoas - Ceal, a vigorar a partir de 28 de setembro de 2017, e dá outras providências. A íntegra desta Resolução e de seus anexos estão juntados aos autos e disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 783, DE 26 DE SETEMBRO DE 2017

Estabelece os critérios e procedimentos para controle dos contratos de comercialização de energia elétrica.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto nas Leis nº 8.631, de 4 de março de 1993, nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, nº 10.438, de 26 de abril de 2002, nº 10.848, de 15 de março de 2004, nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, nos Decretos nº 2003, de 10 de setembro de 1996, nº 2.335, de 6 de outubro de 1997, nº 5.025, de 30 de março de 2004, nº 5.163, de 30 de julho de 2004, nº 6.353, de 16 de janeiro de 2008, nº7.246, de 28 de julho de 2010, e o que consta do Processo nº 48500.004500/2006-75, resolve:

Art. 1º Estabelecer os critérios e procedimentos para controle dos contratos de comercialização de energia elétrica.

CAPÍTULO I

DAS DEFINIÇÕES

Art. 2º Para todos os fins, são adotadas as seguintes definições:

I - Quanto aos tipos de contrato:

a)Contrato de Comercialização de Energia a partir de Licitação Pública - CCE500LP: aquele destinado à comercialização de energia elétrica entre distribuidora com mercado próprio inferior a 500 GWh/ano, integrante do SIN, e agente vendedor proveniente de licitação pública realizada pela distribuidora;

b)Contrato de Comercialização de Energia anterior a 2003 - CCE2003: aquele destinado à comercialização de energia elétrica entre distribuidora e agente vendedor, com início de vigência anterior a 11 de dezembro de 2003;

c)Contrato de Comercialização de Energia com Agente Supridor - CCE500SUP: aquele destinado à comercialização de energia elétrica entre distribuidora com mercado próprio inferior a 500 GWh/ano, integrante do SIN, e o agente supridor;

d)Contrato de Comercialização de Energia do Proinfa - CCEproinfa: aquele destinado à aquisição de energia elétrica no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas - PROINFA;

e)Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Sistema Isolado - CCESI: aquele destinado à comercialização de energia elétrica nos sistemas isolados, por quantidade, proveniente de empreendimentos de geração existentes ou futuros, devendo ser celebrado por cada concessionária ou autorizada de geração vencedora de processo licitatório com cada distribuidora compradora;

f)Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente de Contratação Livre - CCEAL: aquele destinado à comercialização de energia elétrica celebrado por agentes de geração, comercializadores e consumidores livres ou especiais, mediante preços livremente negociados, incluindo a cessão de montantes de energia elétrica por consumidores;

g)Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR: aquele destinado à comercialização de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN, por disponibilidade ou quantidade, proveniente de empreendimentos de geração existentes ou futuros, devendo ser celebrado pela concessionária ou autorizada de geração vencedora de processo licitatório com cada distribuidora compradora;

h)Contrato de Comercialização de Energia no Sistema Isolado anterior a 2009 - CCESI2009: aquele destinado à comercialização de energia elétrica entre distribuidora e autorizado ou concessionário de geração, para atendimento de sistema isolado, com início de vigência anterior a 30 de julho de 2009;

i)Contrato de Energia de Reserva - CER: aquele destinado à comercialização de energia elétrica de reserva no SIN, por disponibilidade ou quantidade, proveniente de empreendimentos de geração existentes ou futuros, devendo ser celebrado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, que o firma em representação dos usuários de energia de reserva, com cada concessionária ou autorizada de geração vencedora de processo licitatório;

j)Contrato de Geração Distribuída - CGD: aquele destinado à aquisição, mediante a realização de chamada pública ou resultante de processo de desverticalização, de energia elétrica proveniente de empreendimentos elegíveis à condição de geração distribuída, por distribuidoras integrantes do SIN;

k)Contrato de Importação ou Exportação de Energia Elétrica - CIE: aquele destinado à comercialização de energia elétrica própria da exportação ou importação, mediante intercâmbio ou ressarcimento, celebrado por agente devidamente autorizado com ente estrangeiro, observadas as diretrizes pactuadas pela República Federativa do Brasil, bem assim as determinações emanadas do Poder Concedente;

l)Contrato de Leilão de Ajustes - CLA: aquele destinado à comercialização de energia elétrica no SIN, por quantidade, devendo ser celebrado por cada concessionária ou autorizada de geração, comercializador e importador vencedor de processo licitatório com cada distribuidora compradora;

m) Contrato para Comercialização Varejista - CCV: aquele destinado à comercialização de energia elétrica no SIN, caracterizada pela representação continuada de um representado não submetido à adesão própria à CCEE por um Varejista habilitado; e

n)Termo de Cessão no MCSD - TCmcsd: aquele celebrado por distribuidora cedente e por cessionária, ambas do SIN, no âmbito do mecanismo de compensação de sobras e déficits de energia elétrica proveniente de CCEAR por empreendimentos de geração existentes;

II - Quanto aos procedimentos de controle e demais definições:

a)aprovação: manifestação unilateral e discricionária em que a entidade ou autoridade competente aquiesce a realização de determinado ato ou negócio jurídico, prévia ou posteriormente, conforme trate de um pressuposto de validade ou de um requisito de eficácia, respectivamente;

b)elaboração dos contratos: procedimento que precede a assinatura, destinado à preparação da versão final de contratos de comercialização de energia elétrica cujas cláusulas tenham sido aprovadas pela ANEEL ou Ministério de Minas e Energia - MME, incluindo a qualificação das partes, montantes, objeto, preço e demais dados pertinentes.

c)homologação: manifestação unilateral e vinculada em que é certificada a legalidade de determinado ato ou negócio jurídico já realizado;

d)prestação de informação: encaminhamento obrigatório de dados ou documentos relacionados a ato ou negócio jurídico já realizado, por requisição de órgão ou entidade competente; e

e)registro: cadastro obrigatório de dados ou documentos em livro ou banco de dados mantidos por órgãos ou entidades competentes, cuja efetivação lhe confere eficácia para todos os fins, salvo constatação posterior de vício material ou formal.

CAPÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 3º Os concessionários, permissionários e autorizados de instalações ou serviços de energia elétrica, assim como os consumidores especiais e livres, devem apresentar todo e qualquer contrato de comercialização de energia elétrica por eles celebrados, quando assim determinado pela ANEEL, no prazo fixado.

Parágrafo único. É obrigatória a manutenção dos contratos a que alude o caput em seu poder pelo prazo mínimo de cinco anos após o término da vigência, sendo que seu descumprimento enseja imposição de penalidade, nos termos da norma de regência.

Art. 4º Salvo disposição expressa em contrário, os aditivos conservam a natureza do contrato principal e se sujeitam aos mesmos procedimentos de controle.

CAPÍTULO III

DA PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO

Art. 5º Estão sujeitos a controle, mediante prestação de informação por requisição específica, os contratos de comercialização de energia elétrica cujo objeto não seja destinado ao atendimento de terceiros mediante repasse dos custos via tarifa, encargo ou outra verba de mesma natureza.

Art. 6º Os contratos a que alude o art. 5º somente devem ser encaminhados à ANEEL pela CCEE ou pelas partes contratantes quando requeridos, mesmo que disposto em contrário no ato de outorga.

Parágrafo único. O encaminhamento a que se refere o caput deve observar o prazo e a forma estabelecidos pela ANEEL, cujo descumprimento ensejará imposição de penalidade nos termos da norma de regência.

CAPÍTULO IV

DO REGISTRO

Art. 7º Devem ser submetidos a registro na CCEE todos os contratos de comercialização de energia elétrica necessários ao processo de contabilização realizado por essa Câmara.

Parágrafo único. O registro na CCEE deve observar, inclusive quanto aos prazos e à forma de encaminhamento, o disposto nas normas de regência, notadamente as Regras e os Procedimentos de Comercialização.

Art. 8º Estão sujeitos a registro:

I - exclusivamente na CCEE, todos os contratos de comercialização de energia elétrica cuja elaboração seja realizada pela ANEEL, MME ou CCEE;

II - na ANEEL, o CCEproinfa, mediante protocolo de sua cópia.

§ 1º Os contratos a que alude o inciso I do caput somente devem ser encaminhados à ANEEL pela CCEE ou pelas partes contratantes quando requeridos nos termos do art. 6º.

§ 2º Para fins de registro na ANEEL, um mesmo número de protocolo pode contemplar mais de um CCEproinfa.

CAPÍTULO V

DA HOMOLOGAÇÃO

Art. 9º Estão sujeitos à homologação todos os contratos de comercialização de energia elétrica, com exceção do CCEproinfa, cuja elaboração não seja realizada pela ANEEL, MME ou CCEE e as condições contratuais se encontrem regulamentadas de forma exaustiva.

Art. 10. Os contratos e respectivos termos aditivos de que trata o art. 9º devem ser encaminhados à ANEEL pelos responsáveis nos prazos indicados no Anexo desta Resolução.

Parágrafo único. O descumprimento da obrigação referida no caput enseja imposição de penalidade, nos termos da norma de regência.

Art. 11. Os contratos são homologados por despacho.

CAPÍTULO VI

DA APROVAÇÃO

Art. 12. Estão sujeitos à aprovação todos os contratos de comercialização de energia elétrica cujas condições contratuais não se encontram regulamentas de forma exaustiva.

Art. 13. Os contratos e respectivos termos aditivos de que trata o art. 12 devem ser encaminhados à ANEEL pelos responsáveis nos prazos indicados no Anexo desta Resolução.

Parágrafo único. O descumprimento da obrigação referida no caput enseja imposição de penalidade, nos termos da norma de regência.

Art. 14. Os contratos são aprovados por despacho.

CAPÍTULO VII

DA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Art. 15. Os contratos aprovados ou homologados pela ANEEL terão cópias integrais encaminhadas à CCEE para divulgação.

Art. 16. A CCEE deve disponibilizar para consulta pública, em seu portal eletrônico, o inteiro teor dos contratos seguintes:

I - aqueles referidos pelo art. 15, em até trinta dias do recebimento; e

II - aqueles referidos pelo inciso I do art. 8º, em até trinta dias da última assinatura pelos contratantes.

Art. 17. A CCEE deve disponibilizar para consulta pública, em seu portal eletrônico, com atualização mensal, a relação consolidada dos contratos de comercialização de energia elétrica referidos no inciso I do art. 8º e no art. 15 com, no mínimo, as seguintes especificações:

I - número do contrato;

II - partes, com razão social e cadastro nacional de pessoa jurídica;

III - tipo de comercialização contratada;

IV - quando cabível, leilão e produto;

V - central(is) geradora(s), identificada(s) pelo nome, pelo Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) e fonte;

VI - montante contratado e entregue, com submercado de registro;

VII - preço; e

VIII - data de início e término do suprimento

Parágrafo único. A consolidação a que alude o caput deve incluir demais formas de aquisição, troca e alteração do montante de energia elétrica, consoante previsto nas normas setoriais.

Art. 18. A Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. deve disponibilizar para consulta pública, em seu portal eletrônico, o inteiro teor dos termos aditivos aos CCEproinfa, em até trinta dias da última assinatura pelos contratantes.

Parágrafo único. A Eletrobrás, na forma a que alude o caput, deverá também divulgar:

I - o Plano Anual do Proinfa - PAP, em até trinta dias após sua aprovação pela ANEEL;

II - mensalmente, extrato atualizado dos resultados dos CCEproinfa, para cada ano civil, apresentando, no mínimo, os seguintes dados:

a)central(is) geradora(s), identificada(s) pelo nome, pelo Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG);

b)titular da outorga;

c)geração mensal total;

d)geração mensal entregue para o Proinfa (MWh);

e)montante anual de energia contratado (MWh);

f)montante anual referente ao ajuste relativo ao desempenho no ano anterior (MWh);

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800103

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

g)preço da energia contratada discriminado a cada mês (R$/MWh);

h)montante mensal faturado (R$); e

III - PAP e extrato de que trata o inciso II, referentes aos anos precedentes.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 19. Em até sessenta dias da vigência desta Resolução, a CCEE deve disponibilizar em seu portal eletrônico, para consulta pública, os contratos referidos pelo inciso I do art. 8º já assinados pelos contratantes.

Art. 20. Em até sessenta dias da vigência desta Resolução, a Eletrobrás deve disponibilizar em seu portal eletrônico os CCEproinfa, para consulta pública.

Art. 21. A CCEE deve propor à ANEEL as alterações cabíveis das Regras e Procedimentos de Comercialização, a fim de adequá-los aos termos desta Resolução, em até sessenta dias da vigência desta Resolução.

Art. 22. Na superveniência de alterações legais, decisões da ANEEL ou do MME que modifiquem a responsabilidade pela elaboração de contrato, as condições contratuais ou objeto de qualquer contrato de comercialização de energia elétrica, deve-se observar o procedimento de controle ao qual estará submetido, consoante disposto nos arts. 5º, 9º, 12 e no inciso I do art. 8º.

Art. 23. Todos os contratos de comercialização de energia elétrica estão submetidos ao disposto nesta Resolução, incluindo aqueles já protocolizados na ANEEL ou elaborados pela CCEE, mas ainda não registrados, homologados ou aprovados.

Art. 24. Os contratos de comercialização de energia elétrica celebrados entre concessionárias, permissionárias e autorizadas e suas partes relacionadas devem observar, no que couber, o disposto pela Resolução Normativa nº 699, de 26 de janeiro de 2016.

Art. 25. O art. 4º da Resolução Normativa nº 225, de 18 de julho de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º A ANEEL homologará os contratos de importação e de exportação de energia elétrica necessários para anuência às operações de que trata o art. 1º desta Resolução. (NR)"

Art. 26. Fica revogada a Resolução Normativa nº 323, de 08 de julho de 2008.

Art. 27. Esta Resolução entra em vigor após trinta dias de sua publicação.

ROMEU DONIZETE RUFINO

ANEXO

(Tipos de Controle e orientação quanto ao encaminhamento à ANEEL para registro, homologação ou aprovação)

Contrato	Tipo de controle	Responsável pelo Encaminhamento à ANEEL	Prazo para o Protocolo	Ato da ANEEL
CCEAL	Prestação de Informação	Registro Exclusivamente na CCEE		
CCV	Prestação de Informação	Registro Exclusivamente na CCEE		
CCEAR	Registro	Registro Exclusivamente na CCEE		
CER	Registro	Registro Exclusivamente na CCEE		
CLA	Registro	Registro Exclusivamente na CCEE		
TCmcsd	Registro	Registro Exclusivamente na CCEE		
CCEproinfa	Registro	Eletrobrás	Termo Aditivo: até 30 dias após a data de celebração(Fase de contratação já encerrada)	Mediante protocolo
CCESI	Homologação	Agente de Distribuição	- Contrato: até 30 dias antes do início do suprimento- Termo Aditivo: até 30 dias após a data de celebração	Despacho
CIE	Homologação	Agente autorizado	Até 30 dias antes do suprimento, quando o Ato Autorizativo não definir o prazo.	Despacho
CCE500SUP	Homologação	Agente de Distribuição Suprido	- Contrato: até 30 dias antes do início do suprimento- Termo Aditivo: até 30 dias após a data de celebração	Despacho
CCE500LP	Aprovação	Agente de Distribuição Suprido	- Contrato: até 30 dias antes do início do suprimento- Termo Aditivo: até 30 dias após a data de celebração	Despacho
CGD	Aprovação	Agente de Distribuição	- Contrato: até 30 dias antes do início do suprimento- Termo Aditivo: até 30 dias após a data de celebração	Despacho
Aditivo ao CCESI2009	Aprovação	Agente de Distribuição	- Até 30 dias após a data de celebração	Despacho
Aditivo ao CCE2003	Aprovação	Agente de Distribuição	- Até 30 dias após a data de celebração	Despacho

DESPACHO DO DIRETOR
Em 26 de setembro de 2017

Nº 3.07 - O DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista o disposto na Norma Organizacional ANEEL 001, aprovada pela Resolução Normativa nº 273, de 10 de julho de 2007, e no que consta do Processo nº 48500.005724/2016-19, decide declarar extinto o Processo, na forma preconizada pelo art. 52 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e pelo art. 14 da Resolução Normativa nº 273, de 10 de julho de 2007, haja vista exaurida sua finalidade.

TIAGO DE BARROS CORREIA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 25 de setembro de 2017

Nº 3.121 Processo nº 48500.004827/2015-72. Interessado: Gasen Energia S.A. Decisão: Alterar o Despacho de Recebimento do Requerimento (DRO) n° 3.711, de 12 de novembro de 2015, referente à UTE Gasen Suape, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UTE.GN.PE.035100-8.01, a fim de contemplar a alteração da Potência Instalada, de 1.498.200 kW para 1.626.596 kW, e das coordenadas geográficas, de 8º 24'4"S e 35º1'10"O para 8°24'04,0624"S e 35°00'59,1677"W; e (ii) revogar o inciso (ii) do Despacho n° 3.711/2015. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Em 26 de setembro de 2017

Nº 3.215 Processo nº 48500.004027/2014-71. Interessado: Sertão Brasil Energia Solar EIRELI - ME. Decisão: Alterar o Despacho de Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) nº 1.518, de 18 de maio de 2015, referente à UFV Sertão Solar Barreiras I, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.BA.033469-3.01, a fim de contemplar a alteração da Potência Instalada, de 27.125 kW para 29.388 kW.

Nº 3.216 Processo nº 48500.004028/2014-15. Interessado: Sertão Brasil Energia Solar EIRELI - ME. Decisão: Alterar o Despacho de Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) nº 1.519, de 18 de maio de 2015, referente à UFV Sertão Solar Barreiras II, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.BA.033470-7.01, a fim de contemplar a alteração da Potência Instalada, de 27.125 kW para 29.388 kW.

Nº 3.217 Processo nº 48500.004029/2014-60. Interessado: Sertão Brasil Energia Solar EIRELI - ME. Decisão: Alterar o Despacho de Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) nº 1.520, de 18 de maio de 2015, referente à UFV Sertão Solar Barreiras III, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.BA.033471-5.01, a fim de contemplar a alteração da Potência Instalada, de 27.125 kW para 29.388 kW

Nº 3.218 Processo nº 48500.004030/2014-94. Interessado: Sertão Brasil Energia Solar EIRELI - ME. Decisão: Alterar o Despacho de Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) nº 1.521, de 18 de maio de 2015, referente à UFV Sertão Solar Barreiras IV, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.BA.033473-1.01, a fim de contemplar a alteração da Potência Instalada, de 27.125 kW para 29.388 kW.

Nº 3.219 Processo nº 48500.004031/2014-39. Interessado: Sertão Brasil Energia Solar EIRELI - ME. Decisão: Alterar o Despacho de Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) nº 1.522, de 18 de maio de 2015, referente à UFV Sertão Solar Barreiras V, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.BA.033474-0.01, a fim de contemplar a alteração da Potência Instalada, de 27.125 kW para 29.388 kW.

Nº 3.220 Processo nº 48500.004032/2014-83. Interessado: Sertão Brasil Energia Solar EIRELI - ME. Decisão: Alterar o Despacho de Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) nº 1.523, de 18 de maio de 2015, referente à UFV Sertão Solar Barreiras VI, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.BA.033475-8.01, a fim de contemplar a alteração da Potência Instalada, de 27.125 kW para 29.388 kW.

Nº 3.221 Processo nº 48500.004033/2014-28. Interessado: Sertão Brasil Energia Solar EIRELI - ME. Decisão: Alterar o Despacho de Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) nº 1.524, de 18 de maio de 2015, referente à UFV Sertão Solar Barreiras VII, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.BA.033476-6.01, a fim de contemplar a alteração da Potência Instalada, de 27.125 kW para 29.388 kW.

Nº 3.222 Processo nº 48500.005038/2012-14. Interessado: Energia Capital - Assessoria, Investimentos e Corretagem de Seguros Ltda. Decisão: Alterar o Despacho de Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) nº 4.614, de 27 de novembro de 2014, c/c Despachos n° 1.104, de 15 de abril de 2015, e n° 2.566, de 26 de setembro de 2016, referente à UFV Sol do Sertão VI, CEG n° UFV.RS.BA.032045-5.01, a fim de contemplar a alteração da Potência Instalada, de 34.320 kW para 5.010 kW.

A íntegra destes Despachos consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 3.295. Processo nº 48500.000959/2010-11. Interessado: Ribeirão Manso Energética Ltda. Decisão: homologar os parâmetros necessários ao cálculo da Garantia Física da PCH Itapocuzinho IIA, CEG PCH.PH.SC.035753-7.01, localizada no rio Itapocuzinho, integrante da sub-bacia 82, na bacia hidrográfica do Atlântico Sudeste, no município de Jaraguá do Sul e Joinville, no estado de Santa Catarina. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 3.299 Processos nº 48500.004253/2005-17. Interessada: CGH Pacifico Mascarenhas Ltda. Decisão: transferir para a condição de inativo o registro concedido para desenvolvimento dos Estudos de Inventário Hidrelétrico Simplificado do rio Parauninha, localizado na sub-bacia 41, bacia hidrográfica do rio São Francisco, no Estado de Minas Gerais, por perda de objeto; (ii) Revogar o Despacho nº 1.771, de 4 de agosto de 2006, que efetivou como ativo o Registro para elaboração dos estudos de inventário simplificado do rio Parauninha; (iii) Revogar o Despacho nº 2.232, de 28 de setembro de 2006, que concedeu Aceite técnico aos estudos de inventário apresentados; e (iv) Revogar o Despacho 2.754, de 29 de agosto de 2007, que aprovou os Estudos de Inventário Hidrelétrico Simplificado do rio Parauninha. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 3.301 Processo nº: 48500.004542/2017-01. Interessada: Fisher Energy Comercializadora de Energia Elétrica Ltda - ME. Decisão: Autorizar a Fisher Energy Comercializadora de Energia Elétrica Ltda - ME., inscrita no CNPJ/MF sob nº 24.783.827/0001-87, a atuar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 3.303 Processo nº 48500.008840/2000-80. Interessado: Virgolino de Oliveira Bioenergia Ltda. Decisão: i) estabelecer em 50% (cinquenta por cento) o percentual de redução a ser aplicado às Tarifas de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição - TUST e TUSD, incidindo tanto na produção quanto no consumo da energia comercializada pela UTE Catanduva, cadastrada sob o CEG UTE.AI.SP.028093-3.01, e ii) alterar o sistema de transmissão de interesse restrito da UTE Catanduva. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Em 27 de setembro de 2017

Nº 3.304. Processo nº 48500.002344/2015-33. Interessados: Getop Empreendimentos e Gestão Ltda., Neimar Brusamarello e São Carlos Energia Ltda. Decisão: homologar os parâmetros necessários ao cálculo da Garantia Física da PCH São Carlos, CEG PCH.PH.SC.033762-5.01, localizada no rio do Peixe, integrante da sub-bacia 72, na bacia hidrográfica do Rio Uruguai, nos municípios de Lacerdópolis e Campos Novos, no estado de Santa Catarina. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 3.311. Processo nº 48500.003459/2014-64. Interessado: Clave Comercializadora de Energia Ltda. Decisão: registrar a alteração da razão social da empresa Clave Comercializadora de Energia Ltda. para Rio Preto Comercializadora de Energia Ltda., detentora de autorização para atuar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da CCEE, nos termos do Despacho nº 2.617, de 11 de julho de 2014. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

HELVIO NEVES GUERRA

DESPACHO DA SUPERINTENDENTE ADJUNTA
Em 25 de setembro de 2017

Nº 3.185. Processo nº 48500.004603/2015-61. Interessado: Futura Energia Projeto Gama S.A. Decisão: Alterar o Despacho de Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) nº 3.863/2015, referente à UTE Gama, CEG n° UTE.FL.TO.035150-4.01, a fim de contemplar a alteração da Potência Instalada, de 100.000 kW para 50.000 kW. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

LUDIMILA LIMA DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 27 de setembro de 2017

Nº 3.315. Processo nº 48500.001884/2015-08. Interessados: Eólica Serra das Vacas V S.A. Decisão: Liberar a unidade geradora para início da operação em teste a partir de 28 de setembro de 2017. Usina: EOL Serra das Vacas V. Unidade Geradora: UG11 de 2.300 kW. Localização: Município de Paranatama, Estado de Pernambuco. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TARIFÁRIA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 27 de setembro de 2017

Nº 3.308. Processo n. 48500.004897/2016-10. Interessados: Concessionárias de transmissão, consumidores livres e autoprodutores e Eletrobrás. Decisão: Fixar os valores das quotas referentes ao encargo da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, para o mês de JULHO de 2017. Prazo para recolhimento: até o dia 30 de SETEMBRO de 2017.

Nº 3.309. Processo n. 48500.005472/2016-10. Interessados: Concessionárias de transmissão, consumidores livres e autoprodutores e Eletrobrás. Decisão: Fixar os valores das quotas de custeio referentes ao Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, para o mês de NOVEMBRO de 2017. Prazo para recolhimento: até o dia 10 de OUTUBRO de 2017.

A íntegra destes Despachos está juntada aos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

DAVI ANTUNES LIMA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800104

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS
DIRETORIA I
SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 27 de setembro de 2017

Nº 1.127 - O SUPERINTENDENTE DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 245, de 13 de agosto de 2012, e Portaria ANP nº 80, de 14 de fevereiro de 2017, com base na Lei n° 9.478, de 06 de agosto de 1997, e na Resolução ANP n° 17, de 10 de junho de 2010, e considerando:

A Autorização de Construção ANP n° 276 de 24/07/2014;

As informações, os estudos e o projeto apresentado pela Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, CNPJ n° 33.000.167/0001-01, referentes à construção de unidades de processamento de gás natural e de tratamento cáustico de GLP do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), constantes do processo ANP nº 48610.012211/2013-66;

A solicitação feita pela PETROBRAS em 01/09/2017, constante do processo supramencionado, visando obter autorização de construção, permitirá ampliação das unidades citadas, conforme determina o inciso I, do § 1º, do art. 1° da Resolução ANP nº 17 de 10 de junho de 2010;

A análise preliminar da documentação encaminhada à ANP, que comprovou atendimento aos requisitos mínimos exigidos pela Resolução ANP nº 17 de 10 de junho de 2010;

torna público o seguinte ato:

1-Fica autorizada a publicação do sumário do memorial descritivo do projeto de construção, que faz parte do Anexo do presente Despacho;

2-Fica indicada a Superintendência Produção de Combustíveis da ANP, com endereço à Av. Rio Branco, 65 - 17º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20090-004, para o encaminhamento, em até 30 (trinta) dias da presente publicação, dos comentários e sugestões sobre o referido projeto;

3-Fica informado que a documentação apresentada continua em processo de análise pela ANP e que a presente publicação não caracteriza, deste modo, qualquer autorização prévia concedida por esta Agência.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

ANEXO

Ressalte-se, inicialmente, que todos os dados, incluindo valores numéricos e suas unidades, constantes do presente memorial descritivo, foram retirados do próprio material apresentado pela PETROBRAS à ANP.

1. Descrição Básica

A PETROBRAS - Petróleo Brasileiro S.A., CNPJ nº 33.000.167/0001-00, situada na Av. República do Chile, 65, Centro - Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20031-912, vem solicitar a autorização de construção de instalações industriais de processamento de gás natural,

junto à Rodovia Estadual RJ-116, Km 5,2, Acesso A-1, S/N, Sambaetiba, Itaboraí - RJ.

O objetivo do empreendimento é a construção de unidades de processamento de gás natural e tratamento de GLP dentro do site do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro. A carga das unidades será o gás natural produzido de forma associada à produção de petróleo da camada pré-sal da Bacia de Santos (PPSBS), por meio de nova rota de escoamento desse gás natural (Rota 3). O gás será recebido no COMPERJ através de dois gasodutos: Maricá-COMPERJ (proveniente das plataformas na Bacia de Santos) e Guapimirim-COMPERJ I (conectado ao gasoduto GASDUC II, já em operação). A maior parcela da carga das unidades virá via gasoduto Maricá-COMPERJ, sendo a carga complementada pelo gasoduto Guapimirim-COMPERJ I.

Nova capacidade das unidades de processamento e tratamento de GLP

Unidade	Nome	Capacidade
U-1231(1)	Unidade de Processamento de Gás Natural I	10,5 milhões m³/d
U-21231(1)	Unidade de Processamento de Gás Natural II	10,5 milhões m³/d
U-1237	Unidade de Processamento de Condensado de Gás Natural I	8.235 m³/d
U-2321(2)	Unidade de Tratamento Cáustico de GLP	9.118 m³/d

Nota:

(1) As vazões de gás são referenciadas em m³/d a 20°C e 1 atm.

(2) A vazão corresponde à capacidade de duas seções da unidade.

Além dessas unidades, também serão implantadas no offsite: 2 (dois) coletores de condensado, 2 (duas) esferas de armazenagem de GLP, com 3.180 m³ (cada) de capacidade nominal, sistema de armazenagem de fluido refrigerante, unidade de regeneração de Amina, subestação elétrica, estações de carregamento rodoviário de GLP e C5+, 3 (três) tanques de armazenagem de C5+, com 2.561 m³ de capacidade nominal, tochas e equipamentos associados, sistema de tratamento de condensado vapor, sistema de tratamento de águas contaminadas, sistema de combate a incêndio e interligações com sistemas existentes.

2. Meio Ambiente

Licença Ambiental de Instalação: LI n° IN025099, concedida pelo INEA - Instituto Estadual do Ambiente - válida até 08 de novembro de 2018.

3. Prazos

As seguintes datas estão previstas:

Início das obras: Fevereiro de 2018;

Término das obras: Outubro de 2020.

SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

AUTORIZAÇÃO Nº 641, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições das Resoluções ANP nº 30, de 26 de outubro de 2006, e nº 42, de 18 de agosto de 2011, e o que consta do processo nº 48610.011322/2017-89, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a UNIBRASPE - BRASILEIRA DE PETRÓLEO S.A., CNPJ nº 03.774.231/0001-40, autorizada a operar a base compartilhada de armazenamento e distribuição de combustíveis líquidos derivados de petróleo, etanol combustível, biodiesel e óleo diesel B, "Condomínio Unibraspe", localizada à Rua Lídia Camargo Zampieri 1438, Tindiquera, Araucária/PR, 83708-135 (Lat/Lon aprox.: -25:34:30,200; -49:22:26,200 SIRGAS 2000).

Integram a Base Compartilhada "Condomínio Unibraspe" as seguintes empresas:

Distribuidora	CNPJ	m³	%
CIAPETRO Distribuidora de Combustíveis Ltda.	01.466.091/0004-60	750,00	2,22
GP Distribuidora de Combustíveis S.A.	03.609.381/0001-07	750,00	2,22
Distribuidora de Combustíveis SAARA S.A.	97.471.676/0003-67	750,00	2,22
RODOIL Distribuidora de Combustíveis S.A.	07.520.438/0002-20	750,00	2,22
UNIBRASPE - Brasileira de Petróleo S.A.	03.774.231/0001-40	28.533,05	84,46
AMÉRICA LATINA S.A. - Distribuidora de Petróleo	03.189.934/0002-92	750,00	2,22
RZD Distribuidora de Derivados de Petróleo Ltda.	09.056.321/0002-63	750,00	2,22
DIAL - Distribuição, Abastecimento e Logística Ltda.	07.697.706/0001-01	750,00	2,22

O parque de tancagem de produtos é constituído dos tanques aéreos verticais 01 a 08 e 10 a 13, perfazendo a capacidade total de armazenamento de 33.783,05m³:

Tq	Ø (m)	Alt. (m)	Vol. (m³)	Classes	Obs.
1	15,26	16,54	2.808,11	II e III	Em operação
2	15,27	16,54	2.817,46	II e III	
3	15,28	16,38	2.817,63	I, II e III	
4	15,27	16,41	2.814,84	I, II e III	
5	15,28	16,41	2.814,33	I, II e III	
7	15,27	16,50	2.828,15	II e III	
8	15,29	15,44	2.800,00	IIIB	
10	15,29	19,20	3.540,67	I, II e III	
11	15,27	19,07	3.496,89	I, II e III	
12	15,27	19,09	3.503,68	II e III	
13	15,29	19,20	3.541,29	II e III	
9	*15,29*	*15,44*	*2.800,00*	*I, II e III*	*A construir - AC nº 109/2011*

Art. 2º O objeto da presente Autorização deve ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

Art. 3º Fica revogada a Autorização ANP Nº 538, de 25/08/2017, publicada no Diário Oficial da União em 28 de agosto de 2017.

Art. 4º A UNIBRASPE - BRASILEIRA DE PETRÓLEO S.A., CNPJ nº 03.774.231/0001-40, deverá manter atualizados todos os documentos apresentados quando da obtenção desta autorização, informando à ANP, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da efetivação do ato, quaisquer alterações ocorridas na documentação original e manter as instalações em condições operacionais que não coloquem em risco a segurança das pessoas e evitem danos ao meio ambiente, conforme Art. 14 da Resolução ANP nº 42 de 19/08/2011.

Art. 5º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA INÊS SOUZA

DESPACHOS DA SUPERINTENDENTE
Em 27 de setembro de 2017

Nº 1.117 - A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com fundamento no art. 19, I, "c", da Resolução ANP n° 17, de 18/06/2009 e no que consta no Processo Administrativo ANP nº 48610.007008/2017-00, torna público o cancelamento da Autorização ANP nº 310/2012 para o exercício da atividade de importação de óleo lubrificante acabado, concedida à sociedade BEALAY COMERCIAL, IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 07.613.126/0001-80. Revogam-se as disposições em contrário.

Nº 1.118 - A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna público o restabelecimento da autorização para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos ao TOP SET AUTO POSTO LTDA, CNPJ nº 28.346.559/0001-97, conforme Processo nº 48610.006907/2016-04.

Nº 1.119 - A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base no Art. 30, inciso I e Art. 31, IX, da Resolução ANP n°51 de 30 de novembro de 2016, torna público o cancelamento, por POR SUCESSÃO EMPRESARIAL, das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de GLP.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
001/GLP/MA0002525	A G R COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES LTDA	05.988.690/0001-52	SAO LUIS	MA	48610.010002/2004-97
GLP/SP0213494	ADINAN DONIZETI CONDE - ME.	06.090.562/0002-30	LENCOIS PAULISTA	SP	48610.001570/2012-15
GLP/PE0222505	CINTRA E SOUZA DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA EPP	18.527.674/0001-04	BELO JARDIM	PE	48610.009148/2013-81
001/GLP/SP0021669	DOMINGOS STURIALE GLP - ME.	09.099.691/0001-05	BAURU	SP	48610.006894/2008-55
GLP/PR0237767	E.M. DA SILVA - COMERCIO DE GAS - ME	25.101.785/0001-10	APUCARANA	PR	48610.014553/2016-63
GLP/CE0230753	FRANCISCO JOSÉ DE FRANÇA RAMOS - ME	22.549.937/0001-53	BATURITE	CE	48610.008215/2015-10
GLP/SP0187090	GÁS E ÁGUA GOMES E SILVA LTDA. - ME	11.492.997/0001-60	PIRAPORA DO BOM JESUS	SP	48610.008157/2010-10
GLP/MG0216030	JANIELY DE LOURDES SANTOS 05117279689	13.828.646/0001-03	DIAMANTINA	MG	48610.007525/2012-66
GLP/MG0184077	JL COMERCIO DE GAS LTDA	04.456.447/0001-20	UBERABA	MG	48610.002471/2010-81
GLP/MG0236083	JOSE LUIS MENDES SILVA	24.059.133/0001-00	MONTES CLAROS	MG	48610.009834/2016-02
001/GLP/PR0003542	JOSIANE LINDBECK ME	01.549.480/0001-07	ANTONINA	PR	48610.000413/2005-55
001/GLP/TO0016214	JÚLIO A. DA SILVA	07.848.458/0001-44	ARAGUAINA	TO	48610.004261/2006-41
GLP/SP0223624	KILOMETRO 28 GAS LTDA - ME	15.291.113/0001-60	FERRAZ DE VASCONCELOS	SP	48610.011896/2013-23
GLP/ES0236290	LUZINETE FRNSKOVIAKY	25.178.307/0001-08	BAIXO GUANDU	ES	48610.010298/2016-80
GLP/MA0221930	M DE JESUS SILVA FERREIRA - ME	03.049.991/0010-86	SAO LUIS	MA	48610.007375/2013-71
001/GLP/SP0016217	MARIANA NUNES DE MIRANDA - ME.	08.731.046/0001-92	AVARE	SP	48610.008985/2007-44
001/GLP/SP0013472	MARLENE PEREIRA FACINCANI - ME	05.579.642/0001-00	SUMARE	SP	48610.003285/2007-63
GLP/SP0232529	NEUSA MARIA PESSOA AUGUSTO ME	23.050.152/0001-02	BASTOS	SP	48610.012669/2015-87
GLP/SP0224320	OLIVALDO TEODORO MENDES 01880035847	17.578.119/0001-49	SAO JOSE DO RIO PRETO	SP	48610.012923/2013-85
GLP/SP0203817	ROGERIO DA SILVA MOTTA - ME	11.248.855/0001-52	SAO ROQUE	SP	48610.015651/2010-22
001/GLP/SP0007832	W.L. DE SOUSA ANDRADINA ME	04.214.267/0001-32	ANDRADINA	SP	48610.004310/2006-45

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800105

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 1.120 - A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Lei 9.847, de 26 de outubro de 1999, pela ocorrência de reincidência na infração prevista no inciso VIII do artigo 3º da mencionada Lei, torna pública a revogação da autorização nº 001/GLP/CE00119 para o exercício da atividade de revenda de gás liqüefeito de petróleo - GLP, pertencente a FRANCISCO EVERARDO BARROS ME., inscrito no CNPJ sob o nº 08.317.641/0001-86, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48611.000612/2015-25.

Nº 1.121 - A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.° 92, de 26 de maio de 2004, e com base no disposto no parágrafo 2º, do art. 34, da Resolução ANP n.º 58, de 17 de outubro de 2014, e no que consta do processo n.º 48610.009194/2017-11, torna público a interdição da empresa Alpes Distribuidora de Petróleo Ltda., CNPJ 10.354.704/0001-16, Autorização ANP nº 546/2017, publicada no DOU em 31/08/2017, para o exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos derivados de petróleo, etanol combustível, biodiesel, óleo diesel B e outros combustíveis automotivos.

Nº 1.122 - A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004,e com base na Resolução ANP n°51 de 30 de novembro de 2016, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 30, I, c, torna público o cancelamento, por requerimento, das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de GLP.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
GLP/MA0176673	A J MURAD & CIA. LTDA.	01.013.257/0001-40	SAO LUIS	MA	48610.005678/2004-69
001/GLP/PA0007262	ANTONIO LEDISON SANTOS SANTANA - ME	07.326.852/0001-12	MARITUBA	PA	48610.002617/2006-11
GLP/MG0183513	RITA DE CÁSSIA ALVES LAMAS E CIA LTDA - ME	10.861.289/0001-97	RIO POMBA	MG	48610.001708/2010-14
GLP/SC0185744	ROBINHO COMÉRCIO DE GÁS LTDA. - ME	11.151.631/0001-28	POMERODE	SC	48610.005379/2010-72

Nº 1.123 - A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Lei 9.847, de 26 de outubro de 1999, pela ocorrência de reincidência na infração prevista no inciso VIII do artigo 3º da mencionada Lei, torna pública a revogação da autorização nº GLP/AL0206408 para o exercício da atividade de revenda de gás liqüefeito de petróleo - GLP, pertencente a J. E. DE OLIVEIRA GÁS - ME, inscrito no CNPJ sob o nº 08.846.372/0001-45, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48611.000696/2015-05.

Nº 1.124 - A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004,e com base no Art. 7°, IV, e Art. 30, I da Resolução ANP n°41 de 05 de novembro de 2013, torna público o cancelamento, por POR SUCESSÃO EMPRESARIAL, das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
SC0017921	AUTO POSTO DA PRAÇA LTDA	95.813.697/0001-26	CAMBORIU	SC	48610.019482/2001-17
SP0169340	AUTO POSTO ECOBRASIL LTDA.	04.924.567/0001-05	SAO SEBASTIAO	SP	48620.000106/2004-74
SP0010757	AUTO POSTO INVERNADINHA DE GUAIRA LTDA - EPP	45.293.362/0001-56	GUAIRA	SP	48610.009281/2001-11
PR/MT0177427	AUTO POSTO ISABELLA LTDA - ME.	07.094.612/0002-10	PARANATINGA	MT	48610.010577/2016-43
PR/PR0168920	C. FELITO EIRELI	18.208.036/0001-20	IVATE	PR	48610.000698/2015-04
SP0214978	CENTRO DE SERVICOS FRANGO ASSADO SUDOESTE LTDA	02.938.216/0004-70	ATIBAIA	SP	48610.008982/2007-19
BA0031074	COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS IGUAI LTDA - ME	00.108.707/0001-16	IGUAI	BA	48610.001349/2003-68
PR/PR0117962	DORIGONI COMBUSTIVEIS LTDA EPP.	15.592.544/0001-67	REALEZA	PR	48610.008970/2012-43
PR/MA0168234	LEITE & CHAVES LTDA.	14.461.450/0002-77	GRAJAU	MA	48610.013283/2014-10
PR/PR0073220	M. SANTOS, VICENTE & CIA LTDA - ME	06.975.470/0001-57	CASCAVEL	PR	48610.008929/2009-71
PR/GO0100542	NILVA FRANCISCA DA SILVEIRA ME	12.458.265/0001-17	CATALAO	GO	48610.011115/2011-39
SC0183035	PAGANI COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - EPP	07.079.008/0001-34	MAREMA	SC	48610.001420/2005-74
SP0164025	PEDRO 66 POSTO E SERVICOS LTDA	05.192.381/0001-71	ATIBAIA	SP	48610.009692/2003-51
PR/PR0062140	POSTO AGRICOPEL LTDA.	83.488.882/0021-57	CURITIBA	PR	48610.011944/2008-16
MG0020970	POSTO AUTOMAN LTDA	41.659.251/0002-40	UBERABA	MG	48610.002098/2002-58
PRCE0180547	POSTO DE COMBUSTIVEL SERRA GRANDE EIRELI - ME	23.772.811/0001-06	GUARACIABA DO NORTE	CE	48610.004381/2017-09
PR/MG0092884	POSTO FAISAO V LTDA.	06.243.454/0001-70	CURVELO	MG	48610.003125/2011-09
PR/SC0093565	POSTO S2 LTDA	13.225.866/0001-42	ITUPORANGA	SC	48610.004188/2011-74
PR/SC0103023	TS COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA	14.112.440/0001-45	TUBARAO	SC	48610.013416/2011-05

Nº 1.125 - A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP n°41 de 05 de novembro de 2013, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 30, inciso I, alínea d, item 2, torna público o cancelamento das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
RJ0025378	AUTO POSTO BEIJA-FLOR LTDA	30.609.697/0001-63	NILOPOLIS	RJ	48610.006560/2002-96
PR/GO0061807	AUTO POSTO GONZAGA & MOREIRA LTDA.	09.519.622/0001-03	GOIATUBA	GO	48610.011183/2008-01
SC0016825	AUTO POSTO MORRO GRANDE LTDA	95.803.862/0001-69	MORRO GRANDE	SC	48610.017794/2001-88
PR0014110	AUTO POSTO RIO DA PRAIA LTDA	82.336.868/0001-21	GUARATUBA	PR	48610.012361/2001-36
PR/MG0092704	INDUSTRIAL COMERCIO VAREJISTA DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES EIRELI	13.149.988/0001-05	UBERLANDIA	MG	48610.002529/2011-77
PR/RJ0065181	NETAO AUTO POSTO LTDA	09.318.606/0001-44	SAO GONCALO	RJ	48610.000979/2009-19
RJ0192384	POSTO DE GASOLINA SINTONIA DA ALEGRIA LTDA.	07.391.351/0001-10	SAO GONCALO	RJ	48610.010399/2005-14
RJ0019489	POSTO RAQUEL LTDA	28.918.688/0001-02	ITAPERUNA	RJ	48610.013762/2001-11
RS0162237	TOSCACOM ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA	04.877.227/0001-70	PORTO ALEGRE	RS	48600.002367/2003-86

Nº 1.126 - A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP n°51 de 30 de novembro de 2016, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 30, inciso I, alínea d, item 2, torna público o cancelamento das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de GLP.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
GLP/GO0179081	A J DE MIRANDA & CIA LTDA.	07.770.192/0001-64	CACHOEIRA DOURADA	GO	48610.009539/2009-19
001/GLP/GO0002728	A. M. ROSA DE ALECRIM - ME	05.461.932/0001-55	PIRES DO RIO	GO	48610.010381/2004-15
GLP/GO0212221	A R DE ARAUJO - DISTRIBUIDORA TROY	13.565.269/0001-67	APARECIDA DE GOIANIA	GO	48610.015486/2011-90
GLP/GO0185594	AGROVESTSMART PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA.	07.075.640/0001-00	CRIXAS	GO	48610.005040/2010-76
001/GLP/GO0017937	AILTON INACIO DE GODOI	86.913.613/0001-35	JOVIANIA	GO	48610.012229/2007-11
GLP/GO0181317	ALVINA RODRIGUES PEREIRA	11.037.709/0001-88	NAZARIO	GO	48610.014163/2009-64
001/GLP/GO0003461	AMÉRICA GÁS COMÉRCIO DE GÁS LTDA.	06.968.412/0001-04	RIO VERDE	GO	48610.001029/2005-71
001/GLP/GO0017229	ANTÔNIO NUNES "O GOIANO"	08.765.244/0001-77	ALOANDIA	GO	48610.010711/2007-15
001/GLP/GO0010620	AUTO POSTO LUDOVICO LTDA	02.882.737/0001-00	ANAPOLIS	GO	48610.012844/2006-45
GLP/GO0188037	AUTO POSTO MENDES LTDA.	06.204.873/0004-45	SANCLERLANDIA	GO	48610.010359/2010-13
001/GLP/GO0010215	BITAMAR DA ROCHA	26.613.356/0001-94	CATALAO	GO	48610.012389/2006-88
001/GLP/GO0003120	BRASIL DISQUE GAS E LUBRIFICANTES LTDA	24.849.093/0001-91	ANAPOLIS	GO	48610.011047/2004-89
GLP/GO0176724	BRAUSA COMERCIAL DE GAS E GENEROS ALIMENTICIOS LTDA	04.083.216/0001-19	GOIANIA	GO	48610.000908/2009-16
GLP/GO0176461	CAIO CEZAR DUARTE DA SILVA -CCDS	10.301.143/0001-97	MONTIVIDIU	GO	48610.000468/2009-99
GLP/GO0177099	CARLOS ANDRE PEIXOTO	08.691.702/0001-70	CORUMBAIBA	GO	48610.002483/2009-71
GLP/GO0187910	CARLOS FERNANDO ARAUJO SOUZA - BEBIDAS	11.702.683/0001-45	TURVELANDIA	GO	48610.010242/2010-30
GLP/GO0171550	CARRIJO & DIAS LTDA.	07.883.765/0001-66	MORRINHOS	GO	48610.008327/2008-33
GLP/GO0179225	CASTRO FERREIRA E MARQUES LTDA.	10.750.935/0001-49	JATAI	GO	48610.010020/2009-83
GLP/GO0180452	CEBOLÃO COMÉRCIO DE GÁS LTDA	09.304.352/0001-05	APARECIDA DE GOIANIA	GO	48610.012409/2009-63
GLP/GO0178210	CHAMA GAS COMERCIO DE GAS LTDA ME	26.873.638/0001-20	ANAPOLIS	GO	48610.006486/2009-84
GLP/GO0202013	CLEIDIMAR FERREIRA MACIEL	11.443.575/0001-03	LUZIANIA	GO	48610.013640/2010-16
001/GLP/GO0012468	CLODEMAR ANTÔNIO ROCHA	02.954.323/0001-40	MAURILANDIA	GO	48610.003224/2007-12
GLP/GO0209893	COMERCIAL CAARAPO LTDA.	11.131.502/0002-59	SAO SIMAO	GO	48610.008062/2011-79
GLP/GO0208210	COMERCIAL DE GAS MAIS VOCE LTDA	13.186.111/0001-86	NOVO GAMA	GO	48610.007716/2011-47
001/GLP/GO0002345	COMERCIAL PEIXINHO LTDA ME	05.562.386/0001-49	MAMBAI	GO	48600.003483/2004-11
GLP/GO0187791	COMÉRCIO DE ALIMENTOS KALANTA LTDA.	10.844.640/0001-31	SANTO ANTONIO DO DESCOBERTO	GO	48610.010117/2010-20
001/GLP/GO0004907	DAVID VIEIRA SOARES	07.382.857/0001-62	RIO VERDE	GO	48610.005661/2005-92
GLP/GO0181327	DILMA DOS SANTOS MORAIS PARREÃO	09.007.226/0001-99	ARAGARCAS	GO	48610.014204/2009-12
001/GLP/GO0007504	DISTRIBUIDORA DE GAS & BEBIDAS IPE LTDA - ME	04.732.649/0002-39	GOIANIA	GO	48610.005474/2006-91
001/GLP/GO0002109	DISTRIBUIDORA GOIANA DE GAS LTDA	05.814.622/0001-77	ANAPOLIS	GO	48610.009297/2004-59
GLP/GO0175830	DIVINA MADALENA RODRIGUES	10.206.604/0001-42	GOIANIRA	GO	48610.013941/2008-17
GLP/GO0179389	EDIR FERREIRA DA ROCHA	04.623.057/0001-06	GOIANIA	GO	48610.010230/2009-71
001/GLP/GO0019335	EDSON GOMES MACHADO	08.605.287/0001-95	EDEIA	GO	48610.000996/2008-67
001/GLP/GO0020726	ELAINE JORGE MARTINS NASCIMENTO	08.832.079/0001-29	GOIANIA	GO	48610.004424/2008-57
001/GLP/GO0006563	ENERINA FRANCISCO DOS SANTOS	07.280.346/0001-30	CAVALCANTE	GO	48610.008090/2005-48
GLP/GO0212899	FAMILIA LDO LTDA	13.456.995/0001-41	GOIANIA	GO	48610.000243/2012-38
GLP/GO0180256	FIRMINO AMÂNCIO DA SILVA	02.888.092/0001-13	GOIANIA	GO	48610.011579/2009-21
001/GLP/GO0015054	FLORENCIO E VIEIRA LTDA.	03.269.179/0001-75	INACIOLANDIA	GO	48610.006158/2007-16
GLP/GO0188506	FREIRE E SILVA COMÉRCIO DE SECOS E MOLHADOS	09.650.618/0001-71	APARECIDA DE GOIANIA	GO	48610.011563/2010-51
001/GLP/GO0018238	G.A MINIMERCADO UNIÃO LTDA - ME	07.820.372/0001-03	CAMPOS VERDES	GO	48610.012982/2007-13
001/GLP/GO0005977	GAS COLOSSO LTDA	86.732.914/0001-62	GOIANIA	GO	48610.000070/2006-18
001/GLP/GO0001754	GÁS MIRANDA LTDA	05.858.289/0001-06	ITUMBIARA	GO	48610.007663/2004-35
001/GLP/GO0004821	GASBEL COMERCIO DE GAS E BEBIDAS LTDA	02.820.666/0005-45	GOIANIA	GO	48610.005212/2005-44
001/GLP/GO0001699	GELVA DE FATIMA LIMA SAMPAIO	02.250.692/0001-51	JATAI	GO	48610.007659/2004-77
GLP/GO0178958	GILBERTO FRANK BARBOSA SILVA	10.439.284/0001-70	ACREUNA	GO	48610.009119/2009-32

GLP/GO0058025	HERCOLES BATISTA DA SILVA	09.214.704/0001-31	ARAGOIANIA	GO	48610.007866/2008-55
GLP/GO0177447	HERMES ALVES PEREIRA	04.711.639/0001-36	GOIANIA	GO	48610.003909/2009-12
001/GLP/GO0005012	J. C. COMÉRCIO E REVENDA DE GÁS LTDA.	07.248.451/0001-91	ABADIANIA	GO	48610.005769/2005-85
001/GLP/GO0014904	J. D. DE OLIVEIRA & CIA. LTDA.	04.972.408/0001-86	TAQUARAL DE GOIAS	GO	48610.006487/2007-67
001/GLP/GO0019789	J L GABRIELLY COMÉRCIO DE GÁS LTDA	06.289.209/0002-84	MINACU	GO	48610.002062/2008-60
001/GLP/GO0021415	J N BORGES NETO	09.160.593/0001-28	URUACU	GO	48610.005689/2008-72
001/GLP/GO0019357	JACINTO DIONÍSIO PERES	37.025.764/0001-41	MONTIVIDIU	GO	48610.000790/2008-37
GLP/GO0208505	JANAINA GONÇALVES	13.434.060/0001-64	CATALAO	GO	48610.008134/2011-88
GLP/GO0058222	JARI FELIPE DE AVELAR	07.150.229/0001-51	TRINDADE	GO	48610.008319/2008-97
001/GLP/GO0021898	JL GÁS, ÁGUA MINERAL E MERCEARIA	09.129.929/0001-90	GOIANIA	GO	48610.006785/2008-38
001/GLP/GO0011800	JOSE DE SOUZA FRANCA	01.497.346/0001-00	CAVALCANTE	GO	48610.001564/2007-92
GLP/GO0210773	JOSE OCELIO VASCONCELOS	12.992.227/0001-40	CIDADE OCIDENTAL	GO	48610.006139/2011-76
GLP/GO0184617	JURAILDES SOARES BRITO	10.546.293/0001-60	GOIANAPOLIS	GO	48610.003061/2010-57
001/GLP/GO0019541	K & L COMERCIAL DE GÁS E BEBIDAS LTDA.	08.973.607/0001-60	ANAPOLIS	GO	48610.001186/2008-28
001/GLP/GO0016861	KDS COMÉRCIO DE GÁS LTDA.	08.743.852/0001-80	PIRACANJUBA	GO	48610.010302/2007-19
001/GLP/GO0014737	LEÃO GÁS LTDA	05.797.884/0001-70	VIANOPOLIS	GO	48610.006391/2007-15
GLP/GO0208248	LEONE SEBASTIÃO DE CASTRO - ME	13.328.118/0001-95	SANTA TEREZINHA DE GOIAS	GO	48610.007715/2011-01
GLP/GO0184993	LEONIR ALVES DE MOURA	06.978.895/0001-10	JANDAIA	GO	48610.004112/2010-68
001/GLP/GO0019051	LEVE GAS FONSECA LTDA	08.627.311/0001-97	IPORA	GO	48610.000013/2008-92
GLP/GO0173517	LINK DISTRIBUIDORA DE GÁS E BEBIDAS LTDA.	05.383.317/0001-78	GOIANIA	GO	48610.011248/2008-18
GLP/GO0215236	LUCIRLEI MACHADO BARBOSA SILVA	05.611.713/0001-05	IPORA	GO	48610.004672/2012-84
GLP/GO0211748	LUCISLEY ALVES DA SILVA	13.858.371/0001-50	TRINDADE	GO	48610.014632/2011-60
001/GLP/GO0020294	LUIS EURIPEDES PEREIRA DE FARIA	37.888.278/0001-57	ADELANDIA	GO	48610.003490/2008-18
001/GLP/GO0005095	LUIZ ANTONIO DE SOUZA LULA	02.966.575/0001-99	PORANGATU	GO	48610.005996/2005-19
001/GLP/GO0008485	M & V REVENDA DE GAS LTDA - ME	02.221.149/0001-26	ALEXANIA	GO	48610.007554/2006-81
001/GLP/GO0011117	M. SANSI COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA.	07.603.649/0001-46	TRINDADE	GO	48610.000543/2007-51
GLP/GO0210650	MAGDA MARIA DE OLIVEIRA	07.112.841/0001-30	ARUANA	GO	48610.012392/2011-69
001/GLP/GO0011945	MARCELO VIEIRA & CIA. LTDA.	07.975.752/0001-17	GOIANAPOLIS	GO	48610.001553/2007-11
GLP/GO0211845	MARCIO M ALVES	11.579.250/0001-44	ARAGOIANIA	GO	48610.014665/2011-18
001/GLP/GO0015768	MARCIVON & MACIEL LTDA.	04.379.560/0001-50	CASTELANDIA	GO	48610.008090/2007-18
GLP/GO0212360	MARCOS JOSE ALVES NETO - ME	13.839.017/0001-89	JUSSARA	GO	48610.015695/2011-33
001/GLP/GO0005389	MARIA CELIA GOULART SOUZA	05.967.309/0001-79	JATAI	GO	48610.007168/2005-15
GLP/GO0213287	MARIA DAS GRACAS GOMES	13.901.559/0001-34	GOIANIA	GO	48610.001290/2012-07
001/GLP/GO0008740	MARIA JOANA ALVES	06.979.505/0001-26	ANAPOLIS	GO	48610.009275/2006-51
001/GLP/GO0021261	MARIA LUCIA CETANO DOS SANTOS	09.008.633/0001-10	GOIANIA	GO	48610.005137/2008-64
GLP/GO0185512	MARIANA VIEIRA CABRAL DA SILVA	11.374.684/0001-08	GOIANIA	GO	48610.005174/2010-97
GLP/GO0182833	MASSUDA COMERCIAL DE GÁS LTDA	10.567.743/0001-00	GOIANIA	GO	48610.000726/2010-71
GLP/GO0187740	MEIRELES E CASSIANO LTDA - ME.	04.599.559/0002-11	GOIATUBA	GO	48610.009966/2010-31
001/GLP/GO0003694	MERCEARIA JUNQUEIRA LTDA - ME	33.540.220/0001-67	CALDAS NOVAS	GO	48610.001728/2005-11
001/GLP/GO0002632	NELSON DE OLIVEIRA COSTA	05.554.231/0001-60	LUZIANIA	GO	48600.003610/2004-64
001/GLP/GO0009319	NEVES E CORREIA LTDA ME	05.849.936/0001-05	GOIANIA	GO	48610.010397/2006-91
GLP/GO0211156	NEY MEDEIROS - ME	37.882.271/0001-28	LUZIANIA	GO	48610.013320/2011-39
001/GLP/GO0015783	ODETE FRAGAS DOS SANTOS - ME	05.807.550/0001-30	PIRES DO RIO	GO	48610.000806/2007-21
GLP/GO0177775	OSVALDO MARIANO DE JESUS	09.570.511/0001-13	GOIANIA	GO	48610.005096/2009-97
001/GLP/GO0017515	OSVANIA ALVES LOPES ME	02.686.495/0001-80	ALOANDIA	GO	48610.011374/2007-83
GLP/GO0212300	OTILIANA PEREIRA DO NASCIMENTO ME	13.903.985/0001-07	CIDADE OCIDENTAL	GO	48610.014586/2011-07
001/GLP/GO0020429	PEDRO & OTÁVIO SOUZA LTDA.	08.746.151/0001-03	ANAPOLIS	GO	48610.003564/2008-16
001/GLP/GO0021798	POLIANA FRANCISCA DE JESUS SANTOS	09.364.806/0001-33	SENADOR CANEDO	GO	48610.006941/2008-61
GLP/GO0176360	PONTO CERTO COMERCIO DE GÁS LTDA	10.281.811/0001-61	MORRINHOS	GO	48610.000032/2009-08
001/GLP/GO0020934	REGINALDO DA SILVA OLIVEIRA	08.702.569/0001-00	JATAI	GO	48610.002212/2008-35
001/GLP/GO0008773	RL COMÉRCIO DE GÁS E BEBIDAS LTDA - ME	05.580.748/0001-24	BELA VISTA DE GOIAS	GO	48610.001278/2006-46
GLP/GO0180147	RODRIGUES & FERREIRA GÁS LTDA - ME	08.818.966/0001-42	CIDADE OCIDENTAL	GO	48610.011413/2009-12
GLP/GO0203777	ROMERITO MARTINS DE MIRANDA	10.585.629/0001-02	NOVA IGUACU DE GOIAS	GO	48610.017587/2010-14
001/GLP/GO0014068	RONIVALDO DE MELO GONÇALVES	06.233.916/0002-59	GOIANIA	GO	48610.003276/2007-72
001/GLP/GO0016067	ROSIMEIRE GOMES DA SILVA PIMENTA	08.004.538/0001-86	CAMPINORTE	GO	48610.008692/2007-67
001/GLP/GO0015371	S L & ROCHA DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA.	08.491.675/0001-92	URUACU	GO	48610.007603/2007-65
001/GLP/GO0004952	SALIONI SUPERMERCADO COMÉRCIO E REPRES. LTDA	04.585.887/0001-88	ITAJA	GO	48610.005654/2005-91
001/GLP/GO0009329	SAMUEL PEREIRA LOPES	06.002.080/0001-09	GOIANIA	GO	48610.010635/2006-67
001/GLP/GO0018058	SEBASTIÃO NUNES DA SILVA BARBA ME	01.325.910/0001-07	EDEALINA	GO	48610.012456/2007-45
001/GLP/GO0003118	SERVEGAS COMÉRCIO DE GLP EIRELI ME	02.078.194/0002-54	MONTIVIDIU	GO	48610.011067/2004-51
001/GLP/GO0003780	SERVEGAS COMÉRCIO DE GLP EIRELI ME	02.078.194/0004-16	RIO VERDE	GO	48610.002111/2005-11
GLP/GO0208039	SHIRLEIDE NUNES DE ARAUJO ME	11.987.483/0001-86	CIDADE OCIDENTAL	GO	48610.006754/2011-82
001/GLP/GO0008976	SUPERMERCADO AMORIM FRANCA LTDA	02.985.002/0001-02	PORANGATU	GO	48610.009416/2006-35
001/GLP/GO0004070	SUPERMERCADO BRILHANTE LTDA	05.321.965/0001-08	GOIANIA	GO	48610.003278/2005-16
GLP/GO0185533	SUPERMERCADO NE LTDA.	06.078.667/0001-93	GOIANIA	GO	48610.005045/2010-07
001/GLP/GO0007388	SUZETE CARDOSO DOS SANTOS SOUZA	06.332.096/0001-71	GOIANIA	GO	48610.005057/2006-47
GLP/GO0219930	TIAGO HENRIQUE DE OLIVEIRA SOUZA - ME	16.673.739/0001-02	FIRMINOPOLIS	GO	48610.002292/2013-96
001/GLP/GO0004341	TURISMO GÁS LTDA	03.401.173/0001-00	CALDAS NOVAS	GO	48610.004004/2005-28
GLP/GO0204724	V. DE SOUSA SILVA COMÉRCIO - ME	10.655.477/0001-69	APARECIDA DE GOIANIA	GO	48610.000598/2011-46
001/GLP/GO0019859	V. F. PEREIRA - MERCEARIA	08.493.333/0001-01	JARAGUA	GO	48610.002100/2008-84
001/GLP/GO0010742	VALDIR ABADIO DO CARMO	06.338.725/0001-70	EDEALINA	GO	48610.000040/2007-84
GLP/GO0207788	VALTEIR MORAIS DOS SANTOS	06.938.713/0001-87	VILA PROPICIO	GO	48610.006662/2011-01
001/GLP/GO0012430	WALDILEI JOSÉ DE LEMOS	06.813.113/0001-92	VILA PROPICIO	GO	48610.002466/2007-72
001/GLP/GO0015378	WALDIR DE SOUZA BRITO JÚNIOR	05.426.434/0001-71	ARAGUAPAZ	GO	48610.007758/2007-18
GLP/GO0174985	WELLINNTON NUNES SILVA - ME.	10.240.993/0001-22	MORRINHOS	GO	48610.012191/2008-66

MARIA INES SOUZA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 11/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

7432/2017-846.103/2017-MAXWELL LEITE-

7433/2017-846.104/2017-MAXWELL LEITE-

7434/2017-846.106/2017-POLISERVICE PRESTADORA DE SERVIÇOS EM GERAL LTDA ME-

7435/2017-846.122/2017-BRITAMIX BRITAMENTOS LTDA-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

7436/2017-846.162/2016-AGUIA METAIS LTDA-

7437/2017-846.085/2017-KENNEDY ARAUJO ROCHA-

7438/2017-846.087/2017-F&C MINERAÇÃO LTDA ME-

7439/2017-846.095/2017-CLOVIS ANSELONI-

7440/2017-846.096/2017-PETER GEORG HLUCHAN-

7441/2017-846.097/2017-EMILKO ABRANTES MARIZ-

RELAÇÃO Nº 22/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

7392/2017-870.125/2016-EDUARDO CRUZ MORAES-

7393/2017-872.031/2016-MAGNESITA MINERAÇÃO S.A.-

7394/2017-872.679/2016-MARCOS FALSONI-

7395/2017-872.848/2016-MARCOS FALSONI-

7396/2017-873.066/2016-MINERAÇÃO CHAPADA BRANCA LTDA ME-

7397/2017-870.303/2017-URBANIZA NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA. ME-

7398/2017-870.457/2017-JOÃO VIANA LELIS-

7399/2017-870.509/2017-SHEKINAH GRANITOS LTDA ME-

7400/2017-870.763/2017-MINERAÇÃO POR DO SOLL EIRELI EPP-

7401/2017-870.764/2017-MINERAÇÃO POR DO SOLL EIRELI EPP-

7402/2017-870.765/2017-ITINGA MINERAÇÃO LTDA.-

7403/2017-870.766/2017-MINERAÇÃO RIO GRANDE LTDA EPP-

7404/2017-870.896/2017-EDIMAR OLIVEIRA PESSINE EIRELI ME-

7405/2017-871.000/2017-RENOVAE MÁQUINAS EQUIPAMENTOS E EMPREENDIMENTOS LTDA.-

7406/2017-871.020/2017-JORDAIR BOTELHO-

7407/2017-871.050/2017-MINERAÇÃO VALE DO SOL LTDA ME-

7408/2017-871.051/2017-MINERAÇÃO VALE DO SOL LTDA ME-

7409/2017-871.056/2017-JERIBA MINERAÇÃO DE PEDRAS ORNAMENTAIS, ESTRAÇÃO, IMPORT E EXPORTAÇÃO LTDA ME-

7410/2017-871.279/2017-ANTÔNIO WALTER MORAES LIMA-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

7411/2017-870.955/2013-MIRABELA MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.-

7412/2017-872.540/2015-LM GESTÃO EMPRESARIAL LTDA EPP-

7413/2017-870.285/2017-ERASMO ALOÍSIO DOS SANTOS-

7414/2017-870.557/2017-BUN TECH TECNOLOGIA EM INSUMOS LTDA.-

7415/2017-870.898/2017-MARIA EMILIA DE FREITAS PALHARES PRAIS-

7416/2017-870.901/2017-MARIA EMILIA DE FREITAS PALHARES PRAIS-

7417/2017-870.902/2017-MARIA EMILIA DE FREITAS PALHARES PRAIS-

7418/2017-870.903/2017-MARIA EMILIA DE FREITAS PALHARES PRAIS-

7419/2017-870.905/2017-MARIA EMILIA DE FREITAS PALHARES PRAIS-

7420/2017-870.909/2017-MARIA EMILIA DE FREITAS PALHARES PRAIS-

7421/2017-870.910/2017-MARIA EMILIA DE FREITAS PALHARES PRAIS-

7422/2017-870.911/2017-MARIA EMILIA DE FREITAS PALHARES PRAIS-

7423/2017-870.912/2017-MARIA EMILIA DE FREITAS PALHARES PRAIS-

7424/2017-871.019/2017-FREITAS & FELIX COMERCIO DE PEDRAS EIRELI-

RELAÇÃO Nº 64/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
7473/2017-896.584/2014-MAGA SERVIÇOS LTDA ME-
7474/2017-896.177/2016-CATTEGRAN GRANITOS DO BRASIL LTDA ME-
7475/2017-896.281/2016-CERÂMICA LIDER LTDA-
7476/2017-896.020/2017-RJ COMERCIO E SERVIÇOS LTDA-
7477/2017-896.034/2017-O. R. RINALDI NETO ME-
7478/2017-896.067/2017-ROMULO AZEVEDO DE MENDES ME-
7479/2017-896.081/2017-B.C.MOREIRA DE ARAUJO ME-
7480/2017-896.090/2017-JK SERVIÇOS E ASSESSORIA LTDA-

RELAÇÃO Nº 71/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
7442/2017-886.028/2015-VICTOR MARCELLO-
7443/2017-886.093/2015-BRITAMAR EXTRAÇÃO DE PEDRAS E AREIA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-
7444/2017-886.243/2016-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS E MIERADORES DO BRASIL-
7445/2017-886.294/2016-N A D BEZERRA ME-
7446/2017-886.118/2017-ADALTON DA SILVA LOPES-
7447/2017-886.126/2017-NAVEGAÇÃO ANA CAROLINA-
7448/2017-886.138/2017-JOSÉ APARECIDO DA SILVA-
7449/2017-886.143/2017-VALDIR ALVES PEREIRA-
7450/2017-886.144/2017-VALDIR ALVES PEREIRA-
7451/2017-886.145/2017-CASSIUS CLÓVIS CEZEMER DE MORAIS-
7452/2017-886.166/2017-AREAL JAMARI LTDA ME-
7453/2017-886.168/2017-BRITAMAR EXTRAÇÃO DE PEDRAS E AREIA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-
7454/2017-886.183/2017-GALAÁS DOS SANTOS SILVA-
7455/2017-886.184/2017-PEDRO OZEIS MAIFREDE-
7456/2017-886.193/2017-MARIA ELENA MOREIRA DOS SANTOS-
7457/2017-886.195/2017-CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA BARBOSA-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
7458/2017-886.176/2015-OSNI MEWES-
7459/2017-886.084/2016-CLAUDINEY ROCHA FINOTTI-
7460/2017-886.259/2016-MINERAÇÃO LIRIO BRANCO-
7461/2017-886.270/2016-JULIO CESAR CARO VILLAGRA-
7462/2017-886.282/2016-MINERAÇÃO LIRIO BRANCO-
7463/2017-886.045/2017-WOS EXPRESS A E M IMPORT EXPORT E PERICIA LTDA-
7464/2017-886.100/2017-ESDRAS GABRIEL PEREA-
7465/2017-886.108/2017-TEREZINHA APARECIDA SICONI-
7466/2017-886.119/2017-ISAIAS RUFINO DA COSTA-
7467/2017-886.136/2017-IZAC JARBA BEZERRA DA SILVA-
7468/2017-886.137/2017-FLORIDA INDUSTRIA E COMERCIO DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MINÉRIOS LTDA ME-
7469/2017-886.139/2017-MINERAÇÃO LIRIO BRANCO-
7470/2017-886.140/2017-GIANE ALMEIDA FERNANDES-
7471/2017-886.176/2017-CLODOMIRO DEPIERI SANCHES-
7472/2017-886.201/2017-ELIANE PEREIRA MONTEIRO-

RELAÇÃO Nº 125/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
7425/2017-848.244/2016-FRANCISCO GLAUCO ALMEIDA DE SOUZA-
7426/2017-848.161/2017-MINERAÇÃO COTO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-

RELAÇÃO Nº 130/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
7427/2017-848.081/2017-MGBEX MARMORES GRANITOS BRASILEIROS EXPORTAÇÃO LTDA ME-

RELAÇÃO Nº 138/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
7428/2017-848.159/2017-EDSON DA ROCHA SILVA-
7429/2017-848.180/2017-G ROMANO DOS SANTOS JUNIOR PESQUISA E MINERACAO ME-
7430/2017-848.181/2017-G ROMANO DOS SANTOS JUNIOR PESQUISA E MINERACAO ME-
7431/2017-848.183/2017-MINERAÇÃO NORDESTE BRASIL LTDA.-

RELAÇÃO Nº 161/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
7386/2017-850.511/2016-VALE DOURADO MINERAÇÃO LTDA.-
7387/2017-850.526/2016-FALCON METAIS LTDA-
7388/2017-850.537/2016-JOSE DA SILVA LEITE-
7389/2017-850.106/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
7390/2017-850.618/2017-ADHEMAR PEREIRA TORRES-
7391/2017-850.691/2017-NILTON BARROSO DA SILVA-

VICTOR HUGO FRONER BICCA

SUPERINTENDÊNCIA NO AMAZONAS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 33/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito Auto de Infração - REL PESQ(639)
880.100/2009-INTERCEMENT BRASIL S A- AI N°175/2017

CESAR NONATO ARAUJO DA ROCHA
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 199/2017

Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
809.177/1972-UIRAPURU MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°1148/2017/DTM-GO
861.262/2011-CRISTALINA MINERAÇÃO E TRANSPORTES LTDA ME-OF. N°1156/2017/DTM-GO
861.501/2011-CRISTALINA MINERAÇÃO E TRANSPORTES LTDA ME-OF. N°1121/2017/DTM-GO
861.502/2011-CRISTALINA MINERAÇÃO E TRANSPORTES LTDA ME-OF. N°1117/2017/DTM-GO
861.503/2011-CRISTALINA MINERAÇÃO E TRANSPORTES LTDA ME-OF. N°1119/2017/DTM-GO
861.504/2011-CRISTALINA MINERAÇÃO E TRANSPORTES LTDA ME-OF. N°1115/2017/DTM-GO
861.505/2011-CRISTALINA MINERAÇÃO E TRANSPORTES LTDA ME-OF. N°1123/2017/DTM-GO
861.506/2011-CRISTALINA MINERAÇÃO E TRANSPORTES LTDA ME-OF. N°1125/2017/DTM-GO
861.507/2011-CRISTALINA MINERAÇÃO E TRANSPORTES LTDA ME-OF. N°1154/2017/DTM-GO
861.508/2011-CRISTALINA MINERAÇÃO E TRANSPORTES LTDA ME-OF. N°1125/2017/DTM-GO
861.509/2011-CRISTALINA MINERAÇÃO E TRANSPORTES LTDA ME-OF. N°1125/2017/DTM-GO
861.510/2011-CRISTALINA MINERAÇÃO E TRANSPORTES LTDA ME-OF. N°1125/2017/DTM-GO
861.511/2011-CRISTALINA MINERAÇÃO E TRANSPORTES LTDA ME-OF. N°1125/2017/DTM-GO
861.512/2011-CRISTALINA MINERAÇÃO E TRANSPORTES LTDA ME-OF. N°1113/2017/DTM-GO
861.513/2011-CRISTALINA MINERAÇÃO E TRANSPORTES LTDA ME-OF. N°1111/2017/DTM-GO
861.539/2011-SEIVA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1154/2017/DTM-GO
860.296/2014-AREIAL DO VALE LTDA-OF. N°1158/2017/DTM-GO
860.297/2014-CRISTALINA MINERAÇÃO E TRANSPORTES LTDA ME-OF. N°1125/2017/DTM-GO
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2106)
861.337/2010-EMPRESAS FM AGROPECUARIA, INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS LTDA-OF. N°1147/2017/DTM-GO
861.262/2011-CRISTALINA MINERAÇÃO E TRANSPORTES LTDA ME-OF. N°1157/2017/DTM-GO
861.501/2011-CRISTALINA MINERAÇÃO E TRANSPORTES LTDA ME-OF. N°1122/2017/DTM-GO
861.502/2011-CRISTALINA MINERAÇÃO E TRANSPORTES LTDA ME-OF. N°1118/2017/DTM-GO
861.503/2011-CRISTALINA MINERAÇÃO E TRANSPORTES LTDA ME-OF. N°1120/2017/DTM-GO
861.504/2011-CRISTALINA MINERAÇÃO E TRANSPORTES LTDA ME-OF. N°1116/2017/DTM-GO
861.505/2011-CRISTALINA MINERAÇÃO E TRANSPORTES LTDA ME-OF. N°1124/2017/DTM-GO
861.506/2011-CRISTALINA MINERAÇÃO E TRANSPORTES LTDA ME-OF. N°1126/2017/DTM-GO
861.507/2011-CRISTALINA MINERAÇÃO E TRANSPORTES LTDA ME-OF. N°1155/2017/DTM-GO
861.508/2011-CRISTALINA MINERAÇÃO E TRANSPORTES LTDA ME-OF. N°1126/2017/DTM-GO
861.509/2011-CRISTALINA MINERAÇÃO E TRANSPORTES LTDA ME-OF. N°1126/2017/DTM-GO
861.510/2011-CRISTALINA MINERAÇÃO E TRANSPORTES LTDA ME-OF. N°1126/2017/DTM-GO
861.511/2011-CRISTALINA MINERAÇÃO E TRANSPORTES LTDA ME-OF. N°1126/2017/DTM-GO
861.512/2011-CRISTALINA MINERAÇÃO E TRANSPORTES LTDA ME-OF. N°1114/2017/DTM-GO
861.513/2011-CRISTALINA MINERAÇÃO E TRANSPORTES LTDA ME-OF. N°1112/2017/DTM-GO
861.539/2011-SEIVA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1153/2017/DTM-GO
860.296/2014-AREIAL DO VALE LTDA-OF. N°1159/2017/DTM-GO
860.297/2014-CRISTALINA MINERAÇÃO E TRANSPORTES LTDA ME-OF. N°1126/2017/DTM-GO

RELAÇÃO Nº 204/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
860.782/2016-SAO BENTO COMERCIAL LTDA ME
861.175/2016-ALICE MARIA PEREIRA SILVA
861.356/2016-ADAIR DE MACEDO SOUZA
860.161/2017-DIEGO TEIXEIRA DA SILVA
860.175/2017-GILSON DIVINO DA SILVA
860.322/2017-CALCÁRIO HIPERCAL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
860.323/2017-CALCÁRIO HIPERCAL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
860.324/2017-CALCÁRIO HIPERCAL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
860.351/2017-CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS GALVÃO BR 153 SPE S.A.
860.363/2017-GERVANDO GONCALVES DE SOUZA
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere Requerimento de PLG(335)
860.039/2015-FERNANDO ALVARES DA SILVA
860.273/2017-MANOEL FRANCISCO NUNES
860.286/2017-JOSE PEDRO VAZ NETO ME
Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
860.422/2016-JOSÉ MARCIONÍLIO
860.434/2016-JOSÉ MARIA BARROS
860.435/2016-JOSÉ MARIA BARROS
860.813/2016-ARISTIDES CANO
860.853/2016-JOÃO PAULO LEMES DE OLIVEIRA
861.453/2016-ADILSON BATISTA DE OLIVEIRA
861.460/2016-JOSÉ RODRIGUES CHAVES
860.158/2017-ROSANA ELCINDA HENKES VALIATI
860.167/2017-JOÃO BENTO PEREIRA NETO
860.278/2017-DALBERTO BATISTA DE OLIVEIRA
860.319/2017-ISMAEL FONSECA MENDES
860.328/2017-JOSÉ FERREIRA DE MELO

RELAÇÃO Nº 205/2017

Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Licenciamento(742)
860.893/2014-RAFAELLA MENDES DE FREITAS- Licenciamento N°:154/2016 - Vencimento em 10/07/2018

RELAÇÃO Nº 208/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(133)
860.489/2017-JOSÉ RODOLFO DIAS-OF. N°1168/2017/DTM-GO
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
860.044/2006-CERÂMICA GOIANDIRA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-OF. N°1171/2017/DTM-GO
861.504/2013-ZILMON JOSÉ DA SILVA-OF. N°1175/2017/DTM-GO
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(722)
860.244/2004-CRISTALINA MINERAÇÃO E TRANSPORTES LTDA ME-OF. N°1166/2017/DTM-GO
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
862.356/2011-NOBRE PRODUTOS CERÂMICOS LTDA ME-OF. N°1173/2017/DTM-GO
862.362/2011-JOSE DIVINO FERNANDES-OF. N°1172/2017/DTM-GO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800108

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

860.057/2014-DRAGAGEM DE AREIA CENTRAL LTDA ME-OF. N°1176/2017/DTM-GO
860.290/2014-ERONIDES GUIMARAES-OF. N°1177/2017/DTM-GO
860.399/2014-DIVINO DA SILVA ROSA-OF. N°1178/2017/DTM-GO
860.564/2014-LENISMAR CABRAL DE OLIVEIRA-OF. N°1179/2017/DTM-GO
860.710/2014-ANTÔNIO SEBASTIÃO MENDES-OF. N°1180/2017/DTM-GO
861.242/2014-BRITAR MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1181/2017/DTM-GO
861.348/2014-MINERAÇÂO E TRANSPORTES CORUMBÁ LTDA-OF. N°1182/2017/DTM-GO
861.392/2014-SAMJOONG MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1183/2017/DTM-GO
861.393/2014-SAMJOONG MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1183/2017/DTM-GO
861.394/2014-SAMJOONG MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1183/2017/DTM-GO
860.100/2015-ARENAN EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA-OF. N°1184/2017/DTM-GO
860.215/2015-BENILSON MACÊDO GUIMARÃES-OF. N°1185/2017/DTM-GO
860.558/2015-AWALIAR SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES EIRELI ME-OF. N°1186/2017/DTM-GO
860.586/2015-LUDHMILA ABRAÃO HAJJAR-OF. N°1187/2017/DTM-GO
860.590/2015-NEWTON SILVA VOLPP-OF. N°1188/2017/DTM-GO
860.679/2015-CYRO DE MELO PEREIRA-OF. N°1189/2017/DTM-GO
860.757/2015-MARCOS ANTÔNIO ORLANDO-OF. N°1190/2017/DTM-GO
860.837/2015-JANARA FERNANDES DE BRITO-OF. N°1191/2017/DTM-GO
860.942/2015-SANDRO ANTÔNIO MEDRADO BORGES-OF. N°1192/2017/DTM-GO
861.097/2015-MARIA OLIVEIRA DE SOUSA-OF. N°1193/2017/DTM-GO
861.211/2015-WALDISON SERAFIM PIMENTA-OF. N°1194/2017/DTM-GO
861.260/2015-EVANDRO PAGNONCELLI PEIXOTO-OF. N°1195/2017/DTM-GO
861.261/2015-TALITA MÁRCIA DOS SANTOS-OF. N°1196/2017/DTM-GO
861.376/2015-MINERAÇÃO SÃO LEOPOLDO LTDA-OF. N°1197/2017/DTM-GO
861.399/2015-ABADIO ALVES TELES-OF. N°1198/2017/DTM-GO
861.449/2015-JULIANO XAVIER FRAUSINO BARNABE-OF. N°1199/2017/DTM-GO
861.495/2015-MARCELO JOSÉ FRANÇA ROSA-OF. N°1200/2017/DTM-GO
861.498/2015-SERRA NEGRA MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA-OF. N°1201/2017/DTM-GO
860.118/2017-GRANTO LTDA ME-OF. N°1170/2017/DTM-GO
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(1166)
860.379/2017-MARCO AURÉLIO PIMENTA GOMES-OF. N°1167/2017/DTM-GO

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA EM RONDÔNIA

DESPACHOS DA SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 81/2017

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Álvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Arnoldo Ramos de Oliveira - 886477/14
Catumbera Brasil Hastem - 886271/12
n3 Brasil Mineração Ltda - 886558/11
Olicio Barbosa da Silva - 886308/15, 886348/15

RELAÇÃO Nº 82/2017

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Cooperativa Dos Garimpeiros de Campo Novo de Rondônia - 886210/14 - A.I. 353/17

ANDRÉIA MORESCHI DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 151/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
815.695/2014-MAC ENGENHARIA LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
815.230/2017-EJC MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP-OF. N°2840/2017
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
815.447/2014-BALNEÁRIO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP- Alvará n°8940/2014 - Cessionario:815.485/2017-ERNANDES AUGUSTO BENDINI- CPF ou CNPJ 040782159-71
815.100/2016-ANTÔNIO CARLOS SILVEIRA- Alvará n°1201/2017 - Cessionario:815.451/2017-LIVORNO ADMINISTRADORA E PARTICIPAÇÕES LTDA- CPF ou CNPJ 06198304/0001-91
815.127/2016-CONSTRUTORA FORTUNATO LTDA- Alvará n°3451/2016 - Cessionario:815.452/2017-ARGISUL MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 19829763/0001-78
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
815.297/2016-ANDINA ENGENHARIA LTDA- Cessionário:JAZIDA ECKERT LTDA- CPF ou CNPJ 02808957/0001-94- Alvará n°5864/2016
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
815.227/2004-CERÂMICA TAIÓ LTDA. EPP-OF. N°2822/2017
815.623/2004-GEO CASTRO CONSULTORIA LTDA-OF. N°2808/2017
815.313/2009-LOTTI MINERAÇÃO E BENEFICIAMENTO DE PRODUTOS DE EXTRAÇAO MINERAL EIRELI EPP-OF. N°2844/2017
815.329/2010-SIDNEY JOSE MIRANDA ME-OF. N°2843/2017
815.625/2013-CONSTRUTEC COMERCIO DE ARGAMASSAS E REJUNTES-OF. N°2812/2017
Indefere requerimento de Guia de Utilização(626)
815.623/2004-GEO CASTRO CONSULTORIA LTDA
Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(806)
815.871/1995-SÍLIX DO GRAVATAL COM. MIN. LTDA-AI N°359/2017
815.747/2006-MICROMIL - MICRONIZAÇÃO E MOAGEM LTDA- AI N°355/2017
815.550/2007-SERDEL SERVIÇOS DE DRENAGENS E ESCAVAÇÕES LTDA- AI N°356/2017
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
805.135/1975-HIDROMINERAL TERMAL DE ARMAZÉM LTDA.- ÁGUA MINERAL NATURAL ARMAZÉM - Fonte: THERMAS DO VALLE - Embalagens descartáveis sem gás de 200 ml e 10 L.- ARMAZÉM/SC
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)
815.141/2007-PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA-OF. N°2819/2017
815.142/2007-PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA-OF. N°2819/2017
Outorga o Registro de Extração, prazo 5 anos, vigência a partir dessa publicação(924)
815.106/2017-PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA- Registro de Extração N°110/2017 de 05/09/2017
815.107/2017-PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA- Registro de Extração N°111/2017 de 05/09/2017
815.338/2017-PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE- Registro de Extração N°108/2017 de 05/09/2017
Fase de Registro de Extração
Autoriza prorrogação do prazo do Registro de Extração por 05 anos(927)
815.504/2003-PREFEITURA MUNICIPAL DE APIÚNA-Registro de Extração N°58/2003 de 05/09/2017
815.304/2004-PREFEITURA MUNICIPAL DE APIÚNA-Registro de Extração N°54/2004 de 05/09/2017
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(954)
815.279/2009-PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDERÓPOLIS-OF. N°2816/2017

RELAÇÃO Nº 156/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
815.607/2015-BRITAPLAN BRITAGEM PLANALTO LTDA-OF. N°3169/2017
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
815.262/2015-BALTT EMPREITEIRA TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA
815.268/2015-A. MENDES TERRAPLANAGEM, CONSTRUÇÃO E EXTRAÇÃO DE MINERAIS LTDA
815.304/2015-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A
815.874/2015-RAVLEN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE QUARTZO LTDA
815.025/2017-AREIAL DO VALE LTDA
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
815.494/2011-RIBEIRÃO MINERADORA LTDA EPP-AI N°378/2017
815.644/2011-PAULO AFONSO DOS SANTOS JUNIOR-AI N°379/2017
815.809/2011-PORTO UNIÃO EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA-AI N°374/2017
815.885/2011-LIBRELATO INDUSTRIA E COMERCIO DE BRITAS LTDA.-AI N°375/2017
815.968/2011-MIGUEL SOMMARIVA JUNIOR-AI N°380/2017
815.005/2012-BASE BRITA LTDA-AI N°386/2017
815.178/2012-GEO CASTRO CONSULTORIA LTDA-AI N°388/2017
815.347/2012-PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA-AI N°385/2017
815.396/2012-CARBONIFERA METROPOLITANA SA-AI N°387/2017
815.481/2012-BRITADOR OESTE LTDA ME-AI N°394/2017
815.488/2012-DILNEI FRANCISCO DE LIMA EPP-AI N°389/2017
815.610/2012-MONTAINE PARTICIPAÇÕES LTDA-AI N°381/2017
815.701/2012-TERRAPLANAGEM E TRANSPORTES AUGUSTO LTDA-AI N°382/2017
815.715/2012-TERRAPLANAGEM E COMÉRCIO DE AREIA CAVIQUIOLI LTDA ME-AI N°383/2017
815.057/2013-MINÉRIOS BRASIL ARGILAS INDUSTRIAIS LTDA ME-AI N°461/2017
815.103/2013-JOSÉ MÁRIO PIRES ME-AI N°402/2017
815.236/2013-GEO CASTRO CONSULTORIA LTDA-AI N°462/2017
815.256/2013-SÃO GABRIEL MINERAÇÃO LTDA. EPP.-AI N°467/2017
815.335/2013-MINÉRIOS BRASIL ARGILAS INDUSTRIAIS LTDA ME-AI N°453/2017
815.353/2013-PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA-AI N°472/2017
815.354/2013-PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA-AI N°473/2017
815.355/2013-PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA-AI N°474/2017
815.356/2013-PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA-AI N°475/2017
815.359/2013-GEO CASTRO CONSULTORIA LTDA-AI N°463/2017
815.360/2013-PORTO DE AREIA SANTA ANA, COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA EPP-AI N°501/2017
815.363/2013-JOSÉ MÁRIO PIRES ME-AI N°403/2017
815.386/2013-SRF ADMINISTRAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-AI N°454/2017
815.426/2013-PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA-AI N°476/2017
815.455/2013-CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA-AI N°455/2017
815.466/2013-MINÉRIOS BRASIL ARGILAS INDUSTRIAIS LTDA ME-AI N°456/2017
815.496/2013-SAN MARCOS REVEST CERAMICOS LTDA-AI N°488/2017
815.571/2013-FROEHLICH & FROEHLICH LTDA-AI N°500/2017
815.575/2013-TERRAPLENAGEM EDIFIKA LTDA-AI N°468/2017
815.652/2013-FIRMA INDIVIDUAL RENATO TOMELIN EPP-AI N°477/2017
815.697/2013-L. T. WONSIEWSKI E CIA LTDA-AI N°478/2017
815.702/2013-MINERTRANS MINERAÇÃO, ENERGIA, TRANSPORTE E SANEAMENTO LTDA.-AI N°457/2017
815.721/2013-BALNEÁRIO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP-AI N°411/2017
815.722/2013-BALNEÁRIO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP-AI N°412/2017
815.723/2013-BALNEÁRIO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP-AI N°413/2017
815.757/2013-INFRASUL - INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA.-AI N°498/2017
815.843/2013-MINERTRANS MINERAÇÃO, ENERGIA, TRANSPORTE E SANEAMENTO LTDA.-AI N°458/2017
815.880/2013-PÍNUS SUL REFLORESTAMENTO LTDA. ME-AI N°499/2017
815.920/2013-MINÉRIOS BRASIL ARGILAS INDUSTRIAIS LTDA ME-AI N°459/2017
815.977/2013-EXTRAÇÃO DE AREIA FANTONI LTDA-AI N°469/2017
815.982/2013-COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE AREIA SANTA ANA LTDA EPP-AI N°452/2017
816.098/2013-BRITAGEM GASPAR LTDA EPP-AI N°470/2017
816.111/2013-EXTRAÇÃO DE AREIA FANTONI LTDA-AI N°471/2017
816.117/2013-TECNOCLAY MIN IND COMERCIO LTDA-AI N°460/2017
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
810.096/1978-MINERAÇÃO NOSSA SENHORA DO CARMO LTDA-OF. N°3161/2017
815.691/2013-RIBEIRÃO MINERADORA LTDA EPP-OF. N°3167/2017
815.691/2013-RIBEIRÃO MINERADORA LTDA EPP-OF. N°3168/2017
Indefere requerimento de Guia de Utilização(626)
815.002/2009-MLR MINERACAO E COMERCIO DE AREIA LTDA ME
Fase de Licenciamento
Autoriza o englobamento de áreas contíguas(788)
815.341/2005-KLABIN S.A- Processo engloba-do:815.287/2011 e 815.968/2013 no Registro de Licença nº 1198/2005.

RELAÇÃO Nº 157/2017

Fase de Concessão de Lavra
Multa aplicada /Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(460)
001.492/1936-CARBONIFERA METROPOLITANA SA- AI Nº 027 CRI / 2017 E 028 CRI / 2017
003.156/1936-CARBONÍFERA CATARINENSE LTDA- AI Nº 023 CRI/2017 e 024 CRI/2017 - CARBONÍFERA BELLUNO LTDA

RELAÇÃO Nº 159/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Declara a nulidade do alvará de pesquisa(273)
815.280/2017-LUCIANA CIRLENE REINERT DA SILVA-Alvará N°6410/2017
815.343/2017-VOTORANTIM CIMENTOS S A-Alvará N°6435/2017
815.359/2017-GENTIL REINALDO CORDIOLI FILHO-Alvará N°6020/2017
815.361/2017-ADILSON JOSÉ OTTO-Alvará N°6468/2017
815.366/2017-HELIO JOSÉ DA COSTA-Alvará N°6470/2017
815.402/2017-ALEXANDRE RODRIGUES-Alvará N°6425/2017
815.404/2017-GENTIL REINALDO CORDIOLI FILHO-Alvará N°6479/2017
815.405/2017-JOÃO LUDOVINO VIEIRA JUNIOR ME-Alvará N°6480/2017

RELAÇÃO Nº 160/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
815.251/2012-IVO DRIEMEYER-AI N°504/2017
815.490/2012-EDER LENTZ RAUPP-AI N°505/2017
815.711/2012-EDSON ANTONIO NERY DE CASTRO-AI N°513/2017
815.148/2013-VALTER CANO-AI N°562/2017
815.151/2013-CERÂMICA MASTELOTTO LTDA-AI N°553/2017
815.347/2013-ERNANDES AUGUSTO BENDINI-AI N°535/2017
815.352/2013-GERSON PEDRO WINTER-AI N°579/2017
815.368/2013-ADILSON JOSÉ OTTO-AI N°542/2017
815.410/2013-PORCELANAS INDUSTRIAIS GERMER S.A.-AI N°569/2017
815.411/2013-PORCELANAS INDUSTRIAIS GERMER S.A.-AI N°570/2017
815.424/2013-ALDO VALDIR TESTONI-AI N°536/2017
815.474/2013-DÁRIO RUBENS GOLL-AI N°556/2017
815.479/2013-ILSON LUIZ FANTONI-AI N°540/2017
815.561/2013-TENDÊNCIA ADMINISTRADORA DE IMÓVEIS LTDA-AI N°563/2013
815.567/2013-ALECSANDRO SCHARDOSIM KLEIN-AI N°541/2017
815.578/2013-SILVIA PATZSCH VIEIRA-AI N°524/2017
815.579/2013-SILVIA PATZSCH VIEIRA-AI N°525/2017
815.580/2013-ACQUALEVE - APROVEITAMENTO DE RECURSOS NATURAIS LTDA-AI N°523/2017
815.653/2013-JOSÉ RODOLFO BERNARDES-AI N°539/2017
815.711/2013-INDUGRAMAR LTDA EPP-AI N°551/2017
815.712/2013-ELIS REGINA COMANDOLI-AI N°517/2017
815.739/2013-SALVIO PRADI-AI N°558/2017
815.766/2013-ALBATROZ INCORPORADORA LTDA-AI N°537/2017
815.781/2013-ADILSON MACIEL ME-AI N°527/2017
815.785/2013-LUIZ AGATTI-AI N°571/2017
815.820/2013-COMAX CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA-AI N°521/2017
815.844/2013-MAURICIO PASSOS DE CASTRO-AI N°552/2017
815.845/2013-GERMANO JOÃO VIEIRA-AI N°557/2017
815.847/2013-EDSON ANTONIO NERY DE CASTRO-AI N°560/2017
815.852/2013-AGRONETO CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGENS LTDA ME-AI N°520/2017
815.912/2013-COOPERATIVA DE EXPLORAÇÃO MINERAL DE SOMBRIO-AI N°526/2017
815.916/2013-CONSTRUÇÕES NSM LTDA-AI N°519/2017
815.918/2013-CHARLES NERY DA SILVA-AI N°518/2017
815.929/2013-TERRAPLENAGEM KOHLER LTDA-AI N°559/2017
815.972/2013-LEOPOLDO CLAUDINEI JANUÁRIO-AI N°568/2017
815.999/2013-FERNANDO HEIL-AI N°522/2017
816.064/2013-MÁRIO NICOLAU JUNIOR-AI N°564/2017
816.104/2013-EDSON ANTONIO NERY DE CASTRO-AI N°561/2017
816.113/2013-CERÂMICA PRINCESA IND. E COM. LTDA.-AI N°538/2017
815.267/2014-MARLI PEREIRA SOARES ME-AI N°583/2017
815.290/2014-PEDRO JOSÉ DOS SANTOS-AI N°581/2017
815.294/2014-PEDRO JOSÉ DOS SANTOS-AI N°582/2017
815.296/2014-EXTRAÇÃO DE AREIA SERTÃO DO CAMPO LTDA-AI N°584/2017
815.298/2014-LEALDINO JOSÉ SILVEIRA-AI N°598/2017
815.299/2014-TERFAL MAT. CONST. LTDA-AI N°592/2017
815.301/2014-SAN MARCOS REVEST CERAMICOS LTDA-AI N°589/2017
815.308/2014-CAROLINA AMALIA BARCELLOS SILVA-AI N°588/2017
815.314/2014-PAULO NELSON SIMETTE-AI N°595/2017
815.351/2014-LUCIVAN CONSENSO BRILINGER-AI N°599/2017
815.376/2014-CNS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-AI N°586/2017
815.462/2014-SAN MARCOS REVEST CERAMICOS LTDA-AI N°590/2017
815.465/2014-VALDECI ASSIS DE SOUZA-AI N°587/2017
815.502/2014-AREIAL PLANALTO LTDA EPP-AI N°585/2017
815.522/2014-SAN MARCOS REVEST CERAMICOS LTDA-AI N°591/2017
815.553/2014-CEACA - CERÂMICA CANOINHAS LTDA-AI N°597/2017
815.604/2014-FERREIRA & PASINI FERREIRA LTDA-AI N°596/2017
815.630/2014-TRANSMAC COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA ME-AI N°600/2017
815.686/2014-TRANSMAC COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA ME-AI N°601/2017
815.740/2014-JUAREZ SEBASTIÃO DA SILVA-AI N°602/2017
815.791/2014-COOPERATIVA DE EXPLORAÇÃO MINERAL DE SOMBRIO-AI N°594/2017

GILMAR OLIVEIRA GONÇALVES

Ministério do Desenvolvimento Social

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHOS DO CHEFE DE GABINETE
Em 26 de setembro de 2017

O CHEFE DE GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MDS nº 133, de 24 de dezembro de 2014, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e no § 4º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, resolve abrir prazo de quinze dias para a manifestação da sociedade civil, no sítio www.mds.gov.br, referente ao seguinte processo:

Nome da entidade: ASSOCIAÇÃO DE CONVIVÊNCIA NOVO TEMPO
CNPJ: 07.781.612/0001-21
Município: Araçoiaba da Serra - SP
Processo nº: 71000.071036/2015-19

O CHEFE DE GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MDS nº 133, de 24 de dezembro de 2014, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e no § 4º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, resolve abrir prazo de quinze dias para a manifestação da sociedade civil, no sítio www.mds.gov.br, referente ao seguinte processo:

Nome da entidade: SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS DE APIAÍ
CNPJ: 45.438.926/0001-00
Município: Apiaí/SP
Processo nº: 71000.115975/2009-26

Em 27 de setembro de 2017.

O CHEFE DE GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MDS nº 133, de 24 de dezembro de 2014, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e no § 4º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, resolve abrir prazo de quinze dias para a manifestação da sociedade civil, no sítio www.mds.gov.br, referente ao seguinte processo:

Nome da entidade: LAR ESCOLA FRANCISCO CANDIDO XAVIER
CNPJ: 51.455.178/0001-68
Município: Cotia/SP
Processo nº: 71000.003516/2015-49

JOSÉ HENRIQUE MEDEIROS PIRES

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 397, de 26/09/2017, Art. 4º, publicada no Diário Oficial da União nº 186, de 27/09/2017, Seção 1, página 80, do Ministério do Desenvolvimento Social,
Onde se lê:
III - 1 (um) representante da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - SAGI;
IV - 1 (um) representante da Assessoria de Comunicação Social - ACS; e
V - 1 (um) representante da Assessoria Especial de Controle Interno - AECI.
Leia-se:
III - 1 (um) representante da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - SAGI; e
IV - 1 (um) representante da Assessoria de Comunicação Social - ASCOM.

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 606, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

Dispõe sobre localização de Agência da Previdência Social.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
Decreto nº 9.104, de 24 de julho de 2017.
Portaria MPS nº 16, de 20 de janeiro de 2009;
Portaria MPS nº 547, de 9 de setembro de 2011; e
Resolução nº 173/INSS/PRES, de 19 de janeiro de 2012.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.104, de 24 de julho de 2017, e considerando o Projeto de Expansão da Rede de Atendimento da Previdência Social, bem como a necessidade de sua adequação, resolve:

Art. 1º Fica localizada a Agência da Previdência Social Biritiba-Mirim - APSBRM, tipo D, código 21.025.09.0, vinculada à Gerência-Executiva Guarulhos, Estado de São Paulo.

Art. 2º Caberá aos Órgãos Seccionais, Órgãos Específicos, Órgãos Descentralizados e à Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - Dataprev, adotar as providências de caráter técnico e administrativo para a concretização deste Ato.

Art. 3º Esta Resolução altera o Anexo III da Resolução nº 173/INSS/PRES, de 19 de janeiro de 2012, e entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO DE MELO GADELHA

RESOLUÇÃO Nº 607, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

Dispõe sobre localização de Agência da Previdência Social.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
Decreto nº 9.104, de 24 de julho de 2017;
Portaria MPS nº 16, de 20 de janeiro de 2009;
Portaria MPS nº 547, de 9 de setembro de 2011; e
Resolução nº 173/INSS/PRES, de 19 de janeiro de 2012.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.104, de 24 de julho de 2017, e considerando o Projeto de Expansão da Rede de Atendimento da Previdência Social, bem como a necessidade de sua adequação, resolve:

Art. 1º Fica localizada a Agência da Previdência Social Panelas - APSPNL, tipo D, código 15.021.25.0, vinculada à Gerência-Executiva Caruaru, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Caberá aos Órgãos Seccionais, Órgãos Específicos, Órgãos Descentralizados e à Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - Dataprev, adotar as providências de caráter técnico e administrativo para a concretização deste Ato.

Art. 3º Esta Resolução altera o Anexo III da Resolução nº 173/INSS/PRES, de 19 de janeiro de 2012, e entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO DE MELO GADELHA

RESOLUÇÃO Nº 608, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

Dispõe sobre localização de Agência da Previdência Social.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
Decreto nº 9.104, de 24 de julho de 2017;
Portaria MPS nº 16, de 20 de janeiro de 2009;
Portaria MPS nº 547, de 9 de setembro de 2011; e
Resolução nº 173/INSS/PRES, de 19 de janeiro de 2012.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.104, de 24 de julho de 2017, e considerando o Projeto de Expansão da Rede de Atendimento da Previdência Social, bem como a necessidade de sua adequação, resolve:

Art. 1º Fica localizada a Agência da Previdência Social Bom Jardim - APSBOM, tipo D, código 09.021.20.0, vinculada à Gerência-Executiva Imperatriz, Estado do Maranhão.

Art. 2º Caberá aos Órgãos Seccionais, Órgãos Específicos, Órgãos Descentralizados e à Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - Dataprev, adotar as providências de caráter técnico e administrativo para a concretização deste Ato.

Art. 3º Esta Resolução altera o Anexo III da Resolução nº 173/INSS/PRES, de 19 de janeiro de 2012, e entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO DE MELO GADELHA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800110

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PORTARIA Nº 163, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria MDS nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes nos pareceres técnicos dos processos abaixo indicados, resolve:

Art. 1º Deferir as concessões de certificação de entidade beneficente de assistência social das seguintes entidades por atenderem os requisitos legais constantes na Lei nº 12.101/2009, com validade de três anos a partir da publicação desta portaria no D.O.U., nos termos do art. 5º, do Decreto nº 8.242/2014, dispostas por nome da entidade, CNPJ, município/UF, nº do processo e número do parecer técnico:

1)CASA DA CRIANÇA ALGODÃO DOCE, 92.859.594/0001-09, PORTO ALEGRE/RS, 71000.031945/2011-82, 40257/2017.

2)AHIMSA - ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL PARA MÚLTIPLA DEFICIÊNCIA, 65.513.806/0001-29, SAO PAULO/SP, 23123.001341/2011-72, 38452/2017.

3)ABLUCAN - ASSOCIAÇÃO BLUMENAUENSE NA LUTA CONTRA O CÂNCER, 08.791.343/0001-23, BLUMENAU/SC, 71000.081857/2012-11, 37653/2017.

4)ASSOCIAÇÃO JACAREZINHNENSE DE REABILITAÇÃO AO DEFICIENTE AUDITIVO E ATENDIMENTO AO DEFICIENTE VISUAL, 81.880.130/0001-68, JACAREZINHO/PR, 23000.017895/2012-69, 50596/2017.

5)INSTITUTO TIBAGI, 05.726.562/0001-30, CURITIBA/PR, 71000.087071/2013-80, 41359/2017.

6)SOCIEDADE DE ENSINO PROFISSIONAL E ASSISTENCIAL, 47.296.884/0001-37, SAO PAULO/SP, 23000.052301/2016-90, 51845/2017.

7)ENCONTRO FRATERNO LINS DE VASCONCELOS, 07.878.061/0001-03, MARINGA/PR, 71000.058864/2014-72, 40914/2017.

8)INSTITUTO NACIONAL DE CAPACITAÇÃO E EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO - VIA DE ACESSO, 05.699.372/0001-71, SAO PAULO/SP, 71000.125654/2014-05, 41315/2017.

9)COMUNIDADE CIDADANIA E VIDA, 07.552.266/0001-96, SALVADOR/BA, 71000.003385/2015-08, 48291/2017.

10)CASA DA CRIANÇA DE CARAGUATATUBA, 50.322.544/0001-48, CARAGUATATUBA/SP, 71000.001657/2016-16, 49719/2017.

11)PROJETO FAZENDINHA, 05.484.116/0001-67, SANTANA DE PARNAIBA/SP, 71000.094536/2016-00, 50645/2017.

12)ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DO IROHY E REGIÃO, 06.118.404/0001-60, BIRITIBA-MIRIM/SP, 71000.002369/2016-71, 50780/2017.

13)MVM - MOVIMENTO VIDA MELHOR, 04.819.635/0001-76, CAMPINAS/SP, 71000.002521/2016-15, 50884/2017.

14)ASSOCIAÇÃO DE APOIO AOS PORTADORES DE CÂNCER DE MOSSORÓ E REGIÃO - AAPCMR, 03.665.498/0001-08, MOSSORO/RN, 71000.009649/2017-91, 50919/2017.

15)CENTRO DE APOIO E ORIENTAÇÃO A CRIANÇA LAR NOVA MILOCA, 02.955.706/0001-32, CAMPO GRANDE/MS, 71000.025219/2017-16, 51063/2017.

16)LEGIÃO MIRIM DE AGUDOS, 44.449.353/0001-49, AGUDOS/SP, 71000.034939/2017-72, 51144/2017.

17)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO DOMINGOS, 78.480.597/0001-06, SAO DOMINGOS/SC, 71000.040553/2017-08, 51253/2017.

18)ASSOCIACAO FARROUPILHENSE DE DEFICIENTES VISUAIS, 06.983.718/0001-21, FARROUPILHA/RS, 71000.040391/2017-08, 51309/2017.

19)PROJETO ABRINDO CAMINHOS - NÚCLEO RAMIRO JULIO FERREIRA DE APOIO Á CRIANÇA E Á FAMÍLIA, 04.866.523/0001-76, PIUMHI/MG, 71000.041019/2017-19, 51281/2017.

20)ASSOCIAÇÃO CRIANÇA ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO, 14.240.961/0001-88, RECIFE/PE, 71000.048558/2017-71, 51505/2017.

21)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAPINZAL, 83.826.370/0001-00, CAPINZAL/SC, 71000.045326/2017-61, 51355/2017.

22)APASPI - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS SURDOS DE PARÁ, 15.583.741/0001-10, PARAI/RS, 71000.050631/2017-74, 51621/2017.

23)LAR DO ANCIÃO FELIZ DE ILHABELA, 50.320.613/0001-84, ILHABELA/SP, 71000.049728/2017-34, 52020/2017.

24)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS AREIA, 05.618.674/0001-78, AREIA/PB, 71000.052007/2017-10, 51720/2017.

25)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PONTES E LACERDA, 37.465.622/0001-03, PONTES E LACERDA/MT, 71000.055849/2017-15, 51872/2017.

26)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CARUARU, 20.595.230/0001-58, CARUARU/PE, 71000.055853/2017-83, 51873/2017.

Art. 2º Pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/2009.

Art. 3º Cientifique-se a Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 164, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria MDS nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes nos pareceres técnicos dos processos abaixo indicados, resolve:

Art. 1º Deferir as renovações de certificação de entidade beneficente de assistência social das seguintes entidades por atenderem os requisitos legais constantes na Lei nº 12.101/2009, dispostas por nome da entidade, CNPJ, município/UF, nº do processo, número do parecer técnico e período de validade de certificação:

1)CENTRO SOCIAL NOSSA SENHORA DO BOM PARTO, 62.264.494/0001-79, SAO PAULO/SP, 71000.114862/2009-11, 44886/2017, de 01/01/2010 a 31/12/2014.

2)AME-ASSOCIAÇÃO MÃE DA ESPERANÇA, 00.149.320/0001-08, CRISTALINA/GO, 71000.042028/2011-23, 42654/2017, de 28/11/2011 a 27/11/2016.

3)LAR DOS MENINOS DOM ORIONE, 17.313.388/0001-83, BELO HORIZONTE/MG, 71000.080039/2011-10, 45566/2017, de 04/10/2011 a 03/10/2016.

4)CENTRO PROMOCIONAL COMUNITÁRIO DE SÃO BENTO DO SAPUCAÍ, 45.195.328/0001-49, SAO BENTO DO SAPUCAI/SP, 71000.029800/2012-01, 44857/2017, de 25/08/2012 a 24/08/2017.

5)ESCOLA ESPECIAL PROFESSOR ALFREDO - DUB, 87.393.229/0001-11, PELOTAS/RS, 23000.006767/2012-90, 51012/2017, de 01/01/2013 a 31/12/2017.

6)INSTITUIÇÃO ASSISTENCIAL E EDUCACIONAL DR. KLAIDE, 69.116.176/0001-00, SANTO ANDRE/SP, 23000.010466/2012-61, 51645/2017, de 12/02/2013 a 11/02/2016.

7)OBRAS SOCIAIS DO CENTRO ESPÍRITA WANTUIL DE F. DEUS CRISTO E CARIDADE, 71.731.459/0001-03, COTIA/SP, 71000.035006/2017-01, 51143/2017, de 22/09/2014 a 21/09/2019.

8)SERVIÇO ESPIRITA DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA, 46.731.121/0001-04, AMPARO/SP, 71000.058754/2014-19, 46048/2017, de 06/12/2014 a 05/12/2017.

9)CONGREGAÇÃO MEKOR HAIM, 62.365.655/0001-10, SAO PAULO/SP, 71000.139260/2014-26, 44981/2017, de 30/12/2014 a 29/12/2017.

10)NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ARQUIDIOCESANO, 16.232.589/0001-93, FEIRA DE SANTANA/BA, 71000.139317/2014-97, 45813/2017, de 01/01/2015 a 31/12/2019.

11)ASSOCIAÇAO SAUDE CRIANÇA RECOMEÇAR - GRUPO DE APOIO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE, 02.589.655/0001-72, RIO DE JANEIRO/RJ, 71000.001476/2015-09, 47346/2017, de 08/02/2015 a 07/02/2020.

12)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SORRISO, 32.944.357/0001-14, SORRISO/MT, 23000.005706/2015-58, 51773/2017, de 03/05/2015 a 02/05/2018.

13)ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS LEUCÊMICOS DE ALAGOAS, 41.191.990/0001-70, MACEIO/AL, 71000.043152/2015-30, 47724/2017, de 18/12/2015 a 17/12/2018.

14)INSTITUIÇÃO DE AMPARO ARCA DE NOÉ, 25.643.313/0001-99, TRES CORACOES/MG, 71000.071047/2015-91, 48576/2017, de 17/07/2015 a 16/07/2020.

15)ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA INFANTIL, 21.085.634/0001-64, FRANCISCO BADARO/MG, 71000.124973/2015-76, 49269/2017, de 10/12/2015 a 09/12/2020.

16)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAMANDUCAIA, 02.587.565/0001-42, CAMANDUCAIA/MG, 71000.002827/2016-71, 49750/2017, de 21/03/2016 a 20/03/2021.

17)CENTRO CULTURAL ESCRAVA ANASTÁCIA, 02.573.208/0001-25, FLORIANOPOLIS/SC, 71000.054947/2016-54, 50044/2017, de 26/10/2015 a 25/10/2018.

18)INSTITUTO PROFISSIONAL SÃO JOSÉ, 29.098.563/0001-46, CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ, 71000.084563/2016-66, 50434/2017, de 10/11/2016 a 09/11/2019.

19)RECANTO PSICO PEDAGÓGICO DA ALDEOTA, 07.950.793/0001-59, FORTALEZA/CE, 71000.094562/2016-20, 50680/2017, de 17/11/2016 a 16/11/2019.

20)FUNDAÇÃO NILO COELHO, 10.728.681/0001-62, PETROLINA/PE, 71000.002392/2016-65, 50879/2017, de 20/02/2017 a 19/02/2020.

21)ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA DE ARAMINA, 06.276.724/0001-49, ARAMINA/SP, 71000.016675/2017-75, 50982/2017, de 25/11/2017 a 24/11/2022.

22)GRUPO UNIVERSITÁRIO DE REABILITAÇÃO INFANTIL, 11.011.129/0001-11, RECIFE/PE, 71000.024907/2017-69, 51082/2017, de 15/10/2017 a 14/10/2020.

23)LEGIÃO MIRIM DE PEDERNEIRAS, 47.583.786/0001-80, PEDERNEIRAS/SP, 71000.034966/2017-45, 51125/2017, de 29/08/2017 a 28/08/2020.

24)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE IÇARA, 83.852.350/0001-03, ICARA/SC, 71000.040423/2017-67, 51237/2017, de 01/04/2018 a 31/03/2021.

25)SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO CONFERÊNCIA DE SANTA TEREZINHA DE GUARANTÃ, 44.500.403/0001-75, GUARANTA/SP, 71000.036278/2017-10, 51145/2017, de 15/05/2017 a 14/05/2022.

26)CENTRO VOCACIONAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CANDIDO MOTA, 44.491.694/0001-82, CANDIDO MOTA/SP, 71000.036245/2017-70, 51141/2017, de 10/04/2018 a 09/04/2021.

27)NÚCLEO DE APOIO AO COMBATE DO CÂNCER INFANTIL - NACCI, 00.532.479/0001-07, SALVADOR/BA, 71000.040583/2017-14, 51228/2017, de 22/02/2018 a 21/02/2021.

28)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CHAVANTES, 08.036.486/0001-20, CHAVANTES/SP, 71000.041182/2017-73, 51297/2017, de 01/04/2018 a 31/03/2023.

29)VILA VICENTINA EM BROTAS, 44.719.615/0001-48, BROTAS/SP, 71000.037442/2017-14, 51146/2017, de 23/04/2018 a 22/04/2021.

30)ASBRAD - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DEFESA DA MULHER DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE, 02.450.677/0001-57, GUARULHOS/SP, 71000.040589/2017-83, 51262/2017, de 01/12/2017 a 30/11/2020.

31)ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO JOÃO DO OESTE, 02.568.179/0001-03, SAO JOAO DO OESTE/SC, 71000.048445/2017-75, 51508/2017, de 17/10/2017 a 16/10/2022.

32)CENTRO DE ATIVIDADES EDUCACIONAIS ESPECIALIZADAS DE RIBEIRAO PRETO, 52.389.400/0001-34, RIBEIRAO PRETO/SP, 71000.040508/2017-45, 51255/2017, de 16/02/2018 a 15/02/2021.

33)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MENDES, 28.465.292/0001-57, MENDES/RJ, 71000.040402/2017-41, 51333/2017, de 24/08/2017 a 23/08/2022.

34)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS CAMPOS GERAIS, 41.876.681/0001-33, CAMPOS GERAIS/MG, 71000.041112/2017-15, 51300/2017, de 29/04/2018 a 28/04/2023.

35)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE GOVERNADOR LINDENBERG, 07.259.669/0001-41, GOVERNADOR LINDENBERG/ES, 71000.048777/2017-50, 51502/2017, de 22/12/2017 a 21/12/2022.

36)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ, 72.540.719/0001-26, SANTO ANTONIO DO CAIUA/PR, 71000.044126/2017-91, 51332/2017, de 30/10/2017 a 29/10/2022.

37)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CARAMBEÍ, 78.603.925/0001-14, CARAMBEI/PR, 71000.041484/2017-41, 51283/2017, de 01/04/2018 a 31/03/2023.

38)ASSOCIAÇAO ASSISTENCIAL E PROMOCIONAL RAINHA DA PAZ, 80.909.781/0001-70, CIANORTE/PR, 71000.044125/2017-46, 51335/2017, de 15/03/2018 a 14/03/2021.

39)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE RIVERSUL, 58.978.974/0001-24, RIVERSUL/SP, 71000.044127/2017-35, 51334/2017, de 30/01/2018 a 29/01/2023.

40)VILA DA FRATERNIDADE ANA JACINTA, 02.556.317/0001-34, PRESIDENTE PRUDENTE/SP, 71000.046000/2017-51, 51378/2017, de 01/04/2018 a 31/03/2021.

41)O PÃO DOS POBRES DE SANTO ANTÔNIO, 92.666.015/0001-01, PORTO ALEGRE/RS, 71000.045333/2017-62, 51350/2017, de 01/01/2018 a 31/12/2020.

42)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE GOIANIA, 01.240.688/0001-40, GOIANIA/GO, 71000.045335/2017-51, 51349/2017, de 01/01/2018 a 31/12/2020.

43)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BOM RETIRO, 78.477.866/0001-85, BOM RETIRO/SC, 71000.046503/2017-26, 51422/2017, de 28/04/2018 a 27/04/2023.

44)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PASSOS MAIA, 05.793.301/0001-33, PASSOS MAIA/SC, 71000.049566/2017-34, 51542/2017, de 26/06/2017 a 25/06/2022.

45)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE UNIÃO DA VITÓRIA, 73.793.812/0001-05, UNIAO DA VITORIA/PR, 71000.050255/2017-18, 51574/2017, de 30/01/2018 a 29/01/2021.

46)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE AMPÈRE, 80.884.331/0001-70, AMPERE/PR, 71000.046709/2017-56, 51435/2017, de 30/01/2018 a 29/01/2023.

47)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BARBACENA, 17.084.062/0001-21, BARBACENA/MG, 71000.045603/2017-35, 51361/2017, de 01/01/2018 a 31/12/2020.

48)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MINAS NOVAS, 04.273.642/0001-15, MINAS NOVAS/MG, 71000.050615/2017-81, 51620/2017, de 01/12/2017 a 30/11/2022.

49)ASSOCIAÇÃO BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS MIRINS E JUVENIS DE BIRIGUI, 03.679.782/0001-25, BIRIGUI/SP, 71000.050624/2017-72, 51601/2017, de 30/01/2018 a 29/01/2023.

50)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TUNÁPOLIS, 11.201.022/0001-36, TUNAPOLIS/SC, 71000.050630/2017-20, 51602/2017, de 29/05/2018 a 28/05/2023.

51)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE OURO FINO, 19.709.997/0001-81, OURO FINO/MG, 71000.048717/2017-37, 51504/2017, de 22/12/2017 a 21/12/2022.

52)ASSOCIAÇÃO ITAPIRENSE DE PREPARO DO ADOLESCENTE, 57.486.235/0001-52, ITAPIRA/SP, 71000.050381/2017-72, 51591/2017, de 21/11/2017 a 20/11/2020.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800111

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

53)ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO IDOSO, 01.943.853/0001-20, ILHA SOLTEIRA/SP, 71000.048728/2017-17, 51501/2017, de 29/05/2018 a 28/05/2023.

54)CRIANÇA VIDA NOVA, 04.233.639/0001-78, SAO BERNARDO DO CAMPO/SP, 71000.048695/2017-13, 51481/2017, de 29/05/2018 a 28/05/2023.

55)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO GABRIEL DA PALHA, 31.798.457/0001-17, SAO GABRIEL DA PALHA/ES, 71000.050675/2017-02, 51607/2017, de 29/06/2018 a 28/06/2023.

56)CONFEDERAÇÃO EVANGÉLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO PARANÁ, 76.702.752/0001-66, CURITIBA/PR, 71000.050273/2017-08, 51569/2017, de 29/05/2018 a 28/05/2021.

57)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE COMODORO, 04.583.879/0001-00, COMODORO/MT, 71000.046484/2017-38, 51424/2017, de 19/12/2017 a 18/12/2022.

58)OBRA SOCIAL NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, 27.055.896/0001-62, VITORIA/ES, 71000.052011/2017-70, 51721/2017, de 30/01/2018 a 29/01/2023.

59)ASETE - ASSOCIAÇÃO SOCIAL PARA EDUCAÇÃO E TRATAMENTO DOS EXCEPCIONAIS, 52.377.330/0001-02, MOGI DAS CRUZES/SP, 71000.050701/2017-94, 51623/2017, de 22/12/2017 a 21/12/2022.

60)INSTITUTO DOM BOSCO, 60.802.154/0001-29, SAO PAULO/SP, 71000.049637/2017-07, 51546/2017, de 01/01/2018 a 31/12/2020.

61)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE RINCÃO, 50.732.460/0001-82, RINCAO/SP, 71000.050300/2017-34, 51799/2017, de 22/08/2017 a 21/08/2022.

62)AÇÃO SOCIAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS - ASSFA, 68.003.193/0001-78, CAMPO LIMPO PAULISTA/SP, 71000.050626/2017-61, 51605/2017, de 01/04/2018 a 31/03/2023.

63)NÚCLEO DE ORIENTAÇÃO E CAPACITAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - NOCCA DE BERNARDINO DE CAMPOS, 47.590.542/0001-25, BERNARDINO DE CAMPOS/SP, 71000.050322/2017-02, 51566/2017, de 28/04/2018 a 27/04/2023.

64)ASSOCIAÇÃO ITUANA DE ASSISTÊNCIA AOS DEFICIENTES VISUAIS ESCOLA DE CEGOS SANTA LUZIA, 50.810.993/0001-35, ITU/SP, 71000.051823/2017-06, 51670/2017, de 21/12/2017 a 20/12/2022.

65)ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES VISUAIS DE CANOAS - ADEVIC, 01.586.458/0001-37, CANOAS/RS, 71000.050683/2017-41, 51613/2017, de 18/07/2017 a 17/07/2022.

66)AMPARO MATERNAL, 61.904.678/0001-93, SAO PAULO/SP, 71000.049701/2017-41, 51626/2017, de 01/01/2018 a 31/12/2020.

67)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE POMPÉIA, 59.989.582/0001-23, POMPEIA/SP, 71000.051850/2017-71, 51690/2017, de 06/11/2017 a 05/11/2022.

68)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ITATIBA, 50.125.418/0001-01, ITATIBA/SP, 71000.052021/2017-13, 51716/2017, de 01/01/2018 a 31/12/2020.

69)ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE MANTENÓPOLIS, 36.349.496/0001-50, MANTENOPOLIS/ES, 71000.051827/2017-86, 51708/2017, de 30/01/2018 a 29/01/2023.

70)ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE ÁGUA DOCE DO NORTE, 01.550.072/0001-75, AGUA DOCE DO NORTE/ES, 71000.051716/2017-70, 51656/2017, de 30/01/2018 a 29/01/2023.

71)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SERRANA, 52.384.294/0001-04, SERRANA/SP, 71000.052020/2017-61, 51822/2017, de 22/12/2017 a 21/12/2022.

72)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ARATIBA, 05.512.384/0001-45, ARATIBA/RS, 71000.052155/2017-26, 51754/2017, de 29/06/2018 a 28/06/2023.

73)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE VAZANTE, 23.097.553/0001-00, VAZANTE/MG, 71000.051974/2017-56, 51739/2017, de 06/12/2017 a 05/12/2022.

74)ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SEMEAR, 05.220.053/0001-31, CAMPINAS/SP, 71000.052397/2017-10, 51765/2017, de 04/05/2018 a 03/05/2021.

75)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS -APAE DE PRAIA GRANDE, 76.853.472/0001-59, PRAIA GRANDE/SC, 71000.054760/2017-31, 51858/2017, de 30/01/2018 a 29/01/2023.

76)FENASE - FUNDAÇÃO EVANGÉLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EL-SHADAI, 02.835.722/0001-91, NITEROI/RJ, 71000.052373/2017-61, 51736/2017, de 22/12/2017 a 21/12/2022.

77)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BIRIGUI, 45.386.000/0001-00, BIRIGUI/SP, 71000.053926/2017-01, 51820/2017, de 15/01/2018 a 14/01/2021.

78)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JANDAIA DO SUL, 75.332.411/0001-83, JANDAIA DO SUL/PR, 71000.055810/2017-06, 51868/2017, de 18/09/2017 a 17/09/2022.

79)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE NOVA FÁTIMA, 80.920.416/0001-67, NOVA FATIMA/PR, 71000.055870/2017-11, 51881/2017, de 29/06/2018 a 28/06/2023.

80)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JUATUBA, 00.340.781/0001-63, JUATUBA/MG, 71000.055848/2017-71, 51870/2017, de 01/04/2018 a 31/03/2023.

81)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE RIO POMBA, 20.438.107/0001-23, RIO POMBA/MG, 71000.055872/2017-18, 51902/2017, de 27/08/2017 a 26/08/2022.

82)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BRAGANÇA PAULISTA, 45.624.988/0001-06, BRAGANCA PAULISTA/SP, 71000.058783/2017-15, 52059/2017, de 01/01/2018 a 31/12/2020.

83)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ILHABELA, 55.558.688/0001-11, ILHABELA/SP, 71000.057286/2017-08, 51973/2017, de 29/05/2018 a 28/05/2021.

Art. 2º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/2009.

Art. 3º Cientifique-se a Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 165, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria MDS nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes nos pareceres técnicos dos processos abaixo indicados, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de concessão da certificação de entidade beneficente de assistência social das seguintes entidades, por contrariarem requisitos legais constantes na Lei nº 12.101/2009:

1)INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE MARIA DE NAZARÉ, CNPJ 04.856.817/0001-17, PORTO ALEGRE/RS, processo nº 71000.035513/2011-41, parecer técnico nº 41181/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não atendeu os requisitos de outra(s) área(s) da certificação.

2)COMITÊ PARA DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMÁTICA, CNPJ 00.969.401/0001-54, RIO DE JANEIRO/RJ, processo nº 71000.041908/2011-82, parecer técnico nº 40728/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não demonstrou continuidade, planejamento e universalidade nas ofertas.

3)FUNDAÇÃO VIDA PARA TODOS ABAI, CNPJ 10.216.917/0001-81, MANDIRITUBA/PR, processo nº 71000.093762/2011-51, parecer técnico nº 41091/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não atua preponderantemente no âmbito da assistência social.

4)AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO E SUSTENTAVEL DE MIRABELA, CNPJ 06.155.005/0001-70, MIRABELA/MG, processo nº 71000.045674/2012-23, parecer técnico nº 38412/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não atua no âmbito da assistência social.

5)CONSELHO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DO RIACHO DAS PEDRAS TABOQUINHA E ADJACÊNCIAS, CNPJ 25.204.231/0001-48, MIRABELA/MG, processo nº 71000.045679/2012-56, parecer técnico nº 40830/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS; Não demonstrou atuar preponderantemente no âmbito da Assistência Social.

6)ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO CORRÊGO DA BAIXA, CNPJ 09.354.802/0001-74, MIRABELA/MG, processo nº 71000.045671/2012-90, parecer técnico nº 38809/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não atua no âmbito da assistência social.

7)ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DE SAMAMBAIA, CNPJ 09.655.677/0001-32, MIRABELA/MG, processo nº 71000.045687/2012-01, parecer técnico nº 39829/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não atua no âmbito da assistência social.

8)ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DE ANA GOLÇALVES, CNPJ 03.824.111/0001-00, MIRABELA/MG, processo nº 71000.045689/2012-91, parecer técnico nº 38821/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não atua no âmbito da assistência social; Estatuto Social não compatível com a legislação.

9)ASSOCIACAO DOS MORADORES DO CONDOMINIO RURAL SUSSUARANA, CNPJ 05.107.411/0001-02, MIRABELA/MG, processo nº 71000.049982/2012-28, parecer técnico nº 40760/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não atua no âmbito da assistência social.

10)ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DE ESTREITO, CNPJ 12.477.327/0001-38, MIRABELA/MG, processo nº 71000.045676/2012-12, parecer técnico nº 39823/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não atua no âmbito da assistência social.

11)ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MINI E PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DE VEREDA, CNPJ 02.547.423/0001-51, MIRABELA/MG, processo nº 71000.050050/2012-28, parecer técnico nº 38811/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não atua no âmbito da assistência social.

12)SOCIEDADE VICENTE PALOTTI, CNPJ 95.602.942/0001-56, SANTA MARIA/RS, processo nº 23000.009807/2012-55, parecer técnico nº 51562/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não atua preponderantemente no âmbito da assistência social.

13)LAR DA CRIANÇA IRMÃ JÚLIA, CNPJ 54.122.098/0001-89, PINDAMONHANGABA/SP, processo nº 71000.116899/2012-71, parecer técnico nº 41407/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não atendeu os requisitos de outra(s) área(s) da certificação.

14)ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DA FAZENDA DOS BOIS, CNPJ 02.703.423/0001-01, SALINAS/MG, processo nº 71000.049424/2013-43, parecer técnico nº 38820/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não atua no âmbito da assistência social.

15)OBRAS SOCIAIS M. MARILIANA BARBOSA, CNPJ 76.110.873/0001-19, CASTRO/PR, processo nº 71000.098630/2013-87, parecer técnico nº 41732/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não demonstrou continuidade, planejamento e universalidade nas ofertas; Não atendeu os requisitos de outra(s) área(s) da certificação.

16)UNIÃO DAS DAMAS DE CARIDADE NOSSA SENHORA DE LOURDES, CNPJ 45.426.277/0001-19, BOTUCATU/SP, processo nº 71000.124946/2015-01, parecer técnico nº 49336/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não atua no âmbito da assistência social; Não demonstrou continuidade, planejamento e universalidade nas ofertas.

17)MOVIMENTO ASSISTENCIAL BARBOSENSE - MAB, CNPJ 94.728.474/0001-06, CARLOS BARBOSA/RS, processo nº 71000.066385/2016-91, parecer técnico nº 50072/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não atua no âmbito da assistência social; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

18)CASA DE APOIO SETE ANJOS, CNPJ 03.506.205/0001-31, COLOMBO/PR, processo nº 71000.066107/2016-34, parecer técnico nº 50246/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não atua no âmbito da assistência social; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

19)ASAF - ASSOCIAÇÃO DE APOIO A FAMILIA PLENITUDE, CNPJ 11.095.743/0001-09, MOGI DAS CRUZES/SP, processo nº 71000.002345/2016-11, parecer técnico nº 50775/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não atua no âmbito da assistência social.

20)SOCIEDADE DRAMATICO MUSICAL CARLOS GOMES, CNPJ 82.653.403/0001-02, BLUMENAU/SC, processo nº 71000.094609/2016-55, parecer técnico nº 50800/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não atua no âmbito da assistência social.

21)COMUNIDADE KOLPING PADRE TEODORO DA VILA BELEM, CNPJ 20.510.830/0001-76, BELO HORIZONTE/MG, processo nº 71000.002399/2016-87, parecer técnico nº 50852/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não demonstrou gratuidade nas ofertas.

22)INSTITUTO PRESERVARTE, CNPJ 06.151.516/0001-13, JOAO NEIVA/ES, processo nº 71000.009650/2017-15, parecer técnico nº 50913/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não atua no âmbito da assistência social; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

23)CONFERENCIA SAO VICENTE DE PAULO, CNPJ 20.678.322/0001-00, GUARANESIA/MG, processo nº 71000.016451/2017-63, parecer técnico nº 50975/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não demonstrou gratuidade nas ofertas.

24)ASSOCIACAO PARAIBANA DE COMBATE AO CANCER INFANTO-JUVENIL DONOS DO AMANHA, CNPJ 07.408.047/0001-38, JOAO PESSOA/PB, processo nº 71000.016947/2017-37, parecer técnico nº 51106/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não atua no âmbito da assistência social; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800112

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

25)ASSOCIAÇÃO CULTURAL NOSSA SENHORA, CNPJ 05.919.155/0001-40, SAO PAULO/SP, processo nº 71000.025217/2017-27, parecer técnico nº 51084/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

26)LAR DA ESPERANÇA, CNPJ 01.531.026/0001-29, UBERABA/MG, processo nº 71000.034979/2017-14, parecer técnico nº 51133/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

27)APÁS - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE SURDOS, CNPJ 50.406.958/0001-55, JABOTICABAL/SP, processo nº 71000.046005/2017-83, parecer técnico nº 51384/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não demonstrou gratuidade nas ofertas.

28)REDE FEMININA DE COMBATE AO CANCER DE PEABIRU, CNPJ 04.757.428/0001-34, PEABIRU/PR, processo nº 71000.049712/2017-21, parecer técnico nº 51552/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não atua no âmbito da assistência social; Não demonstrou continuidade, planejamento e universalidade nas ofertas; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS; Estatuto Social não compatível com a LOAS.

29)INSTITUTO CÂNDIDO PORTINARI, CNPJ 23.079.584/0001-38, SORRISO/MT, processo nº 71000.051806/2017-61, parecer técnico nº 51666/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não atua no âmbito da assistência social.

Art. 2º Indeferir o pedido de renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social das seguintes entidades, por contrariarem requisitos legais constantes na Lei nº 12.101/2009:

1)ASSOCIAÇÃO EDUCADORA SÃO FRANCISCO DE ASSIS, CNPJ 06.303.192/0001-91, SAO LUIS/MA, processo nº 71000.114874/2009-38, parecer técnico nº 37062/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não atendeu os requisitos de outra(s) área(s) da certificação.

2)CENTRO COMUNITÁRIO CATÓLICO E OBRAS SOCIAIS OSCAR ROMERO, CNPJ 55.085.187/0001-65, SAO PAULO/SP, processo nº 71000.048222/2011-12, parecer técnico nº 44672/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não atendeu os requisitos de outra(s) área(s) da certificação.

3)ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS DA DIOCESE DE ABAETETUBA, CNPJ 02.727.757/0001-07, ABAETETUBA/PA, processo nº 71000.078260/2011-08, parecer técnico nº 44373/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não atendeu os requisitos de outra(s) área(s) da certificação.

4)CONGREGAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DAS IRMÃS DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA, CNPJ 11.020.054/0001-35, RECIFE/PE, processo nº 71000.069307/2012-15, parecer técnico nº 44971/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s).

5)COMUNIDADE EDUCACIONAL DE BASE SITIO DO PINHEIRINHO, CNPJ 62.462.528/0001-30, SAO PAULO/SP, processo nº 71000.056483/2013-78, parecer técnico nº 44936/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não atendeu os requisitos de outra(s) área(s) da certificação.

6)LIONS CLUBE DE POÇOS DE CALDAS - URÂNIO, CNPJ 18.625.327/0001-14, POCOS DE CALDAS/MG, processo nº 71000.129188/2014-29, parecer técnico nº 46811/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s).

7)ASSOCIAÇÃO PAPA JOÃO XXIII NO BRASIL, CNPJ 00.531.895/0001-90, CORONEL FABRICIANO/MG, processo nº 71000.134987/2014-17, parecer técnico nº 47025/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não atendeu os requisitos de outra(s) área(s) da certificação.

8)ABRIGO SÃO JUDAS TADEU, CNPJ 18.293.704/0001-65, SAO DOMINGOS DO PRATA/MG, processo nº 71000.084364/2016-58, parecer técnico nº 50579/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

9)CONGREGAÇÃO DO SANTÍSSIMO REDENTOR DE GOIÁS, CNPJ 01.640.770/0001-61, GOIANIA/GO, processo nº 71000.094477/2016-61, parecer técnico nº 50661/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não atua preponderantemente no âmbito da assistência social.

10)ASILO DE INVÁLIDOS DE SANTOS - CASA DO SOL, CNPJ 58.219.551/0001-20, SANTOS/SP, processo nº 71000.009571/2017-12, parecer técnico nº 50927/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

11)LAR DA TERCEIRA IDADE PADRE LONGINO, CNPJ 52.744.844/0001-40, MOGI GUACU/SP, processo nº 71000.025213/2017-49, parecer técnico nº 51057/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não demonstrou gratuidade nas ofertas.

12)SOCIEDADE GABRIELENSE DE AUXÍLIO AOS NECESSITADOS, CNPJ 87.584.553/0001-17, SAO GABRIEL/RS, processo nº 71000.025227/2017-62, parecer técnico nº 51032/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

13)ASSOCIAÇÃO ABRIGO A IDOSOS REVERENDO GUILHERME RODRIGUES PEREIRA, CNPJ 54.718.218/0001-05, ASSIS/SP, processo nº 71000.025164/2017-44, parecer técnico nº 51056/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

14)CASA DO POBRE PADRE CRISTÓVÃO DE ALMEIDA MACHADO, CNPJ 29.792.157/0001-89, CARMO/RJ, processo nº 71000.038135/2017-42, parecer técnico nº 51159/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não demonstrou gratuidade nas ofertas.

15)LAR FREDERICO OZANAM, CNPJ 48.403.638/0001-08, JACAREI/SP, processo nº 71000.038893/2017-61, parecer técnico nº 51209/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não demonstrou gratuidade nas ofertas.

16)ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SANTA PAULINA, CNPJ 06.340.043/0001-00, LINS/SP, processo nº 71000.044123/2017-57, parecer técnico nº 51338/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não atua no âmbito da assistência social.

17)LAR DOS POBRES SAO VICENTE DE PAULO, CNPJ 50.163.849/0001-54, ITIRAPINA/SP, processo nº 71000.049685/2017-97, parecer técnico nº 51548/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

Art. 3º Abrir prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta publicação, para que a entidade apresente recurso contra a decisão, sem efeito suspensivo.

Art. 4º Cientifique-se a Secretaria da Receita Federal do Brasil acerca dos indeferimentos relacionados no art. 2º.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

Ministério do Meio Ambiente

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 22 DE SETEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a disponibilização, acesso e uso dos dados e informações utilizados no processo de avaliação do estado de conservação da fauna brasileira. Processo n° 02176.000044/2017-18.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE- Instituto Chico Mendes, no uso das competências que lhe confere o Art. 24, Anexo I, do Decreto n° 8.974, de 24 de janeiro de 2017, e pela Portaria n° 2.154 do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, publicada no Diário Oficial da União de 08 de novembro de 2016; considerando a Política de Dados de Biodiversidade do Instituto Chico Mendes, instituída pela Instrução Normativa n° 02/2015, na qual estão descritas as definições pertinentes, assim como a Instrução Normativa n° 34/2013, que estabelece os procedimentos para a avaliação do estado de conservação das espécies da fauna brasileira e para publicação dos resultados obtidos, resolve:

Art. 1º Regulamentar a disponibilização, o acesso e o uso dos dados e informações utilizados no processo de avaliação do estado de conservação das espécies da fauna brasileira.

Art. 2°Os autores de dados ou informações utilizados no processo de avaliação da fauna brasileira, ao disponibilizá-los ao longo de suas etapas, autorizam a sua custódia pelo Instituto Chico Mendes nos termos desta Instrução Normativa.

Art. 3° Os dados e informações utilizados no processo de avaliação da fauna brasileira são passíveis de disponibilização pública, após validação da categoria de risco de extinção da espécie, com exceção dos casos especificados nessa Instrução Normativa.

Parágrafo único. Caberá ao Instituto Chico Mendes o desenvolvimento das ferramentas tecnológicas necessárias à manutenção e disponibilização de dados e informações referentes ao processo de avaliação do estado de conservação da fauna brasileira.

Art. 4° Os registros de ocorrência das espécies custodiados serão enquadrados nas seguintes categorias:

I - Sem carência;

II - Em carência.

§1° Os autores dos registros de ocorrência poderão definir um período de carência de até três anos para sua disponibilização pública.

§2° Os períodos de carência poderão ser reduzidos mediante autorização de seus autores.

Art. 5° Para os registros de ocorrência das espécies utilizados no ciclo de avaliação do estado de conservação das espécies da fauna brasileira realizado entre 2009 e 2014, passa a vigorar o período de carência de um ano a partir da data de publicação da presente Instrução Normativa.

§1° Exclui-se da carência tratada no caput deste artigo as informações contidas diretamente nos mapas das fichas de espécies, resultantes do processo de avaliação, respeitando a autoria deste material.

§2° Registros de ocorrência utilizados no ciclo de avaliação do estado de conservação da fauna brasileira realizado entre 2009 e 2014, que tenham sido objeto de acordos específicos formalizados com o ICMBio, serão tratados conforme disposto nos Instrumentos correspondentes.

Art. 6° Os registros de ocorrência das espécies em período de carência poderão ser usados pelo Instituto Chico Mendes, independente da autorização dos seus autores, nas seguintes hipóteses:

I - Para o planejamento de ações voltadas à gestão das Unidades de Conservação Federais e à conservação da biodiversidade, desde que não implique na sua publicação;

II - Para publicações técnicas ou científicas envolvendo análises e sínteses de informação em níveis taxonômicos iguais ou superiores à Ordem.

Art. 7° Para publicações técnicas ou científicas específicas, os registros de ocorrência de espécies em período de carência poderão ser usados pelo Instituto Chico Mendes desde que autorizado formalmente pelo(s) autor(es).

Art. 8° Informações sobre localização precisa de espécies que estejam ameaçadas de extinção ou de habitats e sítios arqueológicos, culturais ou históricos cujo acesso possa ameaçar sua integridade poderão ser classificadas como Dados Sensíveis, podendo ter sua divulgação restringida, mesmo fora do período de carência.

Parágrafo único. O período e as formas de restrição de dados e informações sensíveis serão formalizados por meio de decisão do Diretor de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade do Instituto Chico Mendes.

Art. 9° O Instituto Chico Mendes tornará disponível a identificação dos autores dos dados e informações das espécies utilizados no processo de avaliação do estado de conservação da fauna brasileira para seu devido referenciamento nas publicações que fizerem uso deste material.

§1° Os autores de dados ou informações disponibilizados que dispensarem sua citação deverão assim indicar ao Instituto.

§2° Os autores das publicações que utilizarem os dados ou informações de que trata o caput deste Artigo são responsáveis pela citação da sua autoria e fonte.

Art. 10 Esta Instrução Normativa revoga o Capítulo V, da IN 34 de 17 de outubro de 2013.

Art. 11 Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO JOSÉ SOAVINSKI

SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
COMITÊ GESTOR DO PROGRAMA DE APOIO À CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

RESOLUÇÃO Nº 8, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

Exclui dois Projetos de Assentamento do INCRA PA SANTA LUZIA e PA NOVA TANGARA do Programa de Apoio à Conservação Ambiental, denominado Programa Bolsa Verde, por não atenderem aos critérios ambientais para permanecerem no Programa.

O Comitê Gestor do Programa de Apoio à Conservação Ambiental, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 8º da Lei 12.512, de 14 de outubro de 2011, e pelo artigo 8º do Decreto 7.572, de 28 de setembro de 2011, resolve:

Art. 1º Ficam excluídos do Programa Bolsa Verde nos termos do disposto no parágrafo único do art. 8º da Resolução nº 01, de 2014 do Comitê Gestor do Programa de Apoio à Conservação Ambiental, os Projetos de Assentamento PA SANTA LUZIA (MG0062000) e PA NOVA TANGARA (MG0235000).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JULIANA FERREIRA SIMÕES
Ministério do Meio Ambiente

MAURO OLIVEIRA PIRES
Ministério do Meio Ambiente

ANA LUIZA OLIVEIRA CHAMPLONI
Ministério da Fazenda

BIANCA COELHO NOGUEIRA
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

TARCILA MARTINS PORTUGAL
Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800113

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério do Planejamento,Desenvolvimento e Gestão

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 305, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, tendo em vista o disposto no art. 7º, caput, inciso II, e § 1º, do Decreto nº 8.961, de 16 de janeiro de 2017, resolve:

Art. 1º Remanejar os valores constantes do Anexo I do Decreto nº 8.961, de 16 de janeiro de 2017, na forma dos Anexos I e II desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA

ANEXO I

(Anexo I ao Decreto nº 8.961, de 16 de janeiro de 2017)
REDUÇÃO DOS VALORES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO

R$ 1,00

	Órgãos	Demais				
		PAC	Emendas Impositivas		Outras	Total
			Individuais	Bancada		
39000	Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	15.000.000	0	0	0	15.000.000
55000	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	0	0	0	16.500.000	16.500.000
	TOTAL	15.000.000	0	0	16.500.000	31.500.000

ANEXO II

(Anexo I ao Decreto nº 8.961, de 16 de janeiro de 2017)
ACRÉSCIMO DOS VALORES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO

R$ 1,00

	Órgãos	Demais				
		PAC	Emendas Impositivas		Outras	Total
			Individuais	Bancada		
52000	Ministério da Defesa	0	0	0	15.000.000	15.000.000
71000	Encargos Financeiros da União	0	0	0	16.500.000	16.500.000
	TOTAL	0	0	0	31.500.000	31.500.000

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

PORTARIA Nº 35, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL, tendo em vista a autorização constante do art. 43, § 1º, inciso III, alínea "a", da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e

Considerando a possibilidade de maximizar a utilização do excesso de arrecadação referente à fonte 63 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público, no atendimento de despesas de capital, no âmbito do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, para garantir a operacionalização da fiscalização em metrologia e qualidade;

Considerando a frustração na arrecadação de recursos da fonte 80 - Recursos Próprios Financeiros, que financiam despesas na Administração direta do Ministério da Integração Nacional, e a possibilidade de utilização de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2016 da mesma fonte;

Considerando a necessidade de viabilizar a abertura de crédito suplementar, cuja programação a ser cancelada tem fonte de recursos incompatível com o objeto da suplementação pretendida, em face das vinculações legais vigentes, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário; e

Considerando a necessidade imediata de atendimento de despesas com pessoal inativo e pensionistas das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, no âmbito das Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, e a possibilidade de utilização de recursos da fonte 100 - Recursos Ordinários, originalmente alocados na Administração direta do Ministério da Fazenda, resolve:

Art. 1º Modificar, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, as fontes de recursos constantes da Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, no que concerne aos Ministérios da Fazenda, da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, da Integração Nacional, e do Desenvolvimento Social e Agrário, e a Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GEORGE SOARES

ANEXO

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25101 - Ministério da Fazenda - Administração Direta
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							44.554.520
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							44.554.520
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							44.554.520
			S	1	1	90	0	151	4.950.656
			S	1	1	90	0	169	39.603.864
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									44.554.520
TOTAL - GERAL									44.554.520

ÓRGÃO: 28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
UNIDADE: 28202 - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2079	Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços							1.410.000
		Atividades							
22 125	2079 214J	Fiscalização em Metrologia e Qualidade							1.410.000
22 125	2079 214J 0001	Fiscalização em Metrologia e Qualidade - Nacional							1.410.000
			F	4	2	90	0	263	1.410.000
TOTAL - FISCAL									1.410.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.410.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800114

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2111	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional							4.994.021
		Atividades							
04 122	2111 2000	Administração da Unidade							4.994.021
04 122	2111 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							4.994.021
			F	3	2	90	0	380	4.994.021
TOTAL - FISCAL									4.994.021
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.994.021

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
UNIDADE: 55201 - Instituto Nacional do Seguro Social
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							4.950.656
		Operações Especiais							
09 274	0909 0536	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais							4.950.656
09 274	0909 0536 0001	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional							4.950.656
			S	3	1	90	0	100	4.950.656
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									4.950.656
TOTAL - GERAL									4.950.656

ÓRGÃO: 73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios
UNIDADE: 73901 - Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0903	Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica							39.603.864
		Operações Especiais							
28 845	0903 00Q2	Pensionistas das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros do DF e Inativos da Polícia Civil							39.603.864
28 845	0903 00Q2 0053	Pensionistas das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros do DF e Inativos da Polícia Civil - No Distrito Federal							39.603.864
			S	1	1	90	0	100	39.603.864
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									39.603.864
TOTAL - GERAL									39.603.864

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25101 - Ministério da Fazenda - Administração Direta
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							44.554.520
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							44.554.520
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							44.554.520
			S	1	1	90	0	100	44.554.520
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									44.554.520
TOTAL - GERAL									44.554.520

ÓRGÃO: 28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
UNIDADE: 28202 - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2079	Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços							1.410.000
		Atividades							
22 125	2079 214J	Fiscalização em Metrologia e Qualidade							1.410.000
22 125	2079 214J 0001	Fiscalização em Metrologia e Qualidade - Nacional							1.410.000
			F	4	2	90	0	174	1.410.000
TOTAL - FISCAL									1.410.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.410.000

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2111	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional							4.994.021
		Atividades							
04 122	2111 2000	Administração da Unidade							4.994.021
04 122	2111 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							4.994.021
			F	3	2	90	0	180	4.994.021
TOTAL - FISCAL									4.994.021
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.994.021

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800115

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
UNIDADE: 55201 - Instituto Nacional do Seguro Social
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							4.950.656
		Operações Especiais							
09 274	0909 0536	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais							4.950.656
09 274	0909 0536 0001	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional							4.950.656
			S	3	1	90	0	151	4.950.656
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									4.950.656
TOTAL - GERAL									4.950.656

ÓRGÃO: 73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios
UNIDADE: 73901 - Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0903	Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica							39.603.864
		Operações Especiais							
28 845	0903 00Q2	Pensionistas das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros do DF e Inativos da Polícia Civil							39.603.864
28 845	0903 00Q2 0053	Pensionistas das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros do DF e Inativos da Polícia Civil - No Distrito Federal							39.603.864
			S	1	1	90	0	169	39.603.864
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									39.603.864
TOTAL - GERAL									39.603.864

PORTARIA Nº 36, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL, tendo em vista a autorização constante do art. 43, § 1º, inciso III, alínea "a", da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e

Considerando a frustração na arrecadação de recursos da fonte 52 - Resultado do Banco Central, que ora financiam despesas com amortização da Dívida Pública Federal Interna, na Unidade Orçamentária Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, bem como a possibilidade de redução da emissão de novos títulos públicos, fonte 44 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações, que atende despesas com juros da referida Dívida, no âmbito da mesma Unidade Orçamentária, mediante a incorporação de excesso de arrecadação da fonte 59 - Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Refinanciamento de Dívidas de Médio e Longo Prazos para financiar essas despesas, resolve:

Art. 1º Modificar, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, as fontes de recursos constantes da Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, no que concerne a Encargos Financeiros da União.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GEORGE SOARES

ANEXO

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União
UNIDADE: 71101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0905	Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações)							50.000.000.000
		Operações Especiais							
28 843	0905 0455	Serviços da Dívida Pública Federal Interna							50.000.000.000
28 843	0905 0455 0001	Serviços da Dívida Pública Federal Interna - Nacional							50.000.000.000
			F	2	0	90	0	159	17.000.000.000
			F	6	0	90	0	159	33.000.000.000
TOTAL - FISCAL									50.000.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									50.000.000.000

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União
UNIDADE: 71101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0905	Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações)							50.000.000.000
		Operações Especiais							
28 843	0905 0455	Serviços da Dívida Pública Federal Interna							50.000.000.000
28 843	0905 0455 0001	Serviços da Dívida Pública Federal Interna - Nacional							50.000.000.000
			F	2	0	90	0	144	17.000.000.000
			F	6	0	90	0	152	33.000.000.000
TOTAL - FISCAL									50.000.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									50.000.000.000

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

PORTARIA Nº 145, DE 19 DE SETEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º, inciso III, da Portaria MP nº 54, de 22 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto no art. 18, inciso II e § 1º, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, no art. 7º do Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967, no art. 17, inciso I, alínea "f", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e de acordo com os elementos que integram o Processo nº 05315.001755/2013-24, resolve:

Art. 1º Autorizar a cessão, sob o regime de concessão de direito real de uso gratuito, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, de imóvel rural da União com área de 1.065,0388 ha, constituído por terreno de marinha, seus acrescidos e várzea, localizado à margem esquerda do Rio Amazonas, conhecido como Comunidade Nossa Senhora da Conceição e inserido na Gleba Macacoari, no Município de Macapá, Estado do Amapá.

Parágrafo único. O imóvel descrito no caput está cadastrado no Sistema Integrado de Administração Patrimonial - SIAPA sob o nº 0605.0103004.64 e foi declarado de interesse do serviço público pela Portaria nº 258, de 24 de dezembro de 2015, publicada no DOU de 30/12/2015.

Art. 2º O imóvel descrito no art. 1º destina-se à regularização fundiária de interesse social e implantação de Projeto Agroextrativista - PAE Nossa Senhora da Conceição em favor de comunidades tradicionais com cerca de 80 famílias ribeirinhas, para fins específicos de regularização fundiária de interesse social, cultivo da terra, aproveitamento sustentável das várzeas, preservação das comunidades tradicionais e seus meios de subsistência.

Parágrafo único. É fixado o prazo de 02 (dois) anos, contado a partir da assinatura do contrato, renovável por igual período, para que o cessionário promova a regularização fundiária em favor das famílias daquelas comunidades.

Art. 3º A cessão será por tempo indeterminado.

Art. 4º O cessionário deverá transferir gratuitamente, de forma coletiva ou individual, o direito real de uso do imóvel da União descrito e caracterizado no art. 1º às famílias moradoras da comunidade Nossa Senhora da Conceição, uma vez preenchidos os requisitos legais.

§ 1º A transferência do direito real de uso previsto no caput deverá ser outorgada por prazo indeterminado, uma vez que garante o direito à moradia e a subsistência das famílias ribeirinhas.

§ 2º Quando da transferência do imóvel à população beneficiada, deverá constar do contrato cláusula que restrinja o direito real de uso às terras da União ao período de vazante, não se estendendo tal direito ao corpo d'água, nos períodos de cheia.

§ 3º Quando da transferência do imóvel à população beneficiada, deverá constar no contrato cláusula proibitiva de alienação, locação, ou qualquer outra modalidade que venha a dar posse ou propriedade a outro que não o beneficiário, sob pena de perda do benefício, sem direito a indenização.

§ 4º A Superintendência Estadual do Patrimônio da União no Amapá deverá figurar como interveniente no contrato a ser firmado entre o cessionário e os beneficiários finais.

Art. 5º A cessão tornar-se-á nula se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada destinação diversa da prevista no art. 2º desta Portaria ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula contratual.

Art. 6º Os direitos e obrigações mencionados nesta Portaria não excluem outros que explícita ou implicitamente decorrem do contrato de concessão e da legislação pertinente.

Art.7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIDRACK DE OLIVEIRA CORREIA NETO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800116

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

PORTARIA Nº 22, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS - SEST considerando o disposto no Anexo I, art. 41, inciso VI, letra "g", do Decreto nº 9.035, de 20.4.2017, resolve:

Art. 1º Fixar o limite máximo para o quadro de pessoal próprio para a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECTem 112.619 vagas, conforme segue:

Quadro Permanente	Anistiados	Quadro Total
112.610	9	112.619

Art. 2º Para fins de controle do limite do quantitativo de pessoal próprio da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, ficam contabilizados, à exceção dos empregados aposentados por invalidez, os empregados efetivos ingressantes por intermédio de concursos públicos, os empregados que possuem cargos, empregos ou funções comissionadas, os empregados que estão cedidos a outros órgãos, os empregados de outros órgãos cedidos à empresa, os empregados que estão afastados por doença, por acidente de trabalho, ou por qualquer outra razão.

Parágrafo único. As vagas destinadas aos empregados readmitidos sob a condição de anistiados deverão ser extintas ao término de seus contratos de trabalho.

Art. 3º. Compete à empresa gerenciar o seu quadro de pessoal próprio, praticando atos de gestão para repor empregados desligados ou que vierem a se desligar do quadro funcional, desde que sejam observados o limite ora estabelecido e as dotações orçamentárias aprovadas para cada exercício, bem como as demais normas legais pertinentes.

Art. 4º. Fica revogada a Portaria nº 8, de 20.12.2016, referente à fixação do quadro de pessoal da ECT.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO ANTÔNIO RIBEIRO SOARES

Ministério do Trabalho

GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO

DESPACHOS DO COORDENADOR-GERAL
Em 27 de setembro de 2017

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho, constantes do(s) ofício(s) ao MRE nº 0262/2017 de 22/09/2017, 0265/2017 de 25/09/2017 e 0267/2017 de 26/09/2017, respectivamente:

Temporário - Com Contrato - RN 01 - Resolução Normativa, de 05/05/1997:

Processo: 47039008080201724 Empresa: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: Tan Yigitcanlar Data Nascimento: 06/10/1969 Passaporte: N2394905 País: AUSTRÁLIA Mãe: Emine Cahide Yigitcanlar Pai: Nevzat Yigitcanlar.

Temporário - Com Contrato - RN 99 - Resolução Normativa, de 12/12/2012:

Processo: 47039007754201773 Empresa: AVENUES SAO PAULO EDUCACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SAMANTHA KUMARI DE SILVA Data Nascimento: 01/03/1988 Passaporte: 565608581 País: EUA Mãe: PRIYANI DE SILVA Pai: INDRAWANSA DE SILVA; Processo: 47039007865201780 Empresa: BANCO DE TOKYO-MITSUBISHI UFJ BRASIL S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Shohei Takatsuki Data Nascimento: 31/10/1990 Passaporte: TK3485699 País: JAPÃO Mãe: Asako Takatsuki Pai: Atsushi Takatsuki; Processo: 47039007163201704 Empresa: ADATA INTEGRATION BRAZIL S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SUN, PEIWEN Data Nascimento: 20/08/1984 Passaporte: 301105597 País: CHINA Mãe: Hsieh Hsiu Chun Pai: Sun Pei Guei; Processo: 47039007282201759 Empresa: ADATA ELECTRONICS BRAZIL S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHIANG, KUN - YEN Data Nascimento: 20/10/1978 Passaporte: 310700852 País: CHINA Mãe: CHANG LI-CHING Pai: CHIANG TE -CHING; Processo: 47039007293201739 Empresa: ADATA ELECTRONICS BRAZIL S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: WANG CHUNG-MING Data Nascimento: 14/11/1975 Passaporte: 312368581 País: CHINA Mãe: WANGCHO HUI-CHU Pai: WANG KUOH-SIANG; Processo: 47039007364201701 Empresa: LIU SHULIN VESTUARIOS - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: XIUPIAN QIU Data Nascimento: 16/10/1976 Passaporte: E53260410 País: CHINA Mãe: WANG MEI (MEI WANG) Pai: QIU YUNQING (YUNQING QIU); Processo: 47039007490201758 Empresa: CLUB MED BRASIL S/A Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: UGO CICOGNA Data Nascimento: 01/03/1984 Passaporte: YA3532201 País: ITÁLIA Mãe: ANTONIA CICIRETTI Pai: MORENO CICOGNA; Processo: 47039007537201783 Empresa: ESCOLA BEIT YAACOV Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: AMICHAI NACHSHONI Data Nascimento: 30/01/1989 Passaporte: 31172242 País: ISRAEL Mãe: Anat Nachshoni Pai: Meir Nachshoni; Processo: 47039007539201772 Empresa: ESCOLA BEIT YAACOV Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: RONIT ESTHER NACHSHONI Data Nascimento: 12/01/1989 Passaporte: 31177156 País: ISRAEL Mãe: Ruth Silvia Techa Pai: Gabriel Moshe Cohen; Processo: 47039007675201762 Empresa: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KYUNG CHUL KIM Data Nascimento: 02/06/1976 Passaporte: M25827636 País: CORÉIA DO SUL Mãe: YOUNGTEA KIM Pai: JUNGSIM CHOI; Processo: 47039007691201755 Empresa: SANDOZ DO BRASIL INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CATARINA MONTEIRO VARGAS SOBRAL Data Nascimento: 11/03/1974 Passaporte: N455328 País: PORTUGAL Mãe: Ana Maria Marques Monteiro Sobral Pai: Rui Eduardo Vargas Sobral; Processo: 47039007745201782 Empresa: INTERNATIONAL CHRISTIAN SCHOOL OF RIO DE JANEIRO Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: REBEKA AYTENFISU Data Nascimento: 15/11/1989 Passaporte: HP223759 País: CANADÁ Mãe: SARA AYTENFISU Pai: ASSEFA AYTENFISU; Processo: 47039007750201795 Empresa: INFOSYS TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RIAZ MOHAMMED Data Nascimento: 08/04/1979 Passaporte: Z4198153 País: ÍNDIA Mãe: MEHRAJUNNISA Pai: ISMAIL MOHAMMED; Processo: 47039007751201730 Empresa: JPTE ENGENHARIA LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Francisco Armando Paravisini Garcia Data Nascimento: 31/01/1952 Passaporte: 111358733 País: VENEZUELA Mãe: Judith Garcia de Paravisini Pai: Francisco David Paravisini Rivero; Processo: 47039007752201784 Empresa: AVENUES SAO PAULO EDUCACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LEWIS HAMILTON CLARK JR Data Nascimento: 15/05/1950 Passaporte: 550061452 País: EUA Mãe: BARBARA HOUSTON HALE Pai: LEWIS HAMILTON CLARK; Processo: 47039007753201729 Empresa: AVENUES SAO PAULO EDUCACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RYAN PAUL RONALD SAWTELL Data Nascimento: 31/12/1979 Passaporte: 479310619 País: EUA Mãe: KIM DIANN SAWTELL Pai: RONALD ORAL SAWTELL; Processo: 47039007756201762 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DARIO SEBASTIAN ALBORNOZ Data Nascimento: 08/12/1981 Passaporte: AAB257063 País: ARGENTINA Mãe: RAQUEL TERESITA CABROL Pai: ANTONIO EDUARDO ALBORNOZ; Processo: 47039007757201715 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FRANCISCO AGUSTIN RUIZ Data Nascimento: 28/10/1986 Passaporte: 32677985N País: ARGENTINA Mãe: MONICA PATRICIA INGOLOTTI Pai: CARLOS RICARDO RUIZ; Processo: 47039007837201762 Empresa: HAITIAN HUAYUAN SOUTH AMERICA COMERCIO DE MAQUINAS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KEJIE SHI Data Nascimento: 08/01/1983 Passaporte: G38380714 País: CHINA Mãe: JIAN QUN ZHANG Pai: JI YOU SHI; Processo: 47039007799201748 Empresa: IBM BRASIL-INDUSTRIA MAQUINAS E SERVICOS LIMITADA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SANDEEP PATTANAIK Data Nascimento: 14/12/1979 Passaporte: Z4212758 País: ÍNDIA Mãe: SUMITA PATTANAIK Pai: SUBHAS PATTANAIK; Processo: 47039007845201717 Empresa: SHELL BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NICOLA MARGARET GARDNER Data Nascimento: 26/06/1982 Passaporte: 548482011 País: GRÃ BRETANHA Mãe: MARIE GARDNER Pai: RONALD JOHN GARDNER.

Temporário - Com Contrato - RN 121 - Resolução Normativa, de 08/03/2016:

Processo: 47039008043201716 Empresa: ASEPEL ASSOCIACAO DE ENSINO E PESQUISA EM ESPORTE E LAZER Prazo: até 15/05/2018 Estrangeiro: EMERSON ALEXANDER RODRIGUEZ GONZALEZ Data Nascimento: 02/02/1993 Passaporte: 086550699 País: VENEZUELA Mãe: SANDRA GONZALEZ Pai: EMERSON RODRIGUEZ.

Temporário - Sem Contrato - RN 35 - Resolução Normativa, de 28/09/1999:

Processo: 47039007984201732 Empresa: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Bastien, André, Jean-Claude MONTIGNY Passaporte: 13AI07920; Processo: 47039007986201721 Empresa: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Pierre, Luis, Jaime BUSTAMANTE Passaporte: 17CI34548.

Temporário - Sem Contrato - RN 61 - Resolução Normativa, de 08/12/2004:

Processo: 47039007397201743 Empresa: SDEPCI PROJETOS E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JIQIAN LIU Passaporte: E07820798; Processo: 47039007399201732 Empresa: SDEPCI PROJETOS E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KAINIAN HAN Passaporte: G33632864; Processo: 47039007400201729 Empresa: SDEPCI PROJETOS E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: XIANBIAO QIN Passaporte: E00005108; Processo: 47039007402201718 Empresa: SDEPCI PROJETOS E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YANQING XU Passaporte: E00032555; Processo: 47039007403201762 Empresa: SDEPCI PROJETOS E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YUANYE TIAN Passaporte: E16545427; Processo: 47039007405201751 Empresa: SDEPCI PROJETOS E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ZHAOXING LIU Passaporte: G60434718; Processo: 47039007407201741 Empresa: SDEPCI PROJETOS E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ZIBO LUO Passaporte: G29755594; Processo: 47039006642201703 Empresa: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Prazo: até 26/07/2018 Estrangeiro: ALDI LEKAJ Passaporte: BR9970645; Processo: 47039006643201740 Empresa: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Prazo: até 26/07/2018 Estrangeiro: ALEXIS PHILIPPE DELOGE Passaporte: 10CZ23565; Processo: 47039006645201739 Empresa: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Prazo: até 26/07/2018 Estrangeiro: ANDREJ SMISKAL Passaporte: 23490393; Processo: 47039006647201728 Empresa: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Prazo: até 26/07/2018 Estrangeiro: ANDREW ROSS HALES Passaporte: 465260205; Processo: 47039006649201717 Empresa: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Prazo: até 26/07/2018 Estrangeiro: ARTUR MURADIAN Passaporte: EX248481; Processo: 47039006650201741 Empresa: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Prazo: até 26/07/2018 Estrangeiro: BRANDON EUGENE FRANKS Passaporte: 481636411; Processo: 47039006652201731 Empresa: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Prazo: até 26/07/2018 Estrangeiro: BRANDON LEE DOWNEY Passaporte: 485491672; Processo: 47039007146201769 Empresa: MORKEN BRASIL COMERCIO E SERVICOS DE DUTOS E INSTALACOES LTDA. Prazo: até 20/07/2018 Estrangeiro: SUTTHIPHAN SUNTORNSANOA Passaporte: AA1586372; Processo: 47039007174201786 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMÓVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: EUNA OH Passaporte: M45055218; Processo: 47039007175201721 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HYOSIK BANG Passaporte: M44776665; Processo: 47039007198201735 Empresa: USINA TERMELETRICA PAMPA SUL S/A Prazo: até 31/01/2018 Estrangeiro: VIJAY KUMAR PASUPULETI Passaporte: N4235045; Processo: 47039007205201707 Empresa: WARTSILA BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARCUS MIKAEL WALLINVIRTA Passaporte: PC1627777; Processo: 47039007277201746 Empresa: VESTAS DO BRASIL ENERGIA EOLICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Julien Francis Guibert Passaporte: 11AH33646; Processo: 47039007355201711 Empresa: EMBRAER S.A. Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: Peter Stefan Berglund Dolling Passaporte: 90855940; Processo: 47039007442201760 Empresa: FLANDERS DO BRASIL - INSTALACOES INDUSTRIAIS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LEONARD CRATIC III Passaporte: 517316698; Processo: 47039007472201776 Empresa: M I SWACO DO BRASIL - COMERCIO, SERVICOS E MINERACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: NEGAR ARAM Passaporte: 538573651; Processo: 47039007467201763 Empresa: MMG BRASIL EXPLORACAO MINERAL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KATHERINE ANDREA SMUK Passaporte: GC303157; Processo: 47039007471201721 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PINGYU SUN Passaporte: E 49815542; Processo: 47039007497201770 Empresa: PHOTON PARTICIPACOES S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FABIAN ESTEBAN GONZALEZ CANDIA Passaporte: F15215092; Processo: 47039007534201740 Empresa: VESTERGAARD MARINE, SERVICE DO BRASIL, IMPORTACAO, EXPORTACAO E SERVICOS NAVAIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JAN ENGELHARDT THOMSEN Passaporte: 206009158; Processo: 47039007535201794 Empresa: VESTERGAARD MARINE, SERVICE DO BRASIL, IMPORTACAO, EXPORTACAO E SERVICOS NAVAIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ALLAN BENT NIELSEN Passaporte: 208084179.

Temporário - Sem Contrato - RN 72 - Resolução Normativa, de 10/10/2006:

Processo: 47041003016201716 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 13/08/2018 Estrangeiro: Dennis Samonte Roque Passaporte: P4170005A Estrangeiro: Kirby Tidula Arias Passaporte: EC3251260; Processo: 47041003017201752 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 18/02/2018 Estrangeiro: Oleksandr Buinevych Passaporte: FE787984; Processo: 47041003018201705 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 06/03/2019 Estrangeiro: Subramanian Chathapuram Subbaraman Passaporte: J1957724; Processo: 47041003019201741 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 23/05/2018 Estrangeiro: James Patrick Cansancio Pollicar Passaporte: P2352284A; Processo: 47041003020201776 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 17/04/2018 Estrangeiro: Tushar Pal Nair Passaporte: H6293850; Processo: 47041003021201711 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Darko Pros Passaporte: 086346847; Processo: 47041003022201765 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 08/06/2018 Estrangeiro: Agus Syamsudin Passaporte: B0913661 Estrangeiro: Hasan Basri Passaporte: B7497899 Estrangeiro: Hasdin Ramli Passaporte: B3985277 Estrangeiro: Jorry Fanny Worotikan Passaporte: B5562662 Estrangeiro: Stefan Rosu Passaporte: 053776203; Processo: 47041003023201718 Empresa: ENSCO DO BRASIL PETROLEO E GAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YANN HENRI ANDRE AUBERT Passaporte: 13CV19694; Processo: 47041003024201754 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Antonios Vlassakis Passaporte: AN0785357 Estrangeiro: Nikolaos Andriotis Passaporte: AN1668059 Estrangeiro: Nikolaos Chatzidoulis Passaporte: AN1091843; Processo: 47041003025201707 Empresa: MCDERMOTT SERVICOS OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: até 15/04/2018 Estrangeiro: HERBERT JOHN HAWKINS Passaporte: HK624254 Estrangeiro: KIERAN GAVRIL MARIN Passaporte: TB229940; Processo: 47041003026201743 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/10/2018 Estrangeiro: Aleksandr Argunov Passaporte: 651565013 Estrangeiro: Roman Volkov Passaporte: 736442286; Processo: 47041003027201798 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Craig Devon Nelson Passaporte: A3903343 Estrangeiro: Edwin Jr Tolentino Oro Passaporte: EC8137185 Estrangeiro: Lorene Jr. Abog De Leon Passaporte: EC3205873 Estrangeiro: Patrick Brizuela Alberto Passaporte: P1553723A; Processo: 47041003028201732 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PE-

TROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Henry Espares Diolola Passaporte: EC3891948; Processo: 47041003029201787 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Dmytro Tomashevskyi Passaporte: EK481918; Processo: 47041003030201710 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 18/02/2018 Estrangeiro: Ananda Rao Gangada Passaporte: H6760019; Processo: 47041003031201756 Empresa: FLUMAR TRANSPORTES DE QUIMICOS E GASES LTDA Prazo: até 27/11/2017 Estrangeiro: Abner Ibanez Pineda Passaporte: EC6028463 Estrangeiro: Leonardo Gallaron Ambrosio Passaporte: P0973242A Estrangeiro: Perfecto Deapera Faller Passaporte: EB7630127 Estrangeiro: Rufo Jr Delizo Abuan Passaporte: EB8652275; Processo: 47041003034201790 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: STEPHAN PIERRE GARDIE Passaporte: 13FV15423; Processo: 47041003033201745 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 18/06/2019 Estrangeiro: BERTRAND LEON GILBERT JOSEPH GAUTHIER Passaporte: 15FV06037 Estrangeiro: MIKAEL JEREMY JOHN SOLER Passaporte: 12AY46542; Processo: 47041003032201709 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 18/06/2019 Estrangeiro: NIKOLAY SHOLOPA Passaporte: 736131531; Processo: 47041003036201789 Empresa: TEEKAY PETROJARL I SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Jan Waldemar Wnuk Passaporte: EA2935966 Estrangeiro: Marcin Mariusz Sikora Passaporte: EK6835455; Processo: 47041003037201723 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 26/03/2018 Estrangeiro: Arvin Salazar Ferrer Passaporte: EC3979662 Estrangeiro: Zannis Kasmas Passaporte: AN1120589; Processo: 47041003038201778 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 13/08/2018 Estrangeiro: Dimitrios Mares Passaporte: AN3407831 Estrangeiro: Odilon Malsi Mallanao Passaporte: EC8412351 Estrangeiro: Stamatios Toras Passaporte: AN4890545; Processo: 47041003039201712 Empresa: TEEKAY PETROJARL I SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Janusz Nowosielecki Passaporte: EH2146253 Estrangeiro: Tomasz Hubert Kolodziejski Passaporte: ED2773620; Processo: 47041003042201736 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 11/06/2018 Estrangeiro: Samuel Ilustrisimo Consolacion Passaporte: EC1872182; Processo: 47041003044201725 Empresa: PETRODIN SERVICOS MARITIMOS E PETROLEO LTDA - ME Prazo: até 29/07/2018 Estrangeiro: IGOR BAKUTA Passaporte: 753627977; Processo: 47041003046201714 Empresa: FLUMAR TRANSPORTES DE QUIMICOS E GASES LTDA Prazo: até 27/11/2017 Estrangeiro: Felix Tinamisan Baracael Passaporte: EC5667991 Estrangeiro: Noveli Amparo Laquian Passaporte: P1107065A Estrangeiro: Samuel Osores Jaquilmac Passaporte: EB7566396; Processo: 47041003047201769 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Billy Joe Molano Sanchez Passaporte: EC0631469; Processo: 47041003048201711 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 03/11/2017 Estrangeiro: Jay Nava Vidanes Passaporte: EC1174436.

Temporário - Sem Contrato - RN 69 - Resolução Normativa, de 22/03/2006:

Processo: 47039007987201776 Empresa: CARLOS BRANCO & CIA LTDA - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: FREDDIE JAMES DIXON Passaporte: 552416220 Valor Total do Evento (R$): 15000.00 Estrangeiro: JIMMY LEE TILLMAN Passaporte: 518735604 Estrangeiro: MAURICE JOHN VAUGHN Passaporte: 482512965 Estrangeiro: MERVYN GILMORE HINDS Passaporte: 543977499 Estrangeiro: MICHAEL DAMANI STRAUTMANIS Passaporte: 495174048; Processo: 47039007989201765 Empresa: POPLOAD SERVICOS JORNALISTICOS S/S LTDA - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ALAN DANIEL PALOMO Passaporte: 488836184 Valor Total do Evento (R$): 14900.00 Estrangeiro: DUSTIN NOEL BLACK Passaporte: 561207900 Estrangeiro: JASON MICHAEL DWINNELL FARIES Passaporte: 561207941 Estrangeiro: JORGE MANUEL PALOMO Passaporte: 561207926 Estrangeiro: MAX SPENCER TOWNSLEY Passaporte: 546122160 Estrangeiro: Morgan Francisco Wiley Passaporte: 481619605; Processo: 47039007917201718 Empresa: LIBERATION MUSIC COMPANY PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ALEXANDER MARTIN BARR Passaporte: 555014408 Valor Total do Evento (R$): 11000.00 Estrangeiro: BRIAN CHRISTOPHER LAREAU Passaporte: 561412542 Estrangeiro: CHRISTOPHER STEPHEN PHILLIPS Passaporte: 499881505 Estrangeiro: DEREK RUSSELL DAVIS Passaporte: 565596349 Estrangeiro: EVAN LEIGHTON TOLONEN Passaporte: 561550038 Estrangeiro: GREGORY ARTHUR MIDDLETON Passaporte: 542721763 Estrangeiro: JAMES PATRICK LYNCH Passaporte: 422049963 Estrangeiro: JEFF DA ROSA Passaporte: 422049944 Estrangeiro: JONATHAN ARMAND MARCANTONIO Passaporte: 496948850 Estrangeiro: JOSEPH VINCENT CANNAVA Passaporte: 485920660 Estrangeiro: KENNETH WILLIAM CASEY Passaporte: 545784194 Estrangeiro: KEVIN LEO RHEAULT Passaporte: 558224407 Estrangeiro: LEE NEIL FORSHNER Passaporte: 496080548 Estrangeiro: LEONIDAS JOHN CHARUHAS Passaporte: 561823063 Estrangeiro: MATTHEW EDWARD KELLY Passaporte: 483721048 Estrangeiro: PETER CHRISTIAN ROBERTSON Passaporte: 488809572 Estrangeiro: TIMOTHY JOHN BRENNAN Passaporte: 422049962; Processo: 47039007952201737 Empresa: JAZZ FLAVOUR CLUB S.A. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: Christopher Stephen Botti Passaporte: 505932141 Valor Total do Evento (R$): 100000.00 Estrangeiro: Jeremy Paul Plotnikoff Passaporte: 422079912 Estrangeiro: Lee Edward Pearson II Passaporte: 505911446 Estrangeiro: Michael Olaleye Temitayo Olatuja Passaporte: 512943887 Estrangeiro: Rachel Katherine Eckroth Passaporte: 550013784 Estrangeiro: Rafael Alexander Moras Passaporte: 543724532 Estrangeiro: Ryan Michael Beck Passaporte: 488835911 Estrangeiro: Sandra Meei Cameron Passaporte: 507385926 Estrangeiro: Syretha Olivia Smith Passaporte: 505932220 Estrangeiro: Taylor Whitney Eigsti Passaporte: 478461726; Processo: 47039008095201792 Empresa: ZUFFA EVENTOS ESPORTIVOS BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: AIDA JONIDY ROGGERO Passaporte: 550974364 Valor Total do Evento (R$): 2185500.00 Estrangeiro: AMR SAYED MOHAMED IBRAHIM Passaporte: 471495935 Estrangeiro: ANDREW MICHAEL DAUER Passaporte: 506120037 Estrangeiro: ANDRIA SHUNTEL HERD Passaporte: 557591229 Estrangeiro: ANGEL MARIE MILLER Passaporte: 453774976 Estrangeiro: ANTHONY GIORDANO Passaporte: 475539613 Estrangeiro: APRIL ANN ALFORD Passaporte: 488274401 Estrangeiro: AUSTIN MICHEAL SCOTT Passaporte: 450441103 Estrangeiro: BOSTON KOALIIOKEKAI SALMON Passaporte: 506621742 Estrangeiro: BRAD O'SHEY TATE Passaporte: 450718255 Estrangeiro: BRADLEY RAY COVINGTON Passaporte: 546386641 Estrangeiro: BRANDON EBERHART ZUNDEL Passaporte: 509317117 Estrangeiro: BRIAN MATTHEW GALLAGHER Passaporte: 546287201 Estrangeiro: BRIAN WILLIAM MC LAUGHLIN Passaporte: 450330239 Estrangeiro: BRUCE ANTHONY BUFFER Passaporte: 546283804 Estrangeiro: CAINE ANTHONY LEE Passaporte: 554294290 Estrangeiro: CARSTEN GARNE ETTRUP Passaporte: 202948488 Estrangeiro: CASEY CLIFFORD HALSTEAD Passaporte: 456312378 Estrangeiro: CHRISTIAN NICOLAS FLINK COLOMBO Passaporte: 204832894 Estrangeiro: CHRISTOPHER LEWIS TAYLOR Passaporte: 548537778 Estrangeiro: COLBY RAY COVINGTON Passaporte: 518237254 Estrangeiro: COLIN SATORU OYAMA Passaporte: 489299315 Estrangeiro: CRAIG JONATHAN KRISTENSEN Passaporte: 206398810 Estrangeiro: CRAIG MICHAEL BORSARI Passaporte: 483024656 Estrangeiro: CRAIG RICHARD CONLEY Passaporte: 530664985 Estrangeiro: DANA FREDERICK WHITE JR Passaporte: 505922020 Estrangeiro: DANIEL BRITO Passaporte: 560170636 Estrangeiro: DANIEL RYAN CORMIER Passaporte: 513084034 Estrangeiro: DAVID ANTHONY TIRELLI Passaporte: 495219102 Estrangeiro: DAVID GEGORY MARINOBLE Passaporte: 525605464 Estrangeiro: DENNIS RAY DAVIS Passaporte: 545991139 Estrangeiro: DEREK CHARLES CLEARY Passaporte: 561183237 Estrangeiro: DEREK T BRUNSON Passaporte: 481537392 Estrangeiro: DIN YERO THOMAS Passaporte: 559523227 Estrangeiro: DONALD COLBY PRIDGEN Passaporte: 529884116 Estrangeiro: DONALD PHILIP PFISTER Passaporte: 501585807 Estrangeiro: DONNA MARIE MARCOLINI Passaporte: 498738240 Estrangeiro: EDWARD MAXIMO SOARES Passaporte: 483091439 Estrangeiro: ELAINA MICHELLE MATSKO Passaporte: 507739643 Estrangeiro: EMBER LYNNE MORR Passaporte: 548538403 Estrangeiro: EMMANUEL CICERON NTOH Passaporte: 449996967 Estrangeiro: GARRETT STEVEN HUNT Passaporte: 546284244 Estrangeiro: GRAHAM MATHEW LINDNER Passaporte: 548525677 Estrangeiro: HAAKON ANDREAS FJELDBU FOSS Passaporte: 29186139 Estrangeiro: HEIDI DEAN Passaporte: 479662983 Estrangeiro: HEIDI ELIZABETH ANDROL GUZMAN Passaporte: 530415843 Estrangeiro: IKE LAWRENCE EPSTEIN Passaporte: 520593533 Estrangeiro: JACK BERNDHARD HERMANSSON Passaporte: 89467829 Estrangeiro: JACK ROBERT MARSHMAN Passaporte: 546855942 Estrangeiro: JACQUELLYN BLAIR WILLIAMS Passaporte: 441977438 Estrangeiro: JAMES A MILLER Passaporte: 559076508 Estrangeiro: JAMES DEON LEE Passaporte: 488677050 Estrangeiro: JAMES LELAND SORENSON JR Passaporte: 547745531 Estrangeiro: JAMES PATRICK MATTHEWS Passaporte: 435107964 Estrangeiro: JARED JON GORDON Passaporte: 549213894 Estrangeiro: JARRED ANTHONY BROOKS Passaporte: 547414375 Estrangeiro: JASON FRANCIS EIBLE Passaporte: 482893197 Estrangeiro: JASON KEVIN HOUSE Passaporte: 530970792 Estrangeiro: JASON LEE MACALIK Passaporte: 475752834 Estrangeiro: JASON PARKER STROUT Passaporte: 521694649 Estrangeiro: JAZZMINE ESHONA THOMPSON Passaporte: 563408703 Estrangeiro: JEFFREY CLEON HARRELL Passaporte: 575891739 Estrangeiro: JEREMIAH LOUIS RODRIGUEZ Passaporte: 568249089 Estrangeiro: JEREMY LEONARD Passaporte: 477776281 Estrangeiro: JEREMY SETH OLSON Passaporte: 488601719 Estrangeiro: JOHN EDWARD JOHNSTON Passaporte: 565372830 Estrangeiro: JOHN MICHAEL MC CARTHY Passaporte: 550062741 Estrangeiro: JOHN WINTHROP CROUCH JR Passaporte: 487318242 Estrangeiro: JONATHAN STEPHEN GOODEN Passaporte: 521933078 Estrangeiro: JOSE LUIS MARTINEZ Passaporte: 556632881 Estrangeiro: JOSEPH DE CHAVES Passaporte: 512717500 Estrangeiro: JOSEPH SCOTT WILLIAMS Passaporte: 480720872 Estrangeiro: JOSHUA DEE ZUFELT Passaporte: 550365157 Estrangeiro: JOSHUA HAMILTON WOODBURY Passaporte: 545004514 Estrangeiro: JOSHUA KEITH HEDGES Passaporte: 550973776 Estrangeiro: JUSTIN DARRELL GRAY Passaporte: 513109742 Estrangeiro: JUSTIN DERRICK LIMING Passaporte: 534198013 Estrangeiro: KATHRYN FRIAS Passaporte: 548918237 Estrangeiro: KODY THOMAS HAMRAH Passaporte: 560554477 Estrangeiro: LANCE ROBERT ZINK Passaporte: 485695230 Estrangeiro: LOUISE MEGAN STORY Passaporte: 422999824 Estrangeiro: MARCOS ROSALES JR Passaporte: 485414002 Estrangeiro: MARIN SKIFIC Passaporte: 483793831 Estrangeiro: MARK ALEXANDER COWAN Passaporte: 534888394 Estrangeiro: MARK L LEVY Passaporte: 450372911 Estrangeiro: MARK RICHARD MARSHMAN Passaporte: 518571770 Estrangeiro: MARK SHANE JACKSON Passaporte: 523624921 Estrangeiro: MARLON ANDRES VERA DELGADO Passaporte: 1311445439 Estrangeiro: MATTHEW AARON RADMANOVICH Passaporte: 561533064 Estrangeiro: MATTHEW ROBERT VALENZUELA Passaporte: 456789205 Estrangeiro: MAX GRIFFIN Passaporte: 525568854 Estrangeiro: MEGAN JOY OLIVI Passaporte: 509201185 Estrangeiro: MICHAEL ANDREW JARAMILLO Passaporte: 437831157 Estrangeiro: MICHAEL BRIAN FLOYD Passaporte: 483669647 Estrangeiro: MICHAEL DAVID MARK ARNOLD Passaporte: 447731916 Estrangeiro: MICHAEL DEANGILO WESTBROOK Passaporte: 511867701 Estrangeiro: MICHAEL JAMES AFANASIEV Passaporte: 474527193 Estrangeiro: MICHAEL JOHN MAYNARD Passaporte: 522233407 Estrangeiro: MICHAEL JOSEPH FARNSWORTH Passaporte: 516050767 Estrangeiro: MICHAEL ROBERT RICCI Passaporte: 472310500 Estrangeiro: MICHAEL THOMAS BROWN Passaporte: 496303500 Estrangeiro: MOHSEN BAHARI Passaporte: 305347734 Estrangeiro: NATHAN WILLIAM PETTIT Passaporte: 485046270 Estrangeiro: NEIL DAVID SHAW Passaporte: HP122195 Estrangeiro: NICHOLAS GORDON PRICE Passaporte: 560358153 Estrangeiro: NOLAN JAMES OTT Passaporte: GJ990270 Estrangeiro: PAULINO HERNANDEZ MEDINA Passaporte: 1063519 Estrangeiro: POUL DUVILL Passaporte: 208934431 Estrangeiro: REED SIMMONS HARRIS Passaporte: 454384105 Estrangeiro: RICHARD ALEXANDER SHORE Passaporte: 542891632 Estrangeiro: ROBERT CARL MONROE Passaporte: 555011043 Estrangeiro: ROBERT DONALD FOLLIS Passaporte: 555018358 Estrangeiro: ROBERT SPENCER FONT Passaporte: 518339636 Estrangeiro: ROBERT WILLIAM MASSEY Passaporte: 530461020 Estrangeiro: RYAN RANDALL MITCHEL Passaporte: 490764135 Estrangeiro: SEAN MICHAEL SHELBY Passaporte: 489296525 Estrangeiro: SIMON MARK GOODALL Passaporte: 549898663 Estrangeiro: SWAYZE MICHELLE VALENTINE Passaporte: 502013156 Estrangeiro: THEODORO LUCIA IV Passaporte: 453690415 Estrangeiro: THOMAS ROY STIRRAT Passaporte: 533623804 Estrangeiro: TIMOTHY DARIN O'TOOLE Passaporte: 477804567 Estrangeiro: TODD MATTHEW GIERY Passaporte: 460004128 Estrangeiro: TONY ROBERT BARBOZA Passaporte: 559517250 Estrangeiro: TRACY ALAN MICHAELS Passaporte: 436651036 Estrangeiro: TYSON D CHARTIER Passaporte: 520935089 Estrangeiro: VICTOR GUILLERMO HARDOY LOUZAO Passaporte: AAD994904 Estrangeiro: YAOTZIN G MEZA Passaporte: 430967547 Estrangeiro: ZACHARY JONES Passaporte: HK281341 Estrangeiro: ZACHARY PAUL CANDITO Passaporte: 446225833; Processo: 47039007960201783 Empresa: ESA BOOKINGS E EVENTOS - EIRELI Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Shahram Khososi Nikjeh Passaporte: C744RCWPL Valor Total do Evento (R$): 7000.00; Processo: 47039007971201763 Empresa: AMJS STUDIOS EIRELI Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CRISTAL REBECCA KILGO Passaporte: 466826145 Valor Total do Evento (R$): 9000.00 Estrangeiro: LAWRENCE EUGENE BURDEN JR Passaporte: 530975343 Estrangeiro: LEONARD EVERETT BURDEN Passaporte: 530975342; Processo: 47039007988201711 Empresa: ELIEL FERNANDES VIEIRA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: DAVID ADDISON COBB JR. Passaporte: 537274036 Valor Total do Evento (R$): 8000.00 Estrangeiro: DRYDEN MITCHELL Passaporte: 445024686 Estrangeiro: HENRICUS JOHANNES MARIA DE HAAS Passaporte: BMDL79KL6 Estrangeiro: LUIS JORGE CASTILLO Passaporte: 501676577 Estrangeiro: MARCOS CURIEL Passaporte: 463340908 Estrangeiro: MARK TRAA DANIELS Passaporte: 465270469 Estrangeiro: MICHAEL KENNETH KLOWAS Passaporte: 495828362 Estrangeiro: MICHAEL RICHARD COSGROVE Passaporte: 444795781 Estrangeiro: NOAH CHARLES BERNARDO Passaporte: 516886083 Estrangeiro: PAUL JOSHUA SANDOVAL Passaporte: 475255964 Estrangeiro: TERENCE MAURICE CORSO Passaporte: 422085740 Estrangeiro: TIM SEAN PEUGH Passaporte: 528767045 Estrangeiro: TIMOTHY HOBART MILLER JR. Passaporte: 534203547; Processo: 47039007990201790 Empresa: SEIS CORDAS - PRODUCOES CULTURAIS E ARTISTICAS LTDA. - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: GORAN KRIVOKAPIC Passaporte: E16EN7127 Valor Total do Evento (R$): 2608.00; Processo: 47039007992201789 Empresa: MORE MUSIC LIVE EVENTOS LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: EL HASSANE ES SIAHI Passaporte: 13FV02880 Valor Total do Evento (R$): 3000.00; Processo: 47039008005201763 Empresa: R & C EVENTOS, PROMOCOES E PUBLICIDADE LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: AARON PABLO MENACHEM ELHARAR Passaporte: 575951532 Valor Total do Evento (R$): 8680000.00 Estrangeiro: ADRIENNE DENISE SANCHEZ Passaporte: 548564206 Estrangeiro: ANDREW GLENN MENNEN Passaporte: 455892391 Estrangeiro: ANGELO LUIS VIACAVA Passaporte: 482103658 Estrangeiro: ANTWAN TERRELL SMALLS Passaporte: 501703063 Estrangeiro: BRIAN MITCHELL BUKOVINSKY Passaporte: 453653494 Estrangeiro: BRIAN THOMAS BASSHAM Passaporte: 481604550 Estrangeiro: CARLOS JAMES OLDIGS Passaporte: 549900054 Estrangeiro: CHARLES ALBERT MONIZ Passaporte: GB859445 Estrangeiro: CHRISTIAN MILES LIND Passaporte: 458600694 Estrangeiro: CHRISTOPHER LEE LANNING Passaporte: 546279902 Estrangeiro: CHRISTOPHER MICHAEL SULLIVAN Passaporte: 505915423 Estrangeiro: DANIEL CHRISTOPHER MC LAUGHLIN Passaporte: 557415966 Estrangeiro: DARREN LIONEL D AMOUR Passaporte: GJ680532 Estrangeiro: DAVID ANTHONY MEDRANO Passaporte: 530362666 Estrangeiro: DAVID CHRISTOPHER RABOLD Passaporte: 483081009 Estrangeiro: DAVID VILLARREAL Passaporte: 473959563 Estrangeiro: DEMARTRIS ONEAL WILLIAMS Passaporte: 533826018 Estrangeiro: DWAYNE RODNEY DUGGER Passaporte: 444609240 Estrangeiro: ELIZABETH ANNE DOSTART Passaporte: 546286650 Estrangeiro: ERIC PETER HERNANDEZ Passaporte: 548588254 Estrangeiro: FLORENC DENIS DECHARD Passaporte: 12CV77840 Estrangeiro: FREDERICK LEE BROWN JR Passaporte: 483737033 Estrangeiro: IRSTEN GEE HOROWITZ Passaporte: 546124791 Estrangeiro: JAMAREO ANTWAN ARTIS Passaporte: 480407099 Estrangeiro: JAMES EDWARD KING Passaporte: 505993391 Estrangeiro: JAMES RAY HARRELSON JR Passaporte: 434886143 Estrangeiro: JARVIS JERMONE CANTY Passaporte: 543692226 Estrangeiro: JASON TAKAO BOWERS Passaporte: 472853143 Estrangeiro: JEFFREY WAYNE MAYES Passaporte: 548518012 Estrangeiro: JERRY RAY RITTER Passaporte: 561206663 Estrangeiro: JOEL FORMAN Passaporte: 506158256 Estrangeiro: JOHN FRANKLIN FOSSITT Passaporte: 460544713 Estrangeiro: JOHN PAUL ARROWSMITH Passaporte: HB023015 Estrangeiro: JORGE VELAZQUEZ Passaporte:

548588695 Estrangeiro: JOSHUA ALEX PHEBUS Passaporte: 481396092 Estrangeiro: KAMERON TIMOTHY WHALUM Passaporte: 548488162 Estrangeiro: KEVIN SATORU TOKUNAGA Passaporte: 422089116 Estrangeiro: KRYSTENA LEE RICE Passaporte: 546145800 Estrangeiro: KURT GORDON JENKS Passaporte: 540549532 Estrangeiro: LASIIARD EIMAR WARREN DAVIS Passaporte: 545782497 Estrangeiro: LILLY VICTORIA ALLEN Passaporte: 488170036 Estrangeiro: LONNIE SOUTHALL JR Passaporte: 530964767 Estrangeiro: MARK DARRYL JONES Passaporte: 561111297 Estrangeiro: MARK WISE Passaporte: 483736534 Estrangeiro: MATTHEW CRAIG MCLAUGHLIN Passaporte: 442077592 Estrangeiro: MICHAEL STEVEN BESS Passaporte: 453585156 Estrangeiro: MORGAN LEIGH TRAVIS Passaporte: 563656386 Estrangeiro: PAUL LEWIS TOBEY Passaporte: 422085651 Estrangeiro: PETER GENE HERNANDEZ Passaporte: 548588306 Estrangeiro: PHILIP MARTIN LAWRENCE Passaporte: 548566982 Estrangeiro: RAMON JUVENTINO MORALES Passaporte: 488933985 Estrangeiro: RICHARD DEAN JOHNSON Passaporte: 471186691 Estrangeiro: RUSSELL THOMAS PAULDING Passaporte: 497846472 Estrangeiro: RYAN ROYAL LE COMTE Passaporte: HK192745 Estrangeiro: SCOTT ANDREW MEGRATH Passaporte: 499044766 Estrangeiro: SHAUN LOUIS HOFFMAN Passaporte: 548566993 Estrangeiro: STAN GARRETT FRUGE Passaporte: 457829714 Estrangeiro: STEFFANI ALYCE SILBERSTEIN Passaporte: 531265480 Estrangeiro: STEVEN ANTHONY FATONE Passaporte: 488162976 Estrangeiro: THOMAS JOSEPH POJE Passaporte: 530856087 Estrangeiro: TREMAINE DEONTA WILLIAMS Passaporte: 499325541 Estrangeiro: VICTOR JOSEPH VICTORIA Passaporte: 565310644 Estrangeiro: WHITNEY ADAMS HOVERSTEN Passaporte: 446578296; Processo: 47039008003201774 Empresa: MAREH AGENCIA DE EVENTOS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: DARSHAN MAHESH JESRANI Passaporte: 530646782 Valor Total do Evento (R$): 70000.00 Estrangeiro: Delia Rose Gonzalez Passaporte: 565535242 Estrangeiro: Floyd Vincent Walker Passaporte: 528220553; Processo: 47039008001201785 Empresa: AMJS STUDIOS EIRELI Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MARCEL DETTMANN Passaporte: C3JJK7CM Valor Total do Evento (R$): 4000.00; Processo: 47039008030201747 Empresa: LIBERATION MUSIC COMPANY PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: BJORN INGVAR GELOTTE Passaporte: 87832386 Valor Total do Evento (R$): 14000.00 Estrangeiro: BRYCE PAUL NEWMAN Passaporte: 549863648 Estrangeiro: GREGORY PETER WINN Passaporte: 508290682 Estrangeiro: JOSEPH ROBERT RICKARD Passaporte: 561119627 Estrangeiro: NICLAS INGMAR ENGELIN Passaporte: 92575666 Estrangeiro: NILS CARL FREDRIK STORMBY Passaporte: 87292997 Estrangeiro: PAR ANDERS FRIDÉN Passaporte: 91899832 Estrangeiro: PATRICK BENJAMIN KRAUSE Passaporte: CHR51W565 Estrangeiro: PAULO MIGUEL DO VALE GRAÇA BAPTISTA Passaporte: P266020 Estrangeiro: SANJAY JOHAN LARSSON Passaporte: 87795065 Estrangeiro: THOMAS KUBIK Passaporte: P6019900 Estrangeiro: TRAVIS MICHAEL LAUTENSCHLAGER Passaporte: 455563874; Processo: 47039008012201765 Empresa: MICHAEL MUSATTI Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JOACHIM RALF DIETZE Passaporte: C3J345N28 Valor Total do Evento (R$): 14000.00 Estrangeiro: PIET KAEMPFER Passaporte: C3MXR14GH; Processo: 47039008016201743 Empresa: INSTITUTO ALFA DE CULTURA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: DIDIER JACQUES LE BESQUE Passaporte: 15AY86655 Valor Total do Evento (R$): 90000.00 Estrangeiro: FRANCESCA MARIA MUSCOLO-ARLT Passaporte: 501993480; Processo: 47039008031201791 Empresa: GUTORUOCCO PRODUCOES CULTURAIS EIRELI - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: AMERICO JORGE MATOS SOBRAL MENDES BARATA Passaporte: N569656 Valor Total do Evento (R$): 44760.00 Estrangeiro: FRANCISCO MARIA FREITAS FERREIRA GOMES DA COSTA Passaporte: M812203 Estrangeiro: FRANCISCO MIGUEL ENES DA SILVEIRA LESTON MARTINS Passaporte: N243238 Estrangeiro: GONÇALO MANUEL PINTO BASTO E VILAS-BOAS Passaporte: P590361; Processo: 47039008019201787 Empresa: ENTOURAGE PRODUCOES E EVENTOS LTDA - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: MATTHEW ROBERT EDWARDS Passaporte: 517823162 Valor Total do Evento (R$): 9450.00; Processo: 47039008024201790 Empresa: T4F ENTRETENIMENTO S.A. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: CAROLINA CISNEROS HERNANDEZ Passaporte: G26066776 Valor Total do Evento (R$): 347600.00 Estrangeiro: MARIA CAROLINA SIMON Passaporte: 16964516N; Processo: 47039008026201789 Empresa: ENTOURAGE PRODUCOES E EVENTOS LTDA - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: BILLY STEPHEN KENNY Passaporte: 538777018 Valor Total do Evento (R$): 31500.00; Processo: 47039008034201725 Empresa: HANGAR 110 MUSICA E CULTURA LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: CHARLES ALLEN RAGAN Passaporte: 496825123 Valor Total do Evento (R$): 17000.00 Estrangeiro: CHRISTOPHER JAMES WOLLARD Passaporte: 482837663 Estrangeiro: GEORGE ALBERT REBELO Passaporte: 545550470 Estrangeiro: JASON WILLIAM BLACK Passaporte: 479556812 Estrangeiro: RYAN WALTER WILLIAMS Passaporte: 560180751; Processo: 47039008044201761 Empresa: T4F ENTRETENIMENTO S.A. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ERIC GORDON LOUX Passaporte: 546283653 Valor Total do Evento (R$): 31500.00 Estrangeiro: MARTIN ALEXANDER AIONO Passaporte: 569378254; Processo: 47039008052201715 Empresa: LUIS HENRIQUE DALTROZO ALVES PRODUCOES ARTISTICAS - ME Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANA CRISTINA DA COSTA LOPES ALFAIATE Passaporte: N571697 Valor Total do Evento (R$): 17723.00; Processo: 47039008071201733 Empresa: H&H ENTRETENIMENTO E EVENTOS LTDA Prazo: 10 Dia(s) Estrangeiro: RAFAEL HURTADO MADRID Passaporte: AAJ460939 Valor Total do Evento (R$): 100000.00; Processo: 47039008072201788 Empresa: H&H ENTRETENIMENTO E EVENTOS LTDA Prazo: 10 Dia(s) Estrangeiro: ANTONIO RIBAGORDA BRAVO Passaporte: PAD978285 Valor Total do Evento (R$): 100000.00; Processo: 47039008073201722 Empresa: H&H ENTRETENIMENTO E EVENTOS LTDA Prazo: 10 Dia(s) Estrangeiro: ENRICO MELONI Passaporte: YA3845475 Valor Total do Evento (R$): 100000.00; Processo: 47039008074201777 Empresa: H&H ENTRETENIMENTO E EVENTOS LTDA Prazo: 10 Dia(s) Estrangeiro: JOSE IGNACIO CHAPADO PERALTA Passaporte: PAB486878 Valor Total do Evento (R$): 100000.00; Processo: 47039008075201711 Empresa: H&H ENTRETENIMENTO E EVENTOS LTDA Prazo: 10 Dia(s) Estrangeiro: JUAN ANTONIO HERGUETA SIERRA Passaporte: AAD593856 Valor Total do Evento (R$): 100000.00; Processo: 47039008076201766 Empresa: H&H ENTRETENIMENTO E EVENTOS LTDA Prazo: 10 Dia(s) Estrangeiro: LIDIA SANCHEZ SOLER Passaporte: AAG392191 Valor Total do Evento (R$): 100000.00.

Permanente - Sem Contrato - RN 62 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 3°, Inciso I):

Processo: 47039006630201771 Empresa: CAAS DO BRASIL IMPORTACAO E COMERCIO DE PECAS AUTOMOTIVAS LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: YIU WONG ANDY TSE Passaporte: KJ0114417; Processo: 47039007164201741 Empresa: SNR ROLAMENTOS DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MATHIEU OLLIER Passaporte: 17FV01584; Processo: 47039007488201789 Empresa: D.D. WILLIAMSON DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ANN JOSEPH Passaporte: 460947820; Processo: 47039007495201781 Empresa: PECVAL INDUSTRIA LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: KAZUHIKO SUZUKI Passaporte: TR8527679; Processo: 47039007533201703 Empresa: UNICHARM DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE LTDA., Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Tomoharu Nishimura Passaporte: TR8476406.

Permanente - Sem Contrato - RN 62 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 6°):

Processo: 47039007767201742 Empresa: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: JOSE MARIA NUS BADIA Passaporte: AAJ040239.

Permanente - Sem Contrato - RN 118 - Resolução Normativa, de 02/12/2015 (Artigo 2º):

Processo: 47039006837201745 Empresa: GENDRON INVESTIMENTO IMOBILIARIO LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JOSEPH PETER GENDRON Passaporte: 455026255; Processo: 47039007149201701 Empresa: SEAVIEW INCORPORACOES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: DIRK THORSTEN WITTENBORG Passaporte: C1CH1YWMM.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de prorrogação de autorização de trabalho:

Temporário - Com Contrato - Prorrogação - PEDIDO GERAL - APLICÁVEL SOMENTE às RN nº 01, 69, 71, 79, 81 e 121. - Prorrogação:

Processo: 47038002348201724 Requerente: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO Estrangeiro: STEPHEN ANTHONY BOCSKAY RNE: V627207-B Prazo: 12 Mês(es); Processo: 47038002618201705 Requerente: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO Estrangeiro: MARIANNA GERTI REGULA SIEGMUND-SCHULTZE RNE: G350620-D Prazo: 37 Dia(s).

Temporário - Com Contrato - RN 99. - Prorrogação - Admitida uma única vez, se prazo inicial for inferior a 2 anos. - Prorrogação:

Processo: 47038002649201758 Requerente: FUNDACAO INSTITUTO NACIONAL DE TELECOMUNICACOES Estrangeiro: PROMILA BISHT RNE: G235961I Prazo: até 03/08/2018.

Temporário - Sem Contrato - RN 72. - Prorrogação:

Processo: 47038002013201714 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: Antonio Galvez Cometa RNE: G232278-7 Prazo: até 08/02/2019; Processo: 47038002271201792 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: Norwel Baco De Jesus RNE: G165578-6 Prazo: até 08/02/2019; Processo: 47038002448201751 Requerente: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Estrangeiro: Anandkumar Pannalal Pal RNE: G350605-9 Prazo: até 02/09/2018; Processo: 47038002449201703 Requerente: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Estrangeiro: Akshay Deepak Ingrole RNE: G240210-8 Prazo: até 02/09/2018; Processo: 47038002450201720 Requerente: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Estrangeiro: Vikrant Rameshchandra Gupta RNE: G350598-H Prazo: até 02/09/2018; Processo: 47038002451201774 Requerente: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Estrangeiro: Sachin Mahadev Burande RNE: G350608-3 Prazo: até 02/09/2018; Processo: 47038002452201719 Requerente: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Estrangeiro: Abdullah Mohammed RNE: V737730-K Prazo: até 02/09/2018; Processo: 47038002453201763 Requerente: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Estrangeiro: Jesvin Eros RNE: G339069-B Prazo: até 02/09/2018; Processo: 47038002454201716 Requerente: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Estrangeiro: Punit Kumar RNE: V990950-S Prazo: até 02/09/2018; Processo: 47038002455201752 Requerente: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Estrangeiro: Ravi Pandey RNE: G187754-R Prazo: até 02/09/2018; Processo: 47038002456201705 Requerente: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Estrangeiro: Oleg Grekov RNE: G358496-M Prazo: até 02/09/2018; Processo: 47038002562201781 Requerente: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Estrangeiro: Chamara Chitrapriya Amarasinghe Amarasinghe Achchige RNE: G346652-D Prazo: até 23/07/2018; Processo: 47038002563201725 Requerente: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Estrangeiro: Rohit Gupta RNE: G324751-X Prazo: até 23/07/2018; Processo: 47038002564201770 Requerente: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Estrangeiro: Dipender Singh RNE: G323973-K Prazo: até 23/07/2018; Processo: 47038002570201727 Requerente: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Estrangeiro: Rosario Cardozo RNE: G184144-W Prazo: até 02/09/2018; Processo: 47038002572201716 Requerente: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Estrangeiro: Ramkrushn Govindbhai Tandel RNE: G293365-8 Prazo: até 02/09/2018; Processo: 47038002573201761 Requerente: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Estrangeiro: Elroy Nazareth Sebastian Afonso RNE: G307087-0 Prazo: até 02/09/2018; Processo: 47038002574201713 Requerente: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Estrangeiro: Maulik Bharatsinh Mahida RNE: G060329-M Prazo: até 02/09/2018; Processo: 47038002583201704 Requerente: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Estrangeiro: Vijay Vyas RNE: G327213-9 Prazo: até 02/09/2018; Processo: 47038002584201741 Requerente: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Estrangeiro: Chandra Sekhar Guddati RNE: V740272-G Prazo: até 02/09/2018; Processo: 47038002585201795 Requerente: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Estrangeiro: Mansukhlal Pancha Chundaria RNE: G184397-3 Prazo: até 02/09/2018; Processo: 47038002586201730 Requerente: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Estrangeiro: Sanjoy Bhattacharya RNE: G330679-T Prazo: até 02/09/2018; Processo: 47038002588201729 Requerente: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Estrangeiro: Kishor Sudam Bharekar RNE: G184395-7 Prazo: até 02/09/2018; Processo: 47038002592201797 Requerente: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Estrangeiro: OLEG STEPANOVICH STARCHAK RNE: V940206F Prazo: até 11/12/2017; Processo: 47038002600201703 Requerente: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Estrangeiro: Brijlal Ramsamujh Rajbhar RNE: V890024-Z Prazo: até 02/09/2018; Processo: 47038002603201739 Requerente: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Estrangeiro: Mangesh Amarnath Dubey RNE: G186940-Z Prazo: até 02/09/2018; Processo: 47038002614201719 Requerente: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Estrangeiro: Gangaram Ramesh Naik RNE: V737698-R Prazo: até 02/09/2018; Processo: 47038002615201763 Requerente: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Estrangeiro: Dinu Rajavikraman RNE: G364261-Q Prazo: até 02/09/2018; Processo: 47038002616201716 Requerente: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Estrangeiro: Deepak Kumar Singh RNE: G378179-M Prazo: até 02/09/2018; Processo: 47038002630201710 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: Joemar Eulogio Bueno RNE: G198191-Y Prazo: até 28/10/2019; Processo: 47038002642201736 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: John Paul Salas Rojas RNE: G178329-6 Prazo: até 23/05/2018; Processo: 47038002648201711 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: Oleksiy Lysenko RNE: G031166-0 Prazo: até 06/12/2019; Processo: 47038002688201755 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Estrangeiro: ARTUR HENRYK KOSTRZEWSKI RNE: V772540-Q Prazo: até 05/07/2018; Processo: 47038002692201713 Requerente: ETERMAR - ENGENHARIA E CONSTRUCAO S/A Estrangeiro: ANTONIO DA FONSECA PEREIRA RNE: V843670-J Prazo: até 30/11/2017; Processo: 47038002691201779 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: Roderick Bagulbagol Reña Prazo: até 19/07/2018; Processo: 47038002694201711 Requerente: ETERMAR - ENGENHARIA E CONSTRUCAO S/A Estrangeiro: EUSEBIO SEBASTIÃO PEREIRA MACHADO RNE: V948660-R Prazo: até 30/11/2018; Processo: 47038002696201700 Requerente: ETERMAR - ENGENHARIA E CONSTRUCAO S/A Estrangeiro: JOÃO PAULO GOMES LOPES RNE: G061171-Q Prazo: até 30/11/2017; Processo: 47038002699201735 Requerente: ETERMAR - ENGENHARIA E CONSTRUCAO S/A Estrangeiro: PEDRO MIGUEL LOPES RODRIGUES RNE: V843657-B Prazo: até 30/11/2018; Processo: 47038002700201721 Requerente: ETERMAR - ENGENHARIA E CONSTRUCAO S/A Estrangeiro: TIAGO ALEXANDRE MENDES CASTANHEIRA RNE: V835655-B Prazo: até 30/11/2017.

Temporário - Sem Contrato - RN 61. - Prorrogação:

Processo: 47038002462201754 Requerente: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Estrangeiro: WARD JAMES BEKINS RNE: V554951-L Prazo: até 25/06/2018; Processo: 47038002686201766 Requerente: SIEMENS LTDA Estrangeiro: PATRICK ALFRED MC FARLINE RNE: G303039-V Prazo: até 02/10/2018; Processo: 47038002703201765 Requerente: ACCIONA WINDPOWER BRASIL - COMERCIO E INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS EOLICOS LTDA Estrangeiro: JOSE IGNACIO DIAZ SALAZAR RNE: G326092-0 Prazo: até 16/11/2018; Processo: 47038002711201710 Requerente: VALE S.A. Estrangeiro: CHRISTIAN SCHMITTEN RNE: G328597-Y Prazo: até 22/12/2018; Processo: 47038002713201709 Requerente: ROLLS-ROYCE BRASIL LTDA. Estrangeiro: BEN WARMAN RNE: V594625-A Prazo: 1 Ano(s).

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o (a) Estrangeiro(a) CHRISTIAN HARALD BINKERT exercer concomitantemente o cargo Diretor na Empresa MAHLE ANEIS PARTICIPACOES LTDA Processo: 47039.007603/2017-15, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.007744/2016-57.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o (a) Estrangeiro(a) CHRISTIAN HARALD BINKERT exercer concomitantemente o cargo Diretor na Empresa MAHLE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Processo: 47039.007609/2017-92, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.007744/2016-57.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800119

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o (a) Estrangeiro(a) CHRISTIAN HARALD BINKERT exercer concomitantemente o cargo Administrador na Empresa MAHLE COMPRESSORES DO BRASIL LTDA Processo: 47039.007611/2017-61, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.007744/2016-57.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o (a) Estrangeiro(a) CHRISTIAN HARALD BINKERT exercer concomitantemente o cargo Diretor na Empresa MAHLE HIRSCHVOGEL FORJAS S.A Processo: 47039.007661/2017-49, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.007744/2016-57.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, indeferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho:

Processo: 47039007160201762 Empresa: REMA TIP TOP SERVICOS DE VULCANIZACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GIUSEPPE CARDILI Passaporte: YA6631930; Processo: 47039007158201793 Empresa: L21 MARKETING LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: BRANDON MICHAEL COLEMAN Passaporte: 464984533 Estrangeiro: HARRELL HARRIS JR Passaporte: 488558429 Estrangeiro: Joseph Frank PIZZULO Passaporte: 522246168 Estrangeiro: KEIKO TAKEDA Passaporte: TH8834726 Estrangeiro: Katie Anne HAMPTON Passaporte: 531063338 Estrangeiro: Sebastian Anton VOLZ Passaporte: C72XHTGL2; Processo: 47039006077201776 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ZHANWEI FENG Passaporte: E 05050968; Processo: 47039007320201773 Empresa: FJEPC CONSTRUCOES EM ENERGIA ELETRICA DO BRASIL LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: BINGRUN LIN Passaporte: PE 1135511; Processo: 47039006021201711 Empresa: OLIMPIO PEDALINHO COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: OLIMPIO MAZZERO Passaporte: YA1170783.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, indeferiu os seguintes pedidos de prorrogação de autorização de trabalho:

Processo: 47038002157201762 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: Mohammad Ali Abdur Rahman RNE: G192251-Z Prazo: até 22/09/2017; Processo: 47038002168201742 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: Edgar Limos RNE: V998113-Q Prazo: até 18/07/2019; Processo: 47038002183201791 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: Sachin Gawali Mohan RNE: G163665-L Prazo: até 22/09/2017; Processo: 47038002184201735 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: Sanyog Yogeshbhai Sharma RNE: G163654-Q Prazo: até 22/09/2017; Processo: 47038002185201780 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: George Joseph Prazo: até 22/09/2017; Processo: 47038002256201744 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: Harmon Viloria Atinto RNE: G166654-B Prazo: até 12/03/2018; Processo: 47038002257201799 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: Louie Jones Dela Cruz Santos RNE: G196264-6 Prazo: até 12/03/2018; Processo: 47038002258201733 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: Nicolas Rios Nieves RNE: G167310-1 Prazo: até 12/03/2018.

HUGO MEDEIROS GALLO DA SILVA

RETIFICAÇÕES

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU nº. 184 de 25/09/2017, Seção 1, p. 104, Processo: 47039.007954/2017-26, onde se lê: Estrangeiro: JOSEPH EGAN HAGGERT, leia-se: Estrangeiro: JOSEPH EGAN HAGGERTY.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU nº. 133 de 13/07/2017, Seção 1, p. 155, Processo: 47039.005108/2017-71, onde se lê: Estrangeiro: OLIVER GEORGE ACTION, leia-se: Estrangeiro: OLIVER GEORGE ACTON.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU nº. 175 de 12/09/2017, Seção 1, p. 41, Processo: 47039.005934/2017-11, onde se lê: Passaporte: E 12889021, leia-se: Passaporte: EB1599562.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU nº. 154 de 11/08/2017, Seção 1, p. 52, Processo: 47039.005719/2017-10, onde se lê: Prazo: 1 Mês(s), leia-se: Prazo: 1 Ano(s).

CONSULTORIA JURÍDICA
COORDENAÇÃO-GERAL DE ANÁLISE DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO

DESPACHO DO COORDENADOR-GERAL
Em 26 de setembro de 2017

Proc. nº 46069.001310/2017-12
Vistos.

Determino que se intimem os terceiros interessados JOÃO RUFINO DE SALES, inscrito no CPF/MF sob o n.º *** 318.717 ***, e BUSINESS TO TECHNOLOGY CONSULTORIA E ANÁLISE DE SISTEMAS LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 06.061.285/0001-57, para, querendo, manifestarem-se acerca do teor deste feito, no prazo de 5 (cinco dias).

Desde já fica facultada a extração de cópias reprográficas destes autos às pessoas retro citadas, ou aos seus representantes na forma da lei, a ser operacionalizada por servidor desta Coordenação, mediante pagamento de custas pelo interessado.

Fica vedada a carga dos autos.

Sobrevindo manifestação e/ou documentos, juntem-se aos autos, procedendo-se imediatamente a numeração sequencial das folhas.

Transcorrido in albis o prazo assinalado, ou antes disso manifestando-se ambos os legitimados, voltem os autos conclusos.

ARODI DE LIMA GOMES

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHO DO COORDENADOR-GERAL
Em 27 de setembro de 2017

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004 e de acordo com o disposto nos artigos 635 e 637 da CLT, e considerando o que dispõe o § 5º do art. 23 da lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, decidiu processos de auto de infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntario:

1.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46202.010936/2015-68	207201561	Elemento Servicos Empresariais Ltda	AM
2	46202.010937/2015-11	207201528	Elemento Servicos Empresariais Ltda	AM
3	46205.020367/2014-58	205268731	Francisco Alci de Vasconcelos Junior	CE
4	46206.138495/2014-47	205155014	G.C.E S/A	DF
5	46206.138466/2014-85	205261094	L/DF 05 Servicos de Limpeza Eireli	DF
6	46206.138506/2014-99	205268153	Transportes Gerais Botafogo Ltda	DF
7	46206.138497/2014-36	205155146	World Sistema de Seguranca Ltda - ME	DF
8	46207.001070/2013-92	20552793	Marcos Rogelio Anastacio	ES
9	46208.000551/2014-51	202683966	Boiadeiro Restaurante e Choperia Ltda - ME	GO
10	46208.000550/2014-15	202684016	Boiadeiro Restaurante e Choperia Ltda - ME	GO
11	46208.003667/2014-42	203135491	Duro PVC Ltda	GO
12	46208.005643/2014-28	203416228	Duro PVC Ltda	GO
13	46208.016593/2013-23	202598063	Minerva S/A	GO
14	46504.003347/2013-67	202046222	Incorpori Construcoes e Servicos Ltda	MG
15	46017.001907/2016-83	209769726	Lilian Denise Cangucu Neves	MG
16	46017.001908/2016-28	209769815	Lilian Denise Cangucu Neves	MG
17	46017.001909/2016-72	209769831	Lilian Denise Cangucu Neves	MG
18	46017.001911/2016-41	209770015	Lilian Denise Cangucu Neves	MG
19	46017.001912/2016-96	209769874	Lilian Denise Cangucu Neves	MG
20	46017.001913/2016-31	209769904	Lilian Denise Cangucu Neves	MG
21	46017.001914/2016-85	209769921	Lilian Denise Cangucu Neves	MG
22	46017.001915/2016-20	209769939	Lilian Denise Cangucu Neves	MG
23	46017.001910/2016-05	209769858	Lilian Denise Cangucu Neves	MG
24	46234.002502/2014-36	204791413	Novo Rumo Comércio de Veículos d Peças Ltda	MG
25	47747.008638/2013-51	201851814	Sindicato dos Empreg em Estab Bancarios de B H e Regiao	MG
26	47747.008640/2013-21	201851211	Sindicato dos Empreg em Estab Bancarios de B H e Regiao	MG
27	47747.008639/2013-04	201851776	Sindicato dos Empreg em Estab Bancarios de B H e Regiao	MG
28	46653.000123/2013-90	22695770	Gaudi Construtora e Incorporadora Ltda	MT
29	46653.000120/2013-56	22676252	Gaudi Construtora e Incorporadora Ltda	MT
30	46653.000122/2013-45	22676244	Gaudi Construtora e Incorporadora Ltda	MT
31	46653.000124/2013-34	22695761	Gaudi Construtora e Incorporadora Ltda	MT
32	46653.000121/2013-09	22676236	Gaudi Construtora e Incorporadora Ltda	MT
33	46653.006267/2014-31	205231675	JBS S/A.	MT
34	46653.006265/2014-41	205250220	JBS S/A.	MT
35	46653.006227/2014-99	205246141	JBS S/A.	MT
36	46306.000069/2014-11	202025811	Rachid & Rachid Ltda - ME	MT
37	46306.001389/2014-81	204568145	União Total Engenharia Ltda - EPP	MT
38	46306.001497/2014-53	204768527	União Total Engenharia Ltda ME	MT
39	46222.002613/2013-09	200416651	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuaria	PA
40	46222.012915/2013-87	202139590	Lotus Administracao Ltda - EPP	PA
41	46222.009892/2009-47	14421194	Prev Saude Nucleo de Prevencao da Saude Ltda	PA
42	46916.000275/2014-35	204111994	Acquaria Comercio Ltda - ME	PE
43	46916.000276/2014-80	204112044	Acquaria Comercio Ltda - ME	PE
44	46297.001564/2013-13	201644916	Ara Empreendimentos Ltda	PE
45	46297.001567/2013-49	201735466	Ara Empreendimentos Ltda	PE
46	46297.001563/2013-61	201644908	Ara Empreendimentos Ltda	PE
47	46297.001568/2013-93	201735474	Ara Empreendimentos Ltda	PE
48	46297.001569/2013-38	201735482	Ara Empreendimentos Ltda	PE
49	46297.001570/2013-62	201735458	Ara Empreendimentos Ltda	PE
50	46297.001561/2013-71	201644886	Ara Empreendimentos Ltda	PE
51	46297.001562/2013-16	201644894	Ara Empreendimentos Ltda	PE
52	46297.001565/2013-50	201735431	Ara Empreendimentos Ltda	PE
53	46297.001566/2013-02	201735440	Ara Empreendimentos Ltda	PE
54	46213.023574/2013-84	25418459	Comercial de Alimentos Arthur Lundgren Ltda	PE
55	46916.000273/2014-46	204110394	Renata Conveniencias Ltda - ME	PE
56	46916.000274/2014-91	204110785	Renata Conveniencias Ltda - ME	PE
57	46214.002607/2014-23	203141750	Distribuidora Big Benn Ltda	PI
58	46214.007382/2014-98	202770257	Nokia Siemens Networks Serviços Ltda.	PI
59	46230.005673/2012-95	22956964	Casual Syde Calcados e Complementos Ltda	RJ
60	46871.002072/2011-02	022809260	MCM Combustiveis Ltda	RJ
61	46218.010585/2015-16	207142866	Banco Santander (Brasil) S.A.	RS
62	46218.010584/2015-71	207142564	Banco Santander (Brasil) S.A.	RS
63	46218.010573/2015-91	207142955	Banco Santander (Brasil) S.A.	RS
64	46218.010581/2015-38	207142921	Banco Santander (Brasil) S.A.	RS
65	46218.010580/2015-93	207142432	Banco Santander (Brasil) S.A.	RS
66	46218.010579/2015-69	207142181	Banco Santander (Brasil) S.A.	RS
67	46218.010578/2015-14	207142548	Banco Santander Banespa S.A.	RS
68	46274.001290/2015-84	206722940	Black Sul Produtos Industriais e Automotivos Ltda	RS
69	46274.001293/2015-18	206723512	Black Sul Produtos Industriais e Automotivos Ltda	RS
70	46274.001291/2015-29	206723083	Black Sul Produtos Industriais e Automotivos Ltda	RS
71	46274.001292/2015-73	206723415	Black Sul Produtos Industriais e Automotivos Ltda	RS
72	46274.001467/2015-42	206787227	Black Sul Produtos Industriais e Automotivos Ltda	RS
73	46218.012088/2015-52	207362106	Boreal Sistemas de Limpeza Ltda	RS
74	46278.000713/2015-17	207453632	Ecovix - Engevix Construcoes Oceanicas S/A	RS
75	46278.000712/2015-64	207453624	Ecovix - Engevix Construcoes Oceanicas S/A	RS
76	46278.000714/2015-53	207453659	Ecovix - Engevix Construcoes Oceanicas S/A	RS
77	46278.000715/2015-06	207453667	Ecovix - Engevix Construcoes Oceanicas S/A	RS
78	46218.008131/2014-02	203603915	Eduardo Metzger - ME	RS
79	47157.000736/2015-52	206638167	Eleva Solucoes em Servicos Ltda - ME	RS
80	47157.000737/2015-05	206638213	Eleva Solucoes em Servicos Ltda - ME	RS
81	47157.000738/2015-41	206638337	Eleva Solucoes em Servicos Ltda - ME	RS
82	47157.000739/2015-96	206638302	Eleva Solucoes em Servicos Ltda - ME	RS
83	47157.000740/2015-11	206638264	Eleva Solucoes em Servicos Ltda - ME	RS
84	46277.000085/2015-71	205681883	Makary Comercio de Calcados Ltda - ME	RS
85	46277.001777/2014-56	205555071	Makary Comercio de Calcados Ltda - ME	RS
86	46277.001778/2014-09	205555101	Makary Comercio de Calcados Ltda - ME	RS
87	46277.001776/2014-10	205555241	Makary Comercio de Calcados Ltda - ME	RS
88	46272.001745/2015-81	207009279	Metalurgica Semeato Ltda	RS
89	46272.001746/2015-26	207009287	Metalurgica Semeato Ltda	RS
90	46272.001667/2015-15	207009805	Nilo Tozzo & Cia Ltda	RS
91	46219.005972/2015-21	206203781	Almaviva Paticipacoes e Servicos Ltda	SP
92	46219.009472/2015-68	206633106	Almaviva Paticipacoes e Servicos Ltda	SP
93	46258.003884/2014-47	204946654	Alta Paulista Indústria e Comércio Ltda.	SP
94	46258.003883/2014-01	204946620	Alta Paulista Indústria e Comércio Ltda.	SP
95	46269.003990/2013-11	24693596	Cipatex Sinteticos Vinilicos Ltda	SP
96	46261.005581/2014-18	205078150	Claudia do Nascimento Domingues	SP
97	46261.005585/2014-98	205078222	Claudia do Nascimento Domingues	SP
98	46261.005583/2014-07	205078192	Claudia do Nascimento Domingues	SP
99	47117.000633/2014-88	205310621	Mahle Metal Leve S.A.	SP
100	47117.000630/2014-44	205309950	Mahle Metal Leve S.A.	SP
101	46259.003405/2015-63	206829990	Maqhidrau Maquinas Hidraulicas e Equipamentos Agricolas	SP
102	46259.003254/2015-43	206792972	Maqhidrau Maquinas Hidraulicas e Equipamentos Agricolas	SP
103	46259.003461/2015-06	206866381	Maqhidrau Maquinas Hidraulicas e Equipamentos Agricolas	SP
104	46269.005002/2014-59	204721890	Município de São Miguel Arcanjo	SP
105	46269.005005/2014-92	205300308	Município de São Miguel Arcanjo	SP
106	46269.005004/2014-48	205300294	Município de São Miguel Arcanjo	SP
107	46269.005003/2014-01	204721903	Município de São Miguel Arcanjo	SP
108	46736.004970/2008-46	15520447	Oxford Com e Recuperacao de Materiais Plasticos Ltda EPP	SP
109	46393.000221/2013-35	200285211	Russo Rodrigues Incorporacao de Empreendimentos Imobiliarios Ltda ME	SP

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800120

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

110	46393.000237/2013-48	200298178	Russo Rodrigues Incorporacao de Empreendimentos Imobiliarios Ltda ME	SP
111	46393.000233/2013-60	200298224	Russo Rodrigues Incorporacao de Empreendimentos Imobiliarios Ltda ME	SP
112	46393.000235/2013-59	200298194	Russo Rodrigues Incorporacao de Empreendimentos Imobiliarios Ltda ME	SP
113	46393.000231/2013-71	200298534	Russo Rodrigues Incorporacao de Empreendimentos Imobiliarios Ltda ME	SP
114	46393.000232/2013-15	200298232	Russo Rodrigues Incorporacao de Empreendimentos Imobiliarios Ltda ME	SP
115	46393.000222/2013-80	200286641	Russo Rodrigues Incorporacao de Empreendimentos Imobiliarios Ltda ME	SP
116	46393.000238/2013-92	200296451	Russo Rodrigues Incorporacao de Empreendimentos Imobiliarios Ltda ME	SP
117	46393.000230/2013-26	200296833	Russo Rodrigues Incorporacao de Empreendimentos Imobiliarios Ltda ME	SP
118	46393.000220/2013-91	200287516	Russo Rodrigues Incorporacao de Empreendimentos Imobiliarios Ltda ME	SP
119	46393.000184/2013-65	200275879	Russo Rodrigues Incorporacao de Empreendimentos Imobiliarios Ltda ME	SP
120	46393.000191/2013-67	200276000	Russo Rodrigues Incorporacao de Empreendimentos Imobiliarios Ltda ME	SP
121	46393.000189/2013-98	200276204	Russo Rodrigues Incorporacao de Empreendimentos Imobiliarios Ltda ME	SP
122	46393.000188/2013-43	200276271	Russo Rodrigues Incorporacao de Empreendimentos Imobiliarios Ltda ME	SP
123	46393.000236/2013-01	200298186	Russo Rodrigues Incorporacao de Empreendimentos Imobiliarios Ltda ME	SP
124	46393.000183/2013-11	200275780	Russo Rodrigues Incorporacao de Empreendimentos Imobiliarios Ltda ME	SP
125	46393.000234/2013-12	200298216	Russo Rodrigues Incorporacao de Empreendimentos Imobiliarios Ltda ME	SP
126	46393.000190/2013-12	200276131	Russo Rodrigues Incorporacao de Empreendimentos Imobiliarios Ltda ME	SP
127	47999.001476/2013-69	200209680	Secon Servicos Gerais Ltda	SP
128	46219.016215/2014-00	204361681	Sodexo Facilities Services Ltda.	SP

2) Em apreciação de recurso de ofício:
2.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46306.001498/2014-06	204768454	União Total Engenharia Ltda ME	MT
2	46222.006934/2014-55	204447895	Medabil Solucoes Construtivas S/A	PA
3	46222.006935/2014-08	204447941	Medabil Solucoes Construtivas S/A	PA
4	46222.006937/2014-99	204448026	Medabil Solucoes Construtivas S/A	PA
5	46222.007806/2014-29	204447704	Medabil Solucoes Construtivas S/A	PA
6	46213.023899/2014-48	205054731	Empresa Pedrosa Ltda	PE
7	46758.003775/2013-16	202086801	D. F. Azevedo de Souza Ltda - Me	RO
8	46758.003776/2013-52	202086755	D. F. Azevedo de Souza Ltda - Me	RO
9	46758.003654/2013-66	202056350	Express Comercio e Servicos Ltda - ME	RO

3) Em apreciação de recurso de ofício:
3.1 -Tornar nula a publicação no DOU de 27/09/2017, pág. 90 do seguinte processo:

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
	47904.001143/2013-41	200092031	Cencosud Brasil Comercial Ltda. (G. Barbosa)	BA

3.2- Pela procedência do auto de infração

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
	47904.001143/2013-41	200092031	Cencosud Brasil Comercial Ltda. (G. Barbosa)	BA

FELIPE PÓVOA ARAÚJO

RETIFICAÇÃO

No Despacho da Coordenador-Geral de Recursos, publicado às fls.67 da Seção 1 do DOU de 04/09/2017, onde se lê:

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46206.013047/2012-33	024267627	Fundação Brasileira de Teatro	DF

Leia-se:

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46206.013407/2012-33	024267627	Fundação Brasileira de Teatro	DF

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 14 de setembro de 2017

O Secretário da Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 1231/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve: REVOGAR o ato de publicação do pedido de registro sindical n.º 46221.000158/2013-17 no DOU de 21/09/2016, Seção 1, Pág. 68, nº. 182; (e todos os atos decorrentes) com respaldo nos art. 53 e 54 da Lei 9.784/1999 e, em ato contínuo, INDEFERIR o referido pedido de registro sindical, de interesse do SINDATRAN - Sindicato dos Agentes de Trânsito de Aracaju - Sergipe, CNPJ 17.357.993/0001-56; com fulcro no art. 26, inciso I, da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica RAE 1216/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve: DEFERIR o Registro de Alteração Estatutária ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Extração e do Beneficiamento do Carvão, da Fluorita, de Mármore, Calcário e Pedreiras, de Areias e Barreiras, da Pirita e de Minérios Não Metálicos de Urussanga e Região, CNPJ 79.314.217/0001-26; Processo 46303.000648/2013-03, para representar a Categoria profissional dos trabalhadores nas indústrias da extração do carvão, da fluorita, de mármore, calcário e pedreiras, de areias e barreiras, da pirita e de minérios não metálicos, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos municípios Anitápolis, Armazém, Braço do Norte, Grão Pará, Gravatal, Morro da Fumaça, Pedras Grandes, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima, São Ludgero, São Martinho, Treze de Maio e Urussanga, estado de Santa Catarina, nos termos do art. 25, inciso I, da Portaria 326/2013.

Em 25 de setembro de 2017

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, dando continuidade ao cumprimento da decisão judicial exarada nos autos do Processo n.º 0001281-22.2016.5.10.0003, procedente da 3ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região; com respaldo no art. 27 da Portaria 326/2013 e na seguinte Nota Técnica, resolve ARQUIVAR o processo do sindicato abaixo relacionado:

Processo	46204.000313/2016-48
Entidade	SINDGUARVIMOB, - Sindicato dos Guardas e Vigilantes Municipais da Região Oeste do Estado da Bahia.
CNPJ	11.441.146/0001-99
Fundamento	NT 1230/2017/CGRS/SRT/MTb

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nas Portarias 186/2008 e 326/2013 bem como na Nota Técnica 1213/2017/CGRS/SRT/MTb resolve CONHECER do recurso administrativo 46213.012007/2017-26 interposto pelo Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos e Taxis Rodoviários e Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens no Estado de Pernambuco - SINDTAXI-PE (CNPJ 11.011.954/0001-16) para ANULAR a Nota Técnica 257/2016/GAB/SRT/MTb, com fulcro no art. 53 da Lei 9.784/99 e nas Súmulas 346 e 473 do STF e, por conseguinte, CANCELAR o registro sindical do SINTAR (CNPJ 14.503.195/0001-05), com respaldo no art. 34, inciso II da Portaria 326/2013."

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013, bem como, no artigo 26, § 4.º, da Lei n.º 9.784/1999, faz saber aos que a presente notificação virem ou dela tiverem conhecimento que, notifica o Senhor Representante Legal do Sindicato da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais de Icaraí de Minas/MG, CNPJ 15.710.297/0001-56, Processo 46211.006347/2012-23, do inteiro teor do Ofício n.º 751/2017/CGRS/SRT/MTb encaminhado à entidade, em 20/07/2017, o qual restou devolvido, conforme Aviso de Recebimento n.º AR854826555JS, que terá o prazo improrrogável de 90 (noventa) dias, a contar da presente notificação, para apresentar a documentação solicitada, sob pena de ARQUIVAMENTO do citado pedido de registro sindical, nos termos do art. 27, inciso IV, da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013, bem como, no artigo 26, § 4.º, da Lei n.º 9.784/1999, faz saber aos que a presente notificação virem ou dela tiverem conhecimento que, notifica o Representante Legal do SINTRAF - CARIRÉ - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Município de Cariré - CE, CNPJ 15.027.368/0001-10, Processo 46205.006698/2012-13, do inteiro teor do Ofício n.º 756/2017/CGRS/SRT/MTb encaminhado à entidade, em 20/07/2017, o qual restou devolvido, conforme Aviso de Recebimento n.º AR854827057JS, que terá o prazo de 90 (noventa) dias para apresentar a documentação solicitada, sob pena de ARQUIVAMENTO do citado pedido de registro sindical, nos termos do inciso IV do art. 27 da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013, bem como, no artigo 26, § 4.º, da Lei n.º 9.784/1999, faz saber aos que a presente notificação virem ou dela tiverem conhecimento que, informa o Representante Legal do SINTICLEPMIA - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil Leve e Pesada e do Mobiliário dos Municípios de Moju, Igarapé Miri e Acará no Estado do Pará - PA, CNPJ 15.550.456/0001-00, Processo 46222.012609/2012-60, do inteiro teor do Ofício n.º 420/2017/CGRS/SRT/MTb encaminhado à entidade, em 18/05/2017, o qual restou devolvido, conforme Aviso de Recebimento n.º AR764349022JS, que terá o prazo de 90 (noventa) dias para apresentar a documentação solicitada, sob pena de ARQUIVAMENTO do citado pedido de registro sindical, nos termos do art. 27, inciso IV da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	46473.004254/2015-26
Entidade	Sindicato Patronal das Empresas Prestadoras de Serviço de Apoio e Gestão Comercial de Empresas e Órgãos Concessionários de Gás, Energia e Saneamento do Estado de São Paulo - SINDGESCOM
CNPJ	22.526.367/0001-86
Abrangência	Estadual
Base Territorial	São Paulo/SP
Categoria:	Econômica das Empresas Prestadoras de Serviços especializados de: I - Corte e religação de fornecimento de gás, energia e água; II - Substituição de medidores de consumo; III - Inspeção e vistoria de ligações de gás, energia e água; IV - Medição e faturamento de consumo de gás, energia e água; e, V - De apoio à medição e faturamento de consumo de gás, energia e água.

Processo:	46276.000153/2015-11 (SC17383)
Entidade:	SINPROVALE - Sindicato dos Propagandistas, Propagandistas Vendedores, Vendedores e Consultores de Vendas de Produtos Farmacêuticos dos Municípios de Canoas, Esteio, Novo Hamburgo, Sapucaia do Sul e São Leopoldo - RS
CNPJ:	17.327.195/0001-81
Abrangência:	Intermunicipal
Base Territorial:	Rio Grande do Sul: Canoas, Esteio, Novo Hamburgo, Sapucaia do Sul e São Leopoldo.
Categoria:	Propagandistas, Propagandistas Vendedores, Vendedores e Consultores de Vendas de Produtos Farmacêuticos.

Em 26 de setembro de 2017

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 38, parágrafo 1º da Portaria nº. 326/13 desde Ministério e na Nota Técnica nº. 185/2017/CIS/CGRS/SRT/MTb, resolve ALTERAR a denominação do Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiro de Campinas e Região, SP, CNPJ 46.106.746/0001-85, processo nº. 46000.001936/2007-33 para que passe a constar "Sindicato dos Trabalhadores em Restaurantes, Lanchonetes, Bares, Botequins, Choperias, Churrascarias, Costelarias, Fast-Food, Buffets, Cafés, Cantinas, Casas de Chá, Casas de Lanches, Lanchonetes de Padarias, Pastelarias, Pizzarias, Rotisserias, Traillers de Lanches, Leiterias, Estabelecimentos de Hospedagem Tipo Hotéis, Apart-Hotéis, Flats, Hospedarias, Motéis, Pensões e Pousadas de Campinas e Região" junto ao Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 20 da Portaria nº. 186/2008, na nota técnica 184/2017/CIS/CGRS/SRT/MTb, e ainda no art. 4º da Instrução Normativa nº. 19, de 30 de dezembro de 2014 resolve, SUSPENDER o registro sindical da FEIPOL - Federação Interestadual dos Sindicatos de Trabalhadores das Polícias Civis - DF, CNPJ 37.100.443/0001-64 a qual se encontra com o número mínimo de entes filiados no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais de forma irregular, em desacordo com o estabelecido na legislação vigente. A SUSPENSÃO permanecerá até que o MTb seja comunicado e reconheça a sua respectiva adequação, nos termos do art. 534 da Consolidação das Leis do Trabalho.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro de alteração estatutária, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	46262.004000/2015-93
Entidade	Sindicato dos Empregados em Auto Escolas, C.F.C., Despachantes e Transporte Escolar de Mauá e Região-SP- SINTRAADETE-ABCDM
CNPJ	04.337.957/0001-89
Abrangência	Intermunicipal
Base Territorial	*São Paulo*: Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

Categoria Profissional: Trabalhadores e Empregados nas Empresas de Auto Moto Escolas e Centros de Formação de Condutores (C.F.C "A", C.F.C. "B" e C.F.C "A/B") de veículos automotores englobando todos os estabelecimentos de ensino teórico, técnico e de prática de direção veicular,bem como de reciclagem profissional para a formação de condutores de veículos automotores e despachantes documentalistas, despachantes de veículos,despachante de emplacador, despachante policial,despachantes de documentos,despachante de trânsito,despachante imobiliário,despachante de cartório,junta comercial e tabelião,despachante marítimo,despachante aeronáutico,despachante de direito autoral,despachante agropecuário,despachante de estrangeiros e relações exteriores, despachantes de produtos controlados,despachante de meio ambiente e florestal,despachante de registro comercial, despachante previdenciário e despachante zoonose e em transporte escolar e monitores em porta de escolas

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NA BAHIA

DESPACHOS DA SUPERINTENDENTE
Em 25 de setembro de 2017

Nº 22 - A SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADODA BAHIA- EM EXERCÍCIO, tendo em vista o que consta do Processo nº 46783.000474/2016-68 e nos termos do despacho exarado nos autos do processo em epígrafe e usando da competência que lhe foi delegada pela Portaria SRT nº 02, de 25 de maio de 2006, da Secretaria de Relações do Trabalho.
HOMOLOGA o Plano de Cargos e Salários dos Técnicos Administrativos da Faculdade Pitágoras de Teixeira de Freitas inscrito no CNPJ sob o nº38.733.648/0021-220, ficando expresso que qualquer alteração a ser feita no mencionado plano dependerá de prévia autorização desta Superintendência.

GERTA ANGÉLICA SCHULTZ CÔRTES FAHEL

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 826, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

Aprova a atualização de destinação de Carro Contraincêndio de Aeródromo - CCI, e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL, SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição, considerando o disposto no inciso III do art. 1º do Decreto nº 8.851, de 20 de setembro de 2016, e tendo em vista o disposto na Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016; além do contido na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e o que consta no Processo Administrativo nº 00055.001694/2012-17,

CONSIDERANDO as demandas por novas operações, através das manifestações das companhias aéreas; as solicitações pelos Estados para melhor suportar as operações já existentes ou previstas, e; os aeroportos que possuem operação, mas estão limitados ao aumento delas por conta de inexistência de Carro Contraincêndio de Aeródromo - CCI ou mesmo pela inadequação dos existentes;

CONSIDERANDO as diretrizes da Política Nacional de Aviação Civil, bem como a necessidade de investimentos e desenvolvimento da infraestrutura aeroportuária, possibilitando o provimento dos serviços aéreos de maneira satisfatória e segura; e

CONSIDERANDO a competência institucional da Secretaria Nacional de Aviação Civil do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil de formular e implementar o planejamento estratégico do setor, definindo prioridades dos programas de investimentos, administrar os recursos e programas de desenvolvimento da infraestrutura da aviação civil, resolve:

Art. 1º Atualizar, na forma do Anexo, a destinação do Carro Contraincêndio de Aeródromo - CCI constante do Plano de Investimentos aprovado pela Portaria MTPA nº 149, de 14 de julho de 2014, atualizada pelas Portaria SAC nº 19, de 10 de junho de 2015, e Portaria MTPA nº 421, de 14 de fevereiro de 2017, republicada em 20 de fevereiro de 2017.

Art. 2º O CCI adquirido será transferido ao aeródromo de Jijoca de Jericoacoara (SBJE), relacionado no Anexo, por Termo de Doação, desde que sejam atendidos os seguintes pré-requisitos:

I - até a data estabelecida para a entrega do CCI, o responsável pelo aeródromo tenha instrumento de outorga válido junto a este Ministério; e

II - até 30 (trinta) dias contados a partir da publicação desta Portaria, o delegatário do aeródromo tenha expressado o interesse em receber o CCI, bem como a apresentação de declaração de que o aeroporto dispõe de Provisão de Recursos Humanos para o Serviço de Prevenção, Salvamento e Combate a Incêndio em Aeródromos Civis - SESCINC (Bombeiros de Aeródromo) e de Seção Contraincêndio - SCI capaz de comportar o CCI, segundo requisitos da Resolução no 279/2013, alterada pela Resolução nº 382/2016, da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.

§ 1º A data estabelecida para entrega do CCI, como previsto no inciso I do Art. 2º desta Portaria, será definida de acordo com o cronograma de entrega do fabricante e previamente informado ao delegatário do aeródromo.

§ 2º As declarações e demais documentos comprobatórios resultantes da aplicação do inciso II do Art. 2º desta Portaria, deverão ser endereçados à Secretaria Nacional de Aviação Civil do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO FORTES MELRO FILHO

ANEXO

UF	AEROPORTO	ICAO	TIPO CCI	FABRICANTE	VALOR (R$)
CE	JIJOCA DE JERICOACOARA	SBJE	4 (AP-2)	LAVRITA	1.589.850,00

PORTARIA Nº 827, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 57 da Medida Provisória nº 782, de 31 de maio de 2017, c/c com o art. 6º, inciso I, da Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016, considerando o inciso III do art. 1º do Decreto nº 8.851, de 20 de setembro de 2016 e o art. 1º do Anexo I do Decreto nº 9.000, de 8 de março de 2017 e considerando o constante dos autos do processo nº 00045.002957.2016.40, resolve:

Art. 1º Fica Autorizada a realização de investimentos emergenciais para a adequação do Sistema de Combate a Incêndio propostos pela sociedade empresária Petróleo Sabbá S.A CNPJ 04.169.215.0001.91 conforme o plano de investimento apresentado nos autos do processo administrativo nº 00045.002957.2016.40, de acordo com o Contrato de Transição nº 009.2015.00, celebrado com a Empresa Maranhense de Administração Portuária EMAP, em 27 de outubro de 2015, para a exploração de área no Porto Organizado do Itaqui MA.

Parágrafo único. Os investimentos de que trata o caput deste artigo serão realizados por conta e risco da arrendatária transitória e são estimados em R$ 2.600.000,00 dois milhões e seiscentos mil reais.

Art. 2º A presente autorização é disciplinada pelo Termo de Risco de Investimento TRI, firmado pela sociedade empresária Petróleo Sabbá SA, em 27 de junho de 2017, que consta nos autos do Processo nº 00045.002957.2016.40, no qual a arrendatária transitória assume expressamente as seguintes condições e obrigações:

I.Os investimentos de que trata o caput do art. 1° serão realizados por conta e risco da arrendatária transitória;

II.A presente autorização não garante direito a qualquer indenização, ressarcimento ou reequilíbrio econômico financeiro pelos investimentos realizados pela arrendatária transitória;

III.A eventual indenização ou ressarcimento pelos investimentos autorizados poderá ocorrer, conforme metodologia estabelecida no Termo de Risco de Investimento, total ou parcialmente, caso o Poder Concedente reconheça os investimentos oportunos, com base nas obrigações contratuais vigentes, e que os investimentos integrem a futura composição do patrimônio do terminal a ser arrendado;

IV.A arrendatária transitória renuncia o direito ao ressarcimento pelos investimentos autorizados, exceto no caso de materialização da hipótese prevista no caput do inciso 3. deste artigo; e

V.A arrendatária transitória deverá alterar o empreendimento ou restabelecer as condições de uso originais da área, caso os investimentos, no todo ou em parte, sejam declarados inoportunos, a critério do Poder Concedente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO FORTES MELRO FILHO

PORTARIA Nº 828, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

Ratifica a extinção por renúncia da interessada do Contrato de Adesão n.º 040/2014-ANTAQ (Adaptação), da empresa Sociedade Brasileira de Mineração Ltda., autorizada pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ por meio da Resolução n.º 3.468 de 5 de junho de 2014.

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, considerando o inciso III do art. 1º do Decreto nº 8.851, de 20 de setembro de 2016 e considerando o constante dos autos dos Processos nºs 00045.000780/2017-28, 50000.013800/1996-11 e 50300.000793/2017-15, resolve:

Art. 1º - Fica extinta, por renúncia da empresa, a Autorização, firmada por meio do Contrato de Adesão n.º 040/2014-ANTAQ (Adaptação), de 07 de outubro de 2014, outorgada à empresa Sociedade Brasileira de Mineração Ltda., CNPJ n.º 33.331.067/0001-68.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO FORTES MELRO FILHO

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

RETIFICAÇÃO

No art. 1º da Portaria nº 2843/SPO, de 17 de agosto de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 24 de agosto de 2017, Seção 1, página 77, onde se lê: "...Rua Leolinda Bacelar, nº 20, Bairro Centro, em Feira de Santana - BA, CEP: 44075-972 ...", leia-se: "...Rua Frederico Simões, nº 98, salas 707 e 708, Bairro Caminho das Árvores, em Salvador - BA, CEP: 41820-774...".

SUPERINTENDÊNCIA DE AERONAVEGABILIDADE
GERÊNCIA-GERAL DE AERONAVEGABILIDADE CONTINUADA
GERÊNCIA DE ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO

PORTARIA Nº 3.193, DE 19 DE SETEMBRO DE 2017

O GERENTE DE ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 1º, inciso I, da Portaria nº 969/SAR, de 16 de abril de 2014, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 145 (RBAC nº 145) e na Lei nº 7565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº00066.521474/2017-82, resolve:

Art. 1º Tornar pública a extinção do Certificado de Organização de Manutenção nº 1012-41/ANAC, emitido em favor da organização de manutenção de produto aeronáutico AIRCRAFT SUPORTE E MANUTENÇÃO LTDA, por ter sido o certificado devolvido por seu detentor, nos termos da alínea "a" do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 145 (RBAC 145.55), Emenda nº 01 de 7 de março de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AMERICO CAMPOS FILHO

PORTARIA Nº 3.219, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017

O GERENTE DE ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, da Portaria nº 969/SAR, de 16 de abril de 2014, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 145 (RBAC nº 145), e na Lei nº 7565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00066.500255/2017-60, resolve:

Art. 1º Tornar pública a suspensão do Certificado de Organização de Manutenção nº 9907-01/ANAC, emitido em favor da oficina de manutenção de produto aeronáutico PLANAVEL VP PEÇAS E MANUTENÇÃO DE AERONAVES LTDA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AMERICO CAMPOS FILHO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800122

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GERÊNCIA-GERAL DE CERTIFICAÇÃO DE PRODUTO AERONÁUTICO

PORTARIA Nº 3.150, DE 14 DE SETEMBRO DE 2017

O GERENTE-GERAL DE CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS AERONÁTICOS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso IV, da Portaria nº 887/SAR, de 10 de abril de 2014, e considerando o que consta do processo nº 00066.521357/2017-19, resolve:

Art. 1º Tornar público o cancelamento dos Atestados de Produto Aeronáutico Aprovado (APAA) números 2005P12-05, 2005P12-06 e 2006P01-01, referentes aos modelos de embalagens GU11, GU7 e G10 e dos Ofícios de Aprovação de Embalagens para o transporte de produtos perigosos números 110/2012/GGCP/SAR, 322/2012/GGCP/SAR, 405/2012/GGCP/SAR, 498/2014/GGCP/SAR e 500/2014-GGCP/SAR, referentes aos modelos de embalagens G12, GV3, G5, GV4 e GV1, emitidos em favor da empresa CONCEPTA D.G. Compliance Ltda. em razão da substituição destes pelos Certificados de Embalagem Aprovada - EA.

Art. 2º Nestes termos passam a vigorar os seguintes certificados:

Descrição da Embalagem	Nº Certificado de Embalagem Aprovada - EA	Validade
Caixa de Papelão Ondulado - 4GV, Modelo GV1	H.09-0103-0030	24/09/2018
Caixa de Papelão Ondulado - 4GV, Modelo CDGC GV-3	H.09-0103-0032	24/09/2018
Caixa de Papelão Ondulado - 4GV, Modelo GV4	H.09-0103-0031	24/09/2018
Caixa de Papelão Ondulado - 4G, Modelo CDGC G5	H.09-0103-0033	24/09/2018
Caixa de Papelão Ondulado - 4GU, Modelo GU7	H.09-0103-0026	24/09/2018
Caixa de Papelão Ondulado - 4G, Modelo G10	H.09-0103-0029	24/09/2018
Caixa de Papelão Ondulado - 4GU, Modelo GU11	H.09-0103-0025	24/09/2018
Caixa de Papelão Ondulado - 4G, Modelo G12	H.09-0103-0034	24/09/2018

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO IGAWA

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS
GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO
GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE PESSOAL

PORTARIA Nº 3.083, DE 6 DE SETEMBRO DE 2017

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão C, aprovado pela Portaria nº 1.767, de 23 de maio de 2017, e considerando o que consta dos processos nº 00065.510900/2017-62 e 00069.500327/2017-49, resolve:

Art. 1º Renovar, por 5 (cinco) anos, a autorização de funcionamento da CWB ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL, situada à Rua Cícero Jaime Bley, 381, Bacacheri, em Curitiba - PR, CEP: 82515-230.

Art. 2º Renovar, por 5 (cinco) anos, a homologação dos cursos teóricos de Piloto Privado Avião - PPA e Piloto Privado Helicóptero - PPH e do curso teórico e prático de Comissário de Voo - CMS da CWB ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

GERÊNCIA TÉCNICA DE FATORES HUMANOS

PORTARIA Nº 3.224, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017

O GERENTE TÉCNICO DE FATORES HUMANOS SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.5.2.2(a)(iv) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão C, aprovado pela Portaria nº 1.767/SPO, de 23 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 67 (RBAC nº 67) e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00065.514210/2017-82, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 3 (três) anos, a clínica CLINICOR - CLÍNICA CARDIOLÓGICA DE MANAUS LTDA - EPP, CNPJ 04.468.468/0001-66, CLC 32, para a realização de exames de saúde periciais no endereço Rua Rio Iça, 520, Conjunto Vieiralves, Nossa Senhora das Graças, Manaus (AM), para fins de emissão de Certificado Médico Aeronáutico de 1ª, 2ª, 4ª e 5ª classes, em conformidade com o Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 67 (RBAC nº 67).

Parágrafo único. O credenciamento poderá ser suspenso a qualquer tempo por descumprimento de quaisquer dos requisitos previstos para o credenciamento.

Art. 2º A CLINICOR - CLÍNICA CARDIOLÓGICA DE MANAUS LTDA - EPP, deverá manter, na pessoa de seu Diretor Técnico Médico, todos os requisitos da certificação previstos no RBAC nº 67.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERT COSTA REBELLO

PORTARIA Nº 3.225, DE 22 DE SETEMBRO DE 2017

O GERENTE TÉCNICO DE FATORES HUMANOS SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.5.2.2(a)(iv) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão C, aprovado pela Portaria nº 1.767/SPO, de 23 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 67 (RBAC nº 67) e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00065.537727/2017-40, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 3 (três) anos, o médico Dr. Luiz Mário de Oliveira Peixoto, CRM/AM 1013, MC 164, para a realização de exames de saúde periciais no endereço Rua Rio Iça, nº 520 - Conjunto Veiralves - Bairro Nossa Senhora das Graças - Manaus (AM), para fins de emissão de Certificado Médico Aeronáutico de 2ª, 4ª e 5ª classes, em conformidade com o Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 67 (RBAC nº 67).

Parágrafo único. O credenciamento poderá ser suspenso a qualquer tempo por descumprimento de quaisquer dos requisitos previstos para o credenciamento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERT COSTA REBELLO

COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

BALANCETE PATRIMONIAL

CNPJ - 44.837.524/0001-07
BALANCETE PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/08/2017

ATIVO	R$ MIL	*PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO*	R$ MIL
Circulante	**232.433**	***Circulante***	**377.542**
Caixa e equivalentes de caixa	164.018	Salários, provisão e encargos sociais	66.530
Valores vinc. à aplicação em infraestrutura	12.757	Fornecedores e prestadores de serviços	39.691
Contas a receber, líquidas	41.618	Impostos e contribuições a recolher	16.981
Estoques	648	Plano de pensão	17.002
Créditos tributários	2.590	Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	195.918
Outros créditos	10.738	Obras efetuadas por arrendatários	15.273
Despesas antecipadas	64	Parcelamentos Cíveis e Trabalhistas	4.749
		Outras obrigações	21.398
Não Circulante	**2.968.868**	***Não Circulante***	**1.460.064**
Realizável a Longo Prazo	**1.215.411**	Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	197.796
Contas a receber, líquidas	827.105	Receita diferida	366.690
IRPJ e CSLL diferidos	269.806	Obras efetuadas por arrendatários	121.914
Depósitos judiciais	99.947	Créditos da União para aumento capital	682.969
Bens destinados a alienação	2.209	Plano de pensão	58.073
Partes relacionadas	5.081	Parcelamentos Cíveis e Trabalhistas	1.897
Outros créditos	11.263	Outras obrigações	30.725
		Patrimônio Líquido	**1.363.695**
Imobilizado	1.737.532	Capital social	1.414.100
Intangível	15.925	Prejuízos acumulados	(50.405)
TOTAL DO ATIVO	**3.201.301**	**TOTAL DO PASSIVO E PATR. LÍQUIDO.**	**3.201.301**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO
DE 01-01-2017 A 31-08-2017

	R$ MIL
Receita líquida	560.552
Custo dos serviços	(329.223)
Despesas administrativas	(209.356)
Outrasreceitas (despesas)operacionais	(7.487)
Resultado financeiro líquido	(31.022)
Resultado operacional antes do IRPJ e CSLL	(16.536)
Imposto de renda e contribuição social corrente	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	4.321
Resultado do exercício	(12.215)

JOSÉ ALEX BOTÊLHO DE OLIVA Diretor-Presidente
FRANCISCO JOSÉ ADRIANO Diretor de Administração e Finanças
PÉRSIO BELLUOMINI MORAES Contador CRC/1SP215355/O-0

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

RETIFICAÇÃO

No Extrato da Decisão de Recurso Administrativo, publicado no DOU, de 22 de setembro de 2017, seção 1, página 100, onde se lê: "...CONHEÇO DO RECURSO ADMINISTRATIVO em razão da tempestividade e no mérito INDEFIRO OS PEDIDOS, para declarar a nulidade da decisão de rescindir o Contrato nº 609/2014-01, bem como para concluir pela impossibilidade de rescisão unilateral por culpa do Consórcio e afastar a eventual aplicação de penalidades..." Leia-se: CONHEÇO DO RECURSO ADMINISTRATIVO em razão da tempestividade e no mérito INDEFIRO OS PEDIDOS feitos pelo Consórcio, quais sejam: a) declarar a nulidade da decisão de rescindir o Contrato nº 609/2014-01; b) concluir pela impossibilidade de rescisão unilateral por culpa do consórcio, e c) afastar a eventual aplicação de penalidades...".Processo nº 50600.047192/2017-31.

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL

PORTARIA Nº 1.694, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 91, XXI, da Lei Complementar nº 75/93, de 20/5/1993, no art. 2º, §4º, da Lei n° 13.024, de 26/08/2014, no art. 57 do Ato Conjunto PGR/CASMPU n° 01/2014, no art. 18, parágrafo único e no art. 26, §§ 3º, 4º e 5º da Resolução CSMPT nº 132, resolve:

Art. 1º Determinar a suspensão da designação do 5º Ofício Geral da Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região e a redistribuição dos feitos a ele vinculados para os demais Ofícios Gerais de Procurador Regional do Trabalho (2º grau) providos na mesma unidade.

Art. 2º Encerrado o período de suspensão da designação, no retorno de seu titular, o ofício receberá o quantitativo de feitos existentes quando da redistribuição.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 1º de outubro de 2017.

RONALDO CURADO FLEURY

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800123

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA ORDEM URBANÍSTICA

PORTARIA Nº 39, DE 26 DE SETEMBRO DE 2017

A Promotora de Justiça Titular da Quarta Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística - PROURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129, incisos III e IX, da Constituição Federal; artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993; e artigos 11 e 22 da Resolução nº 90, de 14 de setembro de 2009, do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios,

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 66, de 17.10.2005, do CSMPDFT, que regulamenta, no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, a instauração e tramitação do Inquérito Civil Público - ICP;

CONSIDERANDO que as atribuições específicas das Promotorias de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística estão definidas no artigo 22 da Resolução CSMPDFT nº 90, de 14 de setembro de 2009, e que o Anexo I, Capítulo XIV, da citada resolução, inclui nas atribuições da 4ª PROURB os feitos relacionados à Região Administrativa do Plano Piloto;

CONSIDERANDO que se deve priorizar a fiscalização da atividade-fim dos órgãos incumbidos da implementação e fiscalização da política de uso e ocupação do solo do Distrito Federal, mediante a instauração de procedimentos mais abrangentes, para o acompanhamento da atuação dos órgãos e agentes públicos responsáveis pelo tratamento das questões apresentadas, sem prejuízo da instauração de procedimentos específicos quando a natureza e a relevância da investigação assim o exigir;

CONSIDERANDO o conteúdo do Procedimento Administrativo nº 08190.034239/13-20 instaurado nesta Promotoria de Justiça para acompanhar possíveis irregularidades no funcionamento do Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil - CAP's em área residencial próximo ao SHCGN 714/715, Bloco C, Asa Norte - Região Administrativa do Plano Piloto/DF, resolve:

instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO determinando que sejam adotadas as seguintes providências:

1) autue-se a presente portaria promovendo-se os registros necessários no Sistema de Acompanhamento dos Feitos e Requerimentos do MPDFT;

2) comunique-se a instauração do presente feito à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Cível Especializada;

3) publique-se a presente portaria, assim como os extratos referentes aos atos realizados, na forma do artigo 2º, inciso VII, da Resolução nº 66/2005;

4) proceda-se ao controle do prazo previsto no artigo 13-A da referida resolução - 1 (um) ano - informando sobre a eventual necessidade de prorrogação do referido prazo com antecedência mínima de 15 (quinze) dias;

MARILDA DOS REIS FONTINELE

Tribunal de Contas da União

PORTARIA Nº 435, DE 26 DE SETEMBRO DE 2017

Promove ampliação dos limites de empenho e movimentação financeira nos termos do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, combinado com o art. 58 da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016 (LDO 2017) e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo art. 28, inciso XXXIX do Regimento Interno do TCU, e tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (LRF), combinado com o art. 58 da Lei nº 13.408, de 2016 (LDO 2017), e tendo em vistas as informações constantes do TC 001.344/2017-0, resolve:

Art. 1º Fica ampliado, para empenho e movimentação financeira, o valor constante do Anexo I desta portaria, referente ao orçamento consignado ao Tribunal de Contas da União, na Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017 (LOA 2017), tendo-se por base o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do quarto bimestre de 2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e do Ministério da Fazenda, sendo o valor total acumulado da limitação o demonstrado no Anexo II desta Portaria.

Art. 2º Ficam alterados, na forma dos Anexos II e III desta Portaria, respectivamente, o Anexo II da Portaria-TCU nº 177, de 27 de março de 2017, e o Anexo I da Portaria-TCU nº 94, de 31 de janeiro de 2017, em decorrência do disposto no artigo anterior.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAIMUNDO CARREIRO

ANEXO I

03000 - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Ampliação de limite de empenho e movimentação financeira

Em Reais

Projeto/Atividade	Natureza de Despesa	Fonte	Valor
01.032.0550.4018.0001 - Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Federais - PO 0000	3.3.90.00	0100	1.368.869,00
Total			1.368.869,00

ANEXO II

"Anexo II da Portaria-TCU nº 177, de 27 de março de 2017
03000 - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Demonstrativo da dotação orçamentária aprovada na LOA 2017 e limitação de empenho e movimentação financeira acumulada

"Em Reais

Ação	Natureza de Despesa	Dotação Autorizada	Limitação de Empenho e Movimentação Financeira
01.032.0550.4018.0001 - Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Federais	3.3.90.00	178.308.727,00	2.423.958,00
01.122.0550.12QD.5664 - Construção do Anexo IV: Escola Superior de Controle	4.4.90.00	3.300.000,00	1.905.301,00
TOTAL		181.608.727,00	4.329.259,00

ANEXO II

"Anexo I da Portaria-TCU nº 94, de 31 de janeiro de 2017
03000 - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Em Reais

	Fonte 0100			Fonte 0188
Mês	Outras Despesas Correntes-ODC	ODC-Benefícios	ODC-Benefícios Auxílio Funeral e Natalidade	Outras Despesas Correntes-ODC
Janeiro	15.104.462,00	5.928.541,00	76.422,00	-
Fevereiro	15.104.462,00	5.928.541,00	76.422,00	272.728,00
Março	15.104.462,00	5.928.541,00	76.422,00	272.728,00
Abril	14.502.274,00	5.928.541,00	76.422,00	272.728,00
Maio	14.502.274,00	5.928.541,00	76.422,00	272.728,00
Junho	14.547.675,00	5.928.541,00	76.422,00	272.728,00
Julho	14.547.675,00	5.928.541,00	76.422,00	272.728,00
Agosto	14.809.485,00	5.928.541,00	76.422,00	272.728,00
Setembro	14.809.485,00	5.928.541,00	76.422,00	272.728,00
Outubro	15.265.775,00	5.928.541,00	76.422,00	272.728,00
Novembro	15.265.775,00	5.928.541,00	76.422,00	272.728,00
Dezembro	15.265.772,00	5.928.537,00	76.422,00	272.720,00
Total	178.829.576,00	71.142.488,00	917.064,00	3.000.000,00

Poder Legislativo

SENADO FEDERAL
DIRETORIA-GERAL

ATO Nº 35, DE 26 DE SETEMBRO DE 2017

A DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares e tendo em vista o disposto no Ato da Comissão Diretora n° 29, de 20 de dezembro de 2006, no art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, no art. 58 da Lei n° 13.408, de 26 de dezembro de 2016 (LDO-2017) e, considerando o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 4º bimestre de 2017, elaborado pelos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, RESOLVE:

Art. 1º Fica restabelecido, para empenho e movimentação financeira, na forma do Anexo I deste Ato, o valor de R$ 390.869,00 (trezentos e noventa mil, oitocentos e sessenta e nove reais), constante do orçamento do Senado Federal, aprovado pela Lei n° 13.414, de 10 de janeiro de 2017.

Parágrafo Único A posição atualizada da limitação de empenho e movimentação financeira, no âmbito do Senado Federal, é a indicada no Anexo II deste Ato.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

ILANA TROMBKA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800124

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXOS

ANEXO I - RESTABELECIMENTO DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA
UNIDADE: 02101 - Senado Federal

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0551	Atuação Legislativa do Senado Federal							390.869
		atividades							
01 031	0551 4061	Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política							
01 031	0551 4061 5664	Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política - Em Brasília - DF	F	3	2	90	0	100	390.869
TOTAL - FISCAL									390.869
TOTAL - GERAL									390.869

ANEXO II - POSIÇÃO ATUALIZADA DA LIMITAÇÃO DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA
UNIDADE: 02101 - Senado Federal

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0551	Atuação Legislativa do Senado Federal							2. 643.096
		atividades							
01 031	0551 4061	Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política							
01 031	0551 4061 5664	Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política - Em Brasília - DF	F	3	2	90	0	100	2.643.096
TOTAL - FISCAL									2. 643.096
TOTAL - GERAL									2. 643.096

Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PORTARIA CONJUNTA Nº 5, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

Dispõe sobre limitação para empenho e movimentação financeira.

A PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, OS PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS SUPERIORES, DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL E DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO E O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 9º da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, no artigo 58, caput e §§ 1º e 3º, da Lei n.13.408, de 26 de dezembro de 2016 e na Mensagem nº 359, de 22 de setembro de 2017, resolvem:

Art. 1º Ficam indisponíveis para empenho e movimentação financeira os valores constantes do Anexo desta Portaria, consignados aos Órgãos do Poder Judiciário da União pela Lei 13.414, de 10 de janeiro de 2017.

Art. 2º Fica revogada a Portaria Conjunta nº 4, de 27 de julho de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. CÁRMEN LÚCIA
Presidente do Supremo Tribunal Federal
e do Conselho Nacional de Justiça

Min. GILMAR MENDES
Presidente do Tribunal Superior Eleitoral

Min. LAURITA VAZ
Presidente do Superior Tribunal de Justiça
e do Conselho da Justiça Federal

Min. IVES GANDRA FILHO
Presidente do Tribunal Superior do Trabalho
e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho

Min. JOSÉ COÊLHO FERREIRA
Presidente do Superior Tribunal Militar

Des. MÁRIO MACHADO VIEIRA NETO
Presidente do Tribunal de Justiça
do Distrito Federal e dos Territórios

ANEXO

LIMITE INDISPONÍVEL PARA EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA
OUTROS CUSTEIOS E CAPITAL
R$ 1,00

Órgão		Valor
10.000	Supremo Tribunal Federal	2.423.921
11.000	Superior Tribunal de Justiça	10.865.429
12.000	Justiça Federal	72.169.366
13.000	Justiça Militar da União	2.339.869
14.000	Justiça Eleitoral	183.819.643
15.000	Justiça do Trabalho	67.571.139
16.000	Justiça do DF e Territórios	6.513.051
17.000	Conselho Nacional de Justiça	12.387.568

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 76, DE 26 DE SETEMBRO DE 2017

A PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e regimentais;
Considerando o inciso III e parágrafo único do art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:
Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao segundo quadrimestre de 2017, constante do Anexo.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. CÁRMEN LÚCIA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800125

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SET/2016 A AGO/2017

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA S EXECUTADAS (Ultimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS [1] (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	62.069.151,39	1.267.593,24
Pessoal Ativo	62.069.151,39	1.267.593,24
Pessoal Inativo e Pensionistas	-	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DE SPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	1.059.594,78	
Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	1.059.594,78	
Inativos e pensionistas com Recursos Vinculados	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	61.009.556,61	1.267.593,24

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (I V)	730.531.081.000,00	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	62.277.149,85	0,008525 %
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	124.190.283,77	0,017000%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	117.980.769,58	0,016150%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	111.771.255,39	0,015300%

FONTE: Sistema Tesouro Gerencial e Resolução CNJ nº 177/2013, Unidade Responsável Seção de Contabilidade - Secretaria de Orçamento e Finanças, Data da emissão 20/09/2017 e hora de emissão 12h.

[1] Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.
Não houve, no presente exercício, cancelamento de Restos a Pagar não Processados de 2016.

Nota: 1- Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

Nota: 2 - O limite máximo da despesa com pessoal é estabelecido pelo art. 20, inciso I, alínea "b", da Lei Complementar nº 101/2000 para o Poder Judiciário Federal. A Resolução CNJ nº 177/2013 distribui o valor máximo de 6% entre os órgãos integrantes do Poder Judiciário Federal. Ao CNJ coube o limite máximo de 0,017%, o limite prudencial de 0,016150% e o limite de alerta de 0,015300%.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
CONSOLIDAÇÃO DA REPUBLICAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
ITEM 9.4 DO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO \1
RGF - ANEXO

R$ 1,00

			PERÍODO					
			2ºQ/2015	3ºQ/2015	1ºQ/2016	2ºQ/2016	3ºQ/2016	1ºQ/2017	2ºQ/2017
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)			48.370.778,57	51.242.027,17	52.672.089,90	54.626.435,49	58.296.397,00	60.478.648,42	63.336.744,63
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)			0,00	0,00	48.748,33	83.795,70	1.164.418,92	1.059.594,78	1.059.594,78
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)			48.370.778,57	51.242.027,17	52.623.341,57	54.542.639,79	57.131.978,08	59.419.053,64	62.277.149,85
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL									
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			656.857.642.623	674.522.742.050	700.438.647.763	695.041.041.696	722.474.299.182	718.531.431.019	730.531.081.000
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100			0,007364%	0,007597%	0,007513%	0,007847%	0,007908%	0,008270%	0,008525%
LIMITE MÁXI-MO <%> \3	LRF, art. 20, incisos I, II e III								
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \4:[1]	0,006000%	0,006000%	0,006000%	0,006000%	0,006000%	0,006000%	0,006000%
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \4:[1]	0,006000%	0,006000%	0,006000%	0,006000%	0,006000%	0,006000%	0,006000%
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \4:[1]	0,017000%	0,017000%	0,017000%	0,017000%	0,017000%	0,017000%	0,017000%
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \2								

\1 Publicado por determinação do Acórdão 553/2017-TCU-Plenário, item 9.4.
\2 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho
\3 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça
\4 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça
\5 RCL do 2º quadrimestre de 2015 - Portaria 509, de 15 de setembro de 2015; RCL do 3º quadrimestre de 2015 - Portaria 20, de 18 de janeiro de 2016; RCL do 1º quadrimestre de 2016 - Portaria 301, de 18 de maio de 2016; RCL do 2º quadrimestre de 2016 - Portaria 559, de 19 de setembro de 2016; RCL do 3º quadrimestre de 2016 - Portaria 37, de 19 de janeiro de 2017; RCL do 1º quadrimestre de 2017 - Portaria 416, de 18 de maio de 2017.
\6 A Portaria 494, de 6 de junho de 2017, retificou o demonstrativo da Receita Corrente Líquida do 3º quadrimestre de 2016 constante da Portaria 37, de 19 de janeiro de 2017; o valor retificado da RCL é de R$ 709.929.575 mil; no entanto, para manter a coerência com os Relatórios de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2016, que foram publicados em janeiro de 2017, optou-se por considerar no demonstrativo o valor não retificado.
Nota 1 - O CNJ não possui ato decorrente das Resoluções CNJ 5/2015, 26/2016 e 177/2013.
Nota 2 - Muito embora a criação do CNJ tenha ocorrido em 2004 pela Emenda Constitucional 45/2004, apenas em 2008 o CNJ publicou seu primeiro RGF referente ao 3º quadrimestre de 2007 através da Portaria nº 202 em 28 de janeiro de 2008.

JULHIANA MIRANDA MELLOH ALMEIDA
Diretora-Geral

SALATIEL GOMES DOS SANTOS
Secretário de Controle Interno

WERNNE PEREIRA E SILVA
Secretário de Orçamento e Finanças

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800126

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

PORTARIA Nº 711, DE 26 DE SETEMBRO DE 2017

Estabelece o limite de pagamento dos Tribunais Eleitorais e do Fundo Partidário no valor que especifica.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no inciso II do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e no Procedimento Administrativo SEI nº 2017.00.000001370-4, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido o limite de pagamento de despesas primárias dos Tribunais Eleitorais e do Fundo Partidário para o exercício 2017, conforme indicado no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. GILMAR MENDES

ANEXO I

Valores em R$

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	*LIMITES DE PAGAMENTOS PARA AS DESPESAS PRIMÁRIAS*		
	OBRIGATÓRIAS	*DISCRICIONÁRIAS*	*TOTAL*
TSE	*539.415.484*	*433.814.360*	*973.229.844*
TRE - AC	*33.455.726*	*14.411.693*	*47.867.419*
TRE - AL	*80.306.215*	*15.079.897*	*95.386.112*
TRE - AM	*90.540.115*	*25.324.391*	*115.864.506*
TRE - BA	*242.202.182*	*45.755.810*	*287.957.992*
TRE - CE	*170.425.074*	*24.940.823*	*195.365.897*
TRE - DF	*71.808.082*	*21.906.840*	*93.714.922*
TRE - ES	*86.504.311*	*19.275.055*	*105.779.366*
TRE - GO	*139.296.079*	*26.079.117*	*165.375.196*
TRE - MA	*127.283.369*	*31.991.884*	*159.275.253*
TRE - MT	*84.807.934*	*21.819.919*	*106.627.853*
TRE - MS	*80.184.153*	*26.551.053*	*106.735.206*
TRE - MG	*452.287.434*	*55.444.593*	*507.732.027*
TRE - PA	*128.569.046*	*32.361.750*	*160.930.796*
TRE - PB	*108.511.365*	*19.645.161*	*128.156.526*
TRE - PR	*226.256.205*	*47.752.962*	*274.009.167*
TRE - PE	*199.870.434*	*39.956.921*	*239.827.355*
TRE - PI	*116.460.612*	*28.346.236*	*144.806.848*
TRE - RJ	*401.278.464*	*49.110.032*	*450.388.496*
TRE - RN	*104.616.054*	*41.855.325*	*146.471.379*
TRE - RS	*223.447.931*	*32.405.800*	*255.853.731*
TRE - RO	*55.895.955*	*19.717.658*	*75.613.613*
TRE - SC	*142.061.430*	*27.495.929*	*169.557.359*
TRE - SP	*557.671.994*	*73.989.065*	*631.661.059*
TRE - SE	*66.417.348*	*10.828.075*	*77.245.423*
TRE - TO	*55.979.111*	*22.313.507*	*78.292.618*
TRE - RR	*34.995.498*	*10.549.763*	*45.545.261*
TRE - AP	*31.602.470*	*12.890.444*	*44.492.914*
SUBTOTAL	*4.652.150.075*	*1.231.614.063*	*5.883.764.138*
FUNDO PARTIDÁRIO	*218.602.329*	*600.529.131*	*819.131.460*
TOTAL	*4.870.752.404*	*1.832.143.194*	*6.702.895.598*

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

ATO Nº 510, DE 26 DE SETEMBRO DE 2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando o constante no Processo TST nº 502.115/2017-7, resolve:

Determinar a publicação do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho, referente ao período de setembro de 2016 a agosto de 2017, nos termos do art. 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101/2000, bem assim do quadro referente à Consolidação da Republicação do Relatório de Gestão Fiscal, em cumprimento ao item 9.4 do Acórdão 553/2017-TCU-Prenário.

Min. IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2016 A AGOSTO/2017

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	768.537.785,49	7.174.942,47	775.712.727,96
Pessoal Ativo	511.188.582,57	7.174.333,80	518.362.916,37
Pessoal Inativo e Pensionistas	257.349.202,92	608,67	257.349.811,59
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	248.527.612,94	96.797,96	248.624.410,90
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	133.177,87	96.797,96	229.975,83
Decorrentes de Decisão Judicial	3.699,44	0,00	3.699,44
Despesas de Exercícios Anteriores	1.706.640,22	0,00	1.706.640,22
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	246.684.095,41	0,00	246.684.095,41
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	520.010.172,55	7.078.144,51	527.088.317,06

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			730.531.081.000,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100	0,071182%	0,000969%	0,072151%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	0,181764%		1.327.842.514,07
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF)	0,172675%		1.261.444.544,12
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	0,163588%		1.195.061.184,79

FONTE: SIAFI e Tesouro Gerencial - DICONT/SEA/TST, 13/set/2017, às 18:10.

Notas: 1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II, da Lei nº 4.320/64.

2) Os Limites Máximo e Prudencial foram estipulados conforme Ato Conjunto TST/CSJT nº 30, de 26 de agosto de 2013.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800127

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
CONSOLIDAÇÃO DA REPUBLICAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
ITEM 9.4 DO ACÓRDÃO 553/2017 - TCU - PLENÁRIO

R$ 1,00

				PERÍODO						
				2ºQ/2015	3ºQ/2015	1ºQ/2016	2ºQ/2016	3ºQ/2016	1ºQ/2017	2ºQ/2017
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				704.620.648,50	706.009.163,08	713.147.427,59	714.683.843,86	732.167.858,94	765.836.098,96	775.712.727,96
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				179.787.587,68	211.969.118,20	221.035.167,83	224.096.768,49	225.248.077,49	243.838.372,77	248.624.410,90
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)				524.833.060,82	494.040.044,88	492.112.259,76	490.587.075,37	506.919.781,45	521.997.726,19	527.088.317,06
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL										
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) [1] [2]				656.857.642.623	674.522.742.050	700.438.647.763	695.041.041.696	722.474.299.182	718.531.431.019	730.531.081.000
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,079901%	0,073243%	0,070258%	0,070584%	0,070164%	0,072648%	0,072151%
LIMITE MÁXIMO <%>	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,206935%	0,206935%	0,206935%	0,206935%	0,206935%	0,206935%	0,206935%
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente:	ATO.SEOF.GDGCA.GP Nº 239/2005	0,206896%	0,206896%	0,206896%	0,206896%	0,206896%	0,206896%	0,206896%
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 1/2007	0,182102%	0,182102%	0,182102%	0,182102%	0,182102%	0,182102%	0,182102%
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente:	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 30/2013	0,181764%	0,181764%	0,181764%	0,181764%	0,181764%	0,181764%	0,181764%
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT Nº 12/2015 [3]			0,181764%	0,181764%	0,181764%	0,181764%	0,181764%	0,181764%	0,181764%

FONTE: Relatórios de Gestão Fiscal. TST/SEA/DICONT.

NOTAS: [1] RCL do 2º quadrimestre de 2015 - Portaria 509, de 15 de setembro de 2015; RCL do 3º quadrimestre de 2015 - Portaria 20, de 18 de janeiro de 2016; RCL do 1º quadrimestre de 2016 - Portaria 301, de 18 de maio de 2016; RCL do 2º quadrimestre de 2016 - Portaria 559, de 19 de setembro de 2016; RCL do 3º quadrimestre de 2016 - Portaria 37, de 19 de janeiro de 2017; RCL do 1º quadrimestre de 2017 - Portaria 416, de 18 de maio de 2017; RCL do 2º quadrimestre de 2017 - Portaria 772, de 19 de setembro de 2017.
[2] A Portaria 494, de 6 de junho de 2017, retificou o demonstrativo da Receita Corrente Líquida do 3º quadrimestre de 2016 constante da Portaria 37, de 19 de janeiro de 2017; o valor retificado da RCL é de R$ 709.929.575 mil; no entanto, para manter a coerência com os Relatórios de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2016, que foram publicados em janeiro de 2017, optou-se por considerar no demonstrativo o valor não retificado.
[3] O Ato Conjunto TST.CSJT nº 12/2015 alterou somente os limites dos Tribunais Regionais do Trabalho. Os limites do TST permaneceram os mesmos estipulados no Ato Conjunto TST/CSJT nº 30/2013.

Min. IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
Presidente do Tribunal

GUSTAVO CARIBÉ DE CARVALHO
Diretor-Geral da Secretaria

RUBENS LUIZ MURGA DA SILVA
Secretário de Controle Interno

DIRLEY SÉRGIO DE MELO
Secretário de Administração

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE

PORTARIA Nº 221, DE 25 DE SETEMBRO DE 2017

A DESEMBARGADORA REGINA CÉLIA FERRARI LONGUINI, PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE, no uso das atribuições que lhe são conferidas, nos termos do artigo 19, incisos LV e LVII do Regimento Interno, tendo em vista o disposto no artigo 18, § 2º; artigo 54, caput e inciso III; artigo 55, inciso I, alínea "a" e § 2º, da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao período de setembro de 2016 a agosto de 2017.
Art. 2º Republicar o Demonstrativo da Despesa com Pessoal, de acordo com o item 9.4 do Acórdão 553/2017- TCU-Plenário.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Desª REGINA CÉLIA FERRARI LONGUINI

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE
CONSOLIDAÇÃO DA REPUBLICAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
ITEM 9.4 DO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO

				PERÍOD O						
				2ºQ/2015	3ºQ/2015	1ºQ/2016	2ºQ/2016	3ºQ/2016	1ºQ/2017	2ºQ/2017
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				33.573.670,61	31.759.333,13	31.380.657,40	31.926.707,58	35.327.038,74	36.410.434,24	37.541.928,51
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				3.407.279,60	2.938.394,71	2.804.149,07	2.872.069,13	3.484.736,23	3.606.136,27	3.710.099,38
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)				30.166.391,01	28.820.938,42	28.576.508,33	29.054.638,45	31.842.302,51	32.804.297,97	33.831.829,13
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL										
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				656.857.642.623,66	674.522.742.049,70	700.438.647.763,69	695.041.041.696,34	722.474.299.181,58	718.531.431.019,48	730.531.081.386,06
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,004593%	0,004273%	0,004080%	0,004180%	0,004407%	0,004565%	0,004631%
LIMITE MÁXIMO <%>	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,008462%	0,008462%	0,008462%	0,008462%	0,008462%	0,008462%	0,008462%
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \4:	Portaria TSE n°478, de 26 de setembro de 2005	0,008454%	0,008454%	0,008454%	0,008454%	0,008454%	0,008454%	0,008454%
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \4:	-	-	-	-	-	-	-	-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \4:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,008438%	0,008438%	0,008438%	0,008438%	0,008438%	0,008438%	0,008438%
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015			-	-	-	-	-	-	-

Notas:
1. RCL do 2º quadrimestre de 2015 - Portaria 509, de 15 de setembro de 2015; RCL do 3º quadrimestre de 2015 - Portaria 20, de 18 de janeiro de 2016; RCL do 1º quadrimestre de 2016 - Portaria 301, de 18 de maio de 2016; RCL do 2º quadrimestre de 2016 - Portaria 559, de 19 de setembro de 2016; RCL do 3º quadrimestre de 2016 - Portaria 37, de 19 de janeiro de 2017; RCL do 1º quadrimestre de 2017 - Portaria 416, de 18 de maio de 2017; RCL do 2º quadrimestre de 2017 - Portaria 772, de 19 de setembro de 2017.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800128

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

2. A Portaria 494, de 6 de junho de 2017, retificou o demonstrativo da Receita Corrente Líquida do 3º quadrimestre de 2016 constante da Portaria 37, de 19 de janeiro de 2017; o valor retificado da RCL é de R$ 709.929.575 mil; no entanto, para manter a coerência com os Relatórios de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2016, que foram publicados em janeiro de 2017, optou-se por considerar no demonstrativo o valor não retificado.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2016 A AGOSTO DE 2017
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1]
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	37.524.928,51	17.000,00
Pessoal Ativo	33.861.040,65	17.000,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	3.663.887,86	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	3.710.099,38	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	46.211,52	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	3.663.887,86	-
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	33.814.829,13	17.000,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	730.531.081.386,06	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a+III b)	33.831.829,13	0,004631
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	61.642.212,65	0,008438
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	58.560.102,01	0,008016
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	55.477.991,38	0,007594

FONTE: Sistema SIAFI, COFIC/SOF/TSE e SECON/COFIN/SAO/TRE/AC. Data da emissão 20/09/2017 e hora de emissão 13:58.

[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas: 1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 772, de 19/9/2017, publicada no D.O.U de 20 de setembro de 2017

Desª REGINA CÉLIA FERRARI LONGUINI
Presidente do Tribunal

CARLOS VENÍCIUS FERREIRA RIBEIRO
Diretor-Geral

SANDRO ROBERTO DE OLIVEIRA BEZERRA
Coordenador de Controle Interno

JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS BERNARDINO
Coordenador de Orçamento e Finanças

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MATO GROSSO DO SUL

PORTARIA Nº 303, DE 26 DE SETEMBRO DE 2017

O DESEMBARGADOR JOÃO MARIA LÓS, PRESIDENTE EM SUBSTITUIÇÃO DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III e no parágrafo único do artigo 54 e parágrafo segundo do artigo 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1° Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, relativo ao segundo quadrimestre de 2017, constante dos anexos a esta Portaria.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. JOÃO MARIA LÓS

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2016 A AGOSTO DE 2017

RGF - ANEXO I (LRF, art.55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	88.311.449,00	441.130,33
Pessoal Ativo	74.574.280,47	441.130,33
Pessoal Inativo e Pensionistas	13.737.168,53	-
Outras despesas de Pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1° do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1° do art. 19 da LRF) (II)	12.465.576,18	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	221.699,56	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	12.243.876,62	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	75.845.872,82	441.130,33
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)		76.287.003,15

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800129

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		730.531.081.386,06
% da DESP. TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI)= (IV/V)*100		0,010443
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) -	0,016168%	118.112.265,24
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) -	0,015360%	112.206.651,98
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) -	0,014551%	106.301.038,71

Fonte: Sistema Siafi, Unidade Responsável SAC/COFIC/SAF/TRE-MS, data de emissão 20/9/2017 e hora da emissão 15h e 56m.
Nota 1: Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.
Nota 2: Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
Nota 3: Valor da RCL referente à Portaria STN nº 772, de 19/9/2017.

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
CONSOLIDAÇÃO DA REPUBLICAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
ITEM 9.4 DO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO

R$ 1,00

				PERÍODO						
				2º Q/2015	3ºQ/2015	1ºQ/2016	2ºQ/2016	3ºQ/2016	1ºQ/2017	2ºQ/2017
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				73.197.809,82	71.326.690,59	71.573.051,24	72.398.910,79	80.919.547,63	84.736.896,04	88.752.579,33
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				8.415.615,18	9.714.509,80	9.881.193,09	9.962.610,49	10.824.444,87	11.495.430,32	12.465.576,18
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)				64.782.194,64	61.612.180,79	61.691.858,15	62.436.300,30	70.095.102,76	73.241.465,72	76.287.003,15
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL										
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				656.857.642.623	674.522.742.050	700.438.647.763	695.041.041.696	722.474.299.182	718.531.431.019	730.531.081.386
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III/IV)*100				0,009862%	0,009134%	0,008808%	0,008983%	0,009702%	0,010193%	0,010443%
Limite Máximo %	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,016214%	0,016214%	0,016214%	0,016214%	0,016214%	0,016214%	0,016214%
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \4:	Portaria TSE nº 478, de 26 de setembro de 2005	0,016198%	0,016198%	0,016198%	0,016198%	0,016198%	0,016198%	0,016198%
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \4:	-	-	-	-	-	-	-	-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \4:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,016168%	0,016168%	0,016168%	0,016168%	0,016168%	0,016168%	0,016168%
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015			-	-	-	-	-	-	-

NOTAS:
1. RCL do 2º quadrimestre de 2015 - Portaria 509, de 15 de setembro de 2015; RCL do 3º quadrimestre de 2015 - Portaria 20, de 18 de janeiro de 2016; RCL do 1º quadrimestre de 2016 - Portaria 301, de 18 de maio de 2016; RCL do 2º quadrimestre de 2016 - Portaria 559, de 19 de setembro de 2016; RCL do 3º quadrimestre de 2016 - Portaria 37, de 19 de janeiro de 2017; RCL do 1º quadrimestre de 2017 - Portaria 416, de 18 de maio de 2017; RCL do 2º quadrimestre de 2017 - Portaria 772, de 19 de dezembro de 2017.
2. A Portaria 494, de 6 de junho de 2017, retificou o demonstrativo da Receita Corrente Líquida do 3º quadrimestre de 2016 constante da Portaria 37, de 19 de janeiro de 2017; o valor retificado da RCL é de R$ 709.929.575 mil; no entanto, para manter a coerência com os Relatórios de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2016, que foram publicados em janeiro de 2017, optou-se por considerar no demonstrativo o valor não retificado.

SÉRGIO ROBERTO DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

NIVALDO AZEVEDO DOS SANTOS
Coordenador de Controle Interno e Auditoria

LETÂNIA FERRAZ DE BRITO COUTINHO
Diretora-Geral

Des. JOÃO MARIA LÓS
Presidente do Tribunal
Substituto

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

PORTARIA Nº 514, DE 25 DE SETEMBRO DE 2017 (*)

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no Processo Administrativo Digital nº 12369/2017, resolve:

Tornar público, nos termos do inciso III e parágrafo único do artigo 54, parágrafo 2º do artigo 55 e artigo 72, todos da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, em anexo.

Des. ADALBERTO JORGE XISTO PEREIRA

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
CONSOLIDAÇÃO DA REPUBLICAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
ITEM 9.4 DO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO

R$ 1,00

					PERÍODO						
					2ºQ/2015	3ºQ/2015	1ºQ/2016	2ºQ/2016	3ºQ/2016	1ºQ/2017	2ºQ/2017
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)					205.590.617,94	200.264.188,02	202.215.251,65	207.558.852,60	235.577.564,86	246.957.311,18	256.741.381,30
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)					31.838.436,87	29.943.739,70	30.445.698,07	31.581.113,14	34.783.784,39	37.435.463,88	39.298.496,97
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)					173.752.181,07	170.320.448,32	171.769.553,58	175.977.739,46	200.793.780,47	209.521.847,30	217.442.884,33
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL											
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)					656.857.642.623,16	674.522.742.049,70	700.438.647.763,34	695.041.041.696,34	722.474.299.181,58	718.531.431.019,48	730.531.081.386,06
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100					0,026452%	0,025251%	0,024523%	0,025319%	0,027793%	0,029160%	0,029765%
LIMITE MÁXI-MO <%>	LRF, art. 20, incisos I, II e III					0,042046%	0,042046%	0,042046%	0,042046%	0,042046%	0,042046%

Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \4:	Portaria TSE n°478, de 26 de setembro de 2005	0,042004%	0,042004%	0,042004%	0,042004%	0,042004%	0,042004%	0,042004%
Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \4:	-	-	-	-	-	-	-	-
Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \4:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,041926%	0,041926%	0,041926%	0,041926%	0,041926%	0,041926%	0,041926%
Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015	"-"	"-"	"-"	"-"	"-"	"-"	"-"	"-"	

Notas:
"1. RCL do 2º quadrimestre de 2015 - Portaria 509, de 15 de setembro de 2015; RCL do 3º quadrimestre de 2015 - Portaria 20, de 18 de janeiro de 2016; RCL do 1º quadrimestre de 2016 - Portaria 301, de 18 de maio de 2016; RCL do 2º quadrimestre de 2016 - Portaria 559, de 19 de setembro de 2016; RCL do 3º quadrimestre de 2016 - Portaria 37, de 19 de janeiro de 2017; RCL do 1º quadrimestre de 2017 - Portaria 416, de 18 de maio de 2017; RCL do 2º quadrimestre de 2017 - Portaria 772, de 19 de setembro de 2017."
"2. A Portaria 494, de 6 de junho de 2017, retificou o demonstrativo da Receita Corrente Líquida do 3º quadrimestre de 2016 constante da Portaria 37, de 19 de janeiro de 2017; o valor retificado da RCL é de R$ 709.929.575 mil; no entanto, para manter a coerência com os Relatórios de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2016, que foram publicados em janeiro de 2017, optou-se por considerar no demonstrativo o valor não retificado."

MÔNICA MIRANDA GAMA MONTEIRO
Diretora-Geral

VALCIR MOMBACH
Gestor Financeiro

HILLENE DE CASSIA SBALQUEIRO SILVA MEIRA
Controle Interno

Des. ADALBERTO JORGE XISTO PEREIRA
Presidente do Tribunal

(*) N. da Coejo: Republicada por ter saído no DOU nº 186, de 27-9-2017, Seção 1, pág, 127, com incorreção.

RETIFICAÇÃO

No Anexo I da Portaria nº 509, de 22 de setembro de 2017, publicada no DOU de 27 de setembro de 2017, Seção 1, pág. 126, onde se lê:

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	217.442.884,33	0,029765
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a+III b)	209.521.847,30	0,029160

Leia-se:

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	730.531.081.386,06	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a+III b)	217.442.884,33	0,029765

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

PORTARIA Nº 283, DE 25 DE SETEMBRO DE 2016

Dispõe sobre o Relatório de Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre de 2017.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE, nos termos do inciso III e do parágrafo único do artigo 54, combinado com o § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº. 101/2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de setembro de 2016 a agosto de 2017 e Consolidação da Republicação dos Relatórios de Gestão Fiscal, conforme Item 9.4 do Acórdão 553/2017-TCU-Plenário, constantes do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. DILERMANDO MOTA PEREIRA

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2016 A AGOSTO DE 2017

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS ¹ (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	117.602.234,7 2	113.069,13
Pessoal Ativo	96.616.718,66	113.069,13
Pessoal Inativo e Pensionistas	20.985.516,06	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	21.064.992,03	16.445,90
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	79.475,97	16.445,90
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	20.985.516,06	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	96.537.242, 69	96.623,23

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)¹	730.531.081.386,06	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	96.633.865,92	0,013228
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <%>	178.972.809,63	0,024499
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <%>	170.024.169,15	0,023274
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF - <%>	161.075.528,67	0,022049

FONTE: SIAFI ,COF/SAO, 2 2 /0 9 /2017 às 08:30 h

Notas: ¹ Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofreram alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos

Notas: 1. Limite Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 772, de 19/09/2017..

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800131

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

UNIÃO- PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CONSOLIDAÇÃO DA REPUBLICAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
ITEM 9.4 DO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO/1

R$ 1,00

				PERIODO						
				2º Q/2015	3ºQ/2015	1ºQ/2016	2º Q/2016	3º Q/2016	1º Q/2017	2ºQ/2 0 17
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				97.473.266,75	95.106.257,32	96.051.726,43	97.179.694,63	108.882.917,75	113.473.902,93	117.715.303,85
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º DO ART. 19 DA LRF) (II)				18.284.356,34	18.114.406,21	18.174.175,70	18.030.993,66	19.935.422,86	20.391.222,48	21.081.437,93
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) - (I - II)				79.188.910,41	76.991. 851,11	77.877.550,73	79.148.700,97	88.947.494,89	93.082.680,45	96.633.865,9 2
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL										
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV))				656.857.642.623	674.522.742.050	700.438.647.763	695.041.041.696	722.474.299.182	718.531.431.019	730.531.081. 386
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III/IV)*100				0,012056%	0,011414%	0,011118%	0,011388%	0,012312%	0,012955%	0,013228%
LIMITE MÁXIMO <%>	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,024570%	0,024570%	0,024570%	0,024570%	0,024570%	0,024570%	0,024570%
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente/4	Portaria TSE nº 478, de 26 de setembro de 2005	0,024545%	0,024545%	0,024545%	0,024545%	0,024545%	0,024545%	0,024545%
	Resol. CNJ 26/2016	Ato decorrente/4	-	-	-	-	-	-	-	-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente/4	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2005	0,024499%	0,024499%	0,024499%	0,024499%	0,024499%	0,024499%	0,024499%
	Justiça do Trabalho/ Ato Conjunto TST.CJST/2015			-	-	-	-	-	-	-

Notas:
1. RCL do 2º quadrimestre de 2015 - Portaria 509, de 15 de setembro de 2015; RCL do 3º quadrimestre de 2015 - Portaria 20, de 18 de janeiro de 2016; RCL do 1º quadrimestre de 2016 - Portaria 301, de 18 de maio de 2016; RCL do 2º quadrimestre de 2016 - Portaria 559, de 19 de setembro de 2016; RCL do 3º quadrimestre de 2016 - Portaria 37, de 19 de janeiro de 2017; RCL do 1º quadrimestre de 2017 - Portaria 416, de 18 de maio de 2017; RCL do 2º quadrimestre de 2017 - Portaria 772, de 19 de setembro de 2017.
2. A Portaria 494, de 6 de junho de 2017, retificou o demonstrativo da Receita Corrente Líquida do 3º quadrimestre de 2016 constante da Portaria 37, de 19 de janeiro de 2017; o valor retificado da RCL é de R$ 709.929.575 mil; no entanto, para manter a coerência com os Relatórios de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2016, que foram publicados em janeiro de 2017, optou-se por considerar no demonstrativo o valor não retificado.

Des. DILERMANDO MOTA PEREIRA
Presidente do Tribunal

ANDRÉA CARLA GUEDES TOSCANO CAMPOS
Diretora-Geral

HÂNYA PEREIRA REGO
Coordenadora de Controle Interno e Auditoria

MARCOS LAEL DE OLIVEIRA ALEXANDRE
Secretário de Administração e Orçamento

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA

PORTARIA Nº 266, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

A Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, no uso de suas atribuições, nos termos do art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:
Art. 1º. Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal do segundo quadrimestre de 2017, relativo ao período de setembro de 2016 a agosto de 2017, bem como a Consolidação da Republicação dos Relatórios de Gestão Fiscal em cumprimento ao item 9.4 do Acórdão TCU n° 553/2017-Plenário, na forma do Anexo.

Desª TANIA VASCONCELOS

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Setembro de 2016 a agosto de 2017

RGF - Anexo I (LRF, art. 55, I, "a")

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)	
	Liquidadas (a)	Inscritas em restos a pagar não processados[1] (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	41.859.308,27	2.205.992,90
Pessoal Ativo	38.453.165,99	2.205.992,90
Pessoal Inativo e Pensionistas	3.406.142,28	-
Outras despesas de pessoal decorrente de contratos de terceirização (§1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art. 19 da LRF) (II)	4.156.159,43	521.508,30
Indenizações por: Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	1.516.658,17	521.508,30
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.639.501,26	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I -II)	37.703.148,84	1.684.484,30

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	730.531.081.386,06	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	39.387.633,44	0,005392
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	53.964.330,98	0,007387
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (§único do art. 22 da LRF)	51.266.114,43	0,007018
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	48.567.897,88	0,006648

Fonte: SIAFI, COFIC/SOF/TSE e SCPF/COF/TRE-RR, 22/set/2017, 14:00h
1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.
Notas: 1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE n.º 385/2013.
2. Valor da RCL referente a Portaria STN n.º 772, de 19/09/2017.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800132

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONSOLIDAÇÃO DA REPUBLICAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Item 9.4 do Acórdão 553/2017-TCU-Plenário

R$ 1,00

	PERÍODO						
	2ºQ/2015	3ºQ/2015	1ºQ/2016	2ºQ/2016	3ºQ/2016	1ºQ/2017	2ºQ/2017
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	34.374.147,09	46.819.232,11	47.325.506,72	48.190.888,60	42.063.143,46	43.025.211,78	44.065.301,17
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	1.533.673,18	17.052.082,63	17.155.849,61	17.384.980,31	4.375.186,93	4.569.542,10	4.677.667,73
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	32.840.473,91	29.767.149,48	30.169.657,11	30.805.908,29	37.687.956,53	38.455.669,68	39.387.633,44

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL								
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				656.857.642.623	674.522.742.050	700.438.647.763	695.041.041.696	722.474.299.182	718.531.431.019	730.531.081.386
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,005000%	0,004413%	0,004307%	0,004432%	0,005217%	0,005352%	0,005392%
LIMITE MÁXIMO <%>	LRF, art. 20, incisos I, II e II			0,007408%	0,007408%	0,007408%	0,007408%	0,007408%	0,007408%	0,007408%
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \4:	Portaria TSE n°478, de 26.09.2005	0,007401%	0,007401%	0,007401%	0,007401%	0,007401%	0,007401%	0,007401%
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \4:	-	-	-	-	-	-	-	-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \4:	Portaria TSE nº 385, de 22.08.2013	0,007387%	0,007387%	0,007387%	0,007387%	0,007387%	0,007387%	0,007387%
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015			-	-	-	-	-	-	-

Notas:
1. RCL do 2º quadrimestre de 2015 - Portaria 509, de 15 de setembro de 2015; RCL do 3º quadrimestre de 2015 - Portaria 20, de 18 de janeiro de 2016; RCL do 1º quadrimestre de 2016 - Portaria 301, de 18 de maio de 2016; RCL do 2º quadrimestre de 2016 - Portaria 559, de 19 de setembro de 2016; RCL do 3º quadrimestre de 2016 - Portaria 37, de 19 de janeiro de 2017; RCL do 1º quadrimestre de 2017 - Portaria 416, de 18 de maio de 2017; RCL do 2º quadrimestre de 2017 - Portaria 772, de 19 de setembro de 2017.
2. A Portaria 494, de 6 de junho de 2017, retificou o demonstrativo da Receita Corrente Líquida do 3º quadrimestre de 2016 constante da Portaria 37, de 19 de janeiro de 2017; o valor retificado da RCL é de R$ 709.929.575 mil; no entanto, para manter a coerência com os Relatórios de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2016, que foram publicados em janeiro de 2017, optou-se por considerar no demonstrativo o valor não retificado.

PEDRO JOSÉ MATOS DE MENDONÇA
Gestor Financeiro
Substituto

ALÍSIO STEINER SOARES DE MACEDO
Coordenador de Controle Interno

JONILTON ALVES DE OLIVEIRA
Diretor-Geral
Substituto

Desª. TANIA VASCONCELOS
Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 260, DE 26 DE SETEMBRO DE 2017

O Vice-Presidente no exercício da presidência do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55, ambos da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1° Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, referente ao período do 2º quadrimestre de 2017 e o Relatório Consolidado de Republicação dos Relatórios de Gestão Fiscal do 2º quadrimestre de 2015 ao 2º quadrimestre de 2017, constantes dos anexos desta Portaria.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. CESAR AUGUSTO MIMOSO RUIZ ABREU

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
SETEMBRO DE 2016 A AGOSTO DE 2017

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS[1] (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	159.639.563,65	79.815,83
Pessoal Ativo	128.614.541,85	8.025,32
Pessoal Inativo e Pensionistas	31.025.021,80	71.790,51
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 DA LRF) (II)	28.638.909,47	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	55.716,16	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	28.583.193,31	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	131.000.654,18	79.815,83
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		131.080.470,01
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)[2]		730.531.081.386,06
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)* 100		0,017943
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <%> 0,034829		254.436.670,34
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <%> 0,033088		241.714.836,82
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%> 0,031346		228.993.003,30

Fonte: SIAFI, COFIC/TRESC, consulta efetuada em 19/09/2017, às 16 horas e 54 minutos.
[1] Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.
Notas:
1) Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
2) Valor da RCL referente à Portaria STN nº 772, de 19/9/2017.

SALÉSIO BAUER
Coordenador de Orçamento, Finanças e Contabilidade

DENISE GOULART SCHLICKMANN
Secretária de Controle Interno e Auditoria

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800133

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

De acordo.
Encaminhe-se ao Excelentíssimo Senhor Presidente.

EDUARDO CARDOSO
Secretário de Administração e Orçamento
Diretor-Geral
Substituto

De acordo.
Nos termos do inciso III e parágrafo único do art. 54 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, publique-se.

Des. CÉSAR AUGUSTO MIMOSO RUIZ ABREU
Presidente do Tribunal
Em exercício

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
CONSOLIDAÇÃO DA REPUBLICAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
ITEM 9.4 DO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO
SETEMBRO DE 2016 A AGOSTO DE 2017

R$ 1,00

				PERÍODO						
				2ºQ/2015	3ºQ/2015	1ºQ/2016	2ºQ/2016	3ºQ/2016	1ºQ/2017	2ºQ/2017
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				131.390.918,25	129.511.057,78	130.755.935,95	132.631.618,69	146.895.129,78	153.563.926,86	159.719.379,48
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				24.340.201,82	23.975.609,70	24.516.311,76	25.139.640,70	25.943.292,89	27.272.294,49	28.638.909,47
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)				107.050.716,43	105.535.448,08	106.239.624,19	107.491.977,99	120.951.836,89	126.291.632,37	131.080.470,01
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL										
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				656.857.642.623	674.522.742.050	700.438.647.763	695.041.041.696	722.474.299.182	718.531.431.019	730.531.081.386
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,016297%	0,015646%	0,015168%	0,015466%	0,016741%	0,017576%	0,017943%
LIMITE MÁXIMO <%>	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,034929%	0,034929%	0,034929%	0,034929%	0,034929%	0,034929%	0,034929%
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \4:	Portaria TSE n°478, de 26 de setembro de 2005	0,034894%	0,034894%	0,034894%	0,034894%	0,034894%	0,034894%	0,034894%
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \4:	-	-	-	-	-	-	-	-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \4:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,034829%	0,034829%	0,034829%	0,034829%	0,034829%	0,034829%	0,034829%
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015									

Notas:
1. RCL do 2º quadrimestre de 2015 - Portaria 509, de 15 de setembro de 2015; RCL do 3º quadrimestre de 2015 - Portaria 20, de 18 de janeiro de 2016; RCL do 1º quadrimestre de 2016 - Portaria 301, de 18 de maio de 2016; RCL do 2º quadrimestre de 2016 - Portaria 559, de 19 de setembro de 2016; RCL do 3º quadrimestre de 2016 - Portaria 37, de 19 de janeiro de 2017; RCL do 1º quadrimestre de 2017 - Portaria 416, de 18 de maio de 2017; RCL do 2º quadrimestre de 2017 - Portaria 772, de 19 de setembro de 2017.
2. A Portaria 494, de 6 de junho de 2017, retificou o demonstrativo da Receita Corrente Líquida do 3º quadrimestre de 2016 constante da Portaria 37, de 19 de janeiro de 2017; o valor retificado da RCL é de R$ 709.929.575 mil; no entanto, para manter a coerência com os Relatórios de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2016, que foram publicados em janeiro de 2017, optou-se por considerar no demonstrativo o valor não retificado.

SALÉSIO BAUER
Coordenador de Orçamento, Finanças e Contabilidade

DENISE GOULART SCHLICKMANN
Secretária de Controle Interno e Auditoria

De acordo.
Encaminhe-se ao Excelentíssimo Senhor Presidente.

EDUARDO CARDOSO
Secretário de Administração e Orçamento
Diretor-Geral
Substituto

De acordo.
Nos termos do inciso III e parágrafo único do art. 54 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, publique-se.

Des. CÉSAR AUGUSTO MIMOSO RUIZ ABREU
Presidente do Tribunal
Em exercício

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

ATO Nº 95, DE 26 DE SETEMBRO DE 2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO, usando de suas atribuições e em cumprimento ao disposto nos artigos 54, inciso III, § único, e 55, § 2º, da Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000, torna público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, relativo ao 2º quadrimestre de 2017, bem como o Demonstrativo da Consolidação da Republicação dos Relatórios de Gestão Fiscal, em cumprimento ao Acórdão 553/2017-TCU-Plenário, item 9.4, do 2º quadrimestre de 2015 ao 2º quadrimestre de 2017, na forma dos Anexos.

MÁRIO DEVIENNE FERRAZ

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO 2016 A AGOSTO 2017

RGF - Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	620.018.539,58	6.492.335,63
Pessoal Ativo	480.802.587,80	6.413.377,81
Pessoal Inativo e Pensionistas	139.215.951,78	78.957,82
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§1º do art. 18 da LRF)	-	-

DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art. 19 da LRF) (II)	131.022.627,03	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	1.477.279,55	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	129.545.347,48	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	488.995.912,55	6.492.335,63
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	730.531.081.386,06	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	495.488.248,18	0,067826
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	798.170.954,21	0,109259
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	758.262.406,50	0,103796
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	718.353.858,79	0,098333

FONTES: SIAFI, COFIC/SOF/TSE e ScCONT/CCF/SOF/TRE-SP. Emitido em 20/09/2017 às 15h:13min

[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos

Notas:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013

2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 772, publicada no DOU de 19 de setembro de 2017

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO
CONSOLIDAÇÃO DA REPUBLICAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
ITEM 9.4 DO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO

R$ 1,00

				2ºQ/2015	3ºQ/2015	1ºQ/2016	2ºQ/2016	3ºQ/2016	1ºQ/2017	2ºQ/2017
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				515.567.795,32	507.227.601,07	511.970.616,41	521.227.336,59	578.733.052,41	603.262.278,55	626.510.875,21
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				112.369.555,98	108.653.007,29	109.314.566,62	111.095.666,65	118.259.730,81	124.507.285,12	131.022.627,03
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)				403.198.239,34	398.574.593,78	402.656.049,79	410.131.669,94	460.473.321,60	478.754.993,43	495.488.248,18
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL										
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				656.857.642.623	674.522.742.050	700.438.647.763	695.041.041.696	722.474.299.182	718.531.431.019	730.531.081.386
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V)=(III / IV)*100				0,061383%	0,059090%	0,057486%	0,059008%	0,063736%	0,066630%	0,067826%
LIMITE MÁXIMO %	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,109572%	0,109572%	0,109572%	0,109572%	0,109572%	0,109572%	0,109572%
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \4:	Portaria TSE nº 478, de 26 de setembro de 2005	0,109462%	0,109462%	0,109462%	0,109462%	0,109462%	0,109462%	0,109462%
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \4:	-	-	-	-	-	-	-	-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \4:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,109259%	0,109259%	0,109259%	0,109259%	0,109259%	0,109259%	0,109259%
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015			-	-	-	-	-	-	-

Notas:

1. RCL do 2º quadrimestre de 2015 - Portaria 509, de 15 de setembro de 2015; RCL do 3º quadrimestre de 2015 - Portaria 20, de 18 de janeiro de 2016; RCL do 1º quadrimestre de 2016 - Portaria 301, de 18 de maio de 2016; RCL do 2º quadrimestre de 2016 - Portaria 559, de 19 de setembro de 2016; RCL do 3º quadrimestre de 2016 - Portaria 37, de 19 de janeiro de 2017; RCL do 1º quadrimestre de 2017 - Portaria 416, de 17 de maio de 2017; RCL do 2º quadrimestre de 2017 - Portaria 772, de 19 de setembro de 2017.

2. A Portaria 494, de 6 de junho de 2017, retificou o demonstrativo da Receita Corrente Líquida do 3º quadrimestre de 2016 constante da Portaria 37, de 19 de janeiro de 2017; o valor retificado da RCL é de R$ 709.929.575 mil; no entanto, para manter a coerência com os Relatórios de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2016, que foram publicados em janeiro de 2017, optou-se por considerar no demonstrativo o valor não retificado.

MÁRIO DEVIENNE FERRAZ
Presidente do Tribunal

CLAUCIO CRISTIANO ABREU CORRÊA
Secretário de Orçamento e Finanças

RHODES MORAIS
Secretária de Controle Interno

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

PORTARIA Nº 2.189, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de sua competência legal, com fundamento no parágrafo único do artigo 24 da Lei n. 11.416, de 15 de dezembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, do dia 19 de dezembro de 2006 e tendo em vista o disposto no PA n. 7597/2017, resolve:

Art. 1º Transformar a Função Comissionada abaixo relacionada, conforme quadro a seguir:

Item	Código FC	Descrição e origem FC	Descrição e destino FC
1	3856	FC-03 do Gabinete da Secretaria-Geral do TJDFT-GSG.	FC-03 de Encarregado do Posto de Gestão de Leiautes-PGL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. HUMBERTO ADJUTO ULHÔA
Em exercício

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800135

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

PORTARIA Nº 221, DE 26 DE SETEMBRO DE 2017

O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o disposto nos artigos 54 e 55 da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. FERNANDO ANTONIO ZORZENON DA SILVA

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2016 A AGOSTO/2017
RGF-ANEXO I (LRF, Art.55, Inciso I, Alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (ÚLTIMOS 12 MESES)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.647.027.371,55	127.322,80	1.647.154.694,35
Pessoal Ativo	1.069.923.606,36	127.322,80	1.070.050.929,16
Pessoal Inativo e Pensionistas	577.103.765,19	0,00	577.103.765,19
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (Art.18, §1º, da LRF)	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art.19, § 1º da LRF) (II)	436.095.536,65	0,00	436.095.536,65
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	1.273.917,97	0,00	1.273.917,97
Decorrentes de Decisão Judicial	550.941,49	0,00	550.941,49
Despesas de Exercícios Anteriores	21.857.233,09		21.857.233,09
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	412.413.444,10	0,00	412.413.444,10
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III)=(I -II)	1.210.931.834,90	127.322,80	1.211.059.157,70
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			730.531.081.000,00
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c/ IV)* 100	0,165760%	0,000017%	0,165778%
LIMITE MÁXIMO (inc. I, II e III, art.20 da LRF)	0,294541%		2.151.713.551,29
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art.22 da LRF)	0,279814%		2.044.127.873,72
LIMITE DE ALERTA (inc. II do § 1º do art. 59 da LRF)	0,265087%		1.936.542.196,16

FONTE: SIAFI - DICOP/CCON/SOF/TRT 1ª Região - 12/09/2017 - 16:30h

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art.35 da Lei 4320/64.

2) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R$ 21.046.165,23.

3) Despesa liquidada de Precatórios da Administração Indireta: R$ 43.080.205,78.

4) Despesa com Precatórios da Administração Direta executada por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R$ 52.759.950,54.

5) No período de setembro/2016 a agosto/2017, houve cancelamento de Restos a Pagar não Processados (conta contábil 631980000), nas seguintes ações: 0181- Pagamento de Aposentadorias e Pensões (R$ 901,55), 09HB- Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações (R$ 780.608,42) e 20TP-Pagamento de Pessoal Ativo da União (R$ 5.003,59).

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
CONSOLIDAÇÃO DA REPUBLICAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
ITEM 9.4 DO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO \1

R$ 1,00

				PERÍODO						
				2ºQ/2015	3ºQ/2015	1ºQ/2016	2ºQ/2016	3ºQ/2016	1ºQ/2017	2ºQ/2017
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				1.432.051.406,56	1.473.182.676,22	1.496.020.875,62	1.502.541.525,86	1.561.574.732,73	1.592.741.279,84	1.647.154.694,35
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				453.930.922,70	443.801.740,23	464.212.406,85	473.214.519,84	408.498.070,62	413.237.294,02	436.095.536,65
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)				978.120.483,86	1.029.380.935,99	1.031.808.468,77	1.029.327.006,02	1.153.076.662,11	1.179.503.985,82	1.211.059.157,70
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL										
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				656.857.642.623	674.522.742.050	700.438.647.763	695.041.041.696	722.474.299.182	718.531.431.019	730.531.081.000
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,148909%	0,152609%	0,147309%	0,148096%	0,159601%	0,164155%	0,165778%
LIMITE MÁXIMO <%> \3	LRF, art. 20, incisos I, II e III <informar o percetual>			0,372658%	0,372658%	0,372658%	0,372658%	0,372658%	0,372658%	0,372658%
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \4:	ATO.SEOF.GDGCA.GP Nº 239/2005 <informar o percetual>	0,372550%	0,372550%	0,372550%	0,372550%	0,372550%	0,372550%	0,372550%
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \4:	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 1/2007 <informar o percetual>	0,327940%	0,327940%	0,327940%	0,327940%	0,327940%	0,327940%	0,327940%
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \4:	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 30/2013 <informar o percetual>	0,327331%	0,327331%	0,327331%	0,327331%	0,327331%	0,327331%	0,327331%
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT Nº 12/2015 <informar o percetual>			0,294541%	0,294541%	0,294541%	0,294541%	0,294541%	0,294541%	0,294541%

\1 Publicado por determinação do Acórdão 553/2017-TCU-Plenário, item 9.4.

\2 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

\3 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça

\4 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

\5 RCL do 2º quadrimestre de 2015 - Portaria 509, de 15 de setembro de 2015; RCL do 3º quadrimestre de 2015 - Portaria 20, de 18 de janeiro de 2016; RCL do 1º quadrimestre de 2016 - Portaria 301, de 18 de maio de 2016; RCL do 2º quadrimestre de 2016 - Portaria 559, de 19 de setembro de 2016; RCL do 3º quadrimestre de 2016 - Portaria 37, de 19 de janeiro de 2017; RCL do 1º quadrimestre de 2017 - Portaria 416, de 18 demaio de 2017.

\6 A Portaria 494, de 6 de junho de 2017, retificou o demonstrativo da Receita Corrente Líquida do 3º quadrimestre de 2016 constante da Portaria 37, de 19 de janeiro de 2017; o valor retificado da RCL é de R$ 709.929.575 mil; no entanto, para manter a coerência com os Relatórios de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2016, que foram publicados em janeiro de 2017, optou-se por considerar no demonstrativo o valor não retificado.

Des. FERNANDO ANTONIO ZORZENON DA SILVA
Presidente do Tribunal

FLÁVIO PIRES FERREIRA CLEMENTINO
Diretor-Geral

DENISE HOLLANDA COSTA LIMA
Diretora da Secretaria de Controle Interno
Substituta

MARIA DE LOURDES PIRES BITTENCOURT
Diretora da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800136

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

ATO Nº 34, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017

O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, publicada no D.O.U. de 05/05/2000, resolve publicar os "Demonstrativos da Despesa com Pessoal" do TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO, referentes ao "Relatório de Gestão Fiscal" do período de setembro de 2016 a agosto de 2017 e à "Consolidação da Republicação dos Relatórios de Gestão Fiscal", em cumprimento ao determinado no Acórdão TCU - Plenário nº 553/2017, item 9.4.

Des. WILSON FERNANDES

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2016 A AGOSTO/2017

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar não processados (b)	Total (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.058.212.756,17	9.953.164,15	2.068.165.920,32
Pessoal Ativo	1.501.820.835,69	6.981.922,31	1.508.802.758,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	556.391.920,48	2.971.241,84	559.363.162,32
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	495.740.032,79	5.697.483,85	501.437.516,64
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	45.501,69	0,00	45.501,69
Despesas de Exercícios Anteriores	9.161.440,78	5.683.871,91	14.845.312,69
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	486.533.090,32	13.611,94	486.546.702,26
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.562.472.723,38	4.255.680,30	1.566.728.403,68
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			730.531.081.000,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV) * 100	0,213882%	0,000583%	0,214464%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0,366147%		2.674.817.637,15
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,347840%		2.541.076.755,29
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	0,329532%		2.407.335.873,43

FONTE: TESOURO GERENCIAL - CCONT/SCOF/TRT 2ª REGIÃO - 11/SET/2017 - 18h00m

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

2) Em atendimento ao disposto no item 9.6 do Acórdão nº 2097/2011 - TCU - Plenário, nas despesas com Pessoal não estão computadas as despesas

a) Sentenças de Pequeno Valor, classificadas nos itens de despesa 3190.91.32 e 3190.91.33, no montante de R$ 6.374.388,71;

b) Precatórios da Administração Direta e Indireta, classificadas nos itens de despesa 3190.91.25 e 3190.91.97, no total de R$ 34.995.004,00.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2016

R$ 1,00

				PERÍODO				
				2ºQ/2015	3ºQ/2015	1ºQ/2016	2ºQ/2016	3ºQ/2016	1ºQ/2017	2ºQ/2017
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				1.781.129.075,19	1.859.487.182,00	1.865.572.646,18	1.873.307.355,17	1.940.396.240,00	1.998.184.719,95	2.068.165.920,32
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				442.677.215,12	431.219.393,23	436.179.373,68	445.629.178,51	462.923.830,09	480.025.694,59	501.437.516,64
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)				1.338.451.860,07	1.428.267.788,77	1.429.393.272,50	1.427.678.176,66	1.477.472.409,91	1.518.159.025,36	1.566.728.403,68
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL										
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				656.857.642.623	674.522.742.050	700.438.647.763	695.041.041.696	722.474.299.182	718.531.431.019	730.531.081.000
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,203766%	0,211745%	0,204071%	0,205409%	0,204502%	0,211286%	0,214464%
LIMITE MÁXI-MO<%>	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,414905%	0,414905%	0,414905%	0,414905%	0,414905%	0,414905%	0,414905%
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente:	ATO.SEOF.GDGCA.GP Nº 239/2005	0,414784%	0,414784%	0,414784%	0,414784%	0,414784%	0,414784%	0,414784%
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 1/2007	0,365117%	0,365117%	0,365117%	0,365117%	0,365117%	0,365117%	0,365117%
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente:	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 30/2013	0,364439%	0,364439%	0,364439%	0,364439%	0,364439%	0,364439%	0,364439%
	Justiça do Trabalho/Ato Conjunto TST.CSJT Nº 12/2015			0,366147%	0,366147%	0,366147%	0,366147%	0,366147%	0,366147%	0,366147%

Assinaturas (dispositivo relacionado: art. 54, III, parágrafo único, da LRF):

Des. WILSON FERNANDES
Presidente do Tribunal

RITA KOTOMI YURI
Diretora-Geral da Administração

NIVALDO CATANIA
da Secretaria de Coordenação Orçamentária e Financeira

EDUARDO ANTONIO ENGHOLM CARDOSO
Diretor da Secretaria de Controle Interno

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800137

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PORTARIA Nº 5.177, DE 25 DE SETEMBRO DE 2017
(Publicada no DOU de 27-92017)

ANEXO II (*)

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CONSOLIDAÇÃO DA REPUBLICAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
ITEM 9.4 DO ACÓRDÃO 553/2017 - TCU PLENÁRIO\1

R$ 1,00

				PERÍODO						
				2º Q/2015	3º Q/2015	1º Q/2016	2º Q/2016	3º Q/2016	1º Q/2017	2º Q/2017
Despesa Bruta com Pessoal (I)				1.165.811.133,69	1.206.218.677,23	1.210.435.153,51	1.214.610.431,48	1.253.382.210,80	1.289.512.226,21	1.331.344.400,36
Despesas não Computadas (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				316.500.546,53	302.116.897,89	305.532.772,46	310.735.144,99	344.036.568,73	358.922.512,62	376.155.378,93
Despesa Líquida com Pessoal (III) = (I - II)				849.310.587,16	904.101.779,34	904.902.381,05	903.875.286,49	909.345.642,07	930.589.713,59	955.189.021,43
Apuração do Cumprimento do Limite Legal										
Receita Corrente Líquida - RCL (IV)				656.857.642.623	674.522.742.050	700.438.647.763	695.041.041.696	722.474.299.182	718.531.431.019	730.531.081.386
% da Despesa Total com Pessoal DTP - sobre a RCL (V) = (III/IV)*100				0,129299%	0,134036%	0,129191%	0,130046%	0,125865%	0,129513%	0,130753%
Limite Máximo <%>\3	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,271745%	0,271745%	0,271745%	0,271745%	0,271745%	0,271745%	0,271745%
	Resolução CNJ 5/2005	Ato decorrente \4:	Ato SEOF.GDGCA.GP Nº 239/2005	0,271666%	0,271666%	0,271666%	0,271666%	0,271666%	0,271666%	0,271666%
	Resolução CNJ 26/2006	Ato decorrente \4:	Ato Conjunto TST/CSJT Nº 1/2007	0,239136%	0,239136%	0,239136%	0,239136%	0,239136%	0,239136%	0,239136%
	Resolução CNJ 177/2013	Ato decorrente \4:	Ato Conjunto TST/CSJT Nº 30/2013	0,238692%	0,238692%	0,238692%	0,238692%	0,238692%	0,238692%	0,238692%
	Justiça do Trabalho/Ato Conjunto TST.CSJT N° 12/2015			0,221065%	0,221065%	0,221065%	0,221065%	0,221065%	0,221065%	0,221065%

\1 Publicado por determinação do Acórdão 553/2017-TCU-Plenário, item 9.4;

\2 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho;

\3 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça;

\4 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça;

\5 RCL do 2º quadrimestre de 2015 - Portaria 509, de 15 de setembro de 2015; RCL do 3º quadrimestre de 2015 - Portaria 20, de 18 de janeiro de 2016; RCL do 1º quadrimestre de 2016 - Portaria 301, de 18 de maio de 2016; RCL do 2º quadrimestre de 2016 - Portaria 559, de 19 de setembro de 2016; RCL do 3º quadrimestre de 2016 - Portaria 37, de 19 de janeiro de 2017; RCL do 1º quadrimestre de 2017 - Portaria 416, de 18 de maio de 2017; e RCL do 2º quadrimestre de 2017 - Portaria 772, de 19 de setembro de 2017.

\6 A Portaria 494, de 6 de junho de 2017, retificou o demonstrativo da Receita Corrente Líquida do 3º quadrimestre de 2016 constante da Portaria 37, de 19 de janeiro de 2017; o valor retificado da RCL é de R$ 709.929.575 mil; no entanto, para manter a coerência com os Relatórios de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2016, que foram publicados em janeiro de 2017, optou-se por considerar no demonstrativo o valor não retificado.

BEATRIZ RENCK
Presidente do Tribunal

JOÃO HENRIQUE CARVALHO DE LIMA RIBAS
Ordenador de Despesas

CLAUDIA DUARTE RAFFO
Coordenadora de Orçamento e Finanças

LUIZ ANTONIO DOS SANTOS PINTO
Diretor da Secretaria de Controle Interno

(*) N. da Coejo: Republicado por ter saído no DOU nº 186, de 27-9-2017, Seção 1, pág. 133, com incorreção.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

PORTARIA Nº 87, DE 11 DE SETEMBRO DE 2017

O DESEMBARGADOR DO TRABALHO, PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO, usando de suas atribuições legais, diante do disposto no art. 8 do Regulamento Geral, resolve:

Determinar a publicação do anexo Relatório de Gestão Fiscal, referente ao período de setembro/2016 a agosto/2017, nos termos do art. 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101/2000.

Des. ARNOR LIMA NETO

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 9ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2016 A AGOSTO/2017

RGF - ANEXO 1 (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a")			R$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	822.156.543,31	4.015.067,94	826.171.611,25
Pessoal Ativo	650.221.699,89	3.707.240,54	653.928.940,43
Pessoal Inativo e Pensionistas	171.934.843,42	307.827,40	172.242.670,82
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	162.550.337,41	4.015.067,94	166.565.405,35
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	2.325.606,20	0,00	2.325.606,20
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	4.071.437,39	4.015.067,94	8.086.505,33
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	156.153.293,82	0,00	156.153.293,82

DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)			
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			730.531.081.000,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V)=(IIIc/IV)x100	%	0,000000%	%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	0,150370%		1.098.499.586,50
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	0,142852%		1.043.574.607,17
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	0,135333%		988.649.627,85

FONTE: Tesouro Gerencial - Siafi - Secof/TRT 9ª REGIÃO - 11/set/17 - 13h11m

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas: consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64 e

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados: consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei 4.320/64.

2) Os valores executados de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor não foram inseridos neste demonstrativo, conforme item 9.6 do Acórdão TCU nº 2097/2011, a saber;

a) Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R$ 4.083.249,05;

b) Despesas com Precatórios da Administração Indireta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R$ 2.381.538,93 e

c) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R$ 2.585.790,25.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 9ª REGIÃO
CONSOLIDAÇÃO DA REPUBLICAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
ITEM 9.4 DO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO

R$ 1,00

				PERÍODO						
				2ºQ/2015	3ºQ/2015	1ºQ/2016	2ºQ/2016	3ºQ/2016	1ºQ/2017	2ºQ/2017
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				719.260.069,50	753.965.027,00	760.743.037,94	761.073.514,09	779.409.844,99	798.495.050,36	826.171.611,25
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF)(II)				129.834.611,07	130.700.434,30	134.418.187,97	135.970.807,94	151.405.857,94	156.665.452,14	166.565.405,35
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)				589.425.458,43	623.264.592,70	626.324.849,97	625.102.706,15	628.003.987,05	641.829.598,22	659.606.205,90
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL										
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				656.857.642.523,00	674.522.742.050,00	700.438.647.763,00	695.041.041.696,00	722.474.299.182,00	718.531.431.019,00	730.531.081.000,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,089734%	0,092401%	0,089419%	0,089938%	0,086924%	0,089325%	0,090291%
LIMITE MÁXIMO <%>/3	LRF, art. 20, incisos I, II E III			0,131673%	0,131673%	0,131673%	0,131673%	0,131673%	0,131673%	0,131673%
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente /4:	ATO SEOF GDGCA GP Nº 239/2005	0,131635%	0,131635%	0,131635%	0,131635%	0,131635%	0,131635%	0,131635%
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente /4:	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 1/2007	0,115872%	0,115872%	0,115872%	0,115872%	0,115872%	0,115872%	0,115872%
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente /4:	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 30/2013	0,115657%	0,115657%	0,115657%	0,115657%	0,115657%	0,115657%	0,115657%
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT Nº 12/2015			0,150370%	0,150370%	0,150370%	0,150370%	0,150370%	0,150370%	0,150370%

\1 Publicado por determinação do Acórdão 553/2017-TCU-Plenário, item 9.4

\2 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

\3 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em visrtude das citadas Resoluções Do Conselho Nacional de Justiça

\4 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

\5 RCL do 2º quadrimestre de 2015 - Portaria 509, de 15 de setembro de 2015, RCL do 3º quadrimestre de 2015 - Portaria 20, de 18 de janeiro de 2016, RCL do 1º quadrimestre de 2016 - Portaria 301, de 18 de maio de 2016, RCL do 2º quadrimestre de 2016 - Portaria 559, de 19 de setembro de 2016, RCL do 3º quadrimestre de 2016 - Portaria 37, de 19 de janeiro de 2017, RCL do 1º quadrimestre de 2017 - Portaria 416, de 18 de maio de 2017.

\6 A Portaria 494, de 6 de junho de 2017, retificou o demonstrativo da Receita Corrente Líquida do 3º quadrimestre de 2016constante da Portaria 37, de 19 de janeiro de 2017; o valor retificado da RCL é de R$ 709.929.575 mil, no entanto, para manter a coerência com os Relatórios de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2016, que foram publicados em janeiro de 2017, optou-se por considerar no demonstrativo o valor não retificado.

Des. ARNOR LIMA NETO
Presidente do Tribunal

PATRÍCIA AIMÉE BRUEL ANTONIO
Ordenadora da Despesas

ARNALDO ROGÉRIO PESTANA DE SOUSA
Diretor da Secretaria de Controle Interno e Auditoria

VILMAR JOSÉ SIQUEIRA
Diretor da Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

PORTARIA Nº 55, DE 25 DE SETEMBRO DE 2017

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, em anexo.

Des. FERNANDO DA SILVA BORGES

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2016 a AGOSTO/2017

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b)	Total (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.267.927.520,10	7.382.908,11	1.275.310.428,21
Pessoal Ativo	977.664.140,26	6.784.652,36	984.448.792,62
Pessoal Inativo e Pensionistas	290.263.379,84	598.255,75	290.861.635,59
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00

Despesas não Computadas (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	256.477.913,08	1.691.099,24	258.169.012,32
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	42.418,07	0,00	42.418,07
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	7.194.023,42	1.691.099,24	8.885.122,66
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	249.241.471,59	0,00	249.241.471,59
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.011.449.607,02	5.691.808,87	1.017.141.415,89

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			730.531.081.000,00
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV) x 100	0,138454%	0,000779%	0,139233%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	0,255194%		1.864.271.486,85
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF)	0,242434%		1.771.057.912,50
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	0,229675%		1.677.844.338,16

FONTE: SIAFI / Tesouro Gerencial - CCIN/TRT15 22/Set/2017 - 13h e 30m.

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64.
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.
2) Em atendimento ao disposto no item 9.6 do Acórdão nº 2097/2011 - TCU - Plenário, não foram incluídas:
a) Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque), sendo despesa liquidada R$ 20.551.864,55.
b) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque), sendo despesa liquidada R$ 4.654.940,97.
3.Conforme determinação contida no Acórdão nº 346/2006 - TCU - Plenário, não foi incluído o valor de R$ 265.068,78 referente a "Precatórios da Administração Indireta".

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CONSOLIDAÇÃO DA REPUBLICAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
ITEM 9.4 DO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO \1

R$ 1,00

	PERÍODO						
	2ºQ/2015	3ºQ/2015	1ºQ/2016	2ºQ/2016	3ºQ/2016	1ºQ/2017	2ºQ/2017
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.128.278.747,48	1.164.516.160,00	1.170.005.127,34	1.172.305.463,06	1.208.302.759,00	1.240.718.035,99	1.275.310.428,21
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	215.454.396,44	192.016.681,46	198.902.069,03	204.844.522,88	233.657.123,05	244.199.679,30	258.169.012,32
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	912.824.351,04	972.499.478,54	971.103.058,31	967.460.940,18	974.645.635,95	996.518.356,69	1.017.141.415,89

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				656.857.642.623	674.522.742.050	700.438.647.763	695.041.041.696	722.474.299.182	718.531.431.019	730.531.081.000
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,138968%	0,144176%	0,138642%	0,139195%	0,134904%	0,138688%	0,139233%
LIMITE MÁXIMO \3	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,249272%	0,249272%	0,249272%	0,249272%	0,249272%	0,249272%	0,249272%
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \4:	ATO.SEOF.GDGCA.GP Nº 239/2005	0,249200%	0,249200%	0,249200%	0,249200%	0,249200%	0,249200%	0,249200%
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \4:	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 1/2007	0,219360%	0,219360%	0,219360%	0,219360%	0,219360%	0,219360%	0,219360%
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \4:	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 30/2013	0,218952%	0,218952%	0,218952%	0,218952%	0,218952%	0,218952%	0,218952%
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT Nº12/2015			0,255194%	0,255194%	0,255194%	0,255194%	0,255194%	0,255194%	0,255194%

\1 Publicado por determinação do Acórdão 553/2017-TCU-Plenário, item 9.4.
\2 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho
\3 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça
\4 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça
\5 RCL do 2º quadrimestre de 2015 - Portaria 509, de 15 de setembro de 2015; RCL do 3º quadrimestre de 2015 - Portaria 20, de 18 de janeiro de 2016; RCL do 1º quadrimestre de 2016 - Portaria 301, de 18 de maio de 2016; RCL do 2º quadrimestre de 2016 - Portaria 559, de 19 de setembro de 2016; RCL do 3º quadrimestre de 2016 - Portaria 37, de 19 de janeiro de 2017; RCL do 1º quadrimestre de 2017 - Portaria 416, de 18 de maio de 2017.
\6 A Portaria 494, de 6 de junho de 2017, retificou o demonstrativo da Receita Corrente Líquida do 3º quadrimestre de 2016 constante da Portaria 37, de 19 de janeiro de 2017; o valor retificado da RCL é de R$ 709.929.575 mil; no entanto, para manter a coerência com os Relatórios de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2016, que foram publicados em janeiro de 2017, optou-se por considerar no demonstrativo o valor não retificado.

GUSTAVO FACHIM
Ordenador de Despesas com Pessoal

ADLEI CRISTIAN CARVALHO PEREIRA SCHLOSSER
Diretor-Geral

SINVAL ALVES FERNANDES
Resp. p/Controle Interno

Des. FERNANDO DA SILVA BORGES
Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO

PORTARIA Nº 2.687, DE 22 DE SETEMBRO DE 2017

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:
Determinar a publicação do Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º quadrimestre de 2017, que compreende as despesas de pessoal realizadas no período de setembro de 2016 a agosto de 2017, nos termos do artigo 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

BRENO MEDEIROS

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
CONSOLIDAÇÃO DA REPUBLICAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
ITEM 9.4 DO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO \1

				PERÍODO						
				2ºQ/2015	3ºQ/2015	1ºQ/2016	2ºQ/2016	3ºQ/2016	1ºQ/2017	2ºQ/2017
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				313.278.021,36	336.484.871,68	350.018.689,32	357.910.256,92	370.875.429,59	388.845.878,78	393.786.314,94
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				27.335.614,59	29.346.613,89	31.417.120,29	32.573.115,14	38.681.401,98	42.790.780,30	43.993.776,22
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)				285.942.406,77	307.138.257,79	318.601.569,03	325.337.141,78	332.194.027,61	346.055.098,48	349.792.538,72
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL										
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				656.857.642.623	674.522.742.050	700.438.647.763	695.041.041.696	722.474.299.182	718.531.431.019	730.531.081.386
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,043532%	0,045534%	0,045486%	0,046808%	0,045980%	0,048161%	0,047882%
LIMITE MÁXIMO <%> \3	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,056455%	0,056455%	0,056455%	0,056455%	0,056455%	0,056455%	0,056455%
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \4:	ATO.SEOF.GDGCA.GP Nº 239/2005	0,056439%	0,056439%	0,056439%	0,056439%	0,056439%	0,056439%	0,056439%
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \4:	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 1/2007	0,049680%	0,049680%	0,049680%	0,049680%	0,049680%	0,049680%	0,049680%
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \4:	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 30/2013	0,049588%	0,049588%	0,049588%	0,049588%	0,049588%	0,049588%	0,049588%
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT Nº 12/2015			0,077174%	0,077174%	0,077174%	0,077174%	0,077174%	0,077174%	0,077174%

\1 Publicado por determinação do Acórdão 553/2017-TCU-Plenário, item 9.4.
\2 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho
\3 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça
\4 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça
\5 RCL do 2º quadrimestre de 2015 - Portaria 509, de 15 de setembro de 2015; RCL do 3º quadrimestre de 2015 - Portaria 20, de 18 de janeiro de 2016; RCL do 1º quadrimestre de 2016 - Portaria 301, de 18 de maio de 2016; RCL do 2º quadrimestre de 2016 - Portaria 559, de 19 de setembro de 2016; RCL do 3º quadrimestre de 2016 - Portaria 37, de 19 de janeiro de 2017; RCL do 1º quadrimestre de 2017 - Portaria 416, de 18 demaio de 2017; RCL do 2º quadrimestre de 2017 - Portaria 772, de 19 de setembro de 2017.
\6 A Portaria 494, de 6 de junho de 2017, retificou o demonstrativo da Receita Corrente Líquida do 3º quadrimestre de 2016 constante da Portaria 37, de 19 de janeiro de 2017; o valor retificado da RCL é de R$ 709.929.575 mil; no entanto, para manter a coerência com os Relatórios de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2016, que foram publicados em janeiro de 2017, optou-se por considerar no demonstrativo o valor não retificado.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2016 A AGOSTO/2017

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") *R$ 1,00*

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	393.786.091,62	223,32	393.786.314,94
Pessoal Ativo	344.909.289,49	223,32	344.909.512,81
Pessoal Inativo e Pensionistas	48.876.802,13		48.876.802,13
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)			0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	43.993.776,22	0,00	43.993.776,22
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	103.966,71		103.966,71
Decorrentes de Decisão Judicial			0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	2.900.991,77		2.900.991,77
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	40.988.817,74		40.988.817,74
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	349.792.315,40	223,32	349.792.538,72

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			730.531.081.386,06
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100	0,047882%	0,000000%	0,047882%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0,077174%		563.780.056,75
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,073315%		535.591.053,91
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	0,069457%		507.402.051,07

FONTE: TESOURO GERENCIAL - SOF/NC/SEÇÃO DE CONTABILIDADE - 21/setembro/2017 - 11h e 11m.
Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.
2) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização interna de crédito (provisão): Despesa liquidada R$ 691.376,24;
3) Despesas com Precatórios da Administração Indireta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): Despesa Liquidada R$ 527.174,52
Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): Despesa Liquidada R$ 6.993.255,85.

Des. BRENO MEDEIROS
Presidente do Tribunal

MARCOS BALDUINO DE OLIVEIRA
Diretor da Secretaria de Controle Interno

SUZANA LAGE FERREIRA
Diretora da Secretaria de Orçamento e Finanças

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

PORTARIA Nº 462, DE 26 DE SETEMBRO DE 2017

O EXMO. PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA NONA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o disposto no inciso VII do art. 24 do Regimento Interno, e considerando o disposto no inciso III do artigo 54 §2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e na Lei n. 13.408, de 26 de dezembro de 2016 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2017) c/c o art. 5º, inciso I da Lei n. 10.028/2000 (Lei de Crimes Fiscais), resolve:

Tornar público a Consolidação da Republicação dos Relatórios de Gestão Fiscal referentes ao segundo quadrimestre de 2015 até o II quadrimestre de 2017, em cumprimento do Item 9.4 do Acórdão do TCU Plenário n. 553/2017, conforme documentação em anexo.

Des. PEDRO INÁCIO DA SILVA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800141

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
CONSOLIDAÇÃO DA REPUBLICAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
ITEM 9.4 DO ACÓRDÃO 553/2017 - TCU PLENÁRIO

				PERÍODO						
				2º Q/2015	3º Q/2015	1º Q/2016	2º Q/2016	3º Q/2016	1º Q/2017	2º Q/2017
Despesa Bruta com Pessoal (I)				153.932.280,86	160.176.371,00	162.686.590,46	161.955.636,36	167.410.830,00	171.108.643,47	176.940.257,64
Despesas não Computadas (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				15.131.642,49	16.361.559,00	17.723.456,13	17.967.970,20	20.190.284,38	20.182.154,36	21.560.483,40
Despesa Líquida com Pessoal (III) = (I - II)				138.800.638,37	143.814.812,00	144.963.134,33	143.987.666,16	147.220.545,62	150.926.489,11	155.379.774,24
Apuração do Cumprimento do Limite Legal										
Receita Corrente Líquida - RCL (IV)				656.857.642.623	674.522.742.050	700.438.647.763	695.041.041.696	722.474.299.182	718.531.431.019	730.531.081.000
% da Despesa Total com Pessoal DTP - sobre a RCL (V) = (III/IV)*100				0,021131%	0,021321%	0,020696%	0,020716%	0,020377%	0,021005%	0,021269%
Limite Máximo <%>\3	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,042869%	0,042869%	0,042869%	0,042869%	0,042869%	0,042869%	0,042869%
	Resolução CNJ 5/2005	Ato decorrente \4:	Ato SEOF.GDGCA.GP Nº 239/2005	0,042857%	0,042857%	0,042857%	0,042857%	0,042857%	0,042857%	0,042857%
	Resolução CNJ 26/2006	Ato decorrente \4:	Ato Conjunto TST/CSJT Nº 1/2007	0,037725%	0,037725%	0,037725%	0,037725%	0,037725%	0,037725%	0,037725%
	Resolução CNJ 177/2013	Ato decorrente \4:	Ato Conjunto TST/CSJT Nº 30/2013	0,037655%	0,037655%	0,037655%	0,037655%	0,037655%	0,037655%	0,037655%
	Justiça do Trabalho/Ato Conjunto TST.CSJT N° 12/2015			0,034738%	0,034738%	0,034738%	0,034738%	0,034738%	0,034738%	0,034738%

\1 Publicado por determinação do Acórdão 553/2017-TCU-Plenário, item 9.4;
\2 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho;
\3 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça;
\4 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça;
\5 RCL do 2º quadrimestre de 2015 - Portaria 509, de 15 de setembro de 2015; RCL do 3º quadrimestre de 2015 - Portaria 20, de 18 de janeiro de 2016; RCL do 1º quadrimestre de 2016 - Portaria 301, de 18 de maio de 2016; RCL do 2º quadrimestre de 2016 - Portaria 559, de 19 de setembro de 2016; RCL do 3º quadrimestre de 2016 - Portaria 37, de 19 de janeiro de 2017; RCL do 1º quadrimestre de 2017 - Portaria 416, de 18 de maio de 2017; e
\6 A Portaria 494, de 6 de junho de 2017, retificou o demonstrativo da Receita Corrente Líquida do 3º quadrimestre de 2016 constante da Portaria 37, de 19 de janeiro de 2017; o valor retificado da RCL é de R$ 709.929.575 mil; no entanto, para manter a coerência com os Relatórios de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2016, que foram publicados em janeiro de 2017, optou-se por considerar no demonstrativo o valor não retificado.

Des. PEDRO INÁCIO DA SILVA
Presidente do Tribunal

SHEILA SANTOS ROLIM
Ordenadora de Despesas

MARIANIZE BENTO PATITUCCI DA SILVA
Secretária de Orçamento e Finanças
Substituta

DENISE SANTOS SOUZA SAMPAIO
Coordenadora Controle Interno
Substituta

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

RESOLUÇÃO Nº 1.530, DE 22 DE SETEMBRO DE 2017

Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelos profissionais e organizações contábeis para cumprimento das obrigações previstas na Lei n.º 9.613/1998 e alterações posteriores.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando a competência atribuída ao Conselho Federal de Contabilidade pelo Decreto-Lei n.º 9295/1946 e suas alterações;

Considerando a necessidade de regulamentar o disposto nos artigos 9º, 10 e 11 da Lei n.º 9.613/1998 e suas alterações;

Considerando que o profissional da contabilidade não participa da gestão e das operações e transações praticadas pelas pessoas jurídicas e físicas;

Considerando que os serviços profissionais contábeis devem estar previstos em contratos de acordo com a Resolução CFC n.º 987/2003;

Considerando a diversidade dos serviços de contabilidade, que devem observar os princípios e as normas profissionais e técnicas específicas;

Considerando a amplitude de valores constantes nas demonstrações contábeis geradas pelas diversas entidades, em decorrência de seu porte e volume de transações, resolve:

Art. 1º A presente Resolução tem por objetivo regulamentar procedimentos e normas gerais decorrentes da Lei n.º 9.613/1998, alterada pela Lei n.º 12.683/2012, que dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos, inclusive o financiamento ao terrorismo, que sujeita ao seu cumprimento os profissionais e Organizações Contábeis que prestem, mesmo que eventualmente, serviços de assessoria, consultoria, contabilidade, auditoria, aconselhamento ou assistência, de qualquer natureza, nas seguintes operações, realizadas por pessoas físicas ou jurídicas:

I - de compra e venda de imóveis, estabelecimentos comerciais ou industriais, ou participações societárias de qualquer natureza;

II - de gestão de fundos, valores mobiliários ou outros ativos;

III - de abertura ou gestão de contas bancárias, de poupança, investimento ou de valores mobiliários;

IV - de criação, exploração ou gestão de sociedades de qualquer natureza, fundações, fundos fiduciários ou estruturas análogas;

V - financeiras, societárias ou imobiliárias; e

VI - de alienação ou aquisição de direitos sobre contratos relacionados a atividades desportivas ou artísticas profissionais.

Parágrafo único. Esta Resolução não se aplica aos profissionais da contabilidade com vínculo empregatício em organizações contábeis.

Seção II

DA POLÍTICA DE PREVENÇÃO

Art. 2º Os profissionais e as Organizações Contábeis deverão adotar, formalmente, políticas, procedimentos e controles internos compatíveis com seu porte e volume de operações, inclusive, as Organizações Contábeis enquadradas na Lei Complementar n.º 123/2006, que lhes permitam atender ao disposto no Art. 11 da Lei n.º 9.613/1998, alterada pela Lei n.º 12.683/2012.

Seção III

DO CADASTRO DOS CLIENTES

Art. 3º Os profissionais e as Organizações Contábeis devem manter cadastro atualizado de seus clientes, bem como abranger as pessoas físicas autorizadas a representá-los, contendo no mínimo:

I - se pessoa física:

a) nome completo;

b) número de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF);

c) número do documento de identificação e nome do órgão expedidor ou, se estrangeiro, dados do passaporte ou da carteira civil;

d) enquadramento na condição de pessoa exposta politicamente; e

e) endereço.

II - se pessoa jurídica:

a) denominação social;

b) número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

c) nome completo, número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e número do documento de identificação e nome do órgão expedidor ou, se estrangeiro, dados do passaporte ou da carteira civil, dos sócios administradores e/ou procuradores/representantes legais;

d) identificação dos beneficiários finais, quando possível, ou o registro das medidas adotadas, com o objetivo de identificá-los, bem como seu enquadramento na condição de pessoa exposta politicamente; e

e) endereço.

§1º A obtenção do CNPJ - no caso da pessoa jurídica - e do CPF - no caso da pessoa física - será considerada suficiente para fins da identificação e do cadastro exigidos neste artigo.

§ 2º Caso o cliente seja um fundo de investimento ou outra entidade que represente uma comunhão de recursos, a identificação e cadastro requeridos neste artigo recairá sobre o seu administrador e o seu gestor.

§ 3º Quando não for possível identificar o beneficiário final, as pessoas de que trata o Art. 1º devem dispensar especial atenção à operação, avaliando a conveniência de realizá-la ou de estabelecer ou manter a relação de negócio.

Seção IV

DO REGISTRO DAS OPERAÇÕES

Art. 4º Os profissionais e as Organizações Contábeis devem manter registro dos serviços prestados em operações previstos no Art. 1º, contendo, no mínimo:

I - identificação do cliente;

II - descrição detalhada dos serviços prestados;

III - valor e data da operação;

IV - forma e meio de pagamento;

V - registro fundamentado da decisão de proceder, ou não, às comunicações de que trata o Art. 6º; e

VI - enquadramento legal na presente Resolução.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800142

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Seção V

DA ANÁLISE DE RISCOS

Art. 5º As operações e propostas de operações, nos termos do Art. 1º, que se enquadrarem nas situações listadas a seguir, devem ser analisadas com especial atenção:

I - operação que aparente não ser resultante das atividades usuais do cliente ou do seu ramo de negócio;

II - operação cuja origem ou fundamentação econômica ou legal não seja claramente aferível;

III - operação incompatível com o patrimônio, com a capacidade econômica financeira, com a atividade ou ramo de negócio do cliente;

IV - operação com cliente cujo beneficiário final não é possível identificar;

V - operação ou proposta envolvendo pessoa jurídica domiciliada em jurisdições consideradas pelo Grupo de Ação contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo (Gafi) de alto risco ou com deficiências de prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, ou países ou dependências consideradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) de tributação favorecida e/ou regime fiscal privilegiado;

VI - operação ou proposta envolvendo pessoa jurídica cujos beneficiários finais, sócios, acionistas, procuradores ou representantes legais mantenham domicílio em jurisdições consideradas pelo Gafi de alto risco ou com deficiências estratégicas de prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, ou países ou dependências consideradas pela RFB de tributação favorecida e/ou regime fiscal privilegiado;

VII - operação, injustificadamente, complexa ou com custos mais elevados que visem dificultar o rastreamento dos recursos ou a identificação do real objetivo da operação;

VIII - operação que vise adulterar ou manipular características das operações financeiras ou a identificação do real objetivo da operação;

IX - operação aparentemente fictícia ou com indícios de superfaturamento ou subfaturamento;

X - operação com cláusulas que estabeleçam condições incompatíveis com as praticadas no mercado;

XI - qualquer tentativa de fracionamento de valores com o fim de evitar a comunicação em espécie a que se refere o Art. 6º; e

XII - quaisquer outras operações que, considerando as partes e demais envolvidos, os valores, modo de realização e meio de pagamento, ou a falta de fundamento econômico ou legal, possam configurar sérios indícios da ocorrência dos crimes previstos na Lei n.° 9.613/1998 ou com eles relacionar-se.

Seção VI

DAS COMUNICAÇÕES AO COAF

Art. 6º As operações e propostas de operações que, após análise, possam configurar indícios da ocorrência de ilícitos devem ser comunicadas diretamente ao Coaf, em seu sítio, contendo:

I - o detalhamento das operações realizadas;

II - o relato do fato ou fenômeno suspeito; e

III - a qualificação dos envolvidos, destacando os que forem pessoas expostas politicamente.

Parágrafo único. As operações listadas a seguir devem ser comunicadas, em seu sítio, independentemente de análise ou de qualquer outra consideração, mesmo que fracionadas:

a) aquisição de ativos e pagamentos a terceiros, em espécie, acima de R$50.000,00 (cinquenta mil reais), por operação; e/ou

b) constituição de empresa e/ou aumento de capital social com integralização, em espécie, acima de R$100.000,00 (cem mil reais), em único mês-calendário.

Art. 7º No caso dos serviços de auditoria das demonstrações contábeis, as operações e transações passíveis de informação, de acordo com os critérios estabelecidos no Art. 6º, são aquelas detectadas no curso normal de uma auditoria que leva em consideração a utilização de amostragem para a seleção de operações ou transações a serem testadas, cuja determinação da extensão dos testes depende da avaliação dos riscos e do controle interno da entidade para responder a esses riscos, assim como do valor da materialidade para a execução da auditoria, estabelecido para as demonstrações contábeis que estão sendo auditadas, de acordo com as normas técnicas (NBCs TA) aprovadas por este Conselho.

Art. 8º Nos casos de serviços de assessoria, em que um profissional ou Organização Contábil contratada por pessoa física ou jurídica para análise de riscos de outra empresa ou organização, não será objeto de comunicação ao Coaf.

Parágrafo único. Também não serão objetos de comunicação ao Coaf os trabalhos de perícia contábil, judicial e extrajudicial, revisão pelos pares e de auditoria forense.

Art. 9º As declarações de ocorrência de operações de que tratam o Art. 6º devem ser efetuadas no sítio eletrônico do Coaf, de acordo com as instruções ali definidas, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do momento em que o responsável pelas comunicações concluir que a operação ou a proposta de operação deva ser comunicada, abstendo-se de dar ciência aos clientes de tal ato.

Art. 10. Não havendo ocorrência, durante o ano civil, de operações ou propostas a que se refere o Art. 6º, as pessoas de que trata o Art. 1º devem apresentar comunicação negativa por meio do sítio do CFC até o dia 31 de janeiro do ano seguinte.

Art. 11. A Comunicação ao Coaf, quando procedida pela Organização Contábil, dispensa seus sócios ou titulares de fazê-la individualmente, desde que não prestem serviços como pessoa física.

Seção VI

DA GUARDA E CONSERVAÇÃO DE REGISTROS E DOCUMENTOS

Art. 12. Os profissionais e as Organizações Contábeis devem conservar os cadastros e registros de que tratam os artigos 3º e 4º, bem como as correspondências de que trata o Art. 3º por, no mínimo, 5 (cinco) anos, contados da data de entrega do serviço contratado.

Seção VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. A utilização de informações existentes em bancos de dados de entidades públicas ou privadas não substitui nem supre as exigências previstas nos artigos 3º e 4º, admitido seu uso para, em caráter complementar, confirmar dados e informações previamente coletados.

Art. 14. Os profissionais e as Organizações Contábeis devem manter seu registro cadastral atualizado no Conselho Regional de Contabilidade de seu estado.

Art. 15. As declarações de boa-fé, feitas na forma da Lei n.º 9.613/1998, não acarretarão responsabilidade civil ou administrativa.

Art. 16. Os profissionais e as Organizações Contábeis, bem como os seus administradores que deixarem de cumprir as obrigações desta Resolução, sujeitar-se-ão às sanções previstas no Art. 27 do Decreto-Lei n.º 9.295/1946, independentemente da aplicação do Art. 12 da Lei n.º 9.613/1998.

Art. 17. Os profissionais e as Organizações Contábeis devem acompanhar, no sítio do Coaf e do CFC, a divulgação de informações adicionais, bem como aquelas relativas às localidades de que tratam os incisos V e VI do Art. 5º.

Art. 18. Os profissionais e as Organizações Contábeis deverão atender às requisições formuladas pelo Coaf na periodicidade, na forma e nas condições por ele estabelecidas, cabendo-lhe preservar, nos termos da lei, o sigilo das informações prestadas.

Parágrafo único. As declarações previstas nesta Resolução serão protegidas por sigilo.

Art. 19. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente a Resolução CFC n.° 1.445/2013, publicada no Diário Oficial da união, no dia 30 de julho de 2013, Seção I, Páginas 151 e 152.

JOSÉ MARTONIO ALVES COELHO
Presidente do Conselho

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE, NBC TSP 06, DE 22 DE SETEMBRO DE 2017

Aprova a NBC TSP 06 - Propriedade para Investimento.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e com fundamento no disposto na alínea "f" do Art. 6º do Decreto-Lei n.º 9.295/1946, alterado pela Lei n.º 12.249/2010, faz saber que foi aprovada em seu Plenário a seguinte Norma Brasileira de Contabilidade (NBC):

NBC TSP 06 - PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

Objetivo

1.O objetivo desta norma é estabelecer o tratamento contábil de propriedades para investimento e respectivos requisitos de divulgação.

Alcance

2.A entidade que elabora e apresenta demonstrações contábeis, de acordo com o regime de competência, deve aplicar esta norma na contabilização de propriedades para investimento.

3.Esta norma se aplica às entidades do setor público, conforme o alcance definido na NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL.

4.(Não convergido).

5.Esta norma se aplica à contabilização de propriedades para investimento, incluindo (a) a mensuração, nas demonstrações contábeis de arrendatário, de direitos sobre propriedades para investimento mantidas em arrendamento mercantil contabilizado, como arrendamento financeiro, e (b) a mensuração, nas demonstrações contábeis do arrendador, de propriedades para investimento disponibilizadas ao arrendatário em arrendamento mercantil operacional. Esta norma não trata dos seguintes assuntos referentes a operações de arrendamento mercantil (leasing):

(a)classificação de arrendamentos mercantis como arrendamento financeiro ou arrendamento operacional;

(b)reconhecimento de receitas de arrendamentos mercantis resultantes de propriedades para investimento (ver também NBC TSP 02 - Receita de Transação com Contraprestação);

(c)mensuração, nas demonstrações contábeis do arrendatário, de direitos sobre propriedade mantida em arrendamento mercantil contabilizado como arrendamento operacional;

(d)mensuração, nas demonstrações contábeis do arrendador, do seu investimento líquido em arrendamento mercantil financeiro;

(e)contabilização de transações de venda e retroarrendamento (leaseback); e

(f)divulgação relativa a arrendamentos mercantis financeiros e a arrendamentos mercantis operacionais.

6.Esta norma não se aplica a:

(a)ativos biológicos relacionados com a atividade agrícola; e

(b)direitos de exploração mineral e reservas minerais, tais como petróleo, gás natural e recursos não renováveis semelhantes.

Definições

7.Os termos a seguir são utilizados nesta norma com os seguintes significados:

Valor contábil é o montante pelo qual o ativo é reconhecido no balanço patrimonial.

Custo é o montante de caixa ou equivalentes de caixa pago ou o valor justo (ver NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL, item 7.6(b)) de outra contraprestação dada para adquirir um ativo no momento da sua aquisição ou construção.

Propriedade para investimento é a propriedade (terreno ou edificação - ou parte da edificação - ou ambos) mantida para auferir receitas de aluguel ou para valorização do capital, ou para ambas, e, não, para:

(a)uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para finalidades administrativas; ou

(b)venda no curso normal das operações.

Propriedade ocupada pelo proprietário é a propriedade mantida (pelo proprietário ou pelo arrendatário em arrendamento mercantil financeiro) para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para finalidades administrativas.

Direito sobre propriedade para investimento mantida por arrendatário sob arrendamento mercantil operacional

8.O direito sobre propriedade mantida por arrendatário sob arrendamento mercantil operacional pode ser classificado e contabilizado como propriedade para investimento se, e apenas se, (a) a propriedade iria de outra forma satisfazer à definição de propriedade para investimento, e (b) o arrendatário utilizar o modelo do valor justo definido nos itens 42 a 64 para o ativo reconhecido. Essa alternativa de classificação deve ser analisada propriedade a propriedade. Entretanto, uma vez escolhida, essa alternativa de classificação para um direito sobre propriedade desse gênero mantida sob arrendamento mercantil operacional, todas as propriedades classificadas como propriedade para investimento devem ser contabilizadas, utilizando o modelo do valor justo. Quando essa alternativa de classificação for escolhida, qualquer direito assim classificado deve ser incluído nas divulgações exigidas nos itens 85 a 89.

Propriedade para investimento

9.Existem diversas circunstâncias nas quais entidades do setor público podem manter propriedades para auferir receitas de aluguel e para valorização do capital. Por exemplo, uma entidade do setor público pode ser criada para administrar a carteira de imóveis do governo com fins comerciais. Nesse caso, as propriedades mantidas pela entidade, com exceção das propriedades mantidas para revenda no curso normal das operações, satisfazem à definição de propriedade para investimento. Outras entidades do setor público podem também manter propriedades para auferir receitas de aluguel ou para valorização do capital, e utilizar o caixa gerado para financiar suas outras atividades (prestação de serviços). Por exemplo, uma universidade pública ou um governo local podem possuir um edifício com o propósito de arrendá-lo, com fins comerciais, a terceiros a fim de gerar recursos, em vez de produzir ou fornecer bens e serviços. Essa propriedade também se enquadra na definição de propriedade para investimento.

10.Por serem mantidas para auferir receitas de aluguel ou para valorização do capital, ou para ambas, as propriedades para investimento geram fluxos de caixa significantemente independentes dos outros ativos mantidos pela entidade. Isso distingue as propriedades para investimento de outros imóveis controlados pelas entidades do setor público, incluindo propriedades ocupadas pelo proprietário. A produção ou fornecimento de bens ou serviços (ou o uso de propriedades para finalidades administrativas) também podem gerar fluxos de caixa. Por exemplo, entidades do setor público podem utilizar um edifício para fornecer bens e serviços para terceiros em troca da recuperação total ou parcial dos custos correspondentes. Entretanto, o edifício é mantido para facilitar a produção de bens e serviços, e os fluxos de caixa são atribuíveis não apenas ao edifício, mas também a outros ativos utilizados no processo de produção ou de fornecimento. A NBC TSP 07 - Ativo Imobilizado aplica-se às propriedades ocupadas pelo proprietário.

11.A entidade pode controlar um ativo que seja legalmente de propriedade de outra entidade. Por exemplo, um órgão subnacional pode controlar e contabilizar determinados edifícios que sejam legalmente de propriedade do governo nacional. Em tais circunstâncias, referências a propriedades ocupadas pelo proprietário dizem respeito a propriedades ocupadas pela entidade que as reconhece em suas demonstrações contábeis.

12.São exemplos de propriedades para investimento:

(a)terrenos mantidos para valorização do capital a longo prazo e, não, para venda no curso normal das operações. Por exemplo, terreno mantido por hospital para valorização do capital, o qual pode ser vendido em momento oportuno;

(b)terrenos mantidos para uso futuro ainda não definido. Se a entidade não tiver determinado que utilizará o terreno como propriedade ocupada pelo proprietário, incluindo ocupação para fornecer serviços, tais como aqueles proporcionados por parques nacionais para gerações atuais e futuras, ou para venda no curso normal das operações, o terreno deve ser considerado como mantido para valorização do capital;

(c)edifício de propriedade da entidade (ou mantido pela entidade em arrendamento mercantil financeiro) e que seja arrendado sob um ou mais arrendamentos mercantis operacionais com fins comerciais. Por exemplo, uma universidade pública pode possuir um edifício que seja arrendado com fins comerciais a terceiros;

(d)edifício que esteja desocupado, mas mantido para ser arrendado sob um ou mais arrendamentos mercantis operacionais com fins comerciais a terceiros; e

(e)propriedade em construção ou desenvolvimento para uso futuro como propriedade para investimento.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800143

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

13.São exemplos de itens que não são propriedades para investimento, estando, por isso, fora do alcance desta norma:

(a)propriedade mantida para venda no curso normal das operações ou em processo de construção ou desenvolvimento para tal venda (ver NBC TSP 04 - Estoques). Por exemplo, um governo municipal pode rotineiramente incrementar suas receitas pela compra e venda de propriedades. Nesses casos, as propriedades mantidas exclusivamente para alienação em futuro próximo ou para desenvolvimento com finalidade de revenda devem ser classificadas como estoque. A secretaria de habitação pode vender rotineiramente parte de suas habitações em estoque no curso normal das suas operações. Nesses casos, qualquer habitação em estoque mantida para venda deve ser classificada como estoque;

(b)propriedade em construção ou desenvolvimento por conta de terceiros. Por exemplo, uma secretaria pode celebrar contratos de construção com entidades externas ao Governo;

(c)propriedade ocupada pelo proprietário (ver NBC TSP 07), incluindo, entre outras coisas, propriedade mantida para uso futuro como propriedade ocupada pelo proprietário; propriedade mantida para desenvolvimento futuro e uso subsequente como propriedade ocupada pelo proprietário; propriedade ocupada por empregados (que paguem, ou não, aluguéis a taxas de mercado); e propriedade ocupada pelo proprietário ao aguardo de alienação;

(d)(eliminada);

(e)propriedade que é arrendada a outra entidade sob arrendamento mercantil financeiro;

(f)propriedade mantida para fornecer serviço social e que também gera entradas de caixa. Por exemplo, uma secretaria de habitação pode manter amplos estoques de habitações utilizados para fornecer moradia para famílias de baixa renda por aluguéis com preço abaixo do mercado. Nessa situação, a propriedade é mantida para fornecer serviços de habitação em vez de auferir receitas de aluguel ou valorização do capital, e a renda de aluguel gerada é atinente aos propósitos pelos quais a propriedade é mantida. Tais propriedades não são consideradas propriedades para investimento e devem ser contabilizadas de acordo com a NBC TSP 07; e

(g)propriedade mantida para propósitos estratégicos, que deve ser contabilizada de acordo com a NBC TSP 07.

14.Geralmente, entidades do setor público mantêm propriedades para satisfazer a objetivos de prestação de serviços em vez de auferir receitas de aluguel ou valorização do capital. Em tais situações, a propriedade não satisfaz à definição de propriedade para investimento. Entretanto, nos casos em que entidades do setor público mantêm propriedades para auferir receitas de aluguel ou para valorização do capital, esta norma é aplicável. Em alguns casos, entidades do setor público mantêm algumas propriedades que compreendem (a) parte que é mantida para auferir receitas de aluguel ou para a valorização do capital em vez de fornecer serviços, e (b) outra parte que é mantida para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para finalidades administrativas. Por exemplo, hospital ou universidade pública podem possuir um edifício do qual parte é utilizada para finalidades administrativas e outra parte é arrendada como apartamentos com fins comerciais. Se tais partes puderem ser vendidas separadamente (ou arrendadas separadamente por meio de arrendamento mercantil financeiro), a entidade deve contabilizar tais partes separadamente. Se as partes não puderem ser vendidas separadamente, a propriedade somente deve ser considerada propriedade para investimento se parte insignificante é mantida para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para finalidades administrativas.

15.Em alguns casos, a entidade presta serviços de apoio aos ocupantes da propriedade por ela mantida. A entidade deve tratar tal propriedade como propriedade para investimento, se os serviços forem insignificantes em relação ao acordo como um todo. Um exemplo é quando uma agência governamental (a) possui um edifício de escritórios mantido exclusivamente para aluguel com fins comerciais, e (b) também presta serviços de segurança e de manutenção aos arrendatários que ocupam o edifício.

16.Em outros casos, os serviços prestados são significativos. Por exemplo, um governo pode possuir um hotel ou albergue administrado por meio de sua agência de administração de propriedades. Os serviços proporcionados aos hóspedes são significativos para o acordo como um todo. Por isso, o hotel ou o albergue administrado pelo proprietário deve ser considerado propriedade ocupada pelo proprietário e, não, propriedade para investimento.

17.Pode ser difícil determinar se os serviços de apoio são significativos a ponto de que a propriedade não se qualifique como propriedade para investimento. Por exemplo, governo ou agência governamental que é proprietário de hotel pode transferir algumas responsabilidades a terceiros sob contrato de gestão, cujos termos variam amplamente. Por um lado, a posição do governo ou agência governamental pode, em essência, ser a de investidor que não desempenhe a administração da propriedade. Por outro lado, o governo ou a agência governamental podem simplesmente ter terceirizado funções do dia a dia, embora ficando com significativa exposição aos riscos das variações dos fluxos de caixa gerados pelas operações do hotel.

18.É necessário julgamento para determinar se a propriedade se qualifica como propriedade para investimento. A entidade deve desenvolver critérios para que possa exercer esse julgamento consistentemente de acordo com a definição de propriedade para investimento e com a correspondente orientação constante nos itens 9 a 17. O item 86(c) exige que a entidade divulgue esses critérios quando a classificação for difícil de ser realizada.

19.Em alguns casos, a entidade possui propriedade que está arrendada e ocupada por sua controladora ou por outra controlada. A propriedade não se qualifica como propriedade para investimento nas demonstrações contábeis consolidadas, porque a propriedade está ocupada pelo proprietário sob a perspectiva do grupo. Porém, da perspectiva da entidade que a possui, tal propriedade deve ser considerada propriedade para investimento se satisfizer à definição do item 7. Por isso, o arrendador deve tratar a propriedade como propriedade para investimento nas suas demonstrações contábeis individuais. Essa situação pode surgir quando o governo cria uma entidade administradora de propriedades para gerir seus edifícios de escritório. Os edifícios são, então, arrendados a outras entidades do governo com fins comerciais. Nas demonstrações contábeis da entidade administradora de propriedades, a propriedade deve ser contabilizada como propriedade para investimento. Entretanto, nas demonstrações contábeis consolidadas do governo, a propriedade deve ser contabilizada como ativo imobilizado, de acordo com a NBC TSP 07.

Reconhecimento

20.A propriedade para investimento deve ser reconhecida como ativo quando, e apenas quando:

(a)for provável que os benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços associados à propriedade para investimento fluirão para a entidade; e

(b)o custo ou valor justo da propriedade para investimento puder ser mensurado confiavelmente.

21.Ao determinar se o item satisfaz ao primeiro critério para reconhecimento, a entidade precisa avaliar o nível de certeza relacionado ao fluxo dos benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços com base na disponibilidade de evidências no momento do reconhecimento inicial. A existência de certeza suficiente de que os benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços fluirão para a entidade necessita de garantia de que a entidade vai obter os benefícios relacionados ao ativo e que vai assumir os riscos associados. Essa garantia geralmente é disponível quando os riscos e os benefícios tenham passado para a entidade. Antes que isso ocorra, a transação para aquisição do ativo pode ser geralmente cancelada sem penalidades significativas e, portanto, o ativo não deve ser reconhecido.

22.O segundo critério para reconhecimento em geral é prontamente satisfeito, porque a transação de troca evidenciando a compra do ativo identifica seu custo. Como especificado no item 27, sob certas circunstâncias, uma propriedade para investimento pode ser adquirida sem custo ou por custo irrisório. Em tais casos, o custo da propriedade para investimento é o seu valor justo na data da aquisição.

23.A entidade deve avaliar, segundo esse critério de reconhecimento, todos os custos da propriedade para investimento no momento em que eles são incorridos. Esses custos incluem valores inicialmente incorridos para adquirir a propriedade para investimento e valores incorridos para adicionar a, substituir partes de, ou prestar manutenção à propriedade (exceto os gastos de manutenção usual, ver o item 24).

24.Segundo o critério de reconhecimento do item 20, a entidade não deve reconhecer no valor contábil da propriedade para investimento os gastos com manutenção usual da propriedade. Pelo contrário, esses gastos devem ser reconhecidos no resultado do período quando incorridos. Os gastos de manutenção usual são basicamente os de mão de obra e de bens consumíveis, e podem incluir os gastos com pequenas peças. A finalidade desses gastos é muitas vezes descrita como sendo para reparo e manutenção da propriedade.

25.Partes da propriedade para investimento podem ter sido adquiridas por substituição. Por exemplo, as paredes interiores podem ser substituições das paredes originais. Segundo o critério do reconhecimento, a entidade deve reconhecer no valor contábil da propriedade para investimento o custo da parte da substituição da propriedade para investimento existente no momento em que o custo é incorrido se os critérios de reconhecimento forem cumpridos. O valor contábil das partes substituídas deve ser desreconhecido de acordo com as disposições desta norma.

Mensuração no reconhecimento

26.A propriedade para investimento deve ser inicialmente mensurada pelo seu custo (os custos de transação devem ser incluídos na mensuração inicial).

27.Quando a propriedade para investimento é adquirida por meio de transação sem contraprestação, seu custo deve ser mensurado pelo seu valor justo na data da aquisição.

28.O custo da propriedade para investimento adquirida compreende o seu preço de compra e qualquer gasto diretamente atribuível. Os gastos diretamente atribuíveis incluem, por exemplo, a remuneração profissional de serviços legais, tributos de transferência de propriedade e outros custos de transação.

29.(Eliminado).

30.O custo de propriedade para investimento não é aumentado por:

(a)gastos de início das operações (a não ser que sejam necessários para trazer a propriedade à condição necessária a fim de que seja capaz de funcionar da forma pretendida pela administração);

(b)perdas operacionais incorridas antes de a propriedade para investimento ter atingido o nível de ocupação previsto; ou

(c)quantidades anormais de material, mão de obra ou outros recursos consumidos na construção ou desenvolvimento da propriedade.

31.Se o pagamento da propriedade para investimento for a prazo, o seu custo é o equivalente ao valor à vista. A diferença entre essa quantia e o total dos pagamentos deve ser reconhecida como despesa financeira durante o período do financiamento.

32.A propriedade para investimento pode ser adquirida por meio de transação sem contraprestação. Por exemplo, o governo nacional pode transferir sem ônus um edifício de escritórios para entidade de governo subnacional, que, por sua vez, aluga-o a preços de mercado. A propriedade para investimento pode também ser adquirida mediante transação sem contraprestação por meio de confisco. Em tais circunstâncias, o custo da propriedade é seu valor justo na data da aquisição.

33.Quando a entidade reconhece inicialmente suas propriedades para investimento pelo valor justo (de acordo com o item 27), o valor justo é o custo da propriedade. A entidade deve decidir, subsequentemente ao reconhecimento inicial, adotar o modelo do valor justo (itens 42 a 64) ou o modelo do custo (item 65).

34.O custo inicial do direito sobre propriedade mantida em arrendamento mercantil e classificado como propriedade para investimento deve ser o estabelecido como o menor valor entre o valor justo da propriedade e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Montante equivalente deve ser reconhecido como passivo.

35.Qualquer prêmio pago por arrendamento mercantil deve ser tratado como parte dos pagamentos mínimos do arrendamento para essa finalidade, sendo, portanto, incluído no custo do ativo, mas excluído do passivo. Se o direito sobre propriedade mantida sob arrendamento mercantil for classificado como propriedade para investimento, o item contabilizado pelo valor justo é esse direito e não a propriedade subjacente. A orientação para a determinação do valor justo de direito sobre propriedade é desenvolvida para o modelo do valor justo nos itens 42 a 61. Essa orientação também é relevante para a determinação do valor justo quando esse valor é utilizado como custo para fins do reconhecimento inicial.

36.Uma ou mais propriedades para investimento podem ser adquiridas por meio de permuta por um ou mais ativos não monetários ou pela combinação de ativos monetários e não monetários. A discussão a seguir refere-se à permuta de ativo não monetário por outro, bem como se aplica a todas as permutas descritas anteriormente. O custo de tal propriedade para investimento deve ser mensurado pelo valor justo, a menos que (a) a transação de permuta não tenha essência comercial, ou (b) nem o valor justo do ativo recebido nem o valor justo do ativo cedido sejam confiavelmente mensuráveis. O ativo adquirido deve ser mensurado dessa forma mesmo que a entidade não possa imediatamente desreconhecer o ativo cedido. Se o ativo adquirido não for mensurado pelo valor justo, seu custo deve ser mensurado pelo valor contábil do ativo cedido.

37.A entidade deve determinar se a operação de permuta é, na essência, de natureza comercial, considerando a extensão em que se espera que os seus fluxos de caixa futuros ou potencial de serviços sejam alterados como resultado da transação. A operação de permuta tem natureza comercial se:

(a)a configuração (risco, prazo e valor) dos fluxos de caixa ou potencial de serviços do ativo recebido for diferente da configuração dos fluxos de caixa do ativo cedido; ou

(b)o valor específico para a entidade relativo à parte das operações da entidade afetadas pela transação se altera como resultado da permuta; e

(c)a diferença em (a) ou (b) é significativa em relação ao valor justo dos ativos trocados.

Para a finalidade de determinar se a transação de permuta tem natureza comercial, o valor específico para a entidade relativo à parte das operações afetada pela transação deve refletir os fluxos de caixa após os tributos, se for o caso. O resultado dessas análises pode ser claro sem que a entidade tenha de efetuar cálculos detalhados.

38.O valor justo de ativo para o qual não existam transações de mercado comparáveis é confiavelmente mensurável se (a) a variabilidade na faixa de estimativas razoáveis do valor justo não for significativa para esse ativo, ou (b) as probabilidades de várias estimativas dentro dessa faixa puderem ser razoavelmente avaliadas e utilizadas na mensuração do valor justo. Caso a entidade seja capaz de mensurar confiavelmente o valor justo tanto do ativo recebido quanto do ativo cedido, então o valor justo do ativo cedido deve ser utilizado para mensurar o custo do ativo recebido, a não ser que o valor justo do ativo recebido seja mais claramente evidente.

Mensuração após o reconhecimento

Política contábil

39.Com as exceções indicadas no item 43, a entidade deve escolher como sua política contábil o modelo do valor justo (itens 42 a 64) ou o modelo do custo (item 65) e deve aplicar essa política a todas as suas propriedades para investimento.

40.A alteração voluntária na política contábil deve ser feita apenas se a alteração resultar em apresentação mais apropriada das operações, de outros eventos ou de condições nas demonstrações contábeis da entidade. É altamente improvável que a alteração do modelo do valor justo para o modelo do custo resulte em apresentação mais apropriada.

41.Esta norma exige que todas as entidades determinem o valor justo de propriedades para investimento para a finalidade de mensuração (se a entidade utilizar o modelo do valor justo) ou de divulgação (se utilizar o modelo do custo). Incentiva-se a entidade, mas não se exige dela a mensurar o valor justo das propriedades para investimento, tendo por base avaliação realizada por avaliador independente que tenha qualificação profissional relevante e reconhecida, e que tenha experiência recente no local e na categoria da propriedade para investimento que esteja sendo avaliada.

Modelo do valor justo

42.Após o reconhecimento inicial, a entidade que escolhe o modelo do valor justo deve mensurar todas as suas propriedades para investimento pelo valor justo, exceto nos casos descritos no item 62.

43.Quando o direito sobre propriedade mantida por arrendatário em arrendamento mercantil operacional for classificado como propriedade para investimento, segundo o item 8, o item 39 deixa de ser opcional, e o modelo do valor justo deve ser aplicado.

44.O ganho ou a perda proveniente de alteração no valor justo de propriedade para investimento deve ser reconhecido no resultado do período em que ocorra.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800144

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

45.O valor justo de propriedade para investimento é o preço pelo qual a propriedade poderia ser negociada entre partes conhecedoras e interessadas, em transação sem favorecimentos (ver item 7). O valor justo exclui especificamente o preço estimado inflacionado ou deflacionado por condições ou circunstâncias especiais, tais como financiamento atípico, acordos de venda e retroarrendamento (leaseback), e contrapartidas ou concessões especiais dadas por alguém associado à venda.

46.A entidade deve determinar o valor justo sem qualquer dedução para custos de transação em que possa incorrer pela venda ou outra forma de alienação.

47.O valor justo da propriedade para investimento deve refletir as condições de mercado na data das demonstrações contábeis.

48.O valor justo é específico no tempo e na data determinada. Pelo fato de as condições de mercado poderem mudar, a quantia atribuída sob o critério do valor justo pode ser incorreta ou não ser apropriada se estimada em outro momento. A definição de valor justo assume também troca simultânea e término do contrato de venda sem qualquer variação de preço que pudesse ser realizada entre partes conhecedoras e interessadas, em transação sem favorecimentos, se a troca e o término não forem simultâneos.

49.O valor justo da propriedade para investimento reflete, entre outras coisas, as receitas provenientes de arrendamentos correntes e premissas razoáveis e fundamentadas que representem aquilo que partes conhecedoras e interessadas, em transação sem favorecimentos, assumiriam acerca da receita de futuros arrendamentos à luz de condições correntes. Também reflete, em base semelhante, quaisquer saídas de caixa (incluindo pagamentos de receita e outras saídas) que possam ser esperadas em relação à propriedade. Algumas dessas saídas de caixa estão refletidas no passivo, enquanto outras se relacionam com saídas de caixa que não são reconhecidas nas demonstrações contábeis até data posterior.

50.O item 34 especifica a base para o reconhecimento inicial do custo do direito sobre propriedade arrendada. O item 42 exige que o direito sobre propriedade arrendada seja remensurado, se necessário, pelo valor justo. Em arrendamento mercantil negociado a taxas de mercado, o valor justo de direito sobre propriedade arrendada na aquisição, líquido de todos os pagamentos esperados desse arrendamento (incluindo os relativos a passivos reconhecidos), deve ser zero. Esse valor justo não se altera para fins contábeis, independentemente de o ativo arrendado e o respectivo passivo serem reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento. Assim, remensurar o ativo arrendado a partir do custo, de acordo com o item 34, para o valor justo, de acordo com o item 42, não deve resultar em qualquer ganho ou perda inicial, a não ser que o valor justo seja mensurado em momentos diferentes. Isso pode ocorrer quando for feita a escolha para aplicar o modelo do valor justo após o reconhecimento inicial.

51.A definição de valor justo refere-se a "partes conhecedoras e interessadas". Nesse contexto, "conhecedoras" significa que tanto o comprador quanto o vendedor interessado estão razoavelmente informados acerca da natureza e características da propriedade para investimento, dos seus usos reais e potenciais e das condições do mercado na data das demonstrações contábeis. O comprador interessado está motivado, mas não compelido, a comprar. Esse comprador não está nem ávido nem determinado a comprar por qualquer preço. O assumido comprador não pagaria preço mais elevado do que o exigido por mercado composto por compradores e vendedores conhecedores do negócio e interessados nele.

52.O vendedor interessado não é nem vendedor ávido nem compelido a vender a qualquer preço, nem preparado para resistir a preço não considerado razoável de acordo com as condições correntes do mercado. O vendedor interessado está motivado a vender a propriedade para investimento nas condições de mercado pelo melhor preço possível. As circunstâncias do efetivo proprietário da propriedade para investimento no caso concreto não devem ser consideradas, uma vez que o vendedor interessado é proprietário hipotético (por exemplo, vendedor interessado não levaria em consideração as circunstâncias fiscais particulares do efetivo proprietário da propriedade para investimento).

53.A definição de valor justo refere-se a uma transação sem favorecimentos realizada entre partes conhecedoras e interessadas. Transação sem favorecimentos sob condições normais de mercado é a transação entre partes que não tenham relacionamento particular ou especial entre elas que torne os preços das transações não característicos das condições de mercado. A transação é tida como transação entre entidades não relacionadas, cada uma delas atuando independentemente.

54.A melhor evidência de valor justo é dada por preços correntes em mercado ativo de propriedades semelhantes no mesmo local e condição e sujeitas a arrendamentos mercantis e a outros contratos semelhantes. A entidade deve tratar de identificar quaisquer diferenças na natureza, local ou condição da propriedade, ou nos termos contratuais dos arrendamentos e de outros contratos relacionados com a propriedade.

55.Na ausência de preços correntes em mercado ativo do gênero descrito no item 54, a entidade deve considerar a informação proveniente de várias fontes, incluindo:

(a)preços correntes em mercado ativo de propriedades de diferente natureza, condição ou localização (ou sujeitas a diferentes arrendamentos mercantis ou outros contratos), ajustados para refletir essas diferenças;

(b)preços recentes de propriedades semelhantes em mercados menos ativos, com ajustes para refletir quaisquer alterações nas condições econômicas desde a data das transações que ocorreram sob esses preços; e

(c)projeções de fluxos de caixa descontados com base em estimativas confiáveis de futuros fluxos de caixa, suportadas pelos termos de qualquer arrendamento mercantil e de outros contratos existentes e (quando possível) por evidência externa, tal como rendas correntes de mercado de propriedades semelhantes no mesmo local e condição, e utilizando taxas de desconto que reflitam avaliações correntes de mercado quanto à incerteza na quantia e no prazo dos fluxos de caixa.

56.Em alguns casos, as várias fontes listadas no item anterior podem sugerir conclusões diferentes quanto ao valor justo da propriedade para investimento. A entidade deve considerar as razões dessas diferenças, com o objetivo de chegar à estimativa mais confiável do valor justo dentro de intervalo de estimativas razoáveis de valor justo.

57.Em casos excepcionais, quando a entidade adquire pela primeira vez uma propriedade para investimento (ou quando a propriedade existente se torna pela primeira vez propriedade para investimento após a alteração em seu uso), há clara evidência de que a variabilidade no intervalo de estimativas razoáveis de valor justo seria tão grande, e as probabilidades dos vários efeitos tão difíceis de avaliar, que a utilidade de uma única estimativa de valor justo se torna inexistente. Isso pode indicar que o valor justo da propriedade não é determinável confiavelmente de forma contínua (ver item 62).

58.O valor justo difere do valor em uso, tal como definido na NBC TSP 09 - Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa e na NBC TSP 10 - Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa. O valor justo reflete o conhecimento e as estimativas de compradores e vendedores conhecedores do negócio e interessados nele. Em contraste, o valor em uso reflete as estimativas da entidade, incluindo os efeitos de fatores que podem ser específicos da entidade e não aplicáveis às entidades em geral. Por exemplo, o valor justo não reflete qualquer dos seguintes fatores, na medida em que não estariam geralmente disponíveis para compradores e vendedores conhecedores do negócio e nele interessados:

(a)valor adicional derivado da criação de carteira de propriedades em diferentes localizações;

(b)sinergias entre propriedades para investimento e outros ativos;

(c)direitos ou restrições legais que somente sejam específicos ao proprietário atual; e

(d)benefícios ou encargos tributários que sejam específicos ao proprietário atual.

59.Ao determinar o valor justo da propriedade para investimento, a entidade não deve contar duplamente ativos ou passivos que são reconhecidos como ativos ou passivos separados. Por exemplo:

(a)equipamentos, tais como elevadores ou aparelhos de arcondicionado, são muitas vezes parte integrante da edificação e estão geralmente incluídos no valor justo da propriedade para investimento, não sendo reconhecidos separadamente como ativo imobilizado;

(b)se o escritório for arrendado mobiliado, o valor justo do escritório inclui geralmente o valor justo da mobília, porque a receita do arrendamento se relaciona com o escritório mobiliado. Quando a mobília for incluída no valor justo da propriedade para investimento, a entidade não deve reconhecer a mobília como ativo separado;

(c)o valor justo da propriedade para investimento exclui a receita de arrendamento mercantil operacional recebida antecipadamente ou apropriada por competência porque a entidade a reconhece como passivo ou ativo separado;

(d)o valor justo da propriedade para investimento mantida em arrendamento mercantil reflete os fluxos de caixa esperados. Assim, se a avaliação obtida para a propriedade for líquida de todos os recebimentos que se esperam que sejam feitos, é necessário voltar a adicionar qualquer passivo de arrendamento reconhecido para atingir o valor contábil da propriedade para investimento, utilizando o modelo do valor justo.

60.O valor justo da propriedade para investimento não reflete os investimentos futuros de capital fixo que melhorem ou aumentem a propriedade, e não reflete os benefícios futuros relacionados a esses gastos.

61.Em alguns casos, a entidade espera que o valor presente dos seus pagamentos relacionados com a propriedade para investimento (que não sejam pagamentos relacionados com passivos reconhecidos) exceda o valor presente dos respectivos recebimentos de caixa. A entidade deve aplicar a NBC TSP 03 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes para determinar se reconhece o passivo e, nesse caso, como mensurá-lo.

Incapacidade de determinar confiavelmente o valor justo

62.Há uma premissa refutável de que a entidade pode determinar confiavelmente o valor justo da propriedade para investimento de forma contínua. Porém, em casos excepcionais, quando a entidade adquire, pela primeira vez, uma propriedade para investimento (ou quando a propriedade existente se torna, pela primeira vez, propriedade para investimento após a alteração em seu uso), há clara evidência de que o valor justo da propriedade para investimento não é determinável confiavelmente de forma contínua. Isso ocorre quando, e apenas quando, são pouco frequentes as transações de mercado comparáveis e quando não estão disponíveis estimativas alternativas confiáveis de valor justo (por exemplo, com base em projeções de fluxos de caixa descontados). Em tais casos, a entidade deve mensurar essa propriedade para investimento, utilizando o modelo do custo da NBC TSP 07. O valor residual da propriedade para investimento deve ser assumido como sendo zero. A entidade deve aplicar a NBC TSP 07 até a alienação da propriedade para investimento.

62A.Quando a entidade estiver apta a mensurar confiavelmente o valor justo da propriedade para investimento em construção que tenha sido previamente mensurada pelo custo, ela deve mensurá-la pelo seu valor justo. Quando a construção dessa propriedade for finalizada, presume-se que seu valor justo possa ser mensurado confiavelmente. Se não for o caso, de acordo com o item 62, a propriedade deve ser contabilizada pelo modelo do custo, conforme a NBC TSP 07.

62B.A premissa de que o valor justo da propriedade para investimento em construção possa ser mensurado confiavelmente pode ser refutada somente no reconhecimento inicial. A entidade que tenha mensurado um item da propriedade para investimento em construção pelo valor justo não pode concluir que o valor justo da propriedade para investimento cuja construção tenha sido finalizada não possa ser determinado confiavelmente.

63.Nos casos excepcionais em que a entidade seja compelida, pela razão dada no item 62, a mensurar uma propriedade para investimento, utilizando o modelo do custo, de acordo com a NBC TSP 07, ela deve mensurar todas as suas outras propriedades para investimento pelo valor justo. Nesses casos, embora a entidade possa utilizar o modelo do custo para uma propriedade para investimento, a entidade deve continuar a contabilizar cada uma das propriedades restantes utilizando o modelo do valor justo.

64.Se a entidade tiver previamente mensurado a propriedade para investimento pelo valor justo, ela deve continuar a mensurar a propriedade pelo valor justo até sua alienação (ou até que a propriedade se torne propriedade ocupada pelo proprietário ou a entidade comece a desenvolver a propriedade para subsequente venda no curso normal das operações), mesmo que transações de mercado comparáveis se tornem menos frequentes ou que os preços do mercado se tornem menos prontamente disponíveis.

Modelo do custo

65.Após o reconhecimento inicial, a entidade que escolher o modelo do custo deve mensurar todas as suas propriedades para investimento, de acordo com os requisitos da NBC TSP 07 para esse modelo, isto é, custo menos qualquer depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas.

Reclassificação

66.As reclassificações para ou de propriedade para investimento devem ser feitas quando, e apenas quando, houver alteração de uso, evidenciada pelo seguinte:

(a)início da ocupação pelo proprietário, em relação à reclassificação de propriedade para investimento para propriedade ocupada pelo proprietário;

(b)início de desenvolvimento da propriedade com objetivo de venda, em relação à reclassificação de propriedade para investimento para estoque;

(c)fim da ocupação pelo proprietário, em relação à reclassificação de propriedade ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento; ou

(d)início de arrendamento mercantil operacional (com fins comerciais), em relação à reclassificação de estoque para propriedade para investimento;

(e)(eliminada).

67.O uso de propriedade para investimento pelo governo pode mudar ao longo do tempo. Por exemplo, o governo pode decidir ocupar um edifício atualmente utilizado como propriedade para investimento ou converter um edifício atualmente utilizado como quartel ou para finalidades administrativas em hotel e deixar tal edifício para operadores privados. No primeiro caso, o edifício deve ser contabilizado como propriedade para investimento até o início da ocupação. No último caso, o edifício deve ser contabilizado como ativo imobilizado até que sua ocupação tenha cessado, devendo ser reclassificado para propriedade para investimento.

68.O item 66(b) exige que a entidade reclassifique a propriedade de propriedade para investimento para estoque quando, e apenas quando, houver alteração no uso, evidenciada pelo início de seu desenvolvimento com objetivo de venda. Quando a entidade decidir alienar a propriedade para investimento sem que a desenvolva para tanto, ela deve continuar a tratar a propriedade como propriedade para investimento até que ela seja desreconhecida (eliminada do balanço patrimonial), não devendo reclassificá-la para estoque. De forma semelhante, se a entidade iniciar o redesenvolvimento de propriedade para investimento existente com o objetivo de seu uso futuro contínuo como propriedade para investimento, a propriedade deve permanecer classificada como tal, não devendo ser reclassificada para propriedade ocupada pelo proprietário durante o redesenvolvimento.

69.A secretaria de administração de propriedades pode revisar regularmente seus imóveis para determinar se eles satisfazem a seus requisitos e, como parte de tal processo, pode identificar e manter certos imóveis para venda. Em tal situação, o imóvel pode ser considerado estoque. Entretanto, se o governo decidir manter o imóvel pelo seu potencial de gerar receitas de aluguel e valorização do capital, ele deve ser reclassificado para propriedade para investimento no início de qualquer arrendamento mercantil operacional subsequente.

70.Os itens 71 a 76 aplicam-se aos aspectos de reconhecimento e mensuração correspondentes quando a entidade utiliza o modelo do valor justo para propriedades para investimento. Quando a entidade utilizar o modelo do custo, as reclassificações entre propriedade para investimento, propriedade ocupada pelo proprietário e estoque não alteram o valor contábil da propriedade transferida nem alteram o custo dessa propriedade para fins de mensuração ou divulgação.

71.Nos casos de reclassificação de propriedade para investimento contabilizada pelo valor justo para propriedade ocupada pelo proprietário ou para estoque, o custo considerado da propriedade para subsequente contabilização, de acordo com a NBC TSP 07 ou a NBC TSP 04, deve ser o seu valor justo na data da alteração de uso.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800145

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

72.Se a propriedade ocupada pelo proprietário se tornar propriedade para investimento que seja contabilizada pelo valor justo, a entidade deve aplicar a NBC TSP 07 até a data da alteração de uso. A entidade deve tratar qualquer diferença nessa data entre o valor contábil do imóvel de acordo com a NBC TSP 07 e o seu valor justo como reavaliação de acordo com a NBC TSP 07.

73.Até a data em que a propriedade ocupada pelo proprietário se torne propriedade para investimento contabilizada pelo valor justo, a entidade deve depreciar a propriedade e reconhecer quaisquer perdas por redução ao valor recuperável que tenham ocorrido. A entidade trata qualquer diferença nessa data entre o valor contábil da propriedade de acordo com a NBC TSP 07 e o seu valor justo como reavaliação de acordo com a NBC TSP 07. Em outras palavras:

(a)qualquer diminuição no valor contábil da propriedade deve ser reconhecida no resultado do período. Porém, a diminuição deve ser contabilizada à conta de reserva de reavaliação até o limite de qualquer saldo existente na reserva de reavaliação referente àquela propriedade;

(b)qualquer aumento no valor contábil deve ser tratado como se segue:

(i)até o limite em que o aumento reverta perda anterior por redução ao valor recuperável para essa propriedade, o aumento deve ser reconhecido no resultado do período. A quantia reconhecida no resultado do período não pode exceder a quantia necessária para repor o saldo referente ao valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação), caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida;

(ii)qualquer parte remanescente do aumento deve ser creditada diretamente no patrimônio líquido, em reserva de reavaliação. Na alienação subsequente da propriedade para investimento, o saldo correspondente incluído na reserva de reavaliação constante do patrimônio líquido deve ser transferido para resultados acumulados. A reclassificação da reserva de reavaliação para resultados acumulados não deve transitar pelo resultado do período.

74.Para a reclassificação de estoque para propriedade para investimento que seja contabilizada pelo valor justo, qualquer diferença entre o valor justo da propriedade nessa data e o seu valor contábil anterior deve ser reconhecida no resultado do período.

75.O tratamento de reclassificação de estoque para propriedade para investimento, que é contabilizada pelo valor justo, deve ser consistente com o tratamento de venda de estoque.

76.Quando a entidade concluir a construção ou o desenvolvimento da propriedade para investimento de construção própria que seja contabilizada pelo valor justo, qualquer diferença entre o valor justo da propriedade nessa data e o seu valor contábil anterior deve ser reconhecida no resultado do período.

Alienação

77.A propriedade para investimento deve ser desreconhecida (eliminada do balanço patrimonial) na alienação ou quando for permanentemente retirada de uso e nenhum benefício econômico futuro ou potencial de serviços for esperado da sua alienação.

78.Ao determinar a data de alienação da propriedade para investimento, a entidade deve aplicar para reconhecimento da receita de venda de bens os critérios enunciados na NBC TSP 02. Esta norma não se aplica à alienação efetuada a título de arrendamento financeiro e de venda e retroarrendamento (leaseback).

79.Se, de acordo com o critério de reconhecimento do item 20, a entidade reconhecer no valor contábil do ativo o custo da substituição de parte da propriedade para investimento, o valor contábil da parte substituída deve ser desreconhecido. Relativamente à propriedade para investimento contabilizada, utilizando o modelo do custo, a parte substituída pode não ser a parte que tenha sido depreciada separadamente. Se não for praticável que a entidade determine o valor contábil da parte substituída, ela pode utilizar o custo da substituição como indicação do custo da parte substituída que havia no momento em que foi adquirida ou construída. Segundo o modelo do valor justo, o valor justo da propriedade para investimento pode já refletir o fato de que a parte a ser substituída perdeu o seu valor. Em outros casos, pode ser difícil discernir quanto do valor justo deve ser reduzido para a parte a ser substituída. Uma alternativa à redução do valor justo para a parte substituída, quando não for praticável realizar essa redução, é incluir o custo da substituição no valor contábil do ativo e reavaliar o valor justo, como seria exigido para adições não envolvendo substituição.

80.Ganhos ou perdas provenientes da baixa ou alienação de propriedade para investimento devem ser determinados como a diferença entre as receitas líquidas de venda e o valor contábil do ativo, e devem ser reconhecidos no resultado do período da baixa ou da alienação, a menos que outra NBC TSP exija outra forma no caso de venda e retroarrendamento (leaseback).

81.O montante a ser recebido com a alienação da propriedade para investimento deve ser inicialmente reconhecido pelo valor justo. Em particular, se o pagamento da propriedade para investimento for diferido, a contraprestação recebida deve ser reconhecida inicialmente pelo equivalente ao preço à vista. A diferença entre a quantia nominal da contraprestação e o equivalente ao preço à vista deve ser reconhecida como receita de juros, de acordo com a NBC TSP 02, utilizando a taxa efetiva de juros.

82.A entidade deve aplicar a NBC TSP 03 ou outras normas, conforme apropriado, a quaisquer passivos que detenha após a alienação da propriedade para investimento.

83.A indenização de terceiros para propriedade para investimento que tenha sido objeto de redução ao valor recuperável, perda ou abandono, deve ser reconhecida no resultado do período, quando se tornar recebível.

84.Reduções ao valor recuperável ou perdas de propriedade para investimento relacionadas com pedidos ou pagamentos de indenização de terceiros e qualquer aquisição ou construção posterior de ativos de substituição constituem acontecimentos econômicos separados e devem ser contabilizados separadamente como se segue:

(a)as perdas por redução ao valor recuperável da propriedade para investimento devem ser reconhecidas de acordo com a NBC TSP 09 ou a NBC TSP 10, a que for aplicável;

(b)as baixas ou alienações da propriedade para investimento devem ser reconhecidas de acordo com os itens 77 a 82;

(c)a indenização de terceiros por propriedade para investimento, que tenha sido objeto de redução ao valor recuperável, perda ou cessão, deve ser reconhecida no resultado do período quando se tornar recebível; e

(d)o custo dos ativos restaurados, comprados ou construídos como substituições deve ser determinado de acordo com os itens 26 a 38.

Divulgação

Modelo do valor justo e modelo do custo

85.O arrendatário que mantenha propriedades para investimento em arrendamento contabilizado como arrendamento mercantil financeiro e o arrendador que disponibilize propriedades para investimento em arrendamento mercantil contabilizado como arrendamento operacional devem providenciar as divulgações relativas aos referidos arrendamentos mercantis que tenham celebrado.

86.A entidade deve divulgar:

(a)se aplica o modelo do valor justo ou o modelo do custo;

(b)caso aplique o modelo do valor justo, se, e em que circunstâncias, os direitos sobre propriedades mantidas sob arrendamentos mercantis operacionais são classificados e contabilizados como propriedade para investimento;

(c)quando a classificação for difícil de ser realizada (ver item 18), os critérios que utiliza para distinguir propriedades para investimento de propriedades ocupadas pelo proprietário e de propriedades mantidas para venda no curso normal das operações;

(d)os métodos e premissas significativos aplicados na determinação do valor justo da propriedade para investimento, incluindo declaração, afirmando se a determinação do valor justo foi, ou não, suportada por evidências do mercado ou foi ponderada mais com base em outros fatores (que a entidade deve divulgar) por força da natureza da propriedade e da falta de dados de mercado comparáveis;

(e)até que ponto o valor justo da propriedade para investimento (tal como mensurado ou divulgado nas demonstrações contábeis) se baseia em avaliação realizada por avaliador independente que tenha qualificação profissional relevante e reconhecida e que tenha experiência recente no local e na categoria da propriedade para investimento que está sendo avaliada. Se não tiver havido tal avaliação, esse fato deve ser divulgado;

(f)as quantias reconhecidas no resultado do período para:

(i)receita de aluguel de propriedade para investimento;

(ii)gastos operacionais diretos (incluindo reparo e manutenção) provenientes de propriedade para investimento que tenham gerado receita de aluguel durante o período; e

(iii)gastos operacionais diretos (incluindo reparo e manutenção) provenientes de propriedade para investimento que não tenham gerado receita de aluguel durante o período.

(g)a existência e quantias de restrições sobre a capacidade de realização de propriedade para investimento ou a remessa de receitas e recebimentos de sua alienação; e

(h)obrigações contratuais para comprar, construir ou desenvolver propriedades para investimento, ou para reparos, manutenção ou melhorias.

Modelo do valor justo

87.Além das divulgações exigidas pelo item 86, a entidade que aplica o modelo do valor justo dos itens 42 a 64 deve divulgar a conciliação entre os valores contábeis da propriedade para investimento no início e no fim do período, mostrando o seguinte:

(a)adições, divulgando separadamente as adições resultantes de aquisições e as resultantes de dispêndio subsequente reconhecido no valor contábil do ativo;

(b)adições que resultem de aquisições por intermédio da combinação de negócios;

(c)alienações;

(d)ganhos ou perdas líquidos provenientes de ajustes ao valor justo;

(e)variações cambiais líquidas resultantes da conversão das demonstrações contábeis para outra moeda de apresentação e da conversão de entidade com operação no exterior para a moeda de apresentação da entidade a que se referem às demonstrações contábeis;

(f)reclassificações:

de propriedade para investimento, para estoque e propriedade ocupada pelo proprietário; e

de estoque e propriedade ocupada pelo proprietário, para propriedade para investimento.

(g)outras alterações.

88.Quando a avaliação obtida para propriedade para investimento é ajustada principalmente para fins das demonstrações contábeis, como, por exemplo, para evitar contagem dupla de ativos ou passivos que sejam reconhecidos como ativos e passivos separados, conforme descrito no item 59, a entidade deve divulgar a conciliação entre a avaliação obtida e a avaliação ajustada incluída nas demonstrações contábeis, mostrando, separadamente, a quantia agregada de quaisquer obrigações de arrendamento mercantil reconhecidas que tenham sido novamente adicionadas, e qualquer outro ajuste significativo.

89.Nos casos excepcionais referidos no item 62, quando a entidade mensurar uma propriedade para investimento, utilizando o modelo do custo da NBC TSP 07, a conciliação exigida pelo item 87 deve divulgar as quantias relacionadas com essa propriedade para investimento separadamente das quantias relacionadas a outras propriedades para investimento. Além disso, a entidade deve divulgar:

(a)a descrição da propriedade para investimento;

(b)a explicação da razão pela qual o valor justo não pode ser determinado confiavelmente;

(c)se possível, o intervalo de estimativas dentro do qual seja altamente provável que o valor justo se situe; e

(d)quando da alienação da propriedade para investimento não contabilizada pelo valor justo:

(i)o fato de que a entidade alienou a propriedade para investimento não contabilizada pelo valor justo;

(ii)o valor contábil dessa propriedade para investimento no momento da venda; e

(iii)a quantia de ganho ou perda reconhecida.

Modelo do custo

90.Além das divulgações exigidas pelo item 86, a entidade que aplica o modelo do custo do item 65 deve divulgar:

(a)os métodos de depreciação utilizados;

(b)as vidas úteis ou as taxas de depreciação utilizadas;

(c)o valor contábil bruto e a depreciação acumulada (agregada com as perdas acumuladas por redução ao valor recuperável) no início e no fim do período;

(d)a conciliação do valor contábil da propriedade para investimento no início e no fim do período, mostrando o seguinte:

(i)adições, divulgando separadamente as adições que resultem de aquisições e as que resultem de dispêndio subsequente reconhecido como ativo;

(ii)adições que resultem de aquisições por intermédio da combinação de negócios;

(iii)alienações;

(iv)depreciação;

(v)o montante de perdas por redução ao valor recuperável reconhecido e de perdas por redução ao valor recuperável revertido durante o período, de acordo com a NBC TSP 09 ou a NBC TSP 10, a que for aplicável;

(vi)variações cambiais líquidas resultantes da conversão das demonstrações contábeis para outra moeda de apresentação e da conversão de entidade com operação no exterior para a moeda de apresentação da entidade a que se referem as demonstrações;

(vii)reclassificações:

de propriedade para investimento, para estoque e propriedade ocupada pelo proprietário; e

de estoque e propriedade ocupada pelo proprietário, para propriedade para investimento;

(viii)outras alterações; e

(e)o valor justo da propriedade para investimento. Nos casos excepcionais descritos no item 62, quando a entidade não puder determinar, confiavelmente, o valor justo da propriedade para investimento, ela deve divulgar:

(i)a descrição da propriedade para investimento;

(ii)a explicação da razão pela qual o valor justo não pode ser determinado confiavelmente; e

(iii)se possível, o intervalo de estimativas dentro do qual seja altamente provável que o valor justo venha a diminuir.

91 a 96. (Eliminados).

97. (Não convergido).

98 e 99. (Eliminados).

100 a 103. (Não convergido).

Vigência

Esta norma deve ser aplicada pelas entidades do setor público a partir de 1º de janeiro de 2019, salvo na existência de algum normativo em âmbito nacional que estabeleça prazos específicos - casos em que estes prevalecem.

JOSÉ MARTONIO ALVES COELHO
Presidente do Conselho

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE, NBC TSP 07, DE 22 DE SETEMBRO DE 2017

Aprova a NBC TSP 07 - Ativo Imobilizado.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e com fundamento no disposto na alínea "f" do Art. 6º do Decreto-Lei n.º 9.295/1946, alterado pela Lei n.º 12.249/2010, faz saber que foi aprovada em seu Plenário a seguinte Norma Brasileira de Contabilidade (NBC):

NBC TSP 07 - ATIVO IMOBILIZADO

Objetivo

1.O objetivo desta norma é estabelecer o tratamento contábil para ativos imobilizados, de forma que os usuários das demonstrações contábeis possam discernir a informação sobre o investimento da entidade em seus ativos imobilizados, bem como suas variações. As principais questões a serem consideradas na contabilização do ativo imobilizado são (a) o reconhecimento dos ativos, (b) a determinação dos seus valores contábeis e (c) os valores de depreciação e de perdas por redução ao valor recuperável a serem reconhecidos em relação a eles.

Alcance

2.A entidade que elabora e apresenta demonstrações contábeis, de acordo com o regime de competência, deve aplicar esta norma na contabilização do ativo imobilizado, exceto:

(a)quando um tratamento contábil diferente foi adotado de acordo com outra NBC TSP; e

(b)quanto a itens do patrimônio cultural. No entanto, as exigências de divulgação dos itens 88, 89 e 92 se aplicam a esses itens quando reconhecidos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800146

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

3.Esta norma se aplica às entidades do setor público, conforme o alcance definido na NBC TSP Estrutura Conceitual.

4.(Não convergido).

5.Esta norma se aplica ao ativo imobilizado, incluindo:

(a)equipamento militar especializado;

(b)ativos de infraestrutura; e

(c)ativos de contrato de concessão após o reconhecimento inicial e mensuração de acordo com NBC TSP 05 - Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente.

6.Esta norma não se aplica a:

(a)ativos biológicos relacionados com a atividade agrícola; ou

(b)direitos de exploração mineral e reservas minerais, tais como petróleo, gás natural e recursos não renováveis semelhantes.

Contudo, esta norma se aplica aos ativos imobilizados utilizados para desenvolver ou manter os ativos descritos neste item.

7.Outras NBC TSP podem exigir o reconhecimento de item do ativo imobilizado com base em abordagem diferente da utilizada nesta norma. Por exemplo, a NBC TSP 05 exige que a entidade avalie o reconhecimento de item do imobilizado utilizado em contrato de concessão com base no controle do ativo. Porém, em tais casos, outros aspectos do tratamento contábil para esses ativos, incluindo depreciação, são estabelecidos por esta norma.

8.A entidade que utiliza o modelo do custo para propriedades para investimento, conforme a NBC TSP 06 - Propriedade para Investimento, deve utilizar o modelo do custo previsto nesta norma.

Patrimônio cultural

9.Esta norma não exige que a entidade reconheça o patrimônio cultural que, de outra forma, se enquadraria na definição e nos critérios de reconhecimento de ativo imobilizado. Se a entidade o reconhece, deve aplicar as exigências de divulgação desta norma e pode, mas não é obrigado, aplicar as exigências de mensuração desta norma.

10.Alguns ativos são definidos como "patrimônio cultural" devido a sua relevância cultural, ambiental ou histórica. Exemplos de patrimônio cultural incluem monumentos e edificações, sítios arqueológicos, áreas de conservação, reservas naturais e obras de arte. Certas características, incluindo as seguintes, são geralmente apresentadas por itens do patrimônio cultural (apesar dessas características não serem exclusivas de tais itens):

(a)seu valor em termos cultural, ambiental, educacional e histórico é improvável de ser totalmente refletido em valor financeiro baseado a preços de mercado;

(b)obrigações legais e/ou estatutárias podem impor proibições ou severas restrições à sua alienação por venda;

(c)são geralmente insubstituíveis e seus valores podem aumentar ao longo do tempo, mesmo se sua condição física se deteriorar; e

(d)pode ser difícil estimar sua vida útil, que, em alguns casos, pode ser de centenas de anos.

Entidades do setor público podem possuir expressivos valores em itens do patrimônio cultural, que foram sendo adquiridos ao longo de muitos anos e por vários meios, incluindo compra, doação, legado e desapropriação. Esses itens são raramente mantidos pela sua capacidade de gerar fluxos de caixa e pode haver obstáculos legais ou sociais para utilizá-los em tais propósitos.

11.Alguns itens do patrimônio cultural possuem benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços além de seu valor cultural, por exemplo, um prédio histórico utilizado como escritório. Nesses casos, devem ser reconhecidos e mensurados na mesma base de outros ativos imobilizados. Para outros itens do patrimônio cultural, seu benefício econômico futuro ou potencial de serviços é limitado às suas características culturais, por exemplo, monumentos e ruínas. A existência de benefícios econômicos futuros e potencial de serviços pode afetar a escolha da base de mensuração.

12.Os requerimentos de divulgação descritos nos itens 88 a 94 exigem que as entidades divulguem informações sobre os ativos reconhecidos. Portanto, exige-se que entidades que reconheçam itens do patrimônio cultural divulguem informações a respeito desses, como, por exemplo:

(a)a base de mensuração utilizada;

(b)o método de depreciação utilizado, se houver;

(c)o valor contábil bruto;

(d)a depreciação acumulada no final do período, se houver; e

(e)a conciliação do valor contábil entre o início e o final do período, demonstrando os seus respectivos componentes.

Definições

13.Os termos a seguir são utilizados nesta norma com os seguintes significados:

Valor contábil é o montante pelo qual um ativo é reconhecido após a dedução da depreciação acumulada e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Classe de ativo imobilizado significa um agrupamento de ativos de natureza ou função similares nas operações da entidade, que é mostrado como um único item para fins de divulgação nas demonstrações contábeis.

Valor depreciável é o custo do ativo ou outro montante que substitua seu custo, menos seu valor residual.

Depreciação é a alocação sistemática do valor depreciável de ativo ao longo da sua vida útil.

Valor específico para a entidade é o valor presente dos fluxos de caixa que a entidade espera obter com o uso contínuo do ativo e com a alienação ao final da sua vida útil ou incorrer para a liquidação do passivo.

Perda por redução ao valor recuperável de ativo gerador de caixa é o montante pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável.

Perda por redução ao valor recuperável de ativo não gerador de caixa é o montante pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável de serviço.

Ativo imobilizado é o item tangível que:

(a)é mantido para o uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para aluguel a terceiros (exceto se estiver no alcance da NBC TSP 06), ou para fins administrativos; e

(b)se espera utilizar por mais de um período contábil.

Valor recuperável é o maior valor entre o valor justo (ver NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL, item 7.6(b)) do ativo gerador de caixa líquido de despesas de venda e o seu valor em uso.

Valor recuperável de serviço é o maior valor entre o valor justo do ativo não gerador de caixa líquido de despesas de venda e seu valor em uso.

Valor residual do ativo é o montante estimado que a entidade obteria com a alienação do ativo, após deduzir as despesas estimadas de venda, caso o ativo já tivesse a idade, a condição e o tempo de uso esperados para o fim de sua vida útil.

Vida útil é:

(a)o período durante o qual se espera que o ativo esteja disponível para a utilização pela entidade; ou

(b)o número de unidades de produção ou de unidades similares que a entidade espera obter pela utilização do ativo.

Reconhecimento

14.O custo de item do ativo imobilizado deve ser reconhecido como ativo se, e somente se:

(a)for provável que benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços associados ao item fluirão para a entidade; e

(b)o custo ou o valor justo do item puder ser mensurado confiavelmente.

15 e 16 (Eliminados).

17.Itens como peças de reposição, equipamentos sobressalentes e equipamentos de manutenção devem ser reconhecidos de acordo com esta norma, quando atenderem à definição de ativo imobilizado. Caso contrário, devem ser classificados como estoque.

18.Esta norma não estabelece qual é a unidade para o reconhecimento, ou seja, aquilo que constitui um item do imobilizado. Assim, é necessário exercer julgamento ao aplicar os critérios de reconhecimento às circunstâncias específicas da entidade. Pode ser apropriado agregar itens individualmente insignificantes, tais como livros de biblioteca, periféricos de computadores e pequenos itens de equipamento, e aplicar o critério ao valor agregado.

19.A entidade deve avaliar, segundo esse critério de reconhecimento, todos os custos dos ativos imobilizados no momento em que são incorridos. Esses custos incluem custos incorridos inicialmente para adquirir ou construir um item do ativo imobilizado e custos incorridos posteriormente para adicionar, substituir suas partes ou prestar manutenção a ele.

20.Equipamentos militares especializados geralmente se enquadram na definição de ativo imobilizado e devem ser reconhecidos como ativo de acordo com esta norma.

Ativo de infraestrutura

21.Alguns ativos são geralmente descritos como ativos de infraestrutura. Mesmo que não exista definição universalmente aceita de ativos de infraestrutura, esses ativos geralmente apresentam algumas ou todas as características a seguir:

(a)são parte de um sistema ou de uma rede;

(b)são especializados por natureza e não possuem usos alternativos;

(c)não podem ser removidos; e

(d)podem estar sujeitos a restrições na alienação.

Apesar de a posse de ativos de infraestrutura não estar limitada às entidades do setor público, ativos de infraestrutura importantes são frequentemente encontrados nesse setor. Ativos de infraestrutura se encaixam na definição de ativo imobilizado e devem ser contabilizados conforme esta norma. Exemplos desses ativos incluem malhas rodoviárias, sistemas de esgoto, sistemas de abastecimento de água e energia e redes de comunicação.

Custo inicial

22.Itens do ativo imobilizado podem ser necessários por razões de segurança ou ambientais. A aquisição de tais ativos imobilizados, mesmo que não aumentem diretamente os futuros benefícios econômicos ou potencial de serviços de qualquer item específico já existente de ativo imobilizado, pode ser necessária para que a entidade obtenha futuros benefícios econômicos ou potencial de serviços para seus outros ativos. Esses itens do ativo imobilizado se qualificam para reconhecimento como ativo porque possibilitam à entidade obter futuros benefícios econômicos ou potencial de serviços de ativos relacionados acima dos benefícios que obteria, caso não tivesse adquirido esses itens. Por exemplo, normas de segurança de incêndio podem exigir que o hospital modernize os sistemas de sprinkler. Essas melhorias devem ser reconhecidas no ativo porque, sem elas, a entidade é incapaz de operar o hospital de acordo com as normas aplicáveis. Entretanto, o valor contábil resultante desse ativo e de ativos relacionados deve ser avaliado quanto à redução ao valor recuperável, de acordo com a NBC TSP 09 - Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa.

Custo subsequente

23.Segundo o critério de reconhecimento do item 14, a entidade não deve reconhecer no valor contábil de item do ativo imobilizado os gastos de manutenção usual. Pelo contrário, esses gastos devem ser reconhecidos no resultado do período assim que incorridos. Gastos de manutenção usual são principalmente gastos de mão de obra e produtos consumíveis e podem incluir os gastos de pequenas peças. A finalidade desses gastos é, muitas vezes, descrita como sendo para "reparos e manutenção" de item do ativo imobilizado.

24.Partes de alguns itens do ativo imobilizado podem requerer substituição em intervalos regulares. Por exemplo, uma estrada pode necessitar de recapeamento regularmente; um aquecedor pode requerer novos revestimentos após um número específico de horas de uso, ou os interiores de aeronaves, tais como assentos e cozinhas, podem requerer substituição, algumas vezes, ao longo da vida útil da aeronave. Itens do ativo imobilizado podem, também, ser requeridos a fazer, com menor frequência, substituições recorrentes, como substituir as divisórias interiores de edifício, ou a fazer substituições não recorrentes. Pelo critério de reconhecimento do item 14, a entidade deve reconhecer, no valor contábil de item do ativo imobilizado, o custo da parte substituída de tal item, quando o custo é incorrido e se o critério de reconhecimento for satisfeito. O valor contábil de tais partes que são substituídas deve ser desreconhecido de acordo com as disposições desta norma (ver itens 82 a 87).

25.Uma condição para continuar a operar um item do ativo imobilizado (por exemplo, aeronave) pode ser a realização regular de inspeções importantes em busca de falhas, independentemente de as peças desse item serem, ou não, substituídas. Quando cada inspeção importante for efetuada, o seu custo deve ser reconhecido no valor contábil do item do ativo imobilizado como substituição, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Qualquer valor contábil remanescente do custo da inspeção anterior (distinta das peças físicas) deve ser desreconhecido. Isso ocorre independentemente de o custo da inspeção anterior ter sido identificado na transação em que o item foi adquirido ou construído. Se necessário, o custo estimado de futura inspeção semelhante pode ser utilizado como indicador de qual era o custo do componente da inspeção existente, quando o item foi adquirido ou construído.

Mensuração no reconhecimento

26.O item do imobilizado que atenda aos critérios para reconhecimento como ativo deve ser mensurado pelo seu custo.

27.Quando o ativo é adquirido por meio de transação sem contraprestação, seu custo deve ser mensurado pelo valor justo na data da aquisição.

28.O item do ativo imobilizado pode ser adquirido por meio de transação sem contraprestação. Por exemplo, terrenos podem ser doados ao governo sem pagamento ou por valor irrisório, para possibilitar ao governo local desenvolver estacionamentos, estradas e outros pavimentos em construção. O ativo também pode ser adquirido por meio de transação sem contraprestação pelo exercício de poderes de confisco. Sob essas circunstâncias, o custo do item deve ser o seu valor justo na data da aquisição.

29.Para fins desta norma, a mensuração no reconhecimento de item do ativo imobilizado adquirido sem custo ou com custo simbólico pelo valor justo conforme os requisitos do item 27, não constitui reavaliação. Consequentemente, os requisitos de reavaliação presentes no item 44 e os comentários de suporte nos itens 45 a 50 somente aplicam-se quando a entidade opta por reavaliar o item do ativo imobilizado em períodos contábeis subsequentes.

Elementos do custo

30.O custo de item do ativo imobilizado compreende:

(a)seu preço de compra, acrescido de impostos de importação e tributos não recuperáveis sobre a compra, após deduzidos os descontos comerciais e abatimentos;

(b)quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condições necessárias para ele ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração;

(c)a estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do item e de restauração do local no qual esse está localizado. Tais custos representam a obrigação em que a entidade incorre quando o item é adquirido, ou como consequência de utilizá-lo durante determinado período para finalidades diferentes da produção de estoque durante esse período.

31.São exemplos de custos diretamente atribuíveis:

(a)custos de benefícios a empregados decorrentes diretamente da construção ou aquisição de item do ativo imobilizado;

(b)custos de preparação do local;

(c)custos de frete e de manuseio (para recebimento e instalação);

(d)custos de instalação e montagem;

(e)custos com testes para verificar se o ativo está funcionando corretamente, após dedução das receitas líquidas decorrentes da venda de qualquer item produzido enquanto se coloca o ativo nesse local e condição (tais como amostras produzidas quando se testa o equipamento); e

(f)honorários profissionais.

32.A entidade deve aplicar a NBC TSP 04 - Estoques aos custos das obrigações de desmontagem, remoção e restauração do local em que o item está localizado que sejam incorridos durante determinado período como consequência de ter utilizado o item para produzir estoque durante esse período. As obrigações decorrentes de custos contabilizados de acordo com a NBC TSP 04 e esta norma devem ser reconhecidas e mensuradas de acordo com a NBC TSP 03 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

33.São exemplos de gastos que não fazem parte do custo de ativo imobilizado:

(a)gastos de abertura de nova instalação;

(b)gastos incorridos na introdução de novo produto ou serviço (incluindo propaganda e atividades promocionais);

(c)gastos de transferência das atividades para novo local ou para nova categoria de clientes (incluindo custos de treinamento); e

(d)despesas administrativas e outros gastos indiretos.

34.O reconhecimento dos custos no valor contábil de item do ativo imobilizado cessa quando o item está no local e nas condições operacionais pretendidas pela administração. Portanto, os gastos incorridos no uso ou na transferência ou reinstalação de item do ativo imobilizado não são incluídos no seu valor contábil, como, por exemplo:

(a)gastos incorridos durante o período em que o ativo, capaz de funcionar nas condições operacionais pretendidas pela administração, ainda não está sendo utilizado ou está sendo operado a uma capacidade inferior à sua capacidade total;

(b)perdas operacionais iniciais, tais como as incorridas enquanto a demanda pelos produtos do ativo é estabelecida; e

(c)gastos de realocação ou reorganização de parte ou de todas as operações da entidade.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800147

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

35.Algumas operações realizadas em conexão com a construção ou o desenvolvimento de item do ativo imobilizado não são necessárias para deixá-lo no local e nas condições operacionais pretendidas pela administração. Essas atividades eventuais podem ocorrer antes ou durante as atividades de construção ou desenvolvimento. Por exemplo, o local de construção pode ser utilizado como estacionamento e gerar receitas até que a construção se inicie. Como essas atividades não são necessárias para que o ativo fique em condições de funcionar no local e nas condições operacionais pretendidas pela administração, as receitas e as despesas relacionadas devem ser reconhecidas no resultado do período e incluídas nas suas respectivas classificações.

36.O custo de ativo construído pela própria entidade deve ser determinado, utilizando os mesmos critérios de ativo adquirido. Se a entidade produz ativos idênticos para venda no curso normal de suas operações, o custo do ativo é geralmente o mesmo que o custo de construir o ativo para venda (ver a NBC TSP 04). Por isso, quaisquer superávits gerados internamente devem ser eliminados para determinar tais custos. De forma semelhante, as perdas anormais de materiais, de mão de obra ou de outros recursos desperdiçados incorridos na construção de ativo não devem ser incluídas no custo do ativo.

Mensuração do custo

37.O custo de item do ativo imobilizado é o seu preço à vista ou, para item referido no item 27, o seu valor justo na data do reconhecimento. Se o prazo de pagamento excede os prazos normais de crédito, a diferença entre o preço equivalente à vista e o total dos pagamentos deve ser reconhecida como despesa de juros durante o prazo de financiamento, a menos que tais juros sejam passíveis de capitalização.

38.Ativos imobilizados podem ser adquiridos por meio de permuta por um ou mais ativos não monetários, ou pela combinação de ativos monetários e não monetários. A discussão a seguir refere-se simplesmente à permuta de ativo não monetário por outro, mas também se aplica a todas as permutas descritas anteriormente. O custo de tal item do ativo imobilizado deve ser mensurado pelo valor justo a não ser que (a) a operação de permuta não tenha natureza comercial ou (b) o valor justo do ativo recebido e do ativo cedido não possa ser mensurado confiavelmente. O ativo adquirido deve ser mensurado dessa forma, mesmo que a entidade não consiga desreconhecer imediatamente o ativo cedido. Se o ativo adquirido não for mensurável ao valor justo, seu custo deve ser mensurado pelo valor contábil do ativo cedido.

39.A entidade deve determinar se a operação de permuta tem natureza comercial, considerando a extensão na qual seus fluxos de caixa futuros ou potencial de serviços serão modificados em virtude da operação. A operação de permuta tem natureza comercial se:

(a)a configuração (risco, oportunidade e valor) dos fluxos de caixa ou potencial de serviços do ativo recebido for diferente da configuração dos fluxos de caixa ou potencial de serviços do ativo cedido; ou

(b)o valor específico para a entidade de parcela das suas atividades for afetado pelas mudanças resultantes da permuta; e

(c)a diferença em (a) ou (b) for significativa em relação ao valor justo dos ativos permutados.

Para determinar se a operação de permuta tem natureza comercial, o valor específico para a entidade da parcela das suas atividades afetada pela operação deve estar refletido nos fluxos de caixa após os efeitos da sua tributação, se a tributação for aplicável. O resultado dessas análises pode ficar claro sem que a entidade realize cálculos detalhados.

40.O valor justo do ativo para o qual não existem transações de mercado comparáveis é mensurável confiavelmente, se (a) a variabilidade na faixa de estimativas razoáveis do valor justo não for significativa para esse ativo ou (b) as probabilidades de várias estimativas, dentro dessa faixa, puderem ser razoavelmente avaliadas e utilizadas na mensuração do valor justo. Se a entidade for capaz de mensurar confiavelmente tanto o valor justo do ativo recebido quanto do ativo cedido, então o valor justo do ativo cedido deve ser utilizado para mensurar o custo do ativo recebido, a não ser que o valor justo do ativo recebido seja mais evidente.

41.(Não convergido).

Mensuração após o reconhecimento

42.A entidade deve escolher o modelo do custo do item 43 ou o modelo da reavaliação do item 44 como sua política contábil e deve aplicar tal política para a classe inteira de ativos imobilizados.

Modelo do custo

43.Após o reconhecimento como ativo, o item do ativo imobilizado deve ser apresentado pelo custo menos qualquer depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas.

Modelo da reavaliação

44.Após o reconhecimento como ativo, o item do ativo imobilizado cujo valor justo possa ser mensurado confiavelmente deve ser apresentado pelo seu valor reavaliado, correspondente ao seu valor justo na data da reavaliação menos qualquer depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas subsequentes. A reavaliação deve ser realizada com suficiente regularidade para assegurar que o valor contábil do ativo não difira materialmente daquele que seria determinado, utilizando-se seu valor justo na data das demonstrações contábeis. O tratamento contábil para a reavaliação é estabelecido nos itens 54 a 56.

45.O valor justo de terrenos e edificações é normalmente determinado a partir de evidências baseadas no mercado, por meio de avaliações. O valor justo de itens de instalações e equipamentos é geralmente o seu valor de mercado determinado por avaliação. A avaliação do valor de ativo é normalmente feita por avaliadores profissionalmente qualificados, que ostentam qualificação profissional reconhecida e relevante. Para diversos ativos, o valor justo é prontamente determinável com referência a preços cotados em mercado ativo e líquido. Por exemplo, preços correntes de mercado podem normalmente ser obtidos para terrenos, edificação não especializada, veículos e diversos outros tipos de instalações e equipamentos.

46.Para certos ativos públicos, pode ser difícil estabelecer seus valores de mercado pela ausência de transações de mercado para esses ativos. Algumas entidades do setor público podem possuir uma quantidade considerável de tais ativos.

47.Caso não haja nenhuma evidência disponível para determinar o valor de mercado em mercado ativo e líquido de item de terrenos e edificações, o valor justo do item pode ser estabelecido com referência a outros itens com características semelhantes, em circunstâncias e locais semelhantes. Por exemplo, o valor justo de terreno desocupado do Governo que tenha sido mantido por um período no qual poucas transformações tenham ocorrido, pode ser estimado com referência ao valor de mercado de terreno com características e topologia semelhantes em localização semelhante, na qual evidências de mercado estejam disponíveis. No caso de edificações especializadas e outras estruturas feitas artesanalmente, o valor justo pode ser estimado, utilizando-se o custo de reposição depreciado, ou o custo de restauração ou abordagem de unidades de serviço (ver a NBC TSP 09). Em diversos casos, o custo de reposição depreciado de ativo pode ser estabelecido com referência ao preço de compra de ativo similar com semelhante potencial de serviços remanescentes em mercado ativo e líquido. Em alguns casos, o custo de reprodução de ativo vai ser o melhor indicador de seu custo de reposição. Por exemplo, no caso de ocorrer uma perda, o edifício parlamentar pode ser reconstruído em vez de ser substituído com acomodações alternativas, por conta da sua importância para a comunidade.

48.Caso não haja evidências baseadas no mercado do valor justo pelo fato da natureza especializada do item do ativo imobilizado, a entidade pode precisar estimar o valor justo utilizando, por exemplo, custo de reprodução, custo de reposição depreciado ou custo de restauração ou abordagem de unidades de serviço (ver a NBC TSP 09). O custo de reposição depreciado de item do ativo imobilizado pode ser estabelecido com referência ao preço de mercado de compra dos componentes utilizados para produzir o ativo ou um índice de preço para ativos iguais ou semelhantes, baseados no preço de períodos passados. Quando o método do índice de preço é utilizado, um julgamento é requerido para determinar se a tecnologia de produção mudou significativamente ao longo do período e se a capacidade do referido ativo é a mesma que a do ativo sendo avaliado.

49.A frequência das reavaliações depende das mudanças no valor justo dos itens do ativo imobilizado que estão sendo reavaliados. Quando o valor justo de ativo reavaliado difere, materialmente, do seu valor contábil, é necessária outra reavaliação. Alguns itens do ativo imobilizado sofrem mudanças frequentes e significativas no seu valor justo, necessitando, portanto, de reavaliação anual. Tais reavaliações frequentes são desnecessárias para itens do ativo imobilizado sem variações significativas no seu valor justo. Em vez disso, pode ser necessário reavaliar o item apenas a cada três ou cinco anos.

50.Quando o item do ativo imobilizado é reavaliado, o valor contábil do ativo deve ser ajustado para o valor reavaliado. Na data da reavaliação, o ativo deve ser tratado de uma das seguintes formas:

(a)o valor contábil bruto deve ser ajustado de forma que seja consistente com a reavaliação do valor contábil do ativo. Por exemplo, o valor contábil bruto pode ser ajustado em função dos dados de mercado observáveis, ou pode ser ajustado proporcionalmente à variação no valor contábil. A depreciação acumulada à data da reavaliação deve ser ajustada para igualar a diferença entre o valor contábil bruto e o valor contábil do ativo, após considerar as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas; ou

(b)a depreciação acumulada deve ser eliminada contra o valor contábil bruto do ativo.

O valor do ajuste da depreciação acumulada deve fazer parte do aumento ou da diminuição no valor contábil registrado, de acordo com os itens 54 e 55.

51.Se o item do ativo imobilizado for reavaliado, toda a classe do ativo imobilizado à qual pertence esse ativo deve ser reavaliada.

52.Classe de ativo imobilizado é um agrupamento de ativos de natureza e uso semelhantes nas operações da entidade. São exemplos de classes:

(a)terrenos;

(b)edifícios operacionais;

(c)estradas;

(d)maquinários;

(e)redes de transmissão de energia elétrica;

(f)navios;

(g)aeronaves;

(h)equipamentos militares especiais;

(i)veículos motorizados;

(j)móveis e utensílios;

(k)equipamentos de escritório; e

(l)plataformas de petróleo.

53.Os itens de cada classe do ativo imobilizado devem ser reavaliados simultaneamente, a fim de ser evitada a reavaliação seletiva de ativos e a divulgação de montantes nas demonstrações contábeis que sejam uma combinação de custos e valores em datas diferentes. Entretanto, uma classe de ativos pode ser reavaliada de forma rotativa desde que a reavaliação da classe de ativos seja concluída em curto período e desde que as reavaliações sejam mantidas atualizadas.

54.Se o valor contábil da classe do ativo aumentar em virtude da reavaliação, esse aumento deve ser contabilizado diretamente à conta de reserva de reavaliação. No entanto, o aumento deve ser reconhecido no resultado do período quando se tratar da reversão de decréscimo por reavaliação do mesmo ativo anteriormente reconhecido no resultado.

55.Se o valor contábil da classe do ativo diminuir em virtude da reavaliação, essa diminuição deve ser reconhecida no resultado do período. No entanto, se houver saldo de reserva de reavaliação, a diminuição do ativo deve ser contabilizada diretamente à conta de reserva de reavaliação até o limite de qualquer saldo existente na reserva de reavaliação referente àquela classe de ativo.

56.Aumentos ou diminuições de reavaliação relativa a ativos individuais dentro de uma classe do ativo imobilizado devem ser contrapostos uns com os outros dentro da classe, mas não devem ser contrapostos com ativos de classes diferentes.

57.Parte ou todo o saldo da reserva de reavaliação do patrimônio líquido decorrente do ativo imobilizado pode ser transferido diretamente para resultados acumulados quando o ativo é desreconhecido. Isso pode envolver a transferência de parte ou toda a reserva de reavaliação quando os ativos, dentro da classe do ativo imobilizado à qual a reserva de reavaliação se refira, são baixados ou alienados. Entretanto, parte da reserva pode ser transferida enquanto o ativo é utilizado pela entidade. Nesse caso, o valor da reserva de reavaliação a ser transferido é a diferença entre a depreciação baseada no valor contábil reavaliado do ativo e a depreciação que teria sido reconhecida com base no custo histórico original do ativo. As transferências da reserva de reavaliação para resultados acumulados não transitam pelo resultado do período.

58.Orientações acerca dos efeitos tributários sobre os ganhos, se houver, resultantes da reavaliação do ativo imobilizado, podem ser encontradas nas normas aplicáveis que tratam de tributos sobre a renda.

Depreciação

59.Cada componente de item do ativo imobilizado com custo significativo em relação ao custo total do item deve ser depreciado separadamente.

60.A entidade deve alocar o valor inicialmente reconhecido de item do ativo imobilizado aos componentes significativos desse item e os depreciar separadamente. Por exemplo, na maioria dos casos, deve ser depreciada separadamente a pavimentação, estruturas, meios-fios e canais, calçadas, pontes e iluminação do sistema de rodovias. De forma similar, pode ser apropriado depreciar separadamente a estrutura da aeronave e os seus motores, sejam próprios ou sujeitos a arrendamento mercantil financeiro.

61.O componente significativo de item do ativo imobilizado pode ter a vida útil e o método de depreciação iguais à vida útil e ao método de depreciação de outro componente significativo do mesmo item. Esses componentes podem ser agrupados no cálculo da depreciação.

62.À medida que a entidade depreciar separadamente alguns componentes de item do ativo imobilizado, também deve depreciar separadamente o remanescente do item. Esse remanescente consiste em componentes de item que não são individualmente significativos. Se a entidade possuir expectativas diferentes para essas partes, técnicas de aproximação podem ser necessárias para depreciar o remanescente, de forma que represente fidedignamente o padrão de consumo e/ou a vida útil desses componentes.

63.A entidade pode escolher depreciar separadamente os componentes de item que não tenham custo significativo em relação ao custo total do item.

64.O montante da depreciação de cada período deve ser reconhecido no resultado do período, a menos que seja incluído no valor contábil de outro ativo.

65.A depreciação do período deve ser normalmente reconhecida no resultado do período. Entretanto, por vezes os benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços incorporados no ativo são absorvidos para a produção de outros ativos. Nesses casos, a depreciação faz parte do custo de outro ativo, devendo ser incluída no seu valor contábil. Por exemplo, a depreciação de máquinas e equipamentos de produção deve ser incluída nos custos de produção de estoque (ver a NBC TSP 04). De forma semelhante, a depreciação de ativo imobilizado utilizado para atividades de desenvolvimento pode ser incluída no custo de ativo intangível reconhecido de acordo com a NBC TSP 08 - Ativo Intangível.

Valor depreciável e período de depreciação

66.O valor depreciável do ativo deve ser alocado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada.

67.O valor residual e a vida útil do ativo devem ser revisados pelo menos ao final de cada exercício e, se as expectativas diferirem das estimativas anteriores, a mudança deve ser contabilizada como mudança de estimativa contábil.

68.A depreciação deve ser reconhecida mesmo que o valor justo do ativo exceda o seu valor contábil, desde que o valor residual do ativo não exceda o seu valor contábil. O reparo e a manutenção de ativo não afastam a necessidade de depreciá-lo. Inversamente, alguns ativos podem sofrer manutenções precárias ou a manutenção pode ser diferida indefinidamente por motivos de restrições orçamentárias. Quando as políticas de administração de ativos exageram no uso do ativo, sua vida útil deve ser reavaliada e devidamente ajustada.

69.O valor depreciável do ativo deve ser determinado após a dedução de seu valor residual. Na prática, o valor residual do ativo frequentemente não é significativo e, por isso, imaterial para o cálculo do valor depreciável.

70.O valor residual do ativo pode aumentar até o montante igual ou superior ao seu valor contábil. Se isso ocorrer, a taxa de depreciação do ativo é zero, a menos e até que seu valor residual subsequente diminua a um montante abaixo do valor contábil do ativo.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800148

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

71.A depreciação do ativo se inicia quando esse está disponível para uso, ou seja, quando está no local e em condição de funcionamento, na forma pretendida pela administração. A depreciação do ativo cessa quando o ativo é desreconhecido. Consequentemente, a depreciação não cessa quando o ativo se torna ocioso ou é retirado de uso e mantido à disposição, a menos que o ativo esteja totalmente depreciado. Entretanto, de acordo com os métodos de depreciação pelo uso, a taxa de depreciação pode ser zero enquanto não houver produção.

72.Os benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços incorporados no ativo são consumidos pela entidade principalmente por meio do seu uso. Porém, outros fatores, tais como obsolescência técnica ou comercial e desgaste normal enquanto o ativo permanece ocioso, muitas vezes dão origem à diminuição dos benefícios econômicos ou potencial de serviços que poderiam ter sido obtidos do ativo. Consequentemente, todos os seguintes fatores devem ser considerados na determinação da vida útil do ativo:

(a)uso esperado do ativo. O uso é avaliado com base na capacidade ou produção física esperadas do ativo;

(b)desgaste físico esperado, o qual depende de fatores operacionais, tais como o número de turnos durante os quais o ativo é utilizado e o programa de reparos e manutenção, do mesmo modo que o cuidado e a manutenção do ativo enquanto estiver ocioso;

(c)obsolescência técnica ou comercial proveniente de mudanças ou melhorias na produção, ou de mudança na demanda de mercado para o produto ou serviço derivado do ativo. Reduções futuras esperadas no preço de venda de item que foi produzido utilizando um ativo podem indicar expectativa de obsolescência técnica ou comercial do bem, que, por sua vez, pode refletir uma redução dos benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços incorporados no ativo;

(d)limites legais ou de natureza similar no uso do ativo, tais como as datas de término dos contratos de arrendamento mercantil relativos ao ativo.

73.A vida útil do ativo deve ser definida em termos da utilidade esperada do ativo para a entidade. A política de gestão de ativos da entidade pode considerar a alienação de ativos após determinado período ou após o consumo da proporção específica de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços incorporados no ativo. Por isso, a vida útil do ativo pode ser menor do que a sua vida econômica. A estimativa da vida útil do ativo é uma questão de julgamento baseado na experiência da entidade com ativos semelhantes.

74.Terrenos e edificações são ativos separáveis e são contabilizados separadamente, mesmo quando são adquiridos conjuntamente. Com algumas exceções, como os locais de extração de rochas ou minerais (pedreiras) e os locais utilizados como aterro, os terrenos têm vida útil ilimitada e, portanto, não devem ser depreciados. As edificações têm vida útil limitada e, por isso, são ativos depreciáveis. O aumento de valor do terreno no qual a edificação esteja construída não afeta a determinação do montante depreciável da edificação.

75.Se o custo do terreno incluir custos de desmontagem, remoção e restauração do local, essa parte do valor contábil do terreno deve ser depreciada durante o período de benefícios ou potencial de serviços obtidos ao incorrer nesses custos. Em alguns casos, o próprio terreno pode ter vida útil limitada, sendo depreciado de modo a refletir os benefícios ou potencial de serviços a serem dele retirados.

Método de depreciação

76.O método de depreciação deve refletir o padrão esperado no qual os benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços do ativo são consumidos pela entidade.

77.O método de depreciação aplicado ao ativo deve ser revisado pelo menos ao final de cada exercício e, se houver alteração significativa no padrão esperado de consumo dos benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços incorporados no ativo, o método de depreciação deve ser alterado para refletir essa mudança. Tal mudança deve ser registrada como mudança na estimativa contábil.

78.Vários métodos de depreciação podem ser utilizados para alocar, de forma sistemática, o valor depreciável do ativo ao longo da sua vida útil. Tais métodos incluem o método linear, o método dos saldos decrescentes e o método de unidades produzidas. A depreciação pelo método linear resulta em uma taxa constante ao longo da vida útil do ativo, caso o seu valor residual não se altere. O método dos saldos decrescentes resulta em uma taxa decrescente ao longo da vida útil. O método de unidades produzidas resulta em uma taxa baseada no uso ou produção esperados. A entidade deve selecionar o método que melhor reflita o padrão esperado do consumo dos benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços incorporados no ativo. O método escolhido deve ser aplicado consistentemente entre períodos, a não ser que haja mudança no padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.

78A.O método de depreciação baseado na receita que é gerada pela atividade que inclui a utilização de ativo não é apropriado. A receita gerada pela atividade que inclui o uso de ativo reflete geralmente outros fatores, além do consumo dos benefícios econômicos ou do potencial de serviços do ativo. Por exemplo, a receita é afetada por outros insumos e processos, atividades de venda e mudanças nos volumes e preços de vendas. O componente de preço da receita pode ser afetado pela inflação, o que não tem qualquer influência sobre a maneira como o ativo é consumido.

Redução ao valor recuperável

79.Para determinar se o item do ativo imobilizado deve ser objeto de redução ao valor recuperável, a entidade deve aplicar a NBC TSP 09 ou a NBC TSP 10 - Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa, conforme o caso. Essas normas explicam como a entidade deve revisar o valor contábil de seus ativos, como determinar o seu valor recuperável e quando reconhecer ou reverter perda por redução ao valor recuperável.

Indenização de perda por redução ao valor recuperável

80.A indenização de terceiros por itens do ativo imobilizado que tenham sido objeto de redução ao valor recuperável, extraviados ou abandonados deve ser reconhecida no resultado do período quando a indenização se tornar recebível.

81.Reduções ao valor recuperável ou perdas de itens do ativo imobilizado, pagamentos ou reivindicações relativas a indenizações de terceiros e qualquer aquisição ou construção posterior de ativos de substituição são eventos econômicos separados, contabilizados separadamente conforme abaixo:

(a)reduções ao valor recuperável de itens do ativo imobilizado devem ser reconhecidas de acordo com a NBC TSP 09 ou a NBC TSP 10, conforme caso;

(b)desreconhecimento de itens do ativo imobilizado obsoletos ou alienados é determinado de acordo com esta norma;

(c)indenização de terceiros por itens do ativo imobilizado que tenham sido objeto de redução ao valor recuperável, extraviados ou abandonados deve ser reconhecida no resultado do período quando a indenização se tornar recebível; e

(d)o custo de itens do ativo imobilizado restaurados, adquiridos ou construídos para reposição é determinado de acordo com esta norma.

Desreconhecimento

82.O valor contábil de item do ativo imobilizado deve ser desreconhecido:

(a)por ocasião de sua alienação; ou

(b)quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços com a sua utilização ou alienação.

83.Os ganhos ou as perdas decorrentes do desreconhecimento de item do ativo imobilizado devem ser reconhecidos no resultado do período quando do desreconhecimento.

83A.Entretanto, a entidade que, no curso de suas atividades operacionais, normalmente vende itens do ativo imobilizado que foram mantidos para aluguel a terceiros deve transferir esses ativos para estoques pelo seu valor contábil quando o aluguel cessar e o ativo passar a ser mantido para venda. O recebimento da venda desses ativos deve ser reconhecido como receita de acordo com a NBC TSP 02 - Receita de Transação com Contraprestação.

84.Existem várias formas de alienação de item do ativo imobilizado (por exemplo, venda, arrendamento mercantil financeiro ou doação). Para determinar a data da alienação do item, a entidade deve aplicar os critérios da NBC TSP 02 para reconhecer a receita da venda do bem.

85.Se, de acordo com o critério do reconhecimento previsto no item 14, a entidade reconhecer no valor contábil do item do ativo imobilizado o custo de substituição de parte do item, deve desreconhecer o valor contábil da parte substituída, independentemente de a parte substituída estar sendo depreciada separadamente ou não. Se a apuração desse valor contábil não for praticável para a entidade, ela pode utilizar o custo de substituição como indicativo do custo da parte substituída na época em que foi adquirida ou construída.

86.Os ganhos ou as perdas decorrentes do desreconhecimento de item do ativo imobilizado devem ser determinados pela diferença entre a receita líquida de venda, se houver, e o valor contábil do item.

87.A quantia a receber pela venda de item do ativo imobilizado deve ser reconhecida inicialmente pelo seu valor justo. Se esse pagamento for a prazo, a quantia recebida deve ser reconhecida inicialmente pelo valor equivalente ao preço à vista. A diferença entre o valor nominal da quantia a receber e seu valor presente deve ser reconhecida como receita de juros, de acordo com a NBC TSP 02, refletindo o efetivo rendimento do valor a receber.

Divulgação

88.As demonstrações contábeis devem divulgar, para cada classe de ativo imobilizado:

(a)os critérios de mensuração utilizados para determinar o valor contábil bruto;

(b)os métodos de depreciação utilizados;

(c)as vidas úteis ou as taxas de depreciação utilizadas;

(d)o valor contábil bruto e a depreciação acumulada (mais as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas) no início e no final do período; e

(e)a conciliação do valor contábil no início e no final do período demonstrando:

(i)adições;

(ii)alienações;

(iii)aquisições por meio de combinações do setor público;

(iv)aumentos ou reduções decorrentes de reavaliações nos termos dos itens 44, 54 e 55 e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (se houver) reconhecidas ou revertidas diretamente no patrimônio líquido de acordo com a NBC TSP 09 ou a NBC TSP 10, conforme o caso;

(v)perdas por redução ao valor recuperável de ativos, reconhecidas no resultado do período de acordo com a NBC TSP 09 ou a NBC TSP 10, conforme o caso;

(vi)reversão das perdas por redução ao valor recuperável de ativos, reconhecidas no resultado do período de acordo com a NBC TSP 09 ou a NBC TSP 10, conforme caso;

(vii)depreciações;

(viii)variações cambiais líquidas geradas pela conversão das demonstrações contábeis da moeda funcional para a moeda de apresentação, incluindo a conversão da operação estrangeira para a moeda de apresentação da entidade; e

(ix)outras alterações.

89.As demonstrações contábeis também devem divulgar para cada classe de ativo:

(a)a existência e os valores de restrições a ativos imobilizados oferecidos como garantia de obrigações;

(b)o valor dos custos reconhecidos no valor contábil de item do ativo imobilizado durante a sua construção;

(c)o valor dos compromissos contratuais advindos da aquisição de ativos imobilizados; e

(d)se não for divulgado separadamente no corpo da demonstração do resultado, o valor das indenizações de terceiros por itens do ativo imobilizado que tenham sido objeto de redução ao valor recuperável, perdidos ou abandonados, incluído no resultado do período.

90.A seleção do método de depreciação e a estimativa da vida útil dos ativos são questões de julgamento. Por isso, a divulgação dos métodos adotados e das estimativas das vidas úteis ou das taxas de depreciação fornece aos usuários das demonstrações contábeis informação que lhes permite revisar as políticas selecionadas pela administração e facilita comparações com outras entidades. Por razões semelhantes, é necessário divulgar:

(a)a depreciação, quer seja reconhecida no resultado do período, quer como parte do custo de outros ativos, durante o período; e

(b)a depreciação acumulada no final do período.

91.A entidade deve divulgar a natureza e o efeito da mudança de estimativa contábil que tenha impacto no período corrente ou em períodos subsequentes. Para ativos imobilizados, tal divulgação pode resultar de mudanças de estimativas relativas a:

(a)valores residuais;

(b)custos estimados de desmontagem, remoção ou restauração de itens do ativo imobilizado;

(c)vidas úteis; e

(d)métodos de depreciação.

92.Caso uma classe do ativo imobilizado seja contabilizada a valores reavaliados, a entidade deve divulgar o seguinte:

(a)a data efetiva da reavaliação;

(b)se foi ou não utilizado avaliador independente;

(c)os métodos e as premissas significativos aplicados à estimativa do valor justo dos itens;

(d)se o valor justo dos itens foi determinado diretamente a partir de preços observáveis em mercado ativo ou baseado em transações de mercado recentes realizadas sem favorecimento entre as partes ou se foi estimado utilizando outras técnicas de avaliação;

(e)a reserva de reavaliação, indicando as alterações do período e quaisquer restrições sobre distribuição do saldo da reserva aos proprietários;

(f)a soma de todas as reservas de reavaliação para itens individuais do ativo imobilizado dentro daquela classe; e

(g)a soma de todos os déficits de reavaliação para itens individuais do ativo imobilizado dentro daquela classe.

93.De acordo com as NBC TSP 09 e NBC TSP 10, a entidade deve divulgar informações sobre ativos imobilizados objeto de redução ao valor recuperável, além das informações exigidas no item 88(e)(iv) a (vi).

94.Os usuários das demonstrações contábeis também podem entender que as seguintes informações são relevantes para as suas necessidades:

(a)o valor contábil do ativo imobilizado que esteja temporariamente ocioso;

(b)o valor contábil bruto de qualquer ativo imobilizado totalmente depreciado que ainda esteja em operação;

(c)o valor contábil de ativos imobilizados retirados de uso e mantidos para venda; e

(d)o valor justo do ativo imobilizado quando este for materialmente diferente do valor contábil apurado pelo modelo do custo.

Por isso, as entidades são encorajadas a divulgar esses valores.

95 a 104. (Eliminados).

105 a 109. (Não convergidos).

Vigência

Esta norma deve ser aplicada pelas entidades do setor público a partir de 1º de janeiro de 2019, salvo na existência de algum normativo em âmbito nacional que estabeleça prazos específicos - casos em que estes prevalecem, e revoga, a partir de 1º de janeiro de 2019, a NBC T 16.9, aprovada pela Resolução CFC n.º 1.136/2008, publicada no DOU, Seção 1, de 25/11/2008, a NBC T 16.10, aprovada pela Resolução CFC n.º 1.137/2008, publicada no DOU, Seção 1, de 25/11/2008, e o Art. 4º da Resolução CFC n.º 1.437/2013, publicada no DOU, Seção 1, de 2/4/2013.

JOSÉ MARTONIO ALVES COELHO
Presidente do Conselho

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800149

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE, NBC TSP 08, DE 22 DE SETEMBRO DE 2017

Aprova a NBC TSP 08 - Ativo Intangível

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e com fundamento no disposto na alínea "f" do Art. 6º do Decreto-Lei n.º 9.295/1946, alterado pela Lei n.º 12.249/2010, faz saber que foi aprovada em seu Plenário a seguinte Norma Brasileira de Contabilidade (NBC):

NBC TSP 08 - ATIVO INTANGÍVEL

Objetivo

1. O objetivo desta norma é estabelecer o tratamento contábil dos ativos intangíveis que não são abrangidos especificamente em outra norma. Esta norma exige que a entidade reconheça o ativo intangível se, e somente se, os critérios especificados forem atendidos. A norma também especifica como mensurar o valor contábil dos ativos intangíveis, exigindo divulgações específicas sobre esses ativos.

Alcance

2. A entidade que elabora e apresenta demonstrações contábeis de acordo com o regime de competência deve aplicar esta norma na contabilização de ativos intangíveis.

3. Esta norma se aplica à contabilização de ativos intangíveis, exceto:

(a) ativos intangíveis dentro do alcance de outra NBC TSP;

(b) ativos financeiros que representem:

(i) caixa;

(ii) instrumento patrimonial de entidade não controlada (individual ou conjuntamente) ou não coligada;

(iii) direito contratual para receber dinheiro ou outro ativo financeiro ou para permutar ativos e passivos financeiros em condições favoráveis;

(iv) contrato que pode ser liquidado por instrumentos patrimoniais não derivativos; e

(v) contrato que pode ser liquidado por instrumentos patrimoniais derivativos que possam ser liquidados por número fixo de instrumentos patrimoniais não derivativos;

(c) reconhecimento e mensuração de ativos oriundos de exploração e avaliação de recursos minerais;

(d) gastos com desenvolvimento e extração de minerais, petróleo, gás natural e recursos naturais não renováveis semelhantes;

(e) ativos intangíveis adquiridos na combinação de negócios no setor público;

(f) ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) decorrente de combinação de negócios no setor público;

(g) direitos e poderes conferidos pela legislação, constituição ou por meios equivalentes;

(h) ativos tributários diferidos;

(i) custos de aquisição diferidos e ativos intangíveis resultantes de direitos contratuais de seguradora em contratos de seguro dentro do alcance de norma específica. Nos casos em que a norma específica não identificar os critérios de divulgação, aplicam-se a esses ativos os critérios de divulgação desta norma;

(j) ativos intangíveis não circulantes, classificados como mantidos para venda (ou incluídos em grupo de ativos que estejam classificados como mantidos para venda); e

(k) itens do patrimônio cultural intangível. No entanto, as exigências de divulgação dos itens 115 a 127 se aplicam a esses itens quando reconhecidos.

4. Esta norma se aplica às entidades do setor público, conforme o alcance definido na NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL.

5. (Não convergido).

6. Quando outra NBC TSP tratar de um tipo específico de ativo intangível, prevalece o conteúdo de tal norma específica. Por exemplo, esta norma não se aplica a:

(a) ativos intangíveis mantidos para venda no curso normal das operações da entidade;

(b) arrendamentos mercantis que não sejam: (i) para explorar ou utilizar minério, petróleo, gás natural e recursos não renováveis semelhantes; (ii) acordos de licenciamento para itens, tais como fitas cinematográficas, registros de vídeo, peças de teatro, manuscritos, patentes e direitos autorais (copyrights); (iii) propriedade mantida por arrendatário que seja contabilizada como propriedade para investimento; (iv) propriedade para investimento disponibilizada pelos arrendadores sob a forma de arrendamentos mercantis operacionais; e (v) ativos biológicos fornecidos por arrendadores sob a forma de arrendamentos mercantis;

(c) ativos decorrentes de benefícios a empregados;

(d) ativos financeiros apresentados no item 3(b); e

(e) reconhecimento e mensuração inicial de ativos de concessão de serviços dentro do alcance da NBC TSP 05 - Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente. Entretanto, esta norma se aplica à mensuração subsequente e à divulgação de tais ativos.

7. Alguns ativos intangíveis podem estar contidos em elementos que possuem forma física, como disco (como no caso de software), documentação jurídica (no caso de licença ou patente) ou em um filme. Ao determinar se o ativo que contém elementos intangíveis e tangíveis deve ser tratado como ativo imobilizado, de acordo com a NBC TSP 07 - Ativo Imobilizado, ou como ativo intangível nos termos desta norma, a entidade deve avaliar qual elemento é mais significativo. Por exemplo, software de máquina-ferramenta controlada por computador, que não funciona sem esse software específico, é parte integrante do referido equipamento, devendo ser tratado como ativo imobilizado. Ele se aplica ao sistema operacional de computador. Quando o software não é parte integrante do respectivo hardware, ele deve ser tratado como ativo intangível.

8. Esta norma se aplica a, entre outros, gastos com propaganda, treinamento, início das operações (também denominados gastos pré-operacionais) e atividades de pesquisa e desenvolvimento. As atividades de pesquisa e desenvolvimento se destinam à produção de conhecimento. Portanto, apesar de poderem gerar um ativo com forma física (por exemplo, um protótipo), o elemento físico do ativo é secundário em relação ao seu componente intangível, isto é, o conhecimento incorporado a ele.

9. No caso de arrendamento mercantil financeiro, o ativo correspondente pode ser tangível ou intangível. Após o reconhecimento inicial, o arrendatário aplica esta norma para a contabilização do ativo intangível. Direitos cedidos por meio de contratos de licenciamento para itens, como filmes cinematográficos, gravações em vídeo, peças, manuscritos, patentes e direitos autorais se enquadram nesta norma.

10. As exclusões do alcance desta norma podem ocorrer no caso de determinadas atividades ou transações tão especializadas que dão origem a questões contábeis que exigem tratamento diferenciado. Essas questões ocorrem na contabilização de gastos com a exploração ou o desenvolvimento e extração de petróleo, gás e depósitos minerais de indústrias extrativas e no caso de contratos de seguro. Portanto, esta norma não é aplicável a tais atividades e contratos. Entretanto, esta norma se aplica a outros ativos intangíveis utilizados (caso do software) e a outros gastos incorridos (como gastos pré-operacionais) por indústrias extrativas ou seguradoras.

Patrimônio cultural intangível

11. Esta norma não exige que a entidade reconheça o patrimônio cultural intangível que, de outra forma, se enquadraria na definição e nos critérios de reconhecimento de ativo intangível. Se a entidade o reconhece, deve aplicar as exigências de divulgação desta norma e pode, mas não é obrigado, aplicar as exigências de mensuração desta norma.

12. Alguns ativos intangíveis são definidos como patrimônio cultural intangível devido a sua relevância cultural, ambiental ou histórica. Exemplos de patrimônio cultural intangível incluem gravações de eventos históricos significativos e direitos de uso da imagem de pessoa pública em selos postais ou moedas comemorativas. Certas características, incluindo as seguintes, são geralmente apresentadas por itens do patrimônio cultural intangível (apesar de que essas características não são exclusivas de tais itens):

(a) seu valor em termos cultural, ambiental e histórico é improvável de ser totalmente refletido em valor financeiro baseado a preços de mercado;

(b) obrigações legais e/ou estatutárias podem impor proibições ou severas restrições à sua alienação por venda;

(c) seu valor pode aumentar ao longo do tempo; e

(d) pode ser difícil estimar sua vida útil, que, em alguns casos, pode ser de centenas de anos.

13. Entidades do setor público podem possuir expressivos valores em itens do patrimônio cultural intangível, que foram sendo adquiridos ao longo de muitos anos e por vários meios, incluindo compra, doação, legado e desapropriação. Esses itens são raramente mantidos pela sua capacidade de gerar fluxos de caixa e pode haver obstáculos legais ou sociais para utilizá-los em tais propósitos.

14. Alguns itens do patrimônio cultural intangível possuem benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços além de seu valor cultural, por exemplo, direitos pagos à entidade para uso de gravação histórica. Nesses casos, devem ser reconhecidos e mensurados na mesma base de outros ativos intangíveis geradores de caixa. Para outros itens do patrimônio cultural intangível, seu benefício econômico futuro ou potencial de serviços é limitado às suas características culturais. A existência de benefícios econômicos futuros e potencial de serviços pode afetar a escolha da base de mensuração.

15. Os requerimentos de divulgação descritos nos itens 117 a 124 exigem que as entidades divulguem informações sobre os ativos intangíveis reconhecidos. Portanto, exige-se que entidades que reconheçam itens do patrimônio cultural intangível divulguem informações a respeito desses, como, por exemplo:

(a) a base de mensuração utilizada;

(b) o método de amortização utilizado, se houver;

(c) o valor contábil bruto;

(d) a amortização acumulada no final do período, se houver; e

(e) a conciliação do valor contábil entre o início e o final do período, demonstrando os seus respectivos componentes.

Definições

16. Os termos a seguir são utilizados nesta norma com os seguintes significados:

Amortização é a alocação sistemática do valor amortizável do ativo intangível ao longo da sua vida útil.

Valor contábil é o montante pelo qual o ativo é reconhecido após a dedução da amortização acumulada e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Desenvolvimento é a aplicação dos resultados da pesquisa ou de outros conhecimentos em plano ou projeto visando à produção de materiais, dispositivos, produtos, processos, sistemas ou serviços novos ou substancialmente aprimorados, antes do início da sua produção comercial ou do seu uso.

Ativo intangível é o ativo não monetário identificável sem forma física.

Pesquisa é a investigação original e planejada realizada com a expectativa de adquirir novo conhecimento científico ou técnico.

Ativo intangível

17. As entidades frequentemente despendem recursos ou contraem obrigações com a aquisição, o desenvolvimento, a manutenção ou o aprimoramento de recursos intangíveis, como conhecimento científico ou técnico; projeto e implantação de novos processos ou sistemas; licenças; propriedade intelectual; e marcas registradas (incluindo nomes comerciais e títulos de publicações). Exemplos de itens que se enquadram nessas categorias são: softwares; patentes; direitos autorais; direitos sobre filmes cinematográficos; listas de usuários de um serviço; licenças de pesca; quotas de importação adquiridas; e relacionamentos com usuários de um serviço.

18. Nem todos os exemplos descritos no item 17 se enquadram na definição de ativo intangível, ou seja, são identificáveis, controlados e geradores de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços. Caso um item alcançado nesta norma não atenda à definição de ativo intangível, o gasto incorrido na sua aquisição ou na geração interna deve ser reconhecido como despesa quando incorrido.

19. O ativo é identificável se:

(a) for separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou junto com um contrato, ativo ou passivo relacionado, independentemente da intenção de uso pela entidade; ou

(b) resultar de acordos vinculantes (incluindo direitos contratuais ou outros direitos legais), independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.

20. Para os propósitos desta norma, acordos vinculantes referem-se a acordos que conferem direitos e obrigações similares entre as partes como se equivalessem a um contrato.

Controle de ativo

21. A entidade controla o ativo quando detém o poder de obter benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços gerados pelo recurso subjacente e de restringir o acesso de terceiros a esses benefícios ou potencial de serviços. Normalmente, a capacidade da entidade de controlar os benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços de um ativo intangível advém de direitos legais que possam ser exercidos. A ausência de direitos legais dificulta a comprovação do controle. No entanto, a imposição legal do direito não é uma condição imprescindível para o controle, visto que a entidade pode controlar benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços de outra forma.

22. Conhecimento científico ou técnico podem gerar benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços. A entidade controla esses benefícios ou potencial de serviços se, por exemplo, o conhecimento for protegido por direitos legais, tais como direitos autorais, a limitação de acordo comercial (se permitida), ou por dever legal dos empregados de manterem confidencialidade.

23. A entidade pode dispor de equipe de pessoal especializada e ser capaz de identificar habilidades adicionais que gerarão benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços a partir do treinamento. A entidade pode também esperar que esse pessoal continue a disponibilizar as suas habilidades em benefício da entidade. Entretanto, o controle da entidade sobre os eventuais benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços gerados pelo pessoal especializado e pelo treinamento é insuficiente para que esses itens se enquadrem na definição de ativo intangível. Por razão semelhante, raramente um talento gerencial ou técnico específico atende à definição de ativo intangível, a não ser que esteja protegido por direitos legais sobre a sua utilização e a obtenção dos benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, além de se enquadrar em outros aspectos da definição.

24. A entidade pode ter uma carteira de usuários ou taxa de sucesso em prospectar potenciais usuários de seus serviços e esperar que, em virtude dos seus esforços para criar relacionamentos com usuários, esses continuarão a utilizar seus serviços. No entanto, a ausência de direitos legais de proteção ou de outro tipo de controle sobre as relações com os usuários de seus serviços ou a sua fidelidade faz com que a entidade normalmente não tenha controle suficiente sobre os benefícios econômicos previstos ou potencial de serviços gerados do relacionamento com usuários de serviço e de sua fidelidade a tais itens (por exemplo, carteira de usuários de um serviço, participação de mercado ou taxa de sucesso na prestação do serviço, relacionamento e fidelidade dos usuários) que se enquadrem na definição de ativos intangíveis. Na ausência de direitos legais de proteção desses relacionamentos, a capacidade de realizar operações com esses clientes ou similares por meio de relações não contratuais fornece evidências de que a entidade é, mesmo assim, capaz de controlar os benefícios econômicos futuros esperados ou potencial de serviços gerados pelas relações com usuários de serviço. Uma vez que essas operações também fornecem evidências que esses relacionamentos com usuários do serviço são separáveis, eles satisfazem à definição de ativo intangível.

Benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços

25. Os benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços gerados por ativo intangível podem incluir a receita da venda de produtos ou serviços, redução de custos ou outros benefícios resultantes do uso do ativo pela entidade. Por exemplo, o uso da propriedade intelectual no processo de produção de bens ou de prestação de serviços pode reduzir os custos de produção ou serviços futuros ou melhorar o serviço de entrega em vez de aumentar as receitas futuras. Esse é o caso do sistema on-line que permite aos cidadãos renovarem suas carteiras de habilitação mais rapidamente, resultando na redução de pessoal para executar essa função enquanto for aumentando a velocidade de processamento.

Reconhecimento e mensuração

26. O reconhecimento de item como ativo intangível exige que a entidade demonstre que ele atende:

(a) a definição de ativo intangível (ver itens 17 a 25); e

(b) os critérios de reconhecimento (ver itens 28 a 30).

Essa exigência aplica-se aos custos mensurados no reconhecimento (o custo para adquirir em transação com contraprestação ou para gerar internamente um ativo intangível, ou o valor justo do ativo intangível adquirido por meio de transação sem contraprestação) e aos custos incorridos posteriormente para acrescentar algo, substituir parte ou recolocá-lo em condições de uso.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800150

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

27. A natureza dos ativos intangíveis implica, em muitos casos, não haver o que ser adicionado ao ativo nem a possibilidade de substituição de parte dele. Por conseguinte, a maioria dos gastos subsequentes, provavelmente, é efetuada para manter a expectativa de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços incorporados ao ativo intangível existente, em vez de atender à definição de ativo intangível e tampouco aos critérios de reconhecimento desta norma. Além disso, dificilmente gastos subsequentes são atribuídos diretamente a determinado ativo intangível em vez da entidade como um todo. Portanto, somente em raras ocasiões os gastos subsequentes (incorridos após o reconhecimento inicial do ativo intangível adquirido ou a conclusão do gerado internamente) devem ser reconhecidos no valor contábil do ativo intangível. Em conformidade com o item 61, gastos subsequentes com marcas, títulos de publicações, listas de usuários de um serviço e itens de natureza similar (quer sejam eles adquiridos externamente ou gerados internamente) sempre devem ser reconhecidos no resultado do período quando incorridos, uma vez que não se consegue separá-los de outros gastos incorridos no desenvolvimento das operações da entidade como um todo.

28. O ativo intangível deve ser reconhecido se, e somente se:

(a) for provável que os benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da entidade; e

(b) o custo ou o valor justo do ativo puder ser mensurado confiavelmente.

29. A entidade deve avaliar a probabilidade dos benefícios econômicos futuros ou o potencial de serviços esperados, utilizando premissas razoáveis e comprováveis que representem a melhor estimativa da administração em relação ao conjunto de condições econômicas que existirão durante a vida útil do ativo.

30. A entidade deve exercer julgamento para avaliar o grau de certeza relacionado ao fluxo de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços atribuíveis ao uso do ativo, com base nas evidências disponíveis no momento do reconhecimento inicial, dando maior importância às evidências externas.

31. O ativo intangível deve ser reconhecido inicialmente ao custo, de acordo com os itens 32 a 43. Quando o ativo intangível é adquirido por meio de transação sem contraprestação, seu custo inicial na data da aquisição deve ser mensurado pelo valor justo.

Aquisição separada

32. Normalmente, o preço que a entidade paga para adquirir separadamente o ativo intangível reflete sua expectativa dos benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços incorporados no ativo fluírem a seu favor. Em outras palavras, a entidade espera que haja um fluxo de benefícios econômicos ou potencial de serviços a seu favor, mesmo que haja incerteza em relação à época da entrada e ao valor desses. Portanto, o critério de reconhecimento a que se refere o item 28(a) é sempre considerado atendido para ativos intangíveis adquiridos em separado.

33. Além disso, o custo de ativo intangível adquirido em separado pode normalmente ser mensurado confiavelmente, sobretudo quando o valor é pago em dinheiro ou com outros ativos monetários.

34. O custo de ativo intangível adquirido em separado inclui:

(a) seu preço de compra, acrescido de impostos de importação e tributos não recuperáveis sobre a compra, após deduzidos os descontos comerciais e abatimentos; e

(b) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo para a finalidade proposta.

35. São exemplos de custos diretamente atribuíveis:

(a) custos de benefícios a empregados incorridos diretamente para que o ativo fique em condições operacionais;

(b) honorários profissionais diretamente relacionados para que o ativo fique em condições operacionais; e

(c) custos com testes para verificar se o ativo está funcionando corretamente.

36. São exemplos de gastos que não fazem parte do custo do ativo intangível:

(a) gastos incorridos na introdução de novo produto ou serviço (incluindo propaganda e atividades promocionais);

(b) gastos na transferência das atividades para novo local ou para nova categoria de clientes (incluindo gastos de treinamento); e

(c) despesas administrativas e outros gastos indiretos.

37. O reconhecimento dos custos no valor contábil de ativo intangível cessa quando esse ativo está nas condições operacionais pretendidas pela administração. Portanto, os gastos incorridos no uso ou na transferência ou reinstalação de ativo intangível não devem ser incluídos no seu valor contábil, como, por exemplo, os seguintes:

(a) gastos incorridos durante o período em que o ativo, capaz de funcionar nas condições operacionais pretendidas pela administração, não é utilizado; e

(b) perdas operacionais iniciais, tais como as incorridas enquanto a demanda pelos produtos do ativo é estabelecida.

38. Algumas operações realizadas em conexão com o desenvolvimento de ativo intangível não são necessárias para deixá-lo nas condições operacionais pretendidas pela administração. Essas atividades eventuais podem ocorrer antes ou durante as atividades de desenvolvimento. Como essas atividades não são necessárias para que o ativo fique em condições de funcionar da maneira pretendida pela administração, as receitas e as despesas relacionadas devem ser reconhecidas imediatamente no resultado do período e incluídas nas suas respectivas classificações.

39. Se o prazo de pagamento do ativo intangível excede os prazos normais de crédito, seu custo é o equivalente ao preço à vista. A diferença entre esse valor e o total dos pagamentos deve ser reconhecida como despesa com juros durante o período, a menos que seja passível de capitalização.

Gasto subsequente à aquisição de projeto de pesquisa e desenvolvimento em andamento

40. Gastos de pesquisa ou desenvolvimento:

(a) relativos a projeto de pesquisa ou desenvolvimento em andamento adquirido em separado e reconhecido como ativo intangível; e

(b) incorridos após a aquisição desse projeto

devem ser contabilizados de acordo com os itens 52 a 60.

41. A aplicação das disposições dos itens 52 a 60 significa que os gastos subsequentes do projeto de pesquisa ou desenvolvimento em andamento, adquirido em separado e reconhecido como ativo intangível devem ser reconhecidos da seguinte maneira:

(a) gastos de pesquisa - como despesa quando incorridos;

(b) gastos de desenvolvimento que não atendem aos critérios de reconhecimento como ativo intangível, previstos no item 55 - como despesa quando incorridos; e

(c) gastos de desenvolvimento que satisfaçam aos critérios de reconhecimento do item 55 - adicionados ao valor contábil do projeto de pesquisa ou desenvolvimento em andamento adquirido.

Ativo intangível adquirido por meio de transação sem contraprestação

42. Em alguns casos, o ativo intangível pode ser adquirido por meio de transação sem contraprestação. Isso pode ocorrer quando uma entidade do setor público transfere o ativo intangível a outra entidade em transação sem contraprestação, como direito de aterrissagem em aeroporto; licenças para operação de estações de rádio ou de televisão; licenças de importação; ou quotas ou direitos de acesso a outros recursos restritos. O cidadão, por exemplo, ganhador do Prêmio Nobel pode ceder suas obras pessoais, incluindo os direitos autorais de suas publicações, ao arquivo nacional (entidade do setor público) em transação sem contraprestação.

43. Nessas circunstâncias, o custo do item é o seu valor justo na data em que é adquirido. Para fins desta norma, a mensuração no reconhecimento de ativo intangível adquirido por meio de transação sem contraprestação pelo valor justo de acordo com os requisitos do item 74, não constitui uma reavaliação. Consequentemente, os requisitos de reavaliação presentes no item 74, e os comentários de suporte dos itens 75 a 86, somente aplicam-se quando a entidade opta por reavaliar o ativo intangível em períodos subsequentes.

Permuta de ativos

44. Ativos intangíveis podem ser adquiridos por meio de permuta por um ou mais ativos não monetários, ou pela combinação de ativos monetários e não monetários. A discussão a seguir refere-se à permuta de ativo não monetário por outro, mas também se aplica a todas as permutas descritas anteriormente. O custo de tal ativo intangível deve ser mensurado pelo valor justo, a não ser que o valor justo do ativo recebido e do ativo cedido não possa ser mensurado confiavelmente. O ativo adquirido deve ser mensurado dessa forma mesmo que a entidade não consiga desreconhecer imediatamente o ativo cedido. Se o ativo adquirido não for mensurável ao valor justo, seu custo deve ser mensurado pelo valor contábil do ativo cedido.

45. O item 28(b) especifica que uma das condições de reconhecimento de ativo intangível deve ser a mensuração do seu custo confiavelmente. O valor justo de ativo intangível para o qual não existem transações comparáveis só pode ser mensurado confiavelmente se:

(a) a variabilidade na faixa de estimativas razoáveis do valor justo não for significativa para esse ativo; ou

(b) as probabilidades de várias estimativas, dentro dessa faixa, puderem ser razoavelmente avaliadas e utilizadas na mensuração do valor justo.

Caso a entidade seja capaz de mensurar, confiavelmente, tanto o valor justo do ativo recebido como do ativo cedido, então o valor justo do segundo é utilizado para determinar o custo, a não ser que o valor justo do primeiro seja mais evidente.

Ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill) gerado internamente

46. Ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura gerado internamente não deve ser reconhecido como ativo.

47. Em alguns casos, incorre-se em gastos para gerar benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, mas que não resultam na geração de ativo intangível que se enquadre nos critérios de reconhecimento estabelecidos nesta norma. Esses gastos costumam ser descritos como contribuições para o ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura gerado internamente, o qual não deve ser reconhecido como ativo porque não é um recurso identificável, ou seja, não é separável nem advém de acordos vinculantes (direitos contratuais ou outros direitos legais) controlados pela entidade que possam ser mensurados ao custo confiavelmente.

48. As diferenças entre o valor de mercado da entidade e o valor contábil de seu patrimônio líquido, a qualquer momento, podem incluir uma série de fatores que afetam o valor da entidade. No entanto, essas diferenças não representam o custo dos ativos intangíveis controlados pela entidade.

Ativo intangível gerado internamente

49. Por vezes, é difícil avaliar se o ativo intangível gerado internamente se qualifica para o reconhecimento, devido às dificuldades para:

(a) identificar se, e quando, existe ativo identificável que vai gerar benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços esperados; e

(b) determinar confiavelmente o custo do ativo. Em alguns casos, não é possível separar o custo incorrido com a geração interna do ativo intangível do custo da manutenção ou melhoria do ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura gerado internamente ou com as operações usuais da entidade.

Portanto, além de atender às exigências gerais de reconhecimento e mensuração inicial de ativo intangível, a entidade deve aplicar os requerimentos e orientações contidas nos itens 50 a 65 a seguir, a todos os ativos intangíveis gerados internamente.

50. Para avaliar se o ativo intangível gerado internamente atende aos critérios de reconhecimento, a entidade deve classificar a geração do ativo em:

(a) fase de pesquisa; e

(b) fase de desenvolvimento.

Embora os termos "pesquisa" e "desenvolvimento" estejam definidos, as expressões "fase de pesquisa" e "fase de desenvolvimento" têm um significado mais amplo para efeitos desta norma.

51. Caso a entidade não consiga diferenciar a fase de pesquisa da fase de desenvolvimento de projeto interno de geração de ativo intangível, o gasto com o projeto deve ser tratado como incorrido apenas na fase de pesquisa.

Fase de pesquisa

52. Nenhum ativo intangível resultante de pesquisa (ou da fase de pesquisa de projeto interno) deve ser reconhecido. Esses gastos devem ser reconhecidos como despesa quando incorridos.

53. Durante a fase de pesquisa de projeto interno, não é possível à entidade demonstrar a existência de ativo intangível que vai gerar prováveis benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços. Portanto, tais gastos devem ser reconhecidos como despesa quando incorridos.

54. São exemplos de atividades de pesquisa:

(a) atividades destinadas à obtenção de novo conhecimento;

(b) busca, avaliação e seleção final das aplicações dos resultados de pesquisa ou outros conhecimentos;

(c) busca de alternativas para materiais, dispositivos, produtos, processos, sistemas ou serviços; e

(d) formulação, projeto, avaliação e seleção final de alternativas possíveis para materiais, dispositivos, produtos, processos, sistemas ou serviços novos ou aperfeiçoados.

Fase de desenvolvimento

55. O ativo intangível resultante de desenvolvimento (ou da fase de desenvolvimento de projeto interno) deve ser reconhecido somente se a entidade puder demonstrar todos os aspectos a seguir:

(a) viabilidade técnica para concluir o ativo intangível, de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda;

(b) intenção de concluir o ativo intangível e de utilizá-lo ou vendê-lo;

(c) capacidade para utilizar ou vender o ativo intangível;

(d) forma como o ativo intangível deve gerar benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços. Entre outros aspectos, a entidade deve demonstrar a existência de mercado para os produtos do ativo intangível ou para o próprio ativo intangível ou, caso esse se destine a uso interno, a sua utilidade;

(e) disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir seu desenvolvimento e utilizar ou vender o ativo intangível; e

(f) capacidade de mensurar confiavelmente os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

56. Na fase de desenvolvimento de projeto interno, a entidade pode, em alguns casos, identificar o ativo intangível e demonstrar que esse vai gerar prováveis benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, uma vez que a fase de desenvolvimento de projeto é mais avançada do que a fase de pesquisa.

57. São exemplos de atividades de desenvolvimento:

(a) projeto, construção e teste de protótipos e modelos pré-produção ou pré-utilização;

(b) projeto de ferramentas, gabaritos, moldes e matrizes que envolvam nova tecnologia;

(c) projeto, construção e operação de fábrica-piloto ou operação que não esteja em escala economicamente viável para produção comercial ou fornecimento de serviços;

(d) projeto, construção e teste da alternativa escolhida de materiais, dispositivos, produtos, processos, sistemas e serviços novos ou aperfeiçoados; e

(e) custos relacionados a websites e desenvolvimento de softwares.

58. Para demonstrar como o ativo intangível vai gerar prováveis benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, a entidade deve avaliar os benefícios econômicos ou potencial de serviços a serem obtidos por meio desse ativo com base nos critérios tanto da NBC TSP 09 - Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa ou da NBC TSP 10 - Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa, conforme apropriado. Se o ativo for gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços, somente em conjunto com outros ativos deve ser considerado o conceito de unidades geradoras de caixa previsto na NBC TSP 10.

59. A disponibilidade de recursos para concluir, utilizar e obter os benefícios gerados pelo ativo intangível pode ser evidenciada, por exemplo, pelo plano de negócios que demonstre os recursos técnicos, financeiros e outros recursos necessários e a capacidade da entidade de garantir esses recursos. Em alguns casos, a entidade deve demonstrar a disponibilidade de recursos externos ao conseguir, com financiador ou provedor de recursos, indicação de que ele está disposto a financiar o plano.

60. Os sistemas de custos da entidade podem, muitas vezes, mensurar confiavelmente o custo de geração interna de ativo intangível, como salários e outros gastos incorridos, para obter direitos autorais ou licenças, ou para desenvolver softwares de computador.

61. Marcas, títulos de publicações, listas de usuários de um serviço e outros itens de natureza similar gerados internamente não devem ser reconhecidos como ativo intangível.

62. Os gastos incorridos com marcas, títulos de publicações, listas de usuários de um serviço e outros itens de natureza similar não podem ser separados dos custos relacionados ao desenvolvimento das operações da entidade como um todo. Dessa forma, esses itens não devem ser reconhecidos como ativos intangíveis.

Custo do ativo intangível gerado internamente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800151

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

63. O custo do ativo intangível gerado internamente que se qualifica para o reconhecimento contábil nos termos desta norma, como estabelecido no item 31, restringe-se à soma dos gastos incorridos a partir da data em que o ativo intangível atende aos critérios de reconhecimento contidos nos itens 28, 29 e 55. O item 70 não permite a reintegração de gastos anteriormente reconhecidos como despesa.

64. O custo do ativo intangível gerado internamente inclui todos os gastos diretamente atribuíveis necessários à criação, à produção e à preparação do ativo para ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração. São exemplos de custos diretamente atribuíveis:

(a) custos com materiais e serviços consumidos ou utilizados na geração do ativo intangível;

(b) custos de benefícios a empregados relacionados à geração do ativo intangível;

(c) taxas de registro de direito legal; e

(d) amortização de patentes e licenças utilizadas na geração do ativo intangível.

65. Os seguintes itens não são componentes do custo do ativo intangível gerado internamente:

(a) gastos com vendas, administrativos e outros gastos indiretos, exceto se tais gastos puderem ser atribuídos diretamente à preparação do ativo para uso;

(b) ineficiências identificadas e perdas operacionais iniciais incorridas antes de o ativo atingir o desempenho planejado; e

(c) gastos com o treinamento de pessoal para operar o ativo.

Reconhecimento como despesa

66. Os gastos com um item intangível devem ser reconhecidos como despesa quando incorridos, exceto se fizerem parte do custo de ativo intangível que atenda aos critérios de reconhecimento (ver itens 26 a 65).

67. Em alguns casos, são incorridos gastos para gerar benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços à entidade sem a aquisição ou a criação de ativo intangível ou outros ativos passíveis de serem reconhecidos. No caso do fornecimento de bens, a entidade deve reconhecer esse gasto como despesa quando tiver o direito de acessar aqueles bens. No caso do fornecimento de serviços, a entidade deve reconhecer o gasto como despesa quando receber os serviços. Por exemplo, gastos com pesquisa devem ser reconhecidos como despesa quando incorridos (ver item 52). Outros exemplos de gastos a serem reconhecidos como despesa quando incorridos:

(a) gastos com atividades pré-operacionais destinadas a constituir a entidade (ou seja, do início das operações), exceto se estiverem incluídas no custo de item do ativo imobilizado de acordo com a NBC TSP 07. O gasto com o início das operações pode incluir gastos de instalação, tais como jurídicos e de secretaria, incorridos para constituir a pessoa jurídica, gastos para abrir novas instalações ou negócio (ou seja, gastos pré-operacionais) ou gastos com o início de novas unidades operacionais ou o lançamento de novos produtos ou processos (ou seja, pré-operacionais);

(b) gastos com treinamento;

(c) gastos com publicidade e atividades promocionais (incluindo envio de catálogos e folhetos informativos); e

(d) gastos com remanejamento ou reorganização parcial ou total da entidade.

68. A entidade tem o direito de acessar os bens quando os possui. Da mesma forma, ela tem o direito de acessar bens que tenham sido desenvolvidos pelo fornecedor, de acordo com os termos de contrato de fornecimento e cuja entrega possa ser exigida pela entidade em troca do pagamento efetuado. Serviços são recebidos quando são prestados pelo fornecedor de acordo com contrato de prestação de serviços e não quando a entidade os usa para prestar outros serviços, como, por exemplo, para enviar informação sobre o serviço a seus usuários.

69. O item 66 não impede que a entidade reconheça o pagamento antecipado como ativo, quando bens tenham sido pagos antes de a entidade obter o direito de acessá-los. De forma similar, o item 66 não impede que a entidade reconheça o pagamento antecipado como ativo, quando serviços tiverem sido pagos antes de a entidade recebê-los.

Despesa anterior não reconhecida como ativo

70. Gastos com item intangível reconhecidos inicialmente como despesa de acordo com esta norma não devem ser reconhecidos como parte do custo de ativo intangível em data subsequente.

Mensuração após o reconhecimento

71. A entidade deve escolher reconhecer o ativo intangível pelo modelo do custo (item 73) ou pelo modelo da reavaliação (item 74). Caso o ativo intangível seja contabilizado com base no modelo da reavaliação, todos os ativos restantes da sua classe devem ser contabilizados, utilizando o mesmo modelo, exceto quando não existir mercado ativo para esses ativos.

72. Uma classe de ativos intangíveis é o agrupamento de ativos de natureza e uso semelhantes nas operações da entidade. Os itens de uma classe de ativos intangíveis devem ser reavaliados simultaneamente para evitar a reavaliação de apenas alguns ativos e a apresentação de valores de outros ativos nas demonstrações contábeis, representando uma mistura de custos e valores em datas diferentes.

Modelo do custo

73. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível deve ser apresentado pelo custo, menos qualquer amortização e perda por redução ao valor recuperável acumuladas.

Modelo da reavaliação

74. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível deve ser apresentado pelo seu valor reavaliado, correspondente ao seu valor justo na data da reavaliação menos qualquer amortização acumulada subsequente. Para efeitos de reavaliação nos termos desta norma, o valor justo deve ser apurado em relação a mercado ativo. A reavaliação deve ser realizada com suficiente regularidade para assegurar que o valor contábil do ativo não difira materialmente daquele que seria determinado, utilizando-se seu valor justo na data das demonstrações contábeis.

75. O modelo da reavaliação não permite:

(a) a reavaliação de ativos intangíveis que não tenham sido previamente reconhecidos como ativos; ou

(b) o reconhecimento inicial de ativos intangíveis a valores diferentes do custo.

76. O modelo da reavaliação deve ser aplicado após o ativo ter sido inicialmente reconhecido pelo custo. No entanto, se apenas parte do custo do ativo intangível é reconhecido como ativo, porque ele não atendia aos critérios de reconhecimento até determinado ponto do processo (ver item 63), o modelo da reavaliação pode ser aplicado a todo o ativo. Além disso, o modelo da reavaliação pode ser aplicado a ativo intangível recebido em transação sem contraprestação (ver itens 42 e 43).

77. É raro existir mercado ativo para ativo intangível, mas pode acontecer. Por exemplo, em alguns locais, pode haver mercado ativo para classes homogêneas de licenças ou quotas de produção transferíveis livremente que a entidade adquiriu de outra. No entanto, pode não haver mercado ativo para marcas, títulos de publicações, direitos de edição de músicas e filmes, patentes ou marcas registradas, porque esse tipo de ativo é único. Além do mais, apesar de ativos intangíveis serem comprados e vendidos, contratos são negociados entre compradores e vendedores individuais e transações são relativamente raras. Por essa razão, o preço pago pelo ativo pode não constituir evidência suficiente do valor justo de outro. Ademais, os preços muitas vezes não estão disponíveis para o público.

78. A frequência das reavaliações depende da volatilidade do valor justo dos ativos intangíveis que estão sendo reavaliados. Se o valor justo do ativo reavaliado difere materialmente do seu valor contábil, é necessário realizar outra reavaliação. Alguns ativos intangíveis sofrem mudanças frequentes e significativas no seu valor justo, necessitando, portanto, de reavaliação anual. Tais reavaliações frequentes são desnecessárias no caso de ativos intangíveis sem variações significativas do seu valor justo.

79. Quando o ativo intangível é reavaliado, o valor contábil desse ativo deve ser ajustado ao valor reavaliado. Na data da reavaliação, o ativo deve ser tratado de uma das seguintes formas:

(a) o valor contábil bruto deve ser ajustado de forma que seja consistente com a reavaliação do valor contábil do ativo. Por exemplo, o valor contábil bruto pode ser ajustado em função dos dados de mercado observáveis, ou pode ser ajustado proporcionalmente à variação no valor contábil. A amortização acumulada à data da reavaliação deve ser ajustada para igualar a diferença entre o valor contábil bruto e o valor contábil do ativo após considerar as perdas por redução ao valor recuperável; ou

(b) a amortização acumulada deve ser eliminada contra o valor contábil bruto do ativo.

O valor do ajuste da amortização acumulada faz parte do aumento ou da diminuição no valor contábil registrado de acordo com os itens 84 e 85.

80. Se o ativo intangível em uma classe de ativos intangíveis reavaliados não puder ser reavaliado porque não existe mercado ativo, ele deve ser reconhecido pelo custo menos qualquer amortização e redução ao valor recuperável acumuladas.

81. Se o valor justo de ativo intangível reavaliado não puder mais ser mensurado em referência a mercado ativo, o valor contábil desse ativo deve ser o valor reavaliado na data da última reavaliação em referência ao mercado ativo, menos quaisquer subsequentes amortizações e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

82. O fato de não mais existir mercado ativo para o ativo intangível reavaliado pode indicar que ele pode ter sido objeto de redução ao valor recuperável, devendo ser testado de acordo com a NBC TSP 09 ou NBC TSP 10, conforme apropriado.

83. Se o valor justo do ativo puder ser determinado em referência a mercado ativo na data de avaliação posterior, o modelo da reavaliação deve ser aplicado a partir dessa data.

84. Se o valor contábil do ativo intangível aumentar em virtude de reavaliação, esse aumento deve ser contabilizado diretamente à conta de reserva de reavaliação. No entanto, o aumento deve ser reconhecido no resultado do período quando se tratar da reversão de decréscimo de reavaliação do mesmo ativo anteriormente reconhecido no resultado do período.

85. Se o valor contábil do ativo intangível diminuir em virtude de reavaliação, essa diminuição deve ser reconhecida no resultado do período. No entanto, a diminuição do ativo intangível deve ser contabilizada diretamente no patrimônio líquido até o limite do saldo credor da conta de reserva de reavaliação referente a esse ativo. A redução reconhecida diretamente no patrimônio líquido reduz seu montante acumulado mediante débito na conta de reserva de reavaliação.

86. O saldo acumulado relativo à reavaliação do ativo intangível incluída no patrimônio líquido somente pode ser transferido para resultados acumulados quando for realizada. O valor total pode ser realizado com a baixa ou a alienação do ativo. Entretanto, parte da reavaliação pode ser realizada enquanto o ativo é utilizado pela entidade. Neste caso, o valor realizado é a diferença entre a amortização baseada no valor contábil do ativo e a amortização que teria sido reconhecida com base no custo histórico do ativo. A transferência para resultados acumulados não deve transitar pelo resultado do período.

Vida útil

87. A entidade deve avaliar se a vida útil do ativo intangível é definida ou indefinida e, no primeiro caso, a duração ou o volume de produção ou unidades similares que formam essa vida útil. A entidade deve atribuir vida útil indefinida ao ativo intangível quando, com base na análise de todos os fatores relevantes, não existe limite previsível para o período durante o qual o ativo vai gerar fluxos de caixa líquidos positivos, ou fornecer potencial de serviços, para a entidade.

88. A contabilização de ativo intangível baseia-se na sua vida útil. O ativo intangível com vida útil definida deve ser amortizado (ver itens 96 a 105), e o ativo intangível com vida útil indefinida não deve ser amortizado (ver itens 106 a 109).

89. Muitos fatores devem ser considerados na determinação da vida útil do ativo intangível, inclusive:

(a) a expectativa de uso do ativo pela entidade e se o ativo pode ser gerenciado eficientemente por outra equipe de administração;

(b) os ciclos de vida típicos dos produtos do ativo e as informações públicas sobre estimativas de vida útil de ativos semelhantes, utilizados de maneira semelhante;

(c) obsolescência técnica, tecnológica, comercial ou de outro tipo;

(d) a estabilidade do setor em que o ativo opera e as mudanças na demanda de mercado para produtos ou serviços gerados pelo ativo;

(e) medidas esperadas da concorrência ou de potenciais concorrentes;

(f) o nível dos gastos de manutenção exigido para obter os benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços do ativo e a capacidade e a intenção da entidade para atingir tal nível;

(g) o período de controle sobre o ativo e os limites legais ou similares para a sua utilização, tais como datas de vencimento dos arrendamentos/locações relacionados; e

(h) se a vida útil do ativo depende da vida útil de outros ativos da entidade.

90. O termo "indefinida" não significa "infinita". A vida útil de ativo intangível deve levar em consideração apenas a manutenção futura exigida para deixá-lo no nível de desempenho avaliado no momento da estimativa da sua vida útil e a capacidade e a intenção da entidade para atingir tal nível. A conclusão de que a vida útil do ativo intangível é indefinida não deve estar fundamentada na previsão de gastos futuros superiores ao necessário para mantê-lo nesse nível de desempenho.

91. Considerando o histórico de rápidas alterações na tecnologia, os softwares e muitos outros ativos intangíveis são suscetíveis à obsolescência tecnológica. Portanto, é provável que suas vidas úteis sejam curtas. Reduções futuras esperadas no preço de venda de item que foi produzido utilizando o ativo intangível podem indicar a expectativa de obsolescência tecnológica ou comercial do ativo, que, por sua vez, pode refletir na redução dos benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços incorporados no ativo.

92. A vida útil do ativo intangível pode ser muito longa ou até indefinida. A incerteza justifica a prudência na estimativa da sua vida útil, mas isso não justifica escolher um prazo tão curto que seja irreal.

93. A vida útil do ativo intangível resultante de acordos vinculantes (incluindo direitos contratuais ou outros direitos legais) não deve exceder a vigência desses direitos, mas pode ser menor dependendo do período durante o qual a entidade espera utilizar o ativo. Caso esses acordos vinculantes sejam outorgados por prazo limitado renovável, a vida útil do ativo intangível só deve incluir o prazo de renovação se existirem evidências que suportem a renovação pela entidade sem custo significativo.

94. Podem existir fatores econômicos, políticos, sociais e legais influenciando a vida útil de ativo intangível. Os fatores econômicos, políticos e sociais determinam o período durante o qual a entidade deve receber benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, enquanto os fatores legais podem restringir o período durante o qual a entidade controla o acesso a esses benefícios ou serviços. A vida útil a ser considerada deve ser o menor dos períodos determinados por esses fatores.

95. A existência dos fatores a seguir, entre outros, indica que a entidade está apta a renovar os acordos vinculantes (direitos contratuais ou outros direitos legais) sem custo significativo:

(a) existem evidências, possivelmente com base na experiência, de que os acordos vinculantes (direitos contratuais ou outros direitos legais) serão renovados. Se a renovação depender de autorização de terceiros, devem ser incluídas evidências de que essa autorização será concedida;

(b) existem evidências de que quaisquer condições necessárias para obter a renovação serão cumpridas; e

(c) o custo de renovação para a entidade não é significativo quando comparado aos benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços que se esperam fluir para a entidade a partir dessa renovação.

Caso esse custo seja significativo quando comparado aos benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços esperados, o custo de renovação deve representar, em essência, o custo de aquisição de novo ativo intangível na data da renovação.

Ativo intangível com vida útil definida

Período e método de amortização

96. O valor amortizável do ativo intangível com vida útil definida deve ser alocado de forma sistemática ao longo da sua vida útil. A amortização deve ser iniciada a partir do momento em que o ativo estiver disponível para uso, ou seja, quando se encontrar no local e condições necessárias para que possa funcionar da maneira pretendida pela administração. A amortização deve cessar na data em que o ativo é classificado como mantido para venda (ou incluído no grupo de ativos classificado como mantido para venda) ou na data em

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800152

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

que ele é desreconhecido, o que ocorrer primeiro. O método de amortização utilizado deve refletir o padrão de consumo previsto pela entidade dos benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços. Se não for possível determinar confiavelmente esse padrão, deve ser utilizado o método linear. O encargo de amortização para cada período deve ser reconhecido no resultado do período, a não ser que esta ou outra NBC TSP permita ou exija a sua inclusão no valor contábil de outro ativo.

97. Podem ser utilizados vários métodos de amortização para apropriar de forma sistemática o valor amortizável do ativo ao longo da sua vida útil. Tais métodos incluem o método linear, o método dos saldos decrescentes e o método de unidades produzidas. A seleção do método deve obedecer ao padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços esperados incorporados ao ativo e aplicado consistentemente entre períodos, a não ser que exista alteração nesse padrão.

97A. Há premissa refutável de que o método de amortização baseado na receita gerada pela atividade, que inclui o uso de ativo intangível, não é apropriado. A receita gerada pela atividade que inclui o uso de ativo intangível deve refletir fatores típicos que não estão diretamente associados ao consumo dos benefícios econômicos ou potencial de serviços incorporados no ativo intangível. Por exemplo, a receita é afetada por outros insumos e processos, atividades de venda e mudanças nos volumes e preços de venda. O componente de preço da receita pode ser afetado pela inflação, o que não tem qualquer influência sobre a maneira como o ativo é consumido. Essa premissa só pode ser superada em circunstâncias limitadas:

(a) em que o ativo intangível é expresso como mensuração de receitas, conforme descrito no item 97C; ou

(b) quando possa ser demonstrado que as receitas e o consumo dos benefícios econômicos ou potencial de serviços do ativo intangível são altamente correlacionados.

97B. Na escolha do método de amortização adequado, de acordo com o item 97, a entidade pode determinar o fator limitante predominante que é inerente ao ativo intangível. Por exemplo, o contrato que estabelece os direitos da entidade sobre o uso do ativo intangível pode especificar o uso do ativo intangível pela entidade pelo número predeterminado de anos (ou seja, tempo), pelo número de unidades produzidas ou pelo montante total fixo da receita a ser gerada. A identificação do fator limitante predominante pode servir de ponto de partida para a identificação da base adequada da amortização, mas outra base pode ser aplicada se refletir de forma mais próxima o padrão esperado de consumo de benefícios econômicos ou potencial de serviços.

97C. Na circunstância em que o fator limitante predominante, que é inerente ao ativo intangível, é a obtenção do limite de receita, a receita a ser gerada pode ser a base adequada para amortização. Por exemplo, o direito de operar a estrada com pedágio pode estar baseado no montante total fixo de receita a ser gerado a partir de pedágios cobrados cumulativos. No caso em que a receita foi estabelecida como o fator limitante predominante no contrato para a utilização do ativo intangível, a receita que será gerada pode ser a base adequada para a amortização do ativo intangível, desde que o contrato especifique o valor fixo total da receita a ser gerado sobre o qual a amortização deve ser determinada.

98. A amortização deve normalmente ser reconhecida no resultado do período. No entanto, por vezes, os benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços incorporados no ativo são absorvidos para a produção de outros ativos. Nesses casos, o encargo de amortização deve fazer parte do custo de outro ativo, devendo ser incluído no seu valor contábil. Por exemplo, a amortização de ativos intangíveis utilizados em processo de produção deve fazer parte do valor contábil dos estoques (ver NBC TSP 04).

Valor residual

99. Deve-se presumir que o valor residual de ativo intangível com vida útil definida é zero, a não ser que:

(a) haja compromisso de terceiros para comprar o ativo ao final da sua vida útil; ou

(b) exista mercado ativo para ele e:

(i) o valor residual possa ser determinado em relação a esse mercado; e

(ii) seja provável que esse mercado continuará a existir ao final da vida útil do ativo.

100. O valor amortizável de ativo com vida útil definida deve ser determinado após a dedução de seu valor residual. O valor residual diferente de zero implica que a entidade pretende alienar o ativo intangível antes do final de sua vida econômica.

101. A estimativa do valor residual do ativo baseia-se no valor recuperável pela alienação, utilizando os preços em vigor na data da estimativa para a venda de ativo similar que tenha atingido o final de sua vida útil e que tenha sido operado em condições semelhantes àquelas em que o ativo é utilizado. O valor residual deve ser revisado pelo menos ao final de cada exercício. A alteração no valor residual deve ser contabilizada como mudança na estimativa contábil.

102. O valor residual do ativo intangível pode aumentar até o montante igual ou superior ao seu valor contábil. Se isso ocorrer, a taxa de amortização do ativo intangível é zero, a menos que e até que seu valor residual subsequente reduza a montante abaixo do valor contábil.

Revisão do período e do método de amortização

103. O período e o método de amortização de ativo intangível com vida útil definida devem ser revisados pelo menos ao final de cada exercício. Caso a vida útil prevista do ativo seja diferente de estimativas anteriores, o prazo de amortização deve ser devidamente alterado. Se houver alteração no padrão de consumo previsto dos benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços atrelados ao ativo, o método de amortização deve ser alterado para refletir essa mudança. Tais mudanças devem ser registradas como mudanças nas estimativas contábeis.

104. Ao longo da vida de ativo intangível, pode ficar evidente que a estimativa de sua vida útil é inadequada. Por exemplo, o reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável pode indicar que o prazo de amortização deve ser alterado.

105. Com o decorrer do tempo, o padrão dos benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços gerados pelo ativo intangível que se espera ingressar na entidade pode mudar. Por exemplo, pode ficar evidente que o método dos saldos decrescentes é mais adequado que o método linear. Outro exemplo é o caso da utilização de direitos de licença que depende de medidas pendentes em relação a outros componentes do plano de negócios. Nesse caso, os benefícios econômicos ou potencial de serviços gerados pelo ativo talvez só sejam auferidos em períodos posteriores.

Ativo intangível com vida útil indefinida

106. Ativo intangível com vida útil indefinida não deve ser amortizado.

107. De acordo com a NBC TSP 09 e a NBC TSP 10, a entidade deve testar a perda de valor dos ativos intangíveis com vida útil indefinida, ou aqueles ainda não disponíveis para o uso, comparando o valor recuperável de seus serviços ou seu valor recuperável, o que for apropriado, com o seu valor contábil:

(a) anualmente; e

(b) sempre que existir indícios de que o ativo intangível pode ter perdido valor.

Revisão da vida útil

108. A vida útil de ativo intangível que não é amortizado deve ser revisada a cada exercício, para determinar se eventos e circunstâncias continuam a fundamentar a avaliação de vida útil indefinida. Caso contrário, a mudança na avaliação de vida útil de indefinida para definida deve ser contabilizada como mudança de estimativa contábil.

109. Para ativos intangíveis mensurados pelo modelo do custo, a revisão da vida útil de indefinida para definida, de acordo com a NBC TSP 09 ou a NBC TSP 10, conforme apropriado, é um indicador de que o ativo possa ter sofrido perda por redução ao valor recuperável. Assim, a entidade deve testar a perda de valor do ativo em relação ao valor recuperável de seus serviços ou seu valor recuperável, determinados de acordo com a NBC TSP 09 ou a NBC TSP 10, conforme o caso, com seu valor contábil e reconhecendo a eventual perda por redução ao valor recuperável.

Recuperação do valor contábil - perda por redução ao valor recuperável

110. Para determinar se o ativo intangível mensurado pelo modelo do custo sofreu perda por redução ao valor recuperável, a entidade deve aplicar a NBC TSP 09 ou a NBC TSP 10, conforme apropriado. Essas normas determinam quando e como a entidade deve revisar o valor contábil de seus ativos, como deve determinar o valor recuperável de seus serviços ou seu valor recuperável, conforme apropriado, e quando deve reconhecer ou reverter perda por redução ao valor recuperável.

Baixa e alienação

111. O ativo intangível deve ser desreconhecido:

(a) por ocasião de sua alienação (incluindo a alienação por meio de transação sem contraprestação); ou

(b) quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços com a sua utilização ou alienação.

112. Os ganhos ou as perdas decorrentes do desreconhecimento de ativo intangível devem ser determinados pela diferença entre o valor líquido da alienação, se houver, e o valor contábil do ativo. Esses ganhos ou perdas devem ser reconhecidos no resultado do período quando o ativo é desreconhecido, exceto se outra norma dispuser em contrário.

113. Existem várias formas de alienação de ativo intangível (exemplo, venda, arrendamento mercantil financeiro ou por meio de transação sem contraprestação). Para determinar a data da alienação de ativo, a entidade deve aplicar os critérios da NBC TSP 02 - Receita de Transação com Contraprestação para reconhecer a receita da venda de bens.

114. Se, de acordo com o critério de reconhecimento de ativo intangível previsto no item 28, a entidade reconhecer no valor contábil de ativo o custo de substituição de parte de ativo intangível, deve desreconhecer o valor contábil da parcela substituída. Se a apuração desse valor contábil não for praticável para a entidade, essa pode utilizar o custo de substituição como indicador do custo da parcela substituída na época em que foi adquirida ou gerada internamente.

115. A quantia a receber pela alienação de ativo intangível deve ser reconhecida inicialmente pelo seu valor justo. Se esse pagamento for a prazo, a quantia recebida deve ser reconhecida inicialmente pelo equivalente ao preço à vista. A diferença entre o valor nominal da quantia a receber e seu equivalente ao preço à vista deve ser reconhecida como receita de juros, em conformidade com a NBC TSP 02, refletindo o rendimento efetivo do valor a receber.

116. A amortização de ativo intangível com vida útil definida não cessa quando ele deixa de ser utilizado, a não ser que esteja completamente amortizado ou classificado como mantido para venda (ou incluído no grupo de ativos classificado como mantido para venda).

Divulgação

Geral

117. A entidade deve divulgar as seguintes informações para cada classe de ativos intangíveis, fazendo a distinção entre ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis:

(a) se a vida útil é indefinida ou definida e, se definida, o prazo de vida útil ou a taxa de amortização utilizado;

(b) os métodos de amortização utilizados para ativos intangíveis com vida útil definida;

(c) o valor contábil bruto e eventual amortização acumulada (mais as perdas acumuladas por redução ao valor recuperável) no início e no final do período;

(d) a rubrica da demonstração do resultado em que qualquer amortização de ativo intangível for incluída;

(e) a conciliação do valor contábil no início e no final do período, demonstrando:

(i) adições, indicando separadamente as que foram geradas internamente e as adquiridas em separado;

(ii) ativos classificados como mantidos para venda ou incluídos em grupo de ativos classificados como mantidos para venda;

(iii) aumentos ou reduções durante o período decorrentes de reavaliações nos termos dos itens 74, 84 e 85 (se houver);

(iv) perdas por redução ao valor recuperável de ativos reconhecidas no resultado do período, de acordo com a NBC TSP 09 ou a NBC TSP 10 (se houver);

(v) reversão de perdas por redução ao valor recuperável de ativos, apropriada ao resultado do período, de acordo com a NBC TSP 09 ou a NBC TSP 10 (se houver);

(vi) qualquer amortização reconhecida durante o período;

(vii) variações cambiais líquidas geradas pela conversão das demonstrações contábeis para a moeda de apresentação e de operações no exterior para a moeda de apresentação da entidade; e

(viii) outras alterações no valor contábil durante o período.

118. Uma classe de ativos intangíveis é o grupo de ativos de natureza e com utilização similares nas atividades da entidade. Entre os exemplos de classes distintas, temos:

(a) marcas;

(b) títulos de publicação;

(c) softwares para computador;

(d) licenças;

(e) direitos autorais, patentes e outros direitos de propriedade industrial, de serviços e operacionais;

(f) receitas, fórmulas, modelos, projetos e protótipos; e

(g) ativos intangíveis em desenvolvimento.

As classes acima mencionadas devem ser separadas (agregadas) em classes menores (maiores) se isso resultar em informação mais relevante para os usuários das demonstrações contábeis.

119. A entidade deve divulgar informações sobre ativos intangíveis que perderam o seu valor de acordo com a NBC TSP 09 ou a NBC TSP 10, além das informações exigidas no item 117(e)(iii) a (v).

120. (Não convergido).

121. A entidade também deve divulgar:

(a) para ativos intangíveis avaliados como tendo vida útil indefinida, o seu valor contábil e os motivos que fundamentaram essa avaliação. Ao apresentar essas razões, a entidade deve descrever os fatores mais importantes que levaram à definição de vida útil indefinida do ativo;

(b) a descrição, o valor contábil e o prazo de amortização remanescente de qualquer ativo intangível individual material para as demonstrações contábeis da entidade;

(c) para ativos intangíveis adquiridos por meio de transação sem contraprestação e inicialmente reconhecidos ao valor justo (ver itens 42 e 43):

(i) o valor justo inicialmente reconhecido para esses ativos;

(ii) o seu valor contábil; e

(iii) se são mensurados, após o reconhecimento, pelo modelo do custo ou da reavaliação;

(d) a existência e os valores contábeis de ativos intangíveis cuja titularidade é restrita e os valores contábeis de ativos intangíveis oferecidos como garantia de obrigações; e

(e) o valor dos compromissos contratuais advindos da aquisição de ativos intangíveis.

122. Quando a entidade descrever os fatores mais importantes que levaram à definição de que a vida útil do ativo é indefinida, deve levar em consideração os fatores relacionados no item 89.

Ativo intangível mensurado após o reconhecimento utilizando o modelo da reavaliação

123. Caso os ativos intangíveis sejam contabilizados a valores reavaliados, a entidade deve divulgar o seguinte:

(a) por classe de ativos intangíveis:

(i) a data efetiva da reavaliação;

(ii) o valor contábil dos ativos intangíveis reavaliados; e

(iii) a diferença entre o valor contábil dos ativos intangíveis reavaliados e o valor desses ativos se utilizado o modelo do custo especificado no item 73;

(b) o saldo da reavaliação relacionada aos ativos intangíveis, no início e no final do período contábil, indicando as variações ocorridas nesse período e eventuais restrições à distribuição do saldo aos proprietários; e

(c) os métodos e as premissas significativos aplicados à estimativa do valor justo dos ativos.

124. Pode ser necessário agrupar as classes de ativos reavaliados em classes maiores para efeitos de divulgação. No entanto, elas não devem ser agrupadas se isso provocar a apresentação de classe de ativos intangíveis que inclua valores mensurados pelos modelos do custo e da reavaliação.

Gasto com pesquisa e desenvolvimento

125. A entidade deve divulgar o total de gastos com pesquisa e desenvolvimento reconhecidos como despesa no período.

126. Os gastos com pesquisa e desenvolvimento devem incluir todos os gastos diretamente atribuíveis às atividades de pesquisa ou de desenvolvimento (ver itens 64 e 65 para obter orientação sobre o tipo de gasto a incluir para efeito da exigência de divulgação prevista no item 125).

Outras informações

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800153

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

127. É recomendável, mas não obrigatório, que a entidade divulgue as seguintes informações:

(a) descrição de qualquer ativo intangível totalmente amortizado que ainda esteja em operação; e

(b) breve descrição de ativos intangíveis significativos, controlados pela entidade, mas que não são reconhecidos como ativos porque não atendem aos critérios de reconhecimento da presente norma.

128. (Não convergido).

129 a 131. (Eliminados).

131A a 133 (Não convergidos).

Vigência

Esta norma deve ser aplicada pelas entidades do setor público a partir de 1º de janeiro de 2019, salvo na existência de algum normativo em âmbito nacional que estabeleça prazos específicos - casos em que estes prevalecem.

JOSÉ MARTONIO ALVES COELHO
Presidente do Conselho

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE, NBC TSP 09, DE 22 DE SETEMBRO DE 2017

Aprova a NBC TSP 09 - Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e com fundamento no disposto na alínea "f" do Art. 6º do Decreto-Lei n.º 9.295/1946, alterado pela Lei n.º 12.249/2010, faz saber que foi aprovada em seu Plenário a seguinte Norma Brasileira de Contabilidade (NBC):

NBC TSP 09 - REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVO NÃO GERADOR DE CAIXA

Objetivo

1. O objetivo desta norma é estabelecer os procedimentos que a entidade deve aplicar para determinar se o ativo não gerador de caixa é objeto de redução ao valor recuperável e assegurar que as perdas por redução ao valor recuperável sejam reconhecidas. Esta norma também especifica quando a entidade deve reverter tais perdas e estabelece o que deve ser divulgado.

Alcance

2. A entidade que elabora e apresenta demonstrações contábeis, de acordo com o regime de competência, deve aplicar esta norma para a contabilização da redução ao valor recuperável de ativos não geradores de caixa, exceto:

(a) estoques (ver NBC TSP 04 - Estoques);

(b) ativos advindos de contratos de construção;

(c) ativos financeiros que representem:

(i) caixa;

(ii) instrumento patrimonial de entidade não controlada (individual ou conjuntamente) ou não coligada;

(iii) direito contratual para receber dinheiro ou outro ativo financeiro ou para permutar ativos e passivos financeiros em condições favoráveis;

(iv) contrato que pode ser liquidado por instrumentos patrimoniais não derivativos; e

(v) contrato que pode ser liquidado por instrumentos patrimoniais derivativos que possam ser liquidados por número fixo de instrumentos patrimoniais não derivativos.

(d) propriedades para investimento mensuradas pelo modelo do valor justo (ver NBC TSP 06 - Propriedade para Investimento);

(e) ativo imobilizado não gerador de caixa mensurado pelo valor de reavaliação (ver NBC TSP 07 - Ativo Imobilizado);

(f) ativos intangíveis não geradores de caixa mensurados pelo valor de reavaliação (ver NBC TSP 08 - Ativo Intangível); e

(g) outros ativos para os quais as exigências para a contabilização da redução ao valor recuperável estejam incluídas em outra NBC TSP.

3. Esta norma se aplica às entidades do setor público, conforme o alcance definido na NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL.

4. (Não convergido).

5. As entidades do setor público que mantêm ativos geradores de caixa, conforme definido no item 14, devem aplicar a NBC TSP 10 - Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa para tais ativos. As entidades do setor público que possuem ativos não geradores de caixa devem aplicar as exigências desta norma para esses ativos.

6. Esta norma exclui do seu alcance a redução ao valor recuperável de ativos tratados em outra NBC TSP. As entidades do setor público aplicam a NBC TSP 10 para seus ativos geradores de caixa e esta norma para seus ativos não geradores de caixa. Os itens 6 a 13 explicam o alcance da norma em mais detalhes.

7. Esta norma exclui do seu alcance os ativos intangíveis não geradores de caixa que são regularmente reavaliados pelo seu valor justo. O alcance desta norma inclui todos os outros ativos intangíveis não geradores de caixa (por exemplo, aqueles que são contabilizados pelo seu custo menos qualquer amortização acumulada). A entidade deve aplicar as exigências desta norma para o reconhecimento e a mensuração das perdas por redução ao valor recuperável e das reversões dessas perdas relativas a tais ativos intangíveis não geradores de caixa.

8. Esta norma não se aplica aos estoques e aos ativos advindos de contratos de construção.

9. Esta norma não se aplica aos ativos financeiros listados no item 2(c).

10. Esta norma não exige a aplicação de teste de redução ao valor recuperável para propriedade para investimento que seja contabilizada pelo valor justo, de acordo com a NBC TSP 06. Isso porque, sob o modelo de valor justo da NBC TSP 06, a propriedade para investimento deve ser contabilizada pelo valor justo na data das demonstrações contábeis e qualquer redução ao valor recuperável deve ser considerada na avaliação.

11. Esta norma não exige a aplicação de teste de redução ao valor recuperável para ativos não geradores de caixa contabilizados pelos valores de reavaliação, segundo o modelo alternativo permitido na NBC TSP 07. Isso porque, sob o tratamento alternativo permitido na NBC TSP 07, (a) ativos devem ser reavaliados com suficiente regularidade para assegurar que estejam registrados por montante que não seja materialmente diferente de seus valores justos na data das demonstrações contábeis e (b) qualquer redução ao valor recuperável deve ser considerada na avaliação. Além disso, a abordagem adotada nesta norma para mensurar o valor recuperável de serviços do ativo significa que é improvável que o valor recuperável de serviço do ativo seja materialmente menor do que o valor de reavaliação do ativo e que qualquer diferença estaria relacionada às despesas de alienação do ativo.

12. Consistente com as exigências do item 5, itens do ativo imobilizado classificados como ativos geradores de caixa, incluindo aqueles contabilizados pelos valores de reavaliação, segundo o modelo alternativo permitido na NBC TSP 07, devem ser tratados conforme a NBC TSP 10.

13. Investimentos em:

(a) entidades controladas;

(b) coligadas; e

(c) entidades controladas em conjunto (joint arrangements);

quando classificados como ativos geradores de caixa, devem ser tratados de acordo com a NBC TSP 10. Quando esses ativos não forem geradores de caixa, devem ser tratados de acordo com esta norma.

Definições

14. Os termos a seguir são utilizados nesta norma com os seguintes significados:

Mercado ativo é o mercado no qual todas as seguintes condições existem:

(a) itens negociados no mercado são homogêneos;

(b) vendedores e compradores dispostos a negociar, normalmente, podem ser encontrados a qualquer momento; e

(c) preços estão disponíveis para o público.

Ativo gerador de caixa é aquele mantido com o objetivo principal de gerar retorno comercial.

Despesas de venda são despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda do ativo, com exceção das despesas financeiras e de tributos sobre a renda.

Valor justo líquido de despesas de venda é o montante que pode ser obtido pela venda de ativo em transação sem favorecimentos entre partes conhecedoras e interessadas, menos as despesas de venda.

Redução ao valor recuperável é a perda de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços de ativo superior ao reconhecimento sistemático da redução dos benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços do ativo devido à depreciação.

Ativo não gerador de caixa é outro ativo que não é gerador de caixa.

Valor recuperável de serviço é o maior montante entre o valor justo líquido de despesas de venda do ativo e o seu valor em uso.

Vida útil é:

(a) o período durante o qual se espera que o ativo seja utilizado pela entidade; ou

(b) o número de unidades de produção ou similar que se espera ser obtido do ativo pela entidade.

Valor em uso de ativo não gerador de caixa é o valor presente do potencial de serviços remanescente do ativo.

15. (Não convergido).

Ativo gerador de caixa

16. Ativos geradores de caixa são aqueles mantidos com o objetivo principal de gerar retorno comercial. O ativo gera retorno comercial quando é empregado de maneira consistente com aquela adotada por entidade com fins lucrativos. Manter o ativo para gerar retorno comercial indica que a entidade pretende gerar fluxos de caixa positivos do ativo (ou da unidade geradora de caixa da qual o ativo é parte) e obter retorno comercial que reflita o risco envolvido em manter o ativo. O ativo pode ser mantido com o objetivo principal de gerar retorno comercial, mesmo que não atenda a esse objetivo durante um período específico. De modo contrário, o ativo pode não ser gerador de caixa mesmo que atinja seu ponto de equilíbrio ou gere retorno comercial durante um período específico. A menos que seja estabelecido de outro modo, referências a ativo ou ativos nos itens seguintes desta norma tratam de ativo não gerador de caixa.

17. Existem várias circunstâncias em que as entidades do setor público podem manter alguns ativos com o objetivo principal de gerar retorno comercial, embora a maioria de seus ativos não seja mantida para essa finalidade. Por exemplo, um hospital pode utilizar um edifício para pacientes que pagam pelo atendimento. Os ativos geradores de caixa da entidade do setor público podem operar independentemente de seus ativos não geradores de caixa.

18. Em certos casos, o ativo pode gerar fluxos de caixa, embora seja mantido primariamente para propósitos de prestação de serviços. Por exemplo, uma usina de tratamento de lixo é operada para assegurar a eliminação segura do lixo hospitalar gerado por hospitais controlados pelo Estado, mas a usina também trata pequena quantidade de lixo hospitalar gerada por hospitais privados. O tratamento do lixo hospitalar de hospitais privados é eventual às atividades da usina, e os ativos que geram fluxos de caixa não podem ser distinguidos dos ativos não geradores de caixa.

19. Em outros casos, o ativo pode gerar fluxos de caixa e também ser utilizado para finalidades não relacionadas à geração de caixa. Por exemplo, um hospital público tem dez alas, das quais nove são utilizadas para pacientes particulares com fins comerciais e uma para pacientes que são atendidos gratuitamente. Os pacientes de todas as alas utilizam, conjuntamente, outras instalações do hospital (por exemplo, áreas operacionais). A extensão pela qual o ativo é mantido com o objetivo de fornecer retorno comercial deve ser considerada para determinar se a entidade deve aplicar as exigências desta norma ou as da NBC TSP 10. Se, conforme exemplificado, o componente não gerador de caixa for insignificante na estrutura como um todo, a entidade deve aplicar a NBC TSP 10 em vez desta norma.

20. Em alguns casos, pode não estar claro se o objetivo principal de manter o ativo é o de gerar retorno comercial. Em tais casos, é necessário avaliar a importância dos fluxos de caixa. Pode ser difícil determinar se o ativo é utilizado primordialmente para a geração de fluxos de caixa, de modo que esta norma é aplicável em vez da NBC TSP 10. Julgamento é necessário para determinar qual norma deve ser aplicada. A entidade desenvolve critérios para que ela possa exercer esse julgamento consistentemente de acordo com a definição de ativos geradores de caixa e não geradores de caixa e com a orientação apresentada nos itens 16 a 20. O item 72A exige que a entidade divulgue os critérios utilizados para realizar esse julgamento. No entanto, dado os objetivos gerais da maioria das entidades do setor público, pressupõe-se que os ativos não são geradores de caixa nessas circunstâncias e, consequentemente, esta norma deve ser aplicada.

21. Para fins desta norma, o ativo mantido por entidade do setor público deve ser classificado como ativo gerador de caixa se o ativo (ou a unidade geradora de caixa da qual o ativo faz parte) é operado com o objetivo de gerar retorno comercial por meio do fornecimento de bens e/ou serviços para terceiros.

Depreciação

22. A depreciação, a amortização e a exaustão são, respectivamente, a alocação sistemática do valor depreciável, amortizável e exaurível de ativo ao longo de sua vida útil. No caso de ativo intangível e recursos naturais, os termos amortização e exaustão, respectivamente, são geralmente utilizados em vez de depreciação. Os três termos têm o mesmo significado e são denominados depreciação para efeitos desta norma.

Redução ao valor recuperável

23. Esta norma define redução ao valor recuperável como perda dos benefícios econômicos futuros ou do potencial de serviços de ativo superior ao reconhecimento sistemático da depreciação. A redução ao valor recuperável reflete, portanto, o declínio na utilidade do ativo para a entidade que o controla. Por exemplo, a entidade pode ter uma instalação de armazenamento militar que já não é mais utilizada. Além disso, devido à natureza especializada dessa instalação e de sua localização, é improvável que possa ser arrendada ou vendida e, portanto, a entidade é incapaz de gerar fluxos de caixa por meio de arrendamento ou de venda do ativo. O ativo deve ser considerado como objeto de redução ao valor recuperável porque não é mais capaz de prover potencial de serviços à entidade - tem pouca ou nenhuma utilidade para a entidade atingir seus objetivos.

Identificação de ativo que possa ser objeto de redução ao valor recuperável

24. Os itens 26 a 34 especificam quando o valor recuperável de serviço pode ser determinado.

25. O ativo não gerador de caixa é objeto de redução ao valor recuperável quando o seu valor contábil exceder o seu valor recuperável de serviço. O item 27 descreve indicações-chave de que a perda por redução ao valor recuperável possa ter ocorrido. Se qualquer dessas indicações estiver presente, a entidade deve fazer uma estimativa formal do valor recuperável de serviço. Se não houver indicação de potencial perda por redução ao valor recuperável, esta norma não exige que a entidade faça uma estimativa formal do valor recuperável de serviço.

26. A entidade deve avaliar, na data das demonstrações contábeis, se há indicação de que o ativo possa ser objeto de redução ao valor recuperável. Se houver qualquer indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável de serviço do ativo.

26A. Independentemente da existência de qualquer indicação de redução ao valor recuperável, a entidade deve também testar, anualmente, o ativo intangível com vida útil indefinida ou ainda não disponível para uso quanto à redução ao valor recuperável pela comparação de seu valor contábil com seu valor recuperável de serviço. Esse teste de redução ao valor recuperável pode ser realizado a qualquer momento durante o período contábil, desde que seja realizado no mesmo período todos os anos. Diferentes ativos intangíveis podem ser testados quanto à redução ao valor recuperável em momentos diferentes. No entanto, se o ativo intangível foi inicialmente reconhecido durante o período contábil corrente, esse ativo intangível deve ser testado quanto à redução ao valor recuperável antes do final do período corrente.

26B. A capacidade de o ativo intangível gerar benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços suficientes para recuperar seu valor contábil está, geralmente, sujeita à maior incerteza antes de o ativo estar disponível para uso do que depois disso. Portanto, esta norma exige que a entidade teste a redução ao valor recuperável, pelo menos anualmente, de ativo intangível que ainda não está disponível para uso.

27. Ao avaliar se há alguma indicação de que o ativo possa ser objeto de redução ao valor recuperável, a entidade deve considerar, no mínimo, as seguintes indicações:

Fontes externas de informação

(a) cessação, ou proximidade da cessação, da demanda ou da necessidade de serviços fornecidos pelo ativo;

(b) mudanças significativas de longo prazo com efeito adverso sobre a entidade, que ocorreram durante o período ou ocorrerão em futuro próximo, no ambiente tecnológico, legal ou de política governamental no qual a entidade opera;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800154

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Fontes internas de informação

(c) evidência disponível de obsolescência ou dano físico do ativo;

(d) mudanças significativas de longo prazo com efeito adverso sobre a entidade, que ocorreram durante o período ou ocorrerão em futuro próximo, na extensão ou maneira em que o ativo é, ou se espera que seja, utilizado. Essas mudanças incluem o ativo que se torna ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a operação a que o ativo pertence, planos para alienação do ativo antes da data anteriormente esperada e reavaliação da vida útil do ativo como definida em vez de indefinida;

(e) decisão de interromper a construção do ativo antes da sua conclusão ou de estar em condição de uso; e

(f) evidência disponível proveniente de relatório interno que indique que o desempenho do serviço do ativo é, ou será, consideravelmente pior do que o esperado.

28. A demanda ou a necessidade de serviços pode flutuar ao longo do tempo, o que afetará a extensão pela qual os ativos não geradores de caixa serão utilizados no fornecimento de tais serviços, mas flutuações negativas na demanda não são necessariamente indicações de redução ao valor recuperável. Quando a demanda por serviços cessa, ou está próxima de cessar, os ativos utilizados para prestação desses serviços podem ser objeto de redução ao valor recuperável. A demanda pode ser considerada próxima de cessar quando estiver tão baixa que a entidade (a) não teria tentado atendê-la ou (b) teria atendido, não adquirindo o ativo que está sendo considerado para o teste de redução ao valor recuperável.

29. A relação constante no item 27 não é exaustiva. A entidade pode identificar outras indicações de que o ativo possa ser objeto de redução ao valor recuperável, exigindo dela que estime o valor recuperável de serviço do ativo. Por exemplo, pode ser uma indicação de redução ao valor recuperável:

(a) durante o período, o valor de mercado do ativo tem diminuído, significativamente, mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou uso normal; ou

(b) significativo declínio de longo prazo (mas não necessariamente cessação ou proximidade da cessação) na demanda ou necessidade dos serviços fornecidos pelo ativo.

30. Os eventos ou as circunstâncias que podem indicar redução ao valor recuperável do ativo serão significativos e frequentemente terão discussões provocadas pela alta administração, gerência ou mídia. A alteração em parâmetro, tal como a demanda pelo serviço, extensão ou maneira do uso, ambiente legal ou político do governo, pode indicar redução ao valor recuperável, somente se tal alteração for significativa e tiver efeito adverso de longo prazo ou gerar expectativa desse efeito. A mudança no ambiente tecnológico pode indicar que o ativo está obsoleto e exigir que o teste de redução ao valor recuperável seja realizado. A alteração no uso do ativo durante o período pode também ser uma indicação de redução ao valor recuperável. Isso pode ocorrer quando, por exemplo, edifício utilizado como escola passa a ser utilizado para armazenamento. Ao avaliar se houve redução ao valor recuperável, a entidade precisa avaliar as mudanças no potencial de serviços em longo prazo. Isso ressalta o fato de que as mudanças são analisadas, considerando o uso previsto do ativo em longo prazo. No entanto, as expectativas de uso em longo prazo podem mudar e as avaliações da entidade em cada data das demonstrações contábeis devem refletir isso.

31. Ao avaliar se a interrupção na construção provoca um teste de redução ao valor recuperável, a entidade deve considerar (a) se a construção está simplesmente atrasada ou foi adiada, (b) se há intenção de retomar a construção no futuro próximo, ou (c) se as obras não serão terminadas no futuro previsível. Quando a construção está atrasada, ou foi adiada para data futura específica, o projeto pode ser tratado como obra em andamento e não considerado como interrompido.

32. Evidências oriundas de relatórios internos que indicam que o ativo possa ser objeto de redução ao valor recuperável, conforme citado no item 27(f), relacionam-se com a capacidade de o ativo proporcionar bens ou serviços e não com o declínio na demanda pelos bens ou serviços fornecidos pelo ativo. Isso inclui a existência de:

(a) custos significativamente mais elevados de operação ou manutenção do ativo em comparação com aqueles originalmente orçados;

(b) serviço ou nível de produção fornecido pelo ativo significativamente menor comparado com aquele originalmente esperado, devido ao baixo desempenho operacional.

O aumento significativo dos custos operacionais do ativo pode indicar que ele não é tão eficiente ou produtivo como inicialmente previsto nos padrões de produção estabelecidos pelo fabricante, de acordo com os quais o orçamento operacional foi elaborado. Da mesma forma, o aumento significativo em custos de manutenção pode indicar que custos mais elevados precisam ser incorridos para manter o desempenho do ativo no nível indicado por seu padrão de desempenho mais recentemente avaliado. Em outros casos, evidência quantitativa direta de redução ao valor recuperável pode ser indicada pela redução significativa de longo prazo no serviço previsto ou nos níveis de produção proporcionados pelo ativo.

33. O conceito de materialidade se aplica na identificação, se o valor recuperável de serviço do ativo precisa ser estimado. Por exemplo, se avaliações prévias indicarem que o valor recuperável de serviço do ativo é significativamente maior do que seu valor contábil, a entidade não necessita estimar novamente o valor recuperável de serviço do ativo, desde que não tenham ocorrido eventos que eliminariam essa diferença. Do mesmo modo, análise prévia pode indicar que o valor recuperável de serviço do ativo não é sensível a uma (ou mais) das indicações listadas no item 27.

34. Se houver indicação de que o ativo possa ser objeto de redução ao valor recuperável, isso pode indicar que (a) a vida útil remanescente, (b) o método de depreciação, ou (c) o valor residual do ativo necessitam ser revisados e ajustados, de acordo com a NBC TSP aplicável ao ativo, mesmo que nenhuma perda por redução ao valor recuperável tenha sido reconhecida para o ativo.

Mensuração do valor recuperável de serviço

35. Esta norma define o valor recuperável de serviço como o maior valor entre o valor justo líquido de despesas de venda do ativo e o seu valor em uso. Os itens 36 a 50 estabelecem as bases para mensuração do valor recuperável de serviço.

36. Nem sempre é necessário determinar o valor justo líquido de despesas de venda do ativo e o seu valor em uso. Se qualquer desses valores exceder o valor contábil do ativo, o ativo não foi objeto de redução ao valor recuperável e não é necessário estimar o outro valor.

37. Pode ser possível determinar o valor justo líquido de despesas de venda, mesmo que o ativo não seja negociado em mercado ativo. O item 42 estabelece possíveis bases alternativas para a estimativa do valor justo líquido de despesas de venda quando não existe mercado ativo para o ativo. Entretanto, algumas vezes, não é possível determinar o valor justo líquido de despesas de venda porque não há base para se fazer uma estimativa confiável do valor a ser obtido pela venda do ativo em transação sem favorecimentos entre partes conhecedoras e interessadas. Nesse caso, a entidade pode usar o valor em uso do ativo como o valor recuperável de serviço.

38. Se não há razão para pressupor que o valor em uso do ativo excede, significativamente, seu valor justo líquido de despesas de venda, este último pode ser considerado como seu valor recuperável de serviço. Esse será, frequentemente, o caso para ativo que é mantido para alienação. Isso acontece porque o valor em uso do ativo mantido para alienação é composto, principalmente, pelas receitas líquidas de venda. Porém, para muitos ativos não geradores de caixa do setor público que são mantidos, de forma contínua, para prestar serviços especializados ou bens públicos à comunidade, o valor em uso do ativo é provavelmente maior do que seu valor justo líquido de despesas de venda.

39. Em alguns casos, estimativas, médias e recursos computacionais podem proporcionar aproximações razoáveis dos cálculos detalhados exemplificados nesta norma para determinar o valor justo líquido de despesas de venda ou o valor em uso.

Mensuração do valor recuperável de serviço de ativo intangível com vida útil indefinida

39A. O item 26A exige que o ativo intangível com vida útil indefinida seja anualmente testado quanto à redução ao valor recuperável pela comparação de seu valor contábil com o seu valor recuperável de serviço, independentemente de haver qualquer indicação de que ele possa ser objeto de redução ao valor recuperável. No entanto, o mais recente cálculo detalhado do valor recuperável de serviço desse ativo, realizado em período anterior, pode ser utilizado no teste de redução ao valor recuperável para esse ativo no período corrente, desde que todos os critérios a seguir sejam atendidos:

(a) os ativos e os passivos que compõem a unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence não mudaram, significativamente, desde o cálculo mais recente do valor recuperável (o que se aplica nos casos em que o ativo intangível, por não fornecer potencial de serviços pelo uso contínuo que é em grande parte independente daquele de outros ativos ou grupos de ativos, deve ser testado quanto à redução ao valor recuperável como parte da unidade geradora de caixa à qual pertence);

(b) o cálculo mais recente do valor recuperável de serviço resultou em montante que excedeu o valor contábil do ativo por margem substancial; e

(c) a probabilidade é remota de que o cálculo corrente do valor recuperável de serviço seja menor do que o valor contábil do ativo, com base em análise de eventos que têm ocorrido e circunstâncias que têm mudado desde o cálculo mais recente do valor recuperável de serviço.

Valor justo líquido de despesas de venda

40. A melhor evidência do valor justo líquido de despesas de venda é o preço do contrato de compra e venda em transação sem favorecimentos, ajustado por despesas adicionais que sejam diretamente atribuíveis à alienação do ativo.

41. Se não houver contrato de compra e venda, mas o ativo for negociado em mercado ativo, o valor justo líquido de despesas de venda deve ser o preço de mercado do ativo menos as despesas de venda. O preço de mercado adequado é normalmente o preço corrente de venda. Quando os preços correntes de venda não estão disponíveis, o preço da transação mais recente pode oferecer uma base para estimar o valor justo líquido de despesas de venda, contanto que não tenha havido mudança significativa nas circunstâncias econômicas entre a data da transação e a data na qual a estimativa é realizada.

42. Se não houver contrato de compra e venda ou mercado ativo, o valor justo líquido de despesas de venda baseia-se na melhor informação disponível para refletir o valor que a entidade poderia obter, na data das demonstrações contábeis, pela alienação do ativo em transação sem favorecimentos entre partes conhecedoras e interessadas, após deduzir as despesas de venda. Na determinação desse valor, a entidade pode considerar o resultado de transações recentes para ativos semelhantes, dentro do mesmo setor. O valor justo líquido de despesas de venda não deve refletir uma venda forçada, a menos que a gerência ou alta administração esteja compelida a vender imediatamente.

43. As despesas de venda, exceto as que já tenham sido reconhecidas como passivo, devem ser deduzidas na determinação do valor justo líquido de despesas de venda. Exemplos de tais despesas são as legais, as taxas e impostos, de remoção do ativo e despesas diretas incrementais para deixar o ativo em condição de venda. Entretanto, as despesas com demissão de empregados e ligadas à redução ou reorganização do negócio depois da alienação do ativo não são despesas incrementais diretas para alienar o ativo.

Valor em uso

44. Esta norma define o valor em uso de um ativo não gerador de caixa como o valor presente do potencial de serviços remanescente do ativo. Valor em uso, nesta norma, refere-se ao valor em uso de ativo não gerador de caixa, a menos que seja especificado de outra maneira. O valor presente do potencial de serviços remanescente do ativo deve ser determinado, usando qualquer uma das abordagens identificadas nos itens 45 a 49, conforme seja apropriado.

Abordagem do custo de reposição depreciado

45. Conforme essa abordagem, o valor presente do potencial de serviços remanescente do ativo deve ser determinado como custo de reposição depreciado do ativo. O custo de reposição do ativo é o custo para repor seu potencial de serviço bruto. Esse custo deve ser depreciado para refletir o ativo na sua condição de uso. O ativo pode ser reposto por meio da reprodução (replicação) do ativo existente ou por meio da reposição de seu potencial de serviço bruto. O custo de reposição depreciado deve ser mensurado como custo de reprodução ou de reposição do ativo, o que for menor, menos a depreciação acumulada, calculada com base nesse custo a fim de refletir o potencial de serviços já consumido ou expirado do ativo.

46. O custo de reposição e o custo de reprodução do ativo devem ser determinados sob base otimizada. O raciocínio é de que a entidade não reporia ou reproduziria o ativo com outro similar se o ativo a ser reposto ou reproduzido tivesse concepção ou capacidade excessivas. Ativos com concepção excessiva possuem características desnecessárias para os bens ou serviços fornecidos pelo ativo. Ativos com capacidade excessiva possuem capacidade maior do que a necessária para atender à demanda por bens ou serviços fornecidos pelo ativo. A determinação do custo de reposição ou de reprodução do ativo sob base otimizada deve refletir, portanto, o potencial de serviços exigido do ativo.

47. Em certos casos, a capacidade ociosa ou excedente deve ser mantida para fins de segurança ou por outras razões. Isso surge da necessidade de assegurar que a capacidade de serviço adequada está disponível nas circunstâncias específicas da entidade. Por exemplo, a unidade de bombeiros precisa ter cinco viaturas de incêndio à disposição para atender às emergências. Esse excesso ou capacidade ociosa faz parte do potencial de serviços exigido do ativo.

Abordagem do custo de recuperação

48. O custo de recuperação é o custo de restaurar o potencial de serviços do ativo ao seu nível pré-redução ao valor recuperável. Sob essa abordagem, o valor presente do potencial de serviços remanescente do ativo é igual ao custo corrente de repor o potencial de serviços remanescente do ativo antes da redução ao valor recuperável menos o custo de recuperação estimado do ativo. O custo corrente de repor o potencial de serviços remanescente do ativo antes da redução ao valor recuperável é, geralmente, determinado como o custo de reprodução ou reposição depreciado do ativo, o que for menor. Os itens 45 e 47 incluem orientação adicional sobre a determinação do custo de reposição ou reprodução do ativo.

Abordagem das unidades de serviço

49. Sob esta abordagem, o valor presente do potencial de serviços remanescente do ativo é igual ao custo corrente do potencial de serviço remanescente do ativo antes da redução ao valor recuperável ajustado para refletir a diminuição do número de unidades de serviço esperado do ativo após ter sido objeto de redução ao valor recuperável. Igualmente à abordagem do custo de recuperação, o custo corrente de reposição do potencial remanescente de serviço do ativo antes da redução ao valor recuperável é, geralmente, determinado como custo de reprodução ou de reposição depreciado do ativo antes da redução ao valor recuperável, o que for menor.

Aplicação das abordagens

50. A escolha da abordagem mais apropriada para mensurar o valor em uso depende da disponibilidade de dados e da natureza da redução ao valor recuperável:

(a) reduções ao valor recuperável identificadas decorrentes de mudanças significativas de longo prazo no ambiente tecnológico, legal ou de política governamental são, geralmente, mensuráveis, utilizando-se a abordagem do custo de reposição depreciado ou das unidades de serviço, quando apropriado;

(b) reduções ao valor recuperável identificadas decorrentes de mudança significativa de longo prazo na extensão ou maneira de uso, inclusive referentes à cessação ou proximidade da cessação da demanda, são, geralmente, mensuráveis, utilizando-se a abordagem do custo de reposição depreciado ou das unidades de serviços, quando apropriado; e

(c) reduções ao valor recuperável identificadas de danos físicos são, geralmente, mensuráveis, utilizando-se a abordagem do custo de recuperação ou a abordagem do custo de reposição depreciado, quando apropriado.

Reconhecimento e mensuração da perda por redução ao valor recuperável

51. Os itens 52 a 57 estabelecem as exigências para reconhecer e mensurar perdas por redução ao valor recuperável do ativo. Nesta norma, perda por redução ao valor recuperável refere-se à perda por redução ao valor recuperável de ativo não gerador de caixa, a menos que seja especificado de outra maneira.

52. Se, e somente se, o valor recuperável de serviço do ativo for menor do que seu valor contábil, o valor contábil do ativo deve ser reduzido ao seu valor recuperável de serviço. Essa redução é a perda por redução ao valor recuperável.

53. Como observado no item 26, esta norma exige que a entidade realize uma estimativa formal do valor recuperável de serviço somente se existir indicação de potencial perda por redução ao valor recuperável. Os itens 27 a 33 identificam as indicações-chave de que a perda por redução ao valor recuperável possa ter ocorrido.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800155

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

54. A perda por redução ao valor recuperável do ativo deve ser reconhecida imediatamente no resultado do período.

55. Quando o valor estimado para a perda por redução ao valor recuperável for maior do que o valor contábil do ativo ao qual se relaciona, a entidade deve reconhecer o passivo se, e somente se, isso for exigido por outra NBC TSP.

56. Quando a perda por redução ao valor recuperável estimada for maior do que o valor contábil do ativo, o valor contábil do ativo deve ser reduzido a zero com o montante correspondente reconhecido no resultado do período. O passivo deve ser reconhecido somente se outra NBC TSP assim exigir. Um exemplo é quando uma instalação para fins militares não é mais utilizada e a lei exige que a entidade remova essas instalações quando não forem mais utilizáveis. A entidade pode precisar fazer uma provisão para os custos de desmontagem se exigido pela NBC TSP 03 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

57. Depois do reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a despesa de depreciação do ativo deve ser ajustada em períodos futuros para alocar o valor contábil revisado do ativo, menos o seu valor residual (se houver), em base sistemática sobre sua vida útil remanescente.

Reversão da perda por redução ao valor recuperável

58. Os itens 59 a 70 estabelecem as exigências para reverter a perda por redução ao valor recuperável para o ativo reconhecida em períodos anteriores.

59. A entidade deve avaliar em cada data das demonstrações contábeis se há alguma indicação de que a perda por redução ao valor recuperável reconhecida em períodos anteriores para um ativo possa não mais existir ou ter diminuído. Se existir alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável de serviço desse ativo.

60. Ao avaliar se há alguma indicação de que a perda por redução ao valor recuperável reconhecida em períodos anteriores para um ativo possa não mais existir ou ter diminuído, a entidade deve considerar, no mínimo, as seguintes indicações:

Fontes externas de informação

(a) ressurgimento da demanda ou da necessidade de serviços fornecidos pelo ativo;

(b) mudanças significativas de longo prazo com efeito favorável sobre a entidade, que ocorreram durante o período ou que ocorrerão em futuro próximo, no ambiente tecnológico, legal ou de política governamental no qual a entidade opera;

Fontes internas de informação

(c) mudanças significativas de longo prazo com efeito favorável sobre a entidade, que ocorreram durante o período ou ocorrerão em futuro próximo, na extensão ou maneira pela qual o ativo é ou se espera que seja utilizado. Essas mudanças incluem custos incorridos durante o período para melhorar o desempenho do ativo ou reestruturar a operação à qual o ativo pertence;

(d) decisão para recomeçar a construção do ativo que foi anteriormente interrompida antes da sua conclusão ou de estar em condições de uso; e

(e) evidência disponível nos relatórios internos que indica que o desempenho do serviço do ativo é, ou será, melhor do que o esperado.

61. Indicações de possível diminuição na perda por redução ao valor recuperável descritas no item 60 espelham, principalmente, as indicações de potencial perda por redução ao valor recuperável, conforme item 27.

62. A lista no item 60 não é exaustiva. A entidade pode identificar outras indicações de reversão da perda por redução ao valor recuperável que poderiam igualmente exigir que a entidade estimasse novamente o valor recuperável de serviço do ativo. Por exemplo, quaisquer das indicações a seguir podem sugerir que a perda por redução ao valor recuperável possa ter sido revertida:

(a) aumento significativo no valor de mercado do ativo; ou

(b) aumento significativo de longo prazo na demanda ou na necessidade de serviços fornecidos pelo ativo.

63. O compromisso de descontinuar ou reestruturar uma operação no futuro próximo é uma indicação de reversão da perda por redução ao valor recuperável do ativo que pertence à operação, quando tal compromisso constitui mudança significativa de longo prazo, com efeito favorável sobre a entidade, na extensão ou na maneira de uso desse ativo. Circunstâncias de que tal compromisso é uma indicação de reversão da perda por redução ao valor recuperável, geralmente, relacionam-se a casos em que a expectativa de descontinuidade ou reestruturação da operação criam oportunidades para melhorar a utilização do ativo. Um exemplo é o equipamento de raio-x que está sendo subutilizado por clínica gerida por hospital público e que, como resultado da reestruturação, espera-se que seja transferido para o departamento central de radiologia do hospital, em que será significativamente mais bem utilizado. Neste caso, o compromisso para descontinuar ou reestruturar a operação da clínica pode ser uma indicação de que a perda por redução ao valor recuperável precisa ser revertida.

64. Se há indicação que a perda por redução ao valor recuperável reconhecida possa não mais existir ou ter diminuído, isto pode indicar que (a) a vida útil remanescente, (b) o método de depreciação ou (c) o valor residual possam precisar ser revistos e ajustados de acordo com a NBC TSP aplicável ao ativo, mesmo que nenhuma perda por redução ao valor recuperável do ativo tenha sido revertida.

65. A perda por redução ao valor recuperável para o ativo reconhecida em períodos anteriores deve ser revertida se, e somente se, tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável de serviço do ativo desde a data em que a última perda por redução ao valor recuperável foi reconhecida. Se esse for o caso, o valor contábil do ativo deve, com exceção do que está descrito no item 68, ser aumentado até seu valor recuperável de serviço. Esse aumento é a reversão da perda por redução ao valor recuperável.

66. Esta norma exige que a entidade realize uma estimativa formal do valor recuperável de serviço somente se existir indicação de reversão da perda por redução ao valor recuperável. O item 60 descreve indicações-chave para que a perda por redução ao valor recuperável reconhecida para um ativo em períodos anteriores não mais exista ou tenha diminuído.

67. A reversão da perda por redução ao valor recuperável reflete o aumento no valor recuperável de serviço estimado do ativo, seja pelo seu uso ou pela sua venda, desde a data em que a entidade reconheceu a última perda por redução ao valor recuperável para esse ativo. O item 77 exige que a entidade identifique a mudança nas estimativas que causou o aumento no valor recuperável de serviço. Exemplos de mudanças nas estimativas incluem:

(a) mudança na base do valor recuperável de serviço (isto é, se esse valor recuperável de serviço é baseado no valor justo líquido de despesas de venda ou no valor em uso);

(b) se o valor recuperável de serviço foi baseado no valor em uso, a mudança na estimativa dos componentes do valor em uso; ou

(c) se o valor recuperável de serviço foi baseado no valor justo líquido de despesas de venda, a mudança na estimativa dos componentes desse valor.

68. O aumento do valor contábil do ativo, atribuível à reversão da perda por redução ao valor recuperável não deve exceder o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação) caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em períodos anteriores.

69. A reversão da perda por redução ao valor recuperável do ativo deve ser reconhecida imediatamente no resultado do período.

70. Depois que a reversão da perda por redução ao valor recuperável for reconhecida, a despesa de depreciação para o ativo deve ser ajustada em períodos futuros para alocar o valor contábil revisado do ativo, menos o seu valor residual (se aplicável), em base sistemática ao longo de sua vida útil remanescente.

Reclassificação de ativos

71. A reclassificação de ativos geradores de caixa para ativos não geradores de caixa ou de ativos não geradores de caixa para ativos geradores de caixa deve ocorrer somente quando existir clara evidência que tal reclassificação é apropriada. A reclassificação, por si própria, não provoca, necessariamente, a realização do teste de redução ao valor recuperável ou reversão da perda por redução ao valor recuperável. Em vez disso, a indicação de teste de redução ao valor recuperável ou de reversão da perda por redução ao valor recuperável surge, no mínimo, das indicações listadas aplicáveis ao ativo após a reclassificação.

72. Há circunstâncias em que a entidade do setor público pode decidir que é adequado reclassificar um ativo não gerador de caixa para ativo gerador de caixa. Por exemplo, uma estação de tratamento de efluentes foi construída, principalmente, para tratar resíduos industriais de unidade habitacional social, para a qual não é cobrada qualquer taxa. A unidade habitacional social foi demolida e o local será utilizado para uso industrial e comercial. Pretende-se que, no futuro, a estação seja utilizada para tratar resíduos industriais cobrando taxas comerciais. Em virtude dessa decisão, a entidade do setor público decide reclassificar a estação de tratamento de efluentes para ativo gerador de caixa.

Divulgação

72A. A entidade deve divulgar os critérios desenvolvidos para diferenciar ativos não geradores de caixa de ativos geradores de caixa.

73. A entidade deve divulgar as seguintes informações para cada classe de ativos:

(a) o valor das perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado durante o período e as linhas da demonstração do resultado nas quais essas perdas por redução ao valor recuperável foram incluídas; e

(b) o valor das reversões das perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado do período e as linhas da demonstração do resultado nas quais essas perdas por redução ao valor recuperável foram revertidas.

73A. (Eliminado).

74. Uma classe de ativos é o agrupamento de ativos de natureza e uso semelhantes nas operações da entidade.

75. A informação exigida no item 73 pode ser apresentada com outras informações divulgadas para a classe de ativos. Por exemplo, essa informação pode ser incluída na conciliação do valor contábil do ativo imobilizado, no início e no final do período, segundo as exigências da NBC TSP 07.

76. A entidade que apresenta informações por segmento deve divulgar o seguinte para cada segmento reportado pela entidade:

(a) o montante das perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado durante o período; e

(b) o montante da reversão das perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado durante o período.

77. A entidade deve divulgar as seguintes informações para cada perda por redução ao valor recuperável ou reversão reconhecida durante o período:

(a) os eventos e as circunstâncias que levaram ao reconhecimento ou reversão da perda redução ao valor recuperável;

(b) o valor da perda por redução ao valor recuperável reconhecida ou revertida;

(c) a natureza do ativo;

(d) o segmento ao qual o ativo pertence, se a entidade divulga informações por segmento;

(e) se o valor recuperável de serviço do ativo é o seu valor justo líquido de despesas de venda ou seu valor em uso;

(f) se o valor recuperável de serviço for o valor justo líquido de despesas de venda, a base utilizada para determinar esse valor (por exemplo, se o valor justo foi determinado por referência a mercado ativo); e

(g) se o valor recuperável de serviço for o valor em uso, a abordagem utilizada para determinar esse valor.

78. Recomenda-se que a entidade divulgue as seguintes informações para as perdas e reversões das perdas por redução ao valor recuperável agregadas reconhecidas durante o período para as quais nenhuma informação é divulgada, de acordo com o item 77:

(a) as classes principais de ativos afetados por perdas por redução ao valor recuperável (e as principais classes de ativos afetados por reversões das perdas por redução ao valor recuperável); e

(b) os principais eventos e circunstâncias que levaram ao reconhecimento dessas perdas e reversões.

79. A entidade é encorajada a divulgar as premissas-chave usadas para determinar o valor recuperável de serviço de ativos durante o período.

80. (Eliminado).

80A. (Não convergido).

81. (Eliminado).

82 e 83. (Não convergidos).

Vigência

Esta norma deve ser aplicada pelas entidades do setor público a partir de 1º de janeiro de 2019, salvo na existência de algum normativo em âmbito nacional que estabeleça prazos específicos - casos em que estes prevalecem.

JOSÉ MARTONIO ALVES COELHO
Presidente do Conselho

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE, NBC TSP 10, DE 22 DE SETEMBRO DE 2017

Aprova a NBC TSP 10 - Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e com fundamento no disposto na alínea "f" do Art. 6º do Decreto-Lei n.º 9.295/1946, alterado pela Lei n.º 12.249/2010, faz saber que foi aprovada em seu Plenário a seguinte Norma Brasileira de Contabilidade (NBC):

NBC TSP 10 - REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVO GERADOR DE CAIXA

Objetivo

1. O objetivo desta norma é estabelecer os procedimentos que a entidade deve aplicar para determinar se o ativo gerador de caixa é objeto de redução ao valor recuperável e assegurar que as perdas por redução ao valor recuperável sejam reconhecidas. Esta norma também especifica quando a entidade deve reverter tais perdas e estabelece o que deve ser divulgado.

Alcance

2. A entidade que elabora e apresenta demonstrações contábeis, de acordo com o regime de competência, deve aplicar esta norma para a contabilização da redução ao valor recuperável de ativos geradores de caixa, exceto:

(a) estoques (ver NBC TSP 04 - Estoques);

(b) ativos advindos de contratos de construção;

(c) ativos financeiros que representem:

(i) caixa;

(ii) instrumento patrimonial de entidade não controlada (individual ou conjuntamente) ou não coligada;

(iii) direito contratual para receber dinheiro ou outro ativo financeiro ou para permutar ativos e passivos financeiros em condições favoráveis;

(iv) contrato que pode ser liquidado por instrumentos patrimoniais não derivativos; e

(v) contrato que pode ser liquidado por instrumentos patrimoniais derivativos que possam ser liquidados por número fixo de instrumentos patrimoniais não derivativos;

(d) propriedades para investimento mensuradas pelo valor justo (ver NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL, item 7.6(b) e NBC TSP 06 - Propriedade para Investimento);

(e) ativo imobilizado gerador de caixa mensurado pelo valor de reavaliação (ver NBC TSP 07 - Ativo Imobilizado);

(f) ativos tributários diferidos;

(g) ativos oriundos de benefícios a empregados;

(h) ativo intangível gerador de caixa mensurado pelo valor de reavaliação (ver NBC TSP 08 - Ativo Intangível);

(i) ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill);

(j) ativos biológicos relativos à atividade agrícola mensurados pelo valor justo líquido de despesas de venda;

(k) custos de aquisição diferidos e ativos intangíveis oriundos de direitos contratuais do segurador em contratos de seguro;

(l) ativos não circulantes (ou grupos de ativos) classificados como mantidos para venda e mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo líquido de despesas de venda relacionadas a tais ativos e operações descontinuadas; e

(m) outros ativos geradores de caixa para os quais as exigências para contabilização da redução ao valor recuperável estejam incluídas em outra NBC TSP.

3. Esta norma se aplica às entidades do setor público, conforme o alcance definido na NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL.

4 e 5. (Não convergidos).

6. Esta norma exclui do seu alcance os ativos intangíveis geradores de caixa que são reavaliados regularmente a valor justo. Esta norma inclui em seu alcance todos os outros ativos intangíveis geradores de caixa (por exemplo, aqueles que são contabilizados pelo custo menos qualquer amortização acumulada).

7. Esta norma exclui de seu alcance o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800156

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

8. Esta norma não se aplica aos estoques e ativos geradores de caixa oriundos de contratos de construção. Esta norma não se aplica a ativos tributários diferidos, ativos oriundos de benefícios a empregados ou custos de aquisição diferidos e ativos intangíveis oriundos de direitos contratuais decorrentes de seguro. Além disso, esta norma não se aplica a (a) ativos biológicos relacionados à atividade agrícola que são mensurados pelo valor justo líquido de despesas de venda e (b) ativos não circulantes (ou grupos de ativos) classificados como mantidos para venda que são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo líquido de despesas de venda.

9. Esta norma não se aplica a ativos financeiros listados no item 2(c).

10. Esta norma não exige a aplicação de teste de redução ao valor recuperável para a propriedade para investimento que seja contabilizada pelo valor justo de acordo com a NBC TSP 06. Sob o modelo de valor justo da NBC TSP 06, a propriedade para investimento deve ser contabilizada pelo valor justo na data das demonstrações contábeis e qualquer redução ao valor recuperável deve ser considerada na avaliação.

11. Esta norma não exige a aplicação de teste de redução ao valor recuperável para ativos geradores de caixa contabilizados por valores de reavaliação, segundo o modelo de reavaliação da NBC TSP 07. Segundo esse modelo, os ativos devem ser reavaliados com regularidade suficiente para assegurar que estejam registrados pelo montante que não seja materialmente diferente do seu valor justo na data das demonstrações contábeis, e qualquer redução ao valor recuperável deve ser considerada na avaliação.

12. Investimentos em:

(a) entidades controladas;

(b) coligadas; e

(c) entidades controladas em conjunto (joint arrangements);

quando classificados como ativos geradores de caixa, devem ser tratados de acordo com esta norma. Quando tais ativos não forem geradores de caixa, devem ser tratados segundo a NBC TSP 09 - Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa.

Definições

13. Os termos a seguir são utilizados nesta norma com os seguintes significados:

Unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos mantido com o objetivo principal de gerar retorno comercial que produz entradas de caixa pelo uso contínuo, as quais são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou grupos de ativos.

Valor recuperável é o maior montante entre o valor justo líquido de despesas de venda do ativo ou da unidade geradora de caixa e o seu valor em uso.

Valor em uso de ativo gerador de caixa é o valor presente da estimativa dos fluxos de caixa futuros esperados do uso contínuo dos ativos e de sua alienação ao final de sua vida útil.

Ativo gerador de caixa

14. Ativos geradores de caixa são aqueles mantidos com o objetivo principal de gerar retorno comercial. O ativo gera retorno comercial quando é empregado de maneira consistente com aquela adotada por entidade com fins lucrativos. Manter o ativo para gerar retorno comercial indica que a entidade pretende (a) gerar fluxos de caixa positivos do ativo (ou da unidade geradora de caixa da qual o ativo é parte) e (b) obter retorno comercial que reflita o risco envolvido em manter o ativo. O ativo pode ser mantido com o objetivo principal de gerar retorno comercial mesmo que não atenda a esse objetivo durante um período específico. De modo contrário, o ativo pode não ser gerador de caixa mesmo que atinja seu ponto de equilíbrio ou gere retorno comercial durante um período específico. A menos que seja estabelecido de outro modo, as referências a ativo ou ativos nos itens seguintes desta norma tratam de ativo gerador de caixa.

15. Existem várias circunstâncias em que a entidade do setor público pode manter alguns ativos com o objetivo principal de gerar retorno comercial, embora a maioria de seus ativos não seja mantida para essa finalidade. Por exemplo, um hospital pode utilizar um edifício para pacientes que pagam pelo atendimento. Os ativos geradores de caixa da entidade do setor público podem operar independentemente de seus ativos não geradores de caixa.

16. Em certos casos, um ativo pode gerar fluxos de caixa embora seja mantido primariamente para propósitos de prestação de serviço. Por exemplo, uma usina de tratamento de lixo é operada para assegurar a eliminação segura do lixo hospitalar gerado por hospitais controlados pelo Estado, mas a usina também trata pequena quantidade de lixo hospitalar gerada por hospitais privados. O tratamento do lixo hospitalar de hospitais privados é eventual às atividades da usina e os ativos que geram fluxos de caixa não podem ser distinguidos dos ativos não geradores de caixa.

17. Em outros casos, o ativo pode gerar fluxos de caixa e também ser utilizado para finalidades não relacionadas à geração de caixa. Por exemplo, um hospital público tem dez alas, das quais nove são utilizadas para pacientes particulares com fins comerciais e uma para pacientes que são atendidos gratuitamente. Os pacientes de todas as alas utilizam, conjuntamente, outras instalações do hospital (por exemplo, áreas operacionais). A extensão pela qual o ativo é mantido com o objetivo de fornecer retorno comercial deve ser considerada para determinar se a entidade deve aplicar as exigências desta norma ou as da NBC TSP 09. Se, conforme exemplificado, o componente não gerador de caixa for insignificante na estrutura como um todo, a entidade deve aplicar esta norma e não a NBC TSP 09.

18. Em alguns casos, pode não estar claro se o objetivo principal de manter o ativo é o de gerar retorno comercial. Nesses casos, é necessário avaliar a importância dos fluxos de caixa. Pode ser difícil determinar se o ativo é utilizado, primordialmente, para a geração de fluxos de caixa, de modo a se aplicar esta norma em vez da NBC TSP 09. Julgamento profissional é necessário para determinar qual norma deve ser aplicada. A entidade desenvolve critérios para que ela possa exercer esse julgamento consistentemente de acordo com a definição de ativos geradores de caixa e não geradores de caixa e com a orientação apresentada nos itens 14 a 17. O item 114 exige que a entidade divulgue os critérios utilizados para realizar esse julgamento. No entanto, dados os objetivos gerais da maioria das entidades do setor público, pressupõe-se que os ativos não são geradores de caixa nessas circunstâncias e, consequentemente, a NBC TSP 09 deve ser aplicada.

Depreciação

19. A depreciação, a amortização e a exaustão são, respectivamente, a alocação sistemática do valor depreciável, amortizável e exaurível de ativo ao longo de sua vida útil. No caso de ativo intangível e recursos naturais, os termos amortização e exaustão, respectivamente, são geralmente utilizados em vez de depreciação. Os três termos têm o mesmo significado e são denominados depreciação para efeitos desta norma.

Redução ao valor recuperável

20. Esta norma define redução ao valor recuperável como perda dos benefícios econômicos futuros ou do potencial de serviços de ativo superior ao reconhecimento sistemático da depreciação. A redução ao valor recuperável de ativo gerador de caixa reflete, portanto, o declínio nos benefícios econômicos futuros ou no potencial de serviços do ativo para a entidade que o controla. Por exemplo, a entidade pode ter um estacionamento municipal que está atualmente sendo utilizado em 25% de sua capacidade. O estacionamento é mantido com fins comerciais e a gestão estimou que ele gera taxa de retorno comercial quando seu uso é igual ou superior a 75%. O declínio no uso não foi acompanhado pelo aumento significativo nas tarifas de estacionamento. O ativo deve ser considerado como objeto de redução ao valor recuperável, pois seu valor contábil excede seu valor recuperável.

Identificação de ativo que possa ser objeto de redução ao valor recuperável

21. O ativo é objeto de redução ao valor recuperável quando o seu valor contábil exceder o seu valor recuperável. Os itens 25 a 27 descrevem algumas indicações de que uma perda dessa natureza possa ter ocorrido. Se qualquer dessas indicações estiver presente, a entidade deve fazer uma estimativa formal do valor recuperável. Exceto para as circunstâncias descritas no item 23, se não houver indicação de perda por redução ao valor recuperável, esta norma não exige que a entidade faça uma estimativa formal do valor recuperável.

22. A entidade deve avaliar, na data das demonstrações contábeis, se há indicação de que o ativo possa ser objeto de redução ao valor recuperável. Se houver qualquer indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo.

23. Independentemente da existência de qualquer indicação de redução ao valor recuperável, a entidade deve também testar, anualmente, o ativo intangível com vida útil indefinida ou ainda não disponível para uso quanto à redução ao valor recuperável pela comparação de seu valor contábil com seu valor recuperável. Esse teste de redução ao valor recuperável pode ser realizado a qualquer momento durante o período contábil, contanto que seja realizado na mesma época todos os anos. Diferentes ativos intangíveis podem ser testados quanto à redução ao valor recuperável em momentos diferentes. Entretanto, se o ativo intangível foi inicialmente reconhecido durante o período contábil corrente, esse ativo intangível deve ser testado quanto à redução ao valor recuperável antes do final do período corrente.

24. A capacidade de ativo intangível gerar benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços suficientes para recuperar seu valor contábil está, geralmente, sujeita à maior incerteza antes de o ativo estar disponível para o uso do que depois disso. Portanto, para ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso, esta norma exige que a entidade teste a redução ao valor recuperável pelo menos anualmente.

25. Ao avaliar se há alguma indicação de que o ativo possa ser objeto de redução ao valor recuperável, a entidade deve considerar, no mínimo, as seguintes indicações:

Fontes externas de informação

(a) durante o período, o valor de mercado do ativo tem diminuído significativamente mais do que o esperado pela passagem do tempo ou por seu uso normal;

(b) mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade, que ocorreram durante o período ou ocorrerão em futuro próximo, no ambiente tecnológico ou legal no qual a entidade opera;

(c) as taxas de juros de mercado ou outras taxas de retorno de mercado sobre investimentos têm aumentado durante o período e esses aumentos provavelmente afetam a taxa de desconto utilizada no cálculo do valor em uso do ativo e diminuem significativamente seu valor recuperável;

Fontes internas de informação

(d) evidência disponível de obsolescência ou de dano físico do ativo;

(e) mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade, que ocorreram durante o período ou ocorrerão em futuro próximo, na extensão ou maneira em que o ativo é ou se espera que seja utilizado. Essas mudanças incluem o ativo que se torna inativo ou ocioso, planos de descontinuidade ou reestruturação da operação à qual o ativo pertence, planos para alienação do ativo antes da data anteriormente esperada e reavaliação da vida útil do ativo como definida em vez de indefinida;

(f) decisão de interromper a construção do ativo antes de sua conclusão ou de estar em condições de uso; e

(g) evidência disponível proveniente de relatório interno que indique que o desempenho econômico do ativo é, ou será, pior que o esperado.

26. A relação constante no item 25 não é exaustiva. A entidade pode identificar outras indicações de que o ativo possa ser objeto de redução ao valor recuperável, exigindo que a entidade determine o seu valor recuperável.

27. Evidência proveniente de relatório interno que indique que o ativo possa ser objeto de redução ao valor recuperável inclui a existência de:

(a) fluxos de caixa para aquisição do ativo ou necessidades de caixa subsequentes para operá-lo ou mantê-lo que sejam significativamente maiores do que aqueles originalmente orçados;

(b) fluxos de caixa líquidos correntes ou resultado do período oriundo do ativo significativamente piores do que aqueles orçados;

(c) queda significativa dos fluxos de caixa líquidos ou do resultado orçado gerados pelo ativo; ou

(d) déficits ou saídas líquidas de caixa decorrentes do ativo, quando os valores do período corrente são agregados com aqueles orçados para o futuro.

28. Conforme indicado no item 23, esta norma requer que um ativo intangível com vida útil indefinida ou ainda não disponível para uso seja testado quanto à redução ao valor recuperável, pelo menos, uma vez ao ano. Independentemente do momento em que as exigências do item 23 forem adotadas, o conceito de materialidade se aplica na identificação se o valor recuperável do ativo necessita ser estimado. Por exemplo, se cálculos prévios indicarem que o valor recuperável do ativo é significativamente maior do que seu valor contábil, a entidade não necessita estimar novamente o valor recuperável do ativo, desde que não tenham ocorrido eventos que eliminariam essa diferença. Do mesmo modo, análise prévia pode indicar que o valor recuperável do ativo não é sensível a uma (ou mais) das indicações relacionadas no item 25.

29. Para ilustrar o item 28, se as taxas de juros de mercado ou outras taxas esperadas de retorno sobre investimentos tiverem aumentado durante o período, a entidade não precisa fazer uma estimativa formal do valor recuperável do ativo nos seguintes casos:

(a) se a taxa de desconto utilizada no cálculo do valor em uso do ativo provavelmente não for afetada pelo aumento nessas taxas de mercado. Por exemplo, aumentos nas taxas de juros de curto prazo podem não ter efeitos significativos sobre a taxa de desconto utilizada para o ativo que tenha longa vida útil remanescente;

(b) se a taxa de desconto utilizada no cálculo do valor em uso do ativo provavelmente for afetada pelo aumento nessas taxas de mercado. Porém uma análise prévia de sensibilidade de valor recuperável indica que:

(i) é improvável que haja diminuição significativa no valor recuperável, porque os fluxos de caixa futuros provavelmente também aumentarão (por exemplo, em alguns casos, a entidade pode ser capaz de demonstrar que ajusta suas receitas - principalmente receitas com contraprestação - para compensar qualquer aumento nas taxas de mercado); ou

(ii) é improvável que a diminuição do valor recuperável resultará em perda por redução ao valor recuperável significativa.

30. Se houver indicação de que o ativo possa ser objeto de redução ao valor recuperável, isso pode indicar que a vida útil remanescente, o método de depreciação ou o valor residual do ativo necessitam ser revisados e ajustados de acordo com a NBC TSP aplicável ao ativo, mesmo que nenhuma perda por redução ao valor recuperável tenha sido reconhecida para o ativo.

Mensuração do valor recuperável

31. Esta norma define o valor recuperável como o maior valor entre o valor justo líquido de despesas de venda do ativo e o seu valor em uso. Os itens 32 a 70 estabelecem as exigências para mensuração do valor recuperável. Essas exigências utilizam o termo "ativo", porém, se aplicam igualmente ao ativo individual ou à unidade geradora de caixa.

32. Nem sempre é necessário determinar o valor justo líquido de despesas de venda do ativo e o seu valor em uso. Se qualquer um desses valores exceder o valor contábil do ativo, esse ativo não foi objeto de redução ao valor recuperável e não é necessário estimar o outro valor.

33. Pode ser possível determinar o valor justo líquido de despesas de venda, mesmo que o ativo não seja negociado em mercado ativo. Entretanto, algumas vezes não é possível determinar o valor justo líquido de despesas de venda porque não há base para se fazer uma estimativa confiável do valor a ser obtido pela venda do ativo em transação sem favorecimentos entre partes conhecedoras e interessadas. Nesse caso, o valor em uso do ativo pode ser utilizado como seu valor recuperável.

34. Se não há razão para pressupor que o valor em uso do ativo excede significativamente seu valor justo líquido de despesas de venda, este último pode ser considerado como seu valor recuperável. Esse será, frequentemente, o caso para o ativo que é mantido para alienação. Isso acontece porque o valor em uso de ativo mantido para alienação consiste principalmente das receitas líquidas de venda, uma vez que os fluxos de caixa futuros decorrentes do uso contínuo do ativo até a sua venda são provavelmente irrisórios.

35. O valor recuperável deve ser determinado para o ativo considerado individualmente, a menos que o ativo não gere entradas de caixa que sejam em grande parte independentes daquelas decorrentes de outros ativos ou grupos de ativos. Nesse caso, o valor recuperável deve ser determinado para a unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence (ver itens 85 a 90), a menos que:

(a) o valor justo do ativo líquido de despesas de venda seja maior do que seu valor contábil; ou

(b) o ativo seja parte de unidade geradora de caixa, mas capaz de gerar fluxos de caixa individualmente, caso em que o valor em uso do ativo pode ser estimado como sendo próximo ao seu valor justo líquido de despesas de venda e este pode ser determinado.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800157

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

36. Em alguns casos, estimativas, médias e recursos computacionais podem proporcionar aproximações razoáveis dos cálculos detalhados para determinar o valor justo líquido de despesas de venda ou o valor em uso.

Mensuração do valor recuperável de ativo intangível com vida útil indefinida

37. O item 23 exige que o ativo intangível com vida útil indefinida seja anualmente testado quanto à redução ao valor recuperável pela comparação de seu valor contábil com seu valor recuperável, independentemente de haver qualquer indicação de que ele possa ser objeto de redução ao valor recuperável. Entretanto, o mais recente cálculo detalhado do valor recuperável de tal ativo, efetuado em período anterior, pode ser utilizado no teste de redução ao valor recuperável no período corrente, desde que todos os critérios a seguir sejam atendidos:

(a) os ativos e os passivos que compõem a unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence não mudaram significativamente desde o cálculo mais recente do valor recuperável (o que se aplica nos casos em que o ativo intangível, por não gerar entradas de caixa decorrentes do uso contínuo que são significativamente independentes daquelas decorrentes de outros ativos ou grupos de ativos, deve ser testado com relação à redução ao valor recuperável como parte da unidade geradora de caixa à qual pertence);

(b) o cálculo mais recente do valor recuperável resultou em montante que excedeu o valor contábil do ativo por uma margem substancial; e

(c) a probabilidade é remota de que o cálculo corrente do valor recuperável seja menor do que o valor contábil do ativo, com base em análise de eventos que têm ocorrido e de circunstâncias que têm mudado desde o cálculo mais recente do valor recuperável.

Valor justo líquido de despesas de venda

38. A melhor evidência do valor justo líquido de despesas de venda é o preço de contrato de compra e venda em transação sem favorecimentos, ajustado por despesas adicionais que sejam diretamente atribuíveis à alienação do ativo.

39. Se não houver contrato de compra e venda, mas o ativo for negociado em mercado ativo, o valor justo líquido de despesas de venda deve ser o preço de mercado do ativo menos as despesas de venda. O preço de mercado adequado é normalmente o preço corrente de venda. Quando os preços correntes de venda não estão disponíveis, o preço da transação mais recente pode oferecer uma base para estimar o valor justo líquido de despesas de venda, contanto que não tenha havido mudança significativa nas circunstâncias econômicas entre a data da transação e a data na qual a estimativa é realizada.

40. Se não houver contrato de compra e venda ou mercado ativo, o valor justo líquido de despesas de venda deve basear-se na melhor informação disponível para refletir o valor que a entidade poderia obter, na data das demonstrações contábeis, pela alienação do ativo em transação sem favorecimentos entre partes conhecedoras e interessadas, após deduzir as despesas de venda. Na determinação desse valor, a entidade pode considerar o resultado de transações recentes para ativos semelhantes, dentro do mesmo setor. O valor justo líquido de despesas de venda não deve refletir uma venda forçada.

41. As despesas de venda, exceto as que já tenham sido reconhecidas como passivo, devem ser deduzidas ao se determinar o valor justo líquido de despesas de venda. Exemplos dessas despesas são as legais, as taxas e impostos, de remoção do ativo e despesas diretas incrementais para deixar o ativo em condição de venda. Entretanto, as despesas com demissão de empregados e ligadas à redução ou reorganização do negócio depois da alienação do ativo não são despesas incrementais diretas para alienar o ativo.

42. Algumas vezes, a alienação do ativo pode exigir que o comprador assuma o passivo e somente um único valor justo líquido de despesas de venda está disponível tanto para o ativo quanto para o passivo. O item 89 explica como tratar esses casos.

Valor em uso

43. Os seguintes elementos devem estar refletidos no cálculo do valor em uso do ativo:

(a) estimativa dos fluxos de caixa que a entidade espera obter do ativo;

(b) expectativas acerca das possíveis variações no valor ou no momento dos fluxos de caixa futuros;

(c) o valor do dinheiro no tempo, representado pela taxa de juros de mercado livre de risco corrente;

(d) o preço para suportar a incerteza inerente ao ativo; e

(e) outros fatores, como a falta de liquidez, que participantes do mercado consideram ao precificar os futuros fluxos de caixa que a entidade espera obter com o ativo.

44. A estimativa do valor em uso do ativo envolve os seguintes passos:

(a) estimar futuras entradas e saídas de caixa decorrentes do uso contínuo do ativo e de sua alienação no final; e

(b) aplicar a taxa de desconto adequada a esses fluxos de caixa futuros.

45. Os elementos identificados no item 43(b), (d) e (e) podem ser refletidos como ajustes dos fluxos de caixa futuros ou ajustes da taxa de desconto. Seja qual for a abordagem que a entidade adote para contemplar as expectativas sobre possíveis variações no valor ou prazo de fluxos de caixa futuros, o resultado deve refletir o valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros, ou seja, a média ponderada de todos os resultados possíveis.

Bases para estimativas de fluxos de caixa futuros

46. Ao mensurar o valor em uso, a entidade deve:

(a) basear as projeções de fluxo de caixa em premissas razoáveis e fundamentadas que representem a melhor estimativa, por parte da administração, do conjunto de condições econômicas que existirão durante a vida útil remanescente do ativo. Importância maior deve ser dada à evidência externa;

(b) basear as projeções de fluxo de caixa nos orçamentos/projeções mais recentes aprovados pela administração, mas deve excluir qualquer estimativa de futuras entradas ou saídas de caixa que se espera originar de reestruturações futuras ou de melhoria ou aprimoramento do desempenho do ativo. Projeções baseadas nesses orçamentos/previsões devem abranger o período máximo de cinco anos, a menos que se justifique um período mais longo; e

(c) estimar as projeções de fluxo de caixa para além do período coberto pelos orçamentos/previsões mais recentes, por meio da extrapolação das projeções baseadas em orçamentos/previsões, utilizando uma taxa de crescimento estável ou decrescente para anos subsequentes, a menos que uma taxa crescente possa ser justificada. Essa taxa de crescimento não deve exceder a taxa de crescimento médio de longo prazo para os produtos, indústrias, país ou países nos quais a entidade opera ou para o mercado no qual o ativo é utilizado, a menos que uma taxa mais elevada possa ser justificada.

47. A administração deve avaliar a razoabilidade das premissas nas quais suas projeções correntes de fluxos de caixa se baseiam pelo exame das causas das diferenças entre projeções de fluxos de caixa passados e os fluxos de caixa reais. A administração deve certificar-se de que as premissas que fundamentam as projeções correntes de fluxos de caixa são consistentes com os resultados reais do passado, desde que os efeitos de eventos subsequentes ou circunstâncias inexistentes quando os fluxos de caixa reais forem gerados tornem isso apropriado.

48. Geralmente, não estão disponíveis orçamentos/previsões financeiras confiáveis, detalhados e explícitos de fluxos de caixa futuros para períodos superiores a cinco anos. Por essa razão, as estimativas da administração de fluxos de caixa futuros devem ser baseadas nos mais recentes orçamentos/previsões para o período máximo de cinco anos. A administração pode utilizar projeções de fluxo de caixa com base em orçamentos/previsões financeiras para período superior a cinco anos se estiver confiante de que essas projeções são confiáveis e puder demonstrar sua capacidade, baseada em experiência passada, de fazer previsão de fluxos de caixa corretamente para esse período mais longo.

49. As projeções de fluxo de caixa até o fim da vida útil do ativo devem ser estimadas pela extrapolação de projeções de fluxo de caixa baseadas em orçamentos/previsões financeiras, utilizando a taxa de crescimento para anos subsequentes. Essa taxa deve ser estável ou decrescente, a menos que o aumento na taxa seja condizente com informações objetivas sobre padrões do produto ou ciclo de vida do setor no qual a entidade opera. Se apropriado, a taxa de crescimento deve ser zero ou negativa.

50. Quando as condições são favoráveis, concorrentes podem entrar no mercado e restringir o crescimento. Portanto, as entidades terão dificuldade em exceder a taxa média de crescimento histórico a longo prazo (por exemplo, vinte anos) para produtos, indústrias, país ou países nos quais a entidade opera ou para o mercado no qual o ativo é utilizado.

51. Ao utilizar informações de orçamentos/previsões financeiras, a entidade deve considerar se as informações refletem premissas razoáveis e fundamentadas e se representam a melhor estimativa, por parte da administração, quanto ao conjunto de condições econômicas que existirão durante a vida útil remanescente do ativo.

Composição de estimativas de fluxos de caixa futuros

52. As estimativas de fluxos de caixa futuros devem incluir:

(a) projeções de entradas de caixa decorrentes do uso contínuo do ativo;

(b) projeções de saídas de caixa que são necessariamente incorridas para gerar as entradas de caixa decorrentes do uso contínuo do ativo (incluindo saídas de caixa para preparar o ativo para o uso) e que podem ser diretamente atribuídas, ou alocadas em base consistente e razoável, ao ativo; e

(c) se houver, fluxos líquidos de caixa a serem recebidos (ou pagos) referentes à alienação do ativo ao final de sua vida útil.

53. Estimativas de fluxos de caixa futuros e a taxa de desconto devem refletir premissas consistentes sobre aumentos de preços relacionados à inflação geral. Portanto, se a taxa de desconto incluir o efeito dos aumentos de preço devido à inflação geral, os fluxos de caixa futuros devem ser estimados em termos nominais. Se a taxa de desconto excluir o efeito de aumentos de preço devido à inflação geral, os fluxos de caixa futuros devem ser estimados em termos reais (mas devem incluir futuros aumentos ou reduções de preços específicos).

54. As projeções de saídas de caixa devem incluir aquelas necessárias para utilização e manutenção usual do ativo, bem como os custos/despesas indiretos futuros (overheads) que possam ser atribuídos diretamente, ou alocados em base razoável e consistente, ao uso do ativo.

55. Quando o valor contábil do ativo ainda não incluir todas as saídas de caixa a serem incorridas antes de ele estar pronto para uso ou venda, a previsão de saídas de fluxos de caixa futuros deve incluir a previsão de qualquer saída de caixa adicional que se espera incorrer antes que o ativo esteja pronto para uso ou venda. Exemplo corresponde ao caso de edifício em construção ou de projeto de desenvolvimento que ainda não esteja concluído.

56. Para evitar dupla contagem, as estimativas de fluxos de caixa futuros não devem incluir:

(a) entradas de caixa decorrentes de ativos que são em grande parte independentes do ativo sob análise (por exemplo, ativos financeiros como contas a receber); e

(b) saídas de caixa que se referem a obrigações que já foram reconhecidas como passivos (por exemplo, contas a pagar, obrigações previdenciárias ou provisões).

57. Fluxos de caixa futuros devem ser estimados para o ativo em sua condição corrente. As estimativas de fluxos de caixa futuros não devem incluir futuras entradas ou saídas de caixa que se esperam serem originadas de:

(a) futura reestruturação com a qual a entidade ainda não está comprometida; ou

(b) melhoria ou aprimoramento do desempenho do ativo.

58. Como os fluxos de caixa futuros são estimados para o ativo em sua condição corrente, o valor em uso não deve refletir:

(a) futuras saídas de caixa ou redução de despesa (por exemplo, redução nas despesas de pessoal) ou benefícios esperados de futura reestruturação com a qual a entidade ainda não está comprometida; ou

(b) futuras saídas de caixa que melhorarão ou aprimorarão o desempenho do ativo ou as entradas de caixa esperadas.

59. Reestruturação é algo (a) planejado e controlado pela administração e (b) que muda, significativamente, o escopo das atividades da entidade ou a maneira como essas atividades são conduzidas. A NBC TSP 03 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes possui orientação que esclarece quando a entidade está comprometida com uma reestruturação.

60. Alguns ativos possivelmente são afetados quando a entidade se compromete com uma reestruturação. Nesse caso:

(a) suas estimativas de futuras entradas e saídas de caixa, com o objetivo de determinar o valor em uso, devem refletir a economia de despesas e outros benefícios provenientes da reestruturação (com base nos mais recentes orçamentos/previsões financeiras que foram aprovados pela administração); e

(b) suas estimativas de futuras saídas de caixa para a reestruturação devem ser incluídas na provisão para reestruturação conforme a NBC TSP 03.

61. Até que a entidade incorra em saídas de caixa que melhorem ou aprimorem o desempenho do ativo, as estimativas de fluxos de caixa futuros não devem incluir as estimativas de entradas de caixa decorrentes do aumento de benefícios econômicos ou potencial de serviços associados com a saída de caixa esperada.

62. As estimativas de fluxos de caixa futuros incluem saídas necessárias à manutenção do nível de benefícios econômicos ou de potencial de serviços esperados de ativo em sua condição corrente. Quando a unidade for composta de ativos com diferentes vidas úteis estimadas, sendo todos essenciais para a continuidade da sua operação, a substituição de ativos com vidas mais curtas deve ser considerada como parte da manutenção usual da unidade quando da estimativa de fluxos de caixa futuros associados a ela. De modo semelhante, quando o ativo individual abrange componentes com diferentes vidas úteis estimadas, a substituição de componentes com vida mais curta deve ser considerada como parte da manutenção usual do ativo quando da estimativa dos fluxos de caixa futuros gerados por esse ativo.

63. As estimativas de fluxos de caixa futuros não devem incluir:

(a) entradas ou saídas de caixa provenientes de atividades de financiamento; ou

(b) recebimentos ou pagamentos de tributos sobre a renda.

64. Fluxos de caixa futuros estimados refletem premissas consistentes com a maneira pela qual a taxa de desconto é determinada. De outra forma, o efeito de algumas premissas será contado duas vezes ou ignorado. Como o valor da moeda no tempo é considerado no desconto de fluxos de caixa futuros estimados, esses fluxos de caixa devem excluir as entradas ou saídas de caixa provenientes das atividades de financiamento. Similarmente, uma vez que a taxa de desconto é determinada antes dos tributos, os fluxos de caixa futuros devem ser também determinados antes dos tributos.

65. A estimativa de fluxos de caixa líquidos a serem recebidos (ou pagos) pela alienação de ativo ao final de sua vida útil deve ser o valor que a entidade espera obter da alienação do ativo em transação sem favorecimentos entre partes conhecedoras e interessadas, após deduzir as despesas estimadas de venda.

66 A estimativa de fluxos de caixa líquidos a serem recebidos (ou pagos) pela alienação de ativo ao final de sua vida útil deve ser determinada de modo semelhante ao valor justo líquido de despesas de venda, com exceção de que, ao estimar esses fluxos de caixa líquidos:

(a) a entidade deve utilizar preços vigentes na data da estimativa para ativos semelhantes que atingiram o final de sua vida útil e que operaram em condições semelhantes àquelas nas quais o ativo deve ser utilizado; e

(b) a entidade deve ajustar esses preços tanto pelo efeito de seus futuros aumentos devidos à inflação quanto para futuros aumentos ou diminuições de preços específicos. Entretanto, se as estimativas de fluxos de caixa futuros provenientes do uso contínuo do ativo e a taxa de desconto excluírem o efeito da inflação geral, a entidade deve também excluir esse efeito das estimativas dos fluxos de caixa líquidos da alienação do ativo.

Fluxo de caixa futuro em moeda estrangeira

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800158

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

67. Os fluxos de caixa futuros devem ser estimados na moeda na qual eles serão gerados e, em seguida, deve-se utilizar a taxa de desconto adequada para essa moeda. A entidade deve converter o valor presente, utilizando a taxa de câmbio à vista na data do cálculo do valor em uso.

Taxa de desconto

68. A taxa de desconto deve ser a taxa antes dos tributos que reflita as avaliações correntes de mercado acerca:

(a) do valor da moeda no tempo, representado pela taxa de juros corrente livre de risco; e

(b) dos riscos específicos do ativo para os quais as futuras estimativas de fluxo de caixa não foram ajustadas.

69. A taxa que reflita avaliações correntes de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo corresponde ao retorno que os investidores exigiriam se eles tivessem que escolher um investimento que gerasse fluxos de caixa de montante, prazo e perfil de risco equivalentes àqueles que a entidade espera serem derivados do ativo. Essa taxa deve ser estimada a partir de taxas implícitas em transações de mercado correntes para ativos semelhantes. Entretanto, as taxas de desconto utilizadas para mensurar o valor em uso do ativo não devem refletir os riscos para os quais as estimativas de fluxo de caixa futuro tenham sido ajustadas. Caso contrário, o efeito de algumas premissas será levado em consideração em duplicidade.

70. Quando a taxa específica do ativo não estiver diretamente disponível no mercado, a entidade deve utilizar alternativas para estimar a taxa de desconto.

Reconhecimento e mensuração da perda por redução ao valor recuperável de ativo individual

71. Os itens 72 a 75 estabelecem as exigências para reconhecer e mensurar perdas por redução ao valor recuperável de ativo individual. O reconhecimento e a mensuração dessas perdas por redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa são tratados nos itens 76 a 97.

72. Se, e somente se, o valor recuperável do ativo for menor do que seu valor contábil, o valor contábil do ativo deve ser reduzido ao seu valor recuperável. Essa redução é a perda por redução ao valor recuperável.

73. A perda por redução ao valor recuperável do ativo deve ser reconhecida imediatamente no resultado do período.

74. Quando o valor estimado para a perda por redução ao valor recuperável for maior do que o valor contábil do ativo ao qual se relaciona, a entidade deve reconhecer o passivo se, e somente se, isso for exigido por outra NBC TSP.

75. Depois do reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a despesa de depreciação deve ser ajustada em períodos futuros para alocar o valor contábil revisado do ativo, menos seu valor residual (se houver), em base sistemática sobre sua vida útil remanescente.

Unidade geradora de caixa

76. Os itens 77 a 97 estabelecem as exigências para a identificação da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence e para a determinação do valor contábil e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável de unidades geradoras de caixa.

Identificação da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence

77. Se houver qualquer indicação de que o ativo possa ser objeto de redução ao valor recuperável, o valor recuperável deve ser estimado para o ativo individual. Se não for possível estimar o valor recuperável do ativo individual, a entidade deve determinar o valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence (unidade geradora de caixa do ativo).

78. O valor recuperável do ativo individual não pode ser determinado se:

(a) o valor em uso do ativo não puder ser estimado como tendo valor próximo de seu valor justo líquido de despesas de venda (por exemplo, quando os fluxos de caixa futuros provenientes do uso contínuo do ativo não puderem ser estimados por serem insignificantes); e

(b) o ativo não gerar entradas de caixa que sejam em grande parte independentes daquelas provenientes de outros ativos e não for capaz de gerar fluxos de caixa individualmente.

Nesses casos, o valor em uso e, portanto, o valor recuperável, pode ser determinado somente para a unidade geradora de caixa do ativo.

79. Conforme definido no item 13, a unidade geradora de caixa do ativo é o menor grupo de ativos que (a) inclui o ativo e (b) gera entradas de caixa que são em grande parte independentes das entradas de caixa provenientes de outros ativos ou grupos de ativos. A identificação da unidade geradora de caixa do ativo requer julgamento. Se o valor recuperável não puder ser determinado para cada ativo individual, a entidade deve identificar a menor agregação de ativos que gera entradas de caixa independentes.

80. As entradas de caixa correspondem ao caixa e equivalentes de caixa recebidos de terceiros. Na identificação se as entradas de caixa provenientes de ativo (ou grupo de ativos) são em grande parte independentes das entradas de caixa provenientes de outros ativos (ou grupos de ativos), a entidade deve considerar vários fatores, incluindo a maneira como a administração (a) monitora as operações da entidade (tais como linhas de produto, tipos de negócios, localidades específicas, distritos ou regiões) ou (b) toma decisões sobre a continuidade ou alienação dos ativos e operações da entidade.

81. Se existir mercado ativo para o produto do ativo ou grupo de ativos, esse ativo ou grupo de ativos deve ser identificado como unidade geradora de caixa, mesmo que alguns ou todos os produtos sejam utilizados internamente. Se as entradas de caixa geradas por qualquer ativo ou unidade geradora de caixa forem afetadas por preço interno de transferência entre entidades do mesmo grupo, a entidade deve utilizar a melhor estimativa de preço futuro que poderia ser alcançado em transação sem favorecimentos entre partes conhecedoras e interessadas, levando em consideração:

(a) as futuras entradas de caixa utilizadas para determinar o valor em uso do ativo ou da unidade geradora de caixa; e

(b) as futuras saídas de caixa utilizadas para determinar o valor em uso para quaisquer outros ativos ou unidades geradoras de caixa que são afetados pelo preço interno de transferência.

82. Mesmo se parte ou toda a produção do ativo ou do grupo de ativos for utilizada por outras unidades da entidade (por exemplo, produtos em estágio intermediário do processo produtivo), esse ativo ou grupo de ativos forma uma unidade geradora de caixa separada se a entidade puder vender esse produto em mercado ativo. Isso acontece porque o ativo ou grupo de ativos pode gerar entradas de caixa que seriam em grande parte independentes das entradas de caixa provenientes de outros ativos ou grupos de ativos. Ao utilizar informações baseadas em orçamentos/previsões financeiras que se relacionam a essa unidade geradora de caixa, ou a qualquer outro ativo ou unidade geradora de caixa afetada pelo preço interno de transferência, a entidade deve ajustar essa informação se os preços internos de transferência não refletirem a melhor estimativa, por parte da administração, dos preços futuros que seriam conseguidos em transações sem favorecimentos entre partes conhecedoras e interessadas.

83. As unidades geradoras de caixa devem ser identificadas de maneira consistente de um período para o outro para o mesmo ativo ou tipos de ativos, a menos que haja justificativa para a mudança.

84. Se a entidade determinar que o ativo pertence à unidade geradora de caixa diferente daquela a que pertencia em períodos anteriores ou que os tipos de ativos agrupados na unidade geradora de caixa mudaram, o item 120 requer divulgações a respeito da unidade geradora de caixa se a perda por redução ao valor recuperável for reconhecida ou revertida.

Valor recuperável e valor contábil de unidade geradora de caixa

85. O valor recuperável da unidade geradora de caixa é o maior valor entre o valor justo líquido de despesas de venda e o seu valor em uso. Com a finalidade de determinar o valor recuperável da unidade geradora de caixa, qualquer referência a "ativo" constante dos itens 31 a 70 deve ser lida como "unidade geradora de caixa".

86. O valor contábil da unidade geradora de caixa deve ser determinado de maneira consistente com o modo pelo qual é determinado seu valor recuperável.

87. O valor contábil da unidade geradora de caixa:

(a) deve incluir o valor contábil somente daqueles ativos que podem ser atribuídos diretamente, ou alocados em base razoável e consistente, à unidade geradora de caixa e que gerarão as entradas de caixa futuras utilizadas para determinar o valor em uso da unidade geradora de caixa; e

(b) não deve incluir o valor contábil de qualquer passivo reconhecido, a menos que o valor recuperável da unidade geradora de caixa não possa ser determinado sem considerar esse passivo.

Isso ocorre porque o valor justo líquido de despesas de venda e o valor em uso da unidade geradora de caixa devem ser determinados excluindo-se os fluxos de caixa que estão relacionados a ativos que não são parte de unidade geradora de caixa e passivos que tenham sido reconhecidos (ver itens 41 e 56).

88. Quando os ativos são agrupados para avaliação da recuperabilidade, é importante incluir na unidade geradora de caixa todos os ativos que geram, ou são utilizados para gerar, o fluxo relevante de entradas de caixa. De outra forma, a unidade geradora de caixa pode parecer ser totalmente recuperável quando, de fato, ocorreu a perda por redução ao valor recuperável. A árvore de decisão (ver Apêndice A) apresenta o fluxograma que ilustra o tratamento para ativos individuais que são parte de unidades geradoras de caixa.

89. Pode ser necessário considerar alguns passivos reconhecidos para determinar o valor recuperável da unidade geradora de caixa. Isso pode ocorrer se a alienação da unidade geradora de caixa exigir que o comprador assuma o passivo. Nesse caso, o valor justo líquido de despesas de venda (ou o fluxo de caixa estimado da alienação final) da unidade geradora de caixa é o preço de venda estimado para os ativos da unidade geradora de caixa juntamente com o passivo, menos as despesas de venda. A fim de efetuar uma comparação significativa entre o valor contábil da unidade geradora de caixa e o seu valor recuperável, o valor contábil do passivo deve ser deduzido na determinação tanto do valor em uso da unidade geradora de caixa quanto do seu valor contábil.

90. Por razões práticas, o valor recuperável da unidade geradora de caixa é algumas vezes determinado depois de se considerar (a) ativos que não são parte da unidade geradora de caixa (por exemplo, contas a receber ou outros ativos financeiros) ou (b) passivos que tenham sido reconhecidos (como, por exemplo, contas a pagar, pensões e outras provisões). Nesses casos, o valor contábil da unidade geradora de caixa deve ser aumentado pelo valor contábil desses ativos e diminuído pelo valor contábil desses passivos.

Perda por redução ao valor recuperável para unidade geradora de caixa

91. A perda por redução ao valor recuperável para unidade geradora de caixa deve ser reconhecida se, e somente se, o valor recuperável da unidade for menor do que o seu valor contábil. A perda por redução ao valor recuperável deve ser alocada para reduzir o valor contábil dos ativos geradores de caixa da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo na unidade. Essas reduções nos valores contábeis devem ser tratadas como perdas por redução ao valor recuperável de ativos individuais e reconhecidas, conforme o item 73.

92. Ao alocar a perda por redução ao valor recuperável, de acordo com o item 91, a entidade não deve reduzir o valor contábil do ativo abaixo do maior valor entre:

(a) seu valor justo líquido de despesas de venda (se determinável);

(b) seu valor em uso (se determinável); e

(c) zero.

O valor da perda por redução ao valor recuperável que, de outra forma, teria sido alocado ao ativo, deve ser alocado aos outros ativos da unidade em base proporcional.

93. Quando o ativo não gerador de caixa contribuir para a unidade geradora de caixa, a proporção do valor contábil daquele ativo não gerador de caixa deve ser alocada ao valor contábil da unidade geradora de caixa antes do cálculo do valor recuperável dessa unidade geradora de caixa. O valor contábil do ativo não gerador de caixa deve refletir quaisquer perdas por redução ao valor recuperável na data das demonstrações contábeis, conforme exigências da NBC TSP 09.

94. Se o valor recuperável de ativo individual não puder ser determinado (ver item 78):

(a) a perda por redução ao valor recuperável deve ser reconhecida para o ativo se seu valor contábil for superior ao maior montante entre seu valor justo líquido de despesas de venda e os resultados dos procedimentos de alocação descritos nos itens 91 a 93; e

(b) nenhuma perda por redução ao valor recuperável deve ser reconhecida para o ativo se a unidade geradora de caixa à qual está relacionado não for objeto de redução ao valor recuperável. Isso se aplica mesmo se o valor justo líquido de despesas de venda do ativo for menor do que seu valor contábil.

95. Em alguns casos, os ativos não geradores de caixa contribuem para as unidades geradoras de caixa. Esta norma exige que, quando a unidade geradora de caixa que contém ativo não gerador de caixa está sujeita ao teste de redução ao valor recuperável, esse ativo não gerador de caixa deve ser testado quanto à redução ao valor recuperável, de acordo com as exigências da NBC TSP 09. A proporção do valor contábil daquele ativo não gerador de caixa, em seguida à aplicação do teste de redução ao valor recuperável, deve ser incluída no valor contábil da unidade geradora de caixa. A proporção deve refletir a extensão pela qual o potencial de serviços do ativo não gerador de caixa contribui para a unidade geradora de caixa. A alocação de qualquer perda por redução ao valor recuperável da unidade geradora de caixa deve ser realizada proporcionalmente a todos os ativos geradores de caixa nessa unidade, sujeita aos limites do item 92. O ativo não gerador de caixa não está sujeito à perda por redução ao valor recuperável além daquelas determinadas de acordo com a NBC TSP 09.

96. Quando o ativo contribuir com potencial de serviços para uma ou mais atividades geradoras de caixa, mas não para atividades não geradoras de caixa, as entidades devem remeter-se às normas aplicáveis que tratam de tais circunstâncias.

97. Após a aplicação das exigências dos itens 91 a 93, o passivo deve ser reconhecido para qualquer valor remanescente da perda por redução ao valor recuperável da unidade geradora de caixa se, e somente se, for exigido por outra norma.

Reversão da perda por redução ao valor recuperável

98. Os itens 99 a 105 estabelecem as exigências para reverter a perda por redução ao valor recuperável reconhecida para ativo ou unidade geradora de caixa em períodos anteriores. Essas exigências utilizam o termo "ativo", mas se aplicam igualmente a ativo individual ou à unidade geradora de caixa. Exigências adicionais são estabelecidas para ativo individual nos itens 106 a 109 e para unidade geradora de caixa nos itens 110 e 111.

99. A entidade deve avaliar em cada data das demonstrações contábeis se há alguma indicação de que a perda por redução ao valor recuperável reconhecida em períodos anteriores para o ativo possa não mais existir ou ter diminuído. Se existir alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável desse ativo.

100. Ao avaliar se há alguma indicação de que a perda por redução ao valor recuperável reconhecida em períodos anteriores para o ativo possa não mais existir ou ter diminuído, a entidade deve considerar, no mínimo, as seguintes indicações:

Fontes externas de informação

(a) o valor de mercado do ativo tem aumentado significativamente durante o período;

(b) ocorreram, durante o período, ou ocorrerão, em futuro próximo, mudanças significativas com efeito favorável sobre a entidade no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal no qual ela opera ou no mercado no qual o ativo é utilizado;

(c) as taxas de juros de mercado ou outras taxas de retorno de mercado sobre investimentos têm diminuído durante o período e essas diminuições possivelmente afetam a taxa de desconto utilizada no cálculo do valor em uso do ativo e aumentam substancialmente seu valor recuperável;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800159

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Fontes internas de informação

(d) ocorreram, durante o período, ou ocorrerão, em futuro próximo, mudanças significativas, com efeito favorável sobre a entidade, na extensão ou maneira pela qual o ativo é ou se espera que seja utilizado. Essas mudanças incluem custos incorridos durante o período com a finalidade de melhorar ou aprimorar o desempenho do ativo ou reestruturar a operação à qual o ativo pertence;

(da) decisão de recomeçar a construção do ativo que foi anteriormente interrompida antes da sua conclusão ou de estar em condições de uso; e

(e) evidência disponível nos relatórios internos que indica que o desempenho econômico do ativo é, ou será, melhor do que o esperado.

101. Indicações de possível diminuição na perda por redução ao valor recuperável descritas no item 100 espelham, principalmente, as indicações de potencial perda por redução ao valor recuperável conforme o item 25.

102. Se há indicação de que a perda por redução ao valor recuperável reconhecida para o ativo possa não mais existir ou ter diminuído, isso pode indicar que (a) a vida útil remanescente, (b) o método de depreciação ou (c) o valor residual podem precisar ser revistos e ajustados em conformidade com a norma aplicável ao ativo, mesmo que nenhuma perda por redução ao valor recuperável do ativo tenha sido revertida.

103. A perda por redução ao valor recuperável reconhecida em períodos anteriores para o ativo deve ser revertida se, e somente se, tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o seu valor recuperável desde a data em que a última perda por redução ao valor recuperável foi reconhecida. Se esse for o caso, o valor contábil do ativo deve ser aumentado até o seu valor recuperável. Esse aumento é a reversão da perda por redução ao valor recuperável.

104. A reversão da perda por redução ao valor recuperável reflete o aumento no potencial de serviços estimado do ativo, tanto pelo uso quanto pela venda, desde a data em que a entidade reconheceu a última perda por redução ao valor recuperável para esse ativo. A entidade deve identificar a mudança nas estimativas que causa o aumento no potencial de serviços estimado. Exemplos de alterações nas estimativas incluem:

(a) mudança na base do valor recuperável (isto é, se o valor recuperável é baseado no valor justo líquido de despesas de venda ou no valor em uso);

(b) se o valor recuperável foi baseado no valor em uso, a mudança no valor ou no prazo de fluxos de caixa futuros estimados ou na taxa de desconto; ou

(c) se o valor recuperável foi baseado no valor justo líquido de despesas de venda, a mudança na estimativa dos componentes desse valor.

105. O valor em uso do ativo pode se tornar maior do que seu valor contábil simplesmente porque o valor presente de entradas de caixa futuras aumenta à medida que essas se tornam mais próximas. Entretanto, o potencial de serviços do ativo não aumentou. Portanto, a perda por redução ao valor recuperável não deve ser revertida simplesmente por causa do transcurso do tempo, mesmo que o valor recuperável do ativo se torne maior do que seu valor contábil.

Reversão da perda por redução ao valor recuperável de ativo individual

106. O aumento do valor contábil do ativo atribuível à reversão da perda por redução ao valor recuperável não deve exceder o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação) caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em períodos anteriores.

107. Qualquer aumento no valor contábil do ativo acima do valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação) caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida em períodos anteriores é uma reavaliação. Na contabilização de tal reavaliação, a entidade emprega a norma aplicável ao ativo.

108. A reversão da perda por redução ao valor recuperável do ativo deve ser reconhecida imediatamente no resultado do período.

109. Depois que a reversão da perda por redução ao valor recuperável for reconhecida, a despesa de depreciação para o ativo deve ser ajustada em períodos futuros para alocar o valor contábil revisado do ativo, menos seu valor residual (se aplicável), em base sistemática ao longo de sua vida útil remanescente.

Reversão da perda por redução ao valor recuperável de unidade geradora de caixa

110. A reversão da perda por redução ao valor recuperável para a unidade geradora de caixa deve ser alocada aos ativos geradores de caixa da unidade proporcionalmente ao valor contábil desses ativos. Esses aumentos nos valores contábeis devem ser tratados como reversão de perdas por redução ao valor recuperável de ativos individuais e reconhecidos de acordo com o item 108. Nenhuma parte do valor de tal reversão deve ser alocada a ativo não gerador de caixa que contribui para o potencial de serviços da unidade geradora de caixa.

111. Ao alocar a reversão da perda por redução ao valor recuperável para a unidade geradora de caixa de acordo com o item 110, o valor contábil do ativo não deve ser aumentado acima do menor valor entre:

(a) seu valor recuperável (se determinável); e

(b) o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação) se nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida em períodos anteriores.

O valor da reversão da perda por redução ao valor recuperável, que de outra forma teria sido alocado ao ativo, deve ser alocado de forma proporcional aos outros ativos da unidade.

Reclassificação de ativos

112. A reclassificação de ativo gerador de caixa para ativo não gerador de caixa ou de ativo não gerador de caixa para ativo gerador de caixa deve ocorrer somente quando existir clara evidência que tal reclassificação é adequada. A reclassificação, por si própria, não provoca necessariamente a realização do teste de redução ao valor recuperável ou reversão da perda por redução ao valor recuperável. Na data das demonstrações contábeis subsequentes à reclassificação, a entidade deve considerar, no mínimo, as indicações relacionadas no item 25.

113. Há circunstâncias em que a entidade do setor público pode decidir que é adequado reclassificar o ativo gerador de caixa para ativo não gerador de caixa. Por exemplo, uma estação de tratamento de efluentes foi construída, primariamente, para tratar de resíduos industriais de propriedade industrial cobrando taxas comerciais e a capacidade excedente tem sido utilizada para tratar resíduos de unidade habitacional social, para a qual não é cobrada qualquer taxa. A propriedade industrial fechou recentemente e, no futuro, o local será desenvolvido para finalidades sociais de habitação. Em virtude do fechamento da propriedade industrial, a entidade do setor público decide reclassificar a estação de tratamento de efluentes para ativo não gerador de caixa.

Divulgação

114. A entidade deve divulgar os critérios desenvolvidos para diferenciar ativos geradores de caixa de ativos não geradores de caixa.

115. A entidade deve divulgar as seguintes informações para cada classe de ativos:

(a) o valor das perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado durante o período e as linhas da demonstração do resultado nas quais essas perdas foram incluídas;

(b) o valor das reversões das perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado durante o período e as linhas da demonstração do resultado nas quais essas perdas por redução ao valor recuperável foram revertidas.

116. Em alguns casos, pode não estar claro se o objetivo principal de se manter o ativo é o de gerar retorno comercial. Esse julgamento é necessário para determinar se esta norma ou a NBC TSP 09 deve ser aplicada. O item 114 exige a divulgação dos critérios utilizados para diferenciar ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa.

117. Uma classe de ativos é o agrupamento de ativos de natureza e uso semelhantes nas operações da entidade que é demonstrada como um único item para fins de divulgação nas demonstrações contábeis.

118. A informação exigida no item 115 pode ser apresentada com outras informações divulgadas para a classe de ativos. Por exemplo, essa informação pode ser incluída na conciliação do valor contábil do ativo imobilizado, no início e no final do período, segundo as exigências da NBC TSP 07.

119. A entidade que apresenta informações por segmento deve divulgar o seguinte para cada segmento reportado pela entidade baseado no formato de apresentação das demonstrações contábeis da entidade:

(a) o montante das perdas por redução ao valor recuperável reconhecido no resultado durante o período; e

(b) o montante da reversão das perdas por redução ao valor recuperável reconhecido no resultado durante o período.

120. A entidade deve divulgar as seguintes informações para cada perda por redução ao valor recuperável ou reversão reconhecida durante o período para ativo gerador de caixa ou unidade geradora de caixa:

(a) os eventos e as circunstâncias que levaram ao reconhecimento ou reversão da perda por redução ao valor recuperável;

(b) o valor da perda por redução ao valor recuperável reconhecida ou revertida;

(c) para ativo gerador de caixa:

(i) a natureza do ativo; e

(ii) se a entidade apresenta informações por segmento, o segmento reportado ao qual pertence o ativo, baseado no formato de apresentação das demonstrações contábeis da entidade;

(d) para unidade geradora de caixa:

(i) descrição da unidade geradora de caixa (por exemplo, se é linha de produção, instalação, unidade de negócios, área geográfica ou segmento reportado);

(ii) valor da perda por redução ao valor recuperável reconhecida ou revertida por classe de ativos e, se a entidade apresenta informação por segmento, por segmento reportado, baseado no formato de apresentação das demonstrações contábeis da entidade; e

(iii) se a agregação de ativos para identificar a unidade geradora de caixa mudou desde a estimativa anterior do valor recuperável da unidade geradora de caixa (caso exista), a descrição da maneira atual e anterior da agregação dos ativos e as razões que justificaram a mudança na maneira pela qual é identificada a unidade geradora de caixa;

(e) se o valor recuperável do ativo é seu valor justo líquido de despesas de venda ou seu valor em uso;

(f) se o valor recuperável for o valor justo líquido de despesas de venda, a base utilizada para determinar esse valor (por exemplo, se o valor justo foi determinado tendo mercado ativo como referência); e

(g) se o valor recuperável for o valor em uso, a taxa de desconto utilizada na estimativa atual e na anterior (se houver) do valor em uso.

121. A entidade deve divulgar as seguintes informações para as perdas e reversões das perdas por redução ao valor recuperável agregadas reconhecidas durante o período para as quais nenhuma informação é divulgada em conformidade com o item 120:

(a) as principais classes de ativos afetados pelas perdas por redução ao valor recuperável e as principais classes de ativos afetados por reversões das perdas por redução ao valor recuperável; e

(b) os principais eventos e circunstâncias que levaram ao reconhecimento dessas perdas e reversões.

122. Recomenda-se que a entidade divulgue as premissas usadas para determinar o valor recuperável dos ativos durante o período. Entretanto, o item 123 exige que a entidade divulgue informações sobre as estimativas utilizadas para mensurar o valor recuperável das unidades geradoras de caixa quando o ativo intangível com vida útil indefinida é incluído no valor contábil daquela unidade.

Divulgação das estimativas utilizadas para mensurar os valores recuperáveis de unidades geradoras de caixa que contêm ativos intangíveis com vida útil indefinida

123. A entidade deve divulgar as informações exigidas nas alíneas (a) a (e) para cada unidade geradora de caixa para as quais o valor contábil dos ativos intangíveis com vida útil indefinida alocado à unidade é relevante em comparação com o valor contábil total dos ativos intangíveis com vida útil indefinida da entidade:

(a) o valor contábil dos ativos intangíveis com vida útil indefinida alocado à unidade;

(b) a base pela qual o valor recuperável da unidade tem sido determinado (ou seja, valor em uso ou valor justo líquido de despesas de venda);

(c) se o valor recuperável da unidade for baseado no valor em uso:

(i) descrição de cada premissa-chave em que a administração tem baseado sua projeção de fluxo de caixa para o período coberto pelo orçamento/previsões mais recentes. As premissas-chave são aquelas para as quais o valor recuperável da unidade é mais sensível;

(ii) descrição da abordagem da administração para determinar o valor atribuído para cada premissa-chave; se esse valor reflete a experiência passada ou, se apropriado, se é consistente com fontes externas de informações e, caso contrário, como e por que difere das experiências passadas ou de fontes externas de informações;

(iii) período sobre o qual a administração tem projetado os fluxos de caixa baseados em orçamento/previsões financeiras por ela aprovados e, quando um período superior a cinco anos for utilizado para a unidade geradora de caixa, a explicação do motivo pelo qual um período mais longo é justificado;

(iv) taxa de crescimento utilizada para extrapolar as projeções de fluxo de caixa para além do período coberto pelos mais recentes orçamentos/previsões e a justificativa para o uso de qualquer taxa de crescimento que exceda a taxa de crescimento média de longo prazo para os produtos, indústrias, país ou países no qual a entidade opera ou para o mercado no qual a unidade está dedicada; e

(v) taxa de desconto aplicada à projeção do fluxo de caixa;

(d) se o valor recuperável da unidade for baseado no valor justo líquido de despesas de venda, a metodologia utilizada para determinar tal valor. Se o valor justo líquido de despesas de venda não for determinado, utilizando-se o preço de mercado observável para a unidade, as seguintes informações também devem ser divulgadas:

(i) descrição de cada premissa-chave em que a administração tem baseado a determinação do valor justo líquido de despesas de venda. Premissas-chave são aquelas para as quais o valor recuperável da unidade é mais sensível; e

(ii) descrição da abordagem da administração para determinar o valor atribuído para cada premissa-chave; se esses valores refletem a experiência passada ou, se apropriado, são consistentes com fontes externas de informações e, caso contrário, como e por que difere da experiência passada ou de fontes externas de informações.

Se o valor justo líquido de despesas de venda é determinado utilizando projeções do fluxo de caixa descontado, as seguintes informações devem também ser divulgadas:

(iii) período sobre o qual a administração tem projetado os fluxos de caixa;

(iv) taxa de crescimento usada para extrapolar as projeções dos fluxos de caixa; e

(v) taxa de desconto aplicada às projeções do fluxo de caixa;

(e) se uma mudança razoavelmente possível na premissa-chave na qual a administração tem baseado sua determinação do valor recuperável da unidade pudesse resultar em valor contábil superior ao valor recuperável:

(i) o montante pelo qual o valor recuperável da unidade excederia seu valor contábil;

(ii) o valor atribuído para a premissa-chave; e

(iii) o montante pelo qual o valor atribuído à premissa-chave deve ser alterado, após incorporar qualquer efeito em consequência daquela mudança nas outras variáveis utilizadas para mensurar o valor recuperável, de modo que o valor recuperável da unidade seja igual ao seu valor contábil.

124. Se algum ou todos os valores contábeis dos ativos intangíveis com vida útil indefinida são alocados a múltiplas unidades geradoras de caixa e o valor assim alocado para cada unidade não é significativo em comparação com o valor contábil total dos ativos intangíveis com vida útil indefinida da entidade, esse fato deve ser divulgado em conjunto com o valor contábil agregado dos ativos intangíveis com vida útil indefinida alocados para essas unidades. Adicionalmente, se (a) os valores recuperáveis de quaisquer dessas unidades forem baseados nas mesmas premissas-chave e (b) o valor contábil agregado dos ativos intangíveis com vida útil indefinida alocado a elas é significativo em comparação com o valor contábil total dos ativos intangíveis com vida útil indefinida, a entidade deve divulgar esse fato, juntamente com:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800160

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(a) o valor contábil agregado dos ativos intangíveis com vida útil indefinida alocado a essas unidades;

(b) a descrição das premissas-chave;

(c) a descrição da abordagem da administração para determinar os valores atribuídos para as premissas-chave; se esses valores refletem a experiência passada ou, se apropriado, é(são) consistente(s) com fontes externas de informações, e, caso contrário, como e por que difere(m) da experiência passada ou de fontes externas de informação;

(d) se uma mudança razoavelmente possível na premissa-chave resultasse no valor contábil agregado das unidades superior ao seu valor recuperável:

(i) o montante pelo qual o valor recuperável agregado das unidades excederia seu valor contábil agregado;

(ii) os valores atribuídos para as premissas-chave; e

(iii) o montante pelo qual os valores atribuídos às premissas-chave devem ser alterados, depois da incorporação de quaisquer efeitos em consequência da mudança nas outras variáveis utilizadas para mensurar o valor recuperável, de modo que os valores recuperáveis agregados das unidades sejam iguais aos seus valores contábeis agregados.

125. O cálculo detalhado mais recente efetuado, em período anterior, do valor recuperável da unidade geradora de caixa pode, de acordo com o item 37, ser transportado e utilizado no teste de redução ao valor recuperável para a unidade no período corrente, desde que sejam atendidos critérios específicos. Quando esse for o caso, a informação para aquela unidade deve ser incorporada nas divulgações exigidas pelos itens 123 e 124 com relação ao cálculo transportado do valor recuperável.

126 e 127. (Não convergidos).

Vigência

Esta norma deve ser aplicada pelas entidades do setor público a partir de 1º de janeiro de 2019, salvo na existência de algum normativo em âmbito Nacional que estabeleça prazos específicos - casos em que estes prevalecem.

JOSÉ MARTONIO ALVES COELHO
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS

RESOLUÇÃO Nº 1.394, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017

Determina aos Conselhos Federal e Regionais de Corretores de Imóveis que reenquadrem suas atividades, principal e secundária, no CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de acordo com a Resolução-CONCLA nº 1, de 24/09/2013. "Ad referendum".

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - COFECI no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 19, inciso IV, do Regimento do Cofeci, aprovado com a Resolução-Cofeci nº 1.126/09, CONSIDERANDO que cabe ao COFECI "promover diligências, inquéritos ou verificações sobre o funcionamento dos Conselhos Regionais e adotar medidas para sua eficiência e regularidade", nos termos do inciso XVI, Art.16, da Lei nº 6.530/78, CONSIDERANDO que a Comissão Nacional de Classificação-CONCLA, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio da Resolução-CONCLA nº 1, de 24/09/2013, que entrou em vigor em 1º/01/2015, divulgou inclusões, exclusões e alterações de denominação de códigos de subclasses da Classificação Nacional de Atividades Econômicas; CONSIDERANDO que o não atendimento às disposições contidas na Resolução-CONCLA nº 01/2013 poderá ocasionar intimação, notificação e, eventualmente, aplicação de multas por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil; resolve:

Art. 1º - Em obediência ao que determina a Resolução - CONCLA nº 1, de 24 de setembro de 2013, emanada da Comissão Nacional de Classificação (CONCLA), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, os Conselhos Federal e Regionais de Corretores de Imóveis devem adotar, como "Código e Descrição da Atividade Econômica Principal", o código 94.12-0-01 (Atividades de Fiscalização Profissional) e, como "Código e Descrição das Atividades Econômicas Secundárias", o código 84.11-6-00 (Administração Pública em Geral).

Art. 2º - Os novos códigos serão adotados a partir do dia 1º de janeiro de 2015, data da entrada em vigor da Resolução - CONCLA nº 1, segundo seu art. 3º, devendo, portanto, os Conselhos Federal e Regionais de Corretores de Imóveis, adotarem como "Data do Evento" o dia 1º/01/2015.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

SÉRGIO WALDEMAR FREIRE SOBRAL
Diretor Secretário

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA

RESOLUÇÃO Nº 339, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme dispõe o inciso IX do artigo 43 do Estatuto do CONFEF, e;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 12.197/2010, que fixa limites para o valor das anuidades devidas ao Conselho Federal e aos Conselhos Regionais de Educação Física;

CONSIDERANDO o disposto no art. 3º da Lei Federal nº 12.514/2011;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IV do artigo 33 do Estatuto do Conselho Federal de Educação Física - CONFEF, que estabelece ser atribuição do CONFEF a fixação do valor das anuidades;

CONSIDERANDO a atual situação político e econômica que o País atravessa;

CONSIDERANDO, a deliberação tomada em reunião do Plenário realizada em 15 de setembro de 2017; resolve:

Art. 1º - Fixar o valor das anuidades do exercício de 2018 em:

I - Pessoa Física - R$ 603,07 (seiscentos e três reais e sete centavos);

II - Pessoa Jurídica - R$ 1.490,40 (um mil, quatrocentos e noventa reais e quarenta centavos).

Parágrafo único - Aos CREFs fica delegada a competência para conceder desconto sobre o valor das anuidades, respeitada a legislação vigente.

Art. 2º - As anuidades serão processadas, pelos CREFs até o dia 31 de março de cada ano, salvo a primeira, que será devida no ato do registro dos Profissionais e das Pessoas Jurídicas prestadoras de serviços nas áreas das atividades físicas, desportivas e similares.

Art. 3º - Os pedidos de baixa de registro que forem protocolizados no CREF até 31 de março do ano corrente, ficarão isentos do pagamento de anuidade do exercício em curso.

Art. 4º - É facultativo o pagamento da anuidade devida aos CREFs e ao CONFEF aos Profissionais de Educação Física que, até a data do vencimento da anuidade, tenham completado 65 (sessenta e cinco) anos de idade e, concomitantemente, tenham, no mínimo, 05 (cinco) anos de registro no Sistema CONFEF/CREFs e que não tenham débitos com o Sistema, devendo os referidos Profissionais requererem, por escrito, tal direito ao CREF de sua área de abrangência.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

JORGE STEINHILBER

RESOLUÇÃO Nº 340, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme dispõe o inciso IX do artigo 43 do Estatuto do CONFEF, e;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IV do artigo 33 do Estatuto do Conselho Federal de Educação Física - CONFEF, que estabelece ser atribuição do CONFEF a fixação do valor das anuidades;

CONSIDERANDO, a deliberação tomada em reunião do Plenário realizada em 15 de setembro de 2017; resolve:

Art. 1º - Os valores a serem cobrados às Pessoas Físicas no exercício de 2018, restam fixados da seguinte forma:

a) Inscrição de Pessoas Físicas.....R$ 100,00

b) Expedição de 2ª via de Cédula de Identidade Profissional.....R$ 40,00

Art. 2º - O valor a ser cobrado às Pessoas Jurídicas no exercício de 2018, será referente à inscrição no valor de R$ 100,00 (cem reais).

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

JORGE STEINHILBER

RESOLUÇÃO Nº 341, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme dispõe o inciso IX do artigo 43 do Estatuto do CONFEF, e;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IV do artigo 33 do Estatuto do Conselho Federal de Educação Física - CONFEF, que estabelece ser atribuição do CONFEF a fixação do valor das multas;

CONSIDERANDO o art. 2º da Lei nº 11.000/2004, que autoriza aos Conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas a fixar, cobrar e executar as contribuições anuais, devidas por pessoas físicas ou jurídicas, bem como as multas e os preços de serviços, relacionados com suas atribuições legais, que constituirão receitas próprias de cada Conselho;

CONSIDERANDO o inciso I do art. 4º da Lei nº 12.514/2011, que autoriza aos Conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas a cobrar multas por violação da ética, que constituirão receitas próprias de cada Conselho;

CONSIDERANDO, a deliberação tomada em reunião do Plenário realizada em 15 de setembro de 2017; resolve:

Art. 1º - O valor das multas por infrações a serem aplicadas às Pessoas Físicas e/ou Pessoas Jurídicas para o ano de 2018 será de até três vezes o valor da anuidade de 2018, estabelecida em Resolução.

§ 1º - Cada CREF estabelecerá, mediante promulgação de Resolução própria, e respeitando o limite estabelecido, o valor das multas a que se refere o caput deste artigo.

§ 2º - A Resolução de que trata este artigo, deverá discriminar o valor a ser aplicado para cada infração cometida.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

JORGE STEINHILBER

RESOLUÇÃO Nº 342, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA - CONFEF, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme dispõe o inciso IX, do art. 43;

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do CONFEF, em reunião ordinária de 15 de setembro de 2017; resolve:

Art. 1º - O parágrafo único do art. 2º da Resolução CONFEF nº 280, de 29 de junho de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo único - A Especialidade Profissional em desportos aquáticos para efeito de reconhecimento pelo Sistema CONFEF/CREFs e para atuação profissional específica, destina-se, exclusivamente, aos Profissionais de Educação Física que tenham concluído o curso superior de Educação Física e estejam devidamente registrados no Sistema CONFEF/CREFs."

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

JORGE STEINHILBER

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

RESOLUÇÃO Nº 2.167, DE 28 DE JULHO DE 2017

Revoga a Resolução CFM nº 1.901/2009, publicada no D.O.U. de 21 de julho de 2009, Seção I, p. 96.

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, regulamentada pelo Decreto nº 44.045, de 19 de julho de 1958, e pela Lei nº 12.842, de 10 de julho de 2013;

CONSIDERANDO o regulamentado pela Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências;

CONSIDERANDO, finalmente, o decidido na Sessão Plenária realizada em 28 de julho de 2017, resolve:

Art. 1º Revogar a resolução CFM nº 1.901/2009, publicada no Diário Oficial da União em 21 de julho de 2009, Seção I, p. 96.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

CARLOS VITAL TAVARES CORRÊA LIMA
Presidente do Conselho

HENRIQUE BATISTA E SILVA
Secretário-Geral

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

PORTARIA Nº 61, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a instauração de processo administrativo para abertura do processo eleitoral do CREFITO-8 para gestão 2018-2022, e a designação do sorteio público eleitoral, visando a formação da Comissão Eleitoral e eventual cadastro de reserva.

O Presidente do CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO - CREFITO-8, no uso de suas atribuições legais e disposições regulamentares, conferidas pela Lei nº 6.316, de 17 de dezembro de 1975 e em cumprimento às Resoluções COFFITO 369/2009, 427/2013 e 473/2016, que dispõem sobre as eleições diretas para os Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional e dá outras providências;

CONSIDERANDO a aproximação do término do mandato da atual gestão e a realização das eleições para o quadriênio 2018-2022;

CONSIDERANDO a necessidade de deflagrar o processo para a eleição dos Conselheiros integrantes do CREFITO-8, na forma do art. 3º da Lei 6.316/75;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800161

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONSIDERANDO a possibilidade de deflagração do processo eleitoral a partir do 12º (décimo segundo) mês antecedente ao término do mandato vigente, conforme art. 1º da Resolução COFFITO 369, de 06 de novembro de 2009, com a redação atribuída pela Resolução COFFITO 473, de 20 de dezembro de 2016;

CONSIDERANDO que cabe ao Presidente do CREFITO-8 instaurar o processo eleitoral em questão, por meio de Portaria devidamente publicada no Diário Oficial da União, devendo proceder à designação de dia, hora e local para a realização de sorteio público aleatório entre os profissionais residentes na circunscrição da Sede do CREFITO-8, visando à formação da Comissão Eleitoral local e eventual cadastro de reserva, conforme preconizado no art. 5º da Resolução COFFITO 369, de 06 de novembro de 2009, com a redação atribuída pela Resolução COFFITO 473, de 20 de dezembro de 2016;

Institui a Portaria CREFITO-8 61/2017, que reger-se-á pelas disposições abaixo elencadas:

Art. 1º - Fica deflagrado o processo para a eleição dos Conselheiros do CREFITO-8, para o mandato referente ao quadriênio 2018-2022, na forma do art. 3º da Lei 6.316/75, que será regido pela Resolução COFFITO 369, de 06 de novembro de 2009, com as alterações realizadas pelas Resoluções COFFITO 427, de 08 de julho de 2013 e COFFITO 473, de 20 de dezembro de 2016;

Art. 2º - O sorteio público aleatório para a formação da Comissão Eleitoral, entre os profissionais residentes na circunscrição da sede do CREFITO-8, será realizado no dia 30 de outubro de 2017 às 17 horas, na Sede deste Conselho, situado na Rua Jaime Balão, 580, Bairro Hugo Lange, em Curitiba - PR;

Art. 3º - Deverá ser entregue pela Secretaria Geral do CREFITO-8 ou por quem o Presidente ordenar, para fins de sorteio público, a listagem dos profissionais residentes na circunscrição da sede do CREFITO-8, para fins de divulgação no respectivo sítio eletrônico da autarquia, com antecedência mínima de 03 (três) dias, igualmente na forma da Resolução COFFITO 369/2009;

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação.

ABDO AUGUSTO ZEGHBI

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE SÃO PAULO

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 27 DE ABRIL DE 2017

Aprova resolução tratando de gestão e fiscalização de contratos administrativos e dá outras providências

O Presidente do Conselho Regional de Odontologia de São Paulo, cumprindo deliberação do Plenário, no exercício de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º. Fica aprovada a Resolução nº 02 de 26/04/2017, normatizando, na estrutura interna do Conselho Regional de Odontologia de São Paulo - CROSP a Gestão e Fiscalização de Contratos.

Art. 2º. Posto isto, com apoio nos artigos 2º da Lei n. 4.324 de 14 de abril de 1964 e 2º do Decreto n. 68.704, de 03 de junho de 1971, esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. RESOLVEM:

Art. 1º. Disciplinar a gestão, acompanhamento e fiscalização de Contratos, Atas de Registro de Preço e documentos equivalentes firmados pelo Conselho Regional de Odontologia de São Paulo, obedecendo as orientações constantes na presente resolução, bem como a Lei n. 8.666/93; Lei n. 10.520/2002 e Lei n. 9.784/1999 naquilo que forem aplicáveis.

Art. 2º. Depois de concluída a licitação, e formalizado o contrato administrativo, ata de registro de preços ou documento equivalente, uma cópia do mesmo será digitalizada e mantida com o Gestor Geral, para que, em conjunto com o fiscal do contrato, proceda à gestão, acompanhamento e fiscalização do referido objeto contratado.

Art. 3º. O fiscal do contrato será indicado pelo Presidente do CROSP (autoridade competente), observada a capacidade técnica e, sempre que possível, o envolvimento da área solicitante da contratação.

Art. 4º. A designação de gestor e do fiscal do contrato sempre será efetuada por portaria, arquivada em pasta própria, além de constar uma cópia da mesma no respectivo processo administrativo.

Parágrafo único: As indicações de que tratam o artigo devem:

I - Conter nome completo, cargo, ramal telefônico do fiscal do contrato;

II - Recair sobre pessoas que tenham conhecimento do assunto e condições para acompanhar e fiscalizar o objeto licitado, uma vez que as mesmas deverão informar ao Gestor a evolução do contrato e os eventuais problemas.

Art. 5º. O Gestor deverá manter cópia do termo contratual e de todos os aditivos, se existentes, juntamente com outros documentos (edital, termo de referência) que possam solucionar dúvidas sobre o correto cumprimento das obrigações contratuais.

Art. 6º. Quando houver a necessidade de mudança do fiscal ou do gestor do contrato, caberá informar ao Presidente do CROSP, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias para que nova portaria seja emitida.

Art. 7º. O fiscal deve tomar providências no que se refere à execução do objeto licitado, acompanhamento da prestação do serviço, obra, locação ou recebimento de objetos. É de competência do fiscal orientar o recebimento provisório e/ou definitivo de que trata o artigo 73 e seguintes da Lei n. 8.666/93.

Art. 8º. Constituem atribuições do fiscal:

I - Verificar os recursos materiais e humanos empregados na execução dos contratos, quando for o caso;

II - Verificar a forma de execução do objeto contratado e a observância das orientações previstas no Edital e no Termo de Referência, quando houver;

III - Fiscalizar o cumprimento de todas as obrigações contratuais e editalícia;

IV - Cobrar da contratada o cumprimento do contrato, Ata de Registro de Preços ou documento equivalente;

V - Manter contato com a contratada de modo a promover a interlocução para a operação, comunicando ao Gestor os problemas com o contrato e com a execução do objeto;

VI - Promover o registro documentado de todas as ocorrências contratuais diretamente relacionadas às obrigações principais e acessórias inerentes constantes do edital ou do termo de referência;

VII - Manter comunicação com o Gestor para o bom andamento da contratação, informando todos os problemas surgidos, inclusive via relatório, quando solicitado para tanto;

VIII - Informar ao gestor do contrato, previamente, que tem dificuldades para a fiscalização do contrato por conta de necessidade de conhecimento especializado, inclusive indicando o tipo de dúvidas que têm a respeito do contrato e sua execução;

IX - Atestar e glosar notas fiscais.

Art. 9º. Constituem atribuições do gestor:

I - Administrar as relações com as contratadas;

II - Acompanhar o andamento do contrato, ata de registro de preços ou documento equivalente, especialmente descumprimentos contratuais e infrações em geral;

III - Noticiar para a diretoria a necessidade de paralisar o contrato diante de graves descumprimentos pelo fornecedor ou riscos para a Administração;

IV - Sugerir as pertinentes aplicações de penalidades, descrevendo claramente para o Presidente do CROSP (autoridade competente) a penalidade cabível em cada caso;

V - Solicitar ao Presidente do CROSP os ajustes (acréscimos, decréscimos, aditamentos) pertinentes, sempre acompanhados das devidas comprovações e justificativas;

VI - Propor medidas que melhorem a execução do contrato;

VII - Conferir os termos de recebimento dos senhores fiscais;

VIII - Quando solicitado pelo fiscal, ou quando constatar a complexidade do objeto, remeter justificativa para a Diretoria, solicitando contratação especializada para acompanhamento da execução da obra ou serviço;

Art. 10º. Todos os editais somente terão como pré-condição para a publicação a indicação de dotação orçamentária que irá suportar o elemento de despesa; a existência de três orçamentos por meio idôneo, preferencialmente pelo sistema COMPRAS NET ou outro de origem governamental; a presença de termo de referência ou pré-projeto acompanhado da devida justificativa para a contratação e a ata de aprovação da contratação passada em reunião plenária do Conselho Regional de Odontologia de São Paulo.

Art. 11º. Todos os serviços e compras terão o termo de recebimento assinado pelo fiscal do contrato e conferido pelo gestor, nos termos do modelo anexo.

Art. 12º. A resolução entra em vigor com sua publicação.

CLAUDIO YUKIO MIYAKE

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO ESTADO DO PARÁ

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 16 DE AGOSTO DE 2017

A Diretoria do CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, especialmente no que determina o art. 13, inciso VI, alínea "f", do Regimento Interno CRO/PA (Resolução CRO/PA n° 01/2007) e ainda:

CONSIDERANDO a aprovação do Plano de Carreiras, Cargos e Salários deste regional através da Resolução CRO/PA ne 01/2017;

CONSIDERANDO que a referida norma foi objeto de recurso administrativo por parte de funcionários da autarquia que não possuem o interesse na adesão do novo regime;

CONSIDERANDO a divergência jurisprudencial existente atualmente acerca do tipo de regime jurídico a ser aplicado aos funcionários de conselhos de fiscalização profissional, se de caráter público ou privado, o que tem causado certa insegurança jurídica na condução de atos como o plano em epígrafe; exigindo assim maior cautela por parte da administração em geral;

CONSIDERANDO ainda os princípios atinentes à administração pública, especialmente o da legalidade, o da moralidade, publicidade e ainda o da supremacia do interesse público; resolve:

Art. 1° - ALTERAR o Plano de Carreiras, Cargos e Salários do Conselho Regional de Odontologia do Pará, anteriormente aprovado pela Resolução CRO/PA n° 01/2017, modificando os arts. 34 e seguintes, na forma disposta no ANEXO I, a fim de instituir normas de transição mais detalhadas e permitir a opção para os servidores.

Art. 2° - INSTITUIR o Termo de Opção, a ser firmado individualmente por todos os servidores da autarquia, conforme ANEXO II.

Art. 3° - O termo a que se refere o artigo anterior deverá ser preenchido e entregue à contabilidade do regional, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, juntamente com a CTPS para respectiva atualização.

Art. 4° - O servidor que, injustificadamente, não apresentar o termo no prazo informado, juntamente com a CTPS, na forma indicada no artigo anterior, perderá o direito à adesão ao PCCS 2017 CRO/PA, não havendo a possibilidade de adesão extemporânea.

Art. 5° - O servidor que não possuir interesse na adoção do novo regime, também deverá preencher o termo, fazendo a opção pela manutenção do regime anterior.

Art. 6° - Estão SUSPENSOS os efeitos do PCCS 2017 CRO/PA no que tange ao pagamento de vantagens, benefícios e demais disposições, que somente terá sua eficácia retomada para aquele que entregar o termo de opção devidamente preenchido e assinado, juntamente com sua CTPS para atualização;

Art. 7° - Essa resolução entrará em vigor a partir de sua assinatura.

ROBERTO DE SOUSA PIRES
Presidente do Conselho

ARMANDO MINENORI TUJI
Secretário

TITO CARLOS MACHADO PICANÇO
Tesoureiro

ANEXO

PLANO DE CARREIRAS, CARGOS E SALÁRIOS DO CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO PARÁ

CAPÍTULO I - DAS DIRETRIZES E OBJETIVOS.

Art. 1° - O Plano de Carreiras, Cargos e Salários - PCCS do Conselho Regional de Odontologia do Pará fixa as diretrizes básicas da política de ingresso, promoção de pessoal, estrutura de carreira, cargos e salários.

Art. 2º - O presente plano tem por objetivo geral assegurar a observância aos princípios da Administração Pública, em especial, os da legalidade, moralidade e da impessoalidade na gestão de pessoal.

Art. 3º - Tem-se ainda como objetivos específicos:

I - Definir as diretrizes para a administração dos cargos, carreiras e salários;

II - Definir parâmetros para o desenvolvimento de pessoal em ações de treinamento e capacitação com vistas ao melhor desempenho das funções;

III - Manter um corpo de trabalhadores qualificados e aptos desenvolver a missão institucional;

IV - Definir atribuições, deveres, especificações e responsabilidades inerentes a cada cargo;

CAPÍTULO II - DOS CONCEITOS FUNDAMENTAIS.

Art. 4º - Visando facilitar a interpretação, compreensão e aplicação do presente Plano de Carreiras, Cargos e Salários adotam-se os seguintes conceitos:

I - Cargo é o conjunto de atribuições da mesma natureza e complexidade, para os quais é exigida igualdade dos requisitos necessários ao seu desempenho, ocupado por servidor admitido mediante concurso público, efetivado ou comissionado, enquadrado no PCCS do CRO/PA;

II - Classe é o conjunto de atribuições de um cargo, podendo englobar parte destas atribuições, a totalidade delas e também atribuições de mais de um cargo;

III - Carreira é o ordenamento hierarquizado de cargos e funções dispostos em classe e níveis, possibilitando a progressão funcional e de padrão salarial, de forma horizontal, até o limite da carreira, conforme previsto no Anexo II.

IV - Nível define os valores (Padrão Salarial) dos salários de cada cargo, conforme a progressão funcional.

V - Função Gratificada é aquela exercida exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo ou efetivado, sendo de livre nomeação e exoneração, de caráter provisório.

VI - Progressão Funcional ou Promoção Horizontal é a passagem do servidor de uma para outra referência ou faixa remuneratória, dentro da mesma categoria funcional, através dos critérios de antiguidade e mérito, conforme preceituam o art.º 461, § 3º da CLT e a portaria n. 02/2006 do Ministério do Trabalho e Emprego.

VII - Concurso público é o meio utilizado pela Administração para selecionar, impessoal e igualitariamente, candidatos a empregos públicos, exceto os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração, na forma prevista em lei (e ainda no art. 37, II, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/98).

VIII - Convocação é o ato por meio do qual a Administração convoca candidatos aprovados em concurso público para comparecerem à entidade a fim de satisfazer exigências previstas em edital e/ou para assinar contrato de trabalho.

Parágrafo único - O Plano de Carreiras, Cargos e Salários do CRO/PA contempla 15 níveis de progressão funcional, conforme tabela salarial no Anexo II.

CAPÍTULO III - DA ADMISSÃO.

Art. 5º - O ingresso aos quadros de pessoal do Conselho Regional de Odontologia do Pará dar-se-á mediante concurso público que poderá ser de provas e/ou provas e títulos conforme a natureza do cargo, ressalvada a admissão para os cargos em comissão.

Parágrafo único - Não será exigível a realização de concurso público para o preenchimento dos cargos em comissão de livre nomeação e exoneração, criados por ato normativo próprio, o qual definirá suas atribuições e vencimentos, respeitados os limites estabelecidos pela presente resolução.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800162

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 6º - A investidura no cargo far-se-á mediante ato da Presidência, ocorrerá com a posse e consolidar-se-á com o início da atividade.

Parágrafo único - A admissão na carreira ocorrerá sempre no nível inicial de cada cargo.

Art. 7º - Os processos de seleção para admissão e promoção reger-se-ão pelos princípios da moralidade, impessoalidade, publicidade e transparência e será regido pelas regras do presente plano.

§1°- O concurso público terá validade de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, conforme dispuser o edital.

§2° - O prazo de validade do concurso e as condições de sua realização serão fixados em edital.

§3° - Não se abrirá novo concurso enquanto houver candidato aprovado em concurso anterior com prazo de validade não expirado.

§4° - A inscrição do candidato ficará condicionada ao pagamento do valor fixado no edital, quando indispensável ao seu custeio, ressalvadas as hipóteses de isenção nele expressamente previstas.

§5° - Serão observadas no processo seletivo as cotas referentes a portadores de deficiência e às Minorias Étnico-Raciais conforme legislação vigente quando da publicação do edital de abertura do concurso.

CAPÍTULO IV - DO QUADRO, CARREIRA, SALÁRIO E REGIME DE TRABALHO.

Art. 8° - As carreiras estão escalonadas segundo a hierarquia dos cargos, conforme atividades, competências, responsabilidades, qualificação profissional e experiência que lhes sejam inerentes.

Parágrafo único - Ficam ressalvadas as exigências legais especificadas em lei para profissões regulamentadas cujo exercício profissional demande outros requisitos.

Art. 9° - O CRO/PA contará com o seguinte quadro de pessoal:

I - Servidor admitido mediante concurso público;

II - Servidor efetivado, admitido sem concurso público antes de 18/05/2001.

III - Servidor admitido para cargo em comissão de livre nomeação e exoneração, estabelecido por ato normativo próprio.

Parágrafo único - O exercício do cargo pressupõe a observância do presente plano e será composto pelas atribuições, bem como dependem do cumprimento dos requisitos fixados no ANEXO I.

Art. 10 - Os servidores serão remunerados de acordo com a política salarial e a tabela de remuneração aqui definidos (ANEXO II).

Art. 11 - As tabelas salariais serão reajustadas por negociação coletiva ou por ato de liberalidade da Plenária, conforme planejamento estratégico da instituição.

Art. 12 - Os servidores do CRO/PA exercerão suas funções em regime de trabalho de 20 (vinte), 30 (trinta) ou 40 (quarenta) horas semanais de acordo com as disposições do ANEXO I.

Art. 13 - Com o objetivo de atender situações extraordinárias do serviço, poderá ser acordada a prorrogação da jornada normal de trabalho em duas horas por dia nos termos da legislação vigente.

Art. 14 - Poderá ser firmado acordo de compensação de horas para que o excesso de horas em um dia possa ser compensado pela correspondente diminuição em outro dia de uma mesma semana.

Art. 15 - Em face da natureza das atividades do CRO/PA, o servidor poderá ser designado para realizar serviços em cidades do interior do Estado do Pará ou em outro Estado, mediante a percepção de diária, calculada da data de saída à de retorno, a título de compensação por despesas com hospedagem, locomoção e alimentação, nos termos de portaria própria expedida por este regional.

CAPÍTULO V - DOS CARGOS E FUNÇÕES DE CONFIANÇA.

Art. 16 - Os cargos e funções de confiança serão destinados ao exercício de atribuições de chefia, direção e assessoramento, sendo composto das seguintes funções:

a) CHEFE DE SETOR designado para comando e organização da execução dos serviços, sendo remunerado mediante gratificação denominada GRATIFICAÇÃO DE CHEFIA, em quantia equivalente à 15% do vencimento base;

b) ASSESSORIA ESPECIAL designado para exercício de função de apoio institucional à Direção de natureza especial e transitória, conforme a necessidade, sendo remunerada mediante gratificação denominada GRATIFICAÇÃO DE ASSESSORIA, conforme disposição do próprio ato normativo que a instituir.

Art. 17 - Os cargos e funções de confiança são de livre nomeação e exoneração, sendo destinados, no mínimo 50% (cinquenta por cento) aos integrantes das carreiras efetivas previstas neste plano, nos termos do art. 37, inciso V, da Constituição Federal.

Parágrafo segundo - Os servidores efetivos poderão exercer cumulativamente as atribuições de seu cargo originário concomitantemente às funções de confiança que lhes sejam conferidas.

Art. 18 - Função gratificada é atividade designada à servidor efetivo, a fim de que este exerça atribuições especiais além das compreendidas por seu cargo, mediante pagamento do respectivo adicional, conforme estabelecido pelo próprio ato normativo que o designar, dentre os níveis previstos no ANEXO III;

Art. 19 - Os cargos e funções de confiança, bem como as funções gratificadas, serão nomeados por ato da Presidência.

§1° - A exoneração da função ou cargo de confiança, ou ainda a cassação da função gratificada, implicará cessação do pagamento da respectiva gratificação remuneratória que não se integrará ao salário.

§2° - O Servidor que substituir outro servidor em Função Gratificada por afastamento receberá o mesmo adicional daquele que está sendo substituído.

Art. 24 - O servidor terá direito ainda ao adicional de "Incentivo à Qualificação", nos seguintes termos:

a) 5% sobre o vencimento base, concedido aos servidores de cargos de nível fundamental que apresentarem diploma de conclusão do ensino médio;

b) 8% sobre o vencimento base, concedido aos servidores de cargos de nível fundamental ou médio que apresentarem diploma de graduação em nível superior;

c) 10% sobre o vencimento base, concedido aos servidores que apresentarem diploma de especialização;

d) 12% sobre o vencimento base, concedido aos servidores que apresentarem diploma de mestrado;

e) 15% sobre o vencimento base, concedido aos servidores que apresentarem diploma de doutorado;

Parágrafo Único - o adicional de Incentivo à Qualificação não pode ser cumulado, independentemente da quantidade de graduações ou pós-graduações que o servidor possuir.

CAPÍTULO VI - DOS CRITÉRIOS DE ANTIGUIDADE E MERECIMENTO.

Art. 25 - As promoções atenderão aos critérios de antiguidade e merecimento, alternadamente, nos termos do art. 461, §3º da CLT e a Portaria n° 02/2006 do Ministério do Trabalho e Emprego.

Parágrafo único - As promoções observarão o interstício máximo de dois anos nos termos parágrafo primeiro do art. 461, da CLT.

Art. 26 - A antiguidade será aferida, para cada efeito de promoção, pelo tempo de efetivo exercício em determinado cargo, não sendo considerado para este fim o tempo de serviço na instituição.

Parágrafo único - O tempo de eventual suspensão do contrato de trabalho não será computado como efetivo tempo de serviço para efeito desse Plano.

Art. 27 - Na promoção por antiguidade é proibido a preterição do servidor que conte maior tempo efetivo de serviço na categoria funcional respectiva.

Art. 28 - A promoção por merecimento ocorrerá mediante avaliação institucional do servidor.

CAPÍTULO VII - DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL.

Art. 29 - A avaliação do servidor consistirá na análise da assiduidade, pontualidade e dedicação funcional.

Art. 30 - O desempenho funcional será avaliado a partir dos seguintes critérios:

I. Assiduidade;

II. Disciplina;

III. Capacidade de iniciativa;

IV. Produtividade;

V. Responsabilidade.

Art. 31 A Avaliação Individual será feita anualmente por meio de ficha de avaliação e com atribuição de nota expressa em grau numérico de 0 (zero) a 100 (cem) pela Diretoria ou por Comissão Especial designada, caso em que será submetida à homologação da Plenária.

§1º - O PLENÁRIO do CRO/PA aprovará o FORMULÁRIO PADRÃO para a AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO PROFISSIONAL de que trata este artigo.

§2° - A pontuação poderá variar entre 0 a 20 pontos para cada um dos critérios de avaliação de desempenho.

Art. 32 - Fará jus à progressão o Servidor que obtiver, ao final do período mínimo de um ano, a nota mínima correspondente a 80% (oitenta) por cento da nota máxima possível, obtida com a somatória dos pontos atribuídos aos fatores de Avaliação de Desempenho Profissional.

§1º - Não sendo atingida a nota mínima exigida ao final do período, os pontos obtidos serão zerados. Os pontos por ventura remanescentes são zerados para efeito de novo processo de progressão.

Art. 33 - A Progressão Funcional por antiguidade ocorrerá obrigatoriamente após 02 (dois) anos de permanência do servidor no mesmo nível, avançando 1 (um) nível no padrão salarial conforme ANEXO II.

CAPÍTULO VIII - DA TRANSIÇÃO DA SITUAÇÃO ATUAL PARA O NOVO PCCS

Art. 34 - A implantação do PCCS acarretará alterações nos padrões de vencimentos, na nomenclatura dos cargos e nas atribuições dos servidores, bem como a transição da situação atual para a nova tabela se dará mediante o enquadramento salarial e a respectiva alteração formalizada no contrato de trabalho.

Art. 35 - Todos os servidores deverão se manifestar, formalmente, quanto à adesão ao PCCS, preenchendo os formulários específicos, dentro do prazo a ser estipulado pela Diretoria do regional, de modo que a adesão extemporânea não surtirá efeitos.

Art. 36 - Com o objetivo de racionalização e atualização dos cargos integrantes do Plano de Carreiras, Cargos e Salários, será promovida a unificação dos cargos com denominações antigas distintas, mas de atribuições semelhantes e com mesmo nível de escolaridade e complexidade.

Art. 37 - A transposição aos respectivos cargos, com inserção dos servidores na nova situação, obedecerá à correspondência, identidade e similaridade de atribuições entre o cargo de origem e o cargo que for enquadrado, conforme abaixo:

DENOMINAÇÃO ANTIGA	DENOMINAÇÃO NOVA
Serviços Gerais	Auxiliar de Serviços Gerais
Contínuo	Agente Operacional
Assistente Administrativo	Técnico Administrativo
Auxiliar Administrativo	
Auxiliar Contábil	
	Técnico em Informática
	Assistente de Fiscalização
	Fiscal
	Contador
	Procurador Jurídico

Art. 38 - Para servidor que, no ato da adesão a este PCCS, perceber remuneração superior ao teto remuneratório fixado no ANEXO II, o enquadramento será realizado permanecendo com a nomenclatura de seu atual cargo - acrescido da expressão "em extinção", pois já percebe remuneração maior do que o teto remuneratório, correspondente ao último padrão da tabela.

Parágrafo Único. O empregado continuará a receber sua remuneração integral, que será corrigida apenas pelos reajustes aplicados posteriormente.

Art. 39 - O servidor que não aderir ao presente plano ou ainda que tenha sido enquadrado em cargo em extinção, nos termos do artigo anterior, participará do processo de avaliação de desempenho, juntamente com os demais servidores, contudo não estará sujeito a progressão funcional.

Art. 40 - O servidor que não aderir ao regramento deste PCCS e, consequentemente, não se enquadrar nas respectivas tabelas salariais, permanecerá no regime jurídico anterior, e ocupará cargo em extinção.

§1°. Cargo em extinção é aquele que, seja pela anterior classificação equivocada ou pela modernização do quadro de pessoal, não constará mais no presente plano, bem como não mais haverá interesse do CRO/PA em contratar novos servidores para essas atividades.

§2°. Os empregados enquadrados neste cargo, ao terem seus contratos de trabalho encerrados, não serão substituídos mediante concurso público.

CAPÍTULO VIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

Art. 41 - Caberá à Diretoria expedir as normas complementares à implementação deste Plano.

Art. 42 - Os colaboradores que já atuam na instituição por ocasião da implantação deste Plano de Carreiras, Cargos e Salários, serão enquadrados de modo a assegurar todas as vantagens pecuniárias efetivamente concedidas até a implantação do plano, bem como o princípio da irredutibilidade salarial.

Art. 43 - Os servidores que se desligarem da empresa por qualquer motivo, caso eventualmente readmitidos, deverão observar as normas de ingresso prevista neste Plano de Carreiras, Cargos e Salários.

Art. 44 - Para os servidores que aderirem ao presente plano, ficam extintos os adicionais de tempo de serviço concedidos por liberalidade da instituição, passando a integrar o salário base daqueles que atualmente o percebem, a fim de enquadramento no nível salarial estabelecido pelo ANEXO II ou ainda nos termos do que dispõe o capítulo sobre o processo de transição.

Parágrafo único: O servidor que não aderir ao plano e consequentemente manter-se no regime anterior, permanecerá percebendo o adicional por tempo de serviço, nos moldes atualmente concedidos pela autarquia, não possuindo direito à progressão funcional implementada nesta norma.

Art. 45 - Os casos omissos serão decididos pela Diretoria do regional.

Art. 46 - Faz parte integrante do PLANO DE CARREIRAS, CARGOS e SALÁRIOS instituído por esta Resolução os seguintes anexos:

Anexo I - Quadro de Pessoal e requisito do cargo;

Anexo II - Tabela Salarial, Classe e Nível;

Anexo III - Tabela de gratificações;

Anexo IV - Descrição dos cargos e atribuições;

Art. 47 - O Servidor que se julgar prejudicado no enquadramento poderá recorrer ao Presidente do CRO/PA até 30 (trinta) dias após a aprovação deste plano.

Art. 48 - O enquadramento se efetivará dentro do prazo máximo de 90 (noventa) dias.

Art. 49 - Nenhuma redução de vencimento poderá ocorrer quando da aplicação do enquadramento.

Art. 50 - Permanecerão mantidos, nos mesmos moldes anteriormente concedidos, os benefícios de: Plano de Saúde Médico e Odontológico; Vale-Alimentação; Vale-Transporte; e Seguro de Vida.

Art. 51 - Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017092800163

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO I

QUADRO DE PESSOAL EFETIVO E REQUISITOS DO CARGO.

CLASSE	CARGO	NÍVEL	REQUISITOS DO CARGO	C.H.	Número de Vagas
FUNDA MENTAL	Auxiliarde Serviços Gerais	F/1	Ensino Fundamental Completo	40h	05
	Agente Operacional	F/1	Ensino Fundamental Completo	40h	01
MÉDIO	Técnicoem informática	M/1	Ensino médio completo e Curso Técnico de Informática.	40h	01
	Técnico Adminis trativo	M/1	Ensino médio completo	40h	08
	Auxiliarde Fiscalização	M/1	Ensino médio completo e CNH categorias A e B	40h	02
SUPERIOR	Procurador Jurídico	J/1	Curso Superior em Direito e Registro na OAB-PA.	30hs	01
	Contador	C/1	CursoSuperior em Ciências Contábeis e registro no CRC-PA	40hs	01
	Fiscal	O/1	CursoSuperior Odontologia, Registro no CRO/PA e CNH cat. B	20hs	01

QUADRO DE CARGOS COMISSIONADOS

CARGO	CARGA HORÁRIA	Número de Vagas
ASSESSOR ADMINISTRATIVO	40h	04

ANEXO II - Tabela Salarial

Classe/Nível

		PD = Padrão Salarial				
CLASSE	NÍVEl	VALOR	NÍVEl	VALOR	NÍVEl	VALOR
Fundamental	F/1	R$ 1.053,10	F/2	R$ 1.084,69	F /3	R$ 1.117,23
	F /4	R$ 1.150,75	F /5	R$ 1.185,27	F /6	R$ 1.220,83
	F /7	R$ 1.257,46	F /8	R$ 1.295,18	F /9	R$ 1.334,04
	F /10	R$ 1.374,06	F /11	R$ 1.415,28	F /12	R$ 1.457,74
	F /13	R$ 1.501,47	F /14	R$ 1.546,51	F /15	R$ 1.592,91
Médio	M/1	R$ 1.490,40	M/2	R$ 1.535,11	M/3	R$ 1.581,17
	M/4	R$ 1.628,60	M/5	R$ 1.677,46	M/6	R$ 1.727,78
	M/7	R$ 1.779,62	M/8	R$ 1.833,00	M/9	R$ 1.887,99
	M/10	R$ 1.944,63	M/11	R$ 2.002,97	M/12	R$ 2.063,06
	M/13	R$ 2.124,95	M/14	R$ 2.188,70	M/15	R$ 2.254,36
Superior	J/1	R$ 7.496,00	J/2	R$ 7.720,88	J/3	R$ 7.952,51
	J/4	R$ 8.191,08	J/5	R$ 8.436,81	J/6	R$ 8.689,92
	J/7	R$ 8.950,62	J/8	R$ 9.219,13	J/9	R$ 9.495,71
	J/10	R$ 9.780,58	J/11	R$ 10.074,00	J/12	R$ 10.376,22
	J/13	R$ 10.687,50	J/14	R$ 11.008,13	J/15	R$ 11.338,37
	C/1	R$ 5.287,24	C/2	R$ 5.445,86	C/3	R$ 5.609,23
	C/4	R$ 5.777,51	C/5	R$ 5.950,84	C/6	R$ 6.129,36
	C/7	R$ 6.313,24	C/8	R$ 6.502,64	C/9	R$ 6.697,72
	C/10	R$ 6.898,65	C/11	R$ 7.105,61	C/12	R$ 7.318,78
	C/13	R$ 7.538,34	C/14	R$ 7.764,49	C/15	R$ 7.997,42
	O/1	R$ 2.854,35	O/2	R$ 2.939,98	O/3	R$ 3.028,18
	O/4	R$ 3.119,03	O/5	R$ 3.212,60	O/6	R$ 3.308,97
	O/7	R$ 3.408,24	O/8	R$ 3.510,49	O/9	R$ 3.615,81
	O/10	R$ 3.724,28	O/11	R$ 3.836,01	O/12	R$ 3.951,09
	O/13	R$ 4.069,62	O/14	R$ 4.191,71	O/15	R$ 4.317,46

ANEXO III - TABELA DE GRATIFICAÇÕES

Função Gratificada Nível A - FG A	R$ 300,00
Função Gratificada Nível I - FG I	R$ 500,00
Função Gratificada Nível II - FG II	R$ 1.000,00
Função Gratificada Nível III - FG III	R$ 1.500,00
Função Gratificada Nível IV - FG IV	R$ 2.000,00
Função Gratificada Nível V - FG V	R$ 2.500,00
Função Gratificada Nível VI - FG VI	R$ 3.000,00
Função Gratificada Nível VII - FG VII	R$ 3.500,00
Função Gratificada Nível VIII - FG VIII	R$ 4.000,00

ANEXO IV - DESCRIÇÃO DOS CARGOS E ATRIBUIÇÕES.

1. NÍVEL FUNDAMENTAL

1.1 AGENTE OPERACIONAL

SÍNTESE DAS ATRIBUIÇÕES: Executar e/ou auxiliar nas atividades pertinentes aos serviços de manutenção da estrutura física do prédio; Dirigir veículos de transporte de passageiros, no perímetro urbano, suburbano e quando necessário, para outras cidades ou estados, com a finalidade de transportar pessoas, materiais, equipamentos e objetos leves e/ou pesados; Realizar serviços externos e entrega de documentos em Instituições Públicas e Privadas, Controle e distribuição de materiais de expediente; Apoio administrativo aos setores do CROPA.

1.2 AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

SÍNTESE DAS ATRIBUIÇÕES: executar serviços externos de banco, correios etc.; realizar rotinas administrativas e operacionais da área de atuação; limpar e arrumar as dependências e instalações do CRO-PA, afim de mantê-lo em condições de asseio requeridas; recolher o lixo da unidade em que serve, acondicionando detritos e depositando-os de acordo com as determinações definidas; percorrer as dependências, abrindo e fechando janelas, portas e portões, bem como ligando e desligando pontos de iluminação, máquinas e aparelhos; preparar e servir café e chá a chefia, visitantes e servidores do setor; lavar copos, xícaras e cafeteiras, coadores e demais utensílios de cozinha; verificar a existência de material de limpeza e alimentação e outros itens relacionados com seu trabalho, comunicando ao superior imediato a necessidade de reposição, quando for o caso; manter arrumado o material sob sua guarda; comunicar ao superior imediato qualquer irregularidade verificada, bem como a necessidade de consertos e reparos nas dependências, móveis e utensílios que lhe cabe manter limpos com boa aparência; cumpre e faz cumprir o Regulamento, o Regimento, Instruções, Ordens e Rotinas de Serviço do CRO-PA.

2. NÍVEL MÉDIO

2.1 TÉCNICO ADMINISTRATIVO.

SÍNTESE DAS ATRIBUIÇÕES: Realizar atividades administrativas pertinentes as ações do Conselho Regional de Odontologia do Pará, prestando atendimento referente aos serviços disponíveis aos profissionais e empresas que pertencem as categorias que são reguladas pelos Conselhos de Odontologia; Atender ao público que procura o Conselho para iniciar o processo de inscrição, prestando informações gerais sobre os serviços disponíveis; Prestar atendimento por telefone, repassando informações que dizem respeito às atividades do CRO; Confeccionar o prontuário do profissional/ empresa solicitante da inscrição; Enviar malotes para Sede do CRO e correspondências via correios e registrar a saída do malote encaminhado através do sistema operacional utilizado; Receber as correspondências encaminhadas ao CRO via Correios, dando entrada no protocolo e direcionando-as para os setores correspondentes; Realizar o atendimento inicial para o processo de inscrição, Recebendo e conferindo a documentação exigida de acordo com o tipo de inscrição solicitada; Enviar o processo com pedido de inscrição à Sede do Regional via Malote /Correios; Incluir os dados do solicitante da inscrição no sistema operacional utilizado pelo Conselho Federal de Odontologia; Atualizar o cadastro de inscritos via sistema; Fazer contato com os profissionais, informando sobre a liberação de carteiras via telefone, meios eletrônicos e ofícios; Encaminhar pedidos de declarações, confirmando o registro de inscrição no CRO e outros dados pertinentes para elaboração do documento; Emitir e disponibilizar boleto de pagamento aos inscritos, referentes a taxas, anuidades, parcelamentos e outros valores pertinentes de pagamento encaminhando via Correios, fax, e-mail ou pessoalmente na Sede; Auxiliar na organização e execução dos solenidades e cursos realizados pelo CRO; Elaborar documentos, ofícios, portarias, declarações e certidões e declarações de registro de inscrição no CRO.

2.2 ASSISTENTE DE FISCALIZAÇÃO.

SÍNTESE DAS ATRIBUIÇÕES: fiscalizar o exercício profissional de pessoas físicas e jurídicas, públicas ou privadas, em atividades desenvolvidas por Cirurgiões-Dentistas e categorias auxiliares, de acordo com o estabelecido na Consolidação das Normas para os Procedimentos nos Conselhos de Odontologia, Resolução CFO nº 63/2005, em campos de atuação dos jurisdicionados pelo CRO-PA, em todo o Estado do Pará. Executar levantamentos, conferências, análises, transcrições de dados, exame de documentos e processos, preenchimento de controles, minutando textos, informações em processos e documentos, apoiando as atividades desenvolvidas pelo CRO-PA. Instruir e informar processos e documentos referentes a fiscalização de profissionais e empresas; de autos de infração, denúncias, cobranças e em documentos relativos aos procedimentos administrativos. Redigir e digitar ofícios, memorandos, cartas, relatórios, mediante identificação funcional, submetendo-os aos Coordenadores, Chefe de Fiscalização e Diretores do CRO-PA. Receber informações do sistema de controle do CRO-PA, atuando na montagem de processos de denúncias, consulta cadastral e afins. Emitir, de acordo com o sistema de controle, listagens de situações cadastrais de profissionais e empresas, de infrações, informações administrativas, etc. Conferir autos de infração, buscando identificar enquadramentos legais ou incorretos, pessoa física ou jurídica autuada, para subsídio de ações posteriores. Participar do planejamento e definição das atividades desenvolvidas pelo setor. Executar todas as atividades referentes as funções de Assistente de Fiscalização do exercício Profissional.

2.3 TÉCNICO EM INFORMÁTICA

SÍNTESE DAS ATRIBUIÇÕES: Prestar suporte técnico aos usuários de informática, treinar os usuários nos aplicativos disponíveis, dando suporte na solução de problemas, avaliar novas técnicas e identificar, junto aos usuários, a necessidade de atualização e de desenvolvimento de softwares de apoio, bem como executar outras atividades compatíveis com o cargo, além das atribuições definidas no CRO-PA.

3. NÍVEL SUPERIOR

3.1 PROCURADOR JURÍDICO

SÍNTESE DAS ATRIBUIÇÕES: Assessoria e orientação à Diretoria e demais Órgãos do Conselho nos assuntos relacionados com os conhecimentos técnicos especializados da categoria; Emissão pareceres de natureza jurídica; Realização de estudos, pareceres nas questões de Direito Público e Privado, especialmente Direito Administrativo, Constitucional, Previdenciário, Trabalhista e Tributário; Programação, organização, coordenação, execução e controle das atividades relacionadas com o assessoramento jurídico em geral; Lavratura e análise de minutas dos editais de licitação, contratos, acordos, convênios, ajustes e quaisquer outros instrumentos em que haja um negócio jurídico, onerosa ou não, qualquer que seja a denominação dada aos mesmos; Fornecer dados estatísticos e apresentar relatórios de suas atividades; Representar Judicialmente o CRO-PA; Desempenhar outras atribuições de acordo com a sua unidade e natureza de trabalho, delegadas conforme determinação superior, e de acordo com a sua área de formação; Assessoria em processos éticos disciplinares;

3.2 CONTADOR

SÍNTESE DAS ATRIBUIÇÕES: Coordenar, organizar e orientar os trabalhos relativos à contabilidade, planejando sua execução de acordo com o plano de contas vigente e as exigências legais e administrativas; Participar na elaboração dos planos orçamentários e financeiros e controle geral de patrimônio; Informar decisões em matéria de contabilidade; Elaborar planos de contas; Propor normas de administração contábil; Orientar a escrituração de livros contábeis; Fazer levantamentos e organizar balanços e balancetes orçamentários, patrimoniais e financeiros; Revisar e interpretar balanços; Fazer perícias contábeis; Participar de trabalhos de tomadas de contas dos responsáveis por bens ou valores do Conselho; Assinar balanços e balancetes; Preparar relatórios informativos sobre a situação financeira e patrimonial das repartições; Estudar, sob o aspecto contábil, a situação da dívida pública municipal; Proceder auditagem, quando devidamente credenciado; Executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade, associadas à sua especialidade e ambiente organizacional.

3.3 FISCAL

SÍNTESE DAS ATRIBUIÇÕES: Fiscalizar a aplicação dos preceitos éticos odontológicos no exercício da Odontologia, incluindo a verificação de denúncias de exercício ilegal da profissão do cirurgião-dentista, de propagandas irregulares, de irregularidades em biossegurança em clínicas e consultórios Odontológicos. Realizar visitas de averiguação de denúncias de infração aos preceitos éticos odontológicos em consultórios odontológicos, clínicas, laboratórios de prótese, empresas de planos odontológicos empresas de materiais odontológicos; Colher as informações e provas, mediante a denúncias registradas pelo Conselho Regional de Odontologia no ato da fiscalização; Elaborar relatórios referente a cada visita de fiscalização e orientação profissional, através do preenchimento de um formulário padrão; Encaminhar os relatórios de visita de fiscalização e orientação profissional, ao chefe imediato do CRO Realizar visitas de verificação do exercício ilegal da profissão de cirurgião-dentista, podendo haver necessidade de apreensão de material, instrumental e equipamento odontológico nas fiscalizações; Elaborar documentos de notificação e auto infração; Preencher relatório de biossegurança de acordo com roteiro padrão estabelecido pelo setor de fiscalização do conselho; Atender a profissionais e o público em geral que procuram o Conselho para receber orientações pertinentes aos procedimentos a serem adotados referentes ao descumprimento das normas e procedimentos estabelecidos nos Conselhos de Odontologia; Planejar as atividades e estabelecer o cronograma das visitas

TERMO DE OPÇÃO

Em obediência ao que determina o art. 35 e seguintes do Plano de Carreiras, Cargos e Salários do Conselho Regional de Odontologia do Pará, aprovado pela Resolução CRO/PA n° 01/2017 e modificado pela Resolução CRO/PA n° 02/2017, serve o presente instrumento como TERMO DE OPÇÃO, nos seguintes termos:

Eu, _____, RG n° _____, CPF n° _____ funcionário desta autarquia no cargo de _____, venho manifestar OPÇÃO, na seguinte forma:

1. Eu NÃO QUERO ADERIR ao novo regime implementado pelo Plano de Carreiras Cargos e Salários do Conselho Regional de Odontologia do Pará em epígrafe, optando por permanecer no regime anterior. Declaro ainda ter lido atentamente a referida norma, NÃO ACEITANDO as modificações, benefícios e inovações por ela trazidas.

Assinatura do funcionário para a opção 01:_____

2. Eu QUERO ADERIR ao novo regime implementado pelo Plano de Carreiras Cargos e Salários do Conselho Regional de Odontologia do Pará em epígrafe, renunciando ao regime anterior. Declaro ainda ter lido atentamente a referida norma, ACEITANDO deliberadamente todas as modificações, benefícios e inovações por ela trazidas ao meu contrato de trabalho, especialmente no que tange às atribuições, vencimentos, promoção funcional, jornada de trabalho, gratificações e avaliação de desempenho.

Assinatura do funcionário para a opção 02:_____

Belém, _____ de _____ de 2017.

_____

Assinatura do Servidor